



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

Daniela Caniçali Martins Pinto

**PODE O ANIMAL FALAR?**

Um estudo sobre o especismo no jornalismo brasileiro contemporâneo

Florianópolis

2021

Daniela Caniçali Martins Pinto

**PODE O ANIMAL FALAR?**

Um estudo sobre o especismo no jornalismo brasileiro contemporâneo

Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em  
Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina  
para a obtenção do título de doutora em Jornalismo.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Daisi Irmgard Vogel, Dr<sup>a</sup>

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Pinto, Daniela Caniçali Martins

Pode o animal falar? : Um estudo sobre o especismo no jornalismo brasileiro contemporâneo / Daniela Caniçali Martins Pinto ; orientador, Daisi Irmgard Vogel, 2021.  
673 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Jornalismo. 2. Cultura e Sociedade. 3. Especismo. 4. Direitos Animais. 5. Análise de cobertura jornalística. I. Vogel, Daisi Irmgard. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. III. Título.

Daniela Caniçali Martins Pinto

**PODE O ANIMAL FALAR?**

Um estudo sobre o especismo no jornalismo brasileiro contemporâneo

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof<sup>a</sup> Gislene Silva, Dr<sup>a</sup>

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Jorge Kanehide Ijuim, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Mauro César Silveira, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutora em Jornalismo.

---

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

---

Prof<sup>a</sup> Daisi Irmgard Vogel, Dr<sup>a</sup>

Orientadora

Florianópolis, 2021

A todos que não podem falar.

## AGRADECIMENTOS

O processo de elaboração de uma tese é longo, intenso e extremamente desafiador. Por um lado, demanda enorme esforço e dedicação individual, por outro, o trabalho só se concretiza porque conta com o suporte intelectual e afetivo de muitos, sobretudo aqueles que nos são mais próximos e acompanham nossa jornada “minuto a minuto”. Felizmente, ao longo desse percurso, tive o apoio de pessoas que me acolheram nos momentos mais difíceis e celebraram com sincera alegria cada uma das minhas conquistas. Nomearei uma ínfima parte delas aqui, mas espero que todas as outras sintam igualmente minha enorme gratidão.

Agradeço a Maurício, meu companheiro de vida, meu amor e melhor amigo. Pelo incentivo constante, pelos diálogos sempre frutíferos, pelas sugestões perspicazes, pela leitura dedicada, pela compreensão sem fim. É realmente gratificante poder viver ao lado de alguém com quem compartilhamos nossos ideais, nossos sonhos, nossa visão de mundo. Sei que a conclusão desta tese foi tão importante para mim quanto foi para ele.

À minha mãe, Eliana, pelo encorajamento contínuo, pela disposição em ler com entusiasmo cada página deste trabalho, pelo apoio emocional, pelo amor incomensurável. Apesar de distante fisicamente, ela esteve sempre por perto, comemorando minhas vitórias e me estimulando a seguir em frente. Foi em casa que aprendi a importância da educação e que adquiri o hábito da leitura. Tive a sorte de poder entender desde cedo que o aprendizado é um processo permanente e sem fim, e que são muitas as formas de interpretar a realidade.

A meus irmãos, Gabriel e Diogo, e a meu pai, Antônio, pelo carinho, pela torcida, por valorizarem meus êxitos, por me incentivarem a nunca desistir de meus sonhos.

À minha orientadora, Daisi, pela plena liberdade e autonomia que sempre me proporcionou, por me apresentar constantemente novos desafios, por me mostrar caminhos possíveis para que eu pudesse executar uma pesquisa consistente e qualificada. Foi um privilégio tê-la como guia nesse percurso, como referência intelectual no campo acadêmico e jornalístico.

Aos colegas da Agecom, que foram sempre compreensíveis e flexíveis com minhas demandas acadêmicas, que me possibilitaram usufruir de uma licença na etapa final do doutorado. Poder dedicar-me integralmente à escrita da tese foi imprescindível para sua conclusão. Aos professores e colegas do PPGJor e do grupo de estudos OJE, pela parceria intelectual e pelos ensinamentos que me proporcionaram desde que ingressei no mestrado.

Por fim, é essencial agradecer também aos tantos animais não humanos que, de diferentes maneiras, expandiram meus horizontes morais, transformaram minha visão de mundo e me permitiram vislumbrar novas formas de viver e de se relacionar com o outro.

***Lokah Samastah Sukhino Bhavantu***

*Que todos os seres sejam livres e felizes. Que  
nossos pensamentos, palavras e ações  
contribuam para que todos estejam em paz.*

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa é averiguar como o debate sobre direitos animais permeia o jornalismo, a partir de sua concepção como agente cultural, mediador e ordenador do tempo presente. Procura-se observar, à luz de uma perspectiva não antropocêntrica e não especista, *se e como* a “voz” de outras espécies é considerada nas práticas jornalísticas contemporâneas. As matérias selecionadas são analisadas pelos critérios da “leitura em contraponto”, proposta pelo teórico Edward Said. A leitura do *corpus* é feita a partir da pergunta: em que medida a perspectiva dos direitos animais está presente em notícias e reportagens em que os direitos animais estão em pauta? Primeiramente, busca-se compreender quais são e o que dizem os textos sobre direitos animais. O Capítulo 1 apresenta um panorama histórico com os principais argumentos desenvolvidos em defesa dos animais no Ocidente. O Capítulo 2 está voltado à primeira parte do *corpus*, que aborda a cobertura da “Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos” realizada pela *Folha de S. Paulo* durante 10 anos (2010-2019). Foram selecionadas para análise 63 das 423 notícias publicadas pelo jornal nesse período. Essa cobertura envolve um debate que se intensificou nos últimos anos: o uso de animais em atividades “esportivas” e de “entretenimento”. Ao final, também é analisada uma reportagem sobre rodeios publicada na revista *piauí*, com o intuito de averiguar se veículos com perfis editoriais distintos abordam um mesmo tema de formas igualmente distintas. O Capítulo 3 é constituído pela segunda parte do *corpus*, referente à cobertura de uma decisão judicial que proibiu temporariamente a exportação de gado vivo em todo o país. O caso ocorreu em fevereiro de 2018 e levantou intensos debates sobre maus-tratos a animais nesse tipo de comércio. Diferente da primeira parte do *corpus*, que acompanha a cobertura de um evento regular, esta examina um acontecimento pontual, que suscitou ampla cobertura midiática. São examinadas 171 matérias publicadas por 17 veículos. Forma-se, com esse conjunto de textos, um quadro heterogêneo, o qual possibilitou averiguar a efetiva difusão do debate sobre direitos animais no campo jornalístico. As considerações finais expõem as reflexões suscitadas a partir da análise do *corpus*, retomando a perspectiva teórica de Said e de outros autores dos estudos decoloniais. São contrapostos os resultados desta pesquisa ao de outras na área de Jornalismo, além de estudos teóricos do campo. Ao final, procura-se refletir de forma mais ampla e aprofundada sobre as práticas jornalísticas como um todo, respondendo à pergunta colocada no título: “Pode o animal falar?”

**Palavras-chave:** Jornalismo. Cultura e Sociedade. Direitos Animais. Especismo. Rodeio. Exportação de Gado Vivo.

## ABSTRACT

The objective of this research is to investigate how the debate on animal rights permeates journalism, from its conception as a cultural agent, mediator and organizer of the present time. It seeks to observe, in the light of a non-anthropocentric and non-speciesist perspective, whether and how the “voice” of other species is considered in contemporary journalistic practices. The selected articles are analyzed by the criteria of “contrapontual reading”, proposed by the theorist Edward Said. The reading of the *corpus* was guided by the following question: to what extent is the perspective of animal rights present in news and reports where animal rights are on the agenda? First, it was necessary to understand which are those studies on animal rights and what they say. Chapter 1 presents a historical overview with the main arguments developed in defense of animals in the Western World. Chapter 2 focuses on the first part of the *corpus*, which broaches the coverage of the “Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos” by *Folha de S. Paulo* for 10 years (2010-2019). 63 of the 423 news published by the newspaper during this period were selected for analysis. This coverage involves a debate that has intensified in recent years: the use of animals in “sports” and “entertainment” activities. At the end, a report on rodeos published by *piauí* magazine is also analyzed, with the aim of investigating whether vehicles with different editorial profiles address the same theme in equally different ways. Chapter 3 consists of the second part of the *corpus*, broaching the coverage of a court decision that temporarily prohibited the export of live cattle throughout the country. The case took place in February 2018 and raised intense debates about the mistreatment of animals in this type of trade. Unlike the first part of the *corpus*, which observes the coverage of a regular event, this one examines a specific event, which elicited broad media coverage. 171 articles published by 17 vehicles are examined. With this set of texts, a heterogeneous picture is formed, which made it possible to verify the effective diffusion of the debate on animal rights in the journalistic field. The final considerations expose the reflections raised from the analysis of the *corpus*, taking up the theoretical perspective of Said and other authors of decolonial studies. The results of this research are contrasted with others in the academic field of Journalism, in addition to some theoretical studies in the field. At the end, this research seeks to reflect in a broader and deeper way on journalistic practices as a whole, answering the question posed in the title: “Can the animal speak?”

**Keywords:** Journalism. Culture and Society. Animal Rights. Speciesism. Rodeo. Live Cattle Export.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Gráfico das modalidades de competição no rodeio de Barretos .....	232
Figura 2 – Página especial da cobertura do rodeio de Barretos em 2010 .....	238
Figura 3 – Página especial da cobertura do rodeio de Barretos em 2011 .....	242
Figura 4 – Página especial da cobertura do rodeio de Barretos em 2014 .....	272
Figura 5 – Página especial da cobertura do rodeio de Barretos em 2015 .....	276
Figura 6 – Índice da página “Especial Barretos 60 anos” .....	280
Figura 7 – Página especial da cobertura do rodeio em 2016 .....	284
Figura 8 – Capa do dia 18 de agosto de 2019 do jornal <i>Folha de S. Paulo</i> .....	323
Figura 9 – Capa do dia 18 de agosto de 2018 do jornal <i>Folha de S. Paulo</i> .....	324
Figura 10 – Cartazes de edições antigas do rodeio de Barretos .....	335
Figura 11 – Anúncio da Sudam: Toque sua boiada para o maior pasto do mundo .....	345
Figura 12 – Anúncio da Sudam: Toda geração tem sua grande oportunidade .....	346
Figura 13 – Anúncio da Sudam: O boi é o melhor amigo do empresário .....	347
Figura 14 – Gráfico com o volume de exportações de bois vivos no Brasil .....	360
Figura 15 – Gráfico com a participação dos portos nas exportações de bois vivos .....	361
Figura 16 – Trecho da decisão judicial que suspendeu o embarque do navio <i>Nada</i> .....	422
Figura 17 – Fotos publicadas no site <i>GI</i> e no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> .....	430
Figura 18 – Fotos publicadas na revista <i>Globo Rural</i> e no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> .....	430
Figura 19 – Fotos do laudo técnico da médica veterinária Magda Regina .....	431
Figura 20 – Trecho da decisão judicial que suspendeu o embarque .....	470
Figura 21 – Edição de 09 de fevereiro de 2018 do jornal turco <i>Mersin Imece</i> .....	479
Figura 22 – Gráficos publicados no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> .....	494
Figura 23 – Gráficos publicados no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> .....	515
Figura 24 – Fotos de ativistas protestando na Alesp em julho de 2018 .....	535
Figura 25 – Porcentagem das matérias em que a perspectiva dos animais está presente .....	559
Figura 26 – Quantidade de matérias publicadas a cada mês ao longo de três anos .....	560
Figura 27 – Quantidade de matérias publicadas por ano .....	560
Figura 28 – Número de bois vivos embarcados no Porto de São Sebastião por ano .....	563
Figura 29 – Capa do caderno “Destemperados”, do jornal <i>Zero Hora</i> (RS) .....	584
Figura 30 – Imagem de trecho da nota de esclarecimento do <i>Grupo RBS</i> .....	584
Figura 31 – Capa do jornal <i>Zero Hora</i> (RS) .....	586

**LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Trabalhos acadêmicos sobre direitos animais e jornalismo .....	198
Quadro 2 – Cobertura do rodeio de Barretos realizada pelo jornal <i>Folha de S. Paulo</i> .....	234
Quadro 3 – Matérias com animais e direitos animais .....	235
Quadro 4 – Resultados da análise das 63 matérias selecionadas .....	320
Quadro 5 – Quantidade e tamanho das matérias publicadas por ano .....	326
Quadro 6 – Ocorrência de mortes no transporte de carga viva .....	371
Quadro 7 – Decisões judiciais .....	391
Quadro 8 – Panorama da cobertura sobre exportação de gado vivo de 2017 a 2019 .....	393
Quadro 9 – Cobertura sobre exportação de gado vivo em 2017 .....	394
Quadro 10 – Cobertura sobre exportação de gado vivo em janeiro de 2018 .....	400
Quadro 11 – Cobertura sobre exportação de gado vivo de 1º a 03 de fevereiro de 2018 .....	413
Quadro 12 – Cobertura sobre exportação de gado vivo de 04 a 06 de fevereiro de 2018 .....	433
Quadro 13 – Cobertura sobre exportação de gado vivo de 7 a 28 de fevereiro de 2018 .....	480
Quadro 14 – Cobertura sobre exportação de gado vivo de março a maio de 2018 .....	506
Quadro 15 – Cobertura sobre exportação de gado vivo de junho a agosto de 2018 .....	528
Quadro 16 – Cobertura sobre exportação de gado vivo de setembro a dezembro de 2018 .....	543
Quadro 17 – Cobertura sobre exportação de gado vivo em 2019 .....	552
Quadro 18 – Embarques realizados pelo Porto de São Sebastião (2000-2020) .....	563

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCZ Associação Brasileira dos Criadores de Zebu  
ABEG Associação Brasileira dos Exportadores de Gado  
ABIEC Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes  
ABRAA Associação Brasileira de Advogadas e Advogados Animalistas  
AEB Associação de Comércio Exterior do Brasil  
AGU Advocacia Geral da União  
ALDF Animal Legal Defense Fund  
ALESP Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo  
ANDA Agência de Notícias dos Direitos dos Animais  
ANTAQ Agência Nacional de Transportes Aquaviários  
ANTT Agência Nacional de Transportes Terrestres  
ASSOCON Associação Nacional da Pecuária Intensiva  
CCAB Câmara de Comércio Árabe Brasileira  
CETESB Companhia Ambiental do Estado de São Paulo  
CEUA Comitê de Ética no Uso de Animais em Pesquisa  
CIWF Compassion in World Farming  
CNA Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil  
CODESP Companhia Docas do Estado de São Paulo  
CPI Comissão Parlamentar de Inquérito  
CTBEA Comissão Técnica Permanente de Bem-Estar Animal do Ministério da Agricultura  
CONAB Companhia Nacional de Abastecimento  
CZI Certificado Zoossanitário Internacional  
EMBRAPA Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
EPE Estabelecimento de Pré-Embarque  
FNPDA Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal  
FPA Frente Parlamentar da Agropecuária  
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IN Instrução Normativa  
MAPA Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MDIC Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior  
MPF Ministério Público Federal

MPT Ministério Público do Trabalho  
OC Observatório do Clima  
OIE Organização Mundial de Saúde Animal  
OJE Observatório de Justiça Ecológica  
OMS Organização Mundial de Saúde  
ONG Organização Não-Governamental  
ONU Organização das Nações Unidas  
OSCIP Organização da Sociedade Civil de Interesse Público  
PETA People for the Ethical Treatment of Animals  
PIB Produto Interno Bruto  
PL Projeto de Lei  
RSPCA Royal Society for the Prevention of Cruelty to Animals  
SEEG Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa  
SAV Serviço de Vigilância Agropecuária  
SRB Sociedade Rural Brasileira  
SUDAM Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia  
TJSP Tribunal de Justiça de São Paulo  
TRF-3 Tribunal Regional Federal da 3ª Região  
UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
UNESP Universidade Estadual Paulista  
UFF Universidade Federal Fluminense  
UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UFSC Universidade Federal de Santa Catarina  
UNIFAL Universidade Federal de Alfenas  
UIPA União Internacional Protetora dos Animais  
VEDDAS Vegetarianismo Ético, Defesa dos Direitos dos Animais e Sociedade  
WSPA World Society for the Protection of Animals  
WWF World Wide Fund for Nature

## SUMÁRIO

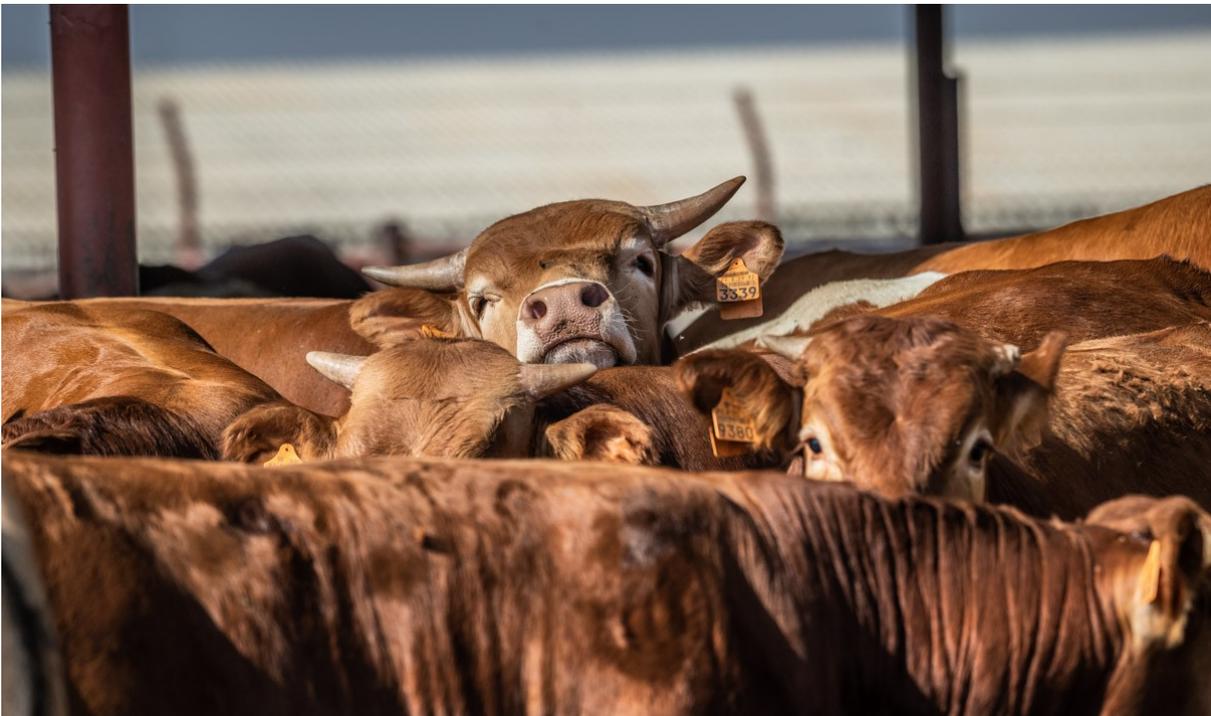
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	21
O objeto .....	27
O trajeto .....	32
O método .....	39
<b>CAPÍTULO 1: BREVE HISTÓRIA DA DEFESA DOS ANIMAIS NO OCIDENTE</b> ....	49
<b>1.1. Panorama histórico</b> .....	51
1.1.1. Os primórdios da ética animal .....	53
1.1.2. Do século XVI ao XVIII .....	63
1.1.2.1. São mesmo irracionais? .....	66
1.1.2.2. Uma resposta a Descartes .....	72
1.1.2.3. Nosso dever de compaixão .....	74
1.1.2.4. Eles podem sofrer? .....	77
1.1.3. Século XIX .....	80
1.1.3.1. Um médico pelo vegetarianismo .....	84
1.1.3.2. Uma antologia antiespecista .....	88
1.1.3.3. Por dentro de um matadouro .....	93
<b>1.2. Panorama contemporâneo (séculos XX e XXI)</b> .....	112
1.2.1. Nasce uma palavra (e um movimento) .....	113
1.2.2. Dos direitos humanos aos direitos animais .....	118
1.2.3. Um panfleto contra o especismo .....	126
1.2.4. Surge um clássico .....	130
1.2.5. Advogando pelos animais .....	149
1.2.6. Nossa esquizofrenia moral .....	161
<b>1.3. As mulheres na defesa dos animais</b> .....	170
1.3.1. Margaret Cavendish .....	175
1.3.2. Anna Laetitia Barbauld .....	179
1.3.3. Martha Brotherton .....	184
1.3.4. Anna Kingsford .....	186
1.3.5. Charlotte Perkins Gilman .....	189
1.3.6. O século XX e o protagonismo das mulheres .....	191
<b>1.4. As pesquisas sobre direitos animais no jornalismo</b> .....	197

<b>CAPÍTULO 2: ANIMAIS PARA “ENTRETENIMENTO” OU “ESPORTE”</b> .....	213
<b>2.1. A Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos</b> .....	225
<b>2.2. A cobertura do maior rodeio do país pelo jornal <i>Folha de S. Paulo</i></b> .....	229
2010: Animais ausentes .....	238
2011: Morre um bezerro .....	242
2012: Fim da prova bulldog .....	259
2013: Ofensiva contra as ONGs .....	267
2014: Nova ausência .....	272
2015: “Supostos” maus-tratos .....	275
2016: Crise no setor .....	284
2017: Rodeio “padrão Fifa” .....	291
2018: Repórter flagra maus-tratos .....	302
2019: Dia Nacional do Rodeio .....	311
Cobertura a serviço dos rodeios .....	320
<b>2.3. <i>piauí</i>: “No país dos caubóis”</b> .....	334
<b>2.4. Um tema “menor”</b> .....	339
<b>CAPÍTULO 3: ANIMAIS COMO <i>COMMODITIES</i> DO AGRONEGÓCIO</b> .....	342
<b>3.1. Prejuízos ao meio ambiente, aos seres humanos e aos animais</b> .....	354
<b>3.2. A exportação de animais vivos</b> .....	359
O transporte marítimo .....	363
O abate Halal .....	372
As desvantagens econômicas .....	375
<b>3.3. A cobertura do caso do Porto de Santos pela mídia nacional</b> .....	377
2017: Silêncio e indiferença .....	394
2018: Repercussão nacional .....	400
Embarque suspenso .....	409
Embarque liberado .....	433
Desdobramentos .....	479
Lei Municipal .....	506
Parecer do MPF .....	517
Lei Estadual .....	527
O debate arrefece .....	542

2019: Novos silêncios e volta à “normalidade” .....	551
<b>3.4. Omissão e esquecimento .....</b>	<b>559</b>
<b>PODE O ANIMAL FALAR? .....</b>	<b>568</b>
Fatores econômicos .....	572
Fatores culturais .....	590
Fatores políticos .....	607
Fatores organizacionais .....	612
As contradições .....	620
Outros caminhos .....	630
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>645</b>
<b>APÊNDICE A – Quadros com todas as matérias da cobertura da Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos realizada pelo jornal <i>Folha de S. Paulo</i> (2010 a 2019) .....</b>	<b>660</b>



Porcos. Tailândia. 2019. Foto: Jo-Anne McArthur/The Guardian.



Bois. Israel. 2018. Foto: Jo-Anne McArthur/The Guardian.



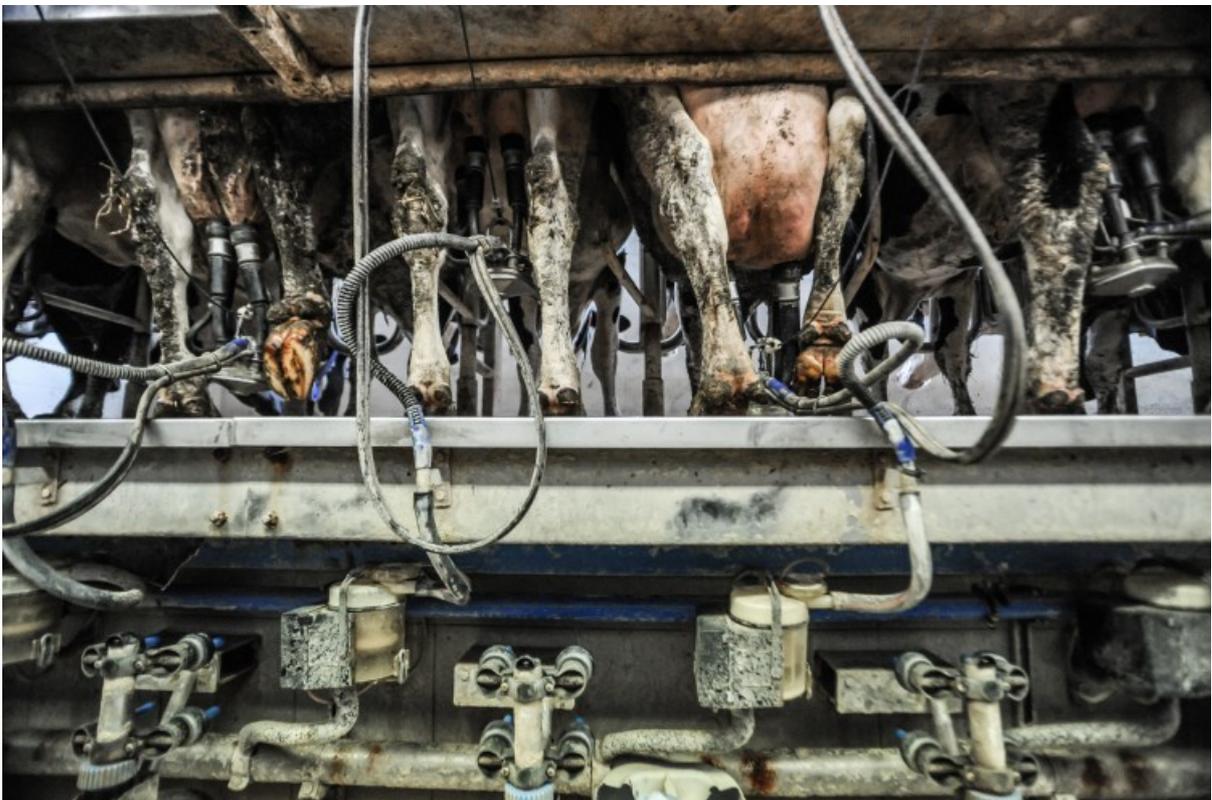
Frangos. Nepal. 2017. Foto: Jo-Anne McArthur/We Animals.



Galinhas. Taiwan. 2019. Foto: Jo-Anne McArthur/We Animals.



Bezerro. Canadá. 2014. Foto: Jo-Anne McArthur/We Animals.



Vacas. Espanha. 2010. Foto: Jo-Anne McArthur/Animal Equality.



## INTRODUÇÃO

*Em que circunstâncias é possível lamentar uma vida perdida? De quem são as vidas consideradas choráveis em nosso mundo público? Quais são essas vidas que, se perdidas, não serão consideradas em absoluto uma perda? É possível que algumas de nossas vidas sejam consideradas choráveis e outras não?*

Judith Butler<sup>1</sup>

As imagens que precedem este texto são de animais destinados à alimentação de humanos em diferentes partes do planeta, *commodities* que serão processadas e comercializadas como produtos comestíveis. Como outros produtos, não são considerados em sua individualidade. São números, “máquinas” que produzem carne, leite, ovo, bacon, hambúrguer, churrasco. Mas diferentemente de outros produtos, esses são seres sencientes – isto é, têm a capacidade de sentir e estão conscientes do que sentem. Como nós, humanos, esses animais sentem dor, prazer, medo, angústia, fome, sede, cansaço, estresse, pavor. Sofrem e lutam contra tudo que lhes ameace a vida – pois também têm vontade de seguir vivendo.

Quando chegam aos consumidores – aos pedaços, processados, embalados, etiquetados – quase não há reminiscências de sua aparência original. A metamorfose por que passam não visa apenas facilitar seu manejo e comercialização, mas também e sobretudo camuflá-los e distanciá-los do que realmente são: animais. Essas fotos, portanto, apesar de remeterem a algo que é quase uma onipresença em nossas vidas, raramente aparecem entre as notícias e reportagens que consumimos todos os dias.

A relação que nós, seres humanos, estabelecemos com as outras espécies acompanha toda a história da humanidade, adquirindo configurações particulares em diferentes períodos e lugares. Mas quase sempre, nós nos aproximamos dos animais com o intuito de explorá-los – o que se intensificou ao longo dos séculos. Diversos aspectos das nossas vidas são, de certa forma, determinados por um tipo de uso que fazemos dos animais. Eles estão presentes não apenas em nossos pratos, mas também em nossas roupas, veículos, cosméticos, remédios. Muitos ainda se divertem às custas do sofrimento de outras espécies. Essa relação desigual e injusta, entretanto, não traz consequências negativas apenas para os animais, mas também para nós e para o planeta que coabitamos – e do qual dependemos para sobreviver.

No início de 2020, fomos surpreendidos pela pandemia provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2, acompanhada por uma enxurrada de notícias que soavam cada vez mais

---

<sup>1</sup> Do livro *Sin Miedo: Formas de Resistencia a la Violencia de Hoy* (2020).

alarmantes. A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, no dia 30 de janeiro, que esse era um caso de emergência de saúde global; em 11 de fevereiro, a doença provocada pelo vírus ganhou um nome: COVID-19; um mês depois, no dia 11 de março, foi decretada a pandemia. Enquanto o vírus circulava por todos os cantos do planeta, cientistas tentavam descobrir qual teria sido sua origem. A principal suspeita era de que se tratava de uma zoonose, isto é, uma doença transmitida de animais a humanos. Até junho de 2021, as investigações em curso ainda não haviam chegado a uma conclusão definitiva. Mas a maior parte da comunidade científica segue argumentando que a origem animal é a mais provável. Nesse caso, uma das hipóteses é que os hospedeiros originais do vírus seriam morcegos, que o teriam transferido a pangolins, que por sua vez o fizeram chegar a nós.

Entre as tantas manchetes sobre o crescente número de casos e mortes, sintomas da doença, quarentenas, hospitais de campanha, desenvolvimentos de vacinas, vislumbravam-se também algumas reflexões sobre as causas menos imediatas da pandemia. Jornalistas, escritores e acadêmicos publicaram reportagens, ensaios e artigos sobre a responsabilidade das ações humanas na origem dessa e de outras pandemias. Os títulos de alguns desses textos sintetizam suas ponderações: “A próxima pandemia já está chegando – a menos que mudemos a forma como tratamos os animais”<sup>2</sup> (*Washington Post*); “Nosso tratamento cruel contra os animais nos levou ao coronavírus”<sup>3</sup> (*The New York Times*); “A ligação entre o abuso de animais e a saúde do mundo está agora realmente clara”<sup>4</sup> (*The Guardian*). Segue abaixo um breve apanhado dessas palavras que circularam entre os meses de março e julho de 2020.

Toda a ilusão de que o mundo é controlado pelos humanos se desfez em tempo recorde. E a humanidade finalmente descobriu que há um mundo além de si, povoado por outros que podem até mesmo acabar com a nossa espécie. Outros que a gente nem consegue enxergar. No nosso furor de espécie dominante, extinguímos tantas outras e tantos modos de vida, trancamos animais maravilhosos em jaulas, criamos campos de concentração de bois, porcos e galinhas, envenenamos peixes com mercúrio apenas porque gostamos de ouro, promovemos holocaustos diários para nos alimentar, estupramos vacas com aparelhos porque desejamos comer seus tenros bebês em refinadas refeições e desejamos roubar seu leite dia após dia, arrancamos a floresta para fazer campo de soja para alimentar animais escravizados. Podíamos tudo. E aí

---

<sup>2</sup> Original em inglês: “The next pandemic is already coming – unless we change how we treat animals”. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B-xPwjIH0g2/>

<sup>3</sup> Original em inglês: “Our Cruel Treatment of Animals Led to the Coronavirus” Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/04/13/opinion/animal-cruelty-coronavirus.html>

<sup>4</sup> Tradução minha. Original em inglês: “Surely the link between abusing animals and the world's health is now clear” Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2020/apr/11/surely-the-link-between-abusing-animals-and-the-worlds-health-is-now-clear>

vem o vírus [...] e mostra: vocês, humanos, não estão sozinhos nesse planeta nem têm o controle que acreditam ter.

*Eliane Brum, jornalista e colunista do jornal El País. Brasil, 25 de março de 2020.*

Olhe para o coronavírus [...] e considere o fato incontestável de que ele se espalhou devido à forma brutal como a humanidade trata os animais. Imagine um mundo onde os fatos mudam as mentes. As Nações Unidas, os governos e todos que têm influência estariam, neste momento, dizendo que devemos abandonar a carne ou, no mínimo, reduzir o consumo. [...] A perda de habitat e a exploração da vida selvagem em decorrência da caça e da comercialização de animais aumentaram o risco de surtos infecciosos [...]. São necessárias, portanto, punições severas àqueles que exploram animais "exóticos" para alimentação e medicamentos. Essa seria, porém, uma proposição fácil demais para as pessoas do Ocidente proclamarem e se sentirem virtuosas enquanto o fazem. Deveríamos, ao invés disso, examinar nossas próprias dietas. [...] Tratemos a carne, o leite de vaca e o queijo da mesma forma como tratamos o tabaco e o álcool, combatendo-os com impostos punitivos. Tornemos o comércio ilegal de animais selvagens um crime tão grave quanto o comércio ilegal de armas. [...] Nossos netos provavelmente vão olhar para trás e considerar incompreensível os maus-tratos aos animais.<sup>5</sup>

*Nick Cohen, jornalista, escritor e colunista do jornal The Guardian. Inglaterra, 11 de abril de 2020.*

As epidemias são o resultado do desmatamento e da extinção dos animais que antes eram seus hospedeiros simbióticos. As epidemias são também o resultado de uma relação extrativista das grandes cidades com as florestas. Elas surgem nas franjas das florestas ameaçadas, nos interstícios da fricção interespecie e de lá são rapidamente transportadas para o mundo inteiro através de caminhões, barcos e aviões. E não é somente a caça cujo stress causa pandemias, outros animais também sofrem e causam doenças. Estes são prisioneiros de outra área intersticial entre a floresta e a cidade, a área rural do grande agronegócio alimentício, notória para o surgimento de novas gripes virulentas que podem virar pandemias. É nas grandes criações industrializadas de galinhas e porcos confinados que surgiram há alguns anos a chamada 'gripe suína' e outras que foram um prenúncio do vírus que observamos hoje.

*Els Lagrou, professora titular de Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Brasil, 13 de abril de 2020.*

Muitas zoonoses surgem devido às maneiras pelas quais os seres humanos tratam os animais. Os mercados "molhados" da China são um excelente exemplo. [...] Animais vivos são alojados em condições extremamente duras, em espaços exíguos, até serem abatidos no próprio mercado para quem os compra. [...] A proximidade com os humanos, junto com a inundação de sangue, excrementos e outros fluidos e partes corporais facilitam a infecção. [...] Simplificando, a pandemia do coronavírus é o resultado de nossos terríveis maus-tratos aos animais. [...] No futuro, além de pandemias, enfrentaremos o risco real da resistência a antibióticos. O motivo principal

---

<sup>5</sup> Tradução minha. Original em inglês: "Look at the coronavirus [...] and consider the undisputed fact that it spread because of humanity's abuse of animals. Imagine a world where facts changed minds. The United Nations, governments and everyone with influence would now be saying we should abandon meat or at a minimum cut down on consumption. [...] The loss of habitat and the exploitation of wildlife through hunting and trade increased the risk of infectious "spillover" [...]. Ferocious punishments for the use of "exotic" animals for food and medicines are required. Once again, though, that is too easy a slogan for people in the west to chant and feel virtuous as they chant it. We should be examining our own diets. [...] Treat meat, cow milk and cheese as we treat tobacco and alcohol and hit them with punitive taxes. Make the illegal trade in wild animals as great a crime as the illegal trade in weapons. [...] Our grandchildren may look back and find our abuse of animals incomprehensible."

é o uso excessivo de antibióticos na agroindústria. Além de impulsionar o crescimento dos animais (levando-os a atingir o peso de abate o mais rápido possível), os antibióticos contêm a propagação de infecções entre animais criados em condições cruéis nas fazendas industriais. [...] O que esses e muitos outros exemplos nos mostram é que prejudicar os animais também causa danos consideráveis aos próprios seres humanos. Isso nos fornece uma razão pessoal – além das razões morais ainda mais fortes – para tratarmos melhor os animais.

Alguns podem dizer que é insensível destacar a responsabilidade humana pela atual pandemia enquanto estamos no meio dela. [...] Tais preocupações são equivocadas. Advertências anteriores sobre os perigos do nosso comportamento, apresentadas em tempos mais tranquilos, não foram ouvidas. Obviamente, é perfeitamente possível que, mesmo que agora sejamos momentaneamente despertados, logo esqueceremos as lições. [...] No entanto, dada a importância do que está em risco, é melhor arriscar ser um pouco insensível do que desperdiçar uma oportunidade para incentivar mudanças positivas. São milhões de vidas e a prevenção de muito sofrimento que estão em jogo.<sup>6</sup>

*David Benatar, professor de Filosofia e diretor do Centro de Bioética da University of Cape Town. África do Sul, 13 de abril de 2020.*

É preciso repensar urgentemente nossa relação com os outros vivos, animais e vegetais, nossos tão desrespeitados não humanos. [...] Construímos um novo mundo-ambiente [...] altamente destrutivo para as outras espécies e conseqüentemente para nós mesmos. [...] O modo como eram empilhados os animais selvagens no Mercado de Wuhan [...] em nada difere de nossos criadouros, abatedouros e açougues, nos quais mamíferos e aves são criados e sacrificados de forma extremamente cruel. [...] “Lá” como “aqui” (lugares potencialmente fictícios), grande parte da civilização se ergue sobre os escombros da barbárie. [...] Em 2001, Jacques Derrida falava da necessidade de pensarmos uma “solidariedade de todos os vivos”. [...] Hoje, ou somos capazes de inventar um outro *humanismo*, que será de forma necessária um humanismo de fato *humano*, mas também respeitoso das outras espécies – um humanismo do *outro*, portanto – ou corremos o risco de seguir “alegremente” em direção ao nosso próprio fim.

*Evando Nascimento, escritor, ensaísta e professor de Literatura da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Brasil, 21 de abril de 2020.*

A pandemia inoculou o corpo público com um certo conhecimento que pode não ser fácil de reprimir. É uma visão de que cientistas e poetas vêm falando há séculos. Não estamos apartados da natureza, nós somos a natureza. O meio ambiente não está fora de nós, o meio ambiente somos nós. Ou vivemos em consonância com o meio ambiente que nos dá vida ou o meio ambiente irá acabar com a vida. [...]

---

<sup>6</sup> Tradução minha. Original em inglês: “Many zoonotic diseases arise because of the ways in which humans treat animals. The “wet” markets of China are a prime example. [...] Live animals are housed in extremely cramped conditions until they are slaughtered in the market for those who have purchased them. [...] The proximity to humans, coupled with the flood of blood, excrement and other bodily fluids and parts, all facilitate the infection of humans. [...] Simply put, the coronavirus pandemic is a result of our gross maltreatment of animals. [...] In addition to future pandemics, we face the very real risk of breeding antibiotic resistance. The major contributor to this is the use of antibiotics in the animal agriculture industry, as a growth promoter (to bring animals to slaughter weight as quickly as possible) and to curb the spread of infections among animals reared in cruel intensive “factory farmed” conditions. [...] What these and many other examples show is that harming animals can lead to considerable harm to humans. This provides a self-interested reason — in addition to the even stronger moral reasons — for humans to treat animals better. Some might say that it is insensitive to highlight human responsibility for the current pandemic while we are in the midst of it. [...] Such concerns are misplaced. Earlier warnings of the dangers of our behavior, offered in less panicked times, went unheeded. Of course, it is entirely possible that even if we are now momentarily awakened, we will soon forget the lessons. [...] However, given the importance of what lies in the balance, it is better to risk a little purported insensitivity than to pass up an opportunity to encourage some positive change. Millions of lives and the avoidance of much suffering are at stake.”

É devido à nossa aliança irrecorrível com o meio ambiente que estamos contraindo o novo coronavírus. [...] Os humanos ingressaram no território dos morcegos, e os vírus dos morcegos transferiram-se para os humanos. Essa troca não é mais do que a maneira como a natureza sempre agiu e age. [...] Se for o caso de atribuir culpa, ela estará em nossa paupérrima compreensão coletiva da ecologia. [...]

O problema começa quando invadimos, precipitadamente, habitats da vida selvagem sem o devido respeito pelas diferenças. [...] Cavamos minas em busca do ouro, criamos loteamentos e derrubamos florestas para cultivar alimentos. Nos apoderamos dos habitats de outros animais. [...] Apossar-nos de nichos de morcegos faz com que eles se espalhem – invadindo nossos quintais. [...] A pressão sobre os morcegos tem outras consequências. Estudos indicam que o estresse fisiológico e ambiental pode fazer com que os morcegos aumentem a replicação viral, levando-os a excretar uma quantidade de vírus bem maior que a normal. [...] Expulsar perpetuamente os morcegos de suas cavernas e levá-los a se instalar em nossos celeiros não é a situação ideal para nenhuma das duas espécies. [...]

Uma vontade política imensa será necessária para evitar a próxima pandemia. E precisa partir de uma reavaliação da nossa relação com a natureza. [...] Não podemos nos apartar do meio ambiente. Quando vejo o sofrimento nos hospitais, só sei perguntar: Será que agora entendemos?

*Kevin Berger, editor da revista Nautilus, especializada em ciência e cultura. Nova York (EUA), 22 de abril de 2020.*

Tudo isso foi provocado por nós mesmos, devido ao nosso absoluto desrespeito pelos animais e pelo meio ambiente. Nossa completa desconsideração aos animais selvagens e aos animais de criação produz essa situação em que um vírus pode facilmente transpor espécies e infectar seres humanos. As pessoas devem abolir urgentemente a agropecuária industrial e parar de destruir habitats naturais, por causa da ameaça de doenças e do desastre climático. As fazendas industriais também estão diretamente ligadas à proliferação de superbactérias resistentes a antibióticos, ameaçando ainda mais a saúde humana.

Uma das lições aprendidas com esta crise é a de que precisamos mudar nossos caminhos, nossas escolhas. Os cientistas alertam que, para evitar futuras crises, devemos transformar drasticamente nossas dietas, passando para uma alimentação nutritiva à base de plantas. Se não fizermos as coisas de maneira diferente, será o nosso fim. Não conseguiremos mais sobreviver por muito tempo.<sup>7</sup>

*Jane Goodall, primatóloga e etóloga. Inglaterra, 3 de junho de 2020.*

E se assumíssemos, de fato, a responsabilidade que nos cabe pelo que acontece no mundo hoje? [...] Já acumulamos evidências de que a pandemia do coronavírus está relacionada com as formas com que lidamos com a natureza. [...] O surto de ebola na África e as sucessivas epidemias de malária e leishmaniose na Amazônia estão fortemente conectadas com o desmatamento da floresta e com a conversão de áreas naturais em monoculturas e pastos. Epidemias de gripe suína e aviária originam-se no modelo atroz no qual confinamos, multiplicamos e abatemos animais destinados a alimentar nosso apetite por proteína. Quem são os responsáveis?

Uma das características da nossa forma quase hegemônica de estar no mundo é a conveniência da obediência amalgamada à facilidade em se eximir de qualquer responsabilidade sobre o que acontece no mundo e com os outros, humanos e não

---

<sup>7</sup> Original em inglês: “We have brought this on ourselves because of our absolute disrespect for animals and the environment. Our disrespect for wild animals and our disrespect for farmed animals has created this situation where disease can spill over to infect human beings. People must move away from factory farming and stop destroying natural habitats as a matter of urgency, because of the threat of diseases and of climate breakdown. Factory farming is linked to the rise of antibiotic resistant superbugs, which threaten human health. One of the lessons learnt from this crisis is that we must change our ways. Scientists warn that to avoid future crises, we must drastically change our diets and move to plant-rich foods. If we do not do things differently, we are finished. We can’t go on very much longer like this.”

humanos. [...] Não somos responsáveis pela pandemia nossa de cada dia. Nem pelo desmatamento que devora a Amazônia. Menos ainda pelo tráfico de animais ou pela forma que as fazendas de produção de carne tratam os animais. Será? [...]

Não apenas nos dedicamos à multiplicação desses animais somente para matá-los e devorá-los, como mantemos esses seres vivos em condições de permanente sofrimento para minimizar custos e maximizar lucros. Tal situação não deveria chegar como brados aos nossos ouvidos, para que nos responsabilizemos, para que nos engajemos, para que não sigamos pelo caminho da neutralidade cúmplice? [...]

Talvez sejamos obrigados a encarar o que relutamos admitir, que o que temos hoje é resultado de nossas escolhas e, por consequência, de nossa responsabilidade. [...] O modelo [da produção animal] carrega dentro de si a destruição tanto da natureza como da própria humanidade. [...] O agronegócio é rentável apenas porque o risco de pandemias globais, a destruição ambiental, os colapsos dos sistemas de saúde e a perda de vidas animais e humanas não são contabilizados. [...]

Para existir um futuro pós-pandêmico que dure, teremos que abandonar essa forma de produção. Teremos que voltar a nos inspirar na diversidade da natureza, apostar nos sistemas tradicionais agrícolas, na agroecologia, exigir outro tipo de produção, e recusar os produtos marcados com a semente da morte. [...] A natureza, em sua diversidade, é fértil em soluções para as questões que vão se colocando para os organismos com quem dividimos o planeta e para nós mesmos. Nossa sociedade, porém, insiste em se acreditar autossuficiente [...] e tocar para frente, como se não houvesse amanhã. Talvez não haja, se persistirmos nesse caminho...

*Nurit Rachel Bensusan, bióloga e escritora. Brasil, 18 de julho de 2020.*

Todos esses textos criticam o antropocentrismo e o especismo – dois conceitos centrais neste trabalho, além da senciência. O antropocentrismo é a concepção filosófica que considera o ser humano o centro do universo – todo o resto que existe estaria aí para lhe servir. O especismo é um tipo de preconceito que segue a mesma lógica das outras formas de discriminação social, tais como o sexismo e o racismo. Trata-se da suposição de que a espécie humana é superior a todas as demais, o que justificaria a sua dominação sobre elas. Nossa sociedade é essencialmente antropocêntrica e especista.

Mas apesar de hegemônicas, essas ideologias têm sido cada vez mais combatidas por posicionamentos críticos e movimentos de resistência que confrontam o *status quo*. É sobretudo contra o antropocentrismo e o especismo que lutam os ativistas pelos direitos animais. Para além do contexto da pandemia, filósofos, juristas e acadêmicos de diversas áreas vêm condenando diferentes formas de exploração animal. Muitos defendem o abolicionismo animal – semelhante ao movimento abolicionista que lutava pelo fim da escravidão humana, o abolicionismo animal luta pelo fim da exploração e matança ininterrupta de todas as demais espécies. Entretanto, contrapor-se a um sistema tão longínqua e profundamente enraizado na sociedade também gera uma contrarreação: grupos interessados na manutenção da ordem vigente esforçam-se continuamente para silenciar as vozes dissonantes. E por terem esses grupos enorme influência econômica e política, a maioria dos cidadãos segue alheia ao debate.

## O objeto

Uma forma de averiguar como as perspectivas não hegemônicas circulam nos espaços públicos de determinada sociedade é olhar para suas práticas culturais. Conforme bem coloca o teórico jamaicano Stuart Hall (1932-2014), “‘cultura’ é um dos conceitos mais complexos das ciências humanas e sociais e há várias maneiras de precisá-lo” (HALL, 2016, p. 19). Em seu livro *Cultura e Representação* (2016), Hall descreve diferentes concepções de cultura utilizadas em distintas épocas e áreas do conhecimento. Nesta tese, uso a noção de cultura empregada pelo pesquisador e crítico literário palestino Edward Said (1935-2003) em seus dois livros mais conhecidos: *Orientalismo*<sup>8</sup> (2007) e *Cultura e imperialismo*<sup>9</sup> (2011).<sup>10</sup>

Em ambos os livros dou ênfase ao que chamo, de modo bastante geral, "cultura". Quando emprego o termo, ele significa duas coisas em particular. Primeiro, "cultura" designa todas aquelas práticas, como as artes de descrição, comunicação e representação, que têm relativa autonomia perante os campos econômico, social e políticos, e que amiúde existem sob formas estéticas, sendo o prazer um de seus principais objetivos. Incluem-se aí, naturalmente, tanto o saber popular sobre partes distantes do mundo quanto o conhecimento especializado de disciplinas como a etnografia, a historiografia, a filologia, a sociologia e a história literária (SAID, 2011, p. 10).

Entre as diversas formas de manifestação da cultura, esta pesquisa está voltada ao jornalismo. Compreendido como agente cultural – constituído e constituidor de cultura, em constante intercâmbio com outros agentes culturais –, o jornalismo está inevitavelmente atrelado às estruturas políticas e econômicas, aos valores e comportamentos humanos. Como um mediador e ordenador do tempo presente, pode-se dizer que praticamente tudo perpassa as práticas jornalísticas: as disputas pelo poder; o alvorecer e o ocaso de ideologias progressistas ou conservadoras; os discursos dominantes e as vozes silenciadas – inclusive em suas censuras e omissões, a imprensa oferece significativos retratos da sociedade de sua época.

A acadêmica estadunidense Barbie Zelizer (1954-) aponta que, diferentemente de outros discursos culturais – tais como a poesia, a homilia, o cinema, os programas televisivos – o jornalismo, conceitualmente, está circunscrito àquilo que lhe é intrínseco: o respeito pelos fatos, o compromisso com a verdade e a consonância com a realidade (ZELIZER, 2004, p. 188).

---

<sup>8</sup> Publicado originalmente em 1978. Traduzido para o português e lançado no Brasil em 2007.

<sup>9</sup> Publicado originalmente em 1993. Traduzido para o português e lançado no Brasil em 2011.

<sup>10</sup> Não me refiro, portanto, ao conceito de cultura em oposição ao de natureza. A dicotomia “natureza-cultura” é amplamente questionada pelos referenciais teóricos em que esta tese está fundamentada.

É a arte de reportar os acontecimentos de cada dia que constitui sua singularidade como agente cultural – conforme também ressalta o pesquisador australiano Michael Meadows:

O jornalismo [...] está fundamentado em seu 'valor de verdade', constituindo-se como um gênero que se oferece aos leitores dentro dessa perspectiva. Isso significa que podemos definir o jornalismo como um recurso cultural, o qual compreende um conjunto de práticas culturais que permitem a formação de consensos [...]. Essa abordagem permite uma análise do papel do jornalismo na formação da cultura. Formas culturais, como a mídia, e processos culturais, como o jornalismo, continuam a dar uma contribuição significativa à maneira pela qual 'imaginamos' nossas comunidades e a nós mesmos (MEADOWS, 1999, p. 45, tradução minha).<sup>11</sup>

Considerando que existe uma “conexão inevitável entre o jornalismo e as relações de poder político e social” (MEADOWS, 1999, p. 47, tradução minha)<sup>12</sup>, boa parte das pesquisas acadêmicas neste campo requer uma abordagem interdisciplinar. No caso deste trabalho, a perspectiva cultural mostrou-se a mais adequada, sobretudo por seu caráter contextual: “Como esse amplo quadro pode nos ajudar a entender o jornalismo? Simplesmente incentivando-nos a olhar para além do jornalismo isoladamente, a fim de teorizar seu lugar no mundo” (MEADOWS, 1999, p. 44, tradução minha).<sup>13</sup>

Zelizer afirma que “o mundo das notícias [...] é visto, na análise cultural do jornalismo, como uma trama complexa e multidimensional de significados, para todos os envolvidos no jornalismo” (ZELIZER, 2004, p. 175, tradução minha).<sup>14</sup> O prisma da cultura possibilita, assim, abordar os vários formatos jornalísticos enredados pelas amplas e profundas conexões que estabelecem como receptores e difusores de informação.

Marcadamente interdisciplinar e auto-reflexiva, a investigação cultural do jornalismo emprega diversas perspectivas de pesquisa e ferramentas acadêmicas, usadas de modo variado com o objetivo de conceber o jornalismo, em sua amplitude, como cultura. A ideia de “cultura” em si tem muitas invocações, nem todas elas mutuamente exclusivas. Por um lado, refere-se ao fenômeno das ações orquestradas, que usam entendimentos convencionais para guiar os membros de determinado coletivo a fazerem as coisas de modo consensual. Nesse sentido, a cultura é um dos recursos dos jornalistas para coordenarem suas atividades como repórteres e editores. Por outro

---

<sup>11</sup> Original em inglês: “Journalism, for example, relies on its 'truth value' as a genre and offers itself to readers within this framework. This means that we can define journalism as a cultural resource, comprising a set of cultural practices, which enable consensus formation [...]. This approach enables an analysis of the role of journalism in the formation of culture. Cultural forms, like the media, and cultural processes, like journalism, continue to make a significant contribution to the way in which we 'imagine' our communities and ourselves.”

<sup>12</sup> Original em inglês: “Inescapable connection between journalism and the relations of social and political power.”

<sup>13</sup> Original em inglês: “How can this broad framework help us in understanding journalism? Simply by encouraging us to look beyond journalism alone in order to theorise its place in the world.”

<sup>14</sup> Original em inglês: “The world of news [...] is viewed in the cultural analysis of journalism as a complex and multidimensional lattice of meanings for all those involved in journalism.”

lado, as notícias em si são vistas como culturais, pois estão, em última instância, diretamente relacionadas aos atributos dos grupos de indivíduos envolvidos em sua produção (ZELIZER, 2004, p. 175-176, tradução minha).<sup>15</sup>

A atividade do jornalista é, ao mesmo tempo, uma prática individual e gregária. É nesse transitar entre subjetividades e coletividades que se assentam as visões de mundo que vão enquadrar os acontecimentos em perspectivas que podem ser ortodoxas ou heterodoxas; hegemônicas ou contra-hegemônicas. Não apenas não é possível considerar o jornalismo descolado da cultura em que está imerso, como pode-se dizer que o jornalismo também é cultura – em suas coerências e contrassensos, avanços e retrocessos. Zelizer enumera aquelas que considera serem as principais características da análise cultural do jornalismo, em comparação às abordagens acadêmicas mais tradicionais:

Primeiro, acredita-se que a cultura una jornalistas, de formas padronizadas, com pessoas que não são jornalistas, mas que estão igualmente envolvidas em diversos modos de argumentação, expressão, representação e produção cultural – sugerindo, inicialmente, cineastas, poetas e políticos. Segundo, as variáveis usadas em outras partes da academia para distinguir e separar os núcleos centrais do jornalismo de suas margens – distinguindo, por exemplo, o jornalismo da ficção; o jornalismo *mainstream* do tabloide; os relatos verbais das imagens a que os jornalistas recorrem – são aqui reposicionadas como pontes que conectam diferenças. Consequentemente, o jornalismo como um todo é apresentando como um conjunto de estímulos díspares e contraditórios. As diferentes ferramentas do jornalismo, os diferentes tipos de jornalismo e as semelhanças entre o jornalismo e o mundo exterior são reunidas para iluminar o caráter matizado e texturizado do jornalismo em todas as suas possibilidades. E terceiro, a análise cultural do jornalismo vê os jornalistas não apenas como transmissores de informações, mas também como produtores de cultura, que disseminam, a partir de suas preferências, declarações sobre o que é bom e mau, moral e amoral, apropriado e inapropriado no mundo. Seus posicionamentos, como criadores e transmissores de visões de mundo, estão diretamente ligados aos posicionamentos de suas audiências. O modo como o público interpreta as notícias repercute em suas próprias políticas de identidade (ZELIZER, 2004, p. 177, tradução minha).<sup>16</sup>

<sup>15</sup> Original em inglês: “Pronouncedly interdisciplinary and self-reflexive, the cultural inquiry of journalism employs diverse research perspectives and scholarly tools that are used to variously consider journalism broadly as culture. “Culture” itself has many invocations, not all of them mutually exclusive. On the one hand, it refers to a phenomenon of concerted action that uses conventional understandings to guide members of collectives in doing things in consensual ways. In this regard, culture is one of the resources journalists draw upon to coordinate their activities as reporters and editors. On the other hand, news itself is seen as cultural, ultimately relative to the givens of the groups and individuals engaged in its production.”

<sup>16</sup> Original em inglês: “First, cultural givens are thought to unite journalists in patterned ways with people who are not journalists yet are similarly involved in diverse modes of cultural argumentation, expression, representation and production suggesting as a starting-like filmmakers, poets, and politicians. Second, variables used elsewhere in the academy to keep the centers of journalism distinct from its margins – rendering, for instance, journalism distinct from fiction, mainstream journalism distinct from tabloid journalism, journalists’ verbal reports distinct from the visual images they use – are here repositioned as bridges connecting differences, consequently presenting journalism as a whole of disparate, self-contradictory impulses. The different tools of journalism, different kinds of journalism, and similarities between journalism and the world outside are brought together to illuminate the nuanced and textured character of journalism in all of its possibilities. And third, the cultural analysis of journalism views journalists not only as conveyors of information, but also as producers of culture, who impart preference

O jornalismo constitui-se, assim, como um “termômetro” dos valores de sua época – seja posicionando-se em plena consonância com esses valores; seja criticando-os, colocando-os em xeque. Como prática cultural, pode reforçar o *status quo*, como também tem o potencial para desconstruí-lo – tudo depende de como articula-se com as várias forças em disputa no campo social. “Esse princípio de 'articulação' – a maneira pela qual as relações são produzidas em contextos sociais, culturais ou históricos específicos – é a chave metodológica dos estudos culturais, funcionando como um procedimento não linear de desenhar linhas e mapear conexões” (MEADOWS, 1999, p. 44, tradução minha).<sup>17</sup>

O teórico da comunicação James W. Carey (1934-2006), em seu livro *Communication as culture: essays on media and society* (1989), aponta para o protagonismo das práticas de comunicação na experiência humana e, conseqüentemente, na constituição da cultura. Ele defende que todas as formas de comunicação – interpessoal, midiática, científica, matemática – devem ser examinadas como fenômenos primários da nossa existência e não como derivados de uma natureza “mais real” (CAREY, 1989, p. 26). A realidade, segundo ele, “é gerada, trazida à existência, através da comunicação – resumidamente, pela construção, apreensão e utilização de formas simbólicas que produzem sistemas de linguagem e modelos de percepção do mundo [...]” (CAREY, 1989, p. 25, tradução minha)<sup>18</sup>.

Conseqüentemente, o autor ressalta, “estudar a comunicação é examinar o processo social real em que formas simbólicas significativas são criadas, apreendidas e usadas. Nossas tentativas de construir, manter, reparar e transformar a realidade são atividades publicamente observáveis que ocorrem no tempo histórico” (CAREY, 1989, p. 30, tradução minha)<sup>19</sup>. Esse processo de criação, expressão e transmissão de conhecimentos, assim como nossas atitudes diante o mundo, estão manifestos nos vários sistemas simbólicos que compartilhamos diariamente: arte, ciência, jornalismo, religião, entre outros.

---

statements about what is good and bad, moral and amoral, appropriate and inappropriate in the world. Their positioning as the creators and the conveyors of views about how the world works is linked with the positionings of their audiences, who make sense of the news in ways that reflect their own identity politics.”

<sup>17</sup> Original em inglês: “This principle of 'articulation' – the way in which relationships are produced in particular social, cultural or historical contexts – is a key methodology of cultural studies, making it a non-linear practice of drawing lines and mapping connections.”

<sup>18</sup> Original em inglês: “Reality is brought into existence, is produced, by communication – by, in short, the construction, apprehension, and utilization of symbolic forms, is produced by terministic systems.”

<sup>19</sup> Original em inglês: “To study communication is to examine the actual social process wherein significant symbolic forms are created, apprehended, and used. [...] Our attempts to construct, maintain, repair, and transform reality are publicly observable activities that occur in historical time. We create, express, and convey our knowledge of and attitudes towards reality through the construction of a variety of symbol systems: art, science, journalism, religion, common sense, mythology.”

Analisar o jornalismo, portanto, permite-nos não apenas compreendê-lo enquanto fenômeno comunicacional e prática cultural, como também conhecer melhor o próprio mundo. As distintas maneiras de pensar, interagir e agir de determinada sociedade estão representadas em notícias, reportagens, artigos de opinião, fotografias, vídeos. Carey compara o trabalho do “cientista cultural” ao de um crítico literário ou de um estudioso de escrituras sagradas, por exemplo. Cada especialista lida com diferentes tipos de textos – não necessariamente escritos, impressos –, mas em essência o que todos buscam é sempre descobrir o que o texto diz, conceber as possíveis formas de interpretá-lo (CAREY, 1989, p. 60-61).

É dentro desse arcabouço teórico que esta pesquisa irá averiguar *se e como* o debate sobre direitos animais permeia o jornalismo brasileiro contemporâneo. A leitura será feita a partir da seguinte pergunta: em que medida a perspectiva dos direitos animais está presente em notícias e reportagens que abordam os direitos animais? O *corpus* selecionado, portanto, não inclui todo tipo de matéria em que animais são mencionados, mas apenas aquelas em que eles são os personagens principais e a ideia de direitos animais está em pauta.

A pergunta pode parecer óbvia à primeira vista, entretanto, por se tratar de uma perspectiva não hegemônica, a possibilidade de que esteja presente nos textos em que animais são apenas objetos e mercadorias é quase nula. Por outro lado, também é possível objetar que, evidentemente, quando os animais são protagonistas e os direitos animais estão em pauta, essa perspectiva estará presente. Entretanto, o processo de seleção e leitura prévia dos textos demonstrou que, mesmo quando as notícias abordam os direitos animais, frequentemente as únicas fontes citadas são as vozes hegemônicas.

Diversas pesquisas já apontaram o favorecimento dos interesses das grandes corporações em diferentes tipos de cobertura jornalística. O poder econômico da indústria de exploração animal exerce uma influência decisiva no conteúdo editorial dos veículos de comunicação. O agronegócio não está apenas entre os maiores anunciantes das publicações, como tem uma poderosa estrutura de marketing e assessoria de imprensa que frequentemente consegue silenciar quaisquer vozes dissonantes ou mesmo deturpá-las. Empresários do setor contribuem para difundir imagens estereotipadas de ativistas, rotulando-os de “radicais” – “extremamente apegados a uma ideologia” –, “ignorantes” – “não sabem do que falam, desconhecem o funcionamento do setor” –, e até “perigosos” – “são uma ameaça ao país”. Tendo em vista esse contexto que é, por si, desfavorável àqueles que defendem as demais espécies, considereei pertinente elaborar uma questão que não demandasse somente uma resposta binária – “sim” ou “não” –, mas que possibilitasse identificar as diferentes formas em que essa perspectiva é reportada, quando reportada.

O material que compõe o *corpus* – e que será apresentado posteriormente – abrange veículos com linhas editoriais distintas. A constituição de um objeto empírico diversificado pretende esboçar um panorama geral da abordagem sobre direitos animais no jornalismo brasileiro contemporâneo. Assim como os mapas nos permitem gerir, compreender e “manusear” espaços físicos reduzindo e restringindo as informações do que estão representando – seja um país, um estado, uma cidade –, o processo de reportar os acontecimentos do mundo também envolve recortar, limitar, diminuir a quantidade de informações que constituirão uma notícia. Carey salienta que, “ao fazer isso, mapas diferentes dão vida ao mesmo ambiente de maneiras diferentes – logo, evocam realidades bastante diferentes. Portanto, viver sob a influência de mapas diferentes é viver dentro de realidades diferentes” (CAREY, 1989, p. 28, tradução minha).<sup>20</sup>

Seguindo essa linha de raciocínio, podemos nos perguntar: quais são os “mapas” informativos que a cobertura jornalística sobre direitos animais nos disponibiliza? Sob a influência de quais “mapas” nossas relações com as demais espécies são orientadas? Carey afirma que a tarefa de um cientista social, diante de seu material de análise, é a de “descobrir o que ele significa, quais interpretações do viver ele apresenta, e como ele se relaciona com os sentidos da vida historicamente encontrados em um povo” (CAREY, 1989, p. 44, tradução minha).<sup>21</sup> É com esta intenção que examinarei os textos sobre direitos animais no jornalismo brasileiro contemporâneo.

## O trajeto

Em *Orientalismo*, Said enumera três aspectos de sua “realidade contemporânea” para explicar como foi levado “a uma determinada trajetória de pesquisa e escrita” (SAID, 2007, p. 36). O primeiro aspecto que ele descreve é “a distinção entre o conhecimento puro e o político”; o segundo é “a questão metodológica”; o terceiro é “a dimensão pessoal”. Sobre este último, Said orienta-se pelas seguintes palavras do intelectual italiano Antonio Gramsci:

O ponto de partida da elaboração crítica é a consciência do que você é realmente, é o ‘conhece-te a ti mesmo’ como um produto do processo histórico até aquele momento, o qual depositou em você uma infinidade de traços, sem deixar um inventário.

<sup>20</sup> Original em inglês: “By doing this, however, different maps bring the same environment alive in different ways; they produce quite different realities. Therefore, to live within the purview of different maps is to live within different realities.”

<sup>21</sup> Original em inglês: “He has to figure out what it means, what interpretations it presents of life, and how it relates to the senses of life historically found among a people.”

Portanto, é imperativo no início compilar esse inventário (GRAMSCI *apud* SAID, 2007, p. 56-57).

Guio-me, aqui, por essas mesmas palavras. Assim como Said, considero pertinente apresentar os caminhos que me levaram a optar pelo presente objeto de estudo. Essa trajetória iniciou-se em 2006, quando um fato singular me fez deixar de comer carne, desencadeando um processo lento e gradual, que culminou com minha ampla identificação com a causa dos direitos animais e a decisão de tornar-me vegana. Naquele ano, eu atuava como fotojornalista do jornal *A Tribuna*, em Vitória (ES), quando fui pauta para uma matéria sobre turismo rural nas redondezas da cidade. Em uma das fazendas que visitamos, observei bois acorrentados a um estábulo e perguntei ao rapaz que os alimentava se ele sempre os prendia ali no momento das refeições. Ele disse-me que não, que aqueles bois ficavam presos naquele local o dia todo, todos os dias de suas vidas. Então perguntei:

- Isso quer dizer que eles nunca vão ao pasto?
- Não, nunca foram. Estão presos aqui desde que nasceram.
- Como assim? Por que nunca foram? São animais, são seres vivos, precisam caminhar, se movimentar...
- Sim... E exatamente porque nunca se movimentam, não desenvolvem músculos e alguns não conseguem se sustentar em pé. São abatidos com poucos meses de vida.
- Por que vocês fazem isso? Não faz o menor sentido...
- Você gosta de picanha?
- Sim, gosto.
- Quando você come uma picanha, prefere mastigar uma carne macia, que derrete na boca, ou prefere uma dura e cheia de músculo?
- Claro que prefiro uma carne macia...
- Pra você comer uma picanha macia, o boi tem que ser criado assim.

Após ouvir isso, a primeira coisa que me veio à mente foi: “Não faz sentido um animal ter que viver de forma tão miserável apenas para eu ter o luxo de comer uma carne macia...” Até então, eu jamais havia refletido sobre essas questões, não conhecia nem convivía com ninguém que fosse vegetariano, não tinha lido absolutamente nada sobre o assunto. Deixar de comer carne era uma possibilidade que eu nunca havia cogitado. Mas somente porque também nunca havia, efetivamente, pensado sobre os bastidores da produção de carne. Não associava o que eu comia aos animais vivos antes de serem abatidos e comercializados. Mas eis que as breves palavras daquele trabalhador rural suscitaram em mim uma série de reflexões, que logo levaram-me a uma tomada de consciência e revisão de valores.

Desde aquele dia, nunca mais comi carne vermelha – pois eu já enxergava o sofrimento do ser vivo que havia ali –, mas seguí consumindo frango, peixe e quase todos os outros produtos de origem animal. Aos poucos, entretanto, mais informações chegaram até mim. Certa

vez, li ao acaso uma reportagem que descrevia como novas tecnologias de criação possibilitavam que um frango adquirisse tamanho e peso para abate muito mais rapidamente do que em seu ritmo natural de crescimento – precisamente, a metade do tempo. Se antes os frangos levavam cerca de 80 dias para serem transformados em comida, agora em 40 dias eles já podiam ser abatidos. Metade do tempo também significava metade dos custos com alimentação e remédios – logo, muito mais lucro para os produtores.

Esse fato, por si, pareceu-me absurdo. O tempo médio de vida desses animais, se vivessem em condições naturais, seria de cerca de 15 anos. 40 dias, portanto, representa uma fração irrisória de suas vidas. Mas outras coisas também me chamaram a atenção: além de passarem suas breves existências amontoados em gaiolas minúsculas, eles nunca viam a luz do sol – essa era uma das técnicas empregadas para acelerar seu crescimento. Outro fator essencial eram as modificações genéticas por que vinham passando ao longo das últimas décadas, que possibilitaram “fabricar” animais mais “adequados” ao mercado. Logo, esses frangos eram bastante diferentes e muito maiores do que aqueles que nossas avós provavelmente conheceram. Saliento que essa matéria não era, de forma alguma, crítica a esses procedimentos. Ela apenas descrevia os “avanços” de um dos setores da economia. Mas, para mim, aquele texto “gritava” barbaridades.

Pouco tempo depois, soube também que, nas granjas voltadas à produção de ovos, os pintinhos machos eram triturados vivos assim que nasciam, pois não tinham nenhuma utilidade à indústria. Era a primeira vez que ouvira falar nisso e fiquei tão chocada que cheguei a achar que poderia não ser verdade. Decidi pesquisar e descobri não apenas que a informação era verídica, como também que era uma prática “padrão” – com a variante de que, por vezes, em vez de triturados, eles morriam sufocados em caçambas de lixo. Novamente, estava claro para mim que se tratava de mais uma prática extremamente injusta: não há qualquer sensatez no ato de triturar seres vivos recém-nascidos apenas para que tenhamos ovos à mesa.

Outro episódio que me tocou ocorreu durante um feriado que passei em uma pequena propriedade rural de amigos. Certo dia acordei cedo e fui assistir ao vaqueiro tirar leite da vaca. Vi-o então auxiliando um bezerro a sugar o leite da teta da mãe. Perguntei por que ele não deixava o filhote se alimentar sozinho. Ele me explicou que aquela raça já tinha passado por tantas modificações genéticas para produzir uma quantidade cada vez maior de leite, que o tamanho da teta já não era mais “compatível” com a boca do bezerro. Além disso, aquele animal estava ali apenas porque tinha acabado de nascer. Em poucos dias seria separado da mãe, seguindo o destino de todos os bezerros da indústria leiteira. O tal “destino” eu só soube depois, quando li sobre as atrocidades da indústria da vitela.

Após esses sucessivos eventos, eu já não comia mais nenhum tipo de carne, com exceção de peixe e frutos do mar – apesar de saber que estes também são seres sencientes. Mas apenas o fazia por uma questão de convívio social, pela pressão de familiares e amigos para que eu continuasse comendo “pelo menos” peixe. Entretanto, as implicações éticas que envolvem o consumo de animais já estavam claras para mim. Eu estava decidida a tornar-me vegetariana assim que conseguisse superar essas barreiras que usualmente enfrentamos quando abdicamos de um hábito que está fortemente enraizado na sociedade. Uma mudança de comportamento, além de requerer muita determinação e força de vontade, também gera questionamentos e críticas aos padrões estabelecidos. Por isso também suscita resistências por parte daqueles que não estão dispostos a mudar seus próprios hábitos ou mesmo refletir sobre o assunto.

A partir de julho de 2012, quando me mudei para Florianópolis (SC) para cursar o mestrado em Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), iniciou-se uma nova fase nesta minha trajetória. Enquanto em Vitória (ES) eu não conhecia ninguém que fosse vegetariano ou vegano e, portanto, não tinha a oportunidade de dialogar sobre todas essas questões que me incomodavam, encontrei em Florianópolis um ambiente muito mais propício e aberto a esse debate. Durante meu primeiro ano na cidade, a pessoa com quem dividi apartamento e que veio a se tornar uma grande amiga era vegana. Foi ela quem me apresentou o mundo da culinária sem queijos, leites e ovos e me mostrou que não era preciso abdicar dos prazeres à mesa para seguir o veganismo. Pelo contrário: descobri uma variedade quase infinita de novos ingredientes, receitas nutritivas e saborosíssimas que não envolviam nenhum tipo de sofrimento animal. Diferente do que eu imaginava, refeições à base de vegetais podiam ser muito mais diversas do que aquelas que utilizavam produtos de origem animal.

Depois que excluí peixes e frutos do mar da minha alimentação, o próximo passo foi eliminar também todos os derivados de animais. Esse processo ocorreu tão naturalmente que nem sei precisar em que dia, semana, mês tornei-me vegana – mas suponho que tenha sido em algum momento no final de 2013. Foi também naquele ano que comecei a ter contato com toda a bibliografia sobre ética e direitos animais que até então desconhecia. No ambiente acadêmico que a UFSC me proporcionou ouvi pela primeira vez o termo “especismo”; aprendi mais sobre senciência – conceito que já me era familiar, por estar presente no yoga, no budismo e nas filosofias orientais de forma geral –; conheci a perspectiva abolicionista dentro do movimento pelos direitos animais; inteirei-me dos principais autores e obras que se destacam nesse debate; e, sobretudo, descobri que já havia muita pesquisa científica sobre o assunto e várias outras em andamento.

Estar na UFSC foi, sem dúvida, decisivo nessa trajetória que me conduziu à escolha do tema deste trabalho. Ainda durante o mestrado assisti a diversas palestras, seminários, cine-debates, lançamento de livros sobre ética e direitos animais – a maior parte promovida pelos departamentos de Filosofia e Direito. Comecei a frequentar o grupo de estudos sobre Filosofia da Libertação Animal, conduzido por integrantes do Núcleo de Ética e Filosofia Política (NEFIPO), do Programa de Pós-graduação em Filosofia (PPGFil). Através deste grupo, conheci o Observatório de Justiça Ecológica (OJE) – projeto de pesquisa e extensão do Programa de Pós-graduação em Direito (PPGD), coordenado pelas professoras Letícia Albuquerque e Paula Brügger – e também passei a participar de suas reuniões quinzenais.

Voltado às áreas de direito ambiental, direitos humanos e direitos animais, o OJE mantém um calendário de atividades muito profícuo para estudantes e pesquisadores interessados nesses temas. Destaca-se o Curso de Verão de Direitos Animais e as Oficinas de Direitos Humanos. Em 2015, o Observatório promoveu o I Congresso Internacional Interdisciplinar de Direitos Animais, quando tive a oportunidade de conhecer outros pesquisadores que problematizavam questões éticas nas relações interespecies a partir de seus respectivos campos de estudos. Gostei especialmente dos relatos dos professores Thales Tréz e Carlos Zanetti, ambos da Biologia, área em que o uso de animais em experimentações científicas ainda é generalizado.

Tréz é ex-aluno da UFSC e hoje professor da Universidade Federal de Alfenas (Unifal). Quando ingressou na graduação, surpreendeu-se ao saber que teria que fazer experimentos com animais nas disciplinas práticas. Certo dia, o professor de Fisiologia anunciou que, na aula seguinte, um cachorro seria dissecado vivo para que os estudantes observassem seu sistema cardiorrespiratório. Inconformados, Tréz e outros colegas chegaram mais cedo ao laboratório para tentar impedir que o animal fosse sacrificado. Ao se depararem com o cachorro sozinho, decidiram libertá-lo. O ato gerou intensos debates entre professores e alunos do curso, acabando por reduzir consideravelmente o uso de animais em sala de aula. Zanetti, por sua vez, é professor da UFSC e utilizou cobaias em pesquisas sobre raiva durante quase toda sua carreira acadêmica. Mas aos poucos começou a refletir sobre essas questões e, depois que ingressou no Comitê de Ética no Uso de Animais em Pesquisa (CEUA), decidiu abolir definitivamente os testes com animais. Hoje ele ministra uma disciplina sobre métodos alternativos e tornou-se um grande propagador dessa mudança de paradigma.

Ainda em 2012 tive o primeiro contato com a professora Sônia T. Felipe, uma das maiores referências nacionais nos estudos sobre ética animal no campo da Filosofia. Naquele ano ela já estava aposentada da UFSC, mas seguia produzindo intensamente. Esteve na

universidade para o evento de lançamento de seu livro *Galactolatria, mau leite: implicações éticas, ambientais e nutricionais do consumo de leite bovino*. Impressionou-me a quantidade de informações que acumulava, sua maturidade teórica e a convicção com que defendia seus ideais. Ela tinha respostas a toda e qualquer objeção à perspectiva abolicionista. Felipe leu e traduziu por conta própria vários clássicos da área de direitos animais – desde os mais conhecidos, como *Libertação Animal*, de Peter Singer, até os mais raros, como *The Duty of Mercy*, de Humphry Primatt – e orientou os primeiros trabalhos acadêmicos na área.

Estar em contato com esse conhecimento acadêmico abriu-me horizontes e perspectivas de pesquisa. Observei que, apesar da UFSC ser um ambiente muito propício a esse debate, no curso de Jornalismo ele ainda era quase inexistente. No Programa de Pós-graduação em Jornalismo (PPGJor/UFSC), a primeira e única pesquisa que abordou o tema foi a de Danielle Sibonis, que em 2015 defendeu a dissertação com o título *As representações socioculturais dos animais no jornalismo da Folha de S. Paulo*. Em outras universidades, as pesquisas na área de Jornalismo também eram muito incipientes, contrastando com os avanços visíveis em outras áreas. Para além da Filosofia e do Direito, o tema vinha sendo abordado na Biologia, Literatura, Sociologia, Antropologia, Nutrição. Essa carência de um olhar para a questão a partir do meu próprio campo de estudos e de atuação profissional também contribuiu para que eu decidisse desenvolver o presente trabalho.

Foi, portanto, como consequência de um despertar para todos esses questionamentos e para outra forma de olhar as relações interespecies que esta pesquisa se fez possível. Se não tivesse percorrido esse caminho, muito provavelmente não teria me atentado à pertinência do tema. Segundo Carey, os trabalhos acadêmicos nas ciências sociais devem partir desse processo de conseguir identificar um problema onde, à primeira vista, não havia nenhum problema; de enxergar o estranho e antinatural ao que nos parecia familiar e “normal”, “natural”.

Um sábio certa vez definiu o propósito da arte como "tornar o fenômeno estranho". As coisas podem se tornar tão familiares que não as percebemos mais. A arte, no entanto, pode pegar o som do mar, a entonação de uma voz, a textura de um tecido, o desenho de um rosto, o jogo de luz em uma paisagem e arrancar esses fenômenos comuns do pano de fundo da existência, compelindo-os ao primeiro plano da nossa atenção. [...] Da mesma forma, as ciências sociais podem pegar os fatos mais óbvios e básicos da vida social e induzi-los ao primeiro plano da admiração, do deslumbramento, do espanto. Os cientistas sociais podem nos fazer contemplar as particularidades extraordinárias da vida social – que até então eram para nós algo evidente e não apresentavam quaisquer problemas que nossos olhos identificassem. [...] O conhecimento se desenvolve de maneira mais eficaz a partir do momento em que as coisas se tornam problemáticas para nós, quando experimentamos uma “lacuna de informação” entre o que as circunstâncias nos impeliram a fazer e o que de fato precisávamos saber para agir. Essa lacuna de informação, esse senso de que existe um problema, muitas vezes só pode ser induzido despojando a vida de seus ornamentos

mundanos e expondo nosso senso comum ou nossas suposições científicas a essa luz que torna os fenômenos estranhos (CAREY, 1989, 24-25, tradução minha).<sup>22</sup>

Como a grande maioria das pessoas, eu também vivia imersa nesse “senso comum” em que a exploração animal é plenamente aceitável. Mas a partir do momento em que reconheci que havia algo errado, que nosso comportamento enquanto espécie era abusivo, tornou-se inevitável problematizá-lo. “Como é que as ideias adquirem autoridade, ‘normalidade’ e até o *status* de verdade ‘natural’?”, indaga Said (2007, p. 433). Uma pesquisa que pretenda confrontar a perspectiva dos direitos animais com os discursos jornalísticos contemporâneos requer, a *priori*, fazer esse exercício de interrogar as “verdades” estabelecidas. Caso contrário, o especismo seguiria sendo encarado como algo “natural”, “normal”. Logo, não haveria o que contestar ou problematizar.

Evidentemente, ao explicitar e justificar meu interesse e proximidade com o objeto de estudo, não estou isenta de exercer, continuamente, uma autocrítica. Conforme afirma Said – a respeito de *Orientalismo* –, mesmo quando partimos de uma perspectiva não hegemônica, a trilha da reflexão, da indagação e da revisão de valores não deve ser abandonada.

É de se notar que esse trabalho partilha preocupações importantes com as vozes humanitárias e “abafadas” dentro da própria metrópole: feministas, autores, intelectuais, e artistas afro-americanos, entre outros. Mas aqui também a vigilância e a autocrítica são fundamentais, pois existe um risco intrínseco ao trabalho de oposição de se institucionalizar, à marginalidade de se transformar em separatismo, à resistência de se enrijecer em dogma. Sem dúvida, o ativismo que coloca e reformula os questionamentos políticos na vida intelectual está salvaguardado da ortodoxia. Mas é preciso sempre manter a comunidade acima da coerção, a crítica acima da mera solidariedade, a vigilância acima da concordância (SAID, 2011, p. 106).

Foi com este espírito que procurei conduzir cada etapa desta pesquisa. Nesse percurso, foram fundamentais os estudos decoloniais – que sucederam os primeiros trabalhos pós-coloniais, dos quais *Orientalismo* foi precursor. Finalizo esse “inventário” da mesma forma

---

<sup>22</sup> Original em inglês: “A wise man once defined the purpose of art as ‘making the phenomenon strange’. Things can become so familiar that we no longer perceive them at all. Art, however, can take the sound of the sea, the intonation of a voice, the texture of a fabric, the design of a face, the play of light upon a landscape, and wrench these ordinary phenomena out of the backdrop of existence and force them into the foreground of consideration. [...] Similarly, the social sciences can take the most obvious yet background facts of social life and force them into the foreground of wonderment. They can make us contemplate the particular miracles of social life that have become for us just there, plain and unproblematic for the eye to see. [...] Knowledge most effectively grew at the point when things became problematic, when we experience a ‘information gap’ between what circumstances impelled us toward doing and what we needed to know in order to act at all. This information gap, this sense of the problematic, often can be induced only by divesting life of its mundane trappings and exposing our common sense or scientific assumptions to an ironic light that makes the phenomenon strange.”

como comecei – reproduzindo os comentários de Said a respeito de sua trajetória como palestino escrevendo sobre o Oriente:

Não cabe a mim julgar se o que realizei é o inventário prescrito por Gramsci, embora tenha considerado importante a consciência de tentar produzir tal inventário. Ao longo do caminho, com toda a severidade e racionalidade de que fui capaz, tentei manter uma consciência crítica, bem como empregar aqueles instrumentos de pesquisa histórica, humanística e cultural de que a minha educação me tornou o feliz beneficiário (SAID, 2007, p. 57).

A história de vida de Said foi determinante em suas escolhas acadêmicas, levando-o a dedicar esforços, tempo, energia e capacidade intelectual ao tema que mais lhe importava – a relação Oriente-Occidente, com suas nuances e desdobramentos. Da mesma forma, a concepção desta tese é fruto das várias experiências que vivi e que me fizeram olhar para os animais a partir de um novo paradigma.

### **O método**

Outro aspecto que Said aborda em *Orientalismo*, a respeito da pesquisa acadêmica, é “a questão metodológica”. Para o autor, nos trabalhos de ciências humanas “não há um ponto de partida meramente dado ou simplesmente disponível: o início de cada projeto tem de ser feito de maneira a *permitir* o que se segue” (SAID, 2007, p. 45). No caso desta tese, para que fosse possível averiguar como a perspectiva sobre direitos animais aparece no jornalismo foi preciso, primeiramente, compreender que perspectiva é essa: quais são os textos sobre direitos animais? O que dizem esses textos? Quem são os autores que escrevem sobre o tema? Meu ponto de partida, portanto, foi constituir um panorama histórico com os principais argumentos desenvolvidos em defesa dos animais ao longo do tempo.

Said prossegue afirmando que “a ideia do início, o ato de começar, implica necessariamente um ato de delimitação pelo qual algo é cortado de uma grande massa de material, separado da massa e obrigado a representar, bem como a ser, um ponto de partida, um início” (SAID, 2007, p. 45). Por se tratar de um tema não hegemônico poderíamos supor que talvez não houvesse “uma grande massa de material” e que os principais textos e autores estivessem concentrados nas décadas mais recentes. Entretanto, apesar de menos conhecidos do que os discursos antropocêntricos, o pensamento crítico ao especismo existe praticamente desde sempre – e, nos últimos dois séculos, também existe em abundância.

Como meu objetivo é identificar de que forma essas ideias reverberaram no jornalismo brasileiro contemporâneo, optei por concentrar-me nos textos produzidos por pensadores ocidentais. O vegetarianismo era (e ainda é) tradicional em muitos países do Oriente, portanto, existe uma infinidade de obras sobre o tema em seus longínquos registros históricos. Seria inviável incluí-los todos. Além disso, também considerei o fato de que o Brasil está localizado no Ocidente e foi muito mais influenciado pelos modos de pensar e agir do mundo europeu ocidental. Isso não quer dizer que as ideias vindas do Oriente tenham sido totalmente excluídas desse panorama que apresento no Capítulo 1. Pelo contrário: muitos daqueles que escreveram sobre o assunto no Ocidente tiveram algum contato com textos e pensadores orientais, os quais os levaram a repensar as relações interespecies.

Sobre *Orientalismo*, Said relata que não enfrentou “simplesmente o problema de encontrar um ponto de partida, ou problemática, mas também a questão de designar que textos, autores e períodos são os mais adequados para estudo” (SAID, 2007, p. 45). Ao organizar esse quadro da defesa dos animais no Ocidente procurei incluir os discursos considerados inéditos em seus respectivos contextos sociais e históricos, assim como aqueles que tiveram grande influência nas gerações seguintes. Também levei em conta a questão da representatividade, selecionando autores de diferentes áreas de atuação e nacionalidades. Não privilegiei “acadêmicos” ou “ativistas”, compondo assim um panorama ao mesmo tempo diverso e equilibrado, que evidencia como indivíduos com trajetórias de vida muito distintas tiveram percepções bastante similares em relação aos problemas inerentes às nossas relações com os animais.

“Nenhum poeta, nenhum artista de qualquer arte, tem seu pleno significado sozinho” – após reproduzir essas palavras de T. S. Eliot, Said (2011, p. 35) afirma: “Não há nenhuma maneira de isolar o passado do presente. Ambos se modelam mutuamente, um inclui o outro e, no sentido totalmente ideal pretendido por Eliot, um coexiste com o outro”. A constituição de um panorama histórico, portanto, foi imprescindível para a posterior análise do *corpus* jornalístico. O Capítulo 1 resgata e reconstrói esse passado do pensamento sobre direitos animais que muitos desconhecem. O intuito foi trazer à tona textos que foram relegados ao segundo plano; valorizar esses autores que, em algum momento de suas vidas, direcionam um olhar digno e respeitoso aos animais – apesar dos contextos quase sempre desfavoráveis. Se “a maneira como formulamos ou representamos o passado molda nossa compreensão e nossas concepções do presente” (SAID, 2011, p. 36), faz-se necessário, antes de mais nada, explicitar de que “passado” estamos falando. Como esses discursos foram elaborados ao longo do tempo

e chegaram aos dias atuais? De que forma o jornalismo contribui para sua difusão na cultura contemporânea?

Said investiga, em *Orientalismo*, como um corpo de textos ocidentais foi responsável por construir e consolidar uma concepção errônea, deturpada e preconceituosa do Oriente e dos orientais. A expressão “Orientalismo” refere-se a “um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente” (SAID, 2007, p. 29), que está fundado na separação artificial entre Oriente e Ocidente:

O Orientalismo é um estilo de pensamento baseado numa distinção ontológica e epistemológica feita entre o “Oriente” e (na maior parte do tempo) o “Ocidente”. Assim, um grande número de escritores, entre os quais poetas, romancistas, filósofos, teóricos políticos, economistas e administradores imperiais, tem aceitado a distinção básica entre o Leste e o Oeste como ponto de partida para teorias elaboradas, epopeias, romances, descrições sociais e relatos políticos a respeito do Oriente, seus povos, costumes, “mentalidade” e assim por diante (SAID, 2007, p. 28-29).

Isto é, todos esses pensadores partem do pressuposto de que existe, de fato, uma dicotomia entre Oriente e Ocidente, o que inevitavelmente direciona seus olhares e produz interpretações distorcidas sobre esse “outro” em suas narrativas. Nesse sentido, Said explicita como a representação do Oriente por autores ocidentais acaba por ser sempre enviesada, constituindo assim “um corpo de ideias, crenças, clichês ou erudição sobre o Oriente, e outras escolas de pensamento em geral na cultura” (SAID, 2007, p. 278-279). Para compor esse “quadro” do Orientalismo, o autor selecionou um *corpus* diversificado:

Proponho examinar não só as obras eruditas, mas também as obras de literatura, tratados políticos, textos jornalísticos, livros de viagem, estudos religiosos e filológicos. Em outras palavras, minha perspectiva híbrida é amplamente histórica e “antropológica”, dado que acredito que todos os textos são mundanos e circunstanciais e que variam, claro, de gênero e de período histórico para período histórico (SAID, 2007, p. 53-54).

Já em *Cultura e Imperialismo*, o autor se volta à literatura do século XIX para demonstrar de que forma romances consagrados e, aparentemente, “inofensivos” em termos de conteúdo ideológico, colaboraram para uma cultura imperialista que perdura até os tempos atuais. Segundo ele, as obras literárias “são destilações ou simplificações ou, ainda, um conjunto de escolhas feitas por um autor, muito menos complicadas e misturadas do que a realidade” (SAID, 2011, p. 125). E justifica, assim, sua opção por analisar especificamente o romance:

Trato sobretudo de formas culturais, como o romance, que julgo terem sido de enorme importância na formação das atitudes, referências e experiências imperiais. Não digo que apenas o romance tenha sido importante, mas o considero como *o* objeto estético, cujas ligações com as sociedades em expansão da Inglaterra e da França são particularmente interessantes como tema de estudo (SAID, 2011, p. 10-11).

Se no século XIX o romance era a prática cultural de maior influência para os letrados de então, pode-se dizer que hoje o jornalismo está entre as principais expressões culturais que ocupam esse espaço. Obviamente os romances seguem sendo muito importantes para a “formação de atitudes, referências e experiências”, entretanto, já não são mais “*o* objeto estético” de dois séculos atrás. Examinar as práticas jornalísticas, portanto, pode ser mais adequado para compreender *se e como* uma perspectiva não hegemônica circula na sociedade hoje. O que Said afirma a respeito dos romancistas pode ser estendido também aos jornalistas:

Não creio que os escritores sejam mecanicamente determinados pela ideologia, pela classe ou pela história econômica, mas acho que estão profundamente ligados à história de suas sociedades, moldando e moldados por essa história e suas experiências sociais em diferentes graus (SAID, 2011, p. 24).

Após a concepção do panorama histórico que compõe o Capítulo 1, volto-me, no Capítulo 2, à primeira parte do material jornalístico que integra o *corpus*. Analiso a cobertura da “Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos” pelo jornal *Folha de S. Paulo* – por este ser o único veículo de circulação nacional que cobriu sistematicamente o evento ao longo das últimas décadas. Foram reunidas e organizadas em quadros todas as 423 matérias publicadas pelo jornal durante um período de 10 anos (2010-2019). Após a leitura desse material, selecionei as 63 matérias que abordavam os direitos animais para serem analisadas. A opção por essa cobertura se deve por este ser um evento periódico, envolvendo um debate que se intensificou nos últimos anos: o uso de animais em atividades “esportivas” e de “entretenimento”. No caso específico dos rodeios, houve sucessivas proibições de algumas modalidades – vaquejada, prova de laço, bulldog –, assim como tentativas de vetar o rodeio como um todo.

Ao final, analiso uma reportagem sobre rodeios publicada pela revista *piauí* em outubro de 2015, comparando-a à cobertura da *Folha de S. Paulo*. O objetivo foi averiguar se veículos com perfis muito distintos – tanto no que concerne à linha editorial, como também à periodicidade, ao tempo de apuração, à extensão dos textos – expõem a perspectiva dos direitos animais de formas igualmente distintas ao abordarem um mesmo tema. Busquei, nesse momento, observar como as características editoriais de uma publicação podem ou não ser decisivas no conteúdo de reportagens que abordam perspectivas não hegemônicas.

No Capítulo 3, apresento a segunda parte do *corpus*, constituída pela cobertura – realizada por 17 veículos – da decisão judicial que proibiu momentaneamente a exportação de gado vivo em todo o país. O caso ocorreu em fevereiro de 2018, quando entidades de proteção animal e membros da sociedade civil denunciaram maus-tratos sofridos pelos 27,8 mil bois que embarcavam em um navio com destino à Turquia, atracado no Porto de Santos (SP). O evento teve ampla repercussão midiática e suscitou o debate sobre a legitimidade da exportação de animais vivos, prática antes pouco usual, mas que vem se tornando cada vez mais rotineira no agronegócio brasileiro. Existe uma significativa reação contrária à atividade – mesmo entre não ativistas –, acompanhada de intensas disputas judiciais. Para verificar como esse debate contemporâneo tem permeado o jornalismo, analisei 171 matérias sobre o tema publicadas ao longo de três anos: 2017, 2018, 2019.

Diferente da primeira parte do *corpus* – que acompanha a cobertura de um evento regular, feita por um único veículo, durante um período longo de tempo –, esta volta-se a um acontecimento pontual, que suscitou a cobertura de vários veículos, durante um período curto de tempo. Esse conjunto diverso de textos, abordando diferentes formas de exploração animal, forma um quadro heterogêneo que possibilita averiguar a efetiva difusão do debate sobre direitos animais no jornalismo brasileiro. A divisão do *corpus* em dois momentos produziu uma “heterofonia”, como a que Said empregou em *Orientalismo*.

O autor atenta também à pertinência de abordar o objeto empírico em seu contexto, relacionando-o à história, política, economia e outras formas de expressão cultural com as quais compartilha espaços discursivos e inevitavelmente interage. Ele observa que “cada campo individual está ligado a todos os outros, e que nada do que acontece em nosso mundo se dá isoladamente e isento de influências externas” (SAID, 2007, p. 19). Ao selecionar os romances que analisa em *Cultura e Imperialismo*, afirma:

A suposta autonomia das obras de arte acarreta uma espécie de separação que, a meu ver, impõe uma limitação indesejável, a qual não é de forma alguma colocada pelas próprias obras. [...] Meu objetivo principal não é separar, e sim estabelecer conexões, e estou interessado nisso pela grande razão filosófica e metodológica de que as formas culturais são híbridas, ambíguas, impuras, e chegou a hora de a análise cultural voltar a vincular o estudo e a realidade delas (SAID, 2011, p. 50).

Antes de descrever a análise de cada cobertura, portanto, apresento um breve panorama da realidade concreta que esses eventos reportam. Procurei contextualizar as práticas em questão em meio a suas várias “influências externas”. É sempre sob tais influências que o

jornalismo constrói narrativas, as quais, em conjunto com outras narrativas, edificam e sustentam nossas sociedades.

O poder de narrar, ou de impedir que se formem e surjam outras narrativas, é muito importante para a cultura e o imperialismo, e constitui uma das principais conexões entre ambos. Mais importante, as grandiosas narrativas de emancipação e esclarecimento mobilizaram povos do mundo colonial para que se erguessem e acabassem com a sujeição imperial; nesse processo, muitos europeus e americanos também foram instigados por essas histórias e seus respectivos protagonistas, e também eles lutaram por novas narrativas de igualdade e solidariedade humana (SAID, 2011, p. 11).

Assim como o imperialismo, o antropocentrismo e o especismo também cristalizaram narrativas ao longo dos séculos, consolidando os valores hegemônicos que ainda regem nossas relações com tudo o que denominamos “natureza”. O panorama histórico que apresento no Capítulo 1 constitui uma narrativa alternativa, que nos possibilita olhar para o jornalismo a partir de um novo paradigma.

Said (2011, p. 27) aponta que “se o imperialismo avançou implacavelmente nos séculos XIX e XX, o mesmo se deu com a resistência a ele”. Da mesma forma, as forças de resistência ao especismo, apesar de ainda pouco conhecidas, sempre existiram e têm sido cada vez mais difundidas. Novas vozes são introduzidas progressivamente nos espaços públicos, possibilitando leituras inovadoras sobre nosso “estar no mundo”. Deveria ser papel dos pesquisadores, segundo Said, abordar nossos objetos empíricos a partir desses arcabouços teóricos “revolucionários”:

Precisamos de um paradigma diferente e inovador para a pesquisa humanista. Os estudiosos podem estar abertamente empenhados na política e nos interesses do presente – com os olhos abertos, com uma energia analítica rigorosa e os valores sociais decentes de quem está interessado, não na sobrevivência de um feudo ou uma guilda disciplinar, [...] e sim na melhoria e na valorização não coercitiva da vida numa comunidade que luta para existir entre outras comunidades. Não se pode minimizar o trabalho de escavação imaginativa necessário para tal tarefa (SAID, 2011, p. 475).

Para o autor, “a tarefa que se apresenta ao intelectual cultural, portanto, é não aceitar a política da identidade tal como é dada, mas mostrar como todas as representações são construídas, qual é sua finalidade, quem são seus inventores, quais são seus componentes” (SAID, 2011, p. 476). Nesse sentido, olhar para os textos sobre animais a partir do “modelo de mundo” considerado “normal” não nos possibilitaria avançar. Apenas uma “mudança de perspectiva interpretativa nos permite questionar a inquestionada soberania e autoridade do observador ocidental supostamente distanciado” (SAID, 2011, p. 101). No caso

desta pesquisa, o “observador ocidental” seria o próprio humano que, enquanto espécie, também se coloca com “inquestionada soberania e autoridade” diante todos os outros animais.

O que faço aqui é observar, à luz dos estudos sobre direitos animais e de uma perspectiva não especista, como a “voz” dos animais está sendo considerada. Eles seguem sendo referidos meramente como objetos, *commodities*? Sabemos, de antemão, que a concepção dos animais enquanto seres sencientes e sujeitos de direito é ignorada pela maioria dos profissionais da comunicação. Nas matérias que selecionei, entretanto, os repórteres foram impelidos a se debruçar sobre o tema, a encará-lo de alguma maneira. Como jornalistas, frequentemente somos incumbidos de pautas sobre assuntos com os quais não temos familiaridade. Nesses casos, é nosso dever buscar informações, ouvir as fontes que possam auxiliar na compreensão do que estamos a reportar. Se “a questão da interpretação, e da própria escrita, está ligada à questão dos interesses, que operam, como vimos, nos textos tanto estéticos como historiográficos” (SAID, 2011, p. 165), de que forma os interesses (mesmo inconscientes) dos jornalistas comprometem ou não a disseminação das vozes críticas ao especismo?

A análise dos textos que compõem o *corpus* será guiada pelos critérios da “leitura em contraponto”, proposta por Said em *Cultura e Imperialismo*:

Em termos práticos, o que chamo de “leitura em contraponto” significa ler um texto entendendo o que está envolvido quando um autor mostra, por exemplo, que uma fazenda colonial de cana de açúcar é considerada importante para o processo de manutenção de um determinado estilo de vida na Inglaterra. Além disso, como todos os textos literários, eles não estão limitados por seus começos e fins históricos formais. [...] A leitura em contraponto deve considerar ambos os processos, o do imperialismo e o da resistência a ele, o que pode ser feito estendendo nossa leitura dos textos de forma a incluir o que antes era forçosamente excluído. [...]

Ao ler um texto, devemos abri-lo tanto para o que está contido nele quanto para o que foi excluído pelo autor. Cada obra cultural é a visão de um momento. E devemos justapor essa visão às várias revisões que depois ela gerou. [...] Ademais, devemos vincular as estruturas de uma narrativa às ideias, conceitos e experiências em que ela se apoia (SAID, 2011, p. 123-124).

Para identificar “o que foi excluído pelo autor” em cada cobertura, empreguei as técnicas de apuração jornalística. Pesquisei, consultei fontes variadas, verifiquei a veracidade das informações, busquei compreender o contexto que os fatos reportavam. Nesse processo, atuei também como repórter. Assim, foi possível aferir como os textos haviam sido produzidos, quais informações haviam sido apuradas (ou não) pelos jornalistas, o que os veículos privilegiaram ou preteriram. Portanto, nos capítulos 2 e 3, também *contraponho* a análise do conjunto de matérias selecionadas com os resultados dessa apuração.

Assim como em *Orientalismo* e *Cultura e Imperialismo*, este trabalho também lida com uma forma específica de preconceito, que provavelmente ainda levará muito tempo a ser reconhecida e superada. Said (2007, p. 280) aponta que “no início do século XIX, as teses do atraso, degeneração e desigualdade orientais em relação ao Ocidente associavam-se muito facilmente a ideias sobre as bases biológicas da desigualdade racial”. Podemos dizer que o mesmo se passa (ainda) hoje com as “teses antropocêntricas”. O jornalismo – que, como já foi dito, não está apartado do mundo que reporta – tende a ser tão especista quanto a sociedade em que está inserido. Entretanto, nas pequenas brechas, nos breves espaços em que os direitos animais estão em pauta, quão permeáveis são as notícias aos discursos não hegemônicos?

O pensamento e a experiência moderna têm nos ensinado a ser sensíveis ao que está envolvido na representação, no estudo do Outro, no pensamento racial, na aceitação irrefletida e acrítica da autoridade e das ideias autorizadas, no papel sociopolítico dos intelectuais, no grande valor de uma consciência crítica e cética. Se lembrarmos que o estudo da experiência humana tem em geral uma consciência ética e política, no melhor e no pior sentido, talvez não fiquemos indiferentes ao que fazemos como estudiosos. E que melhor norte para o estudioso do que a liberdade e o conhecimento humanos? (SAID, 2007, p. 435-436).

Entre todos os “outros” que nós, enquanto pesquisadores, podemos e devemos considerar, o “outro animal” será sempre o mais desafiador. Falar de animais implica, necessariamente, falar a partir de nossa posição enquanto humanos, o que significa uma distância para além da raça, do sexo, da nacionalidade: há uma total impossibilidade de se pertencer ao grupo do qual se fala. Como os próprios animais tampouco podem falar por si, temos uma responsabilidade ainda maior ao empreender esse esforço de incluí-los em nossa comunidade moral. Said (2011, p. 13) observa que o imperialismo era uma “realidade incontestável em suas sociedades” e isso estava expresso nos romances, na arte, em toda a cultura do período das colonizações. Da mesma forma, o especismo é ainda hoje uma “realidade incontestável”, o que também está expresso nos produtos jornalísticos que consumimos. Olhar para o que, para muitos, é sequer “digno de olhar” pode nos proporcionar um entendimento mais aprofundado das ideologias discriminatórias impregnadas em nossa cultura e das imbricações e responsabilidades do jornalismo em sua difusão.

Nas considerações finais, discorro sobre as reflexões suscitadas a partir da análise do *corpus*, retomando a perspectiva teórica de Said e de outros autores dos estudos decoloniais. Contraponho os resultados desta pesquisa ao de outras na área de Jornalismo, recorrendo também a trabalhos teóricos do campo. Nesse momento, procuro refletir de forma mais ampla

e aprofundada sobre as práticas jornalísticas como um todo, respondendo à pergunta colocada no título: “Pode o animal falar?”

Esse título foi inspirado no artigo que a socióloga e pesquisadora indiana Gayatri Spivak publicou em 1985, cuja repercussão foi notória: “Pode o subalterno falar?”. A autora, assim como Said, é considerada uma das precursoras dos estudos pós-coloniais. No trabalho em questão, ela parte de uma perspectiva crítica aos intelectuais ocidentais, dirigindo-se especialmente ao grupo de pesquisa do qual fazia parte – os “Estudos Subalternos”. Para Spivak (2010, p. 20), ao supostamente *representar* o subalterno, “a produção intelectual ocidental é, de muitas maneiras, cúmplice dos interesses econômicos internacionais do Ocidente”. A pesquisadora não faz referência às demais espécies, mas se considerarmos que o subalterno, segundo ela, é todo aquele que pertence às “camadas mais baixas” da sociedade, seu questionamento é pertinente para olharmos também para os animais – os quais, para além de “subalternos”, não são sequer considerados indivíduos, mas sim “produtos”.

Apesar dos avanços que temos presenciado, ainda há, dentro e fora da academia, muitos que consideram esse um tema “menor”, pouco “merecedor” de estudo. Entretanto, conforme explicitarei ao final do trabalho, todas as formas de opressão estão interconectadas, logo, solucionar os tantos problemas contemporâneos não requer que seja estabelecida uma hierarquia de prioridades. Podemos empreender esforços para reduzir a fome no mundo ao mesmo tempo em que também combatemos outras mazelas sociais, tais como a falta de moradia e de saneamento básico, a privação de acesso à educação, a destruição do meio ambiente. Ao resolver ou minimizar uma fonte de sofrimento e injustiça, estaremos contribuindo indiretamente – ou mesmo diretamente – para reduzir várias outras.<sup>23</sup>

Esta pesquisa, portanto, também tem um forte compromisso social. A exploração das demais espécies não é um problema que afeta somente os “animais de criação”. A atividade agropecuária causa danos humanos e ambientais inestimáveis – os quais descreverei brevemente no Capítulo 3. No Brasil, sobretudo, o setor está entre os que acumulam os mais altos índices de acidentes de trabalho e entre os maiores poluidores de nossos recursos naturais, dos quais dependemos para sobreviver. Lutar por direitos animais significa, portanto, lutar também por direitos humanos.

---

<sup>23</sup> Como será demonstrado ao longo do trabalho, diversos autores já ressaltaram os benefícios que uma alimentação sem carne teria inclusive para o combate à fome. Destaco aqui as palavras do filósofo Peter Singer: “Deixando de criar e matar animais para a alimentação, poderíamos dispor de uma quantidade de comida para os seres humanos que, apropriadamente distribuída, eliminaria a fome e desnutrição em nosso planeta. A libertação animal é uma libertação humana” (SINGER, 2010, p. 440).

A inclusão de novos grupos entre os merecedores de respeito e dignidade sempre enfrentou a oposição daqueles que são favorecidos pela exploração de tais grupos. Grandes intelectuais, inclusive, frequentemente rejeitaram novas formas de conceber a realidade e de estabelecer relações entre indivíduos. O arcabouço teórico a que tiveram acesso está muitas vezes impregnado por ideologias racistas, sexistas, especistas, das quais sequer se dão conta. O conhecimento, entretanto, não é e nunca foi “fixo”, “imóvel”, segue em permanente fluxo, em contínua evolução. Conceitos que outrora fizeram sentido precisam, a partir de determinado momento, ser superados. Mas sempre há aqueles que se opõem às mudanças e relutam contra ideias progressistas. Mesmo entre as novas gerações de pesquisadores, muitos seguem resistindo aos novos paradigmas e aderem facilmente às narrativas discriminatórias. Por isso, também, esta pesquisa se faz necessária. Finalizo a Introdução reproduzindo, mais uma vez, as palavras de Said:

É a essas formas acrílicas e irracionais de educação e reflexão que se dirige esse livro – como um corretor, uma alternativa paciente, uma possibilidade francamente exploratória. Ao escrevê-lo, eu me vali do espaço utópico ainda proporcionado pela universidade, que, a meu ver, deve permanecer como um local em que se investigam, se discutem e se refletem essas questões vitais (SAID, 2011, p. 30).

Trabalhar com temas não hegemônicos pode ser, por vezes, bastante frustrante. Mas assim como Said, permito-me usufruir desse “espaço utópico ainda proporcionado pela universidade” para investigar, discutir e refletir “essas questões vitais”. Quiçá esta tese também possa vir a ser “uma alternativa paciente” aos padrões obsoletos que ainda ditam o pensamento predominante.

## CAPÍTULO 1

### BREVE HISTÓRIA DA DEFESA DOS ANIMAIS NO OCIDENTE

*No começo do Gênesis, está escrito que Deus criou o homem para que ele reine sobre os pássaros, os peixes e os animais. É claro, o Gênesis foi escrito por um homem e não por um cavalo. Nada nos garante que Deus quisesse realmente que o homem reinasse sobre as outras criaturas. É mais provável que o homem tenha inventado Deus para santificar o poder que usurpou sobre a vaca e o cavalo.*

Milan Kundera<sup>24</sup>

Ao longo da história da humanidade, as relações interespecies se configuraram de forma heterogênea em diferentes partes do planeta. Em muitos países do Oriente, como na Índia, por exemplo, a convivência entre humanos e não humanos se estabeleceu de modo menos hierárquico e mais respeitoso do que no mundo ocidental. E mesmo no Ocidente, comunidades indígenas e outros grupos sociais que sempre viveram mais próximos ao que denominamos por “natureza” frequentemente constituíram relações mais equilibradas com as demais espécies.

Entretanto, é inquestionável que, de forma ampla e hegemônica, o que predominou e ainda predomina no Ocidente – e hoje também no Oriente – são estruturas sociais antropocêntricas em que os animais são subjugados e explorados em função dos muitos e variados interesses humanos. O que será apresentado a seguir, nessa breve história da defesa dos animais no Ocidente, são as vozes dissonantes que se destacam justamente por enfrentarem um paradigma tão solidamente estabelecido. Como bem observa o historiador inglês Keith Thomas no livro *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*,

Nem todas as pessoas achavam que o mundo fora feito exclusivamente para o homem, que a natureza tinha que ser aterrorizada e submetida, que as espécies inferiores não gozavam de nenhum direito ou, ainda, que as diferenças entre homem e animal eram intransponíveis. Ao contrário, a realidade era muito mais complexa que isso. Se olharmos sob a superfície veremos muitos traços de culpa, desconforto e vergonha sobre o tratamento dos animais; e várias das atitudes oficiais [...] estavam distantes da prática efetiva de muitas pessoas (THOMAS, 2010, p. 68-69).

---

<sup>24</sup> Do livro *A insustentável leveza do ser* (KUNDERA, 2017, p. 304).

Thomas também evidencia as diferenças entre Ocidente e Oriente, que inevitavelmente vinham à tona em situações de (des)encontros de culturas, nas quais as atitudes do “outro” eram quase sempre rechaçadas. Por exemplo, “quando viajantes começaram a trazer relatos de como as religiões orientais mantinham uma visão totalmente diferente, e como os jainas, os budistas e os hindus respeitavam a vida dos animais, até mesmo os insetos, a reação geral foi de desconcerto e desdém” (THOMAS, 2010, p. 27).

Aqueles que, ao contrário da quase totalidade de seus conterrâneos, acolhiam e assimilavam o que aprendiam com povos distantes, também eram frequentemente reprimidos em suas tentativas de reproduzir um novo olhar para o “outro”. Segundo Thomas (2010, p. 28), “os vestígios de um ponto de vista similar no Ocidente também mereciam condenação. ‘Não posso aprovar’, afirmava um pregador em 1612, ‘a filosofia demasiado piedosa de Pitágoras, que não permitia que a vida da planta ou do animal fosse violada’”. Consequentemente, as vozes contestatórias foram silenciadas e impossibilitadas de adquirir amplo alcance na opinião pública – contribui para isso o fato de que a exploração animal é uma prática da qual (quase) todos acabam por se tornar cúmplices e corresponsáveis, sobretudo (mas não só) quando se trata de hábitos alimentares.

Esse contexto justifica, portanto, a necessidade de documentar, organizar e apresentar essas vozes, explicitando assim a longevidade e consistência dessas reflexões, muitas vezes referidas erroneamente como uma “novidade”, algo “inédito” recém posto à mesa de debates. Com esse intuito, este capítulo expõe, a partir de Pitágoras e dos filósofos pré-socráticos, os argumentos em defesa dos animais que questionaram fortemente os cânones do pensamento ocidental. Evidentemente não foi possível incluir aqui todos os pensadores que o fizeram, mas buscou-se apresentar aqueles cujas contribuições são consideradas relevantes para as discussões do presente.

Após este panorama histórico, apresento um panorama contemporâneo dessas reflexões, com os estudos publicados nos séculos XX e XXI. Os trabalhos mais recentes são numerosos, com interpretações diversas, desenvolvidas em diferentes campos do saber. A perspectiva crítica ao antropocentrismo e ao especismo certamente ainda está longe de prevalecer no debate público. São muitos os interesses envolvidos – sobretudo econômicos –, e tais interesses, sobrepujando a pertinência das discussões éticas, exercem um esforço contínuo para a manutenção do *status quo*. Por outro lado, se ainda é controverso afirmar que a moralidade evolui de forma crescente, contínua e “para melhor”, pode-se dizer ao menos que ela se transforma e se complexifica.

Ao longo desta pesquisa, ficou evidente que os registros que existem dos debates filosóficos ao longo da história são quase todos de homens brancos europeus – e posteriormente também norte-americanos. Isso não se aplica apenas a esse tema, mas sim a todo assunto considerado relevante para o debate público. O que não significa, obviamente, que as mulheres não tenham desenvolvido ideias antiespecistas ou atuado em defesa dos animais desde os primórdios da história. Elas simplesmente não tinham oportunidades ou possibilidades de se expressarem. As barreiras eram muitas, indo desde o analfabetismo, à falta de acesso a informações ou à proibição de dizerem qualquer coisa. Como uma tentativa de explicitar a urgência em se buscar essas vozes femininas – que certamente existiram –, apresento, ao final desse panorama histórico e contemporâneo, o pensamento de algumas mulheres que também escreveram em defesa das demais espécies.

Finalizo o capítulo descrevendo os trabalhos acadêmicos que constituem o “estado da arte” da pesquisa sobre direitos animais no Jornalismo, explicitando assim quais aspectos das coberturas noticiosas têm sido abordadas nos estudos da área.

### 1.1. Panorama histórico

*Ao longo de toda a história, há registros de indivíduos que responderam às tentativas pueris de defender o consumo de carne. Os sujeitos que se referem ao vegetarianismo como uma moda passageira simplesmente não estão cientes da história do vegetarianismo ético! As pessoas sempre se opuseram ao Regime de Sangue!*

Howard Williams<sup>25</sup>

O percurso histórico e filosófico das noções de ética, moralidade e direito concernentes aos animais se inicia, no Ocidente, quase concomitantemente à origem da própria Filosofia. Pitágoras, que viveu por volta do século VI a. C., foi considerado o primeiro filósofo a dedicar-se ao tema. As primeiras concepções de uma moral mais inclusiva tiveram um vínculo muito próximo à espiritualidade, à transcendência, ao misticismo – o que estava em consonância com o contexto de então, uma vez que o pensamento filosófico desse período ainda era bastante

---

<sup>25</sup> Citado por Carol J. Adams, na Introdução do livro *The Ethics of Diet: a catena of authorities deprecatory of the practice of Flesh-Eating*, de Howard Williams (1877). Tradução minha. Original em inglês: “[...] throughout history there are records of individuals who have provided answers to these puerile attempts at defending flesh eating. And those blokes who call vegetarianism faddish just aren’t aware of the history of ethical vegetarianism! People have always challenged the Regime of Blood!” (WILLIAMS *apud* ADAMS, 2003, p. x).

ligado à religiosidade. Mas já entre os próprios discípulos de Pitágoras surgem argumentos independentes de credos, fundamentados em uma reflexão crítica sobre os valores vigentes e nas implicações de se estar e se relacionar no mundo.

Entre as teorias atuais, destaca-se a diversidade de caminhos possíveis na defesa de uma ética animal. Alguns estudiosos se apoiaram no Utilitarismo, inspirados sobretudo por Jeremy Bentham, sendo o mais relevante e influente deles o filósofo australiano Peter Singer, autor de *Libertação Animal*. Publicado em 1975, o livro foi traduzido para 14 idiomas, teve múltiplas reedições, e se tornou um clássico no movimento pelos direitos animais em todo o mundo. Outros teóricos partiram da concepção de direitos humanos para demonstrar que os argumentos que sustentam a noção de que os seres humanos são receptores de direitos também deveriam justificar, por uma questão de lógica, a ideia de que os animais são igualmente portadores de direitos. Tom Regan, Steven Wise e Gary Francione – professores universitários e ativistas norte-americanos – enfatizam, por caminhos diferentes, a importância de se defender os animais nas esferas jurídicas.

A linha de raciocínio que busca incluir os animais em nossa esfera de consideração moral, mesmo que por vezes priorizem e apresentem argumentos distintos, está quase sempre acompanhada da defesa do vegetarianismo. Uma vez que, atualmente, a exploração animal se dá em maior escala no âmbito da indústria alimentícia, é coerente a oposição ao consumo de produtos de origem animal. A maioria dos filósofos aqui citados, portanto, não apenas produziram um conhecimento consistente acerca da ética e dos direitos animais, como também foram – ou são, no caso dos contemporâneos – adeptos de um estilo de vida vegetariano ou vegano.

Para além de defender uma alimentação baseada exclusivamente em vegetais, o veganismo também combate todas as demais formas de exploração que envolvem o uso de animais: vestuário, entretenimento, experimentação científica etc. Mais do que uma dieta, trata-se de uma postura política comprometida com a luta contra todas as formas de opressão e discriminação social – tais como o racismo e sexismo.

### 1.1.1. Os primórdios da ética animal

*O verdadeiro teste moral da humanidade (o mais radical, situado num nível tão profundo que escapa a nosso olhar) são as relações com aqueles que estão à nossa mercê: os animais. E foi aí que se produziu a falência fundamental do homem, tão fundamental que dela decorrem todas as outras.*

Milan Kundera<sup>26</sup>

Os conceitos “especismo”, “senciência”, entre outras expressões utilizadas em textos que defendem os direitos animais, vêm se disseminando cada vez mais nas últimas décadas. Desde a segunda metade do século XX, esse campo de estudos tem abarcado um número crescente de pesquisadores, filósofos, ativistas e profissionais de diversas áreas. Mas, como já foi dito, apesar de ter se intensificado consideravelmente na contemporaneidade, a discussão sobre nossa relação com as demais espécies não é inédita. Desde a Antiguidade Clássica há registros de vozes que questionaram a exclusão dos animais de nossa esfera de consideração moral. Pitágoras<sup>27</sup> (580-497 a. C.) é considerado o mais antigo filósofo a apresentar argumentos pró-animais. Além de ser conhecido “como um gênio único, o pai fundador da matemática, da música, da astronomia e da filosofia” (KAHN, 2007, p. 15), Pitágoras também concebia “a alma como imortal e como renascida em diferentes formas animais” (KAHN, 2007, p. 32):

O que ele [Pitágoras] dizia a seus seguidores, ninguém pode dizer com certeza [...]. Mas o que se tornou mais conhecido a todos é, primeiro, que a alma é imortal e que, além disso, transforma-se em outros tipos de animais; [...] e que devemos considerar todas as coisas nascidas vivas como pertencentes à mesma família. Pitágoras parece ter sido o primeiro a introduzir estes ensinamentos na Grécia (PORFÍRIO *apud* KAHN, 2007, p. 28).

---

<sup>26</sup> Do livro *A insustentável leveza do ser* (KUNDERA, 2017, p. 309).

<sup>27</sup> O que será aqui mencionado sobre Pitágoras está baseado em estudos daqueles que se dedicaram a pesquisar o pensamento e a vida do filósofo. Sabe-se que esses registros estão fundamentados em fontes que não tiveram acesso direto à sua filosofia, uma vez que Pitágoras e seus primeiros seguidores não produziram quaisquer documentos escritos que pudessem ser consultados pelas gerações seguintes, conforme observa Souza (2000, p. 61): “É muito pouco o que conhecemos sobre Pitágoras. Esta figura cedo foi envolvida pelo legendário, de modo que é difícil separar nela o histórico do fantástico. [...] Pitágoras não deixou nenhum documento escrito. Seus ensinamentos transmitidos oralmente eram rigorosamente guardados em segredo pelos primeiros discípulos que também nada escreveram. Daí a grande dificuldade em reconstruir o pensamento do pitagorismo primitivo e ainda mais o do próprio Pitágoras, distinguindo-o do de seus discípulos. No entanto, o pitagorismo exerceu profunda influência na filosofia grega [...]” Entretanto, mesmo se sua filosofia houvesse sido originalmente documentada, ela ainda estaria sujeita às fragilidades próprias de qualquer texto antigo – sempre suscetível a interpretações diversas e, por vezes, equivocadas.

Ovídio (43 a. C. - 17 d. C.) – “[...] um dos mais habilidosos poetas que viveu na época do imperador romano Otávio Augusto” (DE CARLI *et al*, 2017, p. 8) – registrou o pensamento de Pitágoras no Livro XV de *As metamorfoses*. Considerada sua obra-prima, o texto explicita a influência pitagórica em Roma:

[Ovídio] representa fielmente a imagem popular, quase mítica, que predomina na Antiguidade tardia e novamente no Renascimento, de Pitágoras como sábio onisciente. Observamos que, nessa imagem popular como na apresentação de Ovídio, nem os números cósmicos nem a música cósmica desempenham um papel essencial. O que é distintamente pitagórico aqui é a crença na transmigração e a abstenção de alimento animal. [...]

Assim, o tema do vegetarianismo predomina na apresentação de Pitágoras em Ovídio. [...] Sua atenção primária é para a nossa simpatia pela vida e pelo sofrimento animais (como podemos cortar as gargantas de cabritos e bezerras, que choram como crianças?) e nossa solidariedade moral para com os animais domésticos (KAHN, 2007, p. 185-186).

Na obra de Ovídio, portanto, “o longo discurso de Pitágoras a Roma [...] começa e termina com um apaixonado apelo à abstinência de alimento animal” (KAHN, 2007, p. 184):

Foi ele [Pitágoras] o primeiro a censurar que os animais fossem nas mesas servidos, o primeiro também que abriu os lábios doutos, muito embora desacreditados, com tais palavras: “Mortais, não profaneis em nefastos festim a cadáveres! Há cereais, há frutos que aos ramos vergam com sua gravidade, e uvas succulentas nas videiras. Há verduras macias, e as que podem ao fogo amolecer; o lácteo licor não vos é proibido, nem o olente mel da flor do tomilho: pródiga, a terra dádivas nos oferece e tenros alimentos, iguarias isentas de sangue e mortandade. [...] quanto crime há em vísceras saciarem vísceras, em se engordar um corpo voraz do acúmulo de outro corpo, em um animado ser da morte de um igual viver!” (OVÍDIO, 2017, p. 665).

Segundo Ovídio, Pitágoras questionava o ato de tirar a vida de outro ser quando havia a alternativa de se alimentar com vegetais em abundância – “a terra dádivas nos oferece e tenros alimentos”. Uma vez que não havia a necessidade de matar para se alimentar, ao fazê-lo, fazia-se algo repulsivo. Para Pitágoras, comer animais por uma questão de preferência, gosto pessoal, era condenável: “Com certeza, entre os víveres inúmeros que a terra, a mãe das mães, produz, nada te apraz a não ser mastigar funestas chagas com dente iracundo [...]? Nem poderás matar a fome de teu ventre voraz e malcriado, a não ser pondo a perder outrem?” (PITÁGORAS *apud* OVÍDIO, 2017, p. 665).

Referindo-se aos primórdios da humanidade, Pitágoras defende que seria plenamente possível (e desejável) uma convivência pacífica e harmoniosa entre seres humanos e outros animais:

Já houve aquela antiga idade, à qual ‘de ouro’ nomeamos, satisfeita com frutas e verduras, e que jamais manchou de sangue os lábios. Naquele tempo, as aves displicentes os ares cortaram, e pelos campos corajosa, a lebre andou, e a inocência do peixe não lhe deixava à mercê do anzol: tudo pleno de paz, nada de insídia ou medo de armadilha (PITÁGORAS *apud* OVÍDIO, 2017, p. 665).

É reforçada constantemente, nesse discurso apresentado por Ovídio, a ideia de que matar para comer, não sendo consequência de uma necessidade, é um ato criminoso, um assassinato: “Desde que alguém, sabe-se lá quem foi, avesso ao bem, dos deuses invejando os víveres, inventou de acolher no guloso ventre um bocado de carne, abriu caminho ao crime” (PITÁGORAS *apud* OVÍDIO, 2017, p. 667). Contudo, o comportamento moral que defendia em relação aos animais não censurava toda e qualquer forma de exploração. E justamente por “fornecer” aos seres humanos seu leite (no caso das vacas), sua lã (no caso das ovelhas) e sua mão-de-obra (no caso dos bois utilizados nos arados), esses animais deveriam ser ainda mais respeitados.

E os bois que de mal fizeram, gado sem trapaça ou traição, inofensivo e puro, nascido para suportar labores? De fato é ingrato e indigno de pastagem quem foi capaz de, logo ao retirar o peso do arado recurvo, imolar seu lavrador, quem aquele colo carcomido na labuta, com o qual revolvera o duro campo incessantemente, e colheitas sem-número propiciara, golpeou com o machado. [...] ó gênero moral, ousais comê-la? Pois, eu peço, não o façais e atentai aos nossos conselhos! Quando os membros degustais de bovinos cadáveres, sabeis e percebei que deglutis vossos agricultores! (PITÁGORAS *apud* OVÍDIO, 2017, p. 667).

A proteção dos animais, em Pitágoras, está diretamente relacionada à metempsicose – a crença na transmigração das almas. O filósofo – provavelmente influenciado pelas religiões e tradições orientais<sup>28</sup> – acreditava que as almas migravam de um corpo ao outro, de forma aleatória, sem distinção entre seres humanos e animais:

Tudo muda, nada morre: o espírito vem e vai repetidamente, e assume outros membros à revelia; e de um corpo de fera ao de um homem se transporta e vice-versa, e em tempo algum se extingue. Como a dócil cera em novas figuras se define, nem ficando qual fora e nem conservando as mesmas formas, muito embora seja sempre a mesma: assim professo que uma única alma transmigra por variadas transfigurações. Portanto, para que a avidez dos ventres não vença a piedade, evitai – eu advirto – de atingir almas irmãs com nefanda matança. Não sacieis sangrando o vosso sangue! (PITÁGORAS *apud* OVÍDIO, 2017, p. 669.)

---

<sup>28</sup> “A única tradição religiosa em que a doutrina da transmigração está em casa desde um período bem inicial é a da Índia de tempos pré-budistas. O conceito de *karma* (segundo o qual o destino de alguém na reencarnação seguinte é uma consequência de seu desempenho nesta vida) surge como ensinamento secreto nos primeiros Upanixades” (KAHN, 2007, p. 37).

Mesmo que tenha sido movido, sobretudo, por questões espirituais, é evidente que Pitágoras também reconhecia que os animais sofriam, sentiam dor, tinham vontade de viver e, por consequência, essas capacidades e essa vontade deveriam ser respeitadas. Não considerá-las, para o filósofo, seria agir movido pelos piores sentimentos humanos: “Ó tempo onívoro, ó invejosa vetustez, a tudo destruí, a tudo, que o dente dos anos carcomeu, destruí com lenta e paulatina morte” (PITÁGORAS *apud* OVÍDIO, 2017, p. 673).

Pitágoras teve muitos discípulos, os quais foram responsáveis não apenas pela difusão e perenidade de sua filosofia, como também contribuíram para a propagação do respeito pelos animais e do vegetarianismo. Empédocles (490-430 a.C.), por exemplo, como “apóstolo da transmigração, [...] surge como um seguidor inspirado, mas idiossincrático, de Pitágoras. A abstinência de carne e de sacrifícios de sangue por Empédocles é mais rigorosa do que qualquer coisa que sabemos referente a Pitágoras” (KAHN, 2007, p. 35).

Posteriormente, “o vegetarianismo torna-se uma moda considerável em alguns círculos romanos no século I d.C., como podemos perceber por Ovídio e, mais tarde, no relato de Sêneca de sua experiência de juventude” (KAHN, 2007, p. 186). Xenócrates (406-314 a.C.) e Teofrasto (372-287 a.C.) – “os chefes do Liceu e da Academia, respectivamente, em fins do século IV a.C.” – foram outros dois filósofos gregos responsáveis por reforçar “a proibição pitagórica do consumo de carne” (KAHN, 2007, p. 186):

A obra de Teofrasto *Sobre a piedade* (boa parte da qual foi preservada em *Sobre a abstinência*, de Porfírio) apresentava uma argumentação sistemática contra o sacrifício animal [...]. Teofrasto citou Empédocles a respeito da Era de Ouro (quando Afrodite governava, e não Zeus, e “o altar não era encharcado com o massacre indizível de touros”) e afirmou que as oferendas originais aos deuses eram feitas exclusivamente com os frutos da terra. Para Teofrasto, o respeito pela vida animal é fundado no conceito de comunidade ou *oikeiosis*, o mesmo princípio que liga os seres humanos em famílias e comunidades e que, por fim, une todos os seres humanos. Teofrasto enfatiza as características anatômicas e psicológicas que compartilhamos com os animais, acima de tudo a percepção sensorial e o sentimento. Ele oferece, assim, pela primeira vez, uma base filosófica para a noção de uma comunidade moral entre nós e os animais. De acordo com esta visão, temos o direito de matar animais perigosos, mas apenas da mesma maneira que temos um direito de protegemo-nos contra seres humanos criminosos (KAHN, 2007, p. 187).

Os argumentos de Teofrasto são bastante atuais e progressistas, fundados em seu conhecimento e percepção acerca das características biológicas, fisiológicas e psicológicas dos animais – as quais somente muito mais tarde vieram a ser estudadas em profundidade e comprovadas cientificamente. No âmbito filosófico, seu raciocínio se assemelha ao que veio a ser desenvolvido por filósofos dos séculos XIX e XX para justificar a inclusão dos animais em nossa esfera de consideração moral.

Xenócrates, por outro lado, estava preocupado não apenas em proteger animais, mas também em preservar o ser humano da contaminação: o alimento animal assimilará o que come às almas dos animais irracionais [...]. O sucessor de Xenócrates, Polemão, defendia uma visão similar, e a abstinência de carne tornou-se característica da escola platônica. (KAHN, 2007, p. 187-188).

Mais tarde, Plutarco (46-120) publicou *Sobre o comer carne*<sup>29</sup>; *Se os animais aquáticos são mais inteligentes do que os terrestres*; *Sobre o uso da razão pelos brutos*, entre outros textos que abordam a relação entre os seres humanos e as demais espécies. “Plutarco não se baseia na doutrina de Pitágoras e Empédocles da transmigração da alma. Ao invés disso, ele defende que os animais merecem consideração moral por serem portadores de atributos que indicam inteligência e sentiência” (PORTMESS; WALTERS, 1999, p. 27, tradução minha).<sup>30</sup> Em seus escritos já está presente a ideia “de que o respeito pela vida animal é uma questão de justiça” (KAHN, 2007, p. 188) – semelhante ao que se vê em trabalhos contemporâneos sobre ética e direitos animais. “Em *Sobre o comer carne* [...], Plutarco oferece diversos argumentos – morais, higiênicos e religiosos –, em defesa de um estilo de vida vegetariano” (NEWMAYER, 2006, p. 2-3, tradução minha).<sup>31</sup>

Alguns estudiosos afirmam que muitos de seus “argumentos para respeitar os animais parecem ter sido desenvolvidos originalmente por Carnéades (214-129 a. C.), em seu ataque cético ao dogma estóico de que os animais são destituídos de razão e, portanto, não podem fazer parte da comunidade moral” (KAHN, 2007, p. 188). O filósofo e professor norte-americano Stephen Newmeyer discorda categoricamente dessa avaliação. Ele defende que os textos de Plutarco dedicados aos animais foram, na verdade, negligenciados mesmo entre os peritos em sua filosofia. Para o pesquisador, ao ignorar e subestimar a presença desse tema em sua obra, não se reconhece sua originalidade e importância:

Mesmo entre especialistas em estudos sobre Plutarco, seus tratados relativos a animais permanecem relativamente desconhecidos. Um número de trabalhos gerais sobre Plutarco e seu legado literário despreza essa parte de sua obra. C. J. Giankaris, por exemplo, comenta de passagem sobre o lado “humanístico” da personalidade de Plutarco, mas ignora totalmente a humanidade nos pronunciamentos de Plutarco sobre os animais. [...] O grau de negligência que os tratados de Plutarco sobre animais

<sup>29</sup> Também traduzido como *Do consumo de carne* ou, em latim, *De esu*.

<sup>30</sup> Original em inglês: “Plutarch does not build his case on the Pythagorean/Empedoclean doctrine of soul transmigration, but instead hold that animals deserve moral consideration because of their possession of attributes that indicate intelligence and sentience.”

<sup>31</sup> Original em inglês: “In *De esu carniū (On the Eating of Flesh)* [...] Plutarch offers a number of arguments, moral, hygienic and religious, in support of a vegetarian lifestyle.”

enfrentaram [...] é ainda mais notável se considerarmos a fascinação que os animais exerciam sobre Plutarco e a comparativamente ampla presença que eles desfrutavam em sua produção literária (NEWMeyer, 2006, p. 2, tradução minha).<sup>32</sup>

Para Newmeyer (2006, p. 3, tradução minha), portanto, “Plutarco ocupa uma posição importante na antiga tradição de pensamento acerca do papel dos animais na esfera de consideração moral humana. [...] Os tratados de Plutarco sobre animais têm interesse e valor que foram amplamente omitidos da tradição escolar”.<sup>33</sup> Os argumentos e conceitos presentes na obra de Plutarco estariam, também, muito próximos daqueles que vieram a ser desenvolvidos por pesquisadores modernos e contemporâneos. O filósofo está entre os raros pensadores da Antiguidade<sup>34</sup> que evidenciaram as capacidades dos animais para sentir, sofrer, experimentar sensações: “A consideração de Plutarco pelos animais como criaturas que sofrem era, em geral, uma postura incomum entre os greco-romanos” (NEWMeyer, 2006, p. 6, tradução minha).<sup>35</sup>

A atitude positiva e diferenciada de Plutarco em relação aos animais deveria, segundo Newmeyer, ser mais estudada, uma vez que o filósofo “abordou questões que não foram encontradas em nenhuma outra fonte da Antiguidade. Ele ofereceu vislumbres de argumentos e soluções para questões éticas que são centrais no debate sobre o estatuto moral dos animais, da forma como este é conduzido hoje” (NEWMeyer, 2006, p. 9, tradução minha).<sup>36</sup>

Após Plutarco, outro filósofo que também abordou, em profundidade, as questões morais que envolvem a relação entre seres humanos e animais foi Porfírio (233-305) – que pertencia à escola neoplatônica de Plotino. Sua obra *Sobre a abstinência de alimento animal*, publicada em quatro volumes, faz uma compilação da literatura sobre ética animal produzida até então:

---

<sup>32</sup> Original em inglês: “Even among specialists in Plutarchan studies, his animal-related treatises remain relatively unknown. A number of general works on Plutarch and his literary legacy slight this side of their subject’s oeuvre. C. J. Giankaris, for example, comments in passing on the “humanistic” side of Plutarch’s personality, but ignores totally the humanity of Plutarch’s pronouncements on animals. [...] The degree of neglect which Plutarch’s treatises on animals have encountered [...] is the more remarkable when we take into account the fascination which animals held for Plutarch and the comparatively large presence which animals enjoy in his literary production.”

<sup>33</sup> Original em inglês: “Plutarch occupies an important position in the ancient tradition of thought on the role of animals in the sphere of man’s moral concern. [...] Plutarch’s treatises on animals have an interest and value that has largely been overlooked in the scholarly tradition.”

<sup>34</sup> Uma outra exceção seria a obra de Porfírio *De abstinencia* – em inglês, “On Abstinence from Animal Food”; em português, “Sobre a abstinência de alimento animal” –, da qual tratarei a seguir.

<sup>35</sup> Original em inglês: “Plutarch’s concomitant regard for animals as suffering creatures is in general uncharacteristic of Greco-Roman attitudes toward non-human.”

<sup>36</sup> Original em inglês: “He touched upon issues not found elsewhere in extant ancient sources, and [...] he offered glimpses of arguments and solutions to ethical questions which are central to the debate on the moral status of animals as this debate is carried on today.”

[O] tratado de Porfírio, *Sobre a abstinência*, [...] resume toda a literatura antiga sobre o tema, inclusive todos os argumentos a favor e contra o vegetarianismo. A abstenção de carne e do sacrifício de animais [...] tornou-se para Porfírio uma característica definidora da vida filosófica, uma purificação essencial da alma para que ela se torne digna de aproximar-se dos poderes divinos e de compartilhar a vida superior (KAHN, 2007, p. 189-190).

Os quatro livros que compõem *Sobre a abstinência...* foram escritos, aparentemente, como um apelo ao filósofo e amigo de Porfírio, Firmus Castricius, que é citado no início de cada volume – ele havia recém abandonado a escola de Plotino, aderido ao cristianismo e renunciado à dieta vegetariana:

Porfírio tenta dissuadir Firmus de sua apostasia argumentando quatro pontos em *Sobre a abstinência*: que o carnivorismo é excessivo e por isso inadequado para a vida filosófica (livro 1), que sacrifícios de animais são cruéis (livro 2), que animais merecem um tratamento justo (livro 3), e que os sábios do passado condenavam o consumo de carne (livro 4) (PORTMESS; WALTERS, 1999, p. 35, tradução minha).<sup>37</sup>

A linha argumentativa de Porfírio também está mais em consonância com a filosofia contemporânea dedicada à ética animal do que com os fundamentos espirituais que sustentaram a doutrina de Pitágoras e seus primeiros discípulos. Porfírio não recorre à ideia de transmigração ou qualquer outro elemento místico – apesar de considerar que havia uma relação de parentesco e fraternidade entre humanos e animais:

Para Porfírio e a escola neoplatônica, à qual ele pertencia, justiça consistia em dois elementos: “em não [desnecessariamente] ferir qualquer ser [senciente]” e “na racionalidade [habilidades] dominando/governando a irracionalidade [paixões]”. Seres humanos, ele alega, tradicionalmente justificaram a matança de animais para alimento insistindo na ideia de que, por não possuírem racionalidade, eles seriam membros de espécies inferiores. Consequentemente, não haveria argumentos legítimos para conceder-lhes um tratamento justo. Mas, Porfírio afirma, animais demonstram racionalidade, tanto “interna” (memória, prudência, sentimento de solidariedade, sensação) quanto “externa” (discurso), embora a primeira seja menos aguçada que a correspondente humana, e a última seja compreensível apenas para outros animais. Esses fatores, entretanto, não são motivos para privar os animais de direitos e excluí-los da comunidade moral. Afinal, muitos humanos são racionalmente deficientes, mas a justiça é concedida a eles. Semelhantemente, o grego não é capaz de compreender a língua do indiano, no entanto ele é merecedor de consideração ética (PORTMESS; WALTERS, 1999, p. 35-36, tradução minha).<sup>38</sup>

<sup>37</sup> Original em inglês: “Porphyry tries to dissuade Firmus from his apostasy by arguing four points in *On Abstinence*: that carnivorousness is intemperate and hence unsuitable for the philosophical life (book 1), that animal sacrifices are impious (book 2), that animals deserve just treatment (book 3), and that distinguished host of past sages condemned flesh eating (book 4).”

<sup>38</sup> Original em inglês: “For Porphyry and the neo-Platonic school to which he belonged, justice consists in two elements: ‘in not [needlessly] injury any [sentient] thing’ and ‘in the rational [faculty] ruling over the irrational

Porfírio também afirmava que o sofrimento e a morte infligidos aos animais para obtenção de sua carne eram desnecessários, uma vez que, “exceto em circunstâncias extremas, humanos não precisam de carne para sobreviver e prosperar” (PORTMESS; WALTERS, 1999, p. 36, tradução minha)<sup>39</sup>. Além disso, “a abstinência de alimento animal não prejudica nossa vida e tampouco diminui nossa felicidade”. Portanto, “destruir vidas apenas por luxo e prazer é completamente cruel e injusto” (PORFÍRIO *apud* PORTMESS; WALTERS, 1999, p. 41, tradução minha).<sup>40</sup>

Nos séculos subsequentes aos tempos de Porfírio, não há registros de autores ou textos que trataram especificamente da moralidade concernente aos animais. Ainda em 1883, após anos de intensa pesquisa para escrever *The Ethics of Diet*, o historiador inglês Howard Williams constatou que, ao longo de todo o período medieval, não houve apenas certa indiferença, mas sim uma “tendência à depreciação e degradação ainda maior”<sup>41</sup> das demais espécies. Segundo ele, após esse intervalo de cerca de dez séculos, foi Montaigne quem “reafirmou os direitos das espécies não humanas em geral” (WILLIAMS, 2003, p. xxvii, tradução minha).<sup>42</sup>

Seu contemporâneo Henry Salt, que se dedicou aos estudos dos direitos animais, chegou à mesma conclusão em 1892: “É um fato lamentável que durante a Idade Média, do século IV ao XVI, do tempo de Porfírio ao de Montaigne, pouca ou nenhuma atenção foi dada à questão dos direitos das raças inferiores” (SALT, 1892, p. 3-4, tradução minha).<sup>43</sup> De fato, o francês Michel de Montaigne (1533-1592) é o nome mais conhecido na retomada dessas discussões – aqui destacaremos também o pintor italiano Leonardo da Vinci (1452-1519), que viveu nas décadas precedentes ao período de Montaigne.

---

[passions]’. Humans, he claims, have traditionally justified the slaughter of animals for food by insisting that they are members of inferior species because lacking in rationality, and hence have no legitimate claims for just treatment by humans. But, Porphyry argues, animals display reason, both ‘internal’ (memory, prudence, fellow-feeling, sensation) and ‘external’ (speech), even though the former is less acute than its human counterpart and the latter is not understandable except by animals. This, however, is no reason to disenfranchise animals from the moral community. After all, many humans are rationally defective, but justice is extended to them. Similarly, the Greek can not comprehend the Indian’s language, but nonetheless regards him as a being worthy of ethical consideration.”

<sup>39</sup> Original em inglês: “Except in extreme circumstances, humans do not need to eat meat to survive or prosper.”

<sup>40</sup> Original em inglês: “And the abstinence from these neither diminishes our life nor our living happily. [...] to destroy other things through luxury, and for the enjoyment of pleasure, is perfectly savage and unjust.”

<sup>41</sup> Original em inglês: “[...] tendency towards the still further depreciation and debasement [...].”

<sup>42</sup> Original em inglês: “[...] reasserted the rights of the non-human species in general.”

<sup>43</sup> Original em inglês: “It is a lamentable fact that during the churchdom of the middle ages, from the fourth century to the sixteenth, from the time of Porphyry to the time of Montaigne, little or no attention was paid to the question of the rights and wrongs of the lower races.”

Por outro lado, vários autores também fazem referência a uma peculiaridade desse período histórico: há diversos registros de animais que foram, literalmente, levados a juízo e condenados por seus “crimes”, conforme relata o jurista e teórico argentino Eugenio Raúl Zaffaroni (2017, p. 27):

Na Idade Média e até o Renascimento – isto é, entre os séculos XIII e XVII –, foram frequentes os processos judiciais contra animais, especialmente contra porcos que tinham matado ou comido crianças, o que alguns justificavam sob a pretensão de que os animais – pelo menos os superiores – tinham um pouco de alma, enquanto outros negavam, mesmo insistindo em mantê-los em razão da necessidade de castigo exemplar. Seja como for, executaram-se animais e até, sendo submetida à tortura, obteve-se a confissão de uma porca. Os tribunais citavam e sancionavam com excomunhão sanguessugas, ratos e outras pragas.

Zaffaroni (2017, p. 27) menciona a “amplíssima bibliografia sobre o assunto, na qual entre outras curiosidades se lembra Barthélemy de Chassanée, célebre jurista que em 1531 escreveu seus *Consilia*, livro em que resumia os requisitos formais para o ajuizamento de animais”. Para além dos textos acadêmicos, a literatura e o cinema também já retrataram episódios insólitos desse gênero. O filme *The hour of the pig* (Inglaterra/França, 1993)<sup>44</sup> – que se passa na França do século XV – conta a história do julgamento de um porco, acusado de ter matado um garoto. A saga do jovem advogado incumbido de defender o animal é narrada com humor, exaltando toda a insensatez e o disparate da situação.

No romance *Sobre os ossos dos mortos* (2019)<sup>45</sup>, da escritora polonesa Olga Tokarczuk, a personagem principal Janina Dusheiko enumera vários casos – a maioria deles reais – em que animais foram condenados ou absolvidos pelas cortes europeias do período medieval. Janina faz menção ao mesmo jurista citado por Zaffaroni:

As abelhas [...] teriam sido responsáveis pela morte de um homem em Worms no ano 846. O parlamento local as condenou por asfixia. Em 1394, na França, os porcos mataram e comeram uma criança. A porca foi condenada à forca, mas seus seis filhotes foram perdoados em consideração à sua pouca idade. Em 1639, na França, o tribunal Dijon condenou um cavalo por ter matado um homem. Havia casos não apenas de assassinatos, mas também de crimes contra a natureza. Assim, no ano de 1472, em Basileia, houve um processo contra uma galinha que chocava estranhos ovos brilhantes. Foi condenada à morte na fogueira por ter feito um pacto com o diabo. [...] O processo mais famoso teve lugar na França em 1521. Foi o julgamento das ratazanas que causaram muitos prejuízos. Os burgueses moveram um processo contra elas e lhes foi designado um defensor público, o hábil advogado Bartolomeo Chassenée. Quando seus clientes não compareceram à primeira audiência, Chassenée solicitou a

<sup>44</sup> O título foi traduzido para o português como *Entre a luz e as trevas*.

<sup>45</sup> Este livro será analisado no segundo capítulo, juntamente com outros romances que abordam a relação entre humanos e não humanos.

prorrogação do prazo, argumentando que as ratazanas viviam em grande dispersão e, além disso, corriam muito perigo no caminho para o tribunal. Além disso, pediu ao tribunal que garantisse que os gatos dos demandantes não causassem nenhum tipo de dano no caminho para a audiência. Infelizmente, o juiz não pôde dar esse tipo de fiança, portanto o caso foi adiado mais vezes. Finalmente, após um fervoroso discurso de seu defensor, as ratazanas foram inocentadas.

Em 1659, na Itália, os donos dos vinhedos destruídos pelas lagartas emitiram um documento informando sobre uma ação judicial movida contra elas. As folhas contendo o teor da notificação foram pregadas nas árvores locais para que as lagartas pudessem se familiarizar com o indiciamento (TOKARCZUK, 2019, p. 177-178).

Se há quem considere que esses processos eram “prova de que a partir do século XIII até o Iluminismo era reconhecida aos animais a condição de pessoa ou no mínimo de *responsável*” (ZAFFARONI, 2017, p. 27), Zaffaroni discorda, apontando que o animal era apenas o “bode expiatório”, pois “assim se evitava que a pena recaísse sempre sobre o ser humano” (ZAFFARONI, 2017, p. 29).

Quando se excomungava os ratos ou as pragas, o ato formal e público mostrava que o poder fazia todo o possível para punir os responsáveis e, desse modo, se evitava que o mal-estar causado pelas plantações arrasadas e pela fome resultante fosse desviado contra o senhor ou os príncipes. Esses reafirmavam sua autoridade inclusive sobre os animais e ao mesmo tempo evitavam o perigo de que a vingança recaísse sobre eles. Quando era executava a porca que tinha matado uma criança, se evitava que a pena recaísse sobre a mãe negligente que tinha deixado a criança ao alcance da porca e que já tinha suficiente *pena natural* com o horror que lhe tocava viver (ZAFFARONI, 2017, p. 29).

De fato, apesar de serem tratados, nessas ocasiões, como “indivíduos” – logo, “responsáveis” por seus atos –, não havia uma preocupação legítima com os interesses e necessidades desses animais. Com exceção de alguns raros intelectuais – cujas ideias serão apresentadas a seguir –, a questão da consideração moral pelos animais só passou a ser debatida com maior frequência e efetividade a partir do fim do século XVIII e início do XIX.

### 1.1.2. A defesa dos animais do século XV ao XVIII

*Nem sempre são os movimentos mais coerentes e intelectualmente ricos os que triunfam. Ao contrário, com muita frequência, um movimento triunfa precisamente graças à sua mediocridade e elasticidade lógica.*

Antonio Gramsci<sup>46</sup>

Leonardo da Vinci (1452-1519), o grande nome da Renascença Italiana, é conhecido mundo afora sobretudo por suas famosas pinturas *Mona Lisa* e *A Última Ceia*. Entretanto, “menos conhecido, mas muito relevante”, observa Tom Regan, “era o amor natural de Leonardo pelos animais. [...] Desde os primeiros anos de vida, segundo todos os relatos, ele adotou uma dieta vegetariana, por razões éticas” (REGAN, 2004, p. 22, tradução minha).<sup>47</sup> Três biografias do pintor registram sua preocupação com o tratamento moral dispensado às demais espécies. Em *The mind of Leonardo da Vinci*, publicada originalmente em 1928, o historiador Edward McCurdy relata o comportamento benevolente de Leonardo com os animais – o que seria apenas uma extensão de sua personalidade generosa e respeitosa com os próprios seres humanos:

Ele viveu, como seus manuscritos mostram, principalmente para os assuntos da mente, e conforme um sistema ético em que seus pensamentos encontravam um limite natural nas relações entre seres humanos, as quais não seriam reguladas primeiramente ou de todo por interesse próprio. A mera ideia de permitir a existência de sofrimento desnecessário, ainda mais do que tirar uma vida, era detestável para ele. [Giorgio] Vasari conta, como um exemplo de seu amor por animais, como em Florença ele passava por lugares que vendiam pássaros e frequentemente os tirava de suas gaiolas com suas próprias mãos e, após pagar ao vendedor o preço que era pedido, deixava-os voar para longe, devolvendo-lhes assim a liberdade (MCCURDY, 2005, p. 78, tradução minha).<sup>48</sup>

Em 2015, o historiador e escritor italiano Angelo Paratico publicou *Leonardo Da Vinci: a chinese scholar lost in Renaissance Italy*. No capítulo *Leonardo da Vinci, the*

<sup>46</sup> Do livro *Os intelectuais e a organização da cultura* (GRAMSCI, 1989, p. 165).

<sup>47</sup> Original em inglês: “Less well known but highly relevant [...] is Leonardo’s untutored love of animals. [...] Early in life, by all accounts, he adopted a vegetarian diet, for ethical reasons.”

<sup>48</sup> Original em inglês: “He lived, as his manuscripts show, primarily for the things of the mind, and in such ethical system as that in which his thoughts find their natural bourn the relations between man and man are not regulated primarily or at all by self-interest. The mere idea of permitting the existence of unnecessary suffering, still more that of taking life, was abhorrent to him. Vasari tells, as an instance of his love of animals, how when in Florence he passed places where birds were sold he would frequently take them from their cages with his own hand, and having paid the sellers the price that was asked would let them fly away in the air, thus giving them back their liberty”.

*vegetarian*, o autor faz referência à proximidade de Leonardo com o Oriente, o que provavelmente teve influência na sua relação com os animais e na opção por uma alimentação vegetariana, considerada incomum em sua época. Na publicação mais recente sobre a vida do pintor, *Leonardo da Vinci*, o biógrafo Walter Isaacson também se refere ao vegetarianismo como uma das marcas de seu caráter.

Por causa do amor pelos animais, Leonardo foi vegetariano durante a maior parte da vida, embora suas listas de compras revelem que adquiria carne com frequência para os demais residentes da casa. “Ele não seria capaz de matar uma mosca, pelo motivo que fosse”, escreveu um amigo. “Preferia vestir-se com linho, para não usar algo morto.” Um florentino em viagem à Índia relatou que as pessoas desse país “não se alimentam de nada que possua sangue nem permitem que ninguém fira uma criatura viva, assim como nosso Leonardo da Vinci” (ISAACSON, 2017, p. 154).

Isaacson (2017, p. 128) analisou “as mais de 7200 páginas que sobreviveram até hoje” dos cadernos de Leonardo, os quais contêm uma diversidade de conteúdo ímpar. Seus cadernos funcionavam como diário, mas eram também um espaço para “ideias e desenhos”: esboços de estudos científicos, rascunhos de novelas e fábulas, projetos de engenhocas, croquis de figurinos, listas de “coisas a fazer” e “coisas a aprender”, listas de compras, registros de gastos. “Um dos propósitos dos cadernos era o de registrar cenas interessantes, sobretudo aquelas envolvendo pessoas e emoções” (ISAACSON, 2017, p. 127). E são nesses cadernos onde estão registradas também suas constatações e reflexões acerca da relação entre humanos e animais. Algumas delas eram expressas na forma de “um gênero [literário] inventado por Leonardo na década de 1490. Ele os chamava de ‘profecias’, que, em geral, consistiam em pequenos enigmas ou perguntas capciosas” (ISAACSON, 2017, p. 149):

Muitos desses enigmas proféticos refletem o amor de Leonardo pelos animais. “Número incontáveis terão os filhos tomados e as gargantas, cortadas”, diz uma delas, como se descrevesse um ato de guerra ou genocídio. Mas então Leonardo, que se tornara vegetariano, revela que essa profecia se refere às vacas e ovelhas consumidas pelos humanos. Outro exemplo: “Criaturas aladas sustentarão pessoas com suas penas”, escreveu para depois revelar que não aludia a máquinas voadoras, mas às “penas usadas para rechear travesseiros” (ISAACSON, 2017, p. 149).

Em outros momentos ele expunha sua repulsa pelo uso generalizado de animais de forma mais contundente e explícita – e fazia indagações semelhantes às que haviam sido feitas por Pitágoras, sobre a necessidade de matar para se alimentar, quando havia tantos vegetais disponíveis:

Além de suas histórias proféticas que incluíam descrições medonhas do abate de animais para alimentação, os cadernos de Leonardo contêm outras passagens literárias condenando o consumo de carne. Ele escreveu sobre os seres humanos: “Se você é, como se autointitula, o rei dos animais, por que auxilia outros animais somente com o intuito de que lhe deem em troca os filhos para o deleite de seu paladar?” Ele se referia a uma dieta composta de legumes e verduras como “comida simples” e recomendava sua adoção. “A natureza não fornece comida simples o bastante para satisfazer sua fome? Ou, se não consegue se contentar com as coisas simples, você não pode misturá-las para produzir um número infinito de combinações?” (ISAACSON, 2017, p. 154-155).

Sua postura crítica e questionadora estava diretamente relacionada aos estudos que ele mesmo fazia a partir de uma observação minuciosa de todas as coisas vivas:

Sua lógica para evitar o consumo de carne derivava de uma moralidade baseada na ciência. Leonardo percebeu que, diferentemente das plantas, os animais sentiam dor. Seus estudos o levaram a crer que isso acontecia porque os animais possuíam a habilidade de mexer o corpo (ISAACSON, 2017, p. 155).

Sua decisão de evitar e combater a objetificação dos animais não decorria apenas do amor e compaixão que sentia por eles, mas também do reconhecimento de que são seres sencientes. A capacidade de sentir e sofrer, para Leonardo, deveria ser considerada moralmente. A sciência, como se verá, tornou-se um aspecto central nos estudos de direitos animais desenvolvidos nos séculos seguintes.

### 1.1.2.1. São mesmo irracionais?

*Esse direito nos parece natural porque somos nós que estamos no alto da hierarquia. Mas bastaria que um terceiro se intrometesse no jogo, por exemplo, um visitante vindo de um outro planeta a quem Deus tivesse dito: “Tu reinarás sobre as criaturas de todas as outras estrelas”, para que toda a evidência do Gênesse fosse posta em dúvida. O homem atrelado à carroça por um marciano, eventualmente grelhado no espeto por um habitante da Via-láctea, talvez se lembrasse da costeleta de vitela que tinha o hábito de cortar em seu prato e pediria (tarde demais), desculpas à vaca.*

Milan Kundera<sup>49</sup>

Quase contemporâneo a Leonardo da Vinci, o filósofo francês Michel de Montaigne (1533-1592) também reconheceu incongruências nas relações entre seres humanos e animais. No segundo volume da obra *Ensaio* – publicada em três volumes – a questão é abordada extensamente nos capítulos *Da crueldade*<sup>50</sup> e *Apologia a Raymond Sebond*<sup>51</sup>. Montaigne descreve minuciosamente as características e comportamento dos mais diversos animais – de formigas, abelhas e aranhas; passando por pássaros, veados, raposas, cachorros; até crocodilos, baleias, elefantes, primatas, entre outros – apresentando as qualidades que, em cada um desses seres, são análogas às nossas e, inclusive, as que lhe são superiores:

Constatamos que na maior parte de seus trabalhos e obras os animais nos são superiores e que nossa arte não consegue imitar-lhes com grande êxito as realizações, e no entanto no que fazemos, inferior ao que fazem os bichos, pomos toda a nossa alma e apelamos para todas as nossas faculdades. Por que não acreditarmos que agem de igual maneira? Que motivo nos leva a atribuir a não sei que instinto natural e servil tais obras que somos incapazes de levar a cabo, nem por instinto nem com a ajuda da razão? [...] (MONTAIGNE, 1980, p. 212).

<sup>49</sup> Do livro *A insustentável leveza do ser* (KUNDERA, 2017, p. 305).

<sup>50</sup> A crueldade era, para Montaigne (1980, p. 201), “o pior de todos os vícios” – dizia “não poder ver matarem um frango” sem que lhe fosse desagradável ou “ouvir uma lebre gemer nos dentes dos cães”.

<sup>51</sup> Raymond Sebond (1385-1436), filósofo e teólogo catalão, é autor de *Teologia Natural* ou *Livro das Criaturas*, livro que o pai de Montaigne ganhou de presente de Pierre Buñuel – “homem de grande reputação e que se demorara alguns dias em Montaigne” (MONTAIGNE, 1980, p. 204) –, e que foi posteriormente traduzido para o francês pelo próprio Montaigne. Em *Apologia a Raymond Sebond*, “o filósofo, com propósitos de desqualificar a pretensão humana, empreende um longo e detalhado elogio aos animais não humanos. É um texto considerado, até hoje, fundamental para o ressurgimento do ceticismo no âmbito da filosofia moderna, além de ter sido um dos primeiros a fazer uma aguda crítica ao antropocentrismo no interior da discussão sobre os dogmas filosóficos e teológicos do pensamento ocidental” (MACIEL, 2016, p. 28). Jacques Derrida (2002, p. 19-20), em referência a este ensaio, afirma: “Trata-se, vocês o reconhecerão, de um dos maiores textos pré-cartesianos e anticartesianos que existem sobre o animal. [...] Montaigne zomba da ‘imprudência humana sobre o próprio dos animais’, da ‘presunção’ e da imaginação do homem quando este pretende, por exemplo, saber o que se passa na cabeça dos animais. Sobretudo, quando pretende lhes conferir ou lhes recursar algumas faculdades.”

Montaigne (1980, p. 218) afirma que “os animais fazem ainda muitas coisas que ultrapassam de muito aquilo de que somos capazes, que não conseguimos imitar e que nossa imaginação não nos permite sequer conceber”. Argumentando a partir da fisiologia e do modo de agir das diferentes espécies, o filósofo procura demonstrar como nós, seres humanos, estamos muito mais próximos do que supomos desses seres tidos como inferiores. Além da sciência, que já havia sido ressaltada por pensadores que o precederam, Montaigne chega a afirmar, com convicção, que os animais possuem linguagem<sup>52</sup>, raciocinam, planejam, sonham, recordam e fazem abstrações.

Que faculdade teremos ainda que não encontremos nos animais? Haverá organização social mais perfeita que a das abelhas? A divisão do trabalho e dos encargos é tão bem regulada entre elas, que a não podemos imaginar sem supormos esses insetos dotados de inteligência. [...] As andorinhas que, na primavera, vemos esquadriharem os recantos todos de uma casa, escolherão por acaso sem discernimento e ponderação o mais cômodo dentre mil lugares? Quando constroem seus ninhos, tão admiráveis pela textura, podem os pássaros adotar a forma quadrada ou redonda, o ângulo obtuso ou reto, sem conhecimento das condições e efeitos de cada uma dessas formas? Ao misturarem a água com argila, ignorarão que aquela amolece esta? Atapetando seus palácios de musgo ou de plumas, não estarão prevendo a conveniência da moleza para os membros delicados dos filhotes? Será que se resguardam do vento e da chuva e instalam seus ninhos voltados para o oriente sem conhecerem as condições climáticas e atentarem para as mais favoráveis? Por que faz a aranha sua teia mais espessa em certos lugares e por que a tece diferentemente, ora de um jeito ora de outro, se antes não pensou e decidiu? (MONTAIGNE, 1980, p. 212).

Com esses e outros exemplos, o autor busca apontar as limitações da ciência de seu tempo que – por desconhecimento, arrogância ou presunção – não compreendia verdadeiramente a mente e as capacidades dos animais. “Por que imaginar que neles a ação é maquinal e em nós mesmos não?” (MONTAIGNE, 1980, p. 214). Também critica o fato de os cientistas situarem os seres humanos no topo de uma hierarquia estabelecida artificialmente, “autorizando-os” a discriminar, explorar e submeter a situações de sofrimento tudo que lhes fosse diferente:

Pela vaidade mesma dessa imaginação, iguala-se a Deus, atribuindo-se a si próprio qualidades divinas que ele mesmo escolhe. Separa-se das outras criaturas; distribui as faculdades físicas e intelectuais que bem entende aos animais, seus companheiros. Como pode conhecer com sua inteligência os móveis interiores e secretos deles? Em virtude de que comparação entre eles e nós chega à conclusão de que são estúpidos? Quando brinco com minha gata, sei lá se ela não se diverte mais do que eu. Distraímos-nos com macaquices recíprocas, e se tenho o meu momento de iniciar ou terminar o folguedo, ela também o tem (MONTAIGNE, 1980, p. 210-211).

---

<sup>52</sup> “[...] a diferença de línguas que se observa entre os homens, segundo sua terra de origem, igualmente se constata entre os animais de uma mesma espécie” (MONTAIGNE, 1980, p. 213).

Para Montaigne, acessar em profundidade as capacidades cognitivas das demais espécies e chegar a conclusões exatas e consistentes sobre sua inteligência seria uma empreitada quase irrealizável, uma vez que “não penetramos o pensamento dos animais”:

Essa falha que impede nossa comunicação recíproca tanto pode ser atribuída a nós como a eles, que consideramos inferiores. Está ainda por se estabelecer a quem cabe a culpa de não nos entendermos, pois se não penetramos o pensamento dos animais, eles tampouco penetram os nossos e podem assim nos achar tão irracionais quanto nós os achamos (MONTAIGNE, 1980, p. 211).

Seria, portanto, “inexplicável a nossa vaidade de querer considerar inferior e interpretar desdenhosamente o que não somos capazes nem de imitar nem de entender” (MONTAIGNE, 1980, p. 223). O texto de Montaigne é entremeado por citações de filósofos antigos – como Pitágoras, Plutarco, Sêneca – e também de seus contemporâneos. Essas referências teóricas, acrescidas de suas próprias observações e deduções, corroboravam a pertinência de se considerar moralmente os interesses dos animais, dedicando-lhes um tratamento mais respeitoso:

Quando encontro em autores muito sensatos dissertações tendentes a provar certas semelhanças entre os animais e nós, quanto participam de nossos próprios privilégios e quanto temos em comum, torno-me muito menos presunçoso e abduco sem dificuldade essa realeza imaginária do homem sobre as demais criaturas (MONTAIGNE, 1980, p. 204).

Ao evidenciar as semelhanças “entre os seres da criação”, Montaigne defende que “não estamos acima nem abaixo delas [demais criaturas]. Tudo o que existe sob o céu está sujeito à mesma lei e às mesmas condições [...]. Há diferenças, ordens e graus diversos, mas de um modo geral os caracteres essenciais são os mesmos” (MONTAIGNE, 1980, p. 214). Essa sustentação contundente da aproximação entre seres humanos e animais, a partir de um olhar crítico e questionador, assinala uma postura singular para um pensador do século XVI – como observa a pesquisadora Maria Esther Maciel (2013),

Michel de Montaigne não apenas subverteu a concepção hierárquica de natureza – pautada na ideia do homem como animal racional e, portanto, superior aos demais –, como também contribuiu para a constituição de uma ética e uma política modernas sobre as relações entre os homens e os outros animais. Além disso, ele propiciou uma revisão crítica, fora dos domínios do antropocentrismo e do especismo, dos conceitos cristalizados de “humano” e “humanismo”, antecipando muitas questões que, hoje, têm merecido destaque no âmbito dos estudos animais e da biopolítica. Para ele, entre nós e outros viventes existem relações que nos obrigam reciprocamente, o que o leva a defender o que poderíamos chamar de uma ética da convivência entre as espécies.

Vivendo na alvorada da Idade Moderna, em tempos que anunciavam a supremacia do antropocentrismo, do racionalismo e da supervalorização da ciência, Montaigne já a colocava à prova. Reconhecia sua importância – “É em verdade a ciência coisa importante e útil. Os que a desprezam dão prova de estupidez” –, mas não a julgava inabalável – “Não considero entretanto seu valor tão elevado quanto imaginam alguns” (MONTAIGNE, 1980, p. 204). Sua postura crítica incomodou muitos dos filósofos cartesianos, inclusive o próprio René Descartes (1596-1650). Em carta que escreveu ao Duque de Newcastle em 23 de novembro de 1646, Descartes apresentou objeções às ideias de Montaigne, refutando várias de suas afirmações referentes às capacidades cognitivas dos animais:

Não posso compartilhar a opinião de Montaigne e outros que atribuem inteligência ou pensamento aos animais. [...] Eles apenas nos imitam ou nos superam naquelas ações que não são guiadas por nossos pensamentos. [...] Montaigne e [Pierre] Charron podem ter dito que há mais diferença entre um ser humano e outro do que entre um ser humano e um animal; mas nunca se conheceu um animal tão perfeito a ponto de usar sinais [...]; e não há ser humano tão imperfeito que não o faça, pois até os surdos-mudos inventam sinais especiais para expressar seus pensamentos. Isto me parece um argumento muito forte para provar que a razão pela qual os animais não falam como nós não é que lhes faltam os órgãos, mas que eles não têm pensamentos. Não se pode dizer que eles falam uns com os outros e que não podemos entendê-los; porque desde que os cães e alguns outros animais expressam suas paixões para nós, eles também expressariam seus pensamentos, se tivessem algum (DESCARTES, 1989, p. 16-17, tradução minha).<sup>53</sup>

Nesse mesmo texto, Descartes expõe uma de suas ideias mais insensatas e polêmicas – a de que os animais agem tão mecanicamente quanto um relógio:

Eu sei que os animais fazem muitas coisas melhor do que nós fazemos, mas isso não me surpreende. Pode até mesmo ser usado para provar que eles agem naturalmente e mecanicamente, como um relógio que informa a hora melhor do que nosso julgamento o faria. Sem dúvida, quando as andorinhas vêm na primavera, elas operam como relógios. As ações das abelhas são da mesma natureza, e também a disciplina das garças em voo, e dos macacos em luta – se é verdade que eles têm disciplina (DESCARTES, 1989, p. 17, tradução minha).<sup>54</sup>

---

<sup>53</sup> Original em inglês: “I cannot share the opinion of Montaigne and others who attribute understanding or thought to animals. [...] they only imitate or surpass us in those of our actions which are not guided by our thoughts. [...] Montaigne and Charron may have said that there is more difference between one human being and another than between a human being and an animal; but there has never been known an animal so perfect as to use a sign to make other animals understand something which expressed no passion; and there is no human being so imperfect as not to do so, since even deaf-mutes invent special signs to express their thoughts. This seems to me a very strong argument to prove that the reason why animals do not speak as we do is not that they lack the organs but that they have no thoughts. It cannot be said that they speak to each other and that we cannot understand them; because since dogs and some other animals express their passions to us, they would express their thoughts also if they had any.”

<sup>54</sup> Original em inglês: “I know that animals do many things better than we do, but it does not surprise me. It can even be used to prove they act naturally and mechanically, like a clock which tells the time better than our judgement does. Doubtless when the swallows come in spring, they operate like clocks. The actions of honeybees

Apesar de recorrer a argumentos absurdos, o pensamento de Descartes teve grande influência no pensamento Ocidental moderno.<sup>55</sup> A livre exploração de plantas e animais, amparada na noção de uma superioridade humana, era uma prática corrente desde a Antiguidade. Entretanto, “a doutrina cartesiana produziu o efeito de degradar ainda mais os bichos, em contraste com os seres humanos” (THOMAS, 2010, p. 44).

Descartes negava alma para os animais por estes não exibirem qualquer comportamento que não pudesse ser atribuído ao mero impulso natural. Mas seus seguidores foram mais longe. Os animais, declaravam, não sentem dor; o gemido de um cão que apanha não constitui prova do sofrimento animal, assim como o som de um órgão não atesta que o instrumento sente dor quando tocado. Os uivos e contorções de um bicho seriam meros reflexos externos, sem relação com qualquer sensação de interior (THOMAS, 2010, p. 44).

Como se sabe, essa perspectiva equivocada foi amplamente contestada pelos avanços científicos dos séculos subsequentes. Mas também houve objeções desde o início, como as apresentadas por Montaigne. Sua argumentação filosófica é ilustrada com diversas histórias, casos e situações que ele mesmo presenciou ou que lhe chegaram por meio de leituras ou da convivência com indivíduos de diferentes países e continentes. Um exemplo é o relato que destaca a perspicácia das raposas da antiga região de Trácia, situada então no sudeste da Europa:

Os habitantes da Trácia, quando têm que atravessar um rio gelado, servem-se de uma raposa que caminha à sua frente. Vê-se o animal aproximar o ouvido do gelo, até tocá-lo para verificar se a água corre perto ou longe. E verificada a espessura do gelo, avança ou recua. Não somos levados a pensar que em seu cérebro se observa um processo racional semelhante ao que se processaria no nosso? “O que faz barulho mexe; o que mexe não é gelo; o que não é gelo é líquido; e o que é líquido afunda sob o peso de um fardo.” Atribuir o ato da raposa à acuidade de seu ouvido, sem reflexão de sua parte, é uma quimera que nosso espírito não pode aceitar. Igual opinião devem merecer todas as invenções e astúcias a que recorrem os bichos para se verem livres de nossa perseguição (MONTAIGNE, 1980, p. 214).

Outra história remete a um “cão à procura do dono”:

[...] deparando com uma encruzilhada de três caminhos, farejando um sem resultado, e o outro também sem êxito e afinal escolhendo resolutamente o terceiro, convém em que o animal fez o raciocínio seguinte: “segui as pegadas de meu dono até esta

---

are of the same nature, and the discipline of cranes in flight, and of apes in fighting, if it is true that they keep discipline.”

<sup>55</sup> Não desconsidero, aqui, a importância de Descartes em diversos campos do saber – Filosofia, Física, Matemática. Muitas de suas ideias foram relevantes e contribuíram para a evolução científica. Ao estabelecer a supremacia da razão – “Penso, logo existo” –, o filósofo exerceu uma influência decisiva no rumo do pensamento ocidental. Entretanto, sua perspectiva dualista e sua percepção bastante equivocada dos animais colaboraram para disseminar e sustentar uma visão de mundo antropocêntrica, com todas suas consequências implacáveis.

encruzilhada; necessariamente tomou um desses caminhos; ora, não foi este nem aquele, logo, forçosamente, foi o outro”. E apoiado nessa dedução não hesita em seguir o terceiro caminho sem mais pesquisa, sem mesmo o verificar antes pelo faro, obedecendo apenas à força de sua razão (MONTAIGNE, 1980, p. 215).

Montaigne afirmava, assim, ser “evidente a existência neles [nos animais] de um processo de raciocínio” (MONTAIGNE, 1980, p. 215), uma vez que “[...] os atos desses animais parecem-se tanto com os dos homens, que se relatasse tudo o que sei, facilmente provaria a minha tese, a de que há maior diferença entre um homem e outro do que entre um dado animal e o homem” (MONTAIGNE, 1980, p. 217). Para o filósofo, o comportamento desses animais revela um “esforço dialético” na tomada de decisões. Não seria, portanto, “em virtude de um raciocínio judicioso, mas unicamente por orgulho e obstinação que nos sobrepomos aos animais” (MONTAIGNE, 1980, p. 225).

A linha de raciocínio de Montaigne não procura “rebaixar” o ser humano, mas apenas aproximá-lo dos outros animais, com o intuito de que, ao enxergamos nossas semelhanças, passemos a respeitá-los: “Os bichos nascem, reproduzem-se, alimentam-se, movem-se, vivem e morrem como nós. As vantagens que atribuímos à nossa condição, em menoscabo das suas, são gratuitas; a nossa razão é incapaz de demonstrar sua superioridade” (MONTAIGNE, 1980, p. 218). Em referência a essa crença na superioridade do humano, o filósofo observa, com ironia, que “nenhum homem se ofende com se ver comparado a Deus, mas deprime-se se o nivelam aos animais” (MONTAIGNE, 1980, p. 227).

Segundo o historiador inglês Keith Thomas (2010, p. 225), já naquele período “muitos compartilhavam a tese de Montaigne”. No século XVII, *Ensaaios* foram traduzidos duas vezes para o inglês e posteriormente para outras línguas – a primeira tradução brasileira do texto integral surge apenas na década de 1960. Seus escritos, portanto, foram importantes não apenas em sua época, mas influenciaram também as gerações seguintes, sendo considerados relevantes e ainda apropriados para as reflexões do presente.

Na ocasião do lançamento da mais recente edição brasileira, o escritor e atual presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL), Marco Luchesi (2017), afirmou que “os *Ensaaios* de Montaigne dão a impressão de que foram escritos para o nosso tempo, em pleno século XXI, tal o frescor e a contundência que se desprendem de sua forma de pensar”. Maciel (2016, p. 35) também destaca a influência do pensamento do filósofo francês nos estudiosos e escritores da contemporaneidade:

Por ter pensado essas e várias outras questões relativas aos animais, Montaigne pode ser considerado uma referência importante não apenas para as tentativas recentes de

reconfiguração do conceito de humano, como também para o debate contemporâneo sobre as políticas da vida. É também notável o influxo tardio de suas ideias na própria literatura do nosso tempo, a exemplo dos romances do escritor sul-africano J. M. Coetzee, como *A vida dos animais* (1999) e *Desonra* (2000), ambos voltados para a perspectiva das relações ético-políticas entre humanos e animais, num confronto direto com o antropocentrismo e o especismo ocidentais.

Entre os intelectuais da França de sua época, Montaigne foi quem mais contribuiu para uma reflexão crítica sobre as relações interespecies. Desde a publicação de *Ensaaios* até fins do século XIX, há poucos registros de pensadores franceses que questionaram o tratamento indigno dispensado aos animais.

### 1.1.2.2. Uma resposta a Descartes

*Seus discursos são fortes e profundos, mas neles tudo se passa como se eles nunca tivessem sido vistos, sobretudo não nus, por um animal que se dirigisse a eles. [...] A experiência do animal que vê, do animal que os observa, não a tomaram em consideração na arquitetura teórica ou filosófica de seus discursos.*

Jacques Derrida<sup>56</sup>

Em 1764, quase dois séculos após a morte de Montaigne, o filósofo parisiense François Marie Arouet (1694-1778), conhecido pelo pseudônimo Voltaire, publicou seu *Dicionário Filosófico* – considerado o primeiro livro de bolso da história. Nele constava o verbete *Bêtes*, traduzido para o português ora como *Os irracionais*, ora como *Os Animais*. Voltaire o escreveu com o objetivo de responder à afirmação de Descartes de que “animais são máquinas”:

Que néscio é afirmar que os animais são máquinas privadas do conhecimento e de sentimentos, agindo sempre de igual modo, e que não aprendem nada, não se aperfeiçoam, etc.!

Pode lá ser... Então esse pardalzinho que constrói o ninho em semicírculo quando o prende a uma parede, que o constrói num quarto de círculo quando o faz num ângulo e em círculo num ramo de árvore – faz tudo de igual modo? O cão de caça que ensinaste a obedecer-te durante três meses não estará a saber mais ao cabo desse período do que sabia no início das lições? O canário a quem tentas ensinar uma melodia repete-a logo no mesmo instante, ou não levarás um certo tempo a fazê-la decorar? E não reparaste como se engana, com frequência, e vai corrigindo depois?

É só por eu ser dotado de fala que julgas que tenho sentimentos, memória, ideias? [...] aquele cão que se perdeu do dono, que o procura por todos os lados soltando latidos dolorosos, que entra em casa, agitado, inquieto, que sobe e que desce, percorre as casas, umas após outras, até que acaba, finalmente, por encontrar o dono de que

<sup>56</sup> Do livro *O animal que logo sou* (DERRIDA, 2002, p. 51).

tanto gosta no gabinete dele e ali lhe manifesta a sua alegria pela ternura dos latidos, em pródigas carícias.

Algumas criaturas bárbaras agarram nesse cão, que excede o homem em sentimentos de amizade; pregam-no numa mesa, dissecam-no vivo ainda, para te mostrarem as veias mesentéricas. Encontras nele todos os órgãos das sensações que também existem em ti. Atreve-te agora a argumentar, se és capaz, que a natureza colocou todos estes instrumentos do sentimento no animal, para que ele não possa sentir? Dispõe de nervos para manter-se impassível? Que nem te ocorra tão impertinente contradição da natureza (VOLTAIRE, 1984, p. 96-97).

De fato, a ideia de que os animais não tinham a capacidade de sentir era tão inconsistente que “o próprio Descartes parece ter modificado sua doutrina nos anos seguintes, e não estava disposto a concluir que os seres brutos fossem totalmente incapazes de ter sensações; para ele a questão essencial era que não dispunham da capacidade de raciocínio” (THOMAS, 2010, p. 44). Mas além da ausência de razão, Descartes seguiu alegando que “animais não têm alma” – argumento também refutado por Voltaire, uma vez que, para ele, as mesmas premissas que justificavam a existência de alma humana se aplicariam aos animais:

Mas os mestres-escolas perguntam o que é e onde está a alma dos animais? Não entendo tal pergunta. [...] Qual a origem de tantos e tão contraditórios despautérios? Do hábito que os homens sempre tiveram de examinar e definir o que é uma coisa, antes de saberem se ela existe (VOLTAIRE, 1984, p. 97).

Em outro verbete, *Fins, causas finais*, também aparecem reflexões relativas aos animais:

Todos os animais têm olhos e veem; todos têm orelhas e ouvem; todos têm boca, com a qual comem; estômago, ou coisa parecida, por onde digerem; todos têm um orifício que expulsa os excrementos; todos têm, também, um instrumento adequado à procriação: e tais dons da Natureza atuam neles sem que nenhuma arte se intrometa. Eis algumas causas finais claramente estabelecidas e é perverter o nosso pensamento negar uma verdade tão universal.

Mas as pedras, em qualquer lugar e em qualquer época, não formam edifícios; nem todos os narizes trazem óculos; nem todos os dedos trazem anéis; nem todas as pernas andam de meias de seda. Um bicho-da-seda portanto não é feito para cobrir as minhas pernas, como a vossa boca é feita para comer e o vosso traseiro para ir à retrete. [...] Os carneiros por certo não foram criados para serem cozidos e comidos, pois vários são os povos que se abstêm desse horrível crime (VOLTAIRE, 1984, p. 191).

Voltaire defende que os animais são um “fim em si mesmo” e não apenas “meios” para atender às nossas necessidades e vontades. Esse argumento, que ele expõe muito brevemente, fundamentará várias das teorias em defesa dos animais nos séculos seguintes. Apesar de discorrer sobre o tema apenas nesse *Dicionário Filosófico*, considereei pertinente apresentá-lo aqui, sobretudo por ser uma tentativa de responder às colocações de Descartes.

### 1.1.2.3. Nosso dever de compaixão

*Quanto aos homens, penso assim: Deus os coloca à prova, para mostrar que eles, em si mesmos, são como animais. De fato, o destino do homem e do animal são idênticos: do modo que morrem estes, morrem também aqueles. Uns e outros têm o mesmo sopro vital, sem que o homem tenha vantagem nenhuma sobre o animal, porque tudo é fugaz. Uns e outros vão para o mesmo lugar: vêm do pó e voltam para o pó. Quem pode saber se o sopro vital do homem sobe para o alto, e do animal desce para baixo da terra?*

(BÍBLIA, Eclesiastes, 3: 18-22)

No mesmo período em que Voltaire questionava as ideias de Descartes na França, o escritor, teólogo e clérigo inglês Humphry Primatt (1735-1776) publicava seu livro *A dissertation on the duty of mercy and the sin of cruelty against brute animals*<sup>57</sup> – também conhecido como *The duty of mercy*. Considerado pela pesquisadora Sônia T. Felipe (2006, p. 208) “uma pérola em defesa dos animais”, este é o único livro, pelo que se tem conhecimento, que Primatt escreveu em seus apenas 40 anos de vida.

A ideia central de *The duty of mercy* é o “dever humano de compaixão para com todos os seres em condições vulneráveis à dor e ao sofrimento” (FELIPE, 2006, p. 209) – fundamentado no princípio moral de que não devemos fazer com os outros, incluso animais, o que não desejamos que façam conosco. Isto é, “se argumentamos que ninguém, para levar vantagens, tem o direito de nos expropriar de nosso bem-estar ou da nossa vida, não devemos, em nome de vantagens pessoais, tirar a vida nem maltratar nenhum outro animal dotado de sensibilidade” (FELIPE, 2006, p. 209). Primatt sugere, com o intuito de reforçar essa perspectiva, que nos imaginemos em um outro corpo, em um corpo “não humano”:

Se, na configuração animal não humana, fôssemos constituídos pelo mesmo nível de racionalidade e capacidade de pensar de que gozamos; e outros seres, na configuração de humanos, nos atormentassem, abusassem e nos maltratassem barbaramente por não termos a sua forma; a injustiça e a crueldade de seu comportamento seriam autoevidentes. E, naturalmente, inferiríamos que – andemos sobre duas patas ou sobre quatro, seja nossa cabeça inclinada ou ereta, sejamos nus ou cobertos de pêlos, tenhamos caudas ou não, chifres ou não, orelhas longas ou curtas; relinchemos como um asno, falemos como um homem, chilreemos como um pássaro ou sejamos mudos como um peixe – a natureza jamais pretendeu que tais diferenças fundassem o direito à tirania e à opressão (PRIMATT *apud* FELIPE, 2006, p. 218).

---

<sup>57</sup> Tradução livre do título: “Dissertação sobre o dever de compaixão e o pecado da crueldade contra os animais brutos”. A obra nunca foi publicada em português e tampouco se conhece versões em outras línguas.

Com o objetivo, portanto, de propor “o emprego do princípio da igualdade moral no tratamento da dor e minimização do sofrimento de todos os seres” (FELIPE, 2006, p. 212), Primatt apresenta 27 teses. Algumas delas, conforme expostas por Felipe (2006), destacam a moralidade referente à capacidade de sentir dor: “Dor é experiência intrinsecamente má, para qualquer ser que a sofre”; “O malefício da dor e do sofrimento não depende de peculiaridades sociais, intelectuais ou de outras diferenças na aparência”; “A sensação de dor não depende do pensamento nem da razão. A linguagem não é necessária à experiência sensível da dor”; “As diferenças físicas, econômicas e intelectuais não aumentam nem diminuem a sensibilidade à dor, não eliminam nem respondem pela sensibilidade à dor, mesmo que seja diferente, em cada caso particular.”

Para Primatt, uma vez que a dor é considerada moralmente nas relações entre os seres humanos, ela também deveria o ser nas relações entre humanos e animais “Esquivar-se da dor”, ele afirma, “é algo tão natural aos animais quanto aos homens” (PRIMATT *apud* FELIPE, 2006, p. 225):

Dor é dor, seja infligida ao homem ou ao animal; e a criatura que a sofre, seja homem ou animal, sendo sensível à desolação que ela produz, sofre um mal; e o sofrer um mal, imerecidamente, [...] quando não causou dano algum, e quando não pode pôr um fim a isso, mas simplesmente para que o poder e a malevolência sejam exibidos, é crueldade e injustiça naquele que o produz (PRIMATT *apud* FELIPE, 2006, p. 217).

A dor seria, nesses casos, decorrente de um comportamento cruel – como também está expresso nas seguintes teses: “Crueldade significa causar mal, dor ou sofrimento injustificáveis, a seres vulneráveis”; “Há duas formas de crueldade. A brutal, praticada pelos seres humanos contra os animais, e a humana, praticada pelos seres humanos contra os de sua própria espécie”; “Crueldade é covardia, ainda pior quando praticada contra animais”.

Outras teses criticam o antropocentrismo e a ideia de superioridade humana: “A concepção da dignidade humana está fundada erroneamente numa presunção de superioridade discriminadora contra quem não têm a configuração da espécie humana”; “A singularidade da aparência natural, específica, não resulta do mérito. Por essa razão, não pode servir para justificar privilégios morais”; “A tradição nem sempre preserva um valor moral universal, ou é sinônimo de ética”; “Os seres humanos não são superiores aos animais no que toca à bondade”; “Dominar é saber cultivar, cuidar de algo”; “A não maleficência e a beneficência, como princípios racionais, são princípios universais.”

As qualidades humanas não deveriam, para Primatt, ser critério para estabelecer uma hierarquia entre espécies, uma vez que as diferentes características que observamos entre os

próprios seres humanos tampouco justificam atos de violência contra aqueles porventura considerados “inferiores”: “Se a diferença na compleição ou na estatura não dá a um homem o direito de ridicularizar ou de abusar de outro homem, a diferença na configuração entre um homem e um animal não dá ao primeiro qualquer direito de abusar deste ou de atormentar” (PRIMATT *apud* FELIPE, 2006, p. 219).

Ainda em referência à humanidade como qualidade orientadora na relação com outros seres, há teses que argumentam que o comportamento humano deve ditar-se pela coerência: “A ética funda-se na razoabilidade, coerência e reciprocidade, cerne da ‘regra de ouro’: não faças a outro aquilo que não queres que te façam na mesma situação. Princípios éticos não são descartáveis”; “Ser imoral é incoerência. Desrespeitar os animais, alegando que são inferiores, mas fazer a eles o que não admitimos que nos façam, quando estamos em condições inferiores, é pura irracionalidade, manifesta, justamente, naquele que se autoproclama dotado de razão”; “Egoísmo expressa incoerência”; “O dever humano mais sagrado, relativamente aos animais, de não interferência quando esta representa um malefício, equivale, na prática, ao dever de os deixar viver em paz.”

Primatt não chega a discorrer sobre a defesa dos animais no âmbito jurídico e tampouco utiliza a concepção de direito ou direitos animais para se referir ao tema. Entretanto, ele argumenta que considerar os animais moralmente é uma questão de justiça, como se vê nas seguintes teses: “A imparcialidade é constitutiva de todo princípio ético, político e legal. Não se pode abrir exceção para benefício pessoal e, ao mesmo tempo, esperar que os outros considerem tal privilégio sinônimo de justiça”; “Isonomia e coerência moral. A justiça ordena tratar casos semelhantes de forma semelhante.”

Como se observa, o texto de Primatt tem um caráter deontológico. Ao final de *The duty of mercy*, a conclusão de sua linha argumentativa remete novamente ao dever humano de compaixão, reafirmando assim a proposição expressa no título do livro:

Considere que nenhum animal, seja sob o seu cuidado, ou que surja em seu caminho, sofra por negligência ou abuso. Não deixe que perspectivas de lucro, condescendência aos costumes, ou qualquer medo do ridículo do mundo, sequer o persuada ao menor ato de crueldade ou injustiça com qualquer criatura de qualquer tipo. E faça com que este seja seu preceito invariável, em todo lugar, em todos os tempos: *não fazer com os outros o que, em sua condição, poderia ser feito com você* (PRIMATT *apud* SALT, 1892, p. 138, tradução minha).<sup>58</sup>

---

<sup>58</sup> Original em inglês: “See that no brute of any kind, whether intrusted to thy care, or coming in thy way, suffer through thy neglect or abuse. Let no views of profit, no compliance with custom, and no fear of the ridicule of the world, ever tempt thee to the least act of cruelty or injustice to any creature whatsoever. But let this be your invariable rule, everywhere, and at all times, to *do unto others as, in their condition, you would be done unto*.”

Apesar de terem permanecido desconhecidas do público durante a maior parte dos anos, “as teses de Primatt fundamentam os discursos éticos contemporâneos, na defesa moral, legal e constitucional dos animais” (FELIPE, 2006, p. 211). *The duty of mercy* influenciou outros intelectuais ingleses a desenvolverem uma ética voltada aos animais – como é o caso de Jeremy Bentham, Henry Salt e Andrew Linzey –, além de ter contribuído para a disseminação de ideias pró-animais no âmbito da sociedade civil. “Em 1824, o reverendo Arthur Broome, inspirado nos argumentos de Humphry Primatt, funda a RSPCA, Sociedade Real de Prevenção à Crueldade contra Animais, e publica, em 1831, uma versão resumida de *The Duty of Mercy*” (FELIPE, 2006, p. 209). A RSPCA<sup>59</sup>, que existe até hoje – em 2024 completará 200 anos –, é a mais antiga organização de proteção animal ainda atuante.

#### 1.1.2.4. Eles podem sofrer?

*Quem diz que a vida importa menos para os animais do que para nós  
nunca segurou nas mãos de um animal que luta pela vida. O ser  
inteiro do animal se lança nessa luta, sem nenhuma reserva. [...]   
Sugiro que caminhe lado a lado com o animal que está sendo  
empurrado pela rampa na direção do seu carrasco.*

J. M. Coetzee<sup>60</sup>

Muito mais conhecido do que Primatt, seu conterrâneo e contemporâneo Jeremy Bentham (1748-1832), filósofo fundador do Utilitarismo<sup>61</sup>, teve e ainda tem grande influência na concepção teórica de uma ética não antropocêntrica. Bentham não publicou nenhum livro dedicado à questão animal. Mas em seu livro *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*, lançado em 1789, escreveu uma nota de rodapé que tornou-se famosa ao expor argumentos muito semelhantes aos que Primatt havia apresentado cerca de uma década antes. Segundo o autor, a subjugação dos animais não levava em conta o princípio da igual consideração de interesses, que seria a base de qualquer teoria moral. Logo, os argumentos que vinham sendo tradicionalmente empregados para justificar a exploração das demais espécies

---

<sup>59</sup> Em inglês: *Royal Society for the Prevention of Cruelty to animals*. Site: [www.rspca.org.uk](http://www.rspca.org.uk)

<sup>60</sup> Do livro *A vida dos animais* (COETZEE, 2002, p. 78).

<sup>61</sup> O Utilitarismo é uma escola filosófica que surgiu no século XVIII, na Inglaterra, e da qual fizeram parte Jeremy Bentham e John Stuart Mill. Uma de suas distinções foi a atribuição, aos animais, de estatuto moral semelhante ao dos humanos: “Ninguém poderia negar que, historicamente, o utilitarismo tem contribuído mais do que qualquer outra teoria ética para o reconhecimento do sofrimento dos animais como um mal. Tanto Bentham quanto Mill, em suas épocas, e Peter Singer, na nossa, tomaram corajosamente a iniciativa de libertar o pensamento ético do jugo de uma concepção limitada de valor e de direito centrada na espécie” (NUSSBAUM, 2013, p. 415).

seriam inconsistentes – assim como o foram aqueles que fundamentaram a escravização de humanos:

Pode vir o dia em que o resto da criação animal adquira aqueles direitos que nunca lhes deveriam ter sido tirados, se não fosse por tirania. Os franceses já descobriram que a cor preta da pele não constitui motivo algum pelo qual o ser humano possa ser entregue, sem recuperação, ao capricho do verdugo. Pode chegar o dia em que se reconhecerá que o número de pernas, a pele peluda, ou a extremidade do *os sacrum* constituem razões igualmente insuficientes para abandonar um ser sensível à mesma sorte. Que outro fator poderia demarcar a linha divisória que distingue os homens de outros animais? Seria a faculdade de raciocinar, ou talvez a de falar? Todavia, um cavalo ou um cão adulto é incomparavelmente mais racional e mais social e educado que um bebê de um dia, ou de uma semana, ou mesmo de um mês. Entretanto, suponhamos que o caso fosse outro: mesmo nessa hipótese, que se demonstraria com isso? O problema não consiste em saber se os animais podem *raciocinar*; tampouco interessa se *falam* ou não; o verdadeiro problema é este: podem eles *sofrer*? (BENTHAM, 1979, p. 63).

Essa passagem passou a ser citada por diversos autores que colocaram em xeque nossa relação com os animais – com destaque para o filósofo australiano Peter Singer, que se tornou um dos maiores defensores da inclusão das outras espécies em nossa esfera de consideração moral. Singer (2010, p. 13, grifo do autor) – cujas ideias serão apresentadas posteriormente –, se apoia em Bentham para desenvolver seus argumentos em favor das demais espécies: “A capacidade de sofrer e de sentir prazer é um *pré-requisito para um ser ter algum interesse*, uma condição que precisa ser satisfeita antes que possamos falar de interesse de maneira compreensível.” Em *O animal que logo sou*, Derrida (2002, p. 53) critica “a violência industrial, mecânica, química, hormonal, genética, à qual o homem submete há dois séculos a vida animal” igualmente reportando-se aos questionamentos de Bentham: “Eles podem sofrer? Perguntava-se simplesmente e tão profundamente Bentham” (DERRIDA, 2002, p. 54).

Os estudiosos mencionados até aqui contribuíram não apenas para construir gradativamente um campo teórico em defesa dos animais, como também influenciaram comportamentos e conscientizaram indivíduos em diferentes períodos históricos. Conforme observa o historiador Keith Thomas (2010, p. 416), na Inglaterra do “século XVIII, comer carne era frequentemente descrito como um ato ‘terrível, repugnante’, que só o longo hábito tornara familiar”. “Nos tempos vitorianos”, segundo ele, “a classe dos matadouros de animais era frequentemente mencionada pelos investigadores sociais como, de todas, a mais desmoralizada” (THOMAS, 2010, p. 417).

No princípio do século XVIII, portanto, todos os argumentos que haveriam de embasar o vegetarianismo moderno já estavam presentes: o abate de animais não somente tinha um efeito brutalizador sobre o caráter humano como o consumo de

carne fazia mal à saúde; fisiologicamente não era natural; tornava os homens cruéis e ferozes; e infligia indescritível sofrimento às criaturas nossas irmãs. Em fins do século, esses argumentos foram complementados por um de fundo econômico: a criação de animais era uma forma dispendiosa de agricultura, se comparada com o cultivo da terra, que produzia muito mais alimento por acre (THOMAS, 2010, p. 417-418).

Estruturou-se, assim, um contexto propício para que se desenvolvesse “um movimento vegetariano altamente articulado” (THOMAS, 2010, p. 418):

Na década de 1790, o vegetarianismo tinha tonalidades marcadamente radicais. [...] O vegetarianismo possuía nesse período um toque milenarista. Prometendo extirpar da natureza humana a ferocidade ele atacava “a raiz de todos os males”, na opinião de Shelley; e William Lambe afirmava que, se os homens renunciassem a se alimentar de carne, não haveria mais guerras. Para os convertidos, comer carne era “horrível”, “selvagem”, “nada natural”; e eles estavam convictos de que viria o tempo em que os carnívoros irregenerados perceberiam o seu erro. [...]

Os primeiros vegetarianos exerceram, assim, pequeno apelo junto às massas. Sua inspiração era frequentemente literária, muitos deles alegando terem sido convertidos pela leitura dos argumentos de Pitágoras ou Plutarco. Eles escreviam num tempo em que a carne era ainda, para muitas pessoas, um precioso bem de luxo e, conseqüentemente, símbolo de posição social. Atacando o rosbife eles se voltavam contra um símbolo nacional apreciado, bem como contra o peso da opinião médica, que continuava a insistir que a ingestão de alguma carne era necessária à saúde humana (THOMAS, 2010, p. 419-420).

Ao combater a exploração animal, intelectuais e ativistas desconstruíram paradigmas vigentes e propuseram uma nova ordem social. Suas ideias, entretanto, apesar de conquistarem muitos adeptos, enfrentavam ininterruptamente uma variedade de forças econômicas, políticas, jurídicas, sociais e culturais. A consolidação de uma perspectiva não antropocêntrica e não especista requer um esforço persistente, contínuo e duradouro. Serão apresentados a seguir alguns dos autores que avançaram nesse debate ao longo do século seguinte.

### 1.1.3. Século XIX

*Não mate*

(BÍBLIA, Êxodo, 20: 13)

*A emancipação humana da crueldade e da injustiça trará consigo, no devido tempo, a emancipação também dos animais. As duas reformas estão inseparavelmente vinculadas, e nenhuma pode ser plenamente realizada sem a outra.*

Henry Salt<sup>62</sup>

Em 1840, a Sociedade Real Dinamarquesa de Ciências de Copenhague ofereceu um prêmio a quem produzisse a melhor dissertação concernente à seguinte questão: “A fonte e o fundamento da filosofia da moral devem ser buscados numa ideia de moralidade contida na consciência imediata e em outras noções fundamentais que dela derivam ou em outro princípio do conhecimento?” Apenas um candidato se inscreveu: o filósofo alemão Arthur Schopenhauer (1788-1860). Apesar de não estar concorrendo com mais ninguém, ele não recebeu o prêmio. Os avaliadores alegaram que o autor não abordou o tema proposto, além de difamar outros filósofos alemães de grande notoriedade de sua época – notadamente Hegel, Schelling e Fichte.

Sentindo-se injustiçado e incompreendido, Schopenhauer decidiu publicar o texto não premiado por conta própria, dando-lhe o título *Sobre o fundamento da moral*. No livro, ele desenvolve um conceito de moral a partir da ideia de compaixão, divergindo das filosofias morais de então, muito mais racionalistas: “A fundação que dei para a ética deixa-me sem predecessores entre os filósofos de escola, pois ela está numa relação paradoxal com suas opiniões doutrinárias” (SCHOPENHAUER, 2001, p. 184).

Para ele, uma concepção de moral não poderia se restringir ao âmbito estritamente abstrato das ideias, prescindindo da esfera da intuição e dos sentimentos, dado que é no nosso agir, nas decisões que tomamos cotidianamente, que a moral de fato se expressa. Ela concerne ao que fazemos em relação “ao outro” – portanto, está fortemente ligada à empatia, à alteridade, à compaixão. Diante de uma injustiça, nossas reações são resultantes mais de nossos instintos, de nossa sensibilidade à dor alheia, do que de cálculos intelectuais:

Nada revolta mais profundamente nosso sentimento moral do que a crueldade. Podemos desculpar qualquer outro delito, mas não a crueldade. A razão para isso é que a crueldade é o oposto exato da compaixão. Quando tomamos conhecimento de um ato muito cruel [...], então seríamos tomados de horror e exclamaríamos: “Como é possível fazer algo desse tipo?” Qual seria o sentido desta pergunta? [...] O sentido

---

<sup>62</sup> Do livro *Cruelties of civilization*. Citado por Keith Thomas (2010, p. 263).

daquela pergunta é por certo apenas o seguinte: como é possível ser tão desprovido de compaixão? É portanto a maior falta de compaixão que põe numa ação o selo da mais profunda abjeção e horror morais. Consequentemente, a compaixão é a própria motivação moral (SCHOPENHAUER, 2001, p. 167).

Além de trazer a compaixão para o centro do debate sobre a moral, seu trabalho contém uma outra singularidade, que ele mesmo evidencia:

A motivação moral por mim estabelecida confirma-se, além disso, como genuína, pelo fato de que ela **toma sob sua proteção também os animais, que são tão irresponsavelmente malculdados nos outros sistemas morais europeus**. A suposta ausência de direitos dos animais, a ilusão de que nossas ações em relação a eles sejam sem significação moral ou, como se diz na linguagem da moral, que não há qualquer direito em relação aos animais, é diretamente uma crueza e uma barbárie revoltantes do Ocidente [...]. Na filosofia, ela repousa sobre a total diferença, admitida a despeito de toda evidência, entre o homem e o animal, que foi, como se sabe, expressa o mais decidida e vivamente por Cartesius [Descartes]. [...] os filósofos, inquietados por sua consciência intelectual, tiveram de [...] esforçar-se por abrir entre o homem e o animal um abismo monstruoso, uma distância incomensurável, para apresentá-los, a despeito de toda evidência, como diferenciados já no fundamento (SCHOPENHAUER, 2001, p. 174-175, grifo meu).

Sua convicção quanto à pertinência de incluir os animais em nossa esfera de consideração moral foi bastante inspirada por estudos das filosofias orientais, as quais ele tinha como referência de pensamento, por considerá-las mais consistentes e coerentes do que os textos ocidentais: “[...] na Ásia, já milhares de anos antes, o amor ilimitado do próximo era objeto tanto de doutrina e prescrição quanto da prática, pois os Vedas e DharmaSastra, Itihasa e Purana, como também a doutrina de Buda Sakiamuni, não se cansavam de pregá-la” (SCHOPENHAUER, 2001, p. 159). O filósofo não deixa de citar os pensadores da Antiguidade já mencionados aqui, com destaque para Pitágoras. Mas a alusão a escritos filosóficos e religiosos do Oriente faz-se presente em praticamente todos os livros que publicou, inclusive no primeiro e mais famoso deles: *O mundo como vontade e representação* (1819).

Schopenhauer (2001, p. 171) afirmava não conhecer “nenhuma oração mais bela do que aquela com que os antigos indianos encerravam suas peças teatrais [...]. Dizia a oração: ‘Possam todos os seres vivos ficarem livres da dor!’”. Ao abranger “todos os seres” e não exclusivamente os humanos, essa prece nos lembra que outros animais *também* sentem dor – logo, essa dor deve ser levada em conta em nossos julgamentos morais:

Tem-se de estar cego em todos os sentidos ou cloroformizado pelo “foetur judaicos” para não reconhecer que o essencial e o principal é o mesmo no animal e no homem, e aquilo que os distingue não está no primário, no princípio, no arcaico, no ser íntimo,

no âmago de ambos os fenômenos, que, como tal, tanto num como noutro, é a *vontade* do indivíduo [...] (SCHOPENHAUER, 2001, p. 177).

Para Schopenhauer, portanto, considerar a capacidade de sentir dor das demais espécies é uma questão de lógica, uma vez que são evidentes nossas semelhanças com muitas delas. A moral que fez-se hegemônica no Ocidente, sustentada tanto pela academia quanto pela Igreja – “que a moral do cristianismo não considere os animais é uma falta dela que é melhor admitir do que perpetuar” – revela-se limitante, sobretudo quando comparada à cultural oriental: “A um tal desprezador de animais judaizado e ocidentalizado tem-se de trazer à memória o fato de que, do mesmo modo como *ele* foi amamentado por *sua* mãe, também o animal o foi pela *dele*” (SCHOPENHAUER, 2001, p. 178). Ele observa que existem, evidentemente, muitas diferenças entre seres humanos e outros animais, com destaque para nossa capacidade de abstração, de desenvolver raciocínios complexos. Entretanto, no que concerne à senciência, somos semelhantes – e isso não pode ser ignorado.

Schopenhauer aborda também os diversos aspectos da linguagem que corroboram a depreciação dos animais não humanos no Ocidente:

De acordo com tais sofisticções dos filósofos, encontramos nos caminhos populares a peculiaridade de muitas línguas, especialmente a alemã, que tem palavras próprias para o comer, o beber, o engravidar, o parir, o morrer e para o cadáver dos animais, para não ter de usar as palavras que indicam aqueles atos feitos pelos seres humanos e para esconder, sob a diversidade das palavras, a completa identidade das coisas. O fato de que as línguas antigas não conheçam tal duplicidade das expressões, mas que, despreocupadamente, indiquem a mesma coisa com as mesmas palavras, mostra que aquele artifício lamentável é, sem dúvida, obra da fradaria europeia, que, na sua profanação, não acreditava poder chegar o suficientemente longe no negar e caluniar a essência eterna que habita todo animal. Por isso eles estabeleceram a base para a dureza e a crueldade contra os animais, costumeira na Europa [...]. Na língua inglesa não encontramos aquele artifício vil. [...] Em contrapartida, encontra-se um análogo disso na particularidade de que, em inglês, todos os animais são do “*generis neutrius*”, devendo por isso ser representados pelo pronome “*it*”, como coisa sem vida. O que, principalmente quanto aos primatas, como cachorros, macacos etc., causa a indignação e é evidentemente uma artimanha dos padres para rebaixar os animais a coisa. Os antigos egípcios [...] punham nas mesmas sepulturas as múmias dos homens e as dos íbis, crocodilos etc.; mas, na Europa, é um horror e um crime o fato de o cão fiel ser enterrado junto do lugar de descanso do seu dono, onde ele, por vezes, esperou sua própria morte por causa de uma fidelidade e de um apego que não são encontrados no gênero humano (SCHOPENHAUER, 2001, p. 176-177).

Após discorrer sobre a relevância em se considerar moralmente os animais, apontando as imprecisões das filosofias e religiões ocidentais que os concebem como “coisas” – por interesses egoístas e com argumentos desprovidos de consistência no âmbito da biologia, zoologia ou filosofia –, Schopenhauer descreve os pequenos avanços que começavam a aflorar

na Europa de então. Tais mudanças seriam, para ele, o reconhecimento do equívoco, perpetuado histórica e culturalmente, em se excluir as demais espécies de nossa comunidade moral.

Apesar de apontar que o emprego do “it” para referir-se aos animais na língua inglesa – em vez do “he” ou “she”, usado para os seres “com vida”, logo, “humanos” – expressa um desdém para com os mesmos, o filósofo avalia que, entre as sociedades europeias, a Inglaterra estaria à frente em relação ao processo de admissão dos animais como seres sencientes: “[...] esta nação inglesa sensível, destacada de todas as outras por uma marcante compaixão pelos animais, que se manifesta em toda a ocasião e que teve o poder de fazer com que [...] se preenchesse a falha deixada na moral pela religião por meio da legislação” (SCHOPENHAUER, 2001, p. 180).

Ele cita, entre outras, a *Philantropic Society*, de Londres, que propôs em 1839 “o prêmio de 30 libras para a melhor exposição de razões morais contra a tortura de animais, razões essas que, todavia, deveriam ser tiradas principalmente do cristianismo, o que certamente dificultou a tarefa” (SCHOPENHAUER, 2001, p. 183). A criação de entidades filantrópicas e de associações protetoras dos animais seria um remédio para nossa “falha moral”:

Na Ásia, as religiões garantem aos animais proteção suficiente e, por isso, lá ninguém pensa em tais associações. Todavia, também na Europa, desperta cada vez mais o sentido pelos direitos dos animais, na medida em que, aos poucos, desvanecem e desaparecem os estranhos conceitos de um mundo animal que veio à existência apenas para a utilidade e o deleite do homem, de acordo com o que se trata os animais como coisas, pois estas são as fontes do tratamento rude e desconsiderado dos animais na Europa. [...] Diga-se portanto para louvor dos ingleses que, entre eles, primeiro a lei tomou os animais sob proteção bem seriamente contra o tratamento cruel, e o homem perverso tem de sofrer uma pena se comete um delito contra os animais, mesmo que estes lhe pertençam. E, como se isto ainda não bastasse, existe em Londres uma sociedade que se reuniu espontaneamente para a proteção dos animais, “Society for the prevention of cruelty to animals”, que, por meios privados, com gastos significativos, muito faz para trabalhar contra a tortura dos animais. Seus emissários estão secretamente atentos para depois aparecerem como denunciadores das torturas destes seres que não falam mas sentem [...] (SCHOPENHAUER, 2001, p. 180-181).

Portanto, ao mesmo tempo em que constata um cenário deplorável para os animais – a brutalidade que lhes é dirigida não seria de forma alguma justificável –, Schopenhauer observa que há uma mudança em curso: “Tudo o que foi mencionado aqui demonstra que a corda moral de que falamos finalmente começa a soar também no mundo ocidental” (SCHOPENHAUER, 2001, p. 183). A influência da cultura oriental, como ele destaca a todo momento, teria um papel significativo e positivo nessa evolução. Para reforçar seus argumentos quanto à pertinência da compaixão, Schopenhauer relata diversos episódios em que diferentes

indivíduos, em situações de confronto ou de alguma intimidade com animais, passaram a dirigir-lhes um outro olhar:

Lembro-me de ter lido que um inglês que numa caçada na Índia matara a tiros um macaco não pôde esquecer o olhar que o animal lançou-lhe ao morrer e, desde então, nunca mais atirou em macacos. Assim também Wilhelm Harris [...], que viajou nos anos 1836 e 1837, penetrando no coração da África só para gozar o prazer da caça. Em sua viagem, publicada em Bombaim em 1838, conta ele que, depois de haver matado seu primeiro elefante, que era fêmea, e procurado o animal morto na manhã seguinte, todos os outros elefantes tinham fugido do lugar, só o filhote do animal morto tinha passado a noite ao lado da mãe morta; esquecendo todo o medo, este veio então de encontro ao caçador, com a mais viva e clara demonstração de sua dor inconsolável, e enlaçou-o com sua pequena tromba para pedir socorro. Nisto, diz Harris, ele foi tomado de verdadeiro remorso por sua ação e sentiu-se como se tivesse cometido um assassinato (SCHOPENHAUER, 2001, p. 179-180).

Pode-se dizer que, nesses indivíduos, o que emergiu foi um sentimento de alteridade, de compaixão – que Schopenhauer acreditava ser o “fundamento da moral”. Quanto à sua constatação de que os ingleses, antes do que os demais países europeus, estariam avançando nesse debate, talvez se justifique pela maior proximidade da Inglaterra com a Índia, que ainda era colônia britânica na época. Apesar das relações hierárquicas e díspares entre as estruturas sociais e os indivíduos dos dois países, é certo que havia um intenso intercâmbio cultural e influências mútuas. Conforme os registros da *União Vegetariana Internacional*, a Inglaterra foi o primeiro país ocidental a ter uma organização vegetariana, fundada em 1843.<sup>63</sup>

### 1.1.3.1. Um médico pelo vegetarianismo

*O que comemos e o que sabemos ou acreditamos saber sobre o ato de comer é fortemente determinado pelas relações de poder na sociedade. A pressão pela maximização do lucro a qualquer preço tem uma série de efeitos colaterais, com graves impactos na nossa saúde e no meio ambiente.*

Marion Nestle<sup>64</sup>

Contemporâneo a Schopenhauer, o médico e educador norte-americano William Andrus Alcott (1798-1859) se destacou, nesse período, como um dos principais difusores do vegetarianismo nos Estados Unidos. Além de ser membro fundador e primeiro presidente de duas organizações que advogavam pela dieta vegetariana – a *American Physiological Society*,

<sup>63</sup> Disponível em: <https://ivu.org/history/societies/>

<sup>64</sup> Do livro *Uma verdade indigesta* (NESTLE, 2019, p. 11).

que surgiu em 1837; e a *American Vegetarian Society*, em 1850 –, Alcott publicou diversos artigos e livros em defesa de uma alimentação baseada em plantas e se opôs ao consumo de qualquer produto de origem animal.

*Vegetable Diet: as sanctioned by medical men, and by experience in all age*, lançado em 1838, tornou-se tão popular que foi reeditado diversas vezes nos anos seguintes e segue sendo comercializado até hoje – a edição mais recente é de 2016. No primeiro capítulo, *Origin of this work*, o autor relata como começou seus estudos de Medicina após ser diagnosticado com tuberculose. Depois de seguir as recomendações médicas tradicionais, Alcott decidiu experimentar uma mudança radical em seu estilo de vida: cortou bebidas alcólicas, alimentos estimulantes e todo tipo de carne. Ao mesmo tempo, debruçou-se sobre a bibliografia disponível sobre dieta humana. Gradualmente, através dessas leituras e de sua própria experiência, concluiu que uma nutrição vegetariana seria mais adequada, saudável e justa.

Os capítulos seguintes apresentam dezenas de depoimentos, em sua maioria de médicos, relatando experiências bem sucedidas com o vegetarianismo. Parte dos testemunhos foram extraídos de cartas endereçadas a outro médico, Milon North, que publicara um questionário solicitando respostas sobre os efeitos físicos e mentais sentidos após uma mudança de alimentação. O livro, entretanto, não se restringe a dieta e saúde. Alcott também apresenta argumentos filosóficos – cita Plutarco, Porfírio, entre outros –; religiosos; e de personalidades da época – várias páginas são dedicadas ao poeta britânico Percy Shelley (1792-1822), a quem ele se refere como “um escritor excêntrico, mas em muitos aspectos sensível” (ALCOTT, 1838, p. 197, tradução minha).<sup>65</sup>

No último capítulo, *Vegetable Diet Defended*, os fundamentos do vegetarianismo são expostos em diversos prismas: “O argumento anatômico”; “O argumento fisiológico”; “O argumento médico”; “O argumento político”; “O argumento da experiência”; “O argumento moral” (ALCOTT, 1838, p. VI, tradução minha).<sup>66</sup> Ao final do livro, Alcott aborda mais extensamente as implicações éticas do consumo de carne: “O extermínio de animais para alimentação [...] envolve tanta crueldade, que faz com que todo indivíduo pensante – que não seja destituído das sensibilidades comuns de nossa natureza – fique aterrorizado” (ALCOTT, 1838, p. 267, tradução minha).<sup>67</sup>

---

<sup>65</sup> Original em inglês: “[...] eccentric, though in many respects sensible writer.”

<sup>66</sup> Original em inglês: “The anatomic argument”; “The physiological argument”; “The medical argument”; “The political argument”; “The argument from experience”; “The moral argument”.

<sup>67</sup> Original em inglês: “The destruction of animals for food [...] involves so much cruelty as to cause every reflecting individual – not destitute or the ordinary sensibilities of our nature – to shudder.”

Para ele, o ato de comer animais era prejudicial não apenas pelas mortes que causava, mas também por afetar nossa sensibilidade moral como um todo:

[...] o mundo, refiro-me à nossa própria porção dele, às vezes me parece um poderoso matadouro – uma grande escola para a supressão de toda gentileza, sensibilidade e sentimentos fraternos – um processo de educação completo para a destituição total de todo princípio moral – uma vasta cena de destruição de toda sensibilidade moral e de toda compaixão com as desgraças daqueles que nos rodeiam (ALCOTT, 1838, p. 268, tradução minha).<sup>68</sup>

O médico perguntava-se: “Quanto tempo depois de começarmos a olhar com indiferença à dor e ao sofrimento nos brutos, até começarmos a nos comover ainda menos do que antes com o sofrimento humano?” (ALCOTT, 1838, p. 268-269, tradução minha)<sup>69</sup>. Imaginando uma situação em que fôssemos julgados por observadores externos, Alcott prevê que nossos costumes seriam considerados assustadores:

Quão chocante seria para os habitantes de Júpiter, ou algum outro planeta, [...] ver as carcaças de animais, inteiras ou em pedaços, erguidas sobre nossas mesas diante do rosto de crianças de todas as idades, do bebê no peito à criança de dez, doze, ou catorze anos, cortadas e engolidas; e isso não apenas uma vez, mas dia após dia, por toda a vida! O que eles poderiam esperar de tal tipo de educação da mente e do coração dos jovens? O que, de fato, a não ser mágoa, desolação e miséria! (ALCOTT, 1838, p. 269, tradução minha).<sup>70</sup>

Para o autor, o consumo de animais era insensato: “Como pode ser justo colaborarmos para tantos abates desnecessários? Como isso pode ser honesto, especialmente em um país com tanta abundância de vegetais como o nosso [...]?” (ALCOTT, 1838, p. 270, tradução minha).<sup>71</sup> Alcott permaneceu como presidente da *American Vegetarian Society* até sua morte, em 1859.<sup>72</sup> Em seus discursos nas convenções da entidade, costumava argumentar que “em todas as épocas

<sup>68</sup> Original em inglês: “[...] the world, I mean our own portion of it, sometimes seems to me like one mighty slaughterhouse – one grand school for the suppression of every kind, and tender, and brotherly feeling — one grand process of education to the entire destitution of all moral principle — one vast scene of destruction to all moral sensibility, and all sympathy with the woes of those around us.”

<sup>69</sup> Original em inglês: “How long is it after we begin to look with indifference on pain and suffering in brutes, before we begin to be less affected than before by human suffering?”

<sup>70</sup> Original em inglês: “How shocking it must be for inhabitants of Jupiter, or some other planet [...] to see the carcasses of animals, either whole or by piece-meal, hoisted upon our very tables before the face of children of all ages, from the infant at the breast, to the child of ten or twelve, or fourteen, and carved, and swallowed; and this not merely once, but from day to day, through life! What could they – what would they – expect from such an education of the Young mind and heart? What, indeed, but mourning, desolation and woe!”

<sup>71</sup> Original em inglês: “How can it be right to be instrumental in so much unnecessary slaughter? How can it be right, especially for a country of vegetable abundance like ours [...]?”

<sup>72</sup> Em 1862 – três anos depois da morte de Alcott – a *American Vegetarian Society* foi extinta.

conhecidas do mundo, desde Adão até os dias atuais, a grande maioria da raça humana, incluindo homens e mulheres que realizam trabalhos pesados – fora da Grã-Bretanha e da América –, por uma razão ou outra, alimentaram-se de vegetais” (ALCOTT, 1850, p. 8, tradução minha).<sup>73</sup> Os condicionamentos sociais seriam, segundo ele, muito mais determinantes em nossas dietas do que a necessidade fisiológica de um ou outro alimento específico.

A Sociedade veiculava o periódico *The American Vegetarian and Health Journal*, reportando suas atividades e propagando o vegetarianismo como a “dieta do futuro”. Muitos textos de seus associados – em sua maioria cientistas, médicos e profissionais da saúde –, afirmavam repetidamente que uma alimentação à base de vegetais seria indubitavelmente mais saudável do que a onívora. Na capa de sua primeira edição, um artigo defendia que as “várias formas de alimentos vegetais contêm todos os ingredientes necessários para o pleno crescimento e nutrição do corpo, no período subsequente àquele em que o leite da mãe é o sustento natural” (PRINCE, 1850, p. 1, tradução minha).<sup>74</sup>

O médico refere-se à fundação da Sociedade como “um próspero início de um movimento que resultará na extensa propagação e adoção do Princípio Vegetariano nos Estados Unidos” (ALCOTT, p. 10, tradução minha).<sup>75</sup> A organização de fato pretendia “adotar medidas para difundir, por toda a nação, os princípios de uma Dieta Vegetariana correta, em substituição à dieta totalmente não natural e prejudicial, atualmente em uso geral” (HOUGH, p. 2, tradução minha)<sup>76</sup>. Fica evidente, portanto, que há mais de dois séculos membros da comunidade médica atestam que o ser humano não apenas não necessita da carne de outros animais para sua sobrevivência, como pode viver de forma saudável alimentando-se apenas de vegetais.<sup>77</sup>

---

<sup>73</sup> Original em inglês: “[...] in all known ages of the world, from Adam to the present hour, the great majority of our race, including most of the hard-working men and women – out of Britain and America – have been from one cause or another, vegetable eaters.”

<sup>74</sup> Original em inglês: “The various forms of vegetable food contain all the ingredients necessary for the full growth and nourishment of the body, subsequent to the period during which the mother’s milk is the natural sustenance.”

<sup>75</sup> Original em inglês: “[...] a happy commencement of a movement which we trust will result in the extensive promulgation and Adoption of the Vegetarian Principle in the United States.”

<sup>76</sup> Original em inglês: “To adopt measures for diffusing, through our nation, the principles of a correct Vegetarian Diet, in substitution for that grossly unnatural and injurious diet now in general use.”

<sup>77</sup> A partir do início dos anos 1990, a *American Dietetic Association* (ADA) passou a aprovar a dieta vegetariana, definindo-a como apropriada e saudável a todos os indivíduos, em todas as fases da vida.

### 1.1.3.2. Uma antologia antiespecista

*E Deus disse: “Vejam! Eu entrego a vocês todas as ervas que produzem sementes e estão sobre toda a terra, e todas as árvores em que há frutos que dão semente: tudo isso será alimento para vocês.”*

(BÍBLIA, Gênesis, 1: 29)

*Daniel disse ao funcionário, a quem o chefe dos eunucos havia confiado Daniel, Ananias, Misael e Azarias: “Façam uma experiência conosco: durante dez dias vocês nos darão de comer só vegetais e só água para beber. Depois, você compara a nossa aparência com a dos outros moços que comem da mesa do rei. Então faça conosco o que achar melhor”. O funcionário aceitou a proposta e fez a experiência por dez dias. No final dos dez dias, estavam com boa aparência e o corpo mais saudável que todos os moços que comiam da mesa do rei. Então o funcionário tirou definitivamente a comida e o vinho da mesa dos moços e passou a dar-lhes somente vegetais.*

(BÍBLIA, Daniel, 1: 11-16)

*Uma vez aceito que os animais devam ser tratados com gentileza, era inevitável que aumentasse a repulsa a matá-los para comer. A tradição de que o homem fora originalmente vegetariano era antiga e universal.*

Keith Thomas<sup>78</sup>

Assim como Alcott, o historiador e humanitarista inglês Howard Williams (1837-1931) também avaliava que a humanidade passaria por uma grande reforma alimentar a partir dos idos do século XIX. Williams expressava inconformismo com o fato de o vegetarianismo ser atacado como um “modismo” e afirmava estar cansado de responder sempre às mesmas perguntas dos “creofagistas” – os “comedores de carne” –, cujas alegações, segundo ele, geralmente eram infundadas e falaciosas: “Seus argumentos são irracionais e ignorantes. Tudo o que oferecem são falácias populares, objeções ilusórias e subterfúgios!” (WILLIAMS *apud* ADAMS, 2003, p. x, tradução minha).<sup>79</sup>

Para resolver esse incômodo, Williams decidiu que escreveria uma antologia do pensamento vegetariano no Ocidente, desde seus primórdios até os tempos de então. Seu objetivo era mostrar que a abstinência de alimentos de origem animal sempre foi uma opção ética de parte da sociedade em diferentes épocas e lugares. Logo, não poderia de forma alguma ser taxada como uma tendência de caráter efêmero. O historiador publicou *The Ethics of Diet:*

<sup>78</sup> Do livro *O homem e o mundo natural* (2010, p. 408).

<sup>79</sup> Original em inglês: “Their arguments are unthinking and ignorant. All they offer are popular fallacies, specious objections, and subterfuges!”

*a catena of authorities deprecatory of the practice of flesh-eating* em 1883, cerca de 10 anos depois de se tornar vegetariano. Apesar de sua importância histórica, o livro foi reeditado apenas duas vezes, em 1896 e 1907 e, nas últimas décadas do século XX, estava na categoria de livros raros, acessível apenas a alguns poucos pesquisadores da área. Somente em 2003 ganhou uma nova edição – por iniciativa da teórica feminista norte-americana Carol J. Adams –, tornando-se uma valorosa fonte de pesquisa para as novas gerações.

Adams, que assina a Introdução dessa versão mais recente, ressalta os avanços dos estudos animalistas ao longo do último século, sobretudo no que se refere ao entendimento da interconexão entre as diversas formas de opressão – de mulheres, negros, não humanos, entre outras. O debate sobre o tema certamente evoluiu e se complexificou. O texto de Williams, entretanto, segue atual: “Muitos dos argumentos éticos básicos encontrados neste livro são tão oportunos hoje como eram quando foram escritos pela primeira vez. [...] [Esta nova edição] mostra que o engajamento na reflexão sobre a questão de se comer animais não humanos não é um evento recente” (ADAMS, 2003, p. xi, tradução minha).<sup>80</sup>

Para Adams, os textos que Williams recupera e organiza de forma cronológica, concedendo-lhes o mérito devido, foram propositadamente excluídos da história “oficial”, escrita por homens interessados em manter o *status quo*. Portanto, “o esforço de Williams colocou não apenas o vegetarianismo em perspectiva histórica, como também as justificativas para se comer carne” (ADAMS, 2003, p. xii, tradução minha).<sup>81</sup> Diversos autores que constam em *The Ethics of Diet* expressam preocupação semelhante à de Williams, procurando constantemente provar que o vegetarianismo ético não era uma novidade. E fazem isso tanto relatando suas próprias experiências com uma alimentação sem carne, como também recorrendo a escritos anteriores às suas respectivas épocas – “comprovando a natureza duradoura do vegetarianismo” (ADAMS, 2003, p. xii, tradução minha).<sup>82</sup>

O próprio título que Williams escolhe demonstra sua intenção de preservar uma memória, de provar que existe, de fato, uma tradição, uma “catena de autoridades” que evidencia “que o vegetarianismo não é de forma alguma uma moda passageira, mas o seu oposto, um posicionamento ético contínuo e permanente, acompanhado, ao longo dos séculos,

---

<sup>80</sup> Original em inglês: “Yet many of the basic ethical arguments found in this book are as timely today as they were when they were first written. [...] [This edition] shows that thoughtful engagement with the issue of eating nonhuman animals is not a recent event.”

<sup>81</sup> Original em inglês: “Williams’s effort not only put vegetarianism in historical perspective but also placed flesh-eating defences in historical perspective too.”

<sup>82</sup> Original em inglês: “They are testifying to the long-lasting nature of vegetarianism.”

por textos e ações de pessoas sensatas” (ADAMS, 2003, p. xiii, tradução minha).<sup>83</sup> Williams apresenta, primeiramente, 50 “autoridades”, começando por Hesíodo, Pitágoras, Platão, Ovídio, Sêneca, Plutarco... passando por Montaigne, Voltaire, Rousseau, Shelley... e finalizando com Schopenhauer. Nas duas edições seguintes, ele acrescentou “apêndices”, onde constam cerca de 20 novos nomes, entre eles Jeremy Bentham, Henry Thoreau e Anna Kingsford – a única mulher que aparece em todo o livro.<sup>84</sup>

Em um período em que o pensamento cartesiano e colonialista era profundamente presente, “Williams enfrentou, de diversas maneiras, a hegemonia do discurso imperialista. O ‘comedor de bife’ britânico, que orgulhosamente subjugava os ‘comedores de vegetais’ do resto do mundo, foi implicitamente escrutinado em suas páginas” (ADAMS, 2003, p. xv, tradução minha).<sup>85</sup> Expressando ora revolta e indignação, ora otimismo e esperança, Williams afirma que, assim como muitas práticas já eram vistas, naqueles tempos, com “espanto e horror” – como o sacrifício de seres humanos e o canibalismo –, “é absolutamente seguro que os hábitos predominantes de viver da matança e do sofrimento das espécies inferiores [...] serão vistos com o mesmo espanto e horror por uma era mais esclarecida e mais refinada do que a nossa” (WILLIAMS, 2003, p. xxv, tradução minha).<sup>86</sup>

Era um contrassenso, para Williams, que a ciência de sua época já tivesse comprovado que outros animais têm atributos físicos e mentais muito semelhantes aos nossos, sendo tão susceptíveis à dor e ao sofrimento quanto nós – inclusive expressando estados de aflição, tristeza, medo, tormento – mas seus corpos seguem sendo servidos à mesa, “inteiros ou mutilados”. O autor classificava esses hábitos como “grosseiras barbaridades” e mostrava-se incrédulo com a falta de reação das pessoas com a exposição de corpos de animais em açougues e mercados. Seria natural, para ele, que demonstrassem “repulsa ou aversão”, mas não indiferença – “uma prova de extraordinária insensibilidade”. Ainda mais espantoso, afirmava, era o fato de as celebrações religiosas serem, paradoxalmente, ocasiões de sacrifício de um número ainda maior de “nossos inofensivos semelhantes” (WILLIAMS, 2003, p. xxviii).

---

<sup>83</sup> Original em inglês: “[...] that vegetarianism is not a fad at all but its opposite, a continuous and continuing ethical position followed throughout centuries of writings and actions by thoughtful people.”

<sup>84</sup> Ainda neste capítulo será abordada a participação específica das mulheres nesse debate.

<sup>85</sup> Original em inglês: “In several ways Williams undercut the hegemony of the imperialist discourse. The British ‘beefeater’, who was proudly subduing the ‘vegetable eaters’ of the world, was implicitly scrutinized in these pages.”

<sup>86</sup> Original em inglês: “[...] it is absolutely certain that, with the same astonishment and horror will the prevailing habits of living by the slaughter and suffering of the inferior species [...] be regarded by an age more enlightened and more refined than ours.”

Entretanto, o historiador ponderava, “[os filósofos do futuro constatarão que], em meio à barbárie geral da vida, e apesar da indiferença predominante e da infidelidade à verdade, havia, gradualmente, um número crescente de dissidentes e manifestantes” (WILLIAMS, 2003, p. xxix, tradução minha).<sup>87</sup> As várias associações vegetarianas que surgiam nos Estados Unidos e em outros países, além dos restaurantes vegetarianos que se tornavam cada vez mais populares eram, para Williams, sinais de que a exploração animal estaria fadada à extinção. O historiador situa os “prósperos tempos vindouros” a partir dos anos 2001.

Às objeções de que seria inviável vivermos sem explorar animais, Williams afirmava que novas demandas criariam novas ofertas. Estas seriam desenvolvidas facilmente, tendo em vista a abundância de recursos naturais disponíveis no planeta, além da progressiva engenhosidade humana. Mesmo a baixa demanda dos vegetarianos de então, ele observava, já possibilitara o surgimento de alternativas ao couro e peles de animais. “Além disso, deve-se levar em conta que o processo de conversão das comunidades que comem carne (ou seja, as mais ricas) para uma dieta sem sangue será, com toda a certeza, muito lenta e gradual” (WILLIAMS, 2003, p. xxxi, tradução minha).<sup>88</sup>

Outra pergunta que Williams ouvia frequentemente era: “E o que seriam dos animais?” Ao que responde: “Esses seres, que são torturados de várias formas, foram trazidos à existência [...] apenas por uma invenção egoísta humana. Deixemos de procriá-los para o açougueiro, e eles deixarão de existir além dos números necessários para usos legítimos e inocentes” (WILLIAMS, 2003, p. xxxi, tradução minha).<sup>89</sup> O autor condena também as modificações nas constituições físicas naturais dos animais, que o ser humano vinha realizando com o objetivo de torná-los cada vez mais produtivos e numerosos.<sup>90</sup>

Em diversos momentos Williams demonstra que sua perspectiva é abolicionista e não bem-estarista. Ele critica aqueles que demonstram alguma sensibilidade, mas que consideram que bastaria diminuir a crueldade no processo de criação e abate – satisfazendo assim suas consciências “piedosas”, mas mantendo-se em posição confortável, sem precisar abdicar de

---

<sup>87</sup> Original em inglês: “[...] in the midst of the general barbarism of life, and in spite of prevailing indifferentism and infidelity to truth, that there was gradually increasing number of dissenters and protesters [...]”

<sup>88</sup> Original em inglês: “Besides, it must be taken into account that the process of conversion of flesh-eating (that is to say, of the richer) sections of communities to the bloodless diet will, only too certainly, be very slow and gradual.”

<sup>89</sup> Original em inglês: “[...] those variously-tortured beings have been brought into existence [...] by selfish human invention only. Cease to breed for the butcher, and they will cease to exist beyond the numbers necessary for lawful and innocent use [...]”

<sup>90</sup> Williams não menciona o que seriam “usos legítimos e inocentes”. Por isso, não é possível saber se ele se refere, por exemplo, a animais de companhia, a cães-guia, ao consumo de leites e ovos fora do sistema industrial etc.

seus “apetites por carne”. Após discorrer sobre as “indescritíveis atrocidades infligidas aos animais” ao longo do processo de criação e transporte, o historiador defende que “toda a abominável cadeia de crueldade precisa ser interrompida na origem; a causa e o princípio do mal – o próprio matadouro – deve ser abolido” (WILLIAMS, 2003, p. xxxiii, tradução minha).<sup>91</sup>

Nota-se, no texto de Williams, uma preocupação constante com a linguagem. Ele se refere à dieta carnívora (ou onívora) como “dieta de sangue”; em vez de “abate”, ele usa “assassinato”; “carne” é substituída por “corpos mutilados”; os animais que comemos são nossos “semelhantes”, “companheiros” ou “outros animais” – lembrando-nos que também somos animais. Ele se esforça por desconstruir não apenas a ideia de que comer animais é “natural” e “necessário”, mas desconstruir também a linguagem que sustenta essa ideia. As palavras, segundo ele, mascaram todo o sofrimento envolvido no processo de produção da carne servida à mesa. Os procedimentos realizados em matadouros deveriam ser chamados pelo que realmente são: a “arte de matar”.

Para o historiador, uma ampla difusão do vegetarianismo traria benefícios inequívocos para todos, não apenas aos animais, uma vez que uma “reforma radical na dieta assume uma posição da mais alta importância aos interesses vitais da sociedade humana, acima de tudo por se basear nos princípios máximos da Ética – Direito universal e Compaixão universal” (WILLIAMS, 2003, 336, tradução minha).<sup>92</sup> Além disso, o aumento no consumo de carne estaria diretamente associado à maior frequência de diversas doenças, as quais poderiam ser evitadas com uma dieta estritamente vegetal. Logo, para além de uma escolha ética, o vegetarianismo seria igualmente uma opção mais saudável.

Williams também ressalta que os animais servem de alimento prioritariamente aos ricos, às classes privilegiadas. Sendo um hábito das camadas dominantes, não acessível à população de forma geral, é notório o fato de que, inclusive entre os povos colonizadores, “quase todo o corpo de seus exércitos era composto, efetivamente, por consumidores exclusivamente de vegetais” (WILLIAMS, 2003, 339, tradução minha).<sup>93</sup> Essa constatação, dentre outras, reforça a ideia de que o ser humano pode sobreviver plenamente sem ingerir qualquer alimento de origem animal. Ademais, considerando que a capacidade de agir

---

<sup>91</sup> Original em inglês: “[...] the foul stream of cruelty must be stopped at its source; the fountain and origin of the evil – the Slaughter-House itself – must be abolished.”

<sup>92</sup> Original em inglês: “[...] it is that radical Reformation in diet assumes a position of the very highest importance for the vital interests of human society, no less than it rests upon the highest principles of Ethics – universal Right and universal Compassion.”

<sup>93</sup> Original em inglês: “[...] almost the whole body of their armies have been composted, in reality, of vegetable-eaters, or almost exclusively vegetable-eaters.”

moralmente é uma das características de nossa espécie, seria um contrassenso igualar-nos a outros animais carnívoros ou onívoros para justificar nosso hábito de comer carne.

### 1.1.3.3. Por dentro de um matadouro

“Acho que não gosto do jeito de ele fazer as coisas, essa história de trazer os bichos para casa, essa proximidade com as pessoas que vão comer a carne deles depois.”  
 “O que você queria? Que o abate fosse feito em um matadouro, assim você não precisava pensar nisso?”  
 “É.”

J. M. Coetzee<sup>94</sup>

As primeiras edições de *The Ethics of Diet* tiveram leitores na Inglaterra e em diversos países europeus. Escritores, filósofos e personagens políticos foram influenciados pelo livro. Provavelmente o mais famoso deles foi o escritor russo Liev Tolstói (1828-1910), que o leu após já ter publicado suas duas obras-primas – *Guerra e Paz* (1869) e *Anna Kariênina* (1878) –, em um período em que vivia uma grande crise existencial e espiritual. Questionamentos sobre a pobreza, as desigualdades sociais, a insensatez de governos autoritários, a incoerência de dogmas religiosos, a (in)utilidade da guerra etc. levaram Tolstói a buscar caminhos alternativos para compreender a realidade. E fez isso recorrendo a muitas leituras, reflexões filosóficas e vivências empíricas. Nesse processo, passou a considerar também a situação dos animais.

[...] quando li o maravilhoso livro *The Ethics of Diet*, fiquei com vontade de visitar o matadouro para ver com meus próprios olhos a essência do que se trata quando o assunto é vegetarianismo. Mas adia minha ida, pois sentia vergonha, como sempre temos vergonha de ver sofrimentos que certamente virão, mas que não podemos evitar (TOLSTÓI, 2011, p. 43).

Tolstói fez duas visitas consecutivas ao matadouro – pois queria realmente conhecer todo o processo de abate de animais. Essa experiência foi descrita em detalhes no ensaio *O primeiro degrau* (1891), que acabou por ser publicado também como prefácio da edição russa de *The Ethics of Diet*.<sup>95</sup> No texto, Tolstói afirma que “o primeiro degrau” a ser percorrido em direção a uma vida virtuosa seria a “luta contra a paixão da gula” (TOLSTÓI, 2011, p. 37). Essa “luta” deveria começar pela abstinência do consumo de carne pois, não sendo este um alimento

<sup>94</sup> Do livro *Desonra* (COETZEE, 2000, p. 142).

<sup>95</sup> Lançada em 1892, essa foi uma de suas poucas versões do livro em língua estrangeira.

imprescindível à nutrição humana, teria como único propósito a “satisfação do paladar”: “A satisfação da necessidade tem limites, mas a satisfação do prazer não tem” (TOLSTÓI, 2011, p. 41). O romancista faz críticas à relação negligente do ser humano com o que come:

Coisas bárbaras e imorais têm corroído tanto nossa vida, especialmente na mais baixa esfera do primeiro passo para uma boa vida, da relação com o alimento, na qual tão poucos têm prestado atenção, que é até difícil para nós entender a impertinência e insensatez da convicção de nossa época, do cristianismo ou da virtude do bife (TOLSTÓI, 2011, p. 42).

Após esse preâmbulo, o escritor passa então a narrar – minuciosamente – sua experiência no matadouro:

Há uns dias estive no matadouro da nossa cidade de Tula. [...] Perguntei-lhe [ao açougueiro] se tinha pena de matar o gado. E ele respondeu como sempre respondem: “Para que ter pena? Afinal, é preciso fazê-lo”. Mas, quando eu disse que não é necessário alimentar-se de carne, ele concordou, e concordou que é uma pena. [...] A maioria dos russos não é capaz de matar, sente pena, e expressa esse sentimento com a palavra “temer” (TOLSTÓI, 2011, p. 43).

Outro açougueiro com quem conversou também manifestou esse sentimento de “pena”: “Especialmente quando o gado é manso, dócil. O pobre animal se aproxima acreditando em você. Dá pena de verdade!” (TOLSTÓI, 2011, p. 44). Mas nem todos os trabalhadores demonstravam compaixão. Muitos expressavam apenas indiferença – sobretudo aqueles que não estavam diretamente envolvidos no abate em si: “Essas pessoas, é claro, estavam absortas em cálculos monetários, e a preocupação de ser bom ou não matar esses animais era algo tão distante deles como a preocupação com a composição química do sangue que cobria o chão das câmaras” (TOLSTÓI, 2011, p. 46). A seguir, Tolstói descreve o abate de diversos animais que, conforme planejava, “viu com seus próprios olhos”:

Naquele dia, cerca de cem bois foram mortos. Entrei em uma câmara e parei à porta. [...] o sangue fluía para baixo e pingava de cima, todos os açougueiros que se encontravam ali estavam sujos de sangue, e se eu penetrasse mais certamente ficaria sujo também.

Na porta oposta em que eu me encontrava, no mesmo momento, conduziam um grande novilho vermelho bem alimentado. Dois açougueiros o empurravam. E, mal conseguiram fazê-lo entrar, vi como um açougueiro levantou um punhal até o pescoço do novilho e o abateu. O novilho, como se de repente lhe tivessem cortado as quatro patas, caiu de barriga, logo se virou para um lado e começou a debater com as quatro patas e o rabo. No mesmo instante, um açougueiro se jogou sobre ele, do lado oposto ao de suas patas estremecidas, agarrou-o pelos chifres e inclinou a cabeça do animal para o chão, enquanto outro açougueiro lhe cortou a garganta e de baixo da cabeça jorrou sangue vermelho-escuro, sob o qual um rapaz, todo sujo, colocou uma bacia de lata. Enquanto faziam isso, o novilho contorcia a cabeça sem parar, o tempo todo,

como se tentasse se levantar, escoiceando suas quatro patas no ar. A bacia se encheu rapidamente, mas o novilho estava vivo e, sustentando a barriga com dificuldade, batia com as patas dianteiras e traseiras de tal modo que os açougueiros se afastavam dele. Quando a primeira bacia ficou cheia, um rapaz a carregou na cabeça até a usina de albumina, e outro abaixou a segunda bacia, que começou a se encher. Mas o novilho continuava a respirar com a barriga e se contorcia com as patas traseiras. Quando o sangue parou de fluir, um açougueiro levantou a cabeça do novilho e começou a tirar a pele. O novilho continuava lutando. A cabeça ficou pelada e vermelha, com veias brancas, e se manteve na posição em que os açougueiros a deixaram. A pele pendia dos dois lados. O novilho não parou de lutar. Depois, outro açougueiro o agarrou por uma pata, quebrou-a e cortou-a. A barriga e as patas restantes ainda estremeciam. Cortaram também as patas restantes e as jogaram onde jogavam as patas dos novilhos de um dos proprietários. Depois arrastaram a rês para o guincho e lá a crucificaram; já não havia movimento (TOLSTÓI, 2011, p. 46-47).

Como se observa, sua narrativa é direta e crua. Tolstói apenas descreve tudo o que vê. E isso basta para impressionar, para suscitar sentimentos angustiantes. Até surpreende sua disposição em testemunhar cenas que, de antemão, sabia que seriam deploráveis. Mas, conforme respondeu a um amigo que se recusara a acompanhá-lo nessa visita ao matadouro “porque ali matam”, considerava que todos que comem carne tinham a obrigação de verificar, por si mesmos, que “é necessário matar”. O relato continua:

Assim, vi da porta o segundo, o terceiro e o quarto novilhos. Com todos foi a mesma coisa: a mesma cabeça arrancada com a língua mordida e o traseiro golpeado. A única diferença era que nem sempre o abatedor batia imediatamente no lugar que levava o novilho a morrer. Acontecia de o açougueiro errar o alvo, e o novilho erguer-se, mugindo, banhado de sangue, tentando se soltar. Mas então o atraíam sob uma trave, batiam nele mais uma vez e ele caía (TOLSTÓI, 2011, p. 48).

Tolstói apresenta a perspectiva dos animais não apenas na hora do abate, mas também nos momentos precedentes, quando eles pressentem o que irá acontecer e resistem fortemente: “Cada vez que pegavam um novilho do cercado e o arrastavam para a frente com uma corda atada aos chifres, ele sentia o cheiro de sangue e resistia, às vezes mugindo e recuando. Seria impossível para duas pessoas o arrastarem à força [...]” (TOLSTÓI, 2011, p. 48). Os bichos são aludidos como indivíduos, seres que veem e sentem, não apenas números e produtos. A descrição do abate desse boi evidencia isso:

De raça, bonito, com manchas pretas e brancas, era um animal jovem, musculoso e vigoroso. Arrastaram-no. Ele abaixou a cabeça e resistiu, decidido. Mas o açougueiro que ia por trás [...] agarrou o rabo, retorceu-o, estalou a cartilagem e o boi saiu correndo para a frente, batendo nas pessoas que o puxavam pela corda, e de novo resistiu, olhando com o rabo do olho preto e a esclerótica injetada. Mas o rabo estalou de novo, e o boi deu um arranco e já estava onde era preciso. O abatedor se aproximou, mirou e bateu. Mas não deu o golpe no lugar certo. O boi deu um salto, balançou a cabeça, mugiu e, todo ensanguentado, escapou e atirou-se para trás. Todos os que estavam perto das portas saltaram para o lado. Mas os calejados açougueiros, com a

valentia adquirida por causa do perigo, seguraram a corda com força, e depois o rabo, e de novo o boi estava na câmara, onde lhe puxaram a cabeça para baixo da barra, sob a qual já não escaparia. O abatedor buscou, rapidamente, aquele lugarzinho onde os pelos se abrem como uma estrela e, apesar do sangue, encontrou-o, bateu, e o maravilhoso animal, cheio de vida, desmoronou e bateu com a cabeça e as patas, enquanto deixavam correr o sangue e lhe esfolavam a cabeça. [...] Em cinco minutos sobressaiu uma cabeça vermelha, no lugar da preta, sem pele, os olhos vítreos, fixos, que cinco minutos antes tinham uma cor tão brilhante e bonita (TOLSTÓI, 2011, p. 48-49).

Suas descrições detalhadas do processo de abate e da lógica de funcionamento de um matadouro são notáveis não apenas pelo que revelou e pela influência que teve em sua época, mas também por sua importância como documento histórico. Antes de Tolstói, conforme já foi apontado, diversos autores denunciaram a exploração e o sofrimento dos animais em abatedouros. Entretanto, são raros os relatos minuciosos como este, só possíveis por alguém que realmente tenha presenciado o *modus operandi* do sistema de matança de animais a serem transformados em comida. O valor de sua narrativa também se expressa pela exposição do contexto que envolve a morte desses bichos. Quando descreve o abate de “um cordeirinho preto com uma mancha no pescoço”, por exemplo, chama a atenção a indiferença do rapaz que realiza o abate:

Deitou-o em uma das mesas, como se o estivesse pondo na cama. [...] O cordeiro vivo permaneceu deitado, quieto como um morto, inchado. Só agitava rapidamente o rabinho curto e com a respiração mais pesada que de costume. [...] O rapaz continuou a conversa, levou a mão direita à cabeça do cordeiro e cortou-lhe a garganta. O cordeiro começou a se agitar, o rabinho ficou tenso e deixou de se mexer. O rapaz, enquanto esperava que o sangue fluísse, começou a fumar um cigarro que já tinha apagado. O sangue correu, e o cordeiro começou a estremecer. A conversa continuou sem a menor interrupção (TOLSTÓI, 2011, p. 50).

Essa indiferença, entretanto, provavelmente não era fruto de uma “insensibilidade natural”. Talvez fosse apenas uma espécie de estratégia de sobrevivência. Para o exercício de um ofício tão brutal, que obriga o indivíduo a matar todos os dias, é indispensável anestesiarse, aprender a ver e fazer com apatia – ou ao menos aparentando apatia. Alguma frieza certamente faz parte das “operações que tornam possível definir algo – por exemplo, um corpo vivente – como mercadoria, coisa intercambiável e eventualmente sacrificável em prol de um cálculo econômico” (GIORGI, 2011, p. 205).

A experiência no abatedouro contribuiu para que Tolstói decidisse se tornar vegetariano. Ele afirma, contudo, que mesmo sem presenciar todas essas cenas e sem “ver com os próprios olhos”, todos já sabemos o que ocorre lá. E isso basta para nos convenceremos da pertinência de nos abstermos de carne. “É impossível fingir que não sabemos disso. Não somos

avestruzes, e não podemos acreditar que, se não vemos, aquilo que não queremos ver não existe. E isso é ainda mais impossível quando não queremos ver aquilo que queremos comer” (TOLSTÓI, 2011, p. 50).

O autor também fala de outros animais utilizados como alimento, como as aves, que naqueles tempos não passavam por abatedouros, mas eram igualmente assassinadas: “E essas galinhas e frangos que todo dia, em milhares de cozinhas, com as cabeças cortadas e banhadas em sangue, saltam, cômica e espantosamente, levantando as asas?” (TOLSTÓI, 2011, p. 50). Portanto, para ele, a questão não se limita a “quão cruel” é o sistema de abate em si, mas se estende ao fato de que comer animais envolve, necessariamente, morte.

Mas o que quero dizer? Que para ter moral as pessoas precisam deixar de comer carne? Em absoluto. [...] se ele busca uma vida boa, de forma séria e sincera, a primeira coisa de que o homem se absterá será sempre o consumo de alimentos de origem animal, porque, sem falar no estímulo às paixões provocado por esse tipo de alimento, seu consumo é verdadeiramente imoral, já que exige um ato contrário ao nosso senso moral: o assassinato, provocado apenas pela avareza e pelo desejo de gulodices (TOLSTÓI, 2011, p. 51).

Tolstói se refere constantemente a “alimentos de origem animal”, o que demonstra sua preocupação com a exploração animal como um todo – e não apenas com a carne. Seus hábitos diários reforçam esse cuidado. Em carta a sua filha Sacha, por exemplo, o escritor encomendou-lhe alguns objetos – caderno, lápis, roupão, tesourinha pequena etc. –, e pede também um sabonete “vegetariano”, sem gordura animal. Como fica claro, seus argumentos estão fundamentados na moralidade e na ética, mas ele também faz referências à saúde, procurando desmistificar a ideia de que o ser humano precisa de carne para sobreviver e de que esta seria uma necessidade fisiológica – como muitos acreditavam em sua época e acreditam ainda hoje:

Os que duvidam devem ler os numerosos livros redigidos pelos cientistas e médicos sobre esse tema, nos quais se demonstra que carne não é necessária para a alimentação do homem. E que não se escutem esses velhos médicos que defendem a necessidade da alimentação com carne só porque por muito tempo seus antecessores e eles mesmos declararam isso. Defendem isso com obstinação, com maldade, da mesma forma como defendem tudo o que é velho, retrógado (TOLSTÓI, 2011, p. 51).

De fato, como foi demonstrado aqui, naquele período já eram conhecidas pesquisas médicas que comprovavam que consumir carne não era necessário para ser saudável. Pelo contrário: diversos profissionais da área afirmavam que era muito mais benéfico para o corpo e a mente alimentar-se exclusivamente de vegetais. Não sendo vital, portanto, seria injustificável comer animais. Mas ainda assim este era um hábito amplamente disseminado.

A explicação para isso, segundo Tolstói, era a de que todos os avanços morais envolvem um processo lento, constante e contínuo. O escritor compreendia a passagem do tempo como um “movimento da consciência” que implica, necessariamente, uma evolução moral: “Toda a história da humanidade, desde os tempos antigos até a atualidade, pode ser examinada como o movimento da consciência, tanto de pessoas isoladas quanto de grupos homogêneos, de ideias baixas para ideias elevadas” (TOLSTÓI, 2011, p. 162). Esse movimento teria influência direta no tratamento dispensado aos animais:

Mas por que, se a ilegalidade, isto é, a imoralidade do alimento animal é conhecida há tanto tempo pela humanidade, as pessoas até agora não tomaram consciência dessa lei?, perguntarão os acostumados a se guiar nem tanto por sua própria razão quanto pela opinião pública. A resposta a essa pergunta é que o avanço moral da humanidade, que constitui a base de qualquer avanço, é sempre lento; mas que o sinal do verdadeiro avanço é, não por acaso, sua aceleração incessante e contínua.

Assim é o movimento do vegetarianismo. Esse movimento se expressa em todos os pensamentos dos escritores sobre essa matéria e na própria vida da humanidade, que passa cada vez, de forma inconsciente, da alimentação à base de carne para a alimentação vegetal e, de forma consciente, para o movimento vegetariano que tem-se manifestado com força especial e está adquirindo dimensões cada vez maiores. Nos últimos dez anos esse movimento tem avançado mais e mais rapidamente, e a cada ano são publicados mais e mais livros e revistas a esse respeito; cada vez mais e mais se encontram pessoas que recusam a alimentação com carne, e no exterior, especialmente na Alemanha, na Inglaterra e nos Estados Unidos, aumenta a cada ano o número de hotéis e restaurantes vegetarianos (TOLSTÓI, 2011, p. 52).

Como intelectuais de séculos anteriores, Tolstói tinha a percepção de que o vegetarianismo estava crescendo e logo seria a dieta predominante. Sua compreensão seria ingênua? Quando Tolstói publicou este ensaio, em 1891, o vegetarianismo de fato estava em ascendência na Rússia – e a contribuição do escritor para o movimento foi notória. O autor é mencionado em todos os registros sobre a história do vegetarianismo no país, como neste da União Vegetariana Internacional: “‘O primeiro degrau’, de Tolstói, causou uma grande sensação, tornando-se verdadeiramente o primeiro degrau para o movimento vegetariano na Rússia. Ele encontrou eco em todos os lugares. Revistas e panfletos que defendiam a causa eram muitos [...]” (INTERNATIONAL VEGETARIAN UNION, tradução minha).<sup>96</sup>

Na ocasião do primeiro Congresso Vegetariano Mundial, realizado pela *International Vegetarian Union* (IVU) em 1908, em Dresden, na Alemanha, seu nome também foi lembrado:

---

<sup>96</sup> Original em inglês: “Tolstoy's "First Step" caused a great sensation, becoming truly the first step for the vegetarian movement in Russia. It found an echo everywhere. Journals and pamphlets advocating the cause were many [...]”

O Congresso Internacional, agora reunido em Dresden, envia saudações calorosas a Leo Tolstoy, pelo seu 80º aniversário; e expressa admiração por seu caráter e gratidão profunda por seus tantos trabalhos em prol da paz e do aprimoramento moral e religioso da humanidade (INTERNATIONAL VEGETARIAN UNION, tradução minha).<sup>97</sup>

Mais tarde, em 1932, em outro congresso internacional realizado novamente na Alemanha – dessa vez nas cidades de Berlim e Hamburgo –, o discurso de abertura foi proferido pelo russo Valentin Bulgakov (1886-1966), último secretário e também biógrafo de Tolstói. O momento foi de exaltação aos feitos do escritor, qualificado como “um homem que ocupava um lugar de honra entre os maiores homens de todas as épocas”<sup>98</sup>:

[...] durante os últimos 23 anos de sua vida, Tolstói se dedicou à propagação, através de seus escritos, de ideais humanitários. Na propagação dos ideais vegetarianos, Tolstói havia sido uma sumidade, e seus ensinamentos deram frutos em uma área muito abrangente, não apenas na Rússia, mas também em outros países, como a Bulgária. Para Tolstói, o vegetarianismo era principalmente um princípio ético [...]. Para um homem que aceitou a ideia de que todas formas de vida eram sagradas, ele não teve alternativa a não ser seguir esse percurso. Tolstói sustentava que matar – fosse a vida animal ou humana – era um dos maiores pecados. [...] A descrição vívida que Tolstói faz do abate de animais, em Tula, causou uma grande impressão no povo russo e foi responsável por converter muitos à Causa (INTERNATIONAL VEGETARIAN UNION, tradução minha).<sup>99</sup>

Tolstói não foi o único russo famoso a aderir ao movimento nesse período. Também tornaram-se vegetarianos os escritores Nikolai Leskov (1831-1895) e Maksim Górkí (1868-1936), ambos profundos admiradores e amigos de Tolstói; e, mais tarde, Ivan Bunin (1870-1953), primeiro russo a ganhar o Prêmio Nobel de Literatura, em 1933.<sup>100</sup> Diversos artistas, cientistas e esportistas igualmente abraçaram a causa – entre eles destaca-se o artista plástico Ilya Repin (1844-1930), que era muito próximo de Tolstói e chegou a pintar diversos retratos do escritor e ilustrar alguns de seus livros.

---

<sup>97</sup> Original em inglês: “The International Congress now assembled in Dresden, send hearty greetings to Leo Tolstoy, for his 80th birthday; and express their admiration of his character and deep gratitude for his many labors in behalf of peace and the moral and religious improvement of mankind.”

<sup>98</sup> Original em inglês: “A man who held an honoured place among the greatest men of all ages.”

<sup>99</sup> Original em inglês: “[...] for the last 23 years of his life Tolstoy devoted himself to the propagating, through his writings, of humanitarian ideals. In the propagation of vegetarian ideals Tolstoy had been a great power, and his teaching had borne fruit over a very wide area, not only in Russia, but in other countries, e.g., Bulgaria. With Tolstoy, vegetarianism was primarily an ethical principle [...]. To a man who accepted the idea that life of all kinds was sacred, he had no alternative in following the course he did. Tolstoy held that killing – whether it be animal or human life – was one of the greatest sins. [...] Tolstoy's vivid description of the slaughter of animals, in Tula, made a big impression on the Russian people and was responsible for many converts to the Cause.”

<sup>100</sup> Informações sobre esses e outros russos famosos que aderiram ao vegetarianismo estão disponíveis no site da *International Vegetarian Union* (<https://ivu.org/history2/societies/russia.html>) e também em diversas outras páginas na internet, tais como a *Russian Beyond* (<https://www.rbth.com/>).

Portanto, é possível dizer que o escritor talvez estivesse certo quando se referiu à força do vegetarianismo, que adquiria “dimensões cada vez maiores”. Entretanto, o que ele não previa era que, apenas alguns anos após sua morte, teria início a Revolução Russa, que logo – e surpreendentemente – proibiu o vegetarianismo no país:

A revolução de 1917 interrompeu o desenvolvimento do vegetarianismo na Rússia. As autoridades do Estado Soviético consideravam o vegetarianismo uma teoria pseudocientífica que refletia a ideologia burguesa e, portanto, prejudicial ao povo soviético. Em 1929, a última sociedade vegetariana em Moscou foi fechada [...]. Os líderes comunistas desprezavam a ideia principal do vegetarianismo – não-violência, espírito de independência, amor a todos os seres vivos e liberdade de pensamento. Os líderes das sociedades vegetarianas foram perseguidos, muitos deles presos e condenados.

A Grande Enciclopédia Soviética (1961) registrou: "O vegetarianismo é baseado em falsas hipóteses e ideias e não tem adeptos na União Soviética!" A palavra "vegetariano" foi retirada dos dicionários da língua russa (INTERNATIONAL VEGETARIAN UNION, tradução minha).<sup>101</sup>

O princípio da não violência, condenado pelos líderes soviéticos, de fato era central no movimento vegetariano e estava no cerne do pensamento de Tolstói. A partir do entendimento de que o uso da violência não seria a solução para nenhum dos problemas sociais que os russos enfrentavam, o romancista tornou-se um grande crítico de toda e qualquer forma de agressão e hostilidade, por mais nobre que fosse o ideal em questão. Para ele, nada justificava a prática costumeira de reagir à violência com mais violência: “[...] da mesma maneira que qualquer violência pode ser justificada, [...] não devemos acreditar em nenhuma justificativa para a violência” (TOLSTÓI, 2011, p. 115).

Em diversos de seus textos de não ficção, publicados sobretudo na maturidade, Tolstói repete constantemente o que acredita ser a essência de todas as religiões e que facilmente resume qualquer lista de princípios morais e éticos: “uma pessoa sempre deve agir com os outros exatamente como quer que ajam com ela” (TOLSTÓI, 2011, p. 109-110); “é preciso agir com os outros como queremos que ajam conosco” (TOLSTÓI, 2011, p. 141); “fazei aos outros o que quereis que vos façam” (TOLSTÓI, 2011, p. 204).

---

<sup>101</sup> Original em inglês: “The revolution of 1917 stopped the development of vegetarianism in Russia. The Soviet State authorities considered vegetarianism as a pseudoscientific theory that reflected the bourgeois ideology and therefore harmed to Soviet people. In 1929 the last vegetarian society in Moscow was closed [...]. The communist leaders scorned the principle idea of the vegetarianism – non-violence, spirit of independence, love to all the living and freedom of thinking. The leaders of the vegetarian societies were persecuted, many of them arrested and sentenced. The Big Soviet Encyclopedia (1961) commented: "Vegetarianism is based on false hypothesis and ideas and has no followers in the Soviet Union!" The word "vegetarian" was taken away from the dictionaries of the Russian language.”

O vegetarianismo fazia parte de um ideal de mundo que lhe era muito caro e que requeria, necessariamente, uma revolução moral nas mais diversas áreas. Tolstói posicionava-se terminantemente contra a guerra, contra as estruturas coercitivas do Estado, contra o patriotismo e o nacionalismo, contra a propriedade privada, contra toda e qualquer forma de injustiça e desigualdade social. Ele sentia e sofria com as incongruências da sociedade. Considerava o serviço militar obrigatório para todos o “limite último da contradição” (TOLSTÓI, 1952, p. 89); e especialmente a guerra – por ser um “acontecimento em completo desacordo com a razão e com todas as leis divinas e humanas” (TOLSTÓI, 1952, p. 107) – provocava-lhe muitos questionamentos: “Onde encontrar as causas deste fato tão estranho quão monstruoso?” (TOLSTÓI, 1952, p. 108).

Tolstói era também um grande crítico da Igreja Ortodoxa Russa – da qual foi excomungado –, argumentando frequentemente que esta não pregava os verdadeiros ensinamentos cristãos. Segundo ele, os líderes religiosos interpretavam a Bíblia de acordo com seus próprios interesses, ignorando o maior ensinamento de Cristo, o de que devemos amar a todos os seres sem discriminação. Em diversos outros textos não ficcionais que publicou – que hoje são bem menos conhecidos do que seus romances e contos – o escritor procurava denunciar as atrocidades em curso em seu país. Esse esforço incessante era motivado pela percepção de que muitos de seus concidadãos pareciam não enxergar – ou não querer ver – o que para ele era tão evidente. Apontar e julgar os erros do passado era tarefa fácil, mas reconhecer os desastres do presente requeria coragem:

[...] não existe uma época no decurso da qual não se deparem com estes fatos horríveis e incompreensíveis. Não compreendemos como podiam os homens ignorar, se não a crueldade desses horrores, pelo menos a sua insensatez. Existiram em todos os tempos; acaso será o nosso tão feliz que nele não encontramos fatos semelhantes; não existirão nele tais atos que aos nossos descendentes também parecerão incompreensíveis?

Existem os mesmos atos e os mesmos horrores, simplesmente não os vemos, assim como nossos antepassados não viam os do seu tempo. Não só a crueldade, mas a insensatez das fogueiras e da tortura judiciária, como meios de saber a verdade, é agora evidente para nós. Uma criança compreende o absurdo de tudo isso, mas os homens de outrora não o percebiam. As pessoas equilibradas, os sábios, afirmavam que as torturas, assim como a vara e a escravatura, são uma condição necessária da vida humana, condição penosa mas indispensável. A passagem do tempo nos torna difícil imaginar agora o estado de espírito dos homens para quem era possível um erro tão grande. Assim aconteceu em todos os tempos e o mesmo se deve verificar no nosso; também nós devemos estar cegos aos nossos delitos. Onde estão nossas torturas, nossa escravatura, nossos açoites? (TOLSTOI, 1952, p. 191-192, grifo meu).

A escravidão – já abolida na maior parte do mundo – era citada frequentemente, em ensaios e cartas, como parâmetro para refletir sobre as práticas cruéis de então:

O homem da antiguidade podia viver tranquilamente no meio duma organização social onde os indivíduos estavam divididos em senhores e escravos, pois acreditava que esta divisão vinha de Deus e que não poderia ser de outro modo. Será possível semelhante distinção na nossa época? (TOLSTOI, 1952, p. 73).

As pessoas do princípio do século atual e final do anterior já sentiam havia muito que a escravidão é algo terrível, revoltante para a alma humana com seu anacronismo; mas a pseudoreligião e a pseudociência provavam que não havia nada de errado com a escravidão, que ela é necessária, ou pelo menos que sua abolição seria precipitada (TOLSTÓI, 2011, p. 122).

Para muitos autores contemporâneos, a exploração industrial de animais seria de fato equiparável à escravidão institucionalizada de outrora. O pensamento de Tolstói, portanto, permanece atual e pertinente. Se fossem publicados hoje, seus textos não estariam datados. A afirmação a seguir, por exemplo, segue adequada aos tempos vigentes: “Não é preciso ser extraordinariamente perspicaz para ver que, no nosso tempo, a mesma coisa acontece e existem as mesmas torturas, os mesmos horrores, que causarão às gerações futuras um grande espanto pela sua crueldade e insanidade” (TOLSTÓI, 1952c, p. 195).

Tolstói seguiu defendendo seus ideais até, literalmente, seus últimos dias de vida. Um desses derradeiros momentos foi seu discurso no Congresso da Paz em Estocolmo, em 1909, em que ele reafirma muito do que vinha dizendo há mais de duas décadas:

Devemos dizer o mesmo, dizer aquilo que todos já sabem, mas apenas não têm coragem de dizer, dizer que, ainda que não se chame um homicídio por seu verdadeiro nome, um homicídio é sempre um homicídio, uma ação criminosa e vergonhosa. E é preciso dizer isso com clareza, determinação e força, como podemos fazer aqui, e as pessoas deixarão de ver o que lhes parecia estar vendo e passarão a ver aquilo que realmente existe (TOLSTÓI, 2011, p. 345-346).

Suas reflexões e posicionamentos contestadores influenciaram tanta gente que seus seguidores chegaram a fundar um movimento social denominado “tolstoísmo”, cujo princípio maior era o da não violência. “Em toda parte, a visão de Tolstói era abrangente, afetava as opiniões sobre a sociedade e a política, a guerra e a paz, estendendo-se também ao comportamento pessoal” (PARINI, 2011, p. 10). Seus discípulos levavam uma vida simples, eram vegetarianos e rejeitavam qualquer forma de “resistência ao mal com o mal”.

As ideias de Tolstói não se restringiram à Rússia: difundiram-se por diversos países e, ao final de sua vida, tornaram-se bastante conhecidas na Europa. Uma carta que enviara em resposta a um indiano que vivia na Inglaterra – e estava engajado no movimento pela independência da Índia – foi publicada e teve grande repercussão:

Em 1908, [Tarak Nat] Das, então editor de uma revista revolucionária chamada *The Free Hindustan*, escreve uma carta a Tolstói, em que exprime sua opinião sobre as injustiças impostas pela Inglaterra, a mesma Inglaterra que, na mesma época, nutria-se de outros interesses e escravizava, com crueldade, milhões de hindus. Segundo ele, apenas um movimento violento poderia libertar seu país. Tolstói responde-lhe, escrevendo aquela que ficaria conhecida como “Carta a um hindu”, e que se tornou um verdadeiro tratado de não-violência (RABELLO, 2009, p. 241).

Um dos leitores dessa carta foi Mahatma Gandhi (1869-1948), que naquela época ainda era um jovem advogado que vivia entre a Inglaterra e a África do Sul. Gandhi já conhecia e admirava a obra de ficção do escritor russo, e ficou bastante impressionado com o conteúdo da carta. Decidiu então escrever a Tolstói, apresentando-se e pedindo autorização para publicar a resposta a Tarak Das. A partir daí, eles passaram a corresponder-se, sobretudo por iniciativa de Gandhi, que lhe solicitava orientações sobre como agir no movimento de resistência passiva que ele começava a liderar no Transvaal. Nessa região, localizada no nordeste da África do Sul, viviam muitos indianos, que eram discriminados socialmente e submetidos a práticas de segregação social já vigentes antes da oficialização do Apartheid – que ocorreu em 1948.<sup>102</sup>

“Posso lhe pedir que use a sua influência da maneira, seja ela qual for, que o senhor julgar adequada para popularizar o movimento?” (GANDHI *apud* RABELLO, 2009, p. 228), escreveu Gandhi a Tolstói em 10 de outubro de 1909. As cartas eram assinadas com expressões como “seu obediente devoto” e “seu humilde servo”. Em 4 de abril de 1910, alguns meses antes da morte de Tolstói, Gandhi endereçou-lhe as seguintes palavras:

É como humilde discípulo seu que eu lhe envio junto com esta carta um pequeno livro que escrevi. [...] Temo incomodá-lo mas, se a sua saúde permitir, e se o senhor tiver tempo para folhear o livro, inútil seria dizer que eu apreciaria muitíssimo suas críticas sobre o texto (GANDHI *apud* RABELLO, 2009, p. 230).

Ao que Tolstói respondeu: “Acabei de receber sua carta e seu livro *The Indian Home Rule*. Li seu livro com grande interesse porque penso que a questão nele tratada, a resistência passiva, é questão da maior importância não apenas para a Índia, mas para toda a humanidade” (TOLSTÓI *apud* RABELLO, 2009, p. 228). Fica evidente que o escritor russo foi uma grande inspiração para o líder indiano, conforme observa uma pesquisadora:

---

<sup>102</sup> Estudos mais recentes apontam as limitações da atuação de Gandhi no Transvaal, uma vez que ele não incluiu a população negra no movimento pacifista que liderou. Por esta ter sido uma decisão deliberada, supostamente indicando que Gandhi considerava os indianos superiores aos africanos, alguns autores acusam-no de racista – apesar de também ser amplamente conhecida a indiscutível influência que ele exerceu no ativismo de Nelson Mandela e Martin Luther King Jr.

Enquanto intelectuais ocidentais discutiam o valor deste ou daquele escritor russo, as ideias de Tolstói eram efetivamente praticadas na África do Sul; mais tarde, essas mesmas ideias ajudariam a libertar cerca de quinhentos milhões de indianos do jugo britânico. [...] Gandhi [...] teve a sorte de ler o que Tolstói escrevera e, principalmente, a sorte de ser por ele aconselhado. Embora tenha acrescentado ideias e conceitos próprios à teoria da não-violência, Gandhi recebeu um elaborado trabalho feito por Tolstói [...].

Infelizmente, Tolstói não pôde ver realizada a prova efetiva da eficácia daquilo em que acreditava, pois morreu quando Gandhi ainda era jovem, e não havia posto totalmente em prática a Teoria da Não-Violência. (RABELLO, 2009, p. 243-244).

A teoria da não violência, desenvolvida e praticada por ambos, é importante para o avanço dos direitos animais, uma vez que engloba em seus princípios o respeito a todos os seres vivos, incluso não humanos. Para além do movimento que liderou, Gandhi também contribuiu enormemente para a propagação do vegetarianismo no início do século XX. Nessa esfera, ele foi bastante influenciado por outro intelectual, o filósofo e reformador social britânico Henry Salt (1851-1939), através da leitura ao acaso de um de seus livros:

Durante minhas andanças [em Londres], certa vez topei com um restaurante vegetariano na Farringdon Street. [...] Antes de entrar, notei livros à venda exibidos sob uma janela de vidro perto da porta. Entre eles vi *Um apelo ao Vegetarianismo*, de Salt. Comprei por um xelim e fui direto para a sala de jantar. [...] Li o livro de Salt do começo ao fim e fiquei muito impressionado. A partir da data da leitura deste livro, posso afirmar que me tornei vegetariano por opção. [...] A escolha foi feita agora em favor do vegetarianismo, cuja disseminação passou a ser minha missão. [...] A fé no vegetarianismo cresceu em mim dia após dia. O livro de Salt despertou meu apetite por estudos dietéticos. Procurei todos os livros sobre vegetarianismo e os li também (GANDHI, 1972, p. 41, tradução minha).<sup>103</sup>

Entre esses outros livros estavam *The Ethics of Diet*, de Howard Williams – o mesmo que influenciou Tolstói – e *A perfect way in Diet*, da médica britânica Anna Kingsford (1846-1888). Como a maioria das famílias hindus, Gandhi era vegetariano desde o nascimento. Ele afirma, entretanto, que o ato de abster-se de comer animais era algo irrefletido, que apenas herdara de sua tradição familiar e religiosa. Paradoxalmente, foi na Inglaterra, através do livro de Salt, que ele primeiro teve contato com argumentos filosóficos concernentes à ética animal, os quais considerou realmente convincentes, e foi então “intelectualmente convertido ao

---

<sup>103</sup> Original em inglês: “During the wanderings I once hit on a vegetarian restaurant in Farringdon Street. [...] Before I entered I noticed books for sale exhibited under a glass window near the door. I saw among them Salt's Plea for Vegetarianism. This I purchased for a shilling and went straight to the dining room. [...] I read Salt's book from cover to cover and was very much impressed by it. From the date of reading this book, I may claim to have become a vegetarian by choice. [...] The choice was now made in favour of vegetarianism, the spread of which henceforward became my mission. [...] My faith in vegetarianism grew on me from day to day. Salt's book whetted my appetite for dietetic studies. I went in for all books on vegetarianism and read them.”

vegetarianismo” (GANDHI, 1972, p. 50, tradução minha)<sup>104</sup>. Após essa leitura, Gandhi passou a buscar incessantemente outras fontes bibliográficas sobre o tema, que se complementavam e legitimavam uma perspectiva contra-hegemônica:

Vi que os autores sobre vegetarianismo examinaram a questão minuciosamente, explorando seus aspectos religiosos, científicos, práticos e médicos. Eticamente, eles chegaram à conclusão de que a supremacia do homem sobre os animais inferiores não significava que os primeiros deveriam ser predadores dos últimos, mas sim que os superiores deveriam proteger os inferiores [...] (GANDHI, 1972, p. 47, tradução minha).<sup>105</sup>

Gandhi ressalta que vários desses autores promoviam “a abstenção não apenas de carne, mas também de ovos e leite” (GANDHI, 1972, p. 48, tradução minha)<sup>106</sup> – próximo ao que é hoje conhecida como dieta vegana. Posteriormente, ele mesmo declara: “É firme minha convicção de que o homem não precisa tomar leite, além do leite de sua mãe que ele toma quando bebê” (GANDHI, 1972, p. 227, tradução minha).<sup>107</sup> No âmbito prático e econômico, suas leituras e sua experiência pessoal lhe mostraram que uma alimentação vegetariana era também mais barata, portanto, mais acessível a todos.

O líder indiano engajou-se progressivamente no ativismo em defesa dos animais, integrando o comitê executivo da primeira Sociedade Vegetariana da Inglaterra e contribuindo para sua publicação semanal. Ele também chegou a criar uma organização na localidade onde vivia, Bayswater, realizando reuniões periódicas e produzindo material informativo sobre o tema. Em sua autobiografia, publicada em 1927, fica evidente o quanto os princípios do vegetarianismo permearam sua trajetória política, tornando-se centrais em sua vida.

Os esforços de Gandhi foram frutíferos não apenas para a difusão do vegetarianismo na Inglaterra e do movimento pacifista que em breve ganharia força, como também colaboraram para convencer muitos indivíduos sobre a pertinência de uma ética animal. Ao longo do século XX, seus escritos despertaram o interesse de acadêmicos e ativistas, suscitando reflexões sobre formas alternativas de enfrentar situações conflituosas e a urgência de estabelecermos relações mais justas com as demais espécies.

---

<sup>104</sup> Original em inglês: “[I] was intellectually converted to vegetarianism later.”

<sup>105</sup> Original em inglês: “I saw the writers on vegetarianism had examined the question very minutely, attacking it in its religious, scientific, practical and medical aspects. Ethically they have arrived at the conclusion that man's supremacy over the lower animals meant not that the former should prey upon the latter, but that the higher should protect the lower [...]”

<sup>106</sup> Original em inglês: “[...] abstention not only from flesh-meat but from eggs and milk.”

<sup>107</sup> Original em inglês: “It is my firm conviction that man need take no milk at all, beyond the mother's milk that he takes as a baby.”

Aos 62 anos, quando foi convidado a discursar no encontro da *London Vegetarian Society*<sup>108</sup> – realizado em 20 de novembro de 1931 –, Gandhi lembrou o início de sua luta na defesa dos animais. Em sua exposição, mencionou novamente Salt – que já havia completado 80 anos e estava presente na reunião:

Foi o livro do Sr. Salt, *Um apelo ao vegetarianismo*, que me mostrou porque, para além de ser um hábito hereditário, e para além da minha adesão aos votos que me foram passados pela minha mãe, era correto ser vegetariano. Ele me mostrou porque era um dever moral, para os vegetarianos, não viver dos nossos companheiros animais (GANDHI, 1931, tradução minha).<sup>109</sup>

Para Gandhi, o vegetarianismo deveria estar fundado em uma base moral, e não apenas em questões de saúde ou religiosas. Esse entendimento estava de fato em consonância com os argumentos de Salt, que defendia “uma posição consistente em relação aos direitos dos homens, assim como dos animais, e o desenvolvimento de um incontestável senso de justiça universal (não de ‘piedade’) para todas as coisas vivas” (SALT, 1892, p. 27, tradução minha).<sup>110</sup>

Henry Salt, por sua vez, também teve em quem se inspirar. Sua principal referência teórica foi seu conterrâneo Jeremy Bentham – que, como mostrei, influenciou muitos autores nos últimos séculos. Logo nas primeiras páginas de seu livro mais famoso, *Animals’ rights: considered in relation to social progress* (1892), Salt cita Bentham para fundamentar sua defesa de direitos aos animais:

Para Jeremy Bentham, em particular, cabe a honra de ser o primeiro a reivindicar direitos para os animais com autoridade e persistência. “O legislador”, ele escreveu, “deve proibir tudo que possa levar à crueldade. [...] Brigas de galo, *bull-baiting*<sup>111</sup>, caça de lebres e raposas, pesca, e outros entretenimentos do mesmo tipo, necessariamente supõem ou ausência de reflexão, ou uma profunda desumanidade, uma vez que eles produzem os mais severos sofrimentos a seres sensíveis, e a mais dolorosa e prolongada morte da qual podemos ter qualquer ideia. Por que a lei deveria negar sua proteção a qualquer ser sensitivo? Virá o tempo em que iremos estender

<sup>108</sup> A *London Vegetarian Society* existiu durante 81 anos, de 1888 a 1969. Em 1969, entretanto, a Sociedade não chegou a ser extinta, mas apenas se uniu à também inglesa *Vegetarian Society*, dando origem assim à *The Vegetarian Society of the United Kingdom*, ativa até hoje. Informações disponíveis nos sites da *International Vegetarian Union* (<https://ivu.org/history/vfu/lva.html>) e da *Vegetarian Society* (<https://www.vegsoc.org/history>).

<sup>109</sup> Original em inglês: “It was Mr. Salt’s book, *A Plea for Vegetarianism*, which showed me why, apart from hereditary habit, and apart from my adherence to a vow administered to me by my mother, it was right to be a vegetarian. He showed me why it was a moral duty incumbent on vegetarians not to live upon fellow-animals.”

<sup>110</sup> Original em inglês: “[...] a consistent position towards the rights of men and of the lower animals alike, and to cultivate a broad sense of universal justice (not “mercy”) for all living things.”

<sup>111</sup> Não há, na língua portuguesa, uma palavra equivalente a “bull-baiting”. O dicionário Michaelis Inglês-Português apresenta o seguinte significado: “esporte de açular cães contra touros”. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-ingles/busca/ingles-portugues-moderno/bull-baiting/>

nosso manto de humanidade sobre tudo o que respira. Nós começamos por nos encarregar da condição dos escravos; devemos terminar comovendo-nos com todos os animais que auxiliam nossos trabalhos ou suprem nossas necessidades” (SALT, 1892, p. 5-6, tradução minha).<sup>112</sup>

Salt volta a mencionar Bentham diversas vezes ao longo do livro, corroborando seu ponto de vista: “Já foi há muito observado por Bentham [...] que, enquanto os seres humanos são intitulados *peçoas*, ‘outros animais, por seus interesses terem sido negligenciados pela insensibilidade de antigos juristas, permanecem degradados na classe de *coisas*’” (SALT, 1892, p. 17, tradução minha).<sup>113</sup> A argumentação jurídica, para além da argumentação ética, começa a estar cada vez mais presente nos textos em defesa dos animais a partir do final do século XIX. Foi com a publicação de Salt, que a expressão “direitos animais” apareceu “pela primeira vez na história da filosofia europeia na capa de um livro” (FELIPE, 2006, p. 209). Até então, a noção de “direitos” não era associada a nenhum indivíduo que não fosse humano.<sup>114</sup> Salt, superando os paradigmas de seu tempo, estabelece uma proximidade entre a ideia de “direitos humanos” e a de “direitos animais”:

Os animais inferiores têm “direitos”? Sem dúvida – se os homens tiverem. [...] Mas os homens possuem direitos? [...] Caso os homens não possuam “direitos”, bem, eles indiscutivelmente possuem algo muito similar a direitos; um senso de justiça que marca a linha divisória onde o consentimento termina e a resistência começa; uma exigência por liberdade de viver sua própria vida, sujeita à necessidade de respeitar a igualdade de liberdade de outras pessoas (SALT, 1892, p. 1-2, tradução minha).<sup>115</sup>

---

<sup>112</sup> Original em inglês: “To Jeremy Bentham, in particular, belongs the high honour of first asserting the rights of animals with authority and persistence. “The legislator”, he wrote, “ought to interdict everything which may serve to lead to cruelty. [...] Cock-fights, bull-baiting, hunting hares and foxes, fishing, and other amusements of the same kind, necessarily suppose either the absence of reflection or a fund of inhumanity, since they produce the most acute sufferings to sensible beings, and the most painful and lingering death of which we can form any idea. Why should the law refuse its protection to any sensitive being? The time will come when humanity will extend its mantle over everything which breathes. We have begun by attending to the condition of slaves; we shall finish by softening that of all the animals which assist our labours or supply our wants.”

<sup>113</sup> Original em inglês: “It was long ago remarked by Bentham [...] that, whereas human beings are styled *persons*, ‘other animals, on account of their interests having been neglected by the insensibility of the ancient jurists, stand degraded into the class of *things*’.”

<sup>114</sup> O filósofo contemporâneo Roberto Esposito (2016, p. 15) observa que “há tempos imemoráveis, nossa civilização fundamenta-se na divisão mais marcada entre pessoas e coisas”. Essa divisão é uma herança do direito romano, que colocou “a tripartição entre ações, pessoas e coisas como o fundamento de todo o ordenamento jurídico, [...] [e cuja] influência em toda a modernidade foi decisiva” (ESPOSITO, 2016, p. 15). “Pessoa”, portanto, não seria sinônimo de “ser humano”, mas sim um *status* jurídico, pelo qual se está “autorizado” a dispor, usar e também destruir as coisas, “caso assim lhe agrade” (ESPOSITO, 2016, p. 17). E não somente animais foram classificados como coisas: “O conceito de pessoa [...] foi por muito tempo usado para excluir algumas tipologias humanas dos benefícios concedidos a outras, para fazer delas pessoas-coisas a serem usadas e destruídas” (ESPOSITO, 2016, p. 28).

<sup>115</sup> Original em inglês: “Have the lower animals ‘rights’? Undoubtedly – if men have. [...] But have men rights? [...] If men have not ‘rights’ – well, they have an unmistakable intimation of something very similar; a sense of

O autor segue: “A pergunta imediata que chama nossa atenção é esta: se os homens possuem direitos, os animais também possuem? Desde os tempos mais remotos houve pensadores que, direta ou indiretamente, responderam a essa questão com uma afirmação” (SALT, 1892, p. 3, tradução minha).<sup>116</sup> Pitágoras, Sêneca, Plutarco, Porfírio são alguns dos filósofos aos quais Salt alude para demonstrar que a ideia de respeito e justiça em relação a outras espécies sempre esteve presente na história do pensamento Ocidental.<sup>117</sup>

O conteúdo de seu livro está dividido conforme os diferentes tipos de exploração a que os animais são submetidos. No primeiro capítulo, *The principle of animals' rights*, o autor apresenta os primeiros defensores dos animais – muitos dos quais foram alvos de insultos e escárnio – e aponta as duas principais causas da negação de direitos aos animais ao longo da história. Segundo ele, “ambas postulam uma diferença absoluta de natureza entre os homens e as espécies inferiores” (SALT, 1892, p. 10, tradução minha).<sup>118</sup> A primeira delas seria religiosa, baseada na noção de que os animais não possuem alma; e a segunda estaria apoiada na teoria cartesiana, segundo a qual os animais não possuem consciência nem sentimentos. Para contestar tais argumentos, Salt aponta a individualidade dos animais, explicitando que “jamais será possível obter justiça plena para as raças inferiores se continuarmos a considerá-las como seres de uma ordem totalmente diferente, ignorando o significado de seus inúmeros pontos de parentesco com a humanidade” (SALT, 1892, p. 9, tradução minha).<sup>119</sup> O próprio uso do termo “animal” para designar as demais espécies seria condenável, pois essa escolha ignora o fato de que nós, seres humanos, somos igualmente animais.

Para o autor, “viver a própria vida – realizar seu verdadeiro eu – é o mais elevado propósito moral do homem, assim como do animal” (SALT, 1892, p. 15, tradução minha).<sup>120</sup> Nesse sentido, faz-se necessário proporcionar aos animais um ambiente adequado e digno, sem interferências ou obstáculos que visem unicamente atender às vontades e luxos humanos, uma

---

justice which marks the boundary-line where acquiescence ceases and resistance begins; a demand for freedom to live their own life, subject to the necessity of respecting the equal freedom of other people.”

<sup>116</sup> Original em inglês: “The immediate question that claims our attention is this – if men have rights, have animals their rights also? From the earliest times there have been thinkers who, directly or indirectly, answered this question with an affirmative.”

<sup>117</sup> Salt também menciona brevemente que, para além do Ocidente, os cânones budista e de outras religiões orientais sempre estiveram atentos à questão, sobretudo pela crença na reencarnação.

<sup>118</sup> Original em inglês: “[...] both postulate an absolute difference of nature between men and the lower kinds.”

<sup>119</sup> Original em inglês: “[...] nor will it ever be possible to obtain full justice for the lower races so long as we continue to regard them as beings of a wholly different order, and to ignore the significance of their numberless points of kinship with mankind.”

<sup>120</sup> Original em inglês: “To live one’s own life – to realize one’s true self – is the highest moral purpose of man and animal alike.”

vez que “eles têm individualidade, caráter, razão; e ter essas qualidades é ter o direito de exercê-las” (SALT, 1892, p. 16, tradução minha).<sup>121</sup> Salt estabelece um paralelo entre a exploração animal e a escravidão humana – “a mesma tendência humanitária, que já emancipou o escravo, não irá finalmente beneficiar também as raças inferiores?” (SALT, 1892, p. 20, tradução minha)<sup>122</sup> –, demonstrando que os direitos animais não seriam antagônicos nem prejudiciais aos direitos humanos:

A condição atual dos animais domésticos mais altamente explorados é, em muitos aspectos, muito análoga à dos escravos negros de cem anos atrás: olhe para trás, e você encontrará, no caso deles, precisamente a mesma exclusão da humanidade; as mesmas falácias hipócritas usadas para justificar essa exclusão; e, como consequência, a mesma negação deliberada e obstinada de seus "direitos" sociais (SALT, 1892, p. 21, tradução minha).<sup>123</sup>

No segundo e terceiro capítulos – *The case of domestic animals* e *The Case of Wild Animals* –, Salt trata das diferentes condições a que os animais estão submetidos, conforme sua proximidade e convivência (ou não) com humanos. Ele defende que uma relação justa entre espécies deve estar fundada na compaixão e solidariedade, e não no exercício do poder. No capítulo seguinte, *The slaughter of animals for food*, o autor contesta a ideia de que alimentar-se de carne seja necessário, afirmando que o ser humano não precisa matar animais para sobreviver. Salt acreditava que uma “reforma alimentar” estaria por vir, pois este seria o único caminho possível para o progresso social, o desenvolvimento humano e a disseminação de práticas humanitárias – apesar de haver ainda muita resistência à ideia de direitos animais:

[...] em todas as etapas de toda grande reforma social tem sido repetidamente argumentado, por observadores indiferentes ou hostis, que um novo progresso é impossível; entretanto, quando os opositores de uma grande causa começam a demonstrar sua “impossibilidade”, a experiência nos ensina que essa causa já está na estrada rumo à sua realização (SALT, 1892, p. 23, tradução minha).<sup>124</sup>

---

<sup>121</sup> Original em inglês: “They have individuality, character, reason; and to have those qualities is to have the right to exercise them, in so far as surrounding circumstances permit.”

<sup>122</sup> Original em inglês: “[...] the same humanitarian tendency which has already emancipated the slave, will not ultimately benefit the lower races also?”

<sup>123</sup> Original em inglês: “The present condition of the more highly organized domestic animals is in many ways very analogous to that of the negro slaves of a hundred years ago: look back, and you will find in their case precisely the same exclusion from the common pale of humanity; the same hypocritical fallacies, to justify that exclusion; and, as a consequence, the same deliberate stubborn denial of their social ‘rights’.”

<sup>124</sup> Original em inglês: “[...] for at every stage of every great reformation it has been repeatedly argued, by indifferent or hostile observers, that further progress is impossible; indeed, when the opponents of a great cause begin to demonstrate its “impossibility”, experience teaches us that that cause is already on the high road to fulfilment.”

Os capítulos 5 e 6 – *Sport, or amateur butchery* e *Murderous millinery* – criticam a caça, o uso de animais para esportes e entretenimento e a indústria de couro, peles e penas. Todas essas atividades supérfluas estariam entre as mais graves violações dos direitos animais e seriam responsáveis por massacres cruéis. Tais práticas só poderiam ser decorrentes da ignorância e da insensibilidade. No capítulo 7, *Experimental torture*, Salt aborda os “horrores da vivisseção”, alega que nada que seja desumano pode estar em consonância com a verdadeira ciência, e compara os experimentos realizados em animais aos realizados em seres humanos.

Em *Lines of Reform*, oitavo capítulo do livro, Salt afirma que a única maneira de erradicar a crueldade e injustiça contra as demais espécies seria atribuindo direitos aos animais. O reconhecimento de direitos não seria uma questão de “sentimentalismo”, mas sim de enfrentar o problema de forma honesta, abrindo caminho para o humanitarismo. Para Salt, a emancipação dos animais e a dos seres humanos estão intimamente relacionadas. Além disso, a garantia dos direitos animais requer, segundo o autor, uma mudança efetiva na educação e legislação vigentes.

O texto de Salt, apesar de não ter sido traduzido para outros idiomas e tampouco ter tido amplo alcance mesmo entre leitores de língua inglesa de sua época, atravessou o século e chegou na contemporaneidade chamando a atenção de pensadores de grande influência, com destaque para Peter Singer. No prefácio de uma reedição de *Animals' Rights*, publicada em 1980, Singer elogia o livro, salientando a postura progressista e audaz de seu autor, o que inclusive o motivou a lê-lo repetidas vezes:

*Animals' Rights* não foi o primeiro livro a defender o caso dos direitos dos animais, como a excelente bibliografia de Salt deixa claro... Mas *Animals' Rights* é, eu acredito, o melhor trabalho sobre direitos animais dos séculos XVIII e XIX. Toda vez que releio o livro de Salt – e já o li muitas vezes – fico maravilhado com a maneira como ele antecipa quase todos os pontos discutidos no debate contemporâneo sobre direitos animais (SINGER, 1980, tradução minha).<sup>125</sup>

Singer se refere à “excelente bibliografia de Salt” pois o autor também publicou outros livros sobre o tema. Ainda antes de escrever *Animals Rights*, Salt já havia produzido *A plea for vegetarianism and other essays* (1886) e *Flesh or fruit? An essay on Food Reform* (1888). O primeiro deles é composto por nove ensaios, cujo objetivo era refutar ideias contrárias ao

---

<sup>125</sup> Original em inglês: “*Animals' Rights* was not the first book to defend the case for the rights of animals, as Salt's own excellent bibliography makes clear... *Animals' Rights* is, I believe, the best of the eighteenth and nineteenth century works on the rights of animals. Every time I re-read Salt's book – and I have read it several times – I marvel at how he anticipates almost every point discussed in the contemporary debate over animal rights.”

vegetarianismo. Destacam-se os textos *Vegetarianismo e reformas sociais*; *Moralidade na dieta*; *Bom gosto na dieta*; *Alguns resultados da reforma alimentar* e *Apelo ao vegetarianismo*.<sup>126</sup>

Em *Flesh or fruit? An essay on Food Reform* (1888), Salt faz uma revisão da literatura sobre o vegetarianismo – aludindo novamente aos textos de Sêneca, Plutarco, Porfírio, John Wesley, Montaigne, Sylvester Graham, Anna Kingsford, entre outros –, apresentando as muitas vantagens da alimentação vegetariana. O autor alegava que abster-se do consumo de produtos de origem animal seria uma condição indispensável para o humanitarismo – filosofia à qual se alinhava; além de afirmar que a comida vegetariana era saborosa, saudável e econômica.

Ainda no século XIX foram publicadas *The humanities of diet* (1897) e *The logic of vegetarianism: essays and dialogues* (1899), onde Salt defende o vegetarianismo com argumentos morais, científicos, econômicos, médicos, sociais e estéticos. Nesse texto são apresentadas respostas às mais frequentes objeções ao vegetarianismo, algumas delas repetidas ainda hoje, como a de que o consumo de carne por humanos é “natural” e “necessário”.<sup>127</sup>

*The humanities of diet, some reasonings and rhymings* (1914), que está entre os últimos livros que Salt escreveu sobre o tema, reforça a defesa do vegetarianismo como algo imprescindível para o progresso da humanidade:

O vegetarianismo é a dieta do futuro, ao passo que uma alimentação à base de carne é a dieta do passado. No surpreendente e habitual contraste entre um açougue e uma loja de frutas lado a lado, temos uma lição muito significativa. De um lado, estão as barbaridades de um costume selvagem [...], um protesto que grita infinitamente contra os horrores do consumo de carne. [...] E logo ao lado, há a riqueza das frutas, uma visão que faz um poeta feliz [...]. Podemos duvidar, enquanto contemplamos esse contraste, que quaisquer passos intermediários que precisem ser gradualmente tomados, quaisquer que sejam as dificuldades a serem superadas, o caminho do progresso da barbaridade para a humanidade na dieta repousa nítido e inconfundivelmente diante de nós? (SALT, 1914, tradução minha).<sup>128</sup>

<sup>126</sup> Não há tradução para o português de nenhum dos livros de Henry Salt. Os títulos dos ensaios foram traduzidos por mim. Seguem os originais em inglês: “Vegetarianism and Social Reforms”; “Morality in Diet”; “Good Taste in Diet”; “Some Results of Food Reform”; “A Plea for Vegetarianism”.

<sup>127</sup> A bibliografia completa de Henry Salt está disponível no site: <http://www.henrysalt.co.uk/>. O autor publicou diversos outros livros, além dos que foram aqui citados. Entre eles, sobressaem-se as biografias e os textos dedicados ao humanitarismo.

<sup>128</sup> Original em inglês: “Vegetarianism is the diet of the future, as flesh-food is the diet of the past. In that striking and common contrast, a fruit shop side by side with a butcher’s, we have a most significant object lesson. There, on the one hand, are the barbarities of a savage custom [...] a perpetual crying protest against the horrors of flesh-eating. [...] close alongside, is a wealth of golden fruit, a sight to make a poet happy [...]. Can we doubt, as we gaze at this contrast, that whatever intermediate steps may need to be gradually taken, whatever difficulties to be overcome, the path of progression from the barbarities to the humanities of diet lies clear and unmistakable before us.” O trecho foi extraído da página: <http://www.henrysalt.co.uk/studies/reviews/humanities-of-diet>. Acesso em maio 2018.

A quantidade considerável de livros entre outros textos que publicou, além de ter seguido uma alimentação vegetariana durante mais de 50 anos, demonstra a aplicação obstinada de Salt à causa dos animais.<sup>129</sup> Em seu tempo, ainda eram escassos trabalhos filosóficos e acadêmicos sobre direitos animais, o que tornam ainda mais admiráveis seus esforços para estudar, pesquisar e desenvolver argumentos questionando incessantemente o *status quo*. E apesar de sua obra não ter alcançado um público extenso, alguns de seus leitores contribuíram para divulgar suas ideias – como foi o caso de Gandhi e, mais tarde, Singer.

## 1.2. Panorama contemporâneo (séculos XX e XXI)

*De qualquer maneira que se interprete, qualquer consequência prática, técnica, científica, jurídica, ética ou política que se tire, ninguém hoje em dia pode negar esse evento, ou seja, as proporções sem precedentes desse assujeitamento do animal.*

Jacques Derrida<sup>130</sup>

A partir do século XX começam a ser mais abundantes os estudos acadêmicos sobre ética e direitos animais. O debate público sobre o tema também se faz cada vez mais presente, sobretudo devido ao crescimento do número de organizações não governamentais em defesa das demais espécies. Em 1908, foi fundada em Dresden, Alemanha, a *International Vegetarian Union* (IVU), cujo principal objetivo era reunir e estabelecer o intercâmbio entre as diversas associações de todo o mundo. Naquele período, enquanto a opção pelo vegetarianismo aos poucos se difundia por diferentes grupos sociais, já existiam sociedades vegetarianas em 22 países – a maioria delas inaugurada ainda no século XIX.<sup>131</sup>

Acompanhando as lutas por justiça social e direitos civis do período pós-guerras, o movimento pelos direitos animais ganhou força e passou a ser encarado com mais seriedade por autoridades políticas e científicas, além da população de forma geral. As palavras “veganismo” e “especismo” – ambas cunhadas nas últimas décadas do século XX, como será

<sup>129</sup> Além da luta pelos direitos animais, Salt se dedicava também a outras causas, sendo igualmente reconhecido como um intelectual socialista e conservacionista.

<sup>130</sup> Do livro *O animal que logo sou* (DERRIDA, 2002, p. 51).

<sup>131</sup> A primeira delas foi inaugurada no Reino Unido, em 1843, seguida pelos Estados Unidos (1850); Alemanha (1867); Áustria (1878); França (1879); Suíça (1880); Nova Zelândia (1882); Hungria (1884); Austrália (1886); Índia (1889); Irlanda (1890); Tchecoslováquia (1891); Chile (1891); Holanda (1894); Suécia (1895); Dinamarca (1896); Bélgica (1897); Itália (1899); Rússia (1901); Noruega (1903); Espanha (1905) e Grécia (1906). Disponível em: <https://ivu.org/history-legacy-pages.html>.

apresentado a seguir – foram adotadas por pesquisadores e ativistas, popularizando a causa, que já adquiria um linguajar próprio. Gradualmente, a perspectiva abolicionista torna-se conhecida e a libertação animal passa a ser associada à própria libertação humana.

A interdependência entre diferentes espécies torna-se inquestionável e a “supremacia” humana é definitivamente colocada em xeque. A submissão de uma quantidade infindável de animais às nossas necessidades e desejos passa a ser vista como um comportamento, no mínimo, vergonhoso. Além de ser também discrepante dos tantos avanços da nossa espécie, conforme destaca o historiador israelense Yuval Noah Harari em seu famoso livro *Sapiens*:

Só podemos ficar orgulhosos das conquistas sem precedentes dos sapiens modernos se ignorarmos completamente o destino de todos os outros animais. Grande parte da alardeada riqueza material que nos protege de fome e doenças foi acumulada à custa de macacos de laboratório, vacas leiteiras e frangos criados em linha de produção. Nos últimos dois séculos, dezenas de bilhões deles foram submetidos a um regime de exploração industrial cuja crueldade não tem precedentes nos anais do planeta Terra. Se admitirmos apenas um décimo do que os ativistas pelos direitos animais estão reivindicando, a agricultura moderna poderia muito bem ser o maior crime da história. Ao avaliar a felicidade global, é um equívoco considerar apenas a felicidade das classes superiores, dos europeus ou dos homens. Talvez também seja um equívoco considerar apenas a felicidade dos humanos (HARARI, 2019, p. 389-390).

### 1.2.1. Nasce uma palavra (e um movimento)

*Casei-me com uma garota gaulesa, que me ensinou um ditado popular gaulês: “Quando todos correrem, fique parado.” Acho que tenho feito isso desde então. E isso explica porque muitas pessoas estão correndo em direção ao que eu vejo como autodestruição, suicídio.*<sup>132</sup>

*Li em algum lugar que o poeta e dramaturgo norueguês [Henrik] Ibsen havia dito: “O homem mais forte do mundo é aquele que resiste sozinho.” Penso que, pela maneira como as pessoas são corrompidas pelas tradições e pelas culturas nas quais nascem, isso deve ser uma grande verdade.*<sup>133</sup>

Donald Watson

Quando tinha 13 anos, o inglês Donald Watson (1910-2005) testemunhou o abate de um porco na fazenda de seu tio e ficou assustado com o que viu. Em entrevista concedida já no

<sup>132</sup> Tradução minha. Original em inglês: “I married a Welsh girl, who taught me a Welsh saying, 'When everyone runs, stand still', and I seem to have been doing that ever since. And that must be part of the answer to the question, because so many people are running towards what I see as suicide” (WATSON, 2002, p. 8).

<sup>133</sup> Tradução minha. Original em inglês: “I read somewhere that the Norwegian poet and dramatist, Ibsen, had said, 'The strongest man in the world is the man who can stand alone', and I thought that the way people are worn down by the traditions of the cultures in which they've been born, this must be a great truth.” (WATSON, 2002, p. 11).

fim da vida, ele recordou o episódio: “Ainda tenho lembranças vívidas de todo o processo, do início ao fim, incluindo, é claro, os guinchos, os gritos estridentes. E tudo aconteceu a poucos metros de distância de onde estavam, ainda vivos, os companheiros desse porco” (WATSON, 2002, p. 4, tradução minha).<sup>134</sup>

O animal seria preparado para os festejos de Natal da família. Alguns dias depois, durante as celebrações de *réveillon*, o adolescente continuava aterrorizado com a cena que presenciara. Decidiu então fazer uma resolução de Ano-Novo: nunca mais comer carne. E cumpriu a promessa – apesar de naquele momento não conhecer nenhum outro ser humano que também fosse vegetariano.

Morei na casa dos meus pais por 21 anos. Durante todo esse tempo, nunca ouvi uma palavra sequer – fosse de meus pais ou avós; de meus 22 tios e tias ou de meus 16 primos; de meus professores ou mesmo do pároco – sobre qualquer coisa remotamente associada a quaisquer deveres que deveríamos ter com aqueles que os religiosos chamam de "criaturas de Deus" (WATSON, 2002, p. 5, tradução minha).<sup>135</sup>

Mas ele não seguiu sozinho por muito tempo. Logo depois que deixou de consumir animais, seu irmão e sua irmã – para surpresa de seus pais – resolveram seguir o exemplo. Watson abandonou os estudos e começou a trabalhar como marceneiro – mais tarde, por questões financeiras, tornou-se professor de marcenaria. Engajou-se na luta pelos direitos animais e, após conhecer o processo industrial a que as vacas eram submetidas para a produção de laticínios, decidiu abster-se também de leite e derivados. Já havia, naquela época, um debate dentro do movimento vegetariano sobre a ética do consumo de alimentos derivados de animais. A divergência de perspectivas era frequente nos encontros da *Leicester Vegetarian Society*, da qual Watson e sua esposa, Dorothy, eram membros.

Em dezembro de 1943 – 20 anos após se tornar vegetariano –, Watson apresentou, na convenção dessa Sociedade, uma palestra com o título “Vegetarianos deveriam consumir laticínios?”. O tema era polêmico, uma vez que a maioria dos vegetarianos daquele período não se abstinha de leite. O texto de sua conferência foi publicado meses depois, em março de 1944, no periódico *The Vegetarian Messenger*. Watson propôs ao comitê executivo da entidade a criação de um subgrupo formado por aqueles que, como ele, defendiam a abstenção de todo e qualquer produto de origem animal. A sugestão não foi bem-vinda.

---

<sup>134</sup> Original em inglês: “I still have vivid recollections of the whole process from start to finish, including all the screams of course, which were only feet away from where this pig's companion still lived.”

<sup>135</sup> Original em inglês: “I lived at home for 21 years. In the whole of that time, I never heard a word, from my parents, or from my grandparents, or from my 22 uncles and aunts, or my 16 cousins, or my teachers or my vicar, on anything remotely associated with any duties we may have to what the religious people call ‘God's Creation’.”

Em novembro daquele mesmo ano, Watson e Dorothy reuniram-se em Londres com outros cinco associados insatisfeitos com o que consideravam uma incoerência, uma hipocrisia dos ativistas pelos animais. O encontro resultou na fundação de uma nova organização, que daria origem a um novo movimento. Para distinguirem-se dos vegetarianos de então e marcarem posição, o grupo decidiu que seria importante usar um termo também novo, que remetesse diretamente à recusa a qualquer tipo de exploração animal – inclusive aquelas que, aparentemente, não matavam os animais, como era o caso do leite e da lã. Entre vários palpites, escolheram a palavra mais curta e simples, proposta pelo próprio Watson: *vegan* (vegano) – uma derivação das primeiras e últimas letras de *vegetarian*. Nasceu assim, novamente na Inglaterra, *The Vegan Society*.

Uma das primeiras ações da entidade foi criar sua própria publicação: *The Vegan News*. A edição nº 1, que circulou em novembro de 1944, continha, em quatro páginas, uma carta de Watson, apresentando o movimento que estava sendo inaugurado e a urgência da causa:

Podemos perceber claramente que nossa civilização atual está fundada em cima da exploração de animais, assim como as civilizações passadas foram construídas a partir da exploração de escravos [...]. Ouvimos frequentemente que o mundo ainda não está pronto para a reforma que propomos. Mas como chegaríamos ao tempo ‘perfeito’ para qualquer reforma, a menos que esse tempo seja resultado de um amadurecimento da determinação humana? Wilberforce<sup>136</sup> por acaso esperou o momento ‘ideal’ antes de começar sua luta contra a escravidão? [...] Existe um perigo evidente em deixarmos para a posteridade a realização de nossos ideais, pois a posteridade pode não ter nossos ideais. As transformações sociais podem ser progressivas, mas também podem ser regressivas (WATSON, 1944, p. 1, tradução minha).<sup>137</sup>

A segunda edição – que já contava com dez páginas, publicada em fevereiro de 1945 – reforça o que provavelmente era o maior foco do movimento: a conscientização sobre os danos causados aos animais da indústria leiteira.

Acreditamos que essa atual ‘mania de leite’ é um clássico exemplo que prova como o homem do século XX pode ser levado a aceitar uma ideia absurda, perigosa e imoral. [...] Um de nossos críticos nos informa que a reforma que defendemos é ‘muito difícil’. Entretanto, a vaca também não deve achar fácil quando seus bezerros são retirados

<sup>136</sup> William Wilberforce (1759-1833) foi um líder do movimento abolicionista contra o tráfico de escravos na Inglaterra.

<sup>137</sup> Original em inglês: “We can see quite plainly that our present civilisation is built on the exploitation of animals, just as past civilisations were built on the exploitation of slaves [...]. A common criticism is that the time is not yet ripe for our reform. Can time ever be ripe for any reform unless it is ripened by human determination? Did Wilberforce wait for the ‘ripening’ of time before he commenced his fight against slavery? [...] There is an obvious danger in leaving the fulfilment of our ideals to posterity, for posterity may not have our ideals. Evolution can be retrogressive as well as progressive.”

dela continuamente. Mas ela não pode fazer nada para evitar isso. Nós podemos (WATSON, 1945, p. 1, tradução minha).<sup>138</sup>

*The Vegan Society* começou com apenas 25 membros, mas rapidamente vários outros se agregaram – após ficarem sabendo de sua existência através, sobretudo, do periódico *The Vegan News*. À época, Watson relatou ter recebido muitas cartas de pessoas que se identificaram com a causa: “A volumosa correspondência que recebemos prova que a criação desta Sociedade foi bastante oportuna. Mais de cem cartas já chegaram – algumas vindo de milhares de milhas de distância” (WATSON, 1945, p. 2, tradução minha).<sup>139</sup> Nos meses seguintes, a sociedade recém-criada passou a receber entre 30 e 40 cartas por dia.

O termo *vegan* fez tanto sucesso que, a partir de 1962, os dicionários de língua inglesa passaram a incluí-lo em suas páginas (STEPANIAK, 1998, p. 3). *The Oxford English Dictionary* adicionou o verbete com a seguinte definição: “uma pessoa que, por princípio, abstém-se de qualquer alimento de origem animal; um vegetariano estrito” (VEGAN, 1962, tradução minha).<sup>140</sup> Hoje, as palavras “veganismo” e “vegano” são conhecidas mundo afora e constam nos dicionários de praticamente todas as línguas. Em português, o *Priberam* define veganismo como uma “ideologia que advoga o boicote aos produtos de origem animal e às atividades em que os animais possam ser usados ou explorados [O veganismo defende um regime alimentar vegetarianista]” (VEGANISMO, 2008-2020). No dicionário *Michaelis* consta:

Filosofia de vida e dieta que excluem o uso de qualquer produto de origem animal na alimentação (carne, laticínios, mel, ovos etc.) e no vestuário (peles, couros, seda, lã, pérolas etc.). Baseia-se em convicções éticas e morais no que diz respeito aos direitos e bem-estar dos animais, ao ambiente, a crenças espirituais ou religiosas. Os mais radicais evitam, inclusive, medicamentos testados em animais, como soro e vacinas (VEGANISMO, 2020).

Observa-se, portanto, que a definição do termo não apenas se consolidou, como também se ampliou. Desde aquele primeiro dia do ano 1924 até sua morte, em 2005, Watson não ingeriu nenhum tipo de produto animal. Como também era contra a vivissecção e os testes em cobaias, não tomava remédios. Viveu com o corpo e a mente saudáveis até os 95 anos.

<sup>138</sup> Original em inglês: “The present milk mania is, we believe, a classical example to prove how completely 20<sup>th</sup> century man can be made to accept an idea that is absurd, dangerous and immoral. [...] One of our critics informs us that the reform we advocate is ‘so very difficult’. The cow too must not find it easy when her successive calves are taken away from her, but she can do nothing about it. We can.”

<sup>139</sup> Original em inglês: “The voluminous correspondence already received proves that the formation of this Society is quite due. Well over a hundred letters have been received – come coming thousands of miles.”

<sup>140</sup> Original em inglês: “A person who on principle abstains from all food of animal origin; a strict vegetarian.”

Queria provar, por sua própria experiência, que era possível gozar de boa saúde e ter uma vida longa alimentando-se apenas de vegetais.

*The Vegan Society* segue ativa até hoje e mantém sua publicação com uma periodicidade média de 4 edições por ano. Ao todo, somam-se mais de 300 edições.<sup>141</sup> A partir do 6º número, seu título foi abreviado para *The Vegan* e mais tarde adotou o lema “Um mundo. Muitas vidas. Nossa escolha.”<sup>142</sup> Seu website [vegansociety.com](http://vegansociety.com) disponibiliza materiais informativos sobre ética, alimentação, bastidores das indústrias de exploração animal etc. O combate à produção de laticínios segue sendo uma de suas principais bandeiras. Em 2018, a sociedade ganhou uma nova sede, que foi batizada como *Donald Watson House*.

Atualmente, existem centenas de organizações veganas em todo o mundo, sendo a *People for the Ethical Treatment of Animals* (PETA), fundada em 1980 nos Estados Unidos, a mais famosa delas. Entretanto, ao mesmo tempo em que o número de entidades defensoras dos animais se multiplicou ao longo do século XX, dando muito mais visibilidade à causa, o consumo de produtos de origem animal também aumentou significativamente. Com o crescimento populacional e o barateamento da carne, a quantidade de animais mortos diariamente para consumo humano nunca diminuiu – pelo contrário, os números são cada vez mais impressionantes.<sup>143</sup> O movimento em defesa dos animais, portanto, segue enfrentando – e certamente ainda enfrentará – desafios consideráveis. Nesse percurso, muitos outros acadêmicos, intelectuais e ativistas foram importantes para impulsionar a causa.

---

<sup>141</sup> Todas as edições da publicação foram digitalizadas e estão disponíveis on-line: [https://issuu.com/vegan\\_society](https://issuu.com/vegan_society)

<sup>142</sup> Tradução minha. Original em inglês: “One world. Many lives. Our choice.”

<sup>143</sup> Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a quantidade de bovinos, suínos e frangos abatidos por ano – somente no Brasil – aumentou de 2,2 bilhões em 1997 para 5,8 bilhões em 2019. Isto é, em um período de 22 anos, o número de animais mortos destinados à alimentação subiu em 164%. Ressalto que esses dados são referentes apenas à agropecuária e não consideram peixes ou quaisquer outros animais marinhos e tampouco outras espécies utilizadas em menor escala. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/>

## 1.2.2. Dos direitos humanos aos direitos animais

*Assim, a noção de que deveriam ser considerados os sentimentos de todos os seres sensíveis começou a atingir a opinião educada. [...] Se os homens tinham direitos, por que eles não os teriam?*

Keith Thomas<sup>144</sup>

Na década de 1960, um jovem filósofo estadunidense engajado no movimento de oposição à Guerra do Vietnã, buscou, na biblioteca de sua universidade, toda a bibliografia disponível sobre guerra e direitos humanos. Deparou-se então com a autobiografia de Gandhi, cujas ideias, naquele momento, conhecia apenas indiretamente. E foi justamente o líder indiano, através de seus escritos, quem primeiro sensibilizou o pesquisador e professor universitário Tom Regan (1938-2017) para as questões relativas aos direitos animais:

Além de seu pacifismo, Gandhi me apresentou um novo desafio, que estava diretamente relacionado aos meus hábitos de vida. Embora tenha escrito para todo e qualquer leitor, ele parecia estar se dirigindo a mim pessoalmente. Era como se ele quisesse saber como eu, Tom Regan, poderia me opor à violência desnecessária, como a da Guerra do Vietnã, quando os *humanos* são as vítimas, mas apoiar esse mesmo tipo de violência (violência desnecessária), quando as vítimas são *animais* (REGAN, 2004, p. 30-31, tradução minha).<sup>145</sup>

A perspectiva de Gandhi sinalizava uma enorme mudança de padrões para Regan. Até então, conforme relata, ele vivia como um típico cidadão norte-americano que havia internalizado o “paradigma cultural tão completamente, tão cegamente” (REGAN, 2004, p. 29, tradução minha)<sup>146</sup>. Apesar de ter convivido com cães e gatos na infância e juventude, além de ter concluído a graduação em Filosofia, Regan – como a maioria das pessoas – jamais pensara sobre os problemas inerentes às relações que estabelecemos com os animais:

Como muitos meninos da minha geração, eu adorava pescar e, embora nunca caçasse, invejava os meninos mais velhos do meu bairro que o faziam. [...] No ensino médio e superior, dissecava animais nos laboratórios de biologia de bom grado. Eu não apenas comia com entusiasmo carnes de todos os tipos e cortes, como trabalhei como açougueiro durante meus anos de faculdade. [...] Internalizei tão intensamente esse

<sup>144</sup> Do livro *O homem e o mundo natural* (THOMAS, 2010, p. 254-255).

<sup>145</sup> Original em inglês: “Beyond his pacifism, Gandhi had a novel challenge for me that went directly to the habits of my life. Though written for any and every reader, he seemed to be addressing me personally. It was as if he wanted to know how I, Tom Regan, could oppose unnecessary violence, such as the war in Vietnam, when *humans* are the victims, and support this same kind of violence (unnecessary violence), when the victims are *animals*.”

<sup>146</sup> Original em inglês: “I had internalized the cultural paradigm so completely, so blindly.”

paradigma cultural que cheguei a comprar para [minha esposa] Nancy de aniversário um estiloso chapéu de pele de *vison* (REGAN, 2004, p. 28, tradução minha).<sup>147</sup>

Regan relata que, mesmo no período em que trabalhou como açougueiro, em nenhum momento chegou perto de qualquer reflexão sobre a (i)moralidade da atividade: “Eu tinha olhos, mas não enxergava; eu tinha ouvidos, mas não ouvia” (REGAN, 2007). E seguiu assim depois que casou-se e teve filhos:

Nancy e eu éramos típicos pais americanos. [...] Eu grelhava cachorro-quente e hambúrguer no dia 4 de julho. Nancy assava um enorme peru a cada Dia de Ação de Graças. E toda a família ia ao McDonald's, ao Burger King, a zoológicos e circos [...]. Em grande medida, minhas crenças e atitudes em relação aos animais foram bastante comuns durante toda a minha juventude e início da idade adulta (REGAN, 2004, p. 29, tradução minha).<sup>148</sup>

Apesar de sua consciência crítica sobre as mazelas da sociedade – o que inclusive o levou a se opor à Guerra do Vietnã e ser um estudioso e defensor dos direitos humanos –, Regan não tivera qualquer contato com livros, artigos, ensaios sobre ética e direitos animais. Até começar a ler autobiografia de Gandhi:

Gandhi claramente estava certo sobre algumas coisas. Comer animais, comer sua carne, como eu fazia, certamente patrocinava seu abate, que era uma maneira realmente horrível e violenta de morrer [...].

Além disso, pelo que eu começava a aprender sobre nutrição, sabia que para manter minha boa saúde não necessitava de carne animal em minha dieta. Portanto, a lógica era bastante óbvia: o abate violento de animais para obter comida era desnecessário. Seria meu garfo, como napalm, uma arma de violência? Deveria me tornar vegetariano por razões éticas? [...]

Com a leitura de Gandhi, aprendi que muitas pessoas na Índia consideravam que comer vacas era algo indescritivelmente repulsivo. Percebi que me sentia da mesma maneira em relação a cães e gatos: nunca poderia comê-los. As vacas seriam tão diferentes de cães e gatos, a ponto de haver dois padrões morais, um que se aplica às vacas e outro que se aplica a cães e gatos? Os porcos seriam tão diferentes? Qualquer um dos animais que eu comia seriam tão diferentes? Essas perguntas não me

---

<sup>147</sup> Original em inglês: “Like many boys of my generation, I loved to go fishing, and though I never hunted, I envied the older boys in my neighborhood who did. [...] In high school and college, I willingly dissected animals in biology labs. And not only did I enthusiastically eat meat of every type and cut, I worked as a butcher during my college years. [...] So successfully did I internalized the cultural paradigm that I bought Nancy a stylish mink hat for her birthday.

<sup>148</sup> Original em inglês: “Nancy and I were your typical American parents. [...] I grilled hot dogs and hamburgers on the Fourth of July. Nancy roasted a big-breasted turkey every Thanksgiving. And the whole family went to McDonald's and Burger King, to zoos and circus [...].

In large measure, then, my beliefs about and attitudes toward animals were quite unremarkable throughout my youth and into young adulthood.

abandonariam. E eu já sabia as respostas antes mesmo de estar pronto para aceitá-las (REGAN, 2004, p. 31, tradução minha).<sup>149</sup>

Por causa das dificuldades iniciais em mudar seus hábitos alimentares, Regan evitou pensar no assunto durante algum tempo. Mas acabou por convencer-se de que não havia outro caminho possível. Afinal, como ele afirma, “nunca resolvemos conflitos de consciência fingindo que eles não existem” (REGAN, 2004, p. 31). O filósofo não apenas adotou a causa, como tornou-se, mais tarde, um dos mais importantes teóricos e ativistas pelos direitos animais nos Estados Unidos.

Regan concluiu seu doutorado em 1966 e no ano seguinte ingressou como docente na Universidade do Estado da Carolina do Norte (EUA), onde passou a lecionar as disciplinas de Direitos Animais e Filosofia da Libertação Animal. Durante os 34 anos em que atuou como professor e pesquisador, produziu um fértil material sobre o tema, contribuindo significativamente para a consolidação desse campo de estudos no ambiente acadêmico. O livro *The Case for Animal Rights* – publicado em 1983, indicado ao prêmio *Pulitzer* e ao *National Book Award* – foi desde o início reconhecido como um grande avanço nos fundamentos filosóficos do movimento pelos direitos animais.

Como foram sua oposição à guerra e sua defesa dos direitos humanos que lhe oportunizaram pensar a realidade dos animais a partir de outro paradigma, Regan chega a dizer que, provavelmente (e ironicamente), “nunca teria desenvolvido uma consciência sobre ética animal se os EUA não tivessem entrado em guerra” (REGAN, 2004, p. 29, tradução minha).<sup>150</sup> Seus argumentos em favor dos direitos animais são, portanto, apresentados como uma extensão lógica dos direitos humanos:

O que eu aprendi sobre direitos humanos provou ser diretamente relevante para meu pensamento sobre direitos animais. Se qualquer animal tem ou não direitos depende de uma resposta verdadeira à seguinte pergunta: os animais são sujeitos-de-uma-vida?

---

<sup>149</sup> Original em inglês: “Gandhi clearly was right about some things. Eating animals, eating their flesh, as I did, certainly supported their slaughter, a truly horrible, violent way to die [...]. Moreover, from what I had begun to learn about nutrition, I knew my good health did not require animal flesh in my diet. So the logic was fairly obvious: the violent slaughter of animals for food was unnecessary. Was my fork, like napalm, a weapon of violence? Should I become a vegetarian, for ethical reasons? [...] From my reading of Gandhi I had learned how some people in India regard eating cow as unspeakably repulsive. I realized I felt the same way about cats and dogs: I could never eat them. Were cows so different from cats and dogs that there were two moral standards, one that applies to cows, another that applies to cats and dogs? Were pigs so different? Were any of the animals I ate so different? These were the questions that I would not go away. Before I was ready to accept them, I already knew my answers.”

<sup>150</sup> Original em inglês: “In fact, I might never have grown any further in animal consciousness if America had not gone to war.”

Esta é a pergunta que precisa ser feita sobre os animais, porque esta é a pergunta que precisamos fazer sobre nós. [...]

Entre os bilhões de animais não humanos do mundo, existe algum que esteja ciente do mundo e do que lhes acontece no mundo? Se existe, o que acontece com eles importa para eles, independentemente se alguém mais se importa com isso ou não? Se algum animal satisfaz esses requisitos, ele é sujeito-de-uma-vida, então tem direitos, assim como nós. Lentamente, mas seguramente, percebi que essa é a questão que deve ser colocada acerca dos direitos animais (REGAN, 2004, p. 53, tradução minha).<sup>151</sup>

Sermos “sujeitos-de-uma-vida” é o que nos outorga direitos morais – que para Regan seria outra forma de se referir a direitos humanos. Mas como garantimos esses direitos? Assegurando que as ações de todos os indivíduos sejam orientadas conforme o que diz a famosa frase: “A liberdade de cada um termina onde começa a do outro”. Por viabilizarem a sobrevivência e convivência coletiva, os direitos morais tornam-se imprescindíveis para o funcionamento de qualquer sociedade democrática e civilizada.

Possuir direitos morais é ter um tipo de proteção que podemos imaginar como um sinal invisível dizendo: entrada proibida. O que esse sinal proíbe? Duas coisas. Primeiro, os outros não são moralmente livres para nos prejudicar; dizer isto é dizer que os outros não são livres para tirar nossas vidas ou ferir nossos corpos como bem entenderem. Segundo, os outros não são moralmente livres para interferir na nossa liberdade de escolha [...]. Em ambos os casos, o sinal de “entrada proibida” visa proteger nossos bens mais importantes (nossas vidas, nossos corpos, nossa liberdade), limitando moralmente a liberdade dos outros (REGAN, 2004, p. 38-39, tradução minha).<sup>152</sup>

Além da máxima do “respeito ao próximo”, também é central aos direitos humanos a ideia de equidade. Características individuais aleatórias não podem ser critérios para definir quem tem ou não direitos:

Direitos morais almejam igualdade. Eles são os mesmos para todos que os possuem, ainda que sejamos diferentes uns dos outros, em muitos aspectos. Isso explica porque nenhum ser humano pode ter direitos justificadamente negados por razões arbitrárias,

---

<sup>151</sup> Original em inglês: “What I had learned about human rights proved to be directly relevant to my thinking about animal rights. Whether any animals have rights depends on the true answer to one question: Are any animals subjects-of-a-life? This is the question that needs to be asked about animals because this is the question we need to ask about us. [...]”

Among the billions of nonhuman animals in the world, are there any who are aware of the world and aware of what happens to them? If there are, does what happens to them matter to them, whether anyone else cares about this or not? If any animals satisfy these requirements, they are subject-of-a-life, then they have rights just as we do. Slowly but surely I realized that this is what the question about animal rights comes to.”

<sup>152</sup> Original em inglês: “To possess moral rights is to have a kind of protection we might picture as an invisible No Trespassing sign. What does this sign prohibit? Two things. First, others are not morally free to harm us; to say this is to say that others are not free to take our lives or injure our bodies as they please. Second, others are not morally free to interfere with our free choices [...]. In both cases, the No Trespassing sign is meant to protect our most important goods (our lives, our bodies, our liberty) by morally limiting the freedom of others.”

preconceituosas ou moralmente irrelevantes. A raça seria uma dessas razões. Tentar determinar quais humanos têm direitos com base na raça é como tentar adoçar o chá adicionando sal. A raça a que pertencemos não diz nada sobre quais direitos temos. [...] Os seres humanos diferem entre si em muitos aspectos. Não há como negar isso. Ainda assim, ninguém que acredita em direitos humanos pensa que essas diferenças marcam divisões morais fundamentais. Se queremos dizer alguma coisa com a ideia de direitos humanos é que *nós os temos igualmente*. E nós os temos igualmente, independentemente de raça, sexo, crença religiosa, riqueza, inteligência, data ou local de nascimento, por exemplo (REGAN, 2004, p. 39, tradução minha).<sup>153</sup>

Todos sabemos que a raça, o sexo, a nacionalidade ou qualquer outra característica pessoal não podem ser impedimentos para conceder direitos a um indivíduo. É coerente, portanto, que o mesmo se aplique ao especismo. Para Regan – como para outros autores que o antecederam e o sucederam – a espécie seria apenas mais um critério inválido para determinar quem é afinal portador de direitos, quem tem ou não o direito de viver (e, talvez ainda mais importante, de viver com dignidade). O que tornou a abordagem de Regan ímpar, entretanto, foi sua fundamentação teórica a partir da noção de direitos humanos – que valoriza cada vida individual *per se*, divergindo nesse aspecto da abordagem utilitarista.

Em *Jaulas Vazias: encarando os desafios dos direitos animais* (2004)<sup>154</sup>, Regan apresenta os diversos caminhos possíveis para a defesa dos animais, explicitando seu posicionamento abolicionista. Pode-se dizer que a expressão “jaulas vazias”, que consta no título, é uma boa síntese de seus argumentos:

Direitos animais é uma ideia simples porque, no nível mais básico, significa apenas que os animais têm o direito de serem tratados com respeito. Mas é também uma ideia profunda porque suas implicações têm amplo alcance. [...] Quando se trata de como os humanos exploram os animais, o reconhecimento de seus direitos requer abolição, não reforma. Ser gentil com os animais não é suficiente. Evitar a crueldade não é suficiente. Não importa se os exploramos para nossa alimentação, vestuário, entretenimento ou pesquisa, a verdade dos direitos animais requer jaulas vazias, não jaulas maiores (REGAN, 2004, p. 9-10, tradução minha).<sup>155</sup>

---

<sup>153</sup> Original em inglês: “Moral rights breathe equality. They are the same for all who have them, differ though we do in many ways. This explains why no human being can justifiably be denied rights for arbitrary, prejudicial, or morally irrelevant reasons. Race is such reason. To attempt to determine which humans have rights on the basis of race is like trying to sweeten tea by adding salt. What race we are tells us nothing about what rights we have. [...] Humans differ in many ways. There is no denying that. Still, no one who believes in human rights thinks these differences mark fundamental moral divisions. If we mean anything by the idea of human rights, we mean that we *have them equally*. And we have them equally regardless our race, gender, religious belief, comparative wealth, intelligence, or date or place of birth, for example.”

<sup>154</sup> *Jaulas vazias* é, até hoje, o único livro de Regan que foi traduzido para o português e publicado no Brasil. Lançado em 2006, teve sua edição esgotada nos anos seguintes e não chegou a ser reeditado ou reimpresso desde então.

<sup>155</sup> Original em inglês: “Animal rights is a simple idea because, at the most basic level, it means only that animals have a right to be treated with respect. It is a profound idea because its implications are far-reaching. [...] When it comes to how humans exploit animals, recognition of their rights requires abolition, not reform. Being kind to

Para o filósofo, mesmo quando o uso de animais possa gerar benefícios para os humanos – como às vezes é o caso da experimentação científica, por exemplo –, não devemos fazê-lo, assim como não o faríamos com humanos: “Os benefícios que outras pessoas obtêm ao violar os direitos de alguém nunca justificam a violação desses direitos” (REGAN, 2004, p. 40, tradução minha).<sup>156</sup> A dificuldade que temos em compreender essas questões deve-se, primeiramente, ao fato de que somos condicionados, desde que nascemos, a considerar muitos animais como meras *commodities* – a própria experiência pessoal de Regan explicita isso.

Para a maioria de nós, nossa compreensão inicial sobre os animais é “de segunda mão”. Aculturados com eficácia, nós internalizamos, acriticamente, o paradigma cultural. Vemos os animais como nossa cultura os vê. Como o paradigma da cultura americana em particular, e da cultura ocidental em geral, vê os outros animais como seres que existem para nós, não tendo outro propósito para estar no mundo a não ser atender as necessidades ou satisfazer os desejos humanos, também os vemos assim. Desse modo, os porcos, por exemplo, cumprem seu objetivo quando acabam como presunto a serem comidos no almoço entre duas fatias de pão (REGAN, 2004, p. 23, tradução minha).<sup>157</sup>

Além da cultura, Regan também aponta outros obstáculos para a libertação animal. Os mais preocupantes para ele seriam a mídia – “uma barreira contra o debate honesto sobre direitos animais” (REGAN, 2004, p. 11, tradução minha)<sup>158</sup> – e os representantes das indústrias de exploração animal. Atuando em conjunto, ambos deturpam reiteradamente a imagem dos defensores dos animais e a própria ideia de direito animal em si:

Desde 1989, um fluxo constante de *press releases*, memorandos, mensagens por e-mail, entrevistas coletivas à imprensa e uma miscelânea de *websites* condenando os “extremistas” dos direitos animais e elogiando os “sensatos” bem-estabilistas tem jorrado, da AMA [*American Medical Association*] e de escritórios de relações públicas da indústria de pesquisa biomédica, diretamente para as mãos de repórteres, editores e diretores de jornais (REGAN, 2004, p. 12, tradução minha).<sup>159</sup>

---

animal is not enough. Avoiding cruelty is not enough. Whether we exploit animals to eat, to wear, to entertain us, or to learn, the truth of animal rights requires empty cages, not larger cages.”

<sup>156</sup> Original em inglês: “The benefits others derive from violating someone’s rights never justifies violating them.”

<sup>157</sup> Original em inglês: “For most ARAs, our initial understanding of animals is a hand-me-down understanding. Successfully acculturated, we uncritically internalize the cultural paradigm. We see animals as our culture sees them. Because the paradigm in American culture in particular, and Western culture in general, sees other animals as existing for us, having no other purpose for being in the world than to serve human needs or satisfy human desires, we see them that way too. Thus it is that pigs, for example, fulfill their purpose when they end up as lunchmeat between two slices of bread.”

<sup>158</sup> Original em inglês: “One barrier to fair discussion of animal rights is the media.”

<sup>159</sup> Original em inglês: “Since 1989, a steady stream of press releases, memos, e-mail messages, press conferences, and website miscellany, denouncing ARA extremists and lauding reasonable animal welfarists, has flowed from the AMA’s and other biomedical research industry’s public relations offices straight into the hands of reporters, news directors, and editors.”

O paradigma especista, segundo Regan, apenas se sustenta porque tem amplo apoio dos meios de comunicação – de forma geral – e dos veículos jornalísticos – em particular. Em virtude do enorme empenho das assessorias de imprensa das indústrias de exploração animal, os ativistas costumam ser apresentados de forma estereotipada, como “extremistas”, “radicais”, “estranhos” e até “terroristas”. Enquanto os representantes da indústria como “sensatos” e “equilibrados”. Como “quem paga” acaba por ter grande influência no conteúdo editorial, esse tipo de cobertura enviesada frequentemente é o *modus operandi* – mesmo que não seja intencional – da cobertura midiática de um grande número de assuntos. A publicidade também tem um peso decisivo não apenas no *que* é noticiado como também em *como* é noticiado:

Precisamos mencionar que entre os maiores anunciantes da imprensa estão as principais indústrias que usam animais, com fortes interesses econômicos? [...] Podemos realmente pensar, quando pensamos sobre isso objetivamente, que a disputa por uma matéria justa e imparcial sobre o "mais recente avanço médico usando animais" é equilibrada? (REGAN, 2004, p. 13, tradução minha).<sup>160</sup>

Como muitos autores que se dedicam ao tema, Regan faz o que a maioria dos veículos jornalísticos não fazem: descreve todo o processo de abate de animais para produção de carnes, ovos, leite, couro e peles. Também mostra como são tratados os bichos utilizados para entretenimento – circo, rodeios, zoológicos, brigas de galo, touradas – e para experimentos científicos. Ao apresentar as tantas formas de crueldade a que milhares de animais são submetidos diariamente, Regan também demonstra que esse mercado de exploração se mantém pelo lucro que gera. Como já foi dito, esses atores têm enorme poder econômico e político para influenciar o que circula nos meios de comunicação e na opinião pública de cada época e lugar. Portanto, a questão econômica – e conseqüentemente política – acaba por ser muito mais decisiva na manutenção da exploração animal do que o “hábito”, a “cultura”, a “tradição”.

Em seus escritos, o filósofo também contra-argumenta e esclarece as objeções que são frequentemente usadas contra os defensores dos direitos animais. Sobre a alegação, por exemplo, de que “devemos primeiro resolver todos os problemas humanos para somente depois pensar os problemas dos animais”, ele afirma:

A situação que encaramos não é ou ajudar os humanos ou ajudar os animais. Podemos fazer as duas coisas. Por exemplo, podemos devotar muito de nosso tempo e dinheiro

---

<sup>160</sup> Original em inglês: “Should we mention that among the newspaper's biggest advertisers are major animal user industries, including economically powerful interests? [...] Can we really think, when we think about it objectively, that the odds of an impartial, fair story about the "latest medical breakthrough using animals" are even-stein?”

para ajudar a melhorar a saúde e as condições de vida de pessoas vivendo na pobreza, e ao mesmo tempo ajudar os animais não comendo sua carne nem usando suas peles (REGAN, 2007).

O autor também aborda os vários fatores que levam algumas pessoas a compreenderem a causa, apoiarem a luta pelos direitos animais, mas ainda assim não mudarem seus hábitos. Além da dificuldade de abdicar da carne e de outros alimentos que consumiram ao longo de toda a vida, muitos pensam que qualquer coisa que façam para combater a exploração animal no fim das contas “não vai fazer diferença”.

Os direitos animais crescerão lentamente, dependendo de escolhas individuais feitas por pessoas individuais. Essa revolução moral será empreendida de pessoa para pessoa até atingir um certo ponto, e as mudanças se multiplicarão rapidamente e com grande intensidade. A esta altura, o movimento está no processo de construção de uma massa crítica. Se pudermos sustentá-la e construir sobre essa massa crítica, mudanças fundamentais poderão e irão ocorrer (REGAN, 2007).

Para Regan, tornar-se vegano seria uma consequência natural da compreensão de que “o reconhecimento dos direitos dos animais é só uma extensão lógica do reconhecimento dos direitos humanos” (REGAN, 2007). Até o fim da vida, ele esforçou-se continuamente – como pesquisador, professor, filósofo e ativista – para difundir a urgência da abolição da exploração animal. Regan aposentou-se em 2001, com o título de Professor Emérito. A Universidade do Estado da Carolina do Norte mantém, em sua homenagem, um amplo arquivo bibliográfico sobre direitos animais e bem-estar animal. Nele consta uma seção dedicada ao autor – *Tom Regan Papers* – que inclui, além de todos os livros e artigos que publicou, suas correspondências, registros de palestras e conferências, rascunhos, notas, notícias, material audiovisual. O filósofo morreu em 2017, aos 78 anos, de pneumonia.

### 1.2.3. Um panfleto contra o especismo

*Os preconceitos comumente cavalgam em algum tipo de argumentação racional – por mais fraca e arbitrária que ela possa ser. De fato, mesmo as pessoas bastante dogmáticas tendem a ter algum tipo de razão, possivelmente muito crua, em apoio a seus dogmas (os preconceitos racistas, sexistas, classistas e de casta são desse tipo, entre outros tipos de intolerância baseada em argumentações grosseiras). A desrazão em geral não consiste na prática de dispensar completamente a razão, mas de contar com uma argumentação racional bastante primitiva e falha. Resta, porém, esperança nela porque uma má argumentação pode ser defrontada por uma argumentação melhor.*

Amartya Sen<sup>161</sup>

No mesmo período em que Regan atuava no movimento antiguerra nos EUA, o psicólogo e pesquisador britânico Richard D. Ryder (1940-) dedicava-se, sobretudo, à psicologia experimental, área em que havia recém graduado na Universidade de Cambridge (Inglaterra). Fazia pesquisas de comportamento animal em laboratórios de instituições de ensino e de um hospital psiquiátrico. Os experimentos que realizava envolviam, sobretudo, chimpanzés e cachorros.

Em 1969, Ryder teve contato com um grupo de intelectuais da Universidade de Oxford que vinham discutindo os conceitos de direito animal e libertação animal. O pesquisador começou então a questionar sua atividade profissional, refletindo sobre a legitimidade do uso de animais em laboratórios. Concluiu que aquela não era uma prática justa e decidiu, a partir daí, posicionar-se contra o uso generalizado de cobaias. Uma de suas iniciativas foi publicar cartas nos jornais locais criticando os experimentos em laboratórios a partir de seu próprio conhecimento teórico e prático. Ryder também participou de protestos contra a caça e de encontros de ativistas pelos direitos animais. Em 1970, quando pensava sobre o tema de forma despreziosa, surgiu-lhe a noção de “especismo”:

As revoluções dos anos 1960 contra o racismo, o sexismo e o classismo quase deixaram de fora os animais. Isso me preocupava. A ética e a política daquela época simplesmente negligenciavam totalmente os não-humanos. Todos pareciam estar preocupados em reduzir os preconceitos apenas contra os seres humanos. Ninguém ouvira falar de Darwin? Eu também odiava o racismo, o sexismo e o classismo, mas por que deveríamos parar por aí? Como cientista que atuava em hospital eu acreditava que centenas de outras espécies de animais sofriam por medo, dor e angústia tanto quanto eu sofria. Algo precisava ser feito sobre isso. Precisávamos traçar o paralelo entre a condição das outras espécies e a nossa própria. Um dia em 1970, deitado na

---

<sup>161</sup> Do livro *Uma ideia de justiça* (SEN, 2011, p. 20).

minha banheira, de repente me veio à mente: ESPECISMO! (RYDER, 2010, p. 1, tradução minha).<sup>162</sup>

Ryder resolveu então escrever um panfleto para criticar o uso indiscriminado de animais e divulgar o conceito de “especismo”, que acabara de inventar.<sup>163</sup> Ele mesmo imprimiu e distribuiu o material em Oxford e arredores, onde residia. Como não obteve nenhuma resposta, decidiu reimprimi-lo, mas dessa vez adicionou ao texto “uma ilustração de um pobre chimpanzé infectado com sífilis em experimentos” (RYDER, 2010, p. 1, tradução minha)<sup>164</sup> e pediu a um amigo, professor universitário, para também assinar o panfleto, pois assim seria mais fácil fazê-lo circular no ambiente acadêmico. Nessa segunda tentativa, o resultado foi melhor: “Dessa vez tive algumas respostas. Uma delas foi de um jovem filósofo australiano, chamado Peter Singer, que em poucos meses entrou em contato comigo. Muita coisa aconteceu desde então” (RYDER, 2010, p. 1, tradução minha).<sup>165</sup>

Posteriormente, o próprio Singer afirmou ter sido bastante impactado pelas ideias expostas naquele breve texto de Ryder. Em 1975, quando publicou o clássico *Libertação Animal*, Singer utilizou o conceito de especismo exatamente como havia sido proposto por Ryder em 1970. Esse panfleto foi reproduzido 40 anos depois em uma revista acadêmica:

Desde Darwin, os cientistas concordam que não há, no âmbito biológico, uma diferença essencial, "mágica", entre humanos e outros animais. Por que, então, fazemos uma distinção quase total, no âmbito moral? Se todos os organismos estão em um *continuum*, em termos físicos, então também devemos estar em um mesmo *continuum* moral. [...] Cerca de 5.000.000 de animais de laboratório, cada vez mais e mais primatas como nós, são mortos a cada ano apenas no Reino Unido. E esses números já estão ficando fora de controle. [...] Se assumirmos que o sofrimento é uma função do sistema nervoso central, então é ilógico argumentar que outros animais não sofrem de maneira semelhante a nós – é precisamente porque alguns animais têm sistemas nervosos tão semelhantes aos nossos que eles são tão extensivamente estudados.

Os únicos argumentos a favor de experimentos dolorosos em animais são: 1) que o avanço do conhecimento justifica todos os males – será? 2) que possíveis benefícios

---

<sup>162</sup> Original em inglês: “The 1960s revolutions against racism, sexism and classism nearly missed out the animals. This worried me. Ethics and politics at the time simply overlooked the nonhumans entirely. Everyone seemed to be just preoccupied with reducing the prejudices against humans. Hadn’t they heard of Darwin? I hated racism, sexism and classism, too, but why stop there? As a hospital scientist I believed that hundreds of other species of animals suffer fear, pain and distress much as I did. Something had to be done about it. We needed to draw the parallel between the plight of the other species and our own. One day in 1970, lying in my bath at the old Sunningwell Manor, near Oxford, it suddenly came to me: SPECIESISM!”

<sup>163</sup> Alguns pesquisadores indicam que, antes de Ryder, outros estudiosos já haviam trabalhado com a ideia do especismo, apesar de não terem cunhado a palavra. Entretanto, ainda assim é mérito de Ryder a criação e posterior propagação do termo.

<sup>164</sup> Original em inglês: “[...] an illustration of a poor little chimpanzee experimentally infected with syphilis.”

<sup>165</sup> Original em inglês: “This time I had some replies. One of the recipients was a young Australian philosopher called Peter Singer. Within months he was in touch with me. A lot has happened since then.”

para nossa própria espécie justificam os maus-tratos de outras espécies – esse poderia ser um argumento bastante forte quando utilizado para experimentos onde as chances de sofrimento são mínimas e a probabilidade de ajudar a medicina é grande. Mas ainda assim é "especismo" e, como tal, é muito mais um argumento egoísta, emocional, do que racional. Se acreditamos que é errado infligir sofrimento a animais humanos inocentes, então é lógico, em termos filogênicos, estender nossa preocupação quanto aos direitos elementares também aos animais não humanos (Ryder, 2010, p. 1, tradução minha).<sup>166</sup>

No início da década de 1970, Ryder passou a integrar a *Royal Society for the Prevention of Cruelty to Animals* (RSPCA). Em 1977, tornou-se presidente dessa Sociedade, permanecendo no cargo até 1979. Singer (1998, p. 84, tradução minha) relata que, “sob sua liderança, a RSPCA se opôs pela primeira vez à caça de raposas e começou a assumir posições mais firmes a respeito de todos os aspectos do sofrimento animal institucionalizado”.<sup>167</sup> Em 1975, Ryder publicou o livro *Victims of Science: the use of animals in research*; em 1977, organizou a primeira conferência acadêmica sobre ética e direitos animais, no Trinity College, em Cambridge, cujo resultado foi a publicação da *Declaração contra o Especismo*, assinada por 130 pessoas – entre “filósofos, políticos, cientistas, líderes religiosos, escritores e ativistas” (SINGER, 1998, p. 84, tradução minha)<sup>168</sup>.

Cada vez mais envolvido com a causa, Ryder passou a ser frequentemente convidado a dar entrevistas, aproveitando essas ocasiões para divulgar o significado do termo especismo<sup>169</sup>, sempre reiterando a pertinência de levá-lo tão a sério quanto todas as outras formas de discriminação social. Em entrevista para o documentário *The Superior Human?*

---

<sup>166</sup> Original em inglês: “Since Darwin, scientists have agreed that there is no ‘magical’ essential difference between human and other animals, biologically-speaking. Why then do we make an almost total distinction morally? If all organisms are on one physical *continuum*, then we should also be on the same moral *continuum*. [...] About 5,000,000 laboratory animals, more and more of them Primates like ourselves, are killed every year in the UK alone, and numbers are now escalating out of control. [...] If we assume that suffering is a function of the nervous system then it is illogical to argue that other animals do not suffer in a similar way to ourselves – it is precisely because some other animals have nervous systems so like our own that they are so extensively studied. The only arguments in favour of painful experiments on animals are: 1) that the advancement of knowledge justifies all evils – well does it? 2) that possible benefits for our own species justify mistreatment of other species – this may be a fairly strong argument when it applies to experiments where the chances of suffering are minimal and the probability of aiding applied medicine is great, but even so it is still just ‘speciesism’, and as such it is a selfish emotional argument rather than a reasoned one. If we believe it is wrong to inflict suffering upon innocent human animals then it is only logical, phylogenically-speaking, to extend our concern about elementary rights to the nonhuman animals as well.”

<sup>167</sup> Original em inglês: “Under his leadership, the RSPCA for the first time opposed foxhunting and began taking stronger positions on every aspects of institutionalized animal suffering.”

<sup>168</sup> Original em inglês: “[...] philosophers, politicians, scientists, ministers of religion, writers, and animal activists.”

<sup>169</sup> Desde 1985, a palavra “speciesism” já constava em dicionários de língua inglesa, como é o caso do *Oxford English Dictionary*.

(2012), Ryder mais uma vez atenta para nossa proximidade biológica com os animais e para a urgência em se considerar moralmente sua capacidade de sofrer:

Estamos todos relacionados, todas as espécies estão relacionadas biologicamente e através da evolução. Em vez de tratar as outras espécies como objetos, devemos tratá-las como nossos primos evolucionários, como nossos parentes. Devemos parar de explorá-los em laboratórios, em fazendas industriais, na natureza e outros lugares. Desde que Charles Darwin nos disse que somos todos animais e estamos todos relacionados através da evolução, eu percebi que o especismo é um tipo de preconceito estúpido e antiquado. Nós realmente ainda não tiramos as apropriadas conclusões morais disso. [...]

E de fato há uma similaridade moral entre o especismo e a escravidão. [...] Há evidências científicas crescentes de que os outros animais sofrem dor, têm sistemas nervosos semelhantes ao nosso, têm no cérebro bioquímicos associados à experiência da dor similares aos nossos. Assim, podemos ter certeza de que eles experimentam dor e angústia da mesma maneira que nós mesmos. [...] Por isso, não importa de que espécie somos, assim como não importa de qual raça ou gênero somos, a dor é a mesma. Portanto, todos devemos ter o mesmo tipo de respeito em termos morais.

Algumas pessoas argumentam que, porque os seres humanos supostamente são mais inteligentes, ou mais religiosos, ou mais independentes ou autônomos que algumas outras espécies, isso, portanto, nos daria alguma superioridade moral. Bem, eu argumento que todas essas alegadas diferenças – que provavelmente são exageradas de qualquer forma – são moralmente irrelevantes. Elas não são relevantes para a moralidade. O que importa é que todos nós sofremos. Jeremy Bentham disse isso. [...] O sofrimento é o critério realmente importante para a moralidade – e não a inteligência de alguém. Nós não concedemos direitos “extras”, “especiais”, aos professores porque eles são inteligentes; ou aos sacerdotes, porque eles são muito religiosos. Nós não desejamos que isso aconteça dentro da nossa sociedade. Então, por que fazemos isso do outro lado da barreira das espécies, dando a nós mesmos mais privilégios morais, mais direitos do que às outras espécies? Somente porque parecemos ser um pouco mais inteligentes? Isso não faz sentido (RYDER, 2012, tradução minha).<sup>170</sup>

Os fundamentos teóricos de Ryder não são, de forma alguma, inéditos. Sua abordagem é muito semelhante à que já havia sido apresentada por Bentham, Primatt, Montaigne, entre

---

<sup>170</sup> Original em inglês: “We are all related, all species are related biologically, and through evolution and instead of treating the other species like objects, we should be treating them as our evolutionary cousins, as our kindred. We should stop exploiting them in laboratories, in factory farms, in the wild and elsewhere. I felt that speciesism was a unintelligent out of date sort of prejudice, since Charles Darwin came along and told us that we are all animals and we’re all related through evolution. We haven’t really drawn the proper moral conclusions from that. [...] And indeed there is a moral similarity between speciesism and slavery [...], and there’s growing scientific evidence that other animals do suffer pain, they have similar nervous systems to ourselves, they have similar biochemicals in the brain associated with the experience of pain in ourselves. So we can be fairly sure that they do experience pain and distress in the same sort of the way that we do. So it doesn’t matter what species we’re from any more that it matters what race or gender you’re from, the pain is the same. So we should all have the same sort of respect morally speaking. Some people argue that because human beings allegedly are more intelligent, or more religious, or more independent or autonomous that some of the other species, that therefore this gives us some moral superiority. Well, I argue that all these alleged differences, which are probably exaggerated anyway... all these alleged differences are morally irrelevant. They aren’t relevant to the moral situation at all. The important thing is that we all suffer pain. Jeremy Bentham said this. [...] Suffering is really the important criterion for morality, not somebody’s intelligence. I mean, we don’t give special extra rights to professors because they are intelligent, or to priests, because they are very religious. We wouldn’t want that to happen within our own society. So why do we do it across the species barrier, allegedly giving us more moral privileges, more rights than the other species, merely because we seem to be a bit more intelligent. It doesn’t make sense.”

outros. Entretanto, ao cunhar um conceito, Ryder contribuiu para a ampla disseminação do entendimento de que discriminar – e conseqüentemente explorar – alguém por sua espécie seria equivalente a discriminar alguém pela cor de sua pele, seu gênero, sua classe social, sua religião, sua nacionalidade. O especismo, portanto, é análogo a todas as outras formas de preconceito, pois está baseado em diferenças individuais moralmente irrelevantes.

#### 1.2.4. Surge um clássico

*Cerca de trinta anos atrás certamente teria sido assim, todas as vacas do lugar teriam um nome. [...] Mas a aldeia se tornou uma grande usina cooperativa e as vacas passam a vida em dois metros quadrados de estábulo. Não têm mais nome e não passam de “machine animatae”. O mundo deu razão a Descartes.*

Milan Kundera<sup>171</sup>

Quando o filósofo australiano Peter Singer publicou *Libertação Animal*, em 1975, o movimento contra a exploração animal viveu um *boom*. Pode-se dizer que, pela primeira vez, as argumentações em defesa dos animais transpuseram os muros da academia e os círculos de ativistas, alcançando um público significativamente mais amplo e diversificado. O livro – que apresenta ideias ousadas e desafia diretamente o *status quo* – foi um sucesso imediato. Nos anos seguintes, foi traduzido para 16 línguas, inclusive japonês, chinês e coreano – como o próprio autor gosta de salientar.

A ideia de escrever um livro surgiu após Singer publicar, em 5 de abril de 1973, uma resenha no *The New York Review of Books* sobre o recém lançado *Animals, Men and Morals*. Tratava-se de uma coletânea de artigos organizada pelos filósofos Stanley Godlovitch, Roslind Godlovitch e John Harris.<sup>172</sup> *Libertação Animal* era o título da resenha e também constava na capa da revista, como manchete principal. Segundo Singer, essa foi a primeira vez que a expressão apareceu na imprensa americana. O texto relacionava a libertação dos animais com outros movimentos bastante populares na época – como a libertação dos negros e das mulheres –, classificando *Animals, Men and Morals* como um “manifesto pela libertação animal”:

<sup>171</sup> Do livro *A insustentável leveza do ser* (KUNDERA, 2017, p. 309).

<sup>172</sup> Os três filósofos eram membros do grupo de pesquisa da Universidade de Oxford (Inglaterra) que ficou conhecido como *Grupo de Oxford*, já mencionado aqui. Formado na década de 1960 para discutir filosofia e direitos animais, era composto majoritariamente por estudantes de pós-graduação. Entre os autores da coletânea estavam Richard Ryder e Ruth Harrison.

Independentemente de esses autores, como indivíduos, concordarem ou não que estejam inaugurando um movimento de libertação para os animais, o livro como um todo equivale a nada menos do que isso. É uma demanda por uma mudança completa em nossas atitudes em relação aos não humanos. É uma reivindicação para que deixemos de considerar a exploração de outras espécies como algo natural e inevitável – em vez disso, devemos vê-la como um ultraje moral contínuo (SINGER, 1973, tradução minha).<sup>173</sup>

Ali estavam presentes várias das ideias que seriam exploradas extensamente em seu livro dois anos depois, quando o discurso de Singer fez-se ainda mais enfático. O primeiro parágrafo do prefácio de *Libertação Animal* atenta para a urgência do tema:

Este livro trata da tirania de animais humanos sobre animais não humanos. Essa tirania causou e ainda causa dor e sofrimento apenas comparáveis aos que resultaram de séculos de violência de seres humanos brancos sobre seres humanos negros. A luta contra ela é tão importante quanto outras disputas morais e sociais travadas em anos recentes (SINGER, 2010, p. 433).

A argumentação de Singer é muito consistente, repleta de subsídios filosóficos para a defesa dos animais. Entretanto, por ser uma abordagem ainda pouco familiar para a maioria das pessoas – pela falta de acesso a informações e de oportunidades para uma reflexão séria sobre o assunto –, ele adverte que suas afirmações talvez causem estranheza à primeira vista: “A maioria dos leitores considerará um exagero o que acabou de ler. Há cinco anos, eu mesmo teria rido das afirmações que agora faço com seriedade. Cinco anos atrás, não sabia o que sei hoje” (SINGER, 2010, p. 433).

Na sequência, o autor esclarece que os motivos que levam um filósofo ou um ativista a se engajar na luta em defesa dos animais não está necessariamente relacionado ao “amor” que sentem pelos bichos – como geralmente crê o senso comum. Singer e sua esposa não tinham proximidade afetiva com indivíduos de outras espécies: “Nenhum de nós jamais fora um ardoroso fã de cães, gatos ou cavalos, da maneira como muitos o são. Não ‘adorávamos’ animais. Simplesmente desejávamos que fossem tratados como seres sencientes e independentes, e não como meios para fins humanos” (SINGER, 2010, p. 434). Isto é, o respeito pelos animais não envolve “gostos” ou “preferências pessoais”, mas sim ética e justiça.

No cerne de seu livro está a noção de “que o princípio moral básico da igual consideração de interesses não é, arbitrariamente, restrito a membros da nossa espécie”

---

<sup>173</sup> Original em inglês: “Whether or not these people, as individuals, would all agree that they are launching a liberation movement for animals, the book as a whole amounts to no less. It is a demand for a complete change in our attitudes to nonhumans. It is a demand that we cease to regard the exploitation of other species as natural and inevitable, and that, instead, we see it as a continuing moral outrage.”

(SINGER, 2010, p. 434). Para o autor, essa ideia deve ser encarada com seriedade, por mais que suscite difíceis e, por vezes, “inconvenientes” dilemas morais:

Retratar os que protestam contra a crueldade em relação aos animais como sentimentais e emotivos “apaixonados por animais” teve o efeito de excluir do sério debate político e moral o problema do tratamento dado por seres humanos a não humanos. É fácil compreender por que fazemos isso. Se déssemos a devida consideração ao assunto [...], poderíamos sentir-nos pouco à vontade com sanduíches de presunto, carne assada, frango frito e todos os ingredientes de nossa dieta, nos quais preferimos não pensar como sendo de animais mortos (SINGER, 2010, p. 435).

Singer (2010, p. 435) afirma que uma reflexão “atenta, cuidadosa e sistemática” sobre nossa relação com os não humanos “vai revelando os preconceitos ocultos por nossas atitudes e por nossos comportamentos”. Esse é o caminho de qualquer movimento emancipatório: identificar injustiças, para então combatê-las.

Se aprendemos algo com os movimentos por libertação, foi a dificuldade de perceber os preconceitos latentes em nossas atitudes em relação a grupos específicos até que esses preconceitos nos sejam apontados.

Um movimento pela libertação exige a expansão de nossos horizontes morais. Práticas antes consideradas naturais e inevitáveis passam a ser vistas como resultado de um preconceito injustificável. Quem pode afirmar, com alguma segurança, que nenhuma de suas atitudes e práticas pode ser legitimamente questionada? Se não quisermos ser incluídos entre os opressores, temos de repensar todas as nossas atitudes em relação a outros grupos, inclusive a mais fundamental. Devemos considerá-las do ponto de vista dos que sofrem em consequência delas e das práticas que as seguem. Se pudermos realizar essa mudança mental, à qual não estamos acostumados, poderemos descobrir um padrão, em nossas atitudes e práticas, que opera para beneficiar um grupo – em geral aquele ao qual pertencemos – às expensas de outro. Passaríamos, então, a perceber os argumentos que justificam um novo movimento pela libertação (SINGER, 2010, p. 436-437).

Entretanto, no caso da luta pelas demais espécies, o autor aponta as evidentes desvantagens em relação a outros movimentos por libertação:

A primeira e mais evidente [desvantagem] é o fato de que os membros do grupo explorado não podem, eles mesmos, protestar de maneira organizada contra o tratamento que recebem. [...] Nós é que temos de falar em nome dos que não podem falar. [...] Quanto menos um grupo for capaz de se defender e de se organizar contra a opressão, tanto mais facilmente será oprimido.

Ainda mais significativo para o futuro do movimento pela libertação animal é o fato de que quase todos os elementos do grupo opressor estão diretamente envolvidos com a opressão e consideram-se por ela beneficiados. [...] Pessoas que comem pedaços de não humanos abatidos todos os dias têm dificuldade de acreditar que estão cometendo um erro. Acham, inclusive, difícil imaginar o que mais poderiam comer. Quanto a isso, todos os que comem carne são parte interessada. Beneficiam-se [...] da atual negligência em relação aos interesses dos animais não humanos. Isso torna a persuasão ainda mais difícil (SINGER, 2010, p. 437-438).

O hábito seria, portanto, uma grande barreira a ser enfrentada no combate ao especismo – “hábitos não apenas alimentares, mas também de pensamento e de linguagem precisam ser contestados e alterados” (SINGER, 2010, p. 438). O conceito de especismo é central na linha de argumentação de Singer. Ele expõe “o domínio dos animais humanos sobre outros animais”, explicitando “como destacados pensadores ocidentais, em diferentes períodos, formularam e defenderam as atitudes especistas que herdamos” (SINGER, 2010, p. 269).

Quando uma atitude está tão profundamente arraigada em nosso modo de pensar que a tomamos como verdade inquestionável, um sério e consistente desafio a ela corre o risco de cair no ridículo. Mas podemos abalar a complacência com que é mantida através de um ataque frontal. [...] Uma estratégia alternativa é minar a plausibilidade da atitude prevalecente, revelando suas origens históricas (SINGER, 2010, p. 270).

Ao longo do livro, Singer empreende esforços nessas duas direções: faz um “ataque frontal” ao especismo e explicita suas origens históricas. O primeiro capítulo – com o extenso título *Todos os animais são iguais... ou por que o princípio ético no qual se baseia a igualdade humana exige que se estenda a mesma consideração aos animais* – expõe o raciocínio filosófico que fundamenta a noção de igual consideração de interesses.

A defesa da igualdade não depende da inteligência, da capacidade moral, da força física ou de outros fatos similares. A igualdade é uma ideia moral, não é a afirmação de um fato. [...] O princípio da igualdade dos seres humanos não é a descrição de uma suposta igualdade de fato existente entre seres humanos: é a prescrição de como devemos tratar seres humanos. [...] Os interesses de cada ser afetado por uma ação devem ser levados em conta e receber o mesmo peso que os interesses semelhantes de qualquer outro ser (SINGER, 2010, p. 8-9).

Mesmo que cada indivíduo tenha demandas específicas – as de um bebê certamente são diferentes das de um ser humano adulto ou um idoso, por exemplo –, algumas necessidades são comuns a todos, como a integridade física, o bem-estar e a preservação da vida. Para Singer, essas exigências não devem ser negligenciadas, independentemente do quão diferentes possam ser as características individuais de cada um.

Uma das implicações desse princípio de igualdade é que nosso interesse pelos outros e nossa prontidão em considerar seus interesses não devem depender da aparência ou das capacidades que possam ter. [...] O elemento básico [...] deve, de acordo com o princípio da igualdade, ser estendido a todos os seres, negros ou brancos, do sexo masculino ou feminino, humanos ou não humanos (SINGER, 2010, p. 9-10).

Como sabemos, a sensibilidade – a “capacidade de sentir dor ou prazer” – é um atributo de milhares de outras espécies animais, não apenas da nossa. “Se um ser sofre”, argumenta

Singer (2010, p. 14), “não pode haver justificativa moral para deixar de levar em conta esse sofrimento. [...] O princípio da igualdade requer que seu sofrimento seja considerado da mesma maneira como o são os sofrimentos semelhantes [...] de qualquer outro ser”. Para sustentar seu raciocínio, o autor faz novamente uma analogia entre as diferentes formas de preconceito:

Os racistas violam o princípio da igualdade para conferir mais peso aos interesses de membros de sua etnia quando há um conflito entre os próprios interesses e os daqueles que pertencem a outras etnias. Os sexistas violam o princípio da igualdade ao favorecer os interesses do próprio sexo. Analogamente, os especistas permitem que os interesses de sua espécie se sobreponham aos interesses maiores de membros de outras espécies. O padrão é idêntico em todos os casos.  
A maioria dos seres humanos é especista. [...] Tomam parte ativa, concordam e permitem que seus impostos paguem práticas que exigem o sacrifício dos interesses mais importantes de membros de outras espécies a fim de promover os interesses mais triviais da própria espécie (SINGER, 2010, p. 15).

Todo ser humano já teve algum tipo de contato com animais de outras espécies. E muitos de nós convivemos diariamente com cachorros, gatos e outros bichos que nos fazem companhia – em vários casos, eles são parte da nossa família. Portanto, concordamos, por experiência própria, que todos esses seres sofrem. Se também concordarmos com Singer (2010, p. 27) que “a dor e o sofrimento são, em si, ruins e devem ser evitados ou minimizados, independentemente da etnia, do sexo ou da espécie do ser que sofre”, somos obrigados a admitir que estamos praticando uma forma de preconceito. Afinal, “dor é dor, sejam quais forem as demais capacidades que o ser tenha, além daquela de sofrer” (SINGER, 2010, p. 32).

Enquanto seguirmos consumindo alimentos e outros produtos de origem animal, usando as diferentes partes de seus corpos como “ingredientes”, “materiais”, “recursos”, estaremos sobrepondo interesses secundários de nossa espécie ao interesse maior à vida e ao não sofrimento das demais espécies. “O que precisamos fazer”, afirma Singer (2010, p. 31-32), “é trazer os animais para a esfera das nossas preocupações morais e parar de tratar a vida deles como descartável, utilizando-a para propósitos vulgares.”

O segundo capítulo do livro – *Instrumentos de pesquisa... como seus impostos são utilizados* – aborda a realidade dos animais usados em experimentos científicos. Após descrever minuciosamente os procedimentos extremamente dolorosos a que são submetidos os tais “animais de laboratório”, o autor ressalta: “O que mais perturba [...] é que apesar do sofrimento vivenciado pelos animais, os resultados obtidos, mesmo como relatados pelos próprios experimentadores, são triviais, óbvios ou sem sentido” (SINGER, 2010, p. 73).

Por sermos iguais em muitos aspectos e, ao mesmo tempo, diferentes em vários outros, a maior parte dos testes em animais são ineficazes e não trazem soluções proveitosas para

humanos. “Mais e mais cientistas”, aponta Singer (2010, p. 130), “percebem que a experimentação em animais, na verdade, impede o avanço de nossa compreensão das doenças em seres humanos e sua cura”. Portanto, é prioritariamente por questões políticas e econômicas – e não científicas e tecnológicas – que os experimentos seguem sendo realizados massivamente, apesar dos tantos danos que causam.

O dilema central do pesquisador se impõe de modo especialmente agudo na psicologia: ou o animal não é como nós e, por isso, não há porque fazer o experimento, ou o animal é como nós e, nesse caso, não deveríamos realizar nele um experimento que seria considerado ultrajante se executado em um de nós (SINGER, 2010, p. 77).

Pesquisas com animais em universidades, centros de investigação e laboratórios farmacêuticos acabam funcionando numa espécie de “círculo vicioso”. Assim como aprendemos, quando nascemos, que “animais são comida” e que matar outras espécies por sua carne é “normal”, os jovens cientistas também aprendem, desde o início de suas carreiras, que é “normal” usar animais como cobaias. Eles se inserem nessa lógica quase sempre sem questionar, apenas procurando seguir os mesmos passos que seus mestres, muito mais experientes.

Como podem pessoas que não são sádicas passar a vida provocando depressão em macacos, esquentando cães até a morte ou viciando gatos em drogas? [...] Como os estudantes puderam protestar contra todo tipo de injustiça, discriminação e opressão, por mais distantes que fossem de sua casa, e ignorar as crueldades que eram – e ainda são – cometidas no campus das próprias universidades?

A resposta a essas perguntas está na aceitação, sem questionamento, do especismo. Toleramos crueldades infligidas a membros de outras espécies que nos indignariam se realizadas na nossa. O especismo permite que pesquisadores considerem os animais sujeitos a experimentos como itens de equipamento, instrumentos de laboratório, e não criaturas vivas, que sofrem (SINGER, 2010, p. 101-102).

Infelizmente, afirma o autor, mesmo quando há oportunidades para dúvidas e objeções, “um ser humano pode ser condicionado, mediante recompensas profissionais, a ignorar as questões éticas suscitadas pelos experimentos em animais” (SINGER, 2010, p. 104). Como se sabe, o que ocorre agora com os bichos ocorria em outros tempos com seres humanos considerados “inferiores” – judeus, ciganos, negros, indígenas etc. “O racismo flagrante levou a experimentos dolorosos em outras raças, defendidos sob a alegação de sua contribuição para o conhecimento e possível utilidade para a etnia em que foram realizados os testes” (SINGER, 2010, p. 122).

Com o propósito de proteger as pessoas, o Código de Nuremberg, de 1947, estabeleceu dez princípios éticos fundamentais para pesquisas com seres humanos. Entretanto, ao invés de banirem definitivamente os experimentos explicitamente cruéis e dolorosos – muitas vezes também fatais –, estes simplesmente passaram a ser realizados em animais. “Os sujeitos eram congelados, aquecidos e colocados em câmaras de descompressão [...]. Experimentos [como esses] não terminaram com a derrota dos nazistas. Transferiram-se para animais não humanos” (SINGER, 2010, p. 122-123).

No terceiro capítulo – *Visita a um criador industrial... ou o que aconteceu com seu jantar quando ele ainda era um animal* – Singer apresenta os bastidores da indústria que mais explora animais e que se sustenta porque conta com a cumplicidade de quase toda a população: “É então na mesa de jantar e no supermercado ou no açougue do bairro, que entramos em contato direto com a mais extensa exploração de outras espécies que já existiu” (SINGER, 2010, p. 139).

A alimentação é algo central e vital em nossas vidas. Excetuando a parcela da população mundial que não tem a chance de se alimentar e padece de fome<sup>174</sup>, comemos todos os dias, várias vezes ao dia. Sejam duas, três, quatro, cinco refeições... estamos constantemente, por necessidade ou prazer, ingerindo algo. *O que e quanto* comemos pode melhorar ou piorar nosso bem-estar, alterar o funcionamento do nosso organismo, influenciar nosso estado de espírito e nosso humor, e, sobretudo, permitir-nos viver ou morrer. Paradoxalmente, apesar de sua importância incontestável, quase não refletimos sobre as *origens* dos alimentos que comemos ou as *razões* de nossos hábitos alimentares. *Por que* usualmente comemos *isso* e não *aquilo*? *Onde e como* foi produzido *esse* ingrediente? Realmente *precisamos* comer *isso*? São poucos os que se fazem essas perguntas. Encaramos a comida como algo “dado”, “natural”, “inquestionável”.

Em geral, ignoramos os maus tratos cometidos contra as criaturas vivas que estão por trás dos alimentos que ingerimos. A compra desses alimentos, num mercado ou restaurante, é a culminância de um longo processo, do qual tudo, exceto os produtos finais, é delicadamente afastado de nossos olhos. Compramos carnes e aves em embalagens limpas de plástico. Quase não sangram. Não há porque associar essa embalagem a um animal vivo, que respira, caminha e sofre. As próprias palavras que

<sup>174</sup> O último relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), lançado em 13 de junho de 2020, constatou que, em 2019, 8,9% da população mundial era afetada pela fome. Isto é, 690 milhões de indivíduos, distribuídos por todos os continentes – com destaque para África e Ásia –, não tinham acesso regular e suficiente a alimentos e poderiam, portanto, morrer por desnutrição. (*The State of Food Security and Nutrition in the World – O Estado da Insegurança Alimentar e Nutricional no Mundo*. Disponível em: <http://www.fao.org/publications/sofi/en/> Acesso em 30 abr. 2021.)

usamos escondem, muitas vezes, sua origem: bife, e não boi; vitela, e não bezerro; costeletas e pernil, e não porco [...]. O termo ‘carne’ é, por si só, enganoso. Originalmente, designava qualquer alimento sólido, não apenas a carne de animais. [...] Ao usar esse termo genérico, evitamos encarar o fato de que o que estamos comendo são realmente pedaços do corpo de um ser vivo (SINGER, 2010, p. 140).

A questão da linguagem – que também foi apontada por outros autores – tem, de fato, extrema relevância no processo de “camuflagem” dos alimentos que consumimos. As palavras estão impregnadas de valores e ideologias, entretanto, as concepções de mundo que carregam são quase “invisíveis” para a maioria de produtores e receptores de informações. Isso é válido tanto para a mídia *mainstream* quanto para grande parte dos veículos não hegemônicos, uma vez que a própria rotina produtiva intrínseca aos meios de comunicação se coloca como um obstáculo para reflexões mais aprofundadas sobre quaisquer temas. Porém, quando ideias hegemônicas são ignoradas, tornam-se ainda mais fortes.

Como outros autores, Singer também atenta para os interesses econômicos que impregnam todos os aspectos de nossas vidas – inclusive a linguagem – e que se encarregam em converter porcos em “presunto” e “bacon”. Ele compara o tratamento dado a cães ao que é dispensado a porcos; expõe as condições lastimáveis em que vivem as “porcas parideiras”; descreve o confinamento a que são submetidos todos esses animais que em pouco tempo são transformados em meros “pedaços de carne”, “proteína”. “A criação é competitiva, e os métodos adotados são os que reduzem custos e aumentam a produção” (SINGER, 2010, p. 142).

Todo o processo de criação e conversão de animais em produtos é descrito pelo autor, evidenciando que “os lucros do produtor e os interesses dos animais estão [sempre] em conflito” (SINGER, 2010, p. 190). O leitor também é apresentado à indústria do leite, à indústria de couro e peles, à indústria pesqueira e de criação de peixes em cativeiro, à indústria de vitela – “a mais repugnante, moralmente falando” (SINGER, 2010, p. 190). “Vitela é a carne de bezerros”, lembra-nos Singer (SINGER, 2010, p. 191). E bezerros são filhotes. Nesse caso, filhotes “descartados, produzidos pela indústria de laticínios” (SINGER, 2010, p. 191). Assim que nascem, são separados de suas mães e “colocados em baias ripadas de cerca de 56 centímetros de largura por 1,40 metro de comprimento. O piso é ripado, afastado do chão de concreto. Os bezerros são presos por uma corrente em volta do pescoço, para impedir que se virem” (SINGER, 2010, p. 191).

Com “uma dieta totalmente líquida”, adicionada de “estimulantes de crescimento”, esses filhotes sobrevivem dolorosamente durante seus poucos meses de vida. Nesse curto intervalo de tempo – que geralmente não passa de 16 semanas –, o que era um filhote recém-nascido se converte em “uma carne macia e pálida, que será servida a clientes em restaurantes

caros” (SINGER, 2010, p. 190). Toda essa crueldade sequer se justifica por questões “nutricionais”, uma vez que a “carne rosa-claro é, na verdade, carne anêmica. A demanda por ela é esnobismo. [...] Esses animais são doentios e anêmicos” (SINGER, 2010, p. 196).

Mesmo os métodos de “abate” considerados “humanitários” – atentemos à contradição inerente na conjunção dessas duas palavras – causam sofrimentos terríveis aos animais. “Nenhum aspecto da produção animal está a salvo das incursões da tecnologia e da pressão para intensificar a produção” (SINGER, 2010, p. 207). Lamentavelmente, entretanto, o consumidor final dificilmente tem acesso a todas essas informações – e o que não é visto, lido, nem ouvido, tampouco é sentido.

Isso se deve, primeiramente, porque a mídia, majoritariamente financiada por essas indústrias – conforme Regan e outros autores também apontaram – não tem interesse em expor os fatos. Inclusive, e talvez sobretudo, quando se trata de animais consumidos em maior número, por todas as classes sociais e em quase todo o planeta – como é o caso das galinhas, porcos e bois, por exemplo. Singer ressalta que há um nítido esforço para esconder os tormentos a que todos esses seres são submetidos.

Como as pessoas comuns poderão saber que a *Perdue* mantém as galinhas em galpões de 137 metros de comprimento que abrigam 27 mil aves? Como poderão saber que o sistema de produção em massa da empresa, sozinho, mata 6,8 milhões de aves por semana, e que, como muitos outros produtores de frangos, corta-se o bico das galinhas para evitar que se tornem canibais devido ao estresse da vida no aviário moderno? (SINGER, 2010, p. 155).

Ovos são consumidos mundialmente e diariamente, das mais diversas formas – fritos, cozidos, mexidos –, além de constarem como ingrediente “indispensável” em receitas que vão desde bolos, pães e pudins, até farofas, tortas, molhos. Sua presença abundante nas refeições – mesmo na daqueles que se dizem preocupados com o bem-estar dos animais – deve-se também porque muitos supõem, erroneamente, que produzir ovos não implica em “matar animais”.

[Na indústria de galinhas poedeiras], como os machos não têm valor comercial, são descartados. Algumas empresas matam-nos com gás, mas na maioria das vezes são jogados vivos num saco plástico e ali deixados, para sufocar com o peso de outros pintinhos jogados sobre eles. Outros são moídos, ainda vivos, para servir de ração às irmãs. [...] Os criadores lidam com o descarte de pintinhos machos como lidamos com o lixo que produzimos (SINGER, 2010, p. 158).

Quantos de nós já vimos imagens de pintinhos sendo torturados vivos? Como práticas tão corriqueiras do agronegócio são completamente ignoradas pelo público? É previsível que não haja qualquer interesse em revelá-las, pois isso afetaria a imagem e eventualmente a própria

sobrevivência da indústria. Mas talvez tampouco haja, por parte do público, interesse em conhecê-las.

Muitos poucos visitam abatedouros, e os documentários das operações ali realizadas não dão audiência na TV. As pessoas podem desejar que a carne que consomem venha de um animal morto de modo indolor, mas não querem realmente saber o que acontece. Contudo, aqueles que exigem a morte dos animais apenas porque desejam comprar sua carne não merecem ser protegidos desse ou de outros aspectos da produção da mercadoria que adquirem (SINGER, 2010, p. 220).

Singer repete aqui o que já foi dito por Tolstói: aqueles que comem carne não podem se esquivar de ver, com os próprios olhos, o que realmente acontece dentro de um matadouro. Entretanto, durante esse período de cerca de um século que separa Singer de Tolstói, esses lugares ficaram praticamente inacessíveis. Ao mesmo tempo em que a criação de animais em larga escala – com toda a crueldade que lhe é inerente – tornou-se, ao longo dos anos, cada vez mais generalizada; os bastidores dessa indústria tornaram-se, no mesmo ritmo, cada vez mais blindados. Afastados das cidades e com entrada expressamente proibida a visitantes externos, acessar seus interiores requer – além da coragem que já era necessária nos tempos de Tolstói – muita disposição e esforços de investigação.

O escritor norte-americano Jonathan Safran Foer, autor dos livros *Comer animais* (2011) e *Nós somos o clima: salvar o planeta começa no café da manhã* (2019), relata suas tentativas frustradas de entrar em um matadouro:

Não consegui chegar nem perto do interior de um grande abatedouro. Praticamente a única maneira de alguém de fora da indústria ver o abate industrial de gado é fazendo isso de maneira clandestina, o que não apenas é um projeto que leva meio ano ou mais, como pode colocar sua vida em risco (FOER, 2011, p. 230).

Diversos outros repórteres, documentaristas e ativistas enfrentaram os mesmos empecilhos. Em *O dilema do onívoro*, o jornalista norte-americano Michael Pollan narra cada etapa da vida de uma vaca criada para o abate. Ele comprou o animal e, por isso, conseguiu permissão para acompanhar sua breve jornada neste mundo – com exceção do momento final:

O abate foi o único evento em sua vida que não tive permissão para testemunhar e a respeito do qual não tive permissão de ficar sabendo de nada, exceto sua provável data. Isso não chega a me surpreender: a indústria de carne compreende que, quanto mais gente souber o que acontece no matadouro, menos carne provavelmente vamos comer. Não é porque o abate seja necessariamente pouco humanitário, mas porque a maioria de nós apenas preferiria não ser lembrado do que a carne é na realidade, e o que é necessário para trazê-la ao nosso prato (POLLAN *apud* FOER, 2011, p. 231).

Mas apesar de todos esses obstáculos, ocasionalmente alguns indivíduos conseguem, com bastante esforço, adentrar abatedouros e registrar o que ali se passa. Essas imagens são frequentemente editadas e exibidas em filmes documentários, possibilitando que muitas pessoas conheçam a realidade desses animais – outra forma de conhecerem é através de livros como *Libertação Animal*.

Após descrever minuciosamente os vários aspectos deploráveis da indústria de exploração animal, Singer propõe, no quarto capítulo – *Tornando-se vegetariano... ou como provocar menos sofrimento e produzir mais alimentos com baixo custo ambiental* – “o vegetarianismo como uma forma de boicote”:

Enquanto não começarmos a boicotar a carne e os demais produtos oriundos de fazendas de pecuária industrial, estaremos, cada um de nós, contribuindo para a continuidade, a prosperidade e o aumento dessas fazendas, e de todas as práticas cruéis utilizadas na criação de animais com fins alimentares (SINGER, 2010, p. 237).

O autor afirma – como outros já o fizeram – que “é impossível, prática e psicologicamente, ser coerente em nossa preocupação com os animais não humanos e continuar comendo-os ao jantar” (SINGER, 2010, p. 234). Além das questões éticas, criar animais é, comprovadamente, “uma maneira dispendiosa e ineficiente de produzir proteína” (SINGER, 2010, p. 235). Toda a área utilizada para pasto e plantações de grãos destinados aos animais do agronegócio seria muito melhor aproveitada se produzisse comida diretamente para humanos. “Se distribuídos de modo apropriado”, esses alimentos seriam suficientes “para acabar com a fome e a desnutrição em todo o mundo” (SINGER, 2010, p. 244).

O desmatamento, a poluição, o consumo excessivo de água, a degradação do meio ambiente e o consequente esgotamento de recursos naturais são colocados como razões adicionais – e consistentes – para emprendermos esse boicote à indústria da carne. A partir da análise de dados oficiais, números, estatísticas etc. Singer demonstra que “os alimentos de origem vegetal consomem muito menos recursos e agridem bem menos o meio ambiente” (SINGER, 2010, p. 245). Portanto, para o autor, “o ato de tornar-se vegetariano tem um significado especial: trata-se de uma recusa prática, viva, aos métodos utilizados nos produtores industriais” (SINGER, 2010, p. 240).

Apesar de seus benefícios, essa mudança de atitude ainda enfrenta muita resistência. As origens e a sustentação do especismo são os tópicos dos dois últimos capítulos do livro: 5) *O domínio do homem... uma breve história do especismo*; e 6) *O especismo hoje... defesas, racionalizações, objeções à libertação animal e avanços feitos para superá-las*. Ao traçar um

percurso histórico, Singer aponta que “as atitudes ocidentais para com os animais têm raízes em duas tradições: o judaísmo e a antiguidade grega. Essas raízes confluem no cristianismo e é por meio dele que se tornam prevaletentes na Europa” (SINGER, 2010, p. 270).

Ao longo do tempo, como sabemos, diversos pensadores assumiram “posições relativamente independentes da Igreja, [com] uma visão mais esclarecida de nossas relações com os animais” (SINGER, 2010, p. 271). Porém nunca houve “um desafio sério à visão geral, estabelecida no *Gênesis*, de que a espécie humana é o pináculo da Criação e tem a permissão de Deus para matar e comer animais” (SINGER, 2010, p. 273-274). Singer aponta que a exploração animal é a mais antiga e duradoura forma de exploração de vulneráveis, por isso é tão difícil extingui-la: “Apenas mediante o rompimento radical com mais de dois mil anos de pensamento ocidental relativo aos animais poderemos construir uma base sólida para a extinção dessa exploração” (SINGER, 2010, p. 310).

O autor discorre longamente sobre os horrores dos jogos romanos, com destaque para os “espetáculos” do Coliseu, onde “homens e mulheres assistiam à morte tanto de seres humanos como de outros animais como uma fonte normal de entretenimento; e isso prosseguiu durante séculos, com raros protestos” (SINGER, 2010, p. 276). Hoje há um consenso de que o que ocorria naqueles tempos era repugnante e inaceitável. Esses registros históricos, entretanto, também evidenciam as incoerências do comportamento humano – que se modularam aos novos tempos, mas seguem presentes:

Não que os romanos não tivessem nenhum sentimento moral. Demonstravam grande consideração pela justiça, pelo dever público e até pela bondade com os outros. O que os jogos mostram, com repulsiva clareza, é que havia um limite preciso para esses sentimentos morais. Se um ser se ajustasse a esses limites, atividades comparáveis às que ocorriam nos jogos seriam consideradas ultrajantes e intoleráveis; quando um ser se situava fora da esfera de consideração moral, contudo, a imposição de sofrimento era considerada mero entretenimento. Alguns seres humanos – sobretudo criminosos e militares cativos – e todos os animais situavam-se fora dessa esfera (SINGER, 2010, p. 277).

Gradualmente, todos os seres humanos e alguns animais vêm sendo incluídos nessa esfera de consideração moral. Mas a grande maioria das espécies segue excluída. Singer avalia que ainda vivemos uma lógica essencialmente antropocêntrica e cartesiana, apesar das tentativas de avanços que vêm sendo empreendidas em diversos lugares. Desde o século XIX muitos indivíduos têm se empenhado em difundir novos paradigmas e mudar as legislações vigentes, com o intuito de torná-las mais justas para os animais. Mas pouquíssimos tiveram sucesso. As primeiras dessas investidas, entre as que foram registradas, ocorreram na Inglaterra:

A primeira proposta de lei para impedir maus-tratos aos animais foi a proibição da luta de touros com cães, considerada um “esporte”. Foi apresentada na Câmara dos Comuns em 1800. George Canning, secretário do Exterior, achou um “absurdo” e perguntou retoricamente: “O que poderá ser mais inocente do que a briga de touros com cães, o boxe ou a dança?” (SINGER, 2010, p. 296).

Hoje, transcorridos 220 anos desde esse episódio, ainda convivemos com touradas, rodeios, vaquejadas e outros “esportes” defendidos como “tradicionais” mundo afora. Muitos dos legisladores contemporâneos têm um comportamento bastante parecido ao daqueles de outrora – como se nota neste outro exemplo, de 1821:

Quando Alderman C. Smith sugeriu que se deveria proteger os burros, houve tanta algazarra e gargalhadas que o repórter do *The Times* quase não ouviu o que foi dito. Quando o presidente repetiu a proposta, as risadas aumentaram. Outro membro disse que, da próxima vez, Martin legislaria a favor dos cães, o que provocou nova explosão de risos, e o grito “E gatos!” fez a casa entrar em convulsão (TURNER *apud* SINGER, 2010, p. 297).

Temos presenciado alguns avanços nas leis de vários países, além dos tratados internacionais que visam proteger determinadas espécies. Singer, entretanto, não é tão otimista quanto ao futuro dos animais: “A ‘mão da tirania’ humana ainda se abate sobre as outras espécies e, provavelmente, infligimos mais dor aos animais agora do que em qualquer outra época na história. O que deu errado?” (SINGER, 2010, p. 301). Entre os principais obstáculos que enfrentamos, o autor aponta a resistência do ser humano em “romper o hábito profundamente arraigado de comer a carne de outros animais” (SINGER, 2010, p. 301). Mesmo entre os defensores dos bichos, há quem arrume pretextos para não abrir mão da carne. O teólogo e filósofo britânico William Paley, citado por Singer, já em 1785 refutava uma das justificativas mais comuns para esse tipo de comportamento:

Alega-se como justificava para essa prática [...] que as várias espécies de animais, criadas para se tornarem presas umas das outras, oferecem uma espécie de analogia para provar que a espécie humana está destinada a se alimentar delas [...]. [Mas] essa analogia é extremamente frágil, uma vez que os animais não têm como se manter de outra maneira, e nós temos; pois toda espécie humana pode subsistir inteiramente de frutas, lentilhas, ervas e raízes, como muitas tribos hindus de fato o fazem (PALEY *apud* SINGER, 2010, p. 302).

Reforçando as palavras de Paley, Singer menciona o fato – irônico – de que os seres humanos, ao mesmo tempo em “que se consideram muito superiores a outros animais, recorram, quando se trata de legitimar suas preferências alimentares, a um argumento que implica olhar para os animais a fim de encontrar inspiração e orientação moral” (SINGER,

2010, p. 326). Essa desculpa, portanto, além de inconsistente, é também embaraçosa, uma vez que todos sabemos “que os não humanos são incapazes de avaliar as alternativas, ou de refletir moralmente sobre a correção ou a incorreção de matar para comer” (SINGER, 2010, p. 326). Seria simplesmente insensato decidirmos “fugir da responsabilidade por nossas escolhas, imitando a ação de seres incapazes de fazer esse tipo de escolha” (SINGER, 2010, p. 327).

Outro pretexto frequente insinua a dúvida “como sabemos que as plantas não sofrem?”. Mas este também é facilmente refutável:

Essa objeção demonstra uma preocupação genuína com o mundo vegetal. Aqueles que a levantam, porém, [...] esperam mostrar que [...] precisaríamos parar de comer também os vegetais – e, portanto, morreríamos de fome. A conclusão a que chegam é que, se é impossível viver sem violar o princípio da igual consideração, não devemos nos preocupar com isso. Podemos continuar comendo plantas e animais.

A objeção é fraca, tanto factual, como logicamente. Não há evidências confiáveis de que os vegetais sejam capazes de sentir prazer e dor. [...] Mas [...] digamos que as plantas sejam tão sensíveis como os animais. Nem assim o ponto de vista teria lógica. Isso porque, ao ingerir carne, também são responsáveis, ainda que indiretamente, pela destruição de, no mínimo, dez vezes mais plantas do que os vegetarianos! A essa altura, admito, o argumento se torna ridículo (SINGER, 2010, p. 342-343).

Comumente também se alega que “antes de resolvermos os problemas dos animais, devemos solucionar os problemas humanos”. Entretanto, estabelecer uma hierarquia de prioridades para as mazelas do mundo não tem fundamento, uma vez que quase todas as formas de sofrimento que as sociedades enfrentam estão interconectadas. O combate a determinada injustiça não implica em deixarmos outra de lado, muito pelo contrário. Para “acabar com a fome no mundo”, por exemplo, não precisamos e nem devemos negligenciar outras demandas essenciais como saneamento básico, moradia, mobilidade urbana, preservação do meio ambiente. Ao nos dedicarmos a uma causa, estaremos contribuindo indiretamente para amenizar outros flagelos sociais.

A ideia de que “seres humanos vêm em primeiro lugar” é usada mais como um pretexto para não fazer nada em relação a animais humanos e não humanos do que como uma genuína opção entre alternativas incompatíveis. A verdade é que não há incompatibilidade alguma nesse caso. [...] Nada impede aqueles que devotam seu tempo e energia a problemas humanos de aderir ao boicote de produtos ligados à crueldade do agronegócio. [...] [Além disso], os que alegam preocupação com o bem-estar dos seres humanos e com a preservação do meio ambiente deveriam tornar-se vegetarianos simplesmente por esse motivo. Estariam, assim, aumentando a quantidade de grãos disponíveis para alimentar pessoas em todas as partes, reduzindo a poluição, economizando água, energia, e deixando de contribuir para a derrubada de florestas (SINGER, 2010, p. 320-321).

Para Singer (2010, p. 307), é muito clara “a natureza ideológica de nossas justificativas para a utilização dos animais”. Ainda assim, “pouca coisa mudou no tocante à prática de como agimos com relação [...] [a eles]. Se não estão mais fora por completo da esfera moral, ainda se encontram numa seção especial, próxima da borda externa” (SINGER, 2010, p. 308). O autor observa que o próprio sistema educacional, conformado ao *status quo*, não possibilita às crianças e aos jovens conhecer e refletir sobre as complexidades das relações interespecies. “Começamos a comer carne muito antes de ter a capacidade de entender que ingerimos o corpo de um animal morto” (SINGER, 2010, p. 310). A maioria das crianças apresenta, desde cedo, uma curiosidade, carinho e compaixão natural pelos animais. Entretanto, à medida que crescem, “a afeição da criança pelos animais é direcionada para os que não são comidos” (SINGER, 2010, p. 311). Singer também destaca o papel da mídia nesse processo:

Tampouco os meios de comunicação educam o público sobre esse assunto. Programas sobre animais selvagens [...] são apresentados pela tevê americana quase todas as noites. Mas as referências às fazendas de criação intensivas limitam-se a brevíssimas tomadas incluídas em raros “especiais” sobre agricultura ou produção de alimentos. O espectador médio deve saber mais sobre a vida de guepardos e tubarões do que sobre o cotidiano de galinhas ou bezerras. [...] O desenvolvimento de técnicas de criação de animais, que privam milhões deles da liberdade de movimento, nunca é noticiado (SINGER, 2010, p. 314).

Como já foi dito, apesar da falta de iniciativa dos veículos de comunicação em divulgarem essas informações, as organizações de defesa dos animais vêm contribuindo para torná-las públicas. Ao investigar e documentar o que acontece dentro de laboratórios de pesquisa e fazendas industriais, por exemplo, esses grupos revelam o que a máquina de exploração animal procura esconder. A censura é um fato, mas ela vem sendo contornada por vias alternativas. Muitas pessoas, entretanto, quando se deparam com uma oportunidade de saber o que realmente acontece com os animais, preferem se esquivar. O “estar ciente” invoca uma tomada de consciência e coloca-nos diante do desafio de refletir sobre nossos próprios hábitos – e, conseqüentemente, transformá-los.

A falta de informação, pois, é a primeira linha de defesa do especista. No entanto, ela é facilmente transposta por qualquer pessoa que tenha tempo e determinação para descobrir a verdade. A ignorância prevalece há tanto tempo porque ninguém quer saber a verdade. “Não me conte, vai estragar meu jantar” é a resposta comum à tentativa de contar como aquele jantar foi produzido (SINGER, 2010, p. 315).

Portanto, apesar de todas as rígidas estruturas sociais que sustentam o especismo, ele também se perpetua pela inação de cada indivíduo em particular, pelo “desejo de não tomar

conhecimento de fatos que poderiam pesar na consciência” (SINGER, 2010, p. 316). Soma-se a isso a premissa óbvia de que os animais não podem lutar por seus direitos – o que retarda ainda mais a abolição das práticas que os submetem a sofrimentos desnecessários. “O movimento pela libertação animal vai exigir mais altruísmo, da parte dos seres humanos, do que qualquer outro movimento. Os animais são incapazes de exigir a própria libertação, ou de protestar contra as condições que lhe são impostas” (SINGER, 2010, p. 360).

*Libertação Animal* foi traduzido para o português somente em 2004, 30 anos após sua publicação nos Estados Unidos. Um pouco antes de chegar aos leitores brasileiros, em 15 de maio de 2003, Singer publicou outro texto no *The New York Review of Books*, dessa vez analisando o impacto de seu livro e o progresso no comportamento humano ao longo das três décadas desde seu lançamento. Com o título *Trinta anos de Libertação Animal*, o autor aponta avanços significativos nas discussões sobre o tema, especialmente no meio acadêmico:

A diferença mais óbvia entre o debate atual sobre a qualidade moral dos animais e aquele de trinta anos atrás é que no começo da década de 1970, numa medida que hoje mal nos parece crível, quase ninguém pensava que o tratamento dispensado aos animais suscitasse uma questão ética a ser levada a sério. [...] Hoje, a situação é muito diferente. [...] Um acalorado debate intelectual se instalou (SINGER, 2010, p. 443).

A partir de dados estatísticos sobre o uso de animais nos Estados Unidos ao longo do tempo, o autor também assinala as mudanças que tiveram impacto na vida de algumas espécies:

A venda de peles jamais alcançou de novo o nível em que estava na década de 1980, quando se tornou alvo do movimento pelos direitos animais. Desde 1973, embora tenha dobrado o número de cães e gatos domésticos, o número de animais perdidos e abandonados sacrificados em abrigos caiu para menos da metade (SINGER, 2010, p. 455).

Por outro lado, ao mesmo tempo em que algumas formas de exploração diminuíram, o crescimento exorbitante da indústria agropecuária – acompanhado de uma progressiva influência política e econômica – contribuíram para um aumento considerável da quantidade de animais destinados à alimentação: “É essa, de longe, a maior fonte de sofrimento infligido pelos humanos aos animais, pelo simples fato de o número de animais ser muito grande” (SINGER, 2010, p. 455-456). Os avanços no debate filosófico – e também jurídico – sobre ética e direitos animais são concretos. Mas no âmbito da vida prática, ainda há um vasto caminho a ser percorrido:

As concepções populares sobre o assunto ainda estão muito longe de aceitar a ideia básica de que os interesses de todos os seres, independentemente de sua espécie, são merecedores de igual consideração. [...] O número de animais consumidos é muito maior hoje do que há trinta anos, e a crescente prosperidade do Extremo Oriente cria uma demanda de carne que ameaça aumentar ainda mais, e de forma explosiva, essa quantidade. [...] Os resultados obtidos até agora indicam que nós, como espécie, somos capazes de altruísmo para com outros seres; mas a falta de informação, o poder dos grandes interesses e o desejo de se manter na ignorância com relação a fatos perturbadores limitaram os ganhos obtidos pelo movimento em prol dos direitos dos animais (SINGER, 2010, p. 460-461).

Entre os ativistas pelos direitos animais há praticamente um consenso sobre a contribuição fundamental de *Libertação Animal* para o despertar de muitos deles para a causa. A leitura do livro foi, inclusive, determinante para a criação da que é hoje a maior organização de defesa dos animais no mundo, a *People for the Ethical Treatment of Animals* (PETA), conforme relata sua fundadora:

*Libertação Animal* foi uma ‘explosão filosófica’ que mudou para sempre a conversa sobre o tratamento que dispensamos aos animais. O livro fez muitas pessoas – inclusive eu – mudarem o que comiam, o que vestiam e como percebiam os animais. Quando um amigo me deu uma cópia [...], em 1980, tive uma epifania: "Aqui está, é isso o que eu tenho pensado! Alguém deu voz a isso!" Muito tempo depois de terminar de ler o livro, as palavras de Peter Singer continuavam ecoando em minha mente. [...] Eu falava sobre o livro, escrevia sobre ele e dava cópias para todos que conhecia. [...] Percebi então a necessidade de uma organização social que educasse as pessoas sobre o sofrimento dos animais e trabalhasse para conquistar seus direitos básicos. Naquele ano eu criei a PETA (NEWKIRK, 2015, tradução minha).<sup>175</sup>

Ingrid Newkirk fundou a PETA em 1980 e, desde então, ocupa o cargo de presidente da organização. A entidade é responsável por muitas das conquistas para os animais nos Estados Unidos. Além de pressionar diretamente políticos e legisladores e investir fortemente em campanhas de conscientização – algumas consideradas “chocantes” – a PETA também dedica boa parte de sua receita à investigação e documentação do que se passa dentro da indústria. Com uma atuação tão intensa e efetiva, é significativo que sua própria existência seja fruto de um encontro com as ideias apresentadas em *Libertação Animal*. O debate filosófico mostra-se, como sempre, imprescindível aos avanços sociais.

---

<sup>175</sup> Original em inglês: “*Animal Liberation* was a philosophical bombshell. It forever changed the conversation about our treatment of animals. It made people – myself included – change what we ate, what we wore, and how we perceived animals. When a friend gave me a copy [...] in 1980, it was an epiphany. I thought, “Here it is, this is what I’ve been thinking. Someone has given a voice to it.” Long after I finished reading the book, Peter Singer’s words kept echoing through my mind. [...] I talked about the book, I wrote about it, I gave copies to everyone I knew. [...] Then I saw a need for an organization that would educate people about animal suffering and work to win their basic rights. That year I started PETA.”

Apesar da chegada tardia no Brasil, a receptividade do livro também foi muito positiva aqui. A edição brasileira mais recente, de 2013, traz na capa as frases: “O livro que desencadeou uma revolução”; “O clássico definitivo sobre o movimento pelos direitos animais”. Uma reportagem na revista *Superinteressante* refere-se à obra da seguinte forma:

O enunciado da capa da edição brasileira não é exagerado. [...] Singer tem conscientizado gerações sobre os tratos impingidos pelos humanos aos animais. A chocante revelação da realidade da indústria pecuária mostrou-se um catalisador para ativistas da causa vegana.

A perspectiva utilitária com que aborda questões éticas se sustenta há mais de 40 anos. O interesse em não provocar sofrimento foi escancarado em 1975, quando seu livro *Libertação Animal* foi praticamente uma antena a retransmitir de modo intenso e concentrado questionamentos sobre o tratamento ao que chamou de vidas não humanas, que estavam dispersos em discursos variados. Seus argumentos a favor do veganismo começaram a ganhar repercussão no mundo rapidamente (MENEZES, 2019).

Em 2013, quando Singer esteve no Brasil à convite do projeto *Fronteiras do Pensamento*, o biólogo e especialista em bioética José Roberto Goldin publicou um texto chamando a atenção para o protagonismo do autor no movimento pela libertação animal:

Esse livro provocou uma enorme repercussão prática. Inúmeras empresas de produção de cosméticos e de alimentos tiveram que alterar suas formas de produção e de testes de produtos.

Testes, como o *Draize Eye Irritancy Test*, necessário para a liberação de alguns produtos cosméticos, provocavam enorme sofrimento para os animais envolvidos, especialmente coelhos. O conhecimento público sobre esses procedimentos levou os órgãos controladores de qualidade e as próprias indústrias a buscarem alternativas. Muitos fabricantes de cosméticos passaram a divulgar em suas embalagens que não testam seus produtos em animais, como forma de evitar que seus produtos pudessem ter este tipo de questionamento por parte dos consumidores.

O questionamento sobre o uso e especialmente sobre o abuso de animais não iniciou com Peter Singer, mas teve na pessoa dele o seu mais influente defensor (GOLDIN, 2013).

Hoje é quase impossível falar em libertação e direitos animais sem fazer menção a Singer. Mesmo os teóricos que apresentam objeções a algumas de suas ideias reconhecem a importância de sua obra no avanço do debate sobre ética animal. Outros temas considerados igualmente “polêmicos”, como aborto e eutanásia, também foram abordados pelo filósofo em obras posteriores. Concordando ou não com seus argumentos, não podemos deixar de admirar sua determinação em propor debates que muitos preferem evitar, como bem coloca Goldin (2013): “O seu pensamento não é cômodo e nem fácil de ser assimilado, mas remete para questionamentos centrais da vida e do viver. Um fio condutor tem perpassado toda a obra de Peter Singer: a inquietude frente ao sofrimento.”

Em entrevista concedida em maio de 2020, 45 anos após a publicação de seu “clássico”, Singer reconhece novamente os avanços na defesa dos animais, mas também aponta os desafios atuais:

A proteção dos animais é hoje uma preocupação muito maior e envolve muito mais gente do que a proteção do tipo “gato e cachorro” que existia em 1975. [Naquela época] [...] não havia grandes organizações com campanhas sobre porcos e galinhas [...] – essencialmente, sobre fazendas industriais. [...] Tudo isso mudou. O movimento pelos direitos animais é muito maior hoje. São muitas grandes organizações, e muitas delas falando sobre as fazendas industriais. [...] Também temos uma aceitação muito maior da comida vegetariana e vegana – que cresceu significativamente nos últimos 10 anos. [...] As pessoas estão agora mais preparadas para debater sobre direitos animais e temas sobre os quais não conversariam antes. A palavra “vegano” é hoje amplamente conhecida – há 45 anos ninguém entendia esse termo. Tudo isso fez uma diferença gigantesca. [...] Por outro lado, atualmente existe uma quantidade muito maior de animais nas fazendas industriais do que havia em 1975. Isso obviamente é uma enorme decepção. Há muito mais a ser feito. Embora tenhamos conseguido algum progresso, é sempre um trabalho árduo seguir avançando (SINGER, 2020, tradução minha).<sup>176</sup>

Apesar de sempre apontar os tantos obstáculos à causa – e talvez por isso mesmo –, Singer segue lutando. Hoje, aos 75 anos, o filósofo mantém a mesma disposição para o debate e o mesmo entusiasmo que o levou a escrever *Libertação Animal* há quase meio século. Seu engajamento não apenas teórico, mas também prático, certamente vem contribuindo para desestabilizar ideias pré-concebidas e o próprio *status quo*.

---

<sup>176</sup> Original em inglês: “Animal protection is much more of a major concern that a lot of people are involved in, beyond the “cat and dog” kind of animal protection that existed in 1975. [...] But there were no major organizations campaigning about pigs and chickens [...] – essentially, about factory farming. [...] All of that has now changed. We’ve got a major animal movement now. Lots of big organizations, and lots of them talking about factory farming. [...] We have a much greater acceptance of vegetarian and vegan food – even just in the last 10 years that’s increased. [...] People are prepared to talk about animal rights, which they wouldn’t have talked about before at all. The word “vegan” is widely understood. Nobody would have understood that word 45 years ago. So all of that has made a huge difference. [...] There are far more animals in factory farms in the world now than there were in 1975. That’s obviously a huge disappointment. There’s a lot more progress to be made. Although we have been making some good progress, it’s always hard work to keep it going.

### 1.2.5. Advogando pelos animais

*Há quanto tempo os carneiros não morrem de velhice? Carneiros não são donos de si mesmos, não são donos da própria vida. Existem para ser usados, até a última gota, a carne comida, os ossos moídos e dados às galinhas. Não sobra nada, a não ser talvez a vesícula biliar, que ninguém come. Descartes devia ter pensado nisso. A alma, suspensa na bile escura, amarga, escondida.*

J. M. Coetzee<sup>177</sup>

Entre os milhares de leitores de *Libertação Animal* estava o advogado estadunidense Steven Wise. Graduado em Direito pela *Boston University* em 1976<sup>178</sup>, Wise atuou, no início da carreira, como advogado em Boston. O livro de Singer o influenciou profundamente, despertando nele a vontade de dedicar-se, profissionalmente, às outras espécies. Wise acabou se tornando conhecido, nos tribunais norte-americanos, por sua luta em defesa dos direitos animais:

Eu li o livro do Peter Singer em 1980 [...] e fiquei comovido com ele. Eu havia me tornado advogado para poder falar por aqueles que não têm voz, defender os indefesos, mas nunca tinha percebido o quão sem voz e indefesos são os trilhões, bilhões de animais não humanos. Então comecei a trabalhar como advogado de proteção animal (WISE, 2015b, tradução minha).<sup>179</sup>

Em entrevista à revista *piauí*, ele se refere a esse momento de sua carreira como “um divisor de águas”: “Resolvi ser advogado para lutar por justiça social. E ali havia uma grande demanda por justiça social, sem que advogado algum se interessasse. Percebi que poderia fazer diferença” (WISE, 2015). Em 1981, Wise integrou a recém-fundada ONG *Attorneys for Animal Rights* – que, em 1984, foi renomeada como *Animal Legal Defense Fund (ALDF)* –, tornando-se seu presidente em 1985. O advogado logo entendeu que defender indivíduos de outras espécies seria extremamente mais difícil e desafiador do que defender seres humanos:

Em 1985, percebi que estava tentando realizar algo que era literalmente impossível, e a razão é que todos os meus clientes, todos os animais cujos interesses estava tentando

<sup>177</sup> Do livro *Desonra* (COETZEE, 2000, p. 142).

<sup>178</sup> O curso de Direito foi sua segunda graduação. Antes disso, Wise formou-se em Química pelo College of William & Mary, em Williamsburg, Virgínia, Estados Unidos.

<sup>179</sup> Original em inglês: “I read Peter Singer’s book in 1980 [...] and indeed I was moved by it, because I had become a lawyer because I wanted to speak for the voiceless, defend the defenseless, and I had never realized how voiceless and defenseless how trillions, billions of nonhuman animals are. And I began to work as an animal protection lawyer.”

defender, eram considerados “coisas” no âmbito legal. Eles eram invisíveis. Não estava funcionando (WISE, 2015b, tradução minha).<sup>180</sup>

Wise explica que, no sistema judiciário, os animais são considerados “coisas”, “objetos”, “propriedade” – e não “pessoas” –, por isso não são portadores de direitos. Entretanto, “ser humano” não significa, necessariamente, “ser pessoa”. Os escravos humanos também foram outrora considerados “coisas”, “propriedade” e não tinham quaisquer direitos. Mas isso felizmente mudou. Seu objetivo, portanto, é fazer o mesmo pelos animais: alterar seu estatuto legal de “coisa” para “pessoa”.

Em 2000, Wise publicou *Rattling the cage: toward legal rights for animals* (2000), com a proposta de desenvolver argumentos que sustentassem a reivindicação de direitos legais para chimpanzés e bonobos. O advogado escolheu começar por essas duas espécies por serem as mais parecidas com os humanos. Décadas de pesquisas científicas demonstraram que estes são nossos parentes mais próximos: nosso DNA difere em apenas 1%. Como outros autores, o autor dedica os primeiros capítulos do livro a apresentar os fundamentos do antropocentrismo que regem nossas práticas há milênios. Mas neste caso, seu foco é expor o quanto a suposta superioridade humana está no cerne do Direito desde suas origens.

Por quatro mil anos, um muro jurídico espesso e impenetrável separou todos os animais humanos de todos os animais não humanos. De um lado, mesmo os interesses mais triviais de uma única espécie – a nossa – são zelosamente guardados. Atribuímos a nós mesmos, sozinhos entre os milhões de espécies animais, o *status* de “pessoas”. Do outro lado desse muro está todo o resto do reino animal, não apenas chimpanzés e bonobos, mas também gorilas, orangotangos e macacos, cães, elefantes e golfinhos. São “coisas”. Seus interesses mais básicos e fundamentais – suas dores, suas vidas, suas liberdades – são intencionalmente ignorados, frequentemente oprimidos de forma maliciosa e rotineiramente abusados. Os antigos filósofos afirmavam que todos os animais não humanos foram projetados e colocados nesta terra apenas para os seres humanos. Os antigos juristas declararam que a lei foi criada apenas para os seres humanos. Embora a filosofia e a ciência tenham se retratado há muito tempo, a lei ainda não o fez (WISE, 2000, p. 4, tradução minha).<sup>181</sup>

---

<sup>180</sup> Original em inglês: “By 1985, I realized that I was trying to accomplish something that was literally impossible. The reason being that all of my clientes, all the animals whose interests that I was trying to defend, were legal things. They were invisible. It was not going to work.”

<sup>181</sup> Original em inglês: “For four thousand years, a thick and impenetrable legal wall has separated all human from all nonhuman animals. On one side, even the most trivial interests of a single species — ours — are jealously guarded. We have assigned ourselves, alone among the million animal species, the status of “legal persons.” On the other side of that wall lies the legal refuse of an entire kingdom, not just chimpanzees and bonobos but also gorillas, orangutans, and monkeys, dogs, elephants, and dolphins. They are “legal things.” Their most basic and fundamental interests — their pains, their lives, their freedoms — are intentionally ignored, often maliciously trampled, and routinely abused. Ancient philosophers claimed that all nonhuman animals had been designed and placed on this earth just for human beings. Ancient jurists declared that law had been created just for human beings. Although philosophy and science have long since recanted, the law has not.”

O autor considera primordial alterarmos o estatuto jurídico dos animais, pois sem isso não será possível qualquer avanço. Sermos reconhecidos como seres com interesses relevantes, os quais devem ser obrigatoriamente levados em conta em ações legais, é um dos princípios mais fundamentais que assegura nosso viver em sociedade.

A personalidade jurídica estabelece o direito legal de um indivíduo ser "reconhecido como um potencial portador de direitos legais". É por isso que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos afirmam de forma quase idêntica que "todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei". [...] Sem personalidade jurídica, o indivíduo é invisível para a legislação civil, logo, não tem direitos. Alguém que não seja considerado uma "pessoa" pode, inclusive, ser morto (WISE, 2014, p. 4, tradução minha).<sup>182</sup>

Separar seres que são igualmente sencientes entre "coisas" e "pessoas" constitui-se como uma barreira que precisa inevitavelmente ser desfeita. O primeiro desafio, entretanto, é identificá-la – algo que ainda está distante da maior parte dos atores do campo jurídico, conforme aponta Wise:

Quando nos deparamos com esse muro jurídico, ele é tão alto, suas pedras são tão grossas, e ele está de pé há tanto tempo, que simplesmente não o vemos. Mesmo depois de litigar por muitos anos em nome de não humanos, eu mesmo não o enxergava. Salvei diversos animais da morte ou de situações miseráveis, mas, para a maioria deles, não havia nada que eu pudesse fazer. Eu era impotente para representá-los diretamente: eles eram coisas, não pessoas, por isso eram ignorados pelos juízes. Mas aos poucos eu estava me metendo em algo. E finalmente vi aquele muro (WISE, 2014, p. 5, tradução minha).<sup>183</sup>

Esse "muro", segundo o autor, é muito mais frágil do que aparenta ser à primeira vista. E certamente não resistirá a sucessivas argumentações sérias e coerentes, que é o que seu livro se propõe a fazer:

Ele pode parecer firme e robusto, mas seus fundamentos intelectuais são tão sem escrúpulos, tão arbitrários, tão injustos e insustentáveis, que ele já está desmoronando.

---

<sup>182</sup> Original em inglês: "Legal personhood establishes one's legal right to be "recognized as a potential bearer of legal rights". That is why the Universal Declaration of Human Rights, the International Covenant on Civil and Political Rights, and the American Convention on Human Rights nearly identically state that "everyone has the right to recognition everywhere as a person before the law" [...] Without legal personhood, one is invisible to civil law. One has no civil rights. One might as well be dead."

<sup>183</sup> Original em inglês: "When we encounter this legal wall, it is so tall, its stones are so thick, and it has been standing for so long that we do not see it. Ever after litigating for many years on behalf of nonhuman animals, I did not see it. I saved a handful from death or misery, but for most, there was nothing I could do. I was powerless to represent them directly. They were things, not persons, ignored by judge. But I was butting into something. Finally I saw that wall."

[...] Igualdade e liberdade, os dois princípios e valores jurídicos mais poderosos dos quais o Direito Ocidental pode se orgulhar, exigem a destruição desse muro (WISE, 2014, p. 5, tradução minha).<sup>184</sup>

Como outros autores, Wise compara a escravidão humana – e a longa e árdua luta pelo seu fim – com a exploração dos animais, ainda amplamente disseminada hoje. No caso dos animais, entretanto, ele reconhece que essa luta será ainda mais longa e ainda mais árdua. Sobretudo porque eles dependem de nós para que ela se efetive. Isto é: a libertação animal advirá da própria espécie que os explora: “O problema para os animais não humanos é que eles não podem lutar nem argumentar. [...] É por isso que, até que os humanos aprendam a lutar e a argumentar por eles, os animais jamais conquistarão quaisquer direitos” (WISE, 2014, p. 13-14, tradução minha).<sup>185</sup>

Wise alega que nossa ordem jurídica é anacrônica e ainda bastante resistente aos muitos avanços que temos presenciado no âmbito científico, filosófico e comportamental. Estar ciente das origens dos princípios que fundamentam nossas legislações é imprescindível para promover mudanças. Desde as primeiras leis de que temos registro – que datam da mesma época da invenção da escrita, 3000 anos a.C. – os animais têm o estatuto de “coisa”, são sempre referidos como propriedades. Essas mesmas leis, entretanto, também estabeleciam hierarquias entre os próprios humanos, cujos “valores” variavam conforme as características de cada um, que tanto poderiam ser determinadas biologicamente, como adquiridas socialmente: homens e mulheres, adultos e criança, judeus e cristãos, homens livres e escravizados, homens “superiores” e “inferiores”, “normais” e “loucos”. Como sabemos, essa diferenciação entre humanos é amplamente condenável hoje. Mas no que concerne aos animais, boa parte das leis atuais ainda são muito similares àquelas que os antigos sumérios registravam em escrita cuneiforme em suas tabuletas de barro.

[...] quando tomamos emprestado as leis do passado, nós tomamos emprestado o próprio passado. A legislação de uma sociedade moderna muitas vezes advém de uma época e lugar distantes, às vezes até de uma cultura que estava alicerçada em cosmologias, crenças e formas de compreensão do universo totalmente diferentes. Dispositivos legais que em algum momento fizeram algum sentido, podem perder todo o sentido quando transplantadas para uma época, lugar e cultura muito distintas. Promovidas, por sua longevidade, ao *status* de verdades evidentes por si mesmas, leis

<sup>184</sup> Original em inglês: “It may appear firm and sturdy, but its intellectual foundations are so unprincipled, and arbitrary, so unfair and unjust, that it is crumbling. [...] Equality and liberty, the two most powerful legal principles and values of which Western Law can boast, demand the destruction of that wall.”

<sup>185</sup> Original em inglês: “The problem for nonhuman animals is that they can neither fight nor write. [...] That is why until humans learn to fight for them or write for them, nonhuman animals will never have any rights” (WISE, 2014, p. 13-14).

antigas preservadas de forma irrefletida podem perpetrar velhas injustiças, que talvez até tenham sido menos injustas em outro momento, porque ainda não se conhecia nada melhor (WISE, 2014, p. 24, tradução minha).<sup>186</sup>

*Rattling the cage* apresenta um breve panorama das legislações referentes aos animais em distintas épocas e lugares, para então concluir que todas elas “enfaticavam a diferença incomensurável e o enorme abismo que separava os humanos de todos os outros animais” (WISE, 2014, p. 40, tradução minha).<sup>187</sup> Depois disso, o livro passa a argumentar porque devemos atribuir o estatuto de “pessoa” a chimpanzés e bonobos. Sua principal alegação é a de que “a posse de autonomia é suficiente, nos termos da lei, para estabelecer a personalidade jurídica. E todo ser autônomo, independentemente de sua espécie, deve ser reconhecido como pessoa – e, portanto, com a capacidade de possuir um ou mais direitos” (WISE, 2014, p. xix, tradução minha).<sup>188</sup>

Para “persuadir os juízes de que chimpanzés e bonobos são autônomos” (WISE, 2014, p. xxi, tradução minha)<sup>189</sup>, Wise expõe resultados de pesquisas científicas realizadas, desde o início da década de 1960, por primatologistas consagrados. O autor não apenas leu centenas de trabalhos acadêmicos, como conversou com os próprios pesquisadores e esteve em contato contínuo com alguns deles enquanto escrevia o livro. Fica evidente, assim, o quanto esses animais são parecidos conosco em diversos aspectos, sendo, portanto, injustificável e ilógico que sejam considerados meras “coisas”:

Espero que vocês cheguem à conclusão, como eu cheguei [...], de que o sistema jurídico deve conceder a chimpanzés e bonobos o direito de ter uma personalidade jurídica. Seus direitos fundamentais de integridade física e liberdade devem ser outorgados imediatamente. Raptá-los, vendê-los, prendê-los e submetê-los à vivisseção – tudo isso deve parar agora. O abuso e o assassinato de animais devem ser proibidos pelo que realmente são: genocídio (WISE, 2014, p. 7, tradução minha).<sup>190</sup>

---

<sup>186</sup> Original em inglês: “[...] when we borrow past law, we borrow the past. The law of a modern society often springs from a different time and place, perhaps even from a culture that may have believed in an entirely different cosmology or belief of how the universe works. Legal rules that may have made good sense when fashioned may make little sense when transplanted to a vastly different time, place and culture. Raised by age to the status of self-evident truths, ancient legal rules mindlessly borrowed may perpetrate ancient injustices that may once have been less unjust because we knew no better.”

<sup>187</sup> Original em inglês: “Each emphasized the incommensurable difference and enormous gulf that separated humans from every other animal” (WISE, 2014, p. 40).

<sup>188</sup> Original em inglês: “The possession of autonomy is sufficient under the common law to establish legal personhood, and that every autonomous being, regardless of her species, should be recognized as a legal person with the capacity to possess one or more legal rights.”

<sup>189</sup> Original em inglês: “[...] to persuade the judges that chimpanzees are autonomous [...].”

<sup>190</sup> Original em inglês: “I hope you will conclude, as I do in Chapter 11, that justice entitles chimpanzees and bonobos to legal personhood and to the fundamental legal rights of bodily integrity and bodily liberty – now.

Pode-se dizer que Wise conseguiu tornar esse “muro” jurídico a que ele se refere ainda mais inconsistente. Seu livro vem contribuindo para despertar profissionais do campo jurídico para essas questões, além de ter sido muito reconhecido e elogiado por especialistas e estudiosos de ética e direitos animais. Peter Singer afirmou que as ideias expostas são tão inovadoras “que torna impossível continuar pensando nos animais como mera propriedade”. Para o filósofo, Wise deixou claro, com esse livro, qual o caminho a seguir. Para libertar os animais desse “encarceramento jurídico”, “cada advogado, cada juiz e cada legislador deveria ler este livro” (SINGER, 2014, tradução minha).<sup>191</sup>

A primatologista Jane Goodall, que assina o prefácio, define o autor como “um dos mais proeminentes advogados animalistas de todo o mundo”. Ela reconhece a acurácia das informações apresentadas por Wise e sua contribuição para uma necessária reforma jurídica.

Acredito que *Rattling the Cage*, graças aos longos anos de pesquisa que envolveu sua redação, terá um impacto e deixará sua marca nos processos legais. Eu enxergo isso como um enorme passo ao longo de uma estrada que está gradualmente nos conduzindo a uma nova relação legal entre os humanos e outras formas de vida sencientes e inteligentes (GOODALL, 2014, p. ix, tradução minha).<sup>192</sup>

Três anos depois do lançamento de *Rattling the cage*, Wise publicou outro livro que foi igualmente considerado relevante para os estudos animalistas: *Drawing the line: science and the case for animal rights* (2003). Dessa vez o autor avança um pouco mais, considerando outros animais para além de chimpanzés e bonobos. Novamente, a partir da análise de muitas pesquisas científicas sobre comportamento animal, Wise evidencia o alto nível de “autonomia prática” de sete outras espécies: elefante, golfinho, gorila, cachorro, orangotango, papagaio e abelha. “Negar direitos básicos a animais não humanos, sobretudo àqueles mais merecedores”, afirma o autor, “é arbitrário, tendencioso e, portanto, injusto. Isso mina, e finalmente destrói, todos os fundamentos dos direitos humanos mais básicos” (WISE, 2003, p. 8, tradução minha).<sup>193</sup>

---

Kidnapping them, selling them, imprisoning them, and vivisectioning them must stop – now. Their abuse and their murder must be forbidden for what they are: genocide.”

<sup>191</sup> Original em inglês: “Steven Wise has written a path-breaking book that makes it impossible to continue thinking of animals as mere property. He has shown the way forward, out of the cage in which the law has placed animals. Every lawyer, every judge, and every legislator should read this book.”

<sup>192</sup> Original em inglês: “I believe that *Rattling the Cage*, thanks to all the long years of research that went into the writing, will make an impact, and leave its mark on the process of law. I see it as a major stepping-stone along a road that is gradually leading to a new legal relationship between humans and other sentient, sapient life forms.”

<sup>193</sup> Original em inglês: “To deny the most deserving amongst nonhuman animals basic rights is arbitrary, biased, and therefore unjust. It undermines, and finally destroys, every rationale for basic human rights as well.”

O advogado também reconhece, entretanto, que essa revolução moral e jurídica requererá tempo. Uma mudança de paradigma tão profunda nunca ocorre repentinamente e por isso demanda paciência e estratégias eficazes daqueles que lutam. Wise afirma que “um defensor dos direitos dos animais não humanos deve dar um passo de cada vez, pois o progresso enfrentará impedimentos físicos, econômicos, políticos, religiosos, históricos, jurídicos e psicológicos”. Mas esses obstáculos, ele pondera, “podem ser maiores para alguns não-humanos do que para outros” (WISE, 2003, p. 9, tradução minha).<sup>194</sup> Por isso sua estratégia por começar por apenas algumas espécies – inicialmente duas, depois mais sete –, que foram escolhidas por se assemelharem, em muitos aspectos, àqueles que já são portadores de direitos, isto é, já são reconhecidos como “pessoas” pelos sistemas jurídicos: nós, humanos.

Travar essa batalha demanda muito esforço. Mas, para Wise, é plenamente possível vencê-la. Ele toma como exemplo, novamente, o processo de luta contra a escravização de humanos: “Durante a maior parte da história, ninguém se importou com a escravidão humana” (WISE, 2003, p. 14, tradução minha).<sup>195</sup> Mas em algum momento, felizmente, alguém começou a pensar sobre isso. O ato de pensar nos leva a questionar. Quando questionamos, levamos outros a também pensarem e questionarem. Até que, em algum momento, começamos a vislumbrar alguma mudança.

Esse paralelo que muitos autores estabelecem entre a exploração de animais e de humanos é plausível não apenas porque os mecanismos de submissão do outro se assemelham, mas também porque os processos para erradicá-los estão embasados em argumentações bastante similares. Não à toa, vários dos abolicionistas da escravatura também foram defensores dos não humanos ou se engajaram em outras lutas por justiça social, conforme descreve Wise:

Não é coincidência que, quando os primeiros grillhões foram arrancados dos negros na Inglaterra no século XVIII, iniciou-se, em ato contínuo, um movimento em direção à justiça para os animais não humanos. Alguns dos mesmos ativistas e dos mais proeminentes parlamentares britânicos antiescravagistas do século XIX, incluindo William Wilberforce e Foxwell Buxton, forneceram apoio inicial para a constituição de uma legislação condenando a crueldade contra animais. Eles inclusive auxiliaram na criação da que é hoje a mais longeva organização do mundo dedicada à prevenção desse tipo de crueldade, *The Royal Society for the Prevention of Cruelty to Animals*. Do outro lado do Atlântico, os fundadores da *American Society for the Prevention of Cruelty to Animals*, na cidade de Nova York, ajudaram a organizar a *The New York Society for the Prevention of Cruelty to Children*. O movimento feminista americano surgiu e por muito tempo permaneceu ligado ao movimento abolicionista. [...]

<sup>194</sup> Original em inglês: “An advocate for the legal rights for nonhuman animals must proceed one step at a time, for progress is impeded by physical, economic, political, religious, historical, legal, and psychological obstacles. [...] [These] obstacles can loom higher for some nonhumans than for others.”

<sup>195</sup> Original em inglês: “For most of history, nobody cared about human slavery.”

A escravidão humana só foi viável porque muitos humanos eram “coisas” no âmbito jurídico. Essa ideia pode parecer muito absurda hoje, mas já esteve profundamente enraizada nas sociedades de outras épocas. Os argumentos a seu favor são frequentemente reproduzidos por aqueles que, como diz Alice Walker, são “cúmplices” na escravidão de animais não humanos na atualidade (WISE, 2003, p. 17, tradução minha).<sup>196</sup>

Esses exemplos evidenciam o quanto as mais diversas formas de opressão estão interconectadas. Como sabemos, Wise volta seu olhar ao Direito, e por isso insiste no fato de que o fim da subjugação de qualquer grupo discriminado requer mudanças legislativas e constitucionais.

A personalidade jurídica é o escudo legal que protege contra a tirania humana; sem ela, o indivíduo fica desamparado. Legalmente, as pessoas contam, mas as coisas não. Até que, e a menos que, um animal não humano adquira o estatuto de pessoa, ele permanecerá invisível para a leis civis (WISE, 2003, p. 21, tradução minha).<sup>197</sup>

Para que essa conquista se efetive, é imprescindível que os próprios atores do campo jurídico reconheçam sua relevância. E isso só acontece quando há uma abertura, uma predisposição a questionar o paradigma hegemônico. Isto é: quando advogados, juízes, promotores etc. conseguem discernir o quão determinantes são suas crenças e valores na execução de seu trabalho.

Juízes intelectualmente sofisticados sabem que decidem cada caso sob a influência de suas crenças. [...] Os julgamentos morais são influenciados pela intuição, pela experiência e pelas emoções. Os juízes executam seu trabalho a partir de diferentes visões sobre o direito e a justiça. Essas visões são construídas a partir dos distintos credos que são continuamente repetidos e reiterados no cadinho único que é a vida de cada um (WISE, 2003, p. 22, tradução minha).<sup>198</sup>

---

<sup>196</sup> Original em inglês: “It is therefore no coincidence that as the first fetters were being struck from blacks in England in the eighteenth century, a sustained movement toward justice for nonhuman animals began. Some of the same most prominent nineteenth-century antislavery British parliamentary campaigners, including William Wilberforce and Foxwell Buxton, provided the earliest support for the legislation against cruelty to nonhuman animals and helped create the world's permanent organization dedicated to preventing this cruelty, The Royal Society for the Prevention of Cruelty to Animals. Across the Atlantic, the founders of the American Society for the Prevention of Cruelty to Animals in New York City helped organize the New York Society for the Prevention of Cruelty to Children. The American feminist movement sprang from and often remained intertwined with abolitionism. [...] Human slavery was made possible by the legal rule that humans could be legal things, a concept that seems so wrong today, yet was deeply woven into the societies of its day. The arguments in its favor are often repeated by those who, as Alice Walker says, are “complicit” in the enslavement of nonhuman animals.”

<sup>197</sup> Original em inglês: “Personhood is the legal shield that protects against human tyranny; without it, one is helpless. Legally, persons count, things don't. Until, and unless, a nonhuman animal becomes a legal person, she will remain invisible to civil law.”

<sup>198</sup> Original em inglês: “Sophisticated judges know they decide cases under the influence of their beliefs. [...] Moral judgments are influenced by intuition, experience, and emotions. Judges approach their work with different visions of law and justice constructed from their different beliefs hammered in the unique crucible that is each of their lives.”

“As mudanças”, segundo Wise, “ocorrem somente depois que as pessoas passam a acreditar que algo é possível”. Por isso ele ressalta a importância do diálogo, da argumentação, da publicação de livros como estes que ele se propôs a escrever: “Apresentar argumentos é o primeiro passo para esclarecer os formuladores de políticas públicas, juízes e público em geral sobre o que já está em curso no campo filosófico e científico” (WISE, 2003, p. 22, tradução minha).<sup>199</sup> Essa difusão de informações que Wise defende certamente poderia se dar pelos meios de comunicação de forma geral e pelo jornalismo especialmente.

*Drawing the line* também discorre sobre o conceito de especismo, contribuindo para seu entendimento como uma forma de preconceito. Dessa forma, Ryder reitera a ideia defendida por seus antecessores, de que a discriminação das demais espécies é análoga ao sexismo, racismo etc. Seria um contrassenso, portanto, percebermos isso, mas seguirmos perpetuando práticas especistas. Afinal, explica Wise, não existe “nenhuma qualidade objetiva, racional, legítima e não arbitrária que todo *Homo sapiens* possua, e nenhum não humano possua – a qual poderia justificar a concessão de direitos básicos, como liberdade, a todos nós, mas a nenhum deles” (WISE, 2003, p. 24, tradução minha).<sup>200</sup>

Wise argumenta que a liberdade e a igualdade, como princípios universais do direito ocidental, abarcam também a defesa da vida e da integridade física. E estão relacionados ao que ele chama de “autonomia prática”, característica que usa para fundamentar sua defesa de direitos para alguns animais. Poderíamos talvez supor que o próprio autor estaria, de certa forma, sendo especista ao privilegiar apenas algumas espécies – e não por acaso as mais parecidas conosco, o que talvez também caracterizaria algum grau de antropocentrismo. Entretanto, como já foi dito, o autor deixa claro que essa opção é fruto de uma estratégia, embasada na ideia de que devemos dar um passo de cada vez, promover mudanças graduais e sucessivas, as quais ao longo do tempo possibilitariam a transformação de toda a sociedade.

Por que, então, seu critério não seria a sciência, conforme já argumentaram tantos teóricos, mas sim o nível de “autonomia prática” de cada espécie? A essa indagação, ele responde:

Se eu fosse o presidente da “Suprema Corte do Universo”, poderia tornar a simples capacidade de sofrer, em vez da autonomia prática, suficiente para a concessão de direitos, para o reconhecimento da dignidade e da personalidade jurídica. Afinal, por

<sup>199</sup> Original em inglês: “Shifts occur only after people come to believe that something is possible. [...] Making the argument is the first step toward informing policymakers, judges, and the public about what is known, and, therefore.”

<sup>200</sup> Original em inglês: “[...] some objective, rational, legitimate, and nonarbitrary quality possessed by every *Homo sapiens*, but possessed by no nonhuman, that entitles all of us, but none of them, to basic liberty rights.”

que um ser não autônomo deveria estar sujeito a sofrer? A capacidade de sofrer, entretanto, ainda parece irrelevante para muitos juízes, em sua consideração sobre quem tem direito aos direitos básicos. O que é minimamente suficiente é a autonomia prática. Isso pode ser um anátema para os discípulos de Bentham e Singer. Eu mesmo não gosto muito disso. Mas os filósofos debatem a questão dos direitos no âmbito moral; os juízes decidem sobre direitos no âmbito legal. E por isso eu apresento um argumento legal, e não filosófico, para defender o direito à dignidade dos animais não humanos (WISE, 2003, p. 34, tradução minha).<sup>201</sup>

Wise também emprega o “princípio da precaução” em sua argumentação. Naqueles casos em que ainda não temos certeza sobre o nível de autonomia prática de determinada espécie, mas já identificamos alguns indícios de autonomia, devemos sempre optar pela prevenção de danos. Isso é importante pois a ciência está continuamente evoluindo e as “certezas” de agora nunca são “certezas absolutas”. Logo, é melhor errar pela precaução do que pela omissão.

As evidências são claras de que pelo menos alguns animais possuem habilidades mentais. À luz do que sabemos, já é hora de aplicarmos o princípio da precaução às leis concernentes aos não humanos. Privar qualquer ser possuído de autonomia prática dos direitos básicos de liberdade é a mais terrível injustiça que se possa imaginar. Se ainda houver dúvidas, mas já tivermos alguma evidência de autonomia prática, devemos errar por precaução nos casos em que os animais envolvidos estiverem sob risco de sérios danos (WISE, 2003, p. 40, tradução minha).<sup>202</sup>

É nesse sentido que se justifica o título de seu livro – *Drawing the line*. A “linha” que “separa” humanos de não humanos está constantemente sendo redesenhada. É muito difícil (talvez impossível) estabelecer limites definitivos entre diferentes espécies. Se considerarmos as descobertas científicas dos últimos séculos, fica evidente o quanto já nos surpreendemos ao descobrirmos qualidades e capacidades de diversos animais, as quais muitas vezes nem sequer imaginávamos que existiam – sobretudo por não convivermos com eles. Portanto, assim como, no caso dos humanos, raça, nacionalidade, classe social e gênero não são (ou não deveriam ser) relevantes nos julgamentos morais e legais, Wise alega que, idealmente, a espécie tampouco deveria ser relevante:

---

<sup>201</sup> Original em inglês: “If I were Chief Justice of the Universe, I might make the simpler capacity to suffer, rather than practical autonomy, sufficient for personhood and dignity-rights. For why should even a nonautonomous being be forced to suffer? But the capacity to suffer appears irrelevant to common-law judges in their consideration of who is entitled to basic rights. What is at least sufficient is practical autonomy. This may be anathema to disciples of Bentham and Singer. I may not like it much myself. But philosophers argue moral rights; judges decide legal rights. And so I present a legal, and not a philosophical, argument for the dignity-rights of nonhuman animals.”

<sup>202</sup> Original em inglês: “Evidence is clear that at least some do not lack mental abilities. In light of what we know, it is time to apply a precautionary principle to the law of nonhuman animals. Depriving any being possessed with practical autonomy of basic liberty rights is the most terrible injustice imaginable. When there is doubt and serious damage is threatened, we should err on the cautions side when some evidence of practical autonomy exists.”

Qualquer ser que tem desejos, que tem a capacidade de agir intencionalmente para conseguir o que deseja, e que tem um senso de si mesmo que lhe permite saber que é ele quem deseja e quem está agindo para conseguir o que deseja, possui autonomia prática suficiente para ser portador de direitos de dignidade. Nesses casos, a espécie a que pertence é irrelevante (WISE, 2003, p. 231, tradução minha).<sup>203</sup>

Após a publicação dos dois livros<sup>204</sup>, Wise decidiu começar a colocar em prática, mais efetivamente, as ideias que vinha defendendo há anos. Em 2007, ele fundou a ONG *Nonhuman Rights Project*, com a proposta de conquistar direitos básicos para, inicialmente, pelo menos algumas espécies.<sup>205</sup> Os primeiros “clientes” da ONG foram animais com alto nível de autonomia prática. Nos Estados Unidos, onde o sistema jurídico é distinto do brasileiro, cada estado possui uma jurisprudência e leis diversas. Wise, junto com outros advogados, estudou minuciosamente a jurisprudência de cada estado estadunidense para então escolher onde seria mais viável mover ações em prol da liberdade de animais. Após pré-selecionar seis estados, o grupo elegeu Nova York para mover suas primeiras ações judiciais. Mas isso ocorreu somente em 2013 – nove anos após a fundação da ONG e mais de uma década depois do lançamento de *Rattling the cage*.

Durante a primeira semana de dezembro de 2013, com o objetivo de iniciar nossa campanha estratégica de litígio, conforme descrevi em *Rattling the Cage*, os advogados da *Nonhuman Rights Project* viajaram de uma extremidade a outra do Estado de Nova York, para dar entrada com três processos de *habeas corpus* em nome de quatro chimpanzês que eram mantidos presos por seus proprietários (WISE, 2014, p. xix – xx, tradução minha).<sup>206</sup>

O *habeas corpus* – instrumento jurídico que autoriza a liberdade de alguém que esteja detido por motivos injustificados – só havia sido demandado, até aquele momento, para seres humanos. Todos os três pedidos foram rejeitados. Um dos juízes, entretanto, reconheceu a força de suas argumentações e a importância da causa, incentivando-os a tentar novamente. Desde então, a ONG moveu sucessivas ações, ampliando o leque de espécies atendidas pelo projeto. Além dos grandes primatas (gorilas, chimpanzês, orangotangos), seus advogados também têm

---

<sup>203</sup> Original em inglês: “Any being who can want, who can intentionally act to get what she wants, and who has a sense of self that allows her to know if is she who wants and she who is acting to get what she wants possesses practical autonomy sufficient for dignity-rights. Her species is irrelevant.”

<sup>204</sup> Além das obras citadas, Wise também publicou *Though the Heavens May Fall: The Landmark Trial That Led to the End of Human Slavery* (2005); e *An American Trilogy: Death, Slavery, and Dominion Along the Banks of the Cape Fear River* (2009).

<sup>205</sup> Entre os primeiros integrantes da ONG está a primatologista Jane Goodall.

<sup>206</sup> Original em inglês: “During the first week of December 2013, aiming to begin the strategic litigation campaign outlined in *Rattling the Cage*, Nonhuman Rights Project lawyers traveled from one end of New York State to the other, filing three common law habeas corpus suits on behalf of four imprisoned chimpanzees.

representado elefantes, golfinhos, orcas, entre outros. Em maio de 2015, um juiz enfim aceitou abrir uma audiência para analisar o pedido de *habeas corpus* para os chimpanzés Hércules e Leo.<sup>207</sup> Em dezembro de 2018, foi autorizada outra audiência de *habeas corpus*, dessa vez para o elefante Happy. Até meados de 2021, o processo ainda estava em andamento.

Ao longo desses anos, a *Nonhuman Rights Project* consolidou-se como “a única organização de direitos civis nos Estados Unidos dedicada exclusivamente a garantir direitos aos animais não humanos” – conforme consta em seu site.<sup>208</sup> Além das ações judiciais, a ONG realiza campanhas de conscientização sobre a importância da conquista de direitos para não humanos, e também auxilia grupos de outros países que pretendem representar animais no âmbito legal. Os advogados estrangeiros são orientados a mover ações adequadas às especificidades de cada sistema jurídico particular.<sup>209</sup>

Além de dedicar-se a este projeto, Wise vem lecionando disciplinas na área de direitos animais em diferentes instituições de ensino dos Estados Unidos, tais como a *Harvard Law School*, *Vermont Law School*, *John Marshall Law School* e *Tufts University*. Atualmente, ministra aulas sobre a jurisprudência dos direitos animais no *Center for Animal Law Studies (CALs)*, da *Lewis & Clark Law School*<sup>210</sup>, em Portland, Oregon.

Apesar de sua atuação significativa nos Estados Unidos – tanto no meio acadêmico, como no jurídico, como ficou evidente –, Wise ainda é pouco conhecido no Brasil. Em 2015, uma palestra que proferiu no *TED Talks* com o título “Chimpanzés sentem e pensam – eles deveriam ter direitos também” teve mais de um milhão de visualizações somente na plataforma *TED*, contribuindo para a propagação de suas ideias muito afora. Até agora, entretanto, nenhum de seus livros foi traduzido para o português. Ainda assim, como jurista e professor universitário, Wise é considerado uma referência entre os especialistas da área. Ativistas, advogados e acadêmicos brasileiros inspiram-se em seu exemplo e determinação para também atuarem na defesa de não humanos por aqui.

---

<sup>207</sup> Foi em um tribunal da Argentina onde, em 2017, um *habeas corpus* foi concedido pela primeira vez a um primata. A chimpanzé Cecília foi transferida do zoológico de Mendoza, no oeste da Argentina, para o Santuário de Grandes Primatas, em Sorocaba, interior de São Paulo.

<sup>208</sup> Tradução minha. Original em inglês: “The *Nonhuman Rights Project* is the only civil rights organization in the United States dedicated solely to securing rights for nonhuman animals.” Disponível em: <https://www.nonhumanrights.org>

<sup>209</sup> Até o momento, a ONG já estabeleceu parcerias com grupos da Inglaterra, Espanha, França, Suécia, Finlândia, Suíça, Portugal, Argentina, Israel, Turquia, Índia e Austrália.

<sup>210</sup> *Lewis & Clark Law School* é uma das instituições pioneiras no ensino de Direito Animal nos Estados Unidos, atuando nessa área desde 1992. O *Center for Animal Law Studies (CALs)* foi criado em 2008 a partir de uma parceria com o *Animal Legal Defense Fund (ALDF)*, organização da qual Steven Wise já foi presidente. Conforme informa o site do CALS, o Centro oferece o currículo mais extenso na área de direito animal no mundo.

### 1.2.6. Nossa “esquizofrenia” moral

– *Nunca vou acreditar que ele seria capaz de matar um cão.*  
 – *Haveria uma grande diferença entre uma lebre, um cão e um porco? – perguntei, mas ela não respondeu.*

Olga Tokarczuk<sup>211</sup>

Entre os acadêmicos contemporâneos que atuam na área de direitos animais, destaca-se também o trabalho do teórico estadunidense Gary Francione. Uma de suas contribuições para o debate foi a concepção da ideia de “esquizofrenia moral”, apresentada em seu livro *Introdução aos direitos animais: seu filho ou o cachorro?*, publicado originalmente em 2000. O autor inicia o texto citando uma pesquisa de opinião pública realizada em 1995, pela *Associated Press*, em que a maioria dos entrevistados concordou com a afirmação: “O direito de um animal de viver livre de sofrimento deveria ser tão importante quanto o direito de uma pessoa de viver livre de sofrimento.” Além desta, ele também cita outras enquetes realizadas em países europeus, as quais constataram que, de forma geral, cerca de 90% das pessoas acreditam que os animais devem ser protegidos de tratamentos cruéis. Observa-se, portanto, um certo consenso em relação à ideia de que os animais devem ser respeitados e devem ter direitos.

Paradoxalmente, entretanto, quantidades exorbitantes de animais são torturados e mortos a todo momento somente para consumo humano. Por isso o autor afirma que “sofremos de um tipo de ‘esquizofrenia moral’, quando se trata do que pensamos sobre os animais. Afirmamos que consideramos os animais como seres que têm interesses moralmente significativos, mas nossa maneira de tratá-los contradiz nossa afirmação” (FRANCIONE, 2013, p. 23). Sabemos que pelo menos alguns humanos respeitam algumas espécies de animais. Mas isso não “ameniza” essa “esquizofrenia moral” a que Francione se refere. Pelo contrário: torna-a ainda mais explícita:

Por que sofremos quando um dos nossos companheiros animais morre? A resposta é que nós não vemos ao menos alguns animais (nossos cachorros e gatos) como recursos substituíveis, e nosso reconhecimento de que nossos companheiros animais têm personalidades únicas é uma observação factual [...]. Se nos déssemos ao trabalho de nos relacionar com galinhas, vacas ou porcos da maneira como nos relacionamos com os nossos companheiros animais, parariamos de ver os “animais para comida” meramente como recursos substituíveis, assim como não vemos nossos cães ou gatos como meros recursos substituíveis. O problema é que a maioria de nós se relaciona com os animais de fazenda apenas como comida, somente quando se senta para consumir seus corpos, e nesse tipo de relação não há muita diferença entre uma galinha e outra, uma vaca e outra etc. (FRANCIONE, 2013, p. 239-240).

<sup>211</sup> Do livro *Sobre os ossos dos mortos* (TOKARCZUK, 2019, p. 188).

Quando pensam em “animais”, muitos indivíduos sequer percebem que estão considerando apenas um número ínfimo de espécies entre milhares que existem. Por isso, conforme aponta Francione (2013, p. 21-22), há essa “profunda disparidade entre o que dizemos acreditar sobre os animais e como, de fato, os tratamos. [...] A cada ano, sujeitamos bilhões de animais a uma enormidade de dor, sofrimento e angústia.” Provavelmente as pessoas são sinceras ao afirmar que não devemos submeter as demais espécies a tratamento cruel. Mas talvez não estejam dispostas a admitir essa incoerência entre o pensar e agir; e tampouco refletem sobre essa escolha – arbitrária – por proteger apenas algumas espécies.

Nossa esquizofrenia moral acerca dos animais [...] nos leva a amar alguns deles, tratá-los como membros da nossa família e nunca duvidar de sua senciência, capacidade emocional, autoconsciência ou personalidade, ao mesmo tempo em que enfiamos garfos em outros que são indistinguíveis, em qualquer sentido relevante, daqueles nossos companheiros animais (FRANCIONE, 2013, p. 274-275).

Para Francione, o conceito de senciência é central na defesa dos animais, uma vez que é essencialmente por sua capacidade de sofrer, sentir dor e prazer, que devemos considerá-los moralmente. O autor afirma que, em certas situações, até “podemos preferir os interesses dos humanos aos interesses dos animais, mas que podemos fazer isso apenas quando for necessário, e que, portanto, não devemos infligir sofrimento desnecessário aos animais” (FRANCIONE, 2013, p. 25). O que a maioria das pessoas interpreta como “necessário”, entretanto, seria plenamente evitável. São práticas que se perpetuam muito mais pela “força do hábito” – além dos muitos interesses envolvidos – do que por uma necessidade real.

O fato é que a grande maioria dos usos que fazemos dos animais *somente* pode ser justificada pelo hábito, a convenção, o divertimento, a conveniência ou o prazer. Em outras palavras, a maioria do sofrimento que impomos aos animais é completamente desnecessária, *seja qual for* nossa interpretação dessa noção (FRANCIONE, 2013, p. 26).

O próprio hábito de consumir carne, inclusive, pode ser considerado igualmente desnecessário, uma vez que podemos nos nutrir de muitas outras formas. Portanto, também neste caso não se justifica favorecer os interesses dos humanos em se alimentar em detrimento dos interesses dos animais em seguir vivendo.

Não é necessário, em nenhum sentido, comer carne ou outros produtos animais: de fato, um número crescente de profissionais da saúde afirma que os produtos animais podem ser prejudiciais à saúde humana. Além disso, respeitáveis cientistas ambientalistas têm chamado a atenção para o tremendo custo que a criação animal

voltada à produção de carne impõe ao nosso planeta. Em todo caso, nossa melhor justificativa para a enorme dor, sofrimento e morte impostos a esses bilhões de animais de fazenda ou granja é que gostamos do sabor de suas carnes (FRANCIONE, 2013, p. 27).

Assim como Wise e Regan, Francione também defende a importância de atribuirmos personalidade jurídica às demais espécies. Ao longo de todo o texto ele reitera que, como propriedade, os animais “são o *objeto* de ações legais e não o *sujeito*, e evidentemente não têm legitimidade processual para ajuizar ações em seu próprio nome” (FRANCIONE, 2013, p. 138). E seria justamente por esse motivo que os interesses dos humanos – mesmo quando supérfluos – acabam por prevalecer quando estão em conflito com interesses vitais dos animais.

A condição de propriedade dos animais torna completamente sem sentido qualquer equilíbrio que, supostamente, se requeira sob o princípio do tratamento humanitário ou as leis do bem-estar animal, porque o que estamos realmente pesando são os interesses dos proprietários contra os interesses da sua propriedade animal. [...] Como os animais são mera propriedade, geralmente temos permissão para ignorar seus interesses e para infligir-lhes a mais horrenda dor, sofrimento ou morte, quando esta atitude é economicamente vantajosa para nós. [...] O interesse do humano como proprietário quase sempre prevalecerá. O animal [...] só tem valor como um meio para *nostros* fins. Não há realmente nenhuma escolha a ser feita entre o interesse do humano e o interesse do animal porque a escolha já está predeterminada pelo *status* de propriedade do animal (FRANCIONE, 2013, p. 27-28).

Francione explica que “o direito de não ser tratado como propriedade” precede todos os outros direitos, portanto, trata-se de um “direito básico”, “uma precondição para a posse de interesses moralmente significativos”:

Se não reconhecemos que um humano tem o direito de não ser tratado exclusivamente como um meio pra os fins de outro, então qualquer outro direito que possamos lhe dar, como o direito à liberdade de expressão, ou à liberdade, ou ao voto, ou a ter propriedade, fica completamente sem sentido. [...] Podemos não concordar quanto a que outros direitos os humanos têm, mas para terem qualquer direito que seja, eles devem ter o direito básico de não ser tratados como coisas (FRANCIONE, 2013, p. 31-32).

Como outros teóricos já citados, o autor reafirma que somente o estatuto de “pessoa” possibilitará que os animais ingressem em nosso círculo de consideração moral, ficando assim protegidos pelo “princípio da igual consideração”:

Se quisermos levar os interesses dos animais a sério e dar conteúdo à nossa professada rejeição à inflicção de sofrimento desnecessário a eles, só podemos fazer isso de uma maneira: aplicando aos animais o *princípio da igual consideração*, ou a norma de que devemos tratar semelhantes semelhantemente. [...] esse princípio faz parte de todas as teorias morais e, como o princípio do tratamento humanitário, é um preceito que a

maioria de nós aceita no nosso pensar cotidiano sobre as questões morais. Aplicarmos o princípio da igual consideração aos animais não quer dizer que estejamos comprometidos com a posição de que os animais são “o mesmo” que os humanos [...], ou que eles são nossos “iguais” em todos os aspectos. Quer dizer apenas que se os humanos e os animais de fato tiverem um interesse semelhante, devemos tratar esse interesse da mesma maneira, a menos que haja alguma boa razão para não fazer isso. Nossa sabedoria convencional sobre os animais nos faz entender que eles são semelhantes a nós ao menos em um aspecto: eles *são* sencientes e, como nós, têm interesse em não sofrer (FRANCIONE, 2013, p. 28-29).

Esse princípio, ele acrescenta, “reflete a visão de que os julgamentos morais sólidos devem ser universais, e não podem ser baseados em interesse próprio ou interesses de um grupo ‘especial’ ou da elite” (FRANCIONE, 2013, p. 160). Isto é, cada indivíduo da comunidade moral é dotado de valor inerente, sendo este valor não “comparável” ou “variável” conforme sua relação com os demais indivíduos. Foi a falta de reconhecimento do valor inerente que possibilitou a escravização de tantos humanos ao longo da história. Por isso, para Francione (2013, p. 165), “a instituição da escravidão humana era estruturalmente idêntica à instituição de propriedade dos animais”. Assim como conquistamos a abolição da escravidão, o autor defende que devemos lutar agora pela completa abolição da exploração de animais – e não meramente por leis de bem-estar animal. Para ele, melhorar as condições de vida de alguns animais seria o equivalente a admitirmos uma escravidão “humanitária”.

Nossa concordância quanto à inaceitabilidade da escravidão humana é praticamente unânime. As leis de quase todas as nações do mundo proíbem a escravidão, e a comunidade internacional condena a escravidão por considerá-la uma violação dos direitos humanos básicos. [...] Seguindo um princípio moral fundamental refletido no Direito nacional e internacional, aceitamos, sem questionar, que a escravidão e o homicídio são errados. [...]

Não proibimos a escravidão “desumana” permitindo uma escravidão “humanitária” e “compassiva”. Embora as formas mais brutais de escravidão sejam piores do que as formas menos brutais, proibimos a escravidão humana em geral porque os humanos têm interesse em não sofrer *de jeito nenhum* como consequência do seu uso como propriedade alheia (FRANCIONE, 2013, p. 168).

Ao contrário de Wise, Francione não acredita que devemos dar “um passo de cada vez”. Ele defende categoricamente a perspectiva abolicionista como único caminho possível para o fim definitivo da exploração animal. Para o autor, não devemos aceitar uma ou outra concessão a uma ou outra espécie, pois essas pequenas “conquistas” não contribuem para uma vitória efetiva do movimento pelos direitos animais. Essa estratégia, em sua visão, apenas tardará – e talvez até impossibilitará – a completa abolição do uso das demais espécies como “recursos”, uma vez que apenas “regula a exploração”: “Devemos abolir, e não meramente regular, nossa exploração institucionalizada dos animais, e devemos parar de usar ou produzir

animais para comida, entretenimento, esporte, vestuário, experimentos ou testes em produtos” (FRANCIONE, 2013, p. 273).

Como outros pesquisadores já citados aqui, Francione também descreve o *modus operandi* da indústria de exploração animal, expondo o sofrimento infligido às espécies mais utilizadas como *commodities*: bois, vacas, porcos, galinhas, peixes. Ele faz questão de chamar a atenção para as atrocidades da indústria pesqueira, uma vez que muitos sequer consideram peixes e outros animais marinhos como seres sencientes – apesar de isso já estar comprovado cientificamente. As graves consequências ambientais também são abordadas: a emissão de gás metano e a contribuição da pecuária para o aquecimento do planeta; a utilização ineficiente do solo; a poluição provocada pelos dejetos dos animais; o enorme desperdício de água.

Quase 90% da água doce que é consumida depois de retirada é usada na produção agrícola e na de rebanhos. A produção de proteína animal requer muito mais água do que a produção de proteína vegetal. [...] [Além disso,] o uso extraordinariamente ineficiente de energia fóssil para sustentar a criação animal deveria nos fazer questionar seriamente se os seres humanos, que se dizem racionais, estão pensando de modo racional. [...] Além de consumir imensas quantidades de água e energia, a criação animal resulta numa grave poluição aquática porque os animais produzem cerca de 1,4 bilhão de dejetos por ano – 130 vezes mais do que a população humana produz. Grande parte desse dejetos não é reciclada, mas despejada em nossas águas (FRANCIONE, 2013, p. 65).

Francione discorre ainda sobre a exploração de animais em atividades de entretenimento, como circos, zoológicos, rodeios, parques aquáticos: “Todos esses usos de animais para entretenimento têm uma coisa em comum: são inteiramente desnecessários. E se uma proibição do sofrimento desnecessário significar alguma coisa, deve significar uma proibição desses usos” (FRANCIONE, 2013, p. 80). A indústria de peles e as “fábricas de *pets*” também são extensamente criticadas:

A maioria dos cachorros vendidos em *pet shops* [...] vem das chamadas “fábricas de filhotes”, ou instalações de criação nas quais animais são mantidos em lutas imundos e apertados. [...] As cadelas são forçadas a dar cria continuamente, até não poderem mais produzir cachorrinhos suficientes, e então são mortas. [...] Cerca de metade dos cães criados nessas fábricas de filhotes morre devido a más condições sanitárias nessas fábricas ou durante o transporte (FRANCIONE, 2013, p. 147).

Sobre a vivisseção e uso de cobaias em pesquisas científicas, o autor procura demonstrar o paradoxo inerente a esse tipo de prática:

Os vivisseccionistas veem os animais de laboratório como “instrumentos de pesquisa” que são semelhantes aos humanos o suficiente para ser utilizáveis na compreensão de

problemas físicos e psicológicos humanos, mas dessemelhantes o suficiente para ser descartáveis de um modo que os humanos não são (FRANCIONE, 2013, p. 94).

“Além disso”, ele acrescenta, “por causa das diferenças biológicas entre os humanos e os outros animais, sempre há um problema em extrapolar para os humanos os resultados dos experimentos em animais” (FRANCIONE, 2013, p. 96-97). Os métodos alternativos seriam, portanto, um caminho preferível não apenas pelo sofrimento que evita, como também por gerar resultados mais seguros e eficazes:

Mesmo se os experimentos em animais produzirem informações vantajosas para a saúde humana, não se pode concluir que os experimentos em animais sejam o único, ou o mais eficiente, modo de resolver os problemas de saúde humana. Os experimentos em animais custam bilhões de dólares anualmente. Se esses dólares fossem gastos de outras maneiras, o resultado final poderia ser melhor. [...] Em vários sentidos, a escolha de usar experimentos em animais para resolver um problema é uma decisão tão política quanto científica (FRANCIONE, 2013, p. 97).

Mais uma vez, são os muitos interesses econômicos (e políticos) que impedem essa mudança de paradigma:

Somando-se à receita gerada pela venda de animais aos laboratórios, verdadeiros rios de capital fluem para as indústrias que fabricam jaulas e outros suprimentos necessários para alojar os milhões de animais envolvidos [...]. A pesquisa usando animais é um grande negócio (FRANCIONE, 2013, p. 95-96).

Francione também contesta as alegações de que vários desses hábitos que envolvem usos de animais sejam “naturais” ou “tradicionais”.

O fato de algum comportamento poder ser caracterizado como tradicional não tem nada a ver com se esse comportamento é moralmente aceitável ou não. [...] Qualificar alguma coisa como natural, em si, não diz nada sobre a moralidade da prática. [...] Quase toda forma de discriminação já praticada foi descrita como natural e como tradicional. As duas noções são, com frequência, usadas de maneira intercambiável. [...] O mesmo argumento poderia ser (e é) apresentado para defender mutilações de clitóris na África e a queima de esposas até a morte na Índia. A questão não é se a conduta é parte de uma cultura; *toda* conduta é parte de alguma cultura. A questão é se a conduta pode ser moralmente justificada (FRANCIONE, 2013, p. 283-284).

Seus argumentos e os muitos dados que apresenta evidenciam que o dilema entre escolher entre humanos e animais – conforme consta no subtítulo do livro: “seu filho ou o cachorro?” – é na verdade um falso dilema. A não ser que estejamos vivendo uma situação limite, raramente temos que escolher *entre* salvar humanos ou animais – sobretudo hoje, quando já temos tantas alternativas disponíveis. Conforme afirma o autor, a opção por seguirmos

usando animais como *commodities* não pode ser justificada como uma “necessidade” ou “emergência”.

[Se aceitamos] que os animais têm um interesse moralmente significativo em não ser sujeitados a sofrimento desnecessário, [...] [devemos repensar] o *status* moral dos animais [...]. É importante entender que essa [...] opção não requer que tratemos os animais do mesmo modo que tratamos os humanos, ou que consideremos os animais e os humanos como “o mesmo”, ou que desistamos da ideia de que, em situações de verdadeira emergência ou conflito – onde a necessidade exigir – podemos preferir os interesses dos humanos aos interesses dos animais. Tudo o que se requer é que aceitemos que os animais têm um interesse moralmente significativo em não sofrer e que devemos justificar a necessidade de lhes infligir qualquer sofrimento (FRANCIONE, 2013, p. 159).

Francione esclarece também que “atribuir aos animais o direito básico de não serem tratados como recursos não significa que sejamos obrigados a lhes dar os mesmos direitos que damos aos humanos” (FRANCIONE, 2013, p. 216). Incluí-los em nossa comunidade moral, portanto, não implica em conceder-lhes todos os direitos que nós temos – mesmo porque, suas capacidades e necessidades sequer demandam isso. Não faria sentido outorgar-lhes direito à educação ou à liberdade de expressão, por exemplo. Como “pessoas”, os animais apenas deixariam de ser tratados como “recursos”, como meios para nossos fins. Portanto, “a argumentação a favor dos direitos animais não diminui o respeito pela vida humana; ao contrário, aumenta o respeito por todas as formas de vida” (FRANCIONE, 2013, p. 287).

Sabemos que em muitos países já existem legislações de bem-estar animal. Entretanto, conforme aponta o autor, é uma incoerência que esses dispositivos de proteção excluam justamente as espécies mais exploradas:

Embora as leis do bem-estar animal, e particularmente as leis anticrueldade, supostamente proibam a infligência de sofrimento desnecessário aos animais, elas simplesmente não proporcionam nenhum nível significativo de proteção. [...] Muitas dessas leis isentam explicitamente a maioria das formas de exploração institucionalizada, que compreende o maior número de animais que usamos (FRANCIONE, 2013, p. 123).

Esse fato por si expressa a arbitrariedade e hipocrisia na nossa relação com as demais espécies. Por vezes, até mesmo animais da mesma espécie recebem tratamentos completamente diferentes conforme os “usos” a que se destinam. Seguem dois exemplos citados por Francione: “Há algo de quase surrealmente bizarro em proibir a rinha de galos numa nação que mata perto de oito bilhões de galinhas por ano, pela única razão de que gostamos do sabor de sua carne” (FRANCIONE, 2013, p. 271-272); “a maioria de nós não vê nenhuma incoerência em chamar

de cruel um sacrifício ritual de animais, enquanto saboreia costeletas de carneiro e hambúrgueres” (FRANCIONE, 2013, p. 272).

É evidente o quanto estamos sempre privilegiando nossos interesses em detrimento dos interesses dos animais, mesmo quando não há qualquer explicação racional para isso. Uma vez que “nossos usos institucionalizados de animais [...] geralmente estão fora do âmbito das leis anticrueldade” (FRANCIONE, 2013, p. 132), essas leis praticamente perdem sua efetividade, sua razão de ser. Francione reconhece que “é difícil abandonar velhos hábitos”, mas também reitera que “isso não quer dizer que eles sejam moralmente justificáveis” (FRANCIONE, 2013, p. 302).

Sabemos que ainda vivemos em sociedades inerentemente especistas, o que torna ainda mais difícil essa transformação de nossos costumes e tradições. Para além disso, a exploração animal está tão entranhada na sociedade, que não conseguimos nos esquivar completamente dela. De uma forma ou de outra, estamos sempre nos beneficiando do especismo. Isso não significa, entretanto, que não devemos fazer ao menos o que estiver ao nosso alcance – e muita coisa está.

Os humanos coisificaram e mercantilizaram tanto os animais, que é praticamente impossível evitar por completo a exploração animal. Os subprodutos animais são utilizados em uma grande variedade de coisas, inclusive no asfalto das estradas e em tecidos sintéticos. Mas a impossibilidade de evitar todos os contatos com a exploração animal não significa que não possamos evitar as formas mais óbvias e graves de exploração. Um indivíduo que não esteja perdido em um bote salva-vidas, ou no topo de uma montanha, tem sempre o poder de evitar comer carne e laticínios (FRANCIONE, 2013, p. 295).

Francione reforça a importância da conscientização e mudança de hábitos de cada indivíduo em particular. Para o autor, apenas a transformação da sociedade como um todo possibilitará a transformação das instituições, com destaque para o sistema judiciário, que finalmente reconhecerá os animais como “sujeitos” e não mais “objetos” das ações legais.<sup>212</sup>

É improvável que a legislação e os processos judiciais resultem em alguma mudança significativa na condição de propriedade dos animais, até que haja uma mudança social significativa na nossa atitude para com os animais. Ou seja, não é a lei que vai alterar o nosso pensar moral sobre os animais; tem de ocorrer o inverso. [...] Não é uma declaração da Suprema Corte nem uma lei do congresso que irão acabar com a exploração animal – pelo menos não até que a maioria de nós aceite a posição de que a instituição da propriedade animal é moralmente inaceitável (FRANCIONE, 2013, p. 298).

---

<sup>212</sup> Neste processo de mudança de paradigma, o jornalismo certamente teria um papel fundamental. O próximo capítulo abordará como tem sido a participação da imprensa contemporânea na difusão de ideias antiespecistas.

*Introdução aos direitos animais* é o único livro de Francione traduzido para o português até o momento – a edição brasileira foi publicada em 2013, 13 anos após o lançamento nos EUA. Além deste que se tornou mais conhecido, o autor já escreveu outros livros sobre o tema, entre os quais se destacam: *Animals, property, and the law* (1995); *Rain Without Thunder: The Ideology of the Animal Rights Movement* (1996); *Animals as Persons: Essays on the Abolition of Animal Exploitation* (2008). Ele também tem publicado trabalhos em parceria com a pesquisadora Anna Charlton.<sup>213</sup> Em 2015, os dois acadêmicos lançaram o site *Animal rights: the abolitionist approach... and abolitionism means veganism!*.<sup>214</sup>

Além de dedicar-se à produção bibliográfica e à participação em eventos e campanhas educativas, Francione é professor e pesquisador da *Rutgers University*, em Nova Jérsei (EUA), onde leciona disciplinas sobre o tema. Considerado uma das principais vozes da perspectiva abolicionista, os posicionamentos do autor são por vezes tidos como polêmicos e radicais até mesmo entre integrantes do movimento pelos direitos animais – há décadas ele se coloca como um opositor a Singer e crítico de Regan, grandes referências na área. Ninguém nega, entretanto, sua contribuição à causa. Há décadas suas ideias se propagam por diversos países e têm sido responsáveis por suscitar reflexões e transformar os hábitos de milhares de pessoas. Muitos afirmam que se tornaram veganos após lerem ou ouvirem os argumentos de Francione.

---

<sup>213</sup> Em coautoria com Anna Charlton, Francione publicou os seguintes livros: *Vivisection and dissection in the classroom: a guide to conscientious objection* (1992); *Eat Like You Care: An Examination of the Morality of Eating Animals* (2013); *Animal Rights: the abolitionist approach* (2015); *Advocate for animals: an abolitionist vegan handbook* (2017).

<sup>214</sup> Disponível em: <https://www.abolitionistapproach.com>

### 1.3. As mulheres na defesa dos animais

*Quantas gerações serão necessárias para dar vigor à virtude e aos talentos das descendentes libertas de escravas abjetas?*

Mary Wollstonecraft<sup>215</sup>

Nessa “breve história da defesa dos animais no Ocidente” que apresento aqui é nítida a ausência de mulheres entre os autores citados. Essa falta não é uma exclusividade do pensamento sobre direitos animais. Em praticamente todas as áreas do conhecimento não encontramos registros de textos escritos por mulheres ao longo de boa parte da história da humanidade. Isso não ocorre porque elas “não tinham o que dizer”, mas simplesmente porque não tinham liberdade e oportunidade para se expressarem; por muito tempo sequer eram alfabetizadas. Tampouco tinham “permissão” para qualquer tipo de participação na vida pública, conforme observa o historiador israelense Yuval Noah Harari em seu livro *Sapiens*:

Na Atenas democrática do século V a.C., um indivíduo provido de um útero não tinha status jurídico independente e era proibido de participar de assembleias populares ou ser juiz. Com poucas exceções, tal indivíduo não podia se beneficiar de uma boa educação nem se envolver em negócios ou discursos filosóficos. Nenhum dos líderes políticos de Atenas, nenhum de seus grandes filósofos, oradores, artistas ou mercadores tinha útero. O fato de ter útero faz com que uma pessoa seja biologicamente inadequada para essas profissões? Os atenienses da Antiguidade acreditavam que sim (HARARI, 2019, p. 154).

Todos os antigos filósofos e pensadores do mundo ocidental que conhecemos são homens. O trabalho intelectual, ao longo de milênios, era uma exclusividade masculina. Muitas mulheres de épocas remotas talvez tenham tido ideias brilhantes, mas jamais saberemos, uma vez que elas eram simplesmente ignoradas e excluídas dos debates intelectuais. Até hoje sentimos os efeitos desse enorme privilégio que foi dado aos homens. É fato que avançamos consideravelmente, mas nossas estruturas sociais ainda são inerentemente machistas.

Pelo menos desde a Revolução Agrícola, a maior parte das sociedades humanas têm sido sociedades patriarcais que valorizam mais os homens do que as mulheres. Independentemente de como a sociedade definia “homem” e “mulher”, ser homem sempre foi melhor, sociedades patriarcais educam os homens para pensar e agir de modo masculino e as mulheres para pensar e agir de modo feminino, punindo qualquer um que ouse cruzar as fronteiras. [...] Qualidades consideradas masculinas são mais valorizadas do que aquelas que são consideradas qualidades femininas. [...] Menos recursos são investidos na saúde e educação das mulheres; elas têm menos

---

<sup>215</sup> Do livro *Reivindicação dos direitos da mulher* (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 106). Publicado originalmente em 1792, o texto é considerado um dos fundadores do movimento feminista. Wollstonecraft é mãe de Mary Shelley, autora de *Frankenstein* e também ativista pelos direitos das mulheres.

oportunidades econômicas, menos poder político e menos liberdade de movimento (HARARI, 2019, p. 161-162).

Harari aponta que, mesmo nos raros casos em que uma mulher conquistava algum *status* social, reconhecimento público ou posição de poder, ela geralmente estava sozinha entre muitos homens.

Durante o reinado de 45 anos de Elizabeth, todos os membros do parlamento eram homens, todos os oficiais da marinha e do exército real eram homens, todos os juizes e advogados eram homens, todos os bispos e arcebispos eram homens, todos os teólogos e sacerdotes eram homens, todos os médicos e cirurgiões eram homens, todos os estudantes e professores, de todas as universidades e faculdades eram homens, todos os prefeitos e xerifes eram homens, e quase todos os escritores, arquitetos, poetas, filósofos, pintores, músicos e cientistas eram homens.

O patriarcado tem sido a norma em quase todas as sociedades agrícolas e industriais. Resistiu teimosamente a levantes políticos, revoluções sociais e transformações econômicas (HARARI, 2019, p. 161).

Outra pesquisadora contemporânea, Anne McClintock <sup>216</sup> (1952–) analisa extensamente a submissão das mulheres durante a colonização inglesa em países africanos. Em seu livro *Couro Imperial* (2010), ela explicita como a ideologia do imperialismo britânico estava impregnada nos mais diversos produtos culturais que circulavam entre o Reino Unido e a África. Em certo sentido, seu trabalho se assemelha ao de Edward Said, uma vez que também está focado nas relações Império-Colônia. Por outro lado, pode-se dizer que McClintock vai além, ao escrutinar como os valores imperialistas também são fortemente determinados por questões de gênero, raça e sexualidade. Ela procura demonstrar o quanto as mulheres foram – e ainda são – subjugadas por valores sexistas, que as proibiam terminantemente de estudar, ler, escrever, expressar suas opiniões e visões de mundo, participar de atividades políticas, ter qualquer protagonismo nas sociedades em que estavam inseridas.

O *corpus* de McClintock é bastante heterogêneo, como ela mesma descreve: “Os gêneros que elegi são diversos – fotografia, diários, etnografias, novelas de aventuras, histórias orais, poesias declamadas e uma miríade de formas de cultura nacional” (MCCLINTOCK, 2010, p. 40). O primeiro item que analisa é um mapa, desenhado em 1590, que consta na abertura do livro *As minas do Rei Salomão* (1885), de Henry Rider Haggard. A partir daí, a autora escrutina vários outros materiais, tais como os diários de Hannah Cullwick, os anúncios

---

<sup>216</sup> Anne McClintock nasceu no Zimbábue, cresceu na África do Sul e estudou na Inglaterra e EUA, onde hoje reside. É professora universitária de inglês e especialista em estudos de gênero, raça, sexualidade, sobretudo no âmbito das relações imperialistas e colonialistas que se desenvolveram em países africanos ao longo dos séculos passados.

publicitários do sabonete Pears, as teorias psicanalíticas de Freud e Lacan, os romances da escritora sul-africana Olive Schreiner. Baseado nessas numerosas narrativas, expressas em linguagens e suportes diversos, Mcclintock expõe os esforços empreendidos continuamente com o intuito de silenciar as vozes femininas.

As barreiras tradicionais contra a participação das mulheres na política eram muitas e, assim, as mulheres nunca tiveram papel muito ativo na esfera política. [...] O processo da definição do espaço político público como masculino e não feminino não aconteceu simplesmente “por acaso”. Enquanto achavam seus meios de acesso ao poder, os novos profissionais e comerciantes deliberadamente excluía as mulheres de classe média dos clubes e tabernas, das lojas maçônicas e das organizações financeiras, das salas comerciais dos *pubs*, das reuniões e dos encontros políticos, da Câmara dos Produtores, das eleições legislativas e das universidades; em suma, de todas as instituições do poder público, que foram por isso mesmo definidas como espaços exclusivamente masculinos (MCCLINTOCK, 2010, p. 249).

“As profissões do casamento e da prostituição”, ela afirma, “eram quase as únicas profissões disponíveis para a maioria das mulheres” (MCCLINTOCK, 2010, p. 415). Nessas “profissões”, como é presumível, elas não usufruíam de qualquer livre-arbítrio: “A instituição vitoriana do casamento não era mais que uma entrega simbólica e contratual dos direitos sexuais, de propriedade e de trabalho de uma mulher a um homem. Como resultado, ele era profundamente inconsistente com a liberdade das mulheres” (MCCLINTOCK, 2010, p. 417).

Uma das obras de Olive Schreiner que Mcclintock analisa, *De homem para homem* (1926), “condena amargamente a sufocação do intelecto feminino no casamento” (MCCLINTOCK, 2010, p. 416). A romancista, segundo a teórica, procura reescrever e reposicionar as mulheres de seu tempo, denunciando “com veemência a escassez de opções profissionais à disposição das mulheres fora do casamento” (MCCLINTOCK, 2010, p. 418).

O ponto fundamental do livro é dar ao trabalho e à sujeição das mulheres uma história social. Schreiner desmonta a noção popular segundo a qual a sujeição das mulheres seria universal, natural e inevitável. As histórias sobre a exclusão das mulheres do poder e de sua revolta são históricas e políticas: as lições do gênero não estão escritas desde sempre no sangue. Ademais, as mulheres têm poder e resistem; não são as sofredoras mudas e passivas da vitimização. Mas os efeitos e o potencial de resistência assumem formas diferentes em diferentes momentos sociais e são formados pelas condições da época (MCCLINTOCK, 2010, p. 425).

Em muitos aspectos, entretanto, Schreiner é uma exceção à regra. Em sua época, ainda eram raras as mulheres que escreviam e publicavam com frequência, e várias o faziam recorrendo a pseudônimos masculinos, sem assinar seus próprios nomes: “Em 1883, a estória de uma fazenda africana foi publicada sob o pseudônimo de Ralph Iron, e alcançou aclamação

imediateza” (MCCLINTOCK, 2010, p. 412). Mesmo quando começaram gradualmente a emancipar-se, as mulheres seguiriam enfrentando muitas dificuldades:

Nos Estados Unidos, como observa Carolyn Heilbrun, só a partir de 1980 os críticos masculinos se deram ao trabalho de falar das inúmeras autobiografias de mulheres que existem. [...] O relato de Paul Fussel das autobiografias sobre a Primeira Guerra Mundial não menciona uma única autobiografia feminina, embora por uma estimativa houvesse pelo menos 30 relatos femininos substanciais da guerra (MCCLINTOCK, 2010, p. 455).

Diante desse silenciamento das vozes femininas sobre os mais diversos assuntos, é compreensível que na área de direitos animais também seja difícil encontrar obras assinadas por mulheres – sobretudo de tempos mais remotos. Conforme já foi exposto, sabemos que sempre houve resistência à dominação humana sobre as demais espécies. E certamente muitas das pessoas que condenaram o uso de animais eram mulheres. Entretanto, até mesmo as antologias e coletâneas que se propuseram a elencar os diversos protagonistas na defesa dos animais não incluíram escritoras, cientistas, teóricas.

Em *The Ethics of Diet*, de Howard Williams – cujo conteúdo já foi exposto aqui –, todos os autores citados são homens. Na primeira edição do livro, de 1883, Williams apresenta, em ordem cronológica ao longo de cerca de 300 páginas, 50 “autoridades”. Todos os nomes são de homens: inicia por Hesíodo, Pitágoras, Ovídio; passa por Montaigne, Mandeville, Voltaire; e finaliza com Schopenhauer – filósofo quase contemporâneo ao autor. A obra apresenta também um “apêndice” com outras 18 “autoridades”, tais como Schiller, Bentham, Sinclair. Novamente, nenhuma mulher. Somente em um segundo “apêndice”, referente a uma versão posterior – denominada “edição de Illinois” – consta, pela primeira vez, uma mulher. Neste suplemento foram reunidas mais oito “autoridades”. A última delas é Anna Kingsford, única mulher que aparece em todo o livro.

A edição mais recente do livro, publicada em 2003, tem a Introdução assinada por Carol J. Adams, autora de *A política sexual da carne*. Ela discorre sobre a importância da obra e faz muitos elogios justos ao autor. Mas também aponta a ausência de mulheres na coletânea:

*The Ethics of Diet* é um marco a partir do qual tudo o que vem depois deve ter como referência. Para historiadores do vegetarianismo, este é um texto paradigmático, embora possamos contestar Williams em alguns pontos aqui e ali. Eu mesma fiz isso

quando me deparei pela primeira vez com o índice da primeira edição e não encontrei nenhuma mulher (ADAMS, 2003, p. xiii, tradução minha).<sup>217</sup>

Williams cita inclusive o poeta Percy Shelley (1792-1822) – que insistia sobre “os benefícios incalculáveis que uma reforma dietética teria no âmbito econômico, social e político” (WILLIAMS, 2003, p. 227, tradução minha)<sup>218</sup> –, mas não faz qualquer alusão à atuação de sua segunda esposa, Mary Shelley. A autora de *Frankenstein* e filha da proeminente feminista Mary Wollstonecraft era igualmente defensora dos animais. O historiador tampouco menciona a escritora inglesa Margaret Cavendish, que está entre as raras mulheres do século XVII a estudar, escrever e publicar textos científicos, ficcionais e poéticos – a questão das relações interespecies perpassa quase toda sua obra. Considerando que *The Ethics of Diet* data de fins do século XIX, é até compreensível essa falta de mulheres, uma vez que, como já foi dito, não há registros disponíveis. Encontrar essas autoras requer esforços de investigação – que ainda estão por ser feitos –, sem qualquer garantia de que haverá outros textos, para além dos pouquíssimos que conhecemos, assinados por mulheres.

Mesmo coletâneas que reúnem trabalhos de teóricos mais recentes seguem carecendo de vozes femininas. *Animal Rights and Human Obligations* (1989), organizado por Tom Regan e Peter Singer, está dividido em nove partes, nas quais constata-se uma quase ausência de mulheres. Em *Part One: Animals in the history of Western Thought* todos os nove textos selecionados são de homens. Em *Part Two: The Nature of Humans and Other Animals*, há cinco autores, todos homens. Os três escritores que compõem *Part Three: Equal Consideration for Animals* são novamente homens. Em *Part Four: Animal Rights*, temos mais seis textos assinados por homens. Somente em *Part Five: Killing and the Value of Life* encontramos, pela primeira vez, uma mulher – entre outros dois homens. Ironicamente, o texto de Ruth Cigman ocupa menos de duas páginas, sendo ainda um dos únicos discursos especistas da coletânea – para ela, os animais são indiferentes à morte.

Em *Part Six: The Treatment of Farm Animals*, os quatro autores são, mais uma vez, homens. Entre os 12 teóricos que compõem *Part Seven The Treatment of Animals in Science; Part Eight: The Treatment of Wildlife e Part Nine Epilogue*, apenas duas são mulheres: Mary

<sup>217</sup> Original em inglês: “*The Ethics of Diet* is the benchmark against which everything that has come after must be measured. For vegetarians historians this is the Ur-text, although we may argue with Williams here and there on some points. I know I did when I first encountered his table of contents and found no women in the first edition.”

<sup>218</sup> Original em inglês: “Shelley insists on the incalculable benefits of a reformed diet economically, socially, and politically.”

Midgley e Lily-Marlene Russow. Dos 39 autores que integram a coletânea, apenas três são mulheres – o que equivale a 7,6% de todo o livro. O fato de suas ideias não terem sido registradas e incluídas nas “histórias oficiais”, entretanto, não quer dizer que não tenham existido. Na breve pesquisa que foi possível realizar no âmbito desta tese, apresentarei aqui algumas das poucas autoras – entre as que tive conhecimento – que abordaram o tema.

### 1.3.1. Margaret Cavendish

*O homem é tão arrogante, que pensa que é o único que deve viver,  
e que Deus, uma natureza divina lhe deu.  
Todas as criaturas, por e para ele foram feitas,  
apenas para que possa tiranizá-las.*

Margaret Cavendish<sup>219</sup>

As primeiras vozes femininas – documentadas – em defesa dos animais no Ocidente datam do século XVII. O historiador Keith Thomas destaca o protagonismo da escritora inglesa Margaret Cavendish (1623-1673), uma das primeiras a se opor enfaticamente aos testes em cobaias.

No século XVII, ninguém tinha maior confiança na capacidade animal que Margaret Cavendish, duquesa de Newcastle, escritora excêntrica e indisciplinada, mas altamente original. Em seus poemas e ensaios (de 1650 e 1660), ela renegou toda a tradição antropocêntrica, aplicando um tipo de relativismo cultural às diferenças entre as espécies, ao mesmo tempo que argumentava que o homem não tinha nenhum monopólio de senso ou razão. Os bichos, dizia, podiam experimentar toda a gama de paixões humanas e tinham sua própria forma de razão ou linguagem, provavelmente tão profunda e expressiva como qualquer coisa disponível aos humanos. A vantagem do homem derivava exclusivamente de sua forma; e constituía mera arrogância, que o fazia pensar-se intelectualmente superior. Seu “orgulho”, “autoestima” e “presunção” o induziram ao erro de julgar as outras criaturas pelos padrões humanos, não se dando conta de que linguagem e razão podiam assumir forma não humana (THOMAS, 2010, p. 181-182).

Thomas acrescenta que “nos poemas de Margaret Cavendish, nos anos 1650, o cozimento da carne tornou-se símbolo de morte e crueldade [...]. Matar criaturas para alimento, sugeria ela, era absolutamente injusto” (THOMAS, 2010, p. 415). As ideias de Cavendish tornaram-se conhecidas e influenciaram intelectuais de sua época.

---

<sup>219</sup> Do poema *The Hunting of the Hare* (1653). Tradução minha. Original em inglês: “Man is so Proud, thinks only he shall live, That God, a God-like nature did him give. And that all Creatures for his sake alone, Was made for him, to Tyrannize upon.”

Os argumentos de Margaret Cavendish reaparecem em 1721, quando um autor médico anônimo denuncia a prática de abater animais como o exercício de uma tirania sobre as criaturas de Deus [...]. No século XVIII, comer carne era frequentemente descrito como um ato “terrível, repugnante”, que só o longo hábito tornara familiar (THOMAS, 2010, p. 416).

Casada com o duque de Newcastle-upon-Tyne – que “patrocinava muitos intelectuais da época, que se reuniam em sua casa para as mais diversas discussões e constituíam uma rede de correspondências para estabelecerem inúmeros debates filosóficos” (BALDO, 2019) –, Cavendish foi uma “exceção à regra” entre suas contemporâneas. Sua postura extremamente crítica à exploração dos animais seria apenas mais uma expressão de sua personalidade singular.

Detentora de um espírito arrojado, a duquesa não apenas se envolve nesses círculos como, para firmar seu espaço de discussão, publica ao todo onze obras, com o seu próprio nome, em um século no qual as mulheres não tinham praticamente nenhum espaço de reconhecimento na esfera erudita, feito que a coloca entre as principais figuras feministas do século XVII. Suas publicações passeiam por diversos gêneros, como poesia, novela, drama, carta, biografia, proposição sobre filosofia natural e utopia, e, em todos eles, as marcas de sua trajetória das ideias que estão em seu entorno ficam salientes (BALDO, 2019).

Diversos pesquisadores apontam as contribuições de Cavendish não apenas no campo da literatura – ela foi “a primeira mulher, de que se tem registro, a escrever uma utopia” (BALDO, 2019) – como também no debate de conceitos filosóficos complexos e, por vezes, controversos.

Sua produção literária consistia não apenas em poemas e ficção, mas também em discursos sobre uma variedade de tópicos ainda considerados domínios masculinos, como a “filosofia natural” – que hoje chamamos de ciência – e a própria filosofia. Ela tinha muito a dizer sobre as crenças arrogantes e absolutamente estúpidas que a maioria das pessoas em sua época tinha sobre os animais (SHEVELOW, 2008, p. 18, tradução minha).<sup>220</sup>

Em sua época, “a maioria presumia que os animais existiam apenas para servir às necessidades humanas” (SHEVELOW, 2008, p. 18, tradução minha)<sup>221</sup> e eram escassas as oportunidades de debate sobre o sofrimento ou bem-estar das outras espécies – ainda mais com a participação de mulheres. Aquelas que tinham o privilégio de serem alfabetizadas escreviam

<sup>220</sup> Original em inglês: “Her literary output consisted not only of poems and fiction but also of discourses on a variety of topics in the masculine realms of “natural philosophy” – what we today call science – and philosophy. And she had much to say about the arrogance and downright stupidity of the beliefs most people in her day held about animals.”

<sup>221</sup> Original em inglês: “The majority assumed that animals existed only to serve human needs.”

sobretudo cartas – e menos frequentemente poemas e textos devocionais. Mas mesmo entre essas, “pouquíssimas ousavam – ou mesmo desejavam – ver seus escritos impressos, uma vez que a publicação era considerada inapropriada para uma mulher” (SHEVELOW, 2008, p. 18, tradução minha)<sup>222</sup>. Cavendish, entretanto, ignorava as convenções sociais. Ela não apenas publicou seus textos, como também incorporou críticas sobre a situação dos animais na maioria deles.

Em seus escritos, a duquesa confrontou frontalmente essas atitudes, argumentando em defesa da sensibilidade e do intelecto das bestas. As criaturas não humanas podem não ser capazes de falar ou de inventar fórmulas matemáticas, ela escreveu, “mas suas percepções e observações podem ser tão sábias quanto as dos homens. Talvez elas tenham, tanto quanto os humanos, outras formas de inteligência e de comunicação entre si, adequadas às especificidades de sua própria espécie e de seu modo de viver” (SHEVELOW, 2008, p. 18, tradução minha).<sup>223</sup>

Cavendish, de fato, era uma observadora atenta das outras formas de vida, por isso exaltava, com tanta segurança, as muitas qualidades visíveis em outras espécies e ausentes nos humanos. Para ela, nós não somos superiores, mas apenas possuímos atributos distintos uns dos outros. Em diversos aspectos, inclusive, outros animais demonstram ser muito mais habilidosos do que o *Homo sapiens*.

Quem sabe se os peixes não conhecem mais sobre a natureza da água, seus fluxos e refluxos, e a salinidade do mar? Ou se os pássaros não sabem mais sobre a natureza e a temperatura do ar, ou a causa das tempestades? Ou se os vermes não sabem mais sobre a natureza da terra e sobre como as plantas são produzidas? Ou se as abelhas não conhecem melhor os vários tipos de seivas das flores? (CAVENDISH *apud* SHEVELOW, 2008, tradução minha).<sup>224</sup>

Estudiosos destacam, entre seus textos, dois poemas que apelam diretamente à necessidade de dirigirmos nosso olhar às necessidades, desejos e anseios dos animais.

---

<sup>222</sup> Original em inglês: “Very few women dared – or even wished – to see their writing in print, since publication was deemed both indelicate for a woman.”

<sup>223</sup> Original em inglês: “In her writings, the duchess confronted these attitudes directly, arguing in defense of the sensibility and intellect of beasts. Nonhuman creatures might not be able to speak or devise mathematical rules, she wrote, ‘yet may their perceptions and observations be as wise as men’s, and they may have as much intelligence and commerce betwixt each other, after their own manner and way, as men have after theirs’.”

<sup>224</sup> Original em inglês: Who knows whether fish do not know more of the nature of water, and ebbing and flowing, and saltness of the sea? Or whether birds do not know more of the nature and degrees of air, or the cause of tempests: or whether worms do not know more of the nature of the earth and how plants are produced? Or bees of the several sorts of juices of flowers than men?

A duquesa escreveu dois poemas notáveis em que imagina a caça a partir da perspectiva das vítimas, aterrorizadas e condenadas. *A caça ao cervo* narra com dolorosa nitidez as tentativas do valente cervo de escapar dos cães e dos caçadores que os incitam. [...] Cavendish retrata com grande compaixão seus flancos pesados e quentes, suas pernas trêmulas enquanto ele é perseguido até a exaustão, e então é executado e morre. Em seu extraordinário poema *A caça à lebre*, Cavendish também se coloca no lugar do pobre Wat, a lebre que foge dos cães com o coração disparado e o corpo trêmulo (SHEVELOW, 2008, tradução minha).<sup>225</sup>

O primeiro e único livro de Cavendish traduzido para o português foi publicado no Brasil, em formato digital, apenas em 2019. Trata-se da ficção científica utópica *O Mundo Resplandecente* (1666) – ou *A descrição de um novo mundo chamado Mundo Resplandecente*. Este “novo mundo” da história é habitado por seres híbridos – tais como os “homens-urso”, “homens-raposa”, “homens-pássaro”, “homens-peixe” e diversos outros “homens-animais” –, incumbidos de atividades tão elevadas quanto a filosofia, a arquitetura, a astronomia, a política, a matemática. Nessa sociedade imaginada, o humano é descentrado, desestabilizando a suposta superioridade antropomórfica e suas tantas qualidades tidas como “únicas”. A protagonista – uma jovem que, após ser raptada e enfrentar tempestades terríveis em alto mar, chega sozinha a esse lugar desconhecido – surpreende-se com o comportamento gentil e generoso dessas criaturas estranhas, certamente mais amigáveis do que muitos humanos de seu convívio.

A dama se achando, naquele momento, em um ambiente bastante díspar, e em meio a tão extraordinário tipo de criaturas, foi sumamente acometida pelo medo – e não podia conceber outros pensamentos senão os de que, a cada momento, sua vida estaria prestes a ser sacrificada pela crueldade daquelas criaturas. Mas tais seres, mesmo parecendo terríveis a seus olhos, estavam longe de cometer qualquer crueldade para com ela – e, pelo contrário, exprimiam-lhe toda a civilidade e gentileza imagináveis (CAVENDISH, 2019).

Para a autora, o mundo de sua época não era como ela idealizava e desejava. Nesse sentido, este livro foi concebido como uma resposta à realidade objetiva que não lhe agradava; uma tentativa de criar seu próprio universo, como lhe convinha. Algo que só a literatura poderia lhe proporcionar, conforme ela mesma atesta:

[...] não sou gananciosa, mas somente tão ambiciosa como qualquer outra do meu sexo foi, é, ou possa ser – o que faz com que, embora eu não possa ser Henrique V ou Carlos II, ainda assim me empenhe em ser Margaret, a Primeira. E, embora eu não

<sup>225</sup> Original em inglês: “The duchess wrote two remarkable poems that, quite usually for her day, imagine the hunting from the perspective of its terrified doomed victims. “The hunt of the Stag” narrates with painful vividness the valiant stag’s attempts to escape the dogs and the sportsmen who urge them on. [...] Cavendish portrays with great compassion his heaving sides, his hot flanks, and his trembling legs as he is run to exhaustion and killed. And in her extraordinary poem “The Hunting of the Hare”, Cavendish puts herself into the place of poor Wat, the hare, who flees from the hounds with pounding heart and trembling body.”

tenha poder, tempo ou oportunidade para conquistar o mundo como fizeram Alexandre ou César, ainda assim, em vez de não ser senhora de um deles, uma vez que não fui agraciada nem pela Fortuna, muito menos pela Parcas, decidi conceber meu próprio mundo – pelo que espero não ser censurada, já que é possível a qualquer um proceder da mesma forma. (CAVENDISH, 2019).

Cavendish foi a primeira mulher a ter permissão para participar das reuniões da *The Royal Society*, instituição fundada em Londres, em 1660, com o objetivo de promover discussões filosóficas e experimentações científicas. Apesar dessa conquista, ela não foi admitida como membra da Sociedade e tampouco tinha permissão para submeter seus próprios trabalhos.<sup>226</sup> Ainda assim, pode-se dizer que, como escritora, Cavendish fez o que estava ao seu alcance para propagar suas ideias e seus “mundos” idealizados. Quatro séculos depois, seus textos seguem sendo lidos, estudados, traduzidos, rememorados. Apesar de viver em um contexto extremamente desfavorável às mulheres e de ser frequentemente rotulada como “excêntrica”, ela fez-se ouvir.

### 1.3.2. Anna Laetitia Barbauld

*Oh! Ouça a oração de um prisioneiro aflito,  
Que pela liberdade suspira;  
E nunca deixes que teu coração se feche  
Contra os gritos dos miseráveis.*

*Pois aqui, desesperado e triste, eu sento-me,  
Dentro das grades dessa gaiola;  
E tremo ao aproximar-se o amanhecer,  
Que me traz a morte iminente.*

Anna Laetitia Barbauld<sup>227</sup>

No verão europeu de 1771, a escritora inglesa Anna Laetitia Barbauld (1743–1825), visitava seu amigo Joseph Priestley (1733–1804), renomado filósofo naturalista<sup>228</sup> da época. Precursor dos cientistas contemporâneos, Priestley realizava, naqueles dias, diversos experimentos com camundongos, a fim de averiguar os efeitos e propriedades de diferentes

<sup>226</sup> Apenas a partir de 1945 as mulheres foram oficialmente aceitas como integrantes da instituição.

<sup>227</sup> Duas primeiras estrofes do poema *The Mouse's Petition*, escrito em 1771 e publicado em 1772. Tradução minha. Original em inglês: “Oh! Hear a pensive prisoner's prayer,/For liberty that sighs;/And never let thine heart be shut/ Against the wretch's cries./For here forlorn and sad I sit,/Within the wiry grate;/And tremble at th' approaching morn,/Which brings impending fate.”

<sup>228</sup> As diversas áreas do saber que conhecemos hoje como “ciência” – que abrange a Física, Química, Biologia etc. – eram antes denominadas “Filosofia Natural” ou “Filosofia da Natureza”. Os “filósofos naturalistas”, portanto, foram os precursores dos cientistas contemporâneos.

tipos de “ar” ou “gases” – ele foi, inclusive, responsável pela descoberta do oxigênio. Uma noite, enquanto jantavam, um de seus serventes chegou com um animal recém-capturado, mas já era tarde para realizar qualquer experimento. Priestley pediu-lhe então que o prendesse em uma gaiola, pois seria usado somente no dia seguinte. Barbauld comoveu-se com a cena e decidiu “intervir” em favor do rato. Naquela mesma noite escreveu aquele que veio a se tornar um de seus poemas mais famosos: *The Mouse’s Petition*.

Quando Priestley entrou em seu laboratório na manhã seguinte, encontrou a "petição" do rato por sua liberdade retorcida entre as grades da gaiola. Priestley não era insensível à ética da experimentação animal; em seu livro *História da Eletricidade* (1767), ele confessou que “está custando caro às descobertas filosóficas, serem realizadas à custa da humanidade”. Os ratos que ele usava para testar os gases morriam em segundos. Sabendo, entretanto, que sua disposição não era cruel, Anna Letitia provavelmente se sentiu confiante de que, quando visse a "petição" do camundongo, ele o soltaria de bom grado. Dizem que foi isso o que ocorreu. Mas, presumivelmente, algum outro rato tomou seu lugar (MCCARTHY, 2008, p. 76, tradução minha).<sup>229</sup>

Narrado pela voz do próprio roedor, “o poema desenvolve uma argumentação eloquente, embora também irônica, pela sua libertação” (BELLANCA, 2003, p. 47, tradução minha).<sup>230</sup> Publicado no ano seguinte, o texto rapidamente transpôs as fronteiras dos círculos literários, “tornando-se um clássico apelo pelos direitos dos animais” (MCCARTHY, 2008, p. 76, tradução minha).<sup>231</sup> Para além de seu conteúdo, a própria iniciativa de escrevê-lo e a decisão de publicá-lo – muitos de seus outros poemas nunca foram publicados – foram interpretadas como atitudes de alto teor político.

*The Mouse’s Petition* constrói argumentos que vão além de seu contexto. [...] Falando em nome do camundongo, Barbauld permite que seu leitor fique a par da consciência do animal. Na pessoa do camundongo, ela faz perguntas que desestabilizam as fronteiras traçadas, pela complacente ciência moderna, entre o humano e o "outro" (MCCARTHY, 2008, p. 76, tradução minha).<sup>232</sup>

<sup>229</sup> Original em inglês: “When Priestley entered his laboratory the next morning, he found the mouse’s “petition” for freedom twisted in the wires of the cage. Priestley was not insensitive to the ethics of animal experimentation; in his *History of Electricity* (1767) he had confessed that “it is paying dear for philosophical discoveries, to purchase them at expense of humanity”. The mice he used in testing airs died in seconds. Knowing that his disposition was not cruel, Ann Letitia probably felt confident that when he saw the mouse’s “petition” to him he would good-naturedly let the mouse go. It is said that he did. Presumably, some other mouse took its place.”

<sup>230</sup> Original em inglês: “Cast in the mouse’s voice, the poem makes an eloquent, if tongue-in-cheek, argument for the rodent’s release.”

<sup>231</sup> Original em inglês: “It breaks free of its occasion, becoming a classic plea for animal rights.”

<sup>232</sup> Original em inglês: “*The Mouse’s Petition* mounts arguments that exceed these circumstances. [...] Speaking as the mouse, Barbauld makes her reader (“its” reader) privy to its consciousness. In the person of the mouse, she asks questions that unsettle the boundaries drawn by complacent modern science between the human and the “other”.”

Segundo seu biógrafo, Barbauld não teve a intenção de julgar Priestley. Além de ser uma grande amiga, ela compartilhava com ele o desejo de conhecimento e os dilemas éticos que muitas vezes essa busca implicava. Pretendia, portanto, apenas “lembrar-lhe de seus próprios princípios e convidá-lo (com delicadeza, mas também com seriedade) a estendê-los aos camundongos” (MCCARTHY, 2008, p. 77, tradução minha).<sup>233</sup> Priestley era um grande defensor das liberdades civis e expressava-se frequentemente contra todas as formas de opressão contra o ser humano. Para a poetisa, portanto, havia uma abertura para que ele também dirigisse essas preocupações aos animais.

Ao dar voz ao camundongo, o poema declara-o um ser consciente, um participante, como Priestley, dos dons da natureza, com sua própria vida para viver. O animal não é, portanto, meramente uma coisa manipulável. Priestley não considerava tirânica a utilização que fazia de seres da natureza; no fundo, o poema estimula-o gentilmente a considerar essa outra visão (MCCARTHY, 2008, p. 78, tradução minha).<sup>234</sup>

Barbauld não convenceu Priestley a encerrar seus experimentos e ele seguiu sacrificando camundongos ao longo dos anos seguintes. Ainda assim, suas palavras tiveram ampla repercussão ao “expressar, de maneira bem-humorada mas incisiva, a interconexão entre humanos e animais” (WELDON, 2002, p. 7, tradução minha). O camundongo alerta-nos “para as implicações morais de sua execução: matá-lo é prejudicar a criação como um todo, uma vez que toda a criação está conectada” (WELDON, 2002, p. 8, tradução minha).<sup>235</sup> O poema recebeu comentários elogiosos das publicações que circulavam entre os intelectuais do período.

Quando o poema foi publicado, em 1772, seu conteúdo não passou despercebido aos resenhistas. *The Critical Review* “recomendou vivamente a humanidade de Barbauld, por se esforçar para libertar o pequeno infeliz da miséria”, além de “alegremente [aproveitar] esta oportunidade para testemunhar nossa repulsa contra a crueldade praticada por filósofos experimentais, que parecem pensar que as criaturas brutas são vazias de sensibilidade, ou foram criadas apenas para serem por eles atormentadas”. *The Monthly Review* expressou esperança de que o poema fosse “útil para... [Priestley], bem como para outros filósofos experimentais, que tampouco são notáveis por sua humanidade para com os pobres animais inofensivos, que são tão desafortunados a ponto de cair em seu caminho”. *The Mouse’s Petition* tornou-se um dos poemas mais populares de Barbauld. Junto com passagens semelhantes em *Lessons for Children*, o poema fixou a imagem pública de Barbauld como uma

---

<sup>233</sup> Original em inglês: “Barbauld reminds Priestley of his own principles and invites him (smilingly but not unseriously) to extend them to mice.”

<sup>234</sup> Original em inglês: “By giving a voice to the mouse it declares the mouse a conscious being, a sharer, with Priestley, in nature’s goods, having a life of its own to live. It is not a mere manipulable thing. Priestley did not regard his manipulation of nature as tyrannical; at bottom, the poem prods him gently toward that view.”

<sup>235</sup> Original em inglês: “The mouse warns of the moral implications of its execution: to kill it is to do injury to creation as a whole, since all of creation is connected.”

preceptora da ética da benevolência para com os animais (MCCARTHY, 2008, p. 78, tradução minha).<sup>236</sup>

O livro citado, *Lessons for Children*, é outro trabalho de Barbauld bastante conhecido. Além da poesia, a autora dedicou-se assiduamente à literatura infantil. Em uma de suas histórias, o menino Charles vê-se diante de um acontecimento que não consegue entender: seu gato matara um coelho. A partir desse episódio, apresentam-se os seguintes questionamentos:

A pergunta feita ao Gato sobre essa morte – "Por que você matou o coelho?" – é divertida, mas também profunda. [...] Por que os gatos podem matar coelhos? Por que a crueldade existe no mundo? Ou é realmente crueldade quando um animal mata outro? O Gato deveria pegar ratos, não matar coelhos – mas quem determinou isso? O Gato é culpado? A pergunta é engraçada porque expressa a inocência infantil sobre a diferença entre a agência animal e a humana. [...] Charles, no entanto, sabe que tem obrigações morais para com o Gato, quer o Gato tenha ou não alguma obrigação para com os coelhos (MCCARTHY, 2008, p. 199-200, tradução minha).<sup>237</sup>

Assim como Cavendish, Barbauld escreveu histórias que narram cenas de caça a partir da perspectiva do animal. Essa "fórmula" tornou-se popular por sua capacidade de sensibilizar os leitores, que na maioria das vezes imaginavam a caça a partir do olhar dos caçadores. Naquele período, esse era um "esporte" popular entre as elites – inclusive as elites intelectuais.

Ao representar o sofrimento dos animais, ela tinha a capacidade de comover o coração do leitor. Uma das histórias mais emocionantes de *Lessons*, e a história mais imitada por outros escritores para crianças, narra a [perseguição e] morte de uma lebre. Ela [...] critica a crueldade inconcebível dos caçadores, adicionando observações pessoais sobre a lebre, chamando nossa atenção para o animal. [...] Ao apresentar a lebre como sujeito, uma criatura dotada de emoções e desejos, Barbauld representa seu sofrimento e seu destino fatal a partir de sua própria perspectiva (MCCARTHY, 2008, p. 202, tradução minha).<sup>238</sup>

<sup>236</sup> Original em inglês: "When the poem was published in 1772 these meanings did not go unnoticed by reviewers. *The Critical Review* 'heartily recommend[ed] the lady's humanity for endeavouring to extricate the little wretch from misery', and 'it gladly [took] this opportunity to testify our abhorrence of the cruelty practiced by experimental philosophers, who seem to think the brute creation void of sensibility, or create only for them to torment'. *The Monthly Review* expressed hope that the poem would 'be of service to... [Priestley] As well as other experimental philosophers, who are not remarkable for their humanity to the poor harmless animals, that are so ill-fated as to fall in their way'. *The Mouse's Petition* became one of Barbauld's most popular poems. Together with similarly passages in *Lessons for Children*, it was to fix Barbauld's public image as a preceptress on the ethics of benevolence to animals."

<sup>237</sup> Original em inglês: "The question put to Puss about this death – "Why did you kill the rabbit?" – is amusing but also profound. [...] Why are cats permitted to kill rabbits? Why is cruelty in the world? Or is it in fact cruelty for one animal to kill another? Puss is supposed to catch mice, not kill rabbits – but supposed by whom? Is Puss guilty? The question is funny because it expresses childish innocence about the difference between animal and human agency. [...] Charles, however, has moral obligations toward Puss, whether or not Puss has any toward rabbits."

<sup>238</sup> Original em inglês: "In representing the suffering of animals, on the other hand, she could rend a reader's heart. One of the most painful stories in *Lessons*, and the story most imitated by other writers for children, tells the death

Algo que chamou a atenção nesta narrativa foi a opção de Barbauld por utilizar o pronome em inglês “she” no lugar de “it” – uma clara tentativa de afirmar que a lebre é alguém, uma “pessoa” e não meramente uma “coisa”. E é também uma mulher, o que induz os leitores a estabelecerem paralelos entre as duas formas de opressão: a mulher, assim como o animal, também é “caçada”, também é por vezes tratada como “coisa”. Imprevisivelmente, foi na poesia e na literatura infantil que a escritora encontrou um caminho para manifestar-se politicamente.

Usando metáforas e formas de escrita infantil – particularmente os temas da tirania humana sobre animais impotentes – em combinação com preocupações políticas, morais e pacifistas caracteristicamente adultas, a autora evidencia o abuso de poder de uns sobre outros. Um exame da própria posição como membro moralmente consciente da sociedade estimula Barbauld a se envolver simultaneamente com uma série de questões e formas literárias culturalmente sensíveis. Assim, ela aumenta a eficácia persuasiva de textos que são, no fundo, petições políticas [...] (WELDON, 2002, p. 4, tradução minha).<sup>239</sup>

Seus textos eram de fato considerados persuasivos e convincentes. Era difícil ignorar as mensagens que ela expunha de forma tão clara e, quase sempre, possibilitando muitas leituras – tanto literais, como metafóricas –, como mostra esta interpretação de *The Mouse’s Petition*:

O camundongo convida o leitor não apenas a comprometer-se moralmente, mas também intelectualmente e politicamente. Esse envolvimento o levaria a considerar tanto o *pathos* emocional do animal aprisionado quanto a intervenção arbitrária e aleatória de poder e tirania na vida de um sujeito impotente – uma intervenção que deixa sua vítima, ironicamente, libertada do *status* de 'besta muda', sem nenhum outro recurso para além de palavras (WELDON, 2002, p. 9, tradução minha).<sup>240</sup>

Em outro poema, *The Cartepillar*, Barbauld “deixa claro que tais instâncias de confronto com animais ou com o mundo natural podem se tornar oportunidades para auto-

---

of the hare. She is [...] decrying the thoughtless cruelty of hunters but adds observations about the hare that seem personal and bring the animal close to our attention. [...] Having introduced the hare as a subject, a creature having emotions and desires, Barbauld represents its fated sufferings from its perspective.”

<sup>239</sup> Original em inglês: “Using the tropes and forms of children’s writing – particularly the themes of human tyranny over powerless animals – in combination with the very adult and characteristically Dissenting political and moral concerns of pacifism, the abuse of political power, and examination of one’s own position as a morally aware member of society enables Barbauld simultaneously to engage with a number of culturally sensitive issues and literary forms. Thus, she increases the psychological and emotional effectiveness of what are at heart political petitions [...].”

<sup>240</sup> Original em inglês: “The mouse invites not only the reader’s moral but intellectual and political involvement, prompting him or her to consider both the emotional pathos of the imprisoned animal and the arbitrary, random intervention of power and tyranny in the life of a powerless subject – an intervention that leaves its victim, ironically freed from ‘dumb beast’ status, no recourse but words.”

exame e conscientização moral” (WELDON, 2002, p. 9, tradução minha).<sup>241</sup> Neste caso, “o apelo da lagarta por misericórdia nos leva a reconsiderar a conexão social mais ampla entre os mundos humano e animal” (WELDON, 2002, p. 11, tradução minha).<sup>242</sup> Observa-se que ela está constantemente tentando fazer com que seus leitores reconsiderem seus padrões morais e olhem para o outro – seja animal, mulher, ou qualquer indivíduo em situação miserável.

Conforme atesta seu biógrafo e outros acadêmicos que se debruçaram sobre seu trabalho, Barbauld ainda é praticamente desconhecida, mesmo no meio acadêmico. Sua memória merece ser resgatada, sobretudo por sua disposição em confrontar o *status quo*. Para além das corriqueiras caçadas, o período em que viveu foi de muito entusiasmo com as práticas de vivissecção. Os filósofos naturalistas de então submetiam os animais aos mais diversos sofrimentos – dissecando-os ainda vivos, inserindo em seus corpos substâncias tóxicas etc. – com o intuito de desvendar os mistérios do funcionamento do corpo humano. Obviamente, pela própria inexperiência desses primeiros cientistas, a maior parte dessas investigações mostraram-se inúteis. Registraram-se alguns feitos relevantes – como a descoberta do sistema circulatório, em 1628 (William Harvey); e a do oxigênio, em 1774 (Joseph Priestley) –, mas de forma geral milhares de animais foram mortos completamente em vão. Barbauld estava ciente disso. E por isso protestava.

### 1.3.3. Martha Brotherton

*Meu alimento não é o do homem; não matarei os carneiros nem os cabritos para saciar minha fome; para me nutrir, serão suficientes raízes e frutos silvestres.*

Mary Shelley<sup>243</sup>

Reconhecido como provavelmente o primeiro grande livro de culinária vegetariana do Ocidente, *A new system of vegetable cookery*, lançado em 1812, é de autoria de uma mulher, a inglesa Martha Brotherton (1783-1861). Por seu sucesso imediato, uma nova edição foi publicada em 1821 e uma terceira em 1829, quando ganhou o título *Vegetable cookery*, pelo

<sup>241</sup> Original em inglês: “As Barbauld’s poem ‘The Caterpillar’, also makes clear, such instances of confrontation with animals or with the natural world can become opportunities for self-examination and moral awareness.”

<sup>242</sup> Original em inglês: “the caterpillar’s plea for mercy has prompted her to reconsider the larger social connection between the human and the animal worlds.”

<sup>243</sup> Do livro *Frankenstein* (SHELLEY, 2012, p. 157). A edição original é de 1818.

qual passou a ser amplamente conhecido. Em sua quarta edição, de 1833, um texto introdutório foi incluído antes das receitas, e a novidade já era informada no próprio título: *Vegetable cookery; with an introduction, recommending abstinence from animal food and intoxicating liquors*. O livro teve ainda duas edições subsequentes, de 1839 e 1852, sendo que nesta última foi adicionado um prefácio assinado por James Simpson, primeiro presidente da *Vegetarian Society*, de Londres.

O que chama a atenção, em todas essas edições, é que o nome da autora não aparece em absolutamente nenhuma delas. Primeiramente, o “autor” é definido como “*anonymous*”; depois, passa a constar na capa e folha de rosto apenas “by a lady”. A introdução de 1833 tampouco é assinada – segundo pesquisadores do período, foi escrita pelo marido de Martha, Joseph Brotherton. Mesmo o historiador contemporâneo Keith Thomas, ao mencionar a obra, não cita o nome de Martha quando fala da conversão de seu marido ao vegetarianismo por motivos religiosos. Thomas apenas cita “o livre-cambista e reformista parlamentar, Joseph Brotherton (1783-1857), cuja mulher escreveu *Vegetable cookery*” (THOMAS, 2010, p. 419). Novamente, ela é apenas uma “mulher”, uma “lady”, uma “anônima”.

Se o mesmo livro tivesse sido escrito por um homem, sabemos que seguramente a autoria teria sido informada – se não na primeira, ao menos em alguma das edições seguintes. Esse é um bom exemplo que evidencia o apagamento intencional das mulheres enquanto autoras, escritoras e, inclusive, enquanto difusoras do vegetarianismo. Para além do sucesso de público, que as sucessivas reedições atestam, *Vegetable cookery* foi um livro que certamente demandou muito empenho de sua autora: em suas cerca de 500 páginas, Brotherton apresenta 1296 receitas – todas numeradas –, que abrangem não apenas pratos culinários, mas também: remédios caseiros para as mais variadas doenças, tais como “para disenteria”, “para preservar os dentes”; produtos de limpeza doméstica “para limpar garrafas infestadas com cheiro ruim”, “sabão de cânfora”, “polimento francês para móveis”; e também misturas para pequenos reparos, como “cola de arroz”.

Em 2016, uma editora de *ebooks* especializada em livros clássicos e raros na área de culinária relançou *Vegetable cookery* preservando todo o conteúdo original, exatamente como havia sido reunido e organizado pela autora. Passaram-se mais de dois séculos desde a primeira edição até que o nome de Martha Brotherton aparecesse, pela primeira vez, na capa do livro.

### 1.3.4. Anna Kingsford

*Quando converso com meus amigos antivivissecionistas, antivacinas, espiritualistas ou defensores da liberdade para a mulheres, sempre sinto que aqueles que não se abstêm de carne têm um solo instável sob seus pés. E lamento muito quando, ao ajudá-los em suas boas ações, não posso sustentar aberta e publicamente aquilo em que acredito tão ardentemente – o movimento vegetariano é a essência e a base de todos os outros movimentos que buscam Pureza, Liberdade, Justiça e Felicidade.*

Anna Kingsford<sup>244</sup>

A escritora e médica britânica Anna Kingsford (1846-1888) – primeira e única mulher que aparece como uma “autoridade” na segunda edição de *The Ethics of Diet* (1883) – está entre as primeiras mulheres da Europa a se formar em Medicina. Em sua época, os cursos de Medicina da Inglaterra ainda não admitiam mulheres. Para poder estudar, teve que ir até Paris, onde as universidades não eram mais uma exclusividade masculina. Sua obstinação por ingressar em uma faculdade e, sobretudo, formar-se médica, foi propulsionada sobretudo por sua luta pelos direitos animais.

Kingsford já era vegetariana, por influência de um de seus irmãos, e desde muito jovem engajou-se politicamente no movimento feminista. Por um período, foi editora do jornal progressista *The Lady's Own Paper*, pelo qual soube da existência da vivisseção. Após ler um parágrafo sobre o tema escrito pela irlandesa Frances Power Cobbe (1822-1904) – também feminista e líder da luta antivivisseccionista no Reino Unido nos anos 1870 –, decidiu que um de seus principais objetivos de vida seria abolir aquela “Inquisição Moderna”. A Medicina pareceu-lhe, assim, o lugar mais profícuo para lutar contra a experimentação em animais e a favor de uma “reforma alimentar” (ou “dieta pitagórica”) – naquele período, esses eram os termos mais comuns para referir-se à abstinência de alimentos de origem animal.

Com uma saúde muito frágil desde o nascimento, Kingsford sentiu uma melhoria considerável em sua disposição física e mental a partir do momento em que aderiu ao vegetarianismo. Acreditava, portanto, poder provar cientificamente o que já sentia em seu corpo: além de todas as questões morais envolvendo o respeito por outros seres, abster-se de carne também seria mais saudável e benéfico para o próprio ser humano.

---

<sup>244</sup> Do livro *From addresses to vegetarians*. (KINGSFORD, 1912, p. 145). Original em inglês: “When I speak [to] my friends the Anti-Vivisectionists, the Anti-Vaccinationists, the Spiritualists, or the advocates of freedom for women, I always feel that such of these as are not abstainers from flesh-food have unstable ground under their feet, and it is my great regret that, when helping them in their good works, I cannot openly and publicly maintain what I so ardently believe – that the Vegetarian movement is the bottom and basis of all other movements towards Purity, Freedom, Justice, and Happiness.”

Em julho de 1880, após cerca de sete anos de idas e vindas entre Paris e Londres<sup>245</sup>, Kingsford graduou-se em Medicina. Como trabalho final do curso, apresentou a tese *De l'Alimentation Végétale chez l'Homme*, que no ano seguinte foi traduzida para o inglês e publicada no Reino Unido com o título *The perfect way in diet: a treatise advocating a return to the natural and ancient food of four race*.<sup>246</sup> Em pouco tempo seu livro já circulava por toda Europa, quase sempre lisonjeado como a primeira defesa científica do vegetarianismo com sólidas fundamentações teóricas e empíricas. Entre seus leitores ilustres, estavam o escritor russo Liev Tolstói e o líder pacifista indiano Mahatma Gandhi.

Para além do ineditismo de ser uma das únicas mulheres no curso de Medicina, Kingsford também se destacou por conquistar o diploma sem jamais praticar a vivissecção. Com isso, ela procurava demonstrar, por sua experiência, que a dissecação de animais vivos e a produção de mortes em massa eram práticas absolutamente desnecessárias para o processo de aprendizagem. Os séculos seguintes provaram que ela estava certa. Hoje o uso de animais em sala de aula já foi abolido na maior parte das universidades do mundo.<sup>247</sup>

Kingsford inicia *The perfect way in diet* com a seguinte questão: “Por quais hábitos e modos de vida a humanidade atingiu, no passado, seu mais alto grau de desenvolvimento? Qual é o método que a ciência e a filosofia modernas nos indicam como o mais bem adaptado para aperfeiçoar nossa espécie?” (KINGSFORD, 1881, p. 2, tradução minha).<sup>248</sup> A seguir, aborda as diferenças entre as dietas vegetariana e onívora, ressaltando os malefícios da ingestão de carne e da exploração animal, em comparação aos benefícios da reforma alimentar pela qual advogava.

Ao longo dos capítulos ela discorre sobre temas tão diversos como: anatomia e fisiologia, gastronomia, costumes e tradições, enfermidades decorrentes do consumo de carne, as condições dos matadouros, o sofrimento do gado, considerações sociais e econômicas, a indústria de couro e de peles.<sup>249</sup> A autora descreve os distintos hábitos alimentares de dezenas

---

<sup>245</sup> Essas viagens eram quase sempre feitas – “com a permissão de seu marido” – na companhia de seu grande amigo Edward Maitland, que veio a se tornar seu maior parceiro intelectual e também biógrafo.

<sup>246</sup> Antes ainda de ser traduzida para o inglês, sua tese havia sido traduzida para o alemão.

<sup>247</sup> Cobaias ainda são usadas amplamente na pesquisa científica. Mas como instrumentos de ensino elas vêm sendo substituídas por outros métodos, tais como fotos e vídeos didáticos, além de programas de simulação em computador.

<sup>248</sup> Original em inglês: “By what habits and mode of life has humanity in the past attained its highest development, and what is the method which modern science and philosophy indicate to us as that best adapted to perfect our kind?”

<sup>249</sup> Seguem, em inglês, os títulos de cada um dos capítulos de sua tese: “1. Anatomy and Physiology; 2. Cookery; 3. Physical Force; 4. National Habits; 5. Chemistry; 6. Stimulating effects of Flesh Food; 7. Alcoholism, 8. Slaughterhouses, 9. Social Considerations; 10. Suffering of the cattle, 11. Dangers of Flesh Eating, 12. Treatment

de países, mostrando que força física, inteligência e saúde não dependem de forma alguma da ingestão de carne. Também analisa os custos econômicos da produção de alimentos, demonstrando que os produtos de origem animal são muito mais onerosos quando comparados aos vegetais. Expõe as consequências nefastas da indústria de couro e de peles – para além do sofrimento animal, elas geram muitos detritos e poluem excessivamente as águas de rios, tornando-as inviáveis para proveito humano.

Kingsford era uma grande admiradora de Pitágoras<sup>250</sup>, cujos escritos leu quando era ainda criança, na versão publicada no livro *Metamorfoses*, de Ovídio, que encontrara na biblioteca de seu pai. Presta uma grande homenagem a ele na “Conclusão” de sua tese, que se resume a uma longa citação do filósofo grego. Apesar de ser um trabalho acadêmico, desde o início ela planejou que seu conteúdo e linguagem fossem acessíveis a um público mais amplo, evitando abordar temas que considerava mais herméticos e de difícil compreensão. Provavelmente por isso seu trabalho fez sucesso e foi reeditado sucessivas vezes – suas argumentações são consideradas pertinentes ainda hoje.

Além de *The perfect way in diet*, Kingsford também publicou vários artigos e ensaios sobre o tema, proferiu conferências e mostrava-se sempre disposta a discursar em eventos aos quais era frequentemente convidada. Nessas ocasiões – sobretudo quando se dirigia a um público não vegetariano – foi por vezes acusada de ser “apaixonada” demais pela causa, “exagerada” e até mesmo “histérica”. Talvez em resposta a isso tenha proposto a seguinte reflexão aos seus leitores no prefácio da edição inglesa de sua tese:

Finalmente, se alguém em cujas mãos este livro possa cair, estiver inclinado a pensar que sou excessivamente entusiástica, ou a rotular minhas opiniões como "utópicas", eu pediria que refletisse seriamente se a "Utopia" não está de fato dentro da perspectiva de todos que têm a capacidade de imaginá-la e desejá-la. E por acaso é possível conquistar alguma grande causa sem entusiasmo? (KINGSFORD, 1881, p. xix, tradução minha).<sup>251</sup>

---

of Disease. 13. Economical Consideration, 14. Over-breeding; 15. The Leather-question, 16. Cruelty of the Fur-Trade; 17. The Manure Question, 18. Sport; 19. Recapitulation; 20. Conclusion.” Este e outros de seus trabalhos estão disponíveis em: <http://www.humanitarismo.com.br/annakingsford/index.htm>

<sup>250</sup> Compreende-se sua identificação com Pitágoras, uma vez que parte dos argumentos que ele apresenta em defesa dos animais estavam apoiados na crença da transmigração das almas. Kingsford compartilhava o mesmo credo e suas práticas espirituais tornaram-se aspectos definidores de sua personalidade. Foi uma das expoentes da Teosofia – chegou a ser presidente da recém-formada British Theosophical Society – e adepta do ocultismo e do misticismo. Frequentemente tinha “visões” e comunicava-se com espíritos, o que a tornou popular entre espiritualistas da época. Também escreveu muitos livros voltados à religião e espiritualidade – o primeiro deles, *Beatrice: a Tale of the Early Christians*, publicou quando tinha apenas 13 anos. Com esses diversos “tratados”, pretendia difundir sua própria interpretação da Bíblia e do Cristianismo.

<sup>251</sup> Original em inglês: “Finally, if any into whose hands this book may fall, should be inclined to think me over-enthusiastic, or to stigmatise my views as ‘Utopian,’ I would ask him seriously to consider whether ‘Utopia’ be

### 1.3.5. Charlotte Perkins Gilman

*Matamos essas criaturas aflitas, tristes, exaustas;  
E as comemos – ao lado de nossos amigos.*

Charlotte Perkins Gilman<sup>252</sup>

A escritora norte-americana Charlotte Perkins Gilman (1860-1935) suscita reflexões sobre ética animal em sua utopia *Herland* (1915) – o título foi traduzido para o português como *Terra de mulheres*. Publicada inicialmente no folheto *The Forerunner*<sup>253</sup>, há quem diga que essa narrativa foi uma das inspirações para a criação da *Mulher Maravilha*, já que a personagem teria nascido em uma ilha onde viviam apenas mulheres guerreiras – o mundo ficcional de Gilman é habitado exclusivamente por mulheres. Para além de criticar o sexismo da sociedade em que vivia, a autora também condena o especismo.<sup>254</sup> Todas as habitantes de *Herland* são vegetarianas e, para elas, a domesticação de animais como recursos alimentícios é algo inconcebível. Quando recebem a visita de dois homens, vindos de um lugar onde reina o *status quo* que conhecemos, explicita-se o choque de valores.

– Como arranjam leite? – Terry quis saber, incrédulo.  
– Leite? Temos leite em abundância... o nosso.  
– Mas... Mas... Quero dizer para a culinária. Para adultos. Terry balbuciava enquanto elas pareciam assombradas e levemente ofendidas.  
Jeff o salvou.  
– Nós criamos gado pelo leite, como também pela carne – explicou ele. – Leite de vaca é fundamental na nossa dieta. Há uma grande indústria do leite... Para coletá-lo e distribuí-lo.  
Elas ainda pareciam confusas. Apontei meu esboço de vaca.  
– O fazendeiro ordenha a vaca – falei, e desenhei um latão de leite, o banquinho, e fiz a mímica da ordenha. – O leite então é levado para a cidade e distribuído pelo leiteiro... Todos recebem na porta pela manhã.  
– A vaca não tem filhos? – perguntou Somel seriamente.  
– Oh, sim, claro, o bezerro, é como se chama.  
– Há leite para o bezerro e para vocês também?  
Demorei para explicar àquelas mulheres amáveis o processo que tira o bezerro da vaca e, do bezerro, seu alimento verdadeiro; e a conversa nos levou a uma discussão sobre o negócio da carne. Elas ouviram, muito pálidas, e, em seguida, pediram licença (GILMAN, 2018).

---

not indeed within the realisation of all who can imagine and love it, and whether, without enthusiasm, any great cause was ever yet won for our race.”

<sup>252</sup> Do poema *The Cattle Train* (1911). Original em inglês: “We kill these weary creatures; sore and worn, / And eat them— with our friends.”

<sup>253</sup> *The Forerunner* foi um periódico sufragista editado pela própria autora, que era uma grande ativista pelos direitos das mulheres. A primeira versão em livro de *Herland* foi lançada apenas em 1979.

<sup>254</sup> Por ter sido escrito durante a I Guerra Mundial, estudiosos também classificam esse livro como um “manifesto pacifista”. Nesse contexto, o vegetarianismo seria “uma conclusão politicamente astuta e ecologicamente correta: as guerras podem ser evitadas se o consumo de carne for eliminado” (ADAMS, 2012, p. 201).

Assim como Cavendish, Gilman cria sua própria utopia, um mundo idealizado, muito diferente daquele em que vivia – mas que a ficção lhe permitia imaginar, experimentar. Em seu mundo, mulheres e animais são respeitados enquanto seres individuais e autônomos. Nesse aspecto, Gilman não foi uma “exceção à regra”: muitas feministas de sua época também lutavam pelos direitos das outras espécies e este tema era frequentemente debatido nas conferências e encontros que organizavam. Entretanto, assim como ocorreu com outras pensadoras, seus discursos concernentes à defesa dos animais permaneceram intencionalmente esquecidos. Mesmo entre as teóricas feministas contemporâneas, a maioria ignora o fato de que boa parte das autoras que lutaram pelos direitos das mulheres em séculos passados também eram vegetarianas.

Além de *Herland*, Gilman também escreveu poemas que trazem reflexões sobre as condições terríveis a que animais domesticados são submetidos. Em *The Cattle Train* (1911), ela descreve, a partir do olhar de uma observadora, o sofrimento de bois ao serem transportados em trens por longas distâncias: “Medo, Frio, Exaustão, Fome, Sede e Dor”<sup>255</sup> – as iniciais maiúsculas nessas palavras provavelmente pretendem chamar a atenção para cada uma dessas sensações; “Agonia profunda, gritos estridentes e frenéticos, murmúrio rouco, a língua estendida cheia de sede”<sup>256</sup>; “Margeiam um amplo rio azul. Faz muito calor, para eles não há nenhuma água. Quente, febril, assustado, pisoteado, machucado, dilacerado”.<sup>257</sup> Essa enumeração contínua do que estão vivenciando esses animais intensifica-se ao longo do poema. Ao final, eles são mortos e comidos.

---

<sup>255</sup> Original em inglês: “Fear, Cold, Exhaustion, Hunger, Thirst and Pain.”

<sup>256</sup> Original em inglês: “Deep-throated agony, shrill frantic cries, Hoarse murmur of the thirst-distended tongue.”

<sup>257</sup> Original em inglês: “In open-slatted cars they stand and freeze./Beside the broad blue river in the heat./All waterless go these./Hot, fevered, frightened, trampled, bruised and torn.”

### 1.3.6. O século XX e o protagonismo das mulheres

*Não deixemos que os homens, no orgulho do poder, usem os mesmos argumentos dos reis tirânicos e ministros venais e afirmem com falácia que a mulher deve submeter-se porque sempre foi assim.*

[...]

*É hora de efetuar uma revolução nos modos das mulheres – hora de devolver-lhes a dignidade perdida – e fazê-las, como parte da espécie humana, trabalhar reformando a si mesmas para reformar o mundo.*

Mary Wollstonecraft<sup>258</sup>

Durante a pesquisa para esta breve apresentação sobre as mulheres que contribuíram para o debate sobre direitos animais até o início do século XX, encontrei ainda referências a outras que não foram mencionadas aqui. Não foi possível incluí-las, sobretudo pela dificuldade de acesso às referências bibliográficas – são publicações estrangeiras e a maioria não está disponível online. Apesar das limitações dessa amostra, ela evidencia que as mulheres também participaram do debate, mesmo enfrentando situações adversas e todas as dificuldades impostas por “tradições” extremamente injustas dos diferentes períodos em que viveram. Nas breves oportunidades que encontraram, ou simplesmente quando ousaram expressar-se, muitas manifestaram-se a favor dos animais. Infelizmente, ainda não existem traduções para o português de praticamente nenhum dos trabalhos que produziram e a maioria dessas intelectuais permanecem desconhecidas no Brasil.

A partir de meados do século XX, após algumas conquistas significativas dos movimentos feministas, as mulheres passaram a ocupar cada vez mais espaços e suas vozes finalmente se fizeram ouvir. Teóricas, escritoras e ativistas vêm alcançando um protagonismo inédito e suas contribuições têm se mostrado fundamentais. Uma delas sem dúvida foi a britânica Ruth Harrison (1920-200), que em 1964 publicou *Animal Machines*, classificado por Singer (2010, p. XIII) como um “livro pioneiro” por apresentar os bastidores dos processos intensivos de criação de animais destinados à alimentação. Suas descrições detalhadas expuseram de maneira inequívoca o sofrimento inerente às práticas da indústria agropecuária, conforme relembra seu obituário no jornal *The Guardian*:

Ruth Harrison [...] foi a primeira pessoa a expor os interiores das fazendas industriais para o grande público. Em *Animal Machines*, [...] ela revela as indignidades e o sofrimento infligido aos animais do agronegócio. Suas descrições dos novos sistemas

<sup>258</sup> Do livro *Reivindicação dos direitos da mulher* (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 68-69).

agrícolas, incluindo baterias de gaiolas para galinhas, caixotes individuais para vitelos e celas para aprisionar porcas – instrumentos que reduzem os animais ao *status* de unidades de produção – inspiraram a primeira legislação britânica de bem-estar animal, a Lei de Agricultura de 1968 (*Miscellaneous Provisions*), e também a *European Convention for the Protection of Animals Kept for Farming Purposes*, criada pelo Conselho da Europa em 1976. [...] Até sua morte, Ruth engajou-se politicamente para obter leis mais justas para animais de criação [...] (MCKENNA, 2000, tradução minha).<sup>259</sup>

Traduzido para sete idiomas – ainda sem versão em português –, *Animal Machines* foi publicado em um período de ascensão dos métodos mecanizados de produção de animais em larga escala. Muito do que a autora revelou desse sistema industrial, portanto, ainda era completamente desconhecido do público. Ficou evidente, assim, que o sofrimento dos animais domesticados avançava no mesmo ritmo dos supostos “progressos” tecnológicos. A edição mais recente do livro, de 2013, inclui textos de diversos autores analisando o impacto da obra na ocasião de seu lançamento e sua pertinência ainda hoje. No artigo *Why we still need to read Animal Machines*, a bióloga e etóloga Marian Stamp Dawkins ressalta que, para além de propulsionar a criação de novas leis e regulamentos de bem-estar animal, o livro “também falou diretamente aos corações e mentes do grande público [...] e mudou para sempre a maneira como as pessoas pensavam. [...] Depois de *Animal Machines*, [...] não era mais possível alegar desconhecimento sobre tais questões” (DAWKINS, 2013, p. 1, tradução minha).<sup>260</sup>

Diversas cientistas também vêm desempenhando um papel primordial na difusão de conhecimento sobre a fisiologia e o comportamento animal, demonstrando a necessidade de respeitá-los como seres sencientes, autônomos, com necessidades e desejos próprios. Provavelmente a mais conhecida é a primatóloga inglesa Jane Goodall (1934-), que durante 40 anos acompanhou uma comunidade de chimpanzés no *Gombe Stream National Park*, no Tanzânia. Suas pesquisas revelaram diversas qualidades desses primatas que antes ignorávamos, tais como a capacidade de raciocinar, de usar ferramentas e de construir relações sociais complexas. O que denominamos por “cultura” não é uma exclusividade humana.

---

<sup>259</sup> Original em inglês: “Ruth Harrison [...] was the first person to open the doors of the factory farm to the public. Her *Animal Machines* [...] revealed the indignities and suffering inflicted on farm animals by industrialised agriculture. Her descriptions of the new agricultural systems, including battery cages for hens, individual crates for veal calves and tether stalls for sows, in which animals were reduced to the status of production units, inspired Britain's first farm animal welfare legislation, the 1968 Agriculture (Miscellaneous Provisions) Act and also the European Convention for the Protection of Animals Kept for Farming Purposes, which was set up by the Council of Europe in 1976. [...] Until her death, Ruth worked within the political processes to obtain a fair deal for farm animals.”

<sup>260</sup> Original em inglês: “*Animal Machines* also spoke directly to the hearts and minds of the general public [...] [and] changed the way people thought forever. [...] After *Animal Machines* [...] it was no longer possible to plead ignorance of such matters.”

O esforço por destacar aqui essas vozes femininas também está relacionado às intersecções entre as questões de gênero e de espécie que vem se tornando cada vez mais explícitas. Alguns teóricos já identificavam que os mecanismos de opressão de diferentes grupos marginalizados se assemelhavam, apontando inclusive as proximidades entre a exploração de animais e de mulheres ao longo da história. Keith Thomas aponta que durante vários séculos teólogos afirmavam que “as mulheres estavam perto do estado animal” e discutiam seriamente “se o sexo feminino tinha alma ou não” (THOMAS, 2010, p. 57). A própria gravidez também era considerada “prova” de que as mulheres estavam muito mais próximas da “animalidade” do que os homens:

Os ginecologistas da época [séculos XVI-XVII] davam muita ênfase aos aspectos animais do parto. Era comum referir-se a uma mulher grávida como “procriando”; um clérigo no período anterior à Guerra Civil comparava, no púlpito, as mulheres às porcas. [...] Até o século XVIII, o ato de amamentar os bebês costumava ser visto pelas classes superiores como uma atividade degradante, a ser evitada quando possível, confiando-se os recém-nascidos aos cuidados de amas de leite. Jane Austen alinhava-se numa longa tradição ao descrever as pessoas de seu sexo como “pobres animais” consumidos por partos todos os anos (THOMAS, 2010, p. 58).

A própria luta por direitos das mulheres foi, inicialmente, rechaçada como uma ideia tão “absurda” quanto seria a exigência de direitos para os animais.

Quando Mary Wollstonecraft, uma das precursoras das feministas atuais, publicou seu livro *Vindication of the Rights of Woman* [Defesa dos direitos da mulher], em 1792, suas avaliações foram consideradas absurdas. Pouco tempo depois surgiria uma publicação anônima intitulada *A Vindication of the Rights of Brutes* [Uma defesa dos direitos dos brutos]. O autor dessa obra satírica (que agora se sabe ter sido Thomas Taylor, eminente filósofo de Cambridge) tentou refutar os argumentos de Mary Wollstonecraft mostrando que eles poderiam ser levados um pouco mais longe: se o argumento a favor da igualdade valia quando aplicado às mulheres, por que não o seria para o caso de cães, gatos e cavalos? (SINGER, 2010, p. 3.)

Outro aspecto que também explicita a interconexão entre a exploração de mulheres e de animais é o fato de que, entre as espécies utilizadas no agronegócio, são sempre as fêmeas as mais exploradas.

A criação das fêmeas como nada mais que máquinas reprodutoras é outra característica que se ressalta na criação animal moderna. [...] Os animais usados na indústria de laticínios terminam indo para o matadouro um dia. Elas são, entretanto, mantidas vivas e exploradas durante mais tempo do que os animais usados na produção de carne. As vacas leiteiras são repetidamente fecundadas – em geral num dispositivo chamado “cavalete de estupro”, onde são inseminadas por um touro, ou por um humano que insere o sêmen do touro manualmente – para não parar de produzir leite. Seus bezerros são levados embora um pouco depois do parto,

normalmente após um ou dois dias. [...] é provável que a produção de laticínios cause mais sofrimento do que a produção de carne, simplesmente porque, em geral, as vacas leiteiras são usadas por mais tempo e tratadas de um modo mais brutal, antes de serem abatidas (FRANCIONE, 2013, p. 63).

Por mais que façam referências a essas questões, nenhum desses autores se deteve longamente nas interconexões entre sexismo e especismo. Foram as mulheres que, nas últimas décadas, chamaram a atenção para esse tema e começaram a produzir uma rica bibliografia a respeito. O livro mais emblemático e que se tornou uma grande referência certamente é *A política sexual da carne: a relação entre o carnivorismo e a dominância masculina*, de Carol J. Adams (1951-). Publicado nos Estados Unidos em 1990 – traduzido para o português somente em 2012 –, o texto expõe de forma clara as relações entre a opressão de mulheres e animais. Ambos foram construídos socialmente como seres “consumíveis”, “objetificáveis”.

Para Adams, a cultura patriarcal, ainda enraizada no mundo todo, é o alicerce que mantém as várias formas de discriminação social e exploração das maiorias minorizadas.<sup>261</sup> O conceito chave que ela utiliza para compreendermos a submissão massiva de outras espécies é o “referente ausente”. Os produtos de origem animal são quase uma onipresença em nossas vidas. No entanto, simplesmente não enxergamos o ser vivo que existia antes de ser transformado naquilo que estamos consumindo. “Os animais vivos são, portanto, os referentes ausentes do conceito de carne. O referente ausente nos permite esquecer o animal como uma entidade independente [...]” (ADAMS, 2012, p. 79). De fato, ao adquirirem uma nova forma e um novo nome – carne, hambúrguer, salsicha, botas de couro, casaco de pele –, fica mais fácil consumi-los.

Não queremos experimentar sensações desconfortáveis como violência, carnificina, sofrimento e medo. Esta é a função do referente ausente: manter nossa “carne” separada de qualquer ideia de que ela ou ele era um animal que foi abatido; evitar que algo (como um hambúrguer) seja visto como alguém (uma vaca, um cordeiro, um ser que tinha uma vida, um sujeito) (ADAMS, 2008, p. 23, tradução minha).<sup>262</sup>

Nesse processo que faz o animal “desaparecer”, além de literalmente escondê-los de nossos olhares – “Os matadouros são estruturas enclausuradas. Não vemos nem ouvimos o que

<sup>261</sup> O termo “maioria minimizada” é empregado por pesquisadores contemporâneos com o intuito de desconstruir a percepção errônea de que os grupos explorados são minorias numéricas. Referir-se às maiorias como “minorias” é um recurso que visa explicitamente desprezar a relevância de suas reivindicações.

<sup>262</sup> Original em inglês: “We do not want to experience uncomfortable feelings about violence, butchering, suffering, and fear. This is the function of the absent referent – to keep our “meat” separated from any idea that she or he was once an animal who was butchered, to keep something (like hamburger) from being seen as having been someone (a cow, a lamb, a once-alive being, a subject).”

acontece ali” (ADAMS, 2012, p. 90) –, a indústria da exploração animal também os renomeia. “A linguagem é usada para mascarar a violência” (ADAMS, 2012, p. 106). Isto é, “vivemos numa cultura que institucionalizou a opressão dos animais pelo menos em dois níveis: em estruturas formais – por exemplo matadouros, açougues, zoológicos e circos – e por meio da linguagem” (ADAMS, 2012, p. 109). Para Adams, a linguagem é crucial para que aceitemos passivamente a opressão de outras espécies em todos os níveis e sigamos com nossas vidas como se esse extermínio diário fosse “natural”.

Desde o couro do sapato, o sabão que usamos para lavar o rosto, as plumas de nosso edredom, a carne que comemos e os laticínios com que contamos, nosso mundo, tal como o conhecemos, é estruturado em torno de uma dependência da morte de outros animais. [...] De modo geral, a nossa cultura aceita a opressão dos animais e não vê, na exploração dos animais para a vantagem das pessoas, nada perturbador no que diz respeito ao aspecto ético ou político. Daí o fato de a nossa linguagem ser estruturada para transmitir essa aceitação (ADAMS, 2012, p. 109).

Para combatermos o especismo, afirma Adams, precisamos necessariamente restaurar o referente ausente, recusar a linguagem que apaga o animal morto. Por isso é importante resgatar os tantos textos históricos que denunciaram essa opressão e que, como já foi dito, foram propositadamente “esquecidos”. “O silenciamento do vegetarianismo é um ato teórico crucial, porque, do mesmo modo como a história e os textos feministas-vegetarianos ficaram perdidos para nós, também se perdem as nossas bases para novos *insights*” (ADAMS, 2012, p. 225). Especificamente sobre o apagamento dos discursos das mulheres em defesa dos animais, Adams alerta que suas vozes foram ignoradas mesmo em tempos mais recentes – “Como podemos explicar a maior sensibilidade das escritoras do século XX à violência contra animais e o fato de a crítica literária não a ter comentado?” (ADAMS, 2012, p. 207).

Além de todas essas questões, a autora também estabelece paralelos entre tráfico de mulheres e tráfico de animais, direitos animais e direito ao aborto, abuso de mulheres, de crianças e animais domésticos. Em 2013, seu livro foi homenageado na coletânea *Defiant Daughters: 21 Women on Art, Activism, Animals, and The Sexual Politics of Meat*, com histórias pessoais de 21 autoras. Cada uma delas ressaltava a importância de *A política sexual da carne* em suas vidas, ao prover-lhes novas formas de pensar, influenciar seus rumos profissionais, reorientar a educação de seus filhos.

Além deste que se tornou um *best-seller*, Adams já publicou outros livros com abordagens semelhantes – *Neither Man nor Beast: Feminism and the Defense of Animals* (1995); *The Pornography of Meat* (2003) –, e também escreveu muitos trabalhos em coautoria e organizou coletâneas sobre o tema – *Ecofeminism and the Sacred* (1993); *Animals and Women:*

*Feminist Theoretical Explorations* (1995) e *The Feminist Care Tradition in Animal Ethics* (2007), com Josephine Donovan; *Ecofeminism: Feminist Intersections with Other Animals and the Earth* (2014), com Lori Gruen.<sup>263</sup>

Em *The Pornography of Meat* (2008) – reeditado em 2020, ainda sem tradução para o português –, Adams analisa uma série de anúncios publicitários, veiculados nos Estados Unidos, associando explicitamente o consumo de mulheres ao consumo de animais. Ela traz à tona as ideologias e preconceitos que essas mensagens disseminam, reforçando a importância de olharmos para além dos produtos que divulgam.

Os anúncios publicitários não se limitam aos produtos que estão promovendo. Eles expressam como nossa cultura está estruturada, o que acreditamos sobre nós mesmos e sobre os outros. [...] As mensagens que veiculam abrem janelas para entendermos os mitos que estruturam nosso mundo – quem são os sujeitos e quem são objetos em nossa cultura? (ADAMS, 2008, p. 14, tradução minha).<sup>264</sup>

Essas imagens e textos sexistas-especistas estão em toda parte: *outdoors*, jornais, revistas, panfletos, cardápios de restaurantes, camisetas, vidros de ônibus, estações de metrô, convites para eventos... É no processo de desconstruí-los e combatê-los que começamos a restaurar o referente ausente. Para Adams, essa é uma tarefa urgente, uma vez que esses discursos estão entranhados em todos os momentos e espaços de nossas vidas. Mesmo sendo na maioria das vezes “imperceptíveis”, são definidores dos nossos modos de ver, pensar, agir. Lado a lado desses conteúdos publicitários, estão os conteúdos jornalísticos. Identificar o especismo nas palavras, expressões, metáforas e qualquer outro recurso textual empregado por jornalistas é também explicitar essa ideologia na linguagem corrente. E talvez este seja um pequeno (mas necessário) passo rumo a uma cultura anti-especista.

Considerando todo esse panorama histórico e o estágio atual do debate sobre ética e direitos animais, apresento a seguir as pesquisas em jornalismo que abordaram, de diferentes formas, a cobertura sobre o tema na imprensa brasileira contemporânea.

---

<sup>263</sup> Adams também vem publicando outros livros voltados mais especificamente aos direitos animais e ao vegetarianismo: *The Inner Art of Vegetarianism: Spiritual Practices for Body and Soul* (2000); *Living among Meat Eaters: The Vegetarian's Survival Handbook* (2001); *Prayers for Animals* (2004); *Help! My Child Stopped Eating Meat! An A-Z Guide to Surviving a Conflict of Diets* (2004); *Burger* (2018). Em coautoria, publicou também *How to eat like a vegetarian even if you never want to be one* (2011), com Patti Breitman; *Never Too Late to Go Vegan: the over-50 guide to adopting and thriving on a Plant-Based Diet* (2014), com Patti Breitman e Virginia Messina; *Protest Kitchen: Fight Injustice, Save the Planet, and Fuel Your Resistance One Meal at a Time* (2018), com Virginia Messina.

<sup>264</sup> Original em inglês: “Advertisements are never only about the product they are promoting. They are about how our culture is structured, what we believe about ourselves and others. [...] They offer a window into the myths by which our world is structured – who are the someones in our culture, and who become the somethings?”

#### 1.4. As pesquisas sobre direitos animais no jornalismo

*Já se pesquisou e escreveu muito sobre as várias ideologias cujo ethos inclui o vegetarianismo. Mas a dieta em si tem sido quase sempre ignorada nesses estudos [...]. Muito raramente ela aparece nos índices dos livros, como se os historiadores a considerassem sem importância para a investigação do objeto escolhido. Das 60 biografias de Leonardo da Vinci, por exemplo, apenas duas se preocuparam em mencionar seu vegetarianismo – que era, afinal, parte central de suas crenças. Agora que o assunto está lentamente ganhando mais credibilidade e respeito, talvez os historiadores possam dar mais atenção a ele.*

Colin Spencer<sup>265</sup>

Ao longo das últimas décadas, observa-se um número crescente de estudos que abordam a cobertura midiática sobre questões de raça, etnia, gênero, sexualidade. Esses trabalhos têm sido fundamentais para despertar uma consciência crítica e desenvolver novos paradigmas de atuação acadêmica e profissional. Pesquisas mais longas e aprofundadas sobre temas que por muito tempo foram considerados marginais contribuem enormemente para a identificação de estereótipos e formas de discriminação social que frequentemente são pouco visíveis ou reconhecíveis pela sociedade. Reflexões consistentes podem estimular docentes, estudantes e os próprios repórteres e editores a conceberem modos de fazer jornalismo mais justos, equilibrados, democráticos.

Apesar desses avanços, entretanto, ainda são escassos os trabalhos acadêmicos que discutem particularmente o especismo no jornalismo brasileiro. A perspectiva dos direitos animais é praticamente ignorada entre os pesquisadores da área, mesmo entre aqueles que já estudam diferentes expressões do sexismo, racismo e suas várias interseccionalidades na imprensa contemporânea. Durante a elaboração desta tese, fiz uma ampla pesquisa nas plataformas disponíveis para tentar encontrar todos os trabalhos de conclusão de curso de graduação, mestrado e doutorado que abordassem os direitos animais no jornalismo. Meu intuito era mapear o “estado da arte” neste campo específico e também no campo mais abrangente da comunicação e áreas afins. Mas logo constatei que o número de pesquisas concluídas ou em andamento é tão ínfimo que sequer é possível constituir algo como um

---

<sup>265</sup> Do livro *The Heretic's Feast: a history of vegetarianism* (SPENCER, 1995, p. xii). Tradução minha. Original em inglês: “The various ideologies whose ethos included vegetarianism have been much researched and much written about, but the diet itself has usually been ignored [...]. Very seldom does it appear in the indexes of books, as if historians have considered the diet to be unimportant to their survey of a chosen object. For example, in sixty biographies of Leonardo da Vinci only two bothered to mention his vegetarianism, which was, after all, a central part of his beliefs. Now that the subject is slowly gaining more credibility and respect, perhaps historians might give it more attention.”

“estado da arte”. Ao todo, identifiquei apenas oito trabalhos, publicados em um intervalo de 18 anos – entre 2003 e 2020 –, conforme constam no quadro a seguir:

Ano	Título	Autor	Nível	Universidade
2003	Representações de Animal na Contemporaneidade: Uma Análise na Mídia Impressa	Rossano André Dal-Farra	Doutorado	UFRGS Educação
2008	A comunicação de massa e os direitos dos animais: uma nova perspectiva de consideração moral e ambientalismo	Mônica Carneiro	Graduação	UFG Comunicação
2010	O discurso dos protetores dos animais e sua imagem na mídia	Katia Okumura Oliveira	Mestrado	PUC-SP Comunicação
2014	Enquadramento interpretativo, lógicas de ação e dinâmicas interativas: dilemas em interações entre o movimento dos direitos animais e a grande mídia	Matheus Mazzilli Pereira	Mestrado	UFRGS Sociologia
2014	O Cinema Animalista: a imagem em/no movimento pelos animais	Bianca Salles Dantas	Mestrado	Unicamp Multimeios
2015	As representações socioculturais dos animais no jornalismo da <i>Folha de S. Paulo</i>	Danielle Sibonis	Mestrado	UFSC Jornalismo
2015	Ciberativismo e as estratégias comunicacionais nos movimentos abolicionistas veganos	Antonia Márcia Artico	Mestrado	UNIP Comunicação
2019	A representação jornalística do animal não-humano no Brasil de acordo com o Jornal Nacional	Gabriela Martins Dias	Graduação	UFRGS Comunicação

Quadro 1: Monografias, dissertações e teses sobre direitos animais no jornalismo.

A primeira pesquisa a abordar o tema foi a tese de doutorado *Representações de Animal na Contemporaneidade: Uma Análise na Mídia Impressa*, de Rossano André Dal-Farra. Defendida em 2003 no programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o autor apresenta, em oito capítulos, como jornais e revistas retrataram diferentes usos e relações que estabelecemos com os animais: entretenimento, alimentação, companhia etc. Sua perspectiva, porém, não é antiespecista e muito menos abolicionista. A palavra especismo sequer aparece ao longo de todo o trabalho – e tampouco as palavras senciência ou veganismo. Nenhum desses conceitos estão presentes no texto, apesar de o autor descrever a concepção de direitos animais e citar Peter Singer – que, como sabemos, discorre extensamente sobre o especismo em seu livro *Libertação Animal*.

Dal-farra, inclusive, faz questão de deixar claro que não está alinhado com a visão abolicionista e que, como médico veterinário<sup>266</sup>, considera plenamente aceitável empregarmos animais como *commodities* e recursos alimentícios, conforme explicita nos seguintes trechos:

Devo afirmar que não há a pretensão de estabelecer o que deveria ser feito aos animais, nem de revelar ao mundo qual seria a forma ideal de tratá-los, muito menos de condenar as práticas de utilização de carne animal como alimento (DAL-FARRA, 2003, p. 9).

Não estou querendo passar ao mundo as minhas experiências e minha sabedoria especial sobre o tema, muito menos desaprovar a utilização de produtos de origem animal na alimentação das pessoas, importante atividade humana (DAL-FARRA, 2003, p. 11).

A partir de referenciais teóricos dos estudos culturais, o pesquisador apresentou como objetivo de sua tese “tornar visíveis [...] as representações de animal presentes na mídia impressa, bem como a inserção destas nas práticas sociais e culturais associadas aos discursos circulantes nestes veículos de comunicação” (DAL-FARRA, 2003, p. 12). Para isso, ele se orientou pelas seguintes questões:

Quais são os discursos que circulam na mídia a respeito dos animais e de que formas eles se constituem em relação à inteligência, ao discurso ecológico, aos animais de companhia e aos animais de produção? Como as representações de animal são veiculadas em matérias jornalísticas e peças publicitárias de jornais e revistas de circulação nacional? Como estes discursos relativos à relação animal-ser humano apontam para determinadas configurações de sujeitos? (DAL-FARRA, 2003, p. 41).

O autor constituiu um *corpus* variado – com publicações estaduais e nacionais; especializadas e generalistas –, mas constatou que, apesar das diferenças em suas linhas editoriais, os conteúdos que veiculavam eram bastante semelhantes entre si (DAL-FARRA, 2003, p. 42). Mesmo com uma diversidade de público leitor<sup>267</sup>, os animais são representados no jornalismo impresso de forma bastante homogênea, conforme as “funções” a que são designados. Dal-Farra não desenvolve, entretanto, reflexões críticas e consistentes a partir dessas constatações. Seus referenciais estão plenamente condizentes com a cultura hegemônica e os ideais antropocêntricos. Sua formação acadêmica anterior – sobretudo o mestrado em Zootecnia, área intrinsecamente especista e voltada à exploração animal – pode explicar, ao menos parcialmente, suas escolhas e postura ideológica.

---

<sup>266</sup> O autor cursou a graduação em Medicina Veterinária – área em que atua profissionalmente – e fez o mestrado em Zootecnia, com especialização em Melhoramento Genético Animal. Foi somente durante o doutorado, portanto, que começou a pesquisar na área de Ciências Humanas e Sociais.

<sup>267</sup> O material selecionado incluía até mesmo uma publicação infantil, a revista *Recreio*, da Editora Abril.

Além de afirmar não ter a pretensão de julgar nossa relação com os animais, ele tampouco critica a cobertura midiática em si – a qual considera “de consistente valor informativo e de entretenimento” (DAL-FARRA, 2003, p. 44). O autor avalia que a mídia apenas reflete e reforça as contradições e complexidades que já existem na sociedade e que isso é, de certa forma, o “natural” e “esperado”. Para Dal-Farra, os textos jornalísticos parecem ser sempre “equilibrados”, “objetivos”, “equânimes”. Isso fica evidente, por exemplo, quando analisa uma reportagem sobre a caça como atividade de entretenimento – já condenada em muitos lugares, mas ainda vigente em tantos outros, onde é inclusive um “esporte” das elites.

A reportagem em questão tratava especificamente da caça à raposa na Inglaterra, onde era considerada tradicional. Em nenhum momento Dal-Farra problematiza as informações apresentadas no texto. Sua conclusão é apenas a de que a matéria é objetiva “ao levantar pontos positivos e negativos da caça” (DAL-FARRA, 2003, p. 221) e que “a disposição das frases representativas a favor e contra a caça busca a objetividade jornalística e a isenção de posicionamento em relação a um caso que move fortes discursos controversos” (DAL-FARRA, 2003, p. 213).

Sobre os animais que são utilizados como recursos alimentícios, o autor adere aos discursos do senso comum que afirmam que a produção de carne é uma “necessidade” para “reduzir a fome”. Em uma de suas análises, ele não contrapõe os argumentos de que alimentos de origem animal seriam o único caminho viável e eficaz no combate à fome – pesquisas das últimas décadas vêm provando justamente o contrário. Fica evidente, portanto, que o trabalho de Dal-Farra, apesar de ter uma proposta interessante, acaba por não contribuir para o desenvolvimento desse campo de estudos. Seu olhar é conservador, superficial, antropocêntrico e especista. O pesquisador poderia ter chegado a resultados muito diversos se tivesse recorrido a paradigmas novos e perspectivas não hegemônicas.

A próxima pesquisa que se propôs a tratar do tema foi o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Mônica Carneiro, com o título *A comunicação de massa e os direitos dos animais: uma nova perspectiva de consideração moral e ambientalismo* (2008). Ao contrário de Dal-Farra, a autora explicita seu posicionamento antiespecista em cada uma das partes de seu trabalho.<sup>268</sup> A partir da análise de diversas reportagens da revista *Veja*, ela procura demonstrar “o quanto a mídia brasileira, de maneira geral, ainda não concebe a ideia de pensar

---

<sup>268</sup> Isso é evidente desde a dedicatória e os agradecimentos: “Dedico este trabalho a todos os animais não-humanos que sofreram e ainda sofrem o horror da tirania humana. Dedico-lhes minha dor, minha compaixão, minha luta e sobretudo meu amor [...]” (CARNEIRO, 2008, p. 4); “Agradeço especialmente a todos os animais não-humanos com os quais eu tive o privilégio de conviver e aprender, principalmente, as lições morais mais caras que nenhuma cartilha metodológica consegue ensinar [...]” (CARNEIRO, 2008, p. 5).

os animais” (CARNEIRO, 2008, p. 12). Os movimentos sociais em defesa dos animais são, segundo suas constatações, retratados de formas estereotipadas, sempre associados “ao despreparo, à violência e ao ridículo”, como nestes exemplos que apresenta:

Em matéria intitulada Ecoterroristas: Grupos de defesa dos animais fazem atentados contra lanchonetes e estações de esqui, a Revista VEJA deixa clara a sua posição editorial. [...] Além de se referir aos ativistas da ALF (Frente para a Libertação Animal) como “malucos”, o repórter ainda reduziu à míngua as causas e as razões morais e teóricas dos ataques (CARNEIRO, 2008, p. 73).

Na edição de 11 de agosto de 2004, a Revista VEJA castigou mais uma vez os defensores dos animais com a matéria: A ameaça dos ecoterroristas – Defensores dos animais trocam protestos pacíficos por táticas violentas. Mais uma vez, [...] o que chama a atenção da mídia são as ações de uma minoria radical, em detrimento de ações pacíficas realizadas por pessoas sérias.

O que ficou claro, para o leitor, é que a ação de alguns loucos radicais estaria pondo em risco o conclamado desenvolvimento científico, em sua louvável intenção de promover o bem-estar humano e a cura de doenças como a leucemia, a artrite, o câncer e a diabetes. O que não ficou claro, no entanto, foram as motivações desses grupos e o porquê de algumas pessoas se sentirem impelidas a atuar heroicamente em nome dos animais.

Muito provavelmente, todos os ativistas que conhecem o que se passa no interior de laboratórios de vivisseção ou matadouros se sentem impelidos a fazer algo, mesmo que para isso tenham que arriscar a própria vida e liberdade. (CARNEIRO, 2008, p. 80-81).

O conjunto de matérias que a pesquisadora reúne evidencia o quanto os defensores dos animais são constantemente associados à violência, loucura, radicalidade e até mesmo terrorismo. Ao analisar os textos, a autora apresenta informações que considera relevantes sobre o tema, pontuando o que deveria ter sido incluído nas matérias seguindo os princípios de um jornalismo honesto e equilibrado. Em uma notícia sobre casacos de pele, por exemplo, ela afirma: “O que o jornalista omitiu e que não poderia escapar ao conhecimento e à compreensão do público é o custo ambiental e ético dessa produção” (CARNEIRO, 2008, p. 74-75). Sobre uma matéria que aborda especificamente a alimentação vegetariana, ela explicita os preconceitos e inverdades propagados pela jornalista:

Outro exemplo extraído da Revista Veja, que ilustra a ausência de parâmetros éticos guiados no sentido da obediência à pluralidade de opiniões é a matéria Muita verdura, pouca vitamina, de autoria da jornalista Natasha Madov. Nesse texto, além de taxar a dieta vegetariana de uma “mania arriscada”, a repórter coloca que “longe de ser uma decisão filosófica, tirar a carne do cardápio pode ser um sintoma de distúrbios alimentares graves”. [...]

A princípio, é possível rebater essa notícia tanto com argumentos filosóficos, quanto por meio de explicações técnicas. Primeiro porque a dieta vegetariana é, em muitos casos, o resultado de uma importante decisão filosófica, e não pode nem deve ser rebaixada simplesmente à moda ou às preocupações estéticas encontradas nos distúrbios alimentares mais comuns.

Para grande parte dos vegetarianos, a decisão de não comer carne vem acompanhada do reconhecimento do valor da vida, e principalmente da impossibilidade de se estabelecer uma diferença contundente entre espécies capaz de justificar o domínio ou a subjugação de uma pela outra (CARNEIRO, 2008, p. 84-85).

A pesquisadora reconhece que a imprensa veicula “algumas discussões acerca da crueldade para com os animais”, entretanto, isso se restringe às situações “que não representam conflito direto frente a interesses humanos, mesmo que triviais” (CARNEIRO, 2008, p. 108). Consequentemente, a noção de crueldade compreendida pelos jornalistas e pela sociedade como um todo geralmente não considera os animais utilizados para alimentação e experimentação científica: “Essas modalidades de exploração, mesmo constituindo as piores e as mais intensas que existem, não são consideradas crueldade pela grande maioria das pessoas, e tampouco questionadas pelo jornalismo, pelo direito e nem pelo próprio movimento ambientalista” (CARNEIRO, 2008, p. 108-109).

Carneiro afirma que o especismo é intrínseco à mídia, “pois a própria imprensa trata de uma maneira absurdamente natural a exploração dos animais não humanos” (CARNEIRO, 2008, p. 12). Segundo a autora, as publicações jornalísticas propagam uma imagem negativa da causa animal, “ao difundir preconceitos, ocultar dados e, sobretudo, ao estereotipar os líderes do movimento de libertação animal” (CARNEIRO, 2008, p. 68). Sua pesquisa conclui, assim, que “a comunicação de massa [é um] impasse à consolidação dos Direitos dos Animais” (CARNEIRO, 2008, p. 70), uma vez que não estabelece “os meios para uma mudança de pensamento na sociedade” (CARNEIRO, 2008, p. 87).

Alguns trabalhos se voltaram exclusivamente à cobertura midiática sobre o ativismo pelos animais. Esse foi o caso da dissertação *O discurso dos protetores dos animais e sua imagem na mídia* (2010), de Kátia Okumura Oliveira, que analisou campanhas publicitárias da ONG internacional People for the Ethical Treatment of Animals (PETA) e sua repercussão na imprensa brasileira entre 2004 e 2009. A pesquisadora definiu como objetivo “avaliar se os trabalhos dos protetores dos animais para transformar discursos, por meio de campanhas de comunicação, são bem construídos”. Assim como Carneiro, Oliveira também se coloca como defensora dos animais, relatando inclusive seus anos de atuação em organizações não governamentais. Seu *corpus* é constituído por “todas as matérias que traziam alguma referência ao PETA na Folha Online, de janeiro de 2004 a dezembro de 2009. Ao todo foram 69 notícias divididas em dez seções do jornal digital” (OLIVEIRA, 2010, p. 6).

Oliveira constata que dessas 69 matérias, 42 têm como gancho celebridades do mundo da música, da televisão, do cinema, do esporte, da política. Várias delas estão também

associadas a temas considerados polêmicos, como nudez e sexo. A postura transgressora da PETA gera, frequentemente, debates acalorados e até mesmo a censura de suas peças publicitárias – o que acaba por chamar ainda mais a atenção do público. A organização já é conhecida por apelar constantemente a tais chamarizes midiáticos. Se por um lado essa mídia espontânea pode, por vezes, suscitar o interesse pela causa, por outro, as abordagens que tendem ao sensacionalismo também contribuem para a associação do movimento dos direitos animais a posturas extremistas, extravagantes, esdrúxulas – isto é, a imagem estereotipada que muitos ativistas tentam combater.

A dissertação de Matheus Mazzilli Pereira também analisa textos jornalísticos que reportam o ativismo pró-animais, conforme indica o título: *Enquadramento interpretativo, lógicas de ação e dinâmicas interativas: dilemas em interações entre o movimento dos direitos animais e a grande mídia* (2014). Diferente de Oliveira, que focou seu estudo no trabalho de uma única ONG, Pereira examina as estratégias de inserção midiática de várias organizações que atuam sobretudo do Rio Grande do Sul. Além de analisar textos publicados em periódicos estaduais – especialmente no jornal *Zero Hora* –, o autor entrevistou defensores dos animais e jornalistas. Essa diversidade de material empírico lhe possibilitou observar que muitos ativistas tendem a “adaptar-se aos temas valorizados pela mídia, evitando críticas dos jornalistas” (PEREIRA, 2014, p. 122), por reconhecerem que repórteres e editores ainda são pouco receptivos ao tema.

Em geral, a mídia é, reconhecidamente, um ambiente pouco aberto e favorável aos movimentos sociais que confrontam o status quo. Em boa parte dos casos, incluindo-se o contexto brasileiro, os grandes veículos de comunicação são empresas privadas voltadas, portanto, ao lucro. Sua principal fonte de renda advém dos anúncios que, por sua vez, são também produzidos por empresas privadas. Dessa forma, mensagens que contestem, de alguma forma, os produtos, o consumo ou as formas de produção da sociedade capitalista contemporânea são pouco veiculadas pelos grandes veículos para evitar indisposições com anunciantes.

A diversidade de veículos de comunicação, que poderia ser vista como uma solução para tornar a comunicação mais democrática, em muitos casos, não gera uma diversidade de perspectivas, na medida em que é comum que uma mesma empresa detenha a posse de diversos veículos (jornais, emissoras de televisão, revistas, entre outros) (PEREIRA, 2014, p. 149).

Para além das questões políticas e econômicas, o autor considera que “essa visão negativa da grande mídia e do veículo *Zero Hora* frente aos direitos animais pode estar associada, ainda, a uma falta de conhecimento da perspectiva, levando os jornalistas a considerarem os direitos animais como algo ridículo ou exótico” (PEREIRA, 2014, p. 179). Considerando, portanto, esse contexto tão adverso, sua pesquisa se orienta a partir da seguinte

pergunta: “Como movimentos sociais conseguem acesso à grande mídia tendo em vista um ambiente tão desfavorável?” (PEREIRA, 2014, p. 150).

Pereira constata que os movimentos sociais em questão não encaram a mídia hegemônica como um “caminho”, “espaço” ou “ferramenta” para viabilizar uma verdadeira mudança de consciência. Suas tentativas de pautar os jornalistas são vistas mais como um atalho, às vezes eficaz, para divulgar sua causa a um público mais amplo – mesmo quando essa divulgação se dá de forma superficial e distorcida. É com esse intuito que realizam manifestações e performances, espalham cartazes e *outdoors* pela cidade, promovem campanhas de conscientização, pressionam políticos a votarem determinado projeto de lei etc. Os ativistas estão cientes, entretanto, de que essas estratégias funcionam para apenas algumas formas de exploração animal. Contestações ao agronegócio e ao consumo de carne, por exemplo, são quase “impublicáveis”.

Mesmo nas situações em que são convidados a se pronunciar a respeito de denúncias de maus-tratos a animais, as elites econômicas diretamente interessadas na exploração desses animais quase sempre têm muito mais espaço para se expressarem. Ao contrapor os argumentos apresentados pelos militantes, esses porta-vozes da indústria geralmente dão “a última palavra”. E quando se trata de reportagens que abordam exclusivamente o comércio e consumo de animais como *commodities*, os ativistas raramente têm voz.

Observa-se um espaço desigual de fala entre militantes e as elites econômicas, o que se manifesta tanto na busca de contraponto em momentos em que ativistas dão depoimentos à grande mídia (sendo que o contrário não é observado), quanto na tendência que ativistas observam em grandes veículos de distorção e descontextualização de suas falas. Consequentemente, a grande mídia tenderia a uma reprodução constante do “senso comum” (PEREIRA, 2014, p. 217-218).

A pesquisa de Pereira também explicitou o desconhecimento e preconceito entre os profissionais da imprensa em relação à luta contra o especismo:

A grande mídia é vista, ainda, como um ator que tem uma visão prévia dos direitos animais que varia entre o desconhecimento e a visão negativa. No que tange ao primeiro desses pontos, ativistas identificam uma confusão nos jornalistas entre direitos animais e outras causas animais ou ambientais. [...] A caracterização de uma visão negativa dos direitos animais, no entanto, é mais forte entre os ativistas. Primeiramente, militantes identificam uma falta de interesse de jornalistas em questões animais comparando-se a mobilizações que tenham humanos ou animais socialmente valorizados como seu foco. [...] Ainda, ativistas identificam uma tendência da grande mídia a considerar a questão dos direitos animais como algo excêntrico ou ridículo (PEREIRA, 2014, p. 218-219).

Os ativistas entrevistados manifestaram reiteradamente que é evidente a identificação e compartilhamento de interesses entre os jornalistas do *Zero Hora* e os profissionais cujas práticas são essencialmente especistas – tais como pecuaristas, cientistas que utilizam cobaias e até mesmo caçadores. Conseqüentemente, estas fontes têm muito mais acesso ao jornal do que os defensores dos animais: “A grande mídia e o jornal *Zero Hora* são caracterizados negativamente como veículos que dão pouco espaço ao veganismo, que o desconhecem, o tratando a partir de estereótipos [...]” (PEREIRA, 2014, p. 262). Apesar da limitação geográfica de seu *corpus*, a pesquisa de Pereira apresenta-se como uma importante contribuição ao explicitar a cobertura enviesada e discriminatória sobre direitos animais praticada por mais um veículo da mídia hegemônica.

Outra dissertação, defendida também em 2014, voltou-se ao formato que tem se mostrado mais propício à difusão da perspectiva dos direitos animais: o cinema documentário. Com o título *O Cinema Animalista: a imagem em/no movimento pelos animais*, Bianca Salles Dantas apresenta um panorama da produção documental desde a década de 1970 até a contemporaneidade. Seu *corpus* inclui filmes brasileiros e estrangeiros – sobretudo da Inglaterra e dos Estados Unidos, mas também de países da Europa Continental –, sendo que alguns são analisados mais detidamente. A autora explicita as mudanças de formato, linguagem e abordagem desde a primeira produção relevante sobre o tema – a série *Open Door* (1976), veiculada pela rede de televisão britânica BBC – até os mais recentes (e numerosos) lançamentos do século XXI. Seu objetivo era averiguar “como os ativistas, cineastas e interessados no assunto têm desenhado a questão animal em seus filmes, trabalhando suas variantes de estilo, especificidades e autoridades” (DANTAS, 2014, p. 2).

Ao comparar as pesquisas de Dantas e Pereira, evidencia-se nitidamente como um mesmo tema pode ser reportado de formas completamente distintas conforme os diferentes formatos narrativos e possibilidades (ou não) de liberdade editorial. Em 2015, a dissertação *As representações socioculturais dos animais no jornalismo da Folha de S. Paulo*, de Danielle Sibonis, reiterou várias das constatações de Pereira, reforçando o quanto os veículos jornalísticos tradicionais mostram-se completamente atrelados aos interesses da elite econômica e da cultura hegemônica. O jornalismo revela-se, nestas pesquisas, como um mantenedor do *status quo*, pouquíssimo aberto a novas perspectivas.

O trabalho de Sibonis foi o único desenvolvido sobre o tema no PPGJor/UFSC – e o único também no âmbito de um programa de pós-graduação em jornalismo. Recorrendo ao método da análise de conteúdo, a pesquisadora procurou averiguar as representações socioculturais de animais em textos informativos e opinativos publicados na versão impressa

da *Folha de S. Paulo* durante um período de três meses: de 1º de abril a 30 de junho de 2014. Após reunir todas as matérias que mencionam animais, a autora identificou que estes são, quase sempre, referenciados apenas como recursos, *commodities*. Sibonis explicita, assim, a cobertura fundamentalmente especista realizada por outro veículo de circulação nacional e de referência no campo jornalístico brasileiro.

[...] Percebe-se a hegemonia do tratamento dado aos animais como um produto. As temáticas de *commodities* e alimentação somaram 65,5% do total das matérias que compõe o corpus. As outras temáticas (pragas e transmissores de doenças, animais de estimação, animais ameaçados, pesquisa científica, história natural, *fait divers*, esportes com animais, ecoturismo, etologia e zooterapia) dividem-se em 34,5% das matérias restantes, portanto, estas dez temáticas restringem-se a cerca de um terço do total da representação dos animais no jornal no período. Ao priorizar a representação dos animais como um recurso, um instrumento para aumentar o lucro humano, sem mencionar o estado e os modos de tratamento que eles recebem na indústria, nem os impactos socioambientais da produção de alimentos, a *Folha de S. Paulo* estimula uma visão determinista e instrumentalista para com a natureza, esvaziando-se de senso crítico nos assuntos relativos a esta temática (SIBONIS, 2015, p. 224).

Nas raras ocasiões em que houve críticas à indústria de exploração animal, ainda prevaleceu a visão especista:

Através da análise das matérias, percebe-se que o campo jornalístico pressiona e é pressionado pelos campos econômico, político e científico, na medida em que os discursos hegemônicos destes campos prevalecem no jornal. Por exemplo, nas notícias que tratam de temas alternativos ou críticos quanto ao sistema e modos de produção vigentes, como nas matérias que assinalam os impactos do uso de insumos químicos na agropecuária, a FSP acrescenta o depoimento de alguma fonte oficial relacionada ao sistema de produção que contrarie as informações apresentadas. Muitas vezes a notícia termina com uma posição antagonista a tudo que havia sido escrito na matéria, construção esta que estimula o ceticismo quanto aos problemas sinalizados, principalmente, em decorrência do uso de antibióticos, agrotóxicos e transgênicos na produção agropecuária, os quais impactam a saúde humana, animal e dos ecossistemas (SIBONIS, 2015, p. 222).

Quando o tema era o vegetarianismo ou mesmo a redução do consumo de alimentos de origem animal, a abordagem do jornal também se mostrou visivelmente preconceituosa e sem abertura para um outro ponto de vista:

Nas matérias que discutem a alimentação e os malefícios do consumo excessivo de carne, também é deixado em suspenso quais as consequências do consumo da carne, alegando que não há estudos definitivos sobre assunto. Inclusive nas matérias sobre o vegetarianismo e a alimentação natural de animais de estimação figuram os depoimentos de instituições oficiais que, ao se posicionarem contra alternativas na alimentação, seja ela humana ou animal, questionam a legitimidade de dietas alternativas. Eles alegam que as pessoas não precisam parar de comer carne para serem saudáveis e, em relação aos animais de estimação, que a indústria produz

alimentos balanceados, os quais seriam mais adequados. Portanto, buscam defender o campo econômico, político e científico ao negar os benefícios das dietas alternativas em seus discursos (SIBONIS, 2015, p. 223).

Os textos opinativos veiculados na publicação – onde talvez seria possível encontrar uma perspectiva diversa – seguem exatamente a mesma linha.

*A Folha de S. Paulo*, ao ceder semanalmente espaço para a coluna da ruralista Kátia Abreu, favorece o discurso dos políticos ruralistas, bancada que se torna cada vez mais forte e expressiva no Congresso Nacional. O jornalismo opinativo da FSP endossa o ocultamento do ônus da produção industrial, e o jornalismo informativo também adota essa postura. Em algumas matérias publicadas no período sobre as mudanças climáticas e as emissões de gases do efeito estufa [...] não há qualquer referência quanto à liberação de gás carbônico e metano resultante do desmatamento de imensas áreas para a criação de gado e da fermentação entérica dos ruminantes, a qual produz óxido nitroso, composto considerado 296 vezes mais agressivo do que o gás carbônico [...] (SIBONIS, 2015, p. 224).

Há, portanto, “um abrandamento e, até mesmo, ocultamento quanto às consequências e impactos socioambientais da agropecuária e de outras práticas que utilizam animais” (SIBONIS, 2015, p. 227). A autora observou que muitas marcas de produtos de origem animal anunciam diariamente na *Folha* – com destaque para a JBS, cujos anúncios estavam presentes em 100% das edições estudadas. Esse financiamento expressivo – sem o qual talvez o jornal não se viabilizaria – é apontado por Sibonis como o principal motivo para a ausência da perspectiva dos direitos animais em seu conteúdo jornalístico. Em nenhum dos textos ela encontrou qualquer argumento que contrariasse os interesses dessas indústrias, nem mesmo quando a pauta era especificamente sobre animais de estimação.

Pode-se afirmar um domínio da dimensão econômica nas representações dos animais. Além das temáticas de *commodities* e alimentação, na temática de animais de estimação se apresentam diversas novidades da indústria pet, que incluem perfis online e books fotográficos, novidades estas que são destinadas mais aos donos e o símbolo de status que estas práticas conotam, do que ao benefício dos próprios animais, estes cada vez mais desnaturalizados pelo modo de vida urbano (SIBONIS, 2015, p. 225).

Em matérias sobre experimentação científica, Sibonis também constatou um “ocultamento do que acontece nos laboratórios na medida em que os procedimentos com animais não aparecem em fotos, apenas em infográficos” (SIBONIS, 2015, p. 225). Assim como os bastidores da indústria da carne estão interditos nas páginas do jornal, também estão os bastidores da indústria farmacêutica e da pesquisa científica que utiliza cobaias. A autora observa que, “dependendo do contexto cultural e de qual espécie, os animais são representados

de modos completamente distintos” (SIBONIS, 2015, p. 226). Entretanto, os animais retratados pelo jornalismo contemporâneo são caracterizados majoritariamente como “comida”, “meio para um fim” – isto é, como objetos e não como sujeitos. A autora conclui:

Predominantemente, os animais são representados pelo jornal FSP como uma matéria-prima para a produção de alimentos, eles têm um preço e este é seu único valor, eles são saborosos e, mesmo quando seu custo de consumo é elevado, o preço por comer um bife especial “vale a facada”, como sugere uma das matérias do período. Podemos afirmar, assim, que no discurso do jornal *Folha de S. Paulo* existe uma visão consensual dos animais como recursos/instrumentos. [...]

Conclui-se, assim, que as representações socioculturais (re)produzidas pelo jornal *Folha de S. Paulo* estimulam a manutenção do *status quo* em relação à forma como os animais são tratados pelos campos científico, econômico e político, na medida em que não se realiza nenhum questionamento efetivo quanto aos hábitos e práticas culturais que causam dor e resultam na morte de bilhões de animais e na destruição de ecossistemas (SIBONIS, 2015, p. 226-227).

Optando por uma abordagem semelhante à de trabalhos anteriores, a dissertação *Ciberativismo e as estratégias comunicacionais nos movimentos abolicionistas veganos* (2015), de Antonia Marcia Artico, voltou-se à cobertura do ativismo pelos direitos animais. Seu objetivo era identificar “as formas de ativismo por meio de articulações midiáticas” nas diversas manifestações do movimento abolicionista vegano: “O problema da pesquisa diz respeito justamente à questão do modo como o movimento abolicionista vegano se apropria das mídias no intuito de promover o processo de mobilização, participação e compartilhamento de informações” (ARTICO, 2015, p. 8). Presumivelmente, o maior espaço de atuação das organizações abolicionistas é o ambiente virtual: “O movimento encontra maior força na comunicação por intermédio da internet e suas redes sociais, nas quais o ativismo digital [...] assume papel de fundamental importância para a democratização da comunicação, uma vez que, pelos meios tradicionais, isso não ocorre” (ARTICO, 2015, p. 8).

Outras pesquisas já identificaram que a mídia tradicional – especialmente os meios de comunicação de massa – não contribui de forma alguma para a difusão da perspectiva dos direitos animais. Por outro lado, observa-se um crescimento contínuo do veganismo e uma propagação cada vez maior dos ideais anti-especistas. Artico atribui essa expansão ao maior acesso a informações possibilitado pela internet: “Por intermédio das redes sociais digitais, o número de adeptos ao abolicionismo vegano tem aumentado nos últimos anos” (ARTICO, 2015, p. 13). Seu trabalho constata, assim, que “o ciberativismo, com suas inúmeras modalidades de ativismo, pode ser o maior responsável por tal acontecimento” (ARTICO, 2015, p. 13). Portanto, além dos documentários – conforme demonstrou a dissertação de Dantas

(2014) – o ambiente virtual é concebido como um lugar extremamente favorável à difusão dos direitos animais:

As redes sociais digitais promovem uma visão contra-hegemônica, pois essa mídia, ao mesmo tempo que é uma vitrine capitalista, também consegue se comportar como uma mídia radical. [...] Nesse espaço virtual, surgem diversas atividades contra a hegemonia estabelecida, que dita regras para reproduzir a pauta dos poderes constituídos. É através da rebeldia anunciada na rede que se pode agir contrariamente a essa cultura tão cristalizada em nossa sociedade (ARTICO, 2015, p. 63).

Artico lamenta a carência de pesquisas científicas sobre o tema: “Os estudos acadêmicos acerca do ‘veganismo’ são um tanto escassos. Tal fato pode ser verificado quando um pesquisador pretende desenvolver um projeto na área e, ao buscar material, encontra, na maioria das vezes, apenas temas correlatos” (ARTICO, 2015, p. 128). Ao mesmo tempo, ela reconhece que, “atualmente, o tema é muito mais frequente que há cerca de cinco, dez anos” (ARTICO, 2015, p. 134). Esse avanço, entretanto, também seria “reflexo do ativismo abolicionista vegano, principalmente quando realizado nas redes sociais” (ARTICO, 2015, p. 134). Para essa autora, considerando as muitas limitações institucionais impostas tanto a jornalistas como a pesquisadores, o único caminho realmente livre para propagar a mudança de paradigma proposta pelos defensores dos animais seria o ciberativismo.

O trabalho mais recente relacionando direitos animais e jornalismo foi a monografia de conclusão de curso de Gabriela Martins Dias, com o título *A representação jornalística do animal não-humano no Brasil de acordo com o Jornal Nacional* (2019). A autora definiu como objetivo “entender de que forma acontece a representação do animal não-humano no jornalismo brasileiro, estudando o período de um mês do principal noticiário televisivo exibido no país, o *Jornal Nacional*” (DIAS, 2019, p. 5). Das 27 edições do telejornal analisadas – todas veiculadas no mês de março de 2018 –, ela constatou que “77,77% apresentaram imagens ou palavras que remetiam ao animal não-humano, mostrando uma grande presença destes no noticiário” (DIAS, 2019, p. 5).

Entretanto, o animal que mais apareceu foi justamente aquele que já tem uma relação privilegiada com humanos: o cachorro, exibido em 16 das 74 representações visuais de animais. Em seguida estão as vacas, bois e touros, que apareceram em 10 matérias. Nestes casos – ao contrário do cão – elas não surgem por uma proximidade afetiva com nossa espécie, mas sim “em função da grande importância dada pela TV Globo ao agronegócio” (DIAS, 2019, p. 5).

Bois, touros e vacas foram mostrados em 13,51% das representações visuais identificadas, todas de forma intencional. O número de dez aparições é alto [...]. Nessa

situação, verifica-se um interesse da TV Globo em enaltecer o agronegócio, fato inegável ao observar a campanha cujo slogan é “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo” (DIAS, 2019, p. 47-48).

Por outro lado, ao enaltecer o agronegócio, a autora observa a ausência de qualquer imagem ou referência aos bastidores dessa indústria, que envolve, inevitavelmente, sofrimento animal: “O confinamento, o transporte e o abatedouro não são mostrados, apenas o ser vivo como parte da vida rural, totalmente separado do produto final” (DIAS, 2019, p. 51). A inexistência de frigoríficos – na verdade matadouros<sup>269</sup> – no noticiário televisivo cria uma falsa ideia de que esses animais, enquanto vivos, estão sempre saudáveis e “felizes”. Cada uma das etapas que culminam na refeição pronta parece não ter qualquer importância. “A desagradável realidade dos frigoríficos ocidentais, altamente equipados, que reproduzem, engordam, confinam e matam animais em larga escala não chegou perto de ser mostrada” (DIAS, 2019, p. 53). Como um “passe de mágica”, o que era um animal transforma-se em “carne” – como afirma Carol J. Adams (2012), o referente está sempre ausente.

Dias observou que o telejornal – como o restante da mídia – utiliza constantemente eufemismos para referir-se aos animais não-humanos, tais como “gado”, “vitela” e “frutos do mar”, que poderiam “ser substituídos por ‘bois’, ‘bezerro’ e ‘peixes’” (DIAS, 2019, p. 35). Nesse sentido, há uma discrepância entre os critérios para exibição de cadáveres humanos – que nunca aparecem – e de animais – que estão frequentemente presentes como pedaços de carne, expressando claramente a reificação do animal.

Percebe-se que há uma seletividade de tolerância para tragédias, que difere de acordo com cada espécie. A aparição do sofrimento de animais poderia ser positiva para promover mudanças em relação à exploração dos domesticados, como bois, porcos, galinhas, peixes, cabras, cães, cavalos, mas isso não ocorre (DIAS, 2019, p. 62).

Em todas as edições veiculadas ao longo do mês de março de 2018, Dias não encontrou um único momento em que a perspectiva dos direitos animais teve espaço:

Nenhuma demanda de direitos para outras espécies foi mostrada, muito menos situações que alertam sobre violações. [...] Nesse sentido, um maior conhecimento sobre a complexidade dos animais não-humanos e o sofrimento que lhes é infligido não seria de interesse da TV Globo, nem evidenciar as parcerias da política com as

---

<sup>269</sup> A palavra “frigorífico” passou a ser empregada pela indústria para substituir as palavras “abatedouro” e “matadouro” como uma estratégia para camuflar a matança rotineira de animais. Trata-se, assim, de mais um eufemismo da máquina de exploração das demais espécies. O frigorífico – os as carcaças são fracionadas e armazenadas depois que o animal é abatido – é apenas um setor dentro dos matadouros. O uso constante e generalizado do termo “frigorífico” acaba por ocultar as etapas anteriores da refrigeração da carne.

empresas do ramo do agronegócio, que são beneficiadas e incentivadas (DIAS, 2019, p. 68).

Também chamou a atenção da pesquisadora o fato de que frangos e porcos, justamente as espécies utilizadas em maior quantidade pelo agronegócio, “foram retratados apenas em criações de subsistência, afastando o telespectador da realidade que existe por trás da indústria da carne [...]. O jornalismo acaba colaborando para a manutenção do *status quo*” (DIAS, 2019, p. 74). Mais do que ocultar informações, essa postura editorial desinforma, uma vez que induz o público a pensar que o que está consumindo é “galinha feliz”. As escolhas do telejornal mostram-se muito similares às imagens e estereótipos presentes nos próprios anúncios publicitários dessas empresas. Isso não surpreende, uma vez que “a campanha ‘Agro é tech, agro é pop, agro é tudo’, [é] citada mesmo pelo apresentador e editor-chefe, William Bonner”, escancarando a “proximidade dos interesses econômicos da empresa com o conteúdo produzido” (DIAS, 2019, p. 74).

De forma acrítica, o *Jornal Nacional* também apresenta a carne como única fonte de proteína, “imprescindível” para uma alimentação saudável, a despeito das numerosas pesquisas científicas que provaram o contrário: “A representação mostra que a carne de animais é referência de proteína, apesar de tantas outras opções vegetais” (DIAS, 2019, p. 69). Segundo a autora, sua pesquisa foi “a primeira a abordar a representação do animal não-humano em um telejornal *hard news*” (DIAS, 2019, p. 76). Ao escolher esse objeto de estudo, ela reforça a importância da atuação da mídia – e especialmente do jornalismo – na viabilização de uma mudança de paradigma: “Só a partir da disseminação da informação será possível que a espécie *Homo sapiens* repense sua posição no mundo, como animal que faz parte de uma totalidade complexa, e expanda sua consideração moral às outras espécies em seus campos de atuação diários” (DIAS, 2019, p. 77).

Apesar de serem ainda poucas, as pesquisas realizadas até o momento sobre direitos animais no âmbito do jornalismo e da comunicação chegam a conclusões muito similares: a perspectiva crítica ao especismo está praticamente ausente no campo jornalístico brasileiro. Nas raras ocasiões em que há espaço para vozes dissonantes, elas são frequentemente reportadas de forma distorcida, enviesada, preconceituosa. Esses trabalhos, em seu conjunto, apresentam um panorama relevante da atuação da mídia brasileira, sobretudo pela diversidade de seu objeto empírico, abarcando diferentes suportes, formatos e periodicidade: publicações estaduais e nacionais, diárias e semanais; mídia impressa, online e televisiva. A totalidade desse *corpus*

inclui veículos expressivos no cenário contemporâneo: *Zero Hora*; *Folha de S. Paulo*; *Veja*; *Jornal Nacional*.

Esta tese pretende trazer um novo olhar a partir de novas análises e novas reflexões, suscitadas por um arcabouço teórico diferente do que foi empregado pelos estudos citados. Optei por compor o *corpus* com duas coberturas distintas, com o intuito de constituir uma amostra mais consistente dos discursos jornalísticos na contemporaneidade. Esse material, que será apresentado nos dois capítulos seguintes, foi analisado em *contraponto* – empregando o método desenvolvido por Said – às ideias expostas ao longo deste capítulo e a todo o contexto que envolve cada um dos dois temas em particular. Portanto, antes de iniciar a análise das matérias, realizei uma ampla pesquisa sobre os acontecimentos que elas reportavam, para que então estivesse apta a identificar tudo o que ficara de fora.

Ao contrastar os fatos em si – conforme pude apurá-los – com as notícias selecionadas, foi possível perceber qual parcela da realidade havia sido destacada e qual havia sido silenciada. Quantas foram as lacunas informativas e quais suas implicações? Em ambos os casos, analisei notícias publicadas ao longo de anos consecutivos, o que também me permitiu distinguir em que medida as omissões e ausências se mostraram persistentes ou se limitaram a situações pontuais.

## CAPÍTULO 2

### ANIMAIS PARA “ENTRETENIMENTO” OU “ESPORTE”

*"Aquilo é um circo?"*  
*"Não, esse é o portão do zoológico"*  
*"Atrás do portão vivem animais de concreto?"*  
*"Não! No zoológico tem animais reais, e muitos. Eles vivem em grandes propriedades cercadas."*  
*"Até mesmo os leões, leopardos e cavalos?"*  
*"Claro. Ali você pode encontrar centenas de espécies diferentes."*  
*Fiquei perplexa.*  
 Yoko Tawada<sup>270</sup>

Entre todas as formas de exploração animal vigentes hoje, aquelas classificadas como “entretenimento” ou “esporte” são provavelmente as que suscitam mais protestos e questionamentos para além da esfera dos ativistas. Quando se fala em animais de circo, zoológicos, rinhas de galo, touradas, vaquejadas, rodeios etc., há atualmente uma sensibilidade e abertura muito maior para implementar mudanças. As conquistas para esses animais, apesar de ainda exíguas, estão em estágio muito mais avançado do que aquelas empreendidas em prol dos animais destinados à alimentação, vestuário e pesquisa científica, por exemplo. Esse debate vem se disseminando amplamente tanto na sociedade civil – sobretudo a partir de ações e campanhas das Organizações Não Governamentais (ONGs) – como também na esfera política e jurídica, com a proibição progressiva de várias dessas práticas.

Legislações nacionais, estaduais e municipais vêm condenando a utilização de animais em circos no mundo todo desde o século XX. Mais de 50 países vetaram esse costume.<sup>271</sup> Apesar de o Brasil ainda não estar entre eles, o uso de animais em espetáculos circenses é proibido em 13 dos 23 estados da nação<sup>272</sup> – e a tendência é que as demais unidades federativas sigam o mesmo caminho. Zoológicos, aquários e outras formas de exposição de animais selvagens também já foram extintos em algumas cidades e países – como foi o caso de Buenos

<sup>270</sup> Do livro *Memórias de um urso polar* (TAWADA, 2019, p. 50).

<sup>271</sup> Em alguns desses países, a legislação protege apenas animais selvagens ou espécies específicas. Informações disponíveis em: <https://www.stopcircussuffering.com/circus-bans/>

<sup>272</sup> Diversos projetos de lei vêm tentando proibir a prática em todo o território nacional. Mas até 2020 nenhum deles havia sido encaminhado para votação no Congresso Nacional. Os estados brasileiros onde a utilização de animais em circo já é proibida são: Alagoas, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Santa Catarina foi o 12º estado a vetar a prática, em 12 de janeiro de 2017, com a aprovação da Lei 17.081, de autoria da deputada Ana Paula Lima (PT).

Aires<sup>273</sup> e da Costa Rica<sup>274</sup>. No Brasil, diversos projetos de lei vêm tentando bani-los, ainda sem sucesso. Em alguns municípios, entretanto, já está vetada a abertura de novos estabelecimentos do gênero<sup>275</sup> e há parques encerrando gradualmente a exibição de animais, encaminhando-os a santuários<sup>276</sup>.

A caça esportiva tornou-se ilegal no país em 1967, quando foi publicada a Lei nº 5.197/1967<sup>277</sup> – conhecida como "Lei de Proteção à Fauna" – proibindo a "utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha" de "animais de quaisquer espécies". Em 2013, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) autorizou a caça de javalis com o objetivo de promover o “controle populacional da espécie”, considerada “fauna exótica invasora”. Mas excetuando esse caso específico, a caça esportiva segue proibida em todo território nacional.<sup>278</sup>

Nas últimas décadas, a atuação do Superior Tribunal Federal (STF) tem sido significativa no sentido de reconhecer direitos a algumas espécies e protegê-las de práticas

---

<sup>273</sup> Em 2016, o maior e mais antigo zoológico da Argentina, fundado em 1874, iniciou seu processo de fechamento definitivo, conforme noticiaram diversos jornais na época, entre eles o *El País*: “O Governo da cidade de Buenos Aires anunciou a revogação da concessão privada do Zoológico de Buenos Aires, passo prévio a uma profunda transformação do terreno de 18 hectares onde funciona há 142 anos [...]. O chefe de Governo, Horacio Rodríguez Larreta, anunciou a construção de um ecoparque interativo que implicará a transferência de 1.500 animais para reservas naturais e santuários de todo o país — de elefantes africanos e rinocerontes até serpentes. O fechamento do Zoo era uma antiga reivindicação de organizações defensoras dos direitos dos animais. [...] ‘O Zoo não dá mais. Estamos convencidos de que a transformação em um ecoparque é o passo correto, em sintonia com decisões semelhantes tomadas em outras grandes cidades do mundo. Agora será um complexo interativo que promoverá a educação ambiental’, com uma paulatina redução no número de animais, disse Rodríguez Larreta” (MOLINA, 2016).

<sup>274</sup> Em 2013, o governo da Costa Rica decidiu fechar os dois únicos zoológicos do país – ambos estatais – transferindo gradualmente os animais para centros de resgate e transformando os espaços ocupados por esses estabelecimentos em parques botânicos. O projeto, que vem sendo implementando em ritmo lento, ainda está em andamento – até 2020 os zoológicos seguiam funcionando. O principal obstáculo que os promotores dessa mudança enfrentam é a pressão de entidades defensoras de zoológicos, que tentam reverter o processo.

<sup>275</sup> Em São Paulo, a lei municipal nº 17.321 – de autoria do vereador Reginaldo Tripoli (PV) e sancionada pelo prefeito Bruno Covas (PSDB) em março de 2020 –, além de proibir a instalação de novos zoológicos e aquários, estabelece diversas restrições para aqueles já existentes. O objetivo é reduzir progressivamente a exposição de animais nesses ambientes. Disponível em: [documentacao.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/projeto/PL0030-2019.pdf](http://documentacao.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/projeto/PL0030-2019.pdf)

<sup>276</sup> Em outubro de 2019, o prefeito de Campinas (SP), Jonas Donizette (PSB), encaminhou para a Câmara de Vereadores o Projeto de Lei nº 264/2019 que visa “estabelecer a proibição de qualquer tipo de cativeiro de animais da fauna silvestre brasileira ou exótica nos parques, bosques e praças do Município, além de estabelecer a forma de manejo dos animais atualmente mantidos no Bosque dos Jequitibás, tanto no Zoológico propriamente dito, como no aquário e serpentário” (Disponível em: [https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl\\_documentos/materia/362605\\_texto\\_integral.pdf](https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/materia/362605_texto_integral.pdf)). Entre as propostas deste PL está a transferência gradual dos cerca de 200 animais que vivem atualmente no Bosque dos Jequitibás para santuários. Esse processo está previsto para ocorrer ao longo dos próximos 10 anos, período em que não haverá “reposição” de animais, como usualmente ocorria. O objetivo é que o Bosque não abrigue mais qualquer animal enjaulado, mas siga funcionando como um parque público de lazer e educação ambiental.

<sup>277</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5197.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5197.htm)

<sup>278</sup> A Instrução Normativa 03/2013, que autoriza e regulamenta a caça de javalis, está disponível aqui: [http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/fauna/2014/07/IN\\_Ibama\\_03\\_2013.pdf](http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/fauna/2014/07/IN_Ibama_03_2013.pdf)

cruéis. Em 03 de junho de 1997, o STF declarou ilegal a “farra do boi”, ao julgar procedente o Recurso Extraordinário nº 153.531/SC<sup>279</sup>, cuja origem foi uma ação civil pública movida por quatro entidades defensoras dos animais<sup>280</sup> contra o estado de Santa Catarina – onde a prática era considerada “tradicional”. Em seu voto, o relator Ministro Francisco Rezek avaliou que “poucas coisas são tão tristemente notórias quanto o ritual da chamada ‘farra do boi’ e o que nela acontece a cada ano no litoral catarinense”<sup>281</sup>. Segundo ele, permiti-la seria uma afronta à Constituição: “Não posso ver como juridicamente correta a ideia de que em prática dessa natureza a Constituição não é alvejada. Não há aqui uma manifestação cultural com abusos avulsos; há uma prática abertamente violenta e cruel para com animais.”<sup>282</sup> Contra o argumento de que se trata de uma “manifestação cultural”, a ementa do acórdão aponta que há limites para “o pleno exercício de direitos culturais”, uma vez que estes devem observar a norma constitucional que “veda prática que acabe por submeter os animais à crueldade”.<sup>283</sup>

Ao longo do século XX, as rinhas de galos foram expressamente proibidas no país por três decretos presidenciais: o primeiro, de Arthur da Silva Bernardes, em 1924<sup>284</sup>; o segundo, de Getúlio Vargas, em 1934<sup>285</sup>; o terceiro, de Jânio Quadros, em 1961<sup>286</sup>. Essas tentativas de vetar a prática, porém, não foram muito efetivas e a atividade seguiu ocorrendo em diversos estados. Em 2005, entretanto, o STF julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2.514<sup>287</sup>, impugnando a lei estadual 11.366/00 – novamente de Santa Catarina –, que

<sup>279</sup> Acórdão disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=211500>

<sup>280</sup> As entidades foram a Associação Protetora dos Animais (APA); a Associação Amigos de Petrópolis – Patrimônio, Proteção aos Animais, Defesa da Ecologia; a Liga de Defesa dos Animais (LDA); a Sociedade Zoológica Educativa (SOZED).

<sup>281</sup> Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=211500>

<sup>282</sup> *Idem*.

<sup>283</sup> *Idem*.

<sup>284</sup> O Decreto Federal nº 16.590, publicado em 10 de setembro de 1924, regulamentava as Casas de Diversões Públicas. Seu artigo 5º afirma: “Não será concedida licenças para corridas de touros, garraios e novilhos, nem brigas de galos e canários, ou quaisquer outras diversões desse gênero, que causem sofrimento aos animais.” Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2012901/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-13-09-1924>

<sup>285</sup> Em 10 de julho de 1934, o governo de Getúlio Vargas publicou o Decreto nº 24.645, estabelecendo medidas de proteção aos animais. O texto classificava como maus-tratos, entre outras coisas, a prática de “realizar ou promover lutas entre animais da mesma espécie ou de espécies diferente, touradas e simulacros de touradas, ainda mesmo em lugar privado”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24645-10-julho-1934-516837-publicacaooriginal-1-pe.html>.

<sup>286</sup> No Decreto nº 50.620, de 18 de maio de 1961, o artigo 1º afirma: “Fica proibido em todo o território nacional, realizar ou promover ‘brigas de galo’ ou quaisquer outras lutas entre animais da mesma espécie ou de espécies diferentes.” Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50620-18-maio-1961-390463-publicacaooriginal-1-pe.html>

<sup>287</sup> Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=266833>

autorizava e regulamentava a realização de brigas de galo. A ementa do acórdão afirma que “a sujeição da vida animal a experiências de crueldade não é compatível com a Constituição do Brasil”.<sup>288</sup>

Nos anos seguintes, mais duas ADIs impugnaram outras leis estaduais que também pretendiam autorizar rinhas de galo: foram declaradas inconstitucionais as leis do Rio Grande do Norte<sup>289</sup>, em 2007; e do Rio de Janeiro<sup>290</sup>, em 2011. Essas três ações foram aprovadas por unanimidade pelos ministros do STF, consolidando o entendimento de que as rinhas de galo são indubitavelmente práticas cruéis, ilegais e, portanto, devem estar terminantemente proibidas no país. Argumentos em defesa dos animais são expressos reiteradamente nesses julgamentos. Em 2007, o relator ministro Cezar Peluso afirma: “É postura aturada da Corte repudiar autorização ou regulamentação de qualquer entretenimento que, sob justificativa de preservar manifestação cultural ou patrimônio genérico de raças ditas combatentes, submeta animais a práticas violentas, cruéis ou atroztes.”<sup>291</sup>

Na ADI de 2011, o relator Celso de Mello classifica a atividade como “de inquestionável crueldade” e, portanto, “ilícita e criminosa”. Ao fazer referência à “cláusula inscrita no inciso VII do §1º do art. 225 da Constituição da República”, o ministro reitera a “necessidade de impedir a ocorrência de situações de risco que ameacem ou que façam periclitare todas as formas de vida, não só a do gênero humano, mas, também, a própria vida animal, cuja integridade restaria comprometida por práticas aviltantes, perversas e violentas”.<sup>292</sup> O ministro Ricardo Lewandowski, ao acompanhar o voto do relator, faz a seguinte observação:

Há um movimento mundial nesse sentido. Proibiram-se agora as touradas em Barcelona. A Europa está preocupada com o tratamento desumano, cruel e degradante que se dá aos animais domésticos, sobretudo nos abatedouros e também nos criadouros. Por quê? Porque está em jogo exatamente esse princípio básico da dignidade da pessoa humana. Quando se trata cruelmente ou de forma degradante um animal, na verdade está se ofendendo o próprio cerne da dignidade humana.<sup>293</sup>

---

<sup>288</sup> *Idem.*

<sup>289</sup> O acórdão da ADI 3.776 – contra a Lei nº 7.380/98, do Rio Grande do Norte – foi publicado em 14 de junho de 2007. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=469712>

<sup>290</sup> O acórdão da ADI 1.856 – contra a Lei nº 2.895/98, do Rio de Janeiro – foi publicado em 26 de maio de 2011. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628634>

<sup>291</sup> Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=469712>

<sup>292</sup> Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628634>.

<sup>293</sup> *Idem.*

Sabemos que, mesmo proibidas, essas práticas ainda sobrevivem ilegalmente em diversos lugares, sobretudo onde não há uma fiscalização efetiva e esforços das autoridades para coibi-las. Apesar disso, a aprovação de novas leis e as sucessivas decisões judiciais contribuem para uma redução expressiva dessas formas de exploração, representando um passo significativo em direção à sua completa extinção. Explorar animais para “entretenimento” e “esporte” é um resquício dos abomináveis “jogos” romanos, quando assistir a humanos e não humanos lutando entre si até a morte era uma diversão corriqueira. Na contemporaneidade, homens<sup>294</sup> ainda disputam com touros, bois, bezerros e cavalos em arenas semelhantes às de outrora. Em “espetáculos” como as touradas, rodeios e vaquejadas o sofrimento é inevitável – e ele não deixa de existir por estar muitas vezes camuflado ou longe dos olhos dos espectadores.

Hoje em dia, os massacres e desfiles da Antiguidade ainda subsistem nas touradas, nos números de adestramento de animais selvagens (elefantes e outros animais) que ainda são apresentados em muitos circos e que, na opinião dos próprios domadores, estão longe de ser tão inofensivos quanto parecem, sem esquecer os animais apáticos ou quase enlouquecidos que são oferecidos como espetáculo em alguns zoológicos. No entanto, esses supostos entretenimentos não perderam sua dose de crueldade visível, dissimulada ou mesmo disfarçada sob características lisonjeiras. Eles consistem, em verdade, na exploração, no sofrimento intencional e, no caso das touradas, na morte de animais que não nos fizeram nada, nada exigiram e que estariam muito melhor em seus ambientes naturais (RICARD, 2017, p. 170).

Nos últimos anos, os rodeios e vaquejadas têm suscitado numerosos protestos e disputas judiciais no Brasil. Diversas ações vêm sendo movidas pelo Ministério Público e por entidades de proteção animal com o intuito de abolir essas práticas. Em algumas cidades, elas já foram proibidas ou temporariamente suspensas após denúncias de maus-tratos. O debate mais recente em nível nacional teve início em 08 de janeiro de 2013, quando o governo do estado do Ceará sancionou a Lei nº 15.299<sup>295</sup>, regulamentando “a vaquejada como prática desportiva e cultural” – o que gerou uma reação imediata da sociedade civil e de autoridades jurídicas. Paradoxalmente, o próprio Artigo 2º desta lei revela a crueldade intrínseca à vaquejada, ao defini-la como “todo evento de natureza competitiva, no qual uma dupla de vaqueiro a cavalo persegue animal bovino, objetivando dominá-lo”.

Os verbos “perseguir” e “dominar” fazem referência direta a uma relação desigual, injusta e maléfica àquele que é objeto da ação. Entre os significados de “perseguir” nos dicionários está: “Procurar fazer mal a alguém; tratar com violência ou agressividade.

<sup>294</sup> “Homens” é aqui mais adequado do que “seres humanos” por estas práticas serem essencialmente masculinas.

<sup>295</sup> Disponível em: <https://www.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis2013/15299.htm>

Atormentar, fustigar, molestar. [...] Incomodar com insistência. Fatigar, importunar” (PERSEGUIR, 2008-2020). E também: “Correr no encalço de; correr atrás de. Causar aborrecimento; importunar, incomodar. [...] Dar castigo, punição a; castigar, punir. Aplicar violência, impor flagelo; atormentar, torturar” (PERSEGUIR, 2020).

Alguns meses após aprovada a lei cearense, a Procuradoria Geral da República (PGR) propôs a ADI nº 4983, cujo julgamento teve início em agosto de 2015. Na petição, o procurador Rodrigo Janot Monteiro de Barros argumentava: a vaquejada “fere a proteção constitucional ao ambiente por ensejar danos consideráveis aos animais e tratamento cruel e desumano às espécies que dela participam”; “a prática da vaquejada mantém todas as características factuais que se configuram maléficas aos animais”; “é ressabido que as vaquejadas traduzem situação notória de maus-tratos a animais. A prática é inconstitucional, ainda que realizada em contexto cultural”; “no embate entre manifestações culturais e o resguardo ao ambiente, se tem posicionado em defesa deste [...], como foram os casos da farra do boi e das brigas de galos”; “a prática, em si, é maléfica aos animais e afrontosa ao princípio da dignidade do ser humano”; “A violência contra os bovinos e equinos envolvidos nas disputas de vaquejada é inerente à prática”; “O fato de a atividade resultar em algum ganho para a economia regional tampouco basta a convalidá-la, em face da necessidade de respeito ao ambiente que permeia toda a atividade econômica”.<sup>296</sup>

O processo foi concluído no ano seguinte, em 06 de outubro de 2016, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou procedente a ADI. Em seu voto, o relator, ministro Marco Aurélio, ressalta a crueldade intrínseca à prática:

O objetivo é a derrubada do boi pelos vaqueiros, o que fazem em arrancada, puxando-o pelo rabo. Inicialmente, o animal é enclausurado, açoitado e instigado a sair em disparada quando da abertura do portão do brete. Conduzido pela dupla de vaqueiros competidores vem a ser agarrado pela cauda, a qual é torcida até que caia com as quatro patas para cima e, assim, fique finalmente dominado.

O autor juntou laudos técnicos que demonstram as consequências nocivas à saúde dos bovinos decorrentes da tração forçada no rabo, seguida da derrubada, tais como fraturas nas patas, ruptura de ligamentos e de vasos sanguíneos, traumatismos e deslocamento da articulação do rabo ou até o arrancamento deste, resultando no comprometimento da medula espinhal e dos nervos espinhais, dores físicas e sofrimento mental. Apresentou estudos no sentido de também sofrerem lesões e danos irreparáveis os cavalos utilizados na atividade [...].

Ante os dados empíricos evidenciados pelas pesquisas, tem-se como indiscutível o tratamento cruel dispensado às espécies animais envolvidas. O ato repentino e violento de tracionar o boi pelo rabo, assim como a verdadeira tortura prévia – inclusive por meio de estocadas de choques elétricos – à qual é submetido o animal, para que saia do estado de mansidão e dispare em fuga a fim de viabilizar a

<sup>296</sup> Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=3509171&ext=.pdf>

perseguição, consubstanciam atuação a implicar descompasso com o que preconizado no artigo 225 [...].

Tendo em vista a forma como desenvolvida, a intolerável crueldade com os bovinos mostra-se inerente à vaquejada. A atividade de perseguir animal que está em movimento, em alta velocidade, puxá-lo pelo rabo e derrubá-lo, sem os quais não mereceria o rótulo de vaquejada, configura maus-tratos. Inexiste a mínima possibilidade de o boi não sofrer violência física e mental quando submetido a esse tratamento.<sup>297</sup>

Essa ação foi considerada emblemática por muitos juristas e acadêmicos, conforme observa o professor e pesquisador de Direitos Animais e juiz federal Vicente de Paula Ataíde Júnior (2020):

A ADI 4.983 foi marcante na história do direito animal. [...] Ainda que tenha impugnado apenas a lei cearense, foi em razão dessa impugnação que houve, sem sombra de dúvidas, um salto de qualidade em termos de reconhecimento do direito animal no Brasil. Foi a primeira vez em que um caso submetido à jurisdição constitucional foi analisado do ponto de vista do direito animal, com o vocabulário próprio do direito animal. Pela primeira vez a Suprema Corte incorporou a nossa terminologia. Falou-se na senciência e na dignidade dos animais; falou-se na regra da proibição da crueldade, que foi feita para a proteção do animal em si mesmo, independentemente da sua relevância ecológica. Diferente do direito ambiental, o direito animal considera o indivíduo, o animal enquanto ser senciente e portador de valor inerente, de valor intrínseco e de dignidade própria. Essa ADI reconheceu que os animais são titulares de direitos fundamentais.

Um dos destaques dessa ação – e que contribuiu para torná-la simbólica – foi o voto do ministro Luiz Roberto Barroso. Em sua sustentação, o ministro recorreu a vários dos autores que compõem o corpo teórico do primeiro capítulo deste trabalho e que são referência no pensamento sobre ética animal: Keith Thomas, Peter Singer, Steven Wise, Tom Regan, Richard Ryder, Gary Francione. Ele inclusive expôs as diferenças entre as vertentes do bem-estar e dos direitos animais, apresentando toda a perspectiva histórica desse debate. Ao fazer menção ao surgimento da *Society for the Prevention of Cruelty to Animals* e à formação do grupo de filósofos de Oxford, na Inglaterra, Barroso destaca que foi nesse período que se iniciou “um movimento em defesa dos animais provido de maior vigor intelectual e de mais avançado conhecimento científico. [...] Vários trabalhos foram publicados ao redor do mundo, com especial destaque ao seminal *Animal Liberation*, de Peter Singer [...]”<sup>298</sup>.

O ministro ressalta o fato de que não obstante a perspectiva antropocêntrica “tenha sido dominante por longo período, contou com notáveis opositores ao longo da história”.<sup>299</sup>

<sup>297</sup> Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADI4983relator.pdf>

<sup>298</sup> Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=12798874>

<sup>299</sup> *Idem*.

Portanto, “a ideia de que os humanos têm pelo menos algumas obrigações para com os animais não pode ser considerada nova, embora tenha se sofisticado muitíssimo no século passado”.<sup>300</sup> Ele também faz referência à “formação de uma nova consciência sobre a necessidade de se atribuir aos animais um valor moral intrínseco”.<sup>301</sup> Fica evidente, assim, a importância do debate filosófico e das produções acadêmicas como propulsoras de avanços na esfera jurídica. Em diversos momentos o ministro recorre aos argumentos e ao próprio vocabulário empregado pelos ativistas dos direitos animais – conforme bem apontou Ataíde Júnior. Seguem alguns trechos de seu discurso (grifos meus):

Nos dias atuais, a maioria das pessoas concorda que não se deve impor sofrimento aos animais. E até mesmo muitos dos que criticam a ideia de direitos dos animais geralmente consideram práticas cruéis como abomináveis e reivindicam normas jurídicas que as proíbam. [...] É imperativo reconhecer que isso tudo já sinaliza valioso avanço no processo civilizatório. **É possível que se chegue algum dia a uma concepção moral dominante que conduza à abolição de todos os tipos de exploração animal.** Porém, independente disso, não se deve desprezar o avanço representado pela possibilidade de regulamentação de muitas práticas envolvendo animais com vistas a evitar ou diminuir seu sofrimento e a garantir seu bem-estar.

A Constituição também avançou no campo da ética animal, sendo uma das poucas no mundo a vedar expressamente a crueldade contra eles. [...] Reconhecemos a essa vedação o valor eminentemente moral que o constituinte lhe conferiu ao propô-la em benefício dos animais sencientes. Esse valor moral está na declaração de que **o sofrimento animal importa por si só, independentemente do equilíbrio do meio ambiente, da sua função ecológica ou de sua importância para a preservação de sua espécie.**

**Se os animais possuem algum interesse incontestável, esse interesse é o de não sofrer.** Embora ainda não se reconheça a titularidade de direitos jurídicos aos animais, como seres sencientes, têm eles pelo menos o direito moral de não serem submetidos a crueldade. Mesmo que os animais ainda sejam utilizados por nós em outras situações, o constituinte brasileiro fez a inegável opção ética de reconhecer o seu interesse mais primordial: o interesse de não sofrer quando esse sofrimento puder ser evitado

Embora os animais sofram e se importem com seu sofrimento, na luta por seu bem-estar ou mesmo por reconhecimento de direitos, eles estão em grande desvantagem comparados a nós humanos. É que, **diferentemente de movimentos por reconhecimento de direitos a seres humanos ocorridos ao longo de nossa história, os animais não podem, eles próprios, protestar de forma organizada contra o tratamento que recebem.**

Existe uma relevante quantidade de literatura contemporânea sobre bem-estar e direitos dos animais. Trata-se de um domínio em franca evolução, com mudanças de percepção e entronização de novos valores morais.

Antes de elaborar o meu voto, assisti a algumas dezenas de vídeos, todos à disposição de quem quiser entrar na internet. Em todos, não tive nenhuma dúvida de que há lesão ao animal e prática de crueldade, independentemente do que se escreva no papel. Estou falando da vida real, do que os olhos veem e o coração sente, basta ver o filme.

---

<sup>300</sup> *Idem.*

<sup>301</sup> *Idem.*

[...] **O processo civilizatório nos impõe nos opormos historicamente a práticas, ainda que imemoriais, quando elas sejam erradas.**

Ninguém quer tirar empregos, ninguém quer eliminar manifestações culturais, estamos apenas refletindo um pouco, em conjunto, como devemos lidar com *standards* éticos, valores morais que, ao longo do tempo, vão se transformando e impactando determinadas práticas. [...] Nós estamos um pouco procurando absorver a melhor forma de lidar com **uma inevitabilidade histórica, que é "há uma nova ética animal se impondo"**. [...]

É uma tradição cultural, mas gostaria de dizer que **a tradição cultural já foi a de que os estrangeiros eram escravizados, que negros eram inferiores, que mulheres não podiam se alfabetizar, que gays deveriam ser mortos.** Já houve tradições culturais de todo tipo.

A meu ver, **estamos diante de uma mutação ética.** Nós até podemos lidar com ela de uma forma mais brusca ou mais diluída no tempo, mas **é uma questão de tempo não se tolerar mais, no mundo civilizado, a crueldade contra animais para entretenimento.** Daqui a pouco, entrará na agenda ética da humanidade – ainda não estamos nesse estágio por uma série de questões civilizatórias, sociais e econômicas – a própria **eliminação de animais para fins de alimentação.** [...] Nós estamos lidando com uma **mudança de paradigma.**<sup>302</sup>

Ao dialogar com outros ministros – inclusive com aqueles que se posicionaram contra a ADI –, Barroso explicitou reiteradamente a ideia de que estamos vivendo um processo de mudança de paradigma. Quando questionado pelo ministro Marco Aurélio Mello se ele preconizava então “que sejamos vegetarianos”, Barroso respondeu: “Em algum lugar do futuro seremos todos.” A ministra Carmén Lucia Antunes Rocha anuiu seus argumentos, acrescentando: “Também cultura se muda, e muitas culturas foram levadas nesta condição até que houvesse um outro modo de ver a vida.”<sup>303</sup> Em seus comentários sobre esse julgamento, Ataíde Júnior (2020) destaca:

Essa decisão da Suprema Corte Brasileira não foi um “chute”, não se baseou apenas em argumentos filosóficos, ou em uma percepção *a priori* dos ministros sobre o que seja a vaquejada. [...] A decisão dos ministros nesta demanda foi respaldada por estudos médicos veterinários, dados técnicos e dados empíricos que apontaram e os convenceram de que a crueldade é intrínseca à prática da vaquejada. Isso é muito importante: se você elimina as práticas cruéis da vaquejada, você elimina a própria vaquejada. Então tudo foi respaldado por elementos técnicos de bem-estar animal da ciência e da medicina veterinária. E até mesmo a ética vegetariana entrou em discussão nesse julgamento.

Anos antes do julgamento desta ADI, a vaquejada já havia sido proibida em diversas cidades brasileiras por legislações municipais. Entre elas destaca-se Barretos (SP), onde ocorre o maior rodeio da América Latina. Apesar de “tradicional” nesses eventos, a vaquejada e as

---

<sup>302</sup> *Idem.*

<sup>303</sup> *Idem.*

provas de laço foram proibidas em Barretos com a aprovação da lei municipal nº 4.446/2010, cujo Artigo 2º afirma: “Fica expressamente vedada a realização de qualquer tipo de prova de laço e/ou vaquejada.”<sup>304</sup> As demais modalidades seguiram permitidas, mas também tiveram restrições, tais como esta do Artigo 5º: “Os apetrechos técnicos utilizados nas montarias, bem como as características do arreamento, não poderão causar injúrias ou ferimentos aos animais.”<sup>305</sup> A partir de 2011, também foi banida na cidade a competição bulldog<sup>306</sup>, em decorrência da morte de um bezerro – conforme reportam algumas das matérias que serão analisadas aqui. Em 2015, a Câmara Municipal tentou readmitir essas provas, mas foi impedida por uma ADI proposta pela Procuradoria Geral do Estado. O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) acatou a decisão e desde então essas modalidades estão proibidas em Barretos.

Em 2016, após a decisão do STF condenando a vaquejada, vários eventos foram cancelados no o país. Entretanto, parlamentares defensores da prática logo reagiram e em menos de dois meses conseguiram aprovar a Lei 13.364/2016, que “eleva o Rodeio, a Vaquejada, bem como as respectivas expressões artístico-culturais, à condição de manifestações da cultura nacional e de patrimônio cultural imaterial”.<sup>307</sup> No ano seguinte, os congressistas foram mais longe e conseguiram mudar a própria Constituição: em 06 de junho de 2017 aprovaram a Emenda Constitucional nº 96 (EC 96/2017)<sup>308</sup>, adicionando o Parágrafo 7º ao Artigo 225 – justamente o mais significativo na proteção dos animais:

Não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, [...] registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.<sup>309</sup>

No campo acadêmico do Direito, esse tipo de reação conservadora e retrógrada em resposta a avanços sociais é denominada de “efeito *backlash*”. Ela pode se dar tanto no meio político como entre a própria população, frente a temas considerados “polêmicos” – geralmente

---

<sup>304</sup> Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/b/barretos/lei-ordinaria/2010/445/4446/lei-ordinaria-n-4446-2010-dispoe-sobre-as-normas-para-a-realizacao-de-rodeios-no-ambito-do-municipio-de-barretos-e-das-outras-providencias>

<sup>305</sup> *Idem*.

<sup>306</sup> Na prova bulldog, o peão, montado em um cavalo, deve imobilizar com as mãos um bezerro que é solto na arena para esse fim. O animal precisa ser jogado no chão e ter suas quatro patas voltadas para cima.

<sup>307</sup> A lei foi sancionada em 29 de novembro pelo então presidente Michel Temer (PMDB). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/L13364.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13364.htm)

<sup>308</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc96.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc96.htm)

<sup>309</sup> *Idem*.

quando a sociedade em questão ainda não está preparada para mudanças jurídicas e comportamentais consideradas progressistas. Mas apesar da aprovação dessa EC como tentativa de reverter a decisão do STF, diversos juristas seguem defendendo que as vaquejadas – e também rodeios e afins – podem ser considerados inconstitucionais<sup>310</sup>, uma vez que não possibilitam assegurar “o bem-estar dos animais envolvidos”.

Essa não é uma análise que é válida apenas para a vaquejada. Eu uso os mesmos argumentos, a mesma fundamentação da ADI 4.983 para afirmar que os rodeios também são inconstitucionais. Temos laudos periciais e estudos publicados que demonstram que os rodeios padecem dos mesmos problemas e da mesma crueldade intrínseca que a vaquejada, ainda que sejam atividades diferentes. Não é possível imaginar que o boi ou o cavalo dá aqueles pinotes apenas de forma natural. Todos esses comportamentos são incentivados, não são comportamentos naturais. Por isso podemos aplicar a mesma regra, o mesmo fundamento determinante da ADI da vaquejada para continuar a propor ações civis públicas contra os rodeios. Já são várias as ações em andamento para proibir os rodeios, por serem atividades intrinsecamente cruéis. [...]

Além do sofrimento físico, além das potencialidades lesivas, corpórea aos animais, temos que considerar também, no conceito da crueldade, o sofrimento psicológico, o sofrimento psíquico. A senciência envolve também o abalo moral, o terror, o pavor diante daquela situação de alto *stress*. Aqueles animais não estão ali por vontade própria, para brincar ou participar de uma atividade lúdica. Essa é uma atividade terrífica para esses animais. Portanto, ainda que fossem possíveis cuidados paliativos para reduzir lesões e reduzir a dor física – o que não é –, o sofrimento psíquico, o *stress* provocado pela perseguição é irremediável.

A regra constitucional é clara: as práticas cruéis são proibidas. Você não pode simplesmente dizer que deixa de ser proibido porque aquela atividade é cultural ou desportiva (ATAÍDE JÚNIOR, 2020).

Ao longo dos últimos anos, essas discussões reverberaram não apenas no ambiente jurídico, legislativo e acadêmico, mas também foram acompanhadas pela sociedade civil e Organizações Não Governamentais (ONGs). Estas têm participado ativamente de audiências públicas, além de organizar protestos e mobilizações sociais. Em 10 de novembro de 2015, a Agência Câmara de Notícias publicou a notícia “ONGs denunciam violência contra cavalos e bois de rodeios”<sup>311</sup>, que começava com os seguintes parágrafos:

As recorrentes denúncias contra rodeios foram debatidas, nesta terça-feira (10), na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Maus-Tratos de Animais. A veterinária e diretora do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, Vânia Plaza, citou uma série de danos e lesões a bovinos e equinos em rodeios pelo interior do País.

<sup>310</sup> Em 8 de setembro de 2017, poucos meses depois da aprovação da Emenda Constitucional 96/2017, a Procuradoria Geral da República (PGR) – por meio do procurador Rodrigo Janot – ingressou com a ADI nº 5772 contra essa EC.

<sup>311</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/475263-ongs-denunciam-violencia-contracavalos-e-bois-de-rodeios/>

A maior parte dos ferimentos físicos foi causada pelo uso de esporas, mas Vânia também ressalta outros tipos de sofrimento animal, como estresse excessivo, por exemplo. "Quando se fala de prática de rodeio, não se pode falar em bem-estar animal, principalmente se a gente considerar a violência e a agressividade nas provas e nos treinamentos, as condições ambientais e de manejo impróprios e o desrespeito aos períodos cíclicos de sono e vigília dos animais".<sup>312</sup>

No subtítulo “Rodeio é tortura”, o representante do movimento Odeio Rodeio, Leandro Ferro, contestou os argumentos do veterinário contratado pelas associações de rodeios: "Chicote, espora, cinta de flancos e outros equipamentos de rodeios são usados para golpear e causar dor com carga violenta sobre os animais." A reportagem também registrou a presença de ativistas na audiência pública com “cartazes [...] em que sustentam que ‘rodeio é tortura’ e ‘exploração animal não é esporte’”.<sup>313</sup> O texto recorre a diversas fontes e apresenta também a perspectiva dos organizadores e defensores de rodeios. Entretanto, não são estes que têm a “palavra final” no texto. A matéria da Agência Câmara começa e termina com a voz dos defensores dos animais:

Para o relator da CPI, deputado Ricardo Tripoli (PSDB-SP), os rodeios devem se manter apenas como atividade cultural rural, com exposições e espetáculos de danças típicas, mas sem exposição de animais a sofrimento. "Espero que tenhamos o apoio de todos para que, ao término dessa CPI, possamos avançar no que diz respeito ao bem-estar animal".

A veterinária Vânia Plaza também mostrou pesquisa científica - feita em rodeios de Uberlândia (MG), Uberaba (MG), Presidente Prudente (SP) e Maringá (PR) - segundo a qual 48% a 65% das lesões físicas nos animais foram causadas por esporas. A veterinária lembrou que todos os mamíferos, aves e répteis têm sistemas límbicos, capazes de detectar e expressar a dor e o sofrimento. Plaza cobrou responsabilidade e ética diante dos animais.<sup>314</sup>

Está evidente, portanto, que há um debate em andamento e uma jurisprudência que vem se consolidando e legitimando a relevância da reivindicação de direitos aos animais. Sobretudo no que concerne o uso de animais como “entretenimento” ou “esporte”, as discussões estão avançadas e há mudanças em curso. Autoridades públicas estão cada vez mais familiarizadas com a perspectiva de que não humanos também são “sujeitos de direito” e suas vidas devem ser respeitadas como um fim em si mesmo. Aqueles que se beneficiam da exploração animal têm sido obrigados a enfrentar esses novos parâmetros éticos, respondendo reiteradamente às críticas e contestações de ativistas, acadêmicos, juristas.

---

<sup>312</sup> *Idem.*

<sup>313</sup> *Idem.*

<sup>314</sup> *Idem.*

Considerando todo o contexto apresentado e o debate em curso referente ao uso de animais em rodeios, vaquejadas e práticas similares, verificarei como essas discussões têm reverberado no campo jornalístico brasileiro. Para isso, decidi analisar especificamente a cobertura da Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos, por ser este o maior, mais antigo e mais emblemático evento do tipo no país. A seguir, ainda antes de iniciar a análise, apresentarei brevemente as principais características dessa Festa, um pouco de sua história, seu protagonismo na economia regional e nacional e suas configurações atuais.

## 2.1. A Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos

A Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos<sup>315</sup> (SP) é realizada desde 1956, quando foi promovida pela primeira vez pelo grupo Os Independentes – até hoje o organizador oficial do evento.<sup>316</sup> Nesta edição inaugural, a Festa teve apenas dois dias de duração (25 e 26 de agosto) e ocorreu debaixo de uma lona de circo alugada. Nos anos seguintes sua programação foi estendida para cinco dias, mas ainda era um evento de pequeno porte, com os próprios fazendeiros ofertando brindes para gincanas e competições. Seu primeiro patrocinador oficial foi a Volkswagen Brasil, que em 1973 forneceu um Fusca para premiar o vencedor do rodeio.

O Parque do Peão de Boiadeiro de Barretos foi projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer e inaugurado em 1985, em uma área de mais de 110 hectares. Seu principal destaque é a arena de rodeios em forma de ferradura, com capacidade para 35 mil pessoas sentadas.<sup>317</sup> A partir de 1991, a festa foi ampliada para dez dias e passou a ter grandes patrocinadores, tais

---

<sup>315</sup> Barretos está localizada na região de Ribeirão Preto, a cerca de 450 km da capital São Paulo, com uma população estimada de 122 mil habitantes. Suas principais atividades econômicas giram em torno da pecuária de corte, desenvolvida na região desde a primeira metade do século XX. Por sua posição geográfica favorável – está localizada no caminho utilizado pelos tropeiros que levavam o gado das fazendas aos matadouros –, a cidade estabeleceu-se como um centro comercial entre os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais. (Disponível em: <https://www.barretos.sp.gov.br/cidade> Acesso em 18 nov. 2020.)

Barretos concentra hoje grandes frigoríficos de marcas multinacionais, tais como JBS-Friboi, Minerva Foods e Minerva Dawn Farms. O primeiro abatedouro da Minerva instalou-se em Barretos em 1924, tendo sido adquirido pela família Vilela de Queiroz em 1992, consolidando-se como uma das maiores indústrias brasileiras de produção de carnes para o mercado interno e externo. Em 2003 iniciou as operações de exportação de gado vivo e, em 2011, passou a dedicar-se também à produção de couro. A empresa tem hoje 10 frigoríficos, 9 centros de distribuição e 15 escritórios internacionais. (Disponível em [minervafoods.com/sobre-minerva-foods](http://minervafoods.com/sobre-minerva-foods) Acesso em 18 nov. 2020.)

<sup>316</sup> O grupo *Os Independentes* havia sido criado um ano antes, em 1955, formado exclusivamente por homens jovens, solteiros e “independentes financeiramente” – o que justifica a escolha do nome.

<sup>317</sup> Batizada como Estádio Uebe Rezeck – em homenagem ao médico que foi prefeito da cidade por três mandatos (de 1983 a 1987; de 1996 a 2000; e de 2000 a 2004) – a arena é conhecida coloquialmente como Barretão. A estrutura ficou pronta somente em 1989, alguns anos após a inauguração do Parque.

como Brahma, Bradesco, Credicard, Philip Morris. Neste ano o número de montarias foi cerca de três vezes maior do que nas edições anteriores. Em 1993, a Festa do Peão se internacionalizou, promovendo também o *Barretos International Rodeo*, que foi incorporado ao evento e segue sendo realizado até hoje.<sup>318</sup>

A longevidade e importância econômica da Festa – que desde o início ocorre anualmente no mês de agosto<sup>319</sup> – conferiu a Barretos, em 2011, o título de Capital Nacional do Rodeio.<sup>320</sup> Neste mesmo ano o evento passou a ter a duração de 11 dias. Hoje são seis as modalidades de competição que integram a programação: sela americana, bareback, cutiano, team penning, montaria em touro, três tambores.<sup>321</sup> Provavelmente a mais famosa delas é a montaria em touro, que foi importada dos Estados Unidos e passou a integrar a Festa em 1979. Para além desta prova, o rodeio de Barretos como um todo foi bastante inspirado nos modelos de competições norte-americanos.<sup>322</sup> Diversos estudiosos do tema atestam que este tipo de evento está longe de ser uma manifestação tradicional do homem rural, do caipira, das classes populares brasileiras.

Quando presentes nos rodeios, caipiras supostamente originais se espantam, ficam perplexos diante dos segredos da festa. Suas reações são as de quem não se reconhece e ignora de onde vem tamanha importância dada ali a sua figura, mais do que nunca imprecisa. [...] Está claro que os sujeitos sociais ali presentes, produtores e fruidores, não têm qualquer suposta identidade social caipira original e autêntica. [...] Qualquer que seja a representação que façamos de caipiras [...], é difícil que os reconheçamos nos personagens envolvidos na produção de qualquer festa do peão [...]. Nas maiores festas de peões do país, os grandes ausentes são, exatamente, os caipiras. Mesmo as vestimentas, as comidas e bebidas, as diversões, as músicas e outras manifestações exteriores derivadas dos estereótipos ou das práticas e símbolos concretos de seu modo de ser, quase tudo, enfim, está transfigurado, como se fossem pastiches. Há uma profusão enorme de outros elementos simbólicos a reconfigurá-los, a maioria dos quais deles desconhecidos, pois deles jamais compartilharam antes e jamais compartilharão, pois os ignoram como atributos caipiras. [...] Então, das duas uma: ou a identidade dos caipiras mudou ou eles não a têm mais, porque não são os próprios que a manifestam em festas do peão. Dessa forma, não se pode afirmar a presença da

<sup>318</sup> Em 1997, Barretos sediou pela primeira vez uma etapa da competição mundial *Professional Bull Riders* (PBR), conferindo grande prestígio internacional à Festa do Peão.

<sup>319</sup> O único ano em que não ocorreu foi 2020, quando foi excepcionalmente cancelada em decorrência da pandemia do novo coronavírus. Em 2025 o evento completará 70 anos.

<sup>320</sup> O título foi reconhecido pela Lei Federal nº 12.489, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff (PT) em 15 de setembro de 2011. (Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/L12489.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/L12489.htm) Acesso em 18 nov. 2020).

<sup>321</sup> Com exceção da cutiano e da team penning, as demais modalidades têm origem nos Estados Unidos e foram gradualmente incorporadas aos rodeios brasileiros, à medida em que estes cresciam e se profissionalizavam. Mas mesmo a cutiano surgiu dentro do próprio rodeio de Barretos, não se caracterizando como uma prática dos peões que lidavam com o gado diariamente. A prova dos três tambores é a única modalidade feminina.

<sup>322</sup> Inclusive o próprio sedém – espécie de cinta que é amarrada na virilha dos touros para fazê-los pular, alvo de muitas críticas dos ativistas pelos animais – também foi um instrumento trazido dos Estados Unidos.

identidade caipira nos rodeios como expressão de um *ethos* social e uma visão de mundo. [...] Grande parte dos sujeitos dessa representação são simulacros sem historicidade, uma vez que não são, realmente, nunca foram nem serão o que mostram em suas manifestações sensíveis imediatas. [...] A rigor, poucos sujeitos, entre os envolvidos na produção da configuração caipira-sertanejo-country, efetivamente, podem ser e sentir-se por ela definidos além da mera representação de um simulacro. [...] Sendo assim, a imprecisão das identidades e o seu caráter mercantil e cambiável exigem que tal representação seja, em moto contínuo, rapidamente reelaborada o tempo todo (ALEM, 2005, p. 107-108).

Está claro que esses eventos têm um caráter essencialmente comercial, tendo sido moldados e projetados ao longo dos anos sempre norteados pela maximização de lucros. Entre os trabalhos acadêmicos que se voltaram especificamente ao rodeio de Barretos destaco a pesquisa – citada acima – de João Marcos Alem, professor de Sociologia da Universidade Federal de Uberlândia. Sua tese de doutorado analisa o protagonismo dos rodeios na construção de uma identidade “caipira-sertanejo-country”, elegendo como modelo paradigmático a Festa de Barretos. Esta seria a principal responsável por disseminar uma “identidade country, vencedora, sem deixar de fora as representações das identidades caipira e sertanejo, agora ressignificadas” (ALEM, 2005, p. 107).

Para o autor, a Festa do Peão de Barretos é o melhor exemplo de sucesso entre as “iniciativas de exploração mercantil desse potencial [simbólico do rodeio] [...], incluindo grande visibilidade midiática” (ALEM, 2005, p. 99). Os rodeios se consolidaram como eventos destinados sobretudo ao público urbano, que nunca teve qualquer contato ou mesmo interesse pelo ambiente rural.<sup>323</sup>

Em grande medida, sob o modelo de Barretos, nas últimas cinco décadas do século XX, “rodeio” passou a designar mais claramente o lugar das competições, exibições e rituais com equinos e bovinos e se tornou espetáculo mercantil massivo, produzido por empresas, promotores e profissionais especializados, que visam consumidores das cidades com vida urbana mais densa. [...] Além de adquirir profissionais e animais especializados, ganhou calendário regular e intensificado, incorporou técnicas e critérios esportivos de competição e avaliação e, por fim, acabou vestindo outras roupagens, materiais e simbólicas, especialmente as do rodeio norte-americano, com prioridade para as provas de montar em equinos e bovinos submetidos ao sedém. [...] O rodeio se constitui, hoje, como atividade econômica relativamente autônoma, mas ao mesmo tempo integrada a outros componentes da indústria cultural da nova ruralidade brasileira. Nessa trajetória, deixou de ser ritual de entretenimento da cultura pastoril subalterna [...] para ocupar o campo valorizado da indústria cultural e dos espetáculos de massas [...]. Os rodeios se tornaram, também, rituais expressivos da hierarquia de poder simbólico vigente no âmbito do *agribusiness* (ALEM, 2005, p. 99-100).

---

<sup>323</sup> Observa-se também o caráter cada vez mais elitista desses eventos, uma vez que muitos ingressos são inacessíveis às classes subalternas e proliferam hoje os espaços exclusivos para “VIPs”.

Podemos afirmar, portanto, que o rodeio, conforme está configurado hoje no Brasil, é muito mais um produto da indústria de entretenimento do que uma tradição – com a própria identidade “caipira”, “sertaneja” e “country” construída artificialmente: “A [...] consolidação do rodeio [...] tem tudo a ver com a indústria de eventos de entretenimento popular. É nesse âmbito que se fundem indústria cultural e produção animal e que devem ser vistas as relações econômicas e de poder travadas em torno da produção de rodeios” (ALEM, 2005, p. 101). O universo dos rodeios é guiado por uma lógica muito racional e mercantil – disputas, classificações, premiações; grandes shows musicais, atrações internacionais etc. –, com grande apelo midiático. Durante a década de 1990 fizeram tanto sucesso que essa “cultura sertaneja” foi incorporada a diversos programas da mídia hegemônica: “Todas as redes de televisão de maior audiência exploravam diferentes filões simbólicos da ruralidade brasileira, produzindo novelas (Pantanal, na Rede Manchete; O Rei do Gado, na Globo), programas musicais com duplas de cantores ‘sertanejos’ [...], entre outros” (ALEM, 2005, p. 103).

O sucesso da Festa de Barretos chegou a seu ápice quando passou a ser transmitida ao vivo, tornando-se equiparável a eventos como a Fórmula 1 e grandes campeonatos de futebol:

Em 1991, a Globo comprou os direitos de transmissão da Festa do Peão de Barretos e começou a projetá-la como um megaevento ruralista country. [...] A *Folha de S. Paulo* ofereceu ao evento a primeira página de seu caderno Agrofolha e mais uma página quase completa no seu interior, descrevendo-o como “festa tropicalizada na meca do rodeio nacional”. [...]

Com a compra dos direitos [...], a Globo [...] iniciou a produção do Circuito Espora de Ouro de Rodeios, [...] que durou de 1991 a 1993 e depois acabou diluído no Circuito Nacional de Rodeios que, em 2004, contou com 170 eventos. [...] Nesse circuito ficou clara a intenção de integrar e ampliar a venda simultânea de publicações, programas de televisão e rádio, discos, vídeos, enfim, produtos das próprias empresas do sistema Globo e, além disso, vender publicidade de empresas de todos os setores da economia, sem exceção. [...]

A presença prestigiosa da Globo nos rodeios do circuito significou uma interiorização crescente das empresas publicitárias, de produtos de consumo corrente e durável e, de outro lado, atraiu para os rodeios e para as exposições e feiras rurais, quando acopladas, um sem-número de empresas locais regionais e nacionais, tornando os eventos um espaço publicitário e de vendas privilegiado e quase obrigatório (ALEM, 2005, p. 103-104).

Alem (2005, p. 104-105) afirma ainda que “o objetivo final e mais ambicioso era a internacionalização do rodeio brasileiro, de maneira que o Brasil pudesse se candidatar a sede do campeonato mundial de rodeios, sob o comando da Globo [...]”. Ao atingir esse objetivo, Barretos tornou-se, indiscutivelmente, “uma espécie de meca brasileira” dos rodeios (ALEM, 2005, p. 105). O pesquisador reitera, portanto, que “não há dúvidas quanto às pretensões dos produtores de rodeios. Acreditam que se trata de um filão mercantil equivalente ao do futebol

e do carnaval, algo a ser consolidado definitivamente na economia e nas práticas culturais brasileiras populares massivas” (ALEM, 2005, p. 97).

### 2.1. A cobertura do maior rodeio do país pelo jornal *Folha de S. Paulo*

Volto-me agora à cobertura jornalística da Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos realizada pelo jornal *Folha de S. Paulo* ao longo dos últimos dez anos: de 2010 a 2019. Pretendia inicialmente compor o *corpus* com o material publicado pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, ambos veículos de referência não apenas no estado, como em todo o país. Por reportarem acontecimentos de interesse nacional e também regional, supus que seriam os mais propensos a cobrir de forma regular o rodeio de Barretos.

Entretanto, durante a pesquisa prévia para a seleção das matérias, observei que *O Estado* praticamente não publicou notícias sobre o evento. A *Folha*, pelo contrário, cobre o rodeio sistematicamente há décadas – na maioria das vezes, inclusive, com repórter correspondente em Barretos durante toda a Festa –, publicando uma ou duas matérias por dia no jornal impresso e/ou online. Tendo em vista o volume de material disponível e sua constância ao longo dos anos, a opção por focar a análise na cobertura da *Folha* mostrou-se profícua. Além disso, em auditorias realizadas periodicamente pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC), a *Folha* apresenta, ao longo dos anos, a maior circulação paga no país<sup>324</sup> – e foi também o primeiro jornal brasileiro a alcançar uma circulação digital maior do que a impressa.<sup>325</sup>

Focar a análise em um veículo permite identificar se existe de fato um padrão de cobertura, assim como possíveis mudanças de abordagem durante o período selecionado. Mas não me limito a isso. Ao final, examino também uma reportagem publicada na revista *piauí*, que tem periodicidade mensal e um projeto editorial bastante distinto do jornal *Folha de S. Paulo*. Não seria possível fazer precisamente uma comparação entre as duas publicações, uma

---

<sup>324</sup> Segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC), em maio de 2020 “a *Folha* vendeu em média 338.675 exemplares diários, na soma de suas versões digital e impressa. O segundo lugar do ranking coube ao *Globo*, com 333.653. Em terceiro aparece *O Estado de S. Paulo*, com 240.093. [...] A *Folha* [também] lidera o ranking digital com 268.557 assinantes digitais. O *Globo* tem 245.440, e o *Estado*, 150.852.” (*Folha de S. Paulo*. Maior jornal do Brasil, *Folha* consolida crescimento digital. 26 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/06/maior-jornal-do-brasil-folha-consolida-crescimento-digital.shtml> Acesso em 26 nov. 2020).

<sup>325</sup> “*Folha* é o 1º jornal brasileiro a ter circulação digital maior do que a impressa”. 25/09/2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/09/1816633-folha-e-o-1-jornal-do-pais-a-ter-circulacao-digital-maior-do-que-a-impressa.shtml> Acesso em set. 2017.

vez que a *piauí* não cobre o evento de forma contínua. Mas pude averiguar *se e como* o tratamento de determinado tema varia quando realizado por veículos com perfis tão diferentes.

Escolhi o período dos últimos dez anos por abranger um intervalo de tempo que, conforme exposto, foi marcado por intensos debates sobre a exploração animal para fins de entretenimento e, mais especificamente, sobre a crueldade envolvida em atividades como rodeios, vaquejadas e afins. O processo de seleção dos textos deu-se em três etapas, as quais apresento a seguir.

**Primeira etapa:** procurei identificar todas as matérias publicadas entre 2010 e 2019 sobre a Festa de Barretos do site da *Folha de S. Paulo*. Além de utilizar os mecanismos de busca do próprio jornal – que foi minha principal fonte –, também recorri a outros buscadores, tais como *Google, Qwant, Bing*. Ao todo, identifiquei 423 matérias<sup>326</sup>, o que daria cerca de 42,3 por ano. Mas seria impreciso definir uma “média anual”, uma vez que a quantidade de publicações variou bastante de ano a ano: 2016 teve o menor número, com oito notícias sobre o rodeio; 2010 o maior, com 105 matérias. Portanto, pode-se dizer que, em termos quantitativos, a *Folha* não manteve um padrão ao longo desse período. Mas independentemente do número de publicações, a cobertura foi sempre expressiva. Em cinco dos dez anos analisados – 2010, 2011, 2014, 2015, 2016 – o jornal lançou um caderno e/ou página especial sobre o evento.

Em todos os anos desse período o evento durou exatamente 11 dias, ocorrendo invariavelmente na segunda quinzena de agosto. Das 423 matérias, 300 são assinadas – nas outras 123 consta apenas a cidade onde foram produzidas.<sup>327</sup> Entre as que informam a autoria, 182 são do mesmo repórter: Marcelo Toledo – o que representa 60,6% de todas as matérias assinadas. É uma porcentagem considerável para um período de dez anos. Toledo foi praticamente o único a cobrir o evento em seis anos – 2010, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 –, além de também ter participado da cobertura nos outros anos.<sup>328</sup> Se considerarmos apenas a segunda metade do período selecionado, seria possível dizer que um único profissional foi responsável pela cobertura do rodeio.

Após reunir essa amostra, foi possível observar que a maioria dos textos não fazia qualquer referência aos animais utilizados no rodeio. Grande parte das notícias poderiam ser classificadas em categorias como “serviço” ou “divulgação”, uma vez que se limitavam a divulgar a programação e principais atrações do evento – com grande destaque para os shows

---

<sup>326</sup> Todas as 423 matérias estão organizadas cronologicamente e referenciadas em tabelas no Apêndice A.

<sup>327</sup> Por exemplo: “De Ribeirão Preto”. Todas essas informações estão disponíveis nas tabelas do Apêndice A.

<sup>328</sup> Os textos dos outros quatro anos foram assinados, em sua maioria, por João Alberto Pedrini (2012 e 2014), Ana Sousa (2012) e Felipe Amorim (2013).

internacionais <sup>329</sup> –, ou informar sobre trânsito, compra de ingressos, resultados das competições, dicas para aproveitar a Festa. Essas matérias, de forma geral, não apresentam declarações de fontes entrevistadas, sendo muito similares a *releases* que poderiam estar na página do próprio evento. Nos textos em que há alguma fonte citada, esta quase sempre é um representante do grupo Os Independentes, organizador da Festa. Claramente, o objetivo dessas notícias é promover o rodeio, passando uma imagem bastante positiva do evento, exaltando suas qualidades e convidando os leitores a participarem.

As matérias seguem um padrão tão previsível que parecem até se repetir a cada ano. Em 2010, na véspera do evento, a *Folha* publicou a notícia “Fique por dentro da 55ª Festa do Peão de Barretos (SP)”, com um gráfico interativo e a chamada: “Conheça em detalhes a mais famosa arena de rodeios do país e entenda as principais modalidades da competição da 55ª edição da Festa do Peão de Barretos”.<sup>330</sup> Em 2011, novamente no dia anterior à abertura do evento, a manchete “Por dentro do rodeio” era acompanhada da linha-fina quase idêntica à do ano anterior: “Conheça a mais famosa arena do país e entenda as principais modalidades da 56ª Festa do Peão de Barretos”.<sup>331</sup> Logo abaixo, outro gráfico apresentava as principais modalidades (Figura 1).

Em todos os anos a receita editorial é a mesma, com ampla divulgação das provas e atrações musicais, e anúncios quase diários dos vencedores de cada modalidade. A *Folha* também produz diversos materiais multimídia – como ilustrações e gráficos –, realiza extensa cobertura fotográfica e audiovisual, muitas vezes veiculando vídeos pela *TV Folha*. Nas páginas especiais, há geralmente uma galeria de fotos do evento. Em meio a essa abundância de conteúdos, chama a atenção a pouquíssima presença de animais nos textos. Mesmo nas matérias sobre as competições, na maioria das vezes eles são citados apenas de passagem. O foco das notícias são sempre – presumivelmente – os competidores humanos. Ao anunciar os vencedores de cada ano, às vezes os animais não são sequer mencionados, como se simplesmente não estivessem o tempo todo presentes e tampouco fossem intrínsecos aos rodeios.<sup>332</sup> Por vezes, os

---

<sup>329</sup> Já se apresentaram em Barretos o grupo A-Ha; Mariah Carey; Garth Brooks; Alan Jackson; Gloria Gaynor; Reba McEntire etc.

<sup>330</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2010/08/785277-fique-por-dentro-da-55-festa-do-peao-de-barretos-sp.shtml> Acesso em 27 nov. 2020.

<sup>331</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj1808201108.htm> Acesso em 27 nov. 2020.

<sup>332</sup> Um exemplo é esta notícia de 2010: “Time dos EUA ganha Mundialito de Três Tambores em Barretos (SP)”. Ao anunciar o resultado da competição, nenhum animal é citado. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/790773-time-dos-eua-ganha-mundialito-de-tres-tambores-em-barretos-sp.shtml> Acesso em 30 nov. 2020.

títulos parecem indicar o contrário – por exemplo: “Touros levam ‘vantagem’ sobre peões em rodeio de Barretos (SP)”<sup>333</sup> –, mas ainda assim o protagonismo no texto segue sendo dos peões.

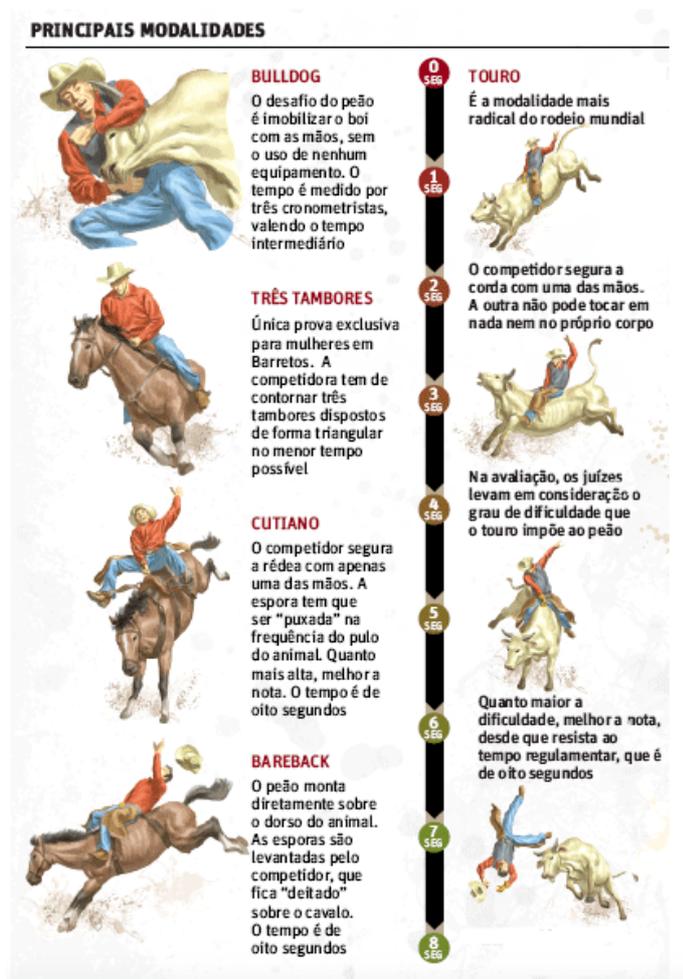


Figura 1: Gráfico ilustrativo das diferentes modalidades de competição no rodeio de Barretos. (Disponível em: [www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj1808201108.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj1808201108.htm) Acesso em 10 dez. 2020.)

Além das matérias de “serviço”, também são numerosas aquelas que poderiam ser classificadas como “comportamento”, “*fait-divers*”, “curiosidades” – discorrem sobre peças de vestuário e acessórios em moda naquele ano; visitantes ilustres ou excêntricos; personagens como a Rainha do Rodeio e os competidores que se destacam. Essas notícias apresentam títulos como: “Confira 16 opções para entrar no clima ‘country’ da Festa do Peão de Barretos”<sup>334</sup>;

<sup>333</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/788107-touros-levam-vantagem-sobre-peoes-em-rodeio-de-barretos-sp.shtml> Acesso em 30 nov. 2020.

<sup>334</sup> Neste caso, pode-se dizer que o jornalista também “entrou no clima” da festa, conforme anuncia na linha fina: “Gosta do estilo sertanejo, com chapéus, cinto e botas ‘country’? Confira 16 opções, entre roupas e acessórios. Seguuuura, cartão!” Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2013/08/1327489-confira-16-opcoes-para-entrar-no-clima-country-da-festa-do-peao-de-barretos.shtml> Acesso em 27 nov. 2020.

“Empresário faz bota de R\$ 55 mil e quer mostrá-la a Mariah Carey em Barretos (SP)”<sup>335</sup>; “Festa de Barretos vira ‘fábrica de sonhos’ de artistas”<sup>336</sup>; “VIPs chegam a gastar até R\$ 10 mil em festas particulares em Barretos”<sup>337</sup>; “‘Nem pensei no dinheiro’, diz rainha do rodeio de Barretos (SP)”<sup>338</sup>; “Campeã de team penning em Barretos (SP) está grávida de quatro meses”<sup>339</sup>.

O conteúdo desses textos – que tratam apenas de banalidades – costuma se limitar ao que está anunciado no título. Nessa última notícia, por exemplo, não há nada mais além da afirmação de que a campeã está grávida – nenhuma linha sobre os desafios de competir grávida, seus planos para conciliar treinos/competições com gravidez/maternidade. Com pequenas variações, essas pautas também se repetem a cada ano. A maioria delas é muito breve – às vezes se resume a dois pequenos parágrafos – e os temas anunciados são tratados superficialmente. A sistematização desse material foi importante para constituir uma visão geral do evento. Ao finalizar essa primeira etapa, passei à fase seguinte da seleção de textos.

**Segunda etapa:** li todas as 423 notícias que encontrei sobre o rodeio para verificar em quais delas os não humanos eram personagens ou tinham algum protagonismo na pauta. Ou seja, não incluí as matérias que citavam apenas uma vez o nome de alguma espécie ou algum animal em particular, mantendo o foco da matéria completamente alheio a essa breve menção. Não me restringi àquelas em que os animais são sujeitos no texto. Mas excluí as que se limitavam a fazer referências completamente irrelevantes. Por exemplo, na notícia que anunciou os grandes vencedores das provas de 2010 – “O peão Tiago Diogo de Faria é o campeão de Barretos”<sup>340</sup> –, há apenas a seguinte menção a algum animal: “Neste domingo, obteve 91 dos 100 pontos possíveis ao parar no **touro** Saruê.” Mesmo ao falar dos campeões das demais modalidades, não há qualquer alusão aos animais utilizados.

Seguem outros exemplos de notícias publicadas em 2010: “Emerson Martins de Brito, de Inocência, que já foi finalista do rodeio barretense em 1997, obteve 89,5 pontos ao montar

---

<sup>335</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2010/08/786442-empresario-faz-bota-de-r-55-mil-e-quer-mostra-la-a-mariah-carey-em-barretos-sp.shtml> Acesso em 27 nov. 2020.

<sup>336</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2010/08/790646-festa-de-barretos-sp-vira-fabrica-de-sonhos-de-artistas.shtml> Acesso em 27 nov. 2020.

<sup>337</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/2014/08/1501548-vips-chegam-a-gastar-ate-r-10-mil-em-festas-particulares-em-barretos.shtml> Acesso em 27 nov. 2020.

<sup>338</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2010/08/785044-nem-pensei-no-dinheiro-diz-rainha-do-rodeio-de-barretos-sp.shtml> Acesso em 27 nov. 2020.

<sup>339</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/790760-campea-de-team-penning-em-barretos-sp-esta-gravida-de-quatro-meses.shtml> Acesso em 27 nov. 2020.

<sup>340</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2010/08/790815-o-peao-tiago-diogo-de-faria-e-o-campeao-de-barretos.shtml> Acesso em 27 nov. 2020.

no **touro** Juízo Final”<sup>341</sup>; “Nas montarias em **touro**, prova mais nobre do rodeio, só uma vez um estrangeiro venceu em Barretos”<sup>342</sup>; “O torneio teve 30 competidores que conseguiram ficar sobre os **animais**”<sup>343</sup>. Notícias como essas, em que animais são mencionados em um único momento, não foram consideradas.

Seguindo esse critério, identifiquei, ao todo, 96 matérias com a presença de outras espécies, representando 22,7% de todo o *corpus*. Isto é, em 77,3% dos textos os animais estavam ausentes – apesar do fato de que, sem a participação de touros, bezerras e cavalos não é possível realizar esses eventos. Organizei essas notícias em uma nova tabela, seguindo a ordem cronológica de publicação, para passar então à próxima e última etapa, na qual seriam definidos os textos a serem analisados.

**Terceira etapa:** Reli as 96 matérias em que os animais estão presentes para identificar quais abordavam ou faziam referência aos direitos animais. Selecionei, assim, 63 notícias, as quais representam 14,89% de toda a cobertura do rodeio de Barretos e 65,62% dos textos em que animais aparecem. Os dados quantitativos apresentados até o momento podem ser visualizados no quadro a seguir:

Ano	Nº matérias	Pág. Especial	Repórter	Animais	Dir. Animais
2010	105	Sim	Marcelo Toledo (98%)	7 (6,66%)	2 (1,9%)
2011	76	Sim	Ana Sousa (65%)	25 (32,89%)	15 (19,73%)
2012	61	Não	João A. Pedrini (54%)	18 (31,74%)	12 (22,22%)
2013	36	Não	Felipe Amorim (43,75%)	3 (8,33%)	3 (8,33%)
2014	69	Sim	João A. Pedrini (85%)	7 (10,14%)	2 (2,89%)
2015	17	Sim	Marcelo Toledo (100%)	4 (23,52%)	4 (23,52%)
2016	8	Sim	Marcelo Toledo (100%)	6 (75%)	4 (50%)
2017	13	Não	Marcelo Toledo (100%)	12 (92,3%)	9 (69,23%)
2018	23	Não	Marcelo Toledo (91%)	6 (26,08%)	5 (21,73%)
2019	15	Não	Marcelo Toledo (93%)	8 (53,33%)	7 (46,66%)
<b>Total</b>	<b>423</b>	<b>5 (50%)</b>	Marcelo Toledo (60,6%)	<b>96 (22,69%)</b>	<b>63 (14,89%)</b>

Quadro 2: Dados da cobertura da Festa de Peão de Boiadeiro de Barretos pela *Folha de S. Paulo*.

<sup>341</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2010/08/789898-peao-de-ms-larga-na-frente-na-disputa-do-rodeio-internacional-em-barretos-sp.shtml> Acesso em 27 nov. 2020.

<sup>342</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/789371-americanos-italianos-e-franceses-competem-no-rodeio-de-barretos-sp.shtml> Acesso em 27 nov. 2020.

<sup>343</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2010/08/788119-mato-grosso-do-sul-sai-na-frente-na-disputa-entre-estados-do-rodeio-de-barretos-sp.shtml> Acesso em 27 nov. 2020.

No próximo quadro, constam os títulos de todas as matérias em que animais estão presentes e a indicação de quais, entre elas, abordam, em algum momento do texto, questões relacionadas aos direitos animais:

<b>Animais</b>	<b>Direitos Animais</b>
<b>2010</b>	
Rodeios da festa de Barretos usarão 400 touros nas competições	
Menos de 10% dos touros são bons para rodeio; melhores chegam a custar R\$ 90 mil	
Touro leva a melhor sobre peão em desafio de R\$ 500 por segundo	
Touros levam “vantagem” sobre peões em rodeio de Barretos (SP)	
Tropeiros explicam como touros ganham nome em Barretos (SP)	
<b>Defensor dos animais monitora rodeios em Barretos (SP) para provar maus-tratos</b>	Sim
<b>Trato de animal causa polêmica entre ONG e liga</b>	Sim
<b>2011</b>	
Genética cria supertouros para rodeios	
Touro em rodeio com lesão agora é tratado em hospital	
<b>‘Críticas aos rodeios procedem’, diz pesquisador de animais</b>	Sim
<b>‘Choque’ em bois causa maus-tratos nos rodeios, diz ONG</b>	Sim
Estresse e cólicas afetam cavalos de raça em Barretos	
Após dez anos sem montar, tricampeão ‘desafia’ cavalo Panther	
Touro Caiapó quebra favoritismo de campeão de Barretos de 2010	
Morto em julho, boi Famoso é homenageado em Barretos	
<b>Bezerro é sacrificado após prova na arena de Barretos</b>	Sim
Entenda como é o julgamento da montaria em touros	
<b>Morte de bezerro na Festa de Barretos vai parar na Promotoria</b>	Sim
Organizador vê fatalidade e nega maus-tratos	
Touro pula grade e invade arquibancada em Barretos	
<b>Touro em Barretos rende prêmio de até R\$ 20 mil ao seu dono</b>	Sim
<b>Morte de bezerro em rodeio pode gerar ação por formação de quadrilha</b>	Sim
<b>Peão que matou bezerro em Barretos diz sofrer retaliação</b>	Sim
Touros ‘vencem’ peões na abertura do rodeio internacional	
Temido, touro britânico perde invencibilidade em Barretos	
<b>Touro fica com as patas paralisadas em torneio em Barretos</b>	Sim
<b>Morte de bezerro acirra ‘guerra’ de ONGs contra a Festa do Peão</b>	Sim
<b>Presidente diz que Festa do Peão está à frente das estrangeiras</b>	Sim
<b>Grupo reivindica mais verba para pesquisa animal</b>	Sim
<b>Câmara proíbe rodeios em Araraquara</b>	Sim

<b>Sob críticas, Dilma dá a Barretos título de capital do rodeio</b>	Sim
<b>Interior já proibiu rodeios em 34 cidades</b>	Sim
<b>2012</b>	
<b>Festa do Peão de Barretos tenta ‘desmistificar’ críticas de maus-tratos</b>	Sim
<b>Eleição de touro ‘nº 1’ revolta ONGs de proteção animal</b>	Sim
<b>Entidade pede fim de prova em que bezerro morreu na Festa do Peão de Barretos</b>	Sim
<b>Presidente da festa de Barretos diz que ‘sugestão’ de extinção de prova será discutida</b>	Sim
<b>Morte de animal foi arquivada pela Promotoria de Barretos (SP)</b>	Sim
<b>Após morte de animal, rodeio veta prova de ‘agarrar’ bezerro</b>	Sim
<b>Jaguariúna (SP) também cancela prova de agarrar bezerro deste ano</b>	Sim
<b>Diretor de Rodeio defende prova polêmica</b>	Sim
<b>Após polêmica, Barretos (SP) veta prova de bulldog na 1ª semana</b>	Sim
<b>Festa do Peão de Barretos (SP) testa um novo formato de rodeio</b>	Sim
Touros derrubam 22 peões na 1ª noite da Festa do Peão de Barretos	
‘Novo Bandido’ dá prêmio de R\$ 40 mil em Barretos (SP)	
Festa do peão de Barretos (SP) terá ‘desafio de genética’ neste sábado	
Touro pisoteia peão após montaria na Festa do Peão de Barretos	
Filhos de cavalo campeão ‘desfilam’ na Festa do Peão de Barretos (SP)	
<b>Festa de Barretos (SP) cancela prova de bulldog definitivamente</b>	Sim
Feito de couro de peixe, vestido de noiva na Festa de Barretos custa R\$170 mil	
<b>Promotoria terá de acionar a Festa de Barretos por prova de bulldog</b>	Sim
<b>2013</b>	
<b>Pela segunda vez, Festa do Peão de Barretos veta prova polêmica em arena</b>	Sim
<b>Ativistas se disfarçam de caubói e procuram cenas de maus tratos a bichos em rodeios</b>	Sim
<b>Festa do Peão de Barretos (SP) quer expor vídeo contra ONG animal</b>	Sim
<b>2014</b>	
Peões levam ‘a melhor’ sobre touros no primeiro dia de montarias em Barretos	
Peões voltam a vencer touros no 2º dia de disputas na Festa do Peão de Barretos	
<b>Instituição vai fiscalizar tratamento dado aos animais na Festa do Peão de Barretos</b>	Sim
Touro Pesadelo volta a Barretos para desafio na arena domingo (31)	
<b>Promotor pede à Justiça fim de prova em que bezerro morreu em Barretos</b>	Sim
Peão cai e é pisoteado por touro na Festa do Peão de Barretos	
‘Agressivo’ é eleito o touro mais temido por competidores da Festa do Peão	
<b>2015</b>	
<b>Temporada de rodeios começa com ações judiciais e morte de peão</b>	Sim
<b>Festa do Peão de Barretos quer ser a mais internacional da história</b>	Sim
<b>Festa do Peão de Barretos completa 60 anos de olho no exterior</b>	Sim
<b>Mobilização contra o uso de animais</b>	Sim

2016	
<b>Alvos de processos, rodeios reduzem número de dias para driblar crises</b>	Sim
<b>Turista paga preço de viagem a NY para ver rodeio em Barretos</b>	Sim
<b>Para manter público, festa de Barretos apela para brindes e descontos</b>	Sim
Prova 'exclusiva' reúne amazonas ricas em festa do peão de Barretos	
Touros derrubam 8 de 10 finalistas na Festa do Peão de Barretos	
<b>ONGs interferem pouco em rodeios no exterior, diz presidente de circuito</b>	Sim
2017	
<b>Locutor ganha fama pelo país com defesa de rodeios e desmatamento</b>	Sim
<b>Festa de Barretos busca 'padrão Fifa' em rodeios e celebra PEC da vaquejada</b>	Sim
<b>Em sua 62ª edição, Festa de Barretos aposta em 'overdose sertaneja'</b>	Sim
<b>Dez questões sobre a Festa do Peão de Barretos</b>	Sim
Comitivas resistem e mantêm 'culinária dos peões' em Barretos	
<b>Por amor a rodeio, médico e gestora trabalham de graça na Festa do Peão</b>	Sim
<b>Doria desiste de fazer em São Paulo festa do peão como a de Barretos</b>	Sim
Fábrica de berrantes sobrevive em São Paulo apesar do 'sumiço' dos chifres	
Touro 'Bipolar' persegue a fama de 'Bandido' e vira atração em Barretos	
<b>Movimentando R\$ 3 bi, rodeios geram discussão sobre tradição e maus-tratos</b>	Sim
<b>Clube fundador da festa de Barretos mantém tradição e proíbe mulheres</b>	Sim
<b>Bolsonaro visita Festa do Peão e critica Bolsa Família e legislação ambiental</b>	Sim
2018	
<b>Touros enfrentam chutes e som alto em rodeios pequenos de São Paulo</b>	Sim
<b>Touros milionários fazem até acupuntura antes de rodeio em Barretos (SP)</b>	Sim
<b>Temido nos rodeios, touro morto aos 17 anos ganhará memorial em SP</b>	Sim
<b>Sob pressão de protetores de animais, Barretos terá premiação milionária</b>	Sim
<b>'Peço perdão se incentivei a maltratar animais', diz Asa Branca</b>	Sim
Aos 13 anos, touro mais temido das arenas inicia processo de aposentadoria	
2019	
<b>Montaria de touro em Barretos completa 40 aos com polêmicas e prêmio de até R\$ 280 mil</b>	Sim
<b>Bolsonaro estará na abertura da festa do peão de Barretos</b>	Sim
<b>'Se não estivesse no rodeio, o touro já teria virado bife', diz peão mais famoso de Barretos</b>	Sim
<b>Público de touradas na Espanha cai pela metade em menos de uma década</b>	Sim
<b>Bolsonaro flexibiliza lei sobre rodeios e desfila em cavalo em Barretos</b>	Sim
Contra supertouros, peões disputam prêmio de R\$ 280 mil em Barretos	
<b>Barretos encerra festa de 2019 com ganhos políticos para rodeios</b>	Sim
<b>Dia Nacional do Rodeio, instituído por Bolsonaro, será comemorado no dia do padroeiro dos animais</b>	Sim
<b>96</b>	<b>63</b>

Quadro 3: Títulos das notícias que abordam animais e identificação daquelas sobre direitos animais.

Finalizadas essas três etapas que resultaram na seleção de 63 matérias, iniciei a análise qualitativa desse material. Essa leitura crítica foi guiada pela pergunta que apresentei na Introdução: **em que medida a perspectiva dos direitos animais está presente nas notícias que abordam os direitos animais?** Para respondê-la, identifiquei quais eram as fontes citadas, quais ideias defendiam e qual o espaço dedicado a elas no texto. Em alguns casos, averigui também os desdobramentos da matéria em questão, como cartas e comentários de leitores ou da *ombudsman*. A análise de cada matéria será apresentada em ordem cronológica.

## 2010: Animais ausentes

No período analisado, 2010 foi o ano com o maior número de matérias sobre o rodeio: 105. Ao mesmo tempo, esse também foi o ano em que houve, proporcionalmente, o menor número de notícias com a presença de animais. Dos 105 textos, apenas 7 falavam de animais e 2 de direitos animais. Praticamente todas as matérias assinadas (98%) são de Marcelo Toledo, cuja assinatura é acompanhada pela informação “Enviado Especial a Barretos”. A página especial desse ano pode ser observada a seguir:

**cotidiano**

**Festa do Peão de Barretos**

Silva Junior/Folhapress



Políticos invadem festa, experimentam petiscos, tocam berrante e até montam em boi; na foto, Geraldo Alckmin (PSDB)

### O peão Tiago Diogo de Faria é o campeão do rodeio de Barretos

O peão Tiago Diogo de Faria, de Floreal (SP), foi o grande campeão do Barretos International Rodeo, encerrando o último dia do evento.

Veja apresentação de Mariah Carey  
 Veja apresentação da banda Restart

**COMPETIÇÃO**  
**Time dos EUA ganha Mundialito de Três Tambores; Brasil fica em 3º lugar**

**LOTAÇÃO**  
**Após confusão, organização devolve dinheiro para público que não entrou**

**DISPUTA**  
**Favorito, Enéas Barbosa é eliminado da disputa internacional em Barretos**



**VICTOR E LEO**  
 Show da dupla custou R\$ 200 mil

**TRÂNSITO**  
 Acidente deixa um morto e quatro feridos

## seções

Arena e modalidades
Calendário e ingressos

Figura 2: Página especial da cobertura da Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos de 2010. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/especial/2010/barretos/index.shtml> Acesso em 26 nov. 2020.

A primeira matéria de 2010 que aborda direitos animais foi publicada em 27 de agosto, já nos últimos dias do rodeio (realizado de 19 a 29 de agosto). Com o título “Defensor dos animais monitora rodeios de Barretos (SP) para provar maus-tratos”<sup>344</sup>, a matéria tem cinco breves parágrafos e 191 palavras. Como a maioria das demais, essa também foi assinada por Marcelo Toledo. Segue o texto completo:

Cada montaria é observada atentamente das arquibancadas do estádio de rodeios do Parque do Peão de Barretos. O seu objetivo é obter imagens que provem que os animais são vítimas de maus-tratos no rodeio.

Defensor dos animais, o ativista José Paulo Gonçalves disse que é a primeira vez que visita Barretos com esse objetivo. "Acho crueldade o que acontece em provas como a do laço, que machuca os animais", disse ele, que esteve na noite desta quinta-feira no recinto.

A prova do laço citada por Gonçalves foi suspensa em Barretos já há alguns anos, após acordo entre Os Independentes, entidade organizadora da Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos, e a Justiça. Mas há outras que incomodam os defensores, como o bulldog, em que frequentemente os pescoços dos bezerros são "torcidos" para que ele seja derrubado.

Marcos Abud, diretor de rodeio de Os Independentes, afirmou que não há maus-tratos aos animais e que a organização desenvolve um trabalho no Ecoa (Centro de Estudos de Comportamento Animal), dentro do Parque do Peão, em parceria com a Unesp (Universidade Estadual Paulista) de Jaboticabal.

"Não há, definitivamente, maus-tratos. Está mais do que provado", afirmou.

Como se observa, o tom é tendencioso desde o título e o primeiro parágrafo. O defensor dos animais foi ao rodeio com o objetivo de “provar que os animais são vítimas de maus-tratos”, mas o repórter não explica quais seriam as práticas que geram maus-tratos. Ele apenas reproduz uma única declaração do ativista, que dá a entender que defender as demais espécies seria uma questão pessoal: “Acho crueldade”. O texto induz o leitor a pensar que talvez o ativista esteja tentando provar algo que não existe de fato – ele apenas “acha”.

Isso se confirma pelo que vem a seguir, quando o jornalista informa que a única prova mencionada pelo entrevistado como sendo cruel já foi extinta. Ao ser desacreditada – afinal, a crítica é dirigida a uma prova que nem existe mais –, a fonte perde sua credibilidade. O jornalista complementa que há outras provas que também “incomodam os defensores”, novamente negligenciando a possibilidade de haver maus-tratos, como se fosse algo meramente pessoal, uma que vez que “incomoda” algumas pessoas específicas: os defensores. O texto cita então a modalidade bulldog, colocando a palavra “torcidos” entre aspas. Este recurso invoca, neste caso, que o que se diz não deve ser levado ao pé da letra: os pescoços dos bezerros não

<sup>344</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2010/08/789941-defensor-dos-animais-monitora-rodeios-de-barretos-para-provar-maus-tratos.shtml> Acesso em 1º dez. 2020.

são *realmente* torcidos. Como se verá, o uso das aspas é recorrente por esse repórter nas matérias que abordam o tema.

Os dois últimos parágrafos são reservados ao representante do grupo organizador do rodeio de Barretos, que afirma que não há maus-tratos. Enquanto o defensor “acha” e “quer provar”, o outro “afirma”. O repórter menciona em seguida a Ecoa para sustentar a afirmação de que os animais não são submetidos a tratamento cruel. Entretanto, a existência de um Centro de Estudos não é garantia de que não existam maus-tratos – para além disso, o jornalista não explica quais são as atividades desenvolvidas pela instituição.

A matéria termina com a declaração do diretor do rodeio, reiterando sua citação indireta no parágrafo anterior. Dessa vez, mais do que afirmar que não há maus-tratos, ele sublinha a inexistência de maus-tratos com palavras e expressões enfáticas: “definitivamente”; “está mais do que provado”. Ao terminar o texto com essas asserções, o repórter sugere que esse é o “veredicto final”. Frente ao que disse o defensor dos animais, as últimas afirmações têm muito mais força.

Como se vê, o repórter não apresenta quaisquer argumentos que justifiquem nenhuma das ideias defendidas na matéria. Ele apenas reproduz declarações, sem explicar “por que há maus-tratos?”; “por que não há (definitivamente) maus-tratos?” São depoimentos vazios, sem conteúdo. Apesar de indicar inicialmente a possibilidade de haver maus-tratos, a notícia é completamente desfavorável aos direitos animais e ainda apresenta uma imagem positiva dos organizadores da Festa de Barretos.

A segunda e última matéria que fez alguma menção ao sofrimento animal em 2010 foi publicada em 31 de outubro, dois meses após a realização do evento. Com o título “Trato de animal causa polêmica entre ONG e liga”<sup>345</sup>, a notícia tem 183 palavras – quase a mesma extensão que a anterior –, e dessa vez não é assinada.<sup>346</sup> Novamente, a matéria se limita a reproduzir breves citações de fontes a favor e contra os rodeios. Segue o texto completo:

"Não há a menor possibilidade de os touros pularem durante as montarias sem serem machucados." "Os touros pulam naturalmente, alguns tendem a pular mais que os outros. E alguns têm tratamento de estrelas, são mais bem cuidados que os peões." A primeira afirmação é da ONG PEA (Projeto Esperança Animal). A outra foi feita por Flávio Junqueira, diretor da liga PBR, que faz 47 rodeios no país por ano. Além do uso do sedém, outros fatores configuram maus-tratos, diz Carlos Rosolen, diretor do PEA. "Podem dizer que o sedém aperta pouco e que o boi pula por incômodo, por cócegas, mas não é verdade. Isso sem contar a iluminação e o barulho.

<sup>345</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff3110201009.htm> Acesso em 2 dez. 2020.

<sup>346</sup> No lugar da assinatura, há a informação “Do enviado a Paranaíba (MS)” e “Da enviada a Las Vegas”.

Seria interessante colocar o sedém em alguns desses defensores para ver se eles vão rir ou chorar."

Negando haver qualquer crueldade, Junqueira afirma que os touros são usados apenas uma vez por dia na arena e que têm um dia de descanso entre duas montarias. A tese é a mesma do clube Os Independentes, que realiza a festa de Barretos e criou o Centro de Estudos do Comportamento Animal em 2007.

Apesar de talvez dar a impressão de abordar o tema de forma equilibrada, ao ouvir duas fontes divergentes, o texto mais uma vez menospreza a possibilidade de haver maus-tratos: para além de não sofrerem, “alguns [animais] têm tratamento de estrelas, são mais bem cuidados que os peões”. E mais: eles “têm um dia de descanso entre duas montarias”. Os argumentos são apresentados superficialmente e não são confrontados com informações fornecidas por outras fontes, como especialistas e pesquisadores. Estes poderiam apresentar dados mais consistentes, tornando o conteúdo mais esclarecedor.

Aqui se repete o padrão da notícia anterior: quando Junqueira “nega haver qualquer crueldade”, sua afirmação não é contestada, questionada – como se a negação por si bastasse como garantia para a inexistência de crueldade. Além disso, a terceira e última fonte citada é a própria organização promotora do rodeio de Barretos, que evidentemente defende a prática. Com seu posicionamento encerrando o texto e corroborando as afirmações de Junqueira, é possível supor, novamente, que seja esta a conclusão sobre a polêmica anunciada no título.

A perspectiva dos direitos animais, portanto, não está presente em nenhuma das duas matérias que abordaram o tema em 2010. Embora tenha produzido essa quantidade ínfima de notícias que supostamente poderiam discorrer sobre o tema, a *Folha* engajou-se intensamente na cobertura do evento, publicando uma média de 8,4 matérias por dia – algumas das quais demandaram maior produção. Na notícia “Aos 49, bicampeão de Barretos (SP) volta a montar touro no rodeio deste ano”, por exemplo, o repórter acompanhou a fonte até sua cidade natal, criando assim um mote para a pauta. Com 415 palavras – mais do que o dobro das duas notícias analisadas –, o texto afirma: “Salu esteve na cidade natal a convite da Folha e, lá, encontrou o que nunca tinha visto em sua carreira: um ‘touro’ de tambor adaptado, criado pelo também bicampeão de Barretos Vilmar Felipe.”<sup>347</sup> Junto à assinatura de Toledo há a informação: “Enviado Especial a Paulo de Faria” – cidade localizada a 150 km de Barretos.

Além de exaltar as atrações “culturais” e “esportivas” do evento, as matérias também ressaltam sua importância econômica. Na notícia “Ministério do Turismo libera R\$ 2,3 milhões

<sup>347</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2010/08/785027-aos-49-bicampeao-de-barretos-sp-volta-a-montar-touro-no-rodeio-deste-ano.shtml> Acesso em 2 dez. 2020.

para Festa do Peão de Barretos (SP)”<sup>348</sup> o repórter destaca o apoio do governo, com citações do então ministro do Turismo Luiz Barretto: “Turismo não é só sol e praia. É um grande evento, que movimenta o turismo regional, gera 12 mil empregos e que é muito importante, assim como o Carnaval ou a festa de São João.”

Em 31 outubro, no mesmo dia em que foi publicado o segundo texto analisado, outra matéria enaltecia o rodeio como uma tradição que “ampliou a cultura caipira”. Com o título “Estradão cria em Barretos o rodeio mais antigo do país”<sup>349</sup>, a notícia informava que esse grande evento começou “sob a lona de um circo” e 54 anos depois já atraía 850 mil pessoas. As únicas fontes citadas são ex-integrantes do clube Os Independentes, cujas declarações destacam o protagonismo do rodeio para o desenvolvimento da cidade: “Além da importância econômica, esses peões trouxeram a cultura caipira que resultou na festa”; “Hoje não dá para pensar em Barretos sem a festa do peão e suas tradições, que tentamos passar aos jovens”.

Como está claro, essas matérias não mencionam quaisquer críticas aos rodeios. Ao mesmo tempo, elas explicitam o tempo e dedicação do repórter a outros aspectos do rodeio. Portanto, a abordagem extremamente superficial das únicas matérias que fizeram alguma referência ao sofrimento dos animais não se deu por falta de tempo ou de espaço, mas sim por escolhas editoriais. O silenciamento da perspectiva dos direitos animais também está expresso na ausência de imagens nas matérias que abordaram o tema.

### **2011: Morre um bezerro**

Em termos numéricos, esse foi o ano que apresentou a segunda maior cobertura sobre o rodeio: foram 76 matérias, sendo 25 com a presença de animais e, destas, 15 fizeram referência aos direitos animais. É uma porcentagem ainda pequena (19,73%), mas já bem maior do que a do ano anterior (1,9%). Dessa vez a repórter com maior participação foi Ana Sousa, mas Marcelo Toledo também assinou parte das matérias, ora como “enviado especial a Barretos”, ora como “editor-assistente da Folha Ribeirão”. Em 2011, a *Folha* também produziu uma página especial sobre o rodeio (Figura 3) – além de um suplemento no jornal impresso.

---

<sup>348</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2010/08/785846-ministerio-do-turismo-libera-r-23-milhoes-para-festa-do-peao-de-barretos-sp.shtml> Acesso em 2 dez. 2020.

<sup>349</sup> Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff3110201010.htm> Acesso em 27 nov. 2020.



## Barretos 2011

(Edson Silva / Folhapress)



Paranaense João Cristiano Oliveira é campeão de montarias em touros



### Público do rodeio de Barretos chega a 980 mil

- Festa está à frente das estrangeiras, diz presidente
- [200 são atendidos por dia por beberem demais](#)



#### 1º LUGAR

Rio Preto  
vence  
concurso  
Queima do  
Alho

#### ELEIÇÕES

Políticos  
fazem  
'palanque'  
na Festa do  
Peão

#### POLÊMICA

#### Morte de bezerro acirra 'guerra' de ONGs contra Festa do Peão

- Patas de touro paralisam durante o rodeio

#### BOA AÇÃO

#### Desafio do Bem arrecada R\$ 50 mil em apostas antecipadas em Barretos

Figura 3: Página especial da cobertura da Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos de 2011. (Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/especial/2011/barretos/index.shtml> Acesso em 10 dez. 2020.)

“‘Choque’ em bois causa maus-tratos nos rodeios, diz ONG”<sup>350</sup> foi o título da primeira matéria sobre o tema, publicada no dia da abertura da Festa, 18 de agosto.<sup>351</sup> Mais uma vez, o texto minimiza as críticas da ONG e concede muito mais espaço aos partidários do rodeio. Já no primeiro parágrafo, o uso das aspas levanta dúvidas sobre a acusação de maus-tratos:

No fundo dos bretes, longe das 35 mil pessoas que lotam as arquibancadas do estádio de rodeios do Parque do Peão de Barretos, os touros são conduzidos com “choques”. Para a ONG de defesa animal PEA, o instrumento é mais um a provocar maus-tratos aos animais. Em Barretos, veterinários utilizam condutores de mão, com baixa

<sup>350</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/08/961391-choque-em-bois-causa-maus-tratos-nos-rodeios-diz-ong.shtml> Acesso em 26 nov. 2020.

<sup>351</sup> Em 2011, a Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos foi realizada de 18 a 28 de agosto.

amperagem, para “assustar” os animais e levá-los para as baias existentes atrás dos bretes (local de onde saem as montarias).

A opção por empregar aspas nas palavras “choques” e “assustar” pode indicar que seu sentido não seja literal, que provavelmente não se trata de um choque como imaginamos – ao menos não com a gravidade que imaginamos. O ato de assustar o boi talvez tampouco seria um problema – é apenas uma maneira de dizer, os bois não se assustam *de verdade*. As aspas desmerecem a crítica. São exclusivamente os representantes da ONG que acreditam que os “choques” “assustam” e causam danos ao animal. A notícia segue:

"O bastão com choque deve ser bonitinho [em Barretos], brilhante, enquanto em outros locais usam fios desencapados. Mas o efeito [negativo para o animal] é o mesmo", afirmou Carlos Rosolen, da PEA. 32

Orivaldo Vasconcelos, coordenador do centro de estudos de Os Independentes, alega que o equipamento, de um microampere, é utilizado para conduzir os animais para a frente. "Para que a pessoa não grite ou bata nos animais. Ele gera uma contração muscular súbita, mas só em caso de necessidade."

Ele negou que o aparelho seja usado para "acordar" os animais para as montarias. "Se aplicado em maior amperagem e mais vezes, o touro não pularia, já que sofreria relaxamento muscular." 79

A PEA trava uma briga judicial com Os Independentes, que está no Supremo Tribunal Federal. O PEA foi condenado por vincular o evento a maus-tratos e, por isso, recorreu, alegando "odiosa censura judicial à liberdade de expressão".

Nesse trecho, o repórter parece apresentar dois pontos de vista em disputa. Entretanto, isso é feito de forma superficial e pouco esclarecedora. Não há explicações sobre os danos causados nos bois pelo bastão de choque e tampouco sobre sua real utilidade. Vasconcelos afirma que o instrumento é necessário “para que a pessoa não grite ou bata nos animais”. Poderíamos então deduzir: se ele substitui gritos e agressões físicas, isso já não seria uma indicação de que o bastão pode causar danos? O repórter não faz esse questionamento.

Quando menciona a briga judicial entre Os Independentes e a PEA, o texto não deixa claro quais seriam as alegações de cada lado. Apenas informa que a ONG foi condenada e agora resta-lhe recorrer ao STF. A seguir, a última parte da matéria apresenta estranhamente o subtítulo “Outro Lado”, como se o “outro lado” já não tivesse sido exposto nos parágrafos anteriores. Os três parágrafos finais dão voz exclusivamente aos organizadores do rodeio:

Presidente de Os Independentes, Marcos Murta afirmou que, na Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos, não há maus-tratos aos animais.

"Isso é impensável. Em Barretos não há nada disso, tanto preservamos os touros que investimos no Ecoa e estamos de portas abertas para as entidades que queiram conferir o que acontece aqui", afirmou.

Ainda segundo o presidente da festa, entidades como o PEA utilizam imagens de eventos fora do país como se fossem de Barretos para denegrir o evento. "Estamos à

frente de países como EUA e Canadá nos cuidados e na preparação com os animais. Se existe maus-tratos, isso passa longe daqui."

Conforme se observa, o repórter reproduz a afirmação do presidente do grupo – que obviamente diz que “não há maus-tratos aos animais” – sem fazer qualquer tipo de indagação ou apresentar objeções. As declarações da fonte soam como constatações definitivas: “isso é impensável”. Quando a ONG é acusada de agir de má fé, por usar imagens de outros rodeios como se fossem de Barretos, o repórter sequer verifica se essa acusação faz sentido. Se ele se guiasse pelos princípios mais básicos da ética jornalística teria ao menos ouvido algum representante da ONG, para que respondesse à acusação – como geralmente faz quando esta é dirigida ao rodeio. O veredicto final é, mais uma vez, dos promotores da Festa: “Se existe maus-tratos, isso passa longe daqui.”

Se considerarmos que o primeiro e quinto parágrafos não indicam explicitamente uma posição, constatamos que, dos seis restantes, cinco expõem opiniões dos organizadores do rodeio e apenas um contém uma única frase do representante da ONG. Ao todo, são 183 palavras dedicadas à defesa do rodeio e apenas 32 para criticá-lo. Esse desequilíbrio contraria inclusive o título da notícia, que indica uma denúncia de maus-tratos, a qual não é esclarecida ao longo do texto. Evidentemente, a perspectiva dos direitos animais não foi contemplada.

No mesmo dia, a *Folha* publicou outra matéria sobre o tema – “‘Críticas aos rodeios procedem’, diz pesquisador de animais”<sup>352</sup>. Apesar de dessa vez conceder mais espaço aos ativistas, a visão pró rodeio segue predominante.

"As entidades de proteção aos animais têm razão em muitas das críticas que fazem em relação aos rodeios." A frase não foi dita por um ativista, mas pelo pesquisador da Unesp (Universidade Estadual Paulista) de Jaboticabal Orivaldo Tenório de Vasconcelos.

Ele coordena o Ecoa (Centro de Estudos do Comportamento Animal), bancado por Os Independentes, entidade organizadora da Festa do Peão de Barretos.

De acordo com ele, ao menos dois terços dos aproximadamente 2.000 rodeios realizados anualmente no país deveriam ser proibidos, por causa de maus-tratos aos animais utilizados.

"Há muitas entidades de proteção animal que são sérias e acompanham o que acontece no setor. Infelizmente há locais em que os animais não são bem tratados, diferentemente do que ocorre nos principais eventos", afirmou Vasconcelos.

Desde o surgimento do centro, em 2008, foram investidos cerca de R\$ 1 milhão em estudos sobre os animais, de acordo com Marcos Murta, presidente de Os Independentes. O valor foi bancado pelo clube.

Entre os trabalhos desenvolvidos estão a relação dos animais com o meio em que vivem, a utilização do sedém (cinta amarrada na virilha dos touros durante as montarias), a audição e a sensibilidade dos animais.

<sup>352</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/08/961385-criticas-aos-rodeios-procedem-diz-pesquisador-de-animais.shtml> Acesso em 02 dez. 2020.

As principais críticas dos centros protetores dos animais são referentes à utilização do sedém e ao estresse a que os animais são submetidos pelo barulho e a iluminação da festa.

#### MINORIA

Entidades de proteção animal alegam que o público que vai aos rodeios em sua maioria busca as atrações musicais, não as provas envolvendo touros e cavalos.

A Arca Brasil alega que o rodeio impõe a cultura norte-americana no país e que o frequentador quer é assistir aos shows de seus artistas favoritos, não presenciar as montarias em touros.

"A Catalunha proibiu a tourada, que era um orgulho nacional. As festas no Brasil estão preocupadas, porque lançam mão de tudo o que podem, como contratar uma Mariah Carey [que fez show em Barretos em 2010] para tirar a visão da prova", afirmou Marco Ciampi, presidente da Arca Brasil.

Já o diretor do PEA (Projeto Esperança Animal) Carlos Rosolen afirmou que o sedém agride os touros, que são estressados com a luz da arena e o barulho das pessoas e alto-falantes.

"Como outras festas, Barretos usa sedém e maltrata os animais", disse Rosolen.

De acordo com Orivaldo Vasconcelos, coordenador do Ecoa, o instrumento provoca cócegas – e não dores – nos animais.

A principal fonte entrevistada é um pesquisador do Centro de Estudos financiado pelo grupo Os Independentes, que confirma que há maus-tratos em rodeios, mas deixa claro: isso só é válido para outros rodeios, não se aplica ao de Barretos. Nesse, nem mesmo o sedém seria um problema, uma vez que só provoca cócegas. Não por acaso, essa foi a afirmação escolhida para encerrar o texto.

Em 21 de agosto, foi noticiado o acontecimento que acabou por ser determinante no aumento significativo da cobertura sobre direitos animais dali em diante: “Bezerro é sacrificado após prova na arena de Barretos”<sup>353</sup>. A matéria, como se verá, não se propõe a abordar direitos animais e, neste primeiro momento, nenhum ativista foi entrevistado. Mas ela divulga a morte de um animal em decorrência de uma manobra realizada pelo peão na prova bulldog, gerando ampla repercussão no debate sobre maus-tratos em rodeios. Esse acontecimento foi propulsor para o fim dessa modalidade em Barretos e em diversos outros rodeios do país. Segue o texto:

Um bezerro precisou ser sacrificado após uma prova ocorrida no segundo dia da 56ª Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos, na noite da última sexta-feira (19).

Na prova de bulldog (imobilização de bezerros), válida pelas finais da ANB (Associação Nacional de Bulldog), um animal teve de ser retirado da arena carregado após ser derrubado. O bezerro caiu e ficou imóvel na arena ao ser derrubado pelo bulldogueiro Cesar Brosco.

Como não se levantava após a queda, o bezerro precisou ser carregado na carroceria de um veículo.

Na noite de sexta, membros da organização da festa não se entenderam sobre o destino do bicho. O veterinário Marcos Sampaio de Almeida, de Os Independentes, dizia que o bezerro foi levado para uma ambulância veterinária e passava bem.

<sup>353</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/08/963017-bezerro-e-sacrificado-apos-prova-na-arena-de-barretos.shtml> Acesso em 02 dez. 2020.

Mas Orivaldo Tenório de Vasconcelos, diretor do Ecoa (Centro de Estudos de Comportamento Animal), ligado à organização do evento, dizia – ainda na sexta-feira – que havia a suspeita de que o bezerro tivesse sofrido uma fratura na coluna cervical. "Percebi que ele tinha perdido o reflexo das patas e pedi para sacrificá-lo. Vou necropsiá-lo para saber a verdadeira causa da morte", afirmou o diretor.

Já no sábado, Vasconcelos confirmou a morte e disse que a necropsia constatou que o bezerro havia sofrido uma lesão nas vértebras e, por isso, havia ficado tetraplégico. Diante da situação, o bezerro foi sacrificado.

Vasconcelos disse que essa foi a segunda vez que ele viu um acidente do tipo ocorrer durante toda a sua carreira.

No bulldog, o peão tem de imobilizar o bezerro com as mãos, sem o uso de nenhum equipamento, e derrubá-lo.

A matéria é acompanhada por uma galeria de fotos com a chamada: “Veja sequência de imagens da queda do bezerro”. Ao relatar a morte do animal em consequência de uma lesão sofrida durante a prova, a repórter em nenhum momento levanta a possibilidade de que a prova em si seja danosa e indigna para os animais. Pelo contrário, ela aponta a excepcionalidade do acontecimento: o diretor do Ecoa só viu isso acontecer duas vezes em “toda a sua carreira” (e ficamos sem saber quão longa é sua carreira). Se estivesse realmente comprometida em ouvir todos os lados, a *Folha* teria, neste caso, entrevistado também representantes de entidades de proteção animal ou ao menos algum veterinário independente – mas todas as suas fontes estão diretamente vinculadas aos promotores do evento.

Somente no dia seguinte e após muitas manifestações contra o ocorrido, ativistas pelos direitos animais foram ouvidos. Com o título “Morte de bezerro na festa de Barretos vai parar na Promotoria”<sup>354</sup>, a matéria publicada em 22 de agosto diz o seguinte:

A morte de um bezerro na última sexta-feira depois de uma prova na 56ª Festa do Peão de Barretos gerou indignação entre entidades de proteção aos animais. O caso será levado à Polícia Civil e ao Ministério Público.

O Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, cuja mobilização conseguiu extinguir a prova do laço no país há quatro anos, vai acionar a Justiça para tentar proibir a modalidade bulldog.

"Nessa prova, o peão se atira sobre o animal e torce o pescoço. Isso é crueldade", afirmou a presidente do fórum, Sônia Fonseca. [...]

A organização da festa disse que o caso foi uma "fatalidade".

A advogada Viviane Alexandre, representante da WSPA (Sociedade Mundial de Proteção Animal), afirmou que levará o caso ao recém criado Grupo de Atuação Especial de Defesa Animal, do Ministério Público.

"A morte do bezerro é a prova de que essa atitude grotesca, que eles chamam de esporte, provoca maus tratos aos animais", disse.

O presidente da ONG PEA (Projeto Esperança Animal), Carlos Rosolen, disse que a entidade irá registrar um boletim de ocorrência na Polícia Civil para a instauração de inquérito de maus tratos.

<sup>354</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/08/963406-morte-de-bezerro-na-festa-de-barretos-vai-parar-na-promotoria.shtml> Acesso em 02 dez. 2020.

A PEA foi alvo de decisão da Justiça de Barretos, em 2006, depois que a organização da festa entrou com uma ação civil proibindo a ONG de divulgar opiniões sobre o tratamento aos animais.

Em março, o STF (Supremo Tribunal Federal) suspendeu a decisão. Em Ribeirão Preto (313 km de SP), a AVA (Associação Vida Animal) também irá à Promotoria. Para a presidente Cristina Dias, os animais são forçados a participar do que ela chama de "espetáculo de horror". [...] <sup>355</sup>

Os ativistas geraram um fato ao anunciarem que estavam acionando diferentes instâncias judiciais para demandar o fim da prova. Pela primeira vez, a *Folha* ouviu quatro entidades de proteção animal e não encerrou o texto com declarações de algum representante do grupo Os Independentes. Pode-se dizer, assim, que esta é a primeira matéria no *corpus* selecionado em que há espaço para a perspectiva dos direitos animais.

A seguir, entretanto, o jornal publicou a notícia “Organizador vê fatalidade e nega maus-tratos”<sup>356</sup>, dedicada exclusivamente a divulgar o posicionamento dos promotores do rodeio. O único entrevistado foi o presidente da Festa – que, evidentemente, menosprezou o ocorrido. Suas colocações não foram em nenhum momento contestadas pela repórter:

O presidente de Os Independentes, entidade organizadora da Festa do Peão de Barretos, Marcos Murta, considerou uma fatalidade a morte do bezerro durante a prova do bulldog na última sexta-feira. Ele disse não ver motivos para que a modalidade seja abolida do evento.

"É do esporte o risco. Como o cara da Stock Car, que o carro pode pegar fogo. Como no hipismo, que o cavalo pode quebrar a pata. Foi uma fatalidade, infelizmente, mas não houve maus tratos."

Murta disse que o animal saiu vivo da arena após a prova e que, posteriormente, foi constatado que havia fratura nas vértebras.

"Tudo o que era possível foi feito. Infelizmente se constatou a fratura. Não tinha como colocar uma atadura. [O boi] não é como um humano que vai e coloca um pino, fica de repouso."

Segundo o organizador, estudos do Ecoa (Centro de Estudos de Comportamento Animal) indicam que a torção durante a imobilização na modalidade bulldog não é prejudicial ao bicho.

"Não fazemos a prova do laço em Barretos porque não foi feito um estudo condizente para assegurar que não há risco para o animal. Com o bulldog foi comprovado que o movimento de torção não fere o animal. A gente tem que ser muito claro em Barretos. Temos o Ecoa para estudar isso", afirmou.

É, no mínimo, negligência por parte do jornal, reproduzir de forma acrítica a afirmação de que “o movimento de torção não fere o animal”, uma vez que foi justamente essa torção que provocou a morte do bezerro. Logo, não seria essa uma alegação claramente duvidosa? A

<sup>355</sup> Nessa e nas matérias seguintes, foram excluídos somente os trechos que relembavam as circunstâncias que provocaram a morte do bezerro, ou aqueles referentes à informações de serviço sobre o evento (programação, compra de ingressos etc.).

<sup>356</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2208201120.htm> Acesso em 11 dez. 2020.

próxima matéria, com o título “Touro em Barretos rende prêmio de até R\$ 20 mil ao seu dono”<sup>357</sup>, discorre majoritariamente sobre os pormenores da premiação ao melhor touro do rodeio, mas a questão dos maus-tratos aparece nos últimos parágrafos:

A prova gera críticas, porém, de entidades de proteção aos animais. Para elas, a disputa impõe maus-tratos aos touros. "Precisamos quebrar esse paradigma de que o animal está ali para divertir as pessoas. Isso é atividade medieval", afirma Marco Ciampi, da Arca Brasil (Associação Humanitária de Proteção e Bem-Estar Animal). Os tropeiros dizem que não há maus-tratos e que têm gastos com manutenção dos animais que podem chegar a até R\$ 3.000.

"Eles recebem alimentação balanceada, são muito bem tratados e têm acompanhamento veterinário", conta Humberto Francisco Nucci, dono da Companhia de Rodeio Califórnia. Segundo ele, os animais não são usados todos os dias, o que faz com que descansem.

Seguindo o padrão de outras matérias, logo depois de apresentar a crítica, vem a resposta de profissionais ligados ao rodeio, repetindo o mesmo de sempre: “não há maus-tratos”. E dessa vez acrescentam ainda os “gastos com manutenção dos animais” – reforçando seu *status* como recursos. É interessante observar também como cuidados básicos com os animais são ressaltados como se fossem regalias excepcionais: “alimentação balanceada”; “muito bem tratados”; “acompanhamento veterinário”.

Nos dias seguintes, a *Folha* continuou acompanhando a repercussão da morte do bezerro. Em 23 de agosto, publicou: “Morte de bezerro em rodeio pode gerar ação por formação de quadrilha”<sup>358</sup>:

A ação de entidades de proteção animal contra a Festa do Peão de Barretos será por formação de quadrilha. A representação, na Promotoria Criminal, será feita por conta da morte de um bezerro na sexta-feira. O animal foi sacrificado depois da prova bulldog, em que o peão precisa derrubar o bezerro com as mãos.

De acordo com o presidente da ONG PEA (Projeto Esperança Animal), Carlos Rosolen, serão denunciados a associação Os Independentes, que organiza o evento, o veterinário responsável e o bulldogueiro Cesar Brosco. 'Eles sabiam que isso poderia acontecer e assumiram o risco', afirma Rosolen.

O PEA deverá ratificar a ação que será feita pelo Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, entidade que congrega várias associações. Para Sônia Fonseca, presidente do fórum, a morte do bezerro é a prova de que há maus-tratos contra animais dentro dos rodeios.

O fórum também irá pedir à Justiça que esse tipo de prova seja eliminado. A WSPA (Sociedade Mundial de Proteção Animal), que levará o caso ao recém criado Grupo de Atuação Especial de Defesa Animal, do Ministério Público, também ingressará com ação semelhante.

<sup>357</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/08/964075-touro-em-barretos-rende-premio-de-ate-r-20-mil-ao-seu-dono.shtml> Acesso em 02 dez. 2020.

<sup>358</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/08/963846-morte-de-bezerro-em-rodeio-pode-gerar-acao-por-formacao-de-quadrilha.shtml> Acesso em 03 dez. 2020.

Há quatro anos, a prova do laço foi banida por causa da falta de um redutor de impacto nos animais.

Por meio da assessoria de imprensa, a organização informou que a ANB (Associação Nacional de Bulldog) e o Centro de Estudos do Comportamento Animal analisam se o competidor infringiu as regras durante a prova. A ANB deverá definir as providências depois da divulgação do laudo, que não tem data para ficar pronto.

Apesar de ser uma matéria mais burocrática, que descreve as ações que estão sendo movidas em decorrência da morte do animal, os ativistas tiveram espaço para se manifestarem. Pela segunda vez, a perspectiva dos direitos animais esteve presente na cobertura de 2011. Mas esse não foi um indicativo de que a abordagem sobre o tema talvez começasse a caminhar em outra direção. Pelo contrário: os partidários do rodeio tiveram igualmente cada vez mais oportunidades para se defenderem das acusações. Em 24 de agosto, três dias depois da morte do bezerro, a *Folha* publicou uma entrevista com o peão que participou da prova. Com o título “Peão acusa Barretos de perseguição”<sup>359</sup>, a matéria tem 442 palavras, sendo uma das mais extensas entre as 15 que foram selecionadas de 2011:

Um dos melhores bulldogueiros do Brasil, César Brosco não deve participar do Rodeio Internacional, que começa amanhã na Festa do Peão de Barretos.

“Eles [da organização] querem abafar o caso. Acho que a intenção é jogar a culpa em mim”, disse ontem à *Folha*.

Brosco participou da disputa que resultou no sacrifício de um bezerro na sexta.

Por causa disso, ONGs de defesa animal dizem que vão à polícia e à Promotoria contra *Os Independentes*, clube organizador do evento. Eles acusam a festa de maus-tratos. A organização nega as acusações (leia abaixo).

Campeão da modalidade bulldog, ele afirma que teve a inscrição cancelada. Leia a seguir os principais trechos da entrevista.

#### **Folha – O que ocorreu?**

César Brosco – Foi um acidente, uma fatalidade, e não tem como dizer que o erro foi meu. Talvez o jeito que o boi caiu foi errado.

#### **A organização diz que entidades vão checar sua conduta.**

[Interrompe] Me chamaram para uma reunião [na manhã de ontem]. Falaram para eu não vir ao rodeio [ele deu entrevista por telefone], cancelaram minha inscrição.

#### **Qual foi a justificativa?**

Eles querem abafar o caso. A intenção deles é arranjar um culpado, entendeu? E acho que a intenção deles é jogar a culpa em mim.

#### **Essa decisão te surpreendeu?**

Nossa, demais. Na verdade, tinha que ter um responsável. Mataram ele [o boi] para ver o que tinha acontecido. Ele [um dos organizadores] falou: “perante a lei quem vai responder é você”. Falei: “tô aqui para escutar”. Quem sou eu para brigar com Barretos?

#### **A que leis eles se referiam?**

A esses protetores dos animais. Como foi um acidente, achei que poderia vir competir normal. Mas eles falaram: “não é bom você nem vir”. Falaram que se eu quisesse vir, eu poderia, mas achavam que a mídia ia ficar em cima. Como já estava nos meios de comunicação a minha foto, falaram: “Vai ficar pior pra você”.

#### **Sua vida mudou com isso?**

<sup>359</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri2408201105.htm> Acesso em 03 dez. 2020.

Nossa Senhora! Tenho emprego, sou dentista. Tenho três filhos. É super complicado. Dentro da minha cidade eu era um ídolo. Deu uma virada boa.

**Pensa em parar de competir?**

Ainda não decidi, mas pensei seriamente. Você chega num lugar [e ouve]: “ah, porque você fez isso, porque você fez aquilo”. Entendeu?

**Relatório atesta irregularidade, afirma clube**

Organizador da festa, o clube Os Independentes informou que Cesar Brosco fez uma manobra "irregular".

Relatório assinado por técnicos do Centro de Estudos do Comportamento Animal, segundo a nota, diz que o bezerro caiu para o lado direito e o competidor girou o pescoço dele para a esquerda.

A nota diz ainda que Brosco foi informado pela Associação Nacional de Bulldog da sua suspensão.

O texto começa enaltecendo o competidor – “um dos melhores bulldogueiros do Brasil” – e transforma a morte do animal em um jogo de acusações entre os promotores da Festa e o peão. Não há nenhum tipo de avaliação de especialistas. Quando o entrevistado afirma que “foi um acidente, uma fatalidade”, não se questiona a legitimidade de realizar uma prova em que “acidentes” como esse são previsíveis. A repórter não questiona sobre a possibilidade de essa modalidade ser intrinsecamente cruel para o animal. Ao invés disso, suas perguntas são direcionadas à carreira do entrevistado e seu futuro como buldogueiro.

O peão se refere de forma pejorativa aos “protetores dos animais” e insiste que “foi um acidente”. Ao mesmo tempo, quando indaga “Quem sou eu para brigar com Barretos?”, fica evidente o poder político, econômico e ideológico que o grupo organizador do rodeio detém. O próprio relatório apresentado, ao afirmar que “o bezerro caiu para o lado direito e o competidor girou o pescoço dele para a esquerda”, atesta que a prova tem o potencial de ser violenta e por isso não deveria ser praticada. Ao apresentar essa explicação inconsistente, o grupo demonstra a pouca importância que dá à integridade física dos animais utilizados no evento, como se fosse normal – e talvez também heroico – acuar e quebrar o pescoço de um bezerro. A *Folha* não publicou nenhuma entrevista nem concedeu espaço semelhante a representantes das ONGs – que seriam, no caso, as únicas vozes a falarem pelo bezerro sacrificado.

No penúltimo dia do rodeio, outro incidente chamou a atenção para a questão dos maus-tratos aos animais. A notícia “Touro fica com as patas paralisadas em torneio de Barretos”<sup>360</sup> informava que um touro precisou ser substituído durante uma prova pois, segundo os organizadores, teve uma câibra:

---

<sup>360</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/08/966606-touro-fica-com-as-patas-paralisadas-em-torneio-de-barretos.shtml> Acesso em 05 dez. 2020.

As duas patas traseiras de um touro travaram na noite deste sábado (27) durante o Barretos International Rodeo. [...] O caso aconteceu durante a montaria do peão James Willian Marris. O touro deu cerca de três pulos e caiu com as patas traseiras no chão, de acordo com testemunhas.

O animal tentava se levantar, mas estava com as patas paralisadas e saiu da arena se arrastando pelas patas dianteiras.

Semana passada, um bezerro teve de ser sacrificado após ficar tetraplégico durante a prova de bulldog, quando o peão tem de imobilizar o bezerro com as mãos. A organização do evento disse que o caso foi uma fatalidade e atribuiu a morte a uma manobra irregular do peão.

Ontem, a organização do evento informou que o touro caiu por causa de uma câibra e que logo depois se recuperou. O peão Marris teve de montar em outro touro para completar a prova.

Ao fim da disputa, o touro que teve câibra foi apresentado ao público para mostrar que o animal estava bem. Ele caminhou de um lado ao outro da arena. [...]

Semelhante ao que aconteceu com o bezerro, o animal teve que ser retirado da arena, pois não conseguia se locomover – mas os promotores do evento fizeram questão de exibi-lo ao final da competição, para mostrar que “estava bem”. O texto fez menção à morte do bezerro, mas não a contextualizou com as críticas dirigidas ao rodeio como um todo. Apesar de estar divulgando um fato que, a princípio, corroboraria essas críticas, a cobertura da *Folha* mais uma vez desdenhou o ponto de vista dos animais.

A matéria seguinte, com o título “Morte de bezerro acirra 'guerra' de ONGs contra a Festa do Peão”<sup>361</sup>, apresenta críticas à prova bulldog e ao rodeio. A repórter entrevistou três representantes de diferentes ONGs e a promotora do caso. Pela terceira vez, como consequência das discussões suscitadas pela morte do bezerro, a perspectiva dos direitos animais teve voz:

A morte de um bezerro no último final de semana após uma prova de bulldog na Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos amplificou as críticas de entidades de proteção animal sobre maus-tratos no principal rodeio do país.

Além de protestar contra a prova do bulldog (na qual o bezerro é imobilizado), ONGs voltaram a questionar o manejo dos animais no rodeio. [...]

Os Independentes, entidade que organiza a festa, nega que haja maus-tratos nas modalidades em Barretos.

Para a presidente da Uipa (União Internacional Protetora dos Animais), Vanice Orlandi, a crueldade é inerente ao rodeio. Ela diz que um laudo da USP mostra que o bulldog pode provocar hemorragia interna nos bezerras.

"A queda forçada do animal pode gerar o rompimento de um órgão."

O uso do sedém (cinto de couro amarrado na virilha de touros e cavalos) também é visto por ela como maus-tratos. "Estudos mostram que o animal identifica qualquer toque no baixo ventre como uma ameaça."

Para Carlos Rosolen, do PEA (Projeto Esperança Animal), o uso do condutor de choque, com baixa amperagem, para levar animais às baias também é questionável.

"A exposição da morte fez com que pessoas que nunca tinham parado para pensar no assunto refletissem e se manifestassem contra."

Além das críticas a instrumentos e práticas habituais das montarias, as ONGs também relatam que os animais ficam estressados pelo excesso de luz e barulho do rodeio.

<sup>361</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/966591-morte-de-bezerro-acirra-guerra-de-ongs-contra-a-festa-do-peao.shtml> Acesso em 02 dez. 2020.

Há cinco anos, a prova do laço foi proibida após intervenção da Promotoria, que agora também investiga a morte do bezerro. Segundo a promotora Adriana Nogueira Franco, do Meio Ambiente, a festa terá dez dias para dar explicações. "Vou anexar a resposta ao inquérito e devo pedir a perícia de uma faculdade especializada."

A partir do resultado, ela pode propor o fim da prova ou fazer um acordo com a organização para evitar a morte de outros animais.

A advogada Viviane Alexandre, representante da WSPA (Sociedade Mundial de Proteção Animal), diz que acompanhará o caso. "Queremos que a legalidade da prova seja apurada", disse.<sup>362</sup>

Não foi por iniciativa própria, portanto, que a *Folha* seguiu reportando os desdobramentos do debate sobre maus-tratos em rodeios. Os repórteres, de certa forma, não podiam ignorar por completo os acontecimentos em curso. Ao mesmo tempo, eles tampouco deixaram de divulgar posicionamentos a favor do rodeio. No último dia do evento, 28 de agosto, a *Folha* publicou: "Presidente diz que Festa do Peão está à frente das estrangeiras"<sup>363</sup>. O texto começa fazendo referência à morte do animal como um "imbróglio" que, para os promotores da Festa, já havia sido superado. Seguem os trechos que abordaram o tema:

Em meio ao imbróglio envolvendo a morte de um bezerro na Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos, o presidente de Os Independentes, entidade organizadora do evento, afirmou que o assunto é "passado" e que a festa brasileira está à frente de estrangeiras.

"Temos um projeto que está à frente dos EUA e do Canadá em relação ao bem-estar animal", afirmou Marcos Murta, que está no segundo mandato. [...]

Sobre a morte do bezerro na prova do bulldog, ele afirmou que, para a festa, o assunto já é página virada. "Para nós passou, porque o que houve foi um erro de procedimento do competidor", disse.

Cesar Brosco, o atleta que tentou imobilizar o bezerro na disputa, refuta e alega que agiu corretamente. [...]

Como se vê, as únicas versões apresentadas sobre o caso foram as do presidente do grupo Os Independentes – "o que houve foi um erro de procedimento" –, e a do peão – "que agiu corretamente". Nenhum veterinário ou ONG foram ouvidos. Mesmo após toda a repercussão provocada pela morte do animal, a *Folha* seguiu reproduzindo declarações infundadas dos organizadores do rodeio – dessa vez anunciando que a "festa brasileira está à frente das estrangeiras", inclusive no que diz respeito ao bem-estar animal. Fica claro que a crítica só tem espaço quando ocorre uma "fatalidade" que compele o jornal a tratar do tema.

<sup>362</sup> Foram excluídos somente os trechos que lembravam as circunstâncias que provocaram a morte do bezerro.

<sup>363</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/08/966641-presidente-diz-que-festa-do-peao-esta-a-frente-das-estrangeiras.shtml> Acesso em 02 dez. 2020.

Logo após o encerramento da festa, no dia 1º de setembro, a *Folha* publicou a notícia “Grupo reivindica mais verba para pesquisa animal”<sup>364</sup>. O grupo citado no título é o Centro de Estudos de Comportamento Animal (Ecoa), diretamente vinculado e majoritariamente financiado pelos promotores do rodeio. Essa “reivindicação” certamente fazia parte da tentativa de “dar uma resposta” ou “compensar” a morte do bezerro.

O coordenador do Ecoa [...], Orivaldo Tenorio Vasconcelos, reivindicou ontem mais verbas dos organizadores da Festa do Peão de Barretos para pesquisas sobre saúde animal. Bancado em parte pelo clube Os Independentes – organizador da festa –, o Ecoa reclama recursos para realizar estudos sobre o limite da força do peão na corda que vai à frente do touro e sobre uso de esporas de metal.

Para Vasconcelos, seriam necessários de R\$ 150 mil a R\$ 200 mil para as pesquisas. Ele afirma que as empresas que promovem rodeios ganham muito dinheiro, mas investem pouco em pesquisas.

"Na minha opinião, isso [R\$ 150 mil] é dinheiro de pinga, de Drurys", disse. "Muitas pessoas ganham com rodeio e pesquisa custa caro."

Hoje, o Ecoa recebe R\$ 39,2 mil por ano do clube Os Independentes. [...]

O último parágrafo, sob o subtítulo “Maus-tratos”, faz uma breve referência aos “incidentes com animais”, mas o posicionamento dos ativistas não foi apresentado:

A Festa do Peão de Barretos deste ano ficou marcada por incidentes com animais. Um bezerro teve que ser sacrificado após ficar tetraplégico numa das provas. Na última sexta-feira, as patas traseiras do touro travaram na montaria da disputa internacional do rodeio.

Na semana seguinte, um município localizado a cerca de 150 km de Barretos decidiu vetar definitivamente a realização de rodeios na cidade. Com o título “Câmara proíbe rodeios em Araraquara”<sup>365</sup>, a matéria da *Folha* apresenta os argumentos do prefeito e de um vereador, que faz referência à morte do bezerro como algo “lamentável e inaceitável”. Representantes de ONGs não foram ouvidos, mas a perspectiva dos direitos animais está presente no texto:

Rodeios, touradas, vaquejadas ou qualquer outro tipo de atividade em que os animais sejam expostos a violência agora devem ser proibidos por lei em Araraquara.

Anteontem, a Câmara de Vereadores aprovou um projeto de lei sobre a proibição, de autoria da prefeitura. De acordo com o prefeito Marcelo Barbieri (PMDB), a lei deverá ser sancionada ainda nesta semana.

Em março do ano passado, o prefeito vetou um projeto de lei semelhante, mas acabou impondo regras rígidas para a realização dos rodeios no município – entre as regras, o peemedebista proibiu que os apetrechos usados nas montarias causassem ferimentos nos animais.

<sup>364</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri0109201108.htm> Acesso em 05 dez. 2020.

<sup>365</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/09/971854-camara-proibe-rodeios-em-araraquara-sp.shtml> Acesso em 05 dez. 2020.

"Na época, o veto foi dado porque não tínhamos feito uma consulta à população", disse. O assunto voltou à tona, segundo ele, depois que uma comitiva procurou a Câmara para a realização de uma festa de rodeio.

Vários debates foram feitos ao longo do ano entre a prefeitura, entidades de proteção aos animais, veterinários e até grupos que realizam rodeios pelo país.

"Decidimos apresentar o projeto de lei para evitar novas tentativas de investimentos futuros de comitivas na cidade", afirmou o prefeito.

O vereador João Farias (PRB) apresentou emenda ao projeto de lei, em que há a ressalva para atividades em que os animais não são expostos a sofrimentos, como leilões, cavalgadas e hipismo.

"É preciso que se faça uma revisão nos esportes onde há maus-tratos a animais. O que ocorreu em Barretos, por exemplo, foi lamentável e inaceitável", disse ele, referindo-se à morte de um bezerro depois de uma prova de imobilização e à paralisação das duas patas traseiras de um touro durante a última edição da Festa do Peão, que aconteceu no mês passado.

A organização do evento de Barretos negou maus-tratos, mas os fatos contribuíram para ONGs ampliarem a disputa contra os rodeios.

Como fica claro, foi a pressão popular que motivou a aprovação da lei – e certamente a morte do bezerro reforçou os argumentos pela proibição do rodeio. A matéria termina com o subtítulo “Polêmica em Barretos incentiva ONGs”<sup>366</sup>:

A polêmica registrada na Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos deste ano, na qual um bezerro morreu e um touro ficou com as patas "paralisadas" no estádio de rodeios, tem motivado entidades ligadas à proteção animal a pedir com mais veemência o fim dos rodeios.

O principal alvo dos questionamentos é a prova do bulldog, que consiste na imobilização de bezerros. Mas as críticas também são feitas ao manejo dos animais nos rodeios e ao uso do sedém.

"Há maus-tratos. Tanto há que um bezerro morreu no principal rodeio. Precisa de outra prova?", questionou Carlos Rosolen, diretor do PEA (Projeto Esperança Animal). A Festa do Peão alega que o peão agiu incorretamente no caso que resultou na morte do bezerro. Ele nega.

Pela primeira vez a *Folha* reproduz uma declaração que afirma que o fato de um animal morrer durante uma competição seria, em si, prova de que há maus-tratos. Entretanto, todas as críticas ao rodeio até o momento se restringem basicamente a esse fato singular – o que nos faz deduzir que, não fosse por ele, esse debate seguiria ausente nas páginas do jornal.

Paradoxalmente, nesse mesmo ano em que o bezerro foi sacrificado, Barretos recebeu oficialmente o título de Capital do Rodeio. Em 18 de setembro, quando a *Folha* noticiou o fato, a manchete e linha-fina já apontavam para sua incoerência: “Sob críticas, Dilma dá a Barretos título de capital do rodeio”; “Lei sancionada pela presidente causa polêmica, pois festa do peão tem sido acusada de maltratar animais. ONG afirma que governo federal, com questões mais

<sup>366</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri0809201104.htm> Acesso em 05 dez. 2020.

sérias para resolver, deveria ter outras prioridades.”<sup>367</sup> A primeira parte da matéria gira em torno do tradicional jogo de acusações, com ONGs denunciando e organizadores do rodeio negando a ocorrência de maus-tratos. Depois desse trecho inicial, os defensores dos direitos animais têm mais espaço. Segue o texto completo:

No ano em que a Festa do Peão de Barretos foi marcada por polêmicas, como a morte de um bezerro na arena durante uma prova de bulldog, a presidente Dilma Rousseff (PT) sancionou uma lei que dá à cidade o título de "capital nacional do rodeio".

A sanção de Dilma, que foi publicada anteontem no "Diário Oficial" da União, gerou críticas de entidades de defesa dos animais.

O projeto de lei foi apresentado em 2009 pela então deputada federal Luciana Costa (PR-SP), que é de Barretos, e aprovado pelo Congresso.

Organizações de proteção animal ouvidas pela *Folha* acusaram o governo de incentivar a prática, que, dizem, é prejudicial aos bichos.

Os organizadores da festa do peão negam que haja maus-tratos e afirmam que o título é o reconhecimento da seriedade do trabalho realizado na cidade de Barretos por mais de 50 anos.

"É um absurdo que a presidente contemple a cidade [Barretos] com um título desse gênero, considerando que cabe ao poder público vetar práticas que submetam o animal à crueldade", afirmou a presidente da Uipa (União Internacional Protetora dos Animais), Vanice Orlandi.

Na mesma linha, o presidente da ONG Arca Brasil, Marco Ciampi, também criticou a sanção à lei.

"Causa certo desânimo saber que um projeto desse tipo entrou na agenda de um governo que tem tantas questões sérias a resolver", disse.

Os dois ativistas afirmam que a sanção da presidente ganha um tom ainda mais grave quando se leva em consideração que ela ocorre logo depois das polêmicas registradas na edição deste ano da festa de Barretos, que aconteceu no mês passado.

"A infelicidade do gesto [da presidente Dilma] é ainda maior em função do lamentável acidente com o bezerro neste ano", disse Ciampi. [...]

Fica cada vez mais evidente que a morte do animal fortaleceu os argumentos dos ativistas e foi determinante para que a *Folha* passasse a ouvi-los nas matérias sobre o tema. O final do texto, com o subtítulo "Morte", relembra os dois episódios ocorridos em Barretos, responsáveis por caracterizar aquela edição da Festa como "polêmica".

Dois meses depois, o jornal publicou a última notícia do ano relacionada ao tema. Com o título "Interior já proibiu rodeios em 34 cidades"<sup>368</sup>, a matéria indicava na linha-fina o acontecimento que, presumivelmente, motivou a pauta: "Em agosto, morte de bezerro na Festa do Peão de Barretos revoltou entidades de defesa dos animais." Além de reportar as declarações dos ativistas de forma mais respeitosa, pela primeira vez a repórter ouviu uma pesquisadora em

<sup>367</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri1809201108.htm> Acesso em 05 dez. 2020.

<sup>368</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/16581-interior-ja-proibiu-rodeios-em-34-cidades.shtml> Acesso em 05 dez. 2020.

filosofia e ética animal – a professora da UFSC Sônia T. Felipe, uma das maiores referências no tema em todo o país.

Combatidos por sociedades protetoras de animais, pouco a pouco os rodeios vão perdendo espaço em algumas cidades paulistas. Levantamento feito por entidades a pedido da Folha aponta que, atualmente, a atividade é proibida em pelo menos 35 municípios – incluindo a capital. Em Ribeirão, não existe veto a rodeios.

A última cidade a vetar o rodeio foi Araraquara. Por unanimidade de votos, rodeios, vaquejadas ou qualquer tipo de atividades em que os animais possam sofrer violência passam a ser vetados.

A proibição ocorreu em setembro, ainda no "calor" das discussões acerca dos acidentes que ocorreram na última edição da Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos, em agosto. [...]

Em agosto, a Promotoria obteve liminares em ações contra a realização da atividade em duas cidades: Espírito Santo do Pinhal e Santo Antônio do Jardim.

Os promotores Fausto Luciano Panicacci e Raul Ribeiro Sora se embasaram em laudos que apontam que várias provas nos rodeios são cruéis e impõem dor e sofrimento aos animais.

Além dessas três cidades, as proibições ocorreram também em Sorocaba, Taubaté, Marília e até na capital.

A Confederação Nacional dos Rodeios contesta os vetos e diz que os rodeios legalizados garantem a sanidade e o bem-estar dos animais. Tropeiros também dizem que as cidades que vetaram os rodeios não têm tradição nas provas.

#### 'REFINAMENTO MORAL'

Segundo a professora Sônia Felipe, coordenadora do laboratório de Ética Prática do Departamento de Filosofia da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), a proibição significa um refinamento moral da sociedade.

Para a Promotoria e profissionais ligados às entidades protetoras ouvidos pela reportagem, os frequentadores dos rodeios vão às festas de peão por causa dos shows musicais, e não devido às provas com animais.

"Nas cidades onde foram proibidos os rodeios, não houve alteração na economia local", afirma Nina Rosa, fundadora de uma entidade de proteção que leva seu nome. Para a advogada Viviane Alexandre, representante da WSPA (Sociedade Mundial de Proteção Animal), as proibições vão virar tendência. "Esperamos que [os vetos] cheguem à cidade mestra, que é Barretos", afirmou.

Como sempre faz quando os acusados são os partidários do rodeio, a *Folha* não deixou de ouvir o “Outro lado”<sup>369</sup> – subtítulo do que vem a seguir:

Tropeiros ouvidos pela reportagem argumentam que as cidades onde os rodeios são proibidos não têm tradição na atividade. Dizem também que os animais não são maltratados e pediram para que entidades de proteção aos animais visitem suas fazendas.

Humberto Francisco Nucci, da Cia. de Rodeio Califórnia, disse que vê o número de rodeios aumentar no país.

Paulo Emílio, que atua no ramo há 12 anos, disse que todos os seus 200 animais são acompanhados por profissionais da Unirp (Centro Universitário de Rio Preto).

Procurados pela reportagem, os organizadores da Festa do Peão de Barretos não se manifestaram.

<sup>369</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/16583-tropeiros-dizem-que-animais-nao-sao-maltratados.shtml> Acesso em 05 dez. 2020.

Apesar de encerrar a matéria com depoimentos dos partidários do rodeio, suas afirmações não são reproduzidas de forma a anular ou desmentir os argumentos dos defensores dos não humanos. Toda a repercussão negativa do acidente com o bezerro certamente contribuiu para uma maior abertura ao tema nas matérias de 2011. Para além da pressão das ONGs, essa mudança de postura da *Folha* também foi estimulada pela reação de seus próprios leitores, que expressaram indignação à morte do animal. Seguem duas críticas publicadas no Painel do Leitor dos dias 24 e 25 de agosto:

Em relação à atrocidade com um bezerro, ocorrida na Festa de Peão de Barretos, gostaria de informar ao senhor Marcos Murta, presidente da entidade organizadora do evento, que, ao competir em corrida de Stock Car, por exemplo, o piloto é voluntário e consciente de seu risco. Portanto, a comparação feita com o desfecho trágico sofrido pelo bezerro durante prova de bulldog é de um cinismo absurdo. E gostaria de perguntar-lhe: se "torcer" o pescoço do animal, lesando-lhe a coluna e deixando-o tetraplégico não caracteriza maus-tratos, o que o senhor consideraria como tal? Felizmente, algumas coisas vêm ganhando seriedade no Brasil, e pelo menos essa brutalidade está sendo reconhecida como o crime que é ao ser levada ao Ministério Público. (Maristela Schaufelberger Spanghero, de Ribeirão Preto)<sup>370</sup>

É de espantar o descaso com que os participantes da Festa do Peão de Barretos se referem à morte de um bezerro na última sexta, em plena arena da festa. Primeiro, o senhor Marcos Murta, presidente da entidade organizadora do evento, compara o risco dos animais feridos e mortos em rodeios ao dos pilotos de Stock Car, que participam voluntariamente de sua atividade. Depois, contesta a possibilidade de abolição da modalidade que matou o bezerro, o "bulldog", dizendo que o Ecoa, Centro de Estudos de Comportamento Animal, patrocinado pelos organizadores, não indica que a torção do pescoço na imobilização seja prejudicial ao animal. Por último, o peão responsável pela lesão fatal, César Brosco, queixa-se de que "talvez o jeito que o boi caiu foi errado. Não é normal quebrar assim". Ele agora sofre retaliação da organização do evento, afirmando que ela quer "abafar o caso" e "arranjar um culpado". O desrespeito à vida e a responsabilidade pela morte desse animal não são do peão. São de todos. (Renato Raddad Gazal, de São Paulo)<sup>371</sup>

No site, os comentários também foram numerosos, conforme registrou em sua coluna a *ombudsman* do jornal, Suzana Singer:

Outro tema que mobilizou o público (1.682 comentários no site) foi a morte de um bezerro na Festa do Peão de Barretos. Houve muita indignação com a crueldade contra animais e "sobrou" para a Folha, que editou um suplemento e um site especial sobre a festa. "Caderno de rodeio é de lascar em um jornal progressista", escreveu um leitor.<sup>372</sup>

<sup>370</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/secaodecartas/964311-dilma-sarney-barretos.shtml> Acesso em 05 dez. 2020.

<sup>371</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2508201109.htm> Acesso em 05 dez. 2020.

<sup>372</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/suzanasinger/2011/08/1518440-mocinho-e-bandido.shtml> Acesso em 05 dez. 2020.

Nesse breve parágrafo, a *ombudsman* apenas registra a indignação do público, mas não apresenta nenhuma reflexão sobre a cobertura da *Folha* e sua opção por promover amplamente um evento que sofre tantas acusações de maus-tratos a animais. A omissão de Singer tornou-se ainda mais evidente frente à enxurrada de críticas dos leitores. Nos dois anos seguintes, o jornal deixou de editar o suplemento e site especial sobre o rodeio. Por outro lado, seguiu realizando uma cobertura ampla e sistemática, além de continuar se colocando quase como “porta-voz” do grupo Os Independentes.

### 2012: Fim da prova bulldog

Em 2012, a *Folha* não produziu uma página especial para a Festa de Barretos. Mesmo assim, publicou uma quantidade significativa de matérias sobre o evento: 61. Destas – ainda reverberando a morte do bezerro –, 12 abordaram, em algum momento, a questão dos maus-tratos a animais. Considerando os cinco primeiros anos do período analisado, 2012 teve, proporcionalmente, mais notícias sobre o tema: 19,67% de toda a cobertura.<sup>373</sup> A primeira matéria do ano – publicada em 22 de abril e assinada por Marcelo Toledo – teve como título “Festa do Peão de Barretos tenta 'desmistificar' críticas de maus-tratos”<sup>374</sup>. Segue o texto:

Organizadora da principal festa de peão do país, a associação Os Independentes, de Barretos, lançou campanha em que diz praticar bons-tratos aos animais envolvidos no rodeio e tenta "desmistificar" críticas de ONGs de proteção animal.

Segundo a campanha, feita no site da festa, as críticas se tratam de "mitos" e "desinformação".

Para a Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos, o sedém não machuca os animais, não fere o couro nem aperta os testículos. Além disso, defendem que os animais não são tratados "cruelmente", mas como "atletas", e as esporas de pontas arredondadas não machucam, por causa da pele espessa dos animais.

A campanha surge no ano seguinte à morte de um bezerro na prova de bulldog na última Festa do Peão, que intensificou as críticas de entidades de proteção animal, alegando a existência de maus-tratos no principal evento do país.

"Temos interesse de discutir o assunto, mas com embasamento acadêmico, não filosófico ou ideológico", disse Marcelo Murta, consultor de Os Independentes.

Segundo ele, a campanha também tem o objetivo de mostrar que o interesse da associação não é só financeiro, mas também de responsabilidade social. "A opinião pública às vezes diz que só pensamos em dinheiro."

Murta admitiu haver problemas em rodeios no país, mas não em Barretos.

"O Brasil tem 2.000 rodeios por ano, sabemos que há muita coisa ruim, o que prejudica o segmento, mas em Barretos não existe maus-tratos. Sempre convidamos ONGs a visitarem a festa."

A posição é defendida por Flávio Junqueira, presidente da PBR (Professional Bull Riders) Brasil, que realizará neste ano 50 rodeios no país.

<sup>373</sup> A partir de 2015 essa proporção aumenta consideravelmente.

<sup>374</sup> Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/1079388-festa-do-peao-de-barretos-tenta-desmistificar-criticas-de-maus-tratos.shtml> Acesso em 03 dez. 2020.

A campanha na internet também diz que os animais têm dieta balanceada, treinos musculares e acompanhamento veterinário, o que resulta em baixa taxa de lesões. Se o animal estiver mal de saúde, ainda conforme a campanha, ele não disputa as competições.

Questionado sobre a morte do bezerro em 2011, Murta afirmou que, segundo os fiscais da prova, houve erro do competidor, César Brosco. O peão sempre negou e afirmou que houve um acidente.

Como é possível constatar, os discursos em defesa dos rodeios já admitem que pode sim haver maus-tratos a animais – mas jamais em Barretos. O maior rodeio do país é sempre citado como referência de tratamento exemplar. O repórter, como usual, não apresenta qualquer contestação. Ele entrevista duas fontes ligadas ao rodeio e descreve os dados que constam no site institucional do evento, mas não ouve nenhum ativista ou especialista independente.

Já a segunda matéria de 2012 traz no título o posicionamento das organizações defensoras dos animais: “Eleição de touro 'nº 1' revolta ONGs de proteção animal”<sup>375</sup>. Diferentemente da notícia anterior, dessa vez o repórter apresenta os argumentos dos promotores do rodeio logo após descrever os argumentos das representantes das ONGs:

Entidades de proteção animal travam nova batalha contra os rodeios, desta vez por causa de um ranking que prevê "eleger" o melhor touro da temporada nas arenas.

Organizadora do principal circuito de rodeio no país, a PBR (Professional Bull Riders) criou um ranking que busca revelar "novas estrelas" nas festas de peão e premiar com R\$ 100 mil o tropeiro dono do melhor boi.

Para as ONGs de proteção animal, a medida viola a integridade dos touros e potencializa a chance de eles serem vítimas de maus-tratos, já que os que pulam mais teoricamente têm notas melhores.

Além disso, segundo as entidades, o ranking cria uma forma de exploração econômica baseada na dor do bicho, pois o animal com mais pontos valerá mais no mercado.

"A tortura virou esporte e, agora, está sendo legitimada mais uma vez com a criação desse ranking", afirma Vanice Orlandi, presidente da Uipa (União Internacional Protetora dos Animais).

Segundo ela, o uso do sedém (cinto amarrado na virilha dos animais) é a pior agressão a qual o touro é submetido, e é o que o faz pular.

Já Rosângela Ribeiro, gerente de programas veterinários da WSPA (sigla em inglês para Sociedade Mundial de Proteção Animal) no país, diz que outros problemas são o uso de esporas e choques para o animal sair do brete.

Os rodeios estão na mira das ONGs há tempos, mas a batalha ficou mais acirrada após a morte, em 2011, de um bezerro na Festa do Peão de Barretos, na prova do bulldog – quando o peão derruba o animal imobilizando-o.

#### 'TOURO ACABADO'

Presidente da PBR Brasil, Flávio Junqueira afirma que os touros não sofrem maus-tratos e que não adiantaria forçá-los para pularem mais.

"Se usar algo artificial para provocar o pulo, no dia seguinte o touro fica acabado. O pulo é a explosão de bem-estar e força física do animal, não dá para estimular."

<sup>375</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/2012/04/1079599-eleicao-de-touro-n-1-revolta-ongs-de-protecao-animal.shtml> Acesso em 03 dez. 2020.

Veterinário do circuito, Marcos Sampaio de Almeida Prado diz que um touro nunca pula dois dias seguidos e que uma equipe viaja antes para analisar os locais em que os animais ficarão nos rodeios. "Se achamos algo errado, é corrigido antes."

Apesar de finalizar a matéria com o posicionamento pró-rodeio, é possível dizer que a perspectiva dos direitos animais está presente no texto, pois não foi ridicularizada ou desacreditada, como ocorreu em notícias anteriores.

A partir do final de junho daquele ano, o jornal passou a acompanhar as discussões relativas à continuidade ou não da competição bulldog. A primeira matéria sobre o assunto, publicada em 28 de junho, anunciava: "Entidade pede fim de prova em que bezerro morreu na Festa do Peão de Barretos"<sup>376</sup>. A entidade do título não se referia a uma das ONGs que lutavam contra a realização de rodeios, mas sim ao Ecoa, o centro de estudos financiado pela própria Festa de Barretos. Certamente esta foi uma maneira encontrada pelos pesquisadores da instituição para dar uma resposta às muitas críticas que vinham recebendo desde a morte do animal no ano anterior. Vetar a prova poderia ser, inclusive, uma estratégia para garantir a realização de todas as demais competições – que vinham sendo igualmente condenadas a reboque da bulldog.

Uma entidade mantida pelo grupo Os Independentes, que promove a Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos, vai recomendar ao evento que suspenda a partir deste ano a prova de bulldog (imobilização de bezerros).

A sugestão será feita pelo professor Orivaldo Tenório de Vasconcelos, coordenador do Ecoa (Centro de Estudos de Comportamento Animal), que desenvolve pesquisas para nortear os procedimentos que envolvam animais de rodeio e provas durante a festa. Ele confirmou à Folha que fará a recomendação para que o bulldog seja extinto porque concluiu que a competição representa riscos para a saúde dos animais.

As avaliações sobre os eventuais danos à saúde dos animais foram intensificadas depois que um bezerro precisou ser sacrificado, após uma prova no segundo dia da Festa do Peão de Barretos, em agosto do ano passado. [...]

O professor explicou que o tombo do bezerro provocou uma lesão irreversível.

"Houve uma subluxação de vértebra. Era um quadro que poderia evoluir positivamente, mas aconteceu o contrário, uma tetraplegia. Nesse caso, não há outra alternativa a não ser o sacrifício", afirmou. Tenório disse ainda que, em 25 anos de estudos, nunca havia presenciado um acidente em provas de bulldog. "Foi a primeira vez." [...]

A decisão de acabar com a competição em Barretos pode seguir o mesmo caminho da prova de laço, que em 2006 foi proibida por recomendação do Ecoa. A entidade comprovou que a disputa pode ser prejudicial aos animais.

A proibição contou também, na época, com intervenção do Ministério Público. Ela somente poderia ocorrer com um redutor de impacto no pescoço dos animais, que não foi desenvolvido.

<sup>376</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/1111361-entidade-pede-fim-de-prova-em-que-bezerro-morreu-na-festa-do-peao-de-barretos.shtml> Acesso em 03 dez. 2020.

Apesar de apontar que “a competição representa risco para a saúde dos animais”, a matéria não discorre sobre a questão dos maus-tratos em rodeios de forma geral. As declarações da fonte parecem indicar que o problema se restringe a uma prova específica – e somente reconhece isso após ocorrer um acidente fatal. Como o único entrevistado foi um pesquisador vinculado diretamente ao grupo Os Independentes, pode-se afirmar que a perspectiva dos direitos animais não é contemplada no texto.

A matéria seguinte – com o título “Presidente da festa de Barretos diz que 'sugestão' de extinção de prova será discutida”<sup>377</sup> – apresenta o posicionamento dos donos da Festa:

A recomendação do Ecoa de suspender o bulldog na festa de Barretos não tem poder de veto, e a decisão final é dos organizadores.

O Ecoa é mantido desde 2008 no Parque do Peão, onde acontece a festa de Barretos, e vai recomendar a suspensão da prova a partir deste ano. Os organizadores financiam a entidade como forma de "dar uma resposta" a entidades não governamentais que combatem maus-tratos contra animais.

O presidente de Os Independentes, Hugo Resende Filho, disse que ainda não ficou sabendo oficialmente da "sugestão", mas afirmou que vai submetê-la à diretoria.

"Não sei disso. O professor ainda não nos informou sobre esse parecer."

Questionado sobre quais procedimentos serão adotados após a notificação do órgão, o presidente do grupo disse que vai discutir o tema com seus diretores.

"Não decido nada sozinho. Temos diretores. Precisamos discutir para saber o que pode ser feito. Não há como adiantar nada. Se essa recomendação chegar até o nosso conhecimento, vamos debater", afirmou. [...]

Além das pesquisas, o Ecoa fiscaliza e orienta todo o tratamento dos animais na época da festa de Barretos, que neste ano acontecerá entre os dias 16 e 26 de agosto.

Dessa vez o texto aponta que o Ecoa é mantido com o objetivo de prestar contas às críticas de maus-tratos. A instituição também tem convênios com universidades, mas certamente a fonte de financiamento influencia o viés de suas investigações – o que também é válido para o jornalismo. Mais uma vez, o único entrevistado é o presidente da Festa e não há qualquer depoimento de especialistas independentes.

Um mês depois, em 29 de julho, o jornal publicou a notícia “Morte de animal foi arquivada pela Promotoria de Barretos (SP)”<sup>378</sup>, informando que o processo movido pelo Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal não conseguiu proibir a prova bulldog. Entretanto, dessa vez o repórter Leandro Martins entrevistou a advogada do Fórum, que apresenta a perspectiva dos direitos animais ao final da matéria:

<sup>377</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/1111359-presidente-da-festa-de-barretos-diz-que-sugestao-de-extincao-de-prova-sera-discutida.shtml> Acesso em 03 dez. 2020.

<sup>378</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/2012/07/1127714-morte-de-animal-foi-arquivada-pela-promotoria-de-barretos-sp.shtml> Acesso em 03 dez. 2020.

A morte do bezerro na edição do ano passado da Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos (423 km de São Paulo) chegou a ser alvo de investigação do Ministério Público Estadual.

Uma representação que buscava proibir a disputa da prova de bulldog foi feita pelo Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal.

A Promotoria de Barretos arquivou o caso. A decisão da promotora Adriana Nogueira Franco, do mês passado, tomou como base um outro inquérito que o Ministério Público já havia instaurado.

Ao arquivar o caso, a Promotoria argumentou que, depois de avaliar pareceres de veterinários e ouvir a organização da festa barretense, "não se reuniu elementos de convicção suficientes para propor medidas visando sua proibição". [...]

A advogada Ana Maria Pinheiro, assessora jurídica do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, afirmou que o órgão recorreu ao Conselho Superior do Ministério Público contra o arquivamento da representação.

"Essas provas flagrantemente cruéis têm que acabar. Isso é incompatível com o século 21, é de uma violência, uma boçalidade que não tem cabimento. As pessoas não podem se divertir com uma coisa dessas", disse.

A assessora jurídica afirmou acreditar, no entanto, que não haverá tempo para que uma decisão judicial possa vetar o bulldog no evento em Barretos neste ano, que começa em 18 dias. Por isso, de acordo com a advogada, a entidade já começou uma mobilização principalmente nas redes sociais para pressionar a organização do rodeio a cancelar a competição por conta própria.

Como a fonte aponta, o caminho para a extinção de práticas cruéis passa por uma ampla mobilização da opinião pública. A matéria seguinte indica que a atuação das ONGs teve consequências em outras cidades do estado de São Paulo. Com o título "Após morte de animal, rodeio veta prova de 'agarrar' bezerro"<sup>379</sup>, o texto informa que o acidente motivou a proibição da bulldog na Festa do Peão de Americana:

Ao menos uma das principais festas de peão do país, a de Americana (127 km de São Paulo), cancelou neste ano a prova de bulldog, na qual o peão tem de imobilizar com as mãos um bezerro. Já a tradicional Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos (423 km de São Paulo) estuda se vai ou não ter a competição no evento. [...]

Tanto o cancelamento da prova em Americana, quanto o possível veto ao bulldog em Barretos, ocorrem após a morte de um bezerro no ano passado, em competição na arena da maior festa do país. [...]

Em junho, o Ecoa (Centro de Estudos de Comportamento Animal), entidade mantida pelo grupo Os Independentes, que promove a festa de Barretos, recomendou a suspensão do bulldog.

O professor Orivaldo Tenório de Vasconcelos, coordenador do Ecoa, disse que a recomendação foi feita porque a conclusão é de que não dá para garantir que não haverá riscos para os animais.

A festa de Barretos informou, via assessoria de imprensa, que ainda não há uma definição sobre a prova na edição deste ano, o que deve ocorrer em até duas semanas.

#### CANCELAMENTO

Na Festa do Peão de Americana, que ocorreu em junho, a prova de imobilização já não foi disputada.

O diretor de rodeio da festa, João Frizo, disse que a decisão foi tomada em razão da polêmica que surgiu após a morte do animal em Barretos.

<sup>379</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/1127711-apos-morte-de-animal-rodeio-veta-prova-de-agarrar-bezerro.shtml> Acesso em 03 dez. 2020.

Segundo Frizo, o cancelamento do bulldog neste ano não significa que a prova não voltará a ocorrer em Americana nos próximos anos. 'A diretoria achou melhor suspender neste ano porque estava um caso meio recente ainda [a morte de Barretos]. Mas tem outras festas que estão fazendo', disse.

Outra festa tradicional do país, o rodeio de Jaguariúna (123 km de São Paulo) não confirmou se vai realizar a prova do bulldog neste ano. [...]

O depoimento do diretor de rodeio de Americana deixa claro que a proibição não era definitiva e que a prova poderia voltar a ser realizada nas próximas edições do evento. Observa-se que não houve uma preocupação com os maus-tratos em si, mas apenas com a “polêmica” em torno da morte do bezerro em Barretos. Nenhum ativista foi ouvido e a perspectiva dos direitos animais não foi exposta.

Alguns dias depois, o jornal noticiou que o rodeio de Jaguariúna, citado ao final da matéria anterior, também optara por não promover a competição bulldog: “Jaguariúna (SP) também cancela a prova de agarrar bezerro deste ano”<sup>380</sup>. Entretanto, a assessoria do evento informa que “não pode garantir que os donos da arena de Jaguariúna não irão realizar o bulldog” – novamente, não se trata de uma decisão categórica, inclusive com a possibilidade de que a prova seja promovida pelos “donos da arena”. No texto não constam declarações de defensores dos animais ou quaisquer outras informações sobre maus-tratos em rodeios:

Depois da Festa do Peão de Americana (127 km de São Paulo), que cancelou neste ano a prova conhecida como bulldog, [...] o rodeio de Jaguariúna (123 km de São Paulo) também não deve realizar a modalidade.

Ao lado de Americana e Barretos (423 km de São Paulo), o rodeio de Jaguariúna é um dos principais do circuito nacional e começa na próxima quinta-feira (2). [...]

Tanto o cancelamento da prova em Americana, quanto o possível veto ao bulldog em Barretos, ocorrem após a morte de um bezerro no ano passado, em competição na arena da maior festa do país.

No caso de Jaguariúna, a assessoria de imprensa da empresa Santarena, que a partir deste ano organiza a festa na cidade, disse que o bulldog não está no calendário do evento, que terá apenas montaria em touros e a prova dos três tambores. [...]

A assessoria diz, no entanto, que não pode garantir que os donos da arena de Jaguariúna não irão realizar o bulldog em horário diferente das competições organizadas pela Santarena. A Folha não conseguiu ouvir ontem os responsáveis pelo recinto. [...]

Em junho deste ano, o Ecoa (Centro de Estudos de Comportamento Animal), entidade mantida pelos organizadores da festa de Barretos, recomendou a suspensão do bulldog, por não haver garantias à saúde dos animais. A assessoria da festa de Barretos informou que uma definição sobre a prova deve sair em duas semanas.

Quatro dias antes da abertura do rodeio, os organizadores da Festa de Barretos ainda não haviam deliberado sobre a manutenção ou não da modalidade na edição daquele ano. A

<sup>380</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/1128686-jaguariuna-sp-tambem-cancela-a-prova-de-agarrar-bezerro-deste-ano.shtml> Acesso em 03 dez. 2020.

matéria publicada em 12 de agosto apresenta a declaração do representante de uma ONG, mas o que prevalece é a defesa da prova, conforme já indica o título: “Diretor de rodeio defende prova polêmica”<sup>381</sup>.

A associação "Os Independentes", que organiza a Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos, afirmou que segue sem definição a realização da prova de bulldog [...].

A possibilidade de excluir totalmente a prova do cronograma de competições existe desde a morte de um bezerro no ano passado. [...] Após o acidente, outros rodeios do interior chegaram a suspender a prova.

O Ecoa (Centro de Estudos de Comportamento Animal), entidade mantida pelos organizadores da festa, recomendou em junho deste ano a suspensão do bulldog, por não existirem garantias à saúde dos animais.

"Devemos definir se a prova será realizada ou não, na segunda-feira [amanhã]", disse Hugo Resende Filho, presidente da associação.

Carlos Rosolen, membro da diretoria do PEA (Projeto Esperança Animal), entidade que atua no combate a maus-tratos contra animais, disse que voluntários irão fiscalizar as competições deste ano.

"Vamos registrar vídeos e fotos do que acontecer lá [em Barretos] para mostrar o que ocorre com os animais. Será uma constatação, porque já sabemos que as provas causam danos à saúde dos bichos", disse.

Marcos Abud Wohnrath, diretor de rodeio, defende a realização do bulldog. "Está nas mãos do presidente, mas acho que deveria ter a prova. Não há maus-tratos. O que aconteceu no ano passado foi um acidente, uma fatalidade", afirmou.

Resende Filho diz que a presença das entidades "será importante para acabar com a polêmica". "Quem quiser comparecer, estamos abertos. Fazemos tudo certo aqui, dentro do que é legal. Uma festa de 57 anos não pode ter coisas erradas", disse o presidente.

O presidente do grupo Os Independentes utiliza um argumento recorrente entre aqueles que defendem a manutenção de sistemas de exploração animal: a tradição, a longevidade da prática. A opção do repórter por encerrar a matéria com essa alegação – “Uma festa de 57 anos não pode ter coisas erradas” – induz o leitor a pensar que ela está correta. Entretanto, como já foi exposto, uma “tradição” não justifica a continuidade de práticas cruéis com outros seres.

Dois dias depois, o jornal anunciava: “Após polêmica, Barretos (SP) veta prova de bulldog na 1ª semana”<sup>382</sup>. A matéria informava sobre a decisão de não realizar a competição naquele ano, mas não apresentava quaisquer outras informações sobre maus-tratos em rodeios:

Depois da polêmica com a morte de um animal, os organizadores da Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos (423 km de São Paulo) descartaram a realização da prova de bulldog na primeira semana do evento deste ano.

A afirmação, dada na tarde desta terça-feira à Folha, é do presidente da associação organizadora – Os Independentes –, Hugo Resende Filho. [...]

<sup>381</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/60357-diretor-de-rodeio-defende-prova-polemica.shtml> Acesso em 05 dez. 2020.

<sup>382</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/1137165-apos-polemica-barretos-sp-veta-prova-de-bulldog-na-1-semana.shtml> Acesso em 05 dez. 2020.

No ano passado, um bezerro morreu na primeira semana da festa quando o competidor agarrou o animal, em fato flagrado pelo fotógrafo Edson Silva, desta Folha. O Ecoa (Centro de Estudos de Comportamento Animal), mantido pelos organizadores da festa, recomendou em junho deste ano a suspensão do bulldog, por não existirem garantias à saúde dos animais.

No dia da abertura do evento, a *Folha* publicou: “Festa do Peão de Barretos (SP) testa um novo formato de rodeio”<sup>383</sup>. Apesar de não ser o foco da pauta, a matéria fez referência ao episódio da morte do bezerro e seus desdobramentos, justificando porque “a polêmica prova bulldog” não seria realizada naquele ano. O título da próxima matéria, publicada em 21 de agosto, sugere que os organizadores do rodeio optaram por não realizar a prova em todas as próximas edições evento: “Festa de Barretos (SP) cancela prova de bulldog definitivamente”<sup>384</sup>. Entretanto, o “definitivamente” referia-se apenas à competição de 2012:

A associação Os Independentes, que organiza a Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos (423 km de São Paulo), vetou de forma definitiva neste ano a disputa da prova de bulldog, na qual o peão tem de derrubar o bezerro usando só as mãos. Na semana passada, a entidade havia confirmado que a modalidade não seria disputada, mas fez referência somente ao rodeio da primeira semana do evento. A inserção da prova no calendário de competições de Barretos deste ano começou a ser questionada ainda em 2011, quando um bezerro morreu após uma prova no segundo dia da festa. Em junho deste ano o Ecoa (Centro de Estudos de Comportamento Animal), bancado por Os Independentes e liderado pelo professor e veterinário Orivaldo Tenório de Vasconcelos, recomendou que a organização do evento suspendesse a modalidade. O centro concluiu por meio de estudos que o bulldog causa riscos à saúde dos animais. '[A suspensão] foi uma decisão acertada, a mais correta. Se chegamos a uma conclusão que uma prova pode machucar algum animal, vamos recomendar sua suspensão', disse o professor. A assessoria de Os Independentes afirma que a prova não será realizada até que eventuais estudos comprovem que o bulldog não causa riscos à saúde dos bezerros. [...]

Apesar de aparentar uma preocupação com a saúde e o bem-estar dos animais, pode-se dizer que essa preocupação não é legítima. O professor afirma que se uma prova pode machucar algum animal, recomendaria sua suspensão. Entretanto, veterinários e pesquisadores independentes já demonstraram, com numerosos estudos, que todas as competições realizadas em rodeios são prejudiciais aos animais. Logo, seria coerente vetar a realização de todas elas, não apenas daquela em que um bezerro morreu.

<sup>383</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/2012/08/1137943-festa-do-peao-de-barretos-sp-testa-um-novo-formato-de-rodeio.shtml> Acesso em 05 dez. 2020.

<sup>384</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/2012/08/1140404-festa-de-barretos-sp-cancela-prova-de-bulldog-definitivamente.shtml> Acesso em 05 dez. 2020.

A última matéria que a *Folha* publicou em 2012 ainda repercutia a “polêmica” envolvendo a morte do bezerro: “Promotoria terá de acionar festa de Barretos (SP) por prova de bulldog”<sup>385</sup>. O texto evidencia o quanto as ONGs e o Ministério Público estavam empenhados na tentativa de vetar terminantemente a prova:

Em decisão unânime, o Conselho Superior do Ministério Público determinou que a Promotoria de Barretos (423 km de SP) abra ação civil pública contra a prova de bulldog realizada durante a Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos de 2011. O objetivo é que a prova seja excluída definitivamente. Para o conselheiro e relator, Paulo Marco Ferreira Lima, há violência desnecessária contra os animais na prova. Em junho, a promotora Adriana Nogueira Franco arquivou inquérito sobre o caso, argumentando falta de elementos para a proibição. A abertura do inquérito foi motivada pela morte de um bezerro no ano passado, após ele sofrer lesão na coluna cervical durante a prova. Um novo promotor será designado pelo conselho para o caso. A promotora foi procurada nesta quarta-feira (5) por telefone e não foi encontrada. Após o arquivamento, houve dois recursos no conselho. Um deles, do advogado Ricardo Lima Cattani, apresentou três laudos em que apontam os maus-tratos sofridos pelos animais. [...]

Apesar de breve, a matéria informa que há laudos “que apontam os maus-tratos sofridos pelos animais” e também reproduz a declaração do conselheiro de que “há violência desnecessária contra os animais na prova”. O texto não discorre sobre as demais competições realizadas durante o rodeio, entretanto, parece deixar claro que de fato existem maus-tratos nesses eventos. Isto é: dessa vez não é o depoimento de um representante do grupo Os Independentes afirmando que “não há maus-tratos a animais” que encerra a notícia, descredenciando as ONGs e suscitando dúvidas nos leitores.

Como se observa, a maioria das matérias que fizeram referência aos direitos animais em 2011 e 2012 estava relacionada ao acidente com o bezerro. Apesar das críticas que os rodeios vinham recebendo, esse acontecimento materializou a questão dos maus-tratos, tornando-a, de certa forma, inquestionável.

### **2013: Ofensiva contra as ONGs**

Em 2013, a *Folha* não lançou uma página especial sobre o rodeio e a cobertura sobre direitos animais foi bem menor do que a dos dois anos anteriores: apenas três matérias abordaram o tema. Somente a primeira delas, publicada em 17 de agosto, ainda repercutiu a

---

<sup>385</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/2012/09/1149017-promotoria-tera-de-acionar-festa-de-barretos-sp-por-prova-de-bulldog.shtml> Acesso em 05 dez. 2020.

morte do bezerro: “Pela segunda vez, Festa do Peão de Barretos veta prova polêmica na arena”<sup>386</sup>.

Depois da morte de um bezerro em 2011, a organização da Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos (423 km de São Paulo) proibiu, pelo segundo ano consecutivo, a prova de bulldog, na qual o peão tem de derrubar o bezerro usando as mãos. [...]

Naquele ano, o animal precisou ser sacrificado após ser derrubado na arena e não conseguir se levantar. O bezerro saiu carregado do local.

Segundo Hugo Resende Filho, presidente de Os Independentes, que organiza a festa, está sendo feito um estudo sobre a prova para avaliar se ela provoca ou não maus-tratos aos animais.

"Só vamos liberar a prova quando houver um estudo claro", disse Resende Filho.

O sacrifício do bezerro desencadeou protestos de ONGs de proteção animal. As entidades voltaram a questionar o manejo dos animais no rodeio, inclusive nas montarias em touro.

Não é a primeira vez que a festa de Barretos se envolve nessa polêmica.

Em 2006, a prova do laço foi vetada. Na modalidade, o peão laça o pescoço do bezerro. A avaliação é que não havia segurança de que o impacto da corda, ao ser puxada, não traria danos ao bicho.

A decisão foi tomada após pressão do Ministério Público.

A afirmação de que as ONGs “voltaram a questionar o manejo dos animais no rodeio” expressa desinformação sobre o tema. Essas organizações sempre criticaram e condenaram o rodeio, e há décadas vinham lutando pela extinção desses eventos, inclusive movendo diversas ações judiciais em todo o país. O que a morte do bezerro fez foi levar esse debate para além da esfera dos ativistas – e, por isso mesmo, popularizar e fortalecer a causa. A proibição da prova do laço, indicada na matéria como a “polêmica” anterior, também contribuiu para intensificar essas discussões. O fato de duas provas já estarem vetadas na Festa de Barretos – e as demais serem duramente criticadas – explicita que estas são sim práticas cruéis com os animais.

A seguir, a matéria aponta qual foi a “alternativa” encontrada pelos promotores do rodeio para ocupar o espaço que a bulldog tinha na programação do evento. Com o subtítulo “Alternativa Infantil”, o texto segue:

Com uma prova a menos, a organização da festa de Barretos decidiu investir no público infanto-juvenil.

Sem o bulldog, restavam em Barretos quatro provas de adultos: montarias em touro e cavalo; prova dos três tambores (em que mulheres com seus cavalos precisam contornar tambores no menor tempo) e o team penning (prova de apartação de bezerros, em trio de cavaleiros).

Neste ano, pela segunda vez, a arena principal recebe a montaria mirim em carneiros, e estreia a prova dos três tambores para meninas entre 8 e 12 anos.

Segundo Resende Filho, a presença de crianças montando carneiros na arena, no ano passado, mostrou ser uma experiência bem sucedida.

"É uma festa para a família. O público gosta de ver as crianças."

<sup>386</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/2013/08/1327605-pela-segunda-vez-festa-do-peao-de-barretos-veta-prova-polemica-na-arena.shtml> Acesso em 06 dez. 2020.

Se na primeira parte da notícia a repórter informa – quase burocraticamente – a decisão por não realizar a bulldog, nesse segundo momento não são apresentados quaisquer objeções sobre a pertinência de estimular crianças a participarem de competições que recebem tantas críticas de maus-tratos. A “novidade” da Festa de Barretos é mencionada como outra atração qualquer – e já era, inclusive, um sucesso de público. Ao encerrar o texto com a declaração de que o rodeio “é uma festa para a família”, a repórter privilegia a visão de quem defende a atividade, uma vez que a ideia de algo “para a família” está muito longe de um ambiente onde animais sofrem e, por vezes, morrem.

No dia seguinte, a *Folha* publicou: “Ativistas se disfarçam de caubói e procuram cenas de maus tratos a bichos em rodeios”<sup>387</sup>. O texto aborda o sofrimento dos animais quase como se fosse uma “questão de opinião”.

Alguns espectadores do rodeio sentem mais dor que os bichos dentro da arena. Ou quase isso. “É horrível ver aquilo, dói fisicamente. Mas é meu trabalho”, conta Ronaldo, 31, que é ativista em uma ONG de direitos animais e pede anonimato por trabalhar sob disfarce.

Ele vai há cinco anos a Barretos (“o lugar que mais detesto no mundo!”). Durante a festa, zanza com uma máquina fotográfica pendurada na camisa xadrez.

Com ela, tenta capturar provas de que animais sofrem maus tratos.

“Já vi bicho tomando choque ao ser montado, chibatada e até usando sedenho, uma máquina de tortura.” Sedenho é um artefato de couro que passa pelo saco escrotal do bichão e é puxado na entrada da arena, para aticá-lo.

Outro apetrecho na lista de tortura das ONGs é uma faixa de couro com um sino que toca perto da cabeça do bovino quando ele se movimenta. “O barulho deixa o animal desesperado”, afirma o veterinário Alberto Noba Júnior.

Os organizadores dizem que nenhum animal é machucado na feitura do evento. “Acho que é interessante vir e conhecer o rodeio antes de falar. A festa é feita com bons tratos com os animais. E, conhecendo, poderão divulgar o que de fato acontece aqui”, diz Hugo Resende Filho, d’Os Independentes, que organizam o rodeio.

Carlos Rosolen, do PEA (Projeto Esperança Animal), diz que a ONG mandará ao evento deste ano três fotógrafos disfarçados de caubói.

E os retratos não serão só da fauna. “Vamos para provar que as pessoas vão atrás do show e não do rodeio. É muito simples argumentar: enquanto está tendo só rodeio, as arquibancadas ficam vazias.”

Depois da morte de um animal na arena, em 2011, o evento sustou a prova de bulldog, na qual o peão tem de derrubar o bezerro usando apenas suas mãos.

No lugar dela, vieram novas categorias. 2013 será o primeiro ano em que meninas menores de 13 anos poderão participar da prova de três tambores – em que a competidora, montada a cavalo, deve contornar três barris dispostos na arena, a cerca de 30 metros um do outro. [...]

Mas os ativistas não tentam doutrinar peões e peoas quando estão em campo. “A gente entende que não tem mais como resgatar o pessoal que está lá. Quem está lá não se incomoda com a dor.”

A briga entre o PEA e Os Independentes acabou na Justiça. Os organizadores da festa entraram com processo para impedir que a entidade associasse a festa a maus-tratos.

<sup>387</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2013/08/1327738-ativistas-se-disfarcam-de-cauboi-e-procuram-cenas-de-maus-tratos-a-bichos-em-rodeios.shtml> Acesso em 06 dez. 2020.

O caso foi julgado em primeira instância na própria cidade de Barretos, onde decidiu-se que a ONG deveria tirar de seu site imagens e declarações contrárias ao evento. O PEA entrou com pedido de recurso, e a questão foi parar no Supremo Tribunal Federal. "Esperamos que justiça seja feita", disseram representantes dos dois lados.

Alguns trechos apresentam certa ironia: ao afirmar que alguns espectadores “*sentem mais dor que os bichos*”; ao fazer menção aos apetrechos “*na lista de tortura das ONGs*”; ao apontar que “os ativistas não tentam *doutrinar* peões”. Após descrever muito superficialmente quais seriam as práticas de maus-tratos, a matéria expõe a posição já conhecida dos organizadores: “nenhum animal é machucado na feitura do evento”. Ao final, quando informa que a ONG foi obrigada, judicialmente, a deixar de divulgar informações críticas ao rodeio, o repórter não informa que a decisão pode ser caracterizada como um ato de censura – sobretudo frente às evidências de que as denúncias das ONGs são consistentes. Leitores reagiram a essa matéria com os seguintes comentários:

Por que não substituem os pobres animais por humanos? Ah, porque isto deixaria a todos horrorizados com o sofrimento de um humano. Mas os animais podem, né? Esses rodeios e as touradas são exemplos claros da bestialidade humana, da ignorância, do desrespeito, da insensibilidade e deveriam há muito ter sido extintos esses festivais de horrores (Souza).

Rodeio é a versão brasileira das touradas. Apesar de menos violentos, os rodeios ainda assim promovem a crueldade contra animais. Essas duas práticas deveriam ser banidas em todos os países. Se alguém discorda, veja se é bom amarrar uma corda no saco, puxa para trás e coloca um marmanjo no lombo para ficar pulando gritando e puxando a corda (M. Mig).

Ao longo do período analisado, observa-se que os comentários dos leitores são quase sempre contra a realização de rodeios, o que contrasta com as informações que constam nos textos. A terceira e última notícia de 2013, publicada em 21 de agosto, anunciava a nova ofensiva dos organizadores do evento contra protetores dos animais: “Festa do Peão de Barretos (SP) quer expor vídeo contra ONG animal”<sup>388</sup>. Dessa vez, ao invés de se defender reiterando que “não há maus-tratos” no rodeio, a diretoria de Os Independentes decide revidar acusando a própria ONG de praticar maus-tratos:

Alvo frequente de entidades defensoras dos animais, a Festa do Peão de Barretos (423 km de São Paulo), maior rodeio do Brasil, decidiu contra-atacar. O evento promete exibir em uma das noites da competição internacional de rodeio, que começa na próxima quinta-feira (22), o vídeo de uma ação da polícia contra supostos maus-tratos a cães em uma ONG ambientalista.

<sup>388</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/2013/08/1329413-festa-do-peao-de-barretos-sp-quer-expor-video-contra-ong-animal.shtml> Acesso em 06 dez. 2020.

O plano foi anunciado ao microfone por um dos locutores da competição durante as provas do último sábado (17), noite de maior público no Parque do Peão durante o primeiro fim de semana da festa – o estádio tem capacidade para 33 mil pessoas.

Em tom de suspense, o locutor afirmou que seriam mostradas imagens de um caso de maus-tratos envolvendo um "vereador que virou deputado de Campinas".

Segundo a diretoria do clube Os Independentes, organizador da festa, a ONG em questão é a UPA (União Protetora dos Animais), fundada pelo deputado estadual Feliciano Filho (PEN). A festa vai exibir imagens de reportagens de TV que acompanharam a ação da polícia na entidade.

No último dia 14, a sede da ONG, em um sítio em Campinas, levou uma multa de R\$ 20,5 mil por suspeita de maus-tratos contra 39 animais.

Na ocasião, foram encontrados mortos cinco filhotes de cachorro ao lado de carne moída estragada e remédio vencido. O deputado nega as acusações e diz que houve motivação política na ação.

O presidente de Os Independentes, Hugo de Resende Filho, afirmou, por meio de sua assessoria de imprensa, que desconhecia o assunto e que, portanto, não poderia se manifestar. Ele prometeu se informar sobre o caso, segundo sua assessoria.

Feliciano Filho tem na defesa dos animais sua principal bandeira política. Ele é autor da lei que proibiu o recolhimento e o abate de cães e gatos de rua e possui um projeto de lei que regulamenta a realização de rodeios no Estado de São Paulo.

O projeto prevê a proibição das provas de laço ao bezerro e de bulldog (na qual o peão tem de derrubar o animal usando as mãos) e impede também o uso do sedém, tipo de corda que intensifica os pulos dos touros em provas de montaria. [...]

Evidentemente, o grupo promotor do rodeio não estava genuinamente preocupado com o bem-estar dos cães encontrados no sítio. Apenas pretendiam depreciar a entidade com o argumento de que ela *também* pratica maus-tratos – logo, não estaria apta a incriminar outros que igualmente o fazem. O final da matéria, com o subtítulo “Deputado vai pedir direito de resposta para organização de festa”<sup>389</sup>, apresenta o “outro lado”:

O deputado Feliciano Filho (PEN) diz que vai pedir na Justiça direito de resposta à Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos (423 km de São Paulo) caso as imagens da ação da polícia sejam exibidas no rodeio.

A ideia dele é também exibir um vídeo no telão da arena.

Sobre a ação na ONG, ele disse que vai divulgar um laudo veterinário que contesta a versão da polícia. Segundo Feliciano, os animais mortos seriam recolhidos pela prefeitura. A ONG recolhe animais doentes, o que explicaria o estado dos cães.

O jornal expôs as duas versões, mas não ouviu nenhuma fonte isenta ou qualquer especialista que poderia apresentar dados esclarecendo se a denúncia contra a ONG de fato era plausível. Tampouco há qualquer indicação sobre a incoerência de tentar rebater as críticas que vinha recebendo acusando o outro de fazer o mesmo. Mais uma vez, esse contrassenso é explicitado nos comentários dos leitores: “Os organizadores dessa festa estão com a mesma síndrome do Partido dos Trambiqueiros, tentam justificar suas mazelas pelo erro dos outros?”

<sup>389</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/2013/08/1329415-deputado-vai-pedir-direito-de-resposta-para-organizacao-de-festa.shtml> Acesso em 06 dez. 2020.

Rodeio é um entretenimento arcaico, feito pra gente que não tem o mínimo de senso do que é cultura ou esporte.” (AndreOS); “Até quando vamos ter que suportar um ‘evento’ tão repudiante como esse?????????” (ZAC).

Em 2013, portanto, além de publicar uma quantidade ínfima de notícias abordando os direitos animais, o tema foi apresentado de forma bastante superficial e por vezes distorcida. Essa perspectiva contra-hegemônica está mais presente nos comentários dos leitores do que nas próprias matérias. Apesar de a prova bulldog seguir proibida em decorrência da morte do bezerro, este já não era mais um assunto em pauta. Com esse “imbróglio” – como definiu um repórter – aparentemente resolvido, o jornal voltou inclusive a produzir uma página especial sobre o evento no ano seguinte.

## 2014: Nova ausência



# BARRETOS 2014

---

## Festa do Peão de Barretos faz parceria com rodeio nos EUA



**CAMPEONATO**  
**Peão de Catiguá (SP) vence rodeio em Barretos e ganha R\$ 75 mil**

■ Peão do MS vence Liga Nacional de Rodeio

**MONTARIA**  
**Agressivo é eleito o touro mais temido por peões**



**SHOWS**  
**Estrelas do sertanejo vivem 'plugadas' à família**



■ Palco sem sertanejo universitário encanta público

Edson Silva/Folhapress



A amazona Tarcila Ferguson de Oliveira, 9, de Rio Verde (GO), é atração na prova dos três tambores na Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos

◀ | ▶

**TRÊS TAMBORES**  
**Campeã de rodeios acumula R\$ 1 milhão em prêmios**



Figura 4: Página especial da cobertura da Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos em 2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/especial/2014/barretos2014/> Acesso em 06 dez. 2020.

Depois de dois anos sem lançar uma página especial para a cobertura do rodeio, a *Folha* anunciou em 21 de agosto de 2014: “Folha lança página sobre a Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos”<sup>390</sup>. O texto define o evento como “o mais tradicional do gênero no país”, informa o investimento de “R\$ 13 milhões em shows, segurança e melhorias no parque”, além de destacar o projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer (1907-2012) para o Parque do Peão.

Nesse ano, as matérias apresentavam a seguinte nota ao final do texto: “\* O jornalista se hospedou em Barretos a convite de Os Independentes.” Algumas delas indicavam que o fotógrafo também se hospedara em Barretos a convite dos organizadores. Talvez não por mera coincidência, excetuando 2010, 2014 foi o ano em que houve o menor número de matérias sobre direitos animais, tanto numericamente quanto proporcionalmente: foram apenas duas notícias, representando 2,89% das 69 publicadas.

A primeira matéria, com o título “Instituição vai fiscalizar tratamento dado aos animais na Festa do Peão de Barretos”, informava que, como em outros anos, uma ONG estaria presente no rodeio para registrar situações de maus-tratos.

A PEA (Projeto Esperança Animal), instituição que atua no combate a maus tratos contra animais, vai enviar um de seus integrantes à Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos (a 423 km de São Paulo) [...].

Carlos Rosolen, diretor-geral do projeto, disse que a ONG envia um fotógrafo todo ano para o evento com objetivo de flagrar imagens que comprovem os danos físicos a que os animais são submetidos.

"Sempre buscamos evidências em fotos, que são usadas em campanhas para conscientização. Também pretendemos apresentar as imagens à Justiça", disse Rosolen.

Ele afirmou que a PEA está sendo processada por organizadores de rodeios, e por isso, os "flagrantes" podem ser usados como defesa da entidade na Justiça.

"Entendemos que não tem que usar animais [em competições], e ponto final. A sedém [tipo de corda que intensifica os pulos dos touros em provas de montaria] machuca, espora machuca, usar choque para o manejo dos animais machuca", disse.

"Precisamos mostrar que ninguém precisa disso [usar animais em rodeios] para viver", afirmou Rosolen.

#### 'BONS TRATOS'

Em nota, o grupo Os Independentes, que organiza a festa de Barretos, informou que as competições ocorrem de maneira que seja garantido o bom trato aos animais. Citou ainda que todas as provas são acompanhadas por veterinários.

"Desde a entrada no Parque do Peão até o final da montaria, os animais são acompanhados por equipe treinada para priorizar o bem-estar. O animal é tratado como um atleta, recebendo alimentação balanceada e passando por exames. Além disso, os instrumentos utilizados no manejo e durante a montaria são autorizados por lei", diz a nota.

O grupo também informou que convida entidades de proteção aos animais para acompanhar os trabalhos nos bretes – onde ficam os animais antes de entrar na arena.

<sup>390</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/2014/08/1503056-folha-lanca-pagina-sobre-a-festa-do-peao-de-boiadeiro-de-barretos.shtml> Acesso em 06 dez. 2020.

Mais uma vez, a *Folha* não recorre a fontes independentes e apenas reproduz declarações antagônicas. A PEA afirma que os maus-tratos são um fato indubitável, enquanto para Os Independentes o animal “é tratado como um atleta”. A perspectiva dos direitos animais está presente, mas de forma superficial, girando em torno do usual jogo de acusações. Na seção de comentários, os leitores, como sempre, criticaram os rodeios: “É preciso acabar de uma vez por todas com essa palhaçada que são as festas de montaria e dizer que ali tem ‘bons tratos’ aos animais. Isso é selvageria pura, é coisa de homens primitivos (Edson).” Outro leitor expressou o que é evidente para muita gente, mas que nunca consta nas matérias:

Essa de os organizadores afirmarem, de pés juntos, que os animais são ‘bem tratados’ é balela. Qual animal entra na arena com tranquilidade, manso, enfim?! Nunca acontecerá, pois o negócio é irritá-lo, instigá-lo a ficar bravo desde a chegada no local da ‘festa’ e se arrebentar aos pulos. É preciso que as autoridades responsáveis impeçam a continuidade dessa aberração. Lei proibindo essas tais festas é o caminho. O interesse aí é ganhar muita grana com o sofrimento dos indefesos animais (JocaLinsP).

A segunda matéria de 2014 retomou o episódio da morte do bezerro: “Promotor pede à Justiça fim de prova em que bezerro morreu em Barretos”.<sup>391</sup> Apesar de terem optado por não realizar a bulldog nos dois últimos anos, os organizadores da Festa não estavam dispostos a bani-la definitivamente – corroborando a suspeita de que não havia, de fato, uma preocupação legítima com o bem-estar dos animais. Essa postura suscitou a ação sobre a qual reporta a matéria:

O Ministério Público ajuizou nesta quinta-feira (28) uma ação civil que pede à Justiça o fim da prova de bulldog na Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos (a 423 km de São Paulo).

A prova, na qual o peão tem de imobilizar o bezerro usando as mãos, não é realizada desde 2012. Em 2011, um animal precisou ser sacrificado após ser derrubado na arena e não conseguir se levantar. O bezerro saiu carregado do local.

A Promotoria pede também que a associação Os Independentes, responsável pela organização da festa, pague multa de R\$ 144.800 por dano moral coletivo devido à morte do bezerro.

Para o promotor Flávio Okamoto, a ação violou o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e livre de práticas cruéis contra animais.

Conforme Okamoto, a ação foi ajuizada depois que a associação se recusou a firmar um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) sobre a não realização da prova.

Para ele, ao se recusar a banir permanentemente a prova, a associação estimula “a perpetuação da cruel modalidade em outros rodeios do país”. Ele acusa a associação de, por anos, ter submetido dezenas de bezerros a tratamento cruel e sofrimento físico e psíquico.

<sup>391</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/2014/08/1507816-promotor-pede-a-justica-fim-de-prova-em-que-bezerro-morreu-em-barretos.shtml> Acesso em 06 dez. 2020.

Na ação, o promotor pede que a associação seja obrigada a não promover e não permitir que se realize a prova nos eventos sob sua organização, em especial nas próximas edições da Festa do Peão de Boiadeiro.

Okamoto pede ainda que, caso a associação realize a prova, pague multa diária de R\$ 100 mil, além da indenização por dano moral coletivo.

A organização da Festa do Peão informou, por meio de sua assessoria, que ainda não foi notificada da ação.

Ao descrever as motivações para a ação judicial e a justificava para condenar o rodeio a dano moral coletivo, o texto evidencia o sofrimento dos animais em eventos do tipo. Pode-se dizer que, neste caso, a perspectiva dos direitos animais foi contemplada. Essa matéria também teve comentários contestando a realização de rodeios: “Tá na hora é de acabar de vez com essa crueldade. Como diz a Rita? Eu odeio rodeio (Zenelson).”; “Essa prova é mais um exemplo do imenso portfólio de atos estúpidos da raça humana (Pedro R.).” Alguns leitores se manifestaram de forma mais colérica:

Quando realmente o ser humano vai parar de maltratar e/ou abandonar os animais indefesos? São verdadeiramente anjos sem asa, não ganharam o dom da fala do criador. E estas bestas intituladas de seres humanos, cuja cabeça serve somente para separar orelhas, praticando atos insanos contra indefesos. Vai pegar alguém da família para praticar estas bestialidades (Nemauro).

Curiosamente, essas duas notícias que fizeram referência aos direitos animais foram das poucas de 2014 que não indicaram que o jornalista se hospedou em Barretos a convite de Os Independentes. Nos dois anos seguintes, a *Folha* seguiu produzindo páginas especiais sobre o rodeio, inclusive editando um caderno comemorativo dos 60 anos da Festa em 2015.

### **2015: “Supostos” maus-tratos**

A partir de 2015, toda a cobertura do rodeio de Barretos foi realizada pelo jornalista Marcelo Toledo. Neste ano, a *Folha* produziu, além da página especial no site (Figura 5), também um caderno exclusivo sobre o evento no jornal impresso. Com o título “Especial Barretos 60 anos”, o texto de abertura desse material iniciava com a seguinte frase: “A Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos, que completa 60 anos, foi se modificando a reboque das críticas recebidas – primeiro, à música sertaneja e, depois, aos supostos maus-tratos aos animais.”<sup>392</sup>

<sup>392</sup> Disponível em: <http://temas.folha.uol.com.br/barretos-60-anos/> Acesso em 19 jan. 2021.

A opção por utilizar a palavra “supostos” para referir-se aos maus-tratos expressa a pouca seriedade que o jornal seguia atribuindo ao tema. Diferentes dicionários definem “suposto” da seguinte forma: “Admitido por hipótese; apresentado ou dado hipoteticamente; conjecturado. [...] Que se faz passar falsamente por outro. Inventado ou imaginado como verdadeiro ainda que falso; fictício” (MICHAELIS, 2020). “Hipotético; conjecturado. Fictício” (PRIBERAM, 2008-2020). “Falso; desprovido de verdade. Que se atribuiu falsamente a uma pessoa” (DICIO, 2009-2020). Isto é, a acusação de maus-tratos não é *legítima*, não é *verdadeira*, não deve ser levada ao pé da letra – é apenas uma hipótese.

Além disso, a associação das críticas de maus-tratos às críticas à música sertaneja reforça a ideia de que esta é uma questão de “opinião”, de “gosto”: há aqueles que não gostam de música sertaneja, assim como há aqueles que acham que os animais sofrem nos rodeios. Logo, esses dois problemas devem ser resolvidos pelos organizadores do evento com o mesmo nível de prioridade: é preciso mudar a programação musical e, ao mesmo tempo, prestar esclarecimentos sobre o bem-estar dos animais.



FOLHA DE S. PAULO ★ ★ ★ BARRETOS, 60 ANOS menu

**60**  
**ANOS**  
**BARRETOS**

A Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos, que completa 60 anos, foi se modificando a reboque das críticas recebidas –primeiro, à música sertaneja e, depois, aos supostos maus-tratos aos animais. Este ano, o evento, que vai de 20 a 30 de agosto, terá abertura com "overdose" de sertanejos famosos, preços que superam os de viagens de uma semana para o exterior e forte abertura para ritmos e marcas internacionais.

Figura 5: Página especial da cobertura da Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/especial/2014/barretos2014/> Acesso em 16 dez. 2020.

A primeira notícia sobre o tema foi publicada em 03 de maio, meses antes da realização do evento. Com o título “Temporada de rodeios começa com ações judiciais e morte de peão”<sup>393</sup>, o texto inicia apontando a frustração de parte do público por não poder presenciar as competições com animais na arena, as quais estavam suspensas por ordem judicial:

Animadas por irem a um rodeio pela primeira vez em sua cidade nos últimos dez anos, as amigas Carla Soares e Andresa Menta foram ao parque Fernando Costa, em Franca (a 400 km de SP), para o RR Rodeo Music. Mas encontraram a arena vazia.

"Foi frustrante ter ido ao rodeio e não conseguir ver nada", afirmou Carla.

Uma decisão judicial impediu a prova naquele dia, num cenário cada vez mais comum em pequenos rodeios, principalmente em São Paulo.

Além de alegar que os touros são vítimas de maus-tratos nas provas, ONGs de proteção animal encontraram uma brecha jurídica contra os rodeios: um decreto de 1995 do ex-governador Mário Covas (1930-2001), que veta eventos do gênero no perímetro urbano das cidades.

Uma onda de ações judiciais está atingindo a temporada de rodeios deste ano, iniciada no último mês com a morte de um peão, pisoteado por um touro.

A brecha foi descoberta pela ONG Amor de Bicho Não Tem Preço, de Campinas, que conseguiu barrar o rodeio em Hortolândia (a 109 km de SP) e tem representações no Ministério Público envolvendo festas em outras cidades.

"Propagamos o decreto porque rodeio não é cultura, é tortura. Um evento que dá choque e amarra os testículos dos bois para pularem não é saudável. Ainda não pegamos os grandes [rodeios], mas vamos comendo pelas beiradas", disse Cláudia de Carli, presidente da ONG.

Foi com base no decreto que o Nuance (Núcleo Ambiental Ecos da Natureza) foi à Justiça em Franca para barrar o evento. A prova foi liberada em segunda instância e teve a duração encurtada.

Como muitos estudiosos já constataram, a maioria do público presente nesses eventos está interessado exclusivamente nos shows musicais. Portanto, a decepção das duas amigas, descrita no primeiro parágrafo, certamente expressa o sentimento de poucos frequentadores. O texto segue discorrendo sobre a “onda de ações judiciais” como se os promotores de rodeios fossem vítimas, “atingidos” por essa atuação das ONGs. Após apresentar brevemente os argumentos da representante de uma das entidades, o texto segue com o subtítulo “Bem tratados”, reproduzindo declarações já familiares:

"Os animais são mais bem tratados do que nós. As ONGs deveriam se preocupar com cavalos que estão na rua carregando excesso de peso ou com cães abandonados", diz Ricardo Campanaro, organizador do RR Rodeo Music.

A maioria dos rodeios ocorre de abril a setembro, tendo como auge a Festa do Peão de Barretos, em agosto, que completa 60 anos em 2015.

Os 2.000 rodeios do país movimentam R\$ 10 bilhões e empregam cerca de 100 mil pessoas, segundo o setor.

Não é só em São Paulo que esse tipo de evento está ameaçado. Em Rio Verde de Mato Grosso (MS), a Promotoria pediu à prefeitura e aos organizadores que as esporas

<sup>393</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/05/1624071-temporada-de-rodeios-comeca-com-acoes-judiciais-e-morte-de-peao.shtml> Acesso em 06 dez. 2020.

usadas não sejam pontiagudas e que vetem as montarias – o que inviabiliza o rodeio – e a prova de bulldog.

Em 2011, um bezerro morreu em Barretos na competição de bulldog. Na prova, o peão tem de imobilizar um bezerro pelo pescoço no menor tempo possível. Após o episódio, Barretos banuiu a prova.

Logo após ressaltar a importância econômica dos rodeios, o repórter afirma que “esse tipo de evento está ameaçado” – como se fosse o tipo de evento a ser “preservado”, “protegido”. O texto prossegue com o subtítulo “Morte”, relatando o falecimento de um competidor naquele ano quase como um episódio aceitável:

Além dos problemas jurídicos, foi registrada uma morte nas arenas, em março. O peão Marcos Silva de Souza, 42, foi atingido por um touro em sua montaria, em Capelinha (MG). Ele foi dublê na novela da Globo "América", de 2005, que retratou os rodeios.

A seguir, a retranca “Rodeio ajuda a economia e não tem maus-tratos a animais, diz organizador”<sup>394</sup> reforça, mais uma vez, a relevância financeira do evento:

Os rodeios são importantes economicamente e não são feitos com maus-tratos aos animais, dizem representantes do setor.

Segundo a PBR (Professional Bull Riders), a ocupação em hotéis nos dias de prova chega a 90%, e os 30 maiores rodeios reúnem 5,4 milhões de pessoas.

Presidente de Os Independentes, que organiza a Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos, Jerônimo Muzetti diz que bons rodeios têm veterinários e que peões que usam aparatos irregulares, como esporas pontiagudas, são penalizados. “O animal não é usado todos os dias”.

Adriano Moraes, ex-peão e hoje diretor da PBR (Professional Bull Riders), diz que os caminhões que transportam os animais têm piso adequado – emborrachado, por exemplo.

O texto não menciona, entretanto, que esse público de “5,4 milhões de pessoas” é atraído, majoritariamente, pelos shows musicais e outras atividades da programação. O presidente da Festa reforça o caráter utilitário dos animais ao afirmar que não são “usados todos os dias”. Evidentemente, os bichos não participam das competições por vontade própria e se pudessem jamais estariam ali. Esse trecho, porém, dá a entender que o fato de não serem usados diariamente e de serem transportados em caminhões com piso de borracha seriam “vantagens” para os animais. Mas tais medidas visam apenas preservá-los enquanto mercadorias valiosas, as quais poderiam deteriorar-se caso fossem submetidas a condições precárias.

<sup>394</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/05/1624072-rodeio-ajuda-a-economia-e-nao-tem-maus-tratos-a-animais-diz-organizador.shtml> Acesso em 06 dez. 2020.

Quatro dias depois, em 07 de maio, a matéria “Festa do Peão de Barretos quer ser a mais internacional da história”<sup>395</sup> começa fazendo referência às “polêmicas envolvendo ONGs de proteção animal e rodeios”, mas aborda o assunto somente nos últimos parágrafos, quando reproduz um trecho da notícia anterior:

A Festa do Peão de Barretos acontecerá entre os dias 20 e 30 de agosto, num ano em que os rodeios estão sendo atingidos por uma onda de ações judiciais.

Além de alegar que os touros são vítimas de maus-tratos nas provas, ONGs de proteção animal encontraram uma brecha jurídica contra os rodeios: um decreto de 1995 do ex-governador Mário Covas (1930-2001), que veta eventos do gênero no perímetro urbano das cidades.

A brecha foi descoberta pela ONG Amor de Bicho Não Tem Preço, de Campinas, que conseguiu barrar o rodeio em Hortolândia (a 109 km de SP) e tem representações no Ministério Público envolvendo festas em outras cidades.

Segundo Jerônimo Muzetti, presidente de Os Independentes, associação que organiza a Festa do Peão de Barretos, o evento não é atingido pelo decreto, pois é realizado fora do perímetro urbano.

O repórter reforça a ideia de que os rodeios são “atingidos”, como se fossem vítimas, e de que a acusação de maus-tratos é apenas uma alegação das ONGs – o que não quer dizer que existam de fato. É significativa sua opção por excluir o depoimento da presidente da ONG, encerrando o texto com a informação de que a Festa do Peão não é regida pelo decreto – logo, as competições com animais estavam liberadas.

A questão dos maus-tratos só apareceu novamente em 24 de agosto, quinto dia do evento. Na matéria “Festa do Peão de Barretos completa 60 anos de olho no exterior”<sup>396</sup> o repórter recorre, mais uma vez, à palavra “suposto”: “Mais questionados do que nunca devido a supostos maus-tratos aos animais, os rodeios completam neste mês 60 anos de história oficial no país [...]”. A seguir, argumenta que “a aposta na internacionalização pretende fazer o rodeio crescer a ponto de superar as críticas que os eventos sofrem de entidades de proteção animal”. Um caráter “internacional”, porém, não significa que as críticas não deixarão de existir. Pelo contrário: o “sucesso” do evento pode tornar ainda mais intensa a luta pela extinção dessas práticas. O assunto é abordado de novo no subtítulo “Primórdios”:

[...] Com o crescimento, vieram as críticas de ONGs como a Amor de Bicho Não Tem Preço e o PEA (Projeto Esperança Animal), que acusam os rodeios em geral de maltratarem os animais participantes.

<sup>395</sup> Disponível em: <https://brasil.blogfolha.uol.com.br/2015/05/07/festa-do-peao-de-barretos-quer-ser-a-mais-internacional-da-historia/> Acesso em 06 dez. 2020.

<sup>396</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/08/1672649-festa-do-peao-de-barretos-completa-60-anos-de-olho-no-exterior.shtml> Acesso em 06 dez. 2020.

“Se usam equipamentos que fazem o boi pular é porque isso incomoda o animal. Se não gera maus-tratos, é só tirar. Quero ver qual boi pulará”, disse Claudia de Carli, presidente da Amor de Bicho, que já conseguiu barrar um rodeio em Hortolândia (SP). A Festa do Peão diz que touro de rodeio pula por índole e que o aparato usado só gera incômodo, não dor.

Conforme aponta a ativista, o argumento de que o touro pula “por índole” é insustentável. Se assim fosse, os animais pulariam também sem o sedém, o que não é o caso. A opção do repórter por encerrar o texto com o argumento de que “o aparato usado só gera incômodo, não dor”, demonstra seu posicionamento pró-rodeio. Afinal, nenhum veterinário independente confirma a hipótese de que o sedém não seja dolorido – além do fato de que seria igualmente justificável bani-lo meramente por ser incômodo para o animal. Alguns leitores apontaram incoerências no texto, além de criticarem os rodeios em geral: “Supostos mal tratos??? Apure melhor e saia de cima do muro, ‘jornalista’!”, comentou “Zac”; “Também sou contra essa festa pelo fato de usar os animais como se fossem objetos. Essa porcaria nasceu nos Estados Unidos, ainda querem fazer disso um patrimônio cultural”, manifestou Emily.

A única notícia da cobertura de 2015 em que os direitos animais foram o tema principal da pauta foi publicada em 28 de agosto: “Mobilização contra o uso de animais”<sup>397</sup>. Curiosamente, esta foi também a única matéria a não ser incluída no “menu” da página “Especial Barretos 60 anos”. No índice, o tema “maus-tratos” contém somente o texto “Cowboys feridos em provas” (Figura 6).



Figura 6: Índice da página “Especial Barretos 60 anos”. (Disponível em: [temas.folha.uol.com.br/barretos-60-anos](http://temas.folha.uol.com.br/barretos-60-anos) Acesso em 21 dez. 2020.)

<sup>397</sup> Disponível em: <http://temas.folha.uol.com.br/barretos-60-anos/maus-tratos/mobilizacao-contra-o-uso-de-animais.shtml> Acesso em 06 dez. 2020.

A matéria inicia reforçando a ideia de que a questão do sofrimento animal em rodeios é ainda “polêmica”, um “imbróglio” sobre o qual há opiniões divergentes e nenhum consenso. O repórter fala novamente de “supostos” maus-tratos, ignorando as tantas constatações de danos causados aos animais. Argumentos contra e a favor das montarias são apresentados de forma bastante superficial, reproduzindo declarações já bastante conhecidas dos leitores:

Afinal, há maus-tratos nos rodeios? As entidades de proteção animal afirmam não ter dúvidas disso, enquanto a organização da Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos diz que, em suas provas, os touros têm toda a atenção necessária e são muito bem cuidados.

O maior imbróglio envolvendo o mundo dos rodeios ganha novo capítulo aos 60 anos da mais tradicional festa do gênero no país, celebrados neste ano em Barretos.

ONGs enviaram à "capital nacional do rodeio" observadores para tentar coletar imagens de supostos maus-tratos aos animais, com o objetivo de embasar processos judiciais contra a realização de eventos do gênero. Avaliam que, se conseguirem vencer alguma batalha contra Barretos, outros rodeios cairão como um "castelo de cartas".

A batalha entre entidades e rodeios já fez com que um evento em Hortolândia fosse cancelado este ano, além de atrasar em um dia as montarias numa festa em Franca.

"Não gosto, acho cruel e ponto final. É desnecessário usar animais. As pessoas vão lá pelos shows, não pelo rodeio", afirmou Carlos Rosolen, diretor-geral do PEA (Projeto Esperança Animal).

O primeiro depoimento de um dos representantes das ONGs soa quase infantil – “acho cruel e ponto final” –, além de corroborar a ideia de que o bem-estar dos animais é uma questão de opinião – “não gosto”. Certamente esta não foi a única declaração que a fonte concedeu ao repórter – mas foi justamente a escolhida para representar o lado dos animais.

A entidade trava há quase uma década uma disputa jurídica com Os Independentes, associação que organiza a festa de Barretos, que está no STF (Supremo Tribunal Federal).

Após perder o processo em duas instâncias, a ONG recorreu ao Supremo, com o objetivo de garantir que possa emitir sua opinião sobre o tratamento dado aos animais nos rodeios no país.

O STF suspendeu a decisão, mas o caso ainda não tem julgamento final. Barretos alega que, com a divulgação de imagens falsas atribuídas ao seu rodeio, perdeu R\$ 8 milhões em patrocínios.

As principais acusações das ONGs são de que os animais só pulam por terem o equipamento chamado de sedén preso aos testículos e de que são conduzidos com choques elétricos nos currais atrás dos bretes – locais de onde saem as montarias.

Além disso, dizem que os animais são submetidos a estresse por serem usados num local com muita luminosidade dos refletores e barulho excessivo das caixas de som.

"Os animais sofrem muito. Se o sedén não judia, por que usam? Se tirar, duvido que algum boi vai pular", disse Claudia de Carli, presidente da ONG Amor de Bicho Não Tem Preço, que foi à Justiça contra rodeios na região de Campinas.

Diretor de rodeio de Os Independentes, o veterinário Marcos Sampaio de Almeida Prado afirmou que não há maus-tratos e que a festa toda é acompanhada por quatro veterinários e dez estudantes da área.

"A festa precisa de animal que dê espetáculo, e ele tem de estar bem. As ONGs são mal informadas. Para criticar, é preciso conhecer", disse.

A organização alega que, se o touro tomasse um forte choque, a sua musculatura relaxaria e ele não teria condições de pular na arena. Além disso, diz que o sedén somente gera incômodo, não dor.

Como habitualmente ocorre, o único especialista consultado está diretamente vinculado aos organizadores do rodeio – logo, é uma fonte explicitamente parcial. Sendo veterinário, ele certamente está ciente de que os choques, mesmo em baixa intensidade, não são benéficos aos animais. Afinal, se fossem, estes reagiriam com tranquilidade, o que não é o caso – os bichos demonstram, visivelmente, estarem perturbados, estressados e contrariados a participar das provas. A seguir, o subtítulo “Preservar a Cultura” encerra o texto ressaltando que as críticas aos rodeios não se estendem à cultura sertaneja como um todo:

Embora críticas aos rodeios, as entidades de proteção animal afirmam serem favoráveis à manutenção da cultura sertaneja, sem o uso de touros.

"Passei minha infância na roça, sei do valor que as tradições têm, como músicas e danças típicas. Mas nunca vi um peão montado no lombo de um boi no dia a dia. Esse é o problema. A festa cultural a gente apoia, mas não a submissão do animal", disse Rosolen.

Claudia, da Amor de Bicho, disse que já trabalhou na Festa do Peão de Barretos, em 1998, quando era modelo, e que defende as tradições. "Mas sem crueldade com animais", afirmou ela, militante desde 2009.

A Festa do Peão de Barretos termina neste domingo (30), com montarias em touros e cavalos. O principal destaque é a realização do Barretos International Rodeo, com competidores brasileiros e estrangeiros.

É irônico que logo após expor a defesa das ONGs pela realização do evento sem o uso de animais, o texto informa que as montarias em touro são o destaque do último dia da programação. Essa matéria também é estranhamente acompanhada por um texto em box com o título “Entenda uma Montaria”. Aparentemente, o objetivo é demonstrar que humanos e não humanos são tratados de forma semelhante, como competidores que participam de uma prova com regras bem definidas e “justas” para ambos:

Num rodeio profissional, touro e peão valem o mesmo. Ao menos para os juízes. Dos 100 pontos possíveis numa montaria, até 50 são atribuídos ao peão e, o restante, ao touro. Para pontuar, o competidor precisa ficar oito segundos sobre o animal. Se ficar menos que isso, a nota é zero. A pontuação do touro é dada pelos juízes após a análise do pulo, do coice, dos possíveis giros e da intensidade da montaria. Já o competidor é avaliado a partir do seu comportamento com o desempenho do animal e o estilo de montaria. Se o peão montar um touro que não pula, ele pode fazer uma nova tentativa, com outro animal. O mesmo vale se o touro cair durante a montaria.

Portanto, apesar de apresentar a perspectiva dos direitos animais, a matéria não deixa de privilegiar os interesses do grupo Os Independentes e de seus parceiros comerciais. Além de

produzir a página “Especial 60 anos”, a *Folha* também traduziu algumas matérias para o inglês: “Teenager Crowned Bull Riding Champion at Barretos”<sup>398</sup>; “Peão de Boiadeiro Party Completes 60 Years with Country Music Overdose”<sup>399</sup>. É significativo que o jornal tenha publicado notícias em outra língua justamente no ano em que a Festa de Barretos “quer ser a mais internacional da história” e está “de olho no exterior” – conforme afirmam os títulos de matérias anteriores. Fica cada vez mais evidente o quanto os interesses da publicação estão alinhados aos interesses dos promotores do rodeio – e justamente por isso a cobertura tende a ser enviesada e preconceituosa com os defensores dos animais.

Em nenhuma das matérias de 2015 a assinatura do repórter vem acompanhada da informação “Enviado especial a Barretos”. Ao invés disso, o que aparece é “De Ribeirão Preto”. Diferentemente de outros anos, o repórter não viajou a Barretos e a cobertura do evento foi realizada a partir da sucursal de Ribeirão Preto. Provavelmente, a opção por não enviar um repórter à Festa está relacionada ao recente fim dessa sucursal. Em janeiro daquele ano, a *Folha* demitiu cinco jornalistas que atuavam na região, mantendo apenas dois como correspondentes da *Agência Folha*, conforme noticiou o *Portal dos Jornalistas* em 8 de janeiro de 2015:

A necessidade de “conter custos em razão da prolongada estagnação da economia brasileira”, levou a Folha de S. Paulo a reduzir drasticamente nesta 2ª feira (5/1) a equipe editorial que mantinha na sucursal de Ribeirão Preto. Dos sete profissionais que ali trabalhavam na redação, ficaram apenas dois. [...] A região, que o jornal considera muito importante para os seus propósitos, passará a ter dois correspondentes, Marcelo Toledo e Gabriela Yamada. Os que saíram foram os repórteres Isabela Palhares, Camila Turtelli, João Carlos Pedrini e o fotógrafo Edson Silva. Vale lembrar que apenas Ribeirão e Campinas sobraram do projeto de regionalizar a cobertura da Folha no fim da década de 1980, que incluía, entre outras, sucursais em ABCD, Vale do Paraíba e Bauru.<sup>400</sup>

Observa-se, assim, que mesmo em períodos de escassez de profissionais, o jornal conseguiu manter uma cobertura ampla, inclusive com a produção de material comemorativo dos 60 anos do evento. A redução significativa do número de matérias publicadas entre 2015 e 2019 foi compensada pelo tamanho dos textos, que passaram a ser consideravelmente mais extensos em comparação aos anos anteriores.

<sup>398</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/internacional/en/brazil/2015/08/1673726-teenager-crowned-bull-riding-champion-at-barretos.shtml> Acesso em 27 nov. 2020.

<sup>399</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/internacional/en/brazil/2015/08/1671688-peao-de-boiadeiro-party-completes-60-years-with-country-music-overdose.shtml> Acesso em 27 nov. 2020.

<sup>400</sup> “Folha de S. Paulo corta cinco profissionais em Ribeirão Preto”. Portal dos Jornalistas. 8 de janeiro de 2015. Disponível em: <https://www.portaldosjornalistas.com.br/folha-s-paulo-corta-cinco-profissionais-em-ribeirao-preto/> Acesso em 21 dez. 2020.

## 2016: Crise no setor

Entre todos os anos pesquisados, a cobertura de 2016 teve o menor número de matérias: apenas oito. Como no ano anterior, a assinatura dos repórteres também era acompanhada por “De Ribeirão Preto”, indicando que o repórter novamente não viajara a Barretos para cobrir o evento – provavelmente seguindo a política de contenção de gastos do jornal. Ainda assim, a *Folha* produziu uma página especial sobre o rodeio, com uma cobertura ampla e textos extensos, abordando toda a programação do evento.

### festa do peão de barretos

Eduardo Martins/ Brazil Photo Press/Folhapress



Para manter público, festa de Barretos apela para brindes e descontos

## Prova 'exclusiva' reúne amazonas ricas em Festa do Peão, em Barretos

Competição de rodeio para mulheres exige gasto alto com manutenção dos animais



**Turista paga preço de viagem a NY para ver rodeio em Barretos**



**Alvos de processos, rodeios ficam cada vez mais enxutos**

Figura 7: Página especial da cobertura da Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos de 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/especial/2016/barretos>. Acesso em 16 dez. 2020.

A primeira matéria que faz referência aos direitos animais foi publicada dois meses antes da Festa, em 10 de junho. Com o título “Alvos de processos, rodeios reduzem número de

dias para driblar crise”<sup>401</sup>, o texto inicia apontando a atuação dos ativistas como um dos contratempos que os rodeios vinham enfrentando: “A crise chegou forte, não há grandes novidades artísticas no meio sertanejo, as ONGs de proteção animal movem cada vez mais ações contra rodeios e a fórmula, que rendeu anos de sucesso nas últimas décadas, parece estar se esgotando.” A seguir, o repórter apresenta dados indicando a redução gradativa da popularidade desses eventos ao longo dos últimos anos, o que vinha provocando a diminuição do número de festas do peão no interior do estado de São Paulo, com várias cidades deixando de realizá-las. Além de já não serem tão numerosas quanto outrora, a maioria das que perduravam tiveram a duração abreviada.<sup>402</sup> No texto, o presidente da Festa do Peão minimiza o papel das ONGs na redução da popularidade dos rodeios:

Presidente do evento, Beto Lahr fala como uma das causas as atrações semelhantes – mesmos artistas em várias festas, até as pequenas. Diz que as ações judiciais de ONGs não o atrapalham, mas prejudicam a imagem do setor como um todo.  
 “Uma festa que não tenha um departamento jurídico corre risco de chegar na hora e surgir uma liminar para cancelar.” Nos últimos seis meses, ao menos mais três rodeios foram alvo de ações no país.

Sua declaração, como se observa, é contraditória. Ao mesmo tempo em que diz que as “ONGs não atrapalham”, ele admite que “prejudicam a imagem do setor”. Além disso, afirma que um departamento jurídico é fundamental para garantir a realização desses eventos – não seria evidente, portanto, que as entidades de proteção animal certamente “atrapalham”? A seguir, no subtítulo “Evitar o ‘vazio’”, o repórter apresenta outros exemplos que comprovam a baixa popularidade dos rodeios:

Apesar do nome, a Festa do Peão de Limeira não realiza mais montarias em touros devido a uma decisão judicial que impede o uso de sedém (espécie de cinto amarrado na virilha dos bois).  
 O evento já teve oito datas, com público de 160 mil, mas agora serão cinco. Marcelo Coghi, presidente da festa, conta que, se atingir 80 mil na edição deste ano, ele estará “extremamente feliz”.  
 “Todas as festas têm reduzido o tamanho da arena. Isso já começou em 2015, ficou evidente. A ideia é não dar sensação de vazia.”  
 Já a festa de Jaguariúna, que chegou a ter 11 dias, terá só quatro em setembro deste ano. Lá, a premiação ao campeão de montarias em touro caiu também: já foi R\$ 450 mil e, em 2015, R\$ 100 mil.  
 Em Jales, outra tradicional, foram cinco noites neste ano, ante as nove até 2014.

<sup>401</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/06/1780373-alvos-de-processos-rodeios-reduzem-numero-de-dias-para-driblar-cri-se.shtml> Acesso em 06 dez. 2020.

<sup>402</sup> Um dos exemplos citados foi o rodeio de Americana, que era realizado ao longo de 11 dias e passou para 6.

Um pesquisador citado expõe o caráter comercial dos rodeios, argumentando que esses eventos não perduram justamente por não serem uma “tradição cultural”, como alguns alegam:

Para especialistas, as festas podem ter se tornado vítimas de um "esgotamento de fórmula", que tem usado criações artísticas artificiais.

"O setor trabalha com algumas fórmulas para forjar um mercado em torno da cultura sertaneja pop. E elas naturalmente se esgotaram por não haver uma tradição cultural associada. Não é o caso de um Tônico & Tinoco, que atravessam décadas com suas canções", disse Francisco Rolfsen Belda, docente de mídia e tecnologia e jornalismo na Unesp Bauru.

Um mestrado defendido há alguns anos na Unesp Rio Claro já citava o fenômeno, ao dizer que as festas tinham perdido a cultura sertaneja – música raiz e os caipiras –, para dar lugar ao country, às grandes marcas e ao caubói.

Estimativas do setor apontam que os rodeios movimentam R\$ 10 bilhões por ano em mais de 2.000 provas no país.

O repórter informa a contribuição monetária dos rodeios para a economia regional – seu objetivo está muito longe, portanto, de querer “preservar uma tradição”. Logo depois, a declaração de um representante das ONGs corrobora os argumentos do especialista:

Para Carlos Rosolen, diretor do PEA (Projeto Esperança Animal), que acusa os rodeios de maus-tratos, o caminho da atividade é o mesmo das touradas. "Tem seus dias contados. O fim dos rodeios está se aproximando e a cada ano será pior e pior. A atividade é reprovada pela sociedade e o chamariz sempre foram os shows."

No subtítulo “Contramão”, a Festa do Peão é apontada como uma exceção à regra, não tendo sido abalada pela crise que acometia o setor. Ainda assim, os organizadores afirmaram estar preocupados com o contexto mais desfavorável para as competições com animais:

Embora afirme que não é atingida pelo atual cenário, até a tradicional Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos – a maior do país – admite preocupação com esses problemas no setor.

"São pontos que nos deixam em alerta, sim. [Mas] Sempre tivemos preocupação de a festa se reinventar, diversificar e zelar pela qualidade", disse Hussein Gemha Junior, presidente de Os Independentes, grupo que organiza o evento.

Segundo ele, Barretos está na contramão da crise e mantém as 11 datas em agosto.

Nos parágrafos seguintes, são citadas algumas das cidades que vetaram o uso de animais em rodeios por meio de ações judiciais, evidenciando que a crise pela qual passava o setor era concreta.

Nos últimos seis meses, o uso de animais em provas de rodeios gerou ações judiciais com liminares para barrar sua realização em ao menos mais três municípios.

Em Maricá (RJ), Itaipulândia (PR) e Joinville (SC), as decisões da Justiça não impedem a realização das festas, mas sim a utilização de animais ou de instrumentos que façam os touros pularem durante as montarias.

"Esses 'estímulos' [com o uso de aparatos], por certo, passam por procedimentos tendentes a provocar irritação, estresse e, em última análise, desconforto suficiente a provocar o comportamento bravio esperado de um animal de rodeio", diz trecho da liminar do juiz Bruno Monteiro Rulière que proibia o rodeio na festa de Maricá.

Na decisão, escreveu ainda que "atos de maus-tratos e crueldade contra os animais jamais poderão ser qualificados como uma inocente manifestação cultural".

Em Joinville (SC), o Ministério Público obteve liminar judicial que também vetava o uso de animais no rodeio. Já em Itaipulândia (PR), foi proibida pela Justiça o uso de instrumentos que pudessem causar dor aos animais.

Esses casos se somam a dezenas de outros nos últimos anos no país. Decisões que proibem a realização de rodeios já foram concedidas pela Justiça em ao menos 40 municípios nos últimos anos.

Frente a esses dados, pode-se dizer que o presidente da ONG PEA provavelmente estava certo ao afirmar que os rodeios tendem a ser gradualmente extintos. O último parágrafo, entretanto, explica que essas ações eram fruto de uma “brecha” jurídica – como se só se viabilizassem por uma “falha” na legislação, por um “jeitinho” encontrado pelas entidades de proteção animal. Notícias anteriores já haviam recorrido à palavra “brecha” para justificar o sucesso das ONGs nesses processos judiciais.

Nos últimos dois anos, as ações pedindo o fim das montarias se propagaram a partir de uma brecha jurídica encontrada por ONGs. Elas estão usando um decreto de 1995 do ex-governador Mário Covas (1930-2001), que veta eventos do gênero no perímetro urbano das cidades – a maioria dessas festas ocorre dentro das zonas urbanas.

A brecha foi encontrada pela ONG Amor de Bicho Não Tem Preço, que alega que as montarias "torturam" os animais.

O uso das aspas na palavra “torturam”, justamente na frase que encerra a matéria, deixa claro que esta é uma crítica exclusiva das ONGs – e talvez seja uma mera hipótese; a palavra “tortura”, nesse caso, não precisa necessariamente ser levada a sério. Portanto, apesar de conceder espaço à perspectiva dos direitos animais, o texto como um todo tende a favorecer o ponto de vista pró-rodeio. Na seção de comentários, o leitor “Reisender”, único a se manifestar, desaprova quaisquer atividades de entretenimento que utilizem animais: “Todas as formas de maus-tratos de animais, como rodeios, farra-do-boi, touradas, rinhas, devem ser proibidas.”

Em 14 de agosto, a matéria “Turista paga preço de viagem a NY para ver rodeio em Barretos”<sup>403</sup> aborda o tema no subtítulo “Maus-tratos”:

<sup>403</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/08/1802604-turista-paga-preco-de-viagem-a-ny-para-ver-rodeio-em-barretos.shtml> Acesso em 06 dez. 2020.

Em um momento em que os rodeios estão sendo fortemente questionados por entidades de proteção aos animais, Barretos conseguiu transferir a Cnar (Confederação Nacional do Rodeio) da capital para a cidade do interior e promete abrir uma batalha com festas de peão que maltrataram animais.

Ações contra rodeios pipocam no Brasil, enquanto a vaquejada, típica do Nordeste, está sendo discutida no STF (Supremo Tribunal Federal). Fora do país, a morte de um toureiro na Espanha acirrou os ânimos entre ativistas e fãs da prática.

Como se observa, os organizadores da Festa do Peão recorrem a mais uma estratégia para driblar as críticas de maus-tratos: eles mesmos estariam dispostos a fiscalizar os rodeios que não prezam pelo bem-estar dos animais. Em seguida, ao fazer menção ao sedém, o repórter repete o discurso vazio de todas as outras matérias, reiterando a ideia de que condenar ou não o uso do instrumento é “uma questão de opinião”. A favor do sedém, o único argumento segue sendo o de que o animal pula “por índole”.

A principal divergência nos rodeios ocorre em relação ao uso do sedém, corda de lã presa nos touros antes das montarias. Para as ONGs de proteção, ele é instrumento de tortura, por ficar preso aos testículos dos animais.

Já para os rodeios, a corda gera apenas estímulo nos touros, que pulam por índole.

Esse conflito, que também já chegou ao STF, fez Barretos perder R\$ 8 milhões em patrocínios em anos anteriores, segundo a organização da Festa do Peão.

O PEA (Projeto Esperança Animal) perdeu o processo em duas instâncias e recorreu ao Supremo. A festa alega que imagens falsas de eventos fora do país foram atribuídas ao seu rodeio.

Para o PEA e outras entidades, como a Amor de Bicho Não Tem Preço, se o sedém não prejudica a saúde animal, basta não usá-lo.

Nesse trecho, constata-se também que o repórter copia literalmente partes de notícias anteriores e chega a misturar informações de processos judiciais distintos – o que demonstra a negligência ao abordar o tema. A seguir, no subtítulo “Berço do rodeio”, são expostas diversas declarações a favor dos rodeios.

Para Roberto Vidal, presidente da Cnar, a “CBF dos rodeios”, a decisão de transferir a entidade para Barretos se deve ao fato de a cidade ser o berço do rodeio brasileiro. [...] Segundo ele, será criado um selo de legitimidade a competições que respeitem os animais. O sedém, no entanto, seguirá em uso.

“As ONGs precisam entender que a morfologia de um grande animal é diferente de cães e gatinhos. O testículo fica lá atrás do boi e o sedém pega o ‘vazio’. O boi pula por índole”, afirmou Vidal.

Os rodeios serão acompanhados por responsáveis técnicos, que poderão interditar-los e acionar polícia ou Ministério Público em caso de irregularidades. “Os aventureiros fazem mal aos rodeios. Queremos que sigam a lei.” [...]

“As ações serão oxigenadas a partir da festa deste ano. Teremos competições que terminarão em Barretos num final de semana e, no outro, já começará uma nova temporada. Queremos priorizar quem faz bom rodeio, pois há eventos que não são bons e atrapalham os que agem corretamente”, disse [Hussein Gemha Júnior, presidente da Festa do Peão]. [...]

"Nossa política de manejo dos animais é cada vez mais rígida", diz Martha Cajado, presidente da PBR Brasil.

Os discursos procuram desacreditar as entidades de proteção animal ao afirmar que estas não entendem que “a morfologia de um grande animal é diferente de cães e gatinhos” – logo, os ativistas são desinformados e fazem críticas infundadas –, e também ao reforçar a preocupação dos rodeios com o bem-estar dos animais. Todas as fontes reiteram que estão verdadeiramente comprometidas em estabelecer medidas adequadas para evitar situações de maus-tratos. Nenhum representante das ONGs ou qualquer especialista independente é entrevistado para contrapor esses argumentos. Visivelmente, não houve um esforço para ouvir o “outro lado”. No Painel do Leitor de 15 de agosto, o leitor Márcio Fonseca protesta: “A Festa do Peão de Barretos e outras parecidas não passam de diversão às custas de animais indefesos. Têm de acabar e fim de conversa.”<sup>404</sup>

A matéria seguinte, com o título “Para manter público, festa de Barretos apela para brindes e descontos”<sup>405</sup>, aborda o tema brevemente, repetindo as mesmas frases já amplamente conhecidas por quem acompanha a cobertura:

A festa deste ano ocorre em um momento em que os rodeios no país são questionados sobre o uso de animais.

Barretos já não faz há dez anos a prova do laço (devido à falta de redutor de impacto) e, desde 2012, a de bulldog, em que o peão tem de imobilizar um bezerro pelo pescoço e que causou a morte de um animal em 2011.

O imbróglío existe devido ao uso do sedém, corda de lã presa nos touros antes das montarias. As ONGs alegam que isso machuca os animais, enquanto os rodeios dizem que a corda apenas estimula o boi a saltar com o peão.

"O boi pula por índole, só por isso. São poucos os que têm condições de serem usados no rodeio", disse Roberto Vidal, presidente da Cnar (confederação de rodeios).

O repórter não acrescenta nada de novo, apenas segue reproduzindo argumentos vazios – e muitas vezes preconceituosos –, sem submetê-los à análise de especialistas da área. Em nenhum momento a coerência e consistência do que dizem as fontes são averiguadas. Pode-se dizer, no mínimo, que isso é mau jornalismo. O único comentário da matéria, assinado por “André Assis”, manifesta-se, previsivelmente, contra os rodeios: “Chegará o dia em que essa atrocidade será banida e seus praticantes tratados como torturadores de inocentes.”

<sup>404</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2016/08/1802961-cada-medalha-e-um-grito-por-um-pais-mais-justo-afirma-leitor.shtml> Acesso em 06 dez. 2020.

<sup>405</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/08/1804178-para-manter-publico-festa-de-barretos-aceita-pagamento-a-prazo-e-da-brindes.shtml> Acesso em 06 dez. 2020.

Com o título “ONGs interferem pouco em rodeios no exterior, diz presidente de circuito”<sup>406</sup>, a matéria publicada em 26 de agosto já indica quais interesses serão defendidos:

Em países desenvolvidos, entidades de proteção animal pouco interferem em rodeios. A afirmação sobre o maior imbróglie existente nas arenas é de Martha Cajado, diretora-presidente da PBR (Professional Bull Riders) Brasil, que faz atualmente a principal competição de montarias em touros no país. No último fim de semana, realizou a final de seu circuito na Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos (a 423 km de São Paulo). [...]

"Em países como EUA, Austrália e Canadá, que são mais desenvolvidos, existe pouca interferência dos movimentos de proteção animal, o que demonstra mais confiança da população na seriedade e profissionalização do esporte nesses locais", disse.

Isto é, somente as entidades de proteção animal de países “não desenvolvidos” – entre os quais estaria o Brasil – “atrapalham” a realização dos rodeios. A fonte sugere que isso ocorre porque o público brasileiro ainda desconhece a “seriedade” e “profissionalização” desse “esporte”. Mais uma vez, reitera-se a ideia de que aqueles que criticam apenas o fazem por estarem desinformados. O texto prossegue expondo os argumentos de cada lado:

A discussão sobre a existência ou não de maus tratos é o principal conflito envolvendo os organizadores de festas de peão e entidades de proteção animal no país. As ONGs afirmam que os touros só pulam por serem torturados com uma corda de lã (sedém) presa aos testículos, sofrem choques elétricos antes das montarias e são submetidos a forte estresse por ficarem numa arena com muito barulho e luminosidade.

Enquanto isso, os rodeios alegam que o sedém não é preso nos testículos e só gera desconforto (não dor), que não há choques elétricos – que relaxariam a musculatura animal e inviabilizariam o pulo – e que os animais pulam por índole.

Os rodeios no país estão sendo fortemente questionados nos últimos anos, assim como a vaquejada, tradição cultural especialmente no Nordeste que envolve disputa entre animais e competidores.

Segundo a dirigente, a PBR faz um trabalho junto às ONGs e promotores de eventos para mostrar que os animais são bem tratados. "Mostramos que estes touros vivem até os 12 anos para o esporte e depois recebem a merecida aposentadoria, sendo utilizados apenas para cruzamento, vivendo por mais de 16 anos."

Para Claudia de Carli, presidente da ONG Amor de Bicho Não Tem Preço, que foi à Justiça contra rodeios na região de Campinas, o Brasil está atrasado por avaliar que o rodeio é uma expressão cultural e os eventos usam argumentos como esse para tentar frear a queda de público nos últimos anos.

"Em outros países há questionamentos sobre o uso de animais nessas provas, inclusive nos ricos e desenvolvidos. Basta ver as touradas e as críticas que elas recebem por maltratar animais. Há ativistas em todo lugar, como os que atuam na defesa das baleias mundo afora", disse.

De acordo com ela, a maioria das pessoas vão aos rodeios por causa da grade de shows. "Mas nem deveriam ir, pois indiretamente financiam as provas e, consequentemente, os maus tratos."

Ainda conforme a dirigente da PBR, a profissionalização do segmento inclui política de manejo dos animais, "cada vez mais rígida, transparente e organizada".

<sup>406</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/08/1807316-ongs-interferem-pouco-em-rodeios-no-externo-diz-presidente-de-circuito.shtml> Acesso em 06 dez. 2020.

"Nós também contamos sempre com o apoio dos donos das boiadas para a realização deste trabalho, já que eles investem muito nos cuidados para com esses animais como um verdadeiro patrimônio. Esses cuidados mostram a relação e paixão que estes homens, em sua grande maioria do campo, têm por esses animais", disse. Um bom touro de rodeio chega a valer mais de R\$ 100 mil. O valor é variável, conforme a importância do animal para os rodeios.

É interessante observar que, frequentemente, o que é apresentado como “prova” de que os animais são bem tratados são os valores investidos em seus cuidados. O que é uma contradição, uma vez que o fato de os touros serem tratados “como um verdadeiro patrimônio” apenas reforça seu *status* de objeto. Logo, esses animais não são considerados enquanto seres sencientes, mas tão somente enquanto mercadorias valiosas para seus donos. No subtítulo “Entenda a nota”, as críticas das ONGs são novamente desmerecidas:

Numa montaria, o desempenho do touro é essencial para o peão conseguir notas mais altas, situação que potencializa o estresse a que o animal é submetido, na avaliação das ONGs. [...]

Para Cajado, os questionamentos sobre os rodeios irão continuar enquanto "quem critica não entender e conhecer realmente como é o esporte". "Temos uma política muito transparente de manejo animal e jamais negamos a vinda de ONGs e entidades protetoras para acompanhar de perto todos os detalhes." [...]

Ao repetir tantas vezes a acusação de que as ONGs não estariam aptas a criticar porque “não entendem” e “não conhecem” o “esporte”, o jornal sugere que isso é verdadeiro. Entretanto, sabe-se que essas críticas estão embasadas em laudos veterinários e pesquisas independentes, que vêm comprovando há décadas que essas competições de fato causam sofrimento nos animais. Pode-se dizer, assim, que mais uma vez a *Folha* publicou informações enviesadas, favorecendo os interesses dos promotores de rodeios – e provavelmente também seus próprios interesses, uma vez que o jornal precisa mantê-los como anunciantes para sobreviver.

### **2017: Rodeio “padrão Fifa”**

A partir de 2017, a *Folha* deixa de produzir uma página especial para a Festa do Peão. Por outro lado, as assinaturas das matérias – todas de Marcelo Toledo – voltam a vir acompanhadas da informação “Enviado especial a Barretos”. Isto é, depois de dois anos cobrindo o evento a partir de Ribeirão Preto, o repórter volta a viajar à “capital do rodeio” para apurar tudo de perto. A primeira matéria sobre o tema foi publicada em 18 de maio, três meses antes da realização do evento. Com o título “Locutor ganha fama pelo país com defesa de

rodeios e desmatamento”<sup>407</sup>, o texto inicia retomando (e reforçando) a ideia de que as críticas aos rodeios vêm de quem “não conhece”:

Quem critica rodeio não conhece os animais, que foram feitos para serem usados pelo homem. Quem fala de danos à sanidade física e mental dos touros não pode nunca ir num abate de frigorífico, porque vai ter um infarto. Isso tudo é preconceito dos grandes centros urbanos contra os homens do campo.

As afirmações são de Andraus Araújo de Lima, 40, que, pregador de ideias polêmicas, se tornou um dos principais locutores de rodeios em atividade no Brasil. Homônimo do edifício atingido por um incêndio em 1972, ele adotou Cuiabano Lima no mundo das arenas. [...]

Após duas décadas convivendo com peões, artistas, touros e cavalos, transformou-se na voz mais ativa em defesa dos rodeios – que enfrentam cada vez mais questionamentos judiciais e de entidades de proteção animal.

Personagem de entrevista publicada em janeiro no "New York Times", Cuiabano difunde a ideia de que há preconceito com o interiorano. "A gente vê ressentimento com o caboclo que usa bota e chapéu. Tem gente que acha que conhecimento é ler Einstein, conhecer química ou física."

As declarações do personagem estão embasadas em uma visão estritamente antropocêntrica – como quando afirma que os animais “foram feitos para serem usados pelo homem”. Ele também propaga estereótipos e minimiza a luta pelos direitos animais ao reduzi-la a um mero “preconceito contra o homem do campo”. A atuação das ONGs é colocada, mais uma vez, como um “entrave” para a continuidade dos rodeios; um “problema” a ser solucionado; suas reivindicações não devem ser levadas a sério. No trecho a seguir, o locutor defende a destruição de florestas e outras formas de exploração animal:

Além de polemizar com críticos dos rodeios, Cuiabano comprou outras brigas nos últimos meses, ao afirmar que é possível desmatar muito ainda – "de maneira equilibrada e amparada pela lei" –, ao pedir reformulação do Código Florestal e defender frigoríficos após as suspeitas decorrentes da Operação Carne Fraca, da Polícia Federal.

Cuiabano, que já foi patrocinado pela Friboi e cria gado, distribuiu áudios via WhatsApp e redes sociais para defender a carne nacional.

À Folha, admitiu ter desmatado dez alqueires de sua fazenda – o equivalente a 33,6 campos de futebol padrão Fifa – para plantar seringueiras.

"Desmatei, mas plantei 25 mil árvores. Existe um equilíbrio da natureza em relação ao desmatamento. A natureza se recupera, tem o poder da revegetação. Se você cortar um pé de pequi e o guarda te prender, é melhor matar o guarda, porque caso contrário você vai preso. Sobrevoei Mato Grosso duas horas e meia e nunca vi tanta floresta na minha vida. Na Amazônia, então, nem se fala", afirma.

Como se observa, o personagem expressa o quanto as diversas formas de exploração estão interligadas: ao mesmo tempo em que defende os rodeios, também defende o mercado de

<sup>407</sup> Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1884982-locutor-ganha-fama-pelo-pais-com-defesa-de-rodeios-e-desmatamento.shtml> Acesso em 06 dez. 2020.

carne nacional e a destruição das florestas – que também só existem “para serem usadas pelo homem”. Nos próximos parágrafos, são reproduzidos os mesmos discursos de sempre contra e a favor do sedém; além dos outros fatores que caracterizam maus-tratos a animais em rodeios:

Para ONGs como a Amor de Bicho Não Tem Preço e PEA (Projeto Esperança Animal), os rodeios e vaquejadas causam maus-tratos aos animais e deveriam ser banidos.

Os principais argumentos são os de que os touros só pulam por sofrerem tortura com o sedém (cinta de lã colocada na virilha dos bois) preso aos testículos e choques elétricos antes das montarias e por enfrentarem estresse nas festas – devido à excessiva iluminação e ao barulho.

Para Cuiabano, "o sedém não causa nenhuma lesão ao animal". "E o pessoal que faz hipismo ou os animais do Jôquei? Lá não tem problema? Ninguém fala nada."

Apesar de reproduzir esses argumentos contraditórios repetidamente, o repórter em nenhum momento se deu ao trabalho de entrevistar especialistas da área. Cuiabano Lima é locutor, portanto, não tem o tipo de conhecimento necessário para poder afirmar com propriedade que o instrumento não causa “nenhuma lesão no animal”. Um veterinário independente poderia ter sido ouvido, caso houvesse disposição para tratar do tema com mais seriedade. Mas a opção tem sido sempre pelas frases prontas e discursos superficiais. A última parte da matéria, sob o subtítulo “Reinvenção”, aborda a crise pela qual vinha passando o setor e suas estratégias para sobreviver. A atuação das ONGs é apontada entre os motivos que levaram diversos rodeios a deixarem de ser realizados.

Como previsível, essa foi mais uma matéria que gerou comentários de protesto. O leitor Mauro José Cavaletti escreveu: “O ser humano reencarnado na terra tem por princípio evoluir. Uma boa parte faz o contrário. É o caso desse locutor e de quem segue suas falácias. A ganância do homem promove a miséria do planeta. É o desequilíbrio entre o necessário para milhões e a ostentação para poucos.” Paolo Valerio Caporuscio também se mostrou decepcionado: “O País não tem jeito, a cultura da decadência de todos os tipos dominou e acostumou o povo brasileiro.” Rinaldo A. Perez apontou aspectos relevantes que não foram considerados pelo repórter:

Rodeio não tem nada a ver com cultura caipira. Essas duplas sertanejas que cantam em rodeios também não têm nada a ver com cultura caipira. Esse narrador não sabe o que é biodiversidade e nem o valor que tem uma floresta preservada. Aliás, sabe sim! O que pega é a ganância, o lucro imediato. Pra finalizar, detesto rodeio. Um monte de caras que se acham machos. A marca registrada é um chapéu na cabeça e uma lata de bebida na mão. As indústrias de cerveja agradecem!

A próxima matéria foi publicada seis dias antes do início do rodeio, em 11 de agosto, com o título “Festa de Barretos busca 'padrão Fifa' em rodeios e celebra PEC da vaquejada”<sup>408</sup>. O primeiro parágrafo indica a direção do texto: os animais recebem um tratamento tão impecável que as críticas das ONGs não se sustentam.

Arenas com pasto separado para bois, limpo, com sombra, água potável e pista com areia em quantidade adequada para os touros pularem soltos. Animais preservados, que só chegam às provas momentos antes, para não se estressarem com a iluminação e o barulho característico das festas de peão no Brasil.

Para tentar amenizar as críticas aos rodeios, donos de boiadas de todo o país se uniram para criar regras para eventos "padrão Fifa" em relação ao bem-estar animal. [...]

Criada há três anos, a ABTR (Associação Brasileira dos Criadores de Touros de Rodeio) tem hoje cerca de 40 tropeiros, que reúnem 1.800 touros. "A ideia foi exigir que eventos sigam as regras e ter uma associação para nos defender. Falam [ONGs] que touro é maltratado e era cada um por si, não tínhamos união. Agora temos condutas e regras", disse o tropeiro Paulo Emilio Marques, presidente da ABTR [...]. De acordo com ele, os organizadores de rodeios precisam fornecer boas condições para os animais antes das provas, sob o risco de o evento não ser realizado. Isso inclui horário para começar e terminar as disputas, a chegada dos animais aos locais pouco antes das montarias – em vez de aguardarem por horas a fio a sua vez de entrar nas arenas – e a permanência num pasto à parte, para descansarem.

O fato de os “criadores de touros de rodeios” sentirem a necessidade de fundar uma associação expressa a importância da atuação das ONGs, que vinham conquistando algumas vitórias. Entretanto, os ativistas lutavam pelo fim definitivo de todas as provas, não apenas por regras mais rígidas no manejo dos animais. Além disso, apesar de terem conseguido impedir a realização de alguns rodeios, o poder de influência política e econômica dos grupos promotores desses eventos é significativamente maior. Isso se expressa, por exemplo, com a aprovação da PEC 304, conforme relata a matéria:

O crescimento da ofensiva dos criadores de touros coincide com a aprovação da PEC 304, que definiu não considerar "cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais [...] registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro".

"Encaramos a aprovação da PEC como uma vitória do rodeio. A regulamentação e o reconhecimento favorecem diretamente o rodeio. Demonstra claramente que é reconhecida pela Constituição a força cultural e também econômica do rodeio", disse Marcos Sampaio de Almeida Prado, diretor de Rodeio da Festa do Peão de Barretos. Segundo ele, a festa deste ano terá foco forte na valorização do rodeio como esporte.

Defensores do rodeio insistem em classificá-lo como “esporte” e conferir-lhe o *status* de “manifestação cultural”. Com a aprovação da PEC, eles passam a sentir-se amparados frente

<sup>408</sup> Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/08/1909159-festa-de-barretos-busca-padrão-fifa-em-rodeios-e-celebra-pec-da-vaquejada.shtml> Acesso em 25 dez. 2020.

às críticas das ONGs, recorrendo ainda mais a esses rótulos. Entretanto, nenhuma prática deixa de ser cruel apenas por haver uma legislação afirmando que ela “não é considerada cruel”. No subtítulo “Risco” são apresentados alguns argumentos em defesa dos animais, os quais são a seguir contrapostos com argumentos a favor dos rodeios:

Entidades de proteção animal alegam que as provas que usam animais, como rodeios e vaquejadas, causam maus-tratos aos bichos e deveriam ser banidas. Elas afirmam que os touros só pulam por sofrerem tortura com o sedém (cinta de lã colocada na virilha dos animais) preso aos testículos e choques elétricos antes das montarias e por ficarem estressados devido à iluminação e ao barulho das arenas.

"Qualquer medida que tomem será paliativa, para tentar nos calar. Muitas provas são de perseguição a animais e isso, por si só, já é uma tortura. Nenhum animal entra numa arena em fuga se não sofrer antes", disse Vanice Orlandi, presidente da Uipa (União Internacional Protetora dos Animais).

Segundo ela, a crueldade é inerente aos rodeios e vaquejadas e o tipo de solo das arenas não muda isso. "Se o animal vai cair na areia fofa ou não, não importa, o certo é que ele não seja perseguido e jogado ao chão."

Já Paulo Emilio afirmou que o sedém é apenas um estímulo e não agride o animal. "Ele gera um incômodo, apenas para dar estímulo. Machucar, como falam, é outra coisa, bem diferente. Um jóquei usa chibata na mão, mas apenas para estimular, não para machucar o cavalo nas provas. Estamos muito evoluídos, esse pessoal não tem noção. É questão de índole. Tem boi que você solta e ele sai andando, enquanto outros pulam mais do que deveriam." [...]

Como se observa, o jornal segue reproduzindo declarações pró-rodeios, mesmo quando são infundadas – como a de que o boi pula “por índole” e de que o sedém gera “apenas” um “incômodo”, para “dar estímulo”. Apesar de expor as queixas das ONGs, elas parecem estar ali por mera formalidade – como se as entidades protetoras dos animais tivessem menos credibilidade do que os promotores de rodeios. Isso fica mais evidente nos discursos que desautorizam as críticas de maus-tratos: “esse pessoal não tem noção”. Os ativistas são constantemente acusados de desconhecerem a realidade, de ignorarem o que realmente se passa nas arenas. E a "palavra final" é sempre a dos "donos da festa".

No dia de abertura do evento, 17 de agosto, a *Folha* recorre novamente ao adjetivo “suposto” para referir-se aos maus-tratos a animais. Na matéria “Em sua 62ª edição, Festa de Barretos aposta em 'overdose sertaneja’”<sup>409</sup>, o texto afirma: “Alvo de críticas de entidades por supostos maus-tratos aos animais, o rodeio busca destacar neste ano a modalidade como esporte, segundo o diretor de rodeio do evento, Marcos Sampaio de Almeida Prado.” Em outro trecho, no subtítulo “Legal”, a PEC 304 é mencionada como uma medida que veio para amparar o rodeio legalmente, além de “reconhecer sua importância”:

<sup>409</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/08/1910580-em-sua-62-edicao-festa-de-barretos-aposta-em-overdose-sertaneja.shtml> Acesso em 25 dez. 2020.

Para o diretor da Festa do Peão, a aprovação da PEC 304, que definiu não considerar "cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais [...] registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro", reconhece a importância do rodeio.

Não é o que pensa Vanice Orlandi, presidente da União Internacional Protetora dos Animais. "Não é só o sedém [cinta de lã colocada na virilha dos animais] que é uma tortura. Mesmo nas provas em que isso não ocorre, o animal sofre estresse de ter de entrar correndo nas arenas." [...]

Nesse mesmo dia, Marcelo Toledo publicou uma matéria no site de entretenimento *F5*, vinculado à *Folha*, com o título "Dez questões sobre a Festa do Peão de Barretos"<sup>410</sup> e a chamada: "Se você é peão de 'primeira viagem' e precisa de informações ou quer estar por dentro do que acontecerá na Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos, as dicas abaixo podem te ajudar." Três dessas "questões" faziam referência aos animais utilizados na Festa. Para a pergunta "Há maus-tratos a animais?", o repórter apresentou a seguinte resposta: "A organização afirma que não e que os animais recebem tratamento de estrelas da festa. Entidades de proteção animal, por sua vez, dizem que sim." São duas frases curtas, evasivas e nada esclarecedoras. Ao mesmo tempo, pode-se dizer que elas talvez sintetizem toda a cobertura referente ao tema, uma vez que a maioria das matérias analisadas até o momento têm se limitado a apresentar afirmações superficiais e contraditórias.

A pergunta seguinte aborda a legalidade do evento: "A festa de Barretos foi suspensa pela justiça?" Ao que o repórter explica: "Não. Uma decisão do TJ (Tribunal de Justiça) de 2015 proibia a organização de realizar a prova do laço ou a vaquejada, mas a sentença nunca interferiu no evento. A prova do laço já não é realizada há uma década, enquanto a vaquejada nunca foi disputada em Barretos." Os processos em andamento referentes à prova bulldog não são mencionados, e tampouco os processos que visam impedir a realização do rodeio como um todo. Por fim, para a terceira questão sobre o tema – "Quais provas são disputadas com animais?" –, o repórter apenas descreve como funcionam as montarias em touros, as montarias em cavalos (cutiano), a "team penning" e a "três tambores". Ele não faz nenhuma referência aos instrumentos utilizados que são criticados pelas ONGs, como o sedém e o bastão de choque.

Esse tipo de texto que se propõe a fazer "listas" e enumerar "questões" não tem o objetivo, evidentemente, de apresentar um "tratado" ou abordar todas as nuances de determinado tema. Ainda assim, as respostas – sobretudo a primeira delas, referente aos maus-tratos – acabam por não esclarecer minimamente sobre as "questões" colocadas. E mesmo que tenha sido publicado em uma página voltada a assuntos "leves" e "divertidos", o resultado final

---

<sup>410</sup> Disponível em: <http://f5.folha.uol.com.br/voceviu/2017/08/dez-questoes-sobre-a-festa-do-peao-de-barretos.shtml> Acesso em 07 dez. 2020.

segue sendo mau jornalismo. Além disso, se considerarmos que o repórter já vinha cobrindo o evento há anos, deveria estar bastante familiarizado com o assunto e perfeitamente apto para apresentar respostas mais consistentes.

A matéria de 21 de agosto enalteceu o vínculo afetivo de frequentadores assíduos que atuavam como voluntários no evento: “Por amor a rodeio, médicos e gestora trabalham de graça na Festa do Peão”<sup>411</sup>. Além de promover o rodeio (e neste caso, sem qualquer crítica), o texto ainda o eleva ao *status* de algo “nobre”, pelo qual as pessoas chegam até a trabalhar de graça. E não são “quaisquer” pessoas, mas sim médicos, empresários, “profissionais qualificados” que abrem mão de suas férias por “amor ao rodeio”. O texto informa ainda que “o evento gera 3.500 empregos diretos e 10 mil indiretos”. Logo, além de “apaixonante”, é também “imprescindível” para a economia de Barretos.

O único momento em que há alguma referência aos animais é no depoimento de um dos voluntários. O enfermeiro Sebastião Ricardo Ferreira Carrion, funcionário do Hospital do Câncer de Barretos, afirmou: “Adoro e faço defesa total dos rodeios. Muitos criticam sem saber. O custo de um animal é muito alto, tem cavalos de R\$ 300 mil, R\$ 500 mil. Acha que um dono maltrataria um animal desse valor?” Mais uma vez, repete-se a tese de que quem critica “não sabe” – portanto, não está apto a criticar –; e a vida dos animais é traduzida por seu valor monetário – tão somente por seu custo alto, não são maltratados.

Os comentários dos leitores, como de costume, desaprovam o viés da matéria e a ausência da perspectiva dos direitos animais. Mari Emilia Garcia Tozato disse: “Como não há maus-tratos?? Quantos animais morreram depois de terminada uma prova de laço?? Jamais passaria em consulta com médicos desses, pois amor, e compaixão, passou longe dessa gente!” Sílvio Luís Guimarães de Mello escreveu com ironia: “Que lindo. Trabalham de graça pra ajudar rodeio que maltrata animais e que é um crime.” Apesar de serem frequentes essas manifestações críticas, a cobertura do evento segue privilegiando as vozes pró-rodeio.

Em 2017, a discussão sobre a legalidade dos rodeios foi suscitada por um episódio envolvendo o então prefeito de São Paulo, João Doria. Como de praxe, ele visitou Barretos e discursou para o público, ao lado do famoso locutor Cuiabano Lima. Lá anunciou: “Vou lançar aqui um desafio aos Independentes: fazemos uma festa igual em São Paulo muito em breve.”<sup>412</sup>

---

<sup>411</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/08/1911558-por-amor-a-rodeio-medicos-e-gestora-trabalham-de-graca-na-festa-do-peao.shtml> Acesso em 26 dez. 2020.

<sup>412</sup> Conforme relata a reportagem “Doria usa chapéu, come refeição de peões e discursa em rodeio lotado em Barretos”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/08/1911415-doria-usa-chapeu-come-refeicao-de-peoes-e-discursa-em-rodeio-lotado-em-barretos.shtml> Acesso em 07 dez. 2020.

Dois dias depois, entretanto, ele divulgou um vídeo e um texto em suas redes sociais, em uma postagem com o título “Esclarecimento Barretos”<sup>413</sup>, afirmando:

Por desconhecimento, falei em ter uma festa parecida com essa em SP, porém há uma legislação vigente na cidade que não permite e, como respeitador das leis que sempre fui em toda minha vida, não haverá festa dessa natureza por aqui. Quero ressaltar que não me referi especificamente às demonstrações envolvendo animais e deixo registrado que na minha opinião todo ser vivo deve ser respeitado e bem tratado.

A *Folha* relatou essa reviravolta na matéria “Doria desiste de fazer em São Paulo festa do peão como a de Barretos”<sup>414</sup>, publicada em 22 de agosto, último dia da Festa do Peão:

[...] "Durante o evento, fiz uma manifestação imaginando que poderíamos ter algo semelhante sendo feito aqui na cidade de São Paulo. Vim a conhecer depois que há uma legislação que impede a realização de eventos desse tipo. E uma restrição bastante grande."

Após a visita a Barretos, o tucano foi criticado em redes sociais por apoiar uma prática acusada por entidades de proteção de gerar maus-tratos aos animais envolvidos. ONGs afirmam que os animais sofrem tortura física e psicológica antes de entrar nas arenas e que a prática deve ser abolida. A principal crítica é em relação ao uso do sedém (corda de lã presa nos animais antes das montarias).

No vídeo que postou, Doria afirmou respeitar os animais. "Respeito os animais, respeito também aqueles que defendem e protegem os animais. E respeito, principalmente, a legislação. Se há uma lei que impede, essa lei foi votada, discutida aqui na Câmara de São Paulo, vamos mantê-la como está."

Neste caso, a pressão das ONGs foi importante não apenas para que o prefeito desistisse de promover um rodeio na capital, mas sobretudo para que ele sentisse a necessidade de prestar contas, de esclarecer à população sobre suas declarações em Barretos. Isto é, aqueles que se preocupam com os animais não são mais uma minoria insignificante que pode simplesmente ser ignorada. Provavelmente por isso também Doria fez questão de expressar que “respeita os animais” e que “todo ser vivo deve ser respeitado e bem tratado”. A seguir, o jornal abre espaço para o “outro lado”:

Procurada pela Folha, a associação Os Independentes, organizadora da Festa do Peão, informou por meio de sua assessoria que o evento "segue todas as exigências em relação ao correto manejo e bons tratos aos animais".

"Todos os animais envolvidos em rodeio e provas cronometradas são acompanhados por especialistas garantindo condições adequadas e examinados por veterinários que atestam saúde e bem-estar antes, durante e após as competições. O rodeio é um esporte reconhecido por lei federal, que normatiza a prática", diz trecho de nota da associação.

<sup>413</sup> Disponível em: <https://fb.watch/2D8VAkmWir/> Acesso em 26 dez. 2020.

<sup>414</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/08/1912120-doria-desiste-de-fazer-em-sao-paulo-festa-do-peao-como-a-de-barretos.shtml> Acesso em 07 dez. 2020.

Ainda conforme a festa, Barretos conta com o selo "rodeio legal", conferido pela Confederação Nacional do Rodeio. "O que João Doria viu em Barretos não foi só entretenimento e lazer, esporte e cultura, mas também o imenso impacto na economia local e regional, na geração de emprego e renda que um evento como este promove: são 3.000 empregos diretos e 10 mil indiretos", diz a festa.

Para essa matéria, não era imprescindível ouvir o grupo Os Independentes, uma vez que a Festa do Peão de Barretos não foi acusada de maus-tratos. A pauta estava circunscrita à possibilidade de haver ou não um rodeio em São Paulo. Ainda assim, o repórter não deixou de entrevistar os organizadores do evento e colocar suas declarações sob o subtítulo "Bons tratos". Mais do que negar a existência de maus-tratos, esse trecho ressalta todos os "cuidados" que os animais recebem, o amparo legal da atividade, a classificação do rodeio como "esporte", seu caráter "cultural" e "tradicional", sua contribuição para a economia regional.

No dia 25 de agosto, a matéria "Movimentando R\$ 3 bi, rodeios geram discussão sobre tradição e maus-tratos"<sup>415</sup> abordou o tema mais extensamente. O título já contrasta as discussões sobre maus-tratos à contribuição econômica da atividade. Frente a três bilhões de reais, as reivindicações pelos direitos animais perdem sua importância. O texto começa com as seguintes afirmações: "De um lado, um mercado que fatura mais de R\$ 3 bilhões, realiza cerca de 2.000 provas por ano no país e se apega às tradições culturais do campo. De outro, entidades de proteção animal e ações judiciais que já resultaram no cancelamento de eventos país afora." A primeira frase está equivocada ao dizer que o rodeio "se apega às tradições culturais do campo", uma vez que esses eventos importaram um modelo comercial dos Estados Unidos e há muito tempo perderam o vínculo com as comunidades rurais tradicionais do interior do país. Na segunda frase, as ONGs – e não o sofrimento animal – são apontadas como obstáculo aos tantos benefícios que os rodeios oferecem. O texto segue:

Em tempos cada vez mais polarizados entre defensores e críticos dos rodeios no país, é possível afirmar que existe um rodeio "ideal"? Sim. E não.

Enquanto para organizadores as provas se profissionalizaram e, ao menos nos principais eventos do país, seguem uma série de normas de proteção e bem-estar para touros e cavalos, para ONGs de defesa animal o "ideal" é a não realização de rodeios. A Folha ouviu entidades ligadas aos rodeios, que listaram medidas adotadas nos últimos anos para proteger os animais.

Barretos [...], por exemplo, cancelou há dez anos a prova do laço, devido à falta de um redutor de impacto para proteger os bezerros e também deixou de organizar a competição de bulldog (imobilização de um bezerro pelo pescoço), na qual um animal morreu em 2011.

Nas competições na cidade e nos principais eventos do país o uso de esporas pontiagudas é proibido, os animais ficam pouco tempo no recinto que abriga o rodeio

<sup>415</sup> Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/08/1913044-movimentando-r-3-bi-rodeios-geram-discussao-sobre-tradicao-e-maus-tratos.shtml> Acesso em 07 dez. 2020.

– para sentirem menos o barulho e a iluminação das arenas – e são analisados por veterinários antes e após as montarias.

O evento é um dos feitos sob chancela da ABTR (Associação Brasileira dos Criadores de Touros de Rodeio), que surgiu para defender os donos de boiadas, segundo o tropeiro Paulo Emilio Marques, presidente da entidade.

"A ideia é sempre pensar no animal, no horário para começar e terminar a jornada. Se as provas vão começar às 22h, ele não precisa chegar às 17h, pode chegar 19h30, 20h. E precisam ficar bem instalados." Seus animais são submetidos a rações balanceadas e exames de sangue a cada dois meses.

Em Itu, há dez anos foi assinado um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) entre a organização e o Ministério Público que prevê medidas que prezem o bem-estar dos animais.

O acordo prevê que os bois fiquem no máximo quatro horas no recinto das provas, que não sejam transportados em caminhões superlotados, que os shows só comecem após todos os animais serem retirados e analisados por veterinários e não sejam usados em montarias por dois dias seguidos.

"Não temos queima de fogos mais e os bretes [onde os touros ficam antes das montarias] não são próximos a caixas de som, assim os animais têm proteção acústica melhor. Se todos adotassem medidas assim, seria muito melhor para os animais", disse Ana Paula da Silva Dótolí, veterinária do rodeio de Itu. O TAC prevê ainda que um veterinário indicado pela Promotoria fiscalize o rodeio.

Na PBR (Professional Bull Riders), os touros ainda são filmados no embarque e desembarque, conforme o diretor Adriano Moraes, tricampeão mundial. "A PBR tem padrão e manejo próprios, o mesmo da PBR na Austrália, nos EUA e no Canadá, sempre prezando o cuidado com o animal."

Presidente de Os Independentes, que organiza a Festa do Peão de Barretos desde 1956, Hussein Gemha Júnior disse que o bem-estar sempre foi preocupação do evento, que usará cerca de 240 touros nos 11 dias de provas.

Houve um esforço para ouvir diversas vozes em defesa do rodeio, todas elas reafirmando seu compromisso com o bem-estar dos animais. A discussão sobre as competições em si causarem maus-tratos não aparece. As providências tomadas são colocadas como suficientes e, inclusive, louváveis. A matéria continua com o subtítulo "Não resolvem", expondo o ponto de vista das ONGs:

Todas essas medidas são paliativas, na avaliação de ONGs, que buscam cada vez mais coibir a realização de rodeios usando os mais variados argumentos.

Desde o último ano, ao menos seis eventos com montarias em touros foram proibidos pela Justiça após ações de entidades de proteção animal em São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina.

Na maioria dos casos, a Justiça veta o uso de instrumentos nos animais, o que, na prática, inviabiliza o evento.

O principal argumento é de que o sedém (corda de lã presa nos touros antes das montarias) causa sofrimento, é instrumento de tortura e o animal pula na arena para tentar se soltar.

"Mas não é só o sedém, ele é um dos que causam sofrimento. Os animais sofrem de todas as formas, com choques, estresse e tortura psicológica", disse Vanice Orlandi, presidente da Uipa (União Internacional Protetora dos Animais).

Além desse argumento, entidades têm usado um decreto de 1995 do ex-governador Mário Covas (1930-2001) para tentar coibir os rodeios. O decreto veta rodeios no perímetro urbano das cidades. Mas ele não atinge todos os rodeios. O de Barretos, por exemplo, é feito na zona rural.

A brecha foi encontrada pela ONG Amor de Bicho Não Tem Preço, que conseguiu barrar rodeios na região de Campinas. Para Claudia de Carli, dirigente da entidade, os rodeios usam os argumentos culturais para acobertar maus-tratos.

O argumento dos rodeios é o de que o sedém apenas estimula os animais, que já pulam por índole. "Ele só incomoda. Estamos muito evoluídos em relação a isso. Somos os mais interessados em tratar bem nossos animais", disse Marques.

Apesar de já ter dedicado mais de dois terços da matéria para expor as medidas que vinham sendo tomadas pelos organizadores do rodeio, o repórter fez questão de acrescentar a resposta do presidente da ABTR após as críticas ao uso do sedém. E mais uma vez encerrou o texto com uma declaração pró-rodeio. Este, portanto, é mais um caso em que a perspectiva dos direitos animais está presente, mas acaba por ser, de certa forma, anulada pelos discursos predominantes em defesa do rodeio. Na seção de comentários, o leitor Sílvio Luís Guimarães de Melo manifestou estar decepcionado com a abordagem do jornal: “Um dia algum jornalista da Folha vai aprender que rodeio é crime e maus-tratos aos animais.”

Em 26 de agosto, a matéria “Clube fundador da festa de Barretos mantém tradição e proíbe mulheres”<sup>416</sup> faz uma breve referência às críticas de maus-tratos. Como em outras notícias, o sofrimento animal é colocado como uma preocupação exclusiva e recente das entidades protetoras: outrora, promotores de rodeios não eram importunados com tais queixas.

Eram tempos em que não havia críticas ao uso de animais nas arenas. Hoje, os rodeios recebem acusações de entidades de proteção por maus-tratos a touros e cavalos. Para elas, os touros sofrem tortura devido ao uso do sedém (corda de lã presa na virilha dos animais) e por serem vítimas de choques e de estresse devido ao barulho e à luminosidade das arenas.

A última matéria entre as selecionadas de 2017 foi publicada em 27 de agosto com o título “Bolsonaro visita Festa do Peão e critica Bolsa Família e legislação ambiental”<sup>417</sup>. A questão dos maus-tratos a animais aparece em diversos momentos nas declarações do então deputado federal Jair Bolsonaro:

O deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ) defendeu neste sábado os rodeios como manifestação cultural, criticou a legislação ambiental do país e o total de famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família.

As afirmações foram feitas numa maratona de atividades do postulante à Presidência neste sábado (26), em visita a Barretos (a 423 km de São Paulo). [...]

<sup>416</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/08/1913267-clube-fundador-da-festa-de-barretos-mantem-tradicao-e-proibe-mulheres.shtml> Acesso em 07 dez. 2020.

<sup>417</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/08/1913378-na-festa-do-peao-bolsonaro-critica-bolsa-familia-e-legislacao-ambiental.shtml> Acesso em 07 dez. 2020.

Sobre os rodeios – a cidade tem o mais tradicional evento do gênero no país –, disse que é favorável à modalidade, assim como defende as vaquejadas, regulamentada pelo Senado por meio de uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional).

"É uma cultura, o animal é muito bem cuidado, tem alguns com peso em ouro. Tem alguns locais do Brasil em que, além de veterinário, eles têm pedicure, massagista, têm tudo. Então essa cultura tem de ser preservada, levada para o Brasil todo."

Bolsonaro disse que "não vai colar" o discurso de quem afirma que ele, por defender os rodeios, apoia maus-tratos contra os animais. [...]

Ele claramente menospreza a luta pelos direitos animais, inclusive quando afirma com ironia que os animais já “têm tudo”, inclusive “pedicure, massagista”. Essa “cultura” não apenas deve ser “preservada”, como “levada para o Brasil todo”. Previsivelmente, nenhum representante das ONGs foi ouvido. O leitor Marcos Fernando Dauner comentou: “Será que ele também defende a rinha de galos, a farra do boi e amarrar bombinhas no rabo dos gatos para vê-los correr? Triste país o nosso... Por isso que o sonho de grande parte de nossos jovens é deixar o país...” Como veremos, na cobertura dos próximos anos a defesa dos rodeios foi revigorada com a vitória de Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018.

### **2018: Repórter flagra maus-tratos**

Em 2018, a primeira matéria sobre o tema foi publicada em 21 de maio: “Touros enfrentam chutes e som alto em rodeios pequenos de São Paulo”<sup>418</sup>. O texto é extenso (1170 palavras) e tem uma abordagem inédita para o jornal: o repórter foi verificar *in loco* as condições a que são submetidos os animais nas arenas de três rodeios no interior do estado. Ele descreve o que vê, evidenciando que, de fato, diversos procedimentos realizados nos bastidores desses eventos podem ser caracterizados como maus-tratos.

Pouco antes do início da montaria, o touro insiste em ficar no curral em que está. Minutos se passam e dois homens que tentam levá-lo para a arena começam a chutá-lo, sem sucesso.

Um deles resolve enrolar o rabo do animal e puxá-lo. Também não dá certo. Mais alguns minutos se passam até que os homens consigam puxar e levar o animal ao local para o qual ele não queria ir.

A situação aconteceu em Santa Gertrudes, um dos três rodeios em pequenas cidades paulistas em que a Folha esteve nas últimas semanas.

Os outros dois, em Cafelândia e Iacanga, também foram marcados por fatos que, para entidades de proteção animal, são considerados maus-tratos. Os rodeios negam.

Som muito alto, animais esperando até seis horas para serem usados e currais apertados sem ração ou água são rotina nesses locais.

<sup>418</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/05/touros-enfrentam-chutes-e-som-alto-em-rodeios-pequenos-de-sao-paulo.shtml> Acesso em 08 dez. 2020.

Sem contar o sedém, principal ponto de discórdia entre rodeios e ONGs: para elas, a cinta que passa pela virilha do animal e o faz pular é torturante, enquanto para as festas o instrumento só faz cócegas — e o boi pula para se desvencilhar dela.

Em Cafelândia, funcionários que atuam nos bastidores disseram à reportagem que os animais chegaram para o evento às 17h30 e, a partir disso, não receberam alimentação ou água. Num dos locais em que estavam confinados, havia cinco animais em pé, apertados, sem espaço para locomoção. O rodeio foi aberto às 21h35, e as montarias terminaram perto da 0h.

Um decibelímetro usado pela Folha indicou som acima de 100 decibéis no evento, equivalente ao barulho de uma motocicleta. Em Iacanga e Santa Gertrudes, o som chegou a 115 decibéis, como num estádio de futebol. Estudos mostram que o ouvido humano pode sofrer lesões auditivas importantes quando expostos a sons nesses patamares.

“É muito alto para um animal. Bois e cavalos, cavalos principalmente, têm o ouvido muito mais sensível que o nosso. É torturante para eles esse barulho, além da confusão com pessoas gritando e fogos”, diz a advogada Renata de Freitas Martins, que já ingressou com cerca de dez ações contra rodeios.

Animais chegaram a ser levados para as montarias em Cafelândia com o uso de condutor elétrico, que causa choques, o que também é visto como tortura na avaliação da ativista Claudia Carli, fundadora e diretora da ONG Amor de Bicho Não Tem Preço, que atua contra rodeios na região de Campinas. “Eles sofrem estresse, pavor. Isso é cultura pré-histórica.”

Em Iacanga, as montarias começaram às 22h, com animais próximos às caixas de som. Não houve condutor elétrico, substituído por vara de bambu, mas ao menos dois touros receberam tapas no cupim antes das montarias.

“Quanto menor [o evento], mais comum é esse trato com o gado. Isso ocorre nos grandes também, mas de forma menos explícita. Se acham tudo normal, basta lembrarmos do sedém”, critica Carlos Rosolen, diretor do PEA (Projeto Esperança Animal).

Os rodeios alegam que a cinta de lã gera cócegas, não dor, argumento questionado pela advogada Renata Martins. “Se gera comportamento anormal, está maltratando. Ele pula porque quer tirar aquilo.”

Para embasar ações, ela afirma que houve coleta de sangue de animais de rodeios que mostraram níveis de hormônios indicando estresse, além de pupila dilatada.

“Tiraram os animais dos circos e eles seguiram existindo. Se colocar um peão fazendo corrida de saco na arena o público vai ser o mesmo, pois as pessoas vão para ver shows, não montarias”, diz Rosolen.

Já em Santa Gertrudes, animais também foram encontrados apertados nos currais, sem comida ou água.

Os três eventos divulgaram em redes sociais preços de ingressos e grade de shows. Em nenhum foi publicado o nome do peão campeão.

Os rodeios têm enfrentado severas críticas nos últimos anos, o que resultou em redução no número de eventos e na duração de alguns deles. Há os que têm tentado amenizar os pontos criticados, como Itu, que na década passada assinou acordo com a Promotoria estabelecendo que os bois fiquem no máximo quatro horas no local, não sejam transportados em caminhões superlotados e que os shows só comecem após todos deixarem o recinto e serem analisados por veterinários.

Além disso, eles não são usados em montarias dois dias seguidos, não ficam perto do som, e a festa não tem fogos. Não há maus-tratos e som alto não faz mal, dizem organizadores.

Apesar de afirmar que as cenas que presenciou são consideradas maus-tratos “para entidades de proteção animal” – novamente, quem acusa são as ONGs, não ele, mesmo após ter constatado por si como agem os cuidadores dos animais –, o repórter Marcelo Toledo faz, pela primeira vez, um esforço de apuração, não se limitando a entrevistar duas fontes com pontos de vista opostos sobre o tema. No subtítulo “Outro lado”, são ouvidos os promotores

dos rodeios citados, que voltam a afirmar reiteradamente que “não há maus-tratos”. O que o repórter viu teria sido uma “excepcionalidade”.

Organizadores dos eventos nos quais a Folha esteve afirmam que não há maus-tratos, que têm vencido na Justiça contra ONGs e que há inverdades atribuídas aos rodeios. Renan Rochite, dono da Companhia RR e organizador da festa de Santa Gertrudes, diz que a situação flagrada pela reportagem — boi sendo chutado e tendo o rabo torcido — pode ter sido protagonizada por um mau profissional, e que isso não é rotina. “Não vi, algum mau profissional pode ter feito isso, mas se vejo mando parar na hora. Se teve, foi um boi só. Não é recomendado, de forma alguma.”

Ele diz defender os animais, rechaça que o som alto prejudique os touros e afirma que os fogos são piromusicais, sem o barulho de bombas. “Eles ficam atrás das caixas de som, e o som vai para a frente. Só ouvem som alto na montaria, mas são animais acostumados. O boi não tem audição tão apurada quanto um cachorro ou cavalo, que se assustariam.”

Sobre a falta de água e ração, ele frisa que bois à noite praticamente não ingerem líquido e que é “lenda” que o sedém aperte testículos. “Posso jogar bola dia e noite que não serei igual ao Neymar. É dom. Animal que não serve para pular não vai servir nunca, é índole.”

Já o organizador da festa de Iacanga, André Brumati, diz que nunca foi questionado sobre som alto e que os eventos seguem normas de bem-estar animal. Segundo ele, as varas de bambu usadas não são para bater nos animais, mas para conduzi-los. “Antigamente tinha choque, foi uma evolução, as ONGs vieram para evoluir o rodeio em questão de maus-tratos. Não sou contra.”

Brumati admite que há rodeios com dificuldades para se manter e que os eventos dependem dos shows. “Se fizer e não tiver show bom, o pessoal não vai. Antes, [a montaria] era a atração, agora é [apenas] uma delas.”

A Folha não conseguiu contato com a direção da festa da cidade de Cafelândia.

A alegação de que o touro pula por “índole” nunca foi confirmada por nenhum veterinário ou outros especialistas na área. Ainda assim, a *Folha* segue reproduzindo essa “explicação” sobre o uso do sedém. Na galeria de fotos que acompanha a matéria, há várias imagens que mostram nitidamente o sedém apertando a virilha dos touros, sendo quase impossível negar que o instrumento causa incômodo. Certamente não são “cócegas” que o animal sente, mas sim desconforto e dor. O simples fato de o boi mostrar-se contrariado em seguir em direção à arena — mesmo que não fosse forçado com violência a avançar — já demonstra o quanto a situação a que é submetido rotineiramente não lhe agrada.

A matéria suscitou muitos comentários dos leitores, que seguem reiterando as críticas aos rodeios. Pierre Duarte elogiou a abordagem do jornal: “Excelente matéria. Faço minhas as palavras de Chico César: ‘Odeio Rodeio’. Prática medieval. Não condizente com mundo civilizado. Já devia ter acabado.” Ao que Sebastiao Reis corroborou: “Essa imbecilidade deveria ser extinta, pois vai contra toda e qualquer forma de racionalidade.” Seguem outros comentários:

“Não há valor humano que resista à lógica do lucro.” (Eduardo de Oliveira Cavalcanti)

“Como pode ainda hoje as pessoas perderem tempo de ir ver uma porcaria dessa. Quem acha que não há maus-tratos que troque com o animal. Animais chutados, humilhados. Quando que a humanidade vai aprender a respeitar todos os seres do planeta?” (Mari Emilia Garcia Tozato)

“E os chapeludos imbecis seguem insistindo que os animais não são maltratados. São bem mais palhaços que os próprios palhaços de rodeio.” (Marcelo Costa)

“Seria lazer para o século 21? Mais parecem espetáculos deprimentes para público embrutecido como já ocorreu em eras passadas. Pelo visto o aprimoramento da humanidade ficou estagnado, o que se evidencia na pobreza das artes e do lazer.” (Benedicto Dutra)

“Além de prejudicar os animais, esses eventos são fontes de corrupção nas prefeituras do Brasil. Acabem com esta praga o mais rápido possível no país.” (Mauro Pontes)

Essas reações enfáticas certamente são reflexo de toda a discussão sobre direitos animais que já vinha em curso na sociedade, e também da atuação das ONGs, que denunciam incansavelmente todas as atividades de “entretenimento” que utilizam animais. Foram sobretudo os ativistas que tornaram público o que se passa nos bastidores desses eventos. E somente por estarem cientes, os leitores puderam se manifestar. Constatamos, assim, a importância de difundir informações honestas, claras e transparentes sobre as condições a que são submetidos esses seres. Entre todas as matérias selecionadas para o *corpus*, essa foi a primeira em que o jornalista de fato apurou, ao invés de apenas reproduzir declarações vazias.

Na próxima matéria, entretanto, o mesmo profissional – Marcelo Toledo – voltou-se à perspectiva oposta. Com o título “Touros milionários fazem até acupuntura antes de rodeio em Barretos (SP)”<sup>419</sup>, o texto publicado em 12 de agosto ressalta o tratamento primoroso que recebem alguns animais:

Calmamente, o paciente recebe agulhas no corpo e, em seguida, passa por uma sessão que inclui a queima de ervas para complementar a acupuntura. Todas as semanas esse paciente, o touro Kiron, é submetido ao tratamento numa fazenda por seu veterinário, com o objetivo de se recuperar e estar apto a voltar às arenas de rodeio do país.

A técnica, que passou a ser implantada na companhia de rodeios do tropeiro Paulo Emilio Marques (que foi dono do lendário touro Bandido), é uma das medidas que estão sendo usadas por donos de boiadas para preparar ou recuperar melhor seus animais para eventos como a Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos, que começa na próxima quinta-feira (16).

As ações incluem veterinários disponíveis 24 h por dia, carga diária de exercícios para estimular pulo e potência, alimentação balanceada, exames de sangue e de enzimas a cada dois meses e aperfeiçoamento genético. Há touros, como o Bipolar, que chegam a pesar 1.100 kg e há dois anos não são batidos por peões.

As técnicas são usadas pelas principais companhias de rodeio como argumento contra as críticas recebidas por festas de peão de cometerem maus-tratos com os animais. A Folha flagrou neste ano problemas desse tipo em três rodeios.

<sup>419</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/08/touros-milionarios-fazem-ate-acupuntura-antes-de-rodeio-em-barretos-sp.shtml> Acesso em 08 dez. 2020.

Esses cuidados, conforme aponta o texto, foram adotados como uma resposta às críticas de maus-tratos – isto é, os tropeiros pretendiam provar que tais críticas eram infundadas. Mas essa não foi a única motivação: a acupuntura também se mostrou mais eficaz e econômica do que os remédios alopáticos. O bem-estar dos animais, portanto, foi um benefício secundário, decorrente do que inicialmente incentivou essas mudanças:

Na fazenda de Paulo Emilio em Icém (SP), o uso da acupuntura tem feito os animais responderem mais rapidamente em comparação a tratamentos convencionais, com anti-inflamatórios e antibióticos, segundo o veterinário Bruno Fornitano Cholfe, 36. “As vantagens são reduzir gastos, evitar que o animal seja submetido a remédios e acelerar a recuperação. A moxa [erva] uma vez por semana ajuda o processo”, disse Cholfe, que é professor da Unirp (centro universitário) e integra uma equipe com outros três docentes e dez residentes que prestam atendimento aos animais da fazenda. No mestrado e doutorado, estudou mais de 200 exames de raio-x de animais e disse que a maioria das lesões ocorre em brigas, não em rodeios. “Touro de rodeio tem menos lesões do que vacas leiteiras.”

Como esperado, o veterinário contratado pela fazenda minimiza as lesões que os animais sofrem durante as montarias. O fato de vacas leiteiras apresentarem ainda mais ferimentos não significa que os traumas físicos e psicológicos a que os touros são submetidos nos rodeios sejam aceitáveis. A seguir, o repórter destaca os valores investidos na “manutenção” desses animais e segue descrevendo os cuidados “especiais” que eles recebem:

O custo mensal com manutenção dos animais chega a R\$ 450, segundo Paulo Mulato, que gerencia a fazenda, atua com touros há 30 anos e avalia que alguns animais do plantel têm valores de mercado de até R\$ 400 mil. Bipolar é caso à parte: tropeiros avaliam seu preço em R\$ 2 milhões.

Os touros são submetidos também ao redondel eletrônico, espécie de esteira em que são colocados na pista de areia e os tratadores programam tempo e velocidade para cada animal.

Dono de uma fábrica de ração, o tropeiro Marcondes Maia Santos, de Uchôa (SP), desenvolveu alimentações específicas para touros juvenis e adultos e investe em genética animal desde 2014.

Na fazenda, além da alimentação balanceada para 60 animais, tem uma arena própria, laboratório para análise de pequenas contusões, farmácia, zootecnista e veterinário 24h.

Ele recebeu proposta para vender por R\$ 1 milhão o touro Fascinante, mas recusou. “Fiz uma venda recente de cerca de R\$ 500 mil, mas ninguém vai conseguir investir esperando um retorno desses.”

Apesar de investir em genética, disse que o país ainda engatinha nesse segmento. “Não tem como a gente fazer o animal pular se não tiver índole. É igual cantor sertanejo, que só canta porque tem o dom.”

Os animais dos dois tropeiros serão alguns dos usados entre os dias 16 e 26 na Festa do Peão de Barretos, a principal do país, em sua 63ª edição. [...]

Cholfe, Mulato e Santos adotam argumentos semelhantes em relação ao tratamento a animais em rodeios profissionais. “Gosto mais de boi do que de gente, conheço cada um pelo nome. Se houvesse maus-tratos, seria o primeiro a ir embora”, afirma Mulato.

O investimento em genética para “fabricar” bois com uma “índole” que o faça pular mais reafirma seu *status* de *commodity*, de instrumento, de meio para um fim. O que é colocado como um privilégio para os animais é apenas mais um passo na direção de aprimorá-lo para uso humano. Todo o zelo com sua saúde – a qual requer tantos recursos e profissionais disponíveis – existe meramente para atender a interesses comerciais, para que estejam devidamente preparados a cumprir a função a que foram destinados. A seguir, o texto menciona as situações de maus-tratos expostas na matéria publicada alguns meses antes:

Em três pequenos rodeios disputados em cidades do interior paulista, a Folha encontrou neste ano animais sendo conduzidos com chutes ou expostos a som muito alto. Além disso, alguns aguardaram seis horas para serem usados em montarias, em currais apertados sem ração ou água.

Entidades como a ONG Amor de Bicho Não Tem Preço e o PEA (Projeto Esperança Animal) apontam também o uso do sedém — cinta de lã que passa pela virilha do animal — como um meio de tortura contra os animais.

Marcos Abud, diretor de rodeio de Os Independentes, diz que as entidades de proteção animal citam questões não embasadas em estudos.

“Disseminam suposições, como a questão do sedém, que é a mais polêmica. Está comprovado, e todos os estudos que temos indicam isso claramente, incluindo pesquisas vinculadas a grandes entidades como a Unesp, que o sedém não aperta os testículos do animal”, afirma.

Segundo ele, o pulo do animal se dá por genética, os animais em Barretos não são conduzidos por choque elétrico e não há exposição à luminosidade como dizem entidades.

“Os animais ficam em espaços apropriados e quando estão na arena a luminosidade e o som não são suficientes pra causar problemas à saúde ou incômodo”, afirma.

Após citar muito brevemente o ponto de vista de entidades protetoras dos animais, o repórter dedica quatro parágrafos apenas para reproduzir as declarações do diretor da Festa de Barretos. Como de praxe, ele afirma que as ONGs “disseminam suposições” que não estão “embasadas em estudos”. É interessante notar que se nos anos anteriores repetia-se o argumento de que os choques não causavam danos, por serem de baixa potência, agora já afirmam que os touros “não são conduzidos por choque elétrico” – o que mostra que estava equivocada a alegação de que o bastão de choque era inofensivo, caso contrário, não teria sido dispensado. No subtítulo “Mortes”, a matéria aborda a frequência de morte de peões nas arenas, explicitando que o esporte é violento e arriscado não apenas para animais, como também para humanos:

Competidores das festas de peão têm apostado no desenvolvimento físico para suportar os oito segundos necessários para terem a montaria validada nos rodeios.

A preocupação com o físico dos atletas se acentuou no último ano, após o registro de quatro mortes de peões em montarias nos últimos 12 meses, três delas em competições e uma em treinamento. [...]

A matéria encerra com novas declarações do diretor de Os Independentes, dessa vez enaltecendo o caráter “místico” do evento:

A festa de Barretos distribuirá cerca de R\$ 1 milhão nas provas disputadas no estádio de rodeios. A premiação impulsiona o interesse pela competição, e vencer na cidade ícone do setor é o sonho de todo competidor brasileiro, segundo Marcos Abud, diretor de rodeio de Os Independentes.

“Arrisco dizer que do exterior também. Foi o evento pioneiro no país e desde sua fundação vem sendo pioneiro em estudos e inovação. O local também é inigualável. Nenhum evento no país tem a estrutura de Barretos. Isso colabora para essa mística toda.”

Apesar de, na matéria anterior, o repórter ter apurado *in loco* as condições a que são submetidos os animais em rodeios menores, ele não fez o mesmo na Festa de Barretos. Tal mudança de comportamento – partindo do mesmo jornalista – pode indicar que o jornal de fato tem vínculos comerciais com os promotores do evento. As mesmas indústrias que patrocinam o rodeio provavelmente também são anunciantes na *Folha* – dos quais esta não pode prescindir. Essa dependência financeira talvez explique o tratamento diferenciado que o evento recebe do veículo – entretanto, não o justifica.

Ativistas não foram ouvidos, reforçando a ideia de que tudo funciona perfeitamente na arena do maior rodeio do país. Na seção de comentários, os leitores mais uma vez expressaram indignação. José Antônio do Carmo escreveu: “Irei a ‘festa’ de Barretos no dia em que um boi estiver ‘montado’ em um cowboy tupiniquim caçando barretense.” A leitora Wirajane Souza disse: “Meu Deus, perdoe aqueles que o Sr. fez à sua imagem e semelhança, pois não sabem o que fazem: divertem-se com o sofrimento dos animais em eventos de rodeios. Pobres animais, quando não se transformam em churrasco se tornam brinquedinhos dos humanos.”

Em 14 de agosto, a matéria “Temido nos rodeios, touro morto aos 17 anos ganhará memorial em SP”<sup>420</sup> relata brevemente a história de sucesso e as muitas “vitórias” do touro Agressivo, que “ficou 34 montarias invicto, por 13 vezes foi premiado como melhor touro em disputas do circuito da PBR (Professional Bull Riders) e foi eleito o melhor da Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos em 2010”. Não há qualquer informação sobre o “memorial” citado no título, para além de que “será erguido na fazenda Santa Marta, do tropeiro Paulo Emilio Marques, dono do animal e de uma premiada companhia de rodeios”. Ao final do texto, o repórter faz menção às frequentes críticas de maus-tratos que os rodeios vinham sofrendo, mas a perspectiva dos direitos animais aparece como algo minoritário e quase desimportante:

<sup>420</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/08/temido-nos-rodeios-touro-morto-aos-17-anos-ganhara-memorial-em-sp.shtml> Acesso em 07 dez. 2020.

Sem Agressivo, o touro Bipolar, que pesa 1.100 quilos, se tornou a principal atração do mundo dos rodeios – que cada vez mais têm sido questionados por entidades de proteção animal, que alegam que os animais sofrem maus-tratos nos rodeios. A Folha flagrou neste ano problemas desse tipo em três rodeios pequenos no interior de São Paulo. Neles, animais foram conduzidos com chutes e expostos a som alto, espera de até seis horas para serem usados nas montarias e aguardavam em currais apertados sem ração ou água. Os rodeios negaram os maus-tratos. [...]

Já a matéria seguinte, de 22 de agosto, faz menção ao tema no título: “Sob pressão de protetores de animais, Barretos terá premiação milionária”<sup>421</sup>. Após apresentar a programação do evento, o texto discorre sobre as “polêmicas” envolvendo as duas provas suspensas:

Duas provas polêmicas na última década no mundo dos rodeios seguem banidas da Festa do Peão de Barretos. A prova de bulldog, em que o peão deve imobilizar o pescoço do bezerro no menor tempo possível, deixou de ser realizada a partir de 2012 na cidade, após a morte de um animal no ano anterior.

O bezerro chegou a ser socorrido com diagnóstico de perda parcial da motricidade mas, com a evolução do quadro para tetraplegia, precisou ser sacrificado. A organização considerou a morte uma fatalidade.

Já a prova do laço — em que, como o nome diz, consiste em o peão laçar o pescoço do bezerro também no menor tempo — já tinha sido proibida pela Justiça local em 2006, após ação do Ministério Público estadual. Desde então, Barretos se comprometeu a fazer estudos sobre como realizar a prova sem implicar em danos aos animais. A invenção de um redutor de impacto para o pescoço do animal não vingou até aqui.

As entidades de proteção animal, porém, consideram que todas as provas são torturantes, principalmente as montarias em touros por utilizarem o sedém – cinta que passa pela virilha do animal e o faz pular. “Eles se apavoram com isso. Não é o estado natural dos animais”, disse a ativista Claudia Carli, fundadora e diretora da ONG Amor de Bicho Não Tem Preço, que atua na região de Campinas.

Já Abud disse que “está comprovado” que o sedém não aperta os testículos do animal. “O pulo se dá por genética, ou seja, o animal de rodeio nasce com tendência para tal comportamento.”

Segundo ele, atualmente, os donos trabalham com genética avançada para conseguir animais ideais para competirem em rodeios. “Um esporte reconhecido por lei federal, regulamentado e exaustivamente fiscalizado por todos os envolvidos”, disse.

Ainda conforme Abud, a festa colabora com estudos sobre práticas de bem-estar animal e só trabalha com criadores alinhados com esse posicionamento. Abud disse que somente quando estudos encomendados forem finalizados será discutida a reinserção das provas de bulldog e laço em Barretos. [...]

Novamente, o repórter não recorre a especialistas independentes. Apenas contrapõe as queixas da ativista ao “parecer” do dono da festa, que segue garantindo que os animais pulam por “índole”, por “genética”. A existência de uma lei federal aprovando a atividade não significa que ela seja inofensiva para os seres envolvidos – o agronegócio talvez seja o melhor exemplo disso. O fato de o grupo Os Independentes contribuir financeiramente para o

<sup>421</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/08/sob-pressao-de-protetores-de-animais-barretos-tera-premiacao-milionaria.shtml> Acesso em 07 dez. 2020.

desenvolvimento de estudos de bem-estar animal tampouco é garantia de que não exista maus-tratos. Nada disso, entretanto, aparece no texto.

Na coluna de Mônica Bergamo de 26 de agosto, uma matéria assinada por Bruna Narcizo ouviu um dos maiores ícones do mundo dos rodeios, que admitiu que o sofrimento animal é um fato nas arenas do país. “‘Peço perdão se incentivei a maltratar os animais’, diz Asa Branca”<sup>422</sup>, destaca o título. O texto – segundo mais extenso de toda a amostra (1458 palavras) – aborda diversos aspectos da vida do locutor de rodeios: a carreira de sucesso, acidentes dentro e fora das arenas, as várias doenças que o acometeram nos últimos anos – sendo as mais graves o câncer e a Aids. Em meio a tudo isso, entretanto, o que mais chama a atenção é constatar que aquele que havia sido um dos maiores defensores do rodeio passou a expressar arrependimento e compaixão pelos animais:

“Se fosse para ser um animal, não queria ser o de rodeio”, diz Asa Branca, o maior locutor de montarias em touros do Brasil. “Todo dia, antes de dormir, eu peço perdão para Deus se eu incentivei a maltratar os animais.”

“Hoje, não sou a favor, nem contra [os rodeios]. Mas não vou mais brigar, nem usar o meu nome para defender. Porque quem tem que dizer são os médicos veterinários. E a maioria é contra”, diz ele, que hoje tem 56 anos. [...]

É significativo ouvir de alguém que conheceu tão intimamente os bastidores das montarias que a maioria dos veterinários é contra a atividade. Também é emblemático que um dos nomes mais famosos da Festa do Peão de Barretos reconheça que provavelmente incentivou “a maltratar os animais”. A matéria relembra, inclusive, que o locutor não apenas defendia o rodeio, como foi um dos principais responsáveis pela profissionalização dos peões – além de combater os ativistas que levantavam a voz em defesa dos animais no início dos anos 1990.

Asa, como é chamado pelos amigos, foi um dos defensores da profissionalização dos rodeios na década de 1990.

Ele chegou a fazer campanha para Fernando Henrique Cardoso, em 1994. A ideia surgiu depois de ver a cantora Rita Lee no programa da Hebe Camargo com uma camiseta onde estava escrito “Odeio Rodeio”.

“Fui pedir ajuda [para o FHC]. Disse que levaria ele nas festas, para ele conseguir votos. Mas em troca ele teria que assinar a lei que transformaria o rodeio em profissão. Aí ele prometeu: ‘Se eu for eleito, assino’”.

O locutor disse que FHC precisava ir para Barretos, o maior rodeio do Brasil. [...]

Na ocasião, Asa pediu para o carnavalesco Joãozinho 30 fazer uma réplica gigante da taça da Copa do Mundo — a seleção brasileira havia conquistado o tetracampeonato. “Narrei um gol do Romário, coloquei a música do Ayrton Senna e saí de dentro da taça no meio da arena.”

<sup>422</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2018/08/peco-perdao-se-incentivei-a-maltratar-os-animais-diz-o-locutor-de-rodeios-asa-branca.shtml> Acesso em 07 dez. 2020.

O público vibrava, ele diz. “Comecei a falar: ‘Gente, o rodeio emprega tanto quanto a indústria automobilística. Mas tão querendo acabar. Só que eu tenho um homem aqui que eu já considero presidente do Brasil e ele vai assinar a lei que transformará rodeio em profissão: Fernando Henrique Cardoso’.”

“Ele tinha ensaiado um discurso de três minutos, mas só conseguiu dizer: ‘Obrigado meu povo! Prometo ajudar o rodeio’”. [...]

O projeto de lei que reconheceu o peão como esportista profissional foi homologado pelo presidente Fernando Henrique em 2002. [...]

Essa inesperada e drástica mudança de ponto de vista, depois de uma trajetória de décadas dedicada ao rodeio, é reveladora: certamente a atividade não é nada “inofensiva” aos animais, como muitos insistem em afirmar. Obviamente, suas declarações não foram bem-vistas por seus ex-colegas de profissão. Mas foram muito bem recebidas pelos ativistas. Diversas reportagens, publicadas em outros veículos, discorrem sobre isso. Até o fim da vida o ex-locutor e ex-peão esforçou-se por “reparar” os danos que cometeu contra tantos animais. Para ele, as enfermidades das quais sofria e que lhe causavam dores terríveis eram um “castigo de Deus” por seus atos de outrora. Vale notar que a única matéria que a *Folha* publicou sobre essa reviravolta na vida de Asa Branca saiu em uma coluna do jornal e não foi assinada pelo repórter que cobria sistematicamente o rodeio de Barretos.

### **2019: Dia Nacional do Rodeio**

A matéria mais extensa (1485 palavras) de toda a cobertura do rodeio ao longo desses 10 anos foi publicada em 14 de agosto de 2019 com o título “Montaria de touro em Barretos completa 40 anos com polêmicas e prêmio de até R\$ 280 mil”<sup>423</sup>. O texto aborda diversos aspectos da Festa de Barretos, com destaque para a montaria em touros, informando já no primeiro parágrafo que a modalidade vinha sendo criticada pelas ONGs:

No começo elas eram tratadas quase que como atração circense, pagavam mal e atraíam poucos interessados em enfrentar animais considerados enormes. Já hoje são a principal atração entre as provas de rodeio no país, dão prêmios milionários aos seus campeões e são alvo constante de embates entre organizadores e entidades de proteção animal. As montarias em touro completam 40 anos na Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos (a 423 km de São Paulo) [...].

---

<sup>423</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/08/montaria-de-touro-em-barretos-completa-40-anos-com-polemicas-e-premio-de-ate-r-280-mil.shtml> Acesso em 08 dez. 2020.

A seguir, o repórter descreve o tratamento dispensado aos animais, para que se tornem competidores fortes e aptos para um bom desempenho nas arenas. A atuação das ONGs é então apontada como um obstáculo para o pleno exercício da atividade.

Preparados a partir de melhoramento genético, com ração equilibrada, água fresca, sombra, suplementos e veterinários disponíveis em tempo integral, os touros cada vez mais têm melhores desempenhos nas arenas. E estão mais fortes, chegando a pesar mais de uma tonelada.

A genética é usada para se chegar ao touro ideal para o tropeiro: que ganhe peso rapidamente ou não, tenha boa musculatura, sem tendência a acumular muita gordura ou para ter ossos mais finos e leves. Tudo para que ele pule mais e derrube os peões. Há touros cujo valor de mercado supera R\$ 1 milhão. [...]

Mas nem tudo se resume a dinheiro e fama nas arenas, longe disso. Os rodeios são questionados com muita veemência por entidades de proteção animal, que afirmam que os animais sofrem tortura nas festas de peão, antes, durante e após serem usados nas montarias.

A principal queixa de associações como Amor de Bicho Não Tem Preço, Uipa (União Internacional Protetora dos Animais) e PEA (Projeto Esperança Animal) é o uso do sédem (cinta de lã que passa na virilha dos touros), mas não é a única.

Também fazem parte do cardápio de críticas a utilização de condutores elétricos (choque) nos animais e os excessos de luminosidade na arena (refletores e fogos de artifício) e de barulho (caixas de som e fogos).

“Essa prática deveria ser extinta. Que prazer há em ver o animal sofrer para a diversão de alguns?”, questionou a ativista Claudia Carli, da Amor de Bicho.

Há certa ironia na expressão “cardápio de críticas”, o que sugere que as críticas talvez sejam exageradas, inadequadas. Apesar de citar três ONGs, apenas a representante de uma delas foi entrevistada – e como sempre, os defensores do rodeio tiveram muito mais espaço para expor seu ponto de vista:

Não é o que pensa o diretor de rodeios da festa, Marcos Abud, que afirma que estudos sobre o comportamento animal embasam a tese de que os animais não sofrem nas montarias e pulam por instinto.

“Sem os touros, as festas seriam como eram há 40 anos, mais folclóricas e culturais e menos profissionais. O cutiano só existe no Brasil. Como não ter rodeio de touros hoje? A molecada está ganhando tudo lá fora. Essas oportunidades surgem por causa de Barretos”, disse Abud. [...]

Com 60 animais em seu plantel, dos quais 18 estarão em Barretos, o tropeiro Marcondes Maia, 45, criou um sistema que permite até a realização de mini-cirurgias no próprio curral da propriedade, em Uchoa (SP), para cuidar dos animais.

“Se houvesse maus tratos eu seria o primeiro a ser contra, nasci no campo. Um animal de ponta não custa menos de R\$ 100 mil e, por mês, a manutenção chega a R\$ 3.000. Vou arriscar esse patrimônio?”

Apesar de refutar a tese das ONGs, ele defende a existência delas como forma de balizar o mercado de rodeios. “Da mesma forma que não há governo forte sem oposição forte, as ONGs ajudam muito a termos todos os cuidados e a eliminar gente que possa manchar a imagem dos rodeios.” [...]

Observa-se que o diretor de rodeio passou a adotar o argumento de que estudos científicos comprovam “a tese de que os animais não sofrem”, mas nunca citou qualquer um

desses estudos, e o repórter tampouco averiguou se eles de fato existem e são consistentes. A alegação de que o boi não é maltratado porque “custa caro” também segue sendo repetida exaustivamente: “Vou arriscar esse patrimônio?” Como previsível, leitores manifestaram-se contra o rodeio na seção de comentários. Luiz Roberto da Silva afirmou: “Vaquejada, tourada, rodeios, briga de galo, rinhas e outras aberrações primatas. Nada a declarar”; Nilza Bueno escreveu com indignação: “Começa mais um show de barbárie. Pobres animais... Estarão preparados para a tortura e o sofrimento atroz e gratuito que os espera? Por quanto tempo ainda veremos seres humanos barbarizando os animais??”

Nesse mesmo dia, outra matéria anunciou a presença do presidente da República no evento: “Bolsonaro estará na abertura da festa do peão de Barretos”<sup>424</sup>. A “polêmica” dos maus-tratos a animais aparece nos quatro últimos parágrafos, que são idênticos ao trecho que cita as ONGs na notícia anterior – inclusive com a mesma declaração da ativista Claudia Carli. Essa prática corriqueira do jornal de reproduzir exatamente as mesmas frases em matérias subsequentes pode demonstrar, por um lado, certa negligência com o tema; e por outro, a necessidade de mostrar que as ONGs estão sendo ouvidas. A perspectiva dos direitos animais já não podia mais ser completamente ignorada, como se fazia outrora – entretanto, ela é reduzida a repetições vazias.

A próxima matéria é basicamente uma entrevista com o ex-peão Tião Procópio, que aos 60 anos segue como árduo defensor dos rodeios: “‘Se não estivesse no rodeio, o touro já teria virado bife’, diz peão mais famoso de Barretos”<sup>425</sup>. Procópio foi um dos responsáveis por importar, dos Estados Unidos, o modelo de montarias que ninguém conhecia (e muito menos praticava) por aqui, e hoje reina no país, sendo inclusive defendida como “tradicional”.

Em 1979, um jovem passou a viajar pelas principais festas de peão do país divulgando uma invenção dos norte-americanos: em vez da tradicional montaria em cavalos, típica do Brasil, a proposta era que os peões montassem touros.

Precursor da modalidade que hoje é ponto alto da Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos, cuja 64ª edição começa nesta quinta (15), o juiz de rodeio e ex-peão Tião Procópio, 60, foi o primeiro brasileiro a montar e a vencer rodeios nos EUA.

O sujeito que inspirou o personagem Tião Higino (Murilo Benício), na novela “América”, da Globo, afirma que as críticas recebidas pelas montarias só ocorrem porque elas aparecem mais que outras atividades que envolvem animais.

“Não só touro, com cavalo também [há críticas]. Mas há o usado em hipismo, três tambores, para corrida, polo, o da cavalaria e o do rodeio. Cada cavalo faz seu esporte. Por qual motivo o do rodeio é considerado maus-tratos e os outros não? Porque aparece mais”, disse.

<sup>424</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/08/bolsonaro-estara-na-abertura-da-festa-do-peao-de-barretos.shtml> Acesso em 08 dez. 2020.

<sup>425</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/08/se-nao-estivesse-no-rodeio-o-touro-ja-teria-virado-bife-diz-peao-mais-famoso-de-barretos.shtml> Acesso em 08 dez. 2020.

Diferente do que ele afirma, todas as outras atividades “esportivas” e “de entretenimento” que utilizam animais são igualmente criticadas pelas ONGs. Talvez, a impressão de que os rodeios são mais combatidos seja decorrente do fato de que esses eventos são muito mais populares e têm mais visibilidade – aí sim, uma vez que “aparecem mais”, as críticas também “aparecem mais”. A seguir, Procópio recorre aos argumentos repetidos por todos que defendem a atividade: quem critica não tem “informação sobre a prática”; os touros “nasceram pra isso” e pulam “por índole”; animais de rodeio têm uma “vida muito melhor” do que os que são criados para alimentação:

Procópio afirmou ficar “muito triste” com as críticas recebidas pelos rodeios e as credita à falta de informações sobre a prática.

“Minha vida inteira vivi em fazenda, com os animais, amo animais, fazem parte da vida. Quem está no meio sabe que o touro só pula se tiver aptidão, por índole. Se não estivesse no rodeio, o touro já teria virado bife, o cavalo já teria sido exportado. Animais de rodeio nasceram para isso, foram criados para isso. Caso contrário, eles nem existiriam, com dois anos teriam sido mortos nos frigoríficos.” [...]

“[...] É índole, pura índole.”

Procópio quer dizer com essa afirmação que, se o sedém (cinta de lã que passa na virilha dos touros) fosse responsável pelo pulo, bastaria colocá-lo em qualquer boi que ele pularia.

Então, se é índole, precisa do sedém? A argumentação dos defensores dos rodeios é a de que a corda de lã passada na virilha não provoca dor, mas um incômodo, e que o touro pula mais apenas para tentar se desvencilhar dela.

Não é o entendimento das associações de proteção animal, que afirmam que o sedém equivale a torturar os bois e que a exposição excessiva à luz, ao barulho e à movimentação do público, que não fazem parte do dia a dia do campo, os deixa estressados.

“É possível criticar qualquer coisa, a partir do conhecimento que a pessoa tenha. No rodeio profissional jamais acontece isso. Nos maiores, melhores, impossível. Se eu ver alguém esbarrar num touro, brigo com o cara.”

Se o boi sente a necessidade de se desvencilhar do sedém, certamente o instrumento não deveria estar sendo utilizado. Em um breve parágrafo, o repórter expôs o posicionamento das ONGs, mas logo deu voz novamente ao ex-peão, contestando as críticas das entidades. A matéria se encerra, mais uma vez, com um “atestado de boas práticas” dos promotores dos rodeios – reforçando a ideia de que as queixas de maus-tratos são infundadas:

A Cnar (Confederação Nacional de Rodeio) tem regras para as boas práticas com os animais, que incluem o transporte em caminhões com piso emborrachado, para reduzir o impacto, local de repouso com água e sombra, e a determinação de que os touros cheguem ao local próximo do horário das provas e que saiam imediatamente após o término.

Os leitores, como sempre, protestaram contra o posicionamento do jornal na seção de comentários: “Moralmente, a humanidade ainda está na pré-história, na idade das cavernas...”, escreveu Mozart Faleiros. Eduardo Santos criticou o uso do sedém:

Digo só uma coisa: partindo da premissa de que esse cinto no \*\*\* do animal não machuca, como gostam de afirmar, eu gostaria de ver os ‘peões’ se aguentarem sentados numa cadeira por 8 segundos com um cinto igual instalado e bem apertado neles.... Só 8 segundos.... (Sendo q os animais ficam mais tempo que isso).

Em 15 de agosto, a matéria “Público de touradas na Espanha cai pela metade em menos de uma década”<sup>426</sup> compara o declínio da popularidade das touradas na Espanha com o sucesso de público que os rodeios ainda mantêm no Brasil. Apesar de o título referir-se exclusivamente às touradas, a matéria foi publicada com o selo “Festa do Peão de Barretos”, indicando que fazia parte da cobertura do evento. O texto começa apresentando a luta dos ativistas contra as touradas, descreve a situação atual da atividade na Espanha e em outros países europeus – onde já foram proibidas; onde seguem ocorrendo –, expõe pesquisas que mostram que a maioria dos espanhóis são hoje contra a prática. Seguem alguns trechos:

“Não é arte, é tortura.” Eis um dos slogans entoados no último fim de semana, na porta de uma arena de touros em Palma de Mallorca (Espanha), por militantes antitouradas. [...]

Em Madri, a prefeitura cortou, em 2015, as subvenções para uma escola de tauromaquia. Os governos locais se mostram sintonizados com uma mudança na opinião pública sobre as corridas de touros. Segundo o Ministério da Cultura espanhol, o número de espectadores nas arenas caiu 50% entre 2007 e 2014.

Uma pesquisa realizada pelo instituto Ipsos Mori em janeiro de 2016 estabeleceu em 58% a oposição da população ao show. Na esteira do interesse minguante, a quantidade de espetáculos também sofreu queda, de 3.651 em 2007 para 1.521 em 2018, de acordo com o governo federal. [...]

A seguir, nos dois terços seguintes – após o subtítulo “No Brasil, Festa de Barretos atrai milhares” – a matéria discorre longamente sobre o rodeio de Barretos: descreve como funcionam as diferentes modalidades de competição e suas respectivas regras de pontuação; informa sobre a programação daquele ano e as premiações; conta um pouco da história do evento e apresenta números que revelam seu impacto na economia da cidade.

Chama a atenção a discrepância na abordagem da primeira e da segunda parte da matéria. Enquanto, no caso das touradas, o texto voltou-se sobretudo às críticas à atividade –

<sup>426</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/08/publico-de-touradas-na-espanha-cai-pela-metade-em-menos-de-uma-decada.shtml> Acesso em 08 dez. 2020.

inclusive começando o primeiro parágrafo com o slogan “Não é arte, é tortura.” –; no caso dos rodeios, o texto claramente promoveu a Festa de Barretos, sem expor quaisquer críticas às montarias. Não foram nem mesmo citadas as duas competições suspensas em anos anteriores por gerarem maus-tratos. Aparentemente, para o repórter, os movimentos em defesa dos animais só existem na Espanha. A atuação das ONGs brasileiras foi completamente ignorada.

A notícia seguinte, de 18 de agosto, relata a visita do presidente, que durante o evento anunciou mais uma vitória para os rodeios: “Bolsonaro flexibiliza lei sobre rodeios e desfila em cavalo em Barretos”<sup>427</sup>. A matéria se resume a reproduzir diversos trechos do discurso de Bolsonaro, ressaltando o impacto positivo que o decreto anunciado terá para esses eventos:

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) assinou na noite deste sábado (17) decreto que flexibiliza a legislação sobre rodeios no Brasil. [...] Com o decreto, fica definido que compete ao Ministério da Agricultura avaliar os protocolos de bem-estar animal elaborados por entidades promotoras desse tipo de evento e, com a mudança, também será possível a realização de provas não disputadas em alguns lugares.

“Ele [Bolsonaro] está mostrando que é possível fazer rodeio com 100% de boas práticas. Vai acabar com essa história de juízes bloquearem rodeios aos 47 [do segundo tempo]”, disse Ricardo Rocha, presidente de Os Independentes [...].

Em Barretos, por exemplo, uma lei municipal impedia a prova do laço e desde meados da década passada a Festa do Peão deixou de realizá-la. A organização suspendeu ainda a prova do bulldog após a morte de um bezerro, em 2011. [...]

Com o decreto, todos os rodeios no país poderão realizar essas provas, desde que seguidas normas definidas pelo ministério. Isso não quer dizer, porém, que Barretos voltará a adotá-las.

Em seu discurso, Bolsonaro disse que respeita todas as instituições, mas deve lealdade ao público. “Esse momento em que tantos criticam as festas de peões ou as vaquejadas quero dizer que, com muito orgulho, estou com vocês. Para nós, não existe o politicamente correto, faremos o que tem de ser feito” [...].

O presidente disse ainda que o meio ambiente “pode e vai casar com o desenvolvimento”. “Enquanto eu for presidente, o desenvolvimento estará acima de tudo. E dizer que, como tenho fé, tenho amor a vocês, eu farei aquilo que tem de ser feito.”

Após seu discurso, Bolsonaro deu duas voltas na arena montado num cavalo, ao lado do presidente da festa, Ricardo Rocha, e do governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM). A associação Os Independentes, que organiza a festa, separou 12 cavalos para que o presidente escolhesse um deles para ser usado.

Além de beneficiar os rodeios com o decreto, o setor ainda viu o deputado federal Capitão Augusto (PSL) anunciar o relançamento da frente parlamentar dos rodeios, vaquejadas e provas equestres de todo o país. A estimativa é que mais de 400 dos 645 municípios paulistas realizem montarias em touros.

Como se observa, absolutamente nenhum defensor dos animais ou especialista da área foi entrevistado e tampouco foram apresentadas objeções às medidas anunciadas. Além de dar voz exclusivamente ao visitante “ilustre”, o texto exaltou sua presença no evento, reproduzindo

<sup>427</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/08/bolsonaro-flexibiliza-lei-sobre-rodeios-e-desfila-em-cavalo-em-barretos.shtml> Acesso em 08 dez. 2020.

os elogios do locutor do rodeio. A perspectiva dos direitos animais – assim como quaisquer críticas relativas a outros temas mencionados – esteve completamente ausente.

A visita do presidente ao palco do principal rodeio do país foi marcada por uma série de homenagens, desde elogios do locutor Cuiabano Lima, ao centro da arena, à exibição de um vídeo especial sobre Bolsonaro nos telões do estádio antes da entrada dele ao palco.

Também houve a execução da música “Eu te amo, meu Brasil”, da dupla Dom & Ravel, dos anos 1970, considerado um hino ufanista do regime militar. [...]

Nas palavras de Cuiabano, foi o “maior momento do rodeio brasileiro em 64 anos de história”. [...]

Essa matéria esteve entre as mais comentadas no site, suscitando 57 manifestações de leitores.<sup>428</sup> Seguem alguns dos comentários:

O rodeio deve ser caracterizado como crime, assim como a vaquejada e a farra do boi. Mas se é crime, o Bozo apoia. (Ernesto Pichler)

Próxima aparição é em rinha de galo, difícil mesmo é aparecer pra trabalhar, o país um caos e esse sujeito se divertindo às nossas custas. (Valdeci Gomes)

Lembrou bem! Só falta o cara publicar um decreto legalizando a rinha de galo! (Marcelo Faria)

Quanto retrocesso!! (Thomas Ludewigs)

Tá no seu ambiente, no seu meio natural e, sem nenhuma dúvida, aplaudido pelos seus iguais. Temor pelo destino dos "irracionais" de agora em diante: rinhas de galos, cachorros, vaquejadas, tiro ao pombo etc. Estranho seria a criatura em uma exposição de artes, auditórios de universidades, institutos de pesquisas... É o caminho das trevas, ou a busca das trilhas do retorno as cavernas. Triste isso! (Alfredo Azevedo)

Enquanto os países civilizados avançam na proteção, este c.. nos leva para trás. (Marisa Oliveira)

Alguém precisa explicar ao Bolsonaro que animais não são de esquerda nem de direita e sim, às vezes, vítimas inocentes da crueldade humana. Se existir suspeita de que alguma prova causa sofrimento aos animais, o melhor, por precaução, é proibi-la. (Paulo César De Oliveira)

Toda semana um retrocesso. Nessa velocidade logo chegaremos à Idade Média. (Barbara Maidel)

Em 25 de agosto, a matéria “Barretos encerra festa de 2019 com ganhos políticos para rodeios”<sup>429</sup> faz um balanço geral do evento, ressaltando as conquistas daquele ano: “[...] os

<sup>428</sup> Todos os comentários citados ao longo da análise são referentes àqueles publicados no próprio site da *Folha*, ao final de cada matéria. Não foram considerados quaisquer comentários publicados nas redes sociais.

<sup>429</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/08/barretos-encerra-festa-de-2019-com-ganhos-politicos-para-rodeios.shtml> Acesso em 08 dez. 2020.

rodeios receberam um aceno positivo do governador de São Paulo, João Doria (PSDB), e do presidente da República, Jair Bolsonaro (PSL), que visitaram a cidade do interior paulista e anunciaram medidas favoráveis à prática da modalidade.” O texto segue descrevendo as vitórias para o mundo dos rodeios e reproduzindo discursos em defesa das competições com animais:

Também foi anunciado o relançamento da frente parlamentar dos rodeios, vaquejadas e provas equestres em todo o país.

Doria esteve em Barretos no dia 16 e [...] anunciou o reconhecimento de um regulamento de boas práticas e bem-estar animal criado pela CNAR (Confederação Nacional de Rodeios).

De acordo com o governo, com a publicação da resolução SAA 29, os organizadores de rodeios terão base legal para a prática dos esportes com bovinos e equinos, cumprindo as regras de bem-estar.

“Somos totalmente a favor [dos rodeios], com o respeito, com o cuidado que vocês tomam com os animais, aqui ninguém judia de animal. Os animais são bem cuidados aqui, os peões sabem disso e os que cuidam também. Nossa posição é absolutamente favorável, respeito quem é contra, não precisamos estabelecer aqui antagonismos, mas a Festa do Peão de Boiadeiro é evento oficial do governo do estado de São Paulo. É e continuará sendo”, disse Doria [...].

Entre as normas a serem seguidas estão o veto a uso de condutor elétrico (choque) em animais e a obrigatoriedade de deixar touros e cavalos em locais adequados antes de serem utilizados nas montarias. [...]

No dia seguinte, foi a vez de Bolsonaro anunciar no estádio de rodeios de Barretos um decreto que flexibiliza a legislação sobre rodeios em todo o país. [...]

Com o decreto presidencial, fica a cargo do Ministério da Agricultura avaliar os protocolos de bem-estar animal elaborados pelas próprias entidades promotoras de rodeios. Ele também permitirá a realização de provas que não acontecem em todos os lugares, como a do laço e o bulldog.

[Ricardo] Rocha[, presidente de Os Independentes,] afirmou que Bolsonaro mostrou ser possível fazer festas de peão com 100% de boas práticas animais. “Vai acabar com essa história de juízes bloquearem rodeios aos 47 [do segundo tempo]”, disse. [...]

Uma outra medida a favor dos rodeios foi anunciada pelo deputado federal Capitão Augusto (PSL). Ele pretende recriar a frente parlamentar dos rodeios, vaquejadas e provas equestres no país. [...]

Para as ONGs de proteção animal, os eventos não deveriam existir por deixarem animais expostos a som muito alto, pela longa espera para as montarias e pelos currais considerados inadequados. Eles condenam ainda o uso do sedém — cinta de lã que passa pela virilha do animal. [...]

A perspectiva dos direitos animais é mencionada muito brevemente, ao final do texto, e nenhum ativista foi entrevistado. Na seção de comentários, como usual, manifestaram-se vozes contra a exploração de animais para entretenimento: “Tem que acabar com rodeio, vaquejada e farra do boi. São expressões da bozzzzzalidade”, apontou o leitor Ernesto Pichler; “Rodeio e a caça são ‘esportes’ de gente atrasada e ignorante...”, afirmou Fábio Nogueira.

A última matéria de 2019, publicada em 5 de dezembro, divulgou mais uma medida recém-estabelecida para beneficiar os promotores de rodeios: “Dia Nacional do Rodeio,

instituído por Bolsonaro, será comemorado no dia do padroeiro dos animais”<sup>430</sup>. É emblemático que a última notícia do *corpus* selecionado da *Folha* anuncie a criação de uma data<sup>431</sup> para celebrar o rodeio. Logo no primeiro parágrafo, o repórter recorre (novamente) à palavra “supostos” para referir-se às críticas de maus-tratos.

O presidente Jair Bolsonaro publicou no Diário Oficial da União desta quinta-feira (5) sanção à lei que institui a partir do ano que vem o Dia Nacional do Rodeio no país. Modalidade alvo de críticas de entidades de proteção animal, que apontam supostos maus-tratos em touros e cavalos, a data será celebrada justamente no Dia de São Francisco de Assis, padroeiro dos animais, em 4 de outubro.

Não passou despercebida, como apontou o texto, a afronta em escolherem, entre os 365 dias do ano, o dia do padroeiro dos animais para homenagearem o rodeio. A seguir, a matéria ressalta os benefícios que Bolsonaro tem concedido a esses eventos:

Bolsonaro tem laços estreitos com o mundo dos rodeios. Nos últimos três anos participou da Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos (a 423 km de São Paulo), a mais tradicional do gênero no país, e neste ano, assinou na cidade decreto que flexibiliza a legislação sobre o setor no Brasil e andou a cavalo na arena de rodeios.

O decreto, cujo anúncio foi feito no estádio de rodeios do Parque do Peão de Barretos em um dos dias de maior público, estabelece que compete ao Ministério da Agricultura avaliar protocolos de bem-estar animal elaborados por entidades promotoras de rodeios.

“Esse momento em que tantos criticam as festas de peões ou as vaquejadas quero dizer que, com muito orgulho, estou com vocês. Para nós, não existe o politicamente correto, faremos o que tem de ser feito”, disse o presidente em Barretos após o anúncio do decreto.

Com isso, atendeu demanda de organizadores de festas de peão, que querem evitar que seus eventos corram o risco de serem cancelados em cima da hora por uma liminar judicial. Agora, acreditam, estão amparados pela legislação por submeterem seus rodeios ao ministério.

Também será possível, com a mudança, a realização de provas não disputadas em alguns lugares, inclusive por conta da morte de animais. [...]

Se neste ano Bolsonaro assinou decreto favorável aos rodeios, em 2018, durante a campanha eleitoral, entrou na arena de Barretos montado em um cavalo.

Já no ano anterior, ainda como deputado federal pelo PSC, defendeu os rodeios como manifestação cultural e criticou a legislação ambiental do país. [...]

Nenhum defensor dos animais foi convidado a manifestar-se sobre a instituição do Dia Nacional do Rodeio; nenhuma fonte expôs a perspectiva dos direitos animais. Após examinar a cobertura ao longo desses 10 anos, essa abordagem tornara-se previsível. A seguir, apresento uma síntese dos resultados da análise e algumas reflexões sobre o que esses dados revelam.

<sup>430</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/12/dia-nacional-do-rodeio-instituido-por-bolsonaro-sera-comemorado-no-dia-do-padroeiro-dos-animais.shtml> Acesso em 08 dez. 2020.

<sup>431</sup> A Lei nº 13.922, que instituiu o Dia Nacional do Rodeio, está disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13922.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13922.htm)

### Cobertura a serviço dos rodeios

Das 63 notícias analisadas, apenas 15 apresentaram o ponto de vista contra a realização de rodeios de forma não tendenciosa ou preconceituosa (Quadro 4). Essa quantidade representa 23,8% de todos os textos analisados; 15,6% das matérias que fazem referência a animais e 3,5% de todas as matérias que a *Folha* publicou sobre o rodeio de Barretos. Ao todo, foram ouvidas 59 fontes contra a exploração de animais em rodeios e 112 a favor. Isso não significa, entretanto, que em todas as ocasiões em que representantes de ONGs foram entrevistadas suas declarações eram expostas de forma precisa e isenta. Na maior parte das vezes, como vimos, os discursos em defesa dos animais foram preteridos em favorecimento aos apoiadores dos rodeios.

Matérias sobre Direitos Animais	Repórter	Palavras	Fontes contra	Fontes a favor	Isentas
<b>2010</b>					
Defensor dos animais monitora rodeios em Barretos (SP) para provar maus-tratos	Marcelo Toledo	191	1	1	Não
Trato de animal causa polêmica entre ONG e liga	—	183	1	2	Não
<b>2011</b>					
‘Choque’ em bois causa maus-tratos nos rodeios, diz ONG	—	329	1	2	Não
‘Críticas aos rodeios procedem’, diz pesquisador de animais	Marcelo	393	2	1	Não
Bezerro é sacrificado após prova na arena de Barretos	Ana	266	0	2	Não
Morte de bezerro na Festa de Barretos vai parar na Promotoria	Ana & G.	409	4	2	Sim
Organizador vê fatalidade e nega maus-tratos	—	216	0	1	Não
Touro em Barretos rende prêmio de até R\$ 20 mil ao seu dono	Marcelo	284	1	1	Não
Morte de bezerro em rodeio pode gerar ação por formação de quadrilha	—	256	3	1	Sim
Peão acusa Barretos de perseguição	Ana	442	0	2	Não
Touro fica com as patas paralisadas em torneio de Barretos	—	215	0	1	Não
Morte de bezerro acirra ‘guerra’ de ONGs contra a Festa do Peão	Ana	380	4	1	Sim
Presidente diz que Festa do Peão está à frente das estrangeiras	Marcelo	223	0	2	Não
Grupo reivindica mais verba para pesquisa animal	Elida	256	0	2	Não
Câmara proíbe rodeios em Araraquara	Gabriela	456	2	0	Sim
Sob críticas, Dilma dá a Barretos título de capital do rodeio	Leandro	388	2	1	Sim
Interior já proibiu rodeios em 34 cidades	Gabriela	496	3	2	Sim
<b>2012</b>					
Festa do Peão de Barretos tenta ‘desmistificar’ críticas de maus-tratos	Toledo	335	0	3	Não
Eleição de touro ‘nº 1’ revolta ONGs de proteção animal	Toledo &	355	2	2	Sim

Entidade pede fim de prova em que bezerro morreu na Festa do Peão de Barretos	João A. Pedrini	303	0	1	Não
Presidente da festa de Barretos diz que 'sugestão' de extinção de prova será discutida	—	237	0	1	Não
Morte de animal foi arquivada pela Promotoria de Barretos (SP)	Leandro	255	1	1	Sim
Após morte de animal, rodeio veta prova de 'agarrar' bezerro	Leandro	456	0	2	Não
Jaguariúna (SP) também cancela prova de agarrar bezerro deste ano	Leandro	365	0	1	Não
Diretor de Rodeio defende prova polêmica	—	306	1	2	Não
Após polêmica, Barretos (SP) veta prova de bulldog na 1ª semana	João A.	148	0	1	Não
Festa do Peão de Barretos (SP) testa um novo formato de rodeio	—	306	0	1	Não
Festa de Barretos (SP) cancela prova de bulldog definitivamente	—	243	0	2	Não
Promotoria terá de acionar a Festa de Barretos por prova de bulldog	—	179	1	0	Sim
<b>2013</b>					
Pela segunda vez, Festa do Peão de Barretos veta prova polêmica em arena	Juliana Coissi	330	0	1	Não
Ativistas se disfarçam de caubói e procuram cenas de maus tratos a bichos em rodeios	—	482	3	1	Não
Festa do Peão de Barretos (SP) quer expor vídeo contra ONG animal	Felipe A.	500	1	2	Não
<b>2014</b>					
Instituição vai fiscalizar tratamento dado aos animais na Festa do Peão de Barretos	João A. Pedrini	299	1	1	Sim
Promotor pede à Justiça fim de prova em que bezerro morreu em Barretos	—	276	1	1	Sim
<b>2015</b>					
Temporada de rodeios começa com ações judiciais e morte de peão	Marcelo	598	1	5	Não
Festa do Peão de Barretos quer ser a mais internacional da história	Marcelo	643	0	2	Não
Festa do Peão de Barretos completa 60 anos de olho no exterior	Marcelo	586	1	4	Não
Mobilização contra o uso de animais	Marcelo	612	2	2	Sim
<b>2016</b>					
Alvos de processos, rodeios reduzem número de dias para driblar crises	Marcelo	906	3	3	Sim
Turista paga preço de viagem a NY para ver rodeio em Barretos	Marcelo	1125	2	5	Não
Para manter público, festa de Barretos apela para brindes e descontos	Marcelo	833	0	1	Não
ONGs interferem pouco em rodeios no exterior, diz presidente de circuito	Marcelo	851	1	1	Não
<b>2017</b>					
Locutor ganha fama pelo país com defesa de rodeios e desmatamento	Marcelo	651	0	1	Não

Festa de Barretos busca 'padrão Fifa' em rodeios e celebra PEC da vaquejada	Marcelo	743	1	2	Não
Em sua 62ª edição, Festa de Barretos aposta em 'overdose sertaneja'	Marcelo	508	1	1	Não
Dez questões sobre a Festa do Peão de Barretos	Marcelo	596	0	0	Não
Por amor a rodeio, médico e gestora trabalham de graça na Festa do Peão	Marcelo	620	0	4	Não
Doria desiste de fazer em São Paulo festa do peão como a de Barretos	Marcelo	463	1	1	Não
Movimentando R\$ 3 bi, rodeios geram discussão sobre tradição e maus-tratos	Marcelo	822	2	4	Não
Clube fundador da festa de Barretos mantém tradição e proíbe mulheres	Marcelo	612	0	2	Não
Bolsonaro visita Festa do Peão e critica Bolsa Família e legislação ambiental	Marcelo	639	0	1	Não
<b>2018</b>					
Touros enfrentam chutes e som alto em rodeios pequenos de São Paulo	Marcelo	1170	3	2	Sim
Touros milionários fazem até acupuntura antes de rodeio em Barretos (SP)	Marcelo	1171	0	5	Não
Temido nos rodeios, touro morto aos 17 anos ganhará memorial em SP	Marcelo	561	0	2	Não
Sob pressão de protetores de animais, Barretos terá premiação milionária	Marcelo	771	1	1	Não
'Peço perdão se incentivei a maltratar animais', diz Asa Branca	Bruna N.	1458	1	1	Sim
<b>2019</b>					
Montaria de touro em Barretos completa 40 aos com polêmicas e prêmio de até R\$ 280 mil	Marcelo	1485	1	2	Não
Bolsonaro estará na abertura da festa do peão de Barretos	Marcelo	406	1	1	Não
'Se não estivesse no rodeio, o touro já teria virado bife', diz peão mais famoso de Barretos	Marcelo	882	1	2	Não
Público de touradas na Espanha cai pela metade em menos de uma década	Lucas Neves	1030	0	2	Não
Bolsonaro flexibiliza lei sobre rodeios e desfila em cavalo em Barretos	Marcelo	708	0	3	Não
Barretos encerra festa de 2019 com ganhos políticos para rodeios	Marcelo	802	1	4	Não
Dia Nacional do Rodeio, instituído por Bolsonaro, será comemorado no dia do padroeiro dos animais	Marcelo	513	0	1	Não
15 (23,8%) Sim – 48 Não (76,2%)			59	112	

Quadro 4: Resultados da análise das 63 matérias selecionadas.

Observa-se, assim, que mesmo quando a pauta aborda questões relacionadas aos direitos animais, frequentemente essa perspectiva não é considerada. Apesar dos avanços no debate sobre o tema ao longo desses 10 anos, a cobertura do jornal não mudou de forma

significativa. Entre 2010 e 2019, o país teve quatro presidentes, com posturas ideológicas distintas.<sup>432</sup> Todos eles, de uma forma ou de outra, apoiaram a realização de rodeios. É inegável, entretanto, que o governo de Jair Bolsonaro foi o que mais favoreceu esses eventos, com medidas que afastaram a possibilidade da proibi-los. O político, inclusive, protagonizou a capa do jornal em 18 de agosto de 2019, edição de domingo, dia de maior circulação da semana:

# FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 99 • Nº 33.009 DOMINGO, 18 DE AGOSTO DE 2019 EDIÇÃO SÃO PAULO • CONCLUÍDA ÀS 22H44 • R\$ 7,00

**saopaulo** Shoppings apostam em interatividade e deixam de ser locais exclusivos de compra para oferecer experiências e diversão



## Investimento à mingua leva a debate sobre papel estatal

A expressiva queda nos investimentos por parte do setor privado reacende a discussão sobre prós e contras de uma atuação direta do governo na economia. A alocação de recursos da construção civil como fatia do PIB teve, em 2018, seu pior desempenho em mais de 70 anos, diz estudo de pesquisador da USP. Mercado A23

## Eduardo nos EUA é nepotismo, diz parecer do Senado

Mundo A22

## Pasta da Economia muda de titular na Argentina em crise

O presidente Mauricio Macri substituiu o ministro da Economia da Argentina, Nicolás Dujovne, por Hernán Lacunza, titular da pasta em Buenos Aires. Dujovne criticava medidas heterodoxas anunciadas por Macri. Mercado A25

## Mercado A28

Com cara de verão, vinho rosé cresce no gosto de millennials

## Ilustrada C1

'Éramos Seis', em sua 5ª versão, se adapta à era do #MeToo

## Esporte B7

Daniel Alves estreia com a missão de comandar São Paulo

## EDITORIAIS A2

**Temor global**  
Sobre guerra comercial e riscos de nova recessão.

**Bolso ambiental**  
Acerca de perda de recursos contra desmatamento.

AUDIÊNCIA/MES  
PÁGINAS VISTAS 215.778.888  
VISITANTES ÚNICOS 27.502.955

ISSN 0101-2708  
9 771414 572018

## Lava Jato driblou lei para ter dados da Receita, mostram mensagens

Procuradores estabeleceram relação próxima com Roberto Leoni, depois levado por Sergio Moro ao Coaf

Procuradores da Operação Lava Jato contornaram limites legais para obter informalmente dados sigilosos da Receita Federal em diferentes ocasiões, segundo mensagens obtidas pelo site Intercept Brasil e analisadas em conjunto com a Folha. Os diálogos mostram que integrantes da força-tarefa no Paraná buscaram informações da Receita várias vezes sem que a Justiça tivesse autorizado a quebra do sigilo fiscal das pessoas que eles pretendiam investigar. Para tanto, contaram com a cooperação de Roberto Leoni, que chefiou a área de inteligência da Receita em Curitiba até 2018 e assumiu o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), por indicação de Sergio Moro, no início do governo Jair Bolsonaro (PSL). Força-tarefa e Receita Federal afirmam que suas interações são executadas dentro dos limites da legislação. Leoni e Coaf não responderam aos questionamentos da reportagem. Poder A4

## Exportações de ouro batem recorde sob temor recessivo

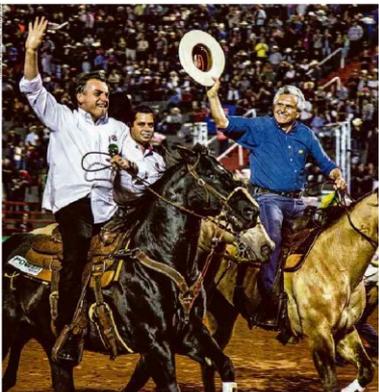
As vendas brasileiras de ouro vêm batendo recorde ante o temor de recessão global. O metal tem sido usado para proteger patrimônio. Em 2018, o Brasil exportou 9,5 toneladas, um crescimento de 10% em dez anos. A demanda estimula o garrismo ilegal em terras indígenas. O Ministério Público Federal entrou com ação contra a União e o Banco Central para coibir esquemas que "esqueçam" o ouro clandestino. Mercado A26

## Sobre Morar p.4

Folha lança buscador de imóveis novos  
Plataforma Onde Morar permite procurar casas e apartamentos prontos ou na planta em toda a Grande São Paulo

## BOLSONARO PARTICIPA DA FESTA DO PEÃO DE BARRETOS

Presidente e o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, em evento no interior de SP. Poder A6



## Jornal do Carro

COMPARATIVO CONFIRMADO:  
TIGGO EX SUPERAMC33  
NOVA: R\$ 0,5  
NOVA: R\$ 0,5

PRODUZIDO NO BRASIL, PELA CADIA CHERY COM A MAIS AVANÇADA TECNOLOGIA DO MUNDO.

É a chegada do Tiggo SX, é um marco. 39

CONQUISTA PORTUOÇÃO MÁXIMA. SUPERANDO: HYUNDAI CRETA, HONDA HR-V, JEEP RENEGADE E OUTROS.

Veja na página 7.

COM SALÁRIO DE R\$ 11 MIL, FISCAL ACUMULA IMÓVEIS

Agente vitor da Prefeitura de São Paulo, Jorge Tupynambá acumulou patrimônio de R\$ 1,5 milhões em imóveis. Inquiridos apuram suposta cobrança de propina. Ele nega irregularidades e diz desconhecer as denúncias. Cotidiano B1

**Eduardo Giannetti da Fonseca**  
Otavio Frias Filho e a objetividade

Onde existe fé, Otavio bem sabia, sempre há dúvida. O decisivo para ele não era quem dizia, mas o que era dito — e com base em quê. Se não poupava ninguém do seu olhar clínico, menos ainda poupava a si mesmo. Ilustríssima p. 8

Figura 8: Capa da edição de 18 de agosto de 2019 do jornal *Folha de S. Paulo*.

<sup>432</sup> 2010 foi o último ano do mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT); Dilma Rousseff (PT) governou de 2011 a 31 de agosto de 2016; Michel Temer (MDB), de setembro de 2016 a 2018; Jair Bolsonaro, a partir de 2019.

No ano anterior, 2018, o rodeio também teve destaque na capa (Figura 9). Nos demais anos, pelo que pude averiguar, o evento não apareceu na capa do jornal. Em todas as coberturas, entretanto, as imagens estiveram em evidência. Em 2015, na celebração dos 60 anos do rodeio, a página especial também foi ilustrada com diversos cartazes de edições antigas (Figura 10).

# FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

SÁBADO, 18 DE AGOSTO DE 2018

EDIÇÃO SP/DF • CONCLUÍDA À 04H20 • R\$ 4,00

## Bolsonaro e Marina se enfrentam em 2º debate

No segundo debate entre presidenciais, ontem, na RedeTV!, Marina Silva (Bede) e Jair Bolsonaro (PSL) protagonizaram o principal embate entre candidatos até agora ao discutirem a diferença salarial entre homens e mulheres. O TSE negou pedido para que Lula participasse do programa. **Eleições 2018 A8**

## Da prisão, Cunha defende direito de Lula ser candidato

Preso desde 2016, o ex-deputado Eduardo Cunha defendeu nas redes sociais o direito de o ex-presidente Lula disputar a eleição e pediu votos para a filha Danielle, candidata a deputada federal. **Eleições 2018 A12**

## MINHA ELEIÇÃO Janio de Freitas

Juscelino empolgava com promessa de 50 anos em 5. O ingrediente forte do discurso de Juscelino Kubitschek partia do lema: "50 anos em 5". Ele empolgava as plateias sem ser bom orador. **Eleições 2018 A14**

## VERSUS

O que Temer fez de positivo em seu governo?

**Pablo Ortellado**  
Quase nada, o estrago de sua gestão foi grande

**Leandro Narloch**  
Tentou arrumar a casa, mas Janot não deixou  
**Eleições 2018 A6**

## EUA tentam agilizar a deportação de imigrantes ilegais

O secretário de Justiça dos EUA, Jeff Sessions, emitiu ordem para acelerar a saída de imigrantes ilegais e disse que o julgamento dos casos só poderia ser adiado após comprovação de "uma boa causa". **Mundo A18**

## Pior inundação na Índia em cem anos mata mais de 300

Mundo A16

## EDITORIAIS A2

**Ponto de equilíbrio**  
A respeito de decisões do STF referentes à Lava Jato.

**Presidente miquinando**  
Sobre fim de mandato do paraguaio Horacio Cartes.

ANO 98 - Nº 32.644  
CIRCULAÇÃO: 313.831/DIA  
(Impressão + digital)  
AUDIÊNCIA: 30.428.376  
visitantes únicos/mês

ISSN 1678-0725 32644  
9 771416 572070

## Ilustrada C1 Correio elegante

Namorada brasileira do poeta italiano Giuseppe Ungaretti revela cartas do casal

**Ilustrada C4**  
Best-seller israelense, Yuval Noah Harari lança livro '21 Lições para o Século 21'

**Sobre tudo D4**  
Revolução digital elimina empregos e exige um novo estoque de talentos



Bruna Bianco, que namorou Ungaretti nos anos 1960, em SP. **Xatim Xavier/Folhapress**

## Aliança de Alckmin com centrão não se reflete nos estados

Siglas que apoiam tucano se dividem em coligações regionais que sustentam Lula, Bolsonaro, Marina, Ciro, Meirelles e Alvaro Dias

A aliança de Geraldo Alckmin com os partidos do centrão (DEM, PR, PSB, PRB e PPS), mais PTB, PSD e PPS, não se refletiu em endosso nos estados. Dos 216 diretórios dessas siglas, apenas 96 estão em palanques que apoiam o tucano à Presidência. Nos demais casos, os aliados de Alckmin darão apoio a Lula (PT), Jair Bolsonaro (PSL), Marina Silva (Rede), Ciro Gomes (PDT), Alvaro Dias (Podemos) e Henrique Meirelles (MDB). O mais fiel a Alckmin é o DEM (22 estados), eo menos, o PR (nove). A infidelidade dos aliados de Alckmin é maior na região Nordeste. Na Bahia e no Piauí, por exemplo, o PP apoiará o PT. **Eleições 2018 A4**

**Cenário eleitoral e tensão no exterior elevam dólar e derubam Bolsa Mercado A23**



## FESTA DO PEÃO DE BARRETOS TERÁ VIRADA SERTANEJA DE HOJE A DOMINGO

Funcionário no parque do Peão de Barretos (SP), projetado por Oscar Niemeyer; maratona de shows terá Marília Mendonça e Shania Twain **Cotidiano B8**

## Moradia para sem-teto em SP atrasa, e prédios estão fechados ou invadidos

A reforma de nove prédios e um terreno, medida para a falta de moradia em São Paulo, emperrou. Os locais estão fechados ou foram invadidos. A gestão Bruno Covas (PSDB) diz que repasse federal de R\$ 50 milhões não chegou, mas que fará as obras mesmo sem a verba. **Cotidiano B1**

## Uso de adrenalina durante parada cardíaca pode prejudicar o cérebro

Estudo feito com 8.000 pessoas no Reino Unido sobre o uso de adrenalina no tratamento de paradas cardíacas fora do hospital mostrou que, apesar de salvar vidas, não é incomum que a injeção da substância seja acompanhada de incapacitação neurológica. **Saúde B9**

## Oscar Vilhena Vieira

### Ataque a direitos humanos é reação à democracia

O maior respeito a mulheres, negros, indígenas ou LGBTs gera ressentimento naqueles que se veem ameaçados por essa nova sociedade, mais plural e inclusiva. O que está em disputa na eleição é se queremos o fortalecimento da democracia. **Cotidiano B3**

## 1ª lista após o Mundial mantém nomes da Copa

O técnico Tite manteve a maioria dos jogadores que estiveram na Rússia na primeira convocação após a Copa, para amistosos contra EUA e El Salvador. Lucas Paquetá (Flamengo) e Pedro (Fluminense) estão entre as novidades. **Esporte B1**

## ATMOSFERA B2

São Paulo hoje  
22°  
14°  
0h 6h 12h 18h 24h

Fonte: www.climatempo.com.br

Figura 9: Capa da edição de 18 de agosto de 2018 do jornal *Folha de S. Paulo*.

1956



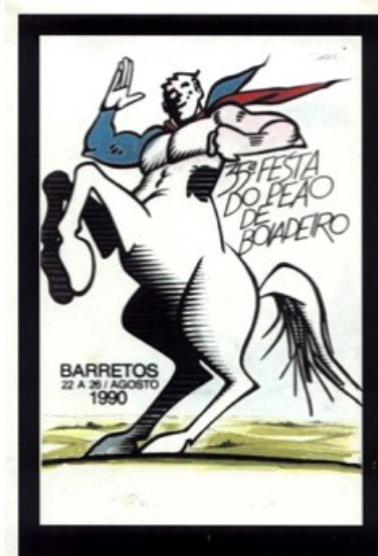
Flâmula da primeira edição da festa, realizada em 1956

1980



Cartaz da 25ª edição da Festa do Peão

1990



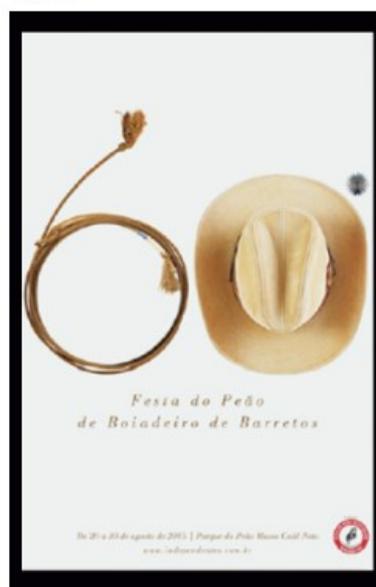
Cartaz da 35ª edição assinado por Ziraldo

2005



Cartaz da 50ª edição

2015



Cartaz da 60ª edição

Figura 10: Cartazes de edições antigas do evento, veiculados na página especial “Barretos 60 anos”, em 2015, no jornal *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <http://temas.folha.uol.com.br/barretos-60-anos/>.

Em relação à quantidade e à extensão das matérias, esse período pode ser dividido em duas partes. Os primeiros cinco anos, de 2010 a 2014, apresentaram um número de matérias expressivamente maior do que os cinco anos seguintes. 2010 foi o ano que teve o maior número de publicações, com 105; enquanto 2013 teve a menor quantidade de matérias, com 36. Já entre 2015 e 2019, o número de notícias variou de 8, em 2016, a 23, em 2018. Isto é: na primeira

metade da década foram publicadas uma média de 70 matérias por ano; na segunda metade, a média foi de 15 por ano – houve uma redução de 78,6% no número de publicações.

Por outro lado, a diminuição da quantidade de notícias foi acompanhada por um aumento considerável do tamanho dos textos. De 2010 a 2014, as matérias tinham uma média de 305 palavras; nos cinco anos seguintes, saltou para 805 palavras – um aumento de 264%.

Ano	Nº matérias	Média	Nº Palavras	Média
2010	105	<b>70</b>	187	<b>307</b>
2011	75		333,93	
2012	63		290,66	
2013	36		437,33	
2014	69		287,5	
Total	384		1536,42	
<hr/>				
2015	17	<b>15</b>	609,75	<b>805</b>
2016	8		928,75	
2017	13		628,22	
2018	23		1026,2	
2019	15		832,28	
Total	76		4025,2	

Quadro 5: Quantidade e tamanho das matérias publicadas a cada ano.

Essas mudanças talvez estejam relacionadas às transformações pelas quais o projeto editorial da *Folha* – e o próprio jornalismo – passou nesse período. A abundância de matérias publicadas em 2010 reflete o momento que o jornal vivia naquele ano. Após lançar a versão online do jornal impresso no segundo semestre de 2009<sup>433</sup>, a *Folha* inaugurou, no início de 2010, “uma ampla reforma gráfica”, renovando “todos os cadernos e suplementos”.<sup>434</sup> Na notícia publicada na ocasião, “Informação exclusiva de cara nova”<sup>435</sup>, o editor-executivo Sérgio D’Ávila explica o contexto dessas novidades:

<sup>433</sup> Folha lança versão online do jornal impresso. *Folha de S. Paulo*. 14 set. 2020. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2009/09/623357-folha-lanca-versao-online-do-jornal-impresso.shtml> Acesso em 2 dez. 2020.

<sup>434</sup> HADDAD, Naief. Reforma visual facilita a leitura e aumenta identidade entre os cadernos. 22 maio 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2010/05/739055-reforma-visual-facilita-a-leitura-e-aumenta-identidade-entre-os-cadernos.shtml> Acesso em 02 dez. 2020.

<sup>435</sup> DÁVILA, Sérgio. Informação exclusiva de cara nova. *Folha de S. Paulo*. 22 maio 2010. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2010/05/739057-informacao-exclusiva-de-cara-nova.shtml> Acesso em 02 dez. 2020.

A mudança acontece num momento em que a Folha promove a fusão orgânica entre suas equipes de jornalistas do meio on-line e do impresso [...].  
 A ideia é transformar a Redação num centro **captador de notícias que funcione 24 horas por dia** e produza informação de qualidade para qualquer plataforma [...].  
**Parte dos textos está mais enxuta**, maneira de **resumir os acontecimentos** da véspera sem fazer o leitor perder tempo e paciência (grifos meus).

Muito provavelmente, repórteres e editores ainda levaram um tempo até se adaptarem completamente à nova proposta editorial. Entretanto, a orientação para captar notícias “24 horas por dia” e, ao mesmo tempo, produzir textos “mais enxutos” e “resumir os acontecimentos” explica, ao menos parcialmente, o fato de haver uma farta produção de matérias sobre o rodeio, mas a grande maioria delas ser muito breve e superficial.

A *Folha* mantinha uma sucursal em Ribeirão Preto desde os anos 1990 e a cobertura do rodeio era feita pelos jornalistas dessa redação regional, que quase sempre viajavam até Barretos para cobrir o evento. Em 2012, por exemplo, três profissionais aparecem como “enviado especial a Barretos”: Ana Sousa, repórter; Marcelo Toledo, editor-assistente; Edson Silva, fotógrafo. Portanto, a grande quantidade de matérias também era possível porque havia mão de obra disponível. Nos primeiros dias de 2015, conforme relatei, o jornal fechou a sucursal e demitiu cinco jornalistas. A partir daí, apenas dois correspondentes seguiram atuando na região e a quantidade de notícias sobre a Festa do Peão reduziu drasticamente.

Em 2014, o jornal havia publicado 69 matérias; em 2015, foram apenas 17. Entre 2015 e 2019, a cobertura do rodeio foi realizada exclusivamente pelo jornalista Marcelo Toledo<sup>436</sup>, que trabalhava na *Folha* desde 1999 – inicialmente, como repórter; depois, como editor-assistente e editor da sucursal de Ribeirão Preto. Apesar de ter produzido uma quantidade muito menor de matérias, estas eram consideravelmente mais extensas do que as do período anterior. A abordagem, entretanto, permaneceu a mesma, privilegiando os interesses do rodeio.

Os veículos de grande circulação tendem a estar alinhados ao *status quo* e geralmente reproduzem e reforçam as ideologias dominantes. Além disso, o fator econômico tem também um peso decisivo na linha editorial e no tipo de cobertura que se realiza. No caso da *Folha*, várias das empresas que patrocinam a Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos também são anunciantes do jornal, além de parceiras em outros projetos. Um deles é o evento “Agronegócio Sustentável”, que a *Folha* promove desde 2017 dentro do programa “Seminários Folha”.<sup>437</sup> Realizado sempre em setembro, o ciclo de palestras é financiado por grandes indústrias do

<sup>436</sup> A outra jornalista que permaneceu como correspondente, Gabriela Yamada, só não foi demitida porque estava grávida na época.

<sup>437</sup> Disponível em: [www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/agronegocio-sustentavel](http://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/agronegocio-sustentavel) Acesso em 08 jan. 2020.

agronegócio – a maior patrocinadora de 2019 foi a multinacional BRF, proprietária das marcas Sadia e Perdigão; a edição de 2020 teve o apoio da marca Mosaic Fertilizantes. Os interesses do setor também costumam estar fortemente representados entre os palestrantes escolhidos para cada edição. Em 2017, por exemplo, o seminário teve a participação da senadora e ex-ministra da agricultura Katia Abreu (PP) – pecuarista e fervorosa defensora do agronegócio –; além de gerentes e diretores de empresas como a Nestlé e a Bayer – conhecida fabricante de agrotóxicos.

A dependência da publicidade influencia e por vezes distorce a cobertura da imprensa sobre os mais diversos temas. Mesmo que os repórteres não sejam expressamente impedidos de dar mais visibilidade a determinada perspectiva, eles muitas vezes não se sentem à vontade para fazê-lo – ou sequer consideram essa possibilidade. Especificamente sobre a questão dos direitos animais, o ponto de vista dos bichos simplesmente não é levado em conta; não se presume que este seja um “lado” a ser ouvido. Muitos jornalistas talvez não consigam mesmo ver o sofrimento animal porque não consideram que não humanos sejam “sujeitos de uma vida” – nas palavras de Tom Regan.

A incapacidade de ver além do *status quo* e de desenvolver um senso crítico aguçado também é reforçada pelo contexto de cada cobertura. O fato de o jornalista ficar hospedado em Barretos a convite dos organizadores da Festa do Peão, por exemplo, seguramente contribuiu para que tivesse uma visão muito mais positiva e benevolente do mundo dos rodeios. A *Folha* declara, em seu projeto editorial, diversos princípios<sup>438</sup> que, em teoria, garantiriam um jornalismo isento e equilibrado. Entretanto, sabemos que, na prática, o trabalho diário de um repórter envolve muitas variáveis que podem facialmente distanciá-lo desses princípios – mesmo que inconscientemente.

Um dos capítulos do Manual de Redação do jornal, constantemente atualizado<sup>439</sup>, aborda o tema “Presentes e privilégios”<sup>440</sup>, que começa com a seguinte determinação: “O jornalista deve rejeitar qualquer benefício que possa comprometer ou pôr em dúvida sua

---

<sup>438</sup> Entre os 12 princípios listados, destaco os seguintes: “Abordar os assuntos com disposição crítica e sem tabus, no intuito de iluminar problemas, apontar falhas e contradições, questionar as autoridades públicas e os poderes privados, sem prejuízo de buscar conteúdos proveitosos ou inspiradores”; “Cultivar a pluralidade, seja ao divulgar um amplo espectro de opiniões, seja ao focalizar mais de um ângulo da notícia, sobretudo quando houver antagonismo entre as partes nela envolvidas; registrar com visibilidade compatível pontos de vista diversos implicados em toda questão controvertida ou inconclusa”; “Manter atitude apartidária, desatrelada de governos, oposições, doutrinas, conglomerados econômicos e grupos de pressão”; “Preservar o vigor financeiro da empresa como esteio da independência editorial e garantir que a produção jornalística tenha autonomia em relação a interesses de anunciantes.” Disponível em: <https://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/introducao.shtml> Acesso em 10 jan. 2021.

<sup>439</sup> A última atualização é de março de 2019.

<sup>440</sup> Disponível em: <https://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/manual-de-redacao-conduta/presentes-e-privilegios.shtml> Acesso em 10 jan. 2021.

independência profissional”. A seguir, entre as regras especificadas, estão as seguintes: “Ao produzir conteúdo resultante de convite, o profissional deve manter a independência e o espírito crítico. É dever do jornal informar com transparência caso as despesas tenham sido pagas por terceiros.”; “A Folha desestimula seus jornalistas de aceitar presentes. Exceções são admitidas, desde que o valor não ultrapasse 25% do salário mínimo nacional.”

Mesmo que se esforce para seguir à risca essa cartilha, o jornalista tenderá a privilegiar o ponto de vista de quem pagou por sua viagem, hospedagem, refeição etc. A nutricionista e pesquisadora norte-americana Marion Nestle reuniu, em seu livro “Uma verdade indigesta” (2019), diversas investigações que avaliam o efeito dos mais diversos tipos de presentes e apoio financeiro no viés de pesquisas acadêmicas e prescrições de profissionais da saúde. Além de constatar que o simples fato de ser convidado para um seminário, por exemplo, induz o indivíduo a favorecer quem lhe fez o convite – geralmente o patrocinador –, Nestle também mostra que o valor de um presente não é tão determinante quanto o fato em si de recebê-lo: “Está provado que até mesmo presentes pequenos induzem médicos a prescrever os produtos da empresa doadora” (NESTLE, 2019, p. 34).

Podemos estender essas observações à atuação de repórteres e editores, uma vez que as pesquisas citadas pela autora concluem que os presentes têm um impacto no comportamento humano de forma geral, não se restringindo a um tipo de profissão específica.

Os muitos psicólogos que estudam os efeitos causados pelos presentes que a indústria farmacêutica dá para médicos recordam que estes profissionais são humanos e que muito do que os seres humanos pensam e sentem ocorre inconscientemente. Todos nós, inclusive os médicos, respondemos a presentes de maneira previsível. [...] Até mesmo um presente pequeno é suficiente para mudar a prática de prescrição em favor de quem o presenteou. Presentes maiores têm ainda mais impacto. Apesar dessa evidência, os agraciados – humanos como são – acreditam que os mimos e os pagamentos das empresas farmacêuticas não exercem influência (NESTLE, 2019, p. 35).

Da mesma forma, se questionado, muito provavelmente o jornalista garantiria que não é influenciado por quem paga por sua hospedagem ou pelo privilégio de livre acesso a certos espaços e eventos. Isso não quer dizer que esteja mentindo, mas apenas que pode não estar ciente do potencial de influência que determinados gestos têm em sua atuação profissional:

Até mesmo pessoas com boas intenções respondem de maneira previsível a presentes e pagamentos, mas não percebem que o fazem. Empresas farmacêuticas, portanto, não “compram” médicos, e médicos não “se vendem” para empresas farmacêuticas. A influência é muito mais sutil e torna excepcionalmente difícil a prevenção, o gerenciamento e até mesmo a discussão sobre o assunto. [...] Os médicos podem não ser corruptos, mas o sistema os corrompe (NESTLE, 2019, p. 35).

Nestle cita diversos exemplos que comprovam esses estudos:

No início dos anos 1990, pesquisadores mostraram que uma viagem gratuita para uma conferência patrocinada pelo setor dobrava a taxa de prescrição de um certo remédio. Em 2000, uma análise de mais de quinhentos estudos descobriu que presentes, refeições, financiamentos de viagens e visitas de representantes da indústria estavam fortemente correlacionados com mais prescrições de medicamentos de marca em detrimento de alternativas mais baratas ou mais eficazes (NESTLE, 2019, p. 36).

Além disso, as pesquisas também indicam que receber cortesias não tem um efeito apenas imediato: “Quem recebe os regalos permanece fiel a quem presenteou por um longo tempo e, quanto maiores os agrados, mais chances de que os agraciados se oponham a qualquer medida para prevenir esse tipo de influência” (NESTLE, 2019, p. 37-38). Portanto, no caso da Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos, certamente os jornalistas seguiram tratando a perspectiva pró-rodeio com generosidade, mesmo quando sua hospedagem já não era mais financiada pelos patrocinadores do evento.

A disputa de ideologias e pontos de vista torna-se ainda mais difícil quando um dos lados interessados tem substancialmente mais poder político e recursos econômicos do que o outro. Nesse quesito, o agronegócio brasileiro e tudo que lhe diz respeito é praticamente imbatível. É tão difícil sobrepujá-lo quanto o é fazê-lo com as indústrias farmacêuticas, conforme explica Nestle referindo-se ao contexto norte-americano: “As empresas farmacêuticas têm fortes subsídios econômicos para convencer a FDA, os médicos e o público de que seus produtos fazem maravilhas pela saúde, não causam efeitos colaterais e são melhores do que os remédios alternativos” (NESTLE, 2019, p. 42). Muitos outros trabalhos acadêmicos chegaram às mesmas conclusões:

A pesquisa financiada pela indústria quase invariavelmente favorece os interesses comerciais do patrocinador. [...] Esse “efeito de financiamento” foi descoberto em meados da década de 1980, quando cientistas sociais perceberam que, se soubessem quem pagou por um estudo, poderiam prever os resultados. [...] Quase todos os autores (96%) que concluíram que os medicamentos eram eficazes relataram laços financeiros com fabricantes. [...] Pesquisadores com conexões no setor privado eram quase quatro vezes mais propensos a apresentar conclusões em prol da indústria do que os que não tinham esses laços (NESTLE, 2019, p. 42).

Coletei 168 estudos patrocinados por empresas alimentícias ou conduzidos por investigadores financeiramente ligados a essas corporações. Desses, 156 relataram resultados que favoreceriam os interesses do patrocinador – apenas doze não o fizeram. [...] É muito mais fácil encontrar resultados favoráveis do que desfavoráveis em pesquisas financiadas pela indústria. [...] Diferentes tipos de empresas financiam pesquisas potencialmente úteis para fins de marketing (NESTLE, 2019, p. 58).

A NutraSweet, fabricante do aspartame, tinha financiado 74 estudos – todos eles concluíram que o adoçante era seguro. Entre os 92 estudos independentes, porém, 84 – mais de 90% – questionaram tal segurança (NESTLE, 2019, p. 60).

A pesquisa feita com recursos de empresas alimentícias tem uma probabilidade especialmente alta de ser enviesada. [...] Pesquisadores podem distorcer estudos para demonstrar benefícios. Pesquisadores podem se concentrar em apenas alguns nutrientes, ingredientes ou alimentos, em vez da relação entre eles ou em dietas gerais (NESTLE, 2019, p. 69).

As consequências dessas pesquisas “científicas” com conclusões enviesadas não são prejudiciais apenas para os profissionais que estão diretamente ligados à área, mas também – e talvez sobretudo – à sociedade como um todo. Os efeitos disso são ainda mais graves quando os pesquisadores acreditam sinceramente que não sofrem nenhum tipo de influência de seus financiadores: “Os beneficiários do financiamento da indústria não reconhecem a influência que sofrem – em geral, a negam. [...] Intencionalmente ou não, o financiamento da indústria farmacêutica impulsiona a agenda de pesquisa, confunde a ciência e alimenta a desconfiança pública” (NESTLE, 2019, p. 43). No caso do jornalismo, pode-se afirmar o mesmo: a maior parte dos profissionais da imprensa realmente crê que realiza uma cobertura imparcial e equilibrada. Logo, a opinião pública é muitas vezes pautada por visões de mundo enviesadas.

Nestle (2019, p. 69) afirma que “o financiamento da indústria pode influenciar pesquisadores a ignorar dados desfavoráveis ou evitar publicá-los por relutância em desagradar o patrocinador”. Da mesma forma, jornalistas muitas vezes não dão voz a manifestações contrárias aos interesses de determinada indústria com receio de desagradar aqueles que são anunciantes do veículo. Nesse quesito, o jornalismo baseado em um modelo de negócios dependente da publicidade enfrenta um desafio quase insuperável. A dissertação de Danielle Sibonis, citada no início do capítulo, mostrou que todas as edições da *Folha* publicadas ao longo de um mês continham anúncios da multinacional JBS. Entre as mais poderosas da indústria de alimentos, a marca está voltada sobretudo à comercialização de produtos de origem animal.

Como foi possível observar, a cobertura da Festa do Peão de Barretos esteve majoritariamente voltada a promover o evento e divulgar os aspectos positivos da festa. A quase ausência de críticas nesse tipo de cobertura também decorre da presença contínua do repórter nesses espaços; da proximidade que cria com organizadores e anfitriões; da oferta constante de cortesias, “amostras grátis”. Os rodeios, como sabemos, têm um caráter estritamente comercial único objetivo é gerar lucro. Após sua pesquisa empírica em uma das edições da Festa de Barretos, Alem descreve o que observou:

Olhando sua arena sob o formato de uma ferradura, [...] todo e qualquer pedaço visível da arena é forrado com cartazes, faixas, *outdoors* dos patrocinadores. [...] O sinal de início é dado quando o narrador se anuncia e solta “gritos de guerra” [...] Segue com uma sucessão enorme de anúncios publicitários, identificação dos promotores e participantes [...] (ALEM, 2005, p. 109-110).

E segue o narrador: “Na porteira Chevrolet, vai embora peão Cachoeira do Mato Grosso no touro Ouro Preto. Da porteira Sukita sai cavalo Redentor da tropa do Gilberto Mega”. Não há uma única frase sem publicidade, tornando as narrativas semelhantes às do futebol em alguns registros (ALEM, 2005, p. 112).

Nem as descrições dos aspectos técnicos das provas ou as informações gerais escapam à locução publicitária deliberadamente exaltada. Dada a essência mercantil dos valores que suas falas mediam, os locutores não perdem o condicionamento econômico nelas imposto, mesmo quando algum fato excepcional desvia a sequência programada das cotas publicitárias obrigatórias na narração. Nesta, não há qualquer espécie de pejo ou dissimulação, porque se trata de um empreendimento comercial, que é enaltecido por isso mesmo. Assim, o sucesso econômico dos sujeitos envolvidos no evento é um princípio fundamental que legitima não só a locução mercantil, como os próprios sujeitos e suas práticas (ALEM, 2005, p. 113).

Nestle também discorre sobre os efeitos do financiamento na atuação de jornalistas que cobrem o setor de saúde e alimentação. Sobre um evento da Academia de Nutrição e Dietética norte-americana, patrocinado por grandes corporações – que, evidentemente, estavam representadas entre os palestrantes – a autora observa:

Os repórteres gostaram das palestras de 2016. Quem não gostaria? Sheila Kaplan, do site *Stat News*, iniciou sua coluna com uma declaração da Associação do Açúcar: “fazemos comida com muitas vitaminas e minerais de bom gosto!” e “porque é totalmente natural, você pode consumir [açúcar] com confiança” (NESTLE, 2019, p. 197).

Essa situação é análoga a de repórteres que cobrem rodeios e reproduzem acriticamente declarações dos organizadores afirmando que “não existem maus-tratos”. Como ainda não foi concebido um modelo de negócio para o jornalismo que dispense a publicidade, deveria haver um esforço genuíno no sentido de minimizar as chances de distorções em seu conteúdo editorial. Mas este não é o único problema. Para além de todo o peso que o fator econômico tem no tipo de cobertura que determinado veículo realiza, o contexto cultural e a formação dos repórteres também têm um papel significativo no processo de produção de notícias. No caso dos rodeios, por exemplo, todo o ambiente que o envolve é não apenas especista, como também intrinsecamente machista. Diversos pesquisadores já salientaram o quanto a atividade reforça as estruturas patriarcais e sexistas da sociedade – o que corrobora a ideia de que as diversas formas de preconceito estão inter-relacionadas.

Em um esporte de machos orgulhosos, falas de grande sucesso, sem dúvida, são as que se referem às mulheres de várias maneiras, quase todas preconceituosas. Aliás, quanto mais preconceituosa a fala, mais eficácia e sucesso consegue obter. Quanto mais constrangedora, mais é comentada e repetida nas “paqueras” entre agrobóys e cowgirls [...]. Muitas dessas frases são gravadas em adesivos de autos, em camisetas, em anúncios de eventos ruralistas (ALEM, 2005, p. 113).

Alem (2005, p. 112) observa ainda que o locutor “emprega falas e versos supostamente caipiras, um amontoado de ‘ditos populares’ do mundo rural, reelaborados para serem engraçados. A reelaboração força estereótipos sociais e preconceitos, principalmente em torno da relação homem-mulher.” A cobertura da *Folha* também reproduz esses estereótipos e discursos preconceituosos, o que mostra que a falta de senso crítico se estende também a outros temas, não se restringindo às questões relativas aos direitos animais.

Na matéria “‘Nem pensei no dinheiro’, diz rainha do rodeio de Barretos (SP)”<sup>441</sup>, o repórter enfatiza o estado civil das duas jovens eleitas rainhas do rodeio, como se fosse realmente importante informar se estavam “disponíveis” ou, caso negativo, se o namorado era ciumento: “Mesmo com a exposição propiciada pelo título, diz não temer os ciúmes do namorado. ‘Ele me incentivou a participar da eleição’”; “Já a fonoaudióloga Valéria, de Guaíra, não tem namorado.” Outra notícia, “ONG quer veto a supostas músicas homofóbicas em festa de Barretos (SP)”<sup>442</sup>, fala do “suposto conteúdo homofóbico e machista de dois hits sertanejos” – como se não fossem homofóbicos e machistas *de fato*. No texto com o título “Rainha da Festa do Peão de Barretos dá dicas de ‘etiqueta country’”<sup>443</sup>, a “rainha” – uma menina de 17 anos – sugere às mulheres se vestirem com roupas confortáveis, mas sensuais; para os rapazes, diz quais seriam as melhores estratégias para “paquerar” na festa.

Essa abordagem discriminatória também se aplica a grupos minoritários, sobretudo àqueles que já são tradicionalmente estereotipados pela mídia *mainstream*. Em uma matéria que faz referência ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – “Grupo de sem-terra invade armazém da Ceagesp em Barretos (SP)”<sup>444</sup> –, o repórter se refere à ocupação sempre como “invasão”: “Um grupo de sem-terra **invadiu** [...]”; “Carlos Roberto do Espírito Santo, gerente regional da Ceagesp, disse que [...] deve se reunir com os **invasores** nos

<sup>441</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2010/08/785044-nem-pensei-no-dinheiro-diz-rainha-do-rodeio-de-barretos-sp.shtml> Acesso em 12 jan. 2020.

<sup>442</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/1137324-ong-quer-veto-a-supostas-musicas-homofobicas-em-festa-de-barretos-sp.shtml> Acesso em 12 jan. 2020.

<sup>443</sup> Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/08/962856-rainha-da-festa-do-peao-de-barretos-da-dicas-de-etiqueta-country.shtml> Acesso em 22 jan. 2020.

<sup>444</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/2014/08/1502081-grupo-de-sem-terra-ocupa-armazem-do-ceagesp-em-barretos-sp.shtml> Acesso em 10 jan. 2020.

próximos dias [...]”; “Nossas atividades tiveram que ser paradas depois da **invasão** [...]”. Além de serem rotulados como “invasores”, os membros do MST sequer foram ouvidos para apresentarem sua versão dos fatos.

Evidentemente, os jornalistas não são os únicos responsáveis pela cobertura que fazem, mas tampouco são incapazes de agir de outra forma. Estar aberto a outras visões de mundo exige vontade e esforço; fazer diferente demanda disposição e por vezes ousadia. Ao longo desses 10 anos, entretanto, não observamos esse tipo de iniciativa por parte dos repórteres que fizeram a cobertura. Mesmo – e apesar – da “pressão” dos leitores na seção de comentários, da atuação das ONGs, do contexto jurídico e acadêmico cada vez mais crítico às montarias, a cobertura da Festa do Peão manteve seu tom de celebração do mundo dos rodeios.

### **2.3. *piuí*: “No país dos caubóis”**

Após analisar a cobertura da *Folha de S. Paulo*, considerei pertinente verificar como outro veículo jornalístico com perfil editorial diverso aborda o tema, com o intuito de ter um parâmetro de comparação. Por suas características peculiares – maior liberdade editorial, tempo para apuração, tradição em longas reportagens etc. –, elegi a revista *piuí*, que na edição de outubro de 2015 (nº 109) publicou a reportagem “No país dos caubóis”. Assinado pela repórter Paula Scarpin, o texto tem como fio condutor a trajetória do locutor de rodeios Cuiabanno Lima, cujo sonho era um dia poder apresentar a final da prova de montaria em touros da Festa de Barretos. Ao longo da narrativa, a repórter discorre sobre todos os meandros do mundo dos rodeios, e também menciona as críticas às condições a que são submetidos os animais.

Apesar de seu projeto editorial distinto, a abordagem da *piuí* mostrou-se bastante semelhante à da *Folha*, ao reproduzir os mesmos estereótipos e preconceitos relativos ao ativismo pelos direitos animais. A repórter refere-se ao rodeio sempre como “esporte”, comparando-o com outras práticas desportivas: “Assim como a ginástica olímpica engloba subdivisões como salto, argola e barras assimétricas, são muitas as modalidades de provas sob o guarda-chuva ‘rodeio’.” Quando menciona pela primeira vez a questão dos maus-tratos, Scarpin apresenta a versão dos peões: “Desde o reconhecimento oficial do esporte, em 2001, a espora cortante foi banida da atividade, sendo substituída por uma estrela de pontas arredondadas e de espessura grossa – que os peões não hesitam em passar no rosto, para provar que os animais de rodeio não sofrem maus-tratos.”

Ao fazer referência ao sédem, a visão que prevalece é novamente a dos defensores dos rodeios, que insistem que o instrumento não causa dor:

Há ainda outro polêmico acessório [...] presente em todas as modalidades de montaria. É o “sedém”, uma cinta de lã que é presa à virilha do animal. Críticos de rodeios e protetores dos direitos dos animais sustentam que essa faixa apertaria os testículos do boi ou do cavalo, provocando os saltos na arena. Os veterinários do rodeio, entretanto, alegam que a cinta passa longe do órgão reprodutor, e argumentam que nenhum animal pularia com os testículos atados. Os saltos, maiores ou menores, dependeriam da “índole” de cada indivíduo, eles dizem – e justificam o uso do sedém como ferramenta de condicionamento: assim como um cão sabe que é a hora de passear ao receber a coleira, o touro reconheceria o momento de pular quando lhe põem a cinta. Não é incomum flagrar o “sedenheiro” apoiando o pé no flanco do animal para puxar a cinta até o último centímetro, atando-a com força. Quem não está acostumado ao ambiente pode ficar impressionado com o tratamento – que, no entanto, não difere daquele usado no dia a dia da fazenda, inclusive quando se sela um cavalo de passeio.

O uso do sédem – que, como já disse, foi introduzido nos rodeios brasileiros reproduzindo os moldes das competições dos EUA – tem como objetivo incomodar o animal a ponto de ele pular. As chances de que cause dor, portanto, são grandes. Os únicos veterinários ouvidos pela reportagem trabalham diretamente com o rodeio – que obviamente não criticariam o uso do instrumento. Segundo a repórter, o ato de apertar fortemente a virilha do animal só pode parecer violento aos olhos desacostumados. Não fica claro quais são suas referências para afirmar que o tratamento dispensado aos touros de rodeios se assemelha ao “usado no dia a dia da fazenda, inclusive quando se sela um cavalo de passeio”. Frente à reação dos bois, entretanto, é impossível afirmar que eles estão satisfeitos com tais procedimentos.

Chama a atenção o fato de a repórter não ter recorrido a outras fontes para que emitissem pareceres técnicos sobre o uso do sédem – ainda mais sendo este um ponto “polêmico”, como ela mesma afirma. Diversos pesquisadores da área de veterinária, zootecnia, bem-estar animal, têm afirmado que o instrumento causa sofrimento e deveria ser banido. No livro *Direito Ambiental Brasileiro*<sup>445</sup>, reconhecido como a maior referência no campo, o autor também condena o sédem, argumentando que seu emprego caracteriza crime de maus-tratos:

Atos praticados ainda que com caráter folclórico ou até histórico, como a “farra do boi” estão abrangidos pelo art. 32 da Lei 9.605/98, e devem ser punidos não só quem os praticam, mas também, em coautoria, os que os incitam, de qualquer forma. A utilização de instrumentos nos animais, quando da realização de festas ou dos chamados “rodeios” ou “vaquejadas”, tipifica o crime comentado, pois concretiza maus-tratos contra os animais. O emprego do “sedém” – aparelho com tiras e faixas

<sup>445</sup> Lançado em 1982, o livro *Direito Ambiental Brasileiro* – também referido como um “manual” e um “clássico” – já foi reeditado, atualizado e ampliado sucessivas vezes ao longo das últimas décadas. Sua 27ª edição, publicada em maio de 2020, contém 1456 páginas.

de couro, fortemente amarrado na virilha do animal, com finalidade de comprimir seus órgãos genitais e forçá-lo a saltitar e corcovear – caracteriza o crime do art. 32 da Lei 9.605/98. Da mesma forma, e sem qualquer dúvida, todas as atividades que fizerem os animais enfrentar-se em luta ou disputa. As ‘brigas de galo’ são consideradas atos de crueldade contra animais (MACHADO, 2013, p. 956).

Como se vê, essas informações foram completamente ignoradas pela reportagem. Ao mencionar o projeto de lei que pretendia conferir ao rodeio o *status* de “patrimônio cultural imaterial”, o texto da *piáuí* tampouco faz qualquer ressalva à proposta:

O deputado paulista Capitão Augusto, do Partido da República [...] defendeu um projeto de lei, apresentado por ele, que eleva o rodeio a patrimônio cultural imaterial do Brasil. Recebeu o apoio de colegas da Frente Parlamentar do Rodeio ali representados, como Jair Bolsonaro, eleito pelo Partido Progressista fluminense. Também presente ao evento, Paulo Kachan, advogado da CNAR, a Confederação Nacional de Rodeio, afirmou que o projeto de lei ainda representava uma resposta tímida diante do que chama de “perseguição” aos rodeios, promovida segundo ele pelas ONGS de proteção aos animais.

Scarpin apresenta o ponto de vista do advogado da CNAR sobre o projeto, mas não dá voz a representantes de instituições especializadas. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), único órgão autorizado a conceder o título de patrimônio cultural material e imaterial no Brasil, manifestou-se posteriormente afirmando que rodeios e vaquejadas não estão aptos a serem assim classificados. O IPHAN chegou a enviar um ofício ao Senado alertando sobre a inconstitucionalidade do projeto. Nada disso, entretanto, aparece na reportagem, uma vez que nenhum especialista foi procurado para se manifestar.

A seguir, quando cita pela primeira vez uma ONG – a única que aparece em toda a reportagem –, ela a classifica como “a mais conhecida”, mas não esclarece quais foram seus critérios para a seleção. Quem acompanha o movimento pelos direitos animais sabe que existem diversas organizações com atuação muito mais significativa no combate aos rodeios.

A mais conhecida dessas entidades, a ONG Odeio Rodeio, é presidida pelo também advogado Leandro Ferro, de 28 anos. A organização nasceu, segundo Ferro, de uma das comunidades fundadas por ele no Orkut a partir do momento em que decidiu parar de comer carne, há dez anos. Apesar do nome emblemático, que estampa adesivos e camisetas pelo Brasil, a ONG não vai muito além de uma marca forte capaz de mobilizar simpatizantes da causa animal a qualquer sinal de alerta. “A Odeio Rodeio sou eu”, resumiu o advogado.

Ferro tem mais de 14 mil seguidores em sua fanpage no Facebook, sob o nome de “Leandro Ativista”. O advogado só esteve em um rodeio uma única vez – para uma ação em que estendia uma faixa na arena dizendo “Rodeio = Tortura”. Em poucos minutos de conversa é possível perceber que não há parâmetro comum para o diálogo entre ativistas como Leandro Ferro e defensores dos concursos de montaria.

A repórter estranhamente escolheu uma entidade cuja atuação, conforme descreve, seria inexpressiva. Nas matérias da própria *Folha* os repórteres mencionaram outras ONGs<sup>446</sup> que marcaram presença no combate aos rodeios – várias delas vêm movendo ações contra a Festa de Barretos –, mas a “Odeio Rodeio” jamais foi citada em qualquer texto do jornal. A reportagem da *piuí* claramente menosprezou a existência de um movimento pelos direitos animais já consolidado. Ao referir-se à única entidade citada, afirmações como “a ONG não vai muito além...”, “só esteve em um rodeio uma única vez...” reforçam a ideia de que o ativista – supostamente o único integrante da ONG – critica o que não conhece e, muito provavelmente, apenas critica porque não conhece. Esse desdém fica ainda mais explícito na frase que encerra o parágrafo: “Em poucos minutos de conversa é possível perceber que não há parâmetro comum para o diálogo entre ativistas como Leandro Ferro e defensores dos concursos de montaria.” O que sobressai é o estereótipo de um ativista “radical”, que não dialoga e não respeita opiniões divergentes. A seguir, Scarpin explica por que seria inviável estabelecer esse diálogo:

Enquanto os últimos alegam que se preocupam com o sofrimento animal, tendo adotado o uso de esporas sem pontas e do sedém de lã nos rodeios, o ativista afirma que os animais simplesmente não existem para nos servir – e que isso se estende não apenas a esportes como o rodeio, mas, em última instância, a cães-guia para cegos, por exemplo. Para Leandro Ferro e seus companheiros, não se trata apenas de minimizar o sofrimento dos animais, mas de não os submeter a qualquer situação em que eles não ajam naturalmente e de acordo com suas próprias vontades.

Vale notar que o parágrafo inicia afirmando que os defensores do rodeio “se preocupam com o sofrimento animal” – quase como se preocupassem tanto quanto os ativistas – e que já fazem o que é possível para evitar situações de maus-tratos. O ativista, pelo contrário, para além de lutar pelo fim das competições com animais, também é contra qualquer tipo de uso de animais, inclusive o de cães-guia – o que pode passar a impressão de que ele *só* se preocupa com os animais e é completamente insensível às necessidades humanas. A repórter não explica que, evidentemente, os ativistas têm o discernimento de que algumas formas de exploração são imensamente piores do que outras e, justamente por isso, há muito mais urgência em combatê-las. Ao afirmar que o ativista quer extinguir *até* o cão-guia, sem explicar as razões que fundamentam o movimento pelos direitos animais, o texto pode suscitar uma aversão à causa.

---

<sup>446</sup> As cinco ONGs que aparecem nas matérias da *Folha* são as seguintes: União Internacional Protetora dos Animais (Uipa); Projeto Esperança Animal (PEA); Amor de Bicho Não Tem Preço; Arca Brasil; Sociedade Mundial de Proteção Animal (WSPA, na sigla em inglês).

A seguir, outra declaração do advogado da CNAR reduz a luta contra os rodeios a uma questão de “preconceito social”:

O advogado da CNAR, Paulo Kachan, que cresceu frequentando a Festa do Peão de Barretos, tem, como Ferro, forte envolvimento pessoal com o tema. Para ele, a questão principal do combate ao rodeio é o preconceito social. “Esse não é um esporte de elite, como o turfe e o hipismo, que exigem do animal muito mais do que se exige do boi do rodeio em termos de preparação e treinamento”, argumentou. “Ninguém fala nada a esse respeito. Por quê? São esportes de elite, o rodeio, não. É da classe baixa.” Questionado sobre a razão de a bandeira contrária aos rodeios ser mais hasteada do que aquelas contra outros esportes que envolvem animais, Ferro argumentou que se tratava de uma estratégia, por ser um caso simbólico importante. Em esportes como o hipismo e o polo, animais e homens fazem parte de uma equipe; no rodeio, o animal é o oponente. E também alegou o alcance da causa: no país há muito mais eventos de rodeio do que desses outros esportes.

Presumivelmente, os ativistas também criticam outras práticas que utilizam animais, como o turfe e o hipismo. A fonte não explica com base em que afirma que esses esportes exigiriam mais do animal. E apesar de parecer mais popular e acessível, o rodeio também é uma atividade de elite, a começar pelos custos exorbitantes que demandam a criação e preparação de um boi até que esteja “apto” a pular nas arenas, além do próprio treinamento dos peões. A grande maioria dos competidores – conforme foi possível observar acompanhando a cobertura da *Folha* ao longo dos últimos 10 anos – são de famílias abastadas que compõem a “elite rural” do país. E certamente, como explicou o ativista, os rodeios têm muito mais visibilidade e são mais midiáticos – por isso são mais combatidos.

Quando descreve o mundo dos rodeios, todos os aspectos desses eventos são expostos de forma pormenorizada e respeitosa. O texto parece ter a intenção de realmente valorizar a “cultura sertaneja”, a “tradição” das montarias – mesmo quando faz isso indiretamente, ao reproduzir as declarações dos partidários dos rodeios. Ao falar da luta pelos direitos animais, porém, há um nítido desdém. As críticas à atividade são apresentadas como se fossem fruto de uma visão preconceituosa, de quem não conhece a realidade das arenas. Como outras reportagens da *piauí*, fica explícito que a repórter realizou extensas pesquisas – ela inclusive cita reportagens estrangeiras –, além de ter acompanhado dia e noite a peregrinação do locutor pelos rodeios do país. Mas o texto acaba por focar sobretudo nos aspectos positivos desses eventos. A morte do bezerro e toda a polêmica que envolveu a prova bulldog em 2011, por exemplo, sequer foram mencionadas.

A reportagem tampouco discorreu sobre os tantos embates judiciais envolvendo os rodeios, além das leis municipais e estaduais que já baniram algumas modalidades, como a prova do laço e a vaquejada. O Conselho Federal de Medicina Veterinária também poderia ter

sido consultado – a instituição já expressou, em diferentes ocasiões, que considera essas práticas intrinsicamente cruéis –, ou mesmo qualquer veterinário ou outro especialista da área que não estivesse diretamente vinculado à Festa do Peão de Barretos.

A *piauí*, portanto, assim como a *Folha*, realizou uma apuração parcial e incompleta. Mas essa abordagem enviesada do tema não se limita a essas publicações. Mesmo sem realizar uma análise pormenorizada de outros veículos, foi possível observar que, de forma geral, a mídia hegemônica aborda o tema com esse viés. A *BBC News Brasil*, por exemplo, publicou em 04 de outubro de 2011 a matéria “‘País do futebol’, Brasil domina principal torneio de rodeio nos EUA”<sup>447</sup>. O texto exalta o profissionalismo e sucesso internacional dos peões brasileiros – a “nação do futebol” [...], estaria prestes a “se tornar também o país do rodeio” – e não faz absolutamente nenhuma menção aos direitos animais.

## 2.4. Um tema “menor”

O problema não é a falta de acesso a fontes, uma vez que, como foi demonstrado no início do capítulo, esse debate se faz cada vez mais presente em diferentes espaços da sociedade. O Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, entidade que existe desde 1998 e reúne cerca de 140 ONGs de toda as regiões do país<sup>448</sup>, vem promovendo há mais de uma década a campanha “Brasil sem rodeios e vaquejadas”<sup>449</sup>. Entre os materiais informativos que o Fórum disponibiliza está o vídeo “Rodeio: de que lado você está?”<sup>450</sup>. A União Internacional Protetora dos animais (Uipa) – fundada em 1895, sendo hoje a mais antiga associação de defesa animal do país –, atua diretamente contra a realização de rodeios, movendo ações judiciais contra eventos que são realizados no estado de São Paulo. Em seu site, publica periodicamente artigos assinados por especialistas explanando sobre os malefícios de tais práticas para os animais. Entre os mais recentes está “Cruéis Rodeios: a exploração Econômica da Dor”<sup>451</sup>.

São várias as entidades protetoras de animais sediadas no interior de São Paulo que têm longa atuação contra rodeios e outras atividades de entretenimento com animais. A

<sup>447</sup> Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/10/111004\\_peoes\\_brasil\\_pu](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/10/111004_peoes_brasil_pu) Acesso em 10 jan. 2021.

<sup>448</sup> Disponível em: [forumanimal.org](http://forumanimal.org) Acesso em 18 jan. 2021.

<sup>449</sup> Disponível em: [forumanimal.org/campanhas/brasil-sem-rodeios-e-vaquejadas/](http://forumanimal.org/campanhas/brasil-sem-rodeios-e-vaquejadas/) Acesso em 18 jan. 2021.

<sup>450</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yDY7zCyyj7k&> Acesso em 18 jan. 2021.

<sup>451</sup> Disponível em: [www.uipa.org.br/cruéis-rodeios-a-exploracao-economica-da-dor/](http://www.uipa.org.br/cruéis-rodeios-a-exploracao-economica-da-dor/) Acesso em 18 jan. 2021.

Associação Amigos dos Animais (AAAC), de Campinas, existe desde 1983<sup>452</sup>; a Associação Vida Animal (AVA), de Ribeirão Preto, foi fundada em 1996<sup>453</sup> – além da própria Uipa e daquelas citadas nas matérias da *Folha*. Os 10 anos de cobertura da *Folha* e a reportagem que a *piauí* publicou em 2015 mostraram-se alheios a todo esse debate. Na mídia *mainstream*, a palavra final nunca é dos defensores dos animais.

A monografia de Mônica Carneiro, referenciada no início do capítulo, analisa a cobertura do “Circuito Internacional Rede Globo de Rodeios” e constata que “o jornalista também se transforma em animador da arena e, mais uma vez, omite uma série de informações importantíssimas ao público-espectador, como o tratamento nada ‘humanitário’ dispensado aos animais e o lucro exorbitante decorrente dessas competições” (CARNEIRO, 2008, p. 58). Mais de uma década depois, suas constatações seguem válidas.

Certamente não devemos ter a expectativa de que os jornalistas que cobrem outros assuntos e que atuam em editorias diversas estejam acompanhando de perto o debate sobre direitos animais. Entretanto, espera-se pelo menos que aqueles que escrevem frequentemente sobre temas relacionados estejam minimamente inteirados do assunto – sobretudo quando existe muita informação disponível e de fácil acesso. Os jornalistas, talvez, ainda abordam essas questões de forma displicente por considerarem que têm pouca importância – sobretudo quando seu tempo e atenção estão voltados a assuntos mais “relevantes”.

Em 1997, quando julgou procedente o Recurso Extraordinário nº 153.531/SC<sup>454</sup> que declarava ilegal a prática da farra do boi em Santa Catarina, o relator ministro Francisco Rezek ressaltou, em seu voto, a importância da ação. No texto, ele contestou um hipotético questionamento quanto à pertinência em se levar adiante um processo em defesa de animais:

Por que, num país de dramas sociais tão pungentes, há pessoas preocupando-se com a integridade física ou com a sensibilidade dos animais? Esse argumento é de uma inconsistência que rivaliza com sua impertinência. A ninguém é dado o direito de estatuir para outrem qual será sua linha de ação, qual será, dentro da Constituição da República, o dispositivo que, parecendo-lhe ultrajado, deva merecer seu interesse e sua busca de justiça. De resto, com a negligência no que se refere à insensibilidade de animais, anda-se a meio caminho até a indiferença a quanto se faça a seres humanos. Essas duas formas de desídia são irmãs e quase sempre se reúnem, escandalosamente. Não nos é dado o direito de tentar ridicularizar o pedido, de amesquinhá-lo com esse gênero de argumento.

---

<sup>452</sup> Disponível em: <http://aaac.org.br/conheca-a-ong/> Acesso em 18 jan. 2021.

<sup>453</sup> Disponível em: <https://www.ava.org.br/index.php/ava/historia> Acesso em 18 jan. 2021.

<sup>454</sup> Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=211500> Acesso em 25 jan. 2021.

Mais de 20 anos se passaram desde que Rezek redigiu esse relatório e, como vimos, foram vários os avanços na esfera jurídica. Para o longo caminho que ainda resta percorrer, a mídia tem um papel fundamental, sobretudo no que tange à conscientização da população e consequente pressão por mudanças. Importantes atores do campo jornalístico, entretanto, seguem menosprezando o tema – julgando-o, de antemão, como inferior.

## CAPÍTULO 3

### ANIMAIS COMO *COMMODITIES* DO AGRONEGÓCIO

*Que mundo é esse? O corpo de um ser transformado em sapatos, almôndegas, salsichas, num tapete junto à cama, num caldo preparado à base dos ossos de um outro ser... Sapatos, sofás, uma bolsa feita da barriga de um ser, aquecer-se com a pele alheia, alimentar-se com o corpo de outro, cortá-lo em pedaços e fritar em óleo... Será que é possível que esses procedimentos macabros aconteçam de verdade? Essa grande matança cruel, insensível, mecânica, sem nenhum remorso, sem nenhuma pausa para pensar, embora muito pensamento esteja implicado a filosofias e teologias engenhosas. Que mundo é esse onde matar e causar dor é tido como algo normal? O que diabo acontece com a gente?*

Olga Tokarczuk<sup>455</sup>

Na famosa carta de Pero Vaz de Caminha<sup>456</sup>, escrita em 1500, o navegador português faz o seguinte registro:

Eles não lavram, nem criam. Aqui não há boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem qualquer outra alimária, que costumada seja ao viver dos homens. Não comem senão desse inhame, que aqui há muito, e dessa semente e frutos, que a terra e as árvores de si lançam (CAMINHA, 1500, p. 12).

Bovinos, assim como tantas outras espécies que vieram a ser domesticadas, não existiam no continente americano até a chegada dos primeiros colonizadores europeus. O que nos parece hoje tão “natural”, “tradicional” e intrínseco à cultura brasileira foi, na verdade, introduzido aqui a partir do período colonial, como parte de um esforço de ocupação e apropriação de terras. Embora diversas comunidades nativas caçassem e pescassem, nenhuma delas criava animais com o propósito de matá-los e comê-los. Vários grupos, inclusive, alimentavam-se exclusivamente ou predominantemente de vegetais. A maior parte dos povos originários custaram a aderir ao empreendimento europeu de domesticação e exploração de animais. “Os projetos de criação animal, como o de gado, acabaram falhando nas aldeias. Era raro que os animais criados nesses locais fossem abatidos para servir de alimento. Eles acabavam adotados”, observa Felipe Ferreira Vander Velden (*apud* MILHORANCE, 2015), pesquisador de Ciências Sociais e Antropologia.

<sup>455</sup> Do livro *Sobre os ossos dos mortos* (TOKARCZUK, 2019, p. 104).

<sup>456</sup> A carta de Pero Vaz de Caminha é reconhecida como o primeiro documento escrito da história do Brasil a partir da chegada dos portugueses.

Entretanto, “com a progressiva extinção das sociedades indígenas, fomos adotando no Brasil os hábitos europeus de uso dos animais” (VELDEN *apud* MILHORANCE, 2015). Ao longo do tempo, “os bois transformaram radicalmente a paisagem brasileira. [...] O pasto há séculos representa a posse da terra e é ferramenta para o avanço da conquista territorial. [...] Terra com gado é terra com dono. [...] A paisagem foi transformada com espécies invasoras” (VELDEN *apud* MILHORANCE, 2015). Por mais que nos soe estranho hoje, bois, porcos e galinhas são “espécies exóticas” ao nosso ecossistema.

No artigo “História do povoamento bovino no Brasil Central” (2012), os autores também apontam a inserção do gado como parte do processo de colonização:

Os primeiros bovinos chegaram ao nosso país, juntamente com outros animais domésticos, apenas em 1533. [...] Aos poucos, com o crescimento da economia na região litorânea, a criação de gado foi se estendendo ao interior do território e [...] a cultura pecuária foi sendo impregnada na cultura local (SILVA; BOAVENTURA; FIORAVANTI, 2012, p. 34).

A bovinocultura, que a princípio era sobretudo um recurso de “infiltração e conquista do território desconhecido” (SILVA; BOAVENTURA; FIORAVANTI, 2012, p. 36), acabou por ser um empreendimento tão “bem sucedido”, que culminou na situação em que nos encontramos hoje: seres vivos e sencientes foram reduzidos a meras *commodities* do agronegócio.

Atualmente, uma quantidade exorbitante de animais é criada exclusivamente para ser transformada em comida e diversos subprodutos. O Brasil está entre os países que mais têm participação no mercado mundial de produção de alimentos de origem animal. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o efetivo do rebanho bovino em 2019 era de 214,9 milhões de cabeças de gado.<sup>457</sup> Temos, em território nacional, mais bois do que seres humanos – a estimativa da população brasileira daquele ano foi de 212 milhões de pessoas. Outras espécies também são criadas em larga escala: a mesma pesquisa contabilizou cerca de 40,6 milhões de suínos e 1,5 bilhão de galináceos.<sup>458</sup>

Um estudo da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), também de 2019, aponta que “o Brasil é hoje o maior exportador de [...] carnes bovina e de frango; [...] e o quarto de carne suína. [...] É também o segundo maior produtor mundial de [...] carnes bovina

---

<sup>457</sup> IBGE – Pesquisa da Pecuária Municipal: efetivo dos rebanhos em 31/12/2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939#resultado> Acesso em 17 fev. 2021.

<sup>458</sup> *Idem*.

e de frango”.<sup>459</sup> O último censo agropecuário do IBGE<sup>460</sup> mostra que 159,5 milhões de hectares são ocupados apenas com pastagens – o que representa 18,8% da totalidade do território nacional.<sup>461</sup>

Vale destacar que temos uma atuação expressiva não somente no mercado de criação de animais, como também no de produção de grãos e outros insumos destinados a esses animais. O Brasil é o maior produtor e consumidor de soja do planeta. Em 2020, produzimos cerca de 124,8 milhões de toneladas, o equivalente a 37% de toda a produção mundial.<sup>462</sup> As projeções para 2021 são de cerca de 133,8 milhões de toneladas.<sup>463</sup> Em termos territoriais, essa foi uma das culturas que mais se expandiu ao longo das últimas décadas: de 7 milhões de hectares em 1977, a soja passou a ocupar, em 2020, 38,3 milhões de hectares do solo brasileiro.<sup>464</sup> Um crescimento de 447% em apenas 44 anos. Hoje, 4,5% de nosso território são utilizados para o cultivo do grão. Além da soja, a alimentação de animais também inclui milho, trigo, entre outros cereais que demandam amplas áreas de lavoura.

Entre as razões que fizeram do agronegócio um dos setores predominantes da economia brasileira está o fato de que, sobretudo durante a segunda metade do século XX, a criação de gado foi amplamente impulsionada pelo governo. No período ditatorial, diversas campanhas da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) incentivaram o desmatamento da floresta para a abertura de pastos.<sup>465</sup> “Progresso” significava destruir o “inferno verde” – como era chamada a Amazônia pelos governantes de então. As mais variadas espécies de árvores e outras vegetações deveriam ser substituídas por bois.

Um anúncio de 1971 conclamava: “Toque sua boiada para o maior pasto do mundo” (Figura 11). O Estado oferecia “todo o apoio” necessário para quem se aventurasse a migrar para a floresta, conforme explicita o texto da publicidade: “Na Amazônia a terra é barata e sua

---

<sup>459</sup> “Panorama do Agro”. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/cna/panorama-do-agro> Acesso em 26 jan. 2021.

<sup>460</sup> IBGE. Censo Agro 2017 – Resultados definitivos. Utilização das terras (em hectares). Disponível em: [https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo\\_agro/resultadosagro/estabelecimentos.html](https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/estabelecimentos.html) Acesso em 18 fev. 2021.

<sup>461</sup> O território brasileiro é de 851,487 milhões de hectares.

<sup>462</sup> Soja em números (safra 2019/20). Embrapa Soja. Disponível em: <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos> Acesso em 17 fev. 2021.

<sup>463</sup> Série histórica das safras. Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). 11 fev. 2021. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/serie-historica-das-safras> Acesso em 18 fev. 2021.

<sup>464</sup> *Idem*.

<sup>465</sup> Durante a década de 1970, a logomarca da estatal era acompanhada pelo *slogan*: “A Amazônia tem dono. Você é um deles.”

fazenda pode ter todo o pasto que seus bois precisam. Sem frio ou estiagem queimando o capim, o gado fica bonito de janeiro a dezembro. E, para ir para a Amazônia, você escolhe a ajuda que quiser.” [...] Essa “ajuda” incluía “o financiamento do Banco da Amazônia” para o futuro empreendedor. Este podia se inspirar naqueles que já estavam se apropriando do “inferno verde”: “Mais de 250 empresas já estão se instalando na Amazônia. Essa gente foi pra lá movida por um forte impulso pioneiro, patriótico e empresarial.”

**Toque sua boiada para o maior pasto do mundo.**

Na Amazônia a terra é barata, e sua fazenda pode ter todo o pasto que os bois precisam. Sem frio ou estiagem queimando o capim, o gado fica bonito de janeiro a dezembro. E, para ir para a Amazônia, você escolhe a ajuda que quiser. Com um projeto aprovado pela

Sudam, sua empresa recebe os incentivos fiscais de milhares de empresas de todo o país. E, com o financiamento agropecuario do Banco da Amazônia, você tem todo o apoio de que precisa. Quando chegar a hora de vender o gado, as notícias serão ótimas.

É que a produção atual da região Norte é muito menor que seu consumo. E, quando essa produção alcançar 1 milhão de cabeças por ano, em 1975, você terá o mercado nordestino ali pertinho à sua espera. E também os portos que embarcam carne para a Europa e EUA. Por falar nisso, a carne sem

gordura do zebu é a mais procurada no mercado internacional. E por isso tudo que mais de 250 empresas agropecuárias já estão se instalando na Amazônia. Essa gente foi para lá movida por um forte impulso pioneiro, patriótico e empresarial.

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
SUPERINTENDÊNCIA  
DO DESENVOLVIMENTO  
DA AMAZÔNIA-SUDAM  
BANCO DA  
AMAZÔNIA S.A.  
DETAM  
DESENVOLVIMENTO  
DO NOROESTE  
DA AMAZÔNIA  
SUDAM

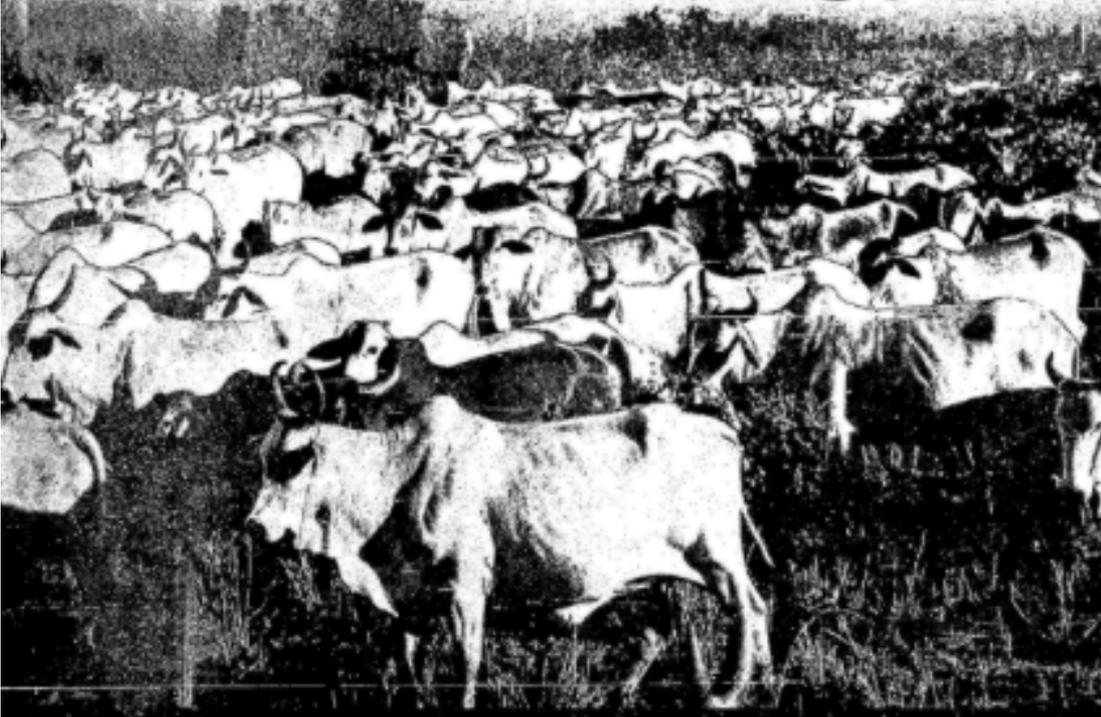


Figura 11: Anúncio da Sudam, veiculado no jornal *O Globo* em 15 de dezembro de 1971 (p. 25).

Imagens de bois eram uma constante nos anúncios da Sudam. Com a chamada “Toda geração tem sua grande oportunidade. A Amazônia é a sua.”, outra publicidade (Figura 12), de 1972, apresentava o seguinte apelo:

A Amazônia é o único lugar na Terra onde o homem pode ficar rico começando do nada. [...] Ela lhe dá as maiores pastagens do mundo para a criação de gado tipo exportação. Centenas de jazidas minerais. Exóticos lugares para a exploração do turismo. Terra à vontade para você plantar o que quiser. [...] E ainda todo o apoio da Sudam. Os financiamentos e a completa assistência bancária do Basa. [...] Isenção por 10 anos (em alguns casos até 15) do imposto de renda do seu empreendimento. Isenção de taxas alfandegárias para a importação de máquinas. Isenção de imposto municipais e estaduais. E até áreas doadas em alguns lugares.

# TODA GERAÇÃO TEM SUA GRANDE OPORTUNIDADE. A AMAZÔNIA É A SUA.



A Amazônia é o último lugar da Terra onde um homem pode ficar rico trabalhando de modo. E para isso ele pode abrir a sua fazenda na 50% da sua propriedade.

Em troca, ele terá as melhores pastagens do mundo para a criação de gado tipo exportação. Centenas de jazidas minerais. Edifícios modernos para a exploração do turismo. Terra à vontade para você.

Elestar o que quiser.

É uma infra-estrutura completa que já está sendo implantada: 12 mil km de estradas, 12 portos, 120 aeroportos, 9 mil km de telecomunicações para telefonia, tele e progressão de dados que a ligam com todo o Brasil e o mundo.

É ainda todo o apoio da Sudam.

Os investimentos e a completa existência bancária do Bova nas suas 41 agências dentro da região.

— Isenção por 10 anos (em alguns casos até 15) do imposto de renda do seu estabelecimento, isenção de taxas administrativas para a importação de máquinas, isenção de impostos municipais e estaduais. E até diretos doados em alguns lugares.

Prossim oportunidades que não são a seu pai perderam. Não perca a sua.

Conte Sudam.

COMUNICAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO

**SUDAM/BASA 72**

A AMAZÔNIA TEM O MELHOR GADO DO BRASIL.

Figura 12: Anúncio da Sudam, veiculado no jornal *O Globo* em 12 de abril de 1972 (p. 21).

Outro anúncio (Figura 13) explicitava ainda mais o papel do gado no projeto de “desenvolvimento” do país. Com o título “O boi é o melhor amigo do empresário”, o texto dizia:

Nenhum investimento é tão sólido quanto um bom bife. E da Amazônia sairá toda a carne que falta na mesa do mundo. Centenas de empresários estão plantando imensos pastos na Amazônia. E nessas pastagens estão sendo criadas um milhão de cabeças de gado indiano. Ele gosta de capim alto e do clima da região. E o mundo inteiro gosta da carne dele, porque tem pouca gordura e não deixa ninguém preocupado com o colesterol. Por isso, o gado que você criar na Amazônia já tem comprador, dentro e fora do Brasil.

**O BOI É O MELHOR AMIGO DO EMPRESÁRIO.**

Nenhum investimento é tão sólido quanto um bom boi. E da Amazônia sairá toda a carne que falta na mesa do mundo. Centenas de empresários estão plantando imensos pastos na Amazônia. E nessas pastagens estão sendo criadas um milhão de cabeças de gado indiano. Ele gosta de capim alto e do clima da região. E o mundo inteiro gosta da carne dele, porque tem pouca gordura e não deixa ninguém preocupado com o colesterol. Por isso, o gado que você criar na Amazônia já tem comprador, dentro e fora do Brasil. Para não ficar de fora num dos grandes negócios desta década, fale com a SUDAM. Ou com o Banco da Amazônia.

**SUDAM 72**  
A AMAZÔNIA TEM DOMO, VOCE É UM DELES.  
CRIE SUDAM.

Figura 13: Anúncio veiculado no jornal *O Globo*, em 12 de abril de 1971.

As ações da Sudam com o propósito de incentivar a pecuária na Amazônia marcaram presença na imprensa brasileira durante toda a década de 1970. O botânico Ricardo Cardim, em texto recente publicado na revista literária *Quatro Cinco Um*, também rememora algumas dessas campanhas:

A estatal patrocinava campanhas em revistas de circulação nacional com textos abomináveis. Uma empresa anunciava na busca de investidores: “A Agropecuária Jabuti impõe o progresso à Amazônia. **A boiada está modificando a paisagem amazônica**, fazendo desaparecer a era de lendas, do exotismo, dos mistérios, das promessas. O Brasil dedica-se a conquistá-la”.

O tom não era diferente nas páginas editoriais. “O progresso ganha a selva. Lugarejos perdidos na selva começam a plantar e **criar os primeiros bois**.” O especial Amazônia da Realidade, de outubro de 1971, abre uma matéria com o título “**As patas do boi estão abrindo 280 fazendas na Amazônia: uma área duas vezes a da Áustria**”. E reproduz a fala do diretor do consórcio Swift-Armour-King’s Ranch, três dos maiores grupos mundiais de carne: “[...] **A região amazônica está fadada a ser o grande centro exportador de carne do mundo**”. [...]

Grande exemplo desse tipo de investimento na floresta foi a fazenda-modelo da Volkswagen no sul do Pará. Com 140 mil hectares e autorização para desmatar metade da área, o empreendimento foi instalado por meio de incentivos financeiros da Sudam. “Volkswagen Sudam, modelo 77”, dizia o texto do anúncio publicado na Veja,

ilustrado com a foto de um boi. Em 1976 o satélite americano Skylab fotografou na fazenda o maior incêndio já registrado pelo homem até então [...].

O desmatamento nas gigantescas propriedades dos projetos pecuários seguia a tradicional técnica da coivara, com a queima sumária da floresta, e quando muito, extração de madeira com valor comercial [...]. Mas não ficavam nos métodos tradicionais. [...] O uso de desfolhantes aspergidos por aviões na floresta veio no embalo da Guerra do Vietnã.

O consumo de desfolhantes aumentou no Brasil 5.400% no período de 1965 a 1979. O uso de agente laranja, a tóxica dioxina, [...] era tão comum no Brasil que o Basa, Banco da Amazônia S. A., financiava semanalmente a compra de 5 mil litros do produto [...] (CARDIM, 2020, grifos meus).

Em abril de 1973, foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Desde então, o órgão vem contribuindo significativamente para o fortalecimento e crescimento do setor. Conforme informa seu último relatório, “nos últimos 41 anos, a produção de carne de aves aumentou 26 vezes, a de carne suína, 4,6 vezes, a de leite, 3,4 vezes e a produção de carne bovina, 4,3 vezes” (EMBRAPA, 2019, p. 96). Apenas nos últimos 20 anos, a produção anual de leite “passou de 15 bilhões de litros para 36 bilhões de litros, tornando o País o quarto maior produtor mundial” (EMBRAPA, 2019, p. 97).

Esse aumento expressivo da produção ultrapassa em muito o crescimento populacional no Brasil e no mundo nesse mesmo período. Portanto, não apenas a criação de animais foi amplamente estimulada, como também o consumo. Os alimentos de origem animal passaram a ter uma presença significativamente maior na mesa dos brasileiros ao longo do tempo. O consumo *per capita* anual de frango, por exemplo, “que no início dos anos 1970 era inferior a 4 kg no Brasil, hoje está em torno de 45,14 kg/hab/ano” (EMBRAPA, 2019, p. 98).

Nas décadas seguintes, mesmo com as mudanças de governo e o início do período democrático, o agronegócio sempre teve assegurado o apoio dos poderes públicos, com farta oferta de subsídios e incentivos fiscais. Desde a Assembleia Nacional Constituinte, em 1988, um grupo de parlamentares vem atuando em defesa do agronegócio. Em 1994, foi fundada a Frente Parlamentar da Agricultura, que a partir de 2008 passou a ser denominada Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) – hoje também conhecida como “bancada ruralista” ou “bancada do boi”.

Conforme informa o site da FPA, seu objetivo “é estimular a ampliação de políticas públicas para o desenvolvimento do agronegócio nacional.” Desde sua criação, “a bancada tem sido um exemplo de grupo de interesse e de pressão bem sucedido. É considerada a mais influente nas discussões, articulações e negociações de políticas públicas no âmbito do Poder

Legislativo.”<sup>466</sup> A bancada do boi reúne hoje 280 parlamentares – 39 senadores e 241 deputados –, o que equivale a 47% de todos os membros da Câmara e do Senado.<sup>467</sup> Depois que Jair Bolsonaro assumiu a Presidência da República, os interesses do agronegócio passaram a ser ainda mais favorecidos. O deputado Sérgio Souza (MDB-PR), atual presidente da FPA, exalta em seus discursos que “considera este o melhor momento para avançar com pautas do agronegócio”.<sup>468</sup> No início de 2021, ao elencar os projetos prioritários para o setor, o parlamentar enfatizou a urgência em aprová-los ainda este ano, pois “2022 é outro mundo em Brasília”.<sup>469</sup>

Entre as conquistas mais recentes do grupo estão a criação do Fundo de Investimento para o Setor Agropecuário (Fiagro)<sup>470</sup>; a redução de 16% para 2% no valor do imposto de importação de autopeças para tratores<sup>471</sup>; a implantação da “ID Agro”, uma plataforma que possibilita o registro gratuito de tratores e maquinários agrícolas – os quais já estão dispensados de licenciamento e emplacamento<sup>472</sup>. Essas e tantas outras vantagens – que geralmente implicam em menor arrecadação para o Estado – são sempre proclamadas pela bancada como muito positivas, uma que vez que “o agro sustenta o Brasil” e “coloca alimento na mesa dos brasileiros”.<sup>473</sup>

A Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec) aponta que, em 2019, o Produto Interno Bruto (PIB) da pecuária de corte representou 8,5% do PIB brasileiro. Essa porcentagem inclui “todos os negócios e movimentações relacionados à cadeia, desde valores dos insumos utilizados na pecuária, passando por investimentos em genética,

---

<sup>466</sup> “História da FPA”. Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/historia-da-fpa/> Acesso em 19 fev. 2021.

<sup>467</sup> O Senado Federal é composto por 81 senadores e a Câmara dos Deputados por 513 deputados. Ao todo, temos no Brasil 594 parlamentares.

<sup>468</sup> Disponível em: <https://agencia.fpagropecuaria.org.br/2021/02/04/no-congresso-bolsonaro-diz-que-agro-e-a-locomotiva-da-economia-no-brasil/> Acesso em 20 fev. 2021.

<sup>469</sup> Disponível em: <https://agencia.fpagropecuaria.org.br/2021/02/04/sergio-souza-chega-a-presidencia-da-fpa-com-desafio-de-mudar-o-olhar-da-sociedade-sobre-o-agro-brasileiro/> Acesso em 20 fev. 2021.

<sup>470</sup> Disponível em: <https://agencia.fpagropecuaria.org.br/2021/02/12/fiagro/> Acesso em 20 fev. 2021.

<sup>471</sup> Disponível em: <https://agencia.fpagropecuaria.org.br/2021/02/08/autopecas-de-tratores-menos-imposto-para-o-produtor-e-mais-alimento-barato-na-mesa-do-consumidor-diz-presidente-da-fpa/> Acesso em 20 fev. 2021.

<sup>472</sup> Conforme disse o deputado Zé Mário Schreiner (DEM-GO), grande defensor da medida, “aquele produtor rural que iria desembolsar um custo para regularizar o seu trator, a sua máquina, não vai precisar”. Disponível em: <https://agencia.fpagropecuaria.org.br/2020/11/23/maquinas-agricolas-terao-registro-gratuito/> Acesso em 20 fev. 2021.

<sup>473</sup> Disponível em: <https://agencia.fpagropecuaria.org.br/2020/12/15/o-agro-brasileiro-vai-alimentar-2-bilhoes-de-pessoas-diz-alceu-moreira-em-balanco-de-gestao-como-presidente-da-fpa/> Acesso em 20 fev. 2021.

sanidade animal, nutrição, exportações e vendas no mercado interno”.<sup>474</sup> Os lucros dessa movimentação financeira, entretanto, não são distribuídos equitativamente entre todos que atuam na área, mas estão concentrados nas mãos de um grupo restrito de indivíduos que monopoliza o mercado – e que são, literalmente, os “donos” da indústria.

A JBS é hoje a maior empresa de proteína animal do mundo em termos de receita líquida. Considerando a totalidade da indústria de alimentos, a marca fica em segundo lugar no *ranking* internacional, perdendo apenas para a Nestlé.<sup>475</sup> Somente no terceiro trimestre de 2020, seu lucro foi de R\$ 3,1 bilhões.<sup>476</sup> A empresa também é proprietária de 60 outras marcas de produtos alimentícios – tais como Friboi, Seara, Swift, Dorian, Delícia etc.<sup>477</sup> Muito mais do que “alimentar a população” – como os empresários gostam de proclamar – a exploração de animais é um negócio altamente lucrativo.<sup>478</sup> Por isso existe tanto empenho em preservar regalias e privilégios.

Além das esferas política e econômica, a agropecuária também tem amplo apoio do campo midiático. É vastamente conhecida a campanha da Rede Globo de Televisão lançada em 2016 e exibida ininterruptamente desde então: “Agro: a indústria-riqueza do Brasil”. Com vídeos de cerca de 50 segundos, a emissora divulga dois novos anúncios por mês, promovendo diferentes produtos do agronegócio. Em março de 2021 a campanha já contabilizava 118 vídeos.<sup>479</sup> Ao final de todos eles, repete-se o bordão: “Agro é tech. Agro é pop. Agro é tudo. Tá na Globo.” Independentemente do produto ou do aspecto da cadeia produtiva que é exaltado, a publicidade segue sempre o mesmo padrão: inicia anunciando um produto – “Soja é agro”, “Seda é agro”, “Algodão é agro” etc. – e passa então a descrever suas qualidades e benefícios. O *spot* “Boi é agro” diz:

---

<sup>474</sup> Beef Report – Perfil da Pecuária no Brasil – 2020. Disponível em: [https://www.cicarne.com.br/wp-content/uploads/2020/05/SUMÁRIO-BEEF-REPORT-2020\\_NET.pdf](https://www.cicarne.com.br/wp-content/uploads/2020/05/SUMÁRIO-BEEF-REPORT-2020_NET.pdf) Acesso em 19 fev. 2021.

<sup>475</sup> Disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/043a77e1-0127-4502-bc5b-21427b991b22/d7b60535-3baa-473f-75b4-bf6f1e966df5> Acesso em 19 fev. 2021.

<sup>476</sup> MENDES, Luiz Henrique. JBS lucra R\$ 3,1 bi e projeta listagem de ações nos EUA em 2021. Valor Econômico. 11 nov. 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2020/11/11/jbs-lucra-r-31-bi-e-projeta-listagem-de-acoes-nos-eua-em-2021.ghtml> Acesso em 19 fev. 2021.

<sup>477</sup> Disponível em: <https://jbs.com.br/marcas/> Acesso em 19 fev. 2021.

<sup>478</sup> A JBS é também a maior devedora ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), conforme noticiou o jornal *Brasil de Fato* em dezembro de 2020, com dados da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/12/02/com-lucro-recorde-jbs-lidera-ranking-de-devedores-do-funrural-governo-estuda-perdao> Acesso em 19 fev. 2021.

<sup>479</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/playlist/videos-agro-a-industria-riqueza-do-brasil.ghtml> Acesso em 17 mar. 2021.

Bois é agro. Desde o início da colonização, o boi tem sido fundamental para a economia brasileira. Hoje, o rebanho é de 215 milhões de cabeças. É mais gado do que a soma de toda a população do País. O Brasil é o maior exportador de carne bovina do mundo. Em 2016, a receita atingiu 5,3 bilhões de dólares. [...] Boi é cultura, é boi de reis, boi-bumbá, boi de mamão, boi é festa. Boi é agro. Agro é tech, agro é pop, agro é tudo. Tá na Globo.

O texto repete o lugar-comum de que o boi é “fundamental para a economia brasileira” sem contextualizar que esta foi uma escolha deliberada, cujo maior “benefício” é enriquecer uma ínfima minoria. Também é estranha a associação entre exploração animal e festividades da cultura popular. A atividade de criar animais com o propósito de matá-los e transformá-los em comida está distante do clima alegre e descontraído que envolve as tradições citadas. O animal vivo, inclusive, sequer está presente nessas celebrações, uma vez que são teatralizadas.

Entre as cenas exibidas, obviamente a morte foi subtraída: ou se vê animais no pasto com ótima aparência, ou como pedaços de carnes “apetitosas”. O que se passa entre uma coisa e outra é intencionalmente apagado, uma vez que simplesmente não seria possível registrar uma imagem de abate “agradável” à sensibilidade dos telespectadores. O mesmo ocorre em “Porco é agro”, “Frango é agro”, “Peixe é agro”, “Leite é agro”:

Porco é agro. Na costelinha, no presunto, no torresmo, na feijoada. É uma das carnes mais tradicionais da culinária brasileira. O porco também é útil na medicina. Válvulas cardíacas são feitas com material do coração. Já começaram a ser produzidos clones de animais que vão fornecer órgãos para transplante de seres humanos. [...] Porco é inovação na medicina. É carne com baixo teor de gordura. Porco é agro. Agro é tech, agro é pop, agro é tudo. Tá na Globo.

Frango é agro. As granjas brasileiras exigem muitos cuidados e tecnologia. Nos galpões, a higiene é rigorosa. Quando a temperatura passa do limite, sensores disparam o alarme. O computador controla tudo: a ração no cocho, a umidade e a iluminação especial. A genética apurada garante o crescimento em apenas 42 dias. O frango está no cardápio do brasileiro. Movimenta a economia e traz uma das maiores receitas para o campo. [...] Frango é proteína boa e barata. Frango é agro. Agro é tech, agro é pop, agro é tudo. Tá na Globo.

Peixe é agro. A criação de peixe em cativeiro está em rápida expansão no país. O faturamento em 2016 foi de 4,5 bilhões de reais. [...] Nos tanques, frigoríficos, no comércio e indústria. O peixe dá emprego. Tilápia e tambaqui são os mais cultivados. [...] O peixe está na grela, no fogo, na moqueca. O couro está na bolsa, no sapato. Peixe é alimento saudável. É proteína. Peixe é agro. Agro é tech, agro é pop, agro é tudo. Tá na Globo.

Leite é agro. O leite é rico em proteínas, cálcio e vitaminas. E é riqueza no campo. Em 2020, os produtores receberam 40 bilhões de reais. [...] Equipamentos automáticos tornam a ordenha mais higiênica. As vacas têm conforto nos galpões. As vacinas previnem os rebanhos das principais doenças. O leite movimenta a indústria de queijos, manteiga e derivados. [...] Leite é riqueza no campo. É saúde na mesa. Leite é agro. Agro é tech, agro é pop, agro é tudo. Tá na Globo.

Como se observa, todos esses anúncios reforçam repetidamente a ideia de que animais são tão somente *commodities*, produtos, comida. Eles nunca são referidos como seres vivos e sencientes. Resumem-se a “costelinha”, “presunto”, “torresmo”, “proteína boa e barata”, “alimento saudável” e “rico em cálcio, vitaminas”. São meras engrenagens da máquina. O aumento da produtividade, fruto de uma “genética apurada”, faz com que cresçam em uma velocidade muito maior do que seu ritmo natural de vida – o que para os empresários é ótimo, uma vez que reduz custos e gera ainda mais lucros. Não importa se isso interfere significativamente no bem-estar desses animais, uma vez que estão aí apenas para nos serem úteis. Também chama a atenção a quantidade de vezes em que a palavra “proteína” aparece – reiterando que não são nada mais do que comida.

Imagens de pintinhos e filhotes de porcos “fofos” camuflam uma realidade que envolve recém-nascidos apartados de suas mães e pintinhos triturados vivos – práticas corriqueiras e consideradas aceitáveis na indústria. Os animais aparecem sempre saudáveis, limpos, “felizes”. Jamais sofrendo, sentindo dor ou qualquer desconforto. Há cenas que deveriam causar algum tipo de estranhamento, mas são apresentadas como naturais e desejáveis – porque, de fato, é assim que a maioria as vê hoje. Entre elas, destaco: bezerros sugando máquinas que substituem as mamas de suas mães; vacas com as mamas acopladas a outras máquinas que lhes retiram o leite ao qual seus filhotes não têm mais acesso; peixes confinados e espremidos em tanques; galinhas fechadas em galpões onde jamais entra a luz do sol. Para as grandes corporações, tudo isso é “tecnologia” que propicia “avanço”, “progresso”.

Vários estudos acadêmicos já analisaram a campanha da Globo, chegando a conclusões bastante semelhantes: os vídeos transmitem informações distorcidas e equivocadas; omitem os tantos aspectos negativos do agronegócio e sobretudo seu enorme impacto ambiental; dão a entender que geram riqueza para o Brasil, sendo que na verdade essa riqueza está concentrada nas mãos de grandes latifundiários.

A Rede Globo [...] oculta informações aos consumidores/telespectadores sobre como e por quem são realmente produzidos os diversos produtos agropecuários que chegam às mesas da população [...]. Ao longo da peça publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, o setor do agronegócio é tido como principal responsável pela garantia da empregabilidade e segurança alimentar do país, o que contradiz os dados do último censo agropecuário (realizado em 2006), segundo o qual os pequenos produtores de base familiar são responsáveis por 70% da produção de alimentos e pela ocupação da maior parte da mão de obra no campo (SANTOS; SILVA; MACIEL, 2019, p. 57).

O setor do agronegócio se apresenta como símbolo de modernidade e eficiência. [...] Entretanto, é preciso desvelar as contradições que se encontram veladas na palavra AGRO. [...] As grandes corporações, ao deterem o controle dos insumos, sementes e tecnologia [...], disseminam a ideia de que é pop, ou seja, beneficia a todos. [...] Ele

não pode ser pop, pois promove a concentração de terra, seguida da violência no campo; não pode ser tech, quando sua produção se sustenta no uso de agrotóxicos que, contraditoriamente, provoca doenças; não é tudo, uma vez que o alimento, condição básica de existência, é transformado em *commodities* e passa a ser concentrado por um pequeno número de empresas (CARDOSO; DE SOUSA; REIS, 2019, p. 837).

A campanha busca apontar o desenvolvimento econômico atrelado ao ambiental, afastando a concepção de que o agronegócio é responsável pela deterioração do meio ambiente e desgaste dos recursos naturais [...] (MELO; MEDEIROS, 2020, p. 7)

Em prol da construção de uma imagem positiva do agronegócio, [a campanha] põe o setor em uma posição superior a quaisquer julgamentos (MELO; MEDEIROS, 2020, p. 11).

A publicidade omitiu a informação de que o agronegócio produz alimento para alimentar sobretudo o boi (CALAÇA, 2019, p. 54).

A palavra “tudo” [...] tende a fazer o público acreditar que tudo que tange a vida precisa do agronegócio, e que a indústria AGRO é fundamental para vários outros setores e para a sociedade (CALAÇA, 2019, p. 63).

Ao mencionar a palavra “riqueza” [...], a publicidade demonstra que o setor [...] fatura e acumula lucros. Mas [...] riqueza para quem? [...] Os lucros são para os poucos latifundiários [...] donos de extensas terras agrícolas [...] e de produções altamente mecanizadas (CALAÇA, 2019, p. 71-72).

A campanha “Agro: a indústria-riqueza do Brasil” é um caso emblemático, por isso foi exposta aqui. Mas o apoio que o agronegócio recebe dos meios de comunicação vai muito além da publicidade da Globo. Justamente por deter tanto poder econômico, como muitas pesquisas atestam, o setor é o principal anunciante das redes de radiodifusão e veículos jornalísticos. Basicamente, é quase impossível prescindir da renda obtida com sua publicidade – o que acaba por influenciar conteúdos informativos e de entretenimento. Mesmo quando não transmitem mensagens distorcidas ou falsas, muitos veículos simplesmente omitem fatos e informações que possam contrariar os interesses dos pecuaristas.

### 3.1. Prejuízos ao meio ambiente, aos seres humanos e aos animais

*As escolhas alimentares se relacionam com muitos dos problemas mais desafiadores da sociedade, entre os quais a saúde é apenas o mais óbvio. O que comemos está relacionado com pobreza, desigualdade, raça, classe, imigração, conflitos sociais e políticos, degradação ambiental, mudanças climáticas e muito mais. O alimento é uma lente através da qual podemos examinar todas essas preocupações.*

Marion Nestle<sup>480</sup>

Para além das muitas “benesses” que são presença constante no noticiário nacional e internacional, o agronegócio também gera muitos prejuízos. Os bastidores dessa indústria envolvem imenso sofrimento animal e humano e numerosos danos ambientais. Diversos especialistas vêm demonstrando que as atividades do setor tendem a gerar mais malefícios do que benefícios, quando analisadas em sua globalidade.<sup>481</sup> Apesar de “gerarem empregos” e “movimentarem a economia”, as monoculturas, a criação de animais em larga escala etc. têm um custo ambiental altíssimo. De um lado, consomem quantidades exorbitantes de água e são as principais responsáveis pelo desflorestamento; de outro, estão entre os maiores poluidores de nossos recursos naturais. Rios, lagos, mares, solos, aquíferos e ares são continuamente contaminados com agrotóxicos, dejetos e excrementos de animais.

A participação da pecuária no aquecimento global também é expressiva. Segundo o último relatório do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG)<sup>482</sup>, em 2019 “as emissões diretas do setor, fortemente ligadas ao rebanho bovino, representaram 28% do total de gases de efeito estufa do Brasil” (ALBUQUERQUE et al., 2020, p. 5). Considerando que desmatamentos e queimadas – responsáveis por 44% das emissões – têm por finalidade, sobretudo, derrubar florestas e abrir novos pastos para criação de gado, o

---

<sup>480</sup> Do livro *Uma verdade indigesta* (NESTLE, 2019, p. 15).

<sup>481</sup> Lançado em dezembro de 2018, o projeto jornalístico “Por Trás do Alimento” – coordenado pelas organizações *Agência Pública e Repórter Brasil* – produz reportagens apresentando dados detalhados sobre o impacto da agropecuária no meio ambiente. A iniciativa realiza investigações independentes e diversos cruzamentos de bancos de dados, revelando informações que políticos e empresários se esforçam continuamente para esconder do público. Seguem os títulos de algumas reportagens recentes: “Aterro de agrotóxico proibido contaminou solo e água por quatro décadas em Minas Gerais, diz MP” (dez./2020); “Mistura de agrotóxicos na água continua sem controle” (maio/2020); “‘Coquetel’ com 27 agrotóxicos foi achado na água de 1 em cada 4 municípios” (abr./2019). Todos os textos estão disponíveis no site do projeto: <https://portrasdoalimento.info>.

<sup>482</sup> O SEEG é uma iniciativa do *Observatório do Clima* (OC), rede que reúne 26 organizações da sociedade civil para debater as mudanças climáticas. O OC foi fundado em 2002 e desde 2013 publica anualmente o relatório do SEEG. Seu objetivo é gerar dados e monitorar as emissões em cada setor da economia. Disponível em: <https://www.oc.eco.br> Acesso em 25 fev. 2021.

relatório conclui: “Somando-se as emissões da agropecuária com a parcela das emissões dos demais setores relacionada ao setor agro, [...] a atividade rural – seja direta ou indiretamente – respondeu por 72% das emissões do Brasil no ano passado” (ALBUQUERQUE et al., 2020, p. 5). Isso fica ainda mais evidente quando se observa os números por Estado:

Os Estados do Pará (18,4% do total) e Mato Grosso (10,6%) aparecem como os principais emissores brutos, seguidos de São Paulo (6,9%), Amazonas (6,8%) e Minas Gerais (6,7%). É a primeira vez que o Amazonas aparece entre os quatro maiores geradores de emissões. [...]

Quando se analisa as emissões brutas *per capita*, o Estado que lidera o *ranking* é Roraima, com 111 toneladas de CO<sub>2</sub> emitidas por habitante em 2019 – mais de 15 vezes a média mundial, de 7,1 toneladas *per capita* no mesmo ano –, seguido por Rondônia, com 67 toneladas. Devido à disparada do desmatamento e à baixa população, a emissão média por habitante em Roraima é três vezes maior que no Qatar, um dos países com maiores emissões *per capita*, e seis vezes maiores do que nos Estados Unidos. Roraima, Rondônia, Pará e Amazonas têm como principais fontes de emissão o desmatamento e a atividade pecuária (ALBUQUERQUE et al., 2020, p. 27).

É significativo que os Estados mais industrializados e com as maiores concentrações urbanas não estejam entre os principais emissores de gases de efeito estufa. Não restam dúvidas de que são os grandes latifúndios que triunfam como “vilões do clima” – e não o transporte automotivo, como vem sendo propagado há décadas e está sedimentado no senso comum.

Em relação aos danos à dignidade humana, empresários do setor também são frequentemente denunciados por trabalho escravo. Em 2020, 17 trabalhadores nessa situação foram resgatados de uma fazenda de criação de gado localizada em Porto Murtinho, Mato Grosso do Sul (MS). Nove deles eram das etnias Guarani Kaiowá e Kadiwéu, incluindo dois adolescentes, de 15 e 17 anos. O Ministério Público do Trabalho (MPT) condenou a propriedade rural a pagar R\$ 1,2 milhão por danos morais.<sup>483</sup> No mesmo ano, outros três também foram libertos de outra fazenda, dessa vez em Alta Floresta D’Oeste, Rondônia (RO), onde viviam em condições análogas à escravidão. O MPT constatou que eram obrigados a trabalhar ininterruptamente os sete dias da semana, das 4h da manhã às 17h, sem receber salários. A propriedade rural, dedicada à criação de bois, porcos e peixes, ainda está sendo investigada.<sup>484</sup>

<sup>483</sup> “Após flagrante de trabalho escravo, fazenda em Porto Murtinho paga R\$ 1,2 milhão de danos morais e transforma sonhos dos resgatados”. Ministério Público do Trabalho. 17 fev. 2021. <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/apos-flagrante-de-trabalho-escravo-fazenda-em-porto-murtinho-paga-r-1-2-milhao-de-danos-morais-e-transforma-sonhos-dos-resgatados> Acesso em 24 fev. 2021.

<sup>484</sup> “Operação resgata três trabalhadores de trabalho escravo em fazenda de Alta Floresta D’Oeste (RO)”. Ministério Público do Trabalho. 25 ago. 2020. Disponível em: <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/operacao-resgata-tres-trabalhadores-de-trabalho-escravo-em-fazenda-de-alta-floresta-d2019oeste-ro> Acesso em 24 fev. 2021.

Esses são apenas dois dos casos mais recentes. Um relatório da organização Repórter Brasil, publicado em janeiro de 2021, apontou que “a criação de bovinos ocupa um papel de destaque no panorama geral do trabalho escravo, respondendo por uma parcela significativa dos casos verificados em território nacional” (REPÓRTER BRASIL, 2021, p. 3). O documento apresenta “dados do Governo Federal sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra”, os quais revelam que “mais de metade dos casos de trabalho escravo flagrados no Brasil entre 1995 e 2020 aconteceram no setor da pecuária. Foram 1950 casos, que representam 51% do total” (REPÓRTER BRASIL, 2021, p. 8).

Grandes frigoríficos têm como fornecedores indiretos fazendas cadastradas na “lista suja”<sup>485</sup> do trabalho escravo. Entre eles está a JBS, que em 2012 “chegou a ser suspensa do Pacto [Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo] por descumprir obrigações previstas no monitoramento da cadeia de fornecedores” (REPÓRTER BRASIL, 2021, p. 10). A empresa foi readmitida dois anos depois, em 2014. Entretanto, isso não significa que o problema tenha sido resolvido. As muitas etapas que envolvem a cadeia produtiva da pecuária de corte dificultam bastante o controle:

Uma parcela considerável dos casos de escravidão na pecuária não ocorre em fazendas que fornecem animais diretamente ao abate – mas sim em propriedades de cria e recria que transferem o gado para a engorda em outros estabelecimentos. Quando isso ocorre, os frigoríficos não dispõem de instrumentos para identificar a situação. Permanecem, portanto, suscetíveis à aquisição de gado oriundo de fornecedores escravagistas (REPÓRTER BRASIL, 2021, p. 10).

Além disso, outro obstáculo é o número cada vez menor de fiscais disponíveis para atender as denúncias e realizar vistorias nas propriedades rurais:

O Brasil vive hoje uma redução dramática na quantidade de fiscalizações trabalhistas realizada no campo. Assim sendo, o pequeno contingente de pecuaristas incluídos na “lista suja” torna-se cada vez menos representativo do conjunto total dos casos de escravidão em fazendas de gado (REPÓRTER BRASIL, 2021, p. 10).

Esse relatório teve repercussão na imprensa internacional<sup>486</sup>, mas não suscitou o interesse dos principais veículos brasileiros. Antes disso, em 2013, o Repórter Brasil já havia

<sup>485</sup> A “lista suja” é um cadastro criado pelo governo federal em 2003 como um instrumento de combate ao trabalho escravo. Atualizada a cada seis meses, a lista divulga os nomes dos empregadores flagrados submetendo trabalhadores a situações análogas à escravidão. Disponível em: [https://sit.trabalho.gov.br/portal/images/CADASTRO\\_DE\\_EMPREGADORES/CADASTRO\\_DE\\_EMPREGADORES.pdf](https://sit.trabalho.gov.br/portal/images/CADASTRO_DE_EMPREGADORES/CADASTRO_DE_EMPREGADORES.pdf) Acesso em 24 fev. 2021.

<sup>486</sup> O documento foi notícia no jornal britânico *The Guardian* – “Brazilian beef farms ‘used workers kept in conditions similar to slavery’” (06 jan. 2021). Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2021/jan/>

publicado outro caderno especial, daquela vez denunciando a situação dos trabalhadores nos frigoríficos, que são os que mais sofrem acidentes de trabalho. Um único frigorífico da BRF<sup>487</sup>, localizado em Rio Verde, Goiás (GO), recebeu “90 mil pedidos de afastamento entre janeiro de 2009 e setembro de 2011. Praticamente, é como se a cada 10 meses todos os 8 mil empregados da unidade [...] tivessem que se ausentar por problemas de saúde relacionados ao trabalho” (REPÓRTER BRASIL, 2013, p. 17). O maior número de atestados é decorrente de “distúrbios osteomusculares (como tendinites e bursites) [...]: a média é de impressionantes 28 atestados por dia e de 842 por mês” (REPÓRTER BRASIL, 2013, p. 17).

Nos frigoríficos, os trabalhadores manuseiam diversos instrumentos cortantes e perfurantes, estão expostos a baixíssimas temperaturas e altos índices de poluição sonora, além de executarem movimentos repetitivos durante longas jornadas de trabalho. Geralmente trabalham de segunda a sábado, realizando até 120 movimentos por minuto, sob fortes pressões psicológicas para produzir mais e mais, conforme relatam diversos trabalhadores.<sup>488</sup> Se por um lado as empresas ainda são refratárias a aprimorar essas condições de trabalho – pois são guiadas pela lógica de minimizar custos e maximizar lucros –, a sociedade, em geral, sequer toma conhecimento dessa realidade.

Provavelmente, quem compra uma picanha, uma linguça ou um filé de frango no supermercado não imagina que, por trás do pacote bem embalado, existam histórias de milhares de trabalhadores que adoecem e se lesionam gravemente todos os dias nas linhas de abate de bovinos, suínos e aves. Graves cortes com facas, além de doenças causadas por movimentos repetitivos e pela exposição constante ao frio, fazem parte do duro cotidiano dos trabalhadores dos frigoríficos brasileiros (REPÓRTER BRASIL, 2013, p. 32).

Tanto os danos infringidos ao meio ambiente quanto à integridade física e psíquica de seres humanos ainda recebem pouquíssima atenção da mídia hegemônica. Geralmente são os

---

06/brazilian-beef-farms-used-workers-kept-in-conditions-similar-to-slavery) –; na agência de notícias *Thomson Reuters Foundation* – “JBS among meat firms linked to slavery-tainted ranches in Brazil” (05 jan. 2021. Disponível em: <https://news.trust.org/item/20210105182738-3cvy6/>) –; na revista *Bloomberg Green* – “Slave Labor at Brazilian Cattle Farms Focus of New Report” (04 jan. 2021. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2021-01-04/slave-labor-at-brazilian-cattle-farms-focus-of-new-report>). Acesso em 26 fev. 2021.

<sup>487</sup> A multinacional BRF, que naquela ocasião ainda era denominada Brasil Foods, foi criada a partir da fusão da Sadia e da Perdigão – fundadas, respectivamente, em 1944 e 1934, ambas em Santa Catarina. A corporação detém hoje 23 marcas de produtos de origem animal. Além da Sadia e da Perdigão, é proprietária da Claybon, Qualy, Bom Sabor, Borella, Confidence, entre outras. Disponível em: <https://www.brf-global.com/nossas-marcas/> Acesso em 24 fev. 2021.

<sup>488</sup> O documentário *Carne, Osso* (Repórter Brasil, 2011, 65 min.) descreve a rotina desses trabalhadores e apresenta entrevistas com muitos deles. Seus depoimentos são corroborados com a análise de diversos profissionais que atuam nas áreas médicas e de legislação trabalhista. Disponível em: <https://vimeo.com/117457305>.

veículos considerados “alternativos” que fazem os trabalhos de investigação e produção de reportagens. Mas entre todos os aspectos negativos da agropecuária, certamente o que tem menos chances de ser notícia é o sofrimento animal. Nenhum telejornal ousa exibir a cena de um abate. Nenhum jornal ou revista ousa descrevê-lo. Este é, literalmente, um tema “tabu”.

Para além do momento da morte, os animais destinados ao consumo humano sofrem dores, desconfortos e privações ao longo de toda a vida. Desde os espaços em que ficam confinados, passando pelo tipo de alimento que recebem até as mutilações físicas a que são submetidos – como a debicagem das aves e a marcação com ferro nos bovinos. Apesar de o Brasil ser o maior exportador de carne do mundo, nem todo boi criado aqui sai do país já transformado em carne embalada e pronta para o consumo. Alguns países, geralmente por questões religiosas, optam por importar esses animais ainda vivos. A consequência disso é que mais algumas etapas de sofrimento são adicionadas às suas breves existências.

### 3.2. A exportação de animais vivos

*E essa enxurrada de carne vinda dos açougues que inunda as cidades todos os dias como uma incessante chuva apocalíptica? Essa chuva prenuncia massacres, doenças, uma loucura coletiva, o ofuscamento e a contaminação da mente. Nenhum coração humano é capaz de aguentar tanta dor.*

Olga Tokarczuk<sup>489</sup>

A exportação regular de bovinos vivos por vias marítimas é uma atividade relativamente recente no Brasil, tendo se iniciado somente em 2002.<sup>490</sup> Antes disso, os animais eram enviados em números muitos reduzidos, quase sempre a países vizinhos, por vias rodoviárias<sup>491</sup>, fluviais<sup>492</sup> e aéreas<sup>493</sup>. Atualmente, entretanto, os principais compradores do Brasil estão localizados em outros continentes: Turquia, Iraque, Arábia Saudita, Líbano, Irã, Egito, Jordânia, Emirados Árabes Unidos.

O comércio de bois vivos cresceu exponencialmente ao longo das duas últimas décadas: de uma participação praticamente insignificante no mercado internacional, o país tornou-se o segundo maior exportador de animais por vias marítimas, perdendo apenas para a Austrália.<sup>494</sup> Em 2002, foram enviadas 245 toneladas; em 2010, 324 mil toneladas – o que representa um crescimento de 133 mil % em um período de apenas oito anos<sup>495</sup> (Figura 14).

<sup>489</sup> Do livro *Sobre os ossos dos mortos* (TOKARCZUK, 2019, p. 103-104).

<sup>490</sup> A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) disponibiliza os volumes das exportações e importações registradas a partir de 1997 (que podem ser consultadas em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>). Entre 1997 e 2001, nenhum boi vivo foi exportado por vias marítimas. Algumas notícias recentes mencionam uma exportação realizada pelo Porto de Santos em 1996. Entretanto, não encontrei quaisquer informações oficiais a respeito – talvez a referida menção seja fruto de algum equívoco na apuração.

<sup>491</sup> As cargas saíam sobretudo de municípios localizados na fronteira, tais como: Dionísio Cerqueira (SC), Ponta Porã (MS), Bela Vista (MS) e Porto Murtinho (MS), na fronteira com o Paraguai; Santana do Livramento (RS), Bagé (RS) e Chuí (RS), com o Uruguai; Guajará Mirim (RO), com a Bolívia.

<sup>492</sup> Porto do Rio Iguaçu (PR), Porto de Uruguaiana (RS), Porto de Corumbá (MS), Porto de Cáceres (MT), Porto do Rio Jaguarão (RS), Porto de Santarém (PA)

<sup>493</sup> Aeroporto Internacional de Viracopos (SP), Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP), Aeroporto Tancredo Neves (MG).

<sup>494</sup> Dados de 2019. Considerando todas as modalidades de transportes, o Brasil está em quinto lugar. TORRES, Alcides; QUEIROZ, Rodrigo. “Exportação de gado”. Scot Consultoria. 1º set. 2020. Disponível em: <https://www.scotconsultoria.com.br/noticias/artigos/53091/> Acesso em 26 fev. 2021.

<sup>495</sup> Três anos depois, em 2013, foram enviadas 325 mil toneladas, sendo esse o ano com o maior número de exportações registradas até 2020. Todas as informações sobre as exportações brasileiras de bovinos vivos foram acessadas diretamente no portal *Comex Stat* (Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>). Gerido pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, o serviço disponibiliza uma base de dados para consultas detalhadas das diferentes variáveis das importações e exportações brasileiras. A partir dos números obtidos no



Figura 14: Gráfico com o volume de exportações de bovinos vivos pelos portos brasileiros entre 2002 e 2020.

O Pará é o maior exportador brasileiro de gado vivo. Entre 2002 e 2020, os portos do estado embarcaram 87,63% de todos os bois que saíram do país.<sup>496</sup> A seguir, vem o Porto de Rio Grande (6,95%), no Rio Grande do Sul, e o Porto de São Sebastião (4,22%), em São Paulo (Figura 15). As razões pelas quais o Pará concentra a atividade são os diversos incentivos fiscais concedidos pelo governo estadual, como a isenção de ICMS e taxas reduzidas de exportação. Tais medidas, inclusive, são motivos de queixas dos proprietários de frigoríficos da região, que alegam maior dificuldade de aquisição de bois para abate, uma vez que as exportações se tornaram mais lucrativas para os pecuaristas, em detrimento do comércio interno.

A venda de animais vivos para o exterior envolve diversas etapas estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Das fazendas onde vivem, os animais não podem ser transportados diretamente para os portos de partida. Antes disso, devem ser levados a um Estabelecimento de Pré-Embarque (EPE), isto é, “uma unidade isolada ou parte de um estabelecimento rural, dedicado à preparação de animais vivos para a

portal, ordenei a cronologia, calculei as porcentagens e organizei todas essas informações em tabelas, as quais estão disponíveis no Apêndice B. Com base nessas tabelas, elaborei os gráficos apresentados aqui.

<sup>496</sup> Os animais são enviados do Porto de Vila do Conde (71,72%), localizado no município de Barcarena, e do Porto de Belém (15,91%).

exportação”.<sup>497</sup> O percurso entre as propriedades rurais e os EPEs pode levar dias de viagem – muitas delas estão situadas no interior do país, longe dos estados exportadores. A maioria dos bois, portanto, precisa enfrentar um trajeto longo e exaustivo, com todos os desconfortos inerentes ao transporte terrestre: rodovias esburacadas que fazem os veículos sacolejarem ainda mais; o calor intenso, acentuado com o revestimento em asfalto das estradas; engarrafamentos; fome e sede etc.

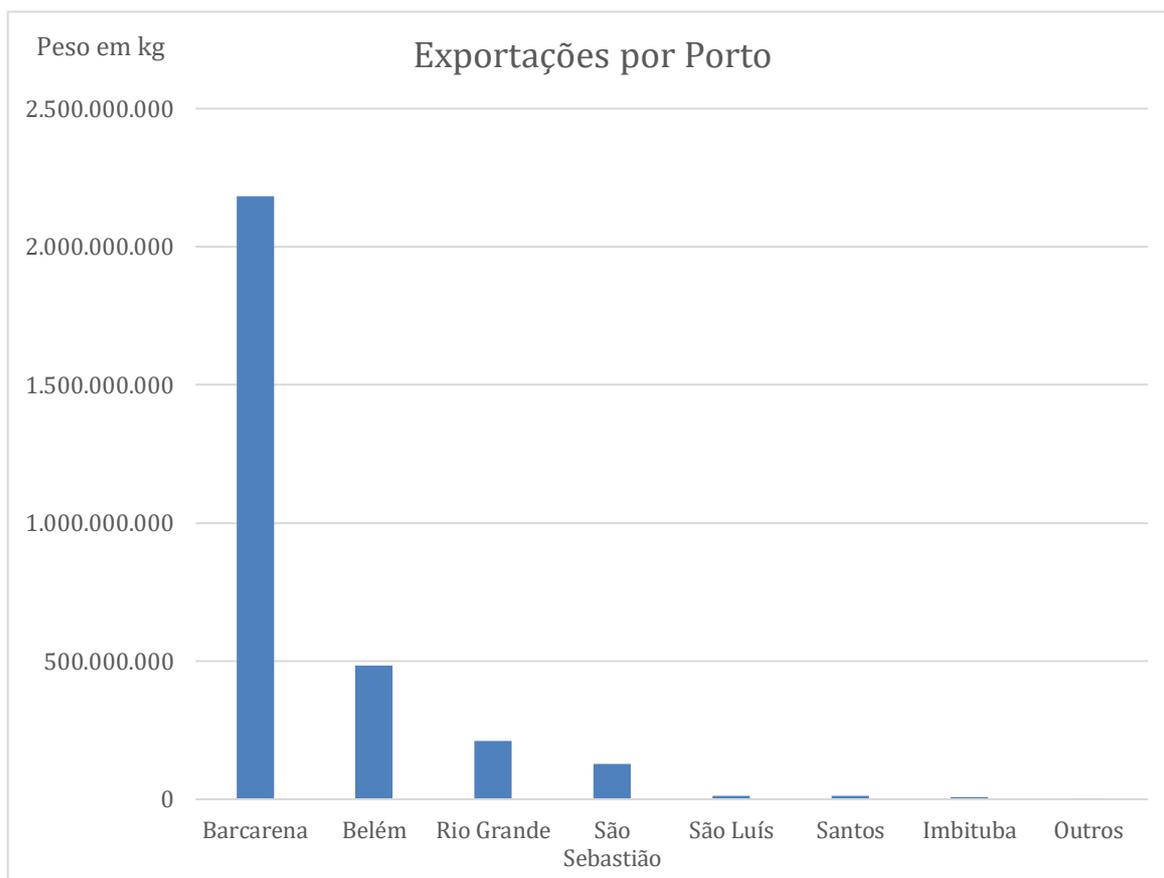


Figura 15: Gráfico com a participação de cada porto nas exportações de bovinos vivos.

A autorização de funcionamento de um EPE requer, entre outras coisas, que a propriedade providencie o “acompanhamento de veterinário habilitado pelo Mapa com treinamento específico em problemas sanitários, legislação e bem-estar animal”.<sup>498</sup> Nesses locais, os bois “são submetidos ao cumprimento dos requisitos sanitários dos países

<sup>497</sup> A Instrução Normativa nº 46, de 28 de agosto de 2018, estabelece o regulamento técnico para exportação de bovinos vivos. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=03/09/2018&jornal=515&pagina=24&totalArquivos=167> Acesso em 04 mar. 2021.

<sup>498</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/novas-regras-para-exportacao-de-animais-vivos-sao-publicadas-no-diario-oficial> Acesso em 04 mar. 2021.

importadores”.<sup>499</sup> Essa “quarentena pré-embarque” – que deve durar pelo menos sete dias, conforme as exigências de cada país – é uma das condicionantes para a emissão do Certificado Zoossanitário Internacional (CZI), documento que autoriza a exportação dos animais.

Segundo o Mapa, “no Brasil hoje são 42 EPEs em atividade, credenciados pelo ministério: Pará (19), São Paulo (13), Rio Grande do Sul (5), Minas Gerais (4) e Santa Catarina (1).”<sup>500</sup> Pelas normas vigentes, o “EPE deve se localizar em lugar de fácil acesso ao transporte e situar-se em relação ao local de embarque, a aproximadamente 8 horas”.<sup>501</sup> Na prática, porém, vários estabelecimentos não cumprem essa exigência. No estado de São Paulo, a distância entre o Porto de São Sebastião e a maioria das fazendas habilitadas é de cerca de 600 km.<sup>502</sup> Um caminhão carregado com dezenas de bois certamente demora mais de 8 horas para completar o percurso.<sup>503</sup>

Levando em conta as etapas de embarque e desembarque dos caminhões e possíveis imprevistos no caminho – como as “condições meteorológicas e eventuais desvios de percurso” –, o ministério autoriza que os animais sejam privados de acesso à água e alimento por até 12 horas. “Em casos excepcionais”, entretanto, esse tempo poderá ser estendido ainda mais, “desde que adotados procedimentos adicionais que minimizem o esgotamento do animal”.<sup>504</sup> Não há orientações sobre o que seriam esses “procedimentos adicionais”. Mas considerando que “os veículos utilizados para o transporte [...] devem ser lacrados com lacre numerado, com identificação da empresa exportadora e inviolável após o carregamento dos animais”<sup>505</sup>, pode-se afirmar que os animais estão sujeitos a permanecerem por longas horas amontoados nos recintos exíguos desses veículos, desidratados e famintos. Adiciona-se a isso a impossibilidade de descanso, uma vez que não dispõem de espaço suficiente para se deitarem. Fica claro, assim,

<sup>499</sup> Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=03/09/2018&jornal=515&pagina=24&totalArquivos=167> Acesso em 04 mar. 2021.

<sup>500</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/novas-regras-para-exportacao-de-animais-vivos-sao-publicadas-no-diario-oficial> Acesso em 04 mar. 2021.

<sup>501</sup> Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=03/09/2018&jornal=515&pagina=24&totalArquivos=167> Acesso em 07 mar. 2021.

<sup>502</sup> A lista com os EPEs atualmente habilitados pelo Mapa está disponível em: [https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/transito-animal/arquivos-transito-internacional/IN\\_46\\_2018\\_ListadeEPEshabilitadosexportao\\_CTQA\\_USO\\_EXTERNO\\_2020\\_07\\_29.pdf/view](https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/transito-animal/arquivos-transito-internacional/IN_46_2018_ListadeEPEshabilitadosexportao_CTQA_USO_EXTERNO_2020_07_29.pdf/view) Acesso em 06 mar. 2021.

<sup>503</sup> Os EPEs do estado do Pará ficam a uma distância de 150 a 200 km dos locais de embarque. No Rio Grande do Sul, algumas propriedades estão a mais de 300 km do Porto de Rio Grande.

<sup>504</sup> Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=03/09/2018&jornal=515&pagina=24&totalArquivos=167> Acesso em 07 mar. 2021.

<sup>505</sup> *Idem*.

que antes mesmo de embarcarem nos navios, os animais destinados à exportação já são submetidos a diversas situações com grande potencial de gerarem maus-tratos.

Quando finalmente chegam ao porto de egresso, o embarque não é imediato. Os navios em operação hoje têm capacidade para exportar até 30 mil bovinos – algumas viagens que partem do Brasil levam cerca de 27 mil. Cada exportação reúne bois oriundos de diferentes fazendas e diferentes regiões do território nacional. Além dos trâmites burocráticos, o tempo necessário para acomodar todos esses animais dentro do navio pode levar até cinco dias. Nas embarcações maiores, os compartimentos onde ficam confinados estão dispostos em 12 andares, sendo sete deles no subsolo, dificultando enormemente a circulação de ar. Portanto, tanto os primeiros animais a embarcar quanto os últimos são obrigados a esperar longamente – seja dentro ou fora do navio – até que o embarque se complete.

### **O transporte marítimo**

As exigências brasileiras para os navios que transportam gado vivo são vagas e insuficientes, conforme avaliam pesquisadores e profissionais da área. Mesmo após a atualização das regras, com a publicação da Instrução Normativa (IN) nº 46<sup>506</sup> em 2018, os animais permanecem desassistidos. Mateus Paranhos (2021), professor da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e especialista em etologia e bem-estar animal, afirma que as medidas vigentes são insatisfatórias e não garantem a saúde e segurança dos bovinos:

Em relação ao bem-estar dos animais o novo regramento avançou pouco (ou quase nada). Por exemplo, no anexo que trata da densidade máxima de carga foi estabelecido que bovinos com 500 kg devem dispor de 1,23 m<sup>2</sup>/animal, muito pouco considerando o espaço necessário para um bovino deitar e se levantar.

Até 2018, não havia sequer qualquer obrigatoriedade de registro das ocorrências durante as viagens marítimas. Essa foi uma das poucas novidades implementadas pela IN nº 46:

Compete igualmente aos exportadores informar, posterior e formalmente, ao MAPA os dados de desembarque dos animais no destino, incluindo as ocorrências durante o transporte marítimo, fluvial ou aéreo detalhando aquelas que tenham implicado na morte ou morbidade de animais e suas causas, em até 10 dias úteis após a chegada dos animais ao destino.

---

<sup>506</sup> *Idem.*

Essa exigência, entretanto, acaba por ser ineficaz, uma vez que nenhum fiscal independente acompanha as viagens e o relatório é produzido pelas próprias empresas, as quais, evidentemente, não estão interessadas em registrar os tantos transtornos que os animais enfrentam ao longo da jornada. Paranhos (2021) afirma que não é possível saber nem mesmo o número de bois que morre durante a viagem:

As informações são desconstruídas e nada seguras. Não conheço nenhum dado seguro sobre isto e também não há nenhum interesse, por parte dos exportadores, em realizar avaliações independentes. Mas, na minha opinião esta não é a questão mais importante, o foco deveria estar na avaliação do grau de estresse e sofrimento que passam os animais submetidos a este tipo de situação. A informação sobre as mortes seria um indicativo de situações muito críticas, mas, lembre-se, nem sempre uma situação de extremo sofrimento resulta em morte.

Somente os tripulantes dispostos a falar podem relatar o que realmente se passa dentro dos navios. Um vídeo investigativo<sup>507</sup> realizado em 2010 pelas entidades Compassion in World Farming (CIWF) e Proteção Animal Mundial<sup>508</sup> acompanhou um grupo de bois desde suas fazendas de origem, no interior do Pará, até seu destino final, um matadouro no Líbano. Um dos oficiais da embarcação, pertencente à empresa libanesa Khalifeh Livestock Trading, concedeu entrevista sem ser identificado. A partir de suas experiências em viagens anteriores, ele conta:

O percurso demora uns 17, 18 dias... conforme as condições do tempo. Nos primeiros dez dias de viagem, os animais ficam muito nervosos, se batendo uns nos outros, se mexendo de um lado pro outro. Isso compromete a estabilidade da embarcação e nossa segurança. O navio precisa fazer diversas manobras para evitar que se vire com o movimento dos bois. Muitos morrem durante o caminho, entre 8 e 10%.<sup>509</sup>

O vídeo também apresenta entrevistas com pessoas diretamente envolvidas com a atividade ou que tenham experiência no campo. O diretor do Instituto Peabiru<sup>510</sup>, João Meirelles Filho, relata já ter presenciado diversas vezes o embarque e transporte de bovinos nos caminhões que os levam aos portos:

---

<sup>507</sup> “Transporte de bovinos vivos para o abate: rota Brasil – Líbano”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ev0D4-raXHg> Acesso em 07 mar. 2021.

<sup>508</sup> Website das entidades: <https://www.ciwf.org.uk> || <https://www.worldanimalprotection.org.br>

<sup>509</sup> “Transporte de bovinos vivos para o abate: rota Brasil – Líbano”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ev0D4-raXHg> Acesso em 07 mar. 2021.

<sup>510</sup> “O Instituto Peabiru é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) brasileira, fundada em 1998, que tem por missão facilitar processos de fortalecimento da organização social e da valorização da sociobiodiversidade.” Disponível em: <https://peabiru.org.br/> Acesso em 08 mar. 2021.

Sem poder se mover, alguns animais caem no chão e não conseguem se levantar novamente, porque não há espaço. Eles ficam apinhados, sem comida e nem mesmo água, por toda a jornada, que dura de três a quatro dias. Depois, para entrarem nos navios, os animais são empurrados com um bastão de choque, para que se movam. Alguns animais entram em pânico.<sup>511</sup>

Logo após a chegada dos animais no Líbano, os investigadores conseguiram acesso ao navio e produziram imagens que mostram as condições de superlotação e sujeira às quais os animais haviam sido submetidos: muitos aparecem com seus corpos cobertos de fezes, além de visivelmente estressados, evidenciando os prejuízos causados pela viagem que acabavam de enfrentar. Outras entidades também têm produzido materiais similares, como a Animals Australia e a Animals International. Essas ONGs procuram registrar, na medida do possível, os percalços pelos quais passam os animais destinados à exportação. Seus sites<sup>512</sup> e redes sociais apresentam fotos, vídeos e outros materiais informativos para conscientizar o público sobre a pertinência em se combater esse tipo de comércio.

Mas entre todos os testemunhos que vieram a público até o momento sobre o transporte marítimo de animais vivos, certamente o mais consistente e revelador foi o relatório produzido em 2012 pela médica veterinária australiana Lynn Simpson. Durante dez anos, Simpson trabalhou a bordo de navios que partiam da Austrália com destino a diversos países. Ao todo, participou de 57 viagens intercontinentais, em embarcações que levavam ora mais de 20 mil bois, ora mais de 100 mil ovelhas. Em uma indústria dominada por homens, Simpson é das raras mulheres que teve a oportunidade de presenciar em primeira mão os tormentos enfrentados pelos animais ao longo de jornadas que levavam semanas no mar.

A superlotação a bordo provocava dores intensas e estresse aos animais, que sofriam com o calor, sufocação, fome e sede. Eles ficavam tão compactados, que muitas vezes eram incapazes de alcançar a água. Muitas dessas viagens transcorriam durante o pico do verão no Oriente Médio, com temperaturas altíssimas. Ao deitarem-se, era grande a probabilidade de serem pisoteados por outros animais com os quais dividiam espaço. Era frequente as vacas e ovelhas sofrerem abortos ou parirem natimortos. Quando conseguiam ter seus filhotes, muitos deles eram esmagados até a morte sob um mar de cascos. Em uma das viagens, os animais pareciam realmente estar derretendo, "cozinhando por dentro". Simpson passava seus dias cuidando de ferimentos, fazendo o que podia para aliviar o sofrimento de alguns e sacrificando aqueles que reconhecia não poder ajudar (MCARTHUR; MACKIEWICZ, 2018, tradução minha).<sup>513</sup>

<sup>511</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ev0D4-raXHg> Acesso em 07 mar. 2021.

<sup>512</sup> Disponível em: <https://www.animalsaustralia.org> e <https://www.animalsinternational.org>

<sup>513</sup> Original em inglês: "On board, the overcrowded animals suffered heat stress, suffocation, starvation, and thirst, so tightly packed they were often unable to easily reach water as they were shipped into the heart of Middle Eastern summer. Lying down meant they were likely to be trampled by the other desperate animals beside them. Mother cows and sheep suffered miscarriages or stillbirths; still more had their babies crushed to death under the sea of hooves. Simpson describes the animals on one voyage as actually having melted, "cooking from the inside." She

Nesse período, Simpson redigiu dezenas de relatórios descrevendo detalhadamente a realidade cruel que os animais enfrentavam nos navios. Suas denúncias eram sempre ignoradas pelo governo australiano, que se limitava a registrar o número de mortes. Até que, em 2012, ela foi convidada a assumir o cargo de consultora técnica no Departamento de Agricultura, com a incumbência de revisar a legislação australiana para exportação de gado vivo e redefinir padrões de bem-estar animal. Naquele mesmo ano, apresentou um novo relatório, expondo a crueldade e sofrimento intrínsecos à exportação de animais vivos. Além de estar fundamentado em sua própria experiência, o documento era acompanhado por imagens que ela vinha registrando durante as viagens.

O governo australiano procurou manter o texto em sigilo, mas em 2013 ele veio a público, suscitando muita indignação e revolta. A indústria de exportação de animais reagiu imediatamente, negando as evidências e alegando que os parâmetros de bem-estar animal eram respeitados. Sob pressão, o governo demitiu Simpson e ela ficou impedida de continuar trabalhando no setor, conforme recorda: “Fui condenada ao ostracismo. Foi uma época muito solitária e frustrante. Como muitos ‘delatores’, eu estava simplesmente fazendo meu trabalho, reportando às autoridades e trabalhando para melhorar o bem-estar dos animais” (SIMPSON *apud* MCARTHUR; MACKIEWICZ, 2018, tradução minha).<sup>514</sup>

Seu testemunho, entretanto, não foi em vão. Traduzido para diversas línguas e propagado por organizações de luta por bem-estar animal e direitos animais em todo o mundo, o relatório de Simpson tornou-se protagonista nos esforços de proibição da atividade em vários países. No Brasil, uma versão resumida e atualizada do texto foi traduzida em 2016 pelo Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal (FNPDA) e vem fundamentando as ações movidas pela entidade. Seguem alguns trechos do documento:

Os cargueiros de gado constituem a frota mais velha de água salgada do mundo, com uma média de 35 anos. Quanto mais velho um barco marítimo, maior o risco de apresentar falhas mecânicas ou estruturais.

A grande maioria dos cargueiros de gado são embarcações fora de serviço, usadas anteriormente para transporte de veículos, containers e tanques de petróleo, que foram adaptadas para transporte de animais tendo se tornado inseguras para seus propósitos originais. São conhecidas como “reformadas”. Enquanto as embarcações mercantes geralmente se tornam sucata antes de chegarem a 20 anos de uso, há cargueiros de gado ainda em uso com 50 anos ou mais (SIMPSON, 2016, p. 6).

---

spent her days seeing to their injuries, doing what she could to relieve their suffering, and euthanizing those she could not help.”

<sup>514</sup> Original em inglês: “I was ostracized [...]. It was a very lonely and frustrating time. [...] Like many ‘whistle-blowers’, I was simply doing my job, reporting to authorities and working to improve welfare.”

A inanição ocorre quando os animais passam fome apesar de terem alimento adequado disponível. [...] Não se dá tempo suficiente a ovelhas e gado para se acostumarem à comida peletizada disponível nas embarcações, que é muito diferente da que consomem nas fazendas de origem. Os animais não se adaptam bem à mudança e isto traz como resultado fome, inanição, doença e morte (SIMPSON, 2016, p. 7).

Os bebedouros à bordo são suscetíveis a vazamentos, baixa pressão de água e danos no processo de dessalinização. [...] Manter a água limpa, apetecível e livre de patógenos e outros contaminantes é um trabalho permanente e a tripulação nem sempre consegue manter os comedouros higiênicos e funcionais (SIMPSON, 2016, p. 8).

Muitos animais sentirão sede já que a água disponível foi contaminada com matéria fecal. Os animais contaminam os comedouros e bebedouros diretamente com seus corpos já sujos com matéria fecal. [...] Alguns são baixos demais para alcançar os comedouros e bebedouros, os quais estão colocados de forma fixa e não podem ser ajustados (SIMPSON, 2016, p. 9).

Muitos animais morrem todo ano nas embarcações [...] devido ao estresse causado por recintos, currais, e gaiolas abarrotados de animais, às condições de verão e à ventilação mecânica defeituosa ou em más condições. Foram registrados animais com temperatura corporal acima de 40 graus Celsius (SIMPSON, 2016, p. 9).

Em condições de superaquecimento, os animais morrem rapidamente. Se não imediatamente, dentro de uma semana devido a falência renal aguda. [...] Quanto mais alta a densidade de animais, mais alto o risco de desconforto térmico e possibilidade de morte (SIMPSON, 2016, p. 10).

Além do ambiente ruidoso e antinatural a bordo, os animais também estão expostos a riscos próprios das embarcações, tais como danos mecânicos de elementos de sobrevivência, incluindo falhas no fornecimento de ventilação, alimento ou água. Os animais sofrem lesões quando as condições marítimas pioram, já que se chocam, dentro de suas áreas de confinamento, contra paredes e grades. [...] Os animais também expressam temor e estresse atirando-se contra objetos sólidos como paredes, grades e vigas em baixa altura, muitas vezes ferindo-se (SIMPSON, 2016, p. 11).

Lesões são comuns, como membros quebrados e septicemia devido a abrasões prolongadas nas patas, causadas pelo piso duro e leitos insuficientes. Essas lesões resultam nos animais não poderem levantar-se para comer nem beber. Esses animais morrem por desidratação ou inanição, ou têm que ser eutanasiados. Seus corpos são então jogados ao mar (SIMPSON, 2016, p. 4 e 12).

Não importa qual material de piso tenha sido utilizado, na maioria das viagens o substrato se torna rapidamente uma capa grossa de fezes e urina que [...] concentra umidade e propaga patógenos. Os diversos tipos de piso têm problemas de bem-estar e conforto. Alguns são escorregadios demais, outros abrasivos demais [...] (SIMPSON, 2016, p. 13).

Os níveis de amoníaco [no ar] estão geralmente em limites que se acredita acima de 25 ppm. Na única viagem em que monitorei os níveis não pude obter a leitura já que o monitor simplesmente mostrava “níveis tóxicos, evacuar”. Esses registros eram tomados como condições “normais” de embarque (SIMPSON, 2016, p. 15).

Os métodos naturais para dissipar o calor corporal [...] através da área de superfície do corpo são limitados ou impedidos devido à presença de uma capa grossa de contaminação fecal sobre a pele dos animais, chamada comumente de “jaqueta fecal” [...]. As “jaquetas fecais” se desenvolvem como resultado das condições dos deques e restrições para lavagem do gado; isso resulta quase sempre em contaminação fecal cobrindo todo o animal (SIMPSON, 2016, p. 16).

A grande maioria das viagens com animais vivos não levam médicos veterinários; mas levam medicamentos [...], os quais serão utilizados no caso de se identificar sua necessidade. “Coquetéis” de medicamentos em quantidades, tipos e misturas inapropriadas são administrados regularmente aos animais destinados ao consumo humano. Isso é feito por um membro da tripulação com pouco treinamento [...] e tem como consequência problemas tanto para a saúde do animal como para a saúde pública e saúde alimentar. [...]

Os registros de tratamentos para animais individuais são difíceis quando não logisticamente impossíveis de se manter, já que os números de identificação individual como os que aparecem nas etiquetas de orelha, são usualmente impossíveis de se ler devido à contaminação fecal [...].

Se esses animais [...] vão ser abatidos para consumo humano [...], há um risco real de consequências negativas para a saúde pública como consequência do consumo de carne contaminada (SIMPSON, 2016, p. 17).

Muitos animais [...] são encontrados em estado avançado de doenças ou lesões devido à dificuldade de se observá-los [...]. Observadores qualificados ficam assoberbados com o número de animais que devem cuidar; um nível meticuloso e aceitável de monitoramento e controle de bem-estar é impossível de ser realizado (SIMPSON, 2016, p. 17).

Animais muito novos que possam portar resíduos do cordão umbilical ainda não cicatrizados ou infecções comuns nessa região, têm grande risco de desenvolver septicemia terminal como resultado de ficarem deitados em camas contaminadas com dejetos animais.

Eles têm reflexo inato de mamar; então frequentemente praticam sucção na infraestrutura, grande parte da qual está contaminada por fezes, possivelmente contendo patógenos e resíduos de medicamentos. Isso leva a doenças difíceis de tratar, cuidar e combater durante o transporte por mar. Também buscam mamar em suas mães, as quais não se encontram na embarcação com eles; então mamam nos prepúcios, caudas ou cordões umbilicais de seus companheiros de recinto. Isso resulta no desenvolvimento de lesões ou infecções (SIMPSON, 2016, p. 22).

As embarcações de transporte de gado têm um ambiente inerentemente estressante e pleno de riscos para os animais. Mesmo quando há médicos veterinários a bordo, sua capacidade de identificar, alcançar e tratar animais feridos ou enfermos é limitada. Só no comércio de animais vivos da Austrália, mais de 200,000 animais morreram na rota para seu destino, desde que mortalidades foram registradas (SIMPSON, 2016, p. 24).

Além de todo o sofrimento animal intrínseco ao transporte marítimo – que fica evidente no relato da médica veterinária –, também são frequentes os acidentes durante o percurso, muitos deles fatais. Simpson (2016, p. 11) faz referência a “um incêndio no MV Uniceb, em agosto de 1996, que teve como resultado a perda de todas as ovelhas a bordo” e ao “naufrágio do MV Danny F2, que afundou durante uma tempestade em 2009 com perda de 100% do gado” (SIMPSON, 2016, p. 11). No primeiro caso, morreram 67 mil ovelhas, após serem todas abandonadas no navio assim que o incêndio começou. No segundo, foram 10,3 mil ovelhas, 18 mil bovinos e 44 tripulantes. Neste caso, o navio tinha 34 anos, mas já era considerado inseguro para seguir operando 15 anos antes:

A segurança do MV Danny F2 já havia sido questionada na Austrália e este barco havia sido destinado como sucata para reciclagem de seu aço. Porém, ao invés disso, começou a ser usado para comércio vindo da América do Sul e continuou a transportar gado até afundar em mares revoltos (SIMPSON, 2016, p. 6).

Uma investigação recente do jornal britânico *The Guardian*<sup>515</sup>, realizada em 2020, constatou que embarcações com carga viva têm pelo menos o dobro de probabilidade de afundar, encalhar e ter perda total, em comparação aos navios que transportam outras mercadorias. Segundo o jornal, as explicações para o número maior de acidentes seriam as mesmas já apontadas por Simpson na década anterior: as embarcações são antigas e deterioradas, geralmente foram construídas para outras finalidades e adaptadas para transportar animais quando já não serviam mais a seu propósito inicial. Somente 20% dos navios atuando nesse comércio hoje teriam sido originalmente projetados para transportar gado – o que é ainda mais problemático quando se leva em conta a instabilidade própria da carga “viva”:

Outro fator relevante é que, ao contrário dos contêineres, os animais vivos se movem durante o transporte. “No caso das embarcações adaptadas, o comportamento animal não foi um aspecto considerado em seu design original”, disse [Samson] Rathaur, [consultor sênior de riscos marítimos da *Allianz Global Corporate and Specialty*]. Converter um navio de carga para uma carga em movimento sem a devida atenção pode afetar sua estabilidade, disse ele. “Durante o mau tempo, os animais podem ficar angustiados e mover-se juntos para um dos lados da embarcação, o que tem o potencial de fazê-la tombar.” (KEVANY, 2020, tradução minha).<sup>516</sup>

A avaliação do especialista corrobora o depoimento do tripulante no vídeo citado. Isto é, tanto avaliações técnicas quanto vivências práticas alertam para os mesmos riscos. O consultor entrevistado pelo *The Guardian* acrescenta que, ao adaptar os navios para o transporte de gado, é comum que sejam acrescentados mais compartimentos para aumentar a capacidade de carga, o que compromete ainda mais sua estabilidade. Outro fator que prejudica a estrutura das embarcações, segundo Rathaur, é o excesso de excrementos, que têm efeitos corrosivos no aço. O acúmulo de fezes e urina, portanto, não é um problema apenas para o bem-estar dos animais, uma vez que também torna os conveses mais frágeis e oscilantes.

<sup>515</sup> Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2020/oct/28/exclusive-livestock-ships-twice-as-likely-to-be-lost-as-cargo-vessels> Acesso em 23 fev. 2021.

<sup>516</sup> Original em inglês: “Another significant factor is that live animals move around in transit, unlike containers. ‘When these vessels are converted, animal behaviour is not always a factor in their design’, said [Samson] Rathaur [senior marine risk consultant with *Allianz Global Corporate and Specialty*]. Switching to a moving cargo without due consideration could affect a vessel’s stability, he said. ‘During heavy weather, animals can get distressed and move together to one side, which can potentially list the vessel.’”

A falta de qualificação dos trabalhadores que acompanham essas viagens é mais um agravante, de acordo com a reportagem: “As tripulações dos navios de carga viva têm ‘pouco ou nenhum’ treinamento ou experiência em manejo de gado antes de embarcarem pela primeira vez” (KEVANY, 2020, tradução minha).<sup>517</sup> Lynn Simpson, como vimos, já havia alertado para os danos, inclusive para a saúde humana, causados pela prática corriqueira de se medicar os animais sem qualquer tipo de conhecimento veterinário. Todos esses fatores contribuem para que acidentes fatais e falhas estruturais nos navios sejam frequentes e provoquem a morte de milhares de animais todos os anos.

Em março de 2012, cerca de 3 mil bois morreram dentro de um navio no Mar Vermelho por falhas no sistema de ventilação e no fornecimento de alimento.<sup>518</sup> Os animais eram da empresa Minerva Foods e tinham saído do Brasil com destino ao Egito. Em maio de 2015, um navio partiu da Romênia com 13 mil ovelhas a bordo. Quando chegou ao porto de destino, na Jordânia, foi proibido de desembarcar. Uma inspeção realizada pelo Ministério da Agricultura do país constatou que 40% dos animais – 5,2 mil – tinham morrido durante o trajeto. Veterinários encarregados da vistoria presumiram inicialmente que esses animais estavam doentes. Entretanto, logo constataram que a causa das mortes foi sede e fome. Os animais simplesmente não receberam água e comida ao longo dos oito dias de viagem.<sup>519</sup>

Em outubro do mesmo ano, o navio *Haidar* afundou na costa brasileira ainda antes de partir. A embarcação, de bandeira libanesa, estava atracada no Porto de Vila do Conde, em Barcarena, Pará, quando começou a tombar. Os tripulantes finalizavam o embarque dos 5 mil bois da Minerva Foods que seriam exportados para a Venezuela, quando perceberam que o navio começava a afundar. Logo se deram conta de que a situação era irremediável e rapidamente saíram todos, retornando ao cais. Nenhum ser humano se feriu, mas todos os animais morreram. Os poucos que não se afogaram e conseguiram chegar nadando até a margem do Rio Pará, foram mortos ali mesmo, pela população local – que aproveitou a “oportunidade” para ter carne de graça. Um equívoco no manejo dos animais foi a única

---

<sup>517</sup> Original em inglês: “Crews working on livestock carriers might have ‘little, if any’ training or experience in livestock management before joining their first livestock ship.”

<sup>518</sup> “Brazilian vessel loses half 5.000 cattle on board and has no port to dock”. *Merco Press – South Atlantic News Agency*. 14 mar. 2012. Disponível em: <https://en.mercopress.com/2012/03/14/brazilian-vessel-loses-half-5.000-cattle-on-board-and-has-no-port-to-dock> Acesso em 11 mar. 2021.

<sup>519</sup> “Vessel from Romania carrying 13,000 heads of sheep denied entry after 40% found dead”. *The Jordan Times*. 03 jun. 2015. Disponível em: <https://www.jordantimes.com/news/local/vessel-romania-carrying-13000-heads-sheep-denied-entry-after-40-found-dead> Acesso em 23 fev. 2021.

explicação dada até o momento para o naufrágio: a má distribuição dos bois dentro da embarcação teria sido responsável por desestabilizá-la.

O “acidente” também provocou gigantescos danos ambientais e humanos. Além do gado, o navio estava carregado com 700 toneladas de óleo. As carcaças dos animais e o despejo do óleo contaminaram as águas do rio e do mar, que até hoje são impróprias para banho, pesca e qualquer outra atividade. Ao longo de meses, os moradores da região conviveram com cadáveres de animais em estado de decomposição, sendo que a maioria deles perdeu sua única fonte de subsistência.

Em novembro de 2019, o navio *Queen Hind*, carregando 14,6 mil ovelhas, naufragou logo depois de partir do Porto de Midia, na Romênia.<sup>520</sup> Apenas 180 sobreviveram. Durante o resgate, mergulhadores descobriram que a embarcação dispunha de vários compartimentos secretos, onde escondia animais e burlava a carga máxima permitida.<sup>521</sup> O navio já tinha 39 anos de uso na ocasião do acidente. Em agosto de 2020, o *Gulf Livestock 1* partiu da Nova Zelândia com 5,9 mil bois e 43 humanos a bordo. Quando estava nas proximidades da costa do Japão, faltando pouco para chegar a seu destino, que seria a China, a embarcação foi atingida pelo tufão Maysak. Apenas um ser humano sobreviveu.<sup>522</sup>

Data	Local do acidente	Empresa Exportadora	Navio	Origem	Destino	Causa	Animais mortos
02/2012	Mar Vermelho	Minerva Foods	MV Gracia del Mar	Brasil	Egito	Falha na ventilação	3 mil
05/2015	Mar Mediterrâneo	————	————	Romênia	Jordânia	Fome e sede	5,2 mil
10/2015	Barcarena (PA)	Minerva Foods	Haidar	Brasil	Venezuela	Manejo da carga	5 mil
11/2019	Mar Negro	MGM Marine Shipping	Queen Hind	Romênia	Arábia Saudita	Excesso de carga	14,6 mil
09/2020	Japão	Australasian Global Exports	Gulf Livestock 1	Nova Zelândia	China	Tufão	5,9 mil

Quadro 6: Ocorrências de desastres durante o transporte de carga viva.

<sup>520</sup> “Queen Hind: 180 rescued sheep arrive at new home in Romania”. BBC News. 13 jan. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-51088953> Acesso em 23 fev. 2021.

<sup>521</sup> “Secret decks found on ship that capsized killing thousands of sheep”. The Guardian. 03 fev. 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2020/feb/03/secret-decks-found-on-ship-that-capsized-killing-thousands-of-sheep> Acesso em 23 fev. 2021.

<sup>522</sup> “Navio com 43 pessoas e quase 6 mil vacas afunda no Japão”. UOL. 03 set. 2020. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/09/03/japao-busca-navio-desaparecido-com-43-pessoas-e-5800-vacas-a-bordo.htm> Acesso em 23 fev. 2021.

Os casos relatados (Quadro 6) – alguns entre os que ocorreram ao longo da última década – expressam a quantidade de variáveis que podem favorecer a ocorrência de desastres nesse tipo de comércio. Há ainda um outro aspecto a ser considerado: para além do que sofrem durante todo o trajeto, os animais que chegam vivos ao seu destino serão submetidos a um método de abate supostamente muito mais doloroso do que aquele que é denominado “abate humanitário” – hoje exigido na maioria das nações consumidoras de carne.

### **O abate Halal**

O principal motivo que fomenta a exportação de animais vivos é a demanda de países de maioria muçulmana por alimentos com “Certificação Halal”.<sup>523</sup> Cerca de 90% dos frigoríficos brasileiros estão autorizados a realizar esse tipo de abate.<sup>524</sup> O Brasil, portanto, além de ser o maior exportador de carne do mundo, também ocupa o primeiro lugar entre todos os produtores e exportadores de carne Halal.<sup>525</sup> Parte dos países islâmicos, entretanto, optam por importar os animais ainda vivos por diferentes motivos: enfrentam dificuldades para armazenar carnes e outros produtos refrigerados/congelados; preferem realizar eles mesmos o abate dos animais, tendo assim a “garantia” de que o método Halal está sendo respeitado; e, sobretudo, desejam estimular a economia local.

A palavra Halal significa “permitido”, “lícito”, “legal”, “puro”. Não se refere, portanto, apenas a um tipo de abate, mas a tudo o que os muçulmanos estão autorizados a fazer.<sup>526</sup> Os adeptos do islamismo seguem a Sharia, uma legislação que define os códigos e regras de comportamento que devem ser respeitados. A Sharia está baseada no Alcorão – o livro sagrado do islã – e também na Suna – obra que reúne uma coletânea de princípios conhecidos como Hadiths.<sup>527</sup> Em ambos os textos constam recomendações sobre os alimentos que são permitidos ou proibidos por Deus para consumo humano.

---

<sup>523</sup> Quase todos os países importadores de animais vivos do Brasil têm como religião majoritária ou mesmo exclusiva o islamismo: Arábia Saudita (100%), Turquia (99,8%), Irã (98%), Iraque (97%), Emirados Árabes Unidos (96%), Jordânia (92%), Egito (90%), Líbano (60%).

<sup>524</sup> Segundo a Câmara de Comércio Árabe Brasileira (CCAB) (<https://www.ccab.org.br>).

<sup>525</sup> Disponível em: <https://alimentosahalal.com.br/alimentos-halal-brasil/> Acesso em 28 fev. 2021.

<sup>526</sup> O oposto de “Halal” é “Haram” – isto é, o que está proibido aos muçulmanos, por ser “impuro”, “ilícito”. Algumas práticas consideradas Haram são o consumo de carne de porco, de bebidas alcoólicas, de pornografia etc.

<sup>527</sup> Os “Hadiths” são assertivas que teriam sido proferidas pelo profeta Maomé e registradas por seus discípulos em diferentes livros. Não existe um consenso sobre quantos seriam os Hadiths e tampouco quais desses seriam realmente autênticos.

O Alcorão – composto por 114 Suratas<sup>528</sup>, equivalentes a capítulos –, afirma no 3º versículo de seu 5º Surata, cujo título é *Al Máida* (A Mesa Servida): “Estão-vos vedados: a carniça, o sangue, a carne suína e tudo o que tenha sido sacrificado com a invocação de outro nome que não seja o de Allah; os animais estrangulados, os vitimados a golpes, os mortos por causa de uma queda [...]” (O SIGNIFICADO..., p. 108). O 145º versículo do 6ª Surata – *Al An'am* (O Gado) – reforça essa orientação:

De tudo o que me tem sido revelado, nada acho proibido para quem necessita alimentar-se, nada, além da carniça, do sangue fluente ou da carne de suíno, uma vez que isso é abominável; é uma profanação saciar-se de animais que tenham sido sacrificados com a invocação de outro nome que não seja o de Allah (O SIGNIFICADO..., p. 135).

Já entre os Hadiths, consta a seguinte instrução: “Se é preciso matar, que se proceda da melhor maneira, e ao abater, proceda-se do melhor modo, afiando a faca e acalmando o animal.”<sup>529</sup> Pela lei islâmica, essas são algumas das exigências para aceder ao paraíso após a morte. Consequentemente, os cerca 1,9 bilhão de muçulmanos que existem hoje, representando 24% da população mundial<sup>530</sup>, criaram uma enorme demanda por alimentos e outros produtos com certificação Halal.

Na prática, o abate Halal<sup>531</sup> segue uma série de etapas estabelecidas e fiscalizadas pelos certificadores autorizados. Primeiramente, o procedimento só pode ser realizado por um muçulmano praticante, o qual deve pronunciar o nome de Allah ou a frase “*Bismillah Allahu Akbar*” (“Em nome de Deus, Deus é o maior”) no instante imediatamente anterior ao abate. O animal precisa estar saudável e com sua face voltada para Meca. O abatedor deve utilizar uma faca bem afiada, a qual deve ser enfiada na garganta da vítima, fazendo um movimento em

<sup>528</sup> Também denominada como “sura”, “surat” ou “surah”.

<sup>529</sup> Hadith 17, do livro “Os quarenta Hadiths de Imam Nawawi”. Disponível em: <http://www.fambras.org.br/media/560807c0b2b69.pdf> Acesso em 28 fev. 2021.

<sup>530</sup> Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), existem hoje 7,8 bilhões de seres humanos habitando o planeta (*United Nations (UN), Department of Social and Economic Affairs – Population Dynamics*. Ago. 2019. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/Download/Standard/Population/> Acesso em 1º mar. 2021). O *Pew Research Center* (PRC) estima que a partir de 2070 o número de muçulmanos irá ultrapassar o número de cristãos em todo o mundo, chegando a 32,3% da população global (“The Future of World Religions: Population Growth Projections, 2010-2050”. 02 abr. 2015. Disponível em: <https://www.pewforum.org/2015/04/02/religious-projections-2010-2050/> Acesso em 1º mar. 2021).

<sup>531</sup> Todas as informações sobre os procedimentos envolvidos no abate Halal foram retiradas de sites oficiais de entidades islâmicas, portanto, reconhecidas como legítimas pela comunidade muçulmana: Centro Islâmico do Brasil – Alimentos Halal (<https://alimentoshalal.com.br/abate-halal/>); Federação das Associações Muçulmanas no Brasil (FAMBRAS) (<http://www.fambrashalal.com.br/>); Centro de Divulgação do Islam para América Latina (CDIAL) – Certificação de Produtos Halal (<http://www.fambrashalal.com.br/>).

“meia lua”. O objetivo é cortar simultaneamente as artérias, as veias jugulares, a traqueia e o esôfago.

No momento logo após o corte, o animal deve se mexer, mostrando que ainda está vivo e consciente enquanto seu sangue começa a escorrer – se isso não ocorrer, sua carne não é considerada Halal. A morte por sangramento, portanto, é uma das principais exigências do método. Os muçulmanos acreditam que ao fazer escoar rapidamente todo o sangue, a carne estará “limpa”, “pura” – assim como a carne de porco, o sangue também é considerado “sujo”. Essas regras não se aplicam apenas a bois e vacas, mas também a ovelhas, cabras, galinhas, perus, patos ou qualquer outra espécie destinada ao consumo.

O procedimento Halal não permite a insensibilização<sup>532</sup> do animal, justamente porque ele precisa estar consciente no momento da morte. O atordoamento é uma das exigências de códigos de bem-estar animal em todo o mundo e tem por objetivo deixar o animal inconsciente, para evitar que sintam ainda mais dor, angústia e estresse. Muitos países – entre eles o Brasil – abrem exceções por preceitos religiosos. Mas vários outros – como Suécia, Noruega, Islândia, Dinamarca, Eslovênia e Bélgica<sup>533</sup> – já proibiram o abate Halal por considerarem que o método é cruel e causa muito mais sofrimento do que o “abate humanitário”.

Todos esses países enfrentaram protestos das comunidades islâmicas à época da proibição. Para os muçulmanos, a medida é uma afronta às tradições religiosas. Mas tal acusação é sempre contestada por acadêmicos, especialistas e ativistas, com o argumento de que, tendo em vista as tantas evidências científicas, essa seria apenas a decisão mais sensata. Quando o método foi proibido na Bélgica, em 2019, a diretora da organização belga de defesa animal Gaia: Voice for the voiceless, Anne de Greef, afirmou: “Cortar a garganta de um animal vivo é fazê-lo sofrer. É escandaloso ouvi-los dizer o contrário. Há pessoas que querem continuar vivendo na Idade Média.”<sup>534</sup>

<sup>532</sup> O procedimento geralmente é feito com uma pistola de pressão ou descarga elétrica ou gás CO<sub>2</sub>. O método varia conforme a espécie e a legislação de cada país.

<sup>533</sup> SÁNCHEZ, Álvaro. “Bélgica proíbe rituais religiosos com abate animal diante de protestos de judeus e muçulmanos”. *El país*. 7 jan. 2019. Disponível em: [brasil.elpais.com/brasil/2019/01/06/internacional/1546777614\\_877579.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/06/internacional/1546777614_877579.html) Acesso em 1º mar. 2021.

<sup>534</sup> *Idem*.

### As desvantagens econômicas

Os prejuízos decorrentes da exportação de animais vivos não se restringem à esfera do bem-estar animal. Pesquisadores da área também consideram a atividade desvantajosa para a economia do país. Em 2009, o professor de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Reinaldo Gonçalves publicou o trabalho “Desvantagens econômicas da exportação brasileira de gado em pé”. Trata-se de um relatório encomendado pela ONG Proteção Animal Mundial – então denominada World Society for the Protection of Animals (WSPA) –, cuja abordagem é bem-estarista. No texto, o autor expõe as razões que explicam por que comercializar animais vivos não favorece o país exportador e por isso a atividade deve ser descontinuada.

Gonçalves (2009, p. 14) argumenta que exportar produtos manufaturados (no caso, carne, couro etc.) é sempre mais lucrativo do que exportar matéria-prima:

A exportação de gado para o abate é uma atividade retrógrada que traz inúmeros prejuízos para a economia brasileira. Assim como a exportação de qualquer matéria-prima, faz com que o país deixe de gerar empregos e renda, e arrecadar tributos. Por outro lado, o desenvolvimento da cadeia produtiva da carne e do couro, com a exportação de produtos industrializados, geraria maior entrada de divisas no Brasil.

Quando o país opta por seguir priorizando o comércio de produtos primários, as consequências negativas dessa decisão não se restringem à cadeia produtiva em si. O pesquisador enumera vários outros inconvenientes:

[...] pouca capacidade de reter os benefícios do progresso técnico, o que reduz o potencial de investimento e crescimento econômico; [...] estruturas de produção retrógradas marcadas pela enorme concentração do capital e dos recursos naturais nas mãos de um número restrito de pessoas; concentração da riqueza e da renda derivada do regime de grande propriedade [...]; os preços dos produtos primários têm grande volatilidade, que provoca instabilidade da receita de exportação; [...] o sofrimento dos animais durante as longas jornadas [...]; o comércio de um produto com baixo valor agregado (GONÇALVES, 2009, p. 4-5).

Em relação especificamente ao sofrimento dos animais, Gonçalves (2009, p. 25) faz referência aos mesmos problemas já apresentados aqui:

Já foi cientificamente comprovado que o transporte por longas distâncias causa extremo sofrimento aos animais. Desde o Pará, no Brasil, até Beirute, no Líbano, os animais enfrentam uma jornada de navio que pode durar até três semanas. Antes mesmo de embarcarem, os bovinos viajam dias até o porto. Para serem transportados, os animais são comprimidos em caminhões, onde ficam incapacitados de se mover ou

deitar e não recebem alimento nem água. Os que caem são pisoteados. Quando chegam ao porto, têm de esperar muitas horas ou até dias para embarcarem no navio, sem mesmo descerem do caminhão.

Para o embarque no navio, a utilização de bastões elétricos para conduzi-los aumenta ainda mais o estresse dos animais já enfraquecidos. Esmagados contra animais estranhos, que não pertencem ao seu círculo social, podem sofrer ferimentos na agitação. Desidratação, traumas e doenças respiratórias causam uma alta taxa de mortalidade, que pode chegar a 10%.

Quando chegam ao Líbano, os animais seguem em mais uma jornada de caminhão até os frigoríficos ou fazendas, podendo ainda ser redistribuídos para outras regiões. Nos frigoríficos, são muitas vezes abatidos de forma desumana e violadora das normas religiosas. Após semanas de desnecessário sofrimento animal, o consumidor no Oriente Médio muitas vezes é levado a crer que a carne é ‘Halal’ (GONÇALVES, 2009, p. 25).

Ao comprometer o bem-estar animal, o valor da carne exportada também será afetado negativamente, “em decorrência da mortalidade, das lesões e da redução de sua qualidade” (GONÇALVES, 2009, p. 24). Após apresentar todos esses argumentos, o autor conclui o relatório com a seguinte recomendação:

O gado deve ser abatido o mais próximo possível da fazenda de origem e a exportação de bovinos deve ser substituída pela exportação de carne refrigerada ou congelada, couro e subprodutos. Os inúmeros problemas associados à exportação de gado em pé são evidências categóricas da ineficiência desse tipo de comércio, especialmente para um país em forte desenvolvimento como o Brasil (GONÇALVES, 2009, p. 39).

Em entrevista ao vídeo investigativo citado anteriormente, o professor Mateus Paranhos corrobora os argumentos de Gonçalves, ressaltando ainda os riscos sanitários decorrentes desse tipo de comércio:

Quando transportamos animais por longas distâncias e em condições inadequadas e logo depois encaminhamos esses animais para o abate, isso terá prejuízos muito sérios na qualidade da carne. Ela fica mais dura, mais escura e também mais susceptível a ação de agentes infecciosos, como bactérias. É mais fácil de se contaminar.

Nós estamos perdendo muito, o Brasil está perdendo muito. Em termos de geração de empregos, de impostos e todo o movimento que esse produto traria ao mercado interno. Mesmo como carne para exportação, o movimento em termos financeiros seria muito maior do que o que ocorre na exportação direta.<sup>535</sup>

Representantes de frigoríficos e da indústria de curtumes – que seguramente não estão muito preocupados com o bem-estar animal – também costumam se manifestar contra a exportação de carga viva, pois a atividade impacta diretamente esses setores. Quando passam a concorrer com o mercado externo, suas margens de negociação ficam reduzidas. Em períodos

---

<sup>535</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=anHdOz-UyB4> Acesso em 07 mar. 2021.

de baixa oferta de matéria-prima, as empresas podem ter que pagar valores mais altos do que os usuais para garantir a continuidade de suas produções.

Apesar das tantas implicações negativas que envolvem a exportação de animais vivos, a prática segue desconhecida da maior parte da população. Mesmo profissionais da área, como veterinários e zootecnistas, frequentemente ignoram a participação do Brasil nesse comércio internacional. Isso se deve, em parte, porque o tema quase não aparece nos noticiários. Eventualmente, as editorias de economia registram as movimentações do setor, um novo recorde de exportações, um porto que acaba de ingressar nesse comércio. Com exceção dessas breves notas, foram apenas duas as ocasiões em que o transporte marítimo de animais teve ampla repercussão midiática. A primeira delas, em 2015, em decorrência do naufrágio do navio *Haidar*, no Pará. A segunda, nos primeiros meses de 2018, quando uma decisão judicial proibiu momentaneamente a exportação de carga viva no Porto de Santos – e estendeu a medida a todos os portos do país. A seguir, analisarei a cobertura jornalística desse acontecimento mais recente.

### 3.3. A cobertura do caso do Porto de Santos pela mídia nacional

*Os animais mostram a verdade sobre um país – eu disse. – A atitude em relação aos animais. Se as pessoas tratarem os animais com crueldade, não adiantará de nada a democracia ou qualquer outra coisa.*

Olga Tokarczuk<sup>536</sup>

No dia 27 de novembro de 2017, um enorme navio de bandeira panamenha atracou no Porto de Santos, litoral de São Paulo, a cerca de 70 km da capital do estado. Medindo 201 metros de comprimento e 32 de largura e pesando 47 mil toneladas<sup>537</sup>, a embarcação batizada de *Nada* estava ali para protagonizar um evento inédito: pela primeira vez, animais vivos seriam embarcados no porto.<sup>538</sup> Além da estreia em si, havia ainda outro aspecto excepcional: o volume da carga. Nos próximos dias seriam embarcados 27,5 mil bois que em breve iniciariam uma viagem de cerca de três semanas rumo à Turquia.

<sup>536</sup> Do livro *Sobre os ossos dos mortos* (TOKARCZUK, 2019, p. 99).

<sup>537</sup> Marine Traffic. *Nada – Livestock Carrier*. Disponível em: <https://www.marinetraffic.com/en/ais/details/ships/shipid:462761/mmsi:372415000/imo:9005429/vessel:NADA/> Acesso em 12 mar. 2021.

<sup>538</sup> O único registro que há de operações com animais vivos no Porto de Santos até então foi o desembarque de 647 avestruzes oriundos da Espanha em fevereiro de 2000, conforme informa a *Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística – NTC & Logística*. Disponível em: <https://www.portalnrc.org.br/codesp-suspende-embarque-de-carga-viva-no-porto-de-santos/> Acesso em 13 mar. 2021.

Entre todos os navios que atuam no comércio internacional de animais vivos, o *Nada* é o de maiores dimensões e com maior capacidade de carga. As embarcações que saem dos portos brasileiros geralmente levam menos de 10 mil animais por vez. Portanto, embarcar o número recorde de 27,5 mil bovinos demandaria mais tempo e uma logística mais complexa. Foram necessários pelo menos 300 caminhões, levando cerca de 90 bois cada, para transportar os animais em um trajeto rodoviário de quase 600 km do interior paulista até o litoral.

Esse tipo de comércio, como vimos, tornou-se regular e crescente no Brasil a partir de 2002. Mas até então, toda carga viva que saía do estado de São Paulo era enviada pelo Porto de São Sebastião, 160 km ao norte de Santos. Aquele embarque, portanto, estava inaugurando mais um terminal de partida para as exportações brasileiras de bovinos vivos. O acontecimento foi notícia na imprensa local. Três dias depois da chegada do navio, o telejornal da *TV Tribuna*, afiliada da *Rede Globo* em Santos, produziu uma matéria divulgando a “megaoperação” que estava sendo realizada naqueles dias no porto da cidade.<sup>539</sup> Segue a transcrição da reportagem de cerca de três minutos:

Âncora: O porto está embarcando uma carga diferente essa semana. Milhares de cabeças de gado que vão pra Turquia.

Repórter Renan Fiuza: Há quase 20 anos o Porto de Santos não via uma operação deste tamanho e que mobilizasse tanta gente. O vai e vem de carretas trazendo os animais é intenso e chama a atenção. Cada uma porta em média 90 bois. Assim que entra no terminal, o motorista posiciona o veículo com cuidado. Uma esteira se aproxima e os animais começam a sair. Todo o trabalho desde o interior de São Paulo vem sendo acompanhado por uma equipe de vigilância do Ministério da Agricultura.

Entrevistado – Paulo Carvalho, auditor fiscal: Todos os animais têm que ser guiados com a guia de trânsito animal, que atestam a sanidade do animal. Além de todos os requisitos de quarentena, ele deve ter as vacinações obrigatórias das campanhas oficiais e também informada a origem desses animais.

Repórter: O navio é de uma empresa libanesa, chama Nada e está atracado desde segunda-feira. São cinco deques superiores e sete inferiores que ficam no porão. A embarcação parece até um navio de cruzeiro. Tem capacidade para transportar quase 30 mil animais. Para nessa viagem até a Turquia serão embarcadas 27 mil cabeças de gado. Mas o curioso é que dentro funciona uma espécie de mini fazenda, para que os animais possam chegar até o destino com segurança.

Entrevistado – Imad Itani, representante do dono do navio: Este navio é o maior no mundo para gado vivo. Tem 29 mil m<sup>2</sup>. Temos comida, temos água e temos veterinário, vaqueiros. São 84 tripulantes.

Repórter: Só para vocês terem uma ideia de como essa operação aqui no Porto de Santos é complexa, carregar um navio com milhares de contêineres leva aproximadamente dois dias. Essa operação aqui vai demorar cinco dias para ser

---

<sup>539</sup> “Animais vivos estão sendo embarcados no Porto de Santos”. *Jornal Tribuna* 2ª Edição. 30 nov. 2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6326317/> Acesso em 12 mar. 2021.

concluída. E sabe quantas carretas iguais àquela devem passar aqui pelo terminal? Pelo menos 300.

Para o Porto de Santos, a retomada da operação de carga viva representa um importante passo comercial, uma vez que os números vêm mostrando um crescimento na exportação de gado vivo, principalmente para países como a Turquia, que no ano passado foi a maior compradora de gado brasileiro.

Entrevistado – Luiz Araújo, diretor comercial do Ecoporto de Santos: “É uma carga nova pro Porto de Santos. E vemos isso com bons olhos. Abrir novos mercados pros exportadores do Brasil, que é um grande produtor de carne bovina.

Entrevistado – José Alex Al, presidente do Porto de Santos: Esse é um embarque experimental, vamos fazer o acompanhamento, vamos verificar toda a segurança, todas as condições. Somos muito exigentes quanto aos serviços que estão sendo feitos. Em aprovado, a partir de janeiro esse embarque será normal no Porto de Santos.

Como se observa, a abordagem foi bastante positiva e as passagens do repórter expressavam até um clima de celebração. Os únicos entrevistados foram pessoas diretamente envolvidas e interessadas no sucesso do empreendimento. A matéria foi ao ar na noite de 30 de novembro, uma quinta-feira, e reprisada no dia seguinte, na edição da hora do almoço do telejornal.<sup>540</sup> Dessa vez, com uma entrada ao vivo da repórter Solange Freitas, que estava no porto naquele momento:

Eu estou exatamente no local onde os bois estão embarcando. São garrotes, na verdade, que são os bois pequenos, aqueles que têm entre um ano e um ano e meio. Olha, tudo acontece aqui nesse local. Um caminhão acabou de parar e daqui a pouquinho os bois vão sair passando aqui por essa esteira pra entrar no navio. Várias vezes essa operação é feita porque são mais de 300 caminhões que vão trazer esses garrotes, que têm até 250 quilos. Só dentro do navio tem 80 pessoas trabalhando e aqui do lado de fora em torno de 15 trabalhadores.

Esses bois vieram de Sabino e Altinópolis, no interior do Estado. Lá eles passaram por uma quarentena para uma inspeção sanitária para estarem preparados para embarcar. Eles vão pra Turquia para engorda. Uma viagem que deve levar em alto mar mais ou menos uns 16 dias, dependendo das condições da maré. E tem também dentro do navio veterinários que vão ficar de olho na saúde dos animais. Falando em saúde, cada boi tem um brinco, que é um rastreador que tem todas as informações sobre o animal.

Essa, a gente pode falar, que é uma operação inédita no Porto de Santos porque é uma operação de embarque de gado. E operação de embarque de gado nunca foi feita aqui no Porto de Santos. O que já teve aqui no porto foi um desembarque de avestruz, mas isso já foi há quase 20 anos. Essa operação também é uma tentativa de abertura de mercado para o Porto de Santos. Se tudo der certo hoje, pode ser que isso aconteça muito mais vezes aqui em Santos. Essa operação então deve levar até cinco dias. Até domingo deve terminar.

A jornalista explica que aquela era a primeira vez que o porto embarcava bovinos vivos – não repetindo o equívoco do repórter do dia anterior, que afirmara que o evento simbolizava

<sup>540</sup> “Megaoperação embarca mais de 27 mil bois no Porto de Santos”. Jornal Tribuna 1ª Edição. 1º dez. 2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6327999/> Acesso em 12 mar. 2021.

uma “retomada da operação de carga viva” na cidade. Solange Freitas tampouco afirma que o navio seria de nacionalidade libanesa – outro erro da primeira matéria, uma vez que o navio na verdade é do Panamá. Além da entrada ao vivo, a segunda versão da reportagem também era mais extensa, com mais espaço para alguns entrevistados. Entre eles, José Alex Al, o presidente do Porto de Santos, que teve o seguinte trecho de sua entrevista exibido:

Esse gado está vindo do interior de São Paulo, é uma distância relativamente próxima, que gera um ganho de qualidade nesse tipo de carga, pois há uma menor perda de peso dos animais. Eles entram nesses navios que são especializados e ao longo do trajeto eles vão ganhar peso. Isso economicamente é muito importante. A cadeia produtiva ganha, ganha o porto, ganha o exportador, ganha o terminal, ganha o embarcador. E quem vai se alimentar dessa carne lá do outro lado do mundo está ganhando um produto de qualidade “*made in Brazil*”.

São muitas as informações incorretas em seu depoimento. Não podemos dizer que 600 km seja uma distância “próxima”, logo, não haveria “um ganho de qualidade nesse tipo de carga”. Também é falsa a afirmação de que os animais vão ganhar peso ao longo da viagem até a Turquia – os especialistas dizem exatamente o contrário. Tampouco tem fundamento a informação de que a atividade é “economicamente muito importante” e que “a cadeia produtiva ganha” – como foi demonstrado, um dos argumentos contra a exportação de animais são justamente as perdas que isso representa para o setor agropecuário. Por fim, a alegação de que o consumidor final terá uma “carne de qualidade” e “*made in Brazil*” também não se sustenta: o estresse causado pela viagem marítima diminui a qualidade da carne, não aumenta; aquele não será um produto “*made in Brazil*”, uma vez que a empresa brasileira apenas fornece a matéria-prima. Os animais serão engordados, abatidos e transformados em produtos comercializáveis na Turquia – portanto, seria mais correto dizer que é uma carne “*made in Turkey*”.

Com cinco minutos de duração, o tom da segunda matéria era ainda mais otimista. Mas apesar de todo o enaltecimento à operação pela imprensa local, ela chamou a atenção da população e de ativistas justamente por seus aspectos negativos: o odor desagradável que aquela “carga diferente” exalava na cidade e os maus-tratos aos animais. Na tarde do dia 02 de dezembro, um sábado, dois integrantes da ONG Vegetarianismo Ético, Defesa dos Direitos dos Animais e Sociedade (Veddas) foram até o terminal portuário para tentar filmar o embarque. Não tiveram acesso ao porto, mas conseguiram gravar algumas cenas através das pequenas aberturas nas carrocerias dos caminhões que chegavam ao porto. As imagens mostram animais completamente cobertos de fezes e alguns deles feridos, sem conseguir se levantar.

Também entrevistaram o motorista de um dos veículos, que disse que os bois eram oriundos de diferentes cidades do Rio Grande do Sul (RS) e que ele acabara de percorrer 600 km da fazenda onde os animais estavam em quarentena, no interior paulista, até Santos. Com o auxílio de um drone, os ativistas fizeram registros aéreos do porto e do navio. Divulgaram o vídeo no mesmo dia, no site *Vista-se*<sup>541</sup> e nas redes sociais da *Veddas*.

O navio partiu alguns dias depois, conforme previsto. Mas já sabendo dos próximos embarques, entidades de defesa animal e políticos começaram a se mobilizar. No dia 14 de dezembro, oito deputados integrantes da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, juntamente com a ONG União Internacional Protetora dos Animais (Uipa) e o Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal (FNPDA), solicitaram a intervenção do Ministério Público Federal (MPF)<sup>542</sup> “a fim de obstar, EM CARÁTER EMERGENCIAL, a exportação de gado em pé, em honra à Constituição da República e à legislação pátria que os resguardam da crueldade imposta pela prática aqui denunciada”.<sup>543</sup> O texto do requerimento descreve cada uma das etapas que aqueles 27,5 mil bois enfrentaram até chegarem ao Porto de Santos. A partir daí, prosseguem:

Os animais foram submetidos à uma espera de dois a três dias pelo embarque dentro de carretas fechadas, as mesmas onde foram amontoados para viajar por dias, sobre um caldo de mais de 30 centímetros de urina e fezes, em temperatura extrema, sob privação de água e alimento. Tendo em vista que cada animal pesa 450 quilos e havia 90 deles em cada carreta, não é difícil imaginar que eles não dispunham de um espaço mínimo para se moverem.

Ao final dessa tormentosa viagem, os animais são submetidos a um segundo suplício, ainda pior e mais longo, pois são embarcados para viajarem por cerca de vinte dias até o Porto de Iskenderun, no Mar Mediterrâneo, em compartimentos fechados do navio, onde experimentam fome, sede, desconforto térmico, dor e medo. Não há descanso para os animais que estão cobertos por fezes, que atingem também os comedouros, bebedouros e toda a infraestrutura que os cercam. Não há segurança no mar revolto, que os atira contra as grades e paredes de suas áreas de confinamento. [...]

No mercado de carne bovina, existem certificações visando garantir que os animais sejam isentos de qualquer prática que possa lhes acarretar sofrimento ou que venham a comprometer a saúde humana e a segurança ambiental. [...] No Brasil, o abate dos animais segue rígido procedimento, sendo necessária a insensibilização prévia à sangria, por meio de utilização de pistola pneumática, de percussão ou penetração. E o processo pré-abate (criação, manejo e transporte), de igual sorte, obedece a padrões de zelo e de resguardo dos animais [...].

<sup>541</sup> “Com drone, ativistas gravam situação dos 27 mil animais que estão embarcando no Porto de Santos”. *Vista-se*. 02 dez. 2017. Disponível em: [www.vista-se.com.br/com-drone-ativistas-gravam-situacao-dos-27-mil-animais-que-estao-embarcando-no-porto-de-santos/](http://www.vista-se.com.br/com-drone-ativistas-gravam-situacao-dos-27-mil-animais-que-estao-embarcando-no-porto-de-santos/) Acesso em 13 mar. 2021.

<sup>542</sup> A mesma solicitação também foi dirigida ao do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP).

<sup>543</sup> Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/17DDrE2EQJNLHqIj90CRYv600n77wXfrn/view> Acesso em 03 mar. 2021.

Esta breve explanação expõe a incoerência em que incorre o Brasil, ao permitir a exportação de animais vivos, que sofrem, agonicamente, nos porões dos navios, por períodos de 15 a 40 dias, dependendo do país de destino. Morrem, aos milhares, no trajeto e, conforme denúncias, as carcaças são arremessadas ao mar, de onde, muitas vezes, retornam pelas correntes marítimas às margens dos portos, áreas ambientais e de proteção, contaminando ecossistemas marinho e terrestre, trazendo riscos à população. [...]

Ainda sobre os danos ambientais causados por esse tipo de navio cargueiro, o documento faz referência ao naufrágio ocorrido no Pará, dois anos antes, e aos dejetos que são jogados no mar a cada viagem:

Em outubro de 2015, o navio Haidar [...] naufragou, em Barcarena, no nordeste do Pará, causando a morte, por afogamento, de cinco mil bovinos presos na embarcação. Os que se salvaram foram esquarterados às margens do rio e as demais carcaças poluíram por meses o ambiente local.

O navio libanês deu causa a um desastre ambiental sem precedentes na região. O despejo de óleo e de milhares de carcaças no mar tornou a água imprópria para consumo e para pesca, com interdição de praias para qualquer tipo de atividade, obrigando a população local a suportar os impactos causados pela putrefação de milhares de bovinos.

Frise-se que os cargueiros de gado constituem a frota mais velha de água salgada do mundo [...]. Quanto mais antigo um barco marítimo, maior o risco de apresentar falhas mecânicas ou estruturais, o que eleva o risco de naufrágio. [...] A maioria dos cargueiros de gado são embarcações fora de serviço, usadas anteriormente para transporte de veículos, contêineres e tanques de petróleo, que foram adaptadas para transporte de animais. O próprio navio “Nada”, utilizado para o transporte de 27.500 bovinos, foi reformado e adaptado para se tornar um navio cargueiro de gado.

Há denúncias relativas ao lançamento dos dejetos produzidos pelos animais diretamente no mar. Em situação de confinamento, um boi adulto produz, em média, 23,5 kg de fezes e 9,1 kg de urina. Se considerarmos a média de 20 kg de fezes e 8 kg de urina/dia, por animal, no transporte de 20 mil cabeças, seriam produzidos pelo menos 560 toneladas de dejetos diariamente. E em uma viagem de 20 dias, 11.200 toneladas de dejetos.

A maior parte das embarcações não consegue armazenar essa imensa quantidade de dejetos, bem como as carcaças de animais que morrem, ou que são sacrificados, o que resulta em uma forte poluição marítima, atingindo a fauna, os corais, prejudicando a pesca ou contaminando pescados e ameaçando a saúde pública [...].

Os requerentes também apontam que esse tipo de comércio já vinha sendo objeto de ações ajuizadas pelo Ministério Público:

Em 2008, alegando prática de maus-tratos e ausência de Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança, o Ministério Público Estadual do Pará ajuizou ação civil pública em que obteve liminar contra o embarque de gado vivo, concedida em primeira instância e mantida pelo Tribunal de Justiça daquele Estado.

Em virtude do acidente ocorrido em 2015, com o navio Haidar, a Defensoria Pública da União propôs ação civil pública pleiteando a proibição de operações com carga

viva no Porto de Vila do Conde, contra a Minerva Foods S/A e a Companhia Docas do Pará, que nem estava autorizada a movimentar cargas vivas e não dispunha de plano de emergência.

Os Ministérios Públicos Federal e Estadual do Pará, a Procuradoria Geral do Estado e a Defensoria Pública ajuizaram uma ação civil perante a Justiça Federal, requerendo pagamento mínimo de R\$ 71 milhões em indenizações pelos danos sociais e ambientais provocados pelo naufrágio do navio Haidar. [...] Além da contaminação e dos extensos prejuízos sociais e ambientais, [os réus] são acusados de crueldade e maus-tratos com os animais.

A seguir, o texto destaca a inconstitucionalidade da prática, levando em conta as evidentes violações das normas protetivas estabelecidas pela legislação brasileira:

A exportação de gado em pé constitui CRUELDADE EXTREMA, INCONTESTE E INERENTE À PRÁTICA.

Não há meios de atenuar o sofrimento imposto aos bovinos, tendo em vista o elevado número de cabeças, as condições de temperatura, do mar revolto, e das fezes que recobrem os animais, sua água e seu alimento. Até a assistência veterinária torna-se impossível de ser prestada [...].

Não se concebe que animais nascidos e criados em solo brasileiro sejam enclausurados em embarcações estrangeiras para serem martirizados, em flagrante violação às leis nacionais. A legislação pátria tutela os animais inclusive, por norma constitucional, não sendo admissível que a exportação de gado vivo possa ser colocada à margem das normas que os protegem, desconsiderando que são criaturas sencientes.

Não se pode aceitar que o sofrimento atroz e primitivo seja impingido a seres vivos para atender aos interesses econômicos de empresas e agências de transportes marítimos, em desatendimento das normas ambientais, de bem-estar animal e de biossegurança.

O documento reitera ainda que a “Constituição da República é clara ao incumbir ao Poder Público a obrigação de vedar as práticas que submetam animal à crueldade”<sup>544</sup> e que, “além de inconstitucional, a conduta descrita subsume-se no tipo penal contido no artigo 32 da Lei nº 9.605/98”.<sup>545</sup> A Constituição do Estado de São Paulo também é citada, por “consagrar a

<sup>544</sup> Ações em diferentes instâncias jurídicas que visam proteger os animais estão sempre embasadas no Artigo 225 da Constituição Federal, que afirma: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º – Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: [...] VII- proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.” Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_26.06.2019/art\\_225\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_26.06.2019/art_225_.asp) Acesso em 04 mar. 2021.

<sup>545</sup> A referente lei caracteriza como crime ambiental: “Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos: Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa. § 1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos. §2º. A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal.” A Lei nº 14.064, aprovada em 2020, incluiu o seguinte parágrafo nesse artigo:

mesma proteção”.<sup>546</sup> No caso específico dos maus-tratos a que são submetidos os bovinos exportados vivos, que percorrem longas distâncias por vias rodoviárias antes de embarcarem, o documento afirma também que “a conduta viola o estabelecido pelo Decreto nº 24.645/34”.<sup>547</sup>

O relatório da médica veterinária Lynn Simpson foi anexado à denúncia e o MPF instaurou um inquérito civil para apurar o caso.<sup>548</sup> Além dessa representação, outros processos judiciais<sup>549</sup> estavam em andamento. Ainda em dezembro, o FNPDA ajuizou uma ação civil pública na Justiça Federal de São Paulo, em face da União, para requerer, “em caráter liminar”, a proibição das “exportações de quaisquer animais vivos por meio de navios em todos os portos do país expedindo-se ofício à capitania dos portos informando-lhes da proibição”. A ação apresentou os mesmos argumentos que constavam no pedido de intervenção feito ao MPF e, como prova documental, o relatório de Simpson também foi anexado aos autos.

Os autores da ação também se respaldaram no Código Sanitário para Animais Terrestres da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), da qual o Brasil é signatário. Fica claro, frente às evidências, que tal código é amplamente desrespeitado. O texto começa anunciando: “Esse tipo de ‘viagem’ mostra-se mais como uma câmara de tortura de animais do que qualquer outra coisa.” Após a exposição dos fatos, conclui:

Tudo o que foi dito nesta inicial é um retrato triste e verdadeiramente tenebroso dos maus-tratos aos animais, seres sencientes e que são submetidos a tratamentos

---

“Quando se tratar de cão ou gato, a pena para as condutas descritas no caput deste artigo será de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, multa e proibição da guarda.” Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm) Acesso em 04 mar. 2021.

<sup>546</sup> Na Constituição do Estado de São Paulo, o artigo 193 do capítulo IV, “Do Meio Ambiente, dos Recursos Naturais e do Saneamento”, afirma: “O Estado, mediante lei, criará um sistema de administração da qualidade ambiental, proteção e controle e desenvolvimento do meio ambiente e uso adequado de recursos naturais para organizar, coordenar e integrar as ações de órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta, assegurada a participação da coletividade, a fim de: [...] X – proteger a flora e a fauna, nesta compreendidos todos os animais silvestres, exóticos e domésticos, vedadas as práticas que coloquem em risco a sua função ecológica e que provoquem extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade, e fiscalizando a extração, produção, criação, métodos de abate, transporte, comercialização e consumo de seus espécimes e subprodutos.” Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/constituicao/1989/compilacao-constituicao-0-05.10.1989.html> Acesso em 04 mar. 2021.

<sup>547</sup> Tal decreto, de 1934, foi instituído durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas e tem força de lei federal: “Art. 3º. Consideram-se maus tratos: [...] XVII - conservar animais embarcados por mais de 12 horas, sem água e alimento, devendo as empresas de transportes providenciar, sobre as necessárias modificações no seu material, dentro de 12 meses a partir da publicação desta Lei.”

<sup>548</sup> O inquérito acabou por ser posteriormente arquivado, em decorrência de outras ações judiciais de mesmo teor já em andamento.

<sup>549</sup> Descrevo aqui especificamente a ação civil pública movida pelo Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, pelos seus desdobramentos. Entretanto, naquele momento, outras entidades também moviam ações em diferentes instâncias judiciais. Entre elas, a Agência de Notícias de Direitos Animais (ANDA), cujo processo, de mesmo teor, tramitava no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

NEFASTOS E INACEITÁVEIS nessas exportações, sem que o Governo Brasileiro adote qualquer medida profilática ou que impeça essa atrocidade.

Ao longo de janeiro, outros documentos foram juntados aos autos. Entre eles, o parecer do biólogo Frank Alarcón, doutor em Bioética e Ética Aplicada pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Em um texto de 24 páginas, ilustrado com gráficos e fotografias, o biólogo apresenta dados científicos que corroboram os argumentos da petição e reitera as consequências negativas da atividade. Seguem alguns trechos:

Uma evidente consequência do confinamento de milhares animais em espaço de pouca ventilação e precária iluminação é o expressivo aumento da temperatura interna dos compartimentos em paralelo à massiva concentração de gases produzidos pelos próprios animais. Uma vez que aos animais não lhes resta nada menos que ingerir ração e líquidos (ambos artificiais: água dessalinizada e ração industrial) [...], a produção constante e em grandes quantidades de gás metano, resultante do processo digestivo, [...] contribui enormemente para um grau de intoxicação gasosa exacerbada, assim como episódios de esgotamento ou restrição de oxigênio, fundamental para sua respiração. A falta de oxigênio [...] pode provocar hipóxia cerebral e tecidual aos animais o que pode lhes acarretar estado de sufocamento, coma, aumento da frequência cardíaca, desmaios, morte encefálica, comprometimento das habilidades motoras e cognitivas, falta de apetite, anedonia, pânico, profundo mal estar, entre outros aspectos causadores de intenso sofrimento (ALARCÓN, 2018, p. 19).

As próprias deficiências das [...] áreas de confinamento [...] criam um ambiente propício para a proliferação de fungos e bactérias e a consequente manifestação de patologias e distúrbios diversos nos animais. Como medida de controle, a equipe veterinária tende a sobrecarregar os animais com doses medicamentosas que desencadeiam diarreias, vômitos e distúrbios fisiológicos intensos e diversos (ALARCÓN, 2018, p. 19-20).

A embarcação marítima [...] realiza percurso em oceano aberto, sujeito a correntes marítimas de grande intensidade, ventos costeiros, tempestades e intempéries diversas [...]. Para animais terrestres, quadrúpedes, dotados de cascos (baixa aderência ao assoalho escorregadio e esmaltado do navio), a instabilidade marítima lhes provoca evidentes problemas relacionados ao equilíbrio e manutenção de sua integridade física (deslizamentos, escorregões, tombos etc.). Quando expostos a turbulências marítimas, muitos animais caem sobre os outros, lesionando-se (ou lesionando outros animais) de forma grave e não reparativa (ALARCÓN, 2018, p. 20-21).

Durante o processo de transporte e confinamento [...], não é incomum que óbitos (em grande número) sejam enfrentados. É de causar preocupação que esses sinistros não possam ter (e não tem) o devido controle processual e documental quando de sua ocorrência (quantos animais morrem, qual a causa mortis, quais os procedimentos adotados frente os cadáveres, é feito descarte em alto mar?) (ALARCÓN, 2018, p. 22).

É entendimento deste parecer ser claro e translúcido o variado e injustificável repertório de maus-tratos, aplicados sem coerência ética e respeito à dignidade [...] de indivíduos notadamente sencientes, munidos de sofisticada complexidade cognitiva, sistemas de elaboração subjetiva singular, além de percepção sensorial de mundo comparável à observada em nossa própria espécie. [...] Ante o conjunto de elementos apresentados, opino que não somente estão sendo feridos de forma clara as diretrizes oferecidas pela Constituição Brasileira, assim como é também maculada de maneira

torpe o disposto na Lei de Crimes Ambientais [...], os quais qualificam todo o corpo das atividades citadas como evidentes maus-tratos cometidos contra vulneráveis (ALARCÓN, 2018, p. 23-24).

Enquanto os processos judiciais estavam em curso – e cada vez mais documentos seguiam sendo juntados aos autos –, diversas entidades de defesa animal começavam a se mobilizar. A empresa *Minerva Foods*, responsável pela exportação dos 27,5 mil bois em dezembro, já havia programado um novo embarque para o fim de janeiro. A cena se repetiria: novamente o navio *Nada* atracaria no Porto de Santos para embarcar outros 27,8 mil bois<sup>550</sup> que estavam sendo vendidos mais uma vez para a Turquia. Cientes disso, ONGs e coletivos de ativistas organizaram um protesto para o dia 20 daquele mês. Cerca de 200 manifestantes saíram em passeata pelas ruas de Santos, carregando cartazes e conclamando “Pelo fim da exploração”, “Libertação animal já”, “Não vai ter embarque”, entre outras reivindicações.<sup>551</sup>

Menos de uma semana depois desse ato, no fim de tarde do dia 26 de janeiro – data prevista para a chegada dos primeiros caminhões –, um grupo de ativistas da ONG *Veddas* se dirigiu de novo ao porto, dessa vez posicionando-se com as faixas de protesto na entrada do terminal. O objetivo era tentar impedir a passagem dos veículos que transportavam os animais e assim poderem fotografar e filmar as condições em que estes se encontravam dentro das carrocerias. A guarda portuária, como era de se esperar, reprimiu os manifestantes. Mas o ato, apesar de breve, foi registrado pela imprensa local<sup>552</sup> e o ativista George Guimarães foi

<sup>550</sup> Há divergências em relação ao número de animais exportados nessa viagem. Uso como referência o laudo da médica veterinária Magda Regina, que realizou a inspeção técnica do navio *Nada* quando os animais já estavam embarcados. Ela informa no documento apresentado à Justiça Federal que são 27,8 mil bois.

<sup>551</sup> Entre as ONGs e coletivos que participaram da manifestação estão: *Veddas*, *Vox Vegan*, *Vegetarianos Baixada Santista*, *Defesa da Vida Animal*, *Frente Libertária Brasil Vegano*, *Animalistas – Resistência Vegana*, *Direct Action Everywhere*.

<sup>552</sup> O telejornal da *TV Tribuna*, afiliada da *Rede Globo*, veiculou, no dia 27 de janeiro, uma reportagem de cerca de 4 minutos, com uma entrada ao vivo. Ao mostrar os animais dentro dos caminhões, a narração em *off* da repórter diz que eles “aparentemente tinham pouco espaço”. Segundo a jornalista, o Porto de Santos “não quis se pronunciar sobre o assunto”. Entretanto, imediatamente a seguir, a âncora anunciou outra matéria sobre o mesmo tema (dessa vez com mais de 5 minutos), a qual consistia na reprodução de uma reportagem veiculada pelo programa *Globo Rural*. Repórteres de outras duas afiliadas da *Rede Globo* acompanharam um grupo de 5000 animais desde a fazenda em que estavam em quarentena, em Barretos (SP), até o Porto de São Sebastião (SP). A exportação de gado vivo é então exposta de forma extremamente positiva e como um ótimo “filão de negócios para os pecuaristas brasileiros”. Foram entrevistados criadores de gado e responsáveis pelo transporte dos animais, os quais reiteravam a todo momento que essas exportações “seguem regras muito exigentes e muito criteriosas”. Afirmaram inclusive que os caminhões possuem “piso anti-stress” e que o embarque é feito “com a maior calma possível” para não estressar os animais. O repórter também reforça a ideia de que os animais recebem um tratamento “especial”. Em uma passagem, pouco antes dos bois serem alocados nos caminhões, o jornalista diz com animação: “Antes da viagem, é hora do lanche! Essa ração é feita especialmente para esses animais. É rica em fibras e tem uma quantidade a mais de proteínas.” Nenhuma voz dissonante foi ouvida e não há qualquer objeção ao que todas essas fontes – e também o repórter – diziam. O telejornal não noticiou mais as manifestações no Porto de Santos nos dias que se seguiram (“Ativistas protestam contra embarque de bois no Porto de Santos”. 27 jan. 2021. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6454059/> Acesso em 17 mar. 2021).

entrevistado. O grupo permaneceu no local ao longo da noite e dos dias seguintes. A cada “caminhão boiadeiro” que chegava, eles tentavam novamente impedir sua passagem com uma “barreira humana”. Com o auxílio dos guardas, os motoristas seguiam seu percurso e, apesar dos protestos, os animais foram embarcados sem maiores contratemplos.

No dia 31 de janeiro, entretanto, o juiz Djalma Pereira Gomes, encarregado da ação proposta pelo FNPDA, deferiu o pedido de liminar em parte, determinando a “suspensão imediata das operações de embarque” do navio *Nada*. As autoridades portuárias deveriam impedir a embarcação de partir, para que fosse realizada, por profissional independente, uma inspeção técnica “com vistas a oferecer subsídios para análise da Ação Civil Pública” (GOMES, 2018, p. 3). Foi incumbida da tarefa a médica veterinária da prefeitura de Santos, Magda Regina, que compareceu ao terminal portuário às 20h do mesmo dia, tão pronto recebeu a intimação. Mas apesar de ter em mãos a autorização para ingressar no navio e fazer a vistoria, Regina encontrou diversos obstáculos para cumprir a ordem judicial, conforme relata.

Após aguardar por duas horas e meia, a profissional foi impedida de ter acesso à embarcação. As “múltiplas tentativas de diálogo e pedidos de obediência à decisão judicial”, segundo ela, foram inúteis. Regina (2018, p. 1) dirigiu-se então “à Delegacia da Polícia Federal [...] para registro formal do descumprimento da ordem judicial”. Somente na manhã do dia seguinte, 1º de fevereiro, a operadora portuária concedeu-lhe acesso ao navio. Ainda assim, a profissional se deparou com outros obstáculos. Antes de ingressar na embarcação, observou que também havia animais dentro dos caminhões, aguardando liberação para serem embarcados. Mas não lhe foi possível inspecionar as condições desses bois, uma vez que as caçambas dos veículos tinham a “visibilidade lateral obstruída graças à colagem de fitas adesivas nos orifícios da estrutura objetivando dificultar inspeção (observação, filmagem, fotografias) de seu interior por terceiros” (REGINA, 2018, p. 2).<sup>553</sup>

Ao ingressar no navio, tampouco lhe foi possível iniciar imediatamente a inspeção. A veterinária foi conduzida a uma sala de reuniões localizada no 8º andar<sup>554</sup> da embarcação, “para

---

<sup>553</sup> Entretanto, como Regina havia participado de uma blitz “na condição de veterinária da Prefeitura Municipal de Santos nos dias em que caminhões com animais chegaram ao Porto” (REGINA, 2018, p. 2), ela descreve o que constatou na ocasião: “O tempo de viagem dos veículos com animais variou de 8 a 14 horas de duração, sendo notória a grande quantidade de fezes e urina presentes no interior das caçambas produzidas ao longo do percurso rodoviário e também lançadas nas vias urbanas [...]. Durante a inspeção, encontrei muitos animais prostrados no interior das caçambas e, apesar da quantidade de animais estar de acordo com as diretrizes anunciada pelo MAPA, os animais não apresentavam condições de mover-se ou virar-se dentro do exíguo espaço de seu confinamento. [...] Muitos caminhões e suas caçambas dispunham de varetas com pontas metálicas conectadas ao sistema elétrico do veículo, cujo objetivo é impedir, mediante descargas elétricas, que os animais se deitem no assoalho do veículo” (REGINA, 2018, p. 2-4).

<sup>554</sup> O navio *Nada* possui 13 andares, sendo 12 deles ocupados por baias onde são confinados os animais. Sete desses pavimentos onde os bois viajam estão localizados no subsolo (porão) da embarcação, abaixo do nível do

conversar com representantes das várias partes envolvidas: a empresa de importação/exportação Ecoporto, a Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a Minerva Foods e membros da tripulação” (REGINA, 2018, p. 1).

Seus interlocutores lhe relataram, “de forma sintética, a rotina de administração dos animais, sua alimentação e o processo de limpeza dos recintos em que os garrotes são confinados” (REGINA, 2018, p. 1). Após a reunião, ela foi levada “a inspecionar um andar de confinamento situado no mesmo nível (8º andar), dotado de janelas laterais e localizado acima da linha de água de submersão do navio. Ali, as condições de iluminação, ventilação e lotação animal mostravam-se aparentemente moderadas” (REGINA, 2018, p. 2). A veterinária prossegue então seu relato:

Pude constatar que havia evidente interesse em limitar minha inspetoria somente ao nível originalmente apresentado. Solicitei visita aos andares inferiores do navio, momento este em que fui advertida que nestes pisos o processo de limpeza encontrava problemas operacionais.

Uma vez nos andares inferiores [...], constatei que as condições de higiene eram muito precárias – notadamente para os animais ingressos na embarcação desde o dia 26 de janeiro (7 dias atrás do dia corrente da inspeção). A imensa quantidade de urina e excrementos produzida e acumulada nesse período propiciou impressionante deposição no assoalho de uma camada de dejetos lamacenta. O odor amoniacal era extremamente intenso tornando difícil a respiração. Em alguns desses andares, o sistema de ventilação artificial buscava atenuar o efeito do acúmulo de gases e odores [...]. A poluição sonora (em decibéis) resultante do constante funcionamento dos ventiladores era intenso e claramente inoportuno dado seu elevado grau de ruído. Conforme relatado pelo veterinário embarcado que me acompanhou durante a inspeção, o tempo que a operação de embarque dos animais consome faz com que esses pisos inferiores, preenchidos prioritariamente, fiquem em situação sanitária de maior precariedade dada a impossibilidade de lavagem dos pisos. O processo de lavagem ocorre a cada cinco dias, mas somente é colocado em funcionamento após partida do navio [...]. Essa lavagem [...] conduz a sujidade a um tanque de armazenamento [e] os dejetos acumulados têm então seu conteúdo descartado, sem qualquer tratamento, ao mar. [...]

Em setor vulgarmente denominado Graxaria, foi constatada a presença de um equipamento destinado a triturar os animais mortos, cujo resultado é também lançado ao mar. Foi informado que a equipe de veterinários do navio orbita na quantidade de um a três indivíduos, os quais seriam assessorados por oito vaqueiros que trabalhariam em turnos [...]. O mesmo é dizer que em sendo três veterinários embarcados responsáveis pela assistência médica e inspeção, teríamos a proporção de um veterinário para cada 9000 animais em confinamento (REGINA, 2018, p. 2-3).

Nas embarcações marítimas, é sabido que os animais são coagidos, mediante choques, a ingressar nos andares inferiores até que se alcance a lotação limite [...]. Os animais são alocados em grupos [...], em espaços exíguos, totalizando dimensões menores que 1m<sup>2</sup> por indivíduo. [...] Dentro das baías, o movimento dos animais é seriamente

---

mar e, portanto, sem qualquer janela ou abertura para o exterior. A circulação de ar nesses espaços é feita unicamente – e precariamente – por exaustores.

comprometido. [...] É comum observar a prática da monta, isto é, animais que sobem uns sobre os outros como claro comportamento de dominância [...] – ação esta que facilita a ocorrência de tombos ou acidentes. A produção de dejetos (excrementos e urina) pelos animais nesses ambientes fechados os expõe de maneira íntima e constante a um cenário de intensa insalubridade (REGINA, 2018, p. 4).

Por se tratar de veículo marítimo de grande porte sujeito às oscilações intrínsecas e naturais das correntes oceânicas, movimentos pendulares da embarcação podem ocasionar perda de equilíbrio dos animais (de natureza terrestre) e, por consequência, causar acidentes traumáticos e sério desconforto fisiológico (REGINA, 2018, p. 4).

Definitivamente, o transporte marítimo de carga viva não contempla a possibilidade de saída dos animais de suas baias de confinamento [...], impedindo assim qualquer tipo de descanso ou passeio. No interior de seu recinto de confinamento é unicamente possível ao animal prostrar-se ao chão, sujeitando-se [...] a contato íntimo com seus dejetos e os dejetos de outros animais (REGINA, 2018, p. 5).

A estrutura dessas embarcações não é adequada para este fim. A título de exemplo, o navio NADA, construído em 1993, foi adaptado em 2012, na China, a partir de uma embarcação especializada no transporte de contêineres. Não foi planejado e construído visando o transporte de animais. Toda a estrutura dessas embarcações é metálica, inclusive pisos e divisórias. [...] O piso torna-se extremamente escorregadio quando na presença de grandes quantidades de fezes e urina acumuladas no assoalho – o que é a regra. Portanto, os riscos para ocorrência de acidentes com os animais é de altíssimo grau (REGINA, 2018, p. 5).

Absolutamente não [são observadas medidas que garantam o bem-estar desses animais]. O transporte por longos períodos e distâncias, seja por meio terrestre como por meio marítimo, sujeita estes organismos a uma experiência completamente alheia à sua natureza. A insalubridade a que são expostos, o movimento dos veículos (frenagem, balanço, variação de velocidade, manobras veiculares bruscas), o confinamento demorado, as restrições hídricas e alimentares etc., impossibilitam a garantia do bem-estar dos animais na sua aceção mais elementar (REGINA, 2018, p. 5-6).

Dada a enorme dificuldade de administrar intercorrências clínicas em grandes planteis, o número de profissionais veterinários, mesmo que elevado, não conseguiria resolver esses problemas. O óbito de animais está intrinsecamente ligado à prática de transporte marítimo de carga viva (REGINA, 2018, p. 6).

O medo, estresse e outras alterações etológicas são decorrências naturais e evidentes da exposição aos eventos mencionados neste parecer. Insalubridade extrema dos recintos, contaminação das doses de insumos diários, acidentes decorrentes do processo de transporte, limitação de mobilidade e espaço, extrema concentração de gases e alterações ambientais de larga duração são apenas alguns dos exemplos resultantes deste processo (REGINA, 2018, p. 7).

Com base nos fatos relatados, [...] opino que são abundantes os indicativos que comprovam maus-tratos e violação explícita da dignidade animal. [...] Tenho entendido, portanto, de que a prática de transporte marítimo de animais por longas distâncias está intrínseca e inerentemente relacionado à causação de crueldade, sofrimento, dor, indignidade e corrupção do bem-estar animal sob diversas formas (REGINA, 2018, p. 7-8).

Regina anexou ao relato 47 fotografias, todas feitas durante a inspeção técnica. As imagens corroboram suas descrições, expressando claramente o ambiente insalubre em que aqueles animais estavam imersos. As condições precárias a que foram submetidos eram visíveis

e incontestáveis – confirmando, assim, seus argumentos de que qualquer parâmetro mínimo de bem-estar animal estaria, indubitavelmente, sendo violado.

Após analisar o laudo da médica veterinária<sup>555</sup> – e todos os demais documentos juntados aos autos –, o juiz Djalma Moreira Gomes expediu uma nova decisão, dessa vez deferindo o pedido de liminar em sua totalidade. Publicada no dia 02 de fevereiro, a medida proibia as exportações de carga viva em todos os portos do país. Seguem alguns trechos da decisão judicial:

A evolução da civilização fez com que os animais deixassem de ser tão somente OBJETOS de direito e passassem a ser SUJEITOS de direito.

Com isso, os ordenamentos jurídicos dos povos civilizados passaram a conferir proteção aos animais não porque eles fossem “coisa”, “objeto” e, nessa qualidade integrassem o patrimônio de alguém, mas porque eles próprios, por sua natureza de seres sencientes e, como tais, dotados de dignidade, merecessem, por si só, proteção jurídica.

[...] No caso do ordenamento jurídico brasileiro, temos disposições protetivas de ordem constitucional, de ordem legal e regulamentar e até do direito das gentes, por meio de tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário (GOMES, 2018, p. 5).

Por sua vez, como signatário de normas internacionais, o Brasil se obrigou a proteger os animais, de modo que eles não sejam submetidos a maus-tratos ou a atos cruéis e que, em caso de serem mortos, por exemplo, para fins de alimentação humana, que o sejam instantaneamente sem que sejam submetidos a sofrimento físico ou psíquico.

[...]

Ao que se verifica, portanto, múltiplos são os diplomas normativos que impõem o dever de proteção aos animais, de modo que não há dúvidas de que o Poder Público (União, Estados e Municípios) deve ZELAR pelo cumprimento dos DIREITOS DOS ANIMAIS (GOMES, 2018, p. 6).

Se o ordenamento jurídico brasileiro estabelece um método de abate que considera humanitário [...], não pode ele, sob risco de incorrer em ofensa a esse mesmo ordenamento jurídico, exportar animais vivos para o exterior sem garantias de que essa metodologia de abate [...] venha a ser observada (GOMES, 2018, p. 7).

[...] [O abate Halal ou Kosher], por serem diversos do preconizado pelo ordenamento brasileiro, inviabiliza a exportação de animais vivos para serem abatidos por tais métodos (GOMES, 2018, p. 8).

[...] No caso do NAVIO NADA, com carga viva embarcada para a Turquia, [...] a situação narrada no relatório da veterinária nomeada para a realização da inspeção

---

<sup>555</sup> Ainda no dia 1º de fevereiro, enquanto o juiz Djalma Moreira Gomes analisava o laudo da médica veterinária, outra decisão judicial, da 2ª Vara da Fazenda Pública do Foro de Santos, também suspendeu o embarque dos animais no navio *Nada*. Dessa vez, a requerente da ação civil pública era a ONG Agência de Notícias de Direitos Animais (Anda). O juiz de primeira instância Márcio Kammer de Lima determinou a “interdição de saída de navios com carga viva já embarcada, com o desembarque de animais eventualmente já embarcados. [...] Para a hipótese de descumprimento, arbitro multa de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) por navio que acolher carga viva em descompasso com a presente determinação” (Processo nº 1000419-39.2018.8.26.0562 consultado em: <https://www.tjsp.jus.br/Processos>). A medida visava dar efetividade à decisão proferida, no dia anterior, pelo desembargador da 2ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente, do Tribunal de Justiça de São Paulo, Luís Fernando Nishi. Ao julgar um agravo de instrumento, o magistrado deferiu “o efeito suspensivo/ativo pleiteado, para suspender o embarque de animais vivos no Porto de Santos até ulterior julgamento do recurso” (Agravo de Instrumento nº 2006438-81.2018.8.26.0000 consultado em <https://www.tjsp.jus.br/Processos>).

[determinada por esse juízo], com apoio em inúmeras fotografias [...], apontam para um manejo inadequado e para condições de bem-estar animal muito comprometidas. É dizer, as condições verificadas – e documentadas pela veterinária designada – estão longe de atender o que preconiza a Instrução Normativa nº 56 [que rege o transporte de animais vivos] (GOMES, 2018, p. 9).

Diante da constatação de que os animais estão [...] submetidos a manejo inadequado e acomodações que revelam um quadro de total ausência de bem-estar animal, numa situação senão de crueldade em condições bem análogas, tenho que a liminar, para impedir a viagem do navio, comporta deferimento.

Isso posto, DEFIRO O PEDIDO DE LIMINAR para IMPEDIR a exportação de animais vivos para o abate no exterior, em todo território nacional, até que o país de destino se comprometa [...] a adotar práticas de abate compatíveis com o preconizado pelo ordenamento jurídico brasileiro e desde que editadas e observadas normas específicas, concretas e verificáveis [...], as quais possam efetivamente conferir condições de manejo e bem-estar dos animais transportados.

Em consequência, determino o DESEMBARQUE e RETORNO à origem, mediante plano a ser estabelecido pelo MAPA e operacionalizado pelo exportador, sob fiscalização das autoridades sanitárias, de todos os animais embarcados no NAVIO NADA, cuja embarcação somente poderá prosseguir viagem depois de completamente livre de animais vivos (GOMES, 2018, p. 10).

O juiz reitera que seus argumentos estão amparados nos princípios dos direitos animais, o que demonstra uma abertura cada vez maior do campo jurídico para a concepção dos animais como *sujeitos* de direitos, não mais *objetos*. A decisão, evidentemente, feriu os interesses de empresários do setor, em especial a *Minerva Foods*, proprietária dos 27,8 mil bois já embarcados e com diversas outras exportações programadas ao longo do ano. A medida imediatamente mobilizou políticos ligados ao agronegócio, que se apressaram para tentar suspender a decisão.

A liminar concedida pelo juiz Djalma Moreira Gomes foi a que teve maior repercussão, sobretudo por estender a proibição a todo o país. Entretanto, como já foi dito, outras ações estavam em curso e mais duas decisões judiciais, publicadas quase ao mesmo tempo, também interditaram a saída do navio *Nada* do Porto de Santos. Elas podem ser conferidas no quadro abaixo:

Decisões Judiciais				
Data	Instância Jurídica	Ação	Juiz	Decisão
31/01	25ª Vara Civil Federal de São Paulo	Ação Civil Pública	Djalma Moreira Gomes	Suspensão imediata das operações de embarque do navio Nada [...], [para realização de inspeção técnica] com vistas a oferecer subsídios para análise da Ação Civil Pública.

	2ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente do Tribunal de Justiça de São Paulo	Agravo de Instrumento	Luís Fernando Nishi	Suspensão do embarque de animais vivos no Porto de Santos até ulterior julgamento do recurso.
01/02	2ª Vara da Fazenda Pública do Foro de Santos (SP)	Ação Civil Pública	Márcio Kammer de Lima	Interdição de saída de navios com carga viva já embarcada [no Porto de Santos], com o desembarque de animais eventualmente embarcados.
02/02	25ª Vara Civil Federal de São Paulo	Ação Civil Pública	Djalma Moreira Gomes	Defiro o pedido de liminar para impedir a exportação de animais vivos para o abate no exterior, em todo território nacional. [...] Em consequência, determino o desembarque e retorno à origem [...] de todos os animais embarcados no navio nada, cuja embarcação somente poderá prosseguir viagem depois de completamente livre de animais vivos.

Quadro 7: Decisões judiciais referentes à exportação de animais vivos.

A proibição das exportações de carga viva em todo o país era um fato inédito e suscitou ampla cobertura midiática. Agora não apenas a imprensa local seguiria acompanhando o caso, mas também a mídia nacional. Sabemos que a exploração de animais como *commodities* é uma prática naturalizada nas sociedades contemporâneas. Conforme a primeira parte deste capítulo demonstrou, o debate sobre as implicações éticas no ato de explorar outras espécies em benefício próprio já está mais avançado quando envolve tipos de uso considerados prescindíveis, como é o caso do entretenimento. Por outro lado, ainda existe pouquíssima abertura para uma discussão mais séria e aprofundada sobre a legitimidade da prática rotineira em transformar uma quantidade expressiva de animais “de criação” em produtos alimentícios e “ingredientes”, “insumos”, “recursos” para diferentes tipos de indústria.

Como referi anteriormente, a dissertação de mestrado de Danielle Sibonis (2015), que verificou as diversas formas como animais eram reportados em um conjunto de notícias da *Folha de S. Paulo*, constatou que “as temáticas de commodities e alimentação somaram 65,5% do total das matérias” e que o jornal priorizava “a representação dos animais como um recurso, um instrumento para aumentar o lucro humano, sem mencionar o estado e os modos de tratamento que eles recebem na indústria, nem os impactos socioambientais da produção de alimentos” (SIBONIS, 2015, p. 224). A autora concluiu que havia “um domínio da dimensão econômica nas representações dos animais” e o veículo reforçava “o tratamento estereotipado

de que a maioria dos animais são produtos alimentícios para o consumo humano” (SIBONIS, 2015, p. 225).

O “caso do Porto de Santos”, portanto, apresentou-se como uma excepcionalidade, um “ponto fora da curva”, que impôs um debate sobre bem-estar animal ainda bastante improvável de ter espaço na mídia brasileira. Como outras práticas do agronegócio, a exportação de bois vivos vinha ocorrendo rotineiramente, mas ainda era ignorada pela ampla maioria da população. As decisões judiciais que proibiram os embarques criaram, assim, um contexto favorável para se levantar questionamentos praticamente inexistentes nas rotinas produtivas das redações. Tendo em vista a singularidade do evento, considereei pertinente analisar essa cobertura jornalística, com o objetivo de averiguar *se e como* o debate sobre ética e direitos animais era reportado nas matérias. Os acontecimentos em curso, conforme descrevi, tornaram praticamente “inevitável” abordar o tema.

Para compor o *corpus*, elegi 23 veículos com linhas editoriais e alcance de público diversos. Após realizar uma ampla pesquisa nas ferramentas de busca dos próprios veículos e também no *Google*, constatei que seis deles não haviam publicado nenhuma matéria sobre a proibição dos embarques. Reuni, então, as notícias que encontrei nos outros 17. Depois de uma primeira leitura desse material, considereei pertinente situar a cobertura do acontecimento em análise em seu contexto temporal mais amplo. Selecionei, portanto, todas as matérias sobre exportação de animais vivos publicadas ao longo de três anos: 2017, 2018, 2019. Ao todo, foram identificadas 171 notícias.

Os veículos que compõem o *corpus* são indicados na tabela abaixo, com a quantidade de matérias publicadas por cada um deles em cada ano e a extensão média dos textos. Em seguida, apresento a análise de todo esse material em ordem cronológica.

<b>Veículo</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>Total</b>	<b>Palavras</b>
Globo Rural	1	30	3	34	393
G1	1	29	1	31	489
IstoÉ	1	16	5	22	407
O Estado de S. Paulo	3	14	2	19	408
Folha de S. Paulo	2	13	1	16	420
Valor Econômico	—	10	—	10	313
Agência Brasil	—	6	1	7	427
Sul 21	1	4	—	5	396
Veja	—	5	—	5	368

Exame	—	4	1	5	429
Revista Fórum	—	5	—	5	475
Jornal do Brasil	—	2	1	3	545
Época Negócios	—	2	1	3	572
UOL	1	1	—	2	1207
BBC Brasil	—	2	—	2	1977
Mídia Ninja	—	1	—	1	510
El País	—	1	—	1	1314
O Globo	—	—	—	—	—
Carta Capital	—	—	—	—	—
Superinteressante	—	—	—	—	—
piauí	—	—	—	—	—
The Intercept	—	—	—	—	—
O Eco	—	—	—	—	—
<b>Total</b>	10	145	16	<b>171</b>	

Quadro 8: Cobertura sobre exportação de gado vivo de 2017 a 2019.

### 2017: Silêncio e indiferença

Antes das decisões judiciais de 2018, a exportação de gado vivo era um tema praticamente ausente na mídia brasileira. Ao longo de todo o ano de 2017, foram publicadas apenas dez matérias (Quadro 9). Como os próprios títulos já indicam, a perspectiva dos animais foi ignorada em 90% delas.

2017 [10]					
Data	Título	Veículo	Editoria	Repórter	Palavras
JANEIRO [1]					
21/01	De líder, Venezuela despenca na importação de gado vivo do Brasil	Folha	Vaivém das Commodities	Mauro Zafalon	198
MARÇO [1]					
17/03	Exportação de gado vivo perde ritmo no ano	Folha	Vaivém das Commodities	Mauro Zafalon	339
MAIO [1]					
16/05	Brasil e Kuwait negociam abertura de mercado para carne e gado vivo	Globo Rural	Boi	Estadão Conteúdo	168

JUNHO [1]					
24/06	Iraquiano investe no Brasil para exportar bois vivos	Estadão	Economia & Negócios	Coluna do Broadcast Agro	232
NOVEMBRO [1]					
13/11	Turquia reforça compras de gado vivo do Brasil	Estadão	Economia & Negócios	Coluna do Broadcast Agro	134
DEZEMBRO [5]					
01/12	Megaoperação no Porto de Santos embarca 27,5 mil bois para a Turquia	Estadão	São Paulo	Paulo Beraldo	351
01/12	Megaoperação no Porto de Santos embarca 27,5 mil bois para a Turquia	IstoÉ	Economia	Estadão Conteúdo	351
01/12	Megaoperação embarca mais de 27 mil bois em navio no Porto de Santos	G1	Santos e Região	José Claudio Pimentel	546
02/12	'Operação' leva 27 mil bezerras vivos do interior paulista até a Turquia	UOL	Economia	Maurici de Oliveira	480
05/12	Campanha denuncia crueldade no transporte internacional de animais vivos	Sul 21	Geral	Da Redação	160

Quadro 9: Matérias sobre exportação de gado vivo publicadas em 2017.

A única menção a situações de maus-tratos foi registrada em 05 de dezembro, em uma breve notícia publicada no jornal online *Sul 21*<sup>556</sup>. Com o título “Campanha denuncia crueldade no transporte internacional de animais vivos”<sup>557</sup>, o texto se limita a divulgar o lançamento da campanha contra a exportação de gado vivo na Assembleia Legislativa gaúcha. A questão do bem-estar animal é citada de forma muito sucinta e pouco esclarecedora:

O Brasil exporta todo ano milhares de animais vivos para o Oriente Médio, em viagens marítimas que duram até 30 dias, sem assistência veterinária. Os animais, para serem embarcados, são submetidos a maus-tratos que incluem corte de tendões e esfaqueamento de olhos. Apesar de membro signatário da World Organization for Animal Health (OIE), o Brasil não cumpre os padrões exigidos de normas de bem-estar para esse transporte, denunciam as organizações que lideram a campanha. Para a deputada Regina Becker Fortunati, é preciso debater sobre as falhas de um comércio desta natureza e sobre a violação de diretrizes internacionais que acontecem cotidianamente.

Não há qualquer explicação sobre o contexto em que os animais seriam submetidos a “corte de tendões” e “esfaqueamento de olhos”. É estranho que entre as tantas situações de maus-tratos já amplamente descritas, o texto faça referência a duas práticas que não estão entre

<sup>556</sup> O *Sul 21* é um veículo “dedicado prioritariamente ao noticiário político” e cuja redação está sediada em Porto Alegre (RS). Disponível em: [www.sul21.com.br/institucional/](http://www.sul21.com.br/institucional/) Acesso em 15 mar. 2021.

<sup>557</sup> Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2017/12/campanha-denuncia-crueldade-no-transporte-internacional-de-animais-vivos/> Acesso em 15 mar. 2021.

os problemas mais comuns nesse tipo de comércio. Excetuando essa única menção – pouco elucidativa –, o tema esteve completamente ausente na imprensa brasileira ao longo de todo o ano. Ainda que já houvesse ações judiciais em curso e mobilizações de ativistas, nada disso aparece no noticiário. Pelo contrário: o que aparece são os “benefícios econômicos” da atividade.

As duas notícias que a *Folha de S. Paulo* publicou em 2017 saíram na coluna “Vaivém das Commodities”<sup>558</sup>, assinada por Mauro Zafalon. Presumivelmente, nesses textos o animal não é nada mais do que uma *commodity*. Em 21 de janeiro, a matéria “De líder, Venezuela despenca na importação de gado vivo do Brasil”<sup>559</sup> anuncia que a exportação de “gado em pé”, que esteve em queda nos anos anteriores, vinha crescendo novamente: as vendas de 2016 – “282 mil cabeças” – superaram em 36% as de 2015. Entretanto, o texto pondera, “esses números [ainda] estão bem distantes da média anual de 642 mil cabeças exportadas nos anos de 2013 e de 2014”. A explicação para “essa desaceleração nas vendas de gado vivo” seria a Venezuela, que reduziu drasticamente suas importações em decorrência da crise interna que o país vivia. Para o exportador brasileiro, por outro lado, o “problema” já estava sendo solucionado, com a conquista de novos mercados: Turquia, Líbano, Iraque, Egito e Jordânia tornaram-se compradores frequentes dos bois brasileiros.

Em 17 de março, a coluna voltou ao tema com a notícia “Exportação de gado vivo perde ritmo no ano”<sup>560</sup>. Dessa vez, o texto não se restringe a informar os dados estatísticos, ressaltando também a “importância econômica” da atividade e a necessidade de ampliar o mercado, tendo em vista os novos “problemas enfrentados pelo setor”. A Turquia, por exemplo, realizara “algumas mudanças internas” que “provocaram um aperto nas margens de lucro das empresas brasileiras”. Isto é, os exportadores não tiveram qualquer prejuízo, uma vez que não deixaram de vender e de lucrar – o “problema” era que ainda não estavam lucrando tanto quanto gostariam.

A única fonte citada na matéria é Gastão Carvalho Filho, proprietário da empresa Boi Branco e diretor da Associação Brasileira dos Exportadores de Gado (ABEG). Segundo ele, “as autoridades do Pará” começavam “a entender a importância da agropecuária na região”, o que se traduziria em novos incentivos fiscais para o setor. Apesar das tantas evidências já

---

<sup>558</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vaivem/>

<sup>559</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vaivem/2017/01/1851813-de-lider-venezuela-despenca-na-importacao-de-gado-vivo-do-brasil.shtml> Acesso em 05 fev. 2021.

<sup>560</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vaivem/2017/03/1867099-exportacao-de-gado-vivo-perde-ritmo-no-ano.shtml> Acesso em 05 fev. 2021.

demonstradas de que exportar o produto é mais vantajoso, para a economia nacional, do que exportar a matéria-prima, o texto termina com a seguinte declaração de Carvalho: “O Brasil precisa melhorar o marketing do boi vivo brasileiro.”

Os demais veículos abordaram o tema sob essa mesma perspectiva. Em 16 de maio, a revista *Globo Rural* noticiou um provável novo destino para os bois brasileiros: “Brasil e Kuwait negociam abertura de mercado para carne e gado vivo”<sup>561</sup>. O texto informa sobre a visita do então ministro da Agricultura Blairo Maggi ao Kuwait, para promover o comércio de bovinos vivos.

As três matérias seguintes são do jornal *O Estado de São Paulo*, sendo que as duas primeiras saíram na *Coluna do Broadcast Agro* – onde tampouco se pode esperar que os animais sejam considerados como algo além de mercadorias. Em 24 de junho, a notícia “Iraqiano investe no Brasil para exportar bois vivos”<sup>562</sup> anunciava que o Brasil iria “ajudar o Iraque a recompor seu rebanho bovino, dizimado pelo Estado Islâmico”. Já estava programado “o embarque de cinco mil cabeças de bovinos por mês, pelo porto de Barcarena, no Pará”, a partir de setembro daquele ano. Segundo a matéria, a “parceria” entre Brasil e Iraque era recente: as exportações de gado vivo para o país começaram em 2015, tendo crescido 9% desde então.

Em 13 de novembro, a matéria “Turquia reforça compras de gado vivo do Brasil”<sup>563</sup> comemorava a venda de 80 mil bovinos para a Turquia, já programada para 2018. A quantidade representava um aumento de 145% nas exportações para o país, que em 2017 havia comprado “apenas” 33 mil bois brasileiros. O texto também informava o crescimento do setor: “Este ano, até outubro, [...] o Brasil exportou 306,5 mil cabeças para vários países, alta de 35% ante 2016. Só no mês passado, o faturamento alcançou US\$ 42,19 milhões.”

A terceira e última matéria do *Estadão* naquele ano anunciava a já referida estreia do Porto de Santos nas exportações de gado vivo. Publicada em 1º de dezembro com o título “Megaoperação no Porto de Santos embarca 27,5 mil bois para a Turquia”<sup>564</sup>, o texto dizia:

Para quem está acostumado com os embarques de contêineres com açúcar, grãos e produtos industrializados, o cenário no Porto de Santos nesta semana é bem diferente:

<sup>561</sup> Disponível em: [revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/Boi/noticia/2017/05/globo-rural-brasil-e-kuwait-negociam-abertura-de-mercado-para-carne-e-gado-vivo.html](http://revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/Boi/noticia/2017/05/globo-rural-brasil-e-kuwait-negociam-abertura-de-mercado-para-carne-e-gado-vivo.html) Acesso em 1º fev. 2021.

<sup>562</sup> Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,iraquiano-investe-no-brasil-para-exportar-bois-vivos,70001901727> Acesso em 11 de fev. 2021.

<sup>563</sup> Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,turquia-reforca-compras-de-gado-vivo-do-brasil,70002082227> Acesso em 04 de fev. 2021.

<sup>564</sup> Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,megaoperacao-no-porto-de-santos-embarca-27-5-mil-bois-para-a-turquia,70002104135> Acesso em 03 de fev. 2021.

um navio boiadeiro está estacionado no local desde quinta-feira, 30, em uma megaoperação para embarcar 27,5 mil bois para a Turquia. [...] Os animais pertencem ao Minerva Foods, um dos maiores frigoríficos da América Latina e o pioneiro em exportar gado vivo. Desde que começou, em 2003, a companhia já embarcou 2,5 milhões de bovinos vivos. Segundo a empresa, a operação está sendo realizada em Santos porque o porto está mais próximo de onde há rebanhos com as características buscadas pelos compradores turcos. [...]

A matéria prossegue descrevendo os procedimentos de embarque dos animais e as características do navio *Nada*, “a maior embarcação do mundo para transporte de animais vivos”. Mais uma vez, a única fonte do repórter foi a Minerva Foods. A matéria do *Estadão* foi reproduzida pela revista *IstoÉ*, que manteve inclusive o mesmo título.<sup>565</sup>

O *GI* publicou uma manchete muito parecida – “Megaoperação embarca mais de 27 mil bois em navio no Porto de Santos”<sup>566</sup> – e um texto extenso, que também descreve o “passo-a-passo” do embarque e os atributos do navio. Algumas informações, entretanto, são imprecisas. O texto afirma, por exemplo, que os “bois eram criados em fazendas no interior de São Paulo” – tais fazendas, como já foi dito, serviram apenas como Estabelecimentos Pré-Embarque (EPEs). Outro equívoco foi dizer que, “assim que chegam ao terminal portuário, os caminhões se posicionam de modo que os animais entrem em um corredor e depois passem por uma plataforma até embarcar no navio” – a maioria dos caminhões precisam aguardar por horas, ou mesmo dias, até que os bois sejam embarcados.

Foram entrevistados o diretor comercial do terminal Ecoporto, Luiz Araújo – “Tudo está muito limpo, diferente do que nós imaginamos anteriormente” –, e o diretor de relações com o mercado da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), Cleveland Sampaio Lofrano, que sinaliza a abertura do porto paulista para novos embarques – o próximo já previsto para janeiro de 2018. Novamente, nenhuma fonte independente.

Em 02 de dezembro, o *UOL*, seguindo a mesma linha, publicou “‘Operação’ leva 27 mil bezerros vivos do interior paulista até a Turquia”<sup>567</sup>. O conteúdo do texto é quase idêntico ao das notícias anteriores, com alguns breves acréscimos. O primeiro deles até parece indicar uma tentativa do repórter em também oferecer, ao menos minimamente, o ponto de vista dos animais: “Descarregados um a um, os bezerros são conduzidos a bordo por corredores estreitos,

<sup>565</sup> As 22 matérias da revista *IstoÉ* que integram o *corpus* são de agências de notícias: 19 delas do *Estadão Conteúdo*, duas da *Agência Brasil* e uma da agência italiana *Ansa Brasil*.

<sup>566</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/porto-mar/noticia/megaoperacao-embarca-mais-de-27-mil-bois-em-navio-no-porto-de-santos.ghtml> Acesso em 14 fev. 2021.

<sup>567</sup> Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2017/12/02/operacao-leva-27-mil-bezerros-vivos-do-interior-paulista-ate-a-turquia.htm> Acesso em 06 fev. 2021.

com proteções laterais, pelos quais os animais só tem a opção de entrada. Não conseguem retornar.” Entretanto, imediatamente a seguir, a matéria informa:

A captação dos dejetos e o tratamento seguem padrões da navegação e serão desembarcados no porto de destino, afirma [Imad] Itani [representante do proprietário do navio]. O clima ameno e o controle dos embarques ajudam a evitar estresse nos animais, e não há casos de animais caídos ou pisoteados, como pode acontecer quando há maus-tratos, calor excessivo ou falta de água e ração durante o transporte, segundo os responsáveis pela operação.

Tais afirmações, como se nota, são falsas. A maioria dos navios de carga viva – inclusive o *Nada*, segundo seus próprios tripulantes –, lança os dejetos diretamente no mar, sem qualquer tipo de tratamento. As menções a um “clima ameno”, à ausência de “estresse nos animais” e à não ocorrência de “casos de animais caídos ou pisoteados” tampouco têm qualquer fundamento. Tais equívocos são resultado de uma apuração enviesada: as fontes do repórter se limitaram aos “responsáveis pela operação” e ao “representante do proprietário do navio” – dificilmente ele obteria informações imparciais e legítimas. O texto prossegue ainda mais tendencioso. À pergunta “Por que exportar animais vivos?” é apresentada a seguinte resposta:

Além de atender a necessidades alimentares, a importação e exportação de gado vivo envolve valores e costumes locais, assim como técnicas de engorda e abate. Culturas diferentes têm, por exemplo, métodos diferentes para abater o animal para consumo. Em alguns lugares utiliza-se o choque. Em outros, os animais são golpeados. Segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, em agosto o Brasil exportou 54,7 mil cabeças de bovinos vivos, gerando um faturamento de US\$ 39,12 milhões. Até o ano que vem, somente a Turquia deve importar 100 mil cabeças. É este mercado que o porto de Santos está disputando. A operação no cais santista será avaliada e, dependendo do resultado, deve passar a ser feita com frequência. Significa que além de conviver com contêineres, automóveis e produtos como soja, café, milho e açúcar, será comum ver animais por ali.

O método de abate Halal, como já foi exposto, é reconhecidamente mais doloroso do que o “humanizado” – não se trata, portanto, apenas de métodos “diferentes”. Além disso, ao colocar animais na mesma perspectiva de todas as demais mercadorias, o repórter omite os vários problemas que inevitavelmente acompanham a exportação de carga viva – sobretudo a quantidade de fezes e urina que é despejada pela cidade, causando prejuízos ambientais e desconforto olfativo.

Completa-se, assim, um panorama das informações que circularam nos meios jornalísticos ao longo de 2017 sobre a exportação de gado vivo. Fica claro, assim, que antes da decisão judicial, nenhum veículo ou jornalista teve a iniciativa de abordar, por iniciativa própria, a questão dos maus-tratos a animais inerente à atividade. Quaisquer perspectivas

contrárias aos interesses das empresas exportadoras foram completamente ignoradas. Pode-se dizer que essa cobertura teve uma abordagem muito semelhante à que teria uma assessoria de imprensa.

## 2018: Repercussão nacional

Das 171 matérias de todo o *corpus*, 145 foram publicadas em 2018. Dessas, 80 somente em fevereiro, quando as ações judiciais foram noticiadas. Em janeiro, às vésperas da medida, as críticas às exportações de animais pelo Porto de Santos começavam a estar presentes na mídia nacional, como é possível observar no quadro a seguir.

2018 - JANEIRO [15]					
Data	Título	Veículo	Editoria	Repórter	Palavras
04/01	País exportará 35 mil cabeças de gado para a Turquia nos próximos dias	Estadão	Economia & Negócios	Carlos Cesar Santos	374
12/01	Operações com cargas vivas são suspensas no Porto de Santos, SP	G1	Santos e Região	G1 Santos	187
12/01	Porto de Santos suspenderá embarques de animais vivos	Veja	Economia	Reuters	100
12/01	Porto de Santos suspenderá embarques de animais vivos	Exame	Economia	Ana Mano/Reuters	96
12/01	Embarque cruel de animais no Porto de Santos gera protestos e ações judiciais	Revista Fórum	Brasil	Julinho Bittencourt	540
15/01	Porto de Santos diz que suspensão de embarques de carga viva é preventiva	Globo Rural	Boi	Estadão Conteúdo	202
16/01	Ativistas brigam para suspender o embarque de cargas vivas no Porto	G1	Santos e Região	Mariana Nadaletto	253
20/01	Os falsos pecados da carne	Folha	Colunas e blogs	Marcos Sawaya Jank	564
25/01	Operações com cargas vivas são retomadas no Porto de Santos, SP	G1	Santos e Região	G1 Santos	295
26/01	Operação embarca 27 mil bois em navio no Porto de Santos, SP	G1	Santos e Região	G1 Santos	172
29/01	ANTAQ autoriza as operações com carga viva no Porto de Santos	Globo Rural	Infraestrutura e Logística	Silene Silva	247
30/01	Prefeitura multa empresa em R\$ 1,5 mi por maus tratos no transporte de bois até o Porto de Santos, SP	G1	Santos e Região	G1 Santos	391
31/01	Prefeitura de Santos multa Minerva por transporte irregular de carga viva	Globo Rural	Boi	Estadão Conteúdo	336
31/01	Prefeitura de Santos multa Minerva por transporte irregular de carga viva	IstoÉ	Agronegócio	Estadão Conteúdo	347
31/01	Semam irá investigar se forte odor sentido no Centro vem do transporte de animais ao Porto de Santos	G1	Santos e Região	G1 Santos	527

Quadro 10: Matérias sobre exportação de gado vivo publicadas em janeiro de 2018.

A primeira notícia de 2018 sobre o tema foi publicada em 04 de janeiro, pelo jornal *O Estado de S. Paulo*: “País exportará 35 mil cabeças de gado para a Turquia nos próximos dias”<sup>568</sup>. Diferente das matérias do ano anterior, dessa vez o texto não se limita a anunciar as exportações que estavam previstas para aquele mês. Alguns dos aspectos negativos relacionados à atividade também foram abordados:

Sob um calor de 35 graus, ao menos cinco mil gados sacolejam pelas estradas das regiões Centro-Oeste e Sudeste, em centenas de carretas, com destino ao porto de São Sebastião, no litoral norte de São Paulo. Ao todo, 35 mil gados serão exportados para a Turquia nos próximos dias, em três navios. [...]

Por onde passam, as carretas que transportam os gados espalham cheiro de esterco e urina, que podem ser sentidos em diversos bairros de São Sebastião e Ilhabela. “Temos que ficar presos em casa, com esse calor, pois o cheiro é insuportável. Dirigir atrás dessas carretas nem pensar”, queixa-se o comerciante Rodrigo Demasceno, 31. O transporte de carga viva vem preocupando as entidades protetoras dos animais, devido às condições em que os gados são submetidos desde o transporte rodoviário, até a viagem de navio, que pode levar mais de 30 dias.

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) da Assembleia Legislativa de São Paulo vai oferecer denúncia ao Ministério Público Federal e Estadual, juntamente com as entidades.

O deputado estadual Roberto Tripoli (PV), que preside a comissão, diz considerar que o transporte dos gados é uma “crueldade”.

“Além de ser uma crueldade transportar os animais desta forma, existe uma ameaça ao meio ambiente, à fauna marinha, à pesca e até à saúde humana”, considerou o deputado.

Em dezembro passado, ele se reuniu com representantes do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, da Animals International e uma consultora internacional, a médica veterinária australiana Lynn Simpson, que alertaram sobre as condições que envolvem o transporte marítimo de dezenas de milhares de bois em cada viagem.

“Apesar de tratados internacionais, das normas e leis destinadas a regular a exportação e o transporte terrestre e marítimo de animais, os agravos ambientais ocorrem. E o mais grave é a crueldade com os animais, impossível de ser evitada, diante das condições inerentes a esse transporte e às longas distâncias. Além do mais, os animais destinados ao consumo podem ser abatidos de forma cruel, depois de todo o sofrimento do transporte”, considerou Tripoli.

Em todo o *corpus*, essa foi a única matéria que fez referência à denúncia apresentada ao Ministério Público Federal e Estadual, já descrita aqui. Pela primeira vez, o repórter entrevistou vozes críticas à atividade, as quais estiveram ausentes nas notícias de 2017. As mobilizações de entidades de proteção animal e de políticos começavam a ter alguma repercussão na imprensa brasileira.

Em 12 de janeiro, o *GI* anunciou: “Operações com cargas vivas são suspensas no Porto de Santos, SP”<sup>569</sup>. A suspensão não estava relacionada a nenhum dos processos judiciais em

<sup>568</sup> Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,pais-exportara-35-mil-cabecas-de-gado-para-a-turquia-nos-proximos-dias,70002138816> Acesso em 03 de fev. 2021.

<sup>569</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/porto-mar/noticia/operacoes-com-cargas-vivas-sao-suspensas-no-porto-de-santos-sp.ghtml> Acesso em 14 fev. 2021.

andamento, mas sim a uma decisão da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp). O texto informava que esta era uma medida preventiva e temporária, decorrente de uma manifestação de técnicos da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), órgão regulador da atividade. Apesar de ter aprovado as operações no Porto de Santos em dezembro, a Antaq pronunciava-se agora contrária às embarcações.

As revistas *Veja* e *Exame* também noticiaram a suspensão, ambas reproduzindo exatamente o mesmo texto e título da agência *Reuters*: “Porto de Santos suspenderá embarques de animais vivos”<sup>570</sup>. A matéria é mais breve do que a do *GI*, mas apresenta uma informação adicional: antes do comunicado da Codesp, a suspensão havia sido expressa em “uma carta enviada pela estatal [...] ao deputado federal Ricardo Izar (PP-SP)”. Izar não participou da representação feita ao MP e tampouco era autor das ações judiciais em andamento. Entretanto, é um conhecido defensor da causa animal, tendo já proposto diversos Projetos de Lei (PL) para proteger não humanos.<sup>571</sup> A notícia não informa, entretanto, o que teria motivado o envio da referida carta ao deputado. Não fica claro se a Codesp respondia a uma demanda feita pelo parlamentar, ou se redigiu o comunicado por alguma outra razão.

No mesmo dia, a *Revista Fórum* publicou uma matéria mais extensa do que as dos demais veículos, destacando as denúncias de maus-tratos: “Embarque cruel de animais no Porto de Santos gera protestos e ações judiciais”<sup>572</sup>. Esta foi a primeira notícia a divulgar as manifestações programadas para aquele mês em Santos e a fazer referência às ações judiciais em curso. Segue o texto:

As imagens são impressionantes. Os animais são trazidos em carretas do sul do Brasil. Chegam ao Porto de Santos depois de vários dias de viagens que são interrompidas. Dentro das carretas há fezes para todos os lados. Alguns bovinos caem desfalecidos, provavelmente com as patas quebradas e ficam por ali mesmo, envolvidos em toda a sujeira.

Quando chega a hora de ir para o navio, na verdade uma enorme Arca de Noé moderna, com vários gradis, eles são encaminhados com picanas elétricas e barras pontiagudas. Lá dentro os aguardam mais alguns dias, às vezes semanas de viagem. Ao chegarem ao destino, na Turquia, país de maioria muçulmana, são mortos com métodos religiosos que envolvem rezas e uma degola com facão afiado, enquanto são entoados cânticos.

<sup>570</sup> Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/porto-de-santos-suspendera-embarques-de-animais-vivos/> e <https://exame.com/economia/porto-de-santos-suspendera-embarques-de-animais-vivos/> Acesso em 07 fev. 2021.

<sup>571</sup> Entre as propostas do deputado federal estão: a proibição de sorteio e distribuição de animais como prêmios e brindes (PL 9911/2018); a vedação do uso de animais em testes para cosméticos (PL 70/2014); a remoção dos animais da categoria de “coisas”, qualificando-os como “sujeitos de direitos despersonalizados” – conhecido como “Animal não é coisa” (PL 6799/2013). Este último foi aprovado pelo Senado em 2019 e até março de 2021 ainda aguardava aprovação pela Câmara dos Deputados.

<sup>572</sup> Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/embarque-cruel-de-animais-no-porto-de-santos-gera-protestos-e-acoes-judiciais/> Acesso em 12 fev. 2021.

O embarque com cargas vivas não acontecia há vinte anos no Porto de Santos. Ambientalistas que estiveram no local filmaram o que puderam. As poucas imagens captadas foram suficientes para causar indignação em vários setores. Um outro embarque está marcado para o próximo dia 20 de janeiro, também para a Turquia. Aproximadamente 20 mil animais, originários de várias localidades do Brasil, virão ao porto, transportados em caminhões por trajetos que passam de 500 km até chegarem ao navio “NADA”, apelidado de “Grande Fazenda”. Após o embarque, os bovinos passarão semanas em alto mar rumo ao seu destino final.

### **Manifestação**

Por conta deste novo embarque, será realizado, no mesmo 20 de janeiro, uma manifestação no entorno do Porto de Santos, com a presença de vários grupos de defesa dos animais, cidadãos de Santos e outras cidades do estado de São Paulo.

O objetivo é chamar a atenção da sociedade civil e do poder público quanto a possíveis práticas irregulares dessa operação e condições a que os animais são submetidos até mesmo antes da viagem marítima.

### **Ofício do porto**

A Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP) emitiu um documento na tarde desta quinta-feira (11) no qual afirma que o Porto de Santos suspenderá o embarque de animais vivos. Contudo, as entidades de defesa animal consideram o documento “vago” e sem uma definição a partir de que data as operações serão de fato suspensas.

Além disso, outro fator que leva os ambientalistas a desconfiarem do ofício é que o navio NADA está a caminho do Porto de Santos, segundo rastreamento do website [marinetraffic.com](http://marinetraffic.com).

Com isso, as entidades emitiram diversos comunicados mantendo o ato e todas medidas judiciais previamente planejadas até terem certeza jurídica do cancelamento do embarque.

### **Ações judiciais**

Pelo menos três entidades de proteção animal estão preparando ações judiciais com o intuito de barrar este 2º embarque e os próximos programados ainda para este ano. Legislação ambiental, sanitária e, principalmente, as que versam sobre os maus-tratos animais, serão usadas pelos ativistas na tentativa de convencer o judiciário sobre a inviabilidade desta operação.

Os grupos de defesa animal, organizadores da manifestação, reiteram que trata-se de ato pacífico e convidam a todos que se preocupam com o bem-estar dos animais a comparecerem ao protesto marcado para o dia 20/01, às 14h [...]. Para mais informações, acesse o evento no Facebook: “Grande manifestação contra o embarque de bovinos no Porto de Santos”.

Observa-se um esforço por mostrar o “outro lado”, aquele que está geralmente ausente na mídia hegemônica – neste caso, a perspectiva dos ativistas representando as “vozes” dos animais. O projeto editorial da *Revista Fórum* é de abrangência nacional, mas o texto é assinado por Julinho Bittencourt, morador de Santos, o que certamente facilitou a apuração. Ainda assim, o repórter poderia ter se limitado à perspectiva daqueles que estão envolvidos e interessados nesse comércio – a própria imprensa local optou por essa abordagem em reportagens já citadas aqui. Essa tentativa de olhar para além do *status quo*, portanto, parece ainda estar limitada aos veículos classificados como “alternativos” – os quais, quase sempre, têm um alcance de público muito mais restrito do que a mídia *mainstream*.

Três dias depois, em 15 de janeiro, a revista *Globo Rural* noticiou: “Porto de Santos diz que suspensão de embarques de carga viva é preventiva”.<sup>573</sup> O conteúdo é muito semelhante ao que foi veiculado nas revistas *Veja* e *Exame*, mas dessa vez a matéria informa o que teria motivado a decisão de suspender os embarques e por que a Codesp teria comunicado a medida em carta enviada a um deputado:

[...] A notificação da suspensão das atividades se deu por meio de carta enviada ao deputado federal Ricardo Izar (PP-SP) pelo diretor de Operações Logísticas da Codesp, Carlos Henrique Poço. No documento, [...] o diretor diz a Izar que a missão da Codesp é o desenvolvimento econômico com responsabilidade socioambiental, "não caracterizando sob nenhuma hipótese" a intenção de desrespeitar a vida animal. O parlamentar [...] disse que a manifestação foi uma resposta a um pedido feito por ele em dezembro. O deputado pediu a suspensão das operações com cargas vivas após o embarque de 21 mil cabeças de gado enviadas à Turquia, via Porto de Santos. Izar considera que a operação resulta em maus-tratos aos animais.

Apesar dessa breve explicação, o texto ainda é bastante vago e não apresenta nenhuma das razões que fundamentam a alegação do deputado de que “a operação resulta em maus-tratos a animais”. A questão é tratada como algo “menor”, um mero “detalhe” que por acaso provocou a suspensão “preventiva” dos embarques.

No dia seguinte, 16 de janeiro, o *GI* publicou: “Ativistas brigam para suspender o embarque de cargas vivas no Porto”<sup>574</sup>. A primeira parte do texto faz referência a um dos processos judiciais em curso e informa sobre o protesto marcado contra as exportações de gado vivo. Um ativista foi entrevistado, mas o texto teve o “cuidado” de não citar o nome da Minerva Foods, limitando-se a dizer “uma frigorífica”, apesar de expor os outros dois réus da ação:

Um grupo de ativistas entrou com uma ação para suspender definitivamente as operações envolvendo cargas vivas no Porto de Santos, no litoral de São Paulo. Para chamar a atenção para a causa, eles devem se reunir na cidade, no próximo sábado (20), para protestar. [...]

Um dos organizadores do ato, o ativista Leandro Ferro, [...] explica que o objetivo é lutar pelos direitos e proteção dos animais, além de chamar atenção da administração pública para a causa. "Nossa intenção é mostrar que estamos ao lado deles, sensibilizar a sociedade e gerar uma reflexão."

Os ativistas estão indignados com a forma como os embarques são feitos e entraram com uma ação civil contra a Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), o Ecoporto (terminal responsável pelo embarque) e uma frigorífica. "Acreditamos que eles não estão seguindo toda a legislação e pedimos a suspensão dos embarques, pois no primeiro foram verificados maus-tratos". [...]

<sup>573</sup> Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/Boi/noticia/2018/01/globo-rural-porto-de-santos-diz-que-suspensao-de-embarques-de-carga-viva-e-preventiva.html> Acesso em 30 jan. 2021.

<sup>574</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/porto-mar/noticia/ativistas-brigam-para-suspender-o-embarque-de-cargas-vivas-no-porto.ghtml> Acesso em 14 fev. 2021.

Apesar de o *GI* e a *Revista Fórum* terem divulgado o ato, nenhum dos dois veículos – e tampouco qualquer outro do *corpus* selecionado – cobriu a manifestação. No mesmo dia em que os ativistas protestavam nas ruas de Santos (SP), 20 de janeiro, um colunista do jornal *Folha de S. Paulo*, Marcos Sawaya Jank<sup>575</sup>, publicou um artigo de opinião com o seguinte título “Os falsos pecados da carne”<sup>576</sup>. O texto inicia criticando a aprovação do PL 87/2016, proposto pelo ex-deputado estadual Feliciano Filho (PRP), que proibia a oferta de carne bovina às segundas-feiras em escolas e órgãos públicos do estado de São Paulo. O objetivo era que o Estado aderisse à campanha “Segunda Sem Carne”, da Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB).<sup>577</sup> O colunista, entretanto, afirma que a medida – que foi vetada pelo então governador Geraldo Alckmin (PSDB) – seria “mais uma infame agressão contra a pecuária e as carnes”. Ele argumenta:

Nada temos contra pessoas que optam por não consumir carne, glúten, açúcar ou qualquer outro alimento. Ainda bem que a livre escolha prevalece no mundo moderno. Agora o Estado querer ditar hábitos de consumo, definindo o que pode ou não ser consumido a cada dia da semana, é uma arbitrariedade intolerável.

A opção por não ingerir carne é comparada à opção por não consumir “glúten, açúcar ou qualquer outro alimento”. Mas, como se sabe, as razões que motivam a exclusão de produtos de origem animal das refeições são diferentes das que levam à subtração do glúten ou o do açúcar. A seguir, Jank passa a atacar os esforços de proibição das exportações de animais vivos pelo Porto de Santos:

Na esteira dessa excrescência autoritária da Assembleia paulista, no dia 11 a administração do porto de Santos proibiu os embarques de animais em pé para a exportação, rubrica que trouxe US\$ 280 milhões em divisas para o país em 2017. O comércio de animais vivos vem crescendo 5% ao ano no mundo. Países importantes como Indonésia, Turquia, Vietnã e o Oriente Médio optam por importar animais para engorda e abate, pois isso gera renda para os seus pecuaristas e a indústria doméstica. O Brasil, detentor do maior rebanho bovino comercial do mundo, é o país com maior potencial de crescimento na exportação de animais vivos. [...] Não há razão plausível para essa proibição.

<sup>575</sup> Marcos Sawaya Jank, que foi colunista na *Folha* até maio de 2019, é professor de agronegócio do instituto de pesquisa Insper e coordenador do Centro Insper Agro Global. Desde novembro de 2020, Jank assina uma coluna na revista *Veja* com o título “Agro Global”.

<sup>576</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcos-jank/2018/01/1951771-os-falsos-pecados-da-carne.shtml> Acesso em 06 fev. 2021.

<sup>577</sup> A “Segunda Sem Carne” é uma campanha internacional, que tem a participação de mais de 40 países. No Brasil, ela foi lançada pela SVB em 2009. Seu objetivo é incentivar a redução do consumo de alimentos de origem animal, excluindo-os das refeições em apenas um dia da semana. Um dos principais propagadores da campanha é o músico britânico Paul McCartney. Disponível em: <https://www.svb.org.br/pages/segundasemcarne/> Acesso em 20 mar. 2021.

Ao colocar-se terminantemente contra a proibição dos embarques, ele sequer menciona qualquer uma das críticas relacionadas à atividade, concernentes sobretudo aos maus-tratos a animais. Quando se limita a proclamar que “não há razão plausível para essa proibição”, o colunista sequer permite ao leitor saber quais seriam as razões “não plausíveis” que teriam motivado a suspensão das exportações. Certamente, sendo um pesquisador especializado no agronegócio, Jank não desconhece os tantos problemas relacionados à atividade que estão continuamente sendo denunciados. Ele apenas decidiu omiti-los. No próximo parágrafo, o autor relaciona os “disparates” das duas proibições.

É fundamental olhar em maior perspectiva o impacto da "segunda sem carne" e da proibição da exportação de gado em pé. O Brasil é líder e referência global na produção de carnes, posicionando-se entre os primeiros exportadores de carne de aves (1º lugar), bovina (2º) e suína (4º), além dos couros, genética e animais vivos. O setor como um todo exportou US\$ 18 bilhões em 2017.

É fato que o consumo *per capita* de carnes encontra-se estagnado nos países desenvolvidos. Os 40 países mais ricos do mundo abrigam 1 bilhão de pessoas que consomem cerca de 100 kg/habitante/ano, somando as três proteínas.

Nasce nesses países a maior parte das campanhas pela diminuição do consumo de carnes e a favor do vegetarianismo em todas as suas formas.

Porém, precisamos lembrar que 5 bilhões de pessoas vivem em países em desenvolvimento consumindo em média 30 kg/hab/ano. E 1 bilhão de pessoas vivem em países muito pobres, onde o consumo médio não chega a 10 kg/hab/ano.

A maioria da população mundial quer e precisa comer mais proteína animal, incluindo os pescados, e não cabe aos 20% mais ricos, que já ultrapassaram de longe as suas necessidades alimentares básicas, arbitrar sobre o que os demais vão colocar no seu prato todos os dias.

Evidentemente, a afirmação de que “a maioria da população mundial quer e precisa comer mais proteína animal” não tem qualquer comprovação científica – para isso, seria necessário provar a *necessidade*, em termos nutricionais, da ingestão desses alimentos, assim como a *vontade* da população de ingeri-los em quantidades maiores. Diversas pesquisas já constataram justamente o contrário: nosso organismo não precisa de carnes – pode-se viver plenamente saudável consumindo apenas alimentos de origem vegetal – e muitas pessoas se sentem mais saudáveis e bem dispostas com a adoção de uma dieta vegetariana ou vegana. O colunista menospreza e desrespeita aqueles que atuam contra as diversas formas de exploração animal, chegando ao extremo de colocar os pecuaristas na posição de “vítimas” da sociedade:

No agro brasileiro, não há setor que sofra maior preconceito e desinformação do que a carne bovina. Os ataques deste último mês não são isolados. O repertório de mitos e inverdades é longo: danos à saúde, aquecimento global, desmatamento, consumo excessivo de água etc.

Formadores de opinião acabam se deixando levar por informações levianas, facilmente refutáveis com visitas a sites especializados e literatura científica. Voltaremos aos demais "pecados" em uma próxima coluna. [...]

Ao contrário do que diz, a literatura científica tem demonstrado há décadas o enorme impacto da pecuária no aquecimento global, no desmatamento e no consumo de água potável. Apesar de afirmar que essas “informações levianas” são “facilmente refutáveis”, Jank não cita um estudo sequer que sustente suas informações – sendo ele um acadêmico da área, supõe-se que teria fácil acesso a tais pesquisas. O colunista finaliza o texto exaltando o churrasco:

Um dos nossos principais cartões de visita são os churrascos, adorados pela maioria dos brasileiros pela variedade, abundância e modo de preparo da carne. Não podemos deixar que irresponsáveis legislem contra o interesse da maioria, usando falsos argumentos que prejudicam a posição e a imagem que conquistamos no Brasil e no mundo.

Seu discurso, para além de pejorativo e hostil, é também mentiroso: políticos e ativistas não são “irresponsáveis” e tampouco usam “falsos argumentos” – que é exatamente o que ele faz. Ao reagir ao que ele considera um “ataque” ao agronegócio, o colunista procede de forma agressiva, sem qualquer abertura ao diálogo. Em vez de insultar aqueles que considera “adversários”, ele poderia ter tentado defender sua posição com argumentos sólidos e um linguajar mais cordial – o que seria inclusive mais apropriado a um pesquisador e lhe conferiria mais credibilidade. Seu comportamento acaba por ser mais emocionado e irracional do que a maioria dos ativistas aos quais ele dirige suas críticas.

Cinco dias depois, em 25 de janeiro, o *GI* divulgou o fim da suspensão dos embarques em Santos: “Operações com cargas vivas são retomadas no Porto de Santos, SP”<sup>578</sup>. A matéria informava que a decisão tinha o aval da Antaq e que “a estimativa é que, nos próximos dias, 27 mil cabeças de gado sejam embarcadas em um navio com destino à Europa”. Segundo a Codesp, “a agência não entendeu existir qualquer impedimento ou necessidade de autorização especial para a movimentação de carga viva no terminal Ecoporto Santos”. Portanto, “com a autorização, um carregamento deve iniciar a partir da noite desta quinta-feira no terminal. Os animais devem ser embarcados no navio *Nada*, já atracado no cais, o mesmo utilizado em dezembro e considerado o maior do tipo em operação no mundo”. A retomada do embarque certamente procurava beneficiar a *Minerva Foods* e demais empresários envolvidos na operação, uma vez que, conforme a matéria aponta, o *Nada* já estava no cais, apenas aguardando a permissão para receber os animais (os quais também estavam a caminho).

---

<sup>578</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/porto-mar/noticia/operacoes-com-cargas-vivas-sao-retomadas-no-porto-de-santos-sp.ghtml> Acesso em 14 fev. 2021.

No dia seguinte, o *GI* noticiava o início dos embarques: “Operação embarca 27 mil bois em navio no Porto de Santos, SP”<sup>579</sup>.

Cerca de 27 mil bois começaram a ser embarcados em um navio atracado no Porto de Santos [...] na tarde e início de noite desta sexta-feira (26), com destino à Turquia. O embarque ocorre um dia depois de a Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) autorizar a retomada das operações com cargas vivas no cais santista [...]. [...] Os bois chegaram em caminhões vindos de cidades do interior paulista e foram embarcados no navio *Nada*, o mesmo utilizado em dezembro e considerado o maior do tipo em operação no mundo [...].  
A operação é acompanhada por fiscais da prefeitura, Polícia Militar, Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) e Guarda Portuária.

A matéria não faz qualquer menção aos ativistas que, naquele momento, protestavam em frente ao terminal e tentavam impedir a entrada dos caminhões. Apenas a imprensa local, como já foi exposto aqui, reportou as mobilizações no primeiro dia das operações. Em 29 de janeiro, a revista *Globo Rural*<sup>580</sup> também noticiou o embarque, que seguia em andamento e tinha a previsão de terminar no dia 31. Novamente, não houve nenhuma referência aos protestos, que ocorriam paralelamente às operações no terminal de Santos, ou às ações judiciais em curso. A matéria é ilustrada com fotos de bois ao ar livre, no campo. Evidentemente, não representavam a situação em que os animais realmente se encontravam naquele momento: apertados dentro dos caminhões ou já confinados nos porões do navio.

Nos dois dias seguintes, o portal *GI*<sup>581</sup>, as revistas *Globo Rural* e *Istoé* noticiaram a multa que a prefeitura de Santos aplicara à Minerva Foods “por irregularidades no transporte dos animais até o Porto de Santos”<sup>582</sup>. No valor de R\$ 1,5 milhão, a penalidade havia sido resultado de “uma blitz [...] para verificar eventuais irregularidades. [...] Na fiscalização, as equipes constataram que ‘houve maus-tratos aos animais durante o transporte’, e que a empresa também errou ‘ao despejar dejetos animais em via pública, contaminando a rede de drenagem’”.<sup>583</sup> O *GI* explica o que teria motivado a blitz, mas encerra a notícia com a declaração da Minerva Foods, negando a ocorrência de maus-tratos:

<sup>579</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/porto-mar/noticia/operacao-embarca-27-mil-bois-em-navio-no-porto-de-santos-sp.ghtml> Acesso em 14 fev. 2021.

<sup>580</sup> “ANTAQ autoriza as operações com carga viva no Porto de Santos”. Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Infraestrutura-e-Logistica/noticia/2018/01/antaq-autoriza-operacoes-com-carga-viva-no-porto-de-santos.html> Acesso em 30 jan. 2021.

<sup>581</sup> “Prefeitura multa empresa em R\$ 1,5 mi por maus-tratos no transporte de bois até o Porto de Santos, SP”. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/porto-mar/noticia/prefeitura-multa-empresa-em-r-15-mi-por-maus-tratos-no-transporte-de-bois-ate-o-porto-de-santos-sp.ghtml> Acesso em 14 fev. 2021.

<sup>582</sup> *Idem*.

<sup>583</sup> *Idem*.

A inédita força-tarefa da prefeitura atende ao apelo de ativistas, que realizaram protestos nos últimos dias contra o embarque e a operação de cargas vivas no Porto de Santos. No sábado, um grupo tentou bloquear o acesso de caminhões com os animais e a ação precisou de intervenção da Guarda Portuária. [...]

Em nota, a Minerva Foods informa que o processo de exportação de bois vivos segue "todos os procedimentos para preservar o bem-estar dos animais durante o embarque e no decorrer da viagem até o destino". A firma diz ainda que os veículos utilizados até o porto são lavados e desinfetados antes do carregamento.

As revistas *Globo Rural* e *IstoÉ* reproduziram a mesma matéria do *Estadão Conteúdo*<sup>584</sup>, cujo conteúdo era semelhante ao da notícia do *GI*. Apesar de indicarem que a multa resultara da constatação de situações de maus-tratos, os textos não esclarecem quais seriam as condições degradantes às quais os animais haviam sido submetidos.

Em 31 de janeiro, a prefeitura de Santos já apurava novas denúncias, dessa vez relativas “ao forte odor, semelhante ao cheiro de estrume, sentido por moradores e por quem trabalha no Centro da cidade”, conforme noticiou o *GI*: “Semam irá investigar se forte odor sentido no Centro vem do transporte de animais ao Porto de Santos”.<sup>585</sup> A chefe do Departamento de Políticas e Controle Ambiental do município, Viviane Amaral Ferreira, declarou: “A empresa vai sofrer mais alguma penalidade caso seja verificado que o odor é proveniente do embarque.”

### **Embarque suspenso**

Em fevereiro de 2018, foram publicadas 47% das matérias sobre exportação de gado vivo veiculadas pela imprensa brasileira<sup>586</sup> ao longo dos três anos selecionados (2017, 2018 e 2019). Esse percentual expressa o quanto a cobertura sobre o tema esteve circunscrita a um acontecimento pontual. Das 80 notícias de fevereiro, 59 saíram nos seis primeiros dias do mês.<sup>587</sup> Entre 1º e 3, 18 matérias divulgaram, majoritariamente, a suspensão dos embarques. Tendo em vista o volume do material, os quadros a seguir estão organizadas por dias e, em cada dia, as notícias foram ordenadas em ordem cronológica, conforme o horário da publicação.

<sup>584</sup> “Prefeitura de Santos multa Minerva por transporte irregular de carga viva”. Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/Boi/noticia/2018/01/globo-rural-prefeitura-de-santos-multa-minerva-por-transporte-irregular-de-carga-viva.html> e <https://istoe.com.br/prefeitura-de-santos-multa-minerva-por-transporte-irregular-de-carga-viva/> Acesso em 30 jan. 2021.

<sup>585</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/porto-mar/noticia/semam-ira-investigar-se-forte-odor-vem-do-transporte-de-animais-no-porto-de-santos-sp.ghtml> Acesso em 15 fev. 2021.

<sup>586</sup> Considerando os 23 veículos selecionados para a pesquisa, os quais certamente representam uma amostra significativa da mídia jornalística de circulação nacional.

<sup>587</sup> Essas 59 matérias representam 34,5% do *corpus* e 73,75% dos textos veiculados em fevereiro.

2018 – FEVEREIRO [80]					
Data	Título	Veículo	Editoria	Repórter	Palavras
<b>01/02/2018 [4]</b>					
01/02	Justiça manda paralisar embarque de cargas vivas no Porto de Santos	G1	Santos e Região	G1 Santos	608
01/02	Navio com 27 mil bois é retido no Porto de Santos por ordem da Justiça	G1	Santos e Região	G1 Santos	559
01/02	Justiça determina desembarque de 27 mil bois no Porto de Santos	Globo Rural	Boi	Valdir R., Sebastião N.	315
01/02	Liminar impede saída de navio com 9,5 mil bois da Minerva em Santos	Valor Econômico	Agronegócios	Bettina Barros	256
<b>02/02/2018 [8]</b>					
02/02	Empresa é multada em R\$ 2 mi após cheiro de estrume se espalhar em Santos	G1	Santos e Região	Mariane Rossi	732
02/02	Impasse de navio com 25 mil bois no Porto de Santos gera 'mais prejuízos' aos animais, diz Governo Federal	G1	Santos e Região	José Claudio Pimentel	849
02/02	Justiça ordena desembarque de 27 mil bois no Porto de Santos	IstoÉ	Brasil	Ansa Brasil	221
02/02	Prefeitura de Santos multa Minerva de novo por transporte irregular de bois vivos	IstoÉ	Agronegócio	Estadão Conteúdo	387
02/02	Juiz proíbe embarque de bois e jumentos vivos para exportação	Folha	Colunas e blogs	Mônica Bergamo	168
02/02	Justiça suspende exportação de animais vivos em todo o País	Estadão	Economia & Negócios	Camila Turtelli	319
02/02	Justiça Federal suspende exportação de animais vivos em todo o país	Globo Rural	Criação	Redação Globo Rural	297
02/02	Além da crueldade e maus tratos, navio com animais causa transtornos à cidade de Santos	Revista Fórum	Notícias	Da Redação	635
<b>03/02/2018 [6]</b>					
03/02	Juiz suspende liminarmente exportação de gado vivo em todo o país	Veja	Economia	Estadão Conteúdo	350
03/02	Juiz suspende liminarmente exportação de gado vivo em todo o País	IstoÉ	Economia	Estadão Conteúdo	320
03/02	Juiz suspende exportação de gado vivo em todo o Brasil	Época Negócios	Economia	Estadão Conteúdo	320
03/02	Ecoporto Santos reafirma que embarque de gado foi planejado e estruturado	Globo Rural	Boi	Redação Globo Rural	229
03/02	Relatório da Vigilância Agropecuária afirma que os 25 mil bois em navio estão em boas condições	G1	Santos e Região	José Claudio Pimentel	924
03/02	Desembargadora mantém liminar que proíbe exportação de animais em todo território nacional	Revista Fórum	Brasil	Anda	256

Quadro 11: Matérias sobre exportação de gado vivo publicadas de 1º a 3 de fevereiro de 2018.

Em 1º de fevereiro, o *GI*, *Globo Rural* e *Valor Econômico* noticiaram as primeiras decisões judiciais que determinaram a suspensão do embarque de animais no navio *Nada*. O fato ganhou repercussão nacional e, a partir daí, a imprensa brasileira passou a acompanhar diariamente o desenrolar dos acontecimentos. O *GI* publicou duas matérias em um intervalo de apenas três horas. A primeira delas, com o título “Justiça manda paralisar embarque de cargas vivas no Porto de Santos”<sup>588</sup>, informava sobre a decisão do tribunal estadual, a segunda, sobre a decisão do tribunal federal que deferiu parcialmente o pedido de liminar da ação civil pública já referida aqui. A única fonte entrevistada para o primeiro texto foi o ativista Leandro Ferro. Ainda assim, não há qualquer menção à denúncia de maus-tratos aos animais e sequer ao que teria motivado a decisão judicial:

[...] Ativistas de grupos de proteção aos animais acompanhavam o embarque dos bois no navio *Nada*, da empresa *Minerva Foods*, quando os trabalhos foram suspensos faltando pouco para a finalização do embarque, segundo os ativistas.

[...] Na noite de quarta-feira, uma liminar emitida pelo desembargador Luiz Fernando Nishi, da 2ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente, do Tribunal de Justiça de São Paulo, suspendeu o embarque de cargas vivas no Porto de Santos. Por conta da situação, a Capitania dos Portos suspendeu a partida do navio.

De acordo com o representante da Agência de Notícias de Direitos Animais (ANDA), Leandro Ferro, a liminar chegou por volta das 23h. “O que sabemos é que o presidente da Codesp mandou o Ecoporto paralisar o embarque dos bois. Mesmo depois dessa ordem, ainda vimos dois caminhões entrando, mas depois parou”, conta.

Segundo Ferro, o embarque das 27 mil cabeças de bois ainda não havia sido concluído. “Tivemos a informação de que alguns caminhões, após a decisão, voltaram para as áreas de pré-embarque”. Ainda segundo o ativista, o grupo continuará acompanhando o caso para que a liminar seja cumprida. “Queremos que os bois que estão embarcados sejam retirados do navio e voltem para as fazendas”, explica. [...]

A Codesp foi procurada pela reportagem e, quando questionada sobre se o trabalho havia sido concluído ou não e qual a atual fase do embarque das cargas, a empresa preferiu não se manifestar sobre o tema. [...]

A segunda matéria – “Navio com 27 mil bois é retido no Porto de Santos por ordem da Justiça”<sup>589</sup> – informa, sem citar nenhuma fonte diretamente, que a liminar foi consequência da alegação de maus-tratos. Ainda assim, o texto não diz a que tipo de maus-tratos os animais estariam sendo submetidos e tampouco quais evidências e argumentos teriam fundamentado a ação:

A Marinha do Brasil, por decisão da Justiça Federal, retém no Porto de Santos, no litoral de São Paulo, um navio com 27 mil bois a bordo. A embarcação deveria seguir

<sup>588</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/porto-mar/noticia/justica-manda-paralisar-embarque-de-cargas-vivas-no-porto-de-santos.ghtml> Acesso em 14 fev. 2021.

<sup>589</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/porto-mar/noticia/navio-com-27-mil-bois-e-retido-no-porto-de-santos-por-ordem-da-justica.ghtml> Acesso em 14 fev. 2021.

viagem nesta quinta-feira (1º) à Turquia, onde as cabeças de gado foram compradas, mas ativistas conseguiram uma liminar alegando maus tratos. [...]

Desde o início dos trabalhos, ativistas ligados à proteção animal alegam que os bois são vítimas de maus-tratos. A prefeitura chegou a multar a Minerva Foods, responsável pelos animais, em quase R\$ 1,5 milhão.

Ainda na quarta-feira (31), uma liminar expedida pelo juiz Djalma Moreira Gomes, da 25ª Vara Civil Federal de São Paulo, obtida pelo Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, determinou que o navio fosse retido até que uma inspeção sanitária fosse feita. A vistoria foi realizada nesta quinta-feira, pela manhã.

A expectativa é de que o relatório seja entregue à Justiça até sexta-feira (2), quando o juiz deverá determinar ou não a liberação do navio. Pela ordem, a Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP), a autoridade marítima, impede a saída da embarcação, que permanece atracada no cais do terminal Ecoporto.

[...] Duas outras ordens judiciais, mas do Tribunal de Justiça de São Paulo, determinaram a suspensão dos embarques dos animais, mesmo após a operação já ter sido concluída, e, ainda, o desembarque de todos os bois que estão a bordo do navio. Não há informações de que as determinações serão ou não cumpridas. [...]

Como se observa, os textos são burocráticos e descontextualizados. Não há quaisquer informações adicionais sobre a prática da exportação de animais vivos. As decisões judiciais são apresentadas como um fato isolado e de eficácia questionável. Apesar de terem sido expedidas por três juízes, de tribunais distintos, não se sabia se “as determinações seriam ou não cumpridas”.

A matéria da *Globo Rural* segue a mesma linha: “Justiça determina desembarque de 27 mil bois no Porto de Santos”.<sup>590</sup> Os repórteres mencionam duas das três decisões judiciais, mas não apresentam a causa de nenhuma delas e tampouco apontam as denúncias de maus-tratos. Uma nota à imprensa da Codesp é a única fonte citada:

Na tarde desta terça-feira (1/2), foi determinado pelo juiz Márcio Kammer de Lima, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Santos, o desembarque dos quase 27 mil bois que estão a bordo do navio panamenho Nada. [...] A Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) não deu detalhes sobre como será a operação de desembarque e reconheceu não ter estrutura de currais para alocar o gado.

Na decisão, o juiz reforça a suspensão do embarque de cargas vivas no Porto, que tinha sido retomada desde o dia 25 de janeiro, quando a Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) autorizou a retomada das operações com cargas vivas no cais santista [...]. O juiz ainda proibiu a partida do cargueiro e fixou uma multa de R\$ 5 milhões para qualquer navio que carregar animais no Porto de Santos. Em nota à imprensa, a Codesp afirma ter sido notificada e diz que irá “aguardar o desenrolar do processo para se manifestar”.

A embarcação dos animais no navio já estava suspensa desde a noite de quarta-feira (31/1), por determinação do desembargador da 2ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente, do Tribunal de Justiça de São Paulo, Luís Fernando Nishi. No entanto, a medida foi cumprida a poucas horas do término do carregamento dos 27 mil bois da Minerva Foods. [...]

<sup>590</sup> Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/Boi/noticia/2018/02/justica-determina-desembarque-de-27-mil-bois-no-porto-de-santos.html> Acesso em 30 jan. 2021.

Várias perguntas ficam sem respostas: por que o embarque foi suspenso? Por que os animais deveriam desembarcar? A única matéria a relatar brevemente o contexto das ações judiciais foi a do *Valor Econômico*, que fez referência à alegação de maus-tratos e apresentou declarações da médica veterinária representante da ONG autora da ação. Entretanto, tanto o título como o lide erram ao informar o número de animais embarcados: “Liminar impede saída de navio com 9,5 mil bois da Minerva em Santos”<sup>591</sup>. Estranhamente, o equívoco não foi corrigido, mesmo após o veículo indicar corretamente a quantidade de bois nas matérias subsequentes. Segue o texto:

Após entrar com uma ação civil pública, a ONG Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal conseguiu suspender a saída de um navio da Minerva do Porto de Santos, que embarcara cerca de 9.500 cabeças de gado para exportação. A liminar foi concedida pelo Juiz Federal Djalma Moreira Gomes, da 25ª Vara Cível Federal de São Paulo.

O juiz acatou a alegação de que o transporte marítimo de animais vivos caracteriza uma situação de maus-tratos, conferindo uma inconstitucionalidade no Brasil, e autorizou vistoria do navio para elaboração de laudo técnico, a fim de atestar as condições às quais os animais são submetidos.

“Nos longos trajetos percorridos em alto mar, não é possível garantir nem mesmo os requisitos mínimos de bem-estar animal, e muito menos os padrões estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), à qual o Brasil é signatário”, afirma Patrícia Sato, médica veterinária e coordenadora de bem-estar de animais de produção do Fórum Animal. “Estamos atuando contra a exportação de gado vivo desde 2016, apontando as diversas irregularidades dessa atividade, para que não passe mais despercebido pelos brasileiros”.

Em dezembro, um carregamento de 27 mil cabeças de gado foi embarcado em Santos com destino a Turquia, o que gerou críticas de grupos defensores dos animais. Segundo a ativista, ações similares têm sido realizadas com apoio de ONGs locais em outros portos de saída de animais vivos do país, no Pará, Maranhão e Rio Grande do Sul. Na terça-feira, a empresa já havia sido multada em R\$ 1,4 milhão por supostos maus-tratos aos animais.

Apesar de trazer algumas informações adicionais, o texto não diz quais seriam os “requisitos mínimos de bem-estar animal” e tampouco quais “as diversas irregularidades dessa atividade”. A apuração segue deficiente e pouco esclarecedora para os leitores não familiarizados com a prática de exportação de gado vivo e as críticas que lhe são dirigidas.

Em 2 de fevereiro, o *GI* publicou duas matérias mais extensas e com um número maior de fontes do que as do dia anterior. Os repórteres, provavelmente, tiveram mais tempo para apurar e escrever. Entretanto, as informações ainda são vagas e limitadas às fontes oficiais. Mais uma vez, não há qualquer esclarecimento sobre as acusações de maus-tratos. A primeira notícia – “Empresa é multada em R\$ 2 mi após cheiro de estrume se espalhar em Santos”<sup>592</sup> –

<sup>591</sup> Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2018/02/01/liminar-impede-saida-de-navio-com-95-mil-bois-da-minerva-em-santos.ghtml> Acesso em 08 fev. 2021.

<sup>592</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/porto-mar/noticia/empresa-e-multada-em-r-2-mi-apos-cheiro-de-estrume-se-espalhar-em-santos.ghtml> Acesso em 14 fev. 2021.

informa sobre a segunda multa aplicada à Minerva Foods e menciona as três ações judiciais que suspenderam os embarques. O texto é burocrático e, apesar de dizer que “ativistas alegam maus-tratos”, nenhum ativista foi entrevistado. Tampouco são apresentados os argumentos que justificaram as decisões dos juízes ou o conteúdo da petição inicial.

A Secretaria de Meio Ambiente de Santos, no litoral de São Paulo, multou em R\$ 2 milhões a empresa Minerva Foods por poluição ambiental. A empresa realiza, desde o dia 26 de janeiro, o transporte e a exportação de animais vivos no Porto de Santos. Segundo a Prefeitura, os dejetos dos cerca de 27 mil bois que embarcaram no navio Nada, em direção a Turquia, estão emitindo um forte cheiro de estrume que atinge toda a cidade e causa desconforto aos moradores. [...]

Até a manhã desta sexta-feira, a empresa Minerva ainda não cumpriu a decisão e nem disse o que será feito. A Minerva Foods, por meio da assessoria de imprensa, informou que a exportação de bois vivos “é uma atividade regulamentada pelo Mapa e ressalta que, em seu processo, o manejo do gado segue todos os procedimentos adequados para preservar o bem-estar dos animais durante o embarque e no decorrer da viagem”. O navio continua atracado no Porto de Santos.

Além disso, desde a última quarta-feira (31), os moradores de Santos estão incomodados com o forte odor de estrume que se espalhou por vários bairros da cidade. O secretário de Meio Ambiente de Santos, Marcos Libório, afirma que a Prefeitura de Santos recebeu muitas reclamações referentes ao cheiro.

“Nós recebemos várias reclamações. Os fiscais estiveram mapeando a cidade, verificando se havia a possibilidade de outra fonte, mas não foi constatado nada. Tudo indica que a origem do cheiro é proveniente do navio atracado no Porto de Santos”, explica o secretário.

Segundo ele, a empresa Minerva feriu o artigo 3 da Lei Complementar nº 817/2013, que prevê multas às empresas poluidoras. Segundo a legislação, causar poluição atmosférica, ainda que momentânea, ou que provoque, de forma recorrente, significativo desconforto respiratório ou olfativo devidamente atestado pelo agente atuante, pode ocasionar uma multa.

“A multa será aplicada. Houve um forte desconforto. Há a sensação que estamos em um esgoto a céu aberto. Essa lei trata justamente de controle ambiental”, falou o secretário. Segundo Libório, a empresa será notificada e deve tomar medidas para que o forte odor seja contido, já que, por conta das medidas judiciais, o tempo de permanência do navio no Porto de Santos ainda é indefinido.

“Cabe o dono da carga tomar medidas para que o odor não chegue na cidade. Cabe a empresa apresentar essas justificativas à prefeitura. Vamos notificá-los dessa nova penalidade para que a empresa possa resolver essa situação”, finaliza.

### **Transporte de animais**

[...] Desde o início dos trabalhos, ativistas ligados à proteção animal alegam que os bois são vítimas de maus tratos. A prefeitura chegou a multar a Minerva Foods, responsável pelos animais, em quase R\$ 1,5 milhão.

A operação com carga viva no Porto de Santos tem o aval da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), órgão que regula o setor, e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), por meio da Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro). Ambos não constataram nenhuma irregularidade.

A Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), a autoridade portuária em Santos, também não se opôs à operação de embarque de carga viva. A estatal é citada, pela União, no parecer judicial federal, e informou que foi notificada, mas somente se pronunciará sobre o caso ao fim do desenrolar do processo.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), como autoridade ambiental federal, e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), representando o órgão ambiental de São Paulo, também foram procurados e informaram que não estão envolvidos na operação de embarque.

Como se observa, tanto a Minerva Foods, quanto a Antaq e o Mapa reiteram que “não constatarem nenhuma irregularidade”. A denúncia de maus-tratos fica em segundo plano e a perspectiva dos animais é completamente ignorada. A segunda matéria do *GI* claramente privilegia um ponto de vista favorável à prática de exportação de animais vivos: “Impasse de navio com 25 mil bois no Porto de Santos gera 'mais prejuízos' aos animais, diz Governo Federal”<sup>593</sup>. A primeira parte do texto apresenta diversos erros de informação, os quais estão marcados em negrito no trecho a seguir:

Mais de 25 mil cabeças de gado **permanecem há 48 horas** a bordo de um navio retido pela Marinha do Brasil, por ordem da Justiça Federal, no Porto de Santos, no litoral de São Paulo, por suspeita de maus tratos. Para o Governo Federal, o impasse gera "mais prejuízos" aos animais e abala a imagem do país.

Entre 26 e 31 de janeiro, o cais do Ecoporto [...] recebeu os animais que **eram criados em fazendas no interior do estado**, distantes 500 quilômetros do litoral. Os bois foram comprados pela Turquia e a operação de embarque no navio Nada, o maior do tipo, teve que ser suspensa.

Trata-se da **segunda operação com carga viva no Porto de Santos após 20 anos**. Desde o início dos trabalhos, ativistas ligados à proteção animal alegam que os bois são vítimas de maus tratos. A prefeitura multou a Minerva Foods, responsável pelos animais, em R\$ 1,5 milhão e, depois, em R\$ 2 milhões, por poluição.

Em três decisões judiciais nos últimos dias, duas em esfera estadual e uma em federal, determinou-se a suspensão do embarque (faltam cerca de 2 mil bois), o desembarque daqueles animais já a bordo e a inspeção sanitária no navio. A fiscalização foi feita, mas o relatório ainda não foi divulgado pela Justiça Federal.

A Minerva recorreu da suspensão do embarque dos animais faltantes, mas, nesta sexta-feira (2), a Justiça Estadual manteve a decisão. O impasse permanece sobre a retirada dos animais que já estão no navio, apesar de a Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) já preparar um plano logístico para fazê-lo.

Como a própria matéria informa logo depois, o embarque havia iniciado em 26 de janeiro. Portanto, muitos bois já estavam nos porões do navio há sete dias, outros há seis, cinco ou quatro dias. Apenas os últimos a embarcar “permaneciam há 48 horas a bordo”. Os animais não eram “criados no interior do estado”, mas sim em fazendas do sul do país. Semanas antes do embarque eles foram transportados às propriedades rurais cadastradas como Estação de Pré-Embarque – estas sim no interior paulista. O Porto de Santos tampouco “retomava” as exportações de gado vivo após 20 anos, uma vez que nunca embarcava bois antes. Tal equívoco foi repetido diversas vezes, por diversos veículos. Aparentemente, nenhum deles procurou obter informações mais precisas com as autoridades portuárias ou governamentais.

<sup>593</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/porto-mar/noticia/impasse-de-navio-com-25-mil-bois-no-porto-de-santos-gera-mais-prejuizos-aos-animais-diz-governo-federal.ghtml> Acesso em 14 fev. 2021.

O próximo trecho da matéria, com o subtítulo “Operação legal”, contesta as críticas de maus-tratos – apesar de estas sequer terem sido apresentadas aos leitores e permanecerem como uma “abstração”.

Ainda nesta sexta-feira, o médico veterinário Guilherme Henrique Figueiredo Marques, que é auditor fiscal agropecuário, diretor do Departamento de Saúde Animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e delegado do Brasil na Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) rechaçou o impasse.

"Resta claro que a judicialização da questão, com a consequente demora para prosseguimento da viagem e desembarque dos animais no destino, causa muito mais prejuízos do ponto de vista do bem-estar animal do que o que é atribuído pelas ONGs, e que gerou o impasse", declarou, por meio de nota.

O repórter cita todas as “credenciais” da fonte antes de reproduzir seu depoimento criticando a “judicialização” – o conteúdo da decisão judicial, por sua vez, segue desconhecido. A afirmação de que a suspensão do embarque “causa muito mais prejuízos do ponto de vista do bem-estar animal do que o que é atribuído pelas ONGs” é bastante questionável. Não há qualquer indicação de quais seriam os prejuízos em cada caso, o que torna difícil avaliar qual deles seria de fato mais danoso aos animais. Além disso, as evidências mostram que o transporte marítimo causa muito mais sofrimento do que o transporte terrestre. Portanto, seguir viagem em alto mar durante semanas seria provavelmente pior para o bem-estar dos bois do que o desembarque e retorno às fazendas, conforme determinava a decisão judicial. O texto segue:

Marques explica que a exportação de bovinos no Brasil é regulamentada por uma série de atos normativos, e que a operação realizada em Santos, tanto em janeiro deste ano como em dezembro de 2017, ocorreram dentro da normalidade. Os trabalhos aconteceram, segundo ele, de acordo com regras de órgãos internacionais, como a OIA.

"A fiscalização [no Brasil] é realizada em estabelecimentos aprovados para realização dessas quarentenas, e também nos pontos de egresso de qualquer modalidade [marítima, rodoviária e aérea]. O objetivo é assegurar que os animais destinados ao comércio internacional sejam transportados em bom estado de saúde", diz.

A fonte afirma que a atividade é “regulamentada por uma série de atos normativos”, mas não cita nenhum deles e o repórter tampouco questiona.<sup>594</sup> O fato de ser uma prática regulamentada tampouco significa que o bem-estar animal esteja assegurado. O órgão

<sup>594</sup> Na data da publicação da matéria, o transporte de animais vivos era regulamentado pela Instrução Normativa nº 13, de 30 de março de 2010 (Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=31/03/2010&jornal=1&pagina=10&totalArquivos=160>) e pela Instrução Normativa nº 53, de 10 de novembro de 2011 (Disponível em: [http://www.infoconsult.com.br/legislacao/instrucao\\_normativa\\_mapa/2011/in\\_mapa\\_53\\_2011.htm](http://www.infoconsult.com.br/legislacao/instrucao_normativa_mapa/2011/in_mapa_53_2011.htm)). Ambas foram revogadas em 28 de agosto de 2018, com a publicação da IN nº 46, já mencionada aqui. Profissionais da área, entretanto, alegam que tais normas são insuficientes e não garantem o bem-estar animal.

internacional citado, a Organização Mundial de Saúde Animal (cuja sigla é “OIE” e não “OIA”, como está na matéria), de fato é considerado uma referência para todos os países signatários, entre eles o Brasil. O Código Sanitário de Animais Terrestres da OIE<sup>595</sup> foi inclusive o parâmetro utilizado nos relatórios das médicas veterinárias Lynn Simpson e Magda Regina, além de estar entre os documentos que fundamentaram as ações judiciais em curso. Todos esses textos afirmam que a exportação de animais vivos desrespeita cada um dos princípios estabelecidos pela OIE.

O argumento de que a fiscalização supostamente garante “que os animais [...] sejam transportados em bom estado de saúde” é igualmente inconsistente. Não existe qualquer tipo de fiscalização ao longo de todo o trajeto marítimo, que é justamente quando são registradas as maiores ocorrências de maus-tratos. Como já foi dito, na maioria das vezes tampouco há médicos veterinários a bordo – e quando há, são sempre em número insuficiente, tendo em vista a quantidade de bois embarcados. A ausência de profissionais habilitados para cuidar de enfermidades e lesões que os bois inevitavelmente sofrem durante a viagem é outro indicativo de que a saúde e o bem-estar dos animais estejam prejudicados.

Os dois parágrafos seguintes apresentam ainda outros argumentos em defesa da atividade, dessa vez no âmbito econômico:

Ainda segundo o representante do Mapa, as exportações brasileiras de bovinos cresceram nos últimos 15 anos. Por isso, a modalidade é considerada pelo Governo Federal como um segmento importante do agronegócio e que, diretamente, gera uma alternativa de mercado para os produtores rurais brasileiros.

"Existe o reconhecimento por parte dos serviços estrangeiros e dos importadores quanto à robustez e à seriedade dos controles executados [no país]. Portanto, ações como essa geram instabilidade no mercado e podem gerar desconfiança por parte dos parceiros comerciais, o que vemos com muita preocupação", comenta.

Pesquisadores da área de Economia e Zootecnia, cujos trabalhos já foram mencionados aqui, afirmam exatamente o contrário: a exportação de matéria-prima (bois vivos), em detrimento do produto final (carne)<sup>596</sup>, é desfavorável à economia brasileira. Empregos que poderiam ser gerados em território nacional são transferidos para os países importadores. Além dos frigoríficos, o abate de animais também fomenta a indústria do couro e o mercado dos

---

<sup>595</sup>Em inglês, “Terrestrial Animal Health Code”. O Capítulo 7.2 – “Transport of animals by sea” –estabelece as normas específicas para o transporte de animais por via marítima. Disponível em: [https://www.oie.int/index.php?id=169&L=0&htmfile=chapitre\\_aw\\_sea\\_transpt.htm](https://www.oie.int/index.php?id=169&L=0&htmfile=chapitre_aw_sea_transpt.htm) Acesso em 28 mar. 2021.

<sup>596</sup> Utilizo aqui os termos “matéria-prima” e “produto” em referência aos argumentos do campo econômico, que classifica os “animais de criação” como *commodities*. Evidentemente, tal classificação é especista ao objetivar tais seres viventes.

subprodutos da carne.<sup>597</sup> O comércio internacional de animais vivos, portanto, favorece sobretudo as grandes corporações, que lucram à custa de muitos danos ambientais e prejuízos aos animais – cujas consequências afetam também os seres humanos. Nada disso é contabilizado nos custos das operações. Se fosse, provavelmente a atividade se tornaria inviável.

Transferir a responsabilidade de uma possível “instabilidade no mercado” às ações judiciais é claramente um artifício para tirar o foco daqueles que deveriam ser responsabilizados – neste caso, principalmente a Minerva Foods. O que está em questão é um fato real e concreto: a ocorrência de maus-tratos a animais durante o transporte marítimo. Isso sim poderia gerar suposta “desconfiança por parte dos parceiros comerciais”, não as iniciativas para denunciar o problema. A preocupação das autoridades governamentais naquele momento deveria ser apurar as denúncias e tomar as medidas necessárias para solucioná-las. Como sabemos, frequentemente não é isso que sucede – desacreditar o denunciante é uma prática corrente. É compreensível (mas não justificável) que a fonte profira tais declarações como uma artimanha para garantir os interesses de certos grupos, com os quais possivelmente esteja comprometida. Entretanto, reproduzi-las acriticamente e sem averiguar sua veracidade é fazer mau jornalismo.

No próximo subtítulo, “Turquia no cais”, o repórter relata os esforços para reverter a decisão judicial:

Ao longo do dia, uma equipe do Consulado Geral da Turquia em São Paulo, representando o país comprador da carga, esteve no Ecoporto para participar de uma reunião sobre o impasse. O G1 procurou os representantes, inclusive na Embaixada em Brasília, mas não obteve retorno até a publicação desta reportagem.

A Turquia é considerada justamente a principal compradora de bovinos vivos em 2017, segundo a Sociedade Rural Brasileira (SRB). Conforme dados oficiais, dos 340,34 mil bois exportados de janeiro a novembro do ano passado, 47,5% foram enviados para o país. Em dezembro de 2017, uma operação ocorreu em Santos.

Também em visita ao Porto de Santos, que celebra 126 anos nesta sexta-feira, o Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Maurício Quintela, afirmou que acredita na revisão das decisões judiciais. Ele disse torcer que a definição se desenrole de maneira “rápida” para evitar mais prejuízos, tanto aos animais como ao mercado.

“Esse embarque, essa operação, cumpriu tudo aquilo que é determinado pela legislação. O Ministério da Agricultura e a Vigilância Sanitária acompanharam esse embarque desde a fazenda até o Porto de Santos, e não houve problemas. Temos a decisão judicial momentânea, que o Porto está cumprindo”, declarou.

A Minerva Foods, por meio da assessoria de imprensa, informou que a exportação de bois vivos “é uma atividade regulamentada pelo Mapa” e ressalta que, em seu processo, “o manejo do gado segue todos os procedimentos adequados para preservar o bem-estar”. A empresa não comentou sobre as penalidades aplicadas.

Também por nota, o Ecoporto informou que a movimentação de carga viva é uma operação experimental na instalação, mas que seguiu as regras e que todo o trabalho

---

<sup>597</sup> Todas essas formas de exploração animal são condenáveis pela perspectiva dos direitos animais. Entretanto, o que destaco aqui são as falhas na argumentação a favor do comércio internacional de bois vivos.

foi acompanhado pelas autoridades. "A empresa dará imediato cumprimento às ordens judiciais recebidas tão logo sejam oferecidas condições adequadas".

Como fica claro, diversas autoridades estavam empenhadas em resolver “o impasse”, mas nenhuma delas mostrou-se disposta a apurar as denúncias (cujas provas estavam disponíveis em relatórios, fotos e vídeos) e muito menos a melhorar as condições dos bois destinados à exportação. A decisão judicial “momentânea” é constantemente referida como um ato imprudente que estaria causando “prejuízos aos animais e ao mercado”.

Quando o repórter se limita a meramente repetir as declarações de suas fontes, ele abdica de seu papel de mediador dos acontecimentos. Estes, idealmente, deveriam ser reportados da forma mais precisa quanto possível. Mesmo a suposta tentativa de “ouvir todos os lados” mostra-se insuficiente e enviesada: nenhuma ONG, ativista, advogado ou médico veterinário independente foi ouvido. Nem mesmo a decisão judicial foi consultada. Por outro lado, a nota à imprensa da Minerva Foods, apesar de ser bastante vaga e não fazer qualquer referência ao caso específico dos bois embarcados no navio *Nada*, foi reproduzida em quase todas as matérias do *GI* sem nenhuma contestação.

As duas notícias publicadas na sequência são da revista *IstoÉ*. A primeira delas – “Justiça ordena desembarque de 27 mil bois no Porto de Santos”<sup>598</sup> – anuncia a terceira decisão judicial, do magistrado Márcio Kammer de Lima na esfera estadual, que além de suspender os embarques, determinou o desembarque dos bois que já estavam no navio. A matéria também cita a primeira multa aplicada pela prefeitura de Santos e reproduz a mesma nota da Minerva Foods. Em nenhum momento o texto informa qual seria o motivo da decisão judicial e não há qualquer referência às denúncias de maus-tratos aos animais. Além da assessoria de imprensa da empresa, a única fonte citada é a Codesp, que se limita a dizer que “irá aguardar o desenrolar do processo para se manifestar”.

Na matéria seguinte – “Prefeitura de Santos multa Minerva de novo por transporte irregular de bois vivos”<sup>599</sup> –, a *IstoÉ* divulgou a segunda multa aplicada à *Minerva Foods* e também fez referência às decisões judiciais. Dessa vez o Fórum Nacional de Proteção Animal é citado como autor de uma das ações em curso, mas não há nenhuma linha sobre o que teria fundamentado a ação. Os protestos e denúncias de maus-tratos também são ignorados.

---

<sup>598</sup> Disponível em: <https://istoe.com.br/justica-ordena-desembarque-de-27-mil-bois-no-porto-de-santos/> Acesso em 13 fev. 2021.

<sup>599</sup> Disponível em: <https://istoe.com.br/prefeitura-de-santos-multa-minerva-de-novo-por-transporte-irregular-de-bois-vivos/> Acesso em 13 fev. 2021.

Duas fontes aparecem na primeira parte do texto: o mesmo comunicado à imprensa emitido pelo frigorífico e “fontes do terminal” – referência bastante vaga e pouco fiável. Com o subtítulo “Repúdio”, a segunda (e última) parte da matéria apresenta mais uma nota, dessa vez da Sociedade Rural Brasileira (SRB). A entidade afirma que a decisão judicial é “autoritária e subjetiva” e reitera que a prática de exportar animais vivos é regulamentada pelo Mapa e pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A SRB não se manifesta em relação às denúncias de maus-tratos – as quais também estão ausentes na própria notícia. O texto se encerra reproduzindo mais alguns trechos da nota:

“A complexa operação para transportar os animais havia sido planejada há mais de seis meses, com contratos já assumidos desde o início do ano passado”, diz a SRB na nota. Para a associação, a decisão cria insegurança jurídica para pecuaristas brasileiros e coloca em risco “futuros compromissos assumidos pelo País em mercados estratégicos” e compromete a competitividade.

Trata-se de mais uma matéria burocrática e claramente favorável aos exportadores. Apesar de serem centrais no acontecimento em curso, a perspectiva dos animais segue completamente negligenciada. Esse desdém com as demais espécies expressa não apenas uma atitude especista, como também – e talvez sobretudo – uma apuração displicente e insatisfatória. Tanto as escolhas editoriais que atendem a certos interesses econômicos, como as omissões de repórteres e editores têm por consequência um jornalismo tendencioso e de má qualidade.

A única matéria da *Folha de S. Paulo* sobre a suspensão do embarque de animais vivos foi publicada pela colunista Mônica Bergamo, primeira jornalista a anunciar a decisão judicial que estendeu a proibição para todo o país: “Juiz proíbe embarque de bois e jumentos vivos para exportação”<sup>600</sup>. Bergamo foi também a primeira e única a entrevistar o advogado do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal<sup>601</sup>, que descreveu brevemente algumas das situações de maus-tratos às quais os animais são submetidos durante as viagens:

[...] Segundo o advogado Ricardo de Lima Cattani, responsável pela ação, o Brasil exporta animais vivos para países que não criam a espécie ou que preferem fazer o abate em suas terras. “Na China, por exemplo, eles utilizam o couro dos jumentos para fazer um medicamento. Os chineses, então, retiram o couro com o animal vivo”, afirma ele.

---

<sup>600</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2018/02/juiz-proibe-embarque-de-bois-e-jumentos-vivos-para-exportacao.shtml> Acesso em 05 fev. 2021.

<sup>601</sup> O advogado Ricardo de Lima Cattani foi uma das vítimas da Covid-19. Faleceu em 2 de junho de 2020, no dia em que completava 58 anos (Disponível em: <https://inumeraveis.com.br/ricardo-de-lima-cattani/> Acesso em 29 mar. 2021).

"O juiz solicitou uma inspeção judicial. Nessa perícia, que foi feita na quinta (1º), foram constatados maus tratos", diz Cattani. Ele também afirma que os animais viajam cerca de 400km de caminhão até o navio. "Nas embarcações, as fezes são misturadas com a água e com os alimentos. Bois, por exemplo, passam de 15 a 20 dias em pé durante a viagem, por conta do espaço reduzido", diz.

Nenhuma outra matéria faz referência a jumentos e eles tampouco são citados na decisão judicial. Esta, no entanto, proibiu a exportação de *animais* vivos – não especificamente bovinos –, o que seguramente inclui os jumentos.<sup>602</sup> Apesar de estar entre as notícias mais breves de todo o *corpus* (168 palavras), o texto da *Folha* foi o primeiro que, ao anunciar uma das decisões judiciais, concedeu espaço à entidade que ajuizou a ação civil pública em questão.

*O Estado de S. Paulo*, assim como a *Folha*, só noticiou a suspensão dos embarques quando a determinação atingiu todo o país: "Justiça suspende exportação de animais vivos em todo o País"<sup>603</sup>. A matéria cita a entidade que havia demandado a liminar e em seguida reproduz duas frases da decisão judicial:

[...] Na decisão, Gomes suspende os embarques em todo território nacional, "até que o país de destino se comprometa, mediante acordo inter partes, a adotar práticas de abate compatíveis com o preconizado pelo ordenamento jurídico brasileiro", diz na decisão.

O juiz determina também o desembarque dos 27 mil bois que seriam exportados a Turquia, pela empresa Minerva Foods, nesta semana, e que estão no Porto de Santos, em São Paulo. "Determino o desembarque e retorno à origem, mediante plano a ser estabelecido pelo Ministério da Agricultura e operacionalizado pelo exportador, sob fiscalização das autoridades sanitárias, de todos os animais embarcados", afirma. [...]

O texto também faz referência às decisões judiciais anteriores e a uma das multas aplicadas à Minerva Foods pela prefeitura de Santos.<sup>604</sup> Os dois últimos parágrafos do texto apresentam os posicionamentos do frigorífico e do Mapa:

[...] A empresa, por sua vez, diz que segue "todos os procedimentos para preservar o bem-estar dos animais" e que atividade (de transporte de animais vivos) é regulamentada pelo Ministério da Agricultura.

Em nota divulgada mais cedo nesta sexta-feira, o Ministério afirmou que, no Brasil, a exportação de bovinos é regulamentada por atos normativos, que abordam os procedimentos básicos para a preparação de animais vivos para a exportação.

<sup>602</sup> A decisão do juiz Djalma Moreira Gomes, já reproduzida aqui, afirma: "DEFIRO O PEDIDO DE LIMINAR para IMPEDIR a exportação de animais vivos para o abate no exterior, em todo território nacional" (GOMES, 2018, p. 10).

<sup>603</sup> Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,justica-suspende-exportacao-de-animais-vivos-em-todo-o-pais,70002176123> Acesso em 03 de fev. 2021.

<sup>604</sup> A segunda multa, apesar de já ter sido aplicada e divulgada por outros veículos, não é mencionada.

Mais uma vez, o texto “conclui” que a atividade é legal, regulamentada e “preserva o bem-estar dos animais”. As denúncias de maus-tratos são desdenhadas e nenhum representante dos animais tem a oportunidade de falar.

A seguir, a matéria da revista *Globo Rural* – “Justiça Federal suspende exportação de animais vivos em todo o país”<sup>605</sup> – informa que a decisão atendia ao pedido do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal e apresenta alguns dos argumentos que constavam na ação:

[...] A ONG alega que o transporte dos animais vivos é feito de forma cruel, causando sofrimentos e traumas por conta de condições climáticas adversas, falta de alimentação ou condições sanitárias. Ressalta que, muitas vezes, o transporte até o destino pode durar semanas. Alega ainda que, apesar de signatário das normas da Organização Internacional de Saúde Animal (OIE), o Brasil não segue vários artigos do Código Sanitário de Animais Terrestres. Ao acolher o pedido, o juiz Djalma Moreira Gomes determinou que a exportação de animais vivos seja suspensa em todo o país “até que o país de destino se comprometa a adotar práticas de abate compatíveis com o preconizado no ordenamento jurídico brasileiro” além de observar normas “concretas e verificáveis” para garantir condições de manejo e bem estar dos animais.

O magistrado determinou também o desembarque de todos os 27 mil bois que estão no navio Nada, atracado no Porto de Santos, e que deram origem à batalha judicial acerca do transporte de gado vivo. Os animais são de propriedade do frigorífico Minerva. De acordo com o despacho, o plano de saída dos animais deve ser feito pelo Ministério da Agricultura e executado pela empresa proprietária dos bovinos.

Diferente das notícias anteriores, esta expõe algumas das alegações da ONG e trechos da decisão judicial. Ao final do texto, uma imagem exhibe “a conclusão do juiz”, a qual reproduzo aqui (Figura 16):

Diante da constatação de que os animais estão, quando embarcados no NAVIO NADA com destino à Turquia, submetidos a manejo inadequado e acomodações que revelam um quadro de total ausência de bem-estar animal, numa situação senão de crueldade em condições bem análogas, tenho que a liminar, para impedir a viagem do navio, comporta deferimento.

Isso posto, **DEFIRO O PEDIDO DE LIMINAR** para **IMPEDIR** a exportação de animais vivos para o abate no exterior, **em todo território nacional**, até que o país de destino se comprometa, mediante acordo inter partes, a adotar práticas de abate compatíveis com o preconizado pelo ordenamento jurídico brasileiro e desde que editadas e observadas normas específicas, concretas e verificáveis, por meio de parâmetros clara e precisamente estabelecidos, os quais possam efetivamente conferir condições de manejo e bem estar dos animais transportados.

Em consequência, determino o **DESEMBARQUE** e **RETORNO** à origem, mediante **plano a ser estabelecido pelo MAPA** e operacionalizado pelo exportador, sob fiscalização das autoridades sanitárias, de todos os animais embarcados no NAVIO NADA, **cuja embarcação somente poderá prosseguir viagem depois de completamente livre de animais vivos**.

Intimem-se as partes, inclusive a empresa MINERVA S/A que compareceu aos autos ofertando petição.

<sup>605</sup> Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/noticia/2018/02/justica-federal-suspende-exportacao-de-animais-vivos-em-todo-o-pais.html> Acesso em 30 jan. 2021.

A matéria da *Globo Rural*, portanto, traz mais informações do que a de outros veículos, sendo a única a disponibilizar um trecho da decisão judicial. O documento é público e estava acessível a qualquer jornalista. Mas a maioria deles, como vimos, ateu-se tão somente às declarações de fontes oficiais, as quais frequentemente criticavam as determinações dos juízes. A revista, por outro lado, não menciona o laudo técnico da médica veterinária da prefeitura de Santos, que foi justamente o que fundamentou a decisão judicial em questão.

A última matéria do dia 2 de fevereiro foi publicada pela *Revista Fórum*: “Além da crueldade e maus tratos, navio com animais causa transtornos à cidade de Santos”<sup>606</sup>. Como é possível constatar, os prejuízos aos animais são expostos já no título, inter-relacionados aos danos ambientais e humanos. Seguem os primeiros parágrafos do texto:

Depois de várias vitórias consecutivas contra o embarque de animais no Porto de Santos, ativistas acampados em frente ao cais onde está o navio Nada com cerca de 27 mil bois, marcaram manifestação para o próximo domingo (4). [...]

De acordo com o ativista Ernesto Nunes, a pressão dos ativistas pelos direitos animais, com vários filmes e imagens que constataam maus tratos, acabou mobilizando a cidade contra a crueldade do embarque [...].

“Nesta madrugada, ativistas que estavam no porto sentiram cheiro de carne queimada e de fezes. Contaram 15 caminhões frigorífico entrando no local. O fato nos fez suspeitar que estariam matando os animais”, disse. [...]

Este foi o primeiro e único veículo a informar que ativistas acamparam em frente ao cais como forma de protesto – e também o único a divulgar a manifestação programada para dali a dois dias. Ao contrário das outras matérias, esta apresenta, primeiramente, a declaração de um dos ativistas, mostrando assim parte do contexto que envolvia as decisões judiciais – contexto este que foi ignorado pelo resto da imprensa. Com raras exceções, as mobilizações populares que pressionavam pelo fim da exportação de animais vivos estão ausentes no *corpus* selecionado.

O texto informa sobre a deliberação do juiz Márcio Kammer de Lima, do dia anterior, mas não faz referência à decisão judicial daquele mesmo dia, que proibiu os embarques em todo o país. A reportagem também cita as duas penalizações impostas à Minerva Foods pela prefeitura de Santos e suas respectivas causas. A última parte da matéria, com o subtítulo “Cheiro forte e reclamações”, reproduz declarações do prefeito e do secretário de Meio Ambiente da cidade, descrevendo as circunstâncias da aplicação da segunda multa.

---

<sup>606</sup> Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/alem-da-crueldade-e-maus-tratos-navio-com-animais-causa-transtornos-cidade-de-santos/> Acesso em 12 fev. 2021.

A *Revista Fórum* foi a única a reproduzir uma declaração do prefeito de Santos, além de divulgar o cartaz da manifestação e o vídeo produzido pelos ativistas da ONG Veddas em dezembro de 2017, já descrito aqui. Entretanto, os cinco últimos parágrafos do texto foram copiados na íntegra da primeira matéria publicada pelo *G1* no início daquele dia.<sup>607</sup> Ao final da página, há um asterisco com o seguinte aviso: “Com informações do G1 e da Tribuna de Santos”. Percebe-se, portanto, que apesar de seus esforços em expor uma perspectiva até então menosprezada pela imprensa nacional, a revista não tem autonomia para produzir jornalismo de qualidade com seus próprios recursos. É fato que outros veículos também recorrem a agências de notícias e até mesmo aos concorrentes como fontes de informação. Entretanto, a tentativa de dar voz a uma visão não hegemônica certamente teria melhor resultado se dispusesse de profissionais independentes e aptos a realizar uma apuração consistente.

No dia seguinte, 3 de fevereiro, outros veículos também noticiaram a proibição do embarque de carga viva em todo o país. Os três primeiros foram as revistas *Veja*<sup>608</sup>, *IstoÉ*<sup>609</sup> e *Época Negócios*<sup>610</sup>, que reproduziram a mesma matéria da agência *Estadão Conteúdo*, a qual já havia sido publicada no dia anterior pelo jornal *O Estado de S. Paulo* – e cujo texto foi analisado aqui. A seguir, a revista *Globo Rural* noticiou: “Ecoporto Santos reafirma que embarque de gado foi planejado e estruturado”<sup>611</sup>. Conforme indica o título, a matéria divulga uma nota emitida pela empresa Ecoporto Santos<sup>612</sup> informando que a “megaoperação” em andamento com o navio *Nada* “foi planejada e estruturada observando as mais rígidas e abrangentes normas do setor de movimentação de carga viva”.

O texto reproduz ainda outros trechos da nota, entre os quais a empresa afirmava que representantes do Mapa “participaram de maneira diuturna de toda a atividade, fiscalizando e acompanhando o trânsito animal, desde as propriedades rurais habilitadas para quarentena, todas no Estado de São Paulo, até o embarque no Porto de Santos”. Sobre a decisão judicial, a

---

<sup>607</sup> Refiro-me à matéria com o título “Empresa é multada em R\$ 2 mi após cheiro de estrume se espalhar em Santos”, cujos trechos mencionados já foram analisados e reproduzidos aqui.

<sup>608</sup> Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/juiz-suspende-liminarmente-exportacao-de-gado-vivo-em-todo-o-pais/> Acesso em 04 fev. 2021.

<sup>609</sup> Disponível em: <https://istoe.com.br/juiz-suspende-liminarmente-exportacao-de-gado-vivo-em-todo-o-pais/> Acesso em 12 fev. 2021.

<sup>610</sup> Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2018/02/juiz-suspende-exportacao-de-gado-vivo-em-todo-o-brasil.html> Acesso em 12 fev. 2021.

<sup>611</sup> Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/Boi/noticia/2018/02/ecoporto-santos-reafirma-que-embarque-de-gado-foi-planejado-e-estruturado.html> Acesso em 1º fev. 2021.

<sup>612</sup> A Ecoporto Santos era a empresa que estava encarregada das operações portuárias de manejo e embarque dos animais pertencentes à Minerva Foods no navio *Nada*.

Ecoporto Santos também garantiu que providenciaria “imediato cumprimento às ordens judiciais recebidas tão logo sejam oferecidas condições adequadas para realização de eventual operação de desembarque e expedidas as autorizações dos órgãos intervenientes”. Nenhuma outra fonte foi ouvida e tampouco foram apresentadas objeções às declarações da empresa.

Fica evidente, neste caso, que o veículo prestou um serviço semelhante ao de uma assessoria de imprensa, ao divulgar uma nota institucional de forma descontextualizada e acrítica. O repórter renunciou à função social de mediador dos acontecimentos, mostrando-se descomprometido em averiguar as informações e transmiti-las com precisão. Uma apuração incompleta – ou mesmo inexistente – prejudica não apenas o “outro lado”, como também o próprio serviço prestado. O jornalismo, mais uma vez, foi negligenciado.

A próxima notícia, do *G1*, também corrobora as vozes institucionais a favor dos exportadores de carga viva: “Relatório da Vigilância Agropecuária afirma que os 25 mil bois em navio estão em boas condições”<sup>613</sup>. Segue a primeira parte do texto – o mais longo (924 palavras) publicado até então entre o *corpus* selecionado:

Um relatório do Serviço de Vigilância Agropecuária (SAV) atesta que os mais de 25 mil bois que estão a bordo de um navio retido pela Justiça no Porto de Santos, no litoral de São Paulo, estão saudáveis, e que a embarcação tem boas condições sanitárias. O laudo contraria ativistas, que alegam maus tratos aos animais. [...]

Desde o início dos trabalhos, ativistas ligados à proteção animal alegam que os bois são vítimas de maus tratos. A prefeitura multou a Minerva Foods, responsável pelos bovinos, em R\$ 1,5 milhão, com essa mesma justificativa e, depois, em R\$ 2 milhões, por poluição ambiental.

Contrariando o parecer do município, o relatório do SAV, que é integrado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), indica que os fiscais federais não encontraram qualquer indício de maus tratos durante o embarque dos animais e na vistoria realizada a bordo. O documento foi obtido com exclusividade pelo G1.

"Durante o período, entre a tarde de 26/01 e as últimas horas de 30/01, todos os animais foram visualmente inspecionados por pelo menos um técnico competente, ao que durante este prazo, não constatou, durante o embarque dos mesmos, situações que denotassem maus tratos ou irregularidades", afirma o laudo. [...]

Foram a bordo, a pedido da Justiça Federal, na quinta-feira (1º), uma veterinária da Secretaria de Meio Ambiente (Semam) de Santos – a mesma profissional que atestou à administração municipal a existência de maus tratos aos bois antes do embarque – e dois auditores fiscais federais agropecuários, também veterinários.

As duas equipes realizaram relatórios distintos. No do SAV, ao qual o G1 teve acesso, os fiscais afirmam que todos os bois estão saudáveis e sem qualquer machucado, e que os "animais apresentavam expressão de tranquilidade, ausência de dor, ansiedade ou estresse térmico". Não foram encontrados animais mortos.

O laudo atesta, ainda, que o ambiente no qual todos os bovinos estavam acondicionados, nos decks do navio, também apresentavam boas condições sanitárias, têm piso adequado e possuem água e alimento em quantidade satisfatória. A

<sup>613</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/porto-mar/noticia/relatorio-da-vigilancia-agropecuaria-afirma-que-os-25-mil-bois-em-navio-estao-em-boas-condicoes.ghtml> Acesso em 14 fev. 2021.

embarcação possui, ainda, farmácia veterinária e um médico veterinário responsável pelos bois.

"[Os animais] se aproximavam com curiosidade ao toque humano, sinal de que não são tratados com rudeza e estão acostumados ao arrastamento por tratador", ainda afirma o parecer, assinado pelo chefe da seção local do SAV. O laudo, além de apresentado à Justiça Federal, também foi remetido para a coordenação do Mapa.

O repórter privilegia o relatório do SAV em detrimento do laudo produzido pela médica veterinária da prefeitura de Santos. Diversos trechos do primeiro documento foram reproduzidos, mas nenhuma linha do segundo foi divulgada – apesar de o texto dizer que “as duas equipes realizaram relatórios distintos”. Qual teria sido, então, o critério utilizado para revelar o conteúdo de apenas um deles? A pergunta fica sem resposta. A matéria ainda infere alguma desconfiança em relação à profissional Magda Regina, ao informar que ela já havia atestado “à administração municipal a existência de maus tratos aos bois antes do embarque”. Evidentemente, o fato de terem sido encontradas evidências de maus-tratos antes do embarque não significa que a profissional que encontrou tais evidências seja por isso parcial e inapta a realizar uma outra vistoria.

Ao contrário do que diz o texto, apenas a médica veterinária do município foi convocada pela Justiça Federal para realizar a inspeção. O Mapa enviou os dois veterinários a bordo por iniciativa própria e estes elaboraram o parecer com o único objetivo de contestar o laudo técnico de Regina. O próprio juiz federal relata, em sua decisão, as circunstâncias em que o documento do SAV lhe foi entregue:

Enquanto proferia a presente decisão, compareceram a este juízo, o Superintendente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em São Paulo, Dr. Francisco Sergio Ferreira Jardim, acompanhado da Superintendente Substituta, Dra Andréa Moura, assistidos pelo Procurador Regional da União em São Paulo, Dr. Luiz Carlos de Freitas e a Procuradora Regional Substituta Dra Cristiane Flores Soares Rolin, que entregaram ao juízo relatório das atividades elaborado pelo Serviço de Vigilância Agropecuária do Porto de Santos, elaborado pelo Chefe daquele setor, Paulo Roberto de Carvalho Filho, dando conta de que as condições de manejo e de bem estar dos animais embarcados atendem o preconizado nas normas editadas pelo MAPA. [...]

Nota-se, pelo referido relatório que o MAPA considera atendidas sua normatização, o que talvez se deva a uma falta de parâmetros mais objetivos, vez que a situação narrada no relatório da veterinária nomeada para a realização da inspeção, com apoio em inúmeras fotografias que instruem seu relatório, apontam para um manejo inadequado e para condições de bem-estar animal muito comprometidas.

É dizer, as condições verificadas – e documentadas pela veterinária designada – estão longe de atender o que preconiza a Instrução Normativa n. 56, de 06 de novembro de 2008, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, que estabelece os procedimentos gerais de Recomendações de Boas Práticas de Bem-Estar para animais (GOMES, 2018, p. 9-10).

Conforme atesta o juiz, o relatório do SAV não estava amparado em parâmetros objetivos, o que certamente indicava que suas constatações estariam enviesadas – e não as de

Regina, como aparentemente julga o repórter. Também está equivocada a afirmação de que o documento do SAV “foi obtido com exclusividade pelo G1”, uma vez que o referido relatório havia sido anexado aos autos e já era público – assim como o parecer da veterinária de Santos, que, ao que tudo indica, sequer foi consultado. Apesar de mencionar, no início do texto, que tanto ativistas como a prefeitura alegavam maus-tratos aos animais “desde o início dos trabalhos”, nenhum deles foi ouvido.

O parecer dos auditores fiscais é questionável em diversos aspectos. A começar, a afirmação de que “*todos* os animais foram visualmente inspecionados” não se sustenta. Por mais que os profissionais se empenhassem, pode-se dizer que era humanamente impossível – a apenas duas pessoas, em um intervalo curto de tempo –, verificar o estado de saúde e bem-estar de cada um dos 27,8 mil bois e ainda garantir a ausência de indícios de “maus-tratos ou irregularidades”. Conseqüentemente, é também bastante pretensiosa e duvidosa a declaração de que “*todos* os bois estão saudáveis e sem qualquer machucado, e que os ‘animais apresentavam expressão de tranquilidade, ausência de dor, ansiedade ou estresse térmico’”. É consensual, entre pesquisadores da área, que o transporte de bovinos, seja por via terrestre ou marítima, causa-lhes imenso estresse, medo, ansiedade, além de todas adversidades já descritas.

Os animais não estavam, em sua maioria, “acondicionados nos decks do navio”, mas sim no porão, confinados em baias distribuídas ao longo dos sete andares dispostos abaixo do nível do mar.<sup>614</sup> As baias, por sua vez, *não* “apresentavam boas condições sanitárias” e seu piso *não* era adequado – conforme comprovavam explicitamente as fotos anexadas ao parecer da veterinária. O fato de os animais se aproximarem “com curiosidade ao toque humano” tampouco seria um indicativo de que “não são tratados com rudeza”. Por serem animais de criação, aqueles bois já estavam bastante acostumados com a proximidade de humanos e poderiam simplesmente estar com fome ou sede.

É incontestável que o relatório do SAV apresentava diversas distorções, as quais foram inclusive identificadas pelo juiz federal, que optara por respaldar-se no mais consistente e amplamente documentado laudo técnico da médica veterinária. Se não devemos classificá-lo, sumariamente, como falso ou mentiroso, certamente é correto afirmar que tal parecer é, no mínimo, bastante problemático. O texto prossegue com o subtítulo “Justiça Federal decide”:

---

<sup>614</sup> Está correto referir-se aos pavimentos superiores de um navio como “deque”, mas em geral utiliza-se a palavra “convés”. “Deque” é empregado com mais frequência para denominar especificamente a parte externa dos conveses superiores. Neste caso, os bois não poderiam estar “acondicionados nos deque do navio”.

Apesar do laudo do SAV, segue o impasse sobre a continuidade do embarque de quase 2 mil bois restantes e a partida do navio, atrasado para seguir viagem desde quarta-feira (31). Na noite de sexta-feira (2), o ministro Gurgel de Faria, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), determinou que as decisões sobre o caso sejam da Justiça Federal. Faria designou que a 25ª Vara Federal de São Paulo dê andamento às questões. A decisão desqualifica a ordem de desembarque dos bovinos, estabelecida pela Justiça Estadual, mas ainda mantém suspenso o embarque dos faltantes e a liberação, pela Marinha do Brasil, da embarcação, retida no cais do terminal Ecoporto.

Observa-se que o advérbio “apesar” é utilizado para conferir ainda mais credibilidade ao laudo do SAV: *apesar* do que comprovara o documento, “segue o impasse”. Os três últimos subtítulos foram copiados na íntegra da matéria que o *GI* publicou no dia anterior. O primeiro deles – “‘Mais prejuízo’ aos bois” – reproduz o depoimento do médico veterinário do Mapa, Guilherme Henrique Figueiredo, que condenara o que ele classificou como “judicialização da questão”. Em seguida, o subtítulo “Turquia no cais” informa novamente sobre atuação do consulado da Turquia – “a principal compradora de bovinos vivos” do Brasil – para “resolver o impasse”. Por fim, na última parte da matéria, com o subtítulo “Seguem as regras”, são apresentadas outra vez as notas à imprensa das empresas Minerva Foods e Ecoporto Santos, asseverando que a atividade é regulamentada e “segue todos os procedimentos adequados para preservar o bem-estar” dos animais. São essas declarações que encerram o texto.

Não foram ouvidos ativistas e tampouco quaisquer representantes das ONGs responsáveis pelas ações judiciais ou mesmo a prefeitura de Santos. Também não foram entrevistados pesquisadores ou profissionais da área habilitados a avaliar com imparcialidade sobre o que estava em discussão. O repórter, mais uma vez, limitou-se a reproduzir declarações oficiais e oficiosas completamente favoráveis à atividade em litígio. Compilar notas à imprensa e trechos de um relatório – produzido exclusivamente para embasar a defesa do réu de uma ação civil pública – não é fazer jornalismo.

Assim como no dia anterior, a última matéria publicada em 3 de fevereiro foi novamente da *Revista Fórum*, que dessa vez utilizara o material veiculado pela Agência de Notícias de Direitos Animais (Anda). Com o título “Desembargadora mantém liminar que proíbe exportação de animais em todo território nacional”<sup>615</sup>, o texto informa sobre a “decisão de segunda instância [que] manteve a liminar que proíbe a exportação de animais vivos em todo o território nacional”, acrescentando que a desembargadora Diva Malerbi também determinou o desembarque dos bois e seu retorno às fazendas de origem. A matéria também reproduz vários trechos da decisão do juiz de primeira instância Djalma Moreira Gomes e divulga novamente

<sup>615</sup> Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/desembargadora-mantem-liminar-que-proibe-exportacao-de-animais-em-todo-territorio-nacional/> Acesso em 13 fev. 2021.

o vídeo elaborado pela ONG Veddas – mas não apresenta nenhuma informação sobre as acusações de maus-tratos ou o descumprimento das regras de bem-estar animal.

Conforme observei anteriormente, os veículos denominados como “alternativos” são quase sempre os mais dispostos a dar espaço às vozes com menor poder político e econômico. Entretanto, eles muitas vezes enfrentam como obstáculo, para a execução de uma apuração mais consistente, a escassez de recursos financeiros e de profissionais habilitados. Além de alcançarem um público consideravelmente mais restrito, os veículos com esse perfil que já foram analisados aqui – no caso, a *Revista Fórum* e o *Sul 21* – publicaram, até o momento, textos limitados e pouco expressivos.<sup>616</sup> Portanto, as perspectivas não hegemônicas que, como vimos, vêm sendo desfavorecidas pela mídia *mainstream*, tampouco encontraram, nesses espaços, condições apropriadas para uma ampla difusão de seus pontos de vistas.

Ao noticiarem a proibição do embarque em todo território nacional, nenhum dos veículos que integram o *corpus* divulgou o texto ou as fotos do laudo veterinário que embasou a decisão judicial. O parecer estava disponível, anexado aos autos da ação civil pública, tendo sido inclusive publicado na íntegra nos sites de algumas das entidades que participavam das manifestações. Uma repórter do telejornal local chegou a ler um trecho do relatório durante uma entrada ao vivo, quando também disse ter conversado minutos antes com a médica veterinária Magda Regina.<sup>617</sup> A jornalista ainda relatou os diversos obstáculos que Regina encontrara para conseguir realizar a vistoria – os quais já foram descritos aqui.

Apesar de ter sido divulgado por alguns veículos jornalísticos de Santos, o documento foi completamente menosprezado pela imprensa nacional.<sup>618</sup> Não se pode descartar, evidentemente, a possibilidade de que os jornalistas encarregados da cobertura talvez ignorassem a possibilidade de acessar o parecer, ou desconhecassem os caminhos para fazê-lo, ou não dispusessem de tempo hábil para tal. De todo jeito, independentemente de quais tenham

---

<sup>616</sup> Talvez o cenário fosse diferente se outros veículos – também “alternativos”, mas muito mais consolidados e qualificados a produzir bom jornalismo – tivessem participado ativamente da cobertura. Entretanto, ao longo dos três anos que integram o *corpus*, o *The Intercept* e o *O Eco* não publicaram nenhuma matéria sobre a exportação de gado vivo. A *Mídia Ninja*, por sua vez, publicou uma única matéria após o desenrolar dos acontecimentos.

<sup>617</sup> Refiro-me ao telejornal da *TV Tribuna*, afiliada da *Rede Globo* em Santos, que vinha acompanhando as operações de embarque dos animais desde o início. Na primeira edição do dia 03 de fevereiro de 2018, que vai ao ar ao meio-dia, a repórter Tatyana Jorge – que até então não participara da cobertura – entrou ao vivo com um grupo de manifestantes ao fundo. Enquanto os ativistas mostravam cartazes de protesto, a jornalista descreveu o que lhe havia relatado a veterinária e, com o documento em mãos, anunciou: “Não sou eu que vou contar. Vou ler exatamente o que ela colocou nesse relatório.” (Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6473237/?s=0s>. Acesso em 30 mar. 2021).

<sup>618</sup> Dias depois, como veremos, alguns veículos acabaram por divulgar o conteúdo do laudo. Na ocasião em que o fizeram, entretanto, o embate judicial já estava “solucionado”. Logo, a exposição de tais informações não teve a repercussão que provavelmente teria tido se tivesse ocorrido enquanto as discussões estavam em andamento.

sido as razões ou justificativas de suas escolhas editoriais, o conteúdo das matérias publicadas ao longo daqueles dias permanece insatisfatório e tendencioso.

A cobertura fotográfica também foi bastante limitada, restringindo-se a imagens do navio *Nada* atracado ao cais ou, com menor frequência, dos caminhões que transportavam os bois. As matérias do *GI*, por exemplo, publicaram repetidamente a mesma foto, acompanhada da legenda: “Navio Nada, com 27 mil bois para exportação. Justiça determinou desembarque e retorno dos animais para fazendas de origem”. Alguns veículos também ilustraram as matérias com imagens genéricas de bois em fazendas, sem qualquer relação com os animais que estavam sendo exportados. Outros não publicaram quaisquer fotos.



Figura 17: Fotos publicadas no site *GI* (à esquerda) e no jornal *Folha de S. Paulo* (à direita).



Figura 18: Fotos publicadas na revista *Globo Rural* (à esquerda) e no jornal *O Estado de S. Paulo* (à direita).

Os acontecimentos em curso, como sabemos, estavam diretamente relacionados às denúncias de maus-tratos. Paradoxalmente, os textos e imagens que fundamentaram tais denúncias estiveram ausentes da cobertura jornalística analisada até o momento. Reproduzo a seguir algumas das imagens do laudo técnico de Magda Regina (Figura 19):

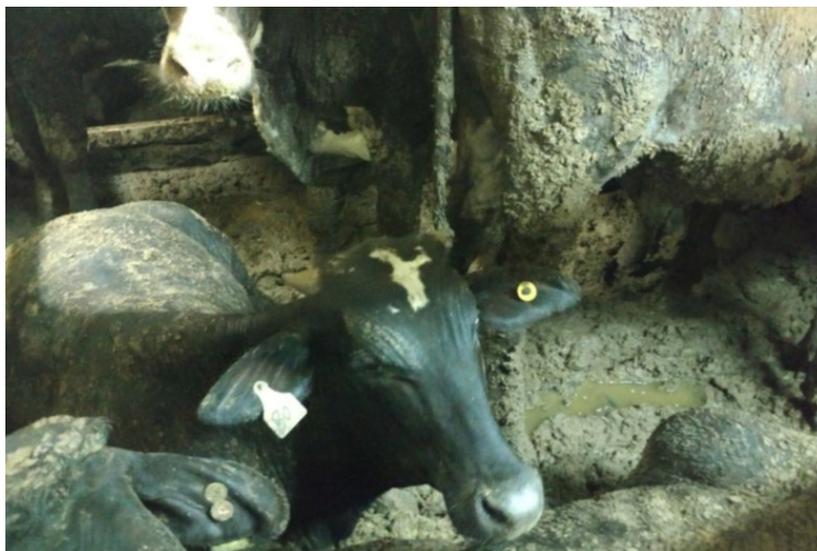




Figura 19: Fotos registradas pela médica veterinária Magda Regina no navio *Nada*, em 1º fev. 2018.

## Embarque liberado

Entre 4 e 6 de fevereiro foram publicadas 41 matérias, quantidade que representa 24% de todo o *corpus*. O dia 4, um domingo, foi o que teve o maior número de publicações, com 22 notícias divulgadas entre 7h da manhã e 22h. Repórteres acompanharam o “passo a passo” dos esforços de autoridades governamentais e empresariais – as quais também trabalharam diligentemente no fim de semana – no sentido de reverter a decisão judicial que suspendera os embarques. O *G1* publicou quatro matérias ao longo do dia, enquanto o *Valor Econômico*, a *Globo Rural* e a *IstoÉ* publicaram três e *O Estado de S. Paulo* e a *Revista Fórum* publicaram duas. Outros cinco veículos que participaram da cobertura publicaram uma notícia cada.

2018 – FEVEREIRO [80]					
Data	Título	Veículo	Editoria	Repórter	Palavras
<b>04/02/2018 [22]</b>					
04/02	Juiz suspende exportação de gado vivo em todo Brasil	Sul 21	Geral	Da Redação	264
04/02	“O maior problema é que nossos animais são commodities”	Globo Rural	Boi	Vinicius Galera	2582
04/02	Empresa não consegue derrubar decisão da Justiça sobre desembarque de 25 mil bois	G1	Santos e Região	G1 Santos	800
04/02	AGU tenta reverter proibição à exportação de bois vivos	Valor Econômico	Agronegócios	Luiz Henrique Mendes	377
04/02	Criadores de Angus criticam suspensão do transporte de gado em pé	Globo Rural	Boi	Redação Globo Rural	259
04/02	AGU recorreu ao TRF-3 contra suspensão de exportação de animais vivos, diz Maggi	IstoÉ	Brasil	Estadão Conteúdo	565
04/02	Luisa Mell visita bois 'presos' no Porto de Santos e desabafa: 'Barbaridade'	G1	Santos e Região	G1 Santos	588
04/02	Desembarque de carga de bois vivos em Santos pode demorar até 30 dias, diz governo	Estadão	Economia & Negócios	Gustavo Porto	578
04/02	Desembarque de carga de bois da Minerva Foods retida em Santos demoraria um mês	IstoÉ	Economia	Estadão Conteúdo	812
04/02	AGU recorre contra decisão que impede navio com 27 mil bois de deixar o Brasil	G1	Santos e Região	G1 Brasília	542
04/02	AGU recorre ao TRF-3 contra suspensão de exportação de animais vivos	Época Negócios	Economia	Estadão Conteúdo	565
04/02	Tribunal Regional Federal mantém suspensão de embarque de gado vivo	Globo Rural	Boi	Redação Globo Rural	486
04/02	Temer e Blairo discutem proibição de exportação de animais vivos	Valor Econômico	Agronegócios	Raphael Di Cunto	142

04/02	Temer e Blairo Maggi esperam liberar o embarque de bois no Porto de Santos ainda hoje	Revista Fórum	Notícias	Da Redação	332
04/02	AGU recorre de decisão judicial que impede exportação de bois vivos	Agência Brasil	Geral	Alex Rodrigues	398
04/02	AGU recorre de decisão judicial que impede exportação de bois vivos	Jornal do Brasil	País	Agência Brasil	398
04/02	Ministro espera que TRF-3 reverta ainda hoje decisão de suspender exportações de animais	Estadão	Economia & Negócios	Renan Truffi/ Gustavo Porto	508
04/02	Governo derruba liminar e navio com mais de 25 mil bois deixa o Porto de Santos	G1	Santos e Região	José Claudio Pimentel	1034
04/02	Tribunal derruba decisão que impedia exportação de boi vivo	Folha	Mercado	Natália Portinari	429
04/02	Justiça libera saída de navio com bois no porto de Santos, diz Blairo	Valor Econômico	Agronegócios	Luiz Henrique Mendes	257
04/02	Justiça concede liminar e libera navio da Minerva para deixar Porto de Santos	IstoÉ	Economia	Estadão Conteúdo	634
04/02	O porto de Temer fede a bosta	Revista Fórum	Notícias	Julinho Bittencourt	610
<b>05/02/2018 [11]</b>					
05/02	Justiça libera navio com bois vivos da Minerva Foods em Santos	Estadão	Economia & Negócios	Gustavo Porto	629
05/02	Justiça libera partida de navio com bois vivos de Santos	Valor Econômico	Agronegócios	Luiz Henrique Mendes	354
05/02	Ativistas lamentam partida de navio com mais de 25 mil bois do Porto de Santos: 'Luto'	G1	Santos e Região	G1 Santos	866
05/02	Justiça libera navio da Minerva para exportar bois vivos	Exame	Negócios	Estadão Conteúdo	634
05/02	Liminar autoriza partida de navio com bois em Santos	Globo Rural	Boi	Cassiano Ribeiro, Silene Silva	543
05/02	TRF3 derruba liminar que impedia exportação de bois vivos	Agência Brasil	Geral	Pedro Peduzzi	610
05/02	TRF3 derruba liminar que impedia exportação de bois vivos	Sul 21	Geral	Pedro Peduzzi Agência Brasil	609
05/02	Após liberação da Justiça, navio parte do Porto de Santos com destino à Turquia	IstoÉ	Agronegócio	Estadão Conteúdo	280
05/02	Justiça libera saída de navio com 25 mil bois para a Turquia	Veja	Economia	Estadão Conteúdo	631
05/02	TRF-3 derruba liminar e autoriza exportações de animais vivos	Valor Econômico	Agronegócios	Luiz Henrique Mendes	232
05/02	Justiça volta a liberar exportação de gado vivo em todo o país	Globo Rural	Boi	Cassiano Ribeiro	249
<b>06/02/2018 [8]</b>					
06/02	Justiça libera exportação de animais vivos	Valor Econômico	Agronegócios	Luiz Henrique Mendes	407
06/02	Justiça libera embarque de cargas vivas no país após confusão em Santos	G1	Santos e Região	G1 Santos	693

06/02	A crueldade no transporte marítimo de gado para exportação	Estadão	Blogs Fausto Macedo	Fernanda Tripode	980
06/02	Justiça libera exportação de animais vivos pelos portos brasileiros	Estadão	Economia & Negócios	Camila Turtelli	340
06/02	Justiça em SP libera exportação de animais vivos em todo o Brasil	Exame	Economia	José Roberto Gomes/Reuters	315
06/02	Carga viva: Brasil tem 100 mil animais em quarentena para exportação	Globo Rural	Boi	Cassiano Ribeiro	376
06/02	Animais foram única vítima da "guerra de liminares" na exportação de gado	Globo Rural	CBN Agronegócios	Bruno Blecher	101
06/02	Fotos: laudo constata maus-tratos a bois dentro de navio em Santos	Globo Rural	Boi	Silene Silva, Karina Campos	475

Quadro 12: Matérias sobre exportação de gado vivo publicadas de 4 a 6 de fevereiro de 2018.

A primeira matéria do dia 4 foi publicada pelo site *Sul 21*, divulgando a decisão judicial já amplamente noticiada nos dois dias anteriores: “Juiz suspende exportação de gado vivo em todo Brasil”<sup>619</sup>. O texto apresenta brevemente as motivações da ação civil pública e as contestações da defesa:

A ONG alega que o transporte de animais vivos é, muitas vezes, feito de forma cruel, causando sofrimentos em função das condições climáticas adversas, falta de alimentação ou condições sanitárias. Destaca ainda que, apesar de signatário das normas da Organização Internacional de Saúde Animal (OIE), o Brasil não segue artigos do Código Sanitário de Animais Terrestres.

A União, ré na ação, argumenta que não cabe governo brasileiro verificar a forma de tratamento do gado em países fora de sua jurisdição. Critica ainda fotos incluídas na petição para evidenciar o modo de transporte dos animais, que teriam sido “extraídas do Google”, e não retratariam a realidade.

Como já foi dito, as fotos da petição inicial foram registradas pela médica veterinária australiana Lynn Simpson e, posteriormente, também foram anexadas aos autos as fotos de Magda Regina, junto ao seu relatório. Portanto, ao contrário do que alega a ré, as imagens não foram “extraídas do Google”. Mas o jornalista não verificou a informação, apenas reproduziu os argumentos de cada lado, os quais, por sua vez, tampouco foram consultados diretamente. Sua fonte de informações foi o site *Consultor Jurídico*.<sup>620</sup> Constatamos, aqui, mais uma tentativa da imprensa não hegemônica de realizar uma cobertura equilibrada que esbarra na escassez dos recursos que poderiam lhe conferir maior autonomia. A exposição de um contraponto à mídia hegemônica permanece, assim, bastante limitada.

<sup>619</sup> Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2018/02/juiz-suspende-exportacao-de-gado-vivo-em-todo-brasil/> Acesso em 12 fev. 2021.

<sup>620</sup> Mais conhecido como *Conjur*, o site, especializado em notícias sobre temas jurídicos, costuma cobrir decisões judiciais consideradas relevantes, além de produzir entrevistas, artigos de opinião, entre outros. Sua equipe editorial é composta por 18 jornalistas (Disponível em: <https://www.conjur.com.br>).

A próxima matéria, publicada pela revista *Globo Rural*, foi a segunda mais extensa de todo o *corpus* (2582 palavras). Trata-se de uma longa entrevista, em formato pingue-pongue, com o professor e pesquisador da área de Zootecnia Mateus Paranhos, citado anteriormente neste capítulo. O título é uma declaração de Paranhos: “O maior problema é que nossos animais são commodities”.<sup>621</sup> Segue a introdução da entrevista:

Atuando na área de bem-estar de animais de produção desde os anos 1980, o professor Mateus Paranhos, da Unesp de Jaboticabal, é um dos maiores especialistas brasileiros no assunto. Nesta entrevista à *Globo Rural*, ele falou sobre a insuficiência da legislação brasileira para o transporte de animais, responsável pela situação quase insólita que confinou mais de 27 mil cabeças de gado no Porto de Santos na última semana.

[...] Agora, espera-se uma batalha judicial que pode prolongar ainda mais a agonia dos garrotes que ruminariam durante longos dias no porão de um navio no oceano Atlântico.

Para o zootecnista, o momento é ideal para que a questão seja discutida de fato. A solução a ser encontrada seria a possível, não a ideal, e certamente não agradaria na íntegra aos extremismos das ONGs ambientalistas e do poderio econômico da indústria da carne, mas uma coisa é certa. Deve-se respeitar, antes de tudo, o bem-estar dos animais. “Na nossa produção industrial o sujeito, o indivíduo ficou em terceiro plano, é tudo uma condição de escala”.

Pela primeira vez há alguma referência à “insuficiência da legislação brasileira para o transporte de animais”. O repórter Vinicius Galera também informa corretamente que os animais viajariam – na verdade a maioria deles – no porão do navio, não nos deques. Apesar de classificar as ONGs como “extremistas” – extremismo este associado ao da indústria da carne –, o pesquisador afirma que a solução a ser encontrada seria a “possível”, não a “ideal”. Logo, deduz-se que a questão poderia sim ser “resolvida”, mas sem garantir completamente o bem-estar dos animais. Seguem as primeiras perguntas:

**Como o senhor vê as decisões que culminaram na proibição da exportação de gado vivo?**

Trata-se de um conjunto de decisões conflituosas que causam instabilidade para todos, para quem está envolvido no negócio da exportação e para quem está fazendo campanha contra isso. No fim das contas, quem paga o preço com maior sofrimento são os animais. Precisamos de uma regulamentação que minimize o risco de decisões judiciais conflituosas, um juiz fala que sim, outro fala que não e baseado em quê? É muito inseguro, tem uma situação de insegurança jurídica. Ninguém está seguro, nem quem está fazendo negócio, nem quem está militando contra.

**O que gera essa insegurança?**

Isso é produto de uma falta de regulamentação clara. Se você for ler a regulamentação que existe vai ver que é muito vaga. O juiz em um dos despachos questiona até a forma como o animal vai ser abatido no local de destino dele, se lá se respeita a

<sup>621</sup> Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/Boi/noticia/2018/02/o-maior-problema-e-que-nossos-animais-sao-commodities.html> Acesso em 30 jan. 2021.

legislação brasileira. Essa história está repetindo o que aconteceu na Austrália há alguns anos. A Austrália parou a exportação para fazer uma autorregulamentação. Todos os interessados envolvidos se reuniram. Estamos devendo isso. Nossa regulamentação não é boa o suficiente para deixar as coisas fáceis para um juiz tomar uma decisão, fica sempre uma coisa muito geral.

#### **Como o senhor vê o transporte de gado vivo?**

Qualquer transporte de gado, seja terrestre, fluvial, marítimo ou aéreo pode ser feito em boas ou em más condições. O problema hoje é que o valor dos animais em geral, não só o bovino, é tão baixo que o transporte, para diminuir custo por unidade de animal transportado, tem que trabalhar com densidades maiores (metros quadrados por animal). Isso está diluindo o custo. Tudo começa com essa perspectiva. O problema não é o transporte e sim as condições em que é feito. Isso implica em espaço para o animal, o tempo que ele vai ficar no veículo em que está sendo transportado. Se esse tempo for muito longo, se ele tem acesso principalmente à água, como é a parte do microclima dentro do veículo, não é só dentro do navio. Tudo isso vai ter um efeito no bem-estar dos animais. A qualidade do ar, a temperatura, umidade. E para viagem de longa distância toda essa preocupação com o fornecimento de água, alimento e de espaço.

O professor ressalta a falta de uma regulamentação mais consistente. Portanto, as alegações das empresas Minerva Foods e Ecoporto Santos, assim como de representantes do Mapa, de que as normas haviam sido respeitadas não significa, necessariamente, que o bem-estar dos bois tenha sido preservado. Apesar de afirmar que o transporte “pode ser feito em boas ou em más condições”, os parâmetros que o próprio pesquisador aponta como necessários para garantir o bem-estar animal parecem improváveis de serem alcançados, tendo em vista as condições inerentes ao transporte marítimo. A entrevista prossegue:

#### **E se as condições não forem ideais?**

Após oito horas os bovinos começam [a] deitar, eles se cansam de ficar em pé. Se não tiverem um espaço adequado, se o meio tiver uma densidade muito alta fica difícil pra ele se levantar porque os outros acabam ocupando o espaço dele e aí tem o risco dele ser pisoteado e o problema ser mais grave.

#### **No caso do navio, além do tempo de viagem, o fato de ser um ambiente inteiramente fechado pode tornar o transporte pior?**

Lógico que pode. Eu não conheço o navio que está embarcando em Santos, não vi o procedimento de embarque, não vi o alojamento de animais dentro do navio, portanto eu não posso fazer um julgamento do que eu não vi. Tudo vai depender dessas condições que estou falando. As críticas das ONGs são coerentes, os argumentos de defesa de quem está exportando também são coerentes. Agora, para quem não está acompanhando o dia a dia fica difícil julgar.

#### **O tamanho do rebanho potencializa os riscos?**

Em um movimento de 27 mil animais em condições normais, onde tudo está dando certo, já existe risco, até nos confinamentos às vezes o animal não se adapta. No movimento desse número de animais em uma situação conflituosa como essa que você não sabe o que vai acontecer, o risco é muito maior. Por exemplo, os animais que não foram embarcados, os que estavam lá no porto e tiveram que voltar, voltaram para onde? Eu não sei, mas imagino que o estresse foi muito maior do que se eles estivessem lá. E por que eles estavam lá? Por que até aquele momento podia. Eu não estou discutindo a questão ética ou moral. Estavam lá porque podia, de repente não pode.

### **Os animais podem sofrer mais com o impasse?**

É preciso reconhecer que uma viagem como essa que dura tanto tempo é estressante para o animal e aí tem muitas implicações. Quanto tem de comida? Quantas pessoas estão lá para alimentar? Quantos veterinários estão cuidando dos animais? Essas perguntas precisam ser respondidas por aqueles que estão interessados na exportação. Eu diria que quanto mais honestidade tiver nessa relação melhor fica a solução do problema. Um diretor do ministério [Guilherme Henrique Figueiredo, diretor do Departamento de Saúde Animal do Mapa e delegado do Brasil na Organização Mundial de Saúde Animal] disse, e eu concordo com ele, que os animais que estão embarcados esperando estão pagando um preço alto por essas indefinições. A permanência deles no navio ou no caso de serem obrigados a embarcar ou desembarcar também causa estresse. No fim das contas quem está pagando o pato são os bovinos.

Paranhos afirma que os argumentos dos exportadores são tão coerentes quanto o das ONGs. Entretanto, como já foi explicitado aqui, as alegações de cada lado são opostas e contraditórias, o que torna difícil aceitar que ambos estejam corretos. O pesquisador também diz que viagens longas são, por si, estressantes para os animais, reforçando a suposição de que seria inviável resguardar seu bem-estar.

A suspensão dos embarques, de fato, prejudicou-os ainda mais, uma vez que prolongou seu tempo de confinamento em condições adversas. Entretanto, foi justamente essa suspensão que tornou possível a realização de uma vistoria independente no navio, a qual revelou, pela primeira vez no Brasil, as reais condições em que os bois estavam acomodados na embarcação. As empresas responsáveis pelas exportações de carga viva nunca haviam autorizado profissionais da área a terem acesso ao interior de um navio.<sup>622</sup> Somente o fizeram porque foram obrigados, por uma ordem judicial, a permitir a entrada da médica veterinária servidora do município de Santos. Além disso, apesar das consequências negativas para os animais, a decisão judicial também criou “o momento é ideal para que a questão seja discutida de fato” – conforme declaração indireta do pesquisador no texto introdutório da entrevista.

A análise das matérias veiculadas ao longo de 2017 mostrou que, antes da suspensão dos embarques por ordens judiciais, o tema realmente não esteve em pauta na imprensa brasileira. A própria prática de exportação de cargas vivas raramente era noticiada. Durante um ano inteiro, foram publicadas tão somente 10 matérias – número menor do que o de janeiro de 2018, que teve 15 publicações.

### **Mas a viagem não seria mais estressante?**

Qualquer transporte causa estresse, só o fato de você tirar um animal do lugar onde ele está e pôr no embarcadouro dentro do caminhão e começar uma viagem causa estresse. Às vezes no navio é igual, esse estresse pode ser prolongado, quando você tem uma viagem muito longa como é o caso dessa para Turquia. O estresse se prolonga

---

<sup>622</sup> Entidades de defesa animal relatam já ter tentado diversas vezes, sem sucesso.

por um período maior, os animais têm que se adaptar a essa situação e alguns não se adaptam. No transporte de animais de confinamento como vacas, por exemplo, a porcentagem de animais que chamamos "refúgio ao cocho" chega a até 10%. É menor esse número quando você está trabalhando com bois ou com bezerros. No caso do navio eu não sei qual é esse número, ele também deveria estar disponível e também ter um plano estratégico para sabermos o que eles fazem quando o animal não se adapta. É o tipo de informação que falta.

#### **Por quê?**

Falta uma definição de uma política pública. Porque esse tema envolve questões econômicas, envolve questões políticas, forças políticas pró e contra dentro do Congresso e em outros níveis, envolve uma legislação que pra mim não é satisfatória. Envolve questões culturais e de princípios. Então eu acho que precisava uma discussão ampla com todos os interessados para ver se chega a um bom termo.

#### **A discussão é possível?**

Honestamente eu não sei se é possível porque a pressão econômica sempre se impõe. Se você olhar o Riisboa (Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal), a legislação do ministério da Agricultura que regulamenta os animais nos frigoríficos, eu não sei se mudaram isso, mas era 2,5m por animal adulto que deveria ter no curral do frigorífico, onde o animal não passa 24 horas. Dentro dos caminhões essa metragem é muito menor, espera-se que a viagem seja mais curta possível. Aí se começa a criar essa confusão. Uma viagem marítima não é curta.

Novamente, o professor reitera que “qualquer transporte causa estresse”, o qual se intensifica nas viagens longas. Isto é, a viagem que aqueles bois estavam prestes a iniciar de fato tinha enorme potencial para causar-lhes danos. Paranhos também aponta outro fator relevante, até então ignorado na cobertura jornalística em andamento: a falta de informações sobre as adversidades enfrentadas durante o percurso marítimo. Quantos animais adoecem? Quantos morrem? Quais medidas são adotadas pela empresa nesses casos? Quais precauções são tomadas para minimizar o sofrimento? Até agosto de 2018, a legislação brasileira não tinha qualquer exigência nesse sentido. A partir da publicação da Instrução Normativa nº 46, já referida aqui, as exportadoras passaram a ter que apresentar um relatório de viagem. Entretanto, conforme disse, a medida é ineficaz, uma vez que tal relatório é produzido pelas próprias empresas, às quais obviamente não interessa registrar ocorrências negativas.

O pesquisador também ressalta a urgência em se estabelecer um diálogo entre os diversos setores políticos e econômicos para definir uma política pública mais satisfatória para os animais – o que de fato nunca ocorrera. Mas como ele mesmo admite na sequência, “a pressão econômica sempre se impõe”. Considerando o poder de influência do agronegócio no Brasil, conquistar mais benefícios em favor das demais espécies coloca-se como uma tarefa quase inexecutável. Após muita pressão de ONGs, pesquisadores e entidades de classe, a Instrução Normativa nº 46 estabeleceu o espaço de 1,23 m<sup>2</sup> por animal dentro do navio – metade do que é exigido nos frigoríficos, onde os animais permanecem por um período equivalente a apenas 5% do tempo em que devem ficar confinados nas embarcações.

**Entidades de produtores se posicionaram repudiando a decisão judicial.**

Eu já sentei à mesa com os dois lados, com ativistas, das ONGs, e com representações do setor pecuário. As posturas são radicais. Você leva uma proposta de conciliação e ela não é bem vista nem por um lado nem por outro. Tenta encontrar um meio termo, se é que ele é possível, mas não se abre nem a discussão. Da mesma forma que eles estão se defendendo, as ONGs estão atacando. Tem mais uma coisa importante, a lei ou a regulamentação, seja ela qual for, pode também não ser seguida. A ideia de atacar a exportação de animais vivos pode ser injusta para aquele que faz direito e perfeitamente cabível ou até suave demais para aquele que está fazendo de uma forma ilegal. O abate clandestino é proibido no Brasil, mas não significa que ele não existe. É a mesma coisa. O discurso fica no geral em vez de atacar o problema.

**O senhor não acredita que esse caso pode tornar a discussão mais aprofundada?**

Eu espero que sim, para o bem dos animais. Porque se em cada embarque for acontecer esse impasse, você imagina, nós não estamos falando de uma operação que se resolve facilmente. Como é que vai desembarcar mais de 27 mil animais? Não é uma operação que você vai lá, encontra um sítio e põe os bichos como se fosse um caminhão. Como é que você vai fazer isso com 27 mil bichos? Impossível. Essa emergência, que é produto de interpretação da legislação, produto de pressões de certo e errado baseado na nossa legislação ou em princípios éticos, ela não deveria causar transtorno dessa ordem nesse momento.

As ONGs, novamente, são classificadas como “radicais”, assim como os pecuaristas. Mas seria de fato “radical” lutar pelo fim de uma prática já reconhecida como inerentemente cruel para os animais? Também podemos questionar a afirmação de que as ONGs “atacam” e os empresários “se defendem”, uma vez que estes estão em posição muito mais vantajosa do que os ativistas. O *status quo* privilegia aqueles que exploram os animais em detrimento daqueles que os defendem. As forças políticas e econômicas vigentes estão sempre agindo no sentido de favorecer o agronegócio: quaisquer parâmetros éticos que possam gerar custos ou reduzir lucros tendem a ser rapidamente rechaçados.

**Qual seria a solução?**

A solução mais adequada seria suspender definitivamente a exportação até que se regulamente de uma forma que seja considerada razoável, que tenha indicadores concretos que deem a possibilidade de fazer essas medidas. Para saber se está tudo bem lá. Agradar todo mundo não vai mesmo. Precisávamos de uma regulamentação com maior detalhamento, que definisse objetivamente o que se entende por bem-estar animal ou maus-tratos. Um despacho de um dos juízes estava relacionado a maus-tratos. O que são maus-tratos? Isso precisaria estar definido. Como está definido no caso dos frigoríficos precisaria também estar definido no transporte de cargas vivas, não importa seja em navio ou onde for.

**Para os frigoríficos a regulamentação é adequada?**

Eu diria que é melhor do que aquela que está relacionada ao transporte.

**Por que para o transporte é ineficiente?**

Ela não existia até há pouco tempo, as portarias são bem recentes. Tudo isso vai para consulta pública, reuniões, comitê para discutir etc. E as forças estão lá um puxando para um lado, puxando para outro e sai uma normativa que é a possível. Geralmente elas não têm detalhamento suficiente para dar confiança a quem está analisando se as coisas estão sendo feitas corretamente ou não.

### **Como seria possível fazer a coisa certa?**

Uma das coisas é que o bem-estar, do ponto de vista científico, tem que ser medido. Não pode ser o que eu acho, não pode ser intuitivo. Ele deveria ser medido. Eu me refiro é isso, a legislação devia trazer algum elemento que permitisse essa abordagem objetiva, essa medida.

A falta de clareza na definição de conceitos como “maus-tratos” e “bem-estar” certamente dificulta a avaliação de juízes e a realização de vistorias, como a que foi executada no navio *Nada*. Conforme indicou a pesquisa realizada por Rafael Van Erven Ludolf para sua dissertação de mestrado, a maior parte<sup>623</sup> dos acadêmicos e profissionais da área de direitos animais consideram que “é necessário conceituar a crueldade contra animais e em que situações se aplica” (LUDOLF, 2019, p. 123). Portanto, além de uma legislação mais efetiva, também é preciso especificar o que exatamente caracteriza uma situação de maus-tratos. Foi justamente pela inexistência de parâmetros concretos na legislação brasileira que a médica veterinária Magda Regina recorreu ao código da OIE para poder avaliar objetivamente as condições dos bois confinados na embarcação.

### **O que pode acontecer agora?**

Eu quero enfatizar que esse acontecimento, que é muito estressante para os animais, causa prejuízo econômico para empresa que está exportando e causa perplexidade na sociedade como um todo. Acho que era um momento para chamar para uma conversa, um debate público, pra uma coisa mais coerente e consciente das pessoas quererem fazer o melhor. Porque levantar a bandeira do não pode, que é o que a ONG faz, no meu modo de entender cai no mesmo erro de quem tem interesse econômico por trás disso, que acha que tudo pode. Eu acho que tinha que ter regras, limites, e muito bem definidos. Eles não estão bem definidos. Não estão.

### **Em uma situação ideal haveria distâncias tão longas para os animais percorrerem?**

Eu acho que o ideal era que essa atividade não acontecesse. O ideal é que nosso mercado tivesse uma estabilidade não só estacional, ao longo do ano, mas regional, o que acontece em São Paulo, no Pará ou no Maranhão ou em qualquer lugar fosse relativamente próximo em termos econômicos. Uma condição em que não precisasse exportar matéria-prima. Da mesma forma que exportamos minério de ferro, ao exportar gado estamos exportando matéria-prima. É uma opção para quem está insatisfeito com o preço de mercado? É. É uma opção que tirou o estado do Pará de uma condição difícil há alguns anos, quando a arroba era quase 20% mais baixa que no resto do país sendo que hoje ela praticamente se igualou por causa da exportação do animal vivo? É. Então a gente não controla essas coisas. O ideal era exportar carne e carne de primeira. O problema maior é que nossos animais são *commodities*, o valor deles não é você ou o dono do animal que impõe, é um valor que o mercado impõe e a situação é essa. A pessoa tem que fazer um esforço danado para conseguir ter lucro. Qualquer oportunidade que surge acaba se tornando um negócio melhor. Não estou dizendo que é um bom negócio, é um negócio melhor. E a consequência para o bicho nem sempre é boa. Hoje, por exemplo, é difícil alguém chamar um veterinário para

---

<sup>623</sup> O questionário que Ludolf aplicou a pesquisadores e advogados que atuam diretamente na área indicou que 75% deles concordam que tal conceituação é necessária, uma vez que não existe nenhuma lei que especifique claramente o significado de crueldade. Entretanto, como sua amostra é limitada – a pergunta obteve 29 respostas –, optei por não utilizar aqui a porcentagem indicada.

cuidar de um bezerro, para cuidar de um rebanho comercial porque o tratamento acaba custando mais caro que o animal. Se pensar em suíno e frango então...

Observa-se que o pesquisador, apesar de mostrar-se bastante preocupado com o bem-estar dos animais, tende a equiparar os riscos de maus-tratos aos prejuízos econômicos, como se fosse possível aplicar-lhes as mesmas medidas. Paranhos também parece contradizer-se quando diz, primeiramente, que considera um erro “levantar a bandeira do não pode, que é o que a ONG faz”, mas logo em seguida afirma que “o ideal era que essa atividade não acontecesse”. Se por um lado ele argumenta que “o ideal era exportar carne”, não matéria-prima, por outro ele coloca como uma impossibilidade alterar a atual lógica de funcionamento do mercado.

De todo jeito, sua entrevista traz à tona um debate que, como vimos, esteve completamente ausente da cobertura jornalística analisada até o momento. A frase escolhida para o título e que aparece nessa última resposta expõe justamente o que, essencialmente, permite que os animais “de criação” sejam tratados como são: “O problema maior é que nossos animais são *commodities*”. Aqueles bois amontoados em condições precárias no navio *Nada* são, de fato, mais um “produto” do agronegócio, cujo “valor” é o mercado que impõe. Conforme o professor aponta, esses animais, em condições “normais”, sequer são assistidos por veterinários – o que, inclusive, explica a ausência desses profissionais na maioria das viagens marítimas, sendo esta mais uma justificativa consistente para proibir a atividade. Seguem as duas últimas perguntas:

#### **A substituição é mais barata?**

Na verdade, nessa produção industrial o sujeito, o indivíduo ficou em terceiro plano, é tudo uma condição de escala, de produção e tal. Eu acho que o problema está aí. Com essa forma de tratar os animais fica difícil colocar essa questão de respeito ao bem-estar. Porque vamos deixar bem claro: bem-estar é tudo: é saúde, é nutrição, se o animal está com estresse ou sem estresse, é ambiente confortável e quando eu falo em conforto é conforto térmico, um lugar confortável pra deitar, higiene, tudo isso é bem-estar. Há alguns anos quando o frango não estava valendo nada o pessoal estava matando pintinho. Até apareceu um produtor de Santa Catarina jogando pintinho numa valeta e enterrando vivo, então como é que a gente chega nessa situação? É um produto desse sistema.

#### **A vida dos animais não tem valor?**

Ele é um negócio, ele é um bem. Tem um custo e um valor de mercado segundo a ótica do sistema industrial de produção animal, onde são tratados como objetos. Isso é completamente diferente do meu entendimento sobre a atribuição de valor a um animal, que entendo ter valor intrínseco como ser vivo e senciente. Daí, a minha reflexão sobre equívoco de tratarmos os animais de produção como *commodities*. Não há como reconhecer o valor intrínseco dos animais em um contexto como esse. Aí está um grande desafio a ser enfrentado.

Mais uma vez, Paranhos reitera que “nessa produção industrial o sujeito, o indivíduo ficou em terceiro plano”. Sua colocação é bastante pertinente para o debate sobre direitos animais, sobretudo por referir-se ao animal como *sujeito, indivíduo*. O pesquisador também caracteriza o que seria bem-estar, apontando diversos dos aspectos que devem ser considerados ao avaliar as condições a que bovinos, suínos, aves estão expostos. Como ficou claro, as circunstâncias em que os bois se encontravam no navio *Nada* não atendiam aos requisitos apontados por ele.

Na última pergunta, Paranhos volta a repetir que “no sistema industrial de produção animal” os animais são “um negócio”, “um bem”, “tratados como objetos”. Como já foi exposto no capítulo 1, este é justamente o cerne do debate sobre a urgência em se conceder direitos aos animais: é preciso, antes de tudo, retirar-lhes o estatuto de “coisas” e conferir-lhes o estatuto de “pessoas”, “indivíduos” – ou “sujeitos-de-uma-vida”, nas palavras do teórico Tom Regan. Portanto, a reflexão que o pesquisador faz ao final da entrevista – ao afirmar que, do seu ponto de vista, o animal tem “valor intrínseco como ser vivo e senciente”, explicitando o equívoco em “tratarmos os animais de produção como *commodities*” – é extremamente oportuna, considerando que foi publicada em uma revista voltada ao agronegócio.

Sua entrevista certamente cumpriu um papel importante, ao trazer à tona questões até então negligenciadas na cobertura em análise. Mas, sem dúvida, é uma exceção à regra. O próprio repórter afirma, na introdução do texto, que “o professor Mateus Paranhos [...] é um dos maiores especialistas brasileiros” em bem-estar animal, área em que atua “desde os anos 1980”.<sup>624</sup> Entretanto, essa foi a primeira e única entrevista que o pesquisador concedeu não só ao longo daqueles dias, como também no decorrer dos três anos que compõem o *corpus*. Nas matérias já analisadas, apontei a pertinência em se recorrer a fontes independentes, o que poderia resultar em uma cobertura mais equilibrada. Paranhos é bastante acessível e mostra-se disposto a dar entrevistas. Apesar disso, o jornalista Vinicius Galera foi, ao que tudo indica, o único a procurá-lo.<sup>625</sup>

---

<sup>624</sup> De fato, Paranhos está entre os acadêmicos mais reconhecidos de sua área de atuação. Já recebeu, pelas pesquisas que vem realizando, diversos prêmios nacionais e internacionais – entre eles, da *World Society for the Protection of Animals*, em 2006. Ao longo de 40 anos (entre 1981 e 2021), o professor publicou 115 artigos em revistas científicas, 40 livros de sua autoria ou organizados por ele, 35 capítulos de livros e 482 trabalhos em anais de congressos (Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7784945129978219> Acesso em 1º abr. 2021). Paranhos também foi nomeado, pela revista *Dinheiro Rural* por quatro anos consecutivos (de 2013 a 2016), uma das “100 personalidades mais influentes do Agronegócio Brasileiro”.

<sup>625</sup> Apesar de não ter sido procurado pelos jornalistas que cobriram o caso do Porto de Santos, o professor aparece frequentemente em matérias de sites especializados do agronegócio, como *Giro do Boi* (<https://www.girodoBoi.com.br>), *Beef Point* (<https://www.beefpoint.com.br>), *Portal DBO* (<https://www.portaldbo.com.br/>). Paranhos também já havia sido entrevistado diversas vezes para a própria revista *Globo Rural* sobre temas variados – condenando o uso de fogo para marcar bovinos na face, orientando sobre

A próxima notícia, do *GI*, anunciou: “Empresa não consegue derrubar decisão da Justiça sobre desembarque de 25 mil bois”<sup>626</sup>. O texto relata as duas tentativas da *Minerva Foods* de reverter as decisões judiciais que suspenderam o embarque e ordenaram o desembarque dos bois do navio *Nada*. As solicitações da empresa, entretanto, foram negadas. A primeira delas, relativa à liminar concedida pelo juiz Djalma Moreira Gomes, foi rejeitada pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região. De acordo a matéria, a desembargadora Diva Prestes Marcondes Marlerbi julgou “não estar claro se os bois estão ou não sofrendo maus tratos [...]. Por isso, a decisão foi mantida até que o caso seja esclarecido”. O segundo pedido, igualmente negado, foi feito à Justiça Estadual de São Paulo, requerendo autorização para embarcar “os animais faltantes”.

A notícia recapitula as sucessivas decisões judiciais proibindo a exportação de carga viva, assim como as duas multas aplicadas pela prefeitura de Santos à *Minerva Foods*, além de informar que “desde o início dos trabalhos, ativistas ligados à proteção animal alegam que os bois são vítimas de maus tratos”. O texto não faz qualquer referência aos protestos que vinham sendo organizados por tais ativistas desde meados de janeiro, os quais mobilizaram a população local e chamaram a atenção para os prejuízos causados aos bois nas viagens marítimas. Tampouco há qualquer informação adicional sobre as denúncias de maus-tratos.

A última parte da matéria reproduz, na íntegra, trechos de publicações do *GI* nos dias anteriores. O subtítulo “Operação legal” apresenta novamente a entrevista com o médico veterinário Guilherme Marques, auditor fiscal agropecuário do Mapa que criticou “a judicialização da questão” e reiterou que a atividade “é regulamentada por uma série de atos normativos”. O texto encerra, novamente, com as notas à imprensa das empresas *Minerva Foods* e *Ecoporto Santos*.

A seguir, o jornal *Valor Econômico* noticiou outros esforços para cancelar as ordens judiciais. Dessa vez, a demanda era da Advocacia-Geral da União (AGU), ré da ação civil pública: “AGU tenta reverter proibição à exportação de bois vivos”<sup>627</sup>. A única fonte entrevistada foi o então ministro da Agricultura, Blairo Maggi.<sup>628</sup> No primeiro parágrafo, o

---

campanhas de vacinação etc. Além disso, eu mesma entrei em contato com o professor algumas vezes por e-mail, ocasiões em que ele me respondeu prontamente, esclarecendo de forma clara e consistente as perguntas que lhe dirigi.

<sup>626</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/porto-mar/noticia/empresa-nao-consegue-derrubar-decisao-da-justica-sobre-desembarque-dos-25-mil-bois.ghtml> Acesso em 15 fev. 2021.

<sup>627</sup> Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2018/02/04/agu-tenta-reverter-proibicao-a-exportacao-de-bois-vivos.ghtml> Acesso em 08 fev. 2021.

<sup>628</sup> Apesar de ser uma fonte oficial, por ocupar o cargo de ministro, Blairo Maggi seguramente pode ser considerado parcial e tendencioso em suas declarações, tendo em vista ser ele um grande empresário do

texto informa que, segundo o ministro, “a decisão pode sair a qualquer momento” – dessa vez, a responsável por analisar o recurso era a desembargadora Cecília Marcondes, também do TRF-3. No caso de negativa da magistrada, o governo já planejava as próximas medidas: “Se a liminar não for derrubada pela presidente do TRF-3, a AGU recorrerá à presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Laurita Vaz”.

O *Valor* também reproduz parte das alegações da AGU, segundo a qual a proibição das “exportações brasileiras de animais vivos deve ser derrubada porque há grave lesão à ordem, à economia, e à saúde pública”. Em seguida, o próprio ministro apresenta os fundamentos de tais alegações:

Com o navio impedido pela Justiça de partir, o mau cheiro se acumula nas proximidades do porto de Santos. Além disso, também há problemas de ordem fitossanitária uma vez que os 25 mil bois não podem ser retirados da embarcação imediatamente, afirmou Blairo.

Segundo o ministro, isso só pode ocorrer após um período de quarentena porque os animais estão se alimentando com ração do país de destino da exportação.

Nesse contexto, o ministro aceita discutir a possibilidade de não exportar mais bois vivos por meio do Porto de Santos. No entanto, é preciso deixar o navio que está atracado partir para evitar os problemas de saúde que estão se acumulando.

"A cidade quer que a questão se resolva por causa do cheiro", afirmou o ministro, que disse ter conversado hoje com o deputado federal Beto Mansur (PRB-SP), que é da Baixada Santista e lhe passou impressões sobre a reação da população. "Imagino que vai mandar esse navio embora e [depois] vamos discutir o futuro", previu Blairo.

No fim da tarde, o ministro deve se encontrar com o presidente Michel Temer no Palácio do Jaburu para explicar tecnicamente o imbróglio envolvendo a exportação de animais vivos.

O mau cheiro ao qual Maggi se refere, entretanto, tomou conta da cidade desde a chegada dos primeiros caminhões com os bois a serem embarcados. O embarque em si, conforme já disse, demanda um período de no mínimo cinco dias para ser completado, durante os quais os odores inevitavelmente vão se intensificar, independentemente de uma decisão judicial. O argumento de que "a cidade quer que a questão se resolva por causa do cheiro" é parcialmente questionável, uma vez que a questão do mau cheiro não era a única queixa da

---

agronegócio. Sua família é proprietária da *Amaggi*, que está entre as maiores produtoras brasileiras de grãos destinados à pecuária (soja, milho e algodão). Entre 1990 e 2000, período em que a *Amaggi* era considerada a maior produtora de soja do mundo, o ministro tornou-se conhecido como o “rei da soja”. Sua empresa também comercializa fertilizantes e outros insumos agrícolas, além de atuar no setor de logística e operações de escoamento de grãos (Disponível em: <https://www.amaggi.com.br> Acesso em 13 fev. 2021). Desde o período em que ocupava o cargo de governador de Mato Grosso, por dois mandatos consecutivos (de 2003 a 2010), Maggi é declaradamente negacionista do desmatamento na Amazônia, assim como da necessidade de preservar a floresta. É evidente que não há quaisquer problemas em entrevistar quaisquer ministros – sendo inclusive imprescindível fazê-lo. Entretanto, quando uma fonte está diretamente e intrinsecamente empenhada em defender os interesses de determinado setor, não se deve reproduzir suas declarações de forma acrítica e sem contestá-las – isto é, reproduzi-las como sendo necessariamente verdadeiras e incontestáveis.

população local. As manifestações de ativistas e moradores de Santos denunciavam, sobretudo, a crueldade intrínseca a esse tipo de transporte. A própria prefeitura constatara a ocorrência de maus-tratos desde a chegada dos primeiros caminhões.

A matéria afirma que “o ministro aceita discutir a possibilidade de não exportar mais bois vivos por meio do Porto de Santos”, mas até aquele momento não estabelecera qualquer diálogo com ativistas ou autoridades municipais – e como veremos, jamais o fará. Além disso, apesar de a decisão judicial ter proibido o embarque em todos os portos do país, Maggi refere-se tão somente ao Porto de Santos, dando a entender, portanto, que a suspensão dos embarques em todo o território nacional sequer era uma possibilidade a ser discutida. A questão dos maus-tratos a animais não foi citada uma única vez na matéria.

A seguir, a *Globo Rural* publicou: “Criadores de Angus criticam suspensão do transporte de gado em pé”<sup>629</sup>. A matéria reproduz uma nota da Associação Brasileira de Angus manifestando “‘repúdio’ e ‘indignação’ com as decisões judiciais que impedem o transporte de gado vivo no Brasil”.

A entidade avalia a posição como um ataque às regras de livre mercado que permitem à pecuária comercializar sua produção “em igualdade de condições com outros países”. Afirma ainda que a situação dos bovinos embarcados no Porto de Santos impõe estresse adicional aos animais e prejuízos a importadores, empresas e produtores rurais.

“A exportação de gado em pé é uma prática comum, uma atividade lícita e altamente rentável ao pecuarista, que trabalha nos campos com recursos próprios, sem incentivos governamentais, estando à sorte do mercado e suas desventuras. Desta forma, entende-se ser totalmente inadmissível que o Judiciário cerceie o direito de toda classe pecuarista de acessar mercados externos, mesmo estando ela cumprindo rigorosamente com as regras em vigor”, diz a nota.

Observa-se que os argumentos da entidade estão centrados na questão econômica acima de tudo, sem qualquer comentário sobre os prováveis prejuízos ao bem-estar dos bois. É evidente que o fato de esta ser “uma prática comum, uma atividade lícita e altamente rentável ao pecuarista” não exclui a possibilidade de sofrimento animal. A afirmação de que o pecuarista “trabalha nos campos com recursos próprios, sem incentivos governamentais” está incorreta, uma vez que o agronegócio, como já foi demonstrado, está entre os setores que mais se beneficiam com incentivos fiscais. Além disso, muitas das propriedades rurais onde esses animais são criados hoje foram cedidas pelo próprio Estado, quando este estava empenhado em abrir pastos na Amazônia. O texto segue apresentando o conteúdo da nota:

<sup>629</sup> Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/Boi/noticia/2018/02/criadores-de-angus-criticam-suspensao-do-transporte-de-gado-em-pe.html> Acesso em 31 jan. 2021.

A Associação ressalta ainda que o transporte de gado em pé no Brasil é regido por regras definidas pelo Ministério da Agricultura, responsável também por auditar as operações. E argumenta que as críticas às empresas que fazem a exportação de gado em pé são feitas por “minorias que se valem da falta de conhecimento da sociedade sobre os processos de transporte animal para manipular a opinião pública e fazer valer seus interesses, que em nada estão alinhados com o desenvolvimento do país.” Sobre as decisões judiciais, a entidade afirma que são equivocadas e revelam total desconhecimento das regras de bem estar animal e do comportamento bovino.

Assim como as empresas diretamente envolvidas na exportação, a associação reitera que a atividade é regulamentada – o que não implica que não cause sofrimento. O argumento de que “minorias” estariam “manipulando a opinião pública” é inconsistente, uma vez que, como as matérias analisadas já demonstraram, a mídia brasileira vinha se mostrando bastante favorável às empresas e as contestações das ONGs, até aquele momento, haviam sido ignoradas pela maior parte dos veículos. Nesta matéria, inclusive, não há qualquer referência sobre a ocorrência de maus-tratos. Tais minorias tampouco estavam “fazendo valer seus interesses”, mas sim os dos animais, e também estavam desalinhadas “com o desenvolvimento do país”. O comércio internacional de boi em pé, como já foi dito, contribui infimamente para a economia brasileira, a qual seria muito mais beneficiada se os bovinos permanecessem no país fomentando as atividades das indústrias locais.

Ao reproduzir a afirmação da entidade de que as “decisões judiciais [...] são equivocadas e revelam total desconhecimento das regras de bem estar animal e do comportamento bovino”, o repórter não apresenta quaisquer dos argumentos constantes no despacho do juiz para contrapor tais acusações. O processo judicial estava amplamente documentado com relatórios e textos de especialistas da área, os quais certamente têm conhecimento das normas de bem-estar animal, das características e necessidades específicas de bovinos.

É compreensível que, em resposta aos acontecimentos em curso, a associação se posicione de tal forma. Seu objetivo, obviamente, é defender seus interesses e empenhar-se para que a decisão judicial fosse anulada. Mas seria papel do jornalista apresentar contestações a tais declarações, seja consultando os autos do processo ou entrevistando alguma ONG, ativista, autoridade local ou fonte independente. Este configura-se como mais um caso em que o veículo cumpre um papel semelhante à de uma assessoria de imprensa.

A seguir, as revistas *IstoÉ*<sup>630</sup> e *Época Negócios*<sup>631</sup> também noticiaram o recurso da AGU para tentar reverter a liminar que suspendera os embarques. Ambas publicaram exatamente a mesma matéria, produzida pela agência *Estadão Conteúdo*. O texto informa, sem citar a fonte, que 25.197 bois estavam embarcados no navio *Nada*. Observa-se que os veículos divergem bastante em relação à quantidade de animais a serem exportados, sendo que nenhum deles explicita a origem desses números. Assim como na matéria do *Valor Econômico*, o protagonista desta também é o ministro Blairo Maggi, cuja primeira declaração recrimina a ordem judicial:

"[...] É absurdo total, porque as operações de exportação de animais vivos têm todas autorizações que a lei exige e é um mercado global, utilizando inclusive para regular o preço (do gado) interno e não deixar tudo nas mãos dos abatedores", afirmou o ministro.

Segundo Maggi, a partir do momento em que os animais foram embarcados eles não pertencem mais à companhia brasileira, mas aos importadores da Turquia responsáveis pela aquisição da carga. "E retirar esses animais do navio é um risco sanitário para o Brasil, já que eles estão se alimentando de comida importada que pode conter alguma praga inexistente aqui", explicou Maggi.

O ministro informou também que terá uma conversa com o presidente Michel Temer sobre o problema no final da tarde deste domingo, em Brasília (DF).

O poder de influência política e econômica do agronegócio se expressa, como se vê, no envolvimento direto do ministro e do próprio presidente da República, em pleno domingo, para garantir os interesses de empresários do setor. O texto prossegue, relatando as consecutivas decisões judiciais ao longo da semana e a primeira multa aplicada pelo município de Santos à Minerva Foods – curiosamente, diversos veículos omitem uma das duas multas, sendo que estas tinham motivações distintas. A matéria também reproduz a já conhecida nota do frigorífico e uma nota técnica da Comissão Técnica Permanente de Bem-Estar Animal do Ministério da Agricultura (CTBEA) criticando a ordem judicial. A comissão relata “sua apreensão quanto à decisão judicial, que neste momento impede que o navio [...] possa seguir viagem com destino à Turquia”, alegando que tal ato comprometia “as condições de saúde e de bem-estar dos animais já embarcados”.

<sup>630</sup> “AGU recorreu ao TRF-3 contra suspensão de exportação de animais vivos, diz Maggi”. Disponível em: <https://istoe.com.br/agu-recorreu-ao-trf-3-contra-suspensao-de-exportacao-de-animais-vivos-diz-maggi/> Acesso em 13 fev. 2021.

<sup>631</sup> “AGU recorre ao TRF-3 contra suspensão de exportação de animais vivos”. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2018/02/agu-recorre-ao-trf-3-contra-suspensao-de-exportacao-de-animais-vivos.html> Acesso em 12 fev. 2021.

A CTBEA reitera que a exportação de carga viva é “uma operação fiscalizada, certificada e rotineira feita pelo governo federal” e condena as mobilizações dos ativistas. O repórter encerra a matéria reproduzindo a seguinte frase da nota: “Chama-se atenção que, na maioria das vezes, o alvo desses movimentos ativistas são as operações de abate dos animais de produção e ao consumo de carne, e utilizam argumentações ‘fantasiosas’ e ‘alarmistas’”. Nenhum ativista foi ouvido a respeito de tais acusações e a matéria tampouco esclarece quais exatamente seriam as “argumentações ‘fantasiosas’ e ‘alarmistas’”.

A próxima matéria, a segunda que o *GI* publicou no dia, anunciava a presença de uma conhecida ativista no porto: “Luisa Mell visita bois ‘presos’ no Porto de Santos e desabafa: ‘Barbaridade’”<sup>632</sup>. O texto informa que Mell juntara-se aos manifestantes que vinham acompanhando o desenrolar do caso, para também protestar contra os maus-tratos aos bois:

"Isso é uma barbaridade, uma atrocidade. Os animais não podem se defender e nós estamos aqui por eles. A Justiça do nosso país e a sociedade é contra esse tipo de transporte. Isso aqui é maus tratos, tá comprovado", declara.

Luisa afirma que os animais estão sendo massacrados com esse tipo de transporte, a exportação em um navio. "A bancada ruralista faz de tudo para que essa crueldade continue, mas nós não vamos permitir. Não vamos desistir."

Muitos outros ativistas estavam há dias protestando em frente ao cais, entretanto, Mell foi a primeira e única a ter voz na imprensa nacional, muito provavelmente por ser “famosa”. A ativista tornou-se bastante conhecida na causa animal após sua atuação no resgate dos cães da raça Beagle do laboratório de experimentação científica do Instituto Royal, em outubro de 2013 – evento que teve igualmente ampla repercussão midiática.

Além da grande visibilidade que tem nas redes sociais, a ativista é frequentemente convidada a participar de programas televisivos, especialmente para falar sobre questões envolvendo cachorros e gatos que sofrem maus-tratos, principal área de atuação do Instituto Luisa Mell. De forma alguma desmereço sua enorme contribuição na luta por direitos para as demais espécies, assim como seu efetivo empenho no resgate de animais em situações de sofrimento. Apenas procurei apontar as prováveis razões da opção do *GI* em repentinamente ouvir determinada ativista, uma vez que tantos outros marcaram presença nas mobilizações ao longo da semana, tendo sido completamente ignorados.

Por outro lado, apesar de a manchete referir-se especificamente à visita de Luisa Mell ao Porto de Santos, a única parte do texto dedicada ao assunto foram os dois parágrafos já

---

<sup>632</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/porto-mar/noticia/luisa-mell-visita-bois-presos-no-porto-de-santos-e-desabafa-barbaridade.ghtml> Acesso em 14 fev. 2021.

reproduzidos acima. Isto é: apenas 80 das 588 palavras que compõem toda a notícia abordaram o tema anunciado no título. Logo em seguida, a matéria passa a informar sobre outra visita “ilustre”, a do então deputado federal (e ex-prefeito de Santos) Beto Mansur (PRB-SP):

Hostilizado pelos ativistas manifestantes, o deputado foi até o local para fazer uma inspeção no navio Nada, que tem mais de 25 mil bois embarcados, e afirmou que os animais passam bem. "Os animais estão em boas condições. Estão sujos em função de estarem ali há bastante tempo sem lavagem, mas não vi sofrimento dos animais e também não temos informações de morte."

Para Mansur, é necessário resolver a questão do embarque o mais breve possível. "Não podemos ficar nessa disputa jurídica, temos 25 mil vidas esperando solução. O que precisamos é tentar resolver", declara. Segundo o deputado, toda a situação dentro do navio foi repassada ao ministro da Agricultura, Blairo Borges Maggi.

"Eu disse ao ministro que os animais estão em boas condições, se alimentando e tomando água. O importante é acharmos uma boa conclusão para liberar os bois para exportação ou não", conta o deputado.

Apesar de não ser um profissional da área, o deputado julgou estar apto a avaliar as condições dos animais e inclusive a repassar “toda a situação dentro do navio” ao ministro. Sua opinião de leigo, ao que parece, seria supostamente mais credível do que os laudos técnicos produzidos até aquele momento. Portanto, ainda que dessa vez o *GI* tenha ouvido uma ativista “célebre”, suas declarações foram imediatamente contestadas por outra fonte, a qual garantira que “os animais estão em boas condições”. O parágrafo seguinte, de apenas duas frases, relata brevemente o protesto que ocorrera no dia:

Durante a manifestação, dezenas de ativistas percorreram diversas ruas do Centro da cidade com faixas e cartazes em defesa da vida animal. Os manifestantes pedem a liberação dos bois para que eles voltem para as fazendas de origem, no interior de São Paulo.

A última parte do texto relembra as três decisões judiciais anteriores e as multas aplicadas à empresa. Em seguida, o jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou: “Desembarque de carga de bois vivos em Santos pode demorar até 30 dias, diz governo”<sup>633</sup>. A matéria – que também foi reproduzida pela revista *IstoÉ*<sup>634</sup> – informa sobre o plano que o Ministério da Agricultura estaria elaborando para o “desembarque dos 25.197 animais da Minerva Foods”. Mas já no segundo parágrafo, fica evidente que o governo não pretendia realizar tal operação:

<sup>633</sup> Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,desembarque-de-carga-de-bois-da-minerva-foods-em-santos-demoraria-um-mes,70002177720> Acesso em 03 de fev. 2021.

<sup>634</sup> “Desembarque de carga de bois da Minerva Foods retida em Santos demoraria um mês”. Disponível em: <https://istoe.com.br/desembarque-de-carga-de-bois-da-minerva-foods-retida-em-santos-demoraria-um-mes/> Acesso em 13 fev. 2021.

O Broadcast Agro apurou com técnicos do ministério que a complexa operação demoraria ao menos um mês e que a melhor saída seria a liberação da embarcação judicialmente, o que levou o governo a recorrer da decisão em primeira instância tomada na sexta-feira, 2 [...].

O ministro da Agricultura, Blairo Maggi, se pronunciou neste domingo e disse que recorrerá nesta segunda-feira, 5, juntamente com a Advocacia-Geral da União (AGU). [...]

A operação de desembarque envolveria a contratação de 60 funcionários, o destino de ao menos 860 caminhões para o transporte dos animais, bem como a busca de locais para abrigar os bovinos. Mais um entrave seria a necessidade de deixar os animais em quarentena, já que eles se alimentam de feno importado, que pode conter pragas exóticas às pastagens brasileiras. Outro risco é o do contato dos bois com funcionários da embarcação que, anteriormente, possam ter participado de outros embarques em outros países, o que também traria uma ameaça à sanidade do País.

Se o impasse não for resolvido judicialmente, como tenta o governo, os animais terão de ser hidratados com uma operação montada para trazer água doce do continente, pois a embarcação não está em funcionamento e não há o processamento de dessalinização da água do mar para o consumo interno. Não é possível também limpar fezes e urina dos animais, o que pode provocar um forte odor de amônia e aumentar o risco de mortalidade.

É estranho que o texto afirme que o ministro “recorrerá nesta segunda-feira”, uma vez que matérias anteriores – uma delas, inclusive, produzida pelo *Estadão Conteúdo* – haviam informado que a AGU já recorrera, no domingo mesmo, e o governo apenas aguardava o despacho da desembargadora. Este, segundo o próprio Maggi, sairia ainda naquele dia. Quanto à logística necessária para hidratar os animais, o texto não esclarece que essa operação na verdade estava em curso desde a chegada dos primeiros bois. Como os embarques nos navios levam no mínimo cinco dias para serem concluídos, as empresas responsáveis são obrigadas a viabilizar água doce para os animais durante esse período.

Em seguida, o subtítulo “Indignação” apresenta manifestações de quatro diferentes entidades criticando a decisão judicial:

Algumas das principais associações e entidades do agronegócio nacional criticaram a suspensão da exportação de animais vivos em todo o país. Na visão do Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária (Fonesa), a decisão de bloquear o transporte dos animais que estava programado gera mais problemas aos animais e afeta a imagem do Brasil.

“Apelamos às autoridades para que o bom senso, a legalidade e o conhecimento científico voltem a ser os balizadores de decisões, com urgência, nessa matéria, pois prejuízos totalmente desnecessários e sofrimentos inimagináveis estão sendo impingidos a pessoas e animais, enquanto as medidas legais, com base técnica e de competência não forem adotadas”, disse o presidente da entidade Inácio Afonso Kroetz.

A entidade alega, estrategicamente, que a atuação das ONGs e do judiciário estariam causando “sofrimentos inimagináveis [...] a pessoas e animais”. Entretanto, se estivesse de fato preocupada com a saúde e o bem-estar dos bovinos, seria coerente que também condenasse a

própria prática de exportação em si. O próximo parágrafo expõe a “indignação” da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ): “É inadmissível assistirmos de braços cruzados tamanha injustiça. Sem dúvida, este é um grande entrave que traz insegurança a toda classe produtiva, que coloca alimento na mesa dos brasileiros e sustenta economicamente este país”. Como sabemos, é a agricultura familiar que fornece a maior parte dos alimentos que consumimos<sup>635</sup>, não o agronegócio. Além disso, este tampouco “sustenta economicamente o país”, já que apenas uma minoria que se beneficia de seus lucros.

A seguir, a Associação Brasileira dos Exportadores de Gado (ABEG) também se manifesta:

Segundo a associação, “as decisões judiciais que proibiram o embarque de animais vivos no Porto de Santos, exaradas sem a oitiva de todos envolvidos e com forte conteúdo emocional, revelam antes de tudo um profundo desconhecimento do que representa o setor de exportação de gado vivo para o Brasil e sobre quais premissas está estruturado”.

As decisões, entretanto, não expressavam “forte conteúdo emocional”, uma vez que foram embasadas em laudos técnicos, sendo o último deles demandado pelo próprio juiz, o qual designou uma profissional independente para executá-lo. A médica veterinária Magda Regina – que foi incumbida da tarefa por ser servidora pública concursada do município de Santos – não tinha qualquer envolvimento com as entidades autoras da ação ou mesmo outras ONGs que atuam na defesa animal.

É frequente que aqueles que defendem grupos sociais desfavorecidos – humanos ou não humanos – sejam classificados por seus opositores como “passionais”. Tais asseverações, em geral, pretendem demonstrar que a racionalidade seria uma qualidade exclusiva de quem

---

<sup>635</sup> Não indico aqui a porcentagem exata das respectivas contribuições da agricultura familiar e do agronegócio no fornecimento de alimentos aos brasileiros, pois não existe um consenso entre pesquisadores da área em relação aos métodos mais adequados para calcular tais valores. Os cientistas também divergem quanto à própria definição do conceito de “agricultura familiar”, o que torna ainda mais difícil um entendimento homogêneo sobre esses números. O Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE) de 2006 indicou que os pequenos produtores rurais forneciam 70% dos principais gêneros alimentícios consumidos no Brasil. No censo seguinte, de 2016, o IBGE optou por não especificar um valor da totalidade dos alimentos, registrando apenas a porcentagem referente a cada alimento em particular. Neste caso, os agricultores familiares seriam responsáveis pela produção de 70% do feijão, 34% do arroz, 87% da mandioca, 46% do milho, 44% da batata, 38% do café, 63% da horticultura, 60% do leite, 59% dos suínos etc. O pesquisador da Escola Superior de Agricultura da Universidade de São Paulo (USP), Rodolfo Hoffmann, já argumentava, em artigo publicado em 2015, que esta segunda alternativa seria mais fiável, uma vez que “é praticamente impossível avaliar, com precisão razoável, qual é a parcela da matéria-prima usada na produção dos alimentos consumidos no Brasil que se origina da produção da agricultura familiar. Seria necessário analisar, pormenorizadamente, os canais de comercialização de todos os alimentos e das respectivas matérias-primas” (HOFFMAN, 2015, p. 420). O professor afirma, portanto, que a estimativa de 70% seria inverídica, mas que isso não significa negar a importância da agricultura familiar no país. Ele apenas considera que “não é necessário criar ‘estatísticas’ sem sentido” (HOFFMAN, 2015, p. 418) para reconhecer o valor dos pequenos produtores rurais.

detém o poder. Para além de estar, evidentemente, equivocada, essa ideia está fundamentada na contraposição histórica (e discriminatória) entre razão e emoção, segundo a qual a primeira seria sempre superior à segunda – consequentemente, os “racionais” estariam autorizados a explorar os “irracionais”.

Também está incorreta a alegação de que o juiz não ouvira “todos envolvidos”. Conforme relatado aqui, o magistrado Djalma Pereira Gomes recebeu pessoalmente representantes do Mapa e anexou aos autos a vistoria realizada pelos dois médicos veterinários auditores fiscais do Estado. Diversos documentos apresentados pela Minerva Foods foram igualmente avaliados pelo juiz e anexados ao processo.

Ao afirmar que as ordens judiciais “revelam antes de tudo um profundo desconhecimento” sobre a exportação de carga viva, a entidade recorre a outro artifício constantemente empregado pelo setor para rebater as críticas que lhe são dirigidas: desacreditar aquele que o critica, apontando sua suposta incompetência para avaliar as condições dos animais em questão. Conforme observei diversas vezes ao examinar o *corpus* referente ao rodeio de Barretos, esse recurso também é muito utilizado pelos defensores do “esporte”.

Ressalto que, ao identificar as inconsistências de tais argumentos, não pretendo meramente julgar se eles são verdadeiros ou falsos. Entretanto, para que seja possível avaliar como tais discursos são reproduzidos por veículos jornalísticos, é preciso, primeiramente, analisá-los criticamente e verificar suas incorreções e incoerências. As matérias que compõem o presente *corpus* têm mostrado, até o momento, que os repórteres tendem a reproduzir notas à imprensa e depoimentos de fontes interessadas acriticamente e sem recorrer a quaisquer parâmetros que possam indicar possíveis improcedências.

O texto de *O Estado de S. Paulo* conclui com a nota da Sociedade Rural Brasileira (SRB) reiterando que “o país segue uma das legislações de sanidade e bem-estar animal mais rígidas do mundo, acessando mercados altamente exigentes, como o asiático e o europeu. ‘A SRB lamenta a decisão, prejudicial ao princípio da livre iniciativa e ao desenvolvimento do Brasil’”. A matéria reproduz declarações de seis fontes empenhadas em resguardar os interesses dos exportadores de carga viva – as quatro entidades, o ministro da agricultura e “técnicos do ministério” –, mas não concede nenhum espaço a representantes dos interesses dos animais.

A seguir, o *GI*, em sua terceira matéria do dia, anunciou: “AGU recorre contra decisão que impede navio com 27 mil bois de deixar o Brasil”<sup>636</sup>. Após lembrar brevemente os

---

<sup>636</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/agu-recorre-contradecisao-que-impede-navio-com-27-mil-bois-vivos-de-deixar-o-brasil.ghtml> Acesso em 14 fev. 2021.

acontecimentos no Porto de Santos ao longo dos últimos dias, o texto reproduz diversos trechos do recurso da AGU. O subtítulo escolhido foi “Dano à agropecuária nacional”:

"O efeito e os danos de uma eventual introdução de um agente patógeno de notificação obrigatória poderiam ser catastróficos para a agropecuária nacional, com prejuízo imensuráveis, afetando a cadeia produtiva inteira, o abastecimento do mercado nacional e o comércio internacional da carne brasileira. Há ainda que se considerar os potenciais riscos fitossanitário à agricultura brasileira no caso em comento."

A AGU alega ainda que o porto não tem estrutura pré-estabelecida para o desembarque e retorno dos animais às fazendas de origem e que isso geraria grande impacto no local, além de mais sofrimento aos animais.

"Para o desembarque e retorno dos animais seriam necessários aproximadamente 820 caminhões, equipe de 60 pessoas e pelo menos 10 dias de trabalho já que a operação inversa, ou seja, do navio para os caminhões e dos caminhões para as fazendas estaria totalmente fora dos procedimentos-padrão e nessa linha não teria a mesma agilidade como das fazendas para os caminhões e destes para o navio."

Observa-se que um espaço considerável é dedicado exclusivamente a apresentar o recurso do governo. O veículo, entretanto, não tivera a mesma iniciativa em relação à ação civil pública movida pelo Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal. A petição inicial da ONG não só não fora reproduzida, como seu próprio conteúdo permanecera em boa parte ignorado. Percebe-se, assim, um tratamento claramente desigual entre diferentes “categorias” de fontes. Aqueles que detêm capital econômico e político são visivelmente priorizados, em detrimento de representantes da sociedade civil e de grupos desfavorecidos.

A terceira matéria da revista *Globo Rural* – “Tribunal Regional Federal mantém suspensão de embarque de gado vivo”<sup>637</sup> – cita como fonte, pela primeira e única vez, a Agência de Notícias dos Direitos dos Animais (Anda):

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em São Paulo, manteve a proibição do transporte de animais vivos para exportação em todo o território nacional. A informação foi divulgada pela Agência de Notícias dos Direitos dos Animais (Anda) Segundo a ONG, a desembargadora Diva Malerbi manteve a liminar concedida pelo juiz Djalma Moreira Gomes na última sexta-feira, em ação movida pela organização não-governamental Fórum Nacional de Proteção e Defesa dos Animais.

[...] Ativistas pelos direitos dos animais afirmam que o transporte desse gado é feito violando regras de bem estar. Segundo a Agência de Notícias dos Direitos dos Animais, ativistas que permanecem no local falam em condições insalubres e até em morte de reses. [...]

Contradizendo o posicionamento dos ativistas, um relatório do Serviço de Vigilância Agropecuária (SAV) atestou que os animais estão saudáveis e são mantidos em boas condições sanitárias. Segundo divulgado pelo portal G1, o SAV relatou que todos os animais foram inspecionados visualmente por pelo menos um agente de fiscalização, que não constatou maus tratos ou irregularidades.

<sup>637</sup> Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/Boi/noticia/2018/02/tribunal-regional-federal-mantem-suspensao-de-embarque-de-gado-vivo.html> Acesso em 1º fev. 2021.

Observa-se aqui uma prática que tem se mostrado recorrente nessa cobertura: a opção por recorrer a fontes indiretas. Ao invés de consultar diretamente a decisão da desembargadora e o relatório do SAV, o repórter recorreu a notícias publicadas pela *Anda* e pelo *GI*. Além disso, diferentemente das vezes em que reproduziu declarações de partidários do agronegócio, dessa vez o veículo apresentou um argumentos que discordavam dos ativistas. O próprio relatório do SAV, inclusive, quando foi divulgado pelo *GI*, não foi contradito por nenhuma ONG. Mesmo quando defensores dos animais têm voz, portanto, os veículos mantêm uma abordagem bastante favorável à agropecuária. Isso fica ainda mais evidente nos trechos a seguir, em que a revista segue reforçando o ponto de vista dos exportadores:

As decisões da Justiça foram criticadas por especialistas e representantes do setor agropecuário nacional. A Associação Brasileira de Angus, que reúne os criadores da raça, por exemplo, divulgou nota dizendo que as críticas ao processo de exportação de gado se apoiam em desconhecimento do assunto por parte da sociedade.

“O gado está embarcado e os desembargadores da 3a. Região não deixam o navio partir e ainda querem que o gado seja desembarcado. Eles não têm ideia do que isso representa em termos de manejo e de despesas. Estão desautorizando o Ministério da Agricultura que acompanhou toda a operação. A situação é inaceitável, é revoltante”, disse, em uma rede social, o professor de Medicina Veterinária da Universidade de Campinas (SP), Pedro de Felício.

Apesar de ter formação em medicina veterinária, o professor citado nunca atuara na área. Graduado também em zootecnia, Felício era na verdade docente do curso de Engenharia de Alimentos – não de Medicina Veterinária, conforme informara o texto. Seu campo de atuação, inclusive, estava voltado exclusivamente aos interesses da indústria agropecuária: “tecnologia de carnes e derivados”, “matérias-primas de origem animal”, “qualidade da carne”, “bovinocultura de corte”, “características da carcaça de ruminantes”. Na Unicamp, o docente foi um dos coordenadores do laboratório “Planta Piloto de Carne e Derivados”. Não por acaso, ele já havia sido homenageado diversas vezes pelas mesmas entidades que vinham se manifestando contra as decisões judiciais em curso – cujas notas à imprensa, como vimos, foram divulgadas sucessivas vezes pelos veículos analisados.<sup>638</sup>

Felício frequentemente também concedia entrevistas a publicações dedicadas ao agronegócio<sup>639</sup>, ocasiões em que não apenas mostrava-se engajado em aprimorar a produtividade animal, como incentivava o consumo de carne. Em artigo publicado na revista

<sup>638</sup> Informações disponíveis na página da Faculdade de Engenharia de Alimentos da Unicamp ([www.fea.unicamp.br/](http://www.fea.unicamp.br/)) e no currículo *lattes* do professor ([lattes.cnpq.br/9145854384835216](http://lattes.cnpq.br/9145854384835216)).

<sup>639</sup> Tais como: *Giro do Boi* ([www.girodobo.com.br/](http://www.girodobo.com.br/)), *Beef Point* ([www.beefpoint.com.br/](http://www.beefpoint.com.br/)), *Carne com Ciência* ([www.carnecomciencia.com.br/](http://www.carnecomciencia.com.br/)), *Portal DBO* ([www.portaldbo.com.br/](http://www.portaldbo.com.br/)).

da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), o docente declarou: “A carne e os seus derivados industrializados são alimentos da maior importância para a manutenção da saúde e quase ninguém contesta isto” (FELICIO, 2008, p. 50). Descrevi brevemente os campos de atuação acadêmica do docente para explicitar que ele não poderia ser considerado uma fonte neutra e imparcial. O pesquisador era apenas mais um entre outros representantes dos interesses do agronegócio. Como já disse, o problema não está em ouvi-los, mas sim em favorecer reiteradamente o mesmo ponto de vista, a mesma perspectiva, o mesmo lado.

No polo oposto, outros médicos veterinários igualmente se manifestaram nas redes sociais, mas somente a declaração de Felício fora reproduzida. A *Globo Rural* tampouco fez qualquer menção ao parecer assinado por quatro médicas veterinárias e fundamentado na literatura científica sobre os fatores de riscos no transporte marítimo de gado vivo. Além de ter sido amplamente divulgado pelas ONGs de defesa animal, o documento fora anexado aos autos da ação civil pública em 18 de janeiro. Estava, portanto, acessível, mas foi completamente ignorado pela imprensa.

O último parágrafo da matéria, previsivelmente, apresenta mais um posicionamento a favor dos empresários:

A Associação Brasileira dos Transportadores de Animais Vivos (Abreav) colocou na internet um abaixo-assinado eletrônico “contra os manifestos de entidades que buscam inviabilizar o seguimento que emprega mais de 34 milhões de pessoas em nosso país”. Até às 17h25 deste domingo, a página contabilizava 1467 assinantes.

Chama a atenção que o abaixo-assinado da Abreav – cujo nome correto é “Associação Brasileira dos *Exportadores* de Animais Vivos” – fosse *contra os manifestos*, não contra a proibição dos embarques. É evidente que tal proposta infringe o direito básico de livre expressão, o que também revela uma postura característica do setor, que em geral considera “inadmissíveis” as críticas que recebe. Frequentemente, os grandes pecuaristas sequer estão dispostos a dialogar com seus opositores – por isso preferem “eliminá-los”, “calá-los”.

A seguir, o jornal *Valor Econômico* noticiou o encontro entre o presidente e o ministro da Agricultura: “Temer e Blairo discutem proibição de exportação de animais vivos”<sup>640</sup>. Após a reunião, Maggi voltara a afirmar que esperava a suspensão da liminar ainda naquele domingo, alegando que havia “risco à saúde pública em deixar os bois atracados no Porto de Santos”. Para agilizar o processo, “a ministra da Advocacia Geral da União (AGU) Grace Mendonça

---

<sup>640</sup> Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2018/02/04/temer-e-blairo-discutem-proibicao-de-exportacao-de-animais-vivos.ghtml> Acesso em 08 fev. 2021.

teria entrado em contato com a presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) para informar da urgência de suspender a liminar”. Como se vê, ministro e presidente mostravam-se realmente empenhados em liberar os embarques. Ao final da matéria, Maggi dizia “que o governo aceita discutir as regras para embarque de animais vivos no Brasil, mas que espera fazer isso com calma, sem uma situação na qual milhares de bois já estejam embarcados em um navio”. Tal discussão, como já disse, nunca ocorrera.

A *Revista Fórum* também reportou a reunião das duas autoridades: “Temer e Blairo Maggi esperam liberar o embarque de bois no Porto de Santos ainda hoje”<sup>641</sup>. Após apresentar as mesmas informações que constavam na notícia do *Valor*, o texto segue com o subtítulo “O Rei da Soja”:

Blairo Maggi é o braço político de um império econômico de gigantescas proporções: o grupo Amaggi, sediado em Cuiabá, Mato Grosso, holding que controla quatro divisões de empresas ligadas ao agronegócio.

O ministro é apontado como “o inimigo número 1 do meio ambiente” por entidades de proteção como o Greenpeace, que lhe concedeu o troféu Motoserra de Ouro, em 2006. Para produzir tanta soja, o “Rei da Soja” [...] teria sido responsável por metade da devastação ambiental brasileira entre 2003 e 2004, segundo levantamento do Greenpeace.

No início deste ano, a Amaggi, empresa da família do político, arrematou a fazenda Itamarati Norte por R\$ 2,2 bilhões, dos herdeiros de Olacyr de Moraes. A informação é do jornal *O Livre*, que considerou o valor do negócio “uma bagatela”.

A fazenda fica no município de Campo Novo do Parecis e pertencia ao antigo “rei da soja”, mas estava arrendada há alguns anos pela multinacional, afirma o texto. Dentro da propriedade, além de 11 pistas para pousos e decolagens, hangar e dezenas de silos, há uma vila que abriga centenas de funcionários da unidade.

Esta foi a primeira matéria a apontar o envolvimento direto do então ministro com o agronegócio e sua contribuição no desmatamento. A informação, de fato, não é desprezível. Em 2003, quando era governador do Mato Grosso (MT), Maggi declarou ao jornal *The New York Times* que a soja seria “o motor de crescimento e desenvolvimento da Amazônia” (MAGGI *apud* Rother, 2003)<sup>642</sup> – para isso, a floresta precisava ser derrubada.

Para mim, um aumento de 40% no desmatamento não significa absolutamente nada, e não sinto nenhuma culpa pelo que estamos fazendo aqui. Estamos falando de uma

<sup>641</sup> Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/temer-e-blairo-maggi-esperam-liberar-o-embarque-de-bois-no-porto-de-santos-ainda-hoje/> Acesso em 13 fev. 2021.

<sup>642</sup> Tradução minha. Original em inglês: “[Maggi] advocates soybeans as an engine of growth and development in the Amazon.”

área maior do que a Europa que ainda está praticamente intacta, então não há nada mesmo com que se preocupar (MAGGI *apud* Rother, 2003).<sup>643</sup>

O título da reportagem sintetizava o pensamento do político: “Soja, a inimiga impiedosa da selva amazônica”<sup>644</sup>. É pertinente, portanto, que a revista tenha exposto a parcialidade do então ministro na resolução do impasse jurídico em curso. Por outro lado, a matéria não fez qualquer menção às denúncias de maus-tratos e a perspectiva dos animais foi, mais uma vez, omitida.

A seguir, a *Agência Brasil*<sup>645</sup> e o *Jornal do Brasil*<sup>646</sup> também divulgaram o recurso da AGU. A matéria menciona que o FNPDA “critica o transporte dos animais vivos a bordo do navio MV Nada”, mas não cita quaisquer trechos da ação civil pública. O texto tampouco aborda as denúncias de maus-tratos a animais ou os motivos que levariam a ONG a criticar o transporte marítimo. Ao referir-se especificamente ao navio *Nada* e não apresentar nenhuma outra informação sobre o processo, o texto também dava a entender que o problema era pontual, restrito àquela embarcação em particular.

O recurso do governo, por outro lado, foi apresentado em pormenores. Além do documento, a única fonte citada foi, novamente, o ministro da Agricultura. Trata-se, portanto, de mais uma matéria a expor apenas um lado, um único ponto de vista:

Para a AGU, o cumprimento da sentença liminar, com a consequente proibição da exportação de gado vivo, implicaria em grave lesão à ordem administrativa, à saúde pública e à economia pública, podendo submeter o setor agropecuário brasileiro a risco.

“A citada embarcação (MV Nada) tem condições de se submeter ao transporte internacional de animais de interesse pecuário por inúmeros países, constituindo um continente de alta movimentação de animais de diferentes origens, status sanitários, sistemas produtivos”, alega a AGU no recurso, sustentando que compete ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento calcular o risco sanitário atribuível ao trânsito internacional de animais de interesse agropecuário.

À tarde, o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, se reuniu com o presidente da República, Michel Temer, no Palácio do Jaburu, em Brasília. Ao deixar o encontro, Maggi disse a jornalistas que o episódio é um “problema sério” para o país.

“Há um mercado livre bem competitivo no mundo. E o Brasil participa muito fortemente. Infelizmente, nesse embarque por Santos, houve interferência da Justiça,

<sup>643</sup> Tradução minha. Original em inglês: “To me, a 40 percent increase in deforestation doesn't mean anything at all, and I don't feel the slightest guilt over what we are doing here. [...] We're talking about an area larger than Europe that has barely been touched, so there is nothing at all to get worried about.”

<sup>644</sup> Tradução minha. Original em inglês: “Relentless Foe of the Amazon Jungle: Soybeans.”

<sup>645</sup> “AGU recorre de decisão judicial que impede exportação de bois vivos”. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-02/agu-recorre-de-decisao-judicial-que-impede-exportacao-de-bois-vivos> Acesso em 14 fev. 2021.

<sup>646</sup> Disponível em: <https://www.jb.com.br/pais/noticias/2018/02/04/agu-recorre-de-decisao-judicial-que-impede-exportacao-de-bois-vivos.html> Acesso em 14 fev. 2021.

por ação de ONGs que afirmam que os animais não estão sendo bem tratados”, disse o ministro, confirmando que o recurso da AGU foi discutido com outras esferas do governo.

“Estamos esperando uma suspensão da liminar para que o navio possa sair. Até porque, este assunto é bastante complicado. Os bois já estão embarcados, sendo alimentados por ração vinda de outros países. Descarregar estes animais conforme a Justiça determinou traz um problema sanitário. Além de já ser um problema diplomático”, acrescentou Maggi, revelando que autoridades turcas já solicitaram informações sobre o assunto.

Para Maggi, será necessário discutir mudanças nas condições de exportações de bovinos vivos, que deverá ocorrer em um segundo momento, a fim de evitar prejuízos financeiros e malefícios para os próprios animais.

A próxima matéria, do jornal *O Estado de S. Paulo* – “Ministro espera que TRF-3 reverta ainda hoje decisão de suspender exportação de animais”<sup>647</sup> –, era bastante semelhante ao dos demais veículos, os quais foram inclusive citados como fontes. O texto também relatara a reunião entre o ministro e o presidente da República, reiterando a “preocupação” de ambos com “a vida dos mais de 25 mil animais e pessoas que estão no navio”. Foram ressaltados o “problema diplomático” que o impasse gerara e a relevância “desse mercado de exportação” para o Brasil. No parágrafo que encerra o texto, os repórteres reproduziram o já amplamente divulgado comunicado à imprensa da Minerva Foods.

O *G1* – na quarta e última matéria que publicou no dia – foi o primeiro veículo a anunciar a decisão favorável ao governo: “Governo derruba liminar e navio com mais de 25 mil bois deixa o Porto de Santos”<sup>648</sup>. Segue o texto que fora publicado às 20h09 daquele domingo:

O navio com 25 mil cabeças de gado a bordo recebeu autorização para deixar o Porto de Santos, no litoral de São Paulo, após determinação da Justiça Federal na noite deste domingo (4). A decisão de urgência atendeu a um recurso da Advocacia-Geral da União (AGU), que intercedeu no caso a pedido do Governo Federal. Ativistas alegam maus tratos.

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Blairo Maggi, reuniu-se com o presidente Michel Temer ao longo do dia para buscar uma solução ao impasse. A ministra Grace Mendonça, da AGU, recorreu ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que derrubou a liminar de instância inferior que impedia a saída da embarcação. [...]

"A exportação de animais vivos é um assunto muito natural para nós brasileiros. Como o Brasil é um país livre de endemias, há mercado consumidor para isso fora daqui. Temos um rigor interno muito grande, além de termos todas as autorizações para executar a atividade", afirmou Maggi, chefe do Mapa, em entrevista ao *G1*.

O ministro diz que foi surpreendido com as decisões judiciais. Determinou-se a suspensão do embarque (faltam cerca de 2 mil bois), o desembarque daqueles animais

<sup>647</sup> Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,ministro-da-agricultura-espera-que-trf-3-reverta-decisao-de-suspender-exportacao,70002177958> Acesso em 03 de fev. 2021.

<sup>648</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/porto-mar/noticia/governo-derruba-liminar-e-navio-com-mais-de-25-mil-bois-deixa-o-porto-de-santos.ghtml> Acesso em 14 fev. 2021.

já a bordo e a inspeção sanitária no navio. Na vistoria, o laudo da Vigilância Agropecuária afastou maus tratos e atestou as boas condições sanitárias do navio. "Nesse episódio, entrou um fator novo de questionamento que é o bem estar animal. Eu garanto que não há maus tratos. O ministério tem um setor muito rigoroso nessa questão, que não deixa passar nada de errado", explicou. Para ele, o impasse tomou caráter ideológico, afastando a avaliação técnica e legal da operação.

A matéria, como se vê, cita o laudo emitido pelo Serviço de Vigilância Agropecuária (SAV), mas omite completamente a vistoria que o juiz solicitara à médica veterinária do município de Santos. Reforçando o parecer do SAV, o ministro também “garante que não há maus-tratos” e ainda alega que a decisão judicial teria um “caráter ideológico”, sem a devida “avaliação técnica e legal da operação”. Tais afirmações são infundadas, uma vez que, conforme foi demonstrado, a concessão da liminar estava amparada em critérios objetivos de aferição de bem-estar animal. As incoerências nos discursos do governo tornam-se ainda mais explícitas no trecho a seguir, que informa sobre a “vistoria” realizada no navio por um deputado federal:

Durante a manhã de domingo, o vice-líder do governo na Câmara, deputado federal Beto Mansur (PRB-SP), a pedido do presidente Temer, ainda segundo o ministro, fez uma vistoria na embarcação. O parlamentar foi hostilizado pelos ativistas ao afirmar que não verificou sinais de maus tratos, apesar de encontrar animais sujos. "A gravidade do assunto tornou-se pauta do Governo. Estive com o presidente hoje [domingo] e ele está preocupado [...]".

É no mínimo problemático que o próprio presidente da República tenha solicitado uma inspeção técnica a um deputado sem qualquer tipo de formação que poderia qualificá-lo como apto a avaliar a condição dos animais. Tais artifícios e interferências do governo seguramente apresentavam mais indícios de caráter ideológico e tendencioso do que os despachos dos juízes. Também chama a atenção o fato de que aqueles que apoiavam abertamente as empresas exportadoras acessavam o interior do navio com grande facilidade, enquanto as ONGs a veterinária Magda Regina – com uma ordem judicial em mãos – foram impedidas de entrar. Se o ministro garantia não haver maus-tratos, por que restringir o acesso? Tais incongruências poderiam ter sido apontadas no texto. O jornalista, entretanto, segue reproduzindo declarações sem verificar suas inconsistências.

Na decisão, a desembargadora federal do TRF, Diva Prestes Marcondes Malerbi, determina que o navio Nada inicie viagem “imediatamente”. Segundo informações da autoridade portuária, a previsão é que ele deixe o cais no início da madrugada desta segunda-feira (5). A ordem já foi remetida para a Marinha do Brasil, que o mantinha no Porto. [...]

"Se a liminar não caísse, iríamos recorrer ao STJ imediatamente. Além da inviabilidade da logística reversa, para o desembarque, o cheiro da embarcação já incomoda a cidade". O chefe da Pasta da Agricultura ainda disse que o impasse, além de ocasionar prejuízo estimado de cerca de R\$ 5 milhões à empresa dona da carga, abala "fortemente" a imagem do País no mercado internacional. "Quem sai ganhando são nossos concorrentes: Argentina, Uruguai, Estados Unidos e Austrália", aponta. Maggi diz que a situação, quando solucionada, ainda afasta outras operações semelhantes no Porto de Santos, considerado o mais importante do País. "Claro que deixou de ser interessante. Esse tipo de problema é inédito", afirma. [...]

"É preciso que as pessoas entendam que a exportação de carga viva atende demandas, seja por tradição do país comprador ou da inviabilidade daquele país de armazenar carne congelada. É algo legal, que acontece no mundo todo, assim como no Brasil, que segue as determinações internacionais para evitar problemas".

O ministro não explicou como chegara à estimativa de “prejuízo de cerca de R\$ 5 milhões” à Minerva Foods e o repórter tampouco o questionou. Todas as informações sobre a prática de exportação de animais vivos e seus supostos “benefícios” foram fornecidas exclusivamente pelo ministro da Agricultura. A questão era complexa e envolvia muitos atores, mas os discursos de Maggi são visivelmente privilegiados – e jamais contrapostos. A última parte da matéria repete os subtítulos das notícias anteriores: “Mais prejuízo' aos bois” – com as declarações do auditor fiscal do Mapa, Guilherme Marques; “Turquia no cais” – sobre a visita de representantes da Turquia ao Porto de Santos; “Seguem as regras” – com as notas à imprensa das empresas Minerva Foods e Ecoporto Santos. A perspectiva dos animais foi integralmente desconsiderada.

O próximo veículo a noticiar a liberação dos embarques foi a *Folha de S. Paulo*: “Tribunal derruba decisão que impedia exportação de boi vivo”<sup>649</sup>. O jornal divulgou as mesmas informações que constavam na matéria do *GI*, mas, ao contrário do portal, fez menção à inspeção realizada por Magda Regina:

A Justiça pediu o relatório de uma veterinária, que verificou "imensa quantidade de urina e excrementos", que tornariam difícil a respiração no navio, "animais alocados (...) em espaços exíguos" menores que 1 m<sup>2</sup> por indivíduo, "impedindo qualquer tipo de descanso ou passeio para o animal".

Um laudo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) contesta essa análise, e diz que os currais estão "limpos, bem dimensionados, com piso adequado a movimentação animal".

Como temos observado, os dois laudos são contrapostos sem qualquer mediação da repórter, o que pode gerar a percepção de que ambos eram fidedignos –ou mesmo a de que o Mapa estaria mais apto a realizar esse tipo de vistoria, afinal, tratava-se de todo um ministério

---

<sup>649</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/02/governo-tenta-derrubar-decisao-que-impede-exportacao-de-boi-vivo.shtml> Acesso em 05 fev. 2021.

divergindo de “uma veterinária”. Para evitar interpretações equivocadas, os jornalistas não precisariam emitir seus próprios julgamentos. Poderiam apenas ter apresentado mais informações sobre o contexto em que ambas as inspeções haviam sido realizadas e os critérios que cada uma utilizara, possibilitando assim que os leitores fizessem suas próprias constatações.

A seguir, o subtítulo “Perda de Credibilidade” apresenta, primeiramente, os argumentos da decisão da desembargadora Diva Malerbi: “o Brasil perderia ‘credibilidade e confiabilidade’ ao reverter a exportação dos animais, e cabe ao Mapa a inspeção da carga”, e um depoimento da advogada-geral da União, Grace Mendonça: “A decisão restabelece a segurança jurídica e preserva a saúde pública e bem-estar dos animais”. Na sequência, expõe declarações do ministro da Agricultura e do presidente da Associação Brasileira das Advogadas e Advogados Animalistas – sendo esta a primeira e única vez que a entidade foi consultada.

Segundo Blairo Maggi, ministro da Agricultura, o Brasil exporta cerca de 600 mil bois vivos por ano. O destino são países com restrições religiosas ou que não têm estrutura para importar carne congelada.

"Podemos garantir que não há maus tratos. É um ativismo meio fora de controle", diz Maggi à Folha. "Outras empresas podem deixar de comprar do Brasil por causa disso, é um prejuízo comercial intangível".

Ele comemorou a decisão do TRF-3. "Chamamos isso de segurança jurídica. É o governo em defesa dos que produzem neste país."

Para Carlos Cipro, presidente da Associação Brasileira das Advogadas e Advogados Animalistas, "há um adicional de crueldade em fazer os animais passarem dias no mar". "Se não há como fazer o desembarque, não deveriam ter embarcado. Como fariam se o navio quebrasse?"

Maggi volta a atacar ONGs e ativistas, afirmando que estariam “meio fora de controle”. Assim como o abaixo-assinado da Abreav, o ministro parece condenar o próprio direito de expressar-se livremente, promover protestos e recorrer à justiça para denunciar práticas consideradas abusivas. Sua última declaração explicita quais interesses o governo estava realmente empenhado em defender: “É o governo em defesa dos que produzem neste país”. As alegações, portanto, de que o presidente da República e o ministro estariam “muito preocupados” com o bem-estar dos animais e a saúde pública mostram-se bastante questionáveis.

Cipro, por sua vez, levantou uma hipótese bastante pertinente, que até então não havia sido apontada. O governo reiterou, a todo momento, que seria “impossível” e “inviável” realizar uma logística reversa. Entretanto, os responsáveis pelo navio e pelos animais não deveriam ter um plano de contingência justamente para casos em que, por qualquer motivo, fosse necessário desembarcar os animais? Nenhum repórter fizera esse questionamento. A *Folha*, ao contrário da maioria dos veículos, ouvira para esta matéria um representante dos animais. Mas como fica

claro, o espaço concedido às fontes que contestam a exportação de carga viva permanece significativamente menor.

Na sequência, o *Valor Econômico* também anunciara: “Justiça libera saída de navio com bois no porto de Santos, diz Blairo”<sup>650</sup>. O texto do jornal era similar aos demais, mas ressaltava uma informação pertinente sobre a decisão da desembargadora Diva Prestes Marcondes Malerbi: a concessão de liminar à AGU era *parcial*, não *total*. Os embarques de carga viva, portanto, seguiam proibidos em todo o país.

Apesar de ter autorizado a partida em razão da dificuldade de retirar os bois da embarcação, a desembargadora manteve a parte da decisão de primeira instância que proíbe todas as exportações de animais vivos. O governo ainda tenta reverter essa proibição. [...]

O juiz Federal Djalma Moreira Gomes, da 25ª Vara Cível Federal de São Paulo, havia acatado a alegação de que o transporte marítimo de animais vivos caracteriza uma situação de maus-tratos, conferindo uma inconstitucionalidade no Brasil. [...]

De fato, a desembargadora justificara, em seu despacho, que autorizava a saída daquele navio em particular pelos problemas ambientais que sua permanência no porto poderia desencadear. Segue um trecho da decisão:

[...] Encontrando-se completamente embarcada a carga viva e impossibilitada a limpeza do navio no porto de Santos, por questões ambientais (para não contaminar a costa brasileira), a permanência no navio aguardando os procedimentos de reversão, que sequer encontram-se programados, provocará maior sofrimento e penoso desgaste aos animais do que o prosseguimento da viagem. Ante o exposto, **concedo liminar para o fim específico de determinar o imediato início da viagem do navio MV NADA** (MALERBI, 2018, p. 3-4, grifo meu).

A *IstoÉ*<sup>651</sup>, ao noticiar a liberação do navio, reproduziu esse mesmo trecho da decisão, mas omitindo a última frase, justamente a que informava que a liminar era referente ao navio *Nada* em particular. Outros trechos da matéria reforçavam a suposição de que os embarques estavam liberados em todo o país:

A liminar, assinada pela desembargadora Diva Malerbi, suspende a decisão do juiz federal Djalma Moreira Gomes, da 25ª Vara Cível Federal de São Paulo, que, na sexta-feira (2), vetou a exportação de gado vivo pelo Brasil e proibiu a saída do navio do País. [...]

<sup>650</sup> Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2018/02/04/justica-libera-saida-de-navio-com-bois-no-porto-de-santos-diz-blairo.ghtml> Acesso em 09 fev. 2021.

<sup>651</sup> “Justiça concede liminar e libera navio da Minerva para deixar Porto de Santos”. Disponível em: <https://istoe.com.br/justica-concede-liminar-e-libera-navio-da-minerva-para-deixar-porto-de-santos/> Acesso em 12 fev. 2021.

O ministro da Agricultura, Blairo Maggi, que trabalhou nos bastidores para reverter a decisão em primeira instância, comemorou a liminar anunciada logo após ele deixar reunião com o presidente Michel Temer para tratar sobre o impasse. “É isso que eu chamo de segurança jurídica. É o Brasil dando suporte aos negócios e aos que produzem”, disse o ministro ao Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado. Já a assessoria da Minerva Foods confirmou que a companhia recebeu a decisão do TRF-3, mas que ainda não sabe informar quando o navio será liberado.

Novamente, o ministro explicitara que a atuação do governo visava dar “suporte aos negócios e aos que produzem”, confirmando a primazia daqueles que detêm capital econômico, em detrimento de grupos minoritários ou marginalizados. Ao final da notícia, o jornalista divulgou mais uma vez a nota à imprensa da Minerva Foods, emitida antes da liberação do navio. A mesma matéria publicada pela *IstoÉ* – produzida pela agência *Estadão Conteúdo* – também foi veiculada no dia seguinte pelo jornal *O Estado de S. Paulo*<sup>652</sup> e pelas revistas *Exame*<sup>653</sup> e *Veja*.<sup>654</sup>

A última publicação daquele domingo foi, como nos dois dias anteriores, da *Revista Fórum*: “O porto de Temer fede a bosta”<sup>655</sup>. O texto era na verdade um artigo de opinião – não uma notícia – assinado por Julinho Bittencourt, o mesmo autor das demais matérias veiculadas pela revista. Seu tom é bastante colérico e suas frases são repletas de adjetivos. Entretanto, ele volta a expor aspectos relevantes sobre o envolvimento do então ministro e presidente da República com o agronegócio e quais seriam seus reais interesses em viabilizar a exportação de animais vivos pelos portos brasileiros:

Madrugada de domingo (4). O cheiro de bosta na cidade de Santos é insuportável. O odor pode ser sentido do bairro do Gonzaga, a cerca de cinco quilômetros do Cais do Valongo. Lá está ancorado por uma liminar o navio Nada, com 27 mil bois, cercados em espaço exíguo, encharcados de fezes por todos os lados.

Ativistas de todas as partes do país e do mundo se mobilizaram e mostraram a todos, através de suas filmagens e fotos em telefones celulares, o horror por que passam os animais. A despeito disto, autuada por maus tratos, a empresa Minerva Foods, responsável pela operação, também foi multada pela secretaria do meio ambiente da cidade, por irregularidades no transporte de carga viva para o Porto de Santos.

A operação gerou uma “cagada” sem precedentes que perturbou o balneário paulista com o cheiro insuportável por dias consecutivos.

No domingo (4), o ocupante da cadeira de presidente, Michel Temer, e o seu ministro da Agricultura, Blairo Maggi, resolveram apelar à Advocacia Geral da União (AGU),

<sup>652</sup> “Justiça libera navio com bois vivos da Minerva Foods em Santos”. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,justica-libera-navio-com-bois-vivos-da-minerva-foods-em-santos,70002178089> Acesso em 03 de fev. 2021.

<sup>653</sup> “Justiça libera navio da Minerva para exportar bois vivos”. Disponível em: <https://exame.com/negocios/justica-libera-navio-da-minerva-para-exportar-bois-vivos/> Acesso em 07 fev. 2021.

<sup>654</sup> “Justiça libera saída de navio com 25 mil bois para a Turquia”. Disponível em: [veja.abril.com.br/economia/justica-libera-saida-de-navio-com-25-mil-bois-para-a-turquia/](http://veja.abril.com.br/economia/justica-libera-saida-de-navio-com-25-mil-bois-para-a-turquia/) Acesso em 04 fev. 2021.

<sup>655</sup> Disponível em: [revistaforum.com.br/politica/o-porto-de-temer-fede-bosta/](http://revistaforum.com.br/politica/o-porto-de-temer-fede-bosta/) Acesso em 13 fev. 2021.

para que tente cancelar a liminar. O argumento é que o desembarque dos animais iria demorar dias e trazer mais transtornos.

Basta um google e um mínimo de neurônios conectados, no entanto, para chafurdar nos reais interesses do governo Temer e, sobretudo, no seu ministro Maggi, que não estão nem um pouco preocupados com o fedor em parte alguma.

Tido, havido e reconhecido como o “Rei da Soja”, envolvido até a tampa com o agronegócio, dono de extensões inimagináveis de terras no Mato Grosso e, é claro, interessado até a medula no rico negócio de exportação de carne, Maggi não mede esforços dentro e fora do governo para multiplicar a sua fortuna. [...]

Por outro lado, seu presidente é um velho conhecido do Porto de Santos. Em março de 2001, Temer já se defendia de acusações envolvendo suas tenebrosas transações na Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP), estatal encarregada da administração do maior porto brasileiro.

O caso é intrincado e longo. Começou na década de 90 com as denúncias da namorada de um ex-presidente que Temer indicou na Codesp e segue até onde a sua mão pôde alcançar. Acusado de intermediar a liberação da construção de um terminal da JBS – do mesmo Joesley que foi prestar contas no Palácio do Jaburu sobre o cascalho com que mantinha a família de Cunha – comprado pelos irmãos Batista do Grupo Rodrimar.

Em junho de 2017, Rodrigo Mesquita, executivo da Rodrimar, investigado no reflexo da delação da JBS, afirmou que Rodrigo Rocha Loures era “um importante interlocutor” dos interesses do setor portuário [...].

Loures é o ex-deputado flagrado pela PF recebendo uma mala com R\$ 500 mil na Operação Patmos, investigação baseada nas informações da delação premiada dos executivos da JBS. O mesmo que foi chefe de gabinete do então vice-presidente Temer. A PF diz que o “homem da mala” “mantinha um canal aberto de comunicação com a Presidência da República, o que lhe propiciava saber não só de ocorrências cotidianas do Palácio do Planalto, mas sobretudo e em particular, sobre a agenda presidencial”.

As conexões continuam para todos os lados. Temer esteve todos esses anos no Porto, nomeando e desnomeando os seus, fazendo e desfazendo, coisa que é óbvio, ele nega. O Porto de Temer fede a bosta.

É evidente que, ao enumerar tantas acusações sem citar as respectivas fontes, suas palavras mostram-se frágeis, seus argumentos perdem em força e credibilidade. Apesar de apresentar uma perspectiva bastante crítica aos acontecimentos em curso, o bem-estar dos animais ficou em segundo plano. O autor afirma, logo no início, que os bois estavam “cercados em espaço exíguo, encharcados de fezes por todos os lados” e que o “horror por que passam” havia sido registrado em fotos e vídeos. Entretanto, nenhum dado concreto fora apresentado, nenhuma informação que sustentasse suas asseverações. Além disso, excetuando esses dois parágrafos iniciais, os animais não foram mencionados nenhuma outra vez ao longo do texto.

Após o desfecho do domingo à noite, a imprensa brasileira seguiu noticiando os desdobramentos do caso durante a semana. Na manhã de segunda-feira, 5 de fevereiro, o *Valor Econômico*<sup>656</sup> divulgou o trecho da decisão judicial que havia ignorado no dia anterior:

---

<sup>656</sup> “Justiça libera partida de navio com bois vivos de Santos”. Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2018/02/05/justica-libera-partida-de-navio-com-bois-vivos-de-santos.ghtml> Acesso em 09 fev. 2021.

Apesar de ter autorizado a partida em razão da dificuldade de retirar os bois da embarcação, a desembargadora manteve a parte da decisão de primeira instância que proíbe todas as exportações de animais vivos do país. O governo ainda tenta reverter essa interdição em outro recurso.

[...] No sábado, a exportadora Minerva Foods, dona dos animais, já havia entrado com recurso para reverter a medida, mas a desembargadora negara o pleito. A decisão de ontem, a pedido da Advocacia-Geral da União (AGU), representou uma reconsideração parcial da medida pela desembargadora.

Paralelamente, a AGU ingressou na presidência do TRF-3 com pedido de suspensão da liminar que proibiu as exportações de animais vivos do país. Esse recurso segue em tramitação, visto que o governo federal quer a liberação das exportações do país. Para a AGU, a liminar que proibiu o embarque de animais vivos deve ser derrubada por haver grave lesão à ordem, à economia, e à saúde pública [...].

O navio com bois bloqueado em Santos fez o mau cheiro se disseminar nas proximidades do porto. Além disso, havia problemas de ordem fitossanitária, uma vez que os 25 mil bois não podiam ser retirados da embarcação imediatamente [...]. Segundo Blairo, isso só poderia ocorrer após um período de quarentena porque os animais estão se alimentando com ração do país de destino da exportação. O ministro aceita discutir a possibilidade de não exportar mais bois vivos pelo porto de Santos.

A questão do mau cheiro é reiteradamente apontada como um problema decorrente da interdição dos embarques. Entretanto, ainda que os odores tenham se intensificado com a permanência do navio no porto por mais dois dias além do previsto, o mau cheiro vinha incomodando os moradores desde a chegada dos primeiros caminhões à cidade. Após receber diversas reclamações, a prefeitura averiguou a origem do odor e multou a Minerva Foods.

O *GI* foi o primeiro a noticiar a partida do navio *Nada* e a reação dos manifestantes que acompanharam as operações durante a madrugada de segunda-feira: “Ativistas lamentam partida de navio com mais de 25 mil bois do Porto de Santos: ‘Luto’”<sup>657</sup>. A primeira parte da matéria apresenta declarações de uma ativista:

Os ativistas que acompanham desde o início o embarque das mais de 25 mil cabeças e gado no navio NADA, que estava atracado no Porto de Santos, no litoral de São Paulo, assistiram, no início da madrugada desta segunda-feira (5), a partida da embarcação que transportará os bois até a Turquia. O grupo, que luta pelos direitos dos animais e alegava que os bois sofriam maus tratos a bordo do navio, afirma que a luta continua. [...]

Por volta de 0h30 dois rebocadores se aproximaram do navio Nada e deram início à manobra de desatracação. Vinte minutos depois, o navio deixou o Porto de Santos, com destino a Turquia, e colocou fim a discussão que envolveu autoridades e ativistas nos últimos dias. O embarque de novas cabeças de gado, porém, ainda não está confirmado.

Um grupo de ativistas, que lutava para que os bois fossem desembarcados e voltassem para as fazendas de origem, no interior de São Paulo, acompanhou a partida do Nada. “Fizemos vigília para mostrar para as pessoas o que estava acontecendo. Foram semanas de luta e agora estamos de luto”, conta a veterinária Amanda Corrochano. Segundo a ativista, estava claro que os bois sofriam maus tratos dentro da embarcação. “Presenciamos e registramos os maus tratos, mas nada foi o bastante para que isso

<sup>657</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/porto-mar/noticia/ativistas-lamentam-partida-de-navio-com-mais-de-25-mil-bois-no-porto-de-santos-luto.ghtml> Acesso em 15 fev. 2021.

fosse impedido. O Porto de Santos não fazia isso há muitos anos e, por causa da ganância, voltou a ser feito. A luta continua", declara.

Apesar de ter ouvido uma representante dos animais, todo o resto a matéria – que relembra os acontecimentos dos dias anteriores –, reproduzia novamente as diversas declarações do ministro da agricultura e do deputado federal Beto Mansur, além das notas à imprensa das empresas Minerva Foods e Ecoporto. Os espaços concedidos a cada uma das perspectivas em disputa, portanto, seguem muito discrepantes. Neste caso, quatro fontes se manifestaram a favor das exportações e somente uma contra.

Em seguida, a revista *Globo Rural*<sup>658</sup> também divulgou a decisão da desembargadora na noite de domingo e a imediata partida do navio na madrugada de segunda-feira. O texto apresenta novas declarações do ministro da Agricultura, dessa vez explicando o envolvimento do governo na questão:

[...] Ao decidir sobre o caso, Diva Malerbi aceitou os argumentos da Advocacia Geral da União e disse verificar a presença do risco ambiental e à saúde dos animais, caso o navio fique parado no terminal portuário. [...]

A decisão da desembargadora já era esperada pelo ministro da Agricultura, Blairo Maggi. Em entrevista à *Globo Rural*, ele avaliou que o impasse em torno dos bovinos embarcados em Santos tinha se tornado também um assunto de governo. E que, entrando na discussão judicial, a União não estava defendendo a Minerva, empresa que vendeu os bovinos, mas o sistema de inspeção sanitário do país, que, na visão dele, atuou corretamente durante toda a operação.

“Eles começaram as exportações todas em função das autorizações que nós demos a eles. Existe um mercado liberado, o Brasil tem certificados sanitários compatíveis com o importador, então nós somos responsáveis também por questões de exportação. Nós certificamos essas exportações. E o que está sendo colocado pela Justiça é uma coisa que diz respeito ao governo”, diz o ministro, garantindo que o Ministério acompanhou de perto todas as fases da operação. [...]

“O que está sendo colocado pela Justiça é uma coisa que diz respeito ao governo, quer dizer. Quando ele fala há maus tratos animais, não estão seguindo, não tem comida suficiente, quem tem que atestar isso é o Ministério da Agricultura e, portanto, é uma responsabilidade do governo brasileiro o mercado internacional também”, diz Maggi. O despacho da magistrada, no entanto, menciona apenas este caso, especificamente. Não trata de outro ponto das liminares concedidas anteriormente pelo Poder Judiciário, suspendendo o transporte de cargas vivas para exportação em todo o território nacional.

Como sabemos, as instituições governamentais não são isonômicas, como supostamente deveriam ser. Idealmente, nossos representantes políticos deveriam atuar pelo bem comum e pelos interesses de todos, sem privilegiar grupos específicos. Mas na prática – e

<sup>658</sup> “Liminar autoriza partida de navio com bois em Santos”. Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/Boi/noticia/2018/02/liminar-autoriza-partida-de-navio-com-bois-em-santos.html> Acesso em 1º fev. 2021.

no Brasil em particular –, os poderes políticos frequentemente agem em benefício dos poderes econômicos. A questão judicial, de fato, “dizia respeito ao governo” e “era uma responsabilidade do governo brasileiro”. Entretanto, isso não significava, conforme alegara o ministro, que a União não estaria “defendendo a Minerva”. Afinal, neste caso, o próprio “sistema de inspeção sanitário do país” estava agindo em prol da empresa ao realizar “inspeções” e emitir “laudos” sem critérios claros e objetivos, sempre favoráveis ao frigorífico.

O Ministério da Agricultura, apesar de ser o órgão responsável pelas fiscalizações, estava extremamente empenhado em garantir os lucros do agronegócio – a começar pelo próprio ministro, conforme já foi exposto aqui. Em nenhum momento essas questões foram levantadas pelos jornalistas; as autoridades governamentais e empresariais tampouco foram contraditas ou contestadas. Seus discursos reinavam quase sempre sozinhos, como verdadeiras “autoridades”. Esta matéria, como a maioria das anteriores, reverberou uma única perspectiva – não por acaso, a dos que detinham poder.

Em seguida, a *Agência Brasil*<sup>659</sup>, ao anunciar o fim da suspensão das exportações, reproduziu diversos trechos da decisão judicial, mas equivocou-se ao conferir sua autoria ao desembargador Fábio Prieto, ao invés da desembargadora Diva Malerbi. O texto – que também foi publicado no site *Sul 21*<sup>660</sup> – lembrou que a ação civil pública movida pelo Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal objetivava denunciar “que a exportação de carga viva estaria sendo feita com ‘extremo abuso aos animais’”, e que a proibição do embarque ocorrera “após uma inspeção técnica ter apontado as péssimas condições em que os animais estavam sendo transportados”. Entretanto, não foram apresentadas quaisquer explicações sobre que tipo de abuso os animais sofriam e em que consistiam as péssimas condições no transporte. O repórter reproduziu uma nota da advogada-geral da União, Grace Mendonça, e diversas declarações de Blairo Maggi, como previsível. Nenhum representante dos animais foi ouvido.

A revista *IstoÉ*<sup>661</sup> também noticiou a partida do navio durante a madrugada de segunda-feira. O texto informava que “a viagem dos bovinos até o destino duraria 16 dias, segundo a Minerva”, e também ressaltava o “trabalho de Blairo Maggi nos bastidores para

---

<sup>659</sup> “TRF3 derruba liminar que impedia exportação de bois vivos”. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-02/trf3-derruba-liminar-que-impedia-exportacao-de-bois-vivos> Acesso em 09 fev. 2021.

<sup>660</sup> “TRF3 derruba liminar que impedia exportação de bois vivos”. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2018/02/trf3-derruba-liminar-que-impedia-exportacao-de-bois-vivos/> Acesso em 12 fev. 2021.

<sup>661</sup> “Após liberação da Justiça, navio parte do Porto de Santos com destino à Turquia”. Disponível em: <https://istoe.com.br/apos-liberacao-da-justica-navio-parte-do-porto-de-santos-com-destino-a-turquia/> Acesso em 13 fev. 2021.

reverter a decisão em primeira instância” – que na verdade era em segunda instância, uma vez que a primeira decisão da desembargadora Diva Malerbi foi favorável à manutenção da liminar. A matéria não fez qualquer registro sobre as manifestações de ativistas no Porto de Santos ao longo de toda a noite. Estes permaneceram no local até o momento em que a embarcação zarpuou, depois da 1h da manhã. Apesar de ser o autor da ação civil pública responsável por suspender os embarques, o FNPDA jamais foi ouvido sobre a decisão judicial que autorizou a partida do navio.

O *Valor Econômico* foi o primeiro a anunciar a liberação dos embarques em todo o país<sup>662</sup>. O jornal reproduziu alguns trechos da decisão judicial proferida pela presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), Cecília Marcondes, que atendera ao pedido protocolado pela AGU no dia anterior, um domingo. A pressão de Baggí, portanto, surtira efeito no judiciário, que atendera prontamente às demandas do ministro – que na verdade eram as mesmas do agronegócio e, neste caso, especialmente da Minerva Foods. Segue o despacho de Marcondes, conforme publicado na matéria:

“Determino a suspensão da liminar [...] que impedia a exportação de animais vivos para abate no exterior em todo o território nacional, até o trânsito em julgado da ação civil pública”, decidiu a desembargadora Cecília Marcondes. [...]

“Não se pode impedir a exportação de animais destinados a abate no exterior, seja pela existência normas a respeito do tema, seja por se tratar de modelo eleito pelo administrador e sobre o qual não se pode admitir, em princípio, ingerência do Poder Judiciário, sob pena de violar o indispensável e fundamental princípio da separação dos poderes”, apontou Cecília Marcondes.

Não há, nesta decisão, qualquer referência às alegações da ONG. Nenhuma parte da ação civil pública fora mencionada e tampouco a vistoria realizada no navio. A desembargadora basicamente enumerou as muitas justificativas do Mapa para a liberação das exportações de carga viva, acolhendo todas elas. Diversas entidades de defesa animal, advogados que atuavam no processo e acadêmicos criticaram amplamente a interferência explícita do poder executivo no judiciário, assim como a evidente parcialidade da decisão da desembargadora. A advogada Letícia Filpi (2018) afirmou à época: “A decisão dela não foi jurídica, foi econômica, foi política. [...] Ela foi extremamente parcial, foi contra um dos fundamentos do processo civil, [...] o princípio da imparcialidade do juiz. A decisão dela não foi justa. Foi influenciada pelo Poder Executivo”.

---

<sup>662</sup> “TRF-3 derruba liminar e autoriza exportações de animais vivos”. Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2018/02/05/trf-3-derruba-liminar-e-autoriza-exportacoes-de-animais-vivos.ghtml> Acesso em 09 fev. 2021.

Os argumentos de Marcondes foram severamente criticados pela advogada, pois esta reconhecia que “os fatos eram muito claros e as provas contundentes”. Segundo ela, a desembargadora fundamentara sua decisão exclusivamente nos aspectos econômicos:

Ela alega que a economia seria prejudicada, mas como ela sabe? Ela não chamou um especialista em economia para discutir isso. Ela ignorou provas de crime de maus-tratos, de infrações administrativas gravíssimas e de dano ambiental irreversível e considerou apenas a economia do país. Que economia é essa, fundamentada em dano ambiental, crime contra animais [...] e desrespeito com a população de Santos, que teve que suportar o forte odor exalado pelos excrementos dos animais aprisionados no navio? (FILPI, 2018).

O biólogo Sérgio Greif (2018) também considerou problemática a liberação dos embarques, uma vez que mesmo um suposto (e improvável) atendimento rigoroso às normas estabelecidas pelo Mapa não seria um indicativo de ausência de maus-tratos: “Embora a frequente alegação por parte dos transportadores e outros interessados de que os procedimentos seguem à risca a legislação vigente, as evidências mostram que os animais envolvidos são submetidos à crueldade, ao sofrimento”. Essas e centenas de outras manifestações foram ignoradas e invisibilizadas pela imprensa brasileira, que seguiu ouvindo as mesmas fontes – preferencialmente as “oficiais” – e expondo a mesma (e única) perspectiva.

A próxima a publicar a liberação das exportações foi a *Globo Rural*<sup>663</sup>, cujo texto informava que a revista tivera “acesso aos **documentos oficiais** na noite desta segunda-feira (05/02)”. Após apresentar brevemente o conteúdo da decisão judicial, a matéria instruiu: “Leia abaixo a conclusão da Justiça”, apresentando na sequência a imagem da parte final do despacho da desembargadora Cecília Marcondes (Figura 20):

*Considerando a possibilidade de reais prejuízos aos importadores, uma vez que o Estado estrangeiro considere inaceitável, não pode ser descartado o desencadeamento de ações de retaliações comerciais a diversos produtos brasileiros que, se aplicadas, podem não ficar caracterizadas como claras e inequívocas. Ou seja, podem desencadear escalada de retaliações disfarçadas com difícil caracterização de nexos causal, o que afetaria as diversas ações ofensivas no comércio internacional do Agronegócio.”*

É evidente, por conseguinte, o risco de dano à ordem administrativa.

Assim, estando convencida de que a liminar deferida pelo douto juízo *a quo* causará violação aos bens tutelados pela Lei nº 8.437/92, de rigor a sua suspensão.

Ante o exposto, constatado carência superveniente em relação a parte do pedido, **DETERMINO** a suspensão da liminar deferida nos autos do processo nº 5000325-94.2017.403.6135, da 25ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Paulo, que impedia a exportação de animais vivos para abate no exterior em todo o território nacional, até o trânsito em julgado da ação civil pública.

Comunique-se. Intimem-se. Publique-se.

Depois, à Procuradoria Regional da República.

Decorrido o prazo legal sem a interposição de recurso, archive-se.

<sup>663</sup> “Justiça volta a liberar exportação de gado vivo em todo o país”. Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/Boi/noticia/2018/02/agu-derruba-liminar-que-proibia-exportacao-de-gado-vivo-no-pais.html> Acesso em 31 jan. 2021.

No dia seguinte, 6 de fevereiro, o *Valor Econômico*<sup>664</sup> abordou o assunto novamente, acrescentando muito pouco ao que já havia publicado no dia anterior. O veículo apenas elencara outros argumentos que constavam na decisão judicial fundamentando a autorização dos embarques – todos eles de ordem econômica. A matéria do *GI* – com a manchete “Justiça libera embarque de cargas vivas no país após confusão em Santos”<sup>665</sup> – também descreveu algumas das justificativas apresentadas pela AGU e acolhidas pela desembargadora Cecília Marcondes. Uma delas alegava que, caso a decisão pela suspensão dos embarques se mantivesse, “agravar-se-á ainda mais a crise econômica pela qual o país atravessa. Todos os contratos internacionais serão afetados e a tendência é que as exportações brasileiras sejam substituídas por outras, prejudicando a economia nacional”.

O portal também mencionou os esforços do ministro da Agricultura Blairo Maggi, do presidente Michel Temer e da advogada-geral da União Grace Mendonça, que trabalharam “ao longo do dia para buscar uma solução ao impasse”. Absolutamente nenhuma perspectiva crítica fora apresentada, apesar de ser evidente que toda a máquina governamental trabalhara a favor de determinado setor econômico. As reivindicações de diversas entidades da sociedade civil e de muitos cidadãos foram completamente ignoradas e desmerecidas. Pode-se dizer que, ao silenciar todas essas vozes, os jornalistas também trabalharam em consonância com o governo, contribuindo para uma solução favorável à Minerva Foods – que, afinal, “segue todos os procedimentos adequados para preservar o bem-estar” dos animais, conforme anunciava a nota da empresa divulgada reiteradamente pela imprensa brasileira ao longo daqueles dias.

*O Estado de S. Paulo*<sup>666</sup> noticiou a nova decisão judicial citando uma declaração do ministro da Agricultura, em que este afirmava que “a Justiça considerou que todos os trâmites realizados pela pasta cumprem as leis vigentes”. A nota à imprensa da empresa foi, novamente, reproduzida pelo jornal – que, mais uma vez, não ouviu qualquer fonte que tivesse um ponto de vista divergente. O único espaço destinado à perspectiva dos animais foi um artigo de opinião assinado por Fernanda Tripode, advogada especializada em Direito Ambiental: “A crueldade no transporte marítimo de gado para exportação”.

---

<sup>664</sup> “Justiça libera exportação de animais vivos”. Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2018/02/06/justica-libera-exportacao-de-animais-vivos.ghtml> Acesso em 09 fev. 2021.

<sup>665</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/porto-mar/noticia/justica-libera-embarque-de-cargas-vivas-no-pais-apos-confusao-em-santos.ghtml> Acesso em 14 fev. 2021.

<sup>666</sup> “Justiça libera exportação de animais vivos pelos portos brasileiros”. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,justica-libera-exportacao-de-animais-vivos-pelos-portos-brasileiros,70002179860> Acesso em 03 de fev. 2021.

No texto<sup>667</sup>, publicado no “Blog do Fausto Macedo”, repórter de política do jornal, a autora fez referência às “muitas manifestações contrárias à exportação – em especial de ativistas pelos direitos animais no Porto de Santos”, os quais “se colocaram à frente dos caminhões [...] para a verificação das condições dos animais”. Tripode relatou a “longa viagem de carreta ou caminhão em condições degradantes” que os animais enfrentaram até chegarem ao porto e argumentou que “os maus-tratos são intrínsecos à atividade de exportação de carga viva, desrespeitando as normas constitucionais brasileiras [...] que proíbem práticas que são cruéis aos animais”. A advogada citou o Artigo 225 da Constituição Federal; o artigo 32, da Lei nº 9.605/1998 e o Decreto Federal nº 24.645/34, reiterando que a crueldade contra animais é amplamente condenada pela legislação brasileira e também por acordos internacionais – “o Brasil é signatário da ‘Declaração Universal dos Direitos dos Animais’ (Bruxelas, 1978), que dispõe, em seu artigo 3º, que ‘nenhum animal será submetido a maus-tratos e a atos cruéis’”.

Segundo a autora, “os organismos de proteção e de salvaguarda dos animais devem estar representados a nível governamental e os direitos do animal devem ser defendidos pela lei como os direitos do homem”. Portanto, é dever do Judiciário coibir “práticas que desrespeitem a Constituição e a Lei de Crimes Ambientais”. Tripode mencionou a atuação da Associação Brasileira de Advogadas e Advogados Animalistas (ABRAA) nos processos em curso e expôs as razões pelas quais o comércio internacional de animais vivos deveria ser proibido:

A exportação de animais vivos é uma atividade que, em sua essência, é extremamente cruel aos animais. Devemos analisá-la [...] de forma crítica e sob as luzes do ordenamento jurídico. [...] O embarque de animais no navio dura vários dias e é apenas uma etapa das muitas experimentadas por eles. Os animais passam, antes, horas em caminhões, onde são acomodados precariamente. Ficam dias em pé, com sede, fome, sujos e exaustos aguardando o início do embarque. O Poder Constituinte introduziu em 1988 a palavra “crueldade” [...] para explicitar na Carta Magna a supremacia da proibição dessa prática relativamente a crianças (art. 227) e animais (art. 225, §1º, VII) [...].

É preciso reconhecer os animais não mais como coisas, mas como sujeitos de direitos, [...] seres sencientes. A Declaração de Cambridge sobre a Consciência em Animais Humanos e Não-Humanos, proclamada em 7 de julho de 2012, [...] dentre outras constatações, reconheceu que: “(...) Onde quer que se evoque, no cérebro, comportamentos emocionais instintivos em animais não-humanos, muitos dos comportamentos subsequentes são consistentes com estados emocionais conhecidos, incluindo aqueles estados internos que são recompensadores e punitivos (...)”.

[...] Direitos básicos não devem ser atribuídos somente aos seres humanos, relegando aos animais a mera condição de objetos perante a humanidade. A sociedade evoluiu suficientemente para reconhecer que, na essência ética e moral, os animais [...] têm direitos morais básicos: à vida, à liberdade e à integridade física e psíquica.

---

<sup>667</sup> Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/a-crueldade-no-transporte-maritimo-degado-para-exportacao/> Acesso em 04 de fev. 2021.

Com se observa, a advogada ressaltou diversos aspectos que não foram abordados nas notícias analisadas. Seu artigo, entretanto, foi publicado na seção de “opinião” de um blog autoral do jornal. Não tinha, portanto, a mesma relevância e credibilidade conferida às notícias e reportagens. Logo, o texto de Tripode não “remediava” a quase total ausência dessa perspectiva nos textos jornalísticos – ainda mais porque seus conteúdos não estavam relacionados, não remetiam um ao outro.

A revista *Exame*<sup>668</sup> – último veículo a noticiar a liberação dos embarques em todo o país – também se limitou a apresentar somente o ponto de vista do governo. A matéria citou um trecho da decisão da desembargadora federal Cecília Marcondes e uma postagem de Blairo Maggi no *Twitter*:

“Ao menos em sede de cognição sumária, própria do momento, não se pode impedir a exportação de animais destinados a abate no exterior, seja pela existência de normas a respeito do tema, seja por se tratar de modelo eleito pelo administrador e sobre o qual não se pode admitir, em princípio, ingerência do Poder Judiciário”, destacou a presidente do TRF-3 na decisão. [...]

No *Twitter*, o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, comemorou a autorização concedida pela Justiça em São Paulo.

“A Justiça Federal de SP, TRF-3, acaba de anunciar que está liberado qualquer embarque de animais vivos nos portos do Brasil, por considerar que os trâmites realizados pelo Ministério da Agricultura cumprem as leis vigentes. Agradeço à AGU. As exportações estão liberadas”, afirmou.

Dado por encerrado o “impasse”, o “imbróglio”, a “confusão”, a “polêmica” – nas palavras utilizadas pelo governo e pela imprensa –, os veículos seguiram divulgando as repercussões do caso. Ao longo do mês de fevereiro, as exportações de animais vivos mantiveram-se em pauta. Ainda no dia 6, a revista *Globo Rural* publicou: “Carga viva: Brasil tem 100 mil animais em quarentena para exportação”<sup>669</sup>. Do início ao fim, a matéria ressaltou a importância desse mercado para o país, recorrendo às declarações de uma única fonte, o ministro da Agricultura:

Os terminais portuários brasileiros devem embarcar nos próximos dias 100 mil animais vivos rumo a destinos estrangeiros. Em entrevista à *Globo Rural*, o ministro da Agricultura e Pecuária, Blairo Maggi, disse que esse é o tamanho do lote atual que está em quarentena em diversas fazendas do país. O ministro não deu detalhes sobre data nem locais de embarque dos animais, mas ressaltou que a operação é regulamentada pelo governo há anos. [...]

<sup>668</sup> “Justiça em SP libera exportação de animais vivos em todo o Brasil”. Disponível em: <https://exame.com/economia/justica-em-sp-libera-exportacao-de-animais-vivos-em-todo-o-brasil/> Acesso em 07 fev. 2021.

<sup>669</sup> Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/Boi/noticia/2018/02/carga-viva-brasil-tem-100-mil-animais-em-quarentena-para-exportacao.html> Acesso em 31 jan. 2021.

Segundo Maggi, o mercado de animais vivos no Brasil gira em torno de 600 mil cabeças por ano. “Nós procuramos esses mercados [no exterior], que são mercados importantes para a pecuária brasileira. Temos aí mais de 100 mil bois em confinamentos e estações de quarentena para serem exportados nos próximos dias. São navios que vão chegar e não podemos parar com tudo isso”, disse.

O mercado de animais vivos é disputado no exterior por Brasil, Argentina, Uruguai, Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia. Os compradores, segundo Maggi, são os países islâmicos, que fazem o abate halal, respeitando algumas regras. A pessoa que mata o animal, por exemplo, precisa ser muçulmana. Além disso, lembra o ministro, há também países que não tem estrutura para receber carne congelada.

“Existem dois mercados que compram assim, é o halal, que, no caso a Turquia, prefere fazer o abate deles lá e não comprar a carne já pronta, congelada. E também alguns outros países que não têm uma cadeia de frio ainda completa, não conseguem guardar essa carne. Então eles compram os animais vivos e interiorizam os animais, levam para a zona de consumo e lá vão abatendo. Esses dois mercados são importantes”, explica Maggi.

Dados do Agrostat, sistema do governo com estatísticas de exportações, mostram que no ano passado o Brasil faturou 32% mais com as vendas de animais vivos. O negócio gerou ao país US\$ 276 milhões [...].

É evidente que os milhões de dólares não beneficiaram o país, mas sim as empresas que exportaram esses animais. O repórter, entretanto, não apurou, não conferiu a veracidade das declarações de Maggi, não contextualizou os números apresentados pelo Agrostat. Ao abordar um tema claramente “polêmico”, restringiu-se não apenas a uma única perspectiva, como a uma única voz. No mesmo dia, o diretor de redação da *Globo Rural*, Bruno Blecher, concedeu uma entrevista ao programa “CBN Agronegócios”<sup>670</sup>. A gravação foi divulgada no site da revista com a chamada: “Animais foram única vítima da ‘guerra de liminares’ na exportação de gado”<sup>671</sup>.

A “guerra de liminares” na Justiça que teve como assunto o embarque de bovinos vivos para exportação no Porto de Santos teve apenas uma vítima: os animais. Enquanto ativistas, empresas privadas e o governo discutiam, 27 mil bovinos ficaram alojados no navio parado, à espera de autorização. Desde a madrugada de segunda-feira (5/2), o MV Nada partiu carregado com destino à Turquia. Enquanto isso, aqui no Brasil, outras cerca de 100 mil cabeças estão em quarentena, na fila do embarque para diversos países que compram gado vivo do Brasil. Ouça abaixo o comentário na edição deste terça-feira (6/2) do CBN Agronegócios.

Logo no início da entrevista, que teve a duração de cerca de 7 minutos, Blecher mostrou-se pouco familiarizado com as reivindicações dos movimentos por direitos animais. Segue a transcrição:

<sup>670</sup> Disponível em: <https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/158365/impasse-sobre-exportacao-de-gado-gera-polemica-em-.htm> Acesso em 31 jan. 2021.

<sup>671</sup> Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Colunas/bruno-blecher/noticia/2018/02/animais-foram-unica-vitima-da-guerra-de-liminares-na-exportacao-de-gado.html> Acesso em 31 jan. 2021.

**Bruno Blecher:** O Tribunal de Justiça de São Paulo ordenou a paralização do embarque dos 27 mil bois atendendo às ONGs dos direitos humanos.

**Apresentador:** Direitos Humanos não, cara, direitos dos animais.

**Blecher:** É verdade, é direitos dos animais, não é humano. [Gargalhadas]

**Apresentador:** A não ser que o boi também é um ser humano, como diria um velho ministro.

**Blecher:** É, muita gente acha. Então, esse gado tinha sido vendido pelo frigorífico Minerva para a Turquia. Eles compram gado vivo por motivos religiosos. Os muçulmanos preferem criar o gado lá, eles mesmos, para abater segundo as normas do halal, que é um procedimento de abate. Aí na sexta-feira, o juiz [...] determinou o desembarque dos 27 mil bovinos, que já estavam dentro do navio, e deu cinco dias para que o frigorífico Minerva apresentasse um plano de logística para levar todos os animais de volta a suas fazendas de origem. Imaginou que loucura? Virou um impasse, um caos, uma operação de guerra. A companhia DOCAS do Estado de São Paulo, que administra o porto, não tem estrutura para alocar o gado fora do navio. Aí o mau cheiro foi tomando conta da cidade. O gado foi ficando lá, fazendo suas necessidades [...], e o esterco, o mau cheiro foi tomando conta da cidade. Os ativistas começaram a fazer manifestações no porto.

Como se nota, Blecher equivocou-se ao relatar a ordem dos acontecimentos. Conforme já foi descrito aqui, o mau cheiro se espalhou pela cidade muito antes da decisão judicial, não tendo sido uma consequência desta. Os protestos no porto também iniciaram ainda antes do começo dos embarques, não após sua suspensão. A confusão que ele faz entre direitos animais e direitos humanos, além do fato de afirmar em seguida que “muita gente acha” que “boi é ser humano”, demonstra certo escárnio em relação aos ativistas – o que é significativo, sendo ele o diretor de redação. No decorrer da entrevista, entretanto, Blecher muda um pouco o tom.

**Blecher:** O problema é o seguinte: para cumprir a ordem judicial seria necessário uma mega operação. Imagina só levar 27 mil animais de volta pras suas fazendas? [...] Ia demorar uns 30 dias, ia precisar de uns 385 caminhões, já que cada caminhão leva 70 [...]. E o desembarque ia causar um estresse danado aos bovinos que teriam que voltar todos para a fazenda. As ONGs alegaram que os animais estariam sendo maltratados no navio. E o Minerva respondeu que a exportação de gado vivo é uma atividade regulamentada pelo Ministério da Agricultura e todo o manejo do gado segue os procedimentos de bem-estar animal. Então estava tudo sendo cumprido à risca. Pra você ter uma ideia, nos últimos cinco anos o Brasil exportou mais de 800 mil cabeças de animais vivos, que foram para a Venezuela – que agora parou de comprar porque não tem mais dinheiro –, Turquia, Líbano e Egito. [...] Aí na noite de domingo a Advocacia Geral da União conseguiu derrubar a liminar que pedia o desembarque e o navio finalmente evacuou na madrugada de segunda-feira para a Turquia.

O jornalista claramente aderiu à versão do governo e da empresa, sobretudo ao afirmar com segurança que “estava tudo sendo cumprido à risca” e que a atividade se justificava pelo volume de animais comercializados – logo, pelo volume de lucro que gera. Apenas dois auditores fiscais do governo foram encarregados de verificar as condições em que se

encontravam os 27,8 mil bois. Portanto, é insensato afirmar que essa fiscalização seria capaz de certificar que “os procedimentos de bem-estar animal” estavam sendo respeitados. A entrevista prossegue:

**Apresentador:** Fizeram uma operação assim: caiu a liminar e o navio pá! Partiu.

**Blecher:** Partiu. Foi embora. Moral da história. O que eu penso dessa história: os movimentos veganos têm todo direito de pregar sua ideologia, convencer as pessoas a não comer carne... Podem até protestar contra o embarque de animais vivos. Acho que tem todo o direito de fazer isso. [...] Mas nesse caso do Porto de Santos, se eles fossem ver direitinho, essa guerra de liminares só teve uma vítima: os animais que ficaram parados lá. Era melhor mandar os animais embora do que deixar do jeito que ficou lá.

Quando afirma que os ativistas podem “pregar sua ideologia” e “até protestar...”, Blecher rotula-os como radicais e doutrinários – o ministro da Agricultura também proferiu declarações semelhantes. Como muitos, o jornalista parece acreditar que tão somente os defensores dos animais possuem uma ideologia, como se os empresários do setor, o governo e ele próprio não tivessem suas próprias ideologias. O fato de aderirem ao pensamento hegemônico e não questionarem o *status quo* não significa que sejam neutros, imparciais, não-ideológicos. Segue a última parte da entrevista:

**Apresentador:** Eles ficaram mais tempo no navio, né?

**Blecher:** Sim, ficaram mais tempo no navio e sofreram muito mais. E da parte do frigorífico e do Ministério da Agricultura, eles precisam ter sensibilidade para ver que hoje as pessoas não veem mais o animal como mercadoria. É um animal vivo e as pessoas têm todo o direito de se informar sobre como é feita essa operação, se esses animais são transportados de forma segura, se recebem água, se são bem tratados. Eu acho que precisa ter essa sensibilidade, porque o mundo está assim, a tendência é essa mesmo. Os animais são vistos como animais vivos e não como mercadoria. Eu acho que essa é uma tendência que o mundo está exigindo.

**Apresentador:** Tá certo. É isso aí, tem que ser mais cuidadoso e tal.

**Blecher:** Mais cuidadoso, né.

Em nenhum momento o jornalista considerou a possibilidade de que, justamente pelo estresse e crueldade que essas viagens geram, talvez a melhor opção fosse mesmo proibi-las. Blecher também apontou os ativistas como responsáveis pelo sofrimento dos animais. No entanto, a decisão judicial que liberou o navio foi despachada com tanta rapidez que os bois tiveram que permanecer na embarcação por apenas dois dias a mais do que o previsto.

Ao afirmar que o governo e o frigorífico deveriam ser mais sensíveis às exigências da sociedade, observa-se que o diretor da revista classifica tais demandas como uma “tendência”, não que ele pessoalmente acredite que haja realmente a necessidade de “ser mais cuidadoso”. Afinal, conforme reitera, “os animais são vistos”, são “as pessoas” que pensam que devemos respeitá-los como seres vivos.

A última matéria que a *Globo Rural* publicou no dia abordava, pela primeira vez, a vistoria realizada pela médica veterinária Magda Regina: “Fotos: laudo constata maus-tratos a bois dentro de navio em Santos”<sup>672</sup>. O primeiro parágrafo do texto, assinado por duas repórteres, informava que “a revista *Globo Rural* teve acesso à íntegra do documento anexado ao processo”, o qual constatara “maus-tratos aos animais e violação explícita da dignidade animal”. Segue a matéria:

De acordo com o relato da profissional, as condições de higiene eram precárias, principalmente para os animais ingressos na embarcação desde o dia 26 de janeiro. “A imensa quantidade de urina e excrementos produzida e acumulada nesse período, propiciou impressionante deposição no assoalho de uma camada de dejetos lamacenta. O odor amoniacal nesses andares era extremamente intenso tornando difícil a respiração”, diz um trecho do relatório.

Tais condições se dão devido à impossibilidade do processo de lavagem. Informações do laudo apontam que o processo de lavagem dos pisos ocorre a cada cinco dias, mas apenas após a partida do navio. Um sistema que faz a dessalinização da água do mar é acionado durante a viagem. Portanto, enquanto o navio está atracado, a limpeza não é realizada. Os dejetos acumulados pelo processo de limpeza durante a viagem têm seu conteúdo descartado, sem qualquer tratamento, ao mar, aponta a inspeção da veterinária.

Ao todo são cerca de 11 pessoas cuidando dos animais na embarcação durante a viagem. O trajeto do Brasil à Turquia dura aproximadamente 15 dias. Três veterinário embarcados são responsáveis pela assistência médica e inspeção dos animais. Ou seja, para cada 9.000 animais há um veterinário. Além disso, oito vaqueiros que trabalham em turnos, verificando as condições de integridade dos animais.

Quanto à alimentação, Magda relata que há o fornecimento regular de comida e, quando em curso, o sistema de dessalinização da embarcação tem condições de produzir água em quantidade satisfatória. Mas, muitos dos comedouros e bebedouros disponíveis encontravam-se com detritos de fezes e clara presença de ferrugem.

Nas baias cada animal possui dimensões menores que 1m<sup>2</sup> por indivíduo. “Definitivamente, o transporte marítimo de carga viva não contempla a possibilidade de saída dos animais de suas baias de confinamento até seu destino de chegada, impedindo assim qualquer tipo de descanso ou passeio para o animal. No interior de seu recinto de confinamento (baias) é unicamente possível ao animal prostrar-se ao chão. Tal movimento certamente diminui espaço na área dos animais vizinhos presos no mesmo brete e sujeita assim o animal a contato íntimo com seus dejetos e os dejetos de outros animais.”

Os animais que falecem durante o percurso são levados à um espaço do navio conhecido como Graxaria e inseridos em um dispositivo mecânico responsável por triturar o animal completamente. Os pedaços de carcaça são descartados no mar durante o trajeto.

<sup>672</sup> Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/Boi/noticia/2018/02/fotos-laudo-constata-maus-tratos-bois-dentro-de-navio-em-santos.html> Acesso em 31 jan. 2021.

Como se observa, a matéria reproduziu diversos trechos do laudo, conferindo espaço inédito na publicação para a perspectiva dos animais. É notável que várias das constatações da veterinária tenham sido expostas com precisão e sem as frequentes distorções e preconceitos que acompanham as declarações de ativistas. Entretanto, apesar de a revista finalmente ter se mostrado disposta a ouvir o “outro lado”, o texto só foi publicado após estar tudo “solucionado”. As exportações já estavam liberadas em todo o país e a divulgação do laudo e das fotos não poderiam mais influenciar os acontecimentos em curso. Ao chegar tarde, a notícia certamente perdeu em peso e relevância, despertando menos interesse daqueles que acompanhavam os desdobramentos do caso.

Outra questão a ser considerada é o fato de que a matéria foi publicada de forma descontextualizada. As constatações do laudo técnico não foram contrapostas às tantas declarações favoráveis às exportações de animais vivos que o veículo vinha divulgando, portanto, não contribuíram para expor as fragilidades e inconsistências desses discursos. O texto tampouco informa que o parecer estava amparado em diversos outros documentos que comprovavam que a situação no navio *Nada* não seria um caso isolado, uma exceção à regra, mas sim a regra.

Apesar de constar no título a palavra “fotos”, as imagens não foram publicadas junto com o texto. Ao final da matéria, um link direciona o leitor para outra página, onde uma galeria com 10 fotos é apresentada com a seguinte descrição: “Por dentro do Navio Nada: Embarcação atracou no Ecoporto de Santos (SP), carregou 25 mil bois e partiu para a Turquia após governo federal intervir e derrubar liminares que impediam a operação de exportação de gado em pé”.<sup>673</sup> É ótimo que um veículo *mainstream* tenha divulgado tais imagens, bastante reveladoras das condições dos animais dentro do navio. Mas assim como o texto, as fotos também chegaram tarde. Após serem repetidamente ignoradas, somente tiveram visibilidade quando os bois já estavam a caminho da Turquia.

A imprensa turca, por outro lado, divulgou o laudo e as imagens registradas por Magda Regina antes que os bois chegassem ao país. As fotos estamparam a capa da edição de 09 de fevereiro de 2018 do jornal *Mersin Imece*<sup>674</sup> (Figura 21), da cidade portuária para onde o navio *Nada* se dirigia. O veículo informava que os animais se encontravam em condições insalubres, com baias completamente sujas, em um ambiente com odores tóxicos que dificultavam a

---

<sup>673</sup> Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/Boi/fotos/2018/02/por-dentro-do-navio-nada.html> Acesso em 10 abr. 2021.

<sup>674</sup> Disponível em: <https://www.mersinimecehaber.com/mersin/anguslarin-icler-acisi-hali-h16056.html> Acesso em 31 mar. 2021.

respiração. Tais fatores seriam indicativos, portanto, de que os bois que em breve desembarcariam na Turquia sofririam maus-tratos.



### ANGUSLARIN İÇLER ACISI HALİ!

Brezilya'dan ithal edilen 25 bin büyükbaş hayvanın kötü ve sağlıksız koşullarda gemiyle yola çıktığı öne sürüldü. Brezilya'nın Sao Paulo limanından 1 hafta boyunca bekletilen geminin içindeki hayvanların kaldığı bölümlerde temizliğin yapılmaması kente kötü koku yayılmasına neden olurken, yerel halk bu duruma tepki gösterdi. Geçen yıl kasım ve aralık aylarında da ithal hayvanları taşıyan kargo gemisinin Mersin Limanı'na giriş yapmasıyla ilimizde aynı durum yaşandı. Ayrıca, Ulusal Hayvanları Koruma Formu, 21 Şubat'ta Mersin Limanı'na giriş yapacak olan kargo geminin içerisindeki hayvanların fotoğraflarını paylaştı.

09 Şubat 2018 Cuma 10:52

Bu haber 4015 kez okundu.



Figura 21: À esquerda, capa da edição de 09 de fevereiro de 2018 do jornal *Mersin İmece*. À direita, imagem de parte da notícia que foi publicada no site do jornal no mesmo dia.

O jornal aproveitou a ocasião para relembrar as condições em que os outros 27,5 mil bois<sup>675</sup>, que embarcaram em Santos no início de dezembro, haviam chegado ao país. Segundo a matéria, os moradores de Mersin, assim como os de Santos, ficaram fortemente incomodados com o mau cheiro que se disseminou assim que o navio atracou com os animais a bordo.<sup>676</sup>

## Desdobramentos

A partir de 07 de fevereiro, a quantidade de matérias publicadas a cada dia diminuiu consideravelmente, mas o tema manteve-se em pauta ao longo do mês. Nesse período, a ação

<sup>675</sup> O número de animais que chegam ao porto de destino é sempre menor do que a quantidade embarcada, uma vez que vários deles seguramente morrem durante o trajeto marítimo. Entretanto, como não há nenhum documento que forneça com precisão a porcentagem de óbitos dessas viagens intercontinentais, mantive aqui o número “oficial”. Se considerarmos, por outro lado, a parcela de 10% de mortes apontada por alguns especialistas, poderíamos supor que chegaram vivos – mas não necessariamente saudáveis – à Turquia cerca de 25 mil bois.

<sup>676</sup> A publicação foi traduzida e anexada aos autos do recurso de agravo interno apresentado posteriormente pelo Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, na tentativa de reverter a suspensão da liminar que proibia a exportação de carga viva em todo território nacional. Para descrever o conteúdo da matéria, baseei-me nessa tradução fornecida pela ONG, além de diferentes tradutores disponíveis online.

civil pública seguiu seu curso: o Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal interpôs agravo interno para tentar reverter a suspensão da liminar e o Ministério Público Federal emitiu pareceres favoráveis à solicitação da ONG. Entretanto, não houve novas proibições dos embarques, e a imprensa deixou de acompanhar o andamento do processo judicial. O episódio de Santos (SP), por outro lado, teve desdobramentos fora da esfera jurídica, os quais foram reportados nas matérias que se seguem.

2018 – FEVEREIRO [80]					
Data	Título	Veículo	Editoria	Repórter	Palavras
07/02/2018 [2]					
07/02	Boi: agronegócio teme novos entraves jurídicos à exportação de animais vivos	IstoÉ	Agronegócio	Estadão Conteúdo	710
07/02	Um gigantesco embarque de boi vivo expõe batalha entre ativistas e a gestão Temer	El País	Brasil	Talita Bedinelli	1314
08/02/2018 [3]					
08/02	Bois exportados à Turquia estão ótimos, diz Ministério	Globo Rural	Boi	Cassiano Ribeiro	427
08/02	Tucano apresenta projeto para vetar transporte de animais vivos	Veja	Brasil	Gabriel Mascarenhas	126
08/02	27 mil bois estão em alto mar rumo à Turquia, vivos!	Mídia Ninja	—	Por Ninja	510
09/02/2018 [1]					
09/02	Veterinária que fez laudo em navio com bois é ativista ambiental, diz SRB	Globo Rural	Boi	Redação Globo Rural	304
14/02/2018 [6]					
14/02	Exportação de gado vivo cresce sob mira de entidades de defesa animal	Estadão	Economia & Negócios	Fernando Scheller	636
14/02	Venda de gado vivo cresce sob mira de entidades protetoras	Globo Rural	Boi	Estadão Conteúdo	636
14/02	Venda de gado vivo cresce sob a mira de ONGs de defesa animal	Veja	Economia	Estadão Conteúdo	631
14/02	Venda de gado vivo cresce sob mira de entidades	IstoÉ	Economia	Estadão Conteúdo	642
14/02	Animais viajam 16 dias para chegar ao porto de destino	Estadão	Economia & Negócios	Fernando Scheller	515
14/02	Gado vivo: animais viajam 16 dias para chegar ao destino	Globo Rural	Boi	Estadão Conteúdo	522
15/02/2018 [1]					
15/02	Terminal é multado em R\$ 450 mil por fazer operação com carga viva no Porto de Santos, SP	G1	Santos e Região	G1 Santos	245
16/02/2018 [4]					
16/02	Cetesb multa empresa por embarcar carga viva sem licença em Santos	Folha	Mercado	Martha Alves	305

16/02	Ecoporto Santos é multada em R\$ 450 mil por embarque de gado	Globo Rural	Boi	Redação Globo Rural	212
16/02	Manifesto de grupos de pesquisa em bem-estar animal pede "regulamentação clara" ao ministério	Globo Rural	Boi	Vinicius Galera	577
16/02	Deputado autor da “segunda sem carne” quer proibir gado vivo em navio	Globo Rural	Política	Redação Globo Rural	343
<b>21/02/2018 [2]</b>					
21/02	Exportação de animais vivos para abate dispara e vira alvo de batalhas na Justiça no Brasil	BBC Brasil	São Paulo	Leandro Machado	1921
21/02	Exportação de animais vivos para abate dispara e vira alvo de batalhas na Justiça no Brasil	UOL	Economia	Leandro Machado/BBC Brasil	1934
<b>25/02/2018 [1]</b>					
25/02	Manifestantes protestam pelo fim da exportação de animais vivos	Sul 21	Geral	Da Redação	367
<b>28/02/2018 [1]</b>					
28/02	Após polêmica exportação de gado à Turquia, pesquisadores cobram regras de bem-estar a animais de produção	G1	Ribeirão e Franca	Adriano Oliveira	757

Quadro 13: Matérias sobre exportação de gado vivo publicadas de 7 a 28 de fevereiro de 2018.

Apenas duas matérias foram publicadas no dia 07 de fevereiro, sendo a primeira delas da revista *IstoÉ*: “Boi: agronegócio teme novos entraves jurídicos à exportação de animais vivos”<sup>677</sup>. Conforme anunciava o título, representantes do agronegócio “temiam” ter que enfrentar um novo “imbróglio”, semelhante ao que ocorrera no Porto de Santos. O texto relembrou brevemente a “briga” jurídica dos dias anteriores, para então relatar as mobilizações do setor com o objetivo de garantir a continuidade das exportações:

[...] No entendimento do setor, os eventos recentes abriram brechas para que mais pedidos para barrar outros embarques sejam aceitos pela Justiça. A atividade é regulamentada pelo Ministério da Agricultura. Para se precaver de novos bloqueios, entidades do agronegócio vêm se reunindo nos últimos dias, programando ações e discutindo possíveis mudanças. Representantes do setor propõem ações jurídicas, uma campanha de comunicação voltada ao público externo e possíveis mudanças nas operações de embarque. “Queremos sanar dúvidas para termos um modelo seguro para a pecuária nacional, que não passe mais por acontecimentos desse tipo”, afirmou o assessor jurídico Octávio Pereira Lima, da Associação Brasileira dos Exportadores de Animais Vivos (Abreav).

Lima participou nesta tarde de quarta-feira, 7, de reunião na sede da Federação da Agricultura de São Paulo (Faesp), em São Paulo, para tratar do assunto. Ele acrescentou que o setor está preparado “para corrigir algumas coisas”. Um exemplo é o uso de caminhões-pipa para higienizar as vias nas cidades por onde os veículos

<sup>677</sup> Disponível em: <https://istoe.com.br/boi-agronegocio-teme-novos-entraves-juridicos-a-exportacao-de-animais-vivos/> Acesso em 12 fev. 2021.

passam transportando boiadas até chegar aos portos. Segundo ele, essa medida já é adotada em alguns dos embarques pelo Porto de São Sebastião, também no litoral paulista. No caso do navio Nada, que seguiu para a Turquia a partir de Santos, a Minerva Foods chegou a ser multada pela prefeitura por poluição [...].

“A batalha agora é jurídica, já que do ponto de vista administrativo o embarque atendeu a todos os requisitos”, disse o coordenador da Comissão de Bovinocultura de Corte da Faesp, Cyro Penna Júnior. O vice-presidente de Relações Internacionais do Conselho Nacional de Pecuária de Corte (CNPC), Sebastião Costa Guedes, reconhece que é “um equívoco” usar o Porto de Santos para esse tipo de carga. Para ele, os embarques no Estado de São Paulo deveriam ficar limitados a São Sebastião, pois Santos é um grande conglomerado “com outro tipo de tradição (no tipo de carga movimentada)”.

A proibição de se usarem caminhões de grande porte na área portuária de Santos é outro entrave, na opinião dos representantes reunidos na Faesp, já que aumenta o número de veículos usados em uma operação, intensificando o tráfego e retardando o embarque, além de aumentar a quantidade de dejetos. Só para embarcar os 25 mil bois no navio Nada, foram necessários cerca de 500 caminhões.

Na terça-feira, a Sociedade Rural Brasileira (SRB) também promoveu um encontro para debater o tema. Foi uma reunião fechada à imprensa, mas, segundo uma fonte, ficou claro que há um receio de que novas suspensões podem acontecer a cada embarque, mesmo com o episódio de Santos solucionado.

### **Prejuízo**

Caso haja bloqueios constantes, o prejuízo pode alcançar R\$ 1,5 bilhão este ano, considerando-se a expectativa de embarque ao exterior de 600 mil cabeças e os gastos que envolvem a operação. Segundo o assessor da Abreav Octavio Pereira de Lima, há atualmente 100 mil animais prontos para serem exportados nos chamados Estabelecimentos Pré-Embarque (EPE), que são espécie de confinamento onde os rebanhos ficam antes de serem encaminhados aos portos.

A exportação de bovinos e bubalinos vivos pelo Brasil cresceu 39% no ano passado em relação a 2016, puxada pela Turquia. No ano passado foram exportados 407.365 animais, ante um total de 292.554, de acordo com dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). A receita foi de US\$ 276 milhões em 2017, ante US\$ 206 milhões no ano anterior.

Trata-se de mais uma matéria que expõe tão somente a perspectiva dos pecuaristas. Todas as quatro fontes ouvidas eram representantes do agronegócio. O veículo assumiu o discurso de que a exportação de animais vivos é realmente necessária e benéfica para o país – afinal, gera uma receita de centenas de milhões de dólares. Chama a atenção o fato de o FNPDA não ser procurado sequer para informar se recorreria da decisão que autorizara os embarques. Também não houve qualquer interesse em registrar reuniões e encontros de defensores dos animais e as estratégias que adotariam para tentar proibir novamente – e definitivamente – a atividade. A perspectiva daqueles que detêm capital econômico e estão em consonância com o status quo é claramente favorecida.

O jornal El País publicou uma única reportagem sobre tema ao longo dos três anos que integram o *corpus*. Em um texto extenso (1314 palavras), assinado por Talita Bedinelli, foram relatados os pormenores do embate judicial: “Um gigantesco embarque de boi vivo expõe

batalha entre ativistas e a gestão Temer”<sup>678</sup>. A repórter esteve em Santos para acompanhar os acontecimentos *in loco*. A única foto que ilustra a matéria, de ativistas protestando no porto, também é de sua autoria.

No último sábado à noite, 3 de fevereiro, o ar de Santos, uma das principais cidades do litoral paulista, exalava esterco. Era o odor dos excrementos de 25.100 bois confinados no navio Nada, de bandeira panamenha, parado no porto da cidade havia oito dias. Eles seriam exportados para a Turquia, mas uma decisão judicial proibia a saída da embarcação, onde uma perícia constatou maus-tratos aos animais. O navio acabou partindo na noite de domingo, após intervenção do Governo Michel Temer e da bancada ruralista, representada no Ministério da Agricultura pelo ministro, Blairo Maggi. Mas o caso se tornou um símbolo para ativistas, que prometem mais protestos e pretendem pautar o Congresso Nacional para tentar a proibição do tipo de transporte no país —um projeto de lei foi protocolado na Câmara nesta segunda-feira, pelo deputado Ricardo Tripoli (PSDB-SP).

O veículo foi o primeiro a reportar quais seriam os planos dos ativistas para avançarem com suas reivindicações, informando também sobre os esforços que vinham sendo empreendidos para além da ação judicial. As movimentações no campo legislativo estavam em curso não apenas na Câmara dos Deputados, conforme informa a repórter. Nas esferas municipal e estadual, políticos de diferentes partidos e espectro ideológico tentavam igualmente proibir, por lei, as exportações brasileiras de carga viva.

Os animais, com até um ano de idade, pertenciam à Minerva Foods, uma empresa com sede em Barretos (interior de São Paulo), que se apresenta em seu site como "uma das maiores exportadoras de gado vivo do mundo". Eles começaram a ser embarcados em 26 de janeiro numa operação que terminou cinco dias depois. O gado já havia enfrentado uma jornada de até 14 horas em caminhões, que deixaram uma área de pré-embarque localizada a 500 quilômetros dali. Durante o percurso, mal conseguiam se mover e suas as fezes e urinas foram lançadas em via pública, o que rendeu à empresa duas multas da Prefeitura de Santos, num total de 2,5 milhões (por maus-tratos e contaminação da rede de drenagem; e pelo forte odor de excremento que tomou conta da cidade).

Como se observa, a matéria traz detalhes adicionais para contextualizar o episódio — a idade dos bois, a cidade onde está localizada a sede do frigorífico, o tempo de viagem dos EPEs até o porto. No parágrafo a seguir, entretanto, a repórter equivoca-se ao informar que a justiça fora acionada após o início dos embarques, uma vez que a ação civil pública fora protocolada ainda em dezembro de 2017.

---

<sup>678</sup> Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/05/politica/1517866118\\_265133.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/05/politica/1517866118_265133.html) Acesso em 24 jan. 2021.

Enquanto o procedimento de embarque ocorria, ativistas da Agência de Notícias de Direitos Animais (ANDA) e do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, uma entidade que reúne 136 organizações não-governamentais brasileiras, acionaram a Justiça federal. Pediam a suspensão do embarque de animais vivos em todos os portos brasileiros e o desembarque imediato do gado de Santos, para poupá-los da extenuante viagem de semanas pelo oceano Atlântico rumo à Turquia.

No dia 31, o juiz Djalma Moreira Gomes proibiu, em uma decisão liminar (provisória) a saída do navio NADA e de outras possíveis embarcações com carga viva de portos brasileiros. Ordenou ainda a vistoria por uma veterinária, que em visita no dia seguinte constatou serem "abundantes os indícios de maus-tratos e violação explícita da dignidade animal", segundo reportou em seu relatório, publicado na internet pelas ONGs e cujos trechos foram usados em sentença judicial. Em seu relato, ela afirma que a situação dos animais variava a depender de onde estavam suas baias no navio, com 13 pisos. [...]

Em andares inferiores, onde estavam os animais que foram embarcados primeiro, "as condições de higiene eram muito precárias". "A imensa quantidade de urina e excrementos produzida no período propiciou impressionante deposição no assoalho de uma camada de dejetos lamacenta (...) No interior das baias é unicamente possível ao animal prostrar-se ao chão. Tal movimento diminui espaço na área e sujeita o animal a contato íntimo com seus dejetos e os dejetos de outros animais", relatou ela. Segundo a equipe do navio, continuou a veterinária, a lavagem dos pisos ocorre a cada cinco dias, mas esse sistema só é colocado em funcionamento após partida da embarcação, já que o descarte é feito no próprio mar, sem tratamento, o que não seria possível na costa. A veterinária também relatou a existência da graxaria, setor com um equipamento para triturar os animais que morrem no caminho – o resultado disso também acaba lançado no mar, destacou ela.

Em nota, a Minerva Foods afirmou que o manejo do gado segue todos os procedimentos adequados para preservar o bem-estar dos animais durante o transporte, embarque e no decorrer da viagem até o destino. E que este tipo de exportação é devidamente regulamentada pelo Ministério da Agricultura. Um relatório do Serviço de Vigilância Agropecuária do Porto de Santos, usado pelo Governo federal na ação, atestou que as condições de manejo e de bem-estar dos animais embarcados atendiam o preconizado nas normas editadas no país. Com base no impasse entre as versões da vistoria, o recurso da empresa para liberar o navio acabou negado na tarde de sábado (3).

Após reproduzir os trechos do parecer e apresentar também o “outro lado” – este já bem conhecido –, a matéria evidenciou o fato de que o juiz também analisara o relatório do SAV, mas optara por acolher a demanda dos ativistas. O texto explicita o que informei anteriormente: o laudo veterinário produzido por Magda Regina poderia ser acessado nos autos do processo, além de ter sido disponibilizado pelas ONGs de proteção animal em seus sites e redes sociais. Mas nenhum dos jornalistas que acompanharam o caso “minuto a minuto” parece tê-lo consultado. A reportagem prossegue com o subtítulo “Um alvoroço no Governo Temer”:

A detenção do navio causou um alvoroço no Governo Temer. No domingo à tarde, o deputado federal Beto Mansur (PRB-SP), vice-líder do Governo na Câmara, esteve no porto de Santos para visitar a embarcação, enquanto o ministro Blairo Maggi se reunia com o presidente. O Governo argumentava que o desembarque dos bois traria grave risco de lesão à agropecuária nacional e que o navio tinha condições de se submeter ao transporte internacional de animais. Dizia que a embarcação se tornou um fator de "potencial de risco à introdução de diversos agentes patógenos", já que os animais já haviam sido alimentados com rações não existentes no país, podendo disseminar sementes de plantas daninhas através de seu esterco. E a logística para o

desembarque exigiria ao menos 30 dias, colocando em risco a saúde dos animais. Na noite do próprio domingo, a desembargadora Diva Malerbi, do Tribunal Regional Federal 3, concordou com os argumentos e acatou um novo recurso, desta vez da Advocacia Geral da União (AGU), afirmando que os riscos do desembarque seriam maiores do que a continuidade da viagem. O navio partiu poucas horas depois da decisão.

"Sou advogado há 15 anos e não sei como acessar um desembargador federal às 21 horas de um domingo. Isso só mostra o poder econômico que está envolvido nisso", afirma Carlos Ademir Bedin Cipro, da Associação Brasileira de Advogadas e Advogados Animalistas (Abraa), envolvida no processo. "As alegações para liberar são muito equivocadas, sem nenhum embasamento técnico e usadas para convencer uma pessoa leiga, que pressionada pelo Governo tomou a decisão", destaca Vânia Plaza Nunes, diretora técnica do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal. "Se o desembarque demoraria 30 dias, como eles fariam caso houvesse um problema técnico?", diz.

A repórter descreveu o contexto em que o navio *Nada* fora liberado e, em seguida, fez o que os demais veículos não fizeram: ouviu um dos advogados da ação civil pública e uma representante da ONG que propusera a ação. Dar voz àqueles que foram diretamente afetados (e prejudicados) pelos acontecimentos que estão sendo reportados é um princípio básico da apuração jornalística. Nos parágrafos seguintes, com o subtítulo "Acidente no Pará", a repórter relembra outros episódios envolvendo a exportação de animais vivos que tiveram ampla repercussão midiática, dando visibilidade a fatos que também estiveram ausentes nas matérias já analisadas aqui.

O transporte de gado vivo pela Minerva já havia sido destaque na imprensa em outubro de 2015, quando um navio com 5.000 bois naufragou no Pará. Muitos animais morreram afogados. A embarcação partiria para a Venezuela, que já foi um dos maiores destinos deste tipo de exportação, segundo dados levantados pelo presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro. A crise no país vizinho mudou o cenário e diminuiu consideravelmente a quantidade de gado enviada para fora do país.

Enquanto em 2013, auge do mercado, 688.000 bois saíram vivos do território brasileiro, trazendo um aporte de 724 milhões de dólares (2,3 bilhões de reais), em 2017 este número caiu para 407.000 unidades, num valor total de 276 milhões de dólares, destaca Castro. A Venezuela no ano passado não comprou um único gado brasileiro, sendo substituída na liderança pela Turquia, que obteve 227.000 cabeças no ano passado. Este tipo de importação não é a mais lucrativa, afirma o presidente da AEB, já que a tonelada da carne congelada exportada vale o dobro da do boi vivo. Mas ela atende um mercado que quer ampliar sua reserva de bois e uma demanda de ordem religiosa, que prevê regras mais rígidas para o abate animal. [...]

Na noite desta segunda-feira, o TRF3 também derrubou a liminar que proibia o embarque de animais vivos em todos os portos brasileiros. Os ativistas agora recorrem da decisão. Querem que ela seja revertida o mais rapidamente possível, já que uma nova embarcação com 5.488 animais está programada para sair do país nesta quarta-feira, no porto de São Sebastião (São Paulo).

A Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), que foi procurada pela primeira vez para opinar sobre a questão, reiterou o que diversos profissionais da área, não apenas

ativistas, já haviam manifestado em diferentes ocasiões: vender carne é muito mais lucrativo do que vender boi. Raras foram as matérias, entretanto, que consideraram esse fato. Pelo contrário: os veículos repetidamente anunciaram a enorme receita que a atividade gera “para o país” – exagerando significativamente sua importância para a economia brasileira.

Enquanto a matéria da IstoÉ publicada no mesmo dia ressaltava tão somente as medidas que vinham sendo planejadas pelo agronegócio para evitar novos impasses jurídicos, o El País optara por comunicar os próximos passos dos ativistas. Estes seguiam acompanhando a agenda de embarques e programavam mais protestos – os quais seriam novamente ignorados pela imprensa nacional.

No dia seguinte, 08 de fevereiro, a revista *Globo Rural* colocou-se mais uma vez como porta-voz do governo e da Minerva Foods: “Bois exportados à Turquia estão ótimos, diz Ministério”<sup>679</sup>. A notícia informava que o Mapa vinha recebendo “relatórios diários do comandante da embarcação que deixou o Porto de Santos [...] e que até o momento não houve nenhum problema com os mais de 25 mil bois a bordo”. O texto omite o fato de que a própria empresa exportadora era a responsável por produzir tais relatórios. Portanto, sobretudo tendo em vista os últimos acontecimentos, o comandante muito dificilmente comunicaria ao governo que os bois *não* estavam ótimos. A matéria prossegue reforçando a ideia de que tudo se encaminhava com “perfeição”:

“Estamos monitorando os animais com relatórios diários do comandante e estão ótimos”, afirmou o diretor do departamento de saúde animal do Mapa, Guilherme Marques em entrevista à revista *Globo Rural*. O navio deve chegar à Turquia no fim do mês.

Sobre a polêmica que envolveu o caso, Marques ressaltou que o processo de exportação foi perfeito e atendeu a rígidas normas de bem estar animal. Em relação ao laudo da médica veterinária que fez uma inspeção interna no navio e atestou maus tratos aos bois, o diretor do ministério apontou falta de embasamento técnico da profissional e argumentou que o maior problema ocorreu pelo fato de os animais terem ficado presos no navio, enquanto do lado de fora havia um impasse judicial. [...]

“Assim que houve a decisão judicial, pedimos a empresa responsável pela operação um plano de desembarque e logo percebemos que levaria mais de 20 dias, porque teria de identificar uma propriedade próxima ao porto com capacidade para receber mais de 25 mil animais, sem contar o número de carretas, alimento, água. Se os animais estivessem numa área qualquer, haveria condição de expor os bois a maior risco de saúde”, afirma.

Entre as regras para exportação de animais vivos está o confinamento do rebanho em Estabelecimento de Pré-embarque (EPE), que são fazendas inspecionadas e certificadas pelo governo para atender especificamente esses casos. É lá onde os animais cumprem a quarentena antes de serem colocados nos navios. Segundo o Mapa, atualmente há 40 fazendas cadastradas com estrutura para isso.

---

<sup>679</sup> Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/Boi/noticia/2018/02/bois-exportados-turquia-estao-otimos-diz-ministerio.html> Acesso em 31 jan. 2021.

Marques reconhece, porém, que “toda regulamentação é passível de ajustes” e que, no caso das normas, que tratam da exportação de animais em pé, o Brasil está discutindo algumas mudanças. No ano passado, o governo colocou em consulta pública uma nova Instrução Normativa (IN), que até o momento não foi promulgada. “Ainda está em processo [a Instrução Normativa]. Mas a legislação atual ainda é muito boa”, disse.

Segundo o executivo, está previsto ainda para este ano um encontro com representantes de países americanos para discutir alguns pontos de bem estar animal e que a região deve elaborar uma estratégia comum sobre esse assunto.

O repórter reproduz o discurso de Marques alegando que “o processo de exportação foi perfeito e atendeu a rígidas normas de bem estar animal”, além da acusação da “falta de embasamento técnico” de Magda Regina, mas não apresenta quaisquer provas de tais asseverações. Tampouco são informados os critérios utilizados para concluir que os animais estavam “ótimos” – o que se fazia ainda mais necessário, tendo em vista a quase impossibilidade de acompanhar o estado de saúde de 27,8 mil bois.

O representante do Mapa repetiu o argumento de que “o maior problema ocorreu pelo fato de os animais terem ficado presos no navio, enquanto do lado de fora havia um impasse judicial”, reforçando a ideia de que o estado em que os bois se encontravam era uma excepcionalidade – o que não era verdade. Além disso, a suposta tentativa do ministério em elaborar, junto com a Minerva Foods, um plano de desembarque, na prática nunca ocorreria. Governo e empresa não tinham qualquer intenção de transportar os bois de volta às fazendas, uma vez que ambos recorreram imediatamente da decisão judicial, acionando inclusive o presidente da República. Tão logo lhe foi solicitado, o Executivo passou a interferir no andamento do processo, pressionando o judiciário a suspender a liminar o mais rápido possível – o que bastou para que, em um domingo à noite, o navio já estivesse liberado para partir.

Guilherme Marques se contradiz ao afirmar, primeiramente, que as regras de bem-estar animal são “rígidas” e, logo a seguir, que o governo estaria elaborando uma nova Instrução Normativa. Se as normas vigentes eram tão eficazes conforme o governo alegava, por que ajustá-las? Quais seriam as principais mudanças da regulamentação que estava por ser aprovada? Estas foram apenas algumas das várias perguntas que o repórter deixara de fazer. Ao final do texto, fica claro que sua abordagem fora bastante parcial: o jornalista recorrera a uma única fonte, dando visibilidade a uma única perspectiva, ressaltando tão somente os aspectos positivos de uma atividade que vinha sendo amplamente criticada. Tal “método” de trabalho está deveras distante de uma apuração jornalística aceitável.

Ainda no dia 08 de fevereiro, a revista *Veja* publicou em sua coluna “Radar”, assinada por Robson Bonin, repórter da sucursal de Brasília: “Tucano apresenta projeto para vetar

transporte de animais vivos”<sup>680</sup>. A nota informava que o deputado federal Ricardo Tripoli (PSDB), “militante dos direitos dos bichinhos”, apresentara “um projeto de lei para proibir o transporte marítimo de animais vivos em território nacional”. Ao rotular o político como defensor “dos bichinhos”, e não “dos animais”, o texto ao mesmo tempo satiriza e minimiza a importância da causa. O texto, que se resumia a dois parágrafos, apresentara tão somente uma das justificativas de Tripoli para apresentar o PL: “Entre janeiro e outubro de 2017, a receita cambial com a exportação de carne bovina atingiu 4,126 bilhões de dólares. Nesse período, as exportações com gado em pé, ou gado vivo, responderam por 124 milhões de dólares, ou seja, 3% do total”. Seguramente, esta não seria a principal razão que levaria um “defensor dos bichinhos” a tentar proibir a atividade. A nota se encerra anunciando um vaticínio: “Tripoli que se prepare: é mais fácil uma vaca voar do que a bancada ruralista engolir o projeto”.

A *Mídia Ninja* publicou a terceira e última matéria daquele dia, sendo esta a única que o site veicularia sobre o tema. Com o título “27 mil bois estão em alto mar rumo à Turquia, vivos!”<sup>681</sup>, o texto, apesar de não ser assinado, recorre a uma linguagem mais característica de crônica do que de notícia:

O NADA, em si, não tem mesmo nada de especial. É a missão do NADA que, literalmente, carrega todo o problema. O NADA aportou nessa noite de verão para carregar em si 25,6 mil bois vivos, sim vivos, até a longínqua Turquia. O NADA pertence à maior empresa de venda de boi vivo do mundo, a Minerva Foods.

Quando finalmente o monstro azul e branco estacionou no porto, e os caminhões em que se encontravam a mercadoria deram partida, o grupo entrou em ação. Com cartazes e faixas pularam na frente dos caminhões, interrompendo a operação.

O que encontraram nos caminhões e no navio? Locais completamente abarrotados de animais, sem qualquer estrutura, sujos a caminhar em seus próprios excrementos. Aqueles que morrem pela falta de alimentação são triturados no caminho e os que sobrevivem podem ter um destino ainda pior.

Sob esse cenário, a justiça em decisão liminar aceitou a ação civil pública do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, e proibiu a exportação de gado vivo em todo o território nacional, e a devolução dos 25,6 mil gados aos seus locais de origem.

A vitória inédita para o movimento de proteção aos direitos dos animais ainda foi confirmada em segunda instância. No entanto, a decisão foi revertida pela desembargadora Cecília Maria Piedra Marcondes. Na sentença, Marcondes aceita o argumento da Advocacia Geral da União (AGU) sobre o impacto financeiro que a medida terá na economia, capaz até de aumentar a crise. [...]

Em entrevista, o Ministro da Agricultura Blairo Maggi ressaltou que o Brasil é o maior exportador do mundo de gado vivo, e somente no ano passado vendeu mais de 600 mil bois para fora do país. Quem mais ganhou com esse mercado? A Minerva, dona dos 25,6 mil bois comprimidos no NADA.

Pecuarista, o deputado federal Beto Mansur (PRB-SP), gravou um vídeo em sua rede social a fim de desmentir as denúncias de maus tratos registrados no NADA. Em um

<sup>680</sup> Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/radar/tucano-apresenta-projeto-para-vetar-transporte-de-animais-vivos/> Acesso em 04 fev. 2021.

<sup>681</sup> Disponível em: <https://midianinja.org/news/27-mil-bois-estao-em-alto-mar-rumo-a-turquia-vivos/> Acesso em 14 fev. 2021.

andar previamente limpo, ele caminhou com profissionais da imprensa, enquanto mostrava para o cameraman a bela estrutura do navio.

### **Mercado**

O principal mercado de gado vivo são os países islâmicos. Nessas culturas, o corte de carne segue rígidas condutas ligadas aos costumes religiosos, que é regulado através do certificado halal. Entre as regras, é exigido que o abatedor seja muçulmano, pronuncie o nome allah no momento do abate e faça todo o procedimento voltado para Meca.

Muitas empresas brasileiras possuem certificado halal, porém devido à estrutura de transporte ou mesmo de conservação de diversos países, a venda de carne halal no Brasil vem crescendo ano a ano. Somente em 2017, o comércio entre o Brasil e as 22 nações da Liga Árabe aumentou 16%, com destaque para a venda de carne e frango.

Já ressaltai anteriormente que a informação sobre o volume de bois embarcados no navio *Nada* fora imprecisa e inconstante ao longo da cobertura. Frequentemente, os veículos anunciavam números distintos e, por vezes, um mesmo veículo chegou a apresentar quantidades divergentes em matérias subsequentes. A *Mídia Ninja*, entretanto, conseguiu a proeza de informar dois números diferentes em uma mesma matéria. No título, anunciou que 27 mil bois estavam sendo exportados para a Turquia, enquanto no primeiro parágrafo afirmava que seriam 25,6 mil – quantidade que foi reiterada ao longo do texto.

Apesar de não favorecer explicitamente o governo e a indústria, o texto tampouco apresenta com clareza a perspectiva dos animais. O terceiro parágrafo informa que os bois “que sobrevivem podem ter um destino ainda pior”, mas não tece uma linha sobre tal “destino”. Ao informar que a solicitação da AGU fora acolhida pela desembargadora Cecília Marcondes, o autor reproduz trechos de sua decisão como se esta resultasse de uma avaliação equilibrada e imparcial – e não da pressão direta do próprio presidente da República.

As únicas fontes citadas foram o ministro Blairo Maggi e o deputado federal Beto Mansur. Diferente de outros veículos, a *Mídia Ninja* não se limitou a reproduzir suas declarações sem explicitar suas incoerências – “Quem mais ganhou com esse mercado? A Minerva [...]”; “Em um andar previamente limpo [...]”. Entretanto, nenhuma entidade de defesa animal ou ativista fora ouvido. O texto tampouco mencionou a vistoria técnica realizada pela médica veterinária a pedido da Justiça, ou contextualizou a exportação de animais vivos em um cenário mais amplo. O veículo, portanto, acabou por reiterar a constatação de que o jornalismo produzido pela “mídia alternativa” pode apresentar-se frágil e inconsistente. Apurações deficientes e textos repletos de adjetivos mostram-se, muitas vezes, incapazes de dar voz plenamente a outras perspectivas.

A única matéria publicada em 09 de fevereiro, uma sexta-feira, foi da *Globo Rural*. Fazia exatamente uma semana e um dia desde a decisão judicial que suspendera os embarques

no navio *Nada* para a realização de uma vistoria técnica, quando a revista anunciou: “Veterinária que fez laudo em navio com bois é ativista ambiental, diz SRB”<sup>682</sup>. No texto, a Sociedade Rural Brasileira (SRB) afirmava, sem provas, “que a veterinária Magda Regina, responsável pelo laudo que constatou maus tratos aos animais da embarcação NADA [...] é ativista em uma ONG ambientalista, o que, no entendimento do setor, sinaliza conflito de interesse”. A acusação é, de antemão, contestável: a entidade ruralista sequer soube informar o nome da ONG com a qual Regina estaria supostamente envolvida, sendo que “uma ONG ambientalista” geralmente tem objetivos distintos das organizações de defesa animal.

O parágrafo seguinte também é impreciso: “A SRB concluiu que existe a sensação de que a solução para o episódio, com a liberação da embarcação [...] ainda não traz segurança jurídica e novas suspensões podem acontecer nos próximos embarques”. Isto é, a SRB não aponta indícios ou dados, mas sim a “sensação” de uma insegurança jurídica. Mais grave do que representantes do agronegócio apresentarem denúncias e conclusões infundadas é um veículo jornalístico reproduzi-las acriticamente. A seguir, a entidade indica quais seriam as soluções para tais problemas que ela levanta:

A entidade acredita que, para que episódios como este não se repitam, “ações de comunicação junto ao grande público para mostrar como a atividade respeita normas da Organização Internacional de Normalização (OIN) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)”. “A sugestão é mostrar à sociedade que a atividade segue os mais altos padrões de bem-estar animal, desde a preparação do embarque, transporte e confinamento”, acrescenta a SRB em nota.

Fica claro, portanto, que a SRB não tinha a intenção de estimular o aprimoramento das práticas de manejo animal ou averiguar possíveis ocorrências de desrespeito às normas de bem-estar animal. As ações propostas se restringiam à esfera do marketing e da comunicação: seria preciso “mostrar [ao público] como a atividade respeita normas” e “segue os mais altos padrões de bem-estar animal”. Se assim fosse, as empresas exportadoras certamente não proibiriam o acesso às embarcações àqueles interessados em verificar as condições dos animais. Afinal, “os mais altos padrões de bem-estar animal” deveriam ser orgulhosamente expostos, não ocultados. Na prática, entretanto, os navios de carga viva são tão impenetráveis quanto os frigoríficos.<sup>683</sup> A seguir, a revista informa sobre a tentativa de entrevistar a veterinária acusada de “conflito de interesses” e “desconhecimento técnico”:

<sup>682</sup> Disponível em: [revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/Boi/noticia/2018/02/veterinaria-que-fez-laudo-em-navio-com-bois-e-ativista-ambiental-diz-srb.html](http://revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/Boi/noticia/2018/02/veterinaria-que-fez-laudo-em-navio-com-bois-e-ativista-ambiental-diz-srb.html) Acesso em 1º abr. 2021.

<sup>683</sup> As únicas ocasiões em que repórteres e ativistas conseguiram autorização para entrar nos navios foram sempre antes do início do embarque dos animais, quando estas ainda se encontravam vazias.

[...] Procurada, a Prefeitura de Santos solicitou que as perguntas direcionadas à profissional fossem enviadas para o e-mail do órgão, "porque a veterinária não teria boa desenvoltura em entrevistas." Na tarde de quinta-feira, a reportagem enviou perguntas relacionadas aos animais embarcados no navio, sobre a escolha da profissional para fazer a inspeção e o vínculo da profissional com a Prefeitura. Até o fechamento desta matéria, não houve retorno do email. Magda Regina fez um laudo técnico apontando maus tratos aos bois embarcados no navio, que foi impedido de seguir viagem por decisão judicial. O Ministério da Agricultura afirmou que a profissional não tem conhecimento técnico sobre animais de grande porte e que toda a carreira da veterinária está voltada a animais domésticos.

A Globo Rural talvez tenha sido imprudente ao expor a médica veterinária e reproduzir acusações inconsistentes proferidas por uma entidade interessada em deturpar a imagem da profissional. Se a revista não conseguira entrevistar Magda Regina, deveria ao menos ter verificado por si mesma se tais acusações tinham fundamento. Afinal, não seria mais sensato apurar as informações antes de torná-las públicas? Provavelmente, se a situação fosse inversa, o veículo teria mais cuidado antes de divulgar denúncias contra representantes do agronegócio, e dificilmente o faria antes de apurar e ter provas consistentes dos fatos.

O repórter informa que não obteve retorno sobre “o vínculo da profissional com a Prefeitura”. Entretanto, essa informação era pública e estava disponível no site da prefeitura de Santos (SP) – bastava ao jornalista acessá-lo. Na página “Quadro de Servidores”<sup>684</sup> consta que Magda Regina é servidora pública estatutária, ocupa o cargo de médica veterinária do município desde 24 de abril de 2012 e está lotada na Coordenadoria de Defesa da Vida Animal (Codevida) da Secretaria Municipal de Meio Ambientes (Semam). As “perguntas relacionadas aos animais embarcados no navio” também poderiam ser respondidas com a leitura do laudo técnico elaborado por Regina. O próprio documento, inclusive, informava seu vínculo com a prefeitura, tornando-se mais um indício de que o parecer não fora consultado – ironicamente, a revista publicara dias antes uma matéria reproduzindo trechos do documento.

A alegação do ministério da Agricultura de que “a profissional não tem conhecimento técnico sobre animais de grande porte” tampouco é esclarecida. O repórter não questionou quais critérios o governo utilizara para fazer tal asseveração ou quais seriam suas fontes sobre a formação acadêmica e área de atuação da veterinária. Essas informações também poderiam ter sido apuradas pelo próprio jornalista, o que novamente não ocorrera.

A Globo Rural publicou uma matéria cujo único objetivo era revelar supostos conflitos de interesse de uma profissional que cumprira uma ordem judicial e cujo “delator”, não por acaso, sentira-se ameaçado pelas constatações a que ela chegara – estas, sim, bem

---

<sup>684</sup> Disponível em: <https://www.santos.sp.gov.br/?q=content/transparencia-cargos-salarios> Acesso em 12 abr. 2021.

documentadas. Paradoxalmente, a evidente parcialidade do ministro Blairo Maggi e do presidente Michel Temer, ao utilizarem a máquina governamental para interferir nas decisões judiciais, nunca fora mencionada. Como grande empresário do agronegócio, não teria Maggi fortes conflitos de interesses em uma disputa entre ativistas e pecuaristas?

Nas semanas que se sucederam, a cobertura sobre o tema deixou de ser diária.<sup>685</sup> Em 14 de fevereiro, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou duas matérias, ambas divulgadas também por outros veículos. A primeira delas – reproduzida pelas revistas *Globo Rural*<sup>686</sup>, *Veja*<sup>687</sup> e *IstoÉ*<sup>688</sup> – anunciava no título: “Exportação de gado vivo cresce sob a mira de entidades de defesa animal”<sup>689</sup>. Após relembrar brevemente os últimos acontecimentos, o texto informava que “o caso jogou luz sobre um setor que vem crescendo cerca de 20% ao ano e se tornou alternativa de receita para pecuaristas e empresas de alimentos, como a Minerva Foods”. Entretanto, a atuação das ONGs poderia ser um obstáculo para o crescimento das exportações: “Entidades ligadas ao bem-estar animal pretendem continuar a tentar barrar a atividade”. Os parágrafos seguintes apresentam números e descrevem a participação do Brasil nesse comércio:

Embora a venda de gado vivo seja uma prática antiga, esse segmento da pecuária ganhou força no início desta década, quando as vendas externas chegaram a 690 mil animais. De 2010 a 2012, o principal destino dos bois brasileiros eram os frigoríficos da Venezuela. Com a severa crise econômica do país vizinho, as vendas despencaram em 2015. Para viabilizar o negócio, pecuaristas acharam um novo cliente: o mercado de religião islâmica. De 2016 para cá, as vendas voltaram a subir, até atingirem US\$ 263 milhões em 2017, segundo o Ministério do Desenvolvimento, mas ainda bem longe do auge em volume.

É um número pouco relevante diante dos abates anuais no País, que somam entre 35 milhões e 40 milhões de cabeças por ano, diz César Castro Alves, analista de pecuária da MB Agro. A fatia de 1% dos abates, na visão do especialista, não deve subir de forma significativa, pois o mercado global de bovinos vivos não cresce de forma significativa – o total movimentado está estacionado em cerca de 5 milhões de cabeças por ano. “É um nicho alimentado por questões religiosas. Pode ser boa opção para quando os preços estão ruins, pois vender boi vivo não agrega valor ao produto”, aponta Alves.

<sup>685</sup> A exportação de gado vivo esteve em pauta na imprensa brasileira ao longo de 12 dias consecutivos. Entre 29 de janeiro e 09 de fevereiro de 2018, 15 veículos brasileiros acompanharam diariamente o desenvolvimento do caso do Porto de Santos (SP).

<sup>686</sup> “Venda de gado vivo cresce sob mira de entidades protetoras”. Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/Boi/noticia/2018/02/globo-rural-venda-de-gado-vivo-cresce-sob-mira-de-entidades-protetoras.html> Acesso em 1º fev. 2021.

<sup>687</sup> “Venda de gado vivo cresce sob a mira de ONGs de defesa animal”. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/venda-de-gado-vivo-cresce-sob-mira-de-entidades/> Acesso em 04 fev. 2021.

<sup>688</sup> “Venda de gado vivo cresce sob mira de entidades”. Disponível em: <https://istoe.com.br/venda-de-gado-vivo-cresce-sob-mira-de-entidades/> Acesso em 12 fev. 2021.

<sup>689</sup> Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,exportacao-de-gado-vivo-cresce-sob-a-mira-de-entidades-de-defesa-animal,70002188620> Acesso em 03 fev. 2021.

Apesar de o mercado como um todo não crescer, tanto empresários quanto o Departamento Americano da Agricultura (USDA) preveem altas de 20% a 30% nas exportações brasileiras em 2018. A Minerva Foods, dona da carga que foi retida em Santos, domina cerca de 40% das vendas de animais vivos – segmento em que as líderes em bovinos no País, JBS e Marfrig, não atuam. Procurada, a Minerva não deu entrevista.

Uma explicação para o interesse no negócio é o fato de os países muçulmanos pagarem prêmios sobre a cotação de referência do gado. Uma fonte ligada às exportadoras esclarece que os compradores exigem raças específicas – o gado Nelore, símbolo do plantel brasileiro, não é aceito em países muçulmanos, que preferem a raça Angus. Diante das exigências, é necessário esforço para angariar animais para a venda externa, o que acaba se refletindo no preço pago pelo comprador. Entre as outras empresas nacionais com atuação relevante na exportação de gado vivo estão Mercúrio e Agroexport.

Para crescer, os empresários se movimentam para abrir novos mercados. Hoje, mais da metade das vendas brasileiras são para a Turquia. Missões comerciais, no entanto, já buscam clientes na Malásia e na Indonésia – dois países hoje atendidos sobretudo pela Austrália. A avaliação é que, se a estratégia der certo, as vendas de gado vivo podem crescer mais 50%, para 600 mil unidades por ano, até 2023.

Apesar de apontar que os lucros gerados pela pecuária de corte são significativamente mais expressivos do que os do comércio de bois vivos, a fonte concorda que a atividade ainda “pode ser boa opção”. Fica claro que, diferente do que representantes do agronegócio vinham alegando, tal alternativa de receita beneficia as empresas do setor, não a economia do país. A Minerva Foods, como de praxe, não concedera entrevista. Se o frigorífico dizia ser tão rígido no cumprimento das normas de bem-estar animal, por que nunca aceitara ser entrevistado? Ao longo dos três anos que integram o *corpus*, nenhum de seus diretores se dispusera a falar com jornalistas. A única manifestação pública da empresa foi por meio da já referida nota à imprensa.

Pela primeira vez, outras empresas, além da Minerva, foram mencionadas como exportadoras de gado vivo. A Mercúrio Alimentos, que se apresenta em seu site como “uma das maiores exportadoras de gado vivo da América do Sul”, está localizada no Pará<sup>690</sup>; a AgroExport tem sede em Minas Gerais<sup>691</sup>. A matéria afirma que ambas têm “atuação relevante na exportação de gado vivo”, mas não informa qual seria a porcentagem de participação de cada uma delas. O texto tampouco diz como obtivera a parcela de 40% referente às vendas da Minerva.<sup>692</sup>

Ao referir-se aos esforços para “abrir novos mercados”, a matéria não explica que as “missões comerciais” são empreendidas pelo governo brasileiro, o que confirmaria a intensa

<sup>690</sup> Disponível em: <http://www.mercuriofabril.com.br/exportacao> Acesso em 13 abr. 2021.

<sup>691</sup> Disponível em: <http://agroexport.agr.br> Acesso em 13 abr. 2021.

<sup>692</sup> Tentei confirmar o valor, consultando órgãos governamentais e entidades do agronegócio, mas nenhum deles disponibilizou essas informações.

atuação do Executivo e Legislativo em benefício das empresas. O próprio Blairo Maggi participou de algumas dessas missões durante o período em que foi ministro. Além disso, apesar de o repórter indicar inicialmente certa preocupação do setor relativa a possíveis interferências das ONGs, ele informa logo depois a estimativa de crescimento de “mais 50%” nos anos seguintes. Pode-se deduzir, assim, que a atuação das entidades animalistas não representava um risco real para a continuidade dos negócios.

O último parágrafo aborda a suposta “vitória” das ONGs que conseguiram “suspender a venda de boi vivo por alguns dias”. Segundo o repórter, apesar da derrota subsequente, o Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal e a Agência de Notícias de Direitos dos Animais (Anda) não estariam “dispostas a arredar pé da tentativa de paralisar o setor”. O texto se encerra com uma declaração da médica veterinária Vânia Plaza Nunes, diretora do FNPDA – “Nossa luta é pelo respeito aos animais, que não estão contemplados nas regras de exportação brasileiras, que se limitam a aspectos sanitários” –, acrescida da informação de que, segundo Nunes, “a briga com os frigoríficos é de longo prazo. [...] e novos recursos para voltar a paralisar as vendas de gado vivo serão apresentados nas próximas semanas”.

Mesmo tendo ouvido o FNPDA e informado sobre os próximos passos das entidades para “tentar barrar a atividade”, em nenhum momento a matéria expusera os argumentos dos defensores dos animais que justificariam a proibição das exportações. Não foram mencionados a possibilidade da ocorrência de maus-tratos e os prováveis prejuízos ao bem-estar animal durante as viagens. Reproduzir a declaração de uma fonte não significa necessariamente dar voz à perspectiva que ela representa. Enquanto diversos dados positivos sobre as exportações foram apresentados ao longo do texto, as alegações em defesa dos animais permaneceram ignoradas. O jornal também produziu dois gráficos ilustrativos, ressaltando estritamente os aspectos econômicos da atividade:

#### Principais importadores de animais vivos em 2017

EM MILHARES



\*Previsão

Fonte: USDA

ESTADÃO

## Movimentação de animais

Exportação de gado vivo está em crescimento no Brasil, que hoje é o quinto maior mercado mundial nesse setor

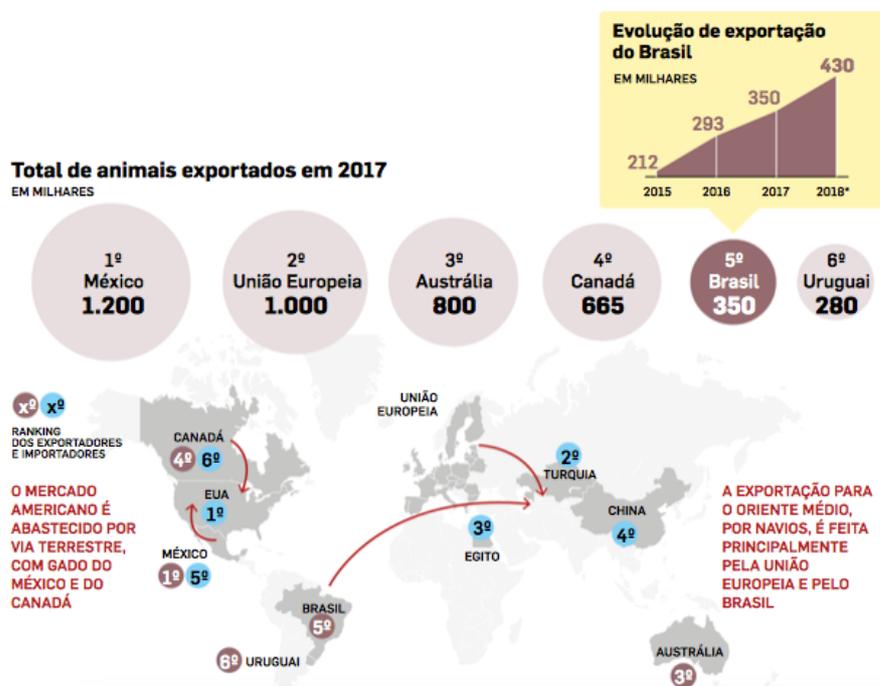


Figura 22: Gráficos publicados em 14 de fevereiro de 2018 no jornal *O Estado de S. Paulo*.

Com o título “Animais viajam 16 dias para chegar ao porto de destino”<sup>693</sup>, a segunda matéria que *O Estado de S. Paulo* publicou no dia – reproduzida novamente pela revista *Globo Rural*<sup>694</sup> – começava com uma afirmação inverídica: “A exportação de cargas de animais vivos é feita por meio de navios especialmente desenhados para este fim”. Conforme já exposto aqui, uma minoria dos navios de carga viva foi construída para desempenhar essa função. A maior parte das embarcações em operação hoje foram adaptadas para transportar animais quando já não serviam a sua finalidade original – geralmente após cerca de 20 anos de uso. O próprio navio *Nada*, citado na sequência, não fora projetado para transportar bovinos: “As embarcações de maior porte [...] conseguem transportar até 30 mil animais por viagem. Foi um desses meganavios que ficou temporariamente parado no Porto de Santos [...]”.<sup>695</sup> Os parágrafos seguintes apontam o tempo estimado para cada etapa das exportações:

<sup>693</sup> Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,animais-viajam-16-dias-para-chegar-ao-porto-de-destino,70002188624> Acesso em 03 fev. 2021.

<sup>694</sup> “Gado vivo: animais viajam 16 dias para chegar ao destino”. Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/Boi/noticia/2018/02/gado-vivo-animais-viajam-16-dias-para-chegar-ao-destino.html> Acesso em 1º fev. 2021.

<sup>695</sup> O navio *Nada*, citado aqui como exemplo, não fora “especialmente desenhado para este fim”.

O transporte de gado vivo até a Turquia – que envolve a captação de animais de diferentes pecuaristas, o transporte de caminhão até o porto, o embarque, a viagem e o desembarque – leva, em média, cerca de um mês para ser completado.

O embarque do gado no navio pode demorar de cinco a sete dias, dependendo do tipo de caminhão usado para a operação. Em caso de cargas de mais de 25 mil bois, como a da Minerva, as empresas preferem usar caminhões de dois andares, para agilizar o processo – a prática, no entanto, é vedada em portos como o de Santos.

Após o navio zarpar, a viagem até a Turquia – principal destino de animais brasileiros – dura cerca de 16 dias. Uma vez em solo turco, a inspeção e o desembarque da carga estendem a operação por mais cinco e sete dias.

A descrição dos diferentes estágios da viagem revela o quão cansativos podem ser esses percursos para os animais. Ao permanecerem cerca de um mês em trânsito, confinados em locais exíguos e desconfortáveis, os animais inevitavelmente vão se estressar, sofrer, sentir dores e medos diversos. Mas nada disso é destacado no texto. O repórter prossegue relatando a intenção do FNPDA de recorrer da última decisão judicial:

Ações movidas por organizações não governamentais levaram a Justiça Federal paulista a agendar uma inspeção no navio que ficou parado em Santos. O laudo judicial detectou “condições de higiene muito precárias” e ambiente “insalubre” para os animais. O documento será uma das bases do recurso que o Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal prepara para apresentar à Justiça.

“É uma atividade que não agrega valor para a economia e só beneficia poucos empresários”, diz Vânia Plaza Nunes, diretora técnica da organização não governamental. “A taxa de mortalidade é muito alta, de 10% de um total de 25 mil animais”, afirma.

Fonte ligada aos exportadores disse, no entanto, que esse índice de perdas na exportação simplesmente inviabilizaria o negócio e espantaria os compradores. E frisou que a média de mortes seria bem menor, da ordem de 0,1%. Ou seja: cerca de 25 bois, em uma carga de 25 mil, iriam a óbito durante o transporte de navio.

A Associação Brasileira dos Exportadores de Gado (Abeg) disse, em e-mail enviado à reportagem, que existe desinformação em relação à venda de gado vivo e reforçou a preocupação do setor com as condições dos animais durante o processo de exportação.

“O bem-estar animal faz parte da sustentabilidade da atividade. Um boi sem bem-estar causa prejuízos (ao vendedor)”, disse a entidade, referindo-se à noção de que o um animal sujeito a altos níveis de estresse pode resultar em produto final de qualidade menor. [...]

Diferente de quando entrevista representantes do agronegócio, dessa vez o veículo contrapôs a declaração de Nunes com dados supostamente mais fiáveis. Para contestar a ativista, o jornal recorreu a uma “fonte ligada aos exportadores”, conferindo mais credibilidade à informação fornecida por um anônimo – ao menos para os leitores, sua identidade é ignorada – do que para a representante da ONG. A porcentagem de animais que morrem ao longo do percurso, conforme ressaltai anteriormente, é registrada exclusivamente pelas empresas exportadores, as quais provavelmente subestimam esses valores. Especialistas da área asseveram que é muito difícil conhecer esses números com precisão, uma vez que não há

nenhum tipo de fiscalização independente dentro dos navios. Qual critério, portanto, o veículo utilizara para contradizer a ONG com a porcentagem indicada por uma “fonte ligada aos exportadores”?

Pela forma como o texto foi construído, deduz-se que a ativista estaria, de fato, equivocada. Essa ideia é reforçada no parágrafo seguinte, quando a Abeg afirma que “existe desinformação em relação à venda de gado vivo” – além de reforçar “a preocupação do setor com as condições dos animais” e reiterar que “o bem-estar animal faz parte da sustentabilidade da atividade”. Corroborando essas declarações, a última parte do texto reproduz, novamente, a nota da Minerva Foods garantindo que “o manejo do gado segue todos os procedimentos adequados para preservar o bem-estar dos animais [...]”. Se por um lado o repórter teve a iniciativa de ouvir a diretora do FNPDA – algo que poucos veículos fizeram –, por outro, as declarações de Nunes foram desacreditadas por todas as demais fontes da matéria. O contexto bastante favorável às exportações esboçado na matéria de certa forma invalidou os únicos argumentos que a ativista teve a chance de expressar em defesa dos animais.

No dia seguinte, 15 de fevereiro, o G1 noticiou: “Terminal é multado em R\$ 450 mil por fazer operação com carga viva no Porto de Santos, SP”<sup>696</sup>. A matéria informava, em poucos parágrafos, que “a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) multou em R\$ 450 mil o terminal Ecoporto, [...] por operar atividades com animais vivos para exportação sem licença”. A multa teria sido aplicada porque as “atividades de embarque de gado para exportação [estavam] em desacordo com as licenças ambientais emitidas para o empreendimento”. Segundo a Cetesb, “a empresa não tinha autorização da estatal para realizar a operação”.

O texto, entretanto, é bastante vago e pouco esclarecedor. Se a Ecoporto não tinha permissão para executar os embarques, por que não fora autuada antes? Por que não fora notificada já em dezembro, quando embarcara os primeiros 27,5 mil bovinos no mesmo navio *Nada*? Outros veículos também anunciaram a infração da empresa portuária, mas tampouco forneceram mais informações. Em 16 de fevereiro, a *Folha de S. Paulo*<sup>697</sup> publicou um texto breve, em que informava que “o navio causou desconforto em toda a cidade devido ao forte cheiro de estrume que se espalhou por vários bairros. A empresa foi autuada com base em uma

---

<sup>696</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/porto-mar/noticia/terminal-e-multado-em-meio-milhao-por-fazer-operacao-com-carga-viva-no-porto-de-santos-sp.ghtml> Acesso em 14 fev. 2021.

<sup>697</sup> “Cetesb multa empresa por embarcar carga viva sem licença em Santos”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/02/cetesb-multa-empresa-por-embarcar-carga-viva-sem-licenca-em-santos.shtml> Acesso em 05 fev. 2021.

lei estadual que trata de infrações e sanções administrativas relacionadas ao meio ambiente”. A revista *Globo Rural*<sup>698</sup> apresentou as mesmas informações, acrescentando apenas que “a Antaq [...] havia dito que não havia impedimento ou a necessidade de autorização especial para a movimentação de carga viva no Porto de Santos”.

No mesmo dia, a *Globo Rural* publicou outras duas matérias. Uma delas, com o título “Manifesto de grupos de pesquisa em bem-estar animal pede ‘regulamentação clara’ ao ministério”<sup>699</sup>, informava que um grupo de “professores e líderes de grupos de pesquisa em etologia aplicada e bem-estar” encaminhara ao Mapa um manifesto “pedindo ‘regulamentações claras e detalhadas sobre como tratar a questão do bem-estar dos animais de produção’”. O texto prossegue apresentando o conteúdo do documento:

O documento, intitulado "Manifesto sobre as condições de bem-estar dos bovinos embarcados no 'Nada'", nasceu a partir da repercussão do embarque de mais de 27 mil cabeças de gado para a Turquia pelo Porto de Santos no começo deste mês. O texto é baseado na leitura de documentos e manifestos públicos relacionados ao caso.

“Algo precisa ser feito com urgência, não podemos ficar marcados por um mau exemplo. O Brasil, em particular o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), está devendo regulamentações claras e detalhadas sobre como tratar a questão do bem-estar dos animais de produção nos diferentes cenários”, diz o texto.

Um dos documentos citados no manifesto é a perícia realizada pela médica veterinária Magda Regina (CRMV-SP 7583) no rebanho já embarcado enquanto o navio estava atracado no Porto de Santos. [...]

De acordo com o manifesto, o relatório da veterinária “está fartamente documentado e ilustrado com fotos, evidenciando que as condições de alojamento e de fornecimento de água e alimentos eram inadequadas para assegurar o bom estado de bem-estar aos animais já embarcados no navio, como proposto pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE).”

Os professores que assinam o manifesto trabalham há décadas com a ciência do bem-estar animal em universidades estaduais paulistas e em universidades federais de diversos Estados brasileiros. Os docentes lembram que o Brasil é signatário do Código Sanitário para os Animais Terrestres, da OIE.

O texto também contesta uma nota técnica emitida pela Comissão Técnica de Bem-Estar Animal (CTBEA), do ministério da Agricultura, que também se manifestou antes da definição do embarque. A nota oficial discordava da denúncia de que os animais estavam submetidos a maus tratos. Segundo a Comissão, o trabalho realizado por auditores fiscais federais agropecuários, tem “total domínio e acompanhamento, em todas as etapas das operações de exportação de animais vivos... O que implica, compulsoriamente, em realizar a verificação das práticas para a promoção e a manutenção das condições de bem-estar animal...”

Segundo o manifesto dos grupos de pesquisa, a nota do ministério “não apresenta nenhuma informação sobre como foi feita a avaliação do bem-estar dos animais durante o transporte terrestre e o embarque e nem sobre as condições do ambiente

<sup>698</sup> “Ecoporto Santos é multada em R\$ 450 mil por embarque de gado”. Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/Boi/noticia/2018/02/ecoporto-santos-e-multada-em-r-450-mil-por-embarque-de-gado.html> Acesso em 31 jan. 2021.

<sup>699</sup> Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/Boi/noticia/2018/02/manifesto-de-grupos-de-pesquisa-em-bem-estar-animal-pede-regulamentacao-clara-ao-ministerio.html> Acesso em 31 jan. 2021.

dentro do navio”. Além disso, a nota diz que "a exportação de animais vivos (incluindo o caso em análise) está regulamentada por uma série de atos normativos, que estão alinhados aos preceitos de bem-estar animal estabelecidos pela OIE”.

“Se assim for”, continua o manifesto, “algo precisa ser mudado urgentemente, pois não há como negar a existência de problemas de bem-estar dos bovinos que participaram desta operação de embarque do navio Nada. As evidências apresentadas no relatório da médica veterinária responsável pela perícia judicial são incontestáveis, caracterizando claramente haver desrespeito às recomendações da OIE.”

O texto diz que “não foi encontrada nenhuma contestação bem fundamentada às sólidas evidências apresentadas no relatório da Médica Veterinária responsável pela perícia, que caracteriza claro desrespeito às recomendações da OIE no que diz respeito a bem-estar animal.”

Os professores lembram que as normatizações sobre bem-estar animal “devem ser formuladas com base em evidências científicas, tal como recomendado por vários organismos internacionais, inclusive a OIE.”

O manifesto foi assinado por 14 professores e pesquisadores, representando oito universidades públicas brasileiras, federais e estaduais. Os docentes – que estão vinculados aos cursos de Medicina Veterinária, Zootecnia, Zoologia, Ciências Agrárias e Ciências Biológicas – são “líderes de grupos de pesquisa em Etologia Aplicada e Bem-estar Animal no Brasil”.<sup>700</sup> O documento atesta a consistência e credibilidade do laudo técnico apresentado pela médica veterinária Magda Regina, cujo conteúdo havia sido praticamente ignorado pela imprensa brasileira e desacreditado em outra matéria da mesma revista. Em outras partes do texto – não reproduzidas pela revista –, os cientistas reiteram a coerência e veracidade das constatações da profissional: “As evidências apresentadas no relatório da Médica Veterinária responsável pela perícia judicial são incontestáveis, caracterizando claramente haver desrespeito às recomendações da OIE”.<sup>701</sup>

Outro ponto pertinente indicado no documento e explicitado na matéria referia-se ao parecer produzido pelo governo. Os cientistas concluíram que, ao contrário do laudo de Regina, o do Mapa era falho, inconsistente e não apresentava critérios claros para aferir o estado de saúde e bem-estar dos bois. Tais constatações foram reforçadas em outro trecho do manifesto:

Após leitura cuidadosa dos documentos e manifestos públicos relacionados a este caso, incluindo aqueles apresentados pela CTBEA/MAPA e pela empresa envolvida, não foi encontrada nenhuma contestação bem fundamentada às sólidas evidências apresentadas no relatório da Médica Veterinária responsável pela perícia, que caracterizam claro desrespeito às recomendações da OIE, no que diz respeito a bem-estar animal.<sup>702</sup>

<sup>700</sup> Disponível em: [http://grupoetco.org.br/arquivos\\_br/imag\\_index/MANIFESTO%20BEM-ESTAR%20ANIMAL%20-%20REFLEXÕES%20SOBRE%20OS%20ACONTECIMENTOS%20NO%20PORTO%20DE%20SANTOS.pdf](http://grupoetco.org.br/arquivos_br/imag_index/MANIFESTO%20BEM-ESTAR%20ANIMAL%20-%20REFLEXÕES%20SOBRE%20OS%20ACONTECIMENTOS%20NO%20PORTO%20DE%20SANTOS.pdf) Acesso em 14 abr. 2021.

<sup>701</sup> *Idem.*

<sup>702</sup> *Idem.*

Os pesquisadores, portanto, deixam claro que o laudo do Mapa fora produzido como uma estratégia do governo para desacreditar a perícia judicial e manipular a justiça a seu favor. Conforme observei anteriormente, a imprensa fora imprudente ao divulgar corriqueiramente os dois documentos como se representassem duas versões igualmente credíveis dos fatos. Se os repórteres tivessem consultado especialistas independentes, teriam fornecido informações mais satisfatórias aos leitores. Em diversos casos, como também aponte, o veículo divulgou tão somente o documento do Mapa, escolha ainda mais irresponsável do que a anterior. Ao omitir uma das perícias e tornar pública apenas a outra – claramente enviesada –, o veículo desrespeitou um dos princípios caros ao jornalismo moderno.

Além da *Globo Rural*, somente o *GI* divulgou o manifesto dos acadêmicos – e só o fez 12 dias depois, em 28 de fevereiro. Todos os demais veículos ignoraram por completo o documento. Com a manchete “Após polêmica exportação de gado à Turquia, pesquisadores cobram regras de bem-estar a animais de produção”<sup>703</sup>, o portal também reproduziu trechos do manifesto, além de entrevistar Mateus Paranhos, professor de Zootecnia da Unesp já citado aqui e cuja longa entrevista concedida à *Globo Rural* semanas antes foi analisada. Paranhos, que teve a iniciativa de elaborar o documento e convidar os demais pesquisadores a subscrevê-lo, declarou ao repórter que “mais do que um ‘constrangimento’ internacional, casos como esse podem prejudicar o agronegócio”. Antes de seguir reproduzindo as críticas dos professores e declarações de Paranhos, o *GI* esclareceu que havia procurado o Mapa, mas não obtivera retorno. Vários trechos do manifesto divulgados pela *Globo Rural* também foram reproduzidos pelo portal. Seguem as demais partes do texto:

“O impacto mais sério é que os interessados, que são os produtores, o próprio Ministério [da Agricultura], os técnicos que estão trabalhando na produção animal, não estão percebendo o risco que ações como essa trazem para a imagem da cadeia produtiva e do negócio”, diz. [...]

[Paranhos da] Costa explica que, apesar de não existir uma regulamentação internacional que faça referência ao bem-estar dos animais de produção, impondo restrições comerciais, ou outros tipos de sanções, cada vez mais esse conceito está sendo adotado por grupos econômicos.

“Há grandes importadores, grandes redes de supermercados na Inglaterra, por exemplo, que compram carne bovina no Brasil e que têm pré-requisitos sobre a produção. Então, a relação é particular, não comercial de Estado. Mas, existe uma pressão, principalmente por parte da Europa”, diz.

Não menos importante é a mobilização popular. O professor destaca que defensores dos animais conseguiram impedir – mesmo que por alguns dias – o navio de partir do porto de Santos (SP) com a carga viva, e fizeram o tema ganhar repercussão internacional.

<sup>703</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/apos-polemica-exportacao-de-gado-a-turquia-pesquisadores-cobram-regras-de-bem-estar-a-animais-de-producao.ghtml> Acesso em 15 fev. 2021.

“A comunidade também começa a fazer boicotes. A sociedade também se mobiliza, de um jeito que muita gente não concorda, mas usando as ferramentas que ela tem. A gente não pode ignorar isso: a mobilização popular é cada vez maior”, afirma. [...]

No documento, o grupo aponta que o laudo técnico sobre as condições dos bois exportados para a Turquia, assinado pela veterinária Magda Regina, nomeada pela Justiça, é a única avaliação objetiva do caso, com indicadores científicos e foco no bem-estar animal.

A carta também cita que a nota emitida pela Comissão Técnica de Bem-Estar Animal (CTBEA) do Ministério da Agricultura, totalmente contrária ao laudo anterior, não apresenta nenhuma contestação bem fundamentada e não especifica como foi realizada a avaliação. [...]

“Não determinam nenhum indicador objetivo do que é maltrato, ou do que é bem-estar. Não há elementos para qualquer pessoa fazer uma análise – inclusive, estou me referindo aos fiscais agropecuários federais – mais segura do que está acontecendo”, critica Costa.

O professor da Unesp explica ainda que o conceito de bem-estar precisa ser regulamentado justamente por ser complexo, uma vez que envolve não só o que o animal sente, mas o estado de saúde e nutricional, o conforto térmico, a segurança, entre outros quesitos.

“Eu tenho compromisso com a produção pecuária, mas com a produção responsável. Uma produção que gere renda ao produtor, condições dignas de trabalho para quem atua nessa área, mas que isso não seja feito ao custo de sofrimento, porque, se for, o risco de a sociedade rejeitar esse produto é grande”, conclui.

Como se observa, a entrevista com Paranhos ressaltou a importância de atentar às regras de bem-estar animal visando beneficiar sobretudo a própria pecuária. O manejo cuidadoso dos animais tornara-se uma questão de sobrevivência no mercado – principalmente para os produtores que exportam para a Europa, onde “existe uma pressão”. Sua perspectiva, conforme está expressa na matéria, permanece antropocêntrica e especista, uma vez que os animais ainda são concebidos como mercadorias. Entretanto, ao menos o ponto de vista bem-estarista esteve representado dessa vez. Mesmo sendo essa uma abordagem muito mais em consonância com o *status quo* e considerada menos radical do que a antiespecista e abolicionista, ela vinha sendo igualmente negligenciada.

Outro aspecto importante na divulgação do manifesto pelos dois veículos foi a credibilidade enfim conferida ao laudo de Regina e a exposição das falhas do parecer do Mapa. O fato de os signatários serem pesquisadores amplamente reconhecidos em seus campos de estudos e estarem vinculados a relevantes universidades brasileiras certamente contribuiu para que tivessem mais chances de serem ouvidos do que tiveram os ativistas da causa animal. Ainda assim, nem sempre a autoridade intelectual é valorizada pela imprensa – tanto que somente dois veículos se dispuseram a divulgar o manifesto.

A terceira notícia publicada pela revista *Globo Rural* em 16 de fevereiro – “Deputado autor da ‘segunda sem carne’ quer proibir gado vivo em navio”<sup>704</sup> – informava sobre o Projeto de Lei proposto pelo então deputado estadual Feliciano Filho (PSC) que visava proibir “o transporte marítimo e fluvial de animais vivos no Estado [de São Paulo] para finalidade de abate e consumo”. Segue a matéria:

O texto pune a prática com multas, que podem dobrar em caso de reincidência e, quando aplicadas, deverão ser revertidas para associações em entidades que trabalhem em defesa dos direitos dos animais.

O autor da proposta é [...] o mesmo que, no final do ano passado, apresentou e conseguiu aprovar na Assembleia paulista a chamada lei da Segunda Sem Carne, que vetava o fornecimento da proteína animal nos restaurantes e refeitórios de órgãos públicos do estado às segundas feiras.

O projeto que proíbe o transporte de cargas vivas foi apresentado no último dia 9, quatro dias depois da partida do navio NV Nada do Porto de Santos [...]. Na justificativa, o parlamentar argumenta que esse tipo de transporte, além de causar sofrimentos aos animais, compromete o meio ambiente e a saúde pública, em função dos dejetos em vias públicas e no mar.

Mencionando a operação realizada no terminal, Feliciano Filho afirma que os bovinos chegaram ao navio depois de percorrerem 500 quilômetros de estradas na carroceria de caminhões “sem qualquer proteção contra intempéries”. E que algumas carrocerias tinham fitas adesivas para evitar a fiscalização.

“Doenças, quedas e morte. Esse é só o começo do martírio que os novilhos com até 300 kg e dois anos de idade são submetidos. Apavorados com a situação, muitos deles se recusam a andar e então levam choques de varetas elétricas ou pontiagudas para entrar no navio. E lá dentro, mais sofrimento. Com o balanço do mar, eles caem no meio de um mar de fezes, urina e vômitos. Vários sofrem fraturas e não conseguem mais se levantar ou alimentar”, argumenta o deputado.

Citando as Constituições Federal e Estadual, Feliciano Filho argumenta ainda que cabe ao Poder Público criar um sistema de fiscalização para assegurar um ambiente ecologicamente adequado e com qualidade de vida.

Observa-se que apesar de a ação civil pública proposta pelas ONGs não ter tido o resultado esperado, sua ampla repercussão suscitara mobilizações em diferentes esferas sociais – acadêmica, política –, que por vezes recebiam alguma visibilidade midiática. Entretanto, tendo em vista o poder econômico do agronegócio e sua capacidade de influência nessas mesmas esferas sociais, tais iniciativas acabaram por se mostrar inócuas. Contribuía igualmente para seu insucesso o fato de os próprios veículos jornalísticos atuarem, na maior parte do tempo, como “parceiros” e “assessores” dos pecuaristas.

Em 21 de fevereiro, a *BBC Brasil* publicou uma longa reportagem com o título “Exportação de animais vivos para abate dispara e vira alvo de batalhas na Justiça no Brasil”<sup>705</sup>.

<sup>704</sup> Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Politica/noticia/2018/02/deputado-quer-proibir-transporte-de-gado-em-navio-em-sao-paulo.html> Acesso em 31 jan. 2021.

<sup>705</sup> Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43116666> Acesso em 06 fev. 2021.

O texto, veiculado também pelo *UOL*<sup>706</sup>, relatou os já conhecidos acontecimentos no Porto de Santos no início do mês, descrevendo os pormenores das decisões judiciais. Ao citar trechos dos laudos apresentados por Regina e pelo Mapa, o repórter ressaltou que “os resultados são totalmente divergentes”. Nenhum especialista da área foi ouvido para avaliar qual das duas perícias seria mais consistente e fiel às condições em que os bois se encontravam no interior do navio. As multas aplicadas à Minerva Foods pela prefeitura de Santos e a multa aplicada à Ecoporto Santos pela Cetesb também foram mencionadas.

A matéria apresentou os números das exportações brasileiras, tanto de carga viva, como de carne congelada – “O Brasil é um dos maiores exportadores de carne bovina do mundo, [...] [movimentando] um mercado de R\$ 5,3 bilhões ao ano” –, assim como o valor dos bois embarcados no navio *Nada* – “a carga foi avaliada em R\$ 64 milhões”. O texto apontou ainda as principais razões que levam alguns países a optarem por comprar o animal vivo ao invés do produto final e explicou brevemente o método de abate halal. O jornalista entrevistou diversos representantes do agronegócio, como toda a imprensa o fizera, mas, diferente da maioria dos veículos, ouviu também profissionais ligados à defesa animal. O biólogo Frank Alarcón e a advogada Letícia Filpi, ambos já citados aqui, tiveram a oportunidade de expor seus pontos de vista. Seguem trechos da matéria:

Uma guerra por um mercado de mais de R\$ 800 milhões pode ter sua primeira batalha encerrada nesta quarta-feira, quando 27 mil bois vivos oriundos do Brasil desembarcam na Turquia depois de 15 dias de viagem pelo mar. [...]

No entanto, a guerra deve continuar nos próximos meses: a expectativa é de que as exportações de animais vivos cresçam 30% neste ano ao mesmo tempo em que diversas ações judiciais tentam impedi-las. [...]

Esse tipo de exportação vem crescendo ano a ano. Segundo Associação Brasileira dos Exportadores de Animais Vivos (Abreav), o Brasil vendeu 460 mil cabeças de gado em pé – nome técnico para a modalidade – em 2017, movimento de R\$ 800 milhões e crescimento de 42% em relação a 2016. “Nós estamos crescendo todos os anos e, em 2018, vamos aumentar as vendas em 30%”, diz Ricardo Pereira Barbosa, presidente da Abreav.

A maior parte dos animais vai para países muçulmanos por uma questão religiosa. A carne consumida pelos religiosos deve ser cortada pela técnica halal [...], segundo explica Michel Alaby, secretário geral da Câmara de Comércio Árabe Brasileira. “O animal é morto de cabeça para baixo e todo o sangue deve ser drenado”, diz. [...]

Segundo a Câmara Brasil Árabe, as exportações de gados vivos para cinco países árabes, como Iraque e Egito, cresceram 75% nos últimos dois anos – de R\$ 273 milhões em 2015 para R\$ 412 milhões no ano passado.

Alaby diz que a indústria brasileira já é a maior exportadora de carne halal no mundo – a maior parte dos animais é abatida ainda no Brasil, por muçulmanos contratados exclusivamente para a técnica. Porém, segundo ele, governos árabes querem aumentar

<sup>706</sup> “Exportação de animais vivos para abate dispara e vira alvo de batalhas na Justiça no Brasil”. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2018/02/21/exportacao-de-animais-vivos-para-abate-dispara-e-vira-alvo-de-batalhas-na-justica-no-brasil.htm> Acesso em 11 fev. 2021.

o número de empregos na pecuária e, por isso, preferem fazer o abate nos próprios países.

Em meio a esse rápido e acentuado crescimento, grupos e ONGs de defesa dos animais têm feito denúncias de maus-tratos sofridos pelos animais transportados. Hoje, existem ao menos dois processos em São Paulo e outro na esfera federal contra as exportações. [...]

### 'Inferno na terra'

Enquanto o navio [*Nada*] recebia os bois, manifestantes protestavam em frente ao Porto de Santos – reuniram até 500 pessoas. O biólogo Frank Alarcón, ativista da defesa dos animais, conseguiu entrar na embarcação. “Posso resumir o que vi em uma frase: um inferno na terra”, diz. “Cada animal tinha 1 m<sup>2</sup> de espaço, e você sabe que um boi tem mais do que isso. Eles estavam mergulhados nas fezes, no vômito, na urina. Alguns se deitavam em cima de outros”, afirma.

Para Ricardo Pereira Barbosa, presidente da associação das empresas exportadoras, não houve maus-tratos no navio. “Todos os barcos estrangeiros seguem a norma da Organização Mundial da Saúde Animal. Da nossa perspectiva, não houve maus-tratos”, disse.

A Minerva Foods, dona da carga, afirmou que o manejo dos animais segue todos os procedimentos adequados para preservar o bem-estar dos animais [...]. Não é a primeira vez que a empresa se envolve em uma polêmica sobre essa modalidade de comércio. Em outubro de 2015, um navio com 5 mil animais dela naufragou em Barcarena, no Pará. Milhares deles morreram afogados – a companhia foi processada. [...]

O ministro da Agricultura, Blairo Maggi, encontrou-se com o presidente Michel Temer para falar do caso. [...] Maggi é ligado ao setor agropecuário brasileiro – a empresa de sua família, a Amaggi, é uma das maiores exportadoras de soja do país. Boa parte de sua campanha para o Senado pelo PR em 2010 foi financiada por frigoríficos e por empresas de alimentos. [...]

### A guerra continua

Outros três processos devem continuar nos próximos meses, colocando as exportações de animais vivos sob o crivo da Justiça.

“Nosso objetivo é barrar essas grandes exportações de animais. Elas se tornaram vultuosas. Não queremos destruir a economia, nós queremos só um pouco de respeito com os animais”, explica a advogada Letícia Filpi, vice-presidente da Abra (Associação Brasileira dos Advogadas Animalistas).

Para o biólogo Frank Alarcón, as exportações em grande quantidade ferem os direitos dos animais. “Sem contar as questões ambientais, pois dejetos são jogados no mar, há pontos éticos: você submete animais de cognição complexa a enclausuramentos em locais minúsculos, sujos, e faz viagens marítimas por semanas”, diz ele, que faz parte do Partido Animais. “Os animais são expostos a tempestades e calor intenso. Não há nada que amenize esse sofrimento.”

Michel Alaby, da Câmara de Comércio Árabe Brasileira, afirma que dados dos países compradores apontam que 3% dos animais chegam mortos ao destino.

A guerra jurídica não assusta Ricardo Pereira Barbosa, da associação dos exportadores. “Fazemos isso há 20 anos. Por que agora, que o mercado cresceu 42%, houve todos esses protestos? Estamos em ano de eleição e existem pessoas querendo se aproveitar da repercussão”, afirmou, citando deputados estaduais que compareceram às manifestações.

Ele completa: “Nós vamos conversar com o governo para aprimorar a legislação. Mas mesmo com protesto, com reclamação, as vendas vão continuar”.

O repórter levantou questões relevantes, já relatadas aqui, mas que praticamente nenhum veículo mencionara: a ligação direta de Blairo Maggi com o agronegócio – o que explica sua interferência no processo judicial para favorecer pecuaristas; o envolvimento da *Minerva Foods* em outro episódio trágico relacionado ao transporte de carga viva; os danos

ambientais decorrentes da enorme quantidade de dejetos lançados nos oceanos; a porcentagem de animais que inevitavelmente morrem durante o trajeto. Nota-se, inclusive, que o valor de 3% informado pelo secretário geral da Câmara de Comércio Árabe Brasileira (CCAB) diverge bastante do 0,1% notificado por representantes do setor.

Se levarmos em conta o número indicado pela CCAB – que está tão interessada na continuidade dos negócios quanto as empresas exportadoras –, significa que 834 animais entre os 27,8 mil que foram enviados à Turquia morreram durante a viagem. E seus cadáveres, triturados, foram descartados no mar. A quantidade, certamente, não é desprezível. Até porque, a partir do número de mortos pode-se inferir as condições adversas que os bois enfrentaram no percurso.

O poder de influência política do agronegócio fica evidente ao final da matéria, quando o presidente da Abreav se mostra completamente seguro ao afirmar que os protestos e ações judiciais não seriam um impeditivo para o crescimento das exportações. Além disso, ao afirmar que irá “conversar com o governo para aprimorar a legislação”, Barbosa explicita o poder de intervenção do setor no próprio estabelecimento de normas, o que certamente tem desdobramentos nas fiscalizações – que, como vimos, não são realizadas com independência e objetividade.

Na última matéria do mês, publicada em 25 de fevereiro, o site *Sul 21* noticiou um protesto que ocorrera em Porto Alegre (RS): “Manifestantes protestam pelo fim da exportação de animais vivos”<sup>707</sup>. A matéria descreve o ato e apresenta muito brevemente as disputas envolvendo a exportação de animais vivos:

Mais de 50 pessoas protestaram no sábado (24), no Centro de Porto Alegre em ato intitulado “Na dor somos iguais. Contra o transporte de cargas vivas”. [...] Integrantes do grupo ATUAtiveg simularam o transporte e a degola dos bois [...]. Vestindo preto, os manifestantes expressaram seu luto pela decisão da Justiça que liberou a partida do porto de Santos para a Turquia do navio Nada [...]. Cartazes e bandeiras preenchem o ambiente pela libertação animal. [...] Os manifestantes usavam maquiagem, máscaras e brincos de identificação de gado [...].

Mais de R\$ 800 milhões de carga viva foram transportados em 2017 [...]. Conforme a Associação Brasileira dos Exportadores de Animais Vivos (Abreav), o Brasil vendeu 460 mil cabeças de gado em pé em 2017, um crescimento de 42% em relação a 2016.

Segundo a organização do evento, existem duas ações em tramitação na Justiça para suspender a exportação. Em nota, os movimentos lembram do que chamam de “suspeitos” – entre nomes na política, no Judiciário e no setor privado – que colaboram para “uma das práticas mais brutais de escravidão animal do século 21”. Eles citam o presidente Michel Temer (MDB), acusado de receber propina da JBS e Friboi, o que resultou na operação Carne Fraca, respondendo a inquérito da Polícia

<sup>707</sup> Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2018/02/manifestantes-protestam-pelo-fim-da-exportacao-de-animais-vivos/> Acesso em 12 fev. 2021.

Federal sobre o esquema de corrupção no Porto de Santos; e o vice-líder do governo na Câmara, Beto Mansur (PP), que [...] carrega denúncias por suspeita de impor a trabalhadores de sua fazenda condições análogas à escravidão. [...]

Como as demais matérias publicadas pelo site, essa é igualmente vaga e inconsistente. As informações são apresentadas de forma incompleta e pouco esclarecedoras. Apesar de divulgar a perspectiva dos ativistas, a fragilidade do texto acaba por não contribuir para dar visibilidade à causa.

### Lei Municipal

Nos meses de março e abril, a aprovação de uma lei municipal proibindo o transporte de animais vivos no perímetro urbano de Santos (SP) manteve o tema em pauta na imprensa nacional. Ainda assim, a quantidade de matérias veiculada nesse período foi significativamente menor em comparação ao mês anterior. Entre março e maio foram publicadas 22 notícias, número equivalente a todas que saíram somente no dia 04 de fevereiro, quando foi anunciada a proibição dos embarques em todo território nacional.

2018 – MARÇO [6]					
Data	Título	Veículo	Editoria	Repórter	Palavras
23/03	Projeto que proíbe a exportação de cargas vivas no Porto de Santos é aprovado na Câmara	G1	Santos e Região	G1 Santos	312
27/03	Projeto que proíbe embarque de cargas vivas no Porto de Santos é aprovado e segue para sanção	G1	Santos e Região	G1 Santos	405
27/03	Vereadores aprovam lei para impedir embarque de animais vivos no porto de Santos	Folha	Mercado	—	372
28/03	Câmara de Santos aprova projeto que veta transporte de carga viva em perímetro urbano	Estadão	Economia & Negócios	Camila Turtelli	301
28/03	Projeto que veta transporte de carga viva em Santos é aprovado	Globo Rural	Criação	Estadão Conteúdo	303
28/03	Santos aprova projeto que veta transporte de carga viva em perímetro urbano	IstoÉ	Agronegócio	Estadão Conteúdo	303
2018 – ABRIL [13]					
02/04	Missão saudita vem em maio avaliar fim da suspensão de embarques de boi vivo	Globo Rural	Boi	Estadão Conteúdo	128
18/04	Prefeitura sanciona lei que proíbe transporte de cargas vivas em Santos, SP	G1	Santos e Região	G1 Santos	399

19/04	Prefeitura de Santos sanciona lei que limita a circulação de bovinos	Agência Brasil	Geral	Letycia Bond	438
24/04	Ministro da Agricultura critica lei municipal que veta cargas vivas no Porto de Santos: 'Prejuízo'	G1	Santos e Região	José Claudio Pimentel	1006
25/04	Fachin derruba lei que proibia operação de cargas vivas no Porto de Santos	G1	Santos e Região	José Claudio Pimentel	711
25/04	STF derruba lei que proibia trânsito de animais vivos em Santos	Globo Rural	Notícias	Redação Globo Rural	298
25/04	STF suspende lei que veda transporte de animais para Porto de Santos	Agência Brasil	Justiça	André Richter	288
25/04	STF suspende lei que veda transporte de animais para Porto de Santos	IstoÉ	Geral	Agência Brasil	288
26/04	CNA obtém liminar para permitir exportações de boi vivo em Santos	Valor Econômico	Agronegócios	Cristiano Zaia	112
26/04	STF derruba lei que proíbe transporte de animais vivos no Porto de Santos	Folha	Mercado	Natália Portinari	490
26/04	Porto de Santos concentra apenas 6,6% de exportações de boi vivo	Folha	Mercado	Anaís Fernandes Natália Portinari	353
26/04	STF Suspende lei que veda transporte de animais para Porto de Santos	Estadão	Economia & Negócios	Agência Brasil	289
27/04	Com Santos liberado, exportação de gado vivo aumenta	Folha	Vaivém das Commodities	Mauro Zafalon	413
<b>2018 – MAIO [3]</b>					
11/05	Ministério Público Federal defende a proibição da exportação de animais vivos para abate	Sul 21	Geral	Da Redação	578
13/05	Maggi discute comércio de carne bovina e gado vivo na Turquia	Globo Rural	Boi	Redação Globo Rural	270
15/05	Quem são os ativistas que tentam proibir a exportação de quase R\$1 bi em gado vivo do Brasil	BBC Brasil	São Paulo	Leandro Machado	2032

Quadro 14: Matérias sobre exportação de gado vivo publicadas entre março e maio de 2018.

O *G1* foi o primeiro veículo a noticiar, em 23 de março, a aprovação em primeira discussão do projeto de lei complementar na Câmara Municipal de Santos (SP): “Projeto que proíbe a exportação de cargas vivas no Porto de Santos é aprovado na Câmara”<sup>708</sup>. A matéria informava que a proposta – do vereador Benedito Furtado (PSB), presidente da Frente Parlamentar Regional do Bem Estar Animal – recebera “parecer favorável de todas as comissões”. A votação havia sido acompanhada por “entidades que lutam pela defesa da vida animal, que levaram faixas e camisetas” e a próxima sessão estava prevista para dali a quatro

<sup>708</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/porto-mar/noticia/projeto-que-proibe-a-exportacao-de-cargas-vivas-no-porto-de-santos-e-aprovado-na-camara.ghtml> Acesso em 14 fev. 2021.

dias. Sobre o texto da lei, dizia apenas: “O projeto prevê o fim do embarque de cargas vivas, exceto animais domésticos, no Porto de Santos”. Não houve menção à ocorrência de maus-tratos.

Em 27 de março, o *GI* anunciou novamente: “Projeto que proíbe embarque de cargas vivas no Porto de Santos é aprovado e segue para sanção”<sup>709</sup>. A matéria informava sobre as cinco emendas que haviam sido adicionadas ao projeto, aprovado em segunda discussão. A questão do sofrimento animal, inerente a esse tipo de transporte, permaneceu ausente:

De acordo com [o vereador Benedito Furtado (PSB)], após a discussão da Câmara, realizada na última sexta-feira (23), alguns vereadores e a própria população solicitaram que ele fizesse alguns ajustes para atender as demandas da cidade.

“Além dos animais domésticos, o projeto prevê exceção para animais de uso terapêutico em projetos educativos e medicinais; a serviços das forças policiais; animais que passarão por cuidados médicos; utilizados para atividades esportivas; e destinados à preservação ambiental. Alteramos esses pontos do projeto aprovado em primeira discussão.”

O texto ainda prevê que os animais com doenças ou ferimentos graves passem por um veterinário da Codevida, que irá emitir um parecer técnico para decidir seu destino, e garante a proibição de maus-tratos e atos de crueldade contra os animais.

Agora, o projeto de lei segue para a Sanção do prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB), que terá 15 dias úteis após o recebimento para sancionar ou vetar. Dessa forma, a decisão deve ser divulgada na segunda quinzena de abril, segundo Furtado.

“Estamos otimistas, não vimos nenhuma manifestação contrária ao projeto.” [...]

A *Folha de S. Paulo* também noticiou a aprovação – “Vereadores aprovam lei para impedir embarque de animais vivos no porto de Santos”<sup>710</sup> –, mas não trouxe mais informações além das já divulgadas pelo *GI*. A matéria apenas acrescentara que a proposta havia sido elaborada no contexto do “embate jurídico travado no início de fevereiro”. O jornal *O Estado de S. Paulo* tampouco foi além. Com o título “Câmara de Santos aprova projeto que veta transporte de carga viva em perímetro urbano”<sup>711</sup>, o texto – publicado no dia seguinte, 28 de março, e também veiculado pelas revistas *Globo Rural*<sup>712</sup> e *IstoÉ*<sup>713</sup> – explicava que “se

<sup>709</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/porto-mar/noticia/projeto-que-proibe-embarque-de-cargas-vivas-e-aprovado-e-segue-para-sancao-do-prefeito.ghtml> Acesso em 14 fev. 2021.

<sup>710</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/03/vereadores-aprovam-lei-para-impedir-embarque-de-animais-vivos-no-porto-de-santos.shtml> Acesso em 05 fev. 2021.

<sup>711</sup> Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,camara-de-santos-aprova-projeto-que-veta-transporte-de-carga-viva-em-perimetro-urbano,70002246267> Acesso em 03 fev. 2021.

<sup>712</sup> “Projeto que veta transporte de carga viva em Santos é aprovado”. Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/noticia/2018/03/projeto-que-veta-transporte-de-carga-viva-em-santos-e-aprovado.html> Acesso em 31 jan. 2021.

<sup>713</sup> “Santos aprova projeto que veta transporte de carga viva em perímetro urbano”. Disponível em: <https://istoe.com.br/santos-aprova-projeto-que-veta-transporte-de-carga-viva-em-perimetro-urbano/> Acesso em 13 fev. 2021.

aprovado, o projeto impede, por exemplo, que um carreta transportando gado vivo para exportação tenha acesso ao Porto de Santos por via terrestre”.

Em 02 de abril, enquanto a lei seguia para sanção, a Globo Rural publicou a seguinte notícia: “Missão saudita vem em maio avaliar fim da suspensão de embarques de boi vivo”<sup>714</sup>. A suspensão, nesse caso, não estava relacionada ao episódio de Santos, mas sim a uma medida que havia sido tomada 16 anos antes pelo país importador. Uma missão da Arábia Saudita viria ao Brasil “para negociar a retomada das exportações de gado vivo brasileiro para o país, suspensas desde 2002”. O texto reproduzia uma declaração do “vice-ministro da Agricultura saudita”: “Haverá uma delegação saudita que virá ao Brasil na primeira semana de maio para comprovar que está tudo dentro dos acordos internacionais”. Ao final, outra fonte informa que a expectativa era de que as vendas para a Arábia Saudita fossem retomadas em breve. Em nenhum momento a matéria esclarece o que teria motivado a suspensão das exportações.

Em 18 de abril, o *GI* anunciava: “Prefeitura sanciona lei que proíbe transporte de cargas vivas em Santos, SP”<sup>715</sup>. O único entrevistado foi o prefeito da cidade, que fez menção à ocorrência de maus-tratos:

O prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) sancionou na manhã desta quarta-feira (18), durante solenidade no Palácio José Bonifácio, o projeto de lei que proíbe o transporte de cargas vivas nas áreas urbanas e de expansão urbana em Santos, no litoral de São Paulo. [...]

De acordo com o prefeito, a legislação não estava clara em relação a esse tipo de transporte e suas regras. “Hoje temos uma lei aprovada por unanimidade na Câmara de Santos, proibindo esse tipo de transporte no território urbano de Santos. Nós tivemos algumas ocorrências (de transporte de carga viva) recentemente, em que promovemos diversas autuações por maus-tratos e pela própria sujeira ocasionada na cidade, gerando multa aos responsáveis”. [...]

Além do portal, somente a *Agência Brasil*<sup>716</sup> noticiou a sanção da lei municipal, explicitando a motivação da proposta e os principais pontos da nova regra. A repórter entrevistou o vereador autor da proposta, que descreveu alguns dos problemas inerentes ao transporte de animais vivos.

<sup>714</sup> Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/Boi/noticia/2018/04/missao-saudita-vem-em-maio-avaliar-fim-da-suspensao-de-embarques-de-boi-vivo.html> Acesso em 1º fev. 2021.

<sup>715</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/porto-mar/noticia/prefeitura-sanciona-lei-que-proibe-transporte-de-cargas-vivas-em-santos-sp.ghtml> Acesso em 14 fev. 2021.

<sup>716</sup> “Prefeitura de Santos sanciona lei que limita a circulação de bovinos”. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-04/prefeitura-de-santos-sanciona-lei-que-limita-circulacao-de-bovinos> Acesso em 09 fev. 2021

Uma lei que restringe o transporte de bovinos por veículos nas ruas de Santos, no litoral paulista, foi sancionada ontem (18). A medida foi consequência de uma denúncia, no início deste ano, das condições degradantes em que 26 mil bois foram transportados e embarcados em um navio atracado no porto do município, com destino à Turquia. A Lei Complementar nº 996 limita a circulação nas áreas urbana e de extensão urbana da cidade.

[...] A alteração à Lei nº 3.531/1968, que institui o Código de Posturas do município, autoriza apenas a circulação de veículos que carreguem animais domésticos, de uso terapêutico e para projetos educativos e medicinais e, ainda, animais que auxiliem equipes policiais ou que sejam empregados em práticas esportivas. A permissão se estende a animais transportados para tratamento médico, em clínicas e hospitais veterinários, e para zonas de preservação ambiental que cortem as regiões alvo da restrição.

Quando o trânsito [...] envolver animais portadores de doenças ou ferimentos graves, estes deverão ser submetidos a um exame da Coordenadoria de Defesa da Vida Animal (Codevida) para seguir na rota.

O transporte por canais marítimos implica, geralmente, segundo [o vereador Benedito] Furtado, mais sacrifício para os animais do que o feito por terra, em caminhões. O parlamentar [...] diz que o caso da carga remetida à Turquia causou perplexidade nos moradores pela situação “dramática e aviltante” a que os animais foram submetidos.

Furtado conta que os 26 mil bois encontravam-se apinhados, a ponto de defecar e urinar uns sobre os outros, em espaços abafadiços por toda a embarcação, o que levou as autoridades municipais a se mobilizarem. A Justiça chegou a conceder uma liminar para impedir a exportação dos animais, no entanto, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região a cassou. [...] O vereador Benedito Furtado destacou que os dejetos dos ruminantes atingiram lençóis freáticos e contaminaram o ar.

Cinco dias depois, em 24 de abril, o *GI* noticiou a recepção negativa que a lei recém-sancionada tivera no governo federal: “Ministro da Agricultura critica lei municipal que veta cargas vivas no Porto de Santos: 'Prejuízo’”<sup>717</sup>. Em uma matéria muito mais extensa do que as anteriores, o repórter ouviu cinco fontes que repudiavam a legislação municipal e somente no último parágrafo mencionou o posicionamento da prefeitura. Cerca de 30% do texto é dedicado às declarações de Maggi:

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Blairo Maggi, criticou a lei municipal que proíbe a operação de cargas vivas no Porto de Santos, no litoral de São Paulo, e avalia a participação da União em uma ação no Superior Tribunal Federal (STF) para invalidá-la. Entidades do setor rural acreditam em inconstitucionalidade na norma. [...]

“É uma questão que todo mundo vai brigar. Essa atitude de Santos atrapalha, de fato, os negócios na área. Depois de tudo o que aconteceu, que foi inédito, os próprios exportadores já tinham sinalizado que queriam evitar o Porto de Santos, destinando essa carga a outros portos no País”, afirmou o ministro Blairo Maggi ao *G1*.

Para o chefe do Mapa, além do porto, quem acumula prejuízos é a própria cidade. “Afasta a arrecadação e prejudica a imagem, claro. Está certo que o ministério discorda dessa decisão. Temos um controle rigoroso e um setor voltado ao bem estar animal que afasta ocorrências de maus-tratos, tudo com parâmetro internacional.”

Ainda segundo Maggi, o Ministério avalia a participação em uma ação da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) no STF contra a lei

<sup>717</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/porto-mar/noticia/ministro-da-agricultura-critica-lei-municipal-que-veta-cargas-vivas-no-porto-de-santos-prejuizo.ghtml> Acesso em 14 fev. 2021.

municipal. “Certamente, seremos consultados pela Corte sobre o fato e vamos dar a nossa avaliação. Mas vou conversar com a minha área jurídica para saber como colaborar, de fato.”

Para o chefe da Assessoria Jurídica da Confederação, Rudy Maia Ferraz, a norma municipal é inconstitucional. “Nós entendemos que o município está violando a competência da União, visando justamente impedir o escoamento da produção nacional pelo comércio exterior. Isto é, foge das atribuições da cidade, que não deve regular isso”, afirma.

A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) para barrar a lei foi protocolada no STF na quinta-feira (19) e distribuída para o ministro Edison Fachin, que ainda não tomou uma decisão. “Isso provoca uma insegurança jurídica monumental e um impacto imenso na cadeia produtiva. Já imaginou se o prefeito barra a operação de soja?”

O consultor portuário Sérgio Aquino considerou que o impasse é reflexo do distanciamento da relação Porto-Cidade, provocada pela atual legislação do setor. “Nós corremos o risco das cidades deliberarem que tipo de operação deve ou não ser realizada nos portos que estão nos seus territórios de maneira isolada. É preocupante.” A falta de diálogo e de um ambiente de negociação, entre todos os envolvidos, é apontada por ele como responsáveis pelo problema. “É certo que a operação de carga viva continuará existindo mundialmente, independente se Santos autorizar ou não. É uma operação de muitos mercados, por questões religiosas e culturais.”

O Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Pasta ao qual a Secretaria Nacional de Portos se reporta, informou que não se pronunciaria sobre o caso por não considerar que há relação com “políticas públicas”. A Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) não respondeu aos questionamentos do G1.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), órgão que regula o setor, informou que qualquer terminal no Brasil pode movimentar cargas vivas desde que esteja autorizado para isso e que a operação conste no contrato. “Os demais critérios cabem aos órgãos intervenientes [como sanitário e ambiental] nos portos.”

Ainda segundo a Antaq, os portos de Vila do Conde (PA), Rio Grande (RS), Itaqui (MA), Rio de Janeiro (RJ), Belém (PA) e Recife (PE) movimentaram cargas vivas nos últimos cinco anos normalmente. O complexo portuário de São Sebastião, no litoral de São Paulo, também aparece na lista como um dos mais procurados.

A Companhia Docas de São Sebastião disse que em 2016 foram movimentadas 46 mil unidades de cargas vivas e, em 2017, 51 mil unidades. “Por se tratar de um porto público, não pode se recusar a realizar operações de embarque e desembarque que estejam em conformidade com a regulação fitossanitária e fiscal, e que portanto são lícitas.”

Por meio de nota, a Prefeitura de Santos disse não foi notificada sobre a ação contrária à lei municipal ingressada pela CNA em Brasília (DF). “Desde o dia 17 [de abril], a legislação municipal proíbe o transporte e circulação de cargas vivas em área do município”, afirmou, sem querer se manifestar sobre a discussão.

Na ocasião da sanção da lei, o prefeito Paulo Alexandre Barbosa declarou a jornalistas que a operação de carga viva não é o foco do Porto de Santos e que a receita de Imposto Sobre Serviços (ISS) não era “relevante” ao município – 60% da arrecadação provém do cais. “Existem premissas de conservação e respeito aos animais”, disse. [...]

Novamente, o governo federal mostrou-se disposto a intervir para barrar uma medida desfavorável ao agronegócio. Os argumentos contrários à lei apontados pelo ministro referiam-se sobretudo aos “negócios”, à “imagem” do setor. O bem-estar dos animais ficou em segundo plano. A declaração do representante da CNA, ao referir-se à “insegurança jurídica monumental” e ao “impacto imenso na cadeia produtiva” certamente era exagerada, uma vez que apenas uma cidade do país havia proibido as exportações. O Porto de Santos, como já foi

dito, realizara apenas dois embarques até aquele momento, sendo o primeiro deles em dezembro de 2017. Esse tipo de comércio, portanto, poderia seguir sendo executado por outros portos do país.

O assessor jurídico da CNA também teve uma reação desproporcional ao levantar a questão: “Já imaginou se o prefeito barra a operação de soja?” É evidente que o transporte de animais não pode ser comparado ao de soja. Apesar de ambos serem *commodities*, os grãos não podem sofrer maus-tratos e tampouco há normas que regulamentem o “bem-estar” da soja. Logo, não haveria motivos para uma prefeitura proibir seu transporte. Ao fazer esse tipo de comparação, o entrevistado pretendia ridicularizar a lei, rotulá-la de “insensata”, “descabida”.

Ao final da matéria, o repórter contrapôs a declaração do prefeito com a informação de que “60% da arrecadação provém do cais”. Entretanto, o político não afirmara que o Imposto Sobre Serviços (ISS) de *toda* movimentação portuária era irrelevante para o município, mas sim aquele referente à carga viva. Ademais, apesar dos possíveis benefícios que uma arrecadação adicional pudesse gerar, não se podia ignorar seus custos. Como se sabe, nas duas únicas ocasiões em que os embarques ocorreram na cidade, causaram enormes transtornos para os moradores, poluíram as vias públicas e redes de drenagem – além, é claro, das condições degradantes para os animais que foram averiguadas. Nada disso, entretanto, foi mencionado no texto.

No dia seguinte, apenas uma semana após a sanção da lei, o Supremo Tribunal Federal (STF) a tornou inválida, conforme noticiou o *GI*: “Fachin derruba lei que proibia operação de cargas vivas no Porto de Santos”<sup>718</sup>. O texto informava que o ministro Edson Fachin, em decisão liminar, suspendera a eficácia da lei “em virtude do perigo de lesão grave”. A medida atendia à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), que havia sido protocolada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) “menos de 24 horas após o prefeito de Santos ter sancionado a lei”. A primeira fonte a se manifestar na matéria foi o representante da CNA:

[...] “Trata-se de uma vitória do setor. Com essa decisão, devolvemos a segurança jurídica a essas operações, principalmente para o escoamento da produção nacional”, afirmou o chefe da Assessoria Jurídica da [...] CNA, Rudy Maia Ferraz, responsável pela ação. [...] No entendimento da entidade, acatado pela Corte, a municipalidade sobrepôs a competência ao querer limitar ou determinar sobre as operações no cais. A decisão definitiva ainda será analisada pelo plenário do Supremo, em data ainda indefinida, mas a provisória já está em vigor, permitindo as operações com animais

<sup>718</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/porto-mar/noticia/fachin-derruba-lei-que-proibia-operacao-de-cargas-vivas-no-porto-de-santos.ghtml> Acesso em 14 fev. 2021.

no porto. A Prefeitura de Santos disse que vai aguardar ser notificada oficialmente sobre o parecer do ministro, mas afirmou que vai apresentar um recurso ao STF.

A matéria prossegue com o subtítulo “Críticas”, em que reproduz novamente os depoimentos de Blairo Maggi, reprovando a lei municipal, e do consultor portuário Sérgio Aquino, garantindo que “a operação de carga viva continuará existindo mundialmente, independentemente se Santos autorizar ou não”. Além de comunicar que a prefeitura iria recorrer da decisão, o repórter não ouviu nenhuma fonte favorável à lei – nem mesmo o vereador que apresentara a proposta.

Outros veículos também noticiaram a deliberação do STF. A *Globo Rural*<sup>719</sup> divulgou os argumentos apresentados pela CNA, mas, como o *GI*, tampouco entrevistou qualquer representante da prefeitura ou de entidades de defesa animal:

[...] Na ação, a CNA alegou que a lei é inconstitucional e cria “empecilhos desastrosos para o comércio exterior brasileiro, uma vez que proíbe o trânsito para a embarcação de animal vivo em um dos maiores portos da América Latina”. [...]. Em nota divulgada à imprensa, a CNA afirmou que “a decisão do ministro Edson Fachin traz segurança jurídica para o setor agropecuário, na medida que garante amplo acesso do escoamento da produção dos produtores rurais brasileiros”.

A matéria da *Agência Brasil*<sup>720</sup> – também veiculada pela revista *IstoÉ*<sup>721</sup> e pelo jornal *O Estado de S. Paulo*<sup>722</sup> – reproduziu outros trechos da decisão de Fachin:

Fachin entendeu que a lei impôs “restrição desproporcional” aos empresários do agronegócio ao impedir o trânsito de carga viva. Para o ministro, a legislação federal já estabelece normas sobre o transporte e a proteção dos animais. “Como se depreende, o município, ao inviabilizar o transporte de gado vivo na área urbana e de expansão urbana de seu território, transgrediu a competência da União, que já estabeleceu, à exaustão, diretrizes para a política agropecuária, o que inclui o transporte de animais vivos e a sua fiscalização”, afirmou. [...]. Por outro lado, entidades de proteção animal, como o Fórum Nacional de Proteção e Defesa do Animal e outras ONGs, questionaram o transporte e alegaram que a empresa responsável pelo frete não estava cumprindo a regulamentação nacional.

<sup>719</sup> “STF derruba lei que proibia trânsito de animais vivos em Santos” Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/noticia/2018/04/stf-derruba-lei-que-proibia-transito-de-de-carga-viva-em-santos.html> Acesso em 31 jan. 2021.

<sup>720</sup> “STF suspende lei que veda transporte de animais para Porto de Santos” Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2018-04/stf-suspende-lei-que-veda-transporte-de-animais-para-porto-de-santos> Acesso em 09 fev. 2021.

<sup>721</sup> “STF suspende lei que veda transporte de animais para Porto de Santos” Disponível em: <https://istoe.com.br/stf-suspende-lei-que-veda-transporte-de-animais-para-porto-de-santos/> Acesso em 13 fev. 2021.

<sup>722</sup> “STF suspende lei que veda transporte de animais para Porto de Santos”. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,stf-suspende-lei-que-veda-transporte-de-animais-para-porto-de-santos,70002285640> Acesso em 03 fev. 2021.

Entre as irregularidades, estariam o espaço menor que o recomendado entre um animal e outro, a imersão dos animais em fezes e urina e o racionamento de alimentos e água.

Apesar de expor, no último parágrafo, o ponto de vista das ONGs sobre o transporte de animais vivos, o veículo não ouviu qualquer representante da prefeitura sobre a suspensão da lei ou outra fonte favorável à proposta. O *Valor Econômico*<sup>723</sup> tampouco o fizera. A breve nota publicada pelo jornal apresentava uma declaração da CNA, à qual se seguia: “Com a decisão, pecuaristas de várias regiões do país poderão retomar suas exportações sobretudo de boi em pé para diversos destinos no mundo, segundo a CNA”. Tal afirmação é improcedente, uma vez que se tratava de uma lei municipal, que esteve vigente por apenas uma semana. As exportações continuavam ocorrendo normalmente em outros portos do país.

A *Folha de S. Paulo*<sup>724</sup>, ao noticiar a decisão do STF, relatou novamente todo o episódio envolvendo o navio *Nada* três meses antes, apontando-o como propulsor da aprovação da lei municipal. O texto cita um trecho da ação da CNA – em que esta alega que “a lei prejudica produtores rurais, além de ferir a competência da União para legislar sobre comércio exterior e interestadual e regime de portos” – e também um depoimento do representante da entidade aplaudindo a decisão do ministro. Ao final, reproduz um trecho do despacho do ministro:

[...] Na liminar desta quarta-feira (25), Fachin afirma que a Câmara dos Vereados de Santos impôs restrição desproporcional ao direito dos produtores. “Esta desproporcionalidade fica evidente quando se analisa [as leis federais sobre o assunto], tendo em vista a gama de instrumentos estabelecidos para garantir, de um lado, a qualidade dos produtos destinados ao consumo pela população e, de outro, a existência digna e a ausência de sofrimento dos animais, tanto no transporte quanto no seu abate”. Agora, após a decisão do ministro, cabe ao plenário do STF dar uma decisão definitiva sobre a lei de Santos. Ainda não há data para o julgamento. [...]

Em uma segunda matéria publicada no mesmo dia, a *Folha* apresentou um breve panorama sobre a atividade: “Porto de Santos concentra apenas 6,6% de exportações de boi vivo”<sup>725</sup>. O texto cita números do setor, mas não faz qualquer menção ao bem-estar dos animais:

<sup>723</sup> “CNA obtém liminar para permitir exportações de boi vivo em Santos”. Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2018/04/26/cna-obtem-liminar-para-permitir-exportacoes-de-boi-vivo-em-santos.ghtml> Acesso em 08 fev. 2021.

<sup>724</sup> “STF derruba lei que proíbe transporte de animais vivos no Porto de Santos”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/04/stf-derruba-lei-que-proibe-transporte-de-animais-vivos-no-porto-de-santos.shtml> Acesso em 05 fev. 2021.

<sup>725</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/04/porto-de-santos-concentra-apenas-66-de-exportacoes-de-boi-vivo.shtml> Acesso em 05 fev. 2021.

O Porto de Santos, em São Paulo, é por onde passaram apenas 6,6% dos bois vivos exportados no país em 2017, uma prática recente de comércio voltada a países muçulmanos.

Foi feito um único embarque desse tipo neste ano, e outro no ano passado. Antes disso, o porto não recebia carregamentos assim há duas décadas.

Já em Barcarena, no Pará, foram carregados 267 mil bois vivos em navios em 2017, o que representa 65,7% do total do país. Em segundo lugar está o Porto de Rio Grande (RS), e em terceiro, São Sebastião (SP). [...]

[A Turquia] é a maior importadora de bois em pé – é para lá que foram 52% dos animais exportados em 2017. Depois, os principais destinos são Iraque (14%), Líbano (11%), Egito (10%) e Jordânia (9,9%).

A lista concentra principalmente países onde há população muçulmana, que preferem o gado vivo para que o abate seja feito seguindo ritos religiosos. Paraguai, Senegal e Bolívia também importam bois brasileiros, mas em menor proporção.

O gado em pé não representa uma parcela importante dos produtos bovinos que o Brasil manda para o exterior. No ano passado, foram US\$ 6,2 bilhões arrecadados com exportações de carne in natura, miúdos, processados e tripas, e apenas US\$ 272 milhões com gado vivo.

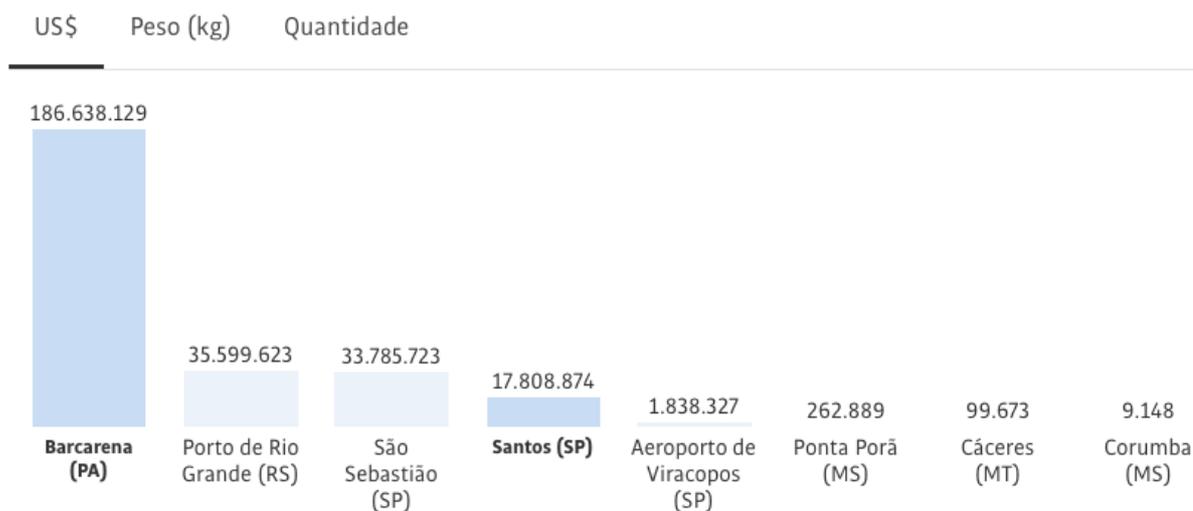
Além disso, a prática é relativamente recente. Antes de 2004, o volume de bois vivos que embarcavam para fora do país era pequeno e inconstante.

Na série histórica desde 1997 registrada pelo Mdic (Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), o ano em que houve mais exportações antes de 2004 foi 1999, quando embarcaram 7,4 mil cabeças de boi. Em 2000, foram apenas 279 animais. Os valores começaram a aumentar de 2005 em diante.

Além do texto, o jornal também produziu os seguintes gráficos ilustrativos:

## Exportação de bois vivos (2017)

Mais de 65% das cabeças de gado exportadas no ano passado passaram pelo Pará



## Ano em que Brasil mais exportou bois vivos foi 2013

### Número de bois exportados por ano na última década

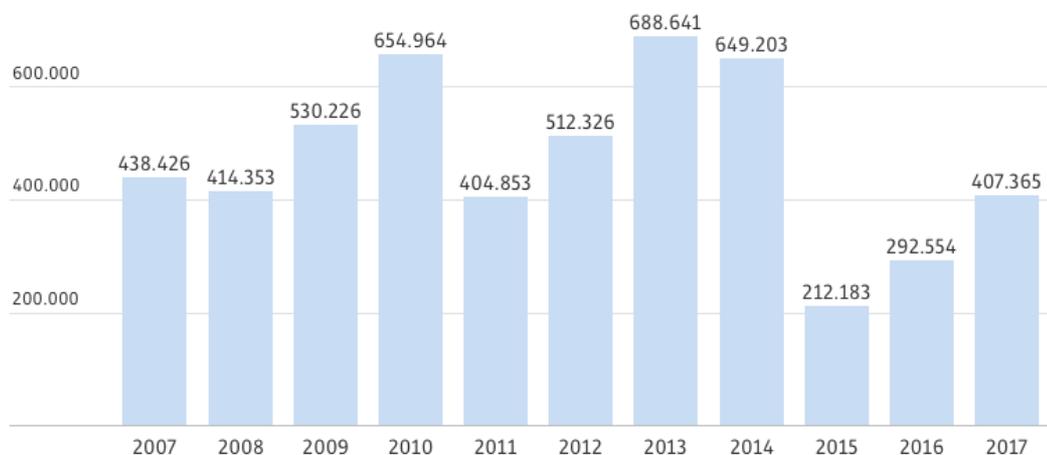


Figura 23: Gráficos publicados em 26 de abril de 2018 no jornal *Folha de S. Paulo*.

Ainda na *Folha*, a coluna “Vaivém das Commodities” também registrara: “Com Santos liberado, exportação de gado vivo aumenta”<sup>726</sup>. Ao referir-se à participação de Santos na atividade, o repórter deturpou fatos e números:

O Brasil deverá exportar 650 mil bois vivos neste ano. Se as estimativas se confirmarem, as vendas externas brasileiras de animais voltarão aos melhores patamares anuais, atingido os números de 2013 e de 2014.

As expectativas são de Bruno Lucchi, superintendente técnico da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil). Essa meta fica mais plausível porque o porto de Santos volta a ser um canal de exportação. Lei municipal, que impedia o trânsito e exportação de animais vivos pela cidade, foi derrubada pelo STF (Supremo Tribunal Federal) na terça-feira.

Lucchi, da CNA, entidade que pediu a suspensão da lei municipal que impedia o acesso do gado vivo ao porto, diz que “o país segue regras internacionais e não podem ser criados precedentes nessa atividade”.

As exportações brasileiras deste ano crescem muito, e a participação do porto de Santos também. De janeiro a março foram exportados 143 mil animais, e 17,5% saíram por Santos. No ano passado, a participação do porto era de apenas 6,6%.

Em 2018, o Brasil não tem mais o grande parceiro importador de há alguns anos, a Venezuela. Em 2014, dos 252 mil animais que saíram das fronteiras brasileiras nos três primeiros meses do ano, 208 mil foram comprados pelos venezuelanos. [...] O grande parceiro agora é a Turquia, que ficou com 103 mil dos animais exportados no primeiro trimestre do ano. O Líbano vem a seguir, com 17,5 mil animais.

A afirmação de que a liberação do porto de Santos permitiria ao setor alcançar a meta de exportações é infundada. Como já disse, a participação da cidade no comércio havia recém-

<sup>726</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vaivem/2018/04/com-santos-liberado-exportacao-de-gado-vivo-aumenta.shtml> Acesso em 05 fev. 2021.

iniciado e só ocorrera duas vezes. Entre 1997 e 2017 as exportações foram realizadas por outros portos do país, sem a participação de Santos. O texto prossegue abordando somente os aspectos positivos da atividade. O superintendente do CNA rebate às críticas de que a venda de “gado em pé” não agrega valor:

“Há espaço para tudo”, diz ele. O Brasil deve atuar em todas as pontas da cadeia. “Manter uma estratégia de agregar valor, mas não sufocar as outras formas de exportação.”

Essa política de abrir várias frentes de exportação é importante neste momento porque a Rússia fechou a importação de carne suína e a União Europeia aumentou as barreiras para o frango brasileiro. O resultado é uma queda de preços internos, que chega também à carne bovina.

Para o superintendente da CNA, tudo isso ocorre em um momento de produção elevada de proteínas, milho em alta e preços da carne em baixa.

O cenário para os próximos meses também não é favorável. Os países importadores tomam como base essas barreiras para reduzir preços nos contratos que serão assinados pela frente, afirma Lucchi.

Observa-se que para as matérias que, como essa, estavam centradas nas questões econômicas, o bem-estar animal mostrou-se irrelevante.

### **Parecer do MPF**

A ação civil pública movida pelo Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, aparentemente esquecida pela imprensa, seguia seu curso, com novos desdobramentos. Após a presidente do TRF-3 ter liberado os embarques em todo o país, acolhendo o pedido da AGU, o FNPd apresentou agravo interno e o processo foi encaminhado ao Ministério Público Federal na 3ª Região. No dia 09 de maio, o procurador regional da República Sérgio Monteiro Medeiros emitiu parecer favorável à “revalidação da liminar anteriormente concedida, para que seja proibida a exportação de carga viva de todos os portos do território nacional”.<sup>727</sup> O site *Sul 21*<sup>728</sup> divulgou, no dia 11, algumas das justificativas apresentadas por Medeiros na conclusão do MPF, reiterando os argumentos que os ativistas vinham expressando:

A exportação de animais vivos para serem abatidos no exterior viola a constituição, é um ato de crueldade e, portanto, deve ser proibida. A afirmação é do procurador regional da República na 3ª Região, Sérgio Monteiro Medeiros, que se manifestou

<sup>727</sup> Disponível em: [www.direito.ufpr.br/porta/animaiscomdireitos/wp-content/uploads/2019/06/mpf-parecer-agint-em-suspensao-de-seguranca-exportacao-de-animais-vivos-09-05-2018.pdf](http://www.direito.ufpr.br/porta/animaiscomdireitos/wp-content/uploads/2019/06/mpf-parecer-agint-em-suspensao-de-seguranca-exportacao-de-animais-vivos-09-05-2018.pdf) Acesso em 17 abr. 2021.

<sup>728</sup> “Ministério Público Federal defende a proibição da exportação de animais vivos para abate”. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2018/05/ministerio-publico-federal-defende-a-proibicao-da-exportacao-de-animais-vivos-para-abate/> Acesso em 12 fev. 2021.

pedindo a revalidação de liminar que impediu a saída de carga viva de todos os portos brasileiros [...].

Em seu parecer, Medeiros diz que a União não apresenta dados suficientes que comprovem que o veto à exportação de carga viva traria prejuízos aos cofres públicos. Ele alega que essa modalidade de comércio representa uma parcela ínfima do agronegócio, que poderia, por exemplo, redirecionar as transações a parceiros brasileiros que processam a carne e a exportam congelada.

Para além da falta de provas referentes ao impacto à economia, o MPF baseia sua argumentação sobretudo no fato de que o deslocamento de animais vivos a outros países é um ato de crueldade.

No parecer é descrito o processo de transporte dos bois desde o campo até o embarque no navio, que envolve desde choques elétricos até longos períodos de confinamento em locais de péssima higiene. “Trata-se do rito mais explícito da cultura de violência animal, uma prática comercial de pavoroso sofrimento e morte em escala inaceitável”, define o procurador.

Medeiros afirma ainda que a Constituição brasileira veda expressamente toda e qualquer submissão de animais à crueldade, determinando que as condições humanitárias devem prevalecer em todos os momentos precedentes ao abate.

Ele aponta ainda que a prática vai de encontro ao que estabelece a Declaração Universal dos Direitos dos Animais da Unesco, da qual o Brasil é um dos países signatários, e a entendimento do Supremo Tribunal Federal, que, considerando haver “crueldade intrínseca” aplicada aos animais, julgou inconstitucional a lei nº 15.299/2013, do Estado do Ceará, que regulamentava a vaquejada como prática desportiva e cultural.

“Em síntese, o que se evidencia no Brasil hoje com a exportação de bovinos vivos é simplesmente a vergonhosa desconsideração de toda e qualquer norma de proteção animal, tanto nacionais como internacionais, em troca de lucro, à custa da dor, sofrimento e crueldade”, resume o procurador regional. A ação será julgada pelo Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Conforme constatei nas matérias analisadas até agora, os discursos em defesa das exportações exaltavam a todo momento a relevância da atividade para a economia do país. Apesar de diversos especialistas da área – para além dos ativistas – contestarem tais alegações, eles raramente tiveram voz. A imprensa limitara-se a repetir as declarações do governo federal, dos empresários e das entidades do setor, como se fossem a única versão dos fatos. A reprodução incessante desses depoimentos convertera-os em “verdades”. Ao silenciar as perspectivas críticas e divergentes, os veículos certamente não foram “imparciais”, “objetivos”, “plurais” ou quaisquer outras qualidades que geralmente atribuem a si mesmos. As afirmações de que o fim das exportações traria prejuízos econômicos foram expostas sem a verificação dos fatos, e os dados fornecidos pelo governo tampouco as ratificavam.

A manifestação do procurador Sérgio Medeiros foi, como tantas outras contrárias às exportações, praticamente ignorada pela mídia brasileira. Além do *Sul 21*, somente a *BBC Brasil* fez uma breve menção ao parecer, em reportagem publicada no dia 15 de maio, a qual analisarei adiante. Antecipo, entretanto, que a matéria da *BBC* não reproduz nenhum trecho do documento, mas somente uma declaração do procurador em entrevista concedida ao veículo. Pode-se dizer, assim, que as únicas informações divulgadas pela imprensa nacional sobre o

posicionamento do MPF foram a notícia do *Sul 21*, as quais, por sua vez, também se mostraram bastante limitadas.

O parecer de Medeiros é extenso (55 páginas) e discorre sobre aspectos muito pertinentes para o debate em curso. Apesar de ser peça fundamental na ação civil pública, seu conteúdo permaneceu praticamente desconhecido, uma vez que não teve a repercussão midiática que tiveram as manifestações em defesa das exportações. Caso contrário, provavelmente teria gerado uma percepção muito diferente sobre o caso. Segue, assim, alguns trechos do documento, para que se conheça fatos e argumentos invisibilizados pelo campo jornalístico brasileiro:

A exportação de animais vivos representa uma parcela ínfima do agronegócio, que não deve se sobrepor aos maus tratos sofridos pelos animais que, por sua vez, representam uma violação à Constituição, à Lei nº 9.605/98 e à Declaração Universal do Direitos dos Animais, da qual o Brasil é país signatário (MEDEIROS, 2018, p. 8).

Esses exportadores podem, perfeitamente, redirecionar os seus negócios para parceiros brasileiros, que processam a carne em solo pátrio e a exportam congelada. [...] O Brasil ganharia muitíssimo mais em credenciamento internacional, adotando boas práticas de respeito à dignidade animal, ao contrário do que quer fazer crer a União, além da certeza do ganho em incidência de tributos federais – disso, a União se esquece por completo, deixando de patrocinar os verdadeiros interesses nacionais, de índole coletiva, e não deste ou daquele exportador de carga viva animal –, estaduais e municipais, sem se falar, mas não menos importante, na geração de empregos e renda no Brasil, e ganho de valor agregado na exportação (MEDEIROS, 2018, p. 9).

Ora, mas como pode, o mesmo Brasil que veda, inelutavelmente, [...] práticas que submetam animais à crueldade, permitir que milhares de bovinos sejam imprensados em um navio para, após duas semanas de viagem marítima, em péssimas condições de alimentação, acondicionamento, higiene e sanitárias, serem enfim abatidos de modo que se choca, absolutamente, frontalmente, com aquele que é autorizado pelo ordenamento constitucional brasileiro? [...] (MEDEIROS, 2018, p. 16).

É fácil perceber que [a decisão do juiz Djalma Moreira Gomes] não se trata apenas de uma decisão muitíssimo bem fundamentada, mas especialmente cercada de cuidados que a singularizam, seja na atenção que o magistrado teve ao se cercar de determinada certeza fática, antes de proferi-la, seja por haver enfrentado e analisado a questão sob diversos ângulos jurídicos, para assim examinar o status jurídico dos animais como sujeitos de direitos [...] (MEDEIROS, 2018, p. 16).

O que a liminar cassada fez foi exata e tão somente restaurar a ordem constitucional desrespeitada por essas malsinadas exportações que, muito lamentavelmente, seguem acontecendo (MEDEIROS, 2018, p. 17).

Dado o acúmulo de milhares de animais já há uma condição propícia para surgimento de diversas moléstias (MEDEIROS, 2018, p. 18).

Os problemas sanitários no navio são absolutamente impossíveis de serem solucionados. Há grande acúmulo de dejetos animais, como fezes, urina, vômitos. Não há informações sobre a quantidade de produtos de limpeza utilizados nem o tipo. Caso sejam produtos de natureza ácida haverá grande impacto ambiental no seu descarte que é feito diretamente no mar. O que também ocorre com parte das fezes e demais dejetos.

Com relação às mortes de animais no transporte feito por navio, a AGU aduziu em sua peça [...]: “*O representante do armador declarou que a taxa de mortalidade registrada na viagem entre Brasil e Turquia realizada em dezembro de 2017 foi de 0,001%!*” Indaga-se, inicialmente, como a AGU, pode dar credibilidade a essa informação a ponto de utilizá-la como defesa de sua tese. Essa informação atenta contra o bom senso. Ora, para 0,001% de 27.000 [...] teríamos 0,27 de mortandade, ou seja, muito menos de um animal. Evidentemente não é essa a realidade. Na inspeção judicial levada a efeito no navio “NV NADA” restou apurado que não havia registro do número de mortes, mas o número de mortes em transportes correlatos varia entre 3 e 5% (dados internacionais), o que daria entre 810 e 1350 animais (em 27.000 [...]) (MEDEIROS, 2018, p. 25).

É ululante que a realidade dos fatos briga com os “fatos alternativos” propagandeados no site da empresa [*Minerva Foods*], dona dos animais exportados. Falar em “pecuária sustentável” e “compromisso sócio-ambiental”, depois de tudo o que tem acontecido e se acha bem reportado nos autos, chega a ser afrontoso (MEDEIROS, 2018, p. 28).

Não se pode admitir uma atividade cruel e degradante como essa, praticada em gravíssima ofensa ao sistema jurídico nacional. [...] Os argumentos da AGU são totalmente destituídos de razoabilidade (MEDEIROS, 2018, p. 28).

A Constituição, como não poderia deixar de ser, veda, expressamente, toda e qualquer submissão de animais à crueldade, sem fazer qualquer distinção espacial, temporal ou de espécie (MEDEIROS, 2018, p. 29).

É urgente, além de moralmente importante, entender e assumir que todos os animais têm algum grau de senciência e negar essa condição sem nenhuma argumentação embasada torna o confronto com questões morais e éticas individuais, inevitável. Ao contrário do que muitos defendem, não apenas o homem é sujeito de direito, os animais também o são e, portanto, devem ser inseridos nas preocupações humanas, pois estas, uma vez pautadas em questões morais, devem valorizar, proteger e preservar a dignidade de todo ser vivo (MEDEIROS, 2018, p. 33-34).

Ao proibir a crueldade contra animais, a Lei Maior reconhece implicitamente que animais podem sofrer, pois não é possível ser cruel em face de seres inanimados ou mesmo em face de seres vivos que não sofrem (como bactérias e plantas). Então, a Constituição reconheceu também que os animais são seres sencientes: pois só é possível ser cruel em face de seres capazes de sofrer. Note-se que o constituinte não emprega o termo crueldade (e seus derivados) de maneira arbitrária. A palavra crueldade aparece duas vezes na Lei Maior: na primeira, já mencionada (art. 225, § 1º, VII), diz respeito aos animais; na segunda (art. 227), refere-se a crianças e adolescentes, vedando que eles sejam tratados cruelmente. Já o termo cruel tem duas incidências na Constituição: na primeira (art. 5º, XLVII, e), refere-se a humanos, para proibir penas cruéis; na segunda (art. 225, § 7º), refere-se novamente a animais (MEDEIROS, 2018, p. 35-36).

Não faria sentido proteger os animais da crueldade se eles fossem considerados meras coisas no texto constitucional: coisas não sentem dor e, assim, é impossível ser cruel com elas. Mesmo quando as coisas são especialmente protegidas (como o patrimônio histórico e cultural), o constituinte não fala em “crueldade” contra elas! Então, no ordenamento jurídico brasileiro, os animais já são considerados sencientes e já são sujeitos de direito (MEDEIROS, 2018, p. 36).

Não há lei autorizativa da exportação de animais vivos e tampouco quaisquer normas legais acauteladoras do bem-estar animal, com parâmetros mínimos fixados para as exportações de animal vivo. A bem da verdade, pelas condições [...] relatadas pela perita designada pelo Juízo de 1º grau, é bem difícil, improvável até, imaginar-se que normas poderiam ser essas, qual milagre poderá ser operado pelo legislador para compatibilizar bem-estar animal e lucro do exportador, pois esta é a gênese da controvérsia, inegavelmente (MEDEIROS, 2018, p. 47).

Foi divulgada apenas uma fotografia da [chegada do Navio NV NADA na Turquia], com lonas cobrindo-lhe as laterais e impedindo a visualização dos animais. [Mas] se pode observar o estado de sujeira do navio, a confirmar a forma como os dejetos são despejados no mar e o rastro de poluição deixado (MEDEIROS, 2018, p. 47).

O que se evidencia no Brasil hoje, com essa prática de exportação de bovinos vivos, é simplesmente a vergonhosa desconsideração de toda e qualquer norma de proteção animal, tanto nacionais como internacionais, em troca de lucro (censurável), majorado, à custa da dor, sofrimento e crueldade animais (MEDEIROS, 2018, p. 48).

Os problemas [ambientais] têm início no embarque dos animais a 500 km do porto. Segundo informações obtidas junto à Agência Embrapa de Informação Tecnológica, os gados bovinos de corte confinados produzem em torno de 30 a 35 kg/cabeça/dia de esterco (fezes e urina). No caso dos autos, partindo-se do pressuposto de que os caminhões, com aproximadamente 40 animais, demoraram em média 10 horas para chegarem ao porto, podemos concluir que em apenas um veículo houve a liberação de aproximadamente 500 quilos de esterco [...]. Num universo de 675 caminhões, teremos 337.500 quilos de esterco sendo despejados pelas estradas [...], apenas referente ao trajeto entre o local de quarentena e o terminal portuário. [...] As consequências serão as piores possíveis, a começar pelas moscas que ao pousarem sobre o esterco poderão disseminar numerosas enfermidades, como tuberculose, brucelose, cólera, verminoses, febre tifoide dentre outras (MEDEIROS, 2018, p. 49).

Já embarcados, [os bois] produzirão uma quantidade de 810 mil quilos de esterco [...] por dia, para serem lançados diretamente no mar [...]. Em 15 dias, haverá o lançamento no mar de 12 mil toneladas de dejetos animais, fora os animais mortos, que também serão descartados depois de triturados. É um espetáculo de poluição ambiental sem precedentes! (MEDEIROS, 2018, p. 50).

A poluição atmosférica também é importante, uma vez que o odor liberado do estrume contém grande quantidade de sulfeto de hidrogênio, amônia, dióxido de carbono, monóxido de carbono, metano e outros gases [...]. A fermentação dos dejetos sobre o solo, em contato com outros poluentes do ar, pode causar ataques de asma e bronquite. Sem se falar no efeito estufa [...] (MEDEIROS, 2018, p. 50).

[A aprovação da legislação em Santos] demonstra, de maneira cristalina, o grau de insatisfação daquela municipalidade com a situação de transtorno que o embarque massivo de carga viva gerou (MEDEIROS, 2018, p. 51).

O Brasil, há alguns séculos, não sem a oposição muito persistente dos senhores rurais, [...] renunciou, debaixo de rígida pressão da Inglaterra, [...] a uma outra prática abominável [...]. Patente que nos referimos ao tráfico negreiro, onde africanos eram trazidos de sua terra natal, para o Brasil, sob ferros, e submetidos a condições absolutamente inumanas, sem mínima atenção à dignidade daquelas humanas pessoas. Não é possível que, tanto tempo depois, condutas análogas, malgrado agora envolvendo indignidade e sofrimento de animais não humanos, venham a ser justificadas, toleradas, ou até judicialmente suportadas, por razões de ordem estritamente comercial, até que, mais uma vez, tenhamos que nos render face ao repúdio internacional que, de certo, virá (MEDEIROS, 2018, p. 54).

Como se observa, o procurador faz duras críticas à decisão da presidente do TRF-3, que acolheu o pedido da AGU, autorizando novamente as exportações em todo território nacional. Seu texto descontrói os argumentos apresentados pela União, revelando as tantas falhas e incoerências das informações utilizadas para fundamentar a decisão judicial. Executivo e Judiciário, portanto, foram cúmplices das violações às normas constitucionais apontadas pelo

MPF. Os veículos jornalísticos, por sua vez, foram igualmente coniventes ao reverberar alegações improcedentes. Parafraseando o procurador, indaga-se como jornalistas puderam conferir credibilidade a tais discursos a ponto de propagá-los como verídicos e sensatos. Nenhum veículo apresentou discordâncias ou questionou as justificativas apresentadas repetidamente pelo principal porta-voz do governo, o ministro Blairo Maggi.

Além do que foi reproduzido acima, Medeiros citou diversos autores consagrados na área de ética e direitos animais para embasar suas conclusões. A maioria dessas referências foram apresentadas no Capítulo 1 deste trabalho, por isso considereei dispensável citá-las novamente. O procurador também se apoiou no Código Sanitário de Animais Terrestres da Organização Internacional de Saúde Animal (OIE), na Declaração Universal dos Direitos dos Animais da UNESCO, além de todos os dispositivos legais da nossa Constituição. Os precedentes judiciais, com destaque para o julgamento emblemático da ADI da vaquejada, foram igualmente referidos em sua manifestação. Pode-se dizer, portanto, que o parecer do MPF corroborava as alegações de que o governo federal de fato manipulava a justiça para beneficiar as empresas exportadoras, em prejuízo dos interesses coletivos.

Se a conclusão do procurador fosse favorável ao agronegócio, seguramente teria alcançado muito mais visibilidade midiática, tendo em vista o comportamento “padrão” da imprensa durante essa cobertura. Ao ocultar reiteradamente perspectivas que contradiziam e questionavam práticas hegemônicas, a mídia tornara-se uma força motora da manutenção do *status quo*. Não nego, é claro, a contribuição de algumas matérias na revelação de fatos que possibilitaram um melhor entendimento dos acontecimentos reportados. Entretanto, como temos visto, tais ocorrências foram pontuais, podendo ser caracterizadas como “exceções a regra”. A “regra” da abordagem cotidiana dos fatos tem se mostrado muito aquém da função social e das qualidades geralmente atribuídas às práticas jornalísticas. A abordagem do caso em questão não foi “imparcial”, “objetiva”, “equilibrada”. Pode-se dizer, inclusive, que não houve sequer a intenção de sê-lo. Ao menos, pelo que indicam os textos aqui analisados, não foi possível identificar um esforço, por parte de repórteres, editores ou empresas jornalísticas, de verificação dos fatos e busca por fontes plurais e diversas.

Com o título “Quem são os ativistas que tentam proibir a exportação de quase R\$1 bi em gado vivo do Brasil”<sup>729</sup>, a matéria da *BBC Brasil* foi uma das mais extensas de todo o *corpus* (2032 palavras) e também a segunda e última sobre o tema que o veículo publicou entre 2017 e 2019. O texto está entre as raras “exceções à regra”, conforme mencionei acima, em que é

---

<sup>729</sup> Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44117629> Acesso em 06 fev. 2021.

exposta a perspectiva dos ativistas sobre os acontecimentos de fevereiro. Por outro lado, a opção por anunciar na manchete o valor monetário dos animais reforça a concepção de que eles são meras mercadorias, além de ressaltar um suposto prejuízo financeiro – não procedente – que o fim da atividade provocaria. Apesar de a matéria apresentar um depoimento contrário a esse argumento, dispensar um mercado de “quase R\$1 bi” soa, de início, insensato.

Além disso, ao direcionar a atenção para os ativistas e não para o problema em si, o veículo personaliza a causa, torna-a mais individual e menos coletiva. Como veremos, o texto apresenta apenas três ativistas e sem justificar os motivos da escolha – o que não era dispensável, uma vez que tantos outros ativistas estavam tão (ou mais) engajados no caso quanto as que foram entrevistadas. Ademais, o repórter sequer cumpriu a promessa anunciada. A matéria descreve de forma extremamente sucinta a participação de cada uma delas na ação civil pública, além de informar tão somente se eram veganas ou vegetarianas e desde quando lutavam pelas demais espécies. Portanto, não esclarece “quem são os ativistas” – que na verdade são *as* ativistas, uma vez que as três são mulheres.

A primeira parte da matéria introduz o tema narrando uma cena que ocorrera durante a última reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) para “apurar e investigar a prática de maus-tratos cometidos contra animais no âmbito do Estado de São Paulo”<sup>730</sup>. A exportação de animais vivos foi objeto de discussão da CPI e consta em seu relatório final, publicado em 09 de maio de 2018. Além da *BBC*, nenhum outro veículo do *corpus* fizera menção à CPI. Segue o texto:

Quase todas as 70 cadeiras do auditório Teotônio Vilela estavam ocupadas, raridade em sessões na pequena sala da Assembleia Legislativa de São Paulo. Um deputado avisou: “As cenas a seguir são fortes, talvez alguém se assuste”. No telão foi mostrado um vídeo que mostrava o interior de um navio com milhares de bois vivos. Os animais estavam amontoados, alguns com parte do corpo mergulhada em uma espessa camada de fezes, urina e lama. Uma voz feminina narrava as imagens: “Eles estão defecando um na cabeça do outro, é uma grande senzala.”

O vídeo durou pouco mais de um minuto, mas várias pessoas choraram.

Era o último dia de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apurava casos de maus-tratos de animais. Um dos temas foi a exportação de gado vivo, mercado de quase R\$ 1 bilhão anuais e que nos últimos meses se tornou alvo de ativistas, parlamentares e do Ministério Público Federal.

Após a exibição do vídeo, o deputado estadual Feliciano Filho (PRP), presidente da CPI e militante dos direitos dos animais, fez um discurso que inflamou os ativistas na plateia. “Como pode o governo federal se render e agir para beneficiar uma única empresa?”

Ele se referia ao caso do navio Nada, embarcação que tirou do país 27 mil bois vivos de uma só vez, em fevereiro. Avaliada em R\$ 64 milhões, a carga foi para a Turquia. Ela pertencia à Minerva Foods, uma das maiores empresas de alimentos do país. [...]

<sup>730</sup> Disponível em: [www.al.sp.gov.br/comissao/cpi/?idLegislatura=18&idComissao=1000000186](http://www.al.sp.gov.br/comissao/cpi/?idLegislatura=18&idComissao=1000000186) Acesso em 18 abr. 2021.

### Quem são os animalistas?

Em fevereiro, depois das denúncias do navio Nada, a advogada Letícia Filpi, vice-presidente da Associação Brasileira de Advogados Animalistas (Abra), atuou em uma ação judicial tentando impedir as exportações em São Paulo. “A legislação permite que você mate um animal para comê-lo, mas a Constituição proíbe que você faça isso com crueldade. Outro fator é ambiental: esses navios não são feitos para o transporte de animais, são adaptados, inseguros. Há também a questão ética: a visão do pecuarista é que o animal é uma besta irracional que pode ser explorado até a morte. O animal é consciente e têm emoção, é sujeito de direito”, diz.

Letícia tem 42 anos e milita na área desde que se formou em Direito. “Em 2012, quando virei vegana, decidi abraçar a causa de vez”, conta. Ela atuou em várias “batalhas”, como a proibição da caça de javalis e da vaquejada, além de resgate de animais em condição de maus-tratos. Em 2013, por exemplo, dezenas de beagles foram retirados por ativistas do Instituto Royal, laboratório paulista que realizava testes com cães.

“As exportações são a maior causa que já enfrentamos, porque o agronegócio é uma indústria muito estabelecida, a mais forte do país. Ela gera muito dinheiro e tem fortes alianças com o poder”, afirma. “Antigamente, o movimento era visto como protetor só de cães e gatos, mas com a entrada dos veganos, mais organizados, começamos a entrar em questões maiores”, explica ela, que também é advogada da Agência de Notícias de Direitos Animais (Anda).

A jornalista Silvana Andrade, presidente da agência, critica o argumento do governo de que a proibição traria prejuízos econômicos ao país. “Esse argumento é falacioso, o mercado de gados vivos é uma pequena parcela da carne que o Brasil produz. O país não pode ter uma economia baseada na crueldade.” [...]

Além de noticiar temas do ativismo, a Anda promove ações judiciais contra procedimentos que considera equivocados. Silvana se lembra do dia em que começou a militar. “No dia 19 de fevereiro de 2000, meu aniversário, ganhei um cão de presente, a Nina. Me apaixonei tanto por ela que, no dia seguinte, parei de comer carne. Depois, virei vegana”, conta.

Como se observa, a matéria ressalta novamente o valor da “carga” enviada para a Turquia – “avaliada em R\$ 64 milhões” –, corroborando a suspeita que se depreende do título. Essa informação, apresentada de forma descontextualizada, tampouco esclarece os reais ganhos econômicos para o país decorrentes da venda desses animais. O comércio de *commodities* – em especial o de gado vivo – concentra lucros nas poucas indústrias que monopolizam o mercado, conforme muitos pesquisadores já apontaram.

O depoimento de Silvana Andrade foi o único a contrapor-se ao suposto prejuízo econômico de “R\$ 1 bi”, sendo que ela não apresentou quaisquer dados para sustentar sua afirmação. Portanto, permanece a ideia de que a atividade que “os ativistas tentam proibir” talvez seja responsável por movimentar uma parcela importante – portanto, não dispensável – da economia brasileira. Vale notar também que o subtítulo “Quem são os animalistas?” mantém o gênero masculino, apesar de citar na sequência apenas ativistas mulheres.

O texto prossegue narrando as etapas que envolvem a exportação de gado vivo e apresenta números das vendas de 2016 e 2017, fornecidos pela Associação Brasileira dos Exportadores de Animais Vivos (Abrev) – cuja expectativa para 2018 era de “30% de alta”.

Em seguida, reproduz o depoimento do vice-presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Pedro Camargo Neto, afirmando que “os maus-tratos precisam ser comprovados” e que “o transporte não é necessariamente cruel”. Como se sabe, diversas situações de maus-tratos já haviam sido testemunhadas e fartamente documentadas. Além disso, ao usar a palavra “necessariamente”, a fonte deixa implícito que o transporte “pode” ser cruel – logo, não nega que os animais embarcados no navio *Nada* foram vítimas de maus-tratos. Ainda assim, conforme diversos especialistas indicaram, o transporte marítimo de bovinos por longas distância é, de fato, *necessariamente* cruel. Na sequência, o texto expõe o ponto de vista de outra ativista e do procurador do MPF:

Para Elizabeth MacGregor, diretora do Fórum Nacional de Proteção e Defesa de Animal, o caso do navio *Nada* foi importante para abrir a discussão sobre o transporte de gado vivo. “Antes, a população e a maioria dos veterinários desconheciam completamente este tema. Quando você fala em meio ambiente, precisa falar em pecuária, porque ela causa grande impacto, com desmatamento, poluição, flatulência dos animais”, diz ela, que é vegetariana e milita pelos direitos animais desde a década de 1990.

[..] O processo do Fórum Nacional de Proteção e Defesa de Animal, que pede o fim do mercado em todo o país, deve ser julgado novamente em breve. Em parecer sobre o caso, o Ministério Público Federal pediu a proibição da exportação porque, nas palavras do órgão, ela “viola a Constituição e é um ato de crueldade”.

Em entrevista à BBC Brasil, o autor do texto, procurador Sérgio Monteiro Medeiros, afirmou que os navios não garantem “condições sanitárias mínimas nem a saúde e o bem-estar dos animais”.

“Os índices de mortalidade são muito altos. Os bois ficam comprimidos em espaços muito pequenos, são pisoteados. Além disso, forma-se uma cama de dejetos, vômitos, urina, fezes. Os navios são um forte proliferador de doenças”, diz.

Em seu parecer, o procurador comparou o transporte aos navios negreiros. “Sei que essa é uma comparação polêmica, e que muita gente pode não gostar. Mas os escravos vinham em péssimas condições, da mesma forma que os bois são levados hoje. Naquele momento, o tráfico foi objeto de repúdio internacional. Por isso, aprovamos a proibição do tráfico de escravos. Em algum momento, as exportações serão alvo do repúdio”, afirma.

Os dados apontados pelo procurador são questionados pela Câmara de Comércio Árabe Brasileira. Segundo o órgão, os países compradores do gado vivo brasileiro apontam que apenas 3% dos animais chegam mortos ao destino.

O parágrafo anterior é bastante controverso, uma vez que o próprio procurador citara exatamente o mesmo dado, mas no sentido oposto do que diz a matéria – isto é, para corroborar suas conclusões: “Segundo Michel Alaby, da Câmara de Comércio Árabe Brasileira, os dados dos países compradores apontam que 3% dos animais chegam mortos ao destino, assim ratificando, portanto, o percentual que citamos (jamais o da AGU)” (MEDEIROS, 2018, p. 25). Pode-se deduzir, portanto, que o repórter não lera o parecer, limitando-se a entrevistar o procurador. Como outras matérias já indicaram, mesmo nos casos em que há a iniciativa em

ouvir fontes geralmente silenciadas, a apuração apresenta, corriqueiramente, imprecisões e inconsistências.

Além disso, o indicativo de que “*apenas* 3% dos animais chegam mortos” tampouco seria suficiente para questionar o procurador, uma vez que essa parcela representa 810 dos 27 mil animais que embarcaram para a Turquia. Questionável, portanto, não é o parecer do MPF, mas sim considerar que seja plenamente aceitável que centenas de bois morram e sejam descartados no mar a cada viagem em condições “normais”. Conforme relatei, esses navios frequentemente envolvem-se em acidentes ou enfrentam situações adversas que provocam a morte de milhares de animais – muitas vezes de todos os embarcados ou a maioria deles.

A afirmação de MacGregor de que “antes, a população e a maioria dos veterinários desconheciam completamente este tema” procede. De fato, além da população de forma geral, veterinários, zootecnistas, biólogos e outros profissionais que atuam na área ignoravam a existência desse comércio, mesmo sendo o Brasil um dos países mais atuantes no mercado internacional – como governo federal e pecuaristas fazem questão de enaltecer. O advogado e pesquisador Rafael van Erven Ludolf relata que, apesar de já estar envolvido com a causa animal, somente tomou conhecimento sobre as exportações de gado vivo após a judicialização e consequente repercussão midiática do caso do Porto de Santos. Para contribuir com o debate, Ludolf decidiu abordar o tema em sua dissertação de mestrado.

Durante as pesquisas bibliográficas para seu trabalho – defendido em 2019 com o título “Exportação de gado vivo no Brasil: uma proposta para garantia da regra constitucional da proibição da crueldade contra os animais sob a ótica do Direito Animal” –, Ludolf constatou que eram raras as investigações acadêmicas sobre o tema no Brasil. “Quase a totalidade dos trabalhos encontrados nas bases *Scopus* e *Web of Science* sobre a exportação de animais vivos são da Austrália, país que se encontra entre os líderes e pioneiros no comércio de exportação de animais vivos” (LUDOLF, 2019, p. 20). A ausência dessa discussão em diferentes campos sociais poderia ser revertida com sua publicização pela imprensa. Mas como temos visto, mesmo em um momento que se mostrou bastante propício, os veículos jornalísticos não contribuíram para difundir informações precisas e consistentes sobre a prática.

Na sequência, a matéria reproduz uma nota do Mapa afirmando que a “exportação de gado no Brasil cumpre com as normativas nacionais, que alcança a atividade em todas as suas etapas [...] e estão totalmente alinhadas às diretrizes e recomendações da Organização Mundial de Saúde Animal”. As vistorias e investigações realizadas até aquele momento, entretanto, comprovaram que as orientações da OIE vinham sendo indubitavelmente desrespeitadas. Tais documentos também evidenciaram a ausência de regras claras, em vigência no país, que

pudessem garantir o bem-estar dos animais durante o transporte terrestre e marítimo. A manifestação do MPF, inclusive, discorreu sobre as lacunas deixadas pelas normas brasileiras, além de explicitar a impossibilidade em se exportar bois vivos resguardando os preceitos do bem-estar animal. Ao não fazer qualquer menção a essas constatações, o repórter novamente demonstrava desconhecer o conteúdo do parecer.

O último parágrafo relata brevemente a recente viagem à Turquia que o ministro Blairo Maggi realizara na companhia de “empresários do agronegócio brasileiro”. O objetivo da visita oficial era negociar a venda de mais gado vivo e carne bovina congelada do Brasil. O governo federal, portanto, continuava empenhado em agir em benefício das empresas exportadoras. Além da *BBC Brasil*, somente a revista *Globo Rural*<sup>731</sup> noticiou a viagem, em matéria publicada no dia 13 de maio.

### **Lei Estadual**

A partir de junho de 2018, o debate legislativo sobre a proibição da exportação de animais vivos deixou de ocorrer na esfera municipal, passando à esfera estadual. Dessa vez, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) discutia o Projeto de Lei (PL) 31/2018, proposto pelo deputado Feliciano Filho (PRP) com a seguinte ementa: “Proíbe no Estado de São Paulo o embarque de animais vivos no transporte marítimo e/ou fluvial, com a finalidade de abate para o consumo”.

O PL havia sido protocolado em 09 de fevereiro, quatro dias depois da partida do navio *Nada* do Porto de Santos. Em 07 de março, a proposta já estava aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, com 10 votos favoráveis ao relator e apenas um contra.<sup>732</sup> O projeto seguiu avançando e, a princípio, teve ótima receptividade pela maioria dos parlamentares. O contexto mostrou-se ainda mais favorável quando o então governador do Estado, Márcio França (PSB), comprometeu-se em sancionar a lei assim que fosse aprovada na Alesp. No dia 18 de junho, França postou a seguinte mensagem em suas redes sociais:

Não à exportação de animal vivo para abate! Já manifestei e reforço 100% o meu apoio à aprovação do Projeto de Lei que Proíbe o Embarque de Animal Vivo para Exportação nos Portos de SP, que está sendo analisado na Assembleia Legislativa.

<sup>731</sup> “Maggi discute comércio de carne bovina e gado vivo na Turquia”. Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/Boi/noticia/2018/05/maggi-discute-comercio-de-carne-bovina-e-gado-vivo-na-turquia.html> Acesso em 1º fev. 2021.

<sup>732</sup> Disponível em: [https://www.al.sp.gov.br/comissao/reuniao/?idComissao=12444&idReuniao=1000001317#\\_target=1000202611](https://www.al.sp.gov.br/comissao/reuniao/?idComissao=12444&idReuniao=1000001317#_target=1000202611) Acesso em 19 abr. 2021.

Apoiamos a aprovação deste Projeto para acabar com essa prática. E, assim que isso acontecer, vou SANCIONAR a Lei! É compromisso com a proteção à vida animal e especialmente com todos vocês que enviaram mensagens de apoio. O Estado de São Paulo precisa dar o exemplo e defender a proibição em todo o País! #ProteçãoAnimal  
733

As mensagens de apoio mencionadas pelo governador estavam relacionadas às mobilizações de ativistas, que vinham promovendo protestos e pressionando políticos para que a proibição das exportações se efetivasse no Estado. Campanhas de conscientização e atos públicos passaram a ser frequentes nas cidades portuárias – Santos e São Sebastião – e também na capital paulista. Os esforços das ONGs certamente contribuíram para que a proposta tivesse boa acolhida na Alesp. Ademais, era ano eleitoral e os parlamentares estavam pouco propensos a se manifestar contrários a um projeto que tinha amplo apoio popular.

Como de praxe, a imprensa ignorara as ações dos ativistas e tampouco acompanhara os debates em curso na Alesp. Os veículos jornalísticos somente começaram a cobrir o tema quando pecuaristas passaram a agir para tentar impedir a aprovação do PL. Evidentemente, com tantos indicativos de que a proposta tinha grandes chances de ser aprovada, representantes do agronegócio perceberam que era hora de empregar seu capital econômico e político para manter o sistema operando a seu favor. A seguir, analiso as 14 matérias publicadas entre junho e agosto abordando os desdobramentos desse debate.

2018 – JUNHO [3]					
Data	Título	Veículo	Editoria	Repórter	Palavras
19/06	SRB critica governo de SP por ser contra embarque de animais	Globo Rural	Boi	Estadão Conteúdo	363
20/06	Lei que proíbe exportação de animais vivos para abate será votada em SP	Globo Rural	Boi	Redação Globo Rural	404
26/06	Exportação de gado vivo pode ser proibida em SP	Folha	Mercado	_____	364
2018 – JULHO [8]					
03/07	Adiada votação da Alesp de projeto sobre embarque de animais vivos	Globo Rural	Boi	Estadão Conteúdo	317
05/07	Alesp quer audiência pública sobre embarque de animais vivos	IstoÉ	Agronegócio	Estadão Conteúdo	461
06/07	Pecuária deve ir à Justiça caso PL sobre embarque de animais vivos seja aprovado	Globo Rural	Boi	Estadão Conteúdo	534
17/07	Projeto de lei 'dos bois' entra em votação na Assembleia Legislativa	G1	São Paulo	SP2/SP	230

<sup>733</sup> Disponível em: <https://www.vista-se.com.br/governador-de-sao-paulo-diz-que-e-a-favor-da-proibicao-das-exportacoes-de-animais-vivos/> Acesso em 19 abr. 2021.

18/07	Deputados apresentam emenda que altera projeto de lei 'dos bois' e autoriza embarque de animal vivo	G1	São Paulo	Tahiane Stochero	410
31/07	Ativistas cercam Alesp em protesto pela votação de 'projeto dos bois'	Estadão	Política	Fábio Leite	377
31/07	Ativistas cercam Alesp em protesto pela votação de 'projeto dos bois'	IstoÉ	Agronegócio	Estadão Conteúdo	403
31/07	Ativistas cercam Alesp em protesto pela votação de 'projeto dos bois'	Jornal do Brasil	País	Estadão Conteúdo	404
<b>2018 – AGOSTO [3]</b>					
14/08	Ato por votação de projeto de lei 'dos bois' interrompe sessão na Assembleia Legislativa de SP	G1	São Paulo	G1 SP	204
15/08	Exportador de boi vivo teme Turquia	Valor Econômico	Agronegócios	Sérgio Bueno, Bettina Barros, Luiz H. Mendes	764
15/08	CNA: MPF dá parecer favorável às exportações de animais vivos	IstoÉ	Agronegócio	Estadão Conteúdo	204

Quadro 15: Matérias sobre exportação de gado vivo publicadas entre junho e agosto de 2018.

A primeira matéria sobre o Projeto de Lei 31/2018 foi publicada pela revista *Globo Rural*, em 19 de junho, o dia seguinte à manifestação de Márcio França nas redes sociais. Com o título “SRB critica governo de SP por ser contra embarque de animais”<sup>734</sup>, a notícia divulgava uma nota de repúdio da Sociedade Rural Brasileira (SRB) “ante a decisão do governador de São Paulo” de apoiar a proposta. Segue a matéria:

“A medida vai contra o setor agropecuário e o desenvolvimento econômico do Brasil”, diz o comunicado da SRB. Segundo a nota, outras entidades ligadas à pecuária compartilham da mesma opinião da SRB, dentre elas, a Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat), Associação Nacional da Pecuária Intensiva (Assocon) e a Associação Brasileira dos Exportadores de Gado (Abeg).

Na segunda-feira, França utilizou sua conta no Twitter para reforçar o apoio ao PL e garantir que o sancionaria. [...] A SRB esclarece que a exportação de animais vivos no País é regulamentada em âmbito federal, respeitando normas da Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) e do Ministério da Agricultura. A diretora de Pecuária da SRB, Teresa Vendramini, enfatiza que o setor está empenhado em desenvolver e aprimorar as técnicas de manejo e bem-estar animal, e critica “argumentos apontados por organizações que apoiam o projeto de lei”, apesar de a nota não citar quais são esses argumentos.

“Dentro de nossas fazendas, procuramos trabalhar com respeito e bem-estar animal. Defendemos que o transporte do gado até o destino final seja regido pelas mesmas práticas adotadas nas propriedades”, afirma Teresa.

[...] “A SRB convocou reuniões com representantes dos portos de Santos e São Sebastião, chefes de frigoríficos, produtores rurais e o (ex) secretário de Agricultura de SP, Arnaldo Jardim”, explica a nota sobre as ações da sociedade rural.

<sup>734</sup> Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/Boi/noticia/2018/06/srb-critica-governo-de-sp-por-ser-contra-embarque-de-animais.html> Acesso em 1º fev. 2021.

Mais uma vez, o veículo procedeu como se fosse mero porta-voz da entidade. Limitou-se a reproduzir o conteúdo da nota e tão somente o posicionamento da SRB. O autor do PL não foi entrevistado e nem mesmo o governador, apesar de a nota ser dirigida a ele. O texto mencionou sua manifestação nas redes sociais, apenas para em seguida apresentar o posicionamento da SRB. Esta, aliás, é quem está com a palavra, aparentemente a única capaz de elucidar os fatos, de “esclarecer”. Apesar de a matéria apontar que, ao criticar os argumentos das ONGs, a nota não informava a quais argumentos se referia, isso não foi um impeditivo para que a revista seguisse reproduzindo exclusivamente as declarações da SRB. O repórter poderia ter apurado, verificado se as acusações da entidade procediam, questionado a fonte. Ao não cumprir nenhum desses requisitos básicos para um jornalismo minimamente satisfatório, o veículo novamente privilegiou os ruralistas.

No dia seguinte, 20 de junho, a *Globo Rural* publicou outra matéria sobre o PL: “Lei que proíbe exportação de animais vivos para abate será votada em SP”<sup>735</sup>. O texto informava que a proposta estava prevista para ser votada na semana seguinte, dia 26. Segue o texto:

A informação é do deputado estadual Feliciano Filho (PRP), autor da proposta. Ele e cerca de 40 ativistas se reuniram com o presidente da Assembleia, Cauê Macris, na noite da terça-feira (19/6), com o objetivo de marcar uma data para votação do projeto. Na prática, a lei inviabilizaria a exportação de gado vivo no Estado. Segundo o deputado, Macris garantiu que o PL estará na pauta do dia 26.

Ao anunciar no Facebook que o projeto irá à votação, Feliciano escreveu que “existem laudos veterinários contrários ao embarque e juizes, procuradores e promotores também já publicaram pareceres contra essa atividade. O sofrimento dura de 15 a 20 dias em embarcações quentes, imundas e apertadas. Estamos vendo até mesmo casos de bois que se jogam ao mar em tentativas desesperadas de fugir desses navios da morte, como foi o caso documentado do boizinho Herói, que na semana passada pulou de um navio e nadou por cerca de 5 horas em águas geladas até ser resgatado”.

Feliciano se refere ao episódio do dia 14 de junho, quando um boi foi resgatado na Praia das Cigarras, em São Sebastião, após ter caído do navio Aldelta, que estava no porto da cidade. O animal ficou cerca de 5 horas na água até ser encontrado por um veleiro próximo à praia. Após o resgate, ele voltou ao navio. Segundo a Companhia Docas de São Sebastião, responsável pelo porto, um veterinário a bordo do navio avaliou que o animal estava em boas condições e podia seguir viagem.

Na segunda-feira (18/6), o governador de São Paulo, Márcio França, manifestou-se nas redes sociais apoiando o PL 31/2018, e garantiu que sancionará a lei assim que o projeto for aprovado na Alesp. A declaração gerou resposta da Sociedade Rural Brasileira (SRB), que divulgou na terça-feira (19/6) uma nota de repúdio. [...]

A revista reproduziu o depoimento de Feliciano na rede social, mas não teve a iniciativa de entrevistá-lo – diferente do que fizera no dia anterior, quando além de reproduzir trechos da nota da SRB, ouviu também uma diretora entidade. No dia em que estava prevista a

<sup>735</sup> Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/Boi/noticia/2018/06/lei-que-proibe-exportacao-de-animais-vivos-para-abate-sera-votada-em-sp.html> Acesso em 1º fev. 2021.

votação em plenário, a *Folha de S. Paulo* anunciou: “Exportação de gado vivo pode ser proibida em SP”<sup>736</sup>. A matéria começava informando sobre a autoria do PL e o apoio do governador, citando uma frase que constava na justificativa da proposta: “Além do sofrimento animal, o transporte de carga viva compromete o meio ambiente e a saúde pública, devido aos dejetos dos animais lançados em vias públicas e no mar”.

O texto afirma em seguida que “os portos paulistas de Santos e São Sebastião representaram cerca de 18,4% das exportações de bois vivos em 2017” e que o PL fora motivado após as disputas judiciais do início de fevereiro. As críticas às exportações também teriam sido reforçadas com outro episódio mais recente, quando um boi caiu de um navio que saía do porto de São Sebastião. Segue o relato: “Após cinco horas no mar, [o boi] foi resgatado e devolvido à embarcação, o que gerou revolta entre ativistas e o deputado – que chegou a dizer, em suas redes sociais, que queria ‘adotar ou comprar o bozinho que pulou do navio’”. Os parágrafos seguintes, expõem o ponto de vista dos pecuaristas:

A Associação Brasileira dos Exportadores de Gado Vivo fez uma carta de repúdio ao projeto, afirmando que a exportação de animais vivos é regulamentada pelo Ministério da Agricultura e que segue diretrizes da Organização Mundial da Saúde Animal. “O ataque promovido por ativistas ao setor agropecuário de São Paulo, que em 2017 atingiu um faturamento de R\$ 267,9 bilhões, o que representa 13,5% do PIB total do Estado e 18,8% do PIB do Nacional, atinge na veia qualquer política econômica e social do país”, afirma a entidade.

Como se observa, para além da SRB, a Associação Brasileira dos Exportadores de Gado Vivo (ABEG) também divulgara sua “carta de repúdio ao projeto”. O trecho do comunicado que foi reproduzido na matéria é bastante exagerado e impreciso. Primeiramente, os ativistas não promoveram um “ataque” a todo o “setor agropecuário de São Paulo”. Eles apenas tentavam combater uma prática muito específica – a exportação de animais por via marítima – realizada por uma parcela ínfima dos produtores rurais do estado. Além disso, a entidade dirigiu seu “repúdio” aos ativistas, mas o projeto fora proposto por um deputado estadual e recebera o apoio da maioria dos membros da casa legislativa e também do governador. Os ativistas, portanto, não agiam sozinhos e não poderiam ser responsabilizados pelos “ataques”.

Mais problemática ainda, entretanto, é a segunda parte da frase, quando a entidade informa o faturamento bilionário do setor e sua participação expressiva no PIB estadual e

<sup>736</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/exportacao-de-gado-vivo-pode-ser-proibida-em-sp.shtml> Acesso em 05 fev. 2021.

nacional, dando a entender que a aprovação do projeto representaria a extinção por completo dessa receita. Ao final, essa hipótese parece se confirmar com a acusação de que o PL “atinge na veia qualquer política econômica e social do país”. É evidente que a proposta estava longe de ter tal força e amplitude. Depois de reproduzir tais inverdades, o jornal afirmou:

O gado em pé não representa uma parcela importante dos produtos bovinos que o Brasil manda para o exterior. No ano passado, foram US\$ 6,2 bilhões arrecadados com exportações de carne in natura, miúdos, processados e tripas, e apenas US\$ 272 milhões com gado vivo.

O esclarecimento sobre a pequena participação da venda de gado em pé na pecuária nacional não foi suficiente para contestar a declaração da ABEG, uma vez que os ativistas foram praticamente “incrimizados” de prejudicar políticas públicas do país. Ademais, apesar de terem sido “denunciados”, eles não tiveram a oportunidade de falar – ouvir o “outro lado” é o mínimo esperado de um veículo jornalístico.

A votação do PL entrou em pauta no dia 03 de julho – e não 26 de junho, conforme esperava o deputado Feliciano Filho –, mas teve que ser adiada novamente em decorrência do falecimento do ex-deputado estadual Wagner Lino (PT). O adiamento foi noticiado pela *Globo Rural*<sup>737</sup>, em uma matéria que se restringia a relatar as mobilizações dos pecuaristas:

O vice-presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Pedro de Camargo Neto, esteve na Alesp para acompanhar a votação. “Cerca de 400 pessoas vieram à assembleia para mostrar a preocupação do segmento de proteína animal. Alguns faziam parte de entidades que já tinham a presença confirmada e outros vieram sem que nós soubéssemos”, contou o executivo.

Segundo Camargo, o principal interlocutor dos pecuaristas é o presidente da Comissão de Agricultura da Alesp, deputado Itamar Borges (MDB). “Foi o primeiro parlamentar a mostrar preocupação e, na semana passada, nos ajudou nos diálogos”, disse.

Sobre o adiamento da votação, afirmou que os que puderem comparecer “darão continuidade à mobilização”. Na segunda, a SRB convocou entidades do setor na tentativa de barrar a proposta. Estavam confirmadas a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), Associação Brasileira dos Exportadores de Gado (ABEG), Associação de Criadores do Pará (Acripara), Sociedade Rural de Maringá (SRM), Sociedade Rural do Paraná (SRP), Associação Goiana dos Produtores do Novilho Precoce, Associação Brasileira dos Exportadores de Animais Vivos (Abreav), Associação Sul-mato-grossense dos Produtores de Novilho Precoce, Beef Radar, Associação Nacional da Pecuária Intensiva (Assocon), Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat), Grupo Pecuária Brasil (GPB) e Scot Consultoria. [...]

<sup>737</sup> “Adiada votação da Alesp de projeto sobre embarque de animais vivos”. Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/Boi/noticia/2018/07/globo-rural-adiada-votacao-da-alesp-de-projeto-sobre-embarque-de-animais-vivos.html> Acesso em 1º fev. 2021.

O texto não tem uma única frase sobre as motivações da proposta e tampouco faz qualquer menção a seus apoiadores. Os ativistas também estavam na Alesp, pressionando deputados pela aprovação do projeto, mas a presença deles sequer foi mencionada. Quanto aos representantes do agronegócio, a matéria não apenas descreveu suas articulações e protestos, como enumerou as entidades que participavam das mobilizações e que também estariam presentes na próxima sessão.

A atuação dos ruralistas surtiu efeito. Mas não no sentido de convencer os deputados a votarem contra a proposta. Como já se sabia que a ampla maioria dos parlamentares apoiava o PL e que seria difícil convencê-los do contrário, as entidades pecuaristas agiram por outras vias: a cada sessão, criavam novos empecilhos para que o projeto não fosse votado. No dia 05 de julho, a revista *IstoÉ* noticiou: “Alesp quer audiência pública sobre embarque de animais vivos”<sup>738</sup>. O texto informava que a Comissão de Assuntos Econômicos da casa legislativa exigia que fosse realizada “uma audiência pública para debater o tema”. A comissão, não por acaso, era presidida por Itamar Borges (MDB), citado na matéria anterior pelo representante da SRB, por ter sido “o primeiro a mostrar preocupação” e “ajudar-lhes nos diálogos”. A primeira fonte que aparece no texto é o próprio deputado:

O presidente da comissão, deputado estadual Itamar Borges (MDB), acredita que será necessário muito diálogo e ter informações técnicas para esgotar o tema. “Nosso objetivo é que não seja votado nesta quinta, para que consigamos entrar com um pedido de audiência pública, que provavelmente seria discutido depois do recesso parlamentar”, explica. Para que a votação seja aberta, a Casa precisa da maioria simples do total de 94 deputados.

Borges questiona a agilidade na tramitação do projeto, que começou em fevereiro e em junho foi colocado pela primeira vez na pauta de votações, “algo que não é comum na Alesp”. Além disso, o parlamentar ressalta que alguns dos argumentos e imagens apresentadas pelo deputado estadual Feliciano Filho (PRP), autor do PL, não se referem a casos de maus tratos ocorridos no Brasil e sim a práticas em países como a Turquia e Índia. “Estão usando uma referência para mostrar uma coisa que não acontece no Brasil”, argumenta.

A acusação de Borges é infundada. O autor da proposta usou como referência o laudo técnico de Magda Regina, com fotos e descrições do navio *Nada*, atracado em Santos – portanto, no Brasil, não na “Turquia e Índia”. No parágrafo seguinte, essa crítica é contraposta com informações da assessoria do deputado Feliciano Filho, afirmando que “todas as imagens e relatos apresentados pelo deputado retratam fatos ocorridos no País”. Segue a resposta do parlamentar:

---

<sup>738</sup> Disponível em: <https://istoe.com.br/alesp-quer-audiencia-publica-sobre-embarque-de-animais-vivos/> Acesso em 12 fev. 2021.

“Em fevereiro, uma veterinária esteve no Navio Nada, que saiu do Porto de Santos, e nos forneceu as imagens que mostram as más condições em que os animais eram submetidos. Fotos que circulam por redes sociais e não foram divulgadas por nossa equipe podem conter imagens de outros países, mas porque fazemos parte de uma campanha mundial”, explica.

O texto do PL 31/2018 cita um fato ocorrido em Santos e outro no Porto de Barcarena (PA), em outubro de 2015. A justificativa apresentada pelo deputado é de que o projeto visa a preservação da fauna e da flora, contensão do sofrimento animal e do comprometimento à saúde pública, que poderia ser prejudicada com o lançamento de dejetos ao mar.

No contraponto, Borges afirma que o embarque de animais é uma atividade econômica regulamentada e autorizada pelo Ministério da Agricultura. “Qualquer adequação à atividade, se for necessária, poderá ser feita após estas discussões. Podemos amadurecer e buscar adequação, mas sem a interrupção da atividade”, acrescenta.

Como se observa, a matéria começa e termina expondo o ponto de vista dos pecuaristas. Ao final, o que o jornal classifica como o “contraponto” apresentado por Borges, não responde a nenhuma das justificativas apresentadas no texto do PL. O fato de ser uma atividade regulamentada, como já disse, não é garantia de que preserve o meio ambiente e o bem-estar animal. Assim como a *Globo Rural*, a *IstoÉ* também ignorou por completo a atuação dos ativistas na Alesp. A escolha editorial de ambos os veículos expressa claramente “de que lado” estão, uma vez que os defensores dos animais eram muito mais numerosos do que os pecuaristas.

A sessão do dia 04 de julho foi transmitida ao vivo pelo portal vegano *Vista-se* e pelas redes sociais, com atualizações contínuas das 7h50 da manhã até as 21h40.<sup>739</sup> Entre os manifestantes, estava Nina Rosa, um dos nomes mais respeitados da causa animal no Brasil, que naquela altura já tinha 74 anos. Rosa tornou-se conhecida sobretudo após produzir o documentário *A carne é fraca* (2004)<sup>740</sup>, que veio a ser um grande propagador do movimento vegano no país. A ativista Luisa Mell, já citada aqui, também participava dos protestos. Ao longo do dia, ela postou *stories* em seu perfil no Instagram, onde tem 3,8 milhões seguidores, pedindo que aqueles que residiam na capital paulista também se dirigissem à Alesp. Muitos foram. Os manifestantes preencheram corredores e galerias da casa legislativa, ocuparam a entrada do edifício, postaram-se em frente às salas dos deputados (Figura 24). Tudo isso, entretanto, passou “despercebido” pelos veículos jornalísticos que integram o *corpus*.

<sup>739</sup> Disponível na página do portal: <https://www.vista-se.com.br/aovivo/> e no Twitter: <https://twitter.com/aovivovistase> Acesso em 22 abr. 2021.

<sup>740</sup> Disponível em: <http://www.institutoninarosa.org.br/a-carne-e-fraca/> Acesso em 22 abr. 2021.

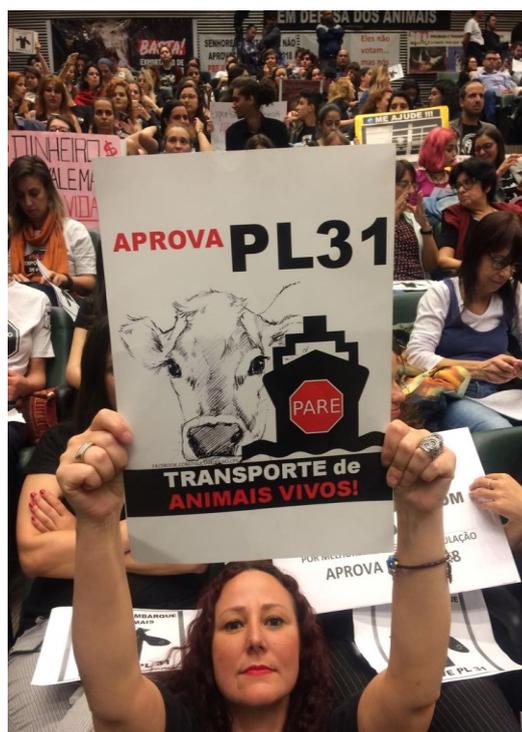


Figura 24: Fotos publicadas em julho de 2018 nas páginas do portal *Vista-se* e da ONG *Mercy for Animals*.

Enquanto as mobilizações dos ativistas eram desprezadas pela imprensa, as ofensivas do agronegócio contra o projeto continuavam tendo visibilidade. Em 06 de julho, a *Globo Rural* publicou: “Pecuária deve ir à Justiça caso PL sobre embarque de animais vivos seja aprovado”<sup>741</sup>. Segue a matéria:

O setor pecuário já prepara uma análise jurídica caso seja aprovado o Projeto de Lei (PL) 31/2018, que proíbe o embarque de animais vivos nos portos do Estado com a

<sup>741</sup> Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/Boi/noticia/2018/07/globo-rural-pecuaria-deve-ir-a-justica-caso-pl-sobre-embarque-de-animais-vivos-seja-aprovado.html> Acesso em 31 jan. 2021.

finalidade de abate para consumo. O tema esteve na pauta da quinta-feira (4/7) para votação na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). Fontes ouvidas pelo Broadcast Agro, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, afirmam que o “PL dos Bois” poderá ser interpretado como inconstitucional, por barrar o exercício de uma atividade econômica formal, e a discussão tende a atingir a esfera federal, com atuação mais enfática da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Até o momento, a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB) têm assumido a liderança da interlocução. “Temos acompanhado os desdobramentos do projeto e estamos trabalhando junto a outras entidades, desde o início da semana, no sentido de convencer os deputados sobre os prejuízos que este bloqueio pode trazer”, conta o presidente da Comissão de Bovinocultura de Corte da Faesp, Cyro Penna. Entretanto, convencer a maioria dos parlamentares, de um total de 94, pode não ser uma tarefa fácil. A reportagem apurou que o projeto ganhou força entre os deputados favoráveis à aprovação depois que o governador do Estado, Márcio França (PSB), declarou publicamente seu apoio. [...] “Caso seja aprovado, vamos nos reunir para saber quais serão as próximas medidas”, ressaltou Penna.

Já o gerente executivo da Associação Nacional da Pecuária Intensiva (Assocon), Bruno Jesus de Andrade, diz que, caso seja necessário, o setor entrará com medidas jurídicas “que já estão sendo levantadas pelas entidades”. “Existe um ferimento à Constituição quando você priva uma atividade econômica. Vamos tratar o projeto como inconstitucional”, argumenta. Na visão de Andrade, as questões ideológicas ligadas ao ambientalismo se sobressaem a argumentos técnicos nas discussões que estão sendo realizadas na Alesp.

Por isso, o esforço do setor pecuário tem a intenção de informar os parlamentares com base em dados econômicos. Dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) compilados pela CNA indicam que no acumulado do ano até maio foram exportadas 342.100 cabeças de gado vivo, volume 251% superior ao registrado em igual período do ano passado.

Com os embarques, o faturamento chegou a US\$ 230 milhões. Houve valorização de 18% no preço pago pelo animal, para US\$ 2,49 por quilo. Os municípios paulistas de Santos e São Sebastião representam 20,17% do volume de animais embarcados e 22,48% do faturamento. [...]

Em 2018, considerando o cenário atual, a expectativa é fechar o ano com embarques de 600 mil a 800 mil cabeças de gado e receita média de US\$ 600 milhões, conforme estimativas da Associação Brasileira dos Exportadores de Animais Vivos (Abreav). “Conhecemos a importância da rota de embarque paulista, mas se houver a proibição este mercado não vai acabar. Os portos do Rio Grande do Sul e do Pará continuarão funcionando com esta finalidade”, afirma o vice-presidente da SRB, Pedro de Camargo.

Mais uma vez, a revista não fez qualquer registro dos protestos em curso. Mesmo ao referir-se à sessão do dia 04, quando os ativistas estiveram presentes na Alesp por 14 horas consecutivas, a matéria citou apenas a participação dos pecuaristas, cujas declarações eram claramente inconsistentes. Uma das fontes acusara o projeto de estar embasado em “questões ideológicas ligadas ao ambientalismo”, enquanto os argumentos dos pecuaristas seriam supostamente “técnicos”. Rotular defensores de diversas causas sociais e grupos oprimidos como “ideológicos” é um artifício tão comum que se tornou quase um clichê – o debate sobre questões de gênero é um bom exemplo disso. Quem faz tais acusações, entretanto, parece se esquecer que sua própria perspectiva também está em consonância com determinada ideologia

– geralmente a hegemônica, que sustenta o *status quo*, por isso menos perceptível. Inclusive a “técnica”, apontada acima, tampouco é isenta de ideologia.

Outra estratégia recorrente, igualmente empregada nesses casos, é desviar o foco do problema. Enquanto as justificativas do PL estavam centradas nas ocorrências de maus-tratos a animais, os pecuaristas contestaram a proposta apresentando dados econômicos. Isto é, não respondiam ao problema que a lei visava sanar. A própria revista recorreu ao mesmo artifício, ao apresentar dados estatísticos da agropecuária brasileira. Por fim, a última declaração da matéria reitera o poder do setor: mesmo uma possível interdição dos portos paulistas não abalaria o mercado. As atividades do agronegócio – com seus respectivos danos ambientais, humanos e não humanos – sempre podem ser transferidas para outros lugares, onde a legislação e fiscalização são menos rígidas ou por vezes inexistentes.

Depois das primeiras tentativas frustradas de pautar o PL, ativistas seguiram protestando quase diariamente em frente a Alesp, com o intuito de pressionar pela votação da proposta. As mobilizações foram novamente divulgadas pelas ONGs, com ampla repercussão seus sites e redes sociais. Em um dos protestos, os ativistas conseguiram encerrar uma sessão em andamento, em represália ao presidente da casa, que mais uma vez não pautara o PL.<sup>742</sup> Ao final de outro dia de mobilizações, um grupo chegou a pernoitar na entrada da Assembleia, para expressar sua insatisfação com um novo adiamento da votação.<sup>743</sup> A ONG Veddas também promoveu atos públicos em outros pontos da cidade, como a Avenida Paulista, para conscientizar a população sobre o problema.<sup>744</sup>

Em diversas ocasiões, os manifestantes foram repreendidos pela polícia. Em uma delas, foram tirados à força de dentro da Assembleia<sup>745</sup>; em outra, foram detidos e levados à delegacia para prestar depoimento, acusados de “dano ao patrimônio público”.<sup>746</sup> A violência

---

<sup>742</sup> “Ato por votação do ‘PL dos Bois’ encerra sessão na assembleia de SP”. Anda. 15 jul. 2018. Disponível em: <https://www.anda.jor.br/2018/08/16/ato-por-votacao-do-pl-dos-bois-encerra-sessao-na-assembleia-de-sp/> Acesso em 21 abr. 2021.

<sup>743</sup> “PL 31, sobre exportação de animais, não é votado e grupo de ativistas pernoita em frente à ALESP”. Vista-se. 05 jul. 2018. Disponível em: <https://www.vista-se.com.br/pl-31-sobre-exportacao-de-animais-nao-e-votado-e-grupo-de-ativistas-pernoita-em-frente-a-alesp/> Acesso em 21 abr. 2021.

<sup>744</sup> “Sem roupa e cobertos por sangue falso, ativistas fazem protesto na Av. Paulista a favor do PL 31”. Vista-se. 09 jul. 2018. Disponível em: <https://www.vista-se.com.br/sem-roupa-e-cobertos-por-sangue-falso-ativistas-fazem-protesto-na-av-paulista-a-favor-do-pl-31/> Acesso em 21 abr. 2021.

<sup>745</sup> “Polícia usa a força e tira ativistas da ALESP durante protesto pela aprovação do PL 31”. Vista-se. 11 jul. 2018. Disponível em: <https://www.vista-se.com.br/sao-paulo-policia-usa-a-forca-e-tira-ativistas-da-alesp-durante-protesto-pela-aprovacao-do-pl-31/> Acesso em 21 abr. 2021.

<sup>746</sup> “Mais de vinte ativistas são detidos durante ato em frente à Assembleia Legislativa”. Vista-se. 09 jul. 2018. Disponível em: <https://www.vista-se.com.br/sao-paulo-mais-de-vinte-ativistas-sao-detidos-durante-ato-em-frente-a-assembleia-legislativa/> Acesso em 21 abr. 2021.

policial foi registrada pelos próprios manifestantes, assim como os embates entre ativistas e pecuaristas, quando estes apareciam na Alesp para fazer *lobby* com os deputados. Em um desses vídeos, pecuaristas constrangiam Luisa Mell com falas machistas e especistas.<sup>747</sup> A ativista chegou a ser ameaçada, nas redes sociais, pela empresária Ana Paula Sales Cunha, cujo marido Silvio Castro Cunha Junior é proprietário da exportadora de gado AgroExport.<sup>748</sup>

Essa expressiva atuação das entidades de defesa animal permaneceu praticamente ignorada pelos veículos que compõem o *corpus*. Apesar de alguns deles estarem acompanhando os trâmites na Alesp, as manifestações pedindo que o projeto fosse votado não foram noticiadas. A primeira menção aos protestos foi feita pelo *GI*<sup>749</sup>, em 17 de julho, quando o PL finalmente entrou em votação, em uma sessão extraordinária com a presença de 92 dos 94 parlamentares. No primeiro parágrafo da matéria, o veículo informava: “Ambientalistas protestaram por semanas para pedir que o projeto de lei entrasse na pauta”. Nada mais além disso referente às manifestações.

Previsivelmente, entretanto, os ruralistas criaram novos obstáculos: protocolaram uma emenda à proposta, a qual autorizava as exportações e anulava qualquer possibilidade de proibir a atividade. No dia seguinte, o *GI* noticiou: “Deputados apresentam emenda que altera projeto de lei ‘dos bois’ e autoriza embarque de animal vivo”<sup>750</sup>. O texto informava que a emenda era de autoria do deputado Barros Munhoz (PSB), e descrevia seu objetivo e justificativas:

Enquanto o projeto inicial proibia o embarque de animais vivos nos portos do estado de São Paulo, a emenda, que agora passará a ser analisada pelas comissões, autoriza o embarque de animais vivos, mas obriga os transportadores a seguirem as regras internacionais e nacionais de cuidados com o animal. [...]

O novo texto do projeto de lei passa a autorizar o embarque de animais vivos no transporte marítimo com a finalidade de abate para o consumo, desde que seja observado “o disposto na legislação federal em vigor, respeitadas as normas estabelecidas para o bem estar animal”.

<sup>747</sup> “Pecuaristas tentam convencer Luisa Mell de que os animais não sofrem no transporte em navios”. Vista-se. 11 jul. 2018. Disponível em: <https://www.vista-se.com.br/pecuaristas-tentam-convencer-luisa-mell-de-que-os-animais-nao-sofrem-no-transporte-em-navios/> Acesso em 21 abr. 2021.

<sup>748</sup> Em sua conta no Instagram, Ana Paula Sales Cunha publicou: “@luisamell fica calada sua trouxa, você está expondo sua familia desnecessariamente com suas invenções e mentiras!! O mundo agro está todo contra você, se prepare...” O episódio também foi divulgado por sites que não são voltados à defesa animal, como o *Pragmatismo Político*: “Esposa de barão do agronegócio ameaça ativista dos direitos animais”. 12 jul. 2021. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/07/ameaca-luisa-mell-direitos-dos-animais.html> Acesso em 21 abr. 2021.

<sup>749</sup> “Projeto de lei 'dos bois' entra em votação na Assembleia Legislativa”. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/projeto-de-lei-dos-bois-entra-em-votacao-na-assembleia-legislativa.ghtml> Acesso em 15 fev. 2021.

<sup>750</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/07/18/deputados-apresentam-emenda-que-altera-projeto-de-lei-dos-bois-e-autoriza-embarque-de-animal-vivo.ghtml> Acesso em 15 fev. 2021.

Pela alteração da proposta, exportadores que descumprirem as regras, provocando maus-tratos e falta de cuidado com o animal, ficam sujeitos a penas que vão desde multa de 100 UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo) por animal, até suspensão das atividades de exportação por 90 dias e proibição de realizar a atividade. Os recursos arrecadados serão destinados a um fundo da Coordenadoria de Defesa Agropecuária, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo para cuidados aos animais. A lei precisará de regulamentação do Executivo para ser efetivada.

### **Regras internacionais**

Na justificativa, apresentada pelos parlamentares, afirma que “não existe tratamento cruel ou de maus-tratos aplicados aos animais na exportação de gado vivo, seja via terrestre ou mesmo marítima” durante o confinamento de transporte regulamentado pelas normas nacionais e internacionais. O texto aponta que “o Código Sanitário de Animais Terrestres prevê expressamente a possibilidade de transporte de animais via marítima ou fluvial dentro de um mesmo país”, assim como a exportação de gado vivo por via marítima.

O Estado diz seguir “minuciosas e rigorosas” legislações nacionais que garantem o transporte com bem-estar do animal, sendo este “um dos pré-requisitos que justificam o sucesso de toda a atividade pecuária. Não existe produtividade nem resultado econômico sem que os animais sejam bem tratados”, argumenta o texto.

“É equivocado pretender dizer que um animal transportado em navios que seguem as mais restritivas e modernas regras internacionais, inspecionados por profissionais capacitados, possa ser mal tratado e sofrer algum tipo de negligência”, diz a emenda apresentada.

O veículo apresentou o conteúdo de uma emenda explicitamente contraditória à proposta inicial, mas não apontou sua incoerência ou ouviu o autor do PL. Reitera-se, assim, sua opção por uma abordagem sempre favorável aos pecuaristas.

Os protestos continuaram ocorrendo nas semanas seguintes, com ampla participação dos ativistas, que se aglomeravam nas galerias da casa legislativa, segurando faixas e cartazes que diziam: “Aprova PL 31”, “Pelo fim dos embarques de animais”, “Pelo fim do sofrimento animal”, entre outros. No dia 24 de julho, a proposta de emenda ao PL foi debatida em uma reunião das Comissões, sendo rejeitada pela maioria dos parlamentares.<sup>751</sup> Apesar de o *GI* ter dado visibilidade à emenda quando ela foi apresentada, sua rejeição não foi noticiada.

Somente no dia 31 julho, três veículos divulgaram pela primeira vez uma das manifestações na Alesp. A matéria foi produzida pelo jornal *O Estado de S. Paulo* e reproduzida pela *IstoÉ*<sup>752</sup> e pelo *Jornal do Brasil*<sup>753</sup>. Com o título “Ativistas cercam Alesp em protesto pela

<sup>751</sup> “Porto Vergonha: após noite tumultuada na ALESP, emenda que atrapalhava o PL 31 é rejeitada” Vista-se. 25 jul. 2021. Disponível em: <https://www.vista-se.com.br/porto-vergonha-apos-noite-tumultuada-na-alesp-emenda-que-atrapalhava-o-pl-31-e-rejeitada/> Acesso em 21 abr. 2021.

<sup>752</sup> “Ativistas cercam Alesp em protesto pela votação de ‘projeto dos bois’”. Disponível em: <https://istoe.com.br/ativistas-cercam-alesp-em-protesto-pela-votacao-de-projeto-dos-bois-2/> Acesso em 12 fev. 2021.

<sup>753</sup> “Ativistas cercam Alesp em protesto pela votação de ‘projeto dos bois’”. Disponível em: <https://www.jb.com.br/pais/noticias/2018/07/31/ativistas-cercam-alesp-em-protesto-pela-votacao-de-projeto-dos-bois.html> Acesso em 14 fev. 2021.

votação de ‘projeto dos bois’<sup>754</sup>, o texto informava que, com a retirada de pauta do “PL dos Bois”, ativistas cercaram o prédio da Assembleia, impedindo a saída dos deputados. Segue a matéria:

A votação do projeto, chamado de 'PL dos Bois', tem sido adiada há semanas por obstrução de deputados da chamada bancada ruralista, que negam maus-tratos no transporte dos animais e alegam prejuízos financeiros com a lei. Nesta terça, o presidente da Alesp, Cauê Macris (PSDB), anunciou a retirada do projeto da pauta e a retomada da discussão apenas depois das eleições de outubro.

Após o revés, os manifestantes que acompanhavam a sessão bloquearam as saídas de veículos do prédio da Alesp [...]. Com cartazes dizendo que “sofrimento não é uma boa refeição”, eles criticaram os deputados que ajudaram a impedir a votação, entre eles o presidente do Legislativo. [...]

O PL dos Bois foi apresentado em fevereiro deste ano pelo deputado Feliciano Filho (PRP), recebeu parecer favorável nas comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Meio Ambiente e está pronto para ser votado desde o dia 5 de julho. Durante as sessões, manifestantes de direitos dos animais tem lotado as galerias para pressionar os parlamentares a aprovarem o projeto. [...]

No dia 18 de julho, 22 deputados apresentaram uma emenda ao texto original regulamentando em vez de proibir o transporte de animais vivos. Segundo os parlamentares, “não existe tratamento cruel ou maus-tratos aplicados aos animais na exportação de gado vivo”.

O impasse envolvendo a votação do projeto dos bois, o PL 31/2018, paralisou a Alesp nas últimas três semanas. Com o debate sobre o projeto de transporte de gado vivo, os deputados não votaram o projeto de lei do governo que extingue o Instituto de Pagamentos Especiais de São Paulo (Ipesp), autarquia que gere a carteira previdenciária dos advogados e das serventias notariais, e nem a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) de 2019, o que impediu o tradicional recesso parlamentar do mês de julho.

A matéria apontou as consequências das manifestações que vinham ocorrendo na Alesp, com uma adesão expressiva dos defensores dos animais, mas não ouviu nenhum dos manifestantes. ONGs de diferentes regiões do estado se juntaram ao protesto, mas o texto tampouco citou a presença dessas organizações – apesar de matérias anteriores terem divulgado os nomes de todas as entidades ruralistas que se pronunciaram contrárias ao PL.

A segunda e última notícia sobre os protestos, e também sobre o próprio PL 31/2018, ocorreu em 14 de agosto, quando o *GI* publicou: “Ato por votação de projeto de lei ‘dos bois’ interrompe sessão na Assembleia Legislativa de SP”<sup>755</sup>. A matéria informava que “um grupo de manifestantes” interrompera a sessão plenária, “cobrando a votação do Projeto de Lei 31”. Os ativistas, apesar de protagonizarem o evento que estava sendo reportado, novamente não foram entrevistados. Segue o relato:

<sup>754</sup> Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ativistas-cercam-alesp-em-protesto-pela-votacao-de-projeto-dos-bois,70002424246> Acesso em 03 fev. 2021.

<sup>755</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/08/14/ato-por-votacao-de-projeto-de-lei-dos-bois-interrompe-sessao-na-assembleia-legislativa-de-sp.ghtml> Acesso em 15 fev. 2021.

A sessão foi aberta às 18h e chegou a ser suspensa às 18h20 por dez minutos por conta do ato. Os ativistas, porém, seguiram cantando, gritando palavras de ordem, e afirmavam que só deixariam os deputados retomarem os trabalhos se o presidente da Casa, o deputado tucano Cauê Macris, pautar o PL para votação. Às 19h, a sessão foi levantada. “Se não votar o 31, não vota mais nenhum”, afirmam.

Segundo a assessoria de imprensa da Casa, a sessão deveria ser usada para debater projeto do executivo. [...] Pronto para ser votado, o PL precisa ser colocado na pauta, o que só pode ser feito pela presidência da Casa. Há oito semanas os manifestantes realizam protestos durante a plenária e em frente à sala da presidência.

Depois desse breve registro do *GI*, nenhuma outra matéria do *corpus* abordou o tema. O deputado estadual Feliciano Filho não foi reeleito nas eleições de 2018, diminuindo ainda mais as chances do projeto entrar em pauta para votação. Apesar de todos os esforços das ONGs e de políticos que apoiavam a causa, além dos numerosos protestos organizados ao longo de meses, o PL 31/2018 jamais foi votado.

No dia 15 de agosto, duas matérias abordaram a exportação de animais vivos. A primeira delas, do *Valor Econômico*, informava sobre a preocupação dos pecuaristas com a crise cambial da Turquia, já que naquele ano o país era destino de 80% das exportações de bois vivos do Brasil. Com o título “Exportador de boi vivo teme Turquia”<sup>756</sup>, um texto extenso apresentava os números das vendas de gado para o mercado turco – “entre janeiro e julho, [...] renderam US\$ 240,9 milhões e colaboraram para o recorde dos embarques totais, que alcançaram US\$ 301,1 milhões no período” –, e descrevia a participação de diferentes estados brasileiros nesse comércio – “o alerta é maior no Rio Grande do Sul, já que 100% das suas exportações têm como destino a Turquia”.

A matéria também reproduziu longas declarações de representantes do setor, com destaque para o economista-chefe da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), Antônio da Luz – para quem a crise econômica turca poderia causar um “impacto negativo” aos produtores –, e o presidente do Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados do Rio Grande do Sul (Sicadergs), Ronei Lauxen. Este último, menos preocupado, informava que “em caso de suspensão das vendas externas, o gado poderá ser absorvido pelos frigoríficos locais, que têm capacidade para abater 2,5 milhões de cabeças por ano e operam com ociosidade em torno de 25%”. Isto é, um representante do agronegócio confirmava o que as ONGs vinham alegando: os exportadores de bois vivos não seriam prejudicados com a proibição da atividade, uma vez que os próprios frigoríficos brasileiros poderiam adquirir esses animais. Em nenhuma das matérias do *corpus* essa possibilidade foi cogitada.

<sup>756</sup> Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2018/08/15/exportador-de-boi-vivo-teme-turquia.ghtml> Acesso em 08 fev. 2021.

O *Valor Econômico*, como se nota, não abordou as denúncias de maus-tratos a animais e tampouco fez qualquer menção ao episódio com o navio *Nada* no Porto de Santos. As intensas críticas e protestos dirigidos à atividade ao longo dos meses anteriores foram ignorados.

A segunda matéria publicada no dia era da *IstoÉ*, com o título “CNA: MPF dá parecer favorável às exportações de animais vivos”<sup>757</sup>. Segue o texto:

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) disse nesta quarta-feira, 15, que a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, deu parecer favorável ao transporte e às exportações de animais vivos. “A manifestação da chefe do Ministério Público Federal (MPF), na ação impetrada pela CNA no Supremo Tribunal Federal (STF) no início do ano contra uma lei municipal que proíbe o trânsito de cargas vivas nas proximidades do Porto de Santos (SP), reforça a preocupação da entidade com a edição de normativos que possam prejudicar o Brasil no cenário internacional”, diz a entidade em nota.

Conforme a CNA, no documento a PGR ressalta que é de competência exclusiva da União legislar sobre matérias de “direito agrário e agropecuário, comércio exterior, transporte e regime de portos” e ressalta que no País há “extensa regulação do transporte de animais vivos pelo Ministério da Agricultura”.

A procuradora-geral, ainda de acordo com a CNA, lembrou que na decisão liminar o ministro Edson Fachin, do STF, salientou que a União “já estabeleceu, à exaustão, diretrizes para a política agropecuária, o que inclui o transporte de animais vivos e sua fiscalização”, não podendo outro ente federado impor “restrição desproporcional ao direito dos empresários do agronegócio de realizarem a sua atividade”.

Antes disso, o MPF publicara dois pareceres contrários às exportações, mas ambos foram ignorados pela imprensa. O parecer favorável, por outro lado, foi noticiado. A matéria – publicada na *IstoÉ*, mas produzida pelo *Estadão Conteúdo* – teve como única referência a entidade ruralista. Apesar de descrever o conteúdo de um parecer, este não fora consultado e tampouco o MPF fora ouvido. Chama a atenção a frequência com que veículos jornalísticos recorrem a apenas uma fonte, atendendo aos interesses de certos grupos econômicos, não aos de seus leitores.

### **O debate arrefece**

A partir de setembro de 2018, o debate sobre exportações de animais vivos passou a estar cada vez menos presente no noticiário. Com exceção da decisão do STF relativa à lei municipal de Santos, as poucas matérias sobre o tema publicadas até o fim do ano abordaram

---

<sup>757</sup> Disponível em: <https://istoe.com.br/cna-mpf-da-parecer-favoravel-as-exportacoes-de-animais-vivos/> Acesso em 13 fev. 2021.

sobretudo os aspectos econômicos da atividade. A questão dos maus-tratos a animais apareceu apenas em duas matérias da *Folha de S. Paulo*.

2018 – SETEMBRO [4]					
Data	Título	Veículo	Editoria	Repórter	Palavras
11/09	Crise financeira na Turquia desacelera exportações de gado vivo do Brasil	Folha	Vaivém das Commodities	Mauro Zafalon	390
17/09	Alvo de críticas, exportação de gado vivo envolve operação milionária	Folha	Mercado	Marcelo Toledo	896
24/09	Assustados, bois iniciam viagem sem volta rumo ao abate na Turquia	Folha	Mercado	Marcelo Toledo	458
30/09	Em dois anos, dobra exportação de gado vivo no porto de São Sebastião	Folha	Mercado	Marcelo Toledo	547
OUTUBRO [9]					
11/10	Plenário do STF derruba lei que proibiu transporte de animal vivo em Santos	G1	Política	Rosanne D’Agostino	172
11/10	STF mantém autorização para transporte de animais vivos em Santos	Estadão	São Paulo	Amanda Pupo, Rafael Moura	280
11/10	STF mantém autorização para transporte de animais vivos em Santos	IstoÉ	Geral	Estadão Conteúdo	280
11/10	STF mantém suspensão lei que proíbe transporte de animal vivo em Santos	Agência Brasil	Justiça	André Richter	207
22/10	Irã vai importar gado vivo do Brasil, diz Ministério da Agricultura	Valor Econômico	Agronegócios	Fernanda Pressinot	232
22/10	Irã vai importar gado vivo do Brasil, afirma Ministério da Agricultura	G1	Agro	Lais Lis/G1 Brasília	159
22/10	Irã aprova compra de gado vivo do Brasil, que pode chegar a 100 mil ao ano	Exame	Economia	José Roberto Gomes/Reuters	486
22/10	Brasil vai exportar gado vivo para o Irã	Agência Brasil	Economia	_____	216
22/10	Irã abre mercado para gado vivo do Brasil	Globo Rural	Boi	Estadão Conteúdo	212
2018 – NOVEMBRO [1]					
19/11	Minerva quer vender boi vivo para o Irã em 2019	Estadão	Economia & Negócios	Coluna do Broadcast Agro	208

Quadro 16: Matérias sobre exportação de gado vivo publicadas entre setembro e dezembro de 2018.

Em 11 de setembro, a coluna “Vaivém das Commodities”, da *Folha de S. Paulo*, noticiou: “Crise financeira na Turquia desacelera exportações de gado vivo do Brasil”<sup>758</sup>. O texto apresentava os valores das vendas para o país nos meses de julho e agosto, indicando o

<sup>758</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vaivem/2018/09/crise-financeira-na-turquia-desacelera-exportacoes-de-gado-vivo-do-brasil.shtml> Acesso em 05 fev. 2021.

recuo nas exportações, e informava que os exportadores brasileiros já buscavam outros destinos para os animais. A única fonte citada foi Gastão Carvalho Filho, presidente do frigorífico Boi Branco e exportador de gado vivo. O empresário lamentava que a crise na Turquia atingira “em cheio o setor”, inclusive com “cancelamento de contratos”, mas também reiterava que “o mercado vai achar novos caminhos”. Não houve qualquer referência às condições enfrentadas pelos animais nessas viagens.

Uma semana depois, em 17 de setembro, o jornal publicou a primeira de três matérias que abordariam mais extensamente diferentes aspectos da exportação de animais vivos. Todas elas são assinadas pelo mesmo repórter, Marcelo Toledo, autor da maioria das notícias sobre a cobertura do rodeio de Barretos (SP), analisadas anteriormente. Com o título “Alvo de críticas, exportação de gado vivo envolve operação milionária”<sup>759</sup>, o primeiro texto descreve brevemente cada etapa do transporte de animais destinados à exportação, além de registrar os embates entre pecuaristas e ativistas. A perspectiva dos defensores dos animais está presente, mas, como se verá, de forma bastante descontextualizada e limitada:

“Assassino, assassino.” Assim foi chamado o pecuarista Diogo Castilho na Assembleia Legislativa paulista durante discussão de projeto para proibir a exportação de gado vivo, em junho.

Um dos maiores exportadores do estado no ano, com quatro embarques, ele enviou entre segunda (10) e terça-feira (11) 5.400 cabeças para o porto de São Sebastião no litoral paulista, operação acompanhada pela Folha desde sua fazenda, em Sales (a 444 km de São Paulo), até o navio libanês Queensland.

A operação para exportar o gado para a Turquia, destino de outras operações alvos de associações de proteção animal. Na viagem de 609 km, feita em 10 horas, os bois perdem até 5% de seu peso.

Para entidades, o gado sofre maus-tratos como a falta de ração no trajeto até o porto. Também criticam o abate halal [...], praticado em países muçulmanos, e dizem que seria economicamente mais viável abater os animais no Brasil e exportar subprodutos como o couro.

Pecuaristas e a Abreav (associação dos exportadores de animais vivos) dizem seguir normas de bem-estar e regras do Ministério da Agricultura e que as críticas são feitas por desconhecimento.

O embate de ativistas com Castilho ocorreu dias após três bois caírem de navios e serem encontrados no mar em São Sebastião. A votação do projeto, que diz que a atividade compromete o ambiente e a saúde pública, foi adiada.

Para pecuaristas, a exportação de animais vivos é até 35% mais rentável do que a venda do gado no mercado interno, o que explica Castilho comprar bois de vários estados para compor o lote exigido pelos turcos pagando até acima do valor de mercado.

Pela primeira vez, um veículo teve a iniciativa de verificar *in loco* as operações que envolvem o comércio internacional de animais. Entretanto, temos que levar em conta que a

<sup>759</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/09/alvo-de-criticas-exportacao-de-gado-vivo-envolve-operacao-milionaria.shtml> Acesso em 05 fev. 2021.

empresa soube com antecedência que o repórter estaria presente e estava preparada para mostrar que tudo transcorria com “perfeição”. O próprio pecuarista dono dos animais autorizara e acompanhara a visita do jornalista à fazenda e depois no porto. Logo, as condições lhe eram favoráveis.

O texto começa reproduzindo supostas ofensas de ativistas ao pecuarista, sem qualquer menção aos intensos embates que vinham ocorrendo na Alesp, já descritos aqui. O repórter nem mesmo esclareceu qual era o objetivo do PL objeto da discussão. Ao referir-se às ocorrências de maus-tratos a animais, ele se limita a apontar a “falta de ração no trajeto até o porto”. Como já está claro, as críticas à atividade estavam muito mais voltadas ao transporte marítimo e à situação precária que os bois enfrentavam dentro das embarcações. Além disso, a matéria faz referência aos três bois que caíram de um navio em São Sebastião, mas não fornece quaisquer outras informações sobre o episódio. Como e por que os animais caíram? Foram resgatados com vida? Essas e outras perguntas, sobre uma ocorrência nada corriqueira, ficam sem resposta.

O mesmo pecuarista “agredido” verbalmente no início do texto é quem explica o quão rentável é a atividade, o que supostamente justificaria sua continuidade. Entretanto, como já ressaltai, apresentar os lucros gerados pelas vendas dos animais não responde às denúncias de maus-tratos, apenas desvia o foco do problema. O texto prossegue descrevendo a rotina das exportações:

O gado, com média de dez meses e peso entre 260 e 280 quilos, não serão abatidos de imediato na Turquia, mas quando atingirem ao menos 550 quilos, o que deve ocorrer em até 14 meses.

Os dias de embarque na fazenda envolvem logística jamais vista na pequena Sales. Entre transporte, exames sanitários e taxas portuárias, um embarque do tipo pode custar cerca de R\$ 1 milhão.

Na segunda-feira, ao menos 50 caminhões faziam fila à espera do início da operação, só aberta quando fiscais do ministério deslancam o curral. Os animais já tinham recebido microchips e brincos com informações de origem.

Às 12h30, o primeiro lote começou a ser posto nos caminhões, que só entravam na fazenda após serem desinfetados. A operação na fazenda seguiu até terça e terminou, no porto, na madrugada de quarta (12). Ao todo, quase cem caminhões foram usados. Carregadas, as carretas são lacradas e abertas só no litoral, por fiscais agropecuários. “Analisamos aspectos de bem-estar, como água e alimentação, densidade, manejo e se há pregos ou tábuas soltas nos currais”, disse Fábio Benites, técnico do ministério. Os vaqueiros usam bandeirolas para colocar os animais nos caminhões — o uso de choque elétrico para acomodá-los nos locais corretos é permitido, segundo Benites, desde que em tempo curto e em órgãos que não agridam o animal, como nos genitais. Já no navio, os animais ficam em currais com camas de serragem e ração. Há ventiladores cujo ruído passa dos 90 decibéis, volume que pode gerar danos ao ouvido humano. A depender das condições climáticas, a viagem até o Líbano leva cerca de duas semanas.

Valdner Bertotti, vice-presidente da Abreav e dono da VB, que fez a operação no porto, disse que há em média um incidente a cada 20 embarques, mas sem morte de animais.

“Alguma porta pode ficar aberta no navio, ou ao descer do caminhão o boi pode escapar e buscar o mar”, afirma. Bertotti afirma que sempre mantém uma lancha pronta para agir para o caso de algum animal cair na água.

No embarque acompanhado pela Folha, a operação parou por meia hora porque o navio tinha portei­ras abertas.

Depois que todos os animais deixaram a fazenda no interior paulista, o local recebeu desinfetantes e ficará no chamado vazio sanitário até a chegada de novos bois. Há embarque previsto para novembro.

A matéria ressalta o “profissionalismo” das operações – “envolvem logística jamais vista na pequena Sales” – e seus custos elevados – “R\$ 1 milhão”. Também registra a presença de fiscais do Mapa, o que seria indicativo de que as normas estavam sendo cumpridas. Entretanto, conforme o técnico informa, os choques elétricos são permitidos – logo, pode-se presumir que a regulamentação que deveria resguardar o bem-estar animal não é tão rígida quanto costumam alegar empresários e governo federal.

A declaração do vice-presidente da Associação Brasileira dos Exportadores de Animais Vivos (Abreav) de que “há em média um incidente a cada 20 embarques, mas sem morte de animais” sugere uma suposta “segurança”, que não é verdadeira. O acidente no Porto de Barcarena (PA), quando o navio afundou e os cinco mil bois a bordo morreram, expressa o tipo de risco que os animais correm. A matéria também informa que o volume do ruído dos ventiladores dentro do navio “pode gerar danos ao ouvido humano”, mas omite os possíveis danos aos ouvidos dos bovinos e prejuízos ao seu bem-estar. Afinal, são os bois que estão obrigados a suportar o barulho ininterrupto dos ventiladores ao longo de toda a viagem.

A seguir, o repórter reproduz declarações de dois defensores dos animais, para depois encerrar o texto com novas declarações dos pecuaristas:

Mas, para as entidades de proteção, as alegações de bem-estar não são reais e a atividade deve ser encerrada ou, ao menos, modificada.

“Nos navios, há problemas como poucos veterinários, acúmulo de fezes e urina, baixa qualidade do ar e ambiente barulhento devido aos exaustores”, afirmou Elizabeth MacGregor, diretora de educação da Fórum Animal.

Ela também defende que a exportação gera poucos recursos ao Brasil. “A exportação de produto primário não é tributada e subprodutos valiosos como couro são exportados com a carne, não gerando valor agregado e renda no país, mas na Turquia.” Para Lucas Alvarenga, vice-presidente no Brasil da Mercy for Animals, é viável banir a atividade em um curto prazo.

“[Os bois] enfrentam semanas em navios para serem abatidos em locais com menos regulamentações. Somos a favor de que não haja sofrimento ou que ao menos se possa banir as piores práticas. Fere princípios de liberdade dos animais, que não se locomovem, têm a saúde comprometida e sentem medo.”

Presidente da Abreav, Ricardo Barbosa disse que a atividade é regulamentada e ONGs ameaçam um setor que gera 17 mil empregos diretos. “É até covardia. O Brasil vai ser o maior exportador de carne do mundo com maus-tratos? Há muito investimento em genética e melhoramento de pastagem, além de gerar renda. Quem mexe com animal gosta de animal. Eu disse isso à moça que me criticou na Assembleia”, afirmou o pecuarista Castilho.

O texto informa que, segundo o ativista, seria “viável banir a atividade em um curto prazo”, mas a seguir reproduz uma declaração que não explica *por que* nem *como* seria viável. O argumento, portanto, restou inconcluso. Os pecuaristas, como de praxe, tiveram a “palavra final”, além de também terem se expressado mais extensamente do que os defensores dos animais. Das 896 palavras da matéria, apenas 206 expuseram as críticas de ativistas – isto é, 23% do texto. O próprio título, ao anunciar as “operações milionárias”, ressaltava a suposta relevância econômica da atividade. O enunciado é reiterado ao final, quando uma das fontes informa que o setor “gera 17 mil empregos diretos”. As últimas declarações de Castilho também corroboram essa hipótese, quando ele afirma que “é até covardia” o setor ser “ameaçado” pelas ONGs. As “vítimas”, no caso, seriam os pecuaristas, não os animais.

As denúncias de maus-tratos, entretanto, não eram acusações infundadas e “covardes”, uma vez que estavam embasadas em pareceres de profissionais habilitados. Por fim, a afirmação de que “quem mexe com animal gosta de animal” é explicitamente contraditória, apesar de essa ser uma alegação recorrente entre criadores de gado. “Gostar” de um “produto” porque ele lhe traz benefícios econômicos é muito diferente de gostar, de fato, de um animal enquanto ser vivente.

Uma semana depois, em 24 de setembro, a *Folha* publicou a segunda das três matérias mencionadas: “Assustados, bois iniciam viagem sem volta rumo ao abate na Turquia”<sup>760</sup>. Trata-se de um relato pessoal, em que o repórter relata sua própria experiência acompanhando as operações na fazenda, no porto e no navio. Escrito em primeira pessoa, o texto descreve diferentes situações a partir do ponto de vista de humanos e não humanos envolvidos na atividade:

Assustados. Foi assim que eu e o repórter fotográfico Diego Padgurschi percebemos a situação dos bois que entravam no navio Queensland, de bandeira libanesa, após mais de dez horas de viagem entre Sales e a litorânea São Sebastião.

Comprados por pecuaristas da Turquia, 5.400 bois embarcaram no último dia 12 no navio ancorado no porto de São Sebastião e ainda não chegaram ao país de destino, o que deve ocorrer até o fim desta semana. Lá, serão engordados até atingirem 550 quilos (deixaram o país com 270 quilos, em média), quando serão abatidos.

Acompanhamos todo o processo de embarque dos animais na fazenda Tabaju, em Sales, com a colocação dos bois em 98 caminhões, e a longa viagem deles por 609 quilômetros até o litoral.

Na fazenda, o condutor elétrico que dá choque nos animais quando já estão dentro do caminhão para que se dirijam ao local apropriado é o que mais acende a luz amarela em relação às críticas feitas por entidades de proteção animal. Será mesmo necessário? Na estrada, a viagem é cansativa, feita muitas vezes em trechos de pista simples e com grande fluxo de caminhões. Eles se acentuam na rodovia dos Tamoios que, em obras, deixa o trânsito mais lento.

<sup>760</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/09/assustados-bois-iniciam-viagem-sem-volta-rumo-ao-abate-na-turquia.shtml> Acesso em 05 fev. 2021.

Dentro do navio, ao qual obtivemos acesso após conseguirmos três autorizações diferentes, os animais se afastavam conforme parávamos perto dos currais em que estavam.

Recebiam ração – importante após perderem até 5% do peso no transporte – e tinham um forte sistema de ventilação ao seu dispor. Ele alivia bem o calor, mas gera um barulho muito forte para o ouvido humano. Os mais de 90 decibéis medidos com um decibelímetro equivalem ao barulho de uma rua com o trânsito pesado ou a um secador de cabelo. Ou, ainda, ao barulho do metrô.

Os currais têm tamanho adequado para os animais – considerando-se que são de confinamento –, mas os espaços nas laterais do navio para a passagem de humanos são apertados. O cheiro forte, talvez a principal queixa de moradores do entorno, não foi percebido.

Após todo o enorme processo, que só na fazenda envolve 160 pessoas, o que também chama atenção é a situação dos caminhoneiros. Quando chegamos à fazenda, às 8h de uma segunda-feira, já existia uma fila de mais de 50 deles à espera do embarque, formada desde o fim da madrugada.

Quando saímos do porto para ir para o hotel, já às 3h da terça-feira, cansados, alguns dos caminhoneiros que já tinham deixado a carga ainda retornariam de imediato para o interior, em mais dez horas de viagem sem pausas.

Voltamos ao porto na terça e, já no meio da tarde, ainda havia caminhões chegando, com seus motoristas insones.

E, claro, tem a situação do gado, que está numa viagem sem volta.

Essa foi a única matéria do *corpus* em que o jornalista presenciou e descreveu o que observara. Houve um esforço para se colocar no lugar de trabalhadores e animais que enfrentam rotineiramente longas e cansativas jornadas nas estradas paulistas, com também períodos demorados de espera nas fazendas e no porto. De forma geral, entretanto, o resultado final é bastante vago e incompleto. Apesar de o repórter dizer que acompanhara “todo o processo de embarque dos animais”, as descrições de “todo o processo” não são tão detalhadas e precisas quanto poderiam ser. As informações parecem ficar todas incompletas.

Quando afirma que “os currais têm tamanho adequado para os animais”, não há qualquer referência de medida, o que impossibilita saber o que exatamente o repórter considera “adequado”. Conforme a veterinária Regina averiguara, cada baia do navio *Nada* tinha menos de 1m<sup>2</sup> por animal, o que de forma alguma poderia ser considerado “adequado”. Ao descrever o estado dos “motoristas insones”, o texto faz apenas suposições sobre sua rotina. Se o repórter tivesse entrevistado os trabalhadores, certamente poderia obter dados e impressões muito mais consistentes.

Sua última frase – “E, claro, tem a situação do gado, que está numa viagem sem volta” – tem um tom quase irônico, como se “a situação do gado” fosse um mero detalhe de todo o processo descrito. Além disso, tal “situação” não se resume à viagem que será certamente “sem volta”. Os bovinos enviados diariamente de diferentes fazendas aos frigoríficos brasileiros encaram igualmente uma jornada sem retorno. As especificidades da atividade em questão, entretanto, envolve diversos outros problemas que foram omitidos no texto. O sofrimento que

os animais enfrentam *durante* essas viagens sem volta acaba por ser menosprezado. Assim como na matéria anterior, a tentativa do veículo em expor o ponto de vista dos animais se dá novamente de forma vaga e insuficiente.

A última matéria que a *Folha* publicou em setembro foi veiculada no dia 30, com o título “Em dois anos, dobra exportação de gado vivo no porto de São Sebastião”<sup>761</sup>. A matéria afirma, no primeiro parágrafo, que a atividade é “alvo de críticas de entidade de proteção animal, mas vista como um importante mercado pelos pecuaristas brasileiros”. Ao longo do texto, são apresentados os números crescentes das exportações pelo Porto de São Sebastião (SP) e os valores das vendas brasileiras como um todo. As críticas à prática só aparecem novamente no final da matéria:

Com o crescimento das operações, na mesma proporção aumentaram as críticas de vizinhos do porto no litoral norte em relação ao mau cheiro com a presença do gado no local, além do rastro de urina e esterco. [...]  
Além disso, há as campanhas de ativistas que qualificam a prática como geradora de maus-tratos e pedem o fim ou a modificação das operações. Os pecuaristas negam haver problemas e dizem que todas as práticas de bem-estar são seguidas, assim como normas do Ministério da Agricultura.

A breve menção aos maus-tratos a animais não cita nenhum dos argumentos e justificativas apresentadas nas “campanhas de ativistas”. Além disso, as denúncias de crueldade são colocadas em segundo plano, como se fosse inclusive um problema menor do que o mau cheiro que os moradores de São Sebastião, assim como os de Santos, vinham enfrentando. E claro, os pecuaristas sempre vêm a seguir para esclarecer que “todas as práticas de bem-estar são seguidas”. A perspectiva dos animais claramente não esteve representada.

No mês de outubro, as nove matérias que abordaram o tema noticiaram apenas dois assuntos. As quatro primeiras, veiculadas no dia 11, anunciaram a decisão do plenário do STF referente à lei municipal de Santos, a qual já estava suspensa por liminar desde abril. Por unanimidade, os ministros mantiveram a suspensão da lei, autorizando em definitivo o transporte de animais vivos em Santos. A notícia do *GI*<sup>762</sup> relembra que a legislação fora motivada pelos acontecimentos envolvendo o navio *Nada*, em fevereiro, mas esclarecia que “um laudo da Vigilância Agropecuária afastou eventuais irregularidades”. Isto é, o veículo optou por citar um parecer cheio de inconsistências e omitir outro fartamente documentado.

<sup>761</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/09/em-dois-anos-dobra-exportacao-de-gado-vivo-no-porto-de-sao-sebastiao.shtml> Acesso em 05 fev. 2021.

<sup>762</sup> “Plenário do STF derruba lei que proibiu transporte de animal vivo em Santos”. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/10/11/plenario-do-stf-derruba-lei-que-proibiu-transporte-de-anim-vivo-em-santos.ghtml> Acesso em 15 fev. 2021.

A matéria do jornal *O Estado de S. Paulo*<sup>763</sup> – que também foi veiculada pela *IstoÉ*<sup>764</sup> – expôs o posicionamento da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e reproduziu os argumentos apresentados por três ministros do Supremo: Edson Fachin, Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso. A *Agência Brasil*<sup>765</sup> apresentou extensamente o ponto de vista da CNA e, ao final, fez uma breve menção às críticas dos ativistas: “Entidades de proteção aos animais [...] questionaram o transporte. [...] Entre as irregularidades, estariam o espaço menor que o recomendado entre um animal e outro, a imersão dos animais em fezes e urina e o racionamento de alimentos e água”. Nenhum representante das ONGs foi ouvido.

As outras cinco matérias de outubro, publicadas no dia 22, anunciavam que o Irã era o mais novo importador de gado vivo do Brasil. A fonte das informações era o Mapa, segundo o qual o país comprador tinha potencial para “adquirir anualmente 100 mil cabeças de bovinos do Brasil, com perspectiva de expansão conforme se intensificarem as relações comerciais”. As negociações com o Departamento de Saúde Animal do ministério estavam em andamento desde 2014. O governo comemorava a “conquista” e reiterava que “a diversificação dos mercados é favorável aos produtores e pode propiciar a negociação de outras commodities”. O fato foi noticiado pelo *GI*<sup>766</sup>, *Agência Brasil*<sup>767</sup>, *Globo Rural*<sup>768</sup> e *Exame*<sup>769</sup>. Nenhum dos veículos abordou a questão do sofrimento animal.

Em 19 de novembro foi publicada a última matéria sobre o tema de 2018. Ainda repercutindo as vendas para o Irã, *O Estado de S. Paulo* noticiou: “Minerva quer vender boi

---

<sup>763</sup> “STF mantém autorização para transporte de animais vivos em Santos”. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,stf-mantem-autorizacao-para-transporte-de-animais-vivos-em-santos,70002544317> Acesso em 04 fev. 2021.

<sup>764</sup> “STF mantém autorização para transporte de animais vivos em Santos”. Disponível em: <https://istoe.com.br/stf-mantem-autorizacao-para-transporte-de-animais-vivos-em-santos/> Acesso em 13 fev. 2021.

<sup>765</sup> “STF mantém suspensão lei que proíbe transporte de animal vivo em Santos” Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/justica/noticia/2018-10/stf-mantem-suspensa-lei-que-proibe-transporte-de-animal-vivo-em-santos> Acesso em 09 fev. 2021.

<sup>766</sup> “Irã vai importar gado vivo do Brasil, afirma Ministério da Agricultura”. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2018/10/22/ira-vai-importar-gado-vivo-do-brasil-afirma-ministerio-da-agricultura.ghtml> Acesso em 15 fev. 2021.

<sup>767</sup> “Brasil vai exportar gado vivo para o Irã”. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/economia/noticia/2018-10/brasil-vai-exportar-gado-vivo-para-o-ira> Acesso em 09 fev. 2021.

<sup>768</sup> “Irã abre mercado para gado vivo do Brasil”. Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/Boi/noticia/2018/10/globo-rural-ira-abre-mercado-para-gado-vivo-do-brasil.html> Acesso em 1º fev. 2021.

<sup>769</sup> “Irã aprova compra de gado vivo do Brasil, que pode chegar a 100 mil ao ano”. Disponível em: <https://exame.com/economia/ira-aprova-compra-de-gado-vivo-do-brasil-que-pode-chegar-a-100-mil-ao-ano/> Acesso em 07 fev. 2021.

vivo para o Irã em 2019”<sup>770</sup>. Um texto breve informava que a Minerva Foods planejava começar a exportar gado vivo para o país no ano seguinte e a seguir reproduzia declarações do presidente do frigorífico, Fernando Galletti de Queiroz: “Os embarques de boi em pé representam 8% a 9% do faturamento da empresa. A companhia trata a exportação de gado vivo como um nicho e entende que a atividade agrega valor para a empresa, por isso pretende avançar neste mercado”.

Como fica claro, apesar da ampla repercussão midiática das decisões judiciais envolvendo o embarque de animais em fevereiro daquele ano, a imprensa brasileira parece logo ter se esquecido da “polêmica”. A Minerva Foods fora inclusive multada sob a acusação de maus-tratos contra animais, danos ambientais, poluição atmosférica e lançamento de dejetos em vias públicas. Aparentemente, nada disso abalou sua reputação. A empresa manteve todas as exportações já programadas e planejou muitas outras. As vendas não apenas foram preservadas, como foram ampliadas ao longo do ano, com a abertura de novos mercados para o gado brasileiro. Meses depois das disputas judiciais, o frigorífico já protagonizava uma manchete bastante favorável à sua reputação.

Por um breve período, as denúncias de maus-tratos contra animais destinados a exportação suscitaram a cobertura midiática sobre o tema. Pela primeira vez, alguns veículos expuseram os bastidores da atividade e os danos que gera. Mas passado menos de um ano do episódio, tudo parecia ter voltado a uma suposta “normalidade”. As exportações continuaram ocorrendo normalmente, e o sofrimento animal voltou a ser expressamente ignorado pela imprensa brasileira.

### **2019: Novos silêncios e volta à “normalidade”**

Em 2019, repetiu-se o cenário de 2017: a exportação de gado vivo esteve praticamente ausente do noticiário nacional. Ao longo de todo o ano, foram publicadas apenas 16 matérias sobre o tema, sendo que metade delas havia sido replicada de outros veículos. Portanto, considerando apenas as 8 matérias originais, somente uma abordou a perspectiva dos animais. A questão dos maus-tratos, aparentemente, estava “resolvida” e tudo voltara à “normalidade”. Repórteres e editores já não identificavam quaisquer valores-notícias que justificassem abordar

---

<sup>770</sup> Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,minerva-quer-vender-boi-vivo-para-o-ira-em-2019,70002612712> Acesso em 03 fev. 2021.

o tema novamente. A atividade seguia ocorrendo e a mídia brasileira, como se verá, seguia como parceira fiel do agronegócio.

2019 [16]					
Data	Título	Veículo	Editoria	Repórter	Palavras
<b>JANEIRO [3]</b>					
28/01	Governo comemora exportação de bovinos vivos para Malásia	Estadão	BR Político	Equipe BR Político	93
28/01	Malásia autoriza importação de bovinos vivos do Brasil	Globo Rural	Boi	Estadão Conteúdo	102
28/01	Malásia libera importação de bovinos vivos do Brasil	IstoÉ	Agronegócio	Estadão Conteúdo	102
<b>MARÇO [4]</b>					
19/03	Assembleia paulista articula bancada do agronegócio	Estadão	Política	Paulo Beraldo	613
19/03	Assembleia de São Paulo tenta criar bancada do agronegócio	Exame	Brasil	Estadão Conteúdo	615
19/03	Assembleia de SP articula bancada do agronegócio	IstoÉ	Agronegócio	Estadão Conteúdo	625
25/03	Casaquistão abre mercado para gado vivo do Brasil	IstoÉ	Agronegócio	Estadão Conteúdo	60
<b>MAIO [4]</b>					
03/05	Porto de Imbituba exporta 5 mil cabeças de gado para a Turquia	G1	Santa Catarina	G1 SC	274
02/05	Porto de Imbituba exporta quantidade recorde de gado vivo, com 5 mil animais	IstoÉ	Agronegócio	Estadão Conteúdo	127
03/05	Com 5 mil animais, porto de Imbituba (SC) exporta quantidade recorde de gado vivo	Globo Rural	Infraestrutura e Logística	Estadão conteúdo	127
09/05	Exportação de animais vivos deve repetir o bom desempenho de 2018	Folha	Vaivém das Commodities	Mauro Zafalon	440
<b>JUNHO [4]</b>					
13/06	Países se mobilizam contra exportação de animais vivos	Agência Brasil	Geral	Alana Gandra	832
13/06	Países se mobilizam contra exportação de animais vivos	Época Negócios	Mundo	Agência Brasil	831
13/06	Países se mobilizam contra exportação de animais vivos	IstoÉ	Geral	Agência Brasil	832
13/06	Países se mobilizam contra exportação de animais vivos	Jornal do Brasil	Ciência e Tecnologia	Agência Brasil	832
<b>DEZEMBRO [1]</b>					
20/12	Criador do PR lucra R\$ 800 mil com embarque de 3,7 mil bois	Globo Rural	Boi	Cleyton Vilarino	414

Quadro 17: Matérias sobre exportação de gado vivo publicadas em 2019.

A primeira matéria de 2019 saiu no dia 28 de janeiro, quando *O Estado de S. Paulo* anunciou: “Governo comemora exportação de bovinos vivos para Malásia”<sup>771</sup>. A notícia, que também foi veiculada pela *Globo Rural*<sup>772</sup> e *IstoÉ*<sup>773</sup>, reproduzia o conteúdo de uma nota emitida por dois ministérios – da Agricultura e das Relações Exteriores –, informando que haviam sido “aprovados os requisitos sanitários negociados com o Ministério da Agricultura e Agroindústria da Malásia”. O comunicado do governo dizia ainda que a abertura de mais esse mercado reforçava “a posição do Brasil como um dos líderes mundiais na exportação de proteína animal” e que as autoridades brasileiras seguiriam “negociando com a Malásia a exportação de gado vivo para reprodução”.

Somente no dia 19 de março o tema voltou ao noticiário, com mais uma matéria do jornal *O Estado de S. Paulo*: “Assembleia paulista articula bancada do agronegócio”<sup>774</sup>. O texto, também publicado pelas revistas *IstoÉ*<sup>775</sup> e *Exame*<sup>776</sup>, informava que deputados estaduais de São Paulo se mobilizavam para criar duas frentes parlamentares análogas à bancada ruralista de Brasília. O objetivo era “defender o agronegócio paulista, [...] exercendo uma influência na Assembleia similar ao poder que aquela bancada tem no Congresso Nacional”.

A Frente Parlamentar do Agronegócio Paulista (SP-Agro) era liderada por Itamar Borges (MDB); a Frente Parlamentar da Agricultura, pelo produtor rural Frederico d’Ávila (PSL). O primeiro esteve à frente das articulações de bastidores que impediram que o PL 31/2018 fosse votado; o segundo, um grande aliado do governador João Dória e do presidente Jair Bolsonaro. D’Ávila alegava que o agronegócio vinha sendo “escanteado e atacado na Assembleia” e que seu grupo atuaria, portanto, “em temas que ‘afligem’ os produtores rurais, como a situação precária de rodovias e a falta de segurança no campo”. O deputado pretendia ainda “reduzir a burocracia e facilitar os investimentos na zona rural”.

---

<sup>771</sup> Disponível em: <https://brpolitico.com.br/noticias/governo-comemora-exportacao-de-bovinos-vivos-para-malasia/> Acesso em 11 fev. 2021.

<sup>772</sup> “Malásia autoriza importação de bovinos vivos do Brasil”. Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/Boi/noticia/2019/01/malasia-autoriza-importacao-de-bovinos-vivos-do-brasil.html> Acesso em 1º fev. 2021.

<sup>773</sup> “Malásia libera importação de bovinos vivos do Brasil”. Disponível em: <https://istoe.com.br/malasia-libera-importacao-de-bovinos-vivos-do-brasil/> Acesso em 12 fev. 2021.

<sup>774</sup> Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,assembleia-paulista-articula-bancada-do-agronegocio,70002760352> Acesso em 03 fev. 2021.

<sup>775</sup> “Assembleia de SP articula bancada do agronegócio”. Disponível em: <https://istoe.com.br/assembleia-de-sp-articula-bancada-do-agronegocio-2/> Acesso em 12 fev. 2021.

<sup>776</sup> “Assembleia de São Paulo tenta criar bancada do agronegócio” Disponível em: <https://exame.com/brasil/assembleia-de-sao-paulo-tenta-criar-bancada-do-agronegocio/> Acesso em 07 fev. 2021.

As mais novas bancadas eram assessoradas por empresários do setor e tinham o apoio declarado de “cerca de 20 entidades de representação agropecuária”, com destaque para a Sociedade Rural Brasileira (SRB), que havia sido a primeira a se manifestar contra a proibição dos embarques nos portos paulistas. Os intensos protestos que pediam a votação do PL 31/2018 menos de um ano antes e o receio de que a lei fosse aprovada foram os principais propulsores para a articulação dos deputados em prol ao agronegócio. Com a eleição de João Doria e de Jair Bolsonaro em 2018, o contexto tornou-se muito mais propício para a formação da “bancada ruralista paulista”. Somente ao final da matéria o jornal informou o que teria motivado a criação das duas frentes. Mas a menção ao PL foi muitíssimo breve, sem qualquer contextualização dos fatos. As críticas à atividade ou ao agronegócio de forma geral foram omitidas do texto:

As frentes surgem para se contrapor a projetos que ligaram o “sinal vermelho” do setor. Um deles foi o que limitava a caça de “javaporcos”, animais híbridos de porcos com javalis que causam prejuízos em plantações. Pressionado, o então governador Márcio França (PSB) vetou.

Outro projeto, que teve repercussão nacional, impedia a exportação de gado vivo para abate no exterior. [Antônio] Junqueira, [conselheiro da SRB], afirmou que o objetivo é fornecer informações sobre o setor, dar suporte técnico e acompanhar projetos de impacto na área – hoje, há cerca de 70. “Muitos não conhecem a agricultura no detalhe. A ideia é melhorar isso e também pensar em projetos de médio e longo prazo.” [...]

O mercado internacional de animais vivos seguia seu curso e cada vez mais países negociavam com as exportadoras brasileiras. Ainda em março, no dia 25, a *IstoÉ* anunciou: “Casaquistão abre mercado para gado vivo do Brasil”<sup>777</sup>. A matéria reproduzia trechos de uma nota do Mapa, que dizia que o acordo com o país asiático era “um reconhecimento do alto padrão genético do Brasil”. Pouco mais de um mês depois, em 03 de maio, o *GI*<sup>778</sup>, a *Globo Rural*<sup>779</sup> e a *IstoÉ*<sup>780</sup> noticiaram que o Porto de Imbituba, no sul de Santa Catarina, acabara de embarcar 5 mil bois vivos para a Turquia. A fonte da informação era, novamente, uma nota do Mapa, que “comemorava” o acontecimento por ser aquela a segunda vez, depois de três anos,

<sup>777</sup> Disponível em: <https://istoe.com.br/casaquistao-abre-mercado-para-gado-vivo-do-brasil/> Acesso em 12 fev. 2021.

<sup>778</sup> “Porto de Imbituba exporta 5 mil cabeças de gado para a Turquia”. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/campo-e-negocios/noticia/2019/05/03/porto-de-imbituba-exporta-5-mil-cabecas-de-gado-para-a-turquia.ghtml> Acesso em 15 fev. 2021.

<sup>779</sup> “Com 5 mil animais, porto de Imbituba (SC) exporta quantidade recorde de gado vivo”. Disponível em: [revistagloborural.globo.com/Noticias/Infraestrutura-e-Logistica/noticia/2019/05/com-5-mil-animais-porto-de-imbituba-exporta-quantidade-recorde-de-gado-vivo.html](http://revistagloborural.globo.com/Noticias/Infraestrutura-e-Logistica/noticia/2019/05/com-5-mil-animais-porto-de-imbituba-exporta-quantidade-recorde-de-gado-vivo.html) Acesso em 1º fev. 2021.

<sup>780</sup> “Porto de Imbituba exporta quantidade recorde de gado vivo, com 5 mil animais”. Disponível em: <https://istoe.com.br/porto-de-imbituba-exporta-quantidade-recorde-de-gado-vivo-com-5-mil-animais/> Acesso em 12 fev. 2021.

que o porto catarinense realizava esse tipo de operação. Na primeira, em maio de 2016, 4,2 mil animais foram enviados também para a Turquia. A diferença de 800 bois entre as duas exportações foi suficiente para que o governo – e por consequência os veículos jornalísticos – alegassem que o porto exportara, em 2019, “uma quantidade recorde de gado vivo”.

Na semana seguinte, em 09 de maio, a *Folha de S. Paulo* publicou: “Exportação de animais vivos deve repetir o bom desempenho de 2018”<sup>781</sup>. A matéria informava que a atividade tivera um “bom desempenho” no ano anterior e mantinha “um ritmo acelerado nos primeiros meses de 2019”, apresentando os valores gerados com a venda de boi vivo em cada período. Os entrevistados eram todos representantes do agronegócio: Gastão Carvalho Filho, proprietário da Boi Branco; Gil Reis, presidente da Associação Brasileira dos Exportadores de Gado (Abeg); e Bruno Andrade, gerente da Associação Nacional da Pecuária Intensiva (Assocon). Os três se mostravam bastante otimistas em relação à atividade. Alegavam que o Brasil já estava “forte no Oriente Médio, mas deverá avançar também pela Ásia, principalmente no Vietnã, na Malásia e na Indonésia”. O Iraque mostrava “uma tendência de crescimento”, o Egito era “um mercado em expectativa” e a Arábia Saudita “começava a despontar”.

A matéria tornava claro que as denúncias de maus-tratos a animais e os diversos processos judiciais movidos pelas ONGs não apenas não conseguiram proibir a atividade, como tampouco a abalara de alguma forma. As exportações de bois vivos não enfrentavam quaisquer obstáculos, vinham crescendo e “conquistando novos mercados”. Os mesmos veículos que cobriram o episódio envolvendo os 27,8 mil animais embarcados em Santos e depois os debates no legislativo municipal e estadual já não faziam qualquer menção a esses eventos. O transporte marítimo de animais vivos havia sido – e continuava sendo – duramente criticado pela sociedade civil, mas a imprensa voltara a ignorar por completo essas contestações.

O único momento de 2019 em que a imprensa brasileira abordou a perspectiva dos animais na atividade de exportação de gado vivo foi no dia 13 de junho, quando a *Agência Brasil* publicou: “Países se mobilizam contra exportação de animais vivos”<sup>782</sup>:

Pelo terceiro ano consecutivo, um movimento internacional, liderado pela organização não governamental (ONG) Compassion in World Farming, mobiliza a população mundial em torno do Dia Internacional contra a Exportação de Gado Vivo, celebrado amanhã (14), com o objetivo de conscientizar as pessoas sobre o sofrimento dos animais que são exportados vivos para abate em outros mercados.

---

<sup>781</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vaivem/2019/05/exportacao-de-animais-vivos-deve-repetir-o-bom-desempenho-de-2018.shtml> Acesso em 05 fev. 2021.

<sup>782</sup> Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2019-06/paises-se-mobilizam-contr-exportacao-de-animais-vivos> Acesso em 09 fev. 2021.

O movimento foi iniciado em 2017 e contou com 30 países participantes. O Brasil aderiu no ano passado, quando a mobilização envolveu 33 nações. Este ano, 41 países farão manifestações. No Brasil, elas começaram hoje (13) e se estenderão até o próximo dia 16, coordenadas pelo Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, em conjunto com organizações de diversas cidades. Ao todo, 12 cidades brasileiras participam do movimento global.

Falando à Agência Brasil, a diretora de Educação do Fórum, geógrafa Elizabeth MacGregor, disse que embora existam leis que determinem tratamento humanitário para o transporte de gado vivo, “a questão do bem-estar animal é zero”. Destacou que para o país, essa exportação é ruim economicamente, porque representa apenas 1% de tudo que é produzido em termos de pecuária para consumo humano. [...]

### **Riqueza x emprego**

Além disso, como a exportação de gado vivo não é taxada, ela não gera riqueza para o país. “O couro vai de graça” para o importador, o que desagrada a indústria coureira brasileira. A operação não gera emprego no Brasil, mas nos países compradores, como Turquia e Líbano, onde o abate também não é humanitário, acentuou Elizabeth.

“Ambientalmente é péssimo”, observou. Os animais costumam ser transportados em navios reformados ou adaptados, de péssima qualidade, sem as mínimas condições de higiene, sem alimentação e hidratação adequadas, sem assistência veterinária, sujeitos a intempéries climatológicas, com urina e fezes provocando proliferação de doenças. “Vão cheios de outras substâncias que afetam o meio ambiente”.

O Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal explica que esse comércio não é bom para o Brasil, “tanto na questão econômica, como na questão da imagem do país que, no momento, parece estar sendo deixada de lado”, enfatizou a diretora. [...]

### **Conhecimento**

A maioria dos países contrários à exportação de gado vivo está na Europa. A razão para isso é o conhecimento, assinalou Elizabeth MacGregor. A ciência diz que todos os vertebrados são seres sencientes, isto é, têm capacidade emocional para sentir dor. “Têm capacidade cognitiva, então raciocinam, têm sentimentos e desde a década de 1970, a ciência do bem-estar animal usa parâmetros científicos e objetivos para analisar tecnicamente como os animais estão sendo tratados”. Observou que esse conhecimento ainda é heterogêneo, “como tudo no mundo”. A diretora informou que os 41 países que participam do movimento estão localizados em todos os continentes. “O movimento é global mesmo”. Na Europa, por exemplo, defendem a diminuição do número de horas que os animais levem no transporte terrestre, inclusive. “Mas o pior é essa exportação”, acentuou Elizabeth.

O movimento foi iniciado em 2017, em Londres, pela ONG ‘Compassion in World Farming’. O evento reuniu 600 pessoas e contou com a parceria da ONG ‘World Wide Fund for Nature’ (WWF), do Banco Mundial (BIRD) e da Organização Mundial da Saúde Animal (OIE). Essas organizações consideram a pecuária a atividade humana que maior impacto causa ao meio ambiente, desde o desmatamento até questões como poluição de mares, lagos, oceanos. A flatulência dos bovinos é gás metano, salientou a diretora do Fórum.

Relatórios e resultados confirmam essa afirmação, afiançou Elizabeth MacGregor. “Tem todo um embasamento técnico e de órgãos internacionais, não só de ONGs”. Completou que a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) já sinaliza para o impacto da pecuária no meio ambiente. “O Brasil tem mais boi do que gente”, afirmou. Segundo a diretora, a questão “é seríssima em todo o mundo”.

A médica veterinária Vânia Nunes, diretora técnica do Fórum Animal, salientou que a condição de maus-tratos começa no transporte das fazendas para o porto, “já extremamente estressante para os animais”. As viagens pelo mar duram semanas até o Oriente Médio e não oferecem mínimas condições que garantam o bem-estar do gado, confirmou. Devido a essas péssimas condições de transporte, muitos animais não resistem à viagem e as carcaças são jogadas no mar, juntamente com toneladas de fezes e urina produzidas diariamente, o que contribui para ampliar a poluição no meio ambiente. [...]

De todo o *corpus*, essa foi a matéria em que ativistas mais tiveram espaço para se manifestar – o texto também foi veiculado pelo *Jornal do Brasil*<sup>783</sup>, pelas revistas *Época Negócios*<sup>784</sup> e *IstoÉ*<sup>785</sup>. No período em que o tema esteve na ordem do dia, nenhuma outra notícia reproduziu essa quantidade de declarações de diretoras do FNPDA. Mesmo sendo a ONG a autora da ação civil pública que suscitara a proibição dos embarques no início de 2018, raramente seus representantes eram entrevistados. Nas poucas notícias em que tiveram voz, seus depoimentos eram citados de forma muito breve, em textos que sempre privilegiavam os representantes do agronegócio.

Conforme a matéria informava, o Dia Internacional contra a Exportação de Gado Vivo também havia sido marcado por manifestações em diferentes cidades brasileiras no ano anterior. Mas somente em 2019 apareceu pela primeira vez na imprensa brasileira. A matéria apresentou um bom panorama da luta contra as exportações de animais vivos, mas não fez qualquer referência aos acontecimentos no Porto de Santos, ou mesmo a outros acidentes ou imprevistos envolvendo essas operações. Percebe-se, assim, uma ausência da correlação de fatos, a qual seria importante para contextualizá-los e aprofundá-los. Ao noticiar determinado acontecimento sem apontar eventos anteriores com os quais ele está diretamente relacionado, o jornalismo constrói uma percepção de mundo limitada, com dados isolados e desconexos. Talvez também por isso exista um contínuo “esquecimento” do que veio antes, do passado que originara o presente do qual se fala.

Depois de junho, somente em 20 de dezembro de 2019 o tema foi pautado novamente pela imprensa brasileira, quando a revista *Globo Rural* anunciou o primeiro embarque de gado vivo realizado no Paraná: “Criador do PR lucra R\$ 800 mil com embarque de 3,7 mil bois”<sup>786</sup>. Como indica o título, o texto enaltecia as divisas geradas pela exportação de animais vivos. O pecuarista José Soares Cardoso Neto, de Jataizinho (PR), comemorava os lucros que obtivera com a venda dos bovinos para a Turquia: “O Paraná tem tudo para ser exportador de gado vivo e tem um rebanho muito melhor. Os compradores turcos disseram que foi o melhor gado que eles já adquiriram do Brasil”. Cardoso também expressava estar muito satisfeito com os preços

---

<sup>783</sup> Disponível em: [https://www.jb.com.br/ciencia\\_e\\_tecnologia/2019/06/1004787-paises-se-mobilizam-contr-exportacao-de-animais-vivos.html](https://www.jb.com.br/ciencia_e_tecnologia/2019/06/1004787-paises-se-mobilizam-contr-exportacao-de-animais-vivos.html) Acesso em 14 fev. 2021.

<sup>784</sup> Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2019/06/paises-se-mobilizam-contr-exportacao-de-animais-vivos.html> Acesso em 12 fev. 2021.

<sup>785</sup> Disponível em: <https://istoe.com.br/paises-se-mobilizam-contr-exportacao-de-animais-vivos/> Acesso em 12 fev. 2021.

<sup>786</sup> Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/Boi/noticia/2019/12/criador-do-pr-lucrar-800-mil-com-embarque-de-37-mil-bois.html> Acesso em 1º fev. 2021.

que negociara com os compradores turcos: “Conseguimos vender bezerro a preço de boi gordo!”.

Ao final, a matéria informava que a exportação havia sido “questionada pelo Ministério Público do Paraná (MPPR), que obteve uma liminar impedindo o embarque pelo porto de Antonina”. Como consequência desse “imbróglio”, “oito dos nove navios contratados pelos importadores tiveram que ser transferidos para o porto de São Sebastião (SP)”. Isto é, a revista destacava uma “conquista” dos produtores paranaenses, sendo que na verdade houvera nítida resistência para a realização desse tipo de atividade no estado. O texto não dizia quais haviam sido os questionamentos do MPPR, nem quais argumentos sustentaram a concessão da liminar.

Segundo a recomendação administrativa expedida pelo MPPR, o Porto de Antonina não possuía “a estrutura e as condições adequadas para esse tipo de movimentação, tampouco as respectivas licenças ambientais, urbanísticas e sanitárias necessárias”.<sup>787</sup> Essa informação, entretanto, não constava na matéria, que tampouco explicava quando os embarques haviam sido liberados e se o porto já estava definitivamente autorizado para realizar esse tipo de operação. Apesar dos “contratempos”, entretanto, o pecuarista continuava “animado com a possibilidade de exportar gado vivo”. Seguem os dois últimos parágrafos do texto:

Após investir R\$ 3 milhões em uma estação de pré-embarque própria, a única do Paraná, [Cardoso] abriu sua própria exportadora. Agora, o plano é dobrar a capacidade de produção própria de bezerros no Paraná, trazendo 2,5 mil vacas do norte do país e reduzindo a dependência em relação aos frigoríficos. “Ficar na mão dos frigoríficos é horrível. Temos que ter essa opção”, explica.

Para 2020, o pecuarista já possui contrato com pelo menos dois clientes turcos para o envio de cerca de mil cabeças. [...] O objetivo, conta, é realizar o embarque de pelo menos dois navios ao ano.

É emblemático que esta tenha sido a última matéria de 2019 e também a última que integra o *corpus* desta pesquisa. Como fica claro, as discussões sobre os possíveis danos ao bem-estar dos animais durante o transporte terrestre e marítimo, sobretudo envolvendo longas distâncias, foram deixadas de lado, literalmente apagadas. Apesar de toda a repercussão que as denúncias de maus-tratos tiveram no início de 2018, elas aparentemente foram “esquecidas” pelos veículos jornalísticos –ou intencionalmente omitidas.

---

<sup>787</sup> “Ministério Público do Paraná expede recomendação administrativa ao IAP para impedir exportação de gado vivo pelo Porto de Antonina”. Disponível em: <https://comunicacao.mppr.mp.br/2019/07/21707/Ministerio-Publico-do-Parana-expede-recomendacao-administrativa-ao-IAP-para-impedir-exportacao-de-gado-vivo-pelo-Porto-de-Antonina.html> Acesso em 24 abr. 2021.

### 3.4. Omissão e esquecimento

*E ele dizia consigo mesmo que a questão fundamental não era: sabiam ou não sabiam? Mas: alguém é inocente apenas por não saber? Um imbecil sentado no trono estaria isento de toda responsabilidade pelo simples fato de ser imbecil?*

Milan Kundera<sup>788</sup>

Das 171 matérias analisadas aqui, somente 31 abordaram a perspectiva dos animais, o que representa 18% do *corpus* (figura 25). Em todas as outras, os bovinos foram ignorados. É importante ressaltar, entretanto, que mesmo as matérias que consideraram o ponto de vista dos animais eram, frequentemente, bastante limitadas e inconsistentes. Na maioria das vezes em que ativistas foram ouvidos, suas ideias eram imediatamente contraditas e desacreditadas por representantes do agronegócio, os quais geralmente tinham muito mais espaço para se manifestar. Informações explicitamente inverídicas, apresentadas pelos ruralistas, eram reproduzidas como se fossem verdadeiras. Isso se tornava ainda mais problemático em um contexto em que eles sempre podiam responder às críticas e acusações que recebiam, enquanto as ONGs raramente tinham a mesma oportunidade.

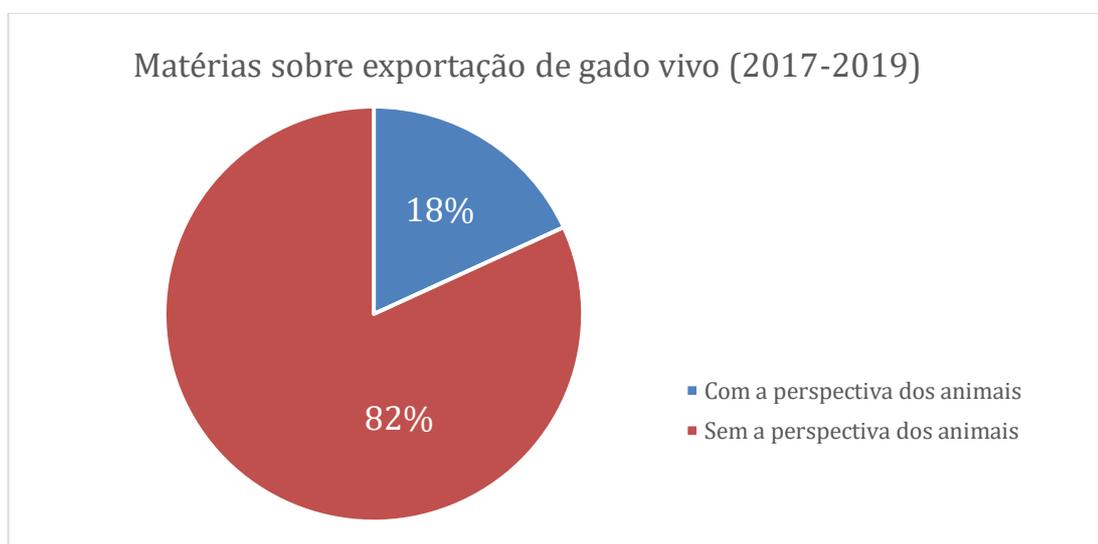


Figura 25: Porcentagem das matérias em que a perspectiva dos animais esteve presente.

Este estudo mostrou que a exportação de animais vivos raramente é pautada pela imprensa brasileira. Ao longo dos três anos que compõem o *corpus*, praticamente a metade das

<sup>788</sup> Do livro *A insustentável leveza do ser* (KUNDERA, 2017, p. 189).

matérias sobre o tema – 47% – foram publicadas em fevereiro de 2018, durante a cobertura do caso do Porto de Santos (Figura 26). Foi a excepcionalidade da proibição decorrente de decisões judiciais que demandou a cobertura de uma prática que vem ocorrendo há quase 20 anos no Brasil, mas ainda permanecia desconhecida pela maioria dos brasileiros – incluso jornalistas. Antes e depois desse episódio, uma quantidade ínfima de notícias abordou o tema. Nos anos de 2017 e 2019, a atividade esteve praticamente ausente do noticiário (Figura 27).



Figura 26: Quantidade de matérias publicadas a cada mês ao longo de três anos: 2017, 2018, 2019.



Figura 27: Quantidade de matérias publicadas por ano.

É esperado que o jornalismo volte sua atenção aos acontecimentos extraordinários em detrimento das ocorrências cotidianas. Entretanto, mesmo no período em que a cobertura foi intensa, quase diária, a maioria dos textos eram bastantes frágeis, com dados incompletos e equivocados. Os repórteres, em geral, recorreram a pouquíssimas fontes de informação, tendo sido frequentes as matérias que citavam uma única fonte. Claramente, houve uma enorme desproporção em relação à quantidade de entrevistados que representavam diferentes perspectivas. A imprensa atuou majoritariamente em consonância com os poderes econômicos e políticos – isto é, favorecia os já favorecidos.

Além de ter seus interesses expressamente protegidos pelo governo federal, o agronegócio detém um poder econômico que está infinitamente distante do que possui aqueles que lutam pelos animais. Esse poder é reiterado e amplificado com o apoio explícito dos veículos jornalísticos, como foi possível observar. Em nenhum momento a questão foi discutida com mais profundidade e pluralidade. A proibição das exportações sequer era uma possibilidade para a imprensa, que sempre reiterava os discursos que “garantiam” que as empresas respeitavam as legislações vigentes.

A análise do *corpus* também evidenciou que, além de omitir e negligenciar muitas informações importantes que contradiziam os discursos dos pecuaristas, os veículos tampouco acompanharam os desdobramentos dos fatos. Como vimos, as multas aplicadas pela prefeitura de Santos à Minerva Foods foram amplamente noticiadas. A princípio, portanto, supõe-se que a empresa teve um prejuízo de R\$ 4,5 milhões, somados os valores das três penalidades. Entretanto, as multas jamais foram pagas. Solicitei essa informação ao município, via Lei de Acesso à Informação (LAI), e obtive a seguinte resposta: “As multas aplicadas à empresa Minerva Foods não foram pagas, mesmo depois do indeferimento da defesa e do pedido de reconsideração (recurso administrativo), em encaminhamento para inscrição na Dívida Ativa do Município”.<sup>789</sup>

Também entrei em contato com a Minerva Foods, questionando por que as multas não haviam sido pagas e se havia a intenção de quitá-las. Como resposta, a assessoria de imprensa enviou-me um texto com o título “Posicionamento”, cujo conteúdo era bastante similar à nota à imprensa remetida aos veículos jornalísticos em 2018. O frigorífico repetia as mesmas afirmações, sem apresentar quaisquer dados que as fundamentassem: “A prática de exportação de gado vivo em nossa empresa respeita a legislação vigente...”; “Adotamos os mais rigorosos

---

<sup>789</sup> E-mail recebido em 02 de março de 2021 no endereço danimartinsp@gmail.com, via Serviço de Informação ao Cidadão da Prefeitura de Santos.

critérios em relação ao manejo dos animais em nossas atividades, privilegiando sempre o bem-estar animal...”.<sup>790</sup> Ao insistir que respondessem à pergunta que lhes havia colocado, obtive o seguinte retorno: “Enviamos as informações sobre as práticas de bem-estar animal da Companhia com a finalidade de esclarecimento sobre como o tema é tratado na empresa. A respeito de outros temas, a empresa não comenta”.<sup>791</sup>

A imprensa tampouco reportou quais teriam sido as consequências da autorização definitiva dos embarques pelo Porto de Santos. Tendo em vista o enorme descontentamento que as duas operações geraram entre moradores e autoridades do município, como estariam reagindo diante dos prováveis novos embarques? Foram organizados novos protestos? O que houve, entretanto, é que as exportações de gado vivo jamais foram realizadas novamente pelo cais santista. Não por qualquer determinação legal, mas sim por opção das próprias empresas, que já previam novas mobilizações e o risco de serem multadas novamente.

De acordo com informações disponibilizadas pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, somente duas exportações de bois vivos foram realizadas pelo Porto de Santos até o momento: a primeira, em dezembro de 2017; a segunda, em fevereiro de 2018.<sup>792</sup> De fato, muitos outros embarques já estavam programados para 2018, conforme autoridades portuárias e representantes das exportadoras haviam anunciado. Essas exportações, entretanto, foram remanejadas para o Porto de São Sebastião (SP). Conseqüentemente, o número de embarques realizado por aquele porto em 2018 foi consideravelmente maior do que nos outros anos (Figura 24). Foram exportados 51.320 bois vivos em 2017 e 52.054 em 2019. Em 2018, o número foi três vezes maior: 150.168 (Quadro 18).<sup>793</sup> Enquanto em 2017 os animais vivos representaram 2,9% de todas as exportações que saíram daquele porto, em 2018 esse percentual subiu para 17%.<sup>794</sup>

---

<sup>790</sup> E-mail recebido em 09 de março de 2021 no endereço [daniela.canicali@ufsc.br](mailto:daniela.canicali@ufsc.br), enviado por [thais.araujo@louresconsultoria.com.br](mailto:thais.araujo@louresconsultoria.com.br).

<sup>791</sup> E-mail recebido em 11 de março de 2021 no endereço [daniela.canicali@ufsc.br](mailto:daniela.canicali@ufsc.br), enviado por [thais.araujo@louresconsultoria.com.br](mailto:thais.araujo@louresconsultoria.com.br).

<sup>792</sup> Portal *Comex Stat* (<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>).

<sup>793</sup> Gado bovino: evolução da movimentação anual (2000-2020). Porto de São Sebastião – Estatísticas. Disponível em: <http://portoss.sp.gov.br/home/administracao/estatisticas> Acesso em 27 fev. 2021.

<sup>794</sup> Receitas por tabela e produto (2017 e 2018). Porto de São Sebastião – Estatísticas. Disponível em: <http://portoss.sp.gov.br/home/administracao/estatisticas> Acesso em 27 fev. 2021.



Figura 28: Número de bois vivos embarcados no Porto de São Sebastião (SP) por ano.

ANO	QUANTIDADE
2002	753
2003	-
2004	3.670
2005	1.248
2006	654
2007	8.378
2008	15.037
2009	3.253
2010	964
2011	3.569
2012	5.365
2013	2.781
2014	14.795
2015	3.307
2016	46.223
2017	51.320
<b>2018</b>	<b>150.168</b>
2019	52.054
2020	54.976

Quadro 18: Quantidade de animais embarcados pelo Porto de São Sebastião (SP).

A assessoria de imprensa do vereador Benedito Furtado (PSB), que propusera a lei proibindo o transporte de animais vivos em Santos, também confirmou, por e-mail, que não houve mais registros desse tipo de atividade no município: “Em função da grande repercussão que o navio NADA tomou, da mobilização de protetores de animais, de alguns parlamentares como o vereador, as próprias empresas decidiram embarcar pelo Porto de São Sebastião, já que

até parede humana fizeram no Porto”.<sup>795</sup> Isto é, apesar de a lei ter sido invalidada pelo STF, os frigoríficos estavam cientes da enorme resistência local e optaram por não realizar outros embarques por lá, evitando assim possíveis (e prováveis) contratempos.

Os veículos jornalísticos também não acompanharam os desdobramentos do manifesto assinado por 14 docentes líderes de grupos de pesquisa em bem-estar animal, direcionado ao governo federal. O documento atentava para a urgência em se definir “regulamentações claras e detalhadas sobre como tratar a questão do bem-estar dos animais de produção nos diferentes cenários”. Segundo o professor Mateus Paranhos, o grupo não recebeu nenhum retorno do governo.<sup>796</sup> Apesar de serem os maiores especialistas brasileiros na área e mostrarem-se dispostos a contribuir, jamais foram convidados a dialogar com o Mapa e propor soluções.

Os danos ambientais foram praticamente ignorados nas matérias analisadas. O risco de contaminação da costa brasileira era mencionado quando governo ou pecuaristas explicavam as razões para não lavarem o navio enquanto este estava atracado no porto. Os bois já cobertos de fezes, portanto, deveriam aguardar até que a embarcação estivesse em alto-mar. Absolutamente nenhum veículo questionou sobre os inevitáveis danos ambientais que o transporte marítimo daqueles animais causaria nos oceanos. Não era permitido contaminar águas costeiras, mas aquela enorme quantidade de dejetos poderia ser lançada nas águas oceânicas sem maiores problemas? Quais seriam os possíveis prejuízos à vida marinha que toda essa poluição causaria?

Apesar de divulgarem as multas referentes à contaminação da rede de drenagem de Santos e poluição das vias públicas, tampouco houve qualquer esclarecimento sobre os problemas gerados pela grande quantidade de dejetos lançados em espaço urbano. Considerando que as penalidades sequer foram pagas, o município ficara com o ônus de danos gerados por uma empresa que tem lucros milionários?<sup>797</sup> Além dos transtornos já enfrentados pelos moradores, verbas públicas deveriam financiar reparos de estragos causados por uma empresa privada?

---

<sup>795</sup> E-mail recebido em 17 de fevereiro de 2021, no endereço [daniela.canicali@ufsc.br](mailto:daniela.canicali@ufsc.br), enviado por [imprensafurtado@gmail.com](mailto:imprensafurtado@gmail.com).

<sup>796</sup> E-mail recebido em 20 de fevereiro de 2021, no endereço [daniela.canicali@ufsc.br](mailto:daniela.canicali@ufsc.br), enviado por [mateus.paranhos@unesp.br](mailto:mateus.paranhos@unesp.br).

<sup>797</sup> Em 2020, a empresa obteve lucro líquido de R\$ 697,1 milhões, conforme diversos veículos noticiaram. “Lucro da Minerva dispara a R\$697 mi em 2020 e companhia propõe dividendo adicional”. Infomoney. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/mercados/lucro-da-minerva-dispara-a-r697-mi-em-2020-e-companhia-propoe-dividendo-adicional/> Acesso em 26 abr. 2021.

Tampouco foi abordada a possibilidade de propagação de zoonoses decorrentes do confinamento de milhares de animais em espaços exíguos e durante longos períodos. É um consenso entre cientistas que o ato de enclausurar indivíduos de uma mesma espécie em ambientes fechados e sem circulação de ar – exatamente a condição encontrada nos navios – é extremamente propício para a disseminação de patógenos com forte potencial de se propagar também entre humanos.<sup>798</sup> Em 2020, mesmo em meio à pandemia de covid-19, as exportações de carga viva ocorreram normalmente, inclusive com novos embarques recordes – o Porto de Rio Grande (RS) realizou em setembro “o maior carregamento de carga viva da história do terminal”<sup>799</sup>, com o embarque de 26 mil bovinos para a Turquia e o Líbano.

A análise dessa cobertura também demonstrou que os repórteres raramente estavam presentes no local dos acontecimentos. A apuração dos fatos, quando ocorria, era realizada exclusivamente a partir das redações. Esse modus operandi certamente contribuiu para a falta de diversidade de vozes e uma ampla dependência das fontes oficiais. Como não tinham uma percepção direta dos eventos, uma vez que estes eram sempre mediados por suas fontes, os jornalistas estavam incapacitados de relatar o que viam – porque nada viam. Seus textos, assim, mostraram-se frequentemente pobres e limitados, sem quaisquer descrições das circunstâncias reportadas.

Mesmo quando as matérias apresentavam relatos divergentes sobre uma mesma situação, os veículos não contribuíam para o conhecimento dos fatos em sua complexidade e diversidade. O caso das duas vistorias realizadas no navio Nada são um bom exemplo disso. Muitas matérias se restringiram a expor a conclusão do laudo da médica veterinária que cumpria uma ordem judicial, contraposta à perícia de dois auditores fiscais do Mapa. O ministério, como ficou evidente, era uma das partes envolvidas e diretamente interessada no sucesso do empreendimento. Logo, era previsível que a suposta “inspeção” realizada por funcionários do governo constataria que não havia quaisquer irregularidades na embarcação.

---

<sup>798</sup> O epidemiologista evolutivo e filogeógrafo estadunidense Rob Wallace publicou, em 2016, o livro “Big Farms make Big Flu: Dispatches on Influenza, Agribusiness, and the Nature of Science”. A obra foi traduzida para o português e lançada no Brasil em 2020, com o título “Pandemia e Agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência”. O autor reuniu centenas de pesquisas realizadas ao longo das últimas décadas mostrando que as diferentes epidemias e pandemias que enfrentamos são quase sempre decorrentes de como o agronegócio passou a organizar os animais de criação. O risco de disseminação de doenças em larga escala se agrava ainda mais com o comércio internacional de cargas vivas: “Milhões de malas-bombas de gripe [...] são transportadas sem inspeção através das fronteiras” (WALLACE, 2020, p. 76). Segundo o autor, “os seres humanos construíram ambientes físicos e sociais, em terra e no mar, que alteraram radicalmente os caminhos pelos quais os patógenos evoluem e se dispersam” (WALLACE, 2020, p. 30).

<sup>799</sup> “Porto de Rio Grande embarca 26 mil bovinos para Turquia e Líbano”. G1. 11 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/09/11/porto-de-rio-grande-realiza-embarque-de-26-mil-bovinos-para-turquia-e-libano.ghtml> Acesso em 26 abr. 2021.

Os fatos eram concretos e averiguáveis: a veterinária Magda Regina documentara seu laudo com fotos, vídeos e descrições pormenorizadas. Seu relatório foi submetido ao escrutínio de um juiz, que inclusive apontou, em seu julgamento, que o documento do Mapa era vago e inconsistente. Ser “objetivo” e “ouvir os dois (ou vários) lados”, portanto, não significa reproduzir automaticamente pontos de vistas contraditórios, sem verificá-los. Um dos princípios básicos da prática jornalística é apurar o que dizem as fontes, verificar se seus discursos são legítimos e verdadeiros. Levando esse comportamento a uma situação extrema, seria o mesmo que também ouvir acriticamente negacionistas do aquecimento global e terraplanistas a cada vez que esses temas fossem tratados. Agir desse modo não é ser “imparcial” ou “isento”, mas sim prestar um desserviço.

Em 07 de março de 2021, o Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal divulgou o resultado da perícia criminal, solicitada ainda em 2018 por um inquérito policial, com o objetivo de investigar se “as condições de embarque e transporte dos animais [no navio *Nada*] atendiam as exigências legais e se seria possível constatar a ocorrência de abusos ou maus-tratos na embarcação”.<sup>800</sup> Seguem alguns trechos das conclusões do perito:

Os Certificados que trataria em tese da questão de bem-estar animal apresentados pela Minerva S.A. não são relacionados aos estabelecimentos, processos e animais embarcados no Navio NADA. Não tendo sido apresentadas às alegadas certificações de bem-estar animal para o processo de exportação de bovinos por via marítima de longa distância, nem para o transporte terrestre e nem para as fazendas quarentenárias, infere-se que a Minerva S.A. não dispunha de qualquer diploma de bem-estar animal relacionado aos animais embarcados no Navio Nada, a partir do EPE até o ponto de abate na Turquia.

Os exames identificaram uma atividade desestruturada no âmbito do MAPA, obscura, arriscada, obsoleta, capaz de afetar negativamente de modo inaceitável o bem-estar animal e incapaz de providenciar informações mínimas de indicadores capazes de garantir que houve o cumprimento dos preceitos da OIE em relação ao bem-estar animal durante o transporte marítimo e consequentemente a exclusão da hipótese de abusos ou maus-tratos nesse modal. [...]

Desprovido de estrutura tecnológica, regulamentação adequada, orientação técnica e normativa baseada em evidências científicas, recursos humanos e arcabouço metodológico, o MAPA não coletou, não estruturou, não registrou e não analisou de forma sistemática dados suficientes de variáveis relacionadas aos recursos e aos animais que poderiam afetar negativamente o bem-estar animal durante o transporte marítimo. Portanto, no caso do Navio Nada, não houve produção de indicadores de bem-estar animal confiáveis e auditáveis no âmbito do MAPA.

Esse laudo considera o transporte de animais por longa distância por via marítima atividade obsoleta e perigosa ao bem-estar animal. [...] O caso do Navio Nada não é

---

<sup>800</sup> “Peritos criminais analisaram a embarcação “Nada” e afirmam que a atividade de exportação de animais vivos é obsoleta e perigosa ao bem-estar animal”. Disponível em: <https://forumanimal.org/peritos-criminais-analisaram-a-embarcacao-nada-e-afirmam-que-a-atividade-de-exportacao-de-animais-vivos-e-obsobleta-e-perigosa-ao-bem-estar-animal/> Acesso em 24 abr. 2021.

um problema circunstancial, mas estrutural do transporte marítimo de longa distância. E esse problema não é específico do Brasil. Trata-se de um problema global.

A perícia, portanto, corroborou as constatações apresentadas pela médica veterinária Magda Regina e as denúncias feitas por ativistas a partir dos poucos registros que conseguiram produzir durante os embarques. Além de também demonstrar que os documentos apresentados pela Minerva Foods não eram autênticos e sequer correspondiam às fazendas onde os animais estiveram confinados para o período de quarentena obrigatória. Confirma-se, assim, o quanto a imprensa brasileira fora parcial – e talvez também irresponsável – ao fornecer informações não apenas inconsistentes, como equivocadas. O resultado da perícia criminal foi publicado pelo FNPDA em seu próprio site e redes sociais, repercutido também por outras ONGs e ativistas. Mas não foi divulgado por nenhum veículo jornalístico.

## PODE O ANIMAL FALAR?

*Nem os jornais, nem a televisão estão interessados nos animais, a não ser que um tigre escape do zoológico.*

Olga Tokarczuk<sup>801</sup>

Este trabalho procurou averiguar *se e como* a perspectiva dos animais está presente no jornalismo brasileiro contemporâneo. A análise das duas coberturas selecionadas demonstrou que mesmo em contextos propícios ao debate sobre ética e direitos animais, a abordagem sobre o tema foi muito restrita. As poucas matérias que deram voz às demais espécies apresentavam, quase sempre, declarações superficiais, descontextualizadas e distorcidas. Questões sobre ética e bem-estar animal foram praticamente negligenciadas, apesar de serem intrínsecas aos assuntos em pauta. Uma quantidade significativa de informações foi omitida e ativistas foram silenciados.

Interesses econômicos, políticos e ideológicos foram determinantes em ambas as coberturas. Duas perspectivas opostas estavam em disputa e uma delas foi inegavelmente privilegiada: a manutenção do *status quo* e o perpetuamento da exploração animal. Apesar de já existir uma ampla e longa discussão sobre a pertinência em se considerar moralmente os animais, conforme foi exposto no Capítulo 1, os veículos estudados pareciam ignorá-la por completo. O desconhecimento não seria em si um problema se houvesse ao menos vontade e disposição para informar-se e estar aberto a outros pontos de vista. Mas tampouco houve esforços nesse sentido: a grande maioria das fontes citadas representavam os interesses daqueles que detêm capital político e econômico. Intencionalmente ou não, repórteres e editores recusaram-se a olhar para as questões reportadas a partir de novos ângulos e, conseqüentemente, fornecer a seus leitores outras possibilidades de interpretação dos fatos.

Nessas Considerações Finais, trago reflexões sobre os resultados da análise que apresentei nos capítulos 2 e 3, confrontando-os com outros estudos na área de Jornalismo e a perspectiva teórica do pensamento decolonial, com destaque para o trabalho de Edward Said. Acredito que seja possível estabelecer paralelos entre o imperialismo, conforme descrito por Said, e o especismo, objeto desta pesquisa. Ambas concepções de mundo estão fundamentadas na discriminação e exploração de determinados grupos de indivíduos – humanos e não humanos

---

<sup>801</sup> Do livro *Sobre os ossos dos mortos* (2019, p. 213).

– com o objetivo de garantir a supremacia daqueles que discriminam e exploram. Em seus livros *Orientalismo* (2007) e *Cultura e Imperialismo* (2011), o autor expõe, de forma pormenorizada, o quanto as práticas imperialistas estão impregnadas nas mais diversas esferas sociais, silenciando tudo que não se adeque à cultura hegemônica:

Os discursos universalizantes da Europa e dos Estados Unidos modernos, sem nenhuma exceção significativa, pressupõem o silêncio, voluntário ou não, do mundo não europeu. Há incorporação; há inclusão; há domínio direto; há coerção. Mas muito raramente admite-se que o povo colonizado deve ser ouvido e suas ideias, conhecidas (SAID, 2011, p. 101).

Said conclui, portanto, que o “povo colonizado” *não* pode falar. Ele alega que, mesmo após o fim das grandes colonizações europeias, a ideia de uma suposta superioridade do homem branco europeu perpetuou-se ao longo do século XX e segue presente ainda hoje. Somente uma visão de mundo intrinsecamente imperialista, segundo o autor, pode “justificar” atos tão terríveis como a deflagração de uma guerra. Como exemplo, ele descreve o contexto que desencadeou a Guerra do Golfo, de 1991, e discorre sobre como os meios de comunicação estão constantemente reverberando e reforçando concepções preconceituosas em relação ao “outro”:

Duas ideias básicas foram nitidamente retomadas do passado e ainda exercem influência: uma delas era o direito da grande potência de salvaguardar seus interesses distantes, chegando até mesmo à invasão militar; a segunda, que os povos das potências menores eram inferiores, com menos direitos, menos princípios morais, menos reivindicações.

Aqui, foram importantes as percepções e atitudes políticas moldadas e manipuladas pelos meios de comunicação. No Ocidente, as representações do mundo árabe [...] têm se mostrado toscas, reducionistas, grosseiramente racistas, conforme foi constatado e verificado por inúmeros estudos críticos na Europa e nos Estados Unidos (SAID, 2011, p. 81).

Para Said, o papel da mídia é decisivo na sedimentação de formas restritas, insuficientes e, por vezes, hostis, de interpretar o mundo. Quando certas ideias são repetidas contínua e exaustivamente, elas se tornam tão sólidas e “imutáveis”, que acabam por inviabilizar qualquer abertura para o diferente. Convertem-se, portanto, em “verdades”, mesmo quando estão claramente equivocadas:

Historicamente, os meios de comunicação americanos, e talvez os ocidentais de maneira geral, têm sido extensões sensoriais do contexto cultural predominante. Os árabes são apenas um leve exemplo recente dos Outros que tem incorrido na ira do severo Homem Branco [...].

Os árabes só entendem a força; a brutalidade e a violência fazem parte da civilização árabe; o islamismo é uma religião intolerante, segregacionista, “medieval”, fanática,

cruel, contra as mulheres. O contexto, o quadro, o arcabouço de qualquer discussão era delimitado, na verdade petrificado, por tais ideias (SAID, 2011, p. 451-452).

Durante décadas, desenrolou-se uma guerra cultural contra os árabes e o islamismo nos Estados Unidos: caricaturas racistas assustadoras de árabes e muçulmanos dão a entender que são todos terroristas ou xeques, e que a região é uma grande favela árida, só prestando para a guerra ou o lucro. [...] Uma inundação de livros triviais de jornalistas invadiu o mercado e popularizou uma série de estereótipos desumanizadores, todos mostrando os árabes basicamente como uma ou outra variante de Saddam (SAID, 2011, p. 459).

Esse mesmo tipo de abordagem – limitada e injusta – também foi observada nesta pesquisa. No *corpus* analisado, apenas alguns pontos de vistas mostraram-se “possíveis” e “permitidos”. Ao manterem-se permanentemente comprometidos com seus vínculos comerciais, os veículos produziram matérias bastante repetitivas, homogêneas, previsíveis. Recorriam sempre às mesmas fontes, cujas declarações também eram frequentemente as mesmas. Muitos textos citavam um único entrevistado ou apenas reproduziam informações de comunicados oficiais e notas à imprensa. Nas ocasiões em que mais pessoas eram ouvidas, a abordagem permanecia praticamente igual: muitos textos apresentavam vozes diversas, mas não plurais. De forma geral, os entrevistados apenas reforçavam a única perspectiva concebida como “verdadeira” e “legítima”. Como bem coloca a pesquisadora Márcia Benetti, muitos textos podem apresentar diferentes locutores, mas permanecer monofônicos:

Não há como reconhecer pluralidade e diversidade, no jornalismo, sem que se identifique um discurso efetivamente polifônico. Sem polifonia, no sentido da perspectiva de [Oswald] Ducrot (1987), estamos diante de um discurso apenas falsamente plural. [...]

Podemos pensar no exemplo de uma reportagem que ouça, digamos, quatro fontes. Em princípio, teríamos cinco locutores: o jornalista e as fontes. Aparentemente, é um texto polifônico. No entanto, é preciso, depois de identificar os locutores, ir às perspectivas de enunciação. Se todas as quatro fontes enunciarem sob a mesma perspectiva, filiadas aos mesmos interesses e inscritas na mesma posição de sujeito, apenas complementando-se umas às outras, podemos dizer que configuram um único enunciador. Se, além disso, o jornalista se posicionar ao lado dessas fontes, então também ele está regido pelo mesmo enunciador. Teríamos, assim, um texto aparentemente polifônico, pois claramente constituído por cinco vozes diferentes, que, na verdade, é monofônico, pois é constituído por um único enunciador. [...]

Somente a pluralidade de perspectivas de enunciação pode configurar o jornalismo como um campo plural e representativo da diversidade social. Muitos locutores não significam, necessariamente, muitos enunciadores. Por trás de aparentes polifonias, muitas vezes escondem-se textos essencialmente monofônicos (BENETTI, 2006, p. 8-9).

O exemplo hipotético de reportagem que ela apresenta se aplica à maior parte das matérias do *corpus* desta pesquisa. Ao discorrer sobre as possíveis contribuições da Análise do Discurso ao jornalismo, Benetti aponta que sua aplicação pode revelar os mecanismos de

funcionamento do discurso jornalístico, “desmitificando a ideia de que um texto com muitas fontes é, naturalmente, plural” (BENETTI, 2006, p. 9). Pode-se dizer que o presente estudo – apesar de não empregar o mesmo método – também demonstrou que variedade de vozes não significa variedade de perspectivas.

Para além de reforçar a todo momento os mesmos argumentos – o que expressa uma abordagem bastante tendenciosa –, as matérias tampouco ofereciam uma adequada compreensão dos acontecimentos em curso. As informações divulgadas eram muitas vezes inconsistentes e contraditórias, provocando mais confusão do que esclarecimento entre os leitores. Nas ocasiões em que supostamente apresentavam o “outro lado”, reproduzindo duas declarações discrepantes, as matérias, em geral, não forneciam dados que indicassem qual delas seria mais condizente com os fatos.

O pesquisador Leão Serva apontou os problemas decorrentes desse tipo de comportamento da imprensa no artigo “O ‘jornalismo Rashomon’ e o esgotamento do outro lado” (2017). Rashomon é o nome de um conto do escritor japonês Ryūnosuke Akutagawa (1892-1927), que foi adaptado para o cinema pelo famoso diretor Akira Kurosawa (1910-1998). A história se passa no século XI, em Quioto, antiga capital do Japão. Alguns personagens, reunidos ao acaso para se proteger de uma chuva incessante sob o pórtico Rashomon, relatam diferentes versões de um misterioso assassinato. O desfecho da narrativa, entretanto, mostra-se um pouco frustrante:

A história é contada por diferentes relatos de pessoas envolvidas, diretamente ou não, no episódio. São sete versões narradas sucessivamente [...]. O espectador chega ao fim da sessão com sete narrativas sobre um mesmo ocorrido, todas divergentes. Não há consenso, nenhuma síntese possível, nem uma estatística que aponte a predominância de uma versão sobre outra. Tampouco se pode atribuir mais credibilidade às testemunhas oculares ou aos depoimentos de segunda mão: todos são divergentes (SERVA, 2017, p. 98-99).

Com o sucesso do filme, a expressão “efeito Rashomon” passou a ser utilizada para referir-se a situações em que interpretações opostas de um mesmo fato impedem que se conheça o que realmente ocorreu. A partir dessa ideia, Serva expõe as fragilidades do que ele denominou como “Jornalismo Rashomon”:

Quem defende o “Jornalismo Rashomon” propõe que diante de um fato disputado, o papel do jornal seja publicar “os dois lados” ou os muitos lados interessados e produzir uma edição que os iguale. Uma edição, como o filme de Kurosawa, deixará no consumidor as mesmas perguntas feitas pelos produtores japoneses ao analisar o projeto, que são dúvidas básicas como: “Do que se trata?”, “Quem é o culpado?” (SERVA, 2017, p. 106).

As duas coberturas estudadas, conforme foi possível constatar, não eram apenas parciais, mas também imprecisas e ambíguas – muitas perguntas ficavam sem respostas. Outra estudiosa do Jornalismo, Sílvia Meirelles Leite, também atenta para as deficiências de práticas profissionais que se restringem a reproduzir declarações:

O jornalismo meramente declaratório pode ser dócil e servil [...]. Além disso, também é um jornalismo preguiçoso e apressado. Quando o jornalista limita a notícia à declaração, consegue publicar mais rápido. Para ir além da declaração, é preciso contextualizá-la, construindo relações com outros dados e outras declarações, o que é mais trabalhoso e exige conhecimento sobre o tema e a figura pública (LEITE, 2021).

Diversos fatores podem explicar esse e outros problemas identificados no *corpus* selecionado. A seguir, discorro sobre aqueles que considero mais pertinentes para o presente estudo e que, como veremos, também se aplicam ao contexto de outras coberturas. A partir dos casos analisados aqui, também será possível fazer reflexões mais amplas sobre a *práxis* jornalística como um todo.

### Fatores econômicos

*É normal que todas as grandes empresas empreendam esforços sérios no sentido de influenciar as notícias, a fim de evitar qualquer coisa que possa prejudicar a sua imagem e também para maximizar a simpatia da opinião pública e conseguir políticas governamentais favoráveis. Agora, a elas pertencem os meios de comunicação que desejavam influenciar.*

Ben H. Bagdikian<sup>802</sup>

Como sabemos, as empresas jornalísticas contemporâneas são majoritariamente financiadas pela publicidade que veiculam. Com raras exceções, a sobrevivência da maior parte delas depende de sua capacidade de manter anunciantes. Por mais que jornais, revistas e portais de notícias proclamem reiteradamente sua independência editorial, na prática, as coberturas sobre os mais diversos temas são fortemente determinadas pelos poderes econômicos e políticos vigentes. Escolhas editoriais são, com frequência, influenciadas pelos agentes que ocupam posições de destaque em diferentes campos sociais e que, justamente por isso, estão empenhados na manutenção do *status quo*.

---

<sup>802</sup> Do livro *O monopólio da mídia* (BAGDIKIAN, 1993, p. 47 *apud* MARSHALL, 2003, p. 112).

Esta pesquisa explicitou o quanto tais influências podem comprometer uma apuração criteriosa, equilibrada e plural – e, conseqüentemente, inviabilizar a execução de uma cobertura de qualidade e em consonância com os interesses públicos. Foram escassas as tentativas de apresentar perspectivas não hegemônicas. O atual modelo de negócios do jornalismo, portanto, se por um lado é eficiente no sentido de possibilitar seu funcionamento, por outro é insatisfatório ao minar a autonomia dos profissionais que atuam nas redações. É fato que, com a consolidação da internet e todas as novas mídias que a rede possibilita, o financiamento via publicidade entrou em crise. Diversos pesquisadores têm apontado para a urgência de encontrarmos uma nova via. Por outro lado, esse modelo – que se consolidou e teve seu auge no século XX – segue vigente e ainda é predominante.

No livro *Jornalismo e Verdade: para uma ética da informação* (1999), o teórico suíço Daniel Cornu descreve diversos fatores que podem afetar a autonomia dos jornalistas. O alto custo de financiamento das empresas midiáticas, segundo o autor, seria um dos principais entraves à sua liberdade editorial, uma vez que os torna dependentes de anunciantes:

A prática jornalística está, nas suas relações com a publicidade, semeada de armadilhas. A informação, lá onde ela não é um serviço do Estado, onde não é suportada por subsídios públicos ou privados, é um produto de preço proibitivo, logo reservado a um pequeno número, se não for acompanhada de publicidade. O dinheiro é o nervo da guerra; a publicidade é, nos países liberais, o nervo da informação. Daí resulta uma tensão permanente e inevitável entre estes dois fluxos tratados pela empresa mediática. O jornalista, como indivíduo, não foge a esta tensão. Ela é desagradável quando anunciantes importantes, desejosos de ver publicar uma informação ou, pelo contrário, de a ocultar, avançam o argumento do seu peso sobre os recursos dos *media* [...].

Tratando-se do aspecto propriamente deontológico, que concerne os jornalistas, a relação problemática entre o trabalho redatorial e a atividade publicitária tornou-se ainda mais complexo com o desenvolvimento do patrocínio (ou *sponsoring*), que tende a confundir as fronteiras traçadas entre os dois domínios (CORNU, 1999, p. 64).

Como ficou claro, a extensa cobertura da *Folha de S. Paulo* sobre o rodeio de Barretos mostrou-se subserviente aos interesses dos organizadores do evento. Sobretudo nos anos em que o jornal produziu cadernos ou páginas especiais, o conteúdo veiculado tinha frequentemente um caráter mais promocional do que propriamente jornalístico. Talvez, nesses casos, estabeleceu-se uma “relação problemática” de patrocínio, como a que aponta Cornu. A prática da “publi-reportagem” também é destacada pelo autor como propulsora de um “círculo vicioso”, cujos “efeitos perniciosos aumentaram quando alguns anunciantes se aperceberam que podiam tentar jogar com a confusão, colonizar a própria parte redatorial” (CORNU, 1999, p. 64). O teórico observa que, no que concerne aos poderes políticos, “a história da imprensa é

rica em episódios que manifestam a capacidade de resistência dos jornais e dos jornalistas” (CORNU, 1999, p. 66). Em compensação, “as pressões exercidas pelo poder econômico parecem mais fortes do que nunca. [...] Será o dinheiro suficiente para criar uma casta de intocáveis, mesmo quando se trata de fatos ou talvez somente de conjecturas que relevam do direito do público à informação?” (CORNU, 1999, p. 66).

Outro pesquisador, Leandro Marshall, afirma igualmente, em seu livro *O jornalismo na era da publicidade* (2003)<sup>803</sup>, que “a necessidade primeira da imprensa em auferir lucros, audiências e publicidade faz com que o jornalismo hoje seja preferencialmente condicionado a tratar tudo de maneira que atraia o capital [...]” (MARSHALL, 2003, p. 93). Segundo o autor, “o jornalismo que depende da publicidade para sobreviver acaba necessariamente se curvando à ética do capital” (MARSHALL, 2003, p. 111). Nesse sentido, a mídia hegemônica tende a ser moldada para agradar aos poderes econômicos:

O jornal pós-moderno [...] surge como um produto essencialmente comercial. [...] Mais do que captadoras de informação, as empresas são captadoras de receitas. E submetem a linha editorial a essa imposição. [...] As empresas anunciantes são forças econômicas decisivas na determinação da natureza, da qualidade e do conteúdo do produto jornalístico (MARSHALL, 2003, p. 111).

Sabemos que esse não é necessariamente o padrão de todo e qualquer tipo de cobertura e tampouco de todos os veículos.<sup>804</sup> Os dois casos analisados aqui, entretanto, estavam visivelmente voltados aos interesses de determinados grupos econômicos. A *Folha de S. Paulo* acompanhou cada edição do rodeio de Barretos de forma ampla e sistemática, produzindo inclusive um material comemorativo do aniversário de 60 anos da Festa do Peão. Esse tipo de conduta é uma estratégia comum da mídia contemporânea e tem como objetivo angariar volumes ainda maiores de verba publicitária, conforme descreve Marshall:

A imprensa de massa pós-moderna passou a criar, a partir do final do século XX, uma série de produtos comerciais, como cadernos, encartes ou edições especiais, com o objetivo específico de atrair novas e mais densas verbas publicitárias e escoar a demanda do mercado. Embora sejam extensões do corpo jornalístico, esses produtos

<sup>803</sup> O livro é resultado de sua dissertação de mestrado, defendida em 2000 na Universidade Metodista de São Paulo.

<sup>804</sup> A difusão cada vez mais extensa e democrática da internet tem possibilitado o surgimento de novas experiências, mais autônomas e independentes editorialmente. São uma minoria, portanto, pouco representativas do campo jornalístico como um todo. Apesar de alcançarem um público bastante restrito, esses novos formatos – que se viabilizam com o patrocínio de “mecenass” da imprensa, com o financiamento coletivo, com verbas de editais públicos, entre outras (poucas) alternativas à publicidade – permitem abordar temas que frequentemente não encontram espaço na imprensa hegemônica. Tais casos, entretanto, ainda são a “exceção à regra”. É importante registrar que existem, mas o jornalismo contemporâneo segue dominado pelas grandes corporações.

nascem com o estigma de ser, em essência, obras feitas sob medida para os investimentos publicitários. [...]

O setor comercial ou mesmo a diretoria-geral das redações jornalísticas, acaba condicionando ou induzindo a linha editorial do jornal, imputando-lhe, muitas vezes, um caráter ostensiva ou veladamente comercial. Os veículos de informação são “coagidos” ou “constrangidos” a se render à ética do capital e do capitalismo. [...]

Todas as unidades de informação trazem as marcas de uma publicação motivada prioritariamente por interesses privados e não pelos interesses da sociedade. Esses veículos de informação colocam os seus interesses como empresa acima dos interesses dos leitores. Toda e qualquer notícia produzida leva a cicatriz dessa mentalidade empresarial (MARSHALL, 2003, p. 128-129).

Nesse cenário que o autor apresenta, o jornalismo “ideal”, orientado primordialmente aos interesses públicos, mostra-se bastante distante da realidade concreta. O caráter comercial da imprensa contemporânea, como está claro, induz à precarização do conteúdo noticioso, uma vez que jornalistas e leitores ficam à mercê dos anseios das fontes de financiamento. Apesar de ocuparem papéis centrais de produtores e receptores de informação, quem detém plena soberania no fluxo comunicacional é o anunciante – “pela simples decisão comercial de entregar seus anúncios ao jornal, estação transmissora ou revista” (BAGDIKIAN, 1993, p. 272 *apud* MARSHALL, 2003, p. 112). Os interesses e necessidades da comunidade, portanto, tendem a ser preteridos.

Como esse modelo de financiamento das empresas de mídia é preponderante, “todo o processo da informação [...] se submete ao jogo de interesses que envolve o ‘negócio’ jornalístico” (MARSHALL, 2003, p. 116). Quando os envolvidos são animais – provavelmente os mais marginalizados entre os grupos marginalizados – torna-se ainda mais “fácil” submeter “o jornalismo a operar na mesma lógica [do capital] e [...] relativizar seu compromisso com a verdade e com o interesse público” (MARSHALL, 2003, p. 115). A influência dos anunciantes não atua apenas de forma direta e explícita nas atividades de repórteres e editores. “[A publicidade] mexe e altera, inclusive, a linha editorial dos veículos e afeta a mentalidade dos produtores da informação” (MARSHALL, 2003, p. 120). O direcionamento das notícias, portanto, também tem por objetivo não criar obstáculos para o sucesso de determinado empreendimento:

De forma velada ou não, fica implícito para o jornalista que executa a pauta a intenção da empresa com o tema a ser tratado. Nesses casos, a autocensura dos jornalistas funciona como catalizador desse processo de natureza antijornalística. [...] Apenas as “partes” interessadas percebem a “maquinação” por trás da informação. O leitor comum, leigo nos meandros do processo, absorve a informação sem desconfiança (MARSHALL, 2003, p. 126).

Na cobertura sobre as exportações de gado vivo, como vimos, as matérias procuravam sobretudo não prejudicar os interesses empresariais, omitindo ou deturpando informações que poderiam desagradar aos “patrões”. Por isso eram tão frequentes os textos que apresentavam uma só fonte de informação ou resumiam-se a reproduzir *releases* e notas à imprensa. Sobre esse aspecto, Marshall (2003, p. 116) observa:

*A releasmania é um fenômeno marcante da imprensa contemporânea. A ideologia do neoliberalismo e do laissez-faire ajuda a transformar as páginas dos jornais em vitrines comerciais, recheadas por releases. A invasão desses textos híbridos é devida em grande parte aos custos empresariais das empresas jornalísticas e à dinâmica do próprio newsmaking, que exigem redações enxutas e uma produção otimizada com poucos ônus e recursos.*

O autor também aponta que, “na maioria das vezes, o *release* é publicado na íntegra, como se fosse uma notícia elaborada pelo próprio jornal” (MARSHALL, 2003, p. 124). No caso da cobertura sobre o embarque de bois vivos pelo Porto de Santos, essa prática era recorrente. Pode-se supor que os jornalistas haviam internalizado a ideologia das empresas, como também eram submetidos a uma rotina produtiva que não lhes permitia ir além – sobre tais condições de trabalho, abordarei mais à frente.

No caso específico das editoriais de Economia ou similares – na qual foram publicadas a maioria das matérias sobre exportação de animais vivos –, Marshall destaca que elas estão ainda mais sujeitas a atender aos interesses dos anunciantes: “Em vez de desempenhar o papel jornalístico de informar, as editoriais tornam-se esteio para a consecução das ‘necessidades’ econômicas do jornal” (MARSHALL, 2003, p. 130). Dentro das redações, repórteres e editores que atuam na área são frequentemente incumbidos de produzir pautas ou mesmo criar projetos específicos sob demanda do departamento comercial:

*A editoria econômica torna-se um espaço privilegiado em que a empresa jornalística pode desenvolver uma política de ‘cordialidade’ com seus próprios anunciantes, priorizando e favorecendo, muitas vezes, as informações daquelas atividades, segmentos ou negócios que mais possam auferir vantagens econômicas (MARSHALL, 2003, p. 130-131).*

O *modus operandi* que esta pesquisa permitiu averiguar, portanto, não é exclusivo das coberturas que envolvem outras espécies. São abundantes os casos em que veículos jornalísticos se associaram a determinado setor da economia, estabelecendo acordos – tácitos ou não – de patrocínio, via publicidade, de cadernos ou eventos específicos, em troca de uma cobertura favorável aos interesses dos anunciantes.

Uma pesquisa acadêmica sobre o caderno especial “Seminários Folha Saúde”, também da *Folha de S. Paulo*, revelou que o tema saúde era apresentado quase sempre “como mercadoria, não como direito (indicando um crescente consumo da saúde)” e que, apesar da diversidade de fontes entrevistadas, houve “uma predominância de vozes da iniciativa privada” (MACHADO, 2014, p. 16). Por outro lado, o Sistema Único de Saúde (SUS) era, na maioria das vezes, associado a palavras negativas, tais como: “ruim”, “mas”, “deficiência”, “improviso”, “controverso”, “ineficiente”, “falta”, “entraves”, “problema”, “não funciona”.

A pesquisadora, Izamara Bastos Machado, também observou que o caderno em questão estava repleto de anúncios do setor privado, os quais, lado a lado do conteúdo jornalístico, propunham “a solução para os problemas da saúde brasileira”:

Os discursos publicitários [...] comprimem os debates acerca dos benefícios que um sistema público de saúde possa vir a ter. Há um nítido investimento da saúde privada na propagação do sentido de “uma saúde melhor que a pública”. A concorrência discursiva que se imprime – entre textos jornalísticos e textos publicitários – apresenta uma arena de enfrentamentos que conduz o leitor a considerar que o que realmente funciona no Brasil é a saúde privada (MACHADO, 2014, p. 12-13).

O mais problemático desse tipo de abordagem é que, na maioria das vezes, essas são as únicas informações a que o público tem acesso sobre o tema em pauta. No caso da Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos, somente a *Folha*, entre os veículos de circulação nacional, cobriu sistematicamente o evento ao longo das últimas décadas. Conseqüentemente, o jornal é responsável por sedimentar um “senso comum” sobre *o que é o rodeio*, suscitando percepções e sensações relacionadas ao tema. Sua abordagem bastante favorável à atividade, sempre ressaltando aspectos “culturais” e “tradicionais”, alia-se ao forte apelo da cultura estética tão característica dos rodeios. Cria-se, assim, uma atmosfera propícia a suscitar em muitos um certo fascínio e vontade de pertencimento. Todo esse contexto, inclusive, talvez explique por que a repórter da *piauí* também conduziu sua apuração a partir da mesma perspectiva da *Folha*. Apesar de dispor de condições de trabalho muito vantajosas, o “senso comum” de que a jornalista dispunha restringiu consideravelmente seu olhar para a questão.

Em um ensaio sobre o jornalismo, o teórico italiano Antonio Gramsci refere-se ao “senso comum” como constituidor de visões de mundo:

Cada camada social tem seu “senso comum” e seu “bom senso”, que são, no fundo, a concepção da vida e do homem mais difundida. Cada corrente filosófica deixa uma sedimentação de “senso comum”: é este o documento de sua efetividade histórica. O senso comum não é algo rígido e imóvel; ele se transforma continuamente, enriquecendo-se com noções científicas e com opiniões filosóficas que penetraram no

costume. [...] O senso comum cria o futuro folclore, isto é, uma fase relativamente enrijecida dos conhecimentos populares de uma certa época e lugar (GRAMSCI, 1989, p. 178).

A partir do conceito de hegemonia desse autor, outro teórico da cultura, o britânico Raymond Williams, discorre sobre a quase impossibilidade de esquivar-se das ideias dominantes, mesmo quando se leva em conta que estas não são absolutas e muito menos estáticas:

Em qualquer sociedade e em qualquer período específicos há um sistema central de práticas, significados e valores que podemos chamar apropriadamente de dominante e eficaz. [...] O que tenho em mente é o sistema central, efetivo e dominante de significados e valores que não são meramente abstratos, mas que são organizados e vividos. É por isso que a hegemonia não pode ser entendida no plano da mera opinião ou manipulação. Trata-se de todo um conjunto de práticas e expectativas; o investimento de nossas energias, a nossa compreensão corriqueira da natureza do homem e do seu mundo. Falo de um conjunto de significados e valores que, do modo como são experimentados enquanto práticas, aparecem confirmando-se mutuamente. A hegemonia constitui, então, um sentido de realidade para a maioria das pessoas em uma sociedade, um sentido absoluto por se tratar de uma realidade vivida além da qual se torna muito difícil para a maioria dos membros da sociedade mover-se, e que abrange muitas áreas de suas vidas (WILLIAMS, 2011, p. 53).

Nesse contexto, os meios de comunicação, ao “difundir uma concepção integral do mundo [...]” (GRAMSCI, 1989, p. 201), são um espaço estratégico para o estabelecimento e manutenção da ordem vigente. A hegemonia descrita por Williams e Gramsci é ditada, sobretudo, pelo poder econômico. Quando interesses comerciais estão em jogo, grupos marginalizados são preteridos no tratamento jornalístico sobre os mais diversos temas. Dar voz aos subalternos significaria “desestabilizar” o sistema, “abalar” um conjunto de valores fortemente sedimentados. Os esforços para preservar o *status quo*, portanto, são constantes e ininterruptos – e as práticas jornalísticas encontram-se no cerne de tais esforços.

Um estudo recente revelou a “omissão e conivência da mídia brasileira” na cobertura do rompimento da barragem de rejeitos de minério em Mariana (MG). Os autores analisaram notícias veiculadas em quatro jornais impressos diários, duas emissoras de televisão, duas emissoras de rádio e três sites jornalísticos.<sup>805</sup> Constataram que praticamente todos os veículos abordaram o tema de forma a não prejudicar a imagem e os interesses das empresas responsáveis pelo crime ambiental. Tanto nos momentos subsequentes ao rompimento da barragem, em novembro de 2015, quanto durante seus desdobramentos no decorrer dos meses

---

<sup>805</sup> Os jornais avaliados: *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *Estado de Minas* e *Hoje em Dia*. As emissoras de televisão e rádio: *Rede Globo*, *Rede Record*, *CBN*, *BandNews*. Os sites: *CGN*, *Conversa Afiada* e *O Cafezinho*.

e anos seguintes, a cobertura foi superficial, limitada e tendenciosa, indicando “um propósito quase deliberado de confundir a opinião pública, transformando um crime ambiental em ‘acidente’, ‘desastre’ ou mesmo ‘tragédia’” (CARRATO; DINIZ; ELÍSIO, 2018, p. 153). Seguem algumas das conclusões dos pesquisadores:

A [...] pesquisa [...] aponta para o fato de que a mídia tradicional brasileira tem sido conivente com a espoliação dos recursos minerais no país e com toda a cadeia de destruição por ela provocada (CARRATO; DINIZ; ELÍSIO, 2018, p. 153).

Superado o impacto inicial, desde as primeiras horas após o rompimento da barragem de Fundão, a mídia buscou minimizar a responsabilidade da Samarco, além de ocultar a participação de suas controladoras, a Vale e a BHP Billiton, no episódio. [...] Antes mesmo de que o rompimento tivesse qualquer explicação técnica, [...] esses jornais, [...] emissoras de rádio e TV passaram a tratá-lo como “acidente”, “desastre” ou “tragédia”. Tais veículos assim se mantiveram mesmo depois que laudos indicaram que a barragem de rejeitos estava com sua capacidade muito acima do aceitável, tinha problemas técnicos, o que demonstrava total descaso da Samarco para com essas condições (CARRATO; DINIZ; ELÍSIO, 2018, p. 156).

Desde o início, os interesses das mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton falaram mais alto e os interesses da cidadania foram silenciados. Apesar das evidências de que o rompimento aconteceu em função de negligência dessas empresas, os mais de 600 moradores de Bento Rodrigues não tiveram, até o momento, seus direitos reconhecidos, nem as famílias das 19 pessoas mortas foram indenizadas. [...] Os oito veículos pesquisados jogaram o jogo dos grandes grupos empresariais e dos interesses políticos [...]. A suspensão do processo contra as mineradoras por parte da Justiça aumentou a chance de elas e de seus responsáveis saírem ilesos. Transformar um crime em acidente, desastre ou tragédia, como fez a mídia, contribui para a falta de punição. Ao confundir a opinião pública e procurar desmobilizar os próprios atingidos, os veículos pesquisados acabaram criando versões e divisões que interessam apenas aos detentores do capital, no caso, às mineradoras e aos seus parceiros. [...] (CARRATO; DINIZ; ELÍSIO, 2018, p. 161).

O trabalho também demonstrou que a imprensa brasileira rapidamente abandonou o tema, deixando de reportar o enorme impacto que o acontecimento provocou no meio ambiente e na vida das comunidades atingidas:

[...] Nos últimos 10 meses, [...] suas consequências praticamente desapareceram da mídia tradicional pesquisada, num indício da falta de importância que jornais, emissoras de rádio e televisão passaram a conferir ao assunto. Esse desaparecimento ou silenciamento é uma das principais armas de que tem se valido a mídia tradicional no Brasil para jogar no esquecimento episódios que, por razões diversas, são considerados inconvenientes (CARRATO; DINIZ; ELÍSIO, 2018, p. 153).

Tal constatação é muito similar à que verifiquei na cobertura sobre o caso do Porto de Santos: poucos meses após as disputas entre ativistas e governo federal, o assunto deixou de estar presente nas páginas de todos os 17 veículos analisados. Ambas as coberturas se assemelharam ainda em outros aspectos: assim como os desdobramentos das ações judiciais

que visavam proibir as exportações de animais vivos foram praticamente ignorados pela imprensa, a suspensão do processo contra as mineradoras responsáveis pelo rompimento da barragem também recebeu pouquíssima atenção dos jornalistas:

[...] Nenhuma empresa ou qualquer de seus funcionários foi responsabilizado. O processo contra as mineradoras Samarco, Vale, BHP Billiton e a empresa de consultoria VogBr foi suspenso por decisão do juiz federal Jacques de Queiroz Ferreira, da cidade de Ponte Nova (MG). [...] O assunto mereceu apenas breves registros em um ou outro veículo de comunicação [...]. Em que pese a existência de provas mais do que suficientes para as mineradoras serem responsabilizadas, o referido juiz entendeu que a alegação da defesa, quanto a usar conversas telefônicas gravadas fora do período determinado pela Justiça, procedia (CARRATO; DINIZ; ELÍSIO, 2018, p. 152).

Outro “comportamento padrão” observado nos dois casos refere-se ao tratamento que os veículos davam às empresas do setor antes da ocorrência dos acontecimentos em questão. As primeiras matérias sobre o início das exportações pelo Porto de Santos tinham um tom quase de celebração dessa suposta “conquista”. No caso das mineradoras, os veículos estudados estavam igualmente empenhados em promover os “benefícios” do setor, chegando inclusive a conceder prêmios à Samarco pela “eficiência” de suas operações:

Dedicada à economia e aos negócios, [a revista *Exame*] é patrocinadora de um prêmio anual para empresas denominado “As maiores e melhores”. A Samarco foi eleita pela revista *Exame* por cinco vezes – três vezes consecutivas nos anos que antecederam o rompimento da barragem de Fundão – a melhor mineradora do Brasil. O prêmio sempre destacou a “total segurança com que a mineradora operava” (CARRATO; DINIZ; ELÍSIO, 2018, p. 154-155).

Observa-se, assim, o quanto esse modelo de negócios mostra-se falho se considerarmos os princípios da “verdade”, “equilíbrio”, “pluralidade”, “objetividade”, “transparência”. No artigo “O monopólio da mídia na construção de consensos sociais”, o pesquisador Dênis de Moraes ressalta que a incompatibilidade entre interesses públicos e privados quase sempre afasta o jornalismo de sua responsabilidade de bem informar:

Parte considerável dos conteúdos produzidos nos chega submetidos a mecanismos de filtragem ideológica que os distanciam do compromisso ético com a informação veraz e o respeito à diversidade. Confundem-se interesses empresariais e políticos com o que seria, supostamente, a função de informar e entreter (MORAES, 2015, p. 519).

Por mais que determinadas demandas da audiência sejam identificadas e incorporadas às programações midiáticas, são os grupos privados que detêm o poder de determinar o que a sociedade pode ler, ouvir e ver, que enfoques e ênfases devem ser adotadas, quais são os atores sociais que merecem estar nas pautas informativas. A meta

precípua é seguir modelando comportamentos e consciências, bem como influenciando agendas públicas e privadas. [...]

Na essência, as políticas de programação almejam a maximização dos lucros, dentro das conveniências das fontes controladoras de emissão. Por conseguinte, a distribuição das ofertas simbólicas geralmente vincula as diferenças socioculturais aos interesses comerciais e se inscreve mais na órbita das exigências mercadológicas do que propriamente nas variedades qualitativas ou em usufrutos equânimes de conhecimentos e informações (MORAES, 2015, p. 524).

Em *Sobre a televisão* (1997), o sociólogo Pierre Bourdieu afirma que “o grau de autonomia de um órgão de difusão mede-se, sem dúvida, pela parte de suas receitas que provém da publicidade e da ajuda do Estado (sob forma de publicidade ou de subvenções) e também pelo grau de concentração dos anunciantes” (BOURDIEU, 1997, p. 102-103). Mesmo que veículos jornalísticos tenham como anunciantes empresas dos mais diversos setores da economia, poucas marcas são responsáveis pelos maiores volumes de oferta regular de verbas publicitárias. Entre os grupos que se mostram “imprescindíveis” para garantir o funcionamento das redações, certamente estão as mineradoras e o agronegócio.

Quando o financiamento privado é muito superior a outras fontes de renda – como a que provém de assinaturas e vendas avulsas, por exemplo –, os “operários” da imprensa irão inevitavelmente adaptar seu *modus operandi* de forma a atender aos interesses do poder econômico, mesmo que isso comprometa os mais nobres objetivos da profissão. Para além de ser uma questão de “sobrevivência”, esse comportamento também é resultando de uma confluência de valores e visões de mundo – o que não é um problema exclusivo do jornalismo, mas sim inerente às sociedades capitalistas, cuja lógica de funcionamento acaba por prejudicar a própria razão de ser de diversos campos profissionais.

Em 1910, quando os assinantes ainda representavam boa parte das receitas de jornais e revistas, o sociólogo estadunidense Edward Ross (1866-1951) publicou o ensaio “A supressão das notícias importantes”, alertando para as fragilidades do novo modelo de negócios que naquela altura começava a se estabelecer: o financiamento via publicidade. Para Ross (2008, p. 92), a imprensa de seu tempo estaria “suprimindo constantemente notícias importantes, como consequência de sua comercialização e de sua frequente submissão a interesses externos”:

A difusão das notícias e da publicidade são duas funções essencialmente diferentes que, por razões de conveniência, são realizadas pela mesma organização. A primeira exige boa-fé; a segunda, não. A primeira é a pedra angular da liberdade e da democracia; a segunda é uma conveniência comercial. Note bem: proporcionar publicidade está se convertendo na principal preocupação do jornal e ameaça deixar na sombra a comunicação de notícias e opiniões. [...] Se “o que paga manda”, quando as colunas de notícias e páginas editoriais são um mero elemento na venda rentável da publicidade mercantil, resulta ser “prático” permitir que os anunciantes censurem aquelas (ROSS, 2008, p. 90).

O autor descreve diversas situações em que interesses econômicos se sobrepuseram ao interesse público. Chamava-lhe a atenção especialmente a constatação de que “durante as disputas trabalhistas os fatos são habitualmente distorcidos em prejuízo dos trabalhadores” (ROSS, 2008, p. 92). A seguir, três dos vários exemplos que ele apresenta:

Os jornais estavam dispostos a tratar favoravelmente uma greve justificada dos metroviários. Sem mais nem menos mudaram de ideia e unanimemente passaram a tratar os grevistas com hostilidade. A investigação demonstrou que os grandes comerciantes tinham ameaçado retirar os anúncios a menos que os jornais mudassem de atitude (ROSS, 2008, p. 94).

Durante a luta dos condutores de carroças fúnebres por uma semana de seis dias, alguns grandes jornais se prestaram a um esforço conjunto com os responsáveis pelos estábulos de aluguel de cavalos para ganhar a simpatia do público fazendo com que os grevistas aparecessem como se estivessem prejudicando a realização dos funerais. Um jornal, [...] abaixo do título enganoso: “Condutores impedem dois funerais”, [...] [se] seguia uma solene questão: “Pode um ser humano dirigir-se em paz ao seu último descanso?” (ROSS, 2008, p. 94-95).

A atitude com que muitos jornais servem como porta-vozes dos poderes financeiros apareceu com muita clareza durante a recente depressão industrial. [...] No começo da depressão os jornais estavam cheios de notícias sobre a reabertura das siderúrgicas e a revitalização dos negócios, tudo sem fundamento. [...] O número e o sofrimento dos desempregados foram implacavelmente escondidos do público leitor. Um grande comício de homens sem trabalho foi apresentado como “anarquista” ou como tendo sido “instigado pelos socialistas com fins políticos” (ROSS, 2008, p. 95-96).

Hoje, mais de um século depois de Ross fazer esse “alerta”, esse tipo de cobertura segue bastante frequente – provavelmente é mais a norma do que a exceção. O autor afirma, logo no início de seu artigo, que havia “uma falta tremenda, irrecusável, que deve ser imputada contra o modo como o jornal está evoluindo e essa diz respeito, concretamente, a como *não publica as notícias*” (ROSS, 2008, p. 94). Ao mesmo tempo, ele também reconhecia que “exigir ao diretor submetido ao anunciante ou ao proprietário que seja mais independente é convidá-lo a abandonar a profissão” (ROSS, 2008, p. 99). Isto é, dentro do modelo de negócios então ascendente, era quase inviável agir de outra forma. Era preciso, portanto, uma alternativa a tal modelo: “O que faz falta é um caminho novo e amplo que deixe fluir a consciência pública” (ROSS, 2008, p. 99).

Ross (2008, p. 99) descreve algumas “brechas” que se abriam para pequenos jornais e revistas veicularem os “fatos silenciados”, mas considerava que tais esforços ainda eram inócuos frente ao poder muito maior da mídia hegemônica: “Mesmo levando em conta tudo isso, a atuação da imprensa diária é um duro golpe que faz a democracia cambalear” (ROSS, 2008, p. 100). Em certo sentido, suas colocações permanecem atuais. Conseguir contornar a

capacidade de influência política e ideológica de quem detém o capital econômico talvez seja um dos maiores desafios das sociedades contemporâneas.

Nos meios de comunicação, esse tipo de interferência não se restringe ao conteúdo jornalístico, podendo se estender até mesmo ao conteúdo publicitário. Alguns anunciantes são considerados muito mais imprescindíveis do que outros, logo, os veículos tendem a evitar quaisquer mensagens que contrariem seus interesses. Diversas entidades de proteção animal relatam a dificuldade de divulgarem seus anúncios na mídia hegemônica. Nesses casos, não importa se as ONGs podem pagar pelo espaço publicitário. Para muitos veículos, o mais importante é garantir a permanência de seus “parceiros” usuais, aqueles que detêm volumosos recursos financeiros e são anunciantes recorrentes, como ficou explícito nesse exemplo relatado por Mathieu Ricard no livro *Em defesa dos animais: direitos da vida* (2017):

Todas as vezes em que Shaun Monson, diretor do documentário *Earthlings*, entrou em contato com canais de televisão para conseguir a transmissão de seu filme, lhe respondiam que suas imagens poderiam chocar crianças e espectadores sensíveis. Em 2009, a PETA – organização mundial mais importante na luta contra maus-tratos de animais – estava disposta a pagar dois milhões de dólares (preço de um minuto de publicidade no dia de Ação de Graças, na final do campeonato de futebol americano) à rede de televisão NBC dos Estados Unidos, para transmitir um comercial relativamente inofensivo, mostrando uma família prestes a comer o peru tradicional da festa. No comercial, um dos progenitores pedia à menina que fizesse a oração de bênção da refeição, e ela então relatava o destino cruel que tinha sofrido o peru até ser morto. As únicas imagens mostravam a família à mesa. O canal recusou-se a transmitir o comercial (RICARD, 2017, p. 48).

Organizações brasileiras se deparam com situações análogas. Em 2011, o *Instituto Nina Rosa* (INR)<sup>806</sup> produziu um anúncio de 30 segundos para veicular na TV aberta. A entidade havia recebido uma doação especialmente para este fim. Teria, então, uma rara oportunidade de dar maior visibilidade à causa animal, uma vez que, usualmente, a ONG não dispunha de recursos para arcar com o valor altíssimo cobrado pelas emissoras. A peça publicitária, que no canal do *Youtube* do instituto recebeu o título “Pense nisso”<sup>807</sup>, mostra um casal sentado em um restaurante examinando o cardápio. O rapaz indaga: “Não tem carne no cardápio?”, ao que a moça responde: “Tem certeza de que você quer comer carne?” Nesse momento, a cena é cortada e são apresentadas imagens de matadouros e frigoríficos, com animais sendo degolados, despelados, mortos, fatiados. Tais excertos duram 12 segundos, ao final dos quais a cena do casal é retomada e o rapaz diz: “Carne... Melhor não.”

<sup>806</sup> O *Instituto Nina Rosa* ganhou notoriedade entre as entidades de defesa animal ao produzir o documentário *A carne é fraca* (2004), reconhecido hoje como um dos maiores propagadores da causa animal no Brasil.

<sup>807</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CFmGb1I2Ox8> Acesso em 23 maio 2021.

Com o vídeo pronto, o instituto entrou em contato com diversas emissoras para começar a veiculá-lo: *SBT*, *Rede Globo*, *MTV*, entre outros canais do grupo *Globo* e algumas emissoras regionais. De todas elas, somente uma concordou em transmitir a peça: a *TV Gazeta*<sup>808</sup>, canal regional da cidade de São Paulo (SP). Entretanto, no dia em que o anúncio iria ao ar pela primeira vez, a *TV Gazeta* mudou de ideia e decidiu não mais veiculá-lo. Devolveram o valor que já havia sido pago e não explicaram qual seria a razão para essa desistência repentina. Entre as emissoras que recusaram desde o início, apenas o representante da *Rede Globo* apresentou uma justificativa, conforme relembra Mônica Buava, atual gerente de campanhas da *Sociedade Vegetariana Brasileira* (SVB), que naquela altura trabalhava no instituto: “Ele foi sincero comigo e disse que não poderia veicular nada contra a indústria da carne, já que ela era seu maior cliente.”<sup>809</sup>

Outro exemplo mais recente, que também ilustra o poder de censura do agronegócio brasileiro: em sua edição de 30 de agosto de 2019, o caderno de gastronomia “Destemperados”, do jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre (RS), abordou a alimentação vegetariana. Na capa, a imagem de um bule de café e um sanduíche era acompanhada da manchete “Sexta sem carne” (Figura 29). Em seu interior, dicas de restaurantes e receitas de pratos vegetarianos, com matérias que se resumiam basicamente a jornalismo de serviço, não se caracterizando de forma alguma como uma defesa da alimentação sem carne.



Figura 29: Capa do caderno “Destemperados”, veiculado na edição de 30 de agosto de 2019 no jornal *Zero Hora* (RS).

<sup>808</sup> Disponível em: <https://www.tvgazeta.com.br> Acesso em 23 maio 2021.

<sup>809</sup> E-mail recebido em 23 maio de 2021 no endereço [danimartinsp@gmail.com](mailto:danimartinsp@gmail.com), enviado por [monica@svb.org.br](mailto:monica@svb.org.br).

Ao longo daquela semana, coincidentemente, estava sendo realizada a “Expointer”, grande feira agropecuária que ocorre anualmente no estado. Ainda que o conteúdo do caderno fosse aparentemente inofensivo, esse acaso incomodou os empresários do setor a tal ponto que, na manhã do mesmo dia, o *Grupo RBS* emitiu a seguinte nota<sup>810</sup>:

### **Grupo RBS esclarece matéria do caderno Destemperados sobre alimentação vegetariana**

O Grupo RBS respeita e valoriza o agronegócio e todas as suas atividades, como a pecuária. Sabe da sua relevância para a economia gaúcha e para os hábitos do público. Nesse contexto, o consumo de carne é um tema recorrente em todos os nossos veículos, plataformas e negócios. Cobrimos o assunto sob diferentes perspectivas, valorizando, com recorrência, sua importância para a economia e a gastronomia do Estado.

A Casa Destemperados tem em sua operação parceiros que oferecem a carne como principal produto, inclusive, oferecendo cursos relacionados a esse tipo de culinária. Na edição desta sexta-feira do caderno Destemperados, encartado em Zero Hora, demos destaque à alimentação sem carne. Lamentamos que a reportagem tenha sido publicada junto à realização da Expointer, evento de grande importância para o setor. Pedimos desculpas pela infeliz coincidência e pelo desconforto que possamos ter causado. Não se tratou de um posicionamento institucional da empresa, apenas parte de sua cobertura editorial, que é plural e aborda todos os lados das temáticas que estão na pauta do nosso público.

Apesar de afirmar ao final que a cobertura do jornal é plural, o conteúdo da nota deixa claro “de que lado” o veículo está. Junto ao texto, o quadro “Leia Mais” apresenta as seguintes sugestões de matérias: “Agricultura e pecuária responsáveis com o ambiente ganham espaço no RS”; “O que pode levar o Brasil a recorde nas exportações de carne”; “Guia do churrasco de calçada: dicas de carne, como calcular e o que levar”.

#### **LEIA MAIS**

Agricultura e pecuária responsáveis com o ambiente ganham espaço no RS



O que pode levar o Brasil a recorde nas exportações de carne



Guia do churrasco de calçada: dicas de carne, como calcular e o que levar



A Casa Destemperados tem em sua operação parceiros que oferecem a carne como principal produto, inclusive, oferecendo cursos relacionados a esse tipo de culinária.

Na edição desta sexta-feira do caderno Destemperados, encartado em Zero Hora, demos destaque à alimentação sem carne. Lamentamos que a reportagem tenha sido publicada junto à realização da Expointer, evento de grande importância para o setor. Pedimos desculpas pela infeliz coincidência e pelo desconforto que possamos ter causado. Não se tratou de um posicionamento

Figura 30: Imagem de trecho da nota de esclarecimento do *Grupo RBS*.

<sup>810</sup> Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/campo-e-lavoura/noticia/2019/08/grupo-rbs-esclarece-materia-do-caderno-destemperados-sobre-alimentacao-vegetariana-cjzy7xpz307ps01qmn7wyt0ue.html> Acesso em 20 maio 2021.

Não bastasse essa manifestação tão explícita em defesa dos pecuaristas, no dia seguinte, a edição do fim de semana publicou a seguinte manchete de capa: “RS dá exemplos de boas práticas no agronegócio” (Figura 31). Logo abaixo, a linha-fina dizia: “Em meio a críticas ao setor primário por queimadas na Amazônia, produção gaúcha que está na vitrine da Expointer evidencia ações de preservação do ambiente, visando à redução de impactos em áreas de pecuária e produção de grãos”. Em seu interior, um caderno especial com o título “Campo & Lavoura” apresentava a imagem de um boi cobrindo toda a primeira página e a chamada “Produção responsável”.



Figura 31: Capa da edição de fim de semana (31/08 – 01/09/2019) do jornal Zero Hora (RS).

Tais situações expressam o desafio que representa enfrentar os interesses do agronegócio, tendo em vista o enorme capital econômico e político que esse setor detém não só no Brasil, mas globalmente. As grandes corporações estão empenhadas em garantir seus dividendos mesmo quando isso significa prejudicar o bem-estar da coletividade. A nutricionista norte-americana Marion Nestle, cujo trabalho apresentei anteriormente, revelou os malefícios para a saúde da população humana quando pesquisas científicas dependem majoritariamente do financiamento privado. O que a autora relata sobre o campo da Nutrição também se aplica ao Jornalismo e a outras atividades teoricamente voltadas ao bem comum. Nestle descreve diversos casos em que os conflitos de interesses eram evidentes. Em um deles, a indústria de alimentos conseguiu autorização da Food and Drug Administration (FDA), nos Estados Unidos, para utilizar a gordura artificial Olestra, comprovadamente nociva à saúde:

Em 1998, escrevi um relato sobre a campanha de quinhentos milhões de dólares da P&G para convencer a FDA a aprovar o Olestra como ingrediente em salgadinhos, apesar das preocupações com saudabilidade, interferência na absorção da vitamina A e eficácia real na perda de peso. [...] Dos pesquisadores que defendiam a segurança e a utilidade do Olestra, 80% haviam sido patrocinados pela P&G ou por outras empresas alimentícias. Dentre os artigos que expressavam dúvidas, porém, 89% foram financiados por grupos não industriais. Todos os estudos de autores que relataram vínculo empregatício ou relação de consultoria com a P&G favoreceram o Olestra (NESTLE, 2019, p. 61).

O ingrediente foi proibido no Reino Unido e no Canadá, mas segue em uso nos Estados Unidos – e também no Brasil. Nestle afirma que entre as maiores financiadoras de pesquisas científicas na área de Nutrição dos Estados Unidos está a Coca-Cola. Uma das investigações revelou que dois acadêmicos – Steven Blair e Gregory Hand – receberam sozinhos cerca de 5 milhão de dólares da empresa em um período de seis anos, de 2008 a 2014 (NESTLE, 2019, p. 134). A Coca-Cola também patrocinava “conferências destinadas a escritores especializados em ciência e saúde” (NESTLE, 2019, p. 139) – isto é, para jornalistas que cobrem o tema –, entre outras estratégias para garantir uma cobertura que lhe fosse sempre favorável:

Em 2012, a vice-presidente e diretora de Ciência e Saúde da Coca-Cola, Rhona Applebaum, [...] anunciou um grande esforço para combater as evidências que ligam os refrigerantes a dietas pobres e a problemas de saúde. A pesquisa financiada, disse ela, foi essencial para rebater a ciência promovida pelos defensores de impostos sobre refrigerantes. A Coca-Cola pretendia treinar jornalistas e atrair cientistas parceiros para conduzir “pesquisas defensivas e ofensivas”. Caso contrário, a indústria ficaria à mercê de “ativistas e jornalistas fanáticos”. [...] Esse esforço foi de fato significativo. Foram identificados 389 artigos publicados em 169 periódicos de 2008 a 2016, ou diretamente financiados pela empresa, ou realizados por pesquisadores com laços financeiros com a companhia. De maneira geral, a conclusão foi de que, no controle do peso, a atividade física é mais efetiva que a dieta; os açúcares e os refrigerantes são inofensivos; as evidências contrárias estão erradas; e as pesquisas bancadas pela indústria são superiores às financiadas por outras fontes (NESTLE, 2019, p. 131-132).

Segundo a autora, os jornalistas tendem a reproduzir acriticamente esses estudos, sem verificar as fontes de financiamento e a possibilidade de seus resultados estarem enviesados. Ela defende que toda notícia divulgando uma nova pesquisa sobre Nutrição deveria sempre informar “quem pagou pelos estudos, os próprios conflitos de interesses e os conflitos dos especialistas citados” (NESTLE, 2019, p. 289). Isso, entretanto, demandaria um esforço extra dos repórteres, o que muitas vezes é impossibilitado por suas rotinas diárias de trabalho.

Nestle discorre extensamente sobre o *lobby* das fabricantes de produtos de origem animal, expondo o quase imbatível poder de interferência da indústria agropecuária na definição

de políticas públicas. A autora – que não é vegetariana nem vegana ou ativista pelos direitos animais<sup>811</sup> – revela fatos que são pertinentes para o presente trabalho:

A carne hoje contém resíduos de antibióticos e hormônios usados para promover o crescimento animal. É processada com sais potencialmente cancerígenos e outros produtos químicos. O método de produção causa danos ambientais. A gordura, especialmente a saturada, é uma preocupação. O Guia Alimentar dos Estados Unidos sugere não mais que 1.020 gramas de carne por semana, ou 145 gramas por dia. Muitos defensores das dietas vegetarianas vão além: acreditam que a carne e, às vezes, os laticínios são tão ruins para a saúde, o ambiente e os animais que ninguém deveria comê-los. Para a indústria de carnes e laticínios, pagar por pesquisas para combater tais pontos de vista é uma estratégia fundamental de marketing, que o Departamento de Agricultura ajuda e estimula por meio de programas genéricos de divulgação, promoção e pesquisa – os *checkoffs*. [...]

A Associação Nacional de Pecuaristas de Bovinos oferece bolsas de pesquisa em parceria com o Conselho de Carne Bovina “para aumentar o potencial de lucro dos produtos de carne bovina”. No início de 2018, a organização solicitou estudos que embasassem “resultados de saúde associados aos aspectos de força física e mental e bem-estar”. A associação buscava demonstrar que a carne bovina melhora a capacidade física, a saúde do coração, reduz a inflamação e preserva a função cognitiva de idosos. O posicionamento da carne como alimento saudável parece ser uma tática nova. Historicamente, a principal preocupação da pesquisa na área tem sido contrapor a noção de que as carnes bovinas, de porco, cordeiro e processadas aumentam o risco de câncer ou de doenças cardíacas (NESTLE, 2019, p. 94-95).

Os cientistas suspeitam que certos componentes da carne naturalmente presentes ou criados durante o cozimento ou o processamento – sais, ferro, nitratos ou nitritos – podem ser carcinogênicos. Com base nisso, a OMS classifica a carne vermelha como “provavelmente carcinogênica para humanos” e as carnes processadas como inequivocamente “carcinogênicas para humanos”. Essas constatações, diz a organização, norteiam as recomendações de saúde pública para limitar o consumo do produto.

Você não gosta dessa conclusão? Então, lance dúvidas sobre a ciência. A Associação Nacional de Pecuaristas Bovinos diz: “a evidência científica disponível simplesmente não sustenta a relação causal entre as carnes vermelhas ou processadas e qualquer tipo de câncer”. Como provas, cita estudos financiados pelo Conselho de Pecuaristas de Bovinos. [...]

Um estudo financiado pelo Instituto Norte-Americano da Carne concluiu que as crianças que comem carnes processadas têm dietas mais saudáveis [...]. A pesquisa financiada pela indústria da carne argumenta que o produto é nutritivo, necessário e seguro. Cientistas independentes, entretanto, recomendam um consumo menor.

Nas dietas norte-americanas, as carnes e os laticínios são as maiores fontes de ácidos graxos saturados. As gorduras do leite – e, portanto, os queijos – podem chegar a 75% de ácidos graxos saturados. [...] A alta proporção de ácidos graxos saturados na carne e nos laticínios é prejudicial? As indústrias desses grupos de alimentos financiam estudos para contrapor essa ideia (NESTLE, 2019, p. 96-97).

Os estudos financiados pela indústria da carne produzem resultados previsíveis. Um deles concluiu que comer mais carne vermelha do que o recomendado não afeta os níveis de colesterol no sangue. O coordenador da pesquisa declara o apoio dos programas de *checkoff* de carne bovina e suína, entre outros grupos da indústria. [...]

---

<sup>811</sup> Apesar de ainda consumir alimentos de origem animal, Nestle reconhece, como nutricionista, que a dieta vegana, se bem equilibrada, é mais benéfica para a saúde humana do que a onívora: “Pessoas com dietas baseadas principalmente em plantas são mais saudáveis. A variedade na ingestão de alimentos e o equilíbrio calórico são princípios fundamentais” (NESTLE, 2019, p. 129).

Os vínculos financeiros dos pesquisadores com grupos relacionados à carne ou aos laticínios complicam os debates sobre os efeitos dos ácidos graxos saturados (NESTLE, 2019, p. 98).

O Conselho Nacional de Promoção e Pesquisa dos Laticínios e o Programa de Promoção dos Processadores de Leite arrecadam cerca de duzentos milhões de dólares por ano com taxas. Esses *checkoffs* são conhecidos pela campanha “Tomou leite?”, que estimula o consumo da bebida em variadas situações (NESTLE, 2019, p. 99-100).

[Os laços do Conselho de Alimentação e Nutrição da Academia Nacional de Ciências com a indústria alimentícia] foram revelados em 1980, durante uma disputa sobre a primeira edição do Guia Alimentar dos Estados Unidos. Eu recomendava a redução do consumo de gordura, gordura saturada e colesterol (o que, de fato, significa uma redução no consumo de carne, laticínios e ovos) para diminuir o risco de doenças cardíacas. O colegiado se opôs tão veementemente às diretrizes que emitiu um relatório paralelo, chamado *Em direção a dietas saudáveis*, argumentando que, para pessoas saudáveis, as restrições de gordura eram desnecessárias (NESTLE, 2019, p. 150-151).

Todos esses casos descritos por Nestle mostram como o poder político atua sempre em consonância com o poder econômico, expressando o quanto a intervenção do capital está, de fato, entranhada em todo o sistema. Um cenário de evidente desequilíbrio de forças contribui para a homogeneidade na difusão de informações, conforme esta e tantas outras pesquisas já constatarem.

Edward Said argumenta que a ausência de pluralidade da mídia hegemônica é um dos pilares que sustenta o tratamento discriminatório dos “orientais” e quaisquer outros indivíduos que os “ocidentais” classificam como subalternos: “Um pequeno número de multinacionais americanas controla a produção, a distribuição e, sobretudo, a seleção de notícias em que a maior parte do mundo acredita” (SAID, 2011, p. 446). O autor aponta que, durante a cobertura da Guerra do Golfo, “os grandes jornais e estações de tevê copiavam um ao outro, e por sua vez eram copiados ou mostrados [...] em todo o mundo. Pouco se falava dos danos feitos ao inimigo” (SAID, 2011, p. 462).

Não apenas a defesa dos direitos animais, como já disse, é concebida como um tema “menor”. Diversos grupos sociais enfrentam o problema de falta de representatividade no campo jornalístico contemporâneo. Pontos de vistas não hegemônicos e em desacordo com o *status quo* são corriqueiramente omitidos das notícias. Indivíduos considerados “inferiores” e “marginais” tendem a ser negligenciados. Para além das questões econômicas, fatores culturais, ideológicos, políticos e organizacionais também explicam o viés das coberturas analisadas aqui.

## Fatores culturais

*Uma falha mais específica, e também mais decisiva, no caráter de Eichmann era sua quase total incapacidade de olhar qualquer coisa do ponto de vista do outro.*

Hanna Arendt<sup>812</sup>

No livro *Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir* (2003), os autores Bill Kovach e Tom Rosenstiel apresentam nove princípios que consideram ser “os elementos essenciais do jornalismo”:

1. A primeira obrigação do jornalismo é com a verdade.
2. Sua primeira lealdade é com os cidadãos.
3. Sua essência é a disciplina da verificação.
4. Seus praticantes devem manter independência daqueles a quem cobrem.
5. O jornalismo deve ser um monitor independente do poder.
6. O jornalismo deve abrir espaço para a crítica e o compromisso público.
7. O jornalismo deve empenhar-se para apresentar o que é significativo de forma interessante e relevante.
8. O jornalismo deve apresentar as notícias de forma compreensível e proporcional.
9. Os jornalistas devem ser livres para trabalhar de acordo com sua consciência (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 22-23).

A maioria dos teóricos do Jornalismo tende a concordar com estes princípios, ressaltando constantemente a importância de que as práticas cotidianas da profissão estejam voltadas à verdade dos fatos, ao interesse público, à pluralidade de visões de mundo. Para Wilson Gomes (2009, p. 11), “o jornalismo não apenas assume com o consumidor de notícias a obrigação de ser veraz, mas também o compromisso de usar de todos os recursos possíveis para evitar o engano e o erro”. O professor Francisco José Castilhos Karam, ao discorrer sobre o direito social à informação, afirma ser essencial que as notícias expressem a multiplicidade de aspectos que constituem a realidade, revelando assim toda sua complexidade:

A defesa do direito social à informação implica argumentar que a informação, ao construir simbolicamente o mundo, deve expressar a diversidade conceitual com que ele se forma cotidianamente. Isso envolve o reconhecimento de que, na própria informação, é necessário que as diversas concepções, versões, cultura e comportamentos estejam presentes. [...] Mundos com significados diferenciados necessitam de uma ponte entre as várias particularidades para que possam revelar, em seu interior, a universalidade humana potencialmente constituinte [...]. A diversidade de fontes que expresse a pluralidade social é indispensável para formar a compreensão do presente e permitir a intervenção mais consciente no futuro. O direito social à informação inclui a diversidade de significação do mundo [...]. E o

---

<sup>812</sup> Do livro *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal* (ARENDR, 1999, p. 60).

direito social à informação só tem sentido se for conectado a conceitos e valores, como liberdade. O caminho para ela não passa pela supressão da informação sobre as coisas que se passam no mundo, mas pela revelação diversa e contraditória do movimento humano (KARAM, 2014, p. 18-19).

Tais norteadores de um jornalismo ideal, entretanto, frequentemente não se confirmam na prática. Conforme constatamos ao longo desta pesquisa – e os autores citados também reconhecem –, notícias e reportagens veiculadas diariamente se mostram, na maioria das vezes, limitadas. A pesquisadora Claudia Lago faz a seguinte observação sobre essa lacuna evidente no campo jornalístico contemporâneo:

Acredito que impera no Jornalismo um acordo tácito, envolvendo tanto empresas quanto jornalistas, que apaga da cena tudo aquilo que não pode ser compreendido pela lente do Mesmo. Falta ao Jornalismo, de modo geral, um olhar inclusivo. Um contaminar pela possibilidade de entender e acolher visões de mundo radicalmente diferentes daquelas fruto das projeções sobre o público ideal (as camadas médias e altas urbanas) (LAGO, 2014, p. 184).

Ideias não hegemônicas – ou, nas palavras de Lago, “visões de mundo radicalmente diferentes” – dificilmente encontram espaço para se expressar no campo jornalístico contemporâneo. Não se trata apenas das já descritas censuras econômicas. Apesar da grande influência que os anunciantes exercem no conteúdo editorial, nem sempre são eles que boicotam a circulação de perspectivas originais e questionadoras do *status quo*. Muitas vezes são os próprios jornalistas, fortemente identificados com a cultura hegemônica, que criam barreiras para a difusão de ideias que ainda desconhecem, não compreendem ou não concordam. Sobre isso, também existe certo consenso entre pesquisadores da área, entre os quais o já referido Dênis de Moraes destaca:

A mídia hegemônica procura reduzir ao mínimo o espaço de circulação de ideias alternativas e contestadoras, por mais que estas continuem se manifestando e resistindo. A meta é esvaziar análises críticas e expressões de dissenso, evitando atritos entre as interpretações dos fatos e seu entendimento por parte de indivíduos, grupos e classes. Um exemplo do que acabo de dizer é a forma como reivindicações de movimentos sociais e comunitários costumam ser tratados nas pautas e coberturas. Ou são frequentemente subestimadas, quando não ignoradas, ou impugnadas sob o argumento falacioso de que são “radicais”, “extremistas”, “populistas”. A vida das comunidades subalternizadas e pobres está diminuída ou ausente nos principais jornais e telejornais (MORAES, 2015, p. 519).

O jornalismo, portanto, por mais que também se alimente de temas “polêmicos”, a “polêmica”, em geral, restringe-se ao que a atual conjuntura permite. Assim como os poderes econômicos e políticos, a cultura e ideologia dominantes de cada época e lugar são igualmente

determinantes nas escolhas editoriais e na definição do *que* é ou não noticiável e *como* noticiá-lo. Mas diferente da publicidade, cuja interferência é mais explícita, a cultura opera de forma menos visível e identificável, conforme Said aponta, ao explicar o domínio do “orientalismo” no Ocidente:

A cultura, é claro, deve estar em operação dentro da sociedade civil, onde a influência de ideias, instituições e pessoas não funciona pela dominação, mas pelo que Gramsci chama consenso. Numa sociedade não totalitária, portanto, certas formas culturais predominam sobre outras, assim como certas ideias são mais influentes que outras; a forma dessa liderança cultural é o que Gramsci identificou como *hegemonia*, um conceito indispensável para qualquer compreensão da vida cultural no Ocidente industrial. É a hegemonia, ou antes o resultado da hegemonia cultural em ação, que dá ao orientalismo a durabilidade e a força de que tenho falado até o momento. [...] Além disso, há a hegemonia das ideias europeias sobre o Oriente, elas próprias reiterando a superioridade europeia sobre o atraso oriental (SAID, 2007, p. 34).

Considerando o caráter em certa medida “imperceptível” da cultura, podemos inferir que repórteres e editores que produziram as matérias analisadas aqui provavelmente não estavam a todo momento “sob censura” do departamento comercial. Consciente ou inconscientemente, esses profissionais talvez tenham decidido, por conta própria, preferir a perspectiva dos animais. Alguns podem ter sido motivados por preconceito, cientes de que estavam menosprezando uma visão de mundo com a qual não se identificavam. Outros, entretanto, possivelmente em nenhum momento se deram conta de que sua abordagem era especista, porque ignoravam por completo esse outro modo de olhar para as questões que reportavam.

Em todos os períodos históricos, mesmo os indivíduos mais progressistas, incluso aqueles que integraram movimentos considerados de vanguarda para sua época, estão sempre sujeitos a pensar e atuar em consonância com ideologias discriminatórias. É também por isso, aliás, que tais ideologias persistem: não são contestadas porque (quase) ninguém enxerga o que contestar. Em suas pesquisas, Said observou que a maioria dos cidadãos instruídos e intelectualizados eram totalmente favoráveis ao imperialismo e à colonização europeia:

Uma das difíceis verdades que descobri trabalhando neste livro é que pouquíssimos, dentre os artistas ingleses ou franceses que admiro, questionaram a noção de raça “submissa” ou “inferior”, tão dominantes entre funcionários que colocavam essas ideias em prática, ao governarem a Índia ou a Argélia. Eram noções amplamente aceitas, e ajudaram a propelar a aquisição imperial de territórios na África ao longo de todo o século XIX (SAID, 2011, p. 13).

[...] havia praticamente uma unanimidade de que as raças submetidas devem ser governadas, que elas *são* raças submetidas, que apenas uma raça merece e tem

conquistado sistematicamente o direito de ser considerada a raça cuja principal missão é se expandir além de seu próprio domínio. [...]

É talvez embaraçoso que certos setores das culturas metropolitanas, que vieram a se tornar a vanguarda nas lutas sociais de nossa época, tenham participado sem hesitação desse consenso imperial. Com poucas exceções, tanto o movimento das mulheres quanto o do proletariado eram favoráveis ao império. E, embora sempre tenhamos de nos esforçar para mostrar que havia diferentes imaginações, sensibilidades, ideias e filosofias em ação, e que cada obra literária ou artística é especial, havia na prática uma unidade de propósitos nesse campo: o império devia ser mantido, e *foi* mantido (SAID, 2011, p. 104-105).

Assim como este trabalho demonstrou que os animais raramente foram considerados nas duas coberturas analisadas, Said igualmente afirma que todos aqueles classificados como inferiores no período colonial não tinham qualquer chance de se manifestar: “O estatuto do negro é determinado por uma ‘Lei parlamentar eterna’, de modo que não há nenhuma oportunidade real para o espírito de iniciativa, a mobilidade ascendente ou qualquer coisa melhor do que a pura escravidão” (SAID, 2011, p. 175). Um dos romances que o autor analisa em *Cultura e Imperialismo* é *Kim* (1901), do escritor britânico Rudyard Kipling. Said o reconhece como um grande intelectual de seu tempo<sup>813</sup>, mas destaca sua enorme limitação ao retratar a cultura imperialista de então. Seguem algumas de suas observações sobre o livro:

Ao interpretar *Kim*, é preciso levar em conta dois fatores. Primeiro, queiramos ou não, o autor está escrevendo não só do ponto de vista dominante de um branco numa possessão colonial, mas também da perspectiva de um sólido sistema colonial cuja economia, funcionamento e história adquiriram o estatuto de um fato praticamente natural. Kipling pressupõe um império praticamente incontestado. [...]

A divisão de brancos e não brancos, na Índia e em outros lugares, era de caráter absoluto; toda a narrativa de *Kim*, bem como todo o resto da obra de Kipling, guarda referências a essa divisão: um *sahib* é um *sahib*, e por maior que seja a amizade ou a camaradagem, em nada ela pode alterar os elementos básicos da diferença racial. Assim como nunca discutiria com os Himalaias, Kipling nunca questionaria essa diferença e o direito de domínio do europeu branco (SAID, 2011, p. 221-222).

O conflito entre o serviço colonial de *Kim* e sua lealdade aos companheiros indianos permanece indeciso não porque Kipling não conseguisse encará-lo, mas porque, para ele, *não havia nenhum conflito*; de fato, um dos objetivos do romance é mostrar a ausência de conflitos [...]. Sem dúvida, *poderia haver* algum conflito caso Kipling considerasse a Índia numa infeliz condição de subserviência ao imperialismo; mas não era assim que ele pensava: para Kipling, o melhor destino da Índia era ser governada pela Inglaterra (SAID, 2011, p. 238).

[...] em *Kim*, ninguém questiona o domínio inglês, e ninguém expressa nenhum dos questionamentos locais que, na época, deviam estar em grande evidência [...]. Pelo contrário, temos um personagem afirmando explicitamente que um policial colonial deveria governar a Índia (SAID, 2011, p. 242).

---

<sup>813</sup> Rudyard Kipling foi o primeiro autor de seu país a receber o Prêmio Nobel de Literatura, em 1907. Criado seis anos antes, em 1901, o Nobel havia laureado até então dois franceses, um alemão, um norueguês e um espanhol.

Kipling foi um dos primeiros romancistas a retratar essa aliança lógica entre a ciência ocidental e o poder político presente nas colônias. [...] Assim como não podia imaginar uma Índia no fluxo histórico *fora* do controle britânico, da mesma forma não conseguia imaginar indianos que fossem sérios e eficientes em atividades que ele e outros contemporâneos consideravam de alçada exclusivamente ocidental (SAID, 2011, p. 248).

A condução geográfica e espacial de Kipling em *Kim* [...] conquista especial destaques por fatores políticos e históricos; ela expressa um julgamento político irreduzível por parte de Kipling. É como se ele dissesse: a Índia é nossa, e por isso podemos vê-la dessa forma basicamente incontestada, repleta de meandros, satisfatória. A Índia é “outra” e – mais importante –, apesar de sua grandiosa variedade e dimensão, é posse segura da Inglaterra (SAID, 2011, p. 259).

O expediente criado por Kipling [...] obviamente não poderia surgir sem o imperialismo britânico. Devemos ler o romance como a realização de um vasto processo cumulativo, que nos últimos anos do século XIX está chegando a seu último grande momento antes da independência indiana [...]. E não era apenas o reconhecimento de Kipling quanto ao imperialismo britânico em geral, mas o imperialismo naquele momento específico de sua história, quando havia quase perdido de vista a dinâmica evolutiva de uma verdade humana e secular: o fato de que a Índia existia antes da chegada dos europeus, de que o controle foi tomado por uma potência europeia, e de que a resistência indiana a esse poder surgiria inevitavelmente dessa subjugação à Inglaterra (SAID, 2011, p. 260-261).

Enquanto a literatura de Kipling, sendo tão claramente imperialista, não era percebida como tal, o jornalismo contemporâneo tampouco é percebido como especista, apesar de igualmente sê-lo. Se no período colonial era admissível a escravização de outros seres humanos, na atualidade ainda se considera plenamente aceitável a subjugação sistemática e institucionalizada das demais espécies. A luta pelo fim da exploração do “outro” animal sequer é vista como legítima pela maioria da população.

Sabemos que os movimentos emancipatórios têm avançado consideravelmente e o “senso comum” contemporâneo reconhece que a discriminação de determinadas “categorias” de seres humanos é injusta e injustificável. Hoje, são condenáveis comportamentos racistas, xenofóbicos e etnocêntricos, como os descritos por Said. Entretanto, apesar das notáveis conquistas que temos presenciado, essas formas de preconceito seguem vigentes e operam nos mesmos moldes que o especismo. Diversos estudos recentes na área de jornalismo constataram a discriminação de diferentes grupos sociais em notícias e reportagens sobre os mais variados temas. Muitos deles chegaram a resultados bastante parecidos aos desta pesquisa, conforme os exemplos que apresento a seguir.

Um artigo assinado por três pesquisadoras analisou 54 textos jornalísticos sobre “as manifestações dos povos indígenas brasileiros em recusa à Usina Hidrelétrica de Belo Monte” (PAES; SARMENTO; PONTES, 2021). As matérias selecionadas foram publicadas entre 2005

a 2017, em 15 veículos, sendo 2 nacionais e 13 estrangeiros.<sup>814</sup> O caminho que as pesquisadoras percorreram para definir o *corpus* foi similar ao que percorri para selecionar as notícias sobre o rodeio de Barretos:

De janeiro de 2005 a dezembro de 2017, identificaram-se 1.188 matérias jornalísticas sobre a usina Belo Monte, sendo 245 internacionais e 943 nacionais. No entanto, apenas 54 matérias trataram sobre os povos indígenas, sendo 49 notícias e cinco reportagens. Em 12 anos de publicações sobre Belo Monte, apenas 4,6% das 1.188 matérias colocam o indígena em pauta. Uma porcentagem mínima comparada a proporção de matérias sobre a usina. A invisibilidade do povo indígena na imprensa indica o reflexo da supressão histórica (PAES; SARMENTO; PONTES, 2021, p. 108-109).

Apesar de terem suas vidas diretamente afetadas pela construção da usina, os povos indígenas estiveram praticamente ausentes nas matérias sobre o tema. Como vimos, os animais foram igualmente ignorados na maior parte das matérias sobre o rodeio, embora fossem intrínsecos à atividade – esta simplesmente não pode existir sem a presença dos bois. O artigo também aponta que, proporcionalmente, a invisibilidade dos indígenas era ainda maior nos veículos brasileiros:

Na primeira amostragem, de 1.188 matérias, houve três vezes mais conteúdo publicado nos sites nacionais que internacionais. Todavia, ao se limitar à segunda amostragem, de 54 publicações sobre Belo Monte e os povos indígenas, a imprensa internacional apresentou maior ocorrência de matérias, ao produzir mais que o dobro de conteúdo que a nacional. Foram 38 produções estrangeiras e 16 nacionais (PAES; SARMENTO; PONTES, 2021, p. 109).

As autoras observaram que as comunidades originárias, nas raras vezes em que foram citadas, eram frequentemente referidas como “invasoras” e “de menor capacidade”. Os jornais estrangeiros chegaram a conceder-lhes breves oportunidades para se expressarem, mas os brasileiros “priorizaram o discurso do governo e dos interesses políticos” (PAES; SARMENTO; PONTES, 2021). Seguem algumas das conclusões da pesquisa:

Constatou-se que os jornais mais influentes do mundo possuem uma visão ultrapassada e distorcida dos povos indígenas, a começar pela forma como são identificados como “índios”, “tribos”, “invasores”.

É notável que a imprensa nacional optou por invisibilizar os povos indígenas. Em alguns casos, nem pelo nome ou sobrenome são identificados, reflexo de gerações de

---

<sup>814</sup> Os 2 jornais brasileiros analisados foram a *Folha de S. Paulo* e *O Globo* (Brasil). Os 13 estrangeiros foram: *El Espectador* e *El Tiempo* (Colômbia); *El Mundo* e *El País* (Espanha); *Jornal de Notícias* (Portugal); *La Nación* (Argentina); *Le Figaro* e *Le Monde* (França); *People's Daily* (China); *Süddeutsche Zeitung* (Alemanha); *The Guardian* e *The Sunday Times* (Reino Unido); e *The New York Times* (Estados Unidos).

invisibilidade. As fontes empresariais e oficiais ainda são tidas como detentoras da informação que prevalece. Embora os jornais nacionais – *Folha de S. Paulo* e *O Globo* – sejam os de maior circulação no Brasil e estejam mais próximos à UHE Belo Monte em relação aos outros países, isso não fez com que estivessem mais presentes em Belo Monte, com reportagens e matérias mais amplas. E, apesar de a maioria das matérias internacionais ter sido produzida no Brasil, isso não garantiu que os jornalistas estivessem no local dos fatos (PAES; SARMENTO; PONTES, 2021, p. 123).

A pesquisa não só mostrou baixa representatividade desses povos em textos jornalísticos, mas o quanto a pauta socioambiental sofre influência política, econômica de um veículo, assim como, sofre influência de quem escreve, porque ainda há o olhar jornalístico colonizador predominante em representar esses povos. O jornalismo mudou, as formas de noticiar também, porém, os discursos colonizadores perpetuam-se por gerações entre brasileiros e estrangeiros. Todo texto é produto de um sujeito carregado de saberes acumulados. Portanto, acredita-se que quem escreve deve se desconstruir de tudo aquilo que um dia aprendeu em livros didáticos ou filmes sobre os povos indígenas, para que então esses textos se efetivem e ganhem o sentido esperado (PAES; SARMENTO; PONTES, 2021, p. 124).

Um dos instrumentos utilizados para depreciar o “outro” é generalizá-lo, concebê-lo como número, não como indivíduo. A despersonalização de indígenas no jornalismo contemporâneo é um resquício do período colonial, quando povos nativos não eram considerados sujeitos – eram apenas mercadorias, como outras espécies de animais ainda são hoje. Said faz observações parecidas sobre a representação dos árabes no Ocidente:

Nos documentários e nos noticiários, o árabe é sempre mostrado em grandes números. Nada de individualidade nem de características ou experiências pessoais. A maioria das imagens representa fúria e desgraça de massas, ou gestos irracionais (por isso, irremediavelmente excêntricos) (SAID, 2007, p. 383).

A única importância atribuída aos árabes é a de meros seres biológicos; institucionalmente, politicamente, culturalmente, eles não são nada ou quase nada. Os árabes só existem numericamente e como produtores de famílias (SAID, 2007, p. 416).

Diversos outros autores do pensamento decolonial também destacam a insignificância conferida às comunidades nativas por aqueles que registraram – e seguem registrando – a história da humanidade. Em *Couro Imperial* (2010), Anne McClintock relata que, durante a colonização dos povos africanos, “a absoluta mercantilização da humanidade e a genuflexão colonial diante do fetiche do lucro era revelada da maneira mais grotesca na listagem indiscriminada de escravos em meio às ninharias e bugigangas” (MCCLINTOCK, 2010, p. 336). Tal descrição nos remete hoje às exportações de animais vivos. Assim como os colonizadores de então consideravam plenamente aceitável o comércio de seres humanos, o

“olhar jornalístico colonizador” – nas palavras das autoras do artigo – igualmente julgou não haver qualquer problema nesse tipo de comércio.

Durante as lutas pela independência das então colônias europeias na África, o psiquiatra e filósofo Frantz Fanon<sup>815</sup> (1925-1961) testemunhou de perto o tratamento discriminatório que as comunidades locais recebiam da imprensa internacional. Fanon atuava como psiquiatra na Argélia quando decidiu aderir ao movimento pela libertação do país:

Os dirigentes nacionalistas sabem que a opinião internacional é forjada unicamente pela imprensa ocidental. Ora, quando um jornalista ocidental nos interroga, raramente o faz para nos prestar um obséquo. Na guerra da Argélia, por exemplo, os repórteres franceses mais liberais não cessaram de empregar epítetos ambíguos para caracterizar a nossa luta. Quando lhes reprochamos a atitude, respondem com toda franqueza que são objetivos. Para o colonizado, a objetividade é sempre dirigida contra ele (FANON, 1968, p. 59).

A “objetividade” dos jornalistas, portanto, se reconfigura quando colocada em perspectiva. Ser “objetivo” significa sempre sê-lo para alguém – em geral, para aquele com quem nos identificamos, ou para quem queremos agradar ou apenas não contrariar. Logo, é muito pertinente a asserção de Fanon de que a “objetividade” de repórteres estrangeiros nas colônias tinham claramente um lado, e esse lado era o do colonizador. Profissionais que atuam nos meios de comunicação da atualidade certamente reconhecem que muitas coberturas de outrora – como essa descrita por Fanon – eram tendenciosas. Entretanto, assim como seus precursores, esses mesmos profissionais não percebem que são igualmente parciais, com a diferença de que dirigem sua “objetividade” contra outros indivíduos, humanos e não humanos.

O artigo sobre a representatividade dos indígenas na imprensa também apontou para outro aspecto relevante: as discrepâncias nos avanços da forma e do conteúdo das notícias ao longo do tempo. Enquanto novas tecnologias têm possibilitado progressos surpreendentes nos modos de produção e divulgação de mensagens, a substância das matérias não muda com a mesma agilidade – por isso “os discursos colonizadores perpetuam-se”. Tanto no caso dos animais, como no dos povos nativos, fica claro que o jornalismo não tem acompanhado as intensas discussões em curso na sociedade. Em muitos momentos, repórteres demonstraram ignorá-las por completo. A “pluralidade” jornalística simplesmente não se aplicava a grupos marginalizados.

Como nas matérias sobre as exportações de gado vivo, as apurações *in loco* também foram uma raridade na cobertura sobre as comunidades atingidas pela usina. Certamente, os

---

<sup>815</sup> Frantz Fanon é originário da ilha de Martinica, território francês localizado no Caribe.

limites impostos aos jornalistas que dispõem de poucos recursos financeiros/logísticos, e igualmente pouco tempo para produção das matérias, praticamente impossibilitam sua presença nos locais dos acontecimentos. Nesse contexto de condições de trabalho em geral insatisfatórias, somado às censuras econômicas e culturais, forma-se um quadro nada propício para os movimentos de resistência se manifestarem.

Outro trabalho que investigou uma cobertura preconceituosa na imprensa contemporânea foi a dissertação de mestrado de Anaíra Sarmento, defendida em 2021. Para averiguar as “representações sociais construídas pela cobertura jornalística brasileira sobre os povos de etnia Romani, chamados ‘ciganos’” (SARMENTO, 2021), a autora analisou 215 matérias, publicadas entre 2008 e 2018, nos jornais *Estado de Minas* (MG), *Correio* (BA) e *O Popular* (GO). Os veículos foram escolhidos por estarem localizados nos três estados brasileiros com o maior número de acampamentos “ciganos” no país. A pesquisa revelou que, em sua maioria, esses indivíduos não são ouvidos e dificilmente seu ponto de vista é considerado. Em geral, eles são representados nas matérias como marginais e criminosos, entre outros estereótipos que intensificam a hostilidade contra esses povos. Seguem algumas de suas constatações:

Os espaços cedidos nas matérias para que esses sujeitos possam falar por si próprios e serem ouvidos, ou também as entidades e atores que defendem suas causas, continuam restritos (SARMENTO, 2021, p. 169).

A possibilidade de (re)elaboração de representações pelos próprios “ciganos” acabou sendo reduzida, visto que não tiveram espaço significativo nas matérias para se expressar (SARMENTO, 2021, p. 171).

Identificamos que as pessoas de etnia Romani foram comumente representadas como: assassinos; criminosos; traficantes; ladrões; perigosos; violentos; sequestradores; agressivos; vingativos; farsantes; oportunistas; explosivos; irresponsáveis; desequilibrados; errantes; estelionatários; cruéis. Cada uma dessas nomeações apareceu deslocada de contextos sociais específicos e acabam por reproduzir representações que não apenas desumanizam a população “cigana”, como também a distancia do exercício pleno de direitos considerados fundamentais, como a inclusão e participação, no que tange aos direitos de falar e ser ouvido e, conseqüentemente, ter maior possibilidade de ser reconhecido. [...] Prevaleceram as representações pejorativas acerca dos povos “ciganos”, reforçando uma visão generalizada de que são perigosos e violentos (SARMENTO, 2021, p. 171).

Imagens muito semelhantes foram identificadas por Said nas representações dos árabes no cinema:

Nos filmes e na televisão, o árabe é associado com a libidinagem ou com a desonestidade sanguinária. Ele aparece como um degenerado excessivamente sexuado, capaz de intrigas inteligentemente tortuosas, é verdade, mas essencialmente

sádicas, traiçoeiras, baixas. Traficantes de escravos, cameleiro, cambista, um patife pitoresco: esses são alguns dos papéis tradicionais do árabe no cinema [...] (SAID, 2007, p. 383).

No caso dos defensores dos animais, eles não são caracterizados com os mesmos adjetivos, mas frequentemente são rotulados como radicais, extremistas e pouco abertos ao diálogo. No *corpus* desta tese, foram recorrentes as vezes em que outras fontes desacreditavam suas palavras – em geral as poucas que tinham a oportunidade de pronunciar. Como vimos, ativistas foram acusados de ignorância e desconhecimento, o que indicava que o que diziam não deveria ser levado em conta. Os resultados de todos esses trabalhos evidenciam, cada vez mais, o quanto as variadas formas de discriminação – e suas respectivas expressões no jornalismo – seguem a mesma lógica, recorrem aos mesmos mecanismos para inferiorizar o “outro”.

Sarmiento também verificou que, quase sempre, apenas uma perspectiva era apresentada como válida e legítima. Muitos fatos foram silenciados, muitas informações foram divulgadas de forma descontextualizada. Ao leitor, não era dada a oportunidade de perceber os “ciganos” de outra maneira, a não ser pelos estereótipos de que provavelmente já dispunham – isto é, um “tipo” muito específico de ser humano. Ainda que de forma latente e talvez também inconsciente, repórteres não os consideravam “pessoas” e “sujeitos” – ao menos não tão “pessoas” como viam a si mesmos.

As notícias reforçaram uma única visão que incorre na discriminação desses povos e corrobora para manutenção da condição de subalternidade. Isto porque suas demandas e necessidades não são pautadas, como as dificuldades que passam para ocupar um território e se estabelecer no local, para conseguir acessar os sistemas de ensino ou o fato de não serem contratados e acabarem recorrendo a trabalhos informais. As causas que os levaram a viver em situações precárias ou aderirem a práticas determinadas, por exemplo, não foram abordadas nas matérias [...]; o foco é voltado para suas ações e consequências – sobretudo quando afetam pessoas não-ciganas (SARMENTO, 2021, p. 172).

A representação da etnia enquanto nômades e trapaceiros ainda é recorrente nas matérias jornalísticas. [...] Representações como essas, deslocadas de seus contextos sociais, também não colaboram para o entendimento que essas comunidades têm a respeito da valorização dos terrenos ocupados, enquanto espaços provedores de outros direitos como alimentação, segurança e lazer (SARMENTO, 2021, p. 173).

Algumas representações identificadas, como videntes e supersticiosos, apareceram mais como pré-julgamentos do que como atividades laborais ainda vigentes em algumas famílias “ciganas”. [...] Os atos de agressão e assédio apareceram como naturalizados na cultura “cigana” e acabaram por serem justificados pela tradição das etnias (SARMENTO, 2021, p. 173-174).

O jornalismo por (re)produzir [...] tais representações em circulação na sociedade, também opera no âmbito da prescrição de comportamentos tidos como normais e aceitáveis socialmente e da reprodução dos valores que os sustentam. [...] O

jornalismo deveria priorizar que diferentes vozes fossem representadas no debate público para ampliar perspectivas e evitar a reprodução de visões estereotipadas, a fim de apresentar aos cidadãos a pluralidade da sociedade, desmistificando padrões socialmente aceitos. [...] (SARMENTO, 2021, p. 174-175).

A falta de pluralidade é apontada novamente como uma das fragilidades da imprensa. Nos casos em que as pressões econômicas não se impõem, abordagens tão limitadas podem ser interpretadas como consequência do menosprezo ou total desconhecimento dos repórteres. Estar bem informado sobre aspectos fundamentais relativos ao tema em pauta, entretanto, é incumbência básica de qualquer jornalista, condição primeira para que esteja apto a mediar e ordenar os acontecimentos cotidianos.

Em seu mais conhecido texto, *Pode o subalterno falar?*, Gayatri Spivak afirma que “ignorar o subalterno hoje é – quer queira, quer não – continuar o projeto imperialista” (SPIVAK, 2010, p. 97). Na condição de portador de “verdades”, portanto, o jornalismo contribui para “continuar o projeto imperialista” ao estar constantemente “ignorando o subalterno”. No prefácio do livro *Os condenados da terra* (1961), de Frantz Fanon, o filósofo francês Jean-Paul Sartre igualmente declara: “A menor distração do pensamento é uma cumplicidade criminosa com o colonialismo” (SARTRE, 1968, p. 16). Nesse sentido, podemos dizer que os responsáveis pela produção e difusão de notícias *não* podem *não* saber. Estar desinformado – ou querer, ou fingir estar –, quando as condições para se informar estão disponíveis, é ser conivente com as atrocidades cotidianas. O que Sartre diz sobre os europeus, de forma geral, pode ser aplicado a repórteres, editores e todos aqueles que trabalham na indústria da informação:

É necessário que nós, europeus, nos descolonizemos, isto é, extirpemos, por meio de uma operação sangrenta, o colono que há em cada um de nós. Examinemo-nos, se tivermos coragem, e vejamos o que se passa conosco. [...] Vossa passividade só serve para vos colocar do lado dos opressores. Sabeis muito bem que somos exploradores (SARTRE, 1968, p. 16-17).

Por mais que cada um de nós não seja responsável, individualmente, pela exploração de grupos “subalternos”, integramos sociedades que os explora sistematicamente – e quase sempre usufruímos, direta ou indiretamente, dos “frutos” dessa exploração. Trata-se, assim, de uma responsabilidade coletiva, a qual só será reconhecida e “extirpada” a partir do momento em que fizermos esse exercício – individual – proposto por Sartre. No caso das demais espécies, é fácil identificar como nos beneficiamos de sua exploração institucionalizada: consumimos suas carnes, couros e peles, entre milhares de outros produtos de origem animal. Apenas

terceirizamos o ato de matá-los e transformá-los em alimentos e mercadorias. Não reconhecer isso e seguir utilizando-os – quando não se trata de uma questão de necessidade ou sobrevivência – é “estar do lado dos opressores” e ser igualmente “explorador”.

Sobre os “ciganos”, Sarmiento observou ainda que as matérias tendem a excluí-los de noções de cidadania e direitos humanos, como se de fato não merecessem o mesmo tratamento respeitoso destinado aos “verdadeiros” cidadãos:

A análise do material empírico nos diz que essa defesa da cidadania ainda é uma exceção quando os temas centrais na imprensa envolvem os povos de etnia Romani. Os jornais aqui analisados estão distantes de cumprir tal ideal imaginado para o jornalismo, por não apresentarem as diversidades e pluralidades da sociedade e, quando o fazem, não problematizam temas complexos, apenas repetem concepções pré-estabelecidas. [...]

Alguns elementos importantes para o entendimento dos contextos em que as pessoas de etnia Romani apareceram nos textos [...] acabaram sendo omitidos. Foi o caso de desigualdades de classe, gênero e étnico-raciais que estruturam a sociedade brasileira, delimitam o lugar de fala dos sujeitos e grupos sociais e acabam, por muitas vezes, reforçadas pelas mídias jornalísticas (SARMENTO, 2021, p. 175).

O reconhecimento dos povos de etnia Romani enquanto cidadãos, através das representações sociais construídas, ora foi enfatizado e problematizado pelos jornais analisados, ora foi invalidado ou simplesmente não foi abordado [...]. Os povos “ciganos” além de subalternos podem ser considerados como não-cidadãos. Estes correspondem aqueles que não se beneficiam de forma plena de nenhum dos direitos sociais, políticos ou civis (MARSHALL, 1967), supostamente garantidos por um Estado Democrático de Direitos. [...] Percebe-se que esta população além de continuar às margens da estrutura social brasileira, quando está presente nas temáticas pautadas pelos jornais analisados, também aparecem marginalizados nos discursos midiáticos [...] (SARMENTO, 2021, p. 176).

Fanon (1968, p. 29) afirma, sobre o contexto colonial, que “o que retalha o mundo é antes de mais nada o fato de pertencer ou não a tal espécie, a tal raça. Nas colônias, a infraestrutura econômica é igualmente uma superestrutura. A causa é consequência: o indivíduo é rico porque é branco, é branco porque é rico”. Na época atual, a subjugação do outro permanece alicerçada nesses mesmos mecanismos de segregação, os quais são continuamente alimentados pelo círculo vicioso descrito pelo autor. Se olharmos para o jornalismo a partir desse prisma, podemos dizer que os “ciganos” são marginalizados nos jornais porque estão às margens da sociedade, e permanecem às margens porque são constantemente assim representados. O mesmo se aplica aos outros grupos considerados subalternos – incluso e sobretudo os animais.

Para Said, igualmente, as estruturas sociais racistas, classistas e sexistas contribuem para “manter o subordinado como subordinado”. As práticas jornalísticas, ao mesmo tempo em

que são constituidoras de tais estruturas – ao deter o poder da representação do “outro” e da enunciação de “verdades” –, são submetidas a elas:

A capacidade de representar, retratar, caracterizar e figurar não está simplesmente à disposição de qualquer membro de qualquer sociedade; além disso, o “o quê” e o “como” na representação das “coisas”, mesmo admitindo uma considerável liberdade individual, são circunscritos e socialmente regulados. Tornamo-nos muito conscientes, nos últimos anos, das coerções sobre a representação cultural das mulheres, e as pressões que entram nas representações criadas das classes e raças inferiores. Em todas essas áreas – sexo, classe, raça –, a crítica tem corretamente se concentrado nas forças institucionais das sociedades ocidentais modernas que moldam e estabelecem limites à representação de seres considerados essencialmente subordinados; assim, a própria representação tem se caracterizado no papel de manter o subordinado como subordinado, o inferior como inferior (2011, p. 143).

Os “subalternos” estão na maioria das vezes “proibidos” de representar a si mesmos para um público mais amplo – em geral, não existem “subalternos” atuando nas redações e poucos jornalistas convivem com indivíduos assim classificados. É igualmente incomum a presença de defensores de outras espécies nesses veículos, e os repórteres em geral desconhecem – ou conhecem muito superficialmente – a perspectiva anti-especista e os argumentos que fundamentam a luta por direitos animais. Sabemos que existem hoje milhares de canais alternativos para a difusão de perspectivas não hegemônicas. A internet possibilita a cada um representar a si mesmo, sem intermediários. Entretanto, ainda que a mídia tradicional não detenha mais o monopólio de produção e divulgação de informações, sua participação na constituição do “senso comum” contemporâneo segue sendo expressiva e não pode ser ignorada.

Alguns temas que nas últimas décadas têm sido objeto de estudos em diferentes áreas do conhecimento – e também no jornalismo – são as questões de gênero, raça e classe. Diversos pesquisadores têm averiguado como a imprensa contemporânea ainda reproduz práticas e discursos sexistas, machistas, homofóbicos, racistas, elitistas. Estereótipos preconceituosos de mulheres, negros, gays e pobres seguem sendo reforçados, apesar das tantas transformações sociais que buscam desconstruí-los. Em dezembro de 2019, a revista científica internacional *Sobre jornalismo* publicou um número dedicado ao tema “Estereótipos na prática jornalística”.<sup>816</sup> No texto introdutório, as pesquisadoras destacam o papel dos processos de formação e socialização de jornalistas na difusão de estereótipos:

---

<sup>816</sup> Disponível em: <http://www.surlejournisme.kingghost.net/rev/index.php/slj/issue/view/19> Acesso em 17 maio 2021.

Numerosos estudos têm demonstrado como o conteúdo midiático é frequentemente simplista, caricatural ou incompleto quando se refere a populações “situadas em funções subalternas em função de atributos naturalizados” (Martiniello, Simon, 2005: 7), incluindo mulheres, minorias raciais ou grupos populistas. [...] A questão dos estereótipos não pode ser endereçada sem primeiro estudar os produtores de notícias, e quão intimamente eles atualizam a compreensão do mundo – os princípios de “visão e divisão de mundo” (Bourdieu, 1994: 22-23) – conectada com as socializações primárias e secundárias, e também com os percursos acadêmicos, pessoais e profissionais. Esses e outros fatores contribuem para suas percepções, julgamentos e comportamento (Darmon, 2016) (NAVARRO; ROSS; SAIITA, 2019, p. 22-23).

Ainda segundo as autoras, a ausência de representatividade de diferentes grupos sociais nas redações contribui consideravelmente para manter a ordem vigente: “Nos Estados Unidos, onde Weaver (2019: 110) estuda a demografia de jornalistas desde os anos 1970, mostra que as minorias raciais mantiveram-se amplamente sub-representadas, embora a participação tenha aumentado ligeiramente nos últimos dez anos (de 9,5% em 2002, a 10,8% em 2013)” (NAVARRO; ROSS; SAIITA, 2019, p. 23). Um ambiente conservador e homogêneo inegavelmente contribui para que as práticas jornalísticas sejam sustentadas por estereótipos, os quais “ajudam a validar e a perpetuar hierarquias entre categorias e relações de dominação” (NAVARRO; ROSS; SAIITA, 2019, p. 25).

Em abril de 2018, outra revista acadêmica relevante para os estudos de jornalismo, a *Brazilian Journalism Research*, publicou o dossiê “Gênero e Jornalismo”. Na apresentação, as editoras justificaram a escolha do tema argumentando que “o Jornalismo – em que pesem as diferenças culturais e sociogeográficas onde é exercido – é uma poderosa ‘tecnologia de gênero’, que reforça e naturaliza, além de colocar em circulação, um mundo calcado em valores que naturalizam privilégios e modos de ser de uma minoria” (LAGO *et al.*, 2018, p. 8). Várias outras publicações científicas da área também vêm lançando edições voltadas às questões de gênero, raça e diversidade<sup>817</sup> – nenhuma, até o momento, propôs o debate sobre a representação das demais espécies na imprensa contemporânea.

Entre as pesquisas de mestrado e doutorado que abordaram as inter-relações entre gênero e jornalismo, destaca-se a dissertação *Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias*, de Márcia Veiga da Silva, defendida em 2010, na UFRGS. No trabalho

---

<sup>817</sup> Cito alguns exemplos recentes: em 2020, a revista *ECO-Pós*, do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ, publicou o dossiê “Crise, Feminismos e Comunicação” (vol. 23, nº 3, 2020. Disponível em: [https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco\\_pos/article/view/27641](https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27641)). Em 2018, a revista *Estudos de Jornalismo e Mídia* (EJM), do Programa de Pós-graduação em Jornalismo (PPGJor) da UFSC, publicou a edição temática “Diversidade, produção e recepção” (vol. 15, nº 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/issue/view/2744>). Em 2017, a revista *Mídia e Cotidiano*, do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da UFRJ, publicou o dossiê “Retórica dos estereótipos, práticas discursivas e performances contemporâneas” (vol. 11, nº 3, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/9841>).

– que foi premiado<sup>818</sup> e posteriormente publicado em livro –, a autora recorreu ao método etnográfico e à observação participante para investigar o cotidiano da produção de notícias de um grupo de jornalistas que atuava em um telejornal local da RBS TV, em Porto Alegre (RS). Após acompanhá-los durante 11 semanas, a autora verificou que preconceitos de gênero eram bastante frequentes e quase sempre associados a outras formas de segregação social:

Valores e concepções hegemônicas de gênero eram reproduzidos nas matérias e resultavam na representação da heteronormatividade como padrão social de desigualdade que estava a orientar. Entre os interlocutores da pesquisa, não apenas o masculino, mas também os valores classe média e geração (meia idade), brancos, heterossexuais, entre outros, estavam mais valorizados, tanto nos atributos pessoais e profissionais como nas características das notícias (SILVA, 2014, p. 322-323).

A pesquisadora atribuiu essa abordagem conservadora ao perfil dos próprios profissionais que integram as redações e à sua pouca (ou nenhuma) disposição para examinar os fatos a partir de pontos de vistas que não lhe são familiares:

Os jornalistas apareceram caracteristicamente auto-referentes e pouco reflexivos sobre suas práticas, refletindo um certo etnocentrismo, na maioria das vezes relacionado aos valores da cultura hegemônica vigente. Demonstraram ser pouco afeitos à relativização e pouco abertos para a diversidade de valores que emergem da sociedade. Parecem indicar, portanto, o modo como o que “significa” o real para esses profissionais será, então, norteador do que é produzido e veiculado como “verdade” nos meios de comunicação. [...]

O etnocentrismo desses profissionais revelou como eles mesmos podem, inclusive, inconscientemente contribuir para que a diferença seja transformada em desigualdade, uma vez que os jornalistas demonstraram pouca ou quase nenhuma abertura para conhecer o estranho e, deste modo, praticaram juízo de valor que interfere na forma como as notícias serão construídas e, em última instância, nos modos como a sociedade passa a conhecer (ou desconhecer) aquilo que é diferente do que foi convencionalizado como normal. [...] A dificuldade em realizar a alteridade é humana, e não exclusividade deste grupo [...]. Entretanto, uma ação mais reflexiva e ciente de que toda a produção jornalística é uma construção social da realidade que parte de determinadas (e limitadas) concepções de mundo, quem sabe fomentada desde a formação profissional, pudesse contribuir para ampliar os modos de conhecer e de dar a conhecer dos jornalistas. [...]

Essa pesquisa concluiu que o jornalismo [...] acaba contribuindo para o processo de (re)produção de valores e representações hegemônicas de gênero que, em última instância, refletem a existência do padrão heteronormativo [...] (SILVA, 2014, p. 323-324).

A pesquisa de Silva demonstra claramente como o jornalismo permanece alheio aos debates contemporâneos, sobretudo quando estes estão voltados à contestação de valores e comportamentos ultrapassados. A falta de interesse e pouca receptividade a perspectivas

---

<sup>818</sup> A autora recebeu o Prêmio Adelmo Genro Filho 2011, na categoria Melhor Dissertação de Mestrado. O concurso é promovido anualmente pela Sociedade Brasileira de Pesquisadores de Jornalismo (SBPJor).

heterodoxas, portanto, abrange os mais diversos temas, não estando restrito às coberturas sobre direitos animais e relações interespecies. Corrobora-se, assim, o entendimento de que as diferentes formas de opressão – e o respectivo tratamento jornalístico que recebem – estão intimamente relacionadas, sendo insuficiente considerá-las isoladamente.

Mais de uma década depois que Silva concluiu sua pesquisa, a desconstrução de padrões dominantes de gênero segue sendo um grande desafio para o campo jornalístico. Estudos recém-publicados chegam a constatações muito semelhantes às da pesquisadora. No artigo “Os sentidos sobre as mulheres no discurso da revista *Claudia* ao longo de uma década (2009-2019)” (2021), Daiane Bertasso e Amanda Regina Rosa apresentaram a seguinte conclusão:

A revista fortalece uma homogeneização, contribuindo para o apagamento de diversas mulheres não brancas, não magras e não heterossexuais. Isso demonstra um grande atraso em relação ao movimento feminista, que já na década de 1980 chamou atenção para a multiplicidade de mulheres (Pedro, 2005). [...]

*Claudia* reafirma uma série de estereótipos sobre o gênero feminino e contribui para a manutenção de desigualdades [...]. Ademais, ao estabelecer parâmetros de normalidade que se apoiam, sobretudo, em celebridades de sucesso, *Claudia* auxilia na formação de referências dos indivíduos e interfere na forma como as mulheres se relacionam consigo mesmas e com a sociedade. [...]

Percebe-se, portanto, a necessidade de se pensar em outros modos de se fazer jornalismo para mulheres, tendo como intuito uma abordagem que possibilite a reflexão sobre desigualdades sociais e de gênero (BERTASSO; ROSA, 2021, p. 126).

O período que as autoras estudaram foi praticamente o mesmo que selecionei para analisar a cobertura sobre o rodeio de Barretos pela *Folha de S. Paulo*. O *corpus* dos dois trabalhos, apesar de abordarem temas distintos, expressam a completa falta de sintonia do jornalismo com temas emergentes e debates que estão na “ordem do dia”. Ironicamente, ao reportarem diariamente as novidades do mundo, os jornalistas o fazem a partir de perspectivas já obsoletas. Em *A ideia de justiça* (2011), o economista e pesquisador indiano Amartya Sen<sup>819</sup> afirma que nossa apreensão mais imediata da realidade em geral não nos fornece uma compreensão verdadeira sobre o que de fato acontece – logo, não nos permite diagnosticar as injustiças sociais e agir no sentido de combatê-las. Precisamos, portanto, questionar as aparências e refletir sobre o que vemos, de forma a “perseguir a justiça e buscar a democracia”:

---

<sup>819</sup> Amartya Sen (1933-) é professor catedrático de Economia e Filosofia na Universidade de Harvard. O autor recebeu o Prêmio Nobel de Economia de 1998, por seus trabalhos sobre a economia do bem-estar social, a qual tem contribuído para a definição de políticas públicas de combate à pobreza. A originalidade de *A ideia de justiça* está no fato de que o autor faz “uso extensivo de ideias oriundas de sociedades não ocidentais, sobretudo da história intelectual indiana, mas de outras partes também” (SEN, 2011, p. 15-16).

Compreender o mundo nunca é uma questão apenas de registrar nossas percepções imediatas. A compreensão inevitavelmente envolve o uso da razão. Temos de “ler” o que sentimos e aparentemente vemos, e perguntar o que essas percepções indicam e como podemos levá-las em conta sem sermos sobrecarregados por elas. Uma questão diz respeito à confiabilidade de nossas percepções e impressões. Um senso de justiça poderia servir como um sinal que nos move, mas um sinal ainda demanda um exame crítico, e deve haver um exame cuidadoso da validade de uma conclusão baseada principalmente em sinais (SEN, 2011, p. 10).

Ao destacar “o uso da razão”, o autor não está privilegiando a racionalidade em detrimento de nossos sentimentos e emoções. Sen (2011, p. 19) acredita que “não existe um conflito irreduzível entre razão e emoção, e há muito boas razões para darmos espaço à relevância das emoções”. Entretanto, não devemos recorrer a nossos “instintos como fontes independentes de valoração, sem uma avaliação arrazoada” (SEN, 2011, p. 19).

Suas ponderações são pertinentes para o trabalho dos jornalistas. Ao documentarem os acontecimentos, esses profissionais não estão apenas os ordenando e tornando legíveis. Estão também classificando-os, julgando-os, conferindo-lhes significados. Sabemos que a imparcialidade e a objetividade são mais norteadoras das práticas jornalísticas do que propriamente qualidades substantivas – “mesmo o mais vigoroso dos exames críticos pode deixar de fora argumentos conflitantes e concorrentes que não são eliminados pela análise imparcial” (SEN, 2011, p. 12) –, ainda assim, repórteres e editores não podem prescindir de buscá-las. As mensagens que veiculam influem diretamente no modo como as sociedades se organizam. Faz-se necessário, portanto, indagar a si mesmo sobre suas próprias “verdades”, sempre considerando que “a vida dos outros pode ser fortemente afetada por nossas próprias ações” (SEN, 2011, p. 62).

As implicações do especismo – e o mesmo se aplica ao sexismo, racismo etc. – são muito mais abrangentes do que inicialmente podemos supor. Não se trata apenas de uma questão ética ou jurídica. Incluir humanos ou não humanos em nossa esfera de consideração moral e conceder-lhes direitos é extremamente importante. Pequenas conquistas podem ter resultados práticos e imediatos, ao melhorar a vida de ao menos algumas espécies ou indivíduos. Entretanto, é preciso ter no horizonte que nossa própria cultura está alicerçada em um sistema político e econômico cuja característica intrínseca é a discriminação social.

A indústria de exploração animal, assim como as tantas outras indústrias que nos “beneficiam”, tornam-se viáveis tão somente porque grupos com determinadas características são concebidos como “inferiores”, “coisas”. A invisibilidade, nesse sentido, mostra-se imprescindível para a manutenção do sistema. Os jornalistas, se não estiverem atentos a isso, estarão sempre contribuindo para reforçar estruturas dominantes e opressoras. Trata-se,

portanto, de um esforço constante e sem fim. Mas somente ao empreendê-lo conseguimos, em algum momento, enxergar o quanto estamos cegos para as injustiças com as quais nos deparamos diariamente.

### Fatores políticos

*Num regime totalitário como o do Terceiro Reich, erguer-se contra todo um oceano constituía um ato de bravura. [...] Temos certeza de que, se fôssemos cidadãos arianos sob o Terceiro Reich, sem dúvida enxergaríamos mais além, [...] seríamos aquela pessoa que, diante da histeria da massa, resistiria ao autoritarismo e à brutalidade. [...] Qual o custo de sê-lo em qualquer época? Qual o custo de sê-lo agora?*

Isabel Wilkerson<sup>820</sup>

*Aqueles que pensam que os regimes comunistas da Europa Central são obra exclusiva de criminosos deixam na sombra uma verdade fundamental: os regimes criminosos não foram feitos por criminosos, mas por entusiastas convencidos de ter descoberto o único caminho para o paraíso. Defendiam corajosamente esse caminho, executando para isso centenas de pessoas. Mais tarde, ficou claro como o dia que o paraíso não existia e que, portanto, os entusiastas eram assassinos.*

Milan Kundera<sup>821</sup>

Para além dos aspectos econômicos e culturais já expostos, as práticas jornalísticas também são fortemente influenciadas pelo contexto político de cada época. Explícita ou implicitamente, os meios de comunicação nunca são neutros em relação àqueles que governam. A maioria dos veículos analisados aqui mostrou-se muito mais propenso a apoiar os atores políticos da situação – e seus respectivos posicionamentos especistas – do que a confrontá-los. Seja por identificação ideológica ou por rezear represálias, muitas publicações optam por dar mais destaque às declarações oficiais. Os repórteres, do mesmo modo, frequentemente consideram mais “prático” e “seguro” apoiar-se na autoridade das fontes governamentais.

Os poderes executivos detêm não apenas amplo capital político, mas também capital econômico: são em geral grandes anunciantes, cuja farta verba publicitária os veículos, na maioria das vezes, não ousam renunciar. Quando o que está em pauta são temas considerados menos importantes ou mesmo irrelevantes – como certamente muitos jornalistas encaram os

<sup>820</sup> Do livro *Casta: as origens de nosso mal-estar* (WILKERSON, 2021, p. 14).

<sup>821</sup> Do livro *A insustentável leveza do ser* (KUNDERA, 2017, p. 188).

direitos animais –, a possibilidade de que contestem a “soberania” do chefe de Estado reduz-se ainda mais. Em sociedades organizadas hierarquicamente, como a nossa, estar nos níveis mais altos da estrutura social significa necessariamente ter mais oportunidades de falar e ser ouvido – fato que se expressa claramente nas práticas jornalísticas hegemônicas.

A cobertura sobre as exportações de animais vivos, como vimos, foi fortemente favorável ao governo federal. A fonte mais ouvida foi o então Ministro da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa), Blairo Maggi, cujos depoimentos eram reproduzidos, correntemente, como a única versão dos fatos. Said afirma, sobre o período colonial, que “ninguém com alguma capacidade de influir na política ou no debate público contestava a superioridade básica do homem branco europeu, que sempre devia manter tal primazia” (SAID, 2011, p. 245). Tal asserção também faz sentido quando pensamos no jornalista como alguém cujo trabalho tem alguma possibilidade de intervir nos rumos da política e na formação da opinião pública. Entretanto, como Said bem aponta, justamente aqueles que ocupam posições privilegiadas e que estariam mais aptos a promover mudanças são os menos propensos a questionar o *status quo* – sobretudo porque se beneficiam dele.

Uma das formas que os veículos empregam para favorecer o espectro político dominante é silenciar as vozes de oposição. Em ambas as coberturas analisadas aqui, foram raras as críticas às decisões governamentais que prejudicavam diretamente o bem-estar das demais espécies. Boa parte das matérias sobre o transporte marítimo de gado vivo parecia indicar uma identificação ideológica com o governo do então presidente Michel Temer – ou mera passividade e inércia perante seus atos. No caso da Festa do Peão, a presença de políticos em Barretos era enaltecida como uma atração à parte. Em 2019, a *Folha* estampou na capa uma foto do presidente Jair Bolsonaro e do governador de Goiás, Ronaldo Caiado, montados a cavalo durante uma visita ao rodeio. É evidente que a presença de um presidente já tem, por si, valor notícia. O problema não está em reportar tal evento, mas sim em limitar-se a tão somente registrá-lo, sem contextualizá-lo com os interesses que estão sendo defendidos ali.

Muitas pesquisas já identificaram o apoio, a passividade ou acriticidade da imprensa diante de atos e políticas governamentais claramente danosas à coletividade. Em períodos ditatoriais, presumivelmente, tais posturas são a regra, não a exceção. Nesses casos, entretanto, muitos veículos não apenas se calam sobre o que ocorre, mas também contribuem ativamente para promover o regime. No artigo “Silêncios permissivos: os cadernos especiais da *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil* no 10º ano do regime militar”, o pesquisador Álvaro Nunes Laranjeira (2015, p. 217-218) observou que ambas as publicações estudadas anuíam ao que estava em curso. Suas constatações expõem o quanto a imprensa pode, em determinadas

situações, abdicar dos mais nobres princípios da profissão, o que torna bastante questionável seu epíteto de “quarto poder”:

[...] No plano semântico, imperam os termos “Revolução”, “Revolução de 64”, “Movimento de 31 de Março”, “Modernização”, “Democratização”. [...] Esses silenciamentos ou redirecionamentos analíticos, por parte dos dois jornais pesquisados, expressaram [sua] identificação [...] com o projeto da edificação de um regime econômico ideal, o qual seria proporcionado pela sociedade liberal capitalista, sendo aceitável, portanto, passar inclusive por governos/ditaduras militares para alcançar o fim último (LARANJEIRA, 2015, p. 218).

Em regimes democráticos, quando, teoricamente, não existe a censura e violência instituídas pelo Estado, os veículos ainda se rendem com frequência ao poder político. Muitos governantes são favorecidos por omissão e passividade, quando jornalistas não vão além do que dizem ou se limitam a replicar o que foi divulgado em uma coletiva de imprensa.

Outro artigo que traz reflexões pertinentes examinou a cobertura jornalística de um episódio recente da história do país: a posse de Jair Bolsonaro como presidente da República. As pesquisadoras analisaram matérias publicadas por nove veículos<sup>822</sup> e constataram uma apuração burocrática e a “persistente tendência em priorizar fontes e interpretações oficiais”:

Na cobertura da posse do governo Bolsonaro, chama atenção [...] as marcas de pouco planejamento e investimento na apuração sobre a chegada ao poder de um político da extrema-direita, como se se tratasse de um acontecimento rotineiro sobre o qual não haveria necessidade de se aprofundar e de se considerar as novas perspectivas. As práticas de apuração observadas apontam para *omissão, sonegação, submissão* e, ainda, *deformação* [...].

Pouco destaque foi dado às políticas propostas pelo novo governo para as áreas da saúde, educação, moradia, saneamento básico e meio ambiente, restringindo-se a atenção jornalística à prioridade de reformas na esfera econômica. Nem mesmo se problematizou com a devida importância o que se anunciava quanto à flexibilização de relações de trabalho, redução do papel do Estado e privatizações. É notável ainda o silenciamento a que foram relegados outros atores de espectro político diferente ao do novo governo – tanto políticos profissionais como cidadãos comuns –, bem como especialistas de áreas diversas, negligenciados pela captação de informações. Na apuração junto a fontes oficiais e aliados do governo, imperou o jornalismo declaratório, a excessiva factualidade dos diários, a falta de aprofundamento, de checagem e de escuta do contraditório. Se nos jornais impressos e nos portais predominaram informações provenientes de fontes oficiais (assessorias, Twitter, coletivas), de fontes não especificadas e de conteúdos já publicados pela própria mídia ou outros veículos, nas revistas teve relevo a opinião ou a editorialização de fatos, geralmente com viés pouco crítico ao novo governo [...]. Verificou-se ainda nas mídias analisadas a inexpressiva presença da reportagem – seja enquanto método de captação de informação, seja enquanto gênero jornalístico textual. Portanto nem na cobertura on-line, nem nas publicações dos impressos (jornais e revistas) aqui estudados encontramos evidências empíricas quanto ao uso proveitoso das facilidades

<sup>822</sup> O trabalho analisou a cobertura dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, nos portais *UOL* e *GI*, e nas revistas *Carta Capital*, *Época*, *IstoÉ* e *Veja*.

da internet e mesmo das redes sociais para se ter uma produção jornalística com mais qualidade, profundidade e variedade de perspectivas [...] (SILVA et al., 2020, p. 18).

O trabalho expõe dados relevantes sobre uma situação em que o evento em pauta era previsível e estava programado com bastante antecedência, o que possibilitava aos jornalistas se prepararem previamente, aprofundarem questões importantes e planejarem coberturas diferenciadas. Mesmo com tais condições a seu favor, os veículos realizaram uma apuração precária. Esse tipo de conduta pode ser mais ou menos problemática conforme a ordem de importância do acontecimento em questão. Segundo as autoras, o resultado das eleições de 2018 “foi um marco para o Brasil por ter levado à Presidência da República, em uma campanha marcada por *fake news*, um candidato de extrema-direita após três décadas de democratização no país” (SILVA et al., 2020, p. 7). O fato de praticamente toda a imprensa brasileira ter agido da mesma forma pode indicar certa acomodação de veículos e profissionais. Diante de um fato histórico, optaram por seguir um protocolo burocrático ao invés de correr o risco de confrontar, contrariar ou constranger o novo presidente.

Em relação às fontes citadas, o artigo indica duas ausências que esta pesquisa igualmente constatou: não foram ouvidos atores políticos ou cidadãos com perspectivas ideológicas opostas à do novo presidente, e tampouco fontes independentes. Essa escolha editorial tem por consequência a difusão de informações incompletas, descontextualizadas e por vezes distorcidas. O teórico Daniel Cornu destaca a importância de um esforço contínuo na busca por fontes variadas, mesmo quando a rotina atribulada das redações se coloca como um obstáculo:

O tratamento das fontes está no cerne do trabalho do jornalista. É o seu ato inicial. Não há informação sem procura das fontes, não há informação verídica sem rigor no tratamento dessas mesmas fontes. [...] É seu dever não suprimir as informações essenciais e não alterar os textos e os documentos. A questão é tanto mais importante quanto é certo que na maior parte das vezes não há tempo para proceder a várias confirmações e comparações, à maneira do historiador. Há regras profissionais que descrevem uma sequência de operações precisas que permitem identificar, verificar, completar, confrontar as fontes, para obter a melhor abordagem possível da realidade dos fatos. Na prática, porém, a urgência do trabalho jornalístico reduz frequentemente essas operações à mera confirmação da fiabilidade, da credibilidade do informador. [...] É uma prática corrente, mas sempre problemática. Uma fonte normalmente fiável, provada pela experiência, pode ter uma falha súbita. Por regra, a comparação de várias fontes independentes umas das outras continua a oferecer a melhor garantia (CORNU, 1999, p. 76-77).

O autor defende “um jornalismo que não se contenta com levar ao conhecimento do público fatos de atualidade ocorridos espontaneamente, mas que procura descobri-los, trazê-los

à luz do dia contra tudo e contra todos” (CORNU, 1999, p. 67), mas pondera que “uma tal prática esbarra evidentemente com a resistência de todos quantos têm um interesse qualquer em os calar” (CORNU, 1999, p. 67). Conseqüentemente, chegar à “verdade” dos fatos demanda, impreterivelmente, uma postura ativa do jornalista:

A verdade supõe uma procura, uma revelação de fatos ocultos, uma relação entre esses fatos, que permitam destacar uma imagem (porque se tratará sempre de uma imagem!) da realidade. [...] Entre o respeito pela verdade e a sua procura, existe mesmo mais que uma diferença quantitativa. Há uma diferença qualitativa. Procurar supõe que o jornalista não se contenta com o fato informar, transmitir notícias, mas que toma ativamente a iniciativa (CORNU, 1999, p. 75).

Essa atitude diligente, entretanto, está mais no plano da utopia do que da realidade concreta. Como tantos estudos têm demonstrado, frequentemente repórteres se contentam em tão somente informar os fatos – e por vezes apenas parte dos fatos. Em relação à cobertura da posse presidencial, as autoras apresentam algumas razões que podem explicar o tratamento jornalístico dado ao evento:

À acomodação técnica-cultural estimulada pelas facilidades de uso de recursos digitais soma-se o histórico problema das condicionantes política, empresarial e ideológica que atravessam a linha editorial das mídias jornalísticas. Tanto a precarização como a acomodação e a linha editorial agem na apuração realizada, desde a delimitação e planejamento das pautas até o enquadramento dos assuntos e a visibilidade dada ou não. Assim, no caso da posse de Jair Bolsonaro, a apuração revela que o não planejamento de uma cobertura mais consistente e crítica foi também uma escolha de política editorial. [...]

No trabalho de pré-apuração e de apuração no curso da posse, os principais jornais, portais e revistas semanais da imprensa do país mostraram muito menos do que seria necessário saber ou lembrar sobre o político que então assumia a Presidência da República e sobre o tipo de governo que já se desenhava à frente dos brasileiros (SILVA *et al.*, 2020, p. 18-19).

Se considerarmos que o jornalismo ainda exerce um papel relevante na formação da opinião pública, uma abordagem reducionista e insuficiente dos fatos, como a que o trabalho explícita, prejudica a própria dinâmica da democracia. O favorecimento das fontes oficiais e suas respectivas versões dos acontecimentos têm se apresentado como uma fragilidade inerente ao campo jornalístico contemporâneo. Tais práticas têm como resultado a difusão de informações repetitivas, homogêneas, uniformes. Ao ver, ler, ouvir reiteradamente as mesmas mensagens, com o mesmo enfoque, os cidadãos irão quase sempre interpretá-las como a realidade em si, a “verdade”.

Em seu clássico *Opinião Pública*, publicado originalmente em 1922, Walter Lippmann (1889-1974) afirma que “inevitavelmente nossas opiniões cobrem um largo espectro, um longo

período de tempo, um número maior de coisas que podemos diretamente observar. Elas têm, portanto, que ser formada de pedaços juntados do que outros nos relataram e do que podemos imaginar” (LIPPMANN, 2010, p. 83). Nesse sentido, “o que cada homem faz está baseado não em conhecimento direto e determinado, mas em imagens feitas por ele mesmo ou transmitidas a ele” (LIPPMANN, 2010, p. 37).

Os jornalistas são responsáveis por transmitir muitas das informações que formam nossa visão de mundo. Quando muita coisa é deixada de lado, nosso olhar tenderá a ser limitado e estaremos mais susceptíveis a tomar decisões equivocadas. Provavelmente, também negligenciaremos aspectos relevantes da realidade simplesmente por ignorá-los. Afinal, ainda segundo Lippmann (2010, p. 150) “não podemos estar muito interessados ou muito comovidos, por coisas que não vemos”.

### Fatores organizacionais

*Mandei plantar  
Folhas de sonho no jardim do solar  
As folhas sabem procurar pelo Sol  
E as raízes procurar, procurar  
Mas as pessoas na sala de jantar  
São ocupadas em nascer e morrer*  
Caetano Veloso e Gilberto Gil<sup>823</sup>

Além de todos os aspectos já abordados, destaco agora outro fator igualmente determinante na forma e no conteúdo das matérias que lemos diariamente: as condições de trabalho a que jornalistas são submetidos. Notícias e reportagens são, frequentemente, produzidas em circunstâncias precárias. Baixa remuneração, pouquíssimo tempo para apurar e escrever, pressão constante de editores e diretores de redação, escassos recursos para viabilizar apurações mais onerosas – que demandem viagens e hospedagens, por exemplo –, numerosas horas extras – muitas vezes não pagas. É nesse contexto bastante insatisfatório e estressante que a maioria dos repórteres vive seus dias.

Apesar das condições descritas, esses profissionais tendem a relevá-las porque, em geral, não dispõem de muitas outras ofertas de emprego. Justamente pelo enorme desafio que consiste em obter fontes de financiamentos para além da publicidade – cujo modelo está em crise –, as demissões são constantes, poucas vagas surgem e muitas são extintas. Logo, os

---

<sup>823</sup> Da canção “Panis et circenses”, lançada em 1968 nos discos *Tropicália ou Panis et Circenses e Os Mutantes*.

jornalistas também enfrentam um clima de permanente insegurança e incerteza. Tal ambiente é suficientemente apropriado para que se submetam a uma adequação irrestrita à linha editorial do veículo em que trabalham. Por isso, comportamentos conformistas e condescendentes são comuns dentro das redações, o que também indica pouquíssima autonomia no processo de produção das matérias. Sobre esse aspecto, Bourdieu afirma:

Quanto ao grau de autonomia de um jornalista particular, ele depende, primeiro, do grau de concentração da imprensa (que, reduzindo o número de empregadores potenciais, aumenta a insegurança do emprego); em seguida, da posição de seu jornal no espaço dos jornais, ou seja, mais ou menos próximo do pólo “intelectual” ou do pólo “comercial”; depois, de sua posição dentro do jornal ou do órgão de imprensa (funcionário, horista etc.), que determina as diferentes garantias estatutárias (ligadas notadamente à notoriedade) de que ele dispõe e também o seu salário [...]; e, enfim, de sua capacidade de produção autônoma da informação (alguns jornalistas, como os vulgarizadores científicos ou os jornalistas econômicos, sendo particularmente dependentes) (BOURDIEU, 1997, p. 103).

O pesquisador espanhol Miquel Rodrigo Alsina (2009, p. 202) argumenta que “a decisão produtiva do fim é mais no sentido organizacional do que no pessoal, pois embora a rubrica final possa ser a de um jornalista concreto, no entanto, esse produto final passou por uma série de filtros antes de sua publicação”. Se a estrutura organizacional é preponderante, é mais provável que sejam contratados e valorizados aqueles profissionais que expressem clara identificação com a linha editorial do veículo, conforme observa Sigelman (1980, p. 69 *apud* ALSINA, 2009, p. 201): “Nos jornais acontece a mesma coisa que acontece em outras organizações: no que tange ao estabelecimento de atitudes, as organizações devem escolher o pessoal que estiver em consonância com a filosofia de trabalho do jornal”. Na mesma linha, Alsina aponta que, em qualquer empresa jornalística, subentende-se que um repórter recém-contratado irá agir em consonância com os objetivos e interesses da empresa – se não o fizer, corre o risco de perder o emprego:

Como podemos supor, nenhuma empresa contrataria um empregado que, de repente, estivesse contra a própria empresa. Isto é, podemos supor que os novos jornalistas esforçar-se-ão na sua adaptação dentro da organização e nos seus costumes de produção. De qualquer forma, será gerado um processo de socialização, e os novos jornalistas imitarão o sistema de produção da organização. [...] Os novos jornalistas [...] irão compondo as informações como os seus chefes gostam, até o dia em que os seus chefes não lhe toquem nem uma vírgula sequer: é assim que eles demonstrarão suas competências profissionais. No entanto, precisamos acrescentar que o controle na redação não acaba aí, pois os jornalistas que não fizeram o trabalho como desejarem seus chefes podem acabar fazendo os artigos que ninguém quer, ser trocados de seção, ou simplesmente demitidos (ALSINA, 2009, p. 203).

Liberdade, independência e autonomia tornam-se, assim, um privilégio que poucos jornalistas podem usufruir. As possibilidades de que dispõem para aprofundar-se em determinados temas e produzir textos a partir de perspectivas mais criativas e originais também são escassas. Tais “regalias” ficam geralmente restritas à produção de reportagens “especiais”. Mas até nos casos em que dispõem de mais tempo, muitos repórteres mantêm o mesmo *modus operandi*: recorrem às fontes que lhe são usuais e abordam a pauta a partir do prisma que estão habituados. Ao cumprir à risca um processo produtivo convencionado, sequer cogitam buscar outras vias para compreender e reportar os fatos.

Uma pesquisa publicada pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) em 17 de maio de 2021 revelou que 48,44% dos 384 jornalistas respondentes nunca utilizaram a Lei de Acesso à Informação (LAI) para a apuração de reportagens.<sup>824</sup> É uma porcentagem significativa, sobretudo se considerarmos o quão útil pode ser esse instrumento na divulgação de dados de interesse público. Como justificativa, os jornalistas informaram que não usam a LAI porque “acham difícil”, “nunca precisaram” ou “preferem fazer uso de outras fontes, como assessorias de imprensa”.

A predileção por apoiar-se no trabalho do assessor de imprensa como um facilitador de seu próprio trabalho mostrou-se evidente na cobertura sobre as exportações de animais vivos. Mesmo sendo possível acessar diretamente as decisões judiciais e entrevistar os principais atores envolvidos no processo em curso, a maioria dos repórteres optou por recorrer a intermediários. Raramente houve um esforço para ir além das “notas à imprensa”, as quais eram reproduzidas reiteradamente, apesar de suas evidentes inconsistências. Sobre esse tipo de conduta, quando generalizada, Bourdieu (1997, p. 108) observa que, “nesse domínio como em outros, a concorrência, longe de ser automaticamente geradora de originalidade e de diversidade, tende muitas vezes a favorecer a uniformidade da oferta”.

Concomitantemente às pressões intrínsecas ao *modus operandi* das redações, os jornalistas também estão sujeitos a outros tipos de constrangimentos: podem ser coagidos a atender aos interesses das fontes “parceiras” do veículo, ou persuadidos a “difundir informações fabricadas” ou “garantir o silêncio” (CORNU, 1999, p. 62) – frequentemente em troca alguma vantagem pessoal. Daniel Cornu afirma que os baixos salários e as condições de trabalho desfavoráveis tornam os jornalistas mais vulneráveis e mais propensos a aceitar as benesses que lhe são ofertadas – o que significa render-se aos desejos da fonte:

---

<sup>824</sup> Disponível em: <https://www.abraji.org.br/noticias/pesquisa-aponta-alto-indice-de-jornalistas-que-nunca-fizeram-pedidos-de-acesso-a-informacao> Acesso em 21 maio 2021.

No dia-a-dia, a sedução exerce-se na maior parte das vezes com vista a obter um artigo favorável, a publicação de uma informação interessada. [...]

O jornalista está rodeado por solicitações que o pretendem utilizar. Muito concretamente [...], os jornalistas são frequentemente convidados para viagens de imprensa que não tem unicamente por objetivo a apresentação de um produto ou um serviço, mas também, em certos casos, as melhores facetas de um país, um regime. Quem paga exige? Preso numa rede de influências tão perigosa e eficaz como a de uma empresa vulgar, os jornalistas têm as maiores dificuldades em libertar-se dela para preservar sua liberdade [...] (CORNU, 1999, p. 63).

Com o objetivo de evitar que as notícias sejam atravessadas por tantos interesses oblíquos, diferentes códigos de ética da profissão declaram que, para preservar minimamente sua autonomia, o jornalista não deve aceitar quaisquer ofertas materiais:

Um dos aspectos mais visíveis da independência do jornalista é o seu desinteresse relativamente a valores materiais. É por isso que a Declaração de Munique o obriga a proibir-se de receber qualquer vantagem pela publicação ou supressão de uma informação. A Declaração da UNESCO considera que a integridade da profissão proíbe o jornalista de aceitar qualquer forma de remuneração ilícita e de promover interesses privados contrários ao bem-estar geral. [...] O Código de ética da associação americana *Sigma Delta Chi* resume com grande pragmatismo tudo o que está em jogo logo no seu primeiro artigo, o que destaca a importância desta exigência elementar: “Os presentes, as viagens gratuitas, os privilégios ou os tratamentos de favor podem comprometer a integridade dos jornalistas e dos seus empregadores. Não se deve aceitar nenhuma oferta de valor” (CORNU, 1999, p. 61).

Como vimos, diversas matérias sobre o rodeio de Barretos informavam que os repórteres haviam se hospedado na cidade a convite dos organizadores da Festa do Peão. Certamente isso contribuiu para que realizassem, sucessivamente, coberturas favoráveis ao evento. Talvez não procedessem assim intencionalmente, poderiam inclusive acreditar estar imunes a tais influências. Entretanto, seja por ações conscientes ou inconscientes, o resultado permanece o mesmo: textos enviesados, parciais, imprecisos, insensíveis e cegos à realidade do outro.

Cornu aponta que, em quaisquer coberturas, o ideal seria que os próprios veículos financiassem todos os custos de viagem, alimentação, hospedagem, entre outros. Este seria um requisito básico para garantir a independência de seus profissionais. Entretanto, o autor reconhece, pouquíssimas empresas conseguem arcar com tais despesas:

A informação não é propaganda e pode acontecer que das condições de uma viagem nada mais resulte senão propaganda. Pode-se fazer outra coisa evidentemente melhor para o interesse público. Não depende dos jornalistas, mas dos seus empregadores. É mais onerosa. Trata-se de recusar sistematicamente qualquer convite para viagens de imprensa, delegando os jornalistas de maneira autônoma, à custa do jornal, da cadeia de rádio ou de televisão. Vantagem visível quanto à garantia da sua independência. Vantagem não menos evidente quanto ao próprio interesse da reportagem. [...] A

aposta da liberdade é também aqui a verdade da informação. A dificuldade é que essa aposta é um luxo de que só os grandes jornais ou as grandes instituições midiáticas podem usufruir (CORNU, 1999, p. 64).

Todos esses fatores potencialmente impeditivos de apurações mais consistentes e abordagens diversificadas são acompanhados dos condicionamentos e limitações próprios de cada jornalista. Quando submetido a um ambiente que não lhe proporciona tempo e espaço para reflexões mais compenetradas, sua cultura e perspectiva de mundo – conforme descrevi anteriormente – serão ainda mais determinantes nas matérias que produzem.

Walter Lippmann (2010, p. 83-84), como outros autores, afirma que “os fatos que vemos dependem de onde estamos posicionados e dos hábitos de nossos olhos”. O universo do que nos é “visível”, portanto, será sempre restrito e muita coisa permanecerá fora de nosso alcance. Ao mesmo tempo, a pequena parcela do que estamos aptos a enxergar geralmente já nos foi predefinida. Quando nascemos, somos incorporados a um mundo em que praticamente tudo está “pronto”, conseqüentemente, os estereótipos acabam por ser os principais norteadores de nossas práticas cotidianas:

Na maior parte dos casos, nós não vemos em primeiro lugar, para então definir, nós definimos primeiro e então vemos. Na confusão brilhante, ruidosa do mundo exterior, pegamos o que nossa cultura já definiu para nós, e tendemos a perceber aquilo que captamos na forma de estereótipos para nós por nossa cultura (LIPPMANN, 2010, p. 85).

As mais sutis e difundidas de todas as influências são aquelas que criam e mantêm o repertório de estereótipos. Conta-nos sobre o mundo antes de nós o vemos. Imaginamos a maior parte das coisas antes de a experimentarmos. E estas preconceções, a menos que a educação tenha nos tornado mais agudamente conscientes, governam profundamente todo o processo de percepção (LIPPMANN, 2010, p. 91).

O poder de um estereótipo, segundo Lippmann (2010, p. 94), está no fato de que ele “pode ser transmitido de uma forma tão consistente e peremptoriamente em cada geração de pai a filho que parece ser quase um fato biológico”. Nesse sentido, os estereótipos “são as fortalezas de nossa tradição, e atrás de nossas defesas podemos continuar a sentir-nos seguros na posição que ocupamos” (LIPPMANN, 2010, p. 97). Quando agimos, portanto, “a perspectiva, o contexto e as dimensões da ação estão cerceados e congelados no estereótipo” (LIPPMANN, 2010, p. 146).

Apesar de tão presentes, raramente nos damos conta de que somos guiados por imagens estereotipadas do mundo. Tendemos a considerar que nossa interpretação da realidade é a realidade em si, “pois quando um sistema de estereótipos é bem fixado, nossa atenção é

chamada para aqueles fatos que o apoiam, nos afastando daqueles que o contradizem. [...] Não vemos o que nossos olhos não estão acostumados a levar em conta” (LIPPMANN, 2010, p. 115). Evidentemente, os jornalistas, como qualquer cidadão, estão sujeitos a esse “sistema de estereótipos”, os quais variam conforme a época e o lugar, mas estão quase sempre entranhados nas notícias. Na Inglaterra do século XIX, por exemplo, os irlandeses eram frequentemente caracterizados pelos jornalistas como uma “raça inferior”:

Em 1880, Gustave de Molinari (1819-1912) escreveu que os grandes jornais da Inglaterra “não deixam escapar ocasião de tratar os irlandeses como raça inferior – como uma espécie de negros brancos” [sic]. A expressão de Molinari “negros brancos” apareceu em tradução numa abertura de matéria no *The Times* e era consistente com a suposição, desde a década de 1860, de que certos traços físicos e culturais dos irlandeses os marcavam como uma raça de “calibãs celtas” por contraste com os anglo-saxões (MCCLINTOCK, 2010, p. 91).

Como se observa, o próprio estereótipo do irlandês estava fundado em outro estereótipo, o do negro – a suposta inferioridade de um equivalia-se à do outro. Ao discorrer sobre as representações dos orientais no Ocidente, Said também ressalta o papel do jornalismo na disseminação de estereótipos – e, conseqüentemente, na desumanização do “outro”:

Essas atitudes orientalistas contemporâneas inundam a imprensa e a mente popular. [...] Está sempre subjacente a pressuposição de que embora pertença a uma minoria numérica, o consumidor ocidental tem o direito de possuir ou gastar (ou ambas as coisas) a maioria dos recursos do mundo. Por quê? Porque ele, ao contrário do oriental, é um verdadeiro ser humano. Não existe melhor exemplo hoje em dia do que Anwar Abdel Malek chama “a hegemonia das minorias de posses” e do antropocentrismo aliado ao eurocentrismo: um ocidental branco de classe média acredita ser sua prerrogativa humana não só administrar o mundo não branco, mas também possuí-lo, só porque por definição “esse mundo” não é tão humano quanto “nós” somos. Não há exemplo mais puro do pensamento desumanizado (SAID, 2007, p. 160-161).

Para Said, todos aqueles que exercem atividades intelectuais – incluso jornalistas – o fazem, com frequência, a partir de concepções discriminatórias. Sobre o orientalismo, ele afirma: “Transmitido de uma geração à outra, era uma parte da cultura, uma linguagem sobre uma porção da realidade tanto quanto a geometria ou a física” (SAID, 2007, p. 300). Segundo o autor, o escritor inglês Joseph Conrad (1857-1924) escrevia “como homem cuja visão *ocidental* do mundo não ocidental está tão arraigada a ponto de cegá-lo para outras histórias, outras culturas e outras aspirações” (SAID, 2011, p. 18). Podemos dizer, igualmente, que os repórteres também escrevem a partir de visões especistas fortemente arraigadas, as quais estão tão entranhadas na sociedade como o imperialismo e o orientalismo descritos por Said.

Ao comentar o discurso que o ex-primeiro-ministro do Reino Unido Arthur James Balfour (1848-1930) proferiu em defesa da ocupação britânica no Egito<sup>825</sup>, Said afirma: “O conhecimento britânico do Egito é o Egito para Balfour [...]. Em nenhum momento Balfour nega a superioridade britânica e a inferioridade egípcia; ele as aceita como naturais [...]” (SAID, 2007, p. 63). Tais exemplos indicam a onipresença de ideologias preconceituosas permeando todos os aspectos de nossas vidas:

Como John Mackenzie mostrou em seu valioso *Propaganda and empire* [Propaganda e império], lema e enfeites manipuladores que iam desde anúncios de cigarros, cartões-postais, partituras de canções, almanaques e manuais até programas de music-hall, soldadinhos de brinquedo, concertos de banda e jogos de tabuleiros enalteciam o império e ressaltavam que ele era indispensável para o bem-estar estratégico, moral e econômico da Inglaterra, ao mesmo tempo caracterizando as raças escuras ou inferiores como seres irrecuperáveis, que precisavam ser eliminados, comandados com severidade e subjugados por tempo indefinido. [...] Forneciam-se diversos motivos para a manutenção de territórios ultramarinos; às vezes era o lucro, outras vezes a estratégia ou a concorrência com outras potências imperiais [...] A única coisa que se mantém constante é a subordinação dos não brancos (SAID, 2011, p. 244).

Do mesmo modo, podemos apresentar diferentes argumentos para justificar a exploração de animais, mas por trás de qualquer suposta necessidade humana, sempre está a concepção de que as demais espécies são inferiores, logo, podemos sujeitá-las às nossas vontades. No caso das duas coberturas analisadas aqui, a ideia do animal como *commodity*, instrumento, produto, entretenimento esteve o tempo todo presente. O *modus operandi* das redações, portanto, está impreterivelmente alicerçado nas ideologias e estereótipos dominantes. Sem tempo para “pensar”, submetidos a diversas limitações estruturais, e sob as mais diversas pressões editoriais, os repórteres não hesitam em apoiar-se no que lhes é familiar – e que sabem que também é familiar a seus chefes e leitores.

Mesmo quando a abordagem em si não é explicitamente especista, a objetivação das demais espécies se expressa no uso da linguagem. Ao falar, perguntar, escrever, materializamos preconceitos. No processo de socialização nas redações e do aprendizado de uma “linguagem jornalística”, certa concepção de mundo é assimilada ou reforçada, com o emprego contínuo de palavras e expressões “permitidas” em detrimento das “proibidas”. Em *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal* (1999), Hannah Arendt (1906-1975) refere-se às “regras de linguagem” instituídas pelos nazistas para descrever suas ações: “É raro encontrar documentos em que ocorram palavras ousadas como ‘extermínio’, ‘eliminação’ ou ‘assassinato’. Os codinomes prescritos para o assassinato eram ‘solução final’, ‘evacuação’ e

---

<sup>825</sup> Balfour discursou na condição de parlamentar da Câmara dos Comuns, em 13 de junho de 1910.

‘tratamento especial’ [...]” (ARENDR, 1999, p. 100). Basicamente, recorria-se a eufemismos para registrar feitos que soariam terríveis demais a ouvidos minimamente sensíveis.

Sem perceber, utilizamos os mesmos tipos de eufemismos ao nos reportarmos à exploração e morte de animais: dizemos “abate”, no lugar de assassinato; “carne”, no lugar de boi ou vaca; “vitela”, no lugar de bezerro; “manejo”, no lugar de caça.<sup>826</sup> A própria ideia de bem-estar e “abate humanizado” é muito similar a que era empregada pelos nazistas para supostamente “amenizar” o sofrimento dos judeus:

[No] primeiro decreto de guerra de Hitler, [...] a palavra “assassinato” era substituída pela expressão “dar uma morte misericordiosa”. Quando o interrogador da política perguntou a Eichmann se a diretiva de “evitar sofrimento desnecessário” não era um pouco irônica, uma vez que o destino dessas pessoas era a morte certa, ele nem mesmo entendeu a pergunta, tão fortemente enraizada em sua mente estava a ideia de que o pecado imperdoável não era matar pessoas, mas provocar sofrimento desnecessário (ARENDR, 1999, p. 125).

Na cobertura sobre as exportações de animais vivos, muitos veículos reproduziram repetidamente as declarações do governo federal e de representantes do agronegócio que garantiam que o bem-estar dos animais estava preservado. Repórteres e editores que deram destaque a tais alegações provavelmente sequer percebiam o quão especistas e incoerentes elas se mostravam. Em um ambiente organizacional em que todos enxergam os fatos a partir da mesma perspectiva, é bastante improvável pensarmos e agirmos de outra maneira. Mesmo aqueles que porventura o fazem, ainda assim podem achar mais confortável agir em consonância com o senso comum da redação. Afinal, como afirma o filósofo francês contemporâneo Frédéric Gros (2018, p. 97), muitas vezes, concorda-se com a maioria pelo “medo súbito de se sentir, por alguns segundos, só, isolado, excluído, rejeitado”.

---

<sup>826</sup> Sobretudo no caso das caças autorizadas – de javalis e similares, por exemplo –, é comum que os caçadores usem a palavra “manejo”: ao invés de dizerem que caçam, afirmam realizar “manejo de javalis”.

## As contradições

*As razões para não aceitar mais o estado atual do mundo, seu curso catastrófico, são quase demasiado numerosas. [...] No entanto, nada acontece, ninguém ou quase ninguém se levanta. [...]*

*Por que, diante da iminência da catástrofe, ainda ficamos hoje de braços cruzados e com os olhos, nem digo resignados, mas tentando desviá-los para outro lado? Por que deixamos a coisa correr, por que nos comportamos como espectadores do desastre?*

Frédéric Gros<sup>827</sup>

*Alguém já viu alguma escola organizar excursão a um matadouro? Nunca. Por quê? De onde vem esse pudor que nos obriga a esconder das crianças o modo como tratamos os animais? A degola, o choque elétrico, a evisceração – seriam essas imagens obscenas para os olhos inocentes? A resposta é sim.*

Aymeric Caron<sup>828</sup>

No último parágrafo de seu artigo *Pode o subalterno falar?*, Gayatri Spivak (2010, p. 126) conclui que “o subalterno não pode falar”. Do mesmo modo, esta pesquisa demonstrou que, via de regra, no campo jornalístico contemporâneo, o animal *não* pode falar. É preciso registrar, entretanto, alguns contextos em que a voz dos animais ocasionalmente se manifesta. Abordarei agora diferentes situações em que outras espécies foram tratadas como seres sencientes, como sujeitos. Na maioria das vezes, essas manifestações explicitaram as contradições inerentes ao nosso relacionamento com os animais – a nossa “esquizofrenia moral”, nas palavras do acadêmico estadunidense Gary Francione.

O filósofo Peter Singer relata um episódio, ocorrido há mais de três décadas, que suscitou ampla cobertura midiática:

Em outubro de 1988, telespectadores de todo o mundo aplaudiram o sucesso dos esforços de russos e norte-americanos para libertar duas baleias cinzentas californianas presas nas geleiras do Alasca. Alguns críticos observaram a ironia de fazer tanto para salvar duas baleias enquanto duas mil são mortas por caçadores todos os anos – para não mencionar o número estimado de 125 mil golfinhos que se afogam anualmente na rede da indústria de atum. No entanto, uma pessoa que declarasse ser errado salvar as baleias seria considerada insensível (SINGER, 2010, p. 329).

O fato de o resgate das baleias ter provocado comoção e solidariedade demonstra o quanto também somos capazes de reconhecer seres de outras espécies como indivíduos cujas vidas importam. Tanto para jornalistas, quanto para seus respectivos públicos, as duas baleias

<sup>827</sup> Do livro *Desobedecer* (GROS, 2018, p. 9 e p. 15-16).

<sup>828</sup> Do livro *No Steak* (CARON *apud* RICARD, 2017, p. 49).

em questão não eram objetos, *commodities*. Entretanto, concomitantemente aos esforços internacionais para salvá-las, milhares de outras eram intencionalmente assassinadas para atenderem a interesses humanos – ao contrário das primeiras, essas eram tão somente produtos comercializáveis. É nesse paradoxo que reside a contradição: alguns animais específicos são considerados em sua individualidade e singularidade – isto é, como vidas únicas que devem ser protegidas –, enquanto tantos outros, apesar de pertencerem à mesma espécie, permanecem reduzidos ao *status* de objeto.

Claire Molloy, professora da School of Arts and Media da University of Brighton, na Inglaterra, e pesquisadora associada do Oxford Centre for Animal Ethics, tem publicado diversos trabalhos analisando a cobertura midiática sobre animais. Em seu livro *Popular Media and Animals*, lançado em 2011, a autora descreve diversos casos em que animais “de criação” receberam um tratamento midiático especial. Porcos que até aquele instante eram apenas números, repentinamente adquiriam personalidade, migraram do *status* de “coisa” ao de “pessoa”.

As reportagens analisadas por Molloy abordavam “acidentes de percurso” na engrenagem da indústria da carne: enquanto eram transportados das fazendas aos abatedouros, alguns animais conseguiram fugir, escapando da morte certa que lhes aguardava. As circunstâncias pouco usuais dessas fugas provocaram, por si só, enorme comoção pública. Entretanto, conforme aponta a pesquisadora, a intensidade e duração desse sentimento de solidariedade esteve diretamente relacionado ao tipo de cobertura que cada caso recebeu:

Essas cinco reportagens sobre animais de criação que escaparam quando estavam a caminho do abate eram todas notícias leves, o que ilustra a ambivalência que caracteriza as relações humano-animal na contemporaneidade. Tais histórias suscitam o questionamento de por que, enquanto o abate de muitos milhões de animais para as indústrias alimentícias globais continua inabalável, deveriam alguns animais merecer destaque na mídia e serem considerados moralmente e terem a permissão para continuar a viver? A resposta a esta pergunta está, obviamente, longe de ser simples. [...] O ponto é que Larry, Squeaky, Sundance, Butch e Phoenix foram concebidos em um conjunto de notícias projetadas de forma a provocar a simpatia do público. Em três casos, a cobertura midiática sobre as “fugas” levou à suspensão do abate. Mas os 12 porcos que também escaparam dos caminhões em 2009 não tiveram a mesma sorte: não ganharam nomes e não tiveram o mesmo tratamento acolhedor da mídia. O que essas histórias e seus resultados sugerem é que existe uma conexão importante entre as dimensões estéticas, éticas e econômicas das representações midiáticas dos animais (MOLLOY, 2011, p. 4, tradução minha).<sup>829</sup>

<sup>829</sup> Original em inglês: “These five media reports of farmed animals who escaped en route to slaughter were all soft news stories and they illustrate the ambivalence which characterizes contemporary human-animal relationships. Such stories raise the question why, when the slaughter of many millions of animals for the global food industries continues unabated, should some newsworthy animals be classified as morally considerable and allowed to live? The answer to this question is, of course, far from simple. [...] the point remains that Larry, Squeaky, Sundance, Butch and Phoenix were each constructed by news article in ways designed to elicit public

Como fica claro, o ato de nomeá-los e tratá-los como seres sensíveis e autônomos criou uma forte identificação com o público. Os animais que passaram a ser vistos em sua individualidade, com personalidade própria, já não podiam ser reduzidos a *commodities*. Suas vidas agora importavam, logo, suas mortes não seriam mais caracterizadas como abate, mas sim como assassinato. O trabalho de Molloy explicita o quanto as escolhas editoriais podem ser determinantes na maneira como o público enxerga e se relaciona com outras espécies. O jornalismo, portanto, mostra-se capaz de transformar meros “objetos” em “sujeitos-de-uma-vida” – empregando o conceito de Tom Regan.

Em outro caso, os porcos não receberam nomes, mas foram associados ao protagonista do filme *Babe* (1995).<sup>830</sup> A autora relata como a identificação com uma personagem carismática teve o mesmo efeito de suscitar a empatia do público:

Os animais eram jovens e foram individualizados, batizados. Os relatos de suas “fugas” foram estruturados por convenções narrativas familiares e utilizaram referências intertextuais. [...] Na ausência de fotografias disponíveis dos animais reais, a cobertura da mídia descreveu os dois porcos de Tamworth como “parecidos com o Babe”, contextualizando suas ações com uma multiplicidade de referências culturais [...] (MOLLOY, 2011, p. 4, tradução minha).<sup>831</sup>

Além de batizá-los com um nome próprio ou associá-los a personagens da cultura popular, Molloy observou que as fotografias eram outro recurso utilizado para conferir-lhes dignidade. Nesses casos, igualmente, cada porco deixava de ser apenas um entre milhares, mas sim seres únicos, com olhares e expressões faciais singulares:

As imagens cobriam mais da metade da página e cada animal foi fotografado de frente, olhando direto para a câmera. Apresentados desta forma, o olhar dos animais dirigia-se diretamente ao do observador. As imagens eram enquadradas de forma a reduzir as

---

sympathy. In three cases, the media coverage of the ‘escapes’ led to reprieves from slaughter, whilst the 12 unnamed pig escapees from the animal transporter in 2009 did not merit the same sympathetic media treatment. What these stories and their outcome suggests is that there is an important connection between the aesthetic, ethical and economic dimensions of media representations of animals”.

<sup>830</sup> No Brasil, o filme ganhou o nome de *Babe: o porquinho atrapalhado*. Trata-se de um longa infantil, cuja história é contada pela perspectiva do porquinho Babe, recém-chegado à fazenda e bastante perdido sobre quais seriam suas funções e habilidades entre os demais animais. Como não convivia com nenhum outro indivíduo de sua espécie, Babe passa a se comportar como um cachorro – mais especificamente um cão pastor. Surpreendentemente, o porquinho revela-se tão hábil no pastoreio das ovelhas, que o dono da fazenda decide levá-lo ao “Campeonato Nacional de Cães Pastores”. Em 1998, foi lançada a continuação: *Babe: o porquinho atrapalhado na cidade*.

<sup>831</sup> Original em inglês: “In the cases of the reprieved animals, the media coverage of their escapes shared common reference points. Each animal was young, they were individuated and named, and the reports of their ‘escapes’ were structured by familiar narrative conventions and utilized intertextual references. [...] In the absence of available photographs of the actual animals, the media coverage overcoded the two Tamworth pigs as ‘Babe-like’, with a multiplicity of cultural references that contextualized their actions [...]”

informações visíveis ao fundo, deslocando-os de qualquer contexto específico (MOLLOY, 2011, p. 5, tradução minha).<sup>832</sup>

O trabalho de Molloy demonstra que o público não tem dificuldade em compreender que indivíduos de outras espécies lutam por suas vidas, assim como nós lutamos pelas nossas. Inclusive animais que usualmente são classificados como “comida” podem, em determinado contexto, ser reconhecidos como merecedores do nosso respeito e consideração. Entretanto, mesmo em circunstâncias excepcionais como as fugas descritas pela autora, ainda são poucas as coberturas que partem de uma perspectiva não especista:

Um aspecto a se destacar em relação às formas de apresentação desses animais é que os significados atribuídos a cada um deles, individualizados e nomeados, suscitaram um rico e complexo conjunto de referências culturais que afirmavam seu valor moral. Narrativas dramáticas, e ao mesmo tempo familiares, foram empregadas para enquadrar eventos a modos de apresentação visual que conectavam o olhar do público ao dos indivíduos retratados. Em contraposição a esse enquadramento, a fotografia dos porcos que haviam sido abatidos manteve-se distante visualmente. Nesse caso, eles não foram caracterizados como sujeitos, mas sim como “comida”. É simples explicar como certos animais podem atrair a atenção e empatia dos leitores, por meio de uma combinação de representações familiares e referências intertextuais. Entretanto, a questão que permanece é: por que somente alguns animais são favorecidos dessa forma? Certamente, a explicação está diretamente relacionada às escolhas editoriais (MOLLOY, 2011, p. 6, tradução minha).<sup>833</sup>

Outra contradição que podemos observar no jornalismo é a completa ausência de imagens ou descrições de abatedouros. Por mais que a “matéria-prima” – bois, vacas, porcos, galinhas, peixes – e o “produto final” – carnes, ovos, couro, “frutos” do mar – sejam uma constante no noticiário, todo o processo intermediário – e inevitável – que envolve transformar bois em carnes jamais é exposto. Trata-se, literalmente, de um tabu. Neste caso, um tabu imposto pela indústria de exploração animal, conforme aponta Mathieu Ricard (2017, p. 47):

---

<sup>832</sup> Original em inglês: “The images coverage more than half of the available page space and each animal was photographed front-on, looking straight into the camera. Presented in this way the animals’ gaze directly addressed the viewer, and the image was cropped so that only minimal background information was visible, thereby removing them from any specific context.”

<sup>833</sup> Original em inglês: “The point of highlighting the modes of presentation is to note that the meanings attributed to each of the individuated and named animals called on a rich and complex corpus of cultural reference points to affirm the moral worth. Dramatic yet familiar narratives were employed to frame events and were coupled with a mode of visual presentation that connected the audience’s gaze with that of the subject. In contrast to this, the photograph of the pigs who were slaughtered maintained a visual distance between the audience and the animal subjects, and the pigs were coded by the headline as ‘food’. Whilst it is straight-forward enough to point out how animals can be made to appeal to readers, through a combination of conventions of representation and intertextual references, the question remains as to why certain animals are favoured this way. Certainly, much of the reason has to do with editorial process.”

O setor alimentício pratica uma censura tácita, mas rigorosa, de forma a assegurar que nenhuma imagem chocante das torturas seja divulgada. Atualmente, nos países ricos, os animais que vemos não são os animais que comemos. [...]

Para evitar a aversão que poderia ser sentida pelo consumidor se pensasse no animal vivo, e ainda em todo o sofrimento até chegar à mesa, a carne dos animais é apresentada como um produto fabricado inócuo, até com nomes diferentes conforme a parte do corpo. Dessa forma, o consumidor não faz mais a ligação entre a comida que está no prato e o ser que perdeu a vida para fornecê-la.

A completa supressão dos bastidores da indústria da carne entre as numerosas informações que chegam ao grande público diariamente só é viável porque tem a conivência do jornalismo. Como vimos, os veículos compactuam e contribuem efetivamente para essa omissão. Em relação a isso, Ricard observa ainda outro contrassenso: os pecuaristas estão a todo momento reiterando que os animais são muito bem cuidados, que não sofrem quaisquer maus-tratos e seu bem-estar é preservado, mas são quase sempre irredutíveis ao vetar o acesso aos matadouros:

O destino dos animais que comemos é dissimulado, com muitíssimas precauções. Tudo é feito de modo a manter o consumidor na ignorância. [...]

Os empresários afirmam não ter nenhuma razão para se envergonhar de suas atividades. Mas se não têm nada a esconder, por que tanto esforço para dissimular o que ocorre? Eles estão cientes de que a demanda dos consumidores iria diminuir de forma drástica se vissem o que ocorre nos locais de criação em massa e nos matadouros.

Não é por acaso, portanto, que os responsáveis por essas empresas neguem de maneira sistemática o acesso de jornalistas e outros interessados às suas instalações e tomem todas as precauções para proteger as fábricas como campos militares, com sistemas avançados de segurança (RICARD, 2017, p. 48-49).

Não sabemos se o consumo de carne iria realmente “diminuir de forma drástica”, como prevê o autor, mas seguramente causaria um impacto considerável. Muitas das pessoas que em algum momento decidiram se tornar vegetarianas ou veganas o fizeram após assistirem a vídeos e documentários, ou depois de terem lido livros ou ouvido relatos sobre o sofrimento a que os animais são submetidos. Isto é, a partir do momento em que realmente compreenderam que “bife” era apenas um nome mais palatável para referir-se a corpos de animais mortos:

No final das contas, e por mais desagradável que seja a ideia, o homem consome cadáveres. O fato de que as peças servidas sejam, de modo sutil, denominadas “filet mignon”, “paleta” ou “picanha”, entre outros nomes, coloca o comprador e o consumidor em uma situação adequada para esquecer que o “prato principal” que consome é um pedaço da carne de um animal abatido (RICARD, 2017, p. 54).

A psicóloga estadunidense Melanie Joy também destaca, em seu famoso livro *Por que amamos cachorros, comemos porcos e vestimos vacas* (2014)<sup>834</sup>, o quanto a invisibilidade do sistema de exploração animal é responsável pela perpetuação do especismo:

A principal defesa do sistema é a invisibilidade; a invisibilidade reflete as defesas *evitar e negar* e é a base sobre a qual repousam todos os outros mecanismos. A invisibilidade nos permite, por exemplo, consumir o bife comum sem imaginar o animal que estamos comendo; ela esconde nossos pensamentos de nós mesmos. A invisibilidade também nos conserva bem isolados do desagradável processo de criar e matar animais para nos alimentarmos. O primeiro passo, então, na desconstrução da carne é a desconstrução da invisibilidade, expondo os princípios e as práticas de um sistema que tem, desde seus primórdios, permanecido oculto (JOY, 2014, p. 24).

De fato, a estratégia de esconder o abate dos olhos do público não é recente, conforme igualmente relata o historiador Keith Thomas (2010, p. 416):

Na época medieval e no início dos tempos modernos, as autoridades civis procuraram impedir o abate de animais em locais públicos. Viam os matadouros como um problema, e com frequência tentaram situá-los para fora dos muros da cidade. Os açougueiros tornaram-se objeto de preconceitos não muito diferentes dos relacionados ao carrasco público.

Os esforços para afastar os abatedouros dos centros urbanos têm sido tão bem-sucedidos que a maioria dos cidadãos sequer tem ideia de onde estão localizados, jamais passaram em frente a um desses estabelecimentos ou, se o fizeram, provavelmente não conseguiram identificar o que ocorria lá dentro. Tais fábricas são construídas de forma a permanecerem completamente blindadas aos olhos humanos:

A ativista e desenhista Sue Coe conta que o muro externo da *Farmer John*, a maior empresa de abate e de processamento de carne e peles em Los Angeles, é todo pintado com cenas idílicas de campos onde passeiam porcos e bois visivelmente felizes. [...] Esse tipo de cenário recobre até as janelas de vidro dos edifícios, tornando impossível enxergar dentro do matadouro (RICARD, 2017, p. 50).

Entre as ocasiões excepcionais em que os bastidores dessa indústria recebem alguma mínima visibilidade estão as pandemias causadas por zoonoses. Como apontei na Introdução, a atual pandemia que enfrentamos desde o início de 2020 suscitou, entre intelectuais de diversas áreas, reflexões sobre nossa responsabilidade no surgimento de crises sanitárias globais. O

---

<sup>834</sup> O livro de Joy foi lançado em inglês em 2009 e até o momento já foi traduzido para 17 línguas. Em sua última edição, de 2020, o prefácio é assinado pelo historiador e escritor israelense Yuval Noah Harari. Desde seu lançamento, o livro recebe críticas bastante positivas de autores respeitados no campo, entre os quais Peter Singer.

epidemiologista estadunidense Rob Wallace é um dos que vêm atentando para isso há décadas, em seus estudos sobre as pandemias dos séculos XX e XXI, tais como as gripes aviária (1997) e suína (2009): “O ônus deve recair sobre as decisões que nós, humanos, tomamos para organizá-los dessa maneira. E, quando dizemos ‘nós’, sejamos claros, estamos falando de como o agronegócio organizou porcos e aves” (WALLACE, 2020, p. 62).

Mesmos os surtos que não chegam a se disseminar entre humanos, por vezes também chamam a atenção para os modos instituídos de criação e abate de animais em larga escala. Nesses casos, a “solução” encontrada pela indústria para evitar a propagação do vírus tende a ser a eliminação dos animais supostamente infectados. Quando vistas aos milhares e em simultâneo, suas mortes muitas vezes provocam a indignação do público, conforme relatam Peter Singer e Matthew Scully<sup>835</sup>:

Os europeus conheceram a indústria de agronegócio quando do surgimento de duas doenças: a da vaca louca e a aftosa. A doença da vaca louca ensinou ao público europeu que os livros que liam para os filhos eram obsoletos. As vacas não se alimentavam só de grama. Nem sequer herbívoras eram mais. Para aumentar a proteína da dieta, davam-lhes sobras dos abatedouros. Depois, quando a aftosa se disseminou pela Grã-Bretanha, as pessoas viram no noticiário de televisão centenas de milhares de animais sendo mortos simplesmente porque *poderiam* contrair aftosa (uma doença branda para a maioria dos animais, mas que, caso não fosse eliminada, poria a perder a indústria britânica de exploração de carne). O que se viu foi uma prova incontestável de que a moderna produção pecuária trata os animais como coisas, apenas meios para seus fins. [...]

Milhares de pessoas entraram em contato com grupos de defesa dos animais e organizações vegetarianas, em busca de alternativas para os produtos de origem animal. Deixar de comer carne é a decisão certa, e antes tarde do que nunca. Mas o que essas pessoas pensavam que acontecia com os animais que comiam antes de assistir à morte deles pela televisão? (SINGER, 2010, p. X).

Começou com um porco em um abatedouro britânico. Em algum ponto da linha de produção observou-se que ele tinha aftas na boca e salivava. As piores suspeitas foram confirmadas, e depois de alguns dias fronteiras se fecharam e um plano de ação foi determinado. Logo, a Inglaterra e o restante do mundo viram centenas e depois milhares de porcos, vacas e carneiros, com seus filhotes recém-nascidos, serem levados para fora das áreas de criação, mortos a tiros, jogados em piras flamejantes e enterrados por tratores em sepulturas lamacentas. Há relatos de gado em pânico, perseguidos por atiradores, animais atropelando uns aos outros para tentar escapar. Alguns ainda se mexiam ou piscavam um dia depois de levar os tiros. A praga, nesse ínterim, espalhará-se pelo continente europeu, onde o mesmo ritual se repetiu até que, no fim, mais de 10 milhões de animais tinham sido exterminados. [...]

O jornalista Andrew Sullivan viu nessas cenas um “horrendo nada”, algo naquilo deixou todos enojados, tristes e com uma sensação de vazio. Mais de um ano depois de a última cova ter sido fechada, ainda era possível lembrar-se das reações, porque foi um daqueles eventos que nos fazem parar e questionar preceitos básicos. Sabia-se que algo terrivelmente errado havia acontecido, algo vasto e solene que estava além do poder das vacinas, do fechamento de fronteiras e do abate dos mais fracos. Os fatos

---

<sup>835</sup> Matthew Scully é jornalista estadunidense e autor de *Domínio: o poder humano, o sofrimento dos animais e o apelo por misericórdia*. O livro foi publicado em inglês em 2002 e traduzido para o português 16 anos depois, em 2018.

se apresentaram em toda a sua simplicidade: lá estavam criaturas inocentes, que mereciam mais consideração; simplesmente não podemos tratar a vida desse jeito. Ainda que apenas por um instante, nos demos conta de que aquilo não era necessário, que fomos nós os responsáveis pelo que estava acontecendo aos animais e a nós mesmos. A febre aftosa é um mal passível de tratamento e de cuidado veterinário, tem vacinação preventiva e não é letal nem para humanos nem para o gado. Esses animais, milhões que sequer estavam infectados, foram mortos apenas pela queda de seu valor de mercado e porque esse mesmo mercado requeria políticas de controle, ou seja, foram abatidos porque, diante das circunstâncias, essa era a solução rápida e conveniente. De acordo com o entendimento que passamos a ter, essas criaturas tinham perdido valor. Para elas, a diferença entre o que aconteceu e o que, mais cedo ou mais tarde, aconteceria era apenas questão de tempo. Para nós, a diferença foi a visibilidade. Dessa vez, nós tivemos que enxergar. [...]

Estranhamente a humanidade parece estar ficando, ao mesmo tempo, mais sentimental e mais implacável com os animais. Em nenhum período da história houve tanta preocupação com eles, tanta curiosidade e cuidado. Mas também não houve época em que sofressem punições tão cruéis e com tamanha despreocupação, como aconteceu nas cenas testemunhadas naquela fazenda industrial (SCULLY, 2018, p. 11-12).

Esses exemplos corroboram o entendimento de que nosso convívio com outras espécies está permeado de incoerências, e que isso se expressa claramente nas coberturas jornalísticas. Uma reportagem televisiva sobre o abate Halal, método já descrito aqui, é bastante ilustrativa no sentido de explicitar nossas contradições. Ao longo dos primeiros meses de 2011, o *Jornal da Record* veiculou uma série de reportagens com o tema “A carne é nossa”.<sup>836</sup> O objetivo da série, segundo o telejornal, era dar visibilidade à produção agropecuária brasileira, destacando suas particularidades e “excelência”. O tema abordado no dia 02 de fevereiro foi o “ritual sagrado do abate muçulmano”. A matéria, que teve a duração de cerca de 9 minutos, foi anunciada pelo âncora com a seguinte chamada:

Os bovinos brasileiros caem no gosto dos iranianos por conta de sua qualidade. Conheça o ritual sagrado do abate mulçumano e os tratamentos que ajudam a diminuir o estresse do animal que serve de base para muitas coisas além da carne, desde lubrificante para aviões a filmes de raio-X. O repórter Luis Gustavo foi para as fazendas para encontrar histórias de vida e mostrar profissões cada vez mais valorizadas.

A seguir, a voz em *off* do repórter descreve algumas das exigências do abate Halal: “A reza ao amanhecer anuncia mais um dia de abate muçulmano. No corredor da morte, o gado toma banho enquanto uma comitiva do Irã se prepara para o ritual sagrado.” São apresentados então os rigorosos procedimentos de higienização exigidos para ter acesso ao frigorífico, e na sequência são descritas mais algumas especificidades do método: “O abate muçulmano é conhecido como Halal, palavra árabe que significa legal, permitido [...].”

<sup>836</sup> Disponível em: <https://recordtv.r7.com/jornal-da-record/videos/a-carne-e-nossa-conheca-ritual-sagrado-do-abate-mulcumano-06102018> Acesso em 08 fev. 2021.

Tratava-se de uma das raras ocasiões em que uma TV aberta exibia o interior de um abatedouro em plena operação. O repórter apresentava gradualmente cada etapa do processo de abate – reza, limpeza, preparo do material –, indicando que o abate em si seria igualmente exibido. Entretanto, chegando esse momento, ele limitou-se a informar: “Os animais morrem degolados. As imagens são muito fortes, por isso não serão mostradas. Há uma faca afiada para cada animal.” A decisão do veículo em não mostrar o abate para não impressionar os telespectadores – o que também pode ter sido uma exigência da empresa para liberar a entrada do repórter – revela nitidamente o quanto o jornalismo atua em completa parceria e cumplicidade com a indústria da carne. A matéria prossegue com a entrevista do único funcionário do abatedouro autorizado a realizar o abate Halal:

**Entrevistado:** Pela lei muçulmana, depois de ser degolado, ainda deve haver vida no corpo, o espírito do animal tem que estar dentro do corpo. Isso leva de 30 segundos a 2 minutos. Se ele se mexer, não será considerado Halal.

**Repórter:** Antes de cortar, o degolador tem que pronunciar uma frase, que significa “Em nome de Deus.” Por mais cruel que o abate possa parecer, ao evocar o nome de Deus, os muçulmanos estão agradecendo pelo alimento enviado do céu e pedindo perdão por matar o animal. [...]

Ravi veio há 10 anos de Teerã, a capital do Irã, para trabalhar neste frigorífico em Araguari, no Triângulo Mineiro. O senhor faz quantas degolas por dia?

**Entrevistado:** Às vezes 500, 600... às vezes 1000, 1200. Tem que degolar tudo.

**Repórter:** O que também impressiona é a rapidez com que o boi chega em pé de um lado e sai em pedacinhos do outro.

**Entrevistado:** Em 24 segundos você abate e desmancha um animal. O que atrai os muçulmanos é a qualidade da carne brasileira. Cada dia mais macia, por conta do abate cada vez mais precoce.

O repórter faz questão de salientar que o abate pode *parecer* cruel, mas que isso deve ser relevado, já que os muçulmanos rezam e pedem perdão antes de matar o animal – novamente, explicita-se o contrassenso. Ao final, o entrevistado destaca o “abate cada vez mais precoce” como uma qualidade e vantagem da carne brasileira – o que seguramente está longe de ser uma vantagem para os animais, uma vez que apenas significa que suas vidas estão sendo abreviadas cada vez mais cedo.

A prática de abater bois ainda muito jovens não é uma exclusividade do mercado Halal. A reportagem seguinte da série, exibida no mesmo dia, aborda a criação de bois da raça Zebu, destacando justamente a redução drástica no tempo estimado entre a engorda e a matança do rebanho:

**Entrevistado:** Nós abatíamos o animal com 5, 6 anos de idade. Estamos abatendo agora com 2 anos, 2 anos e meio. Deu a melhora no sabor da carne.

**Repórter:** Isso muda o que no prato do brasileiro?

**Entrevistado:** A carne mais macia.

**Repórter:** Quando vai pro abate, o tratador não fica com pena não?

**Entrevistado:** Ah, eu não gosto de ver não...

O fato de o próprio criador afirmar que “não gosta de ver” não seria um indicativo que a exploração animal envolve, necessariamente, crueldade? Ao final da entrevista, o jornalista explica que o zelo pelo bem-estar dos animais é motivado sobretudo por questões econômicas:

Os criadores perceberam que judiar dos bichos é um péssimo negócio. Além de despertar a fúria dos protetores dos animais, pesa no bolso. Assim como os seres humanos, quanto mais estressados, menos os animais produzem. Por isso, nesta fazenda, o gado é tratado com respeito. Na hora de tocar a boiada, os vaqueiros não usam ferrões, que podem ferir a pele. E a cerca é toda lisa, sem arame farpado. As mudanças vieram depois que o dono notou a semelhança entre bicho e gente.

Ao expressar a “semelhança entre bicho e gente”, o repórter mais uma vez expõe a incoerência humana concernente ao tratamento destinado a outras espécies. Ao mesmo tempo em que demonstramos preocupação com esses animais “de fazenda”, estamos dispostos a sacrificá-los porque acreditamos ser “inevitável” – “precisamos” comê-los. Para Melanie Joy, se levássemos em conta todas as implicações éticas envolvidas no hábito de comer carne, conseguiríamos perceber que, na maioria dos casos, esse costume expressa tão somente uma ideologia, não uma necessidade. Assim como falamos em vegetarianismo, a autora considera pertinente falarmos também em “carnismo”:

Em grande parte do mundo industrializado, comemos carne não porque tenhamos de comer; comemos carne porque optamos por isso. Não precisamos de carne para sobreviver ou mesmo para sermos saudáveis; milhões de vegetarianos saudáveis, que tiveram uma vida longa, provaram esse ponto. Comemos animais simplesmente porque é o que sempre fazemos e gostamos do sabor que tem. A maioria das pessoas come animais porque as coisas são assim mesmo.

Não vemos o ato de comer carne como vemos o vegetarianismo – como opção, baseada num conjunto de pressupostos sobre os animais, sobre o nosso mundo e sobre nós mesmos. Nós o vemos, em vez disso, como um dado, a coisa “natural” a fazer, o modo como as coisas sempre foram e o modo como as coisas sempre serão. Comemos animais sem pensar no que e por que estamos fazendo, pelo fato de o sistema de crenças que está por trás desse comportamento ser invisível. Esse sistema de crenças invisível é o que chamo de carnismo (JOY, 2014, p. 31).

Uma das forças do “carnismo”, segundo Joy, é o fato de ele se caracterizar como um tipo de ideologia “especialmente resistente ao escrutínio” (JOY, 2014, p. 32). Tendemos a enxergá-lo não como um “estilo de vida dominante”, uma “opinião”, uma “opção”, mas sim como um “valor universal”, “um fato”, “mero bom senso”: “É a norma. É o modo como as coisas são. E é a razão pela qual o carnismo não recebeu até agora um nome” (JOY, 2014, p.

33). Como psicóloga social, a autora defende a importância de darmos nomes às coisas que ignoramos. Ao nomeá-las, elas automaticamente perdem sua invisibilidade e passam a existir para nós.

As reportagens analisadas por Molloy são um bom exemplo disso: a partir do momento em que aqueles porcos ganharam nomes, eles foram vistos e respeitados como indivíduos. No caso de uma ideologia dominante, ela igualmente só poderá ser questionada e combatida ao se tornar manifesta. É preciso, portanto, recorrermos à linguagem para materializá-la, torná-la “palpável”, “manejável”. Como bem coloca o escritor britânico Robert Macfarlane (2020, p. 89), “palavras criam mundos – e a linguagem é uma das grandes forças geológicas do Antropoceno”.

### Outros caminhos

*As realidades mais óbvias, onipresentes e fundamentais são com frequência as mais difíceis de ver e conversar a respeito. [...] Nas trincheiras cotidianas da vida adulta, as platitudes banais podem ter uma importância vital.*

David Foster Wallace<sup>837</sup>

*Devemos redefinir e questionar os próprios problemas. Qual é a percepção correta do problema? Qual é, de fato, o problema? Deveríamos fazer perguntas muito mais básicas.*

Slavoj Žižek<sup>838</sup>

Uma das principais limitações do trabalho do jornalista, como numerosos pesquisadores já apontaram, é a questão do tempo. Por um lado, a pressa é intrínseca à atividade, em certo sentido é sua própria razão de ser. Se as notícias não chegam rápido, são atropeladas por tantos outros acontecimentos que logo deixam de ser novidade. Há vantagens na velocidade. Saber logo por vezes pode significar agir logo. Permite-nos acompanhar o tempo presente “minuto a minuto”, compreender a realidade concreta antes que os fatos se tornem história. Por outro lado, a brevidade temporal também pode nos fornecer um retrato muito restrito e

---

<sup>837</sup> Do discurso de paraninfo que o escritor proferiu no Kenyon College (Ohio - EUA), em 21 de maio de 2005. O texto, com o título “Isto é água”, integra o livro *Ficando longe do fato de já estar meio que longe de tudo* (WALLACE, 2012, p. 263).

<sup>838</sup> Em entrevista concedida em 18 de outubro de 2010 para o telejornal estadunidense *Democracy Now! Independent Global News* (ŽIŽEK *apud* WALLACE, 2020, p. 138).

insuficiente dos eventos. Afinal, “uma informação parcelar e deliberadamente parcial pode ser tão pernicioso como uma informação escondida” (CORNU, 1999, p. 62). Uma matéria incompleta e imprecisa tem, de fato, o potencial de confundir mais do que informar. Mas na maioria das vezes, as notícias são parciais não por uma escolha deliberada, mas sim porque não é possível fazer de outra forma. O tempo e espaço de que os jornalistas dispõem dificilmente lhes permite olhar mais detidamente para os acontecimentos à sua volta:

Um elemento muito determinante no trabalho jornalístico é o tempo de produção da informação. Como é conhecido, os meios de comunicação trabalham com urgência, quase sem tempo. Mas não é só isso, [os enviados especiais] também costumam permanecer pouco tempo nos locais, mas, se ficam mais tempo, permanecem em espaços enormes. Portanto, os jornais abrangem áreas geográficas enormes, inclusive continentes, com a presença de um só correspondente [...]. Por sua vez, um antropólogo pode se dedicar ao estudo de um aspecto muito específico de uma determinada cultura, [...] permanecendo numa pequena região durante muito tempo (ALSINA, 2009, p. 269).

Sabemos que o jornalismo opera em uma lógica distinta da antropologia – e a questão do tempo coloca-se como uma diferença central. Os antropólogos, portanto, têm geralmente mais chances de conseguir observar o mundo a partir de outro paradigma, de rever seus próprios padrões e preconceitos, de perceber que o que lhes parecia “normal” e “natural” pode ter um significado muito diverso em outras partes do mundo. A experiência do antropólogo francês Philippe Descola nos fornece uma boa ilustração disso.

Na década de 1970, Descola passou alguns anos na “alta Amazônia, na fronteira do Equador com o Peru, [...] para estudar os índios conhecidos do grande público pelo nome de jivaros, mas que se autodenominam achuar” (DESCOLA, 2016, p. 10). Nesse período de convivência diária com uma comunidade indígena cujos hábitos de vida eram tão diferentes dos seus, Descola passou a rever muitos dos valores que até então considerava “evidentes” e “inerentes ao bom senso”. Os achuar lhe permitiram refletir sobre uma das ideias que moldam a maioria das sociedades contemporâneas, inclusive a sua: “Comecei a questionar o que me parecia tão evidente a propósito da diferença entre humanos e não humanos, entre os seres que, segundo nós, pertencem à natureza e os seres que pertencem à cultura” (DESCOLA, 2016, p. 10). Ele compreendeu, portanto, que essas rígidas categorizações eram apenas uma forma, entre muitas possíveis, de estar no mundo:

Os achuar desconhecem essas distinções, que me pareciam tão evidentes, entre os humanos e os não humanos, entre o que pertence à natureza e o que pertence à cultura. Em outras palavras, meu senso comum não tinha nada a ver com o deles. Quando observávamos as plantas e os animais, não víamos a mesma coisa.

Desse ponto de vista, os achuar não têm nada de excepcional. É claro que eles me ensinaram muito e revolucionaram meu modo de ver as coisas, mas sociedades como a deles já foram descritas em outros lugares, especialmente em outras partes da Amazônia. Para as centenas de tribos amazônicas, que falam línguas diferentes, os não humanos também são pessoas que participam da vida social, pessoas com quem podemos estabelecer relações de aliança ou, ao contrário, relações de hostilidade e de competição (DESCOLA, 2016, p. 14).

O autor reconhece o enorme desafio que representa desvencilhar-se de visões de mundo e costumes tão arraigados. Nesse sentido, o trabalho do antropólogo pode contribuir para a desconstrução de estereótipos, de tornar conhecidos modos de vida singulares e documentar a realidade a partir do olhar do outro:

É muito difícil extrair-se do cotidiano, dos hábitos de pensamento, das rotinas, das instituições que regem nossa vida e sem as quais mal podemos nos imaginar. [...] Estamos tão profundamente submersos em nossas próprias crenças que tendemos a considerar as alheias com certo desdém e ironia divertida. Contudo, a antropologia nos mostra que o que nos parece eterno, este presente no qual estamos agora trancafiados, é apenas uma entre milhares de outras maneiras já descritas de se viver a condição humana. Assim, mesmo que a solução que queremos para o futuro – algum modo diferente de conviver entre humanos, bem como entre humanos e não humanos – ainda não exista, resta-nos ao menos a esperança de inventar maneiras originais de habitar a terra, uma vez que outras civilizações e outras sociedades já o fizeram antes de nós (DESCOLA, 2016, p. 26).

Justamente pela dificuldade – ou mesmo resistência – de “extrair-se do cotidiano”, os jornalistas raramente abordam os temas em pauta a partir de perspectivas não hegemônicas e que não estejam alinhadas ao “senso comum” predominante. E mesmo quando o fazem, com frequência as matérias se mostram contraditórias, descontextualizadas ou enviesadas. Como vimos, são muitas as restrições inerentes ao trabalho do repórter. Por isso, é difícil avaliar o quanto das inconsistências dos textos é decorrente de suas inabilidades, de sua inércia, e o quanto é consequência do próprio *modus operandi* e do modelo de negócios do jornalismo contemporâneo.

Por vezes, mesmo quando as condições lhe são favoráveis, esses profissionais podem se mostrar despreparados para realizar uma cobertura diversa da que estão acostumados. Sua interpretação dos acontecimentos não consegue transpor os limites do *status quo*. Portanto, não basta tempo, espaço e recursos financeiros. É preciso que o repórter também esteja apto e disposto a realizar uma cobertura original. Quando tudo isso conflui, o resultado pode ser surpreendente – pode inclusive revelar que “o que nos parece eterno”, nas palavras de Descola, é apenas uma construção social entre tantas outras possíveis.

Uma reportagem que se distingue como uma verdadeira “exceção à regra” em meio às coberturas sobre animais e direitos animais está “Pense na lagosta”<sup>839</sup>, publicada em setembro de 2012 na revista *piauí*. O texto é assinado pelo jornalista e escritor estadunidense David Foster Wallace (1962-2008), e foi veiculado por ocasião do lançamento no Brasil do livro *Ficando longe do fato de já estar meio que longe de tudo* (2012), que reúne esse e outros trabalhos de não ficção do autor. A reportagem, portanto, não era nova: havia sido publicada originalmente na revista *Gourmet*<sup>840</sup>, em agosto de 2004. Um ano antes, Wallace fora convidado a realizar a cobertura da edição de 2003 do tradicional “Festival de Lagostas do Maine” (FLM).<sup>841</sup> Após acompanhar o evento e passar os meses seguintes apurando, pesquisando e escrevendo, apresentou às editoras uma matéria bastante inusitada, sobretudo considerando se tratar de uma revista de gastronomia.

Como informa o título, Wallace nos conduz, de fato, a “pensar na lagosta”. “Pensar” não apenas em termos culinários, mas sobretudo nas implicações éticas que envolvem o ato de consumir lagostas – e, por consequência, também outros animais. Esse “convite a pensar” não aparece abruptamente, logo nos primeiros parágrafos. É algo que se constrói, gradualmente, no decorrer da narrativa. Sem fazer julgamentos peremptórios, o autor estabelece, aos poucos, um contexto propício à abordagem singular que propõe.

Ao longo de sete páginas e quase 50 mil caracteres, Wallace descreve tudo o que viu e tudo o que pesquisou sobre o que viu, apresentando argumentos que indagam o que aparentemente está dado, o que é considerado “óbvio” a respeito de lagostas. O autor demonstra o quanto é possível problematizar um tema aparentemente banal e corriqueiro: “Para fins práticos, todo mundo sabe o que é uma lagosta. Como de costume, todavia, existe muito mais para saber do que a maioria de nós se importa em descobrir – é tudo uma questão de interesses pessoais” (WALLACE, 2012, p. 64). Antes de entrar em quaisquer questões éticas, a reportagem discorre sobre a constituição física e biológica da lagosta<sup>842</sup>; a gênese linguística do

---

<sup>839</sup> WALLACE, David Foster. Pense na lagosta. *piauí*. 72ª edição, set. 2012. p. 64-70. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/pense-na-lagosta/> Acesso em 27 maio 2021.

<sup>840</sup> Disponível em: [http://www.gourmet.com/magazine/2000s/2004/08/consider\\_the\\_lobster.html](http://www.gourmet.com/magazine/2000s/2004/08/consider_the_lobster.html). Acesso em 26 maio 2021.

<sup>841</sup> O *Maine Lobster Festival* é realizado anualmente, desde 1947, no distrito de Rockland do estado do Maine, na costa leste dos Estados Unidos. O evento dura 5 dias e costuma atrair em torno de 30 mil visitantes. Os únicos anos em que o festival não ocorreu foram 2020 e 2021, em decorrência da pandemia de Covid-19. A 75ª edição está programada para agosto de 2022. As informações estão disponíveis no site oficial do evento: <https://www.mainelobsterfestival.com>.

<sup>842</sup> “Em termos taxonômicos, uma lagosta é um crustáceo marinho da família *homaridae*, caracterizado por cinco pares de patas articuladas dos quais o primeiro termina em grandes garras semelhantes a pinças, utilizadas para subjugar presas [...]” (WALLACE, 2012, p. 64).

nome “lagosta”<sup>843</sup>; o *status* culinário da lagosta ao longo da história<sup>844</sup>; as diferentes formas de cozinhá-la<sup>845</sup>; entre outros pormenores.

Ao descrever seus aspectos fisiológicos, Wallace explicita a ideia de que outras espécies são seres sencientes, portanto, seu interesse em não sofrer deve ser considerado. A lagosta, segundo os trabalhos científicos que o autor cita, experimenta o mundo subjetivamente: além de possuir uma estrutura neural capaz de registrar a dor, isso também pode ser observado em seu próprio comportamento, quando submetida a situações de sofrimento. Após enumerar as diversas evidências científicas e empíricas que comprovam que as lagostas *sofrem*, assim como nós, humanos, *sofremos*, Wallace passa a discorrer sobre as possíveis implicações morais no ato de infligir dor e sofrimento a seres sencientes. Seguem alguns trechos da reportagem:

Um detalhe tão óbvio que a maioria das receitas nem se preocupa em mencionar é que as lagostas precisam estar vivas ao serem colocadas no tacho. Isso faz parte do apelo contemporâneo da lagosta – é o alimento mais fresco que existe. Não acontece decomposição alguma entre a pescaria e a hora de comer. [...] É simples para os vendedores manter as lagostas vivas. Chegam vivas dentro das armadilhas, são colocadas em recipientes com água do mar e podem (desde que a água seja mantida aerada e as garras dos animais estejam amarradas ou presas para impedir que ataquem uns aos outros por causa do estresse do confinamento) sobreviver até o instante em que são fervidas. Um raciocínio similar embasa o que se chama de “debicar” frangos e galinhas poedeiras nas fazendas de confinamento. A máxima eficiência comercial exige que populações imensas de galináceos sejam confinadas em espaços desnaturadamente exíguos, condições sob as quais muitas aves enlouquecem e bicam umas às outras até a morte. Como observação de caráter puramente empírico, informo que a “debicagem” costuma ser um processo automatizado e que as galinhas não recebem anestésico nenhum. Não sei se os leitores conhecem a “debicagem” ou as práticas relacionadas, como a extração dos chifres do gado em fazendas industriais e o corte da cauda dos porcos em fazendas de confinamento de suínos para impedir vizinhos psicoticamente entediados de arrancá-las com os dentes e assim por diante (WALLACE, 2012, p. 67).

Então aqui vai uma pergunta que se torna praticamente inevitável diante da Maior Panela para Lagostas do Mundo e pode vir à tona em cozinhas espalhadas por todos os Estados Unidos: é certo ferver viva uma criatura senciente para nosso mero prazer gustativo? (WALLACE, 2012, p. 68).

Toda a questão da crueldade com os animais e da moralidade de comê-los não é apenas complexa, mas também desconfortável. Ou pelo menos é desconfortável para

---

<sup>843</sup> “A palavra inglesa *lobster* vem do inglês antigo *loppestre*, supostamente uma corruptela de *locusta*, a palavra latina para gafanhoto que também é a raiz de ‘lagosta’, combinada com o inglês antigo *loppe*, que significa aranha” (WALLACE, 2012, p. 64).

<sup>844</sup> “Até certa altura do século XIX, todavia, a lagosta era literalmente um alimento de classe baixa, consumido apenas pelos pobres e encarcerados. Até mesmo no rude ambiente penal dos primórdios da história americana algumas das colônias tinham leis limitando o uso de lagostas na alimentação dos detentos a uma única vez por semana, porque isso era julgado cruel e incomum, semelhante a obrigar pessoas a comerem ratos” (WALLACE, 2012, p. 66).

<sup>845</sup> “Como prato principal *à la carte*, a lagosta pode ser assada, grelhada, cozida ao vapor, refogada, salteada, feita em *wok* ou no micro-ondas. Mas o método mais comum é a fervura. Quem gosta de comer lagostas em casa provavelmente a prepara desta forma, pois ferver lagostas é muito fácil” (WALLACE, 2012, p. 67).

mim, e para praticamente todos os meus conhecidos que apreciam uma ampla gama de alimentos e ao mesmo tempo não querem se enxergar como cruéis ou insensíveis. Até onde percebo, minha principal maneira de lidar com esse conflito tem sido evitar pensar sobre esse assunto tão desagradável. Devo admitir que também me parece improvável que muitos leitores de *Gourmet* queiram pensar sobre isso ou ser questionados a respeito da moralidade dos seus hábitos alimentares por uma revista mensal de gastronomia. Porém, como a pauta definida para este artigo é descrever como foi participar do FLM de 2003, e por causa disso passar vários dias em meio a uma grande massa de americanos comendo lagostas, e conseqüentemente ser mais ou menos impelido a pensar a fundo sobre lagostas e sobre a experiência de comprar e comer lagostas, calha que não existe uma maneira honesta de evitar certas questões morais.

Há vários motivos para isso. Para começar, não existe só o problema de que as lagostas são fervidas vivas, mas também o de que quem faz isso é você – ou pelo menos isso é feito especificamente para você, *in loco*. (WALLACE, 2012, p. 68-69).

A Maior Panela para Lagostas do Mundo, que é destacada como uma atração no programa do festival, fica bem à vista de todos na área norte do FLM. Tente imaginar um Festival da Carne do Nebraska cujas festividades incluíssem caminhos estacionando e gado sendo descarregado por uma rampa para em seguida ser abatido diante do público no Maior Matadouro do Mundo ou coisa parecida – seria impossível (WALLACE, 2012, p. 69).

Percebam [...] o eufemismo semiconscente em “preparada”, que no caso das lagostas significa na verdade matá-las bem no meio das nossas cozinhas. [...] Quando é despejada do recipiente para dentro do tacho fumegante, às vezes a lagosta tenta se segurar nas bordas do recipiente ou até mesmo enganchar as garras na beira do tacho como uma pessoa dependurada de um telhado, tentando não cair.

Pior ainda é quando a lagosta fica imersa por completo. Mesmo que o sujeito tampe o tacho e saia de perto, normalmente é possível ouvir a tampa chacoalhando e rangendo enquanto a lagosta tenta empurrá-la. Ou escutar as garras da criatura raspando o interior do tacho enquanto se debate. Em outras palavras, a lagosta apresenta um comportamento muito parecido com o que eu ou você apresentaríamos se fôssemos atirados em água fervente [...]. Para falar de modo ainda mais direto, a lagosta age como se sentisse dores terríveis, fazendo com que algumas pessoas abandonem a cozinha levando consigo um daqueles cronômetros de plástico para esperar em outro cômodo até o processo inteiro chegar ao fim (WALLACE, 2012, p. 69).

É necessária uma boa dose de ginástica intelectual e detalhismo behaviorista para não ver as ações de lutar, se debater e fazer tilintar tampas de panela como comportamentos associados à dor. Segundo os zoólogos marinhos, em geral uma lagosta leva de 35 a 45 segundos para morrer dentro da água fervente (WALLACE, 2012, p. 69).

Ainda que não se destaquem pela visão ou pela audição, as lagostas possuem um tato muito refinado, auxiliado por centenas de milhares de pelos minúsculos que se projetam através da carapaça. “E é por isso”, nas palavras de T. M. Prudden no clássico do ramo, *About Lobsters*, “que embora envolta pelo que parece uma armadura sólida e impenetrável, a lagosta é capaz de receber estímulos e sensações do mundo exterior tão prontamente quanto se possuísse uma pele macia e delicada.” E as lagostas possuem nociceptores, bem como versões invertebradas de prostaglandinas e neurotransmissores importantes através dos quais nossos próprios cérebros registram a dor.

Por outro lado, as lagostas não parecem contar com o equipamento necessário para produzir ou absorver opioides naturais como as endorfinas ou as encefalinas, utilizados pelos sistemas nervosos mais avançados para tentar lidar com a dor intensa. A partir desse fato, pode-se concluir que as lagostas talvez sejam ainda *mais* vulneráveis à dor, pois não contam com a analgesia embutida nos sistemas nervosos dos mamíferos (WALLACE, 2012, p. 69-70).

Após toda a abstração intelectual, restam os fatos da tampa batendo freneticamente, das patas enganchadas de forma patética na beira da panela. Diante do fogão, vendo a tampa bater freneticamente ou as patas do bicho enganchadas de forma patética na beira da panela, é difícil negar que aquilo seja uma criatura viva tentando fugir da dor. Para minha mente leiga, o comportamento da lagosta no tacho parece ser uma expressão de *preferência*; e é bem possível que uma habilidade para formar preferências seja o critério decisivo para o sofrimento real (WALLACE, 2012, p. 70).

As lagostas [...] manifestam preferências. Experimentos demonstraram que elas são capazes de detectar mudanças de apenas 1 ou 2 graus na temperatura da água. [...] As lagostas vivem no leito marinho e não gostam de claridade – se um aquário cheio de lagostas for colocado à luz do sol ou mesmo sob a luz fluorescente de uma loja, elas vão sempre se aglomerar na parte mais escura. Por serem bastante solitárias no oceano, as lagostas também claramente desgostam do amontoamento que é parte indissociável do seu cativeiro em aquários, pois [...] um dos motivos pelos quais se amarram as garras das lagostas assim que elas são capturadas é evitar que elas ataquem umas às outras por causa do estresse do armazenamento em espaços exíguos. De qualquer modo, no FLM, diante dos aquários borbulhantes em frente à Maior Panela para Lagostas do Mundo, observando as lagostas recém-pescadas se amontoando umas sobre as outras, sacudindo impotentes as garras amarradas, se escondendo nos cantos mais escuros ou se afastando inquietas do vidro quando alguém se aproxima, é difícil não sentir que estão infelizes, ou assustadas [...] (WALLACE, 2012, p. 70).

Não estou tentando passar um sermão [...], estou tentando compreender e articular alguns dos questionamentos perturbadores que vêm à tona em meio às risadas, à animação e ao orgulho comunitário do Festival da Lagosta do Maine. A verdade é que, se comparecendo ao festival o sujeito se permitir cogitar que as lagostas podem sofrer e que prefeririam que isso não acontecesse, o FLM começa a ficar parecido com um circo romano ou um festival de torturas medievais.

Parece uma comparação exagerada? Se for o caso, exatamente por quê? Ou que tal esta: é possível que as gerações futuras considerem as práticas de agronegócio e alimentares contemporâneas da mesma maneira como hoje enxergamos os espetáculos de Nero ou os experimentos de Mengele? (WALLACE, 2012, p. 70).

Wallace questiona o comportamento humano a partir de algo que lhe é rotineiro: alimentar-se de animais. Ao transformar o *ordinário* em *extraordinário*, ele confere complexidade a um hábito banal. Seu texto explicita que o que nos parece apenas *comida* é, antes, um *animal que sente*. Suas palavras trazem à tona pensamentos e sensações inevitavelmente desconfortáveis, como ele mesmo observa.

Em sua linha de raciocínio, o texto de Wallace mostra-se consistente não apenas pela quantidade de informações que se descortinam a cada parágrafo, mas também por sua disposição em conferir e confirmar cada uma dessas informações, sempre apontando as referências que utilizou. O autor também expõe os argumentos dos organizadores do festival, mas não o faz sem checar se o que dizem tem fundamento.

Durante o evento, eram distribuídos aos visitantes panfletos do Conselho de Fomento à Lagosta do Maine, com diversas “curiosidades” sobre lagostas. O tópico “Lagostas e dor” afirmava: “O sistema nervoso da lagosta é muito simples, e na verdade é muito semelhante ao

sistema nervoso do gafanhoto. É descentralizado, sem um cérebro. Não há um córtex cerebral, que nos humanos é a área do cérebro que proporciona a experiência da dor (WALLACE, 2012, p. 68).” Wallace contesta a informação – dizendo “estar incorreta por uns onze motivos diferentes” – e expõe suas improcedências:

Embora soe mais sofisticado, boa parte do embasamento neurológico desta afirmação ainda é falsa ou imprecisa. O córtex cerebral humano é a parte do cérebro que lida com as faculdades superiores, como a razão, a autoconsciência metafísica, a linguagem etc. Sabemos que os receptores da dor fazem parte de um sistema muito mais antigo e primitivo de nociceptores e prostaglandinas administrados pelo tronco encefálico e o tálamo. Por exemplo, a experiência corriqueira de encostar a mão sem querer em um forno quente e retirá-la bruscamente antes mesmo de notar que há algo de errado se explica pelo fato de muitos dos processos através dos quais detectamos e evitamos os estímulos dolorosos não envolverem o córtex. No caso da mão e do forno, o cérebro é totalmente contornado; toda a ação neuroquímica importante acontece na espinha dorsal (WALLACE, 2012, p. 68).

Wallace, como se observa, não está “defendendo uma ideia”, mas sim apresentando dados objetivos com embasamento científico, o que possibilita aos leitores tirarem suas próprias conclusões a respeito de algo que, até aquele momento, não lhes parecia pertinente. Antes de ser incumbido dessa pauta, Wallace tampouco fazia esses questionamentos. Na própria reportagem, ele afirma que preferia acreditar “que os animais são moralmente menos importantes que os seres humanos”, porque tinha “um óbvio interesse egoísta nessa crença”. Isto é: ele gostava de “comer certos tipos de animais e queria ser capaz de continuar fazendo isso”. No entanto, admite não ter conseguido “elaborar nenhum tipo de sistema ético pessoal dentro do qual essa crença se torne verdadeiramente justificável em vez de ser apenas uma conveniência egoísta” (WALLACE, 2012, p. 70). Nos últimos parágrafos, Wallace apresenta ainda outros questionamentos, dessa vez expressamente direcionados ao público da revista:

Levando em conta o lugar onde este artigo será publicado e minha própria falta de sofisticação culinária, tenho curiosidade de saber se o leitor se identifica com quaisquer dessas reações, confissões e desconfortos. [...] Perguntas aos leitores de *Gourmet* que apreciam refeições bem-feitas e bem-apresentadas envolvendo carne de vaca, vitela, cordeiro, porco, frango, lagosta etc.: Vocês pensam muito sobre a (possível) condição moral e o (provável) sofrimento dos animais envolvidos? Se pensam, quais convicções éticas desenvolveram para se permitir não apenas comer, mas também saborear e desfrutar de iguarias à base de carnes de animais (pois o *desfrute* refinado, em contraste com a mera ingestão, é naturalmente a razão de ser da gastronomia)? Se, por outro lado, vocês não dão a menor bola para confusões ou convicções [...], o que em seu íntimo faz vocês sentirem que não existe realmente problema algum em desconsiderar de forma peremptória toda essa questão? Isto é, a recusa em pensar nessas coisas seria o produto de um raciocínio ou na verdade vocês apenas não querem pensar sobre o assunto? E se for isso mesmo, por que não? Vocês chegam a pensar, mesmo à toa, sobre as possíveis razões dessa relutância em pensar no assunto? Não estou tentando importunar ninguém – minha curiosidade é genuína. Afinal de contas, ser muito consciente, atencioso e cuidadoso a respeito do que se

come e de todo o contexto englobante não é parte do que distingue um verdadeiro *gourmet*? Ou toda a atenção e a sensibilidade extraordinárias do *gourmet* devem se limitar ao sensorial? Tudo poderia realmente ser resumido a uma questão de sabor e apresentação? (WALLACE, 2012, p. 70).

Quando foi publicado, como era previsível, o texto gerou controvérsias. Talvez, os leitores de *Gourmet* não estavam, de fato, dispostos a pensar sobre o estatuto moral dos animais que saboreavam rotineiramente. Conforme recorda a editora que recebeu a matéria em primeira mão, Jocelyn Zuckerman, em entrevista concedida em 2008 ao site *Observer*<sup>846</sup>, o tom da narrativa a surpreendeu:

O artigo que recebeu de Mr. Wallace após seu retorno do Maine – uma inquirição rigorosa e melancólica sobre por que tantas pessoas pensam que é “ok” ferver lagostas vivas – era diferente de qualquer coisa que *Gourmet* havia publicado até então. [...] Era pesado e conflituoso de uma forma que os leitores da revista não estavam acostumados.<sup>847</sup>

Apesar da surpresa inicial, Zuckerman reconheceu a qualidade do trabalho e estava disposta a publicá-lo. Dependia, entretanto, da aprovação da editora-chefe de *Gourmet*, Ruth Reichl – que, assim como ela, considerou o material excelente, mas fez algumas objeções:

Eu achei o texto brilhante. [...] Mas não sabia o que Ruth iria achar. Quando Ms. Reichl leu, seu veredicto foi que seria publicado, desde que o tom hostil de algumas passagens fosse suavizado, e o que lhe parecia um retrato agradável da [ONG] PETA fosse removido.<sup>848</sup>

Ruth Reichl confirma essa versão. Em entrevista à rádio *The Awl*, disse que, de fato, achou que Wallace tomara partido da PETA, por isso solicitou que essas partes fossem removidas – o que só ocorreu após longas negociações: “Tivemos uma grande briga sobre a edição daquele texto. Brigamos até mesmo por causa do título.” O maior empecilho, entretanto,

---

<sup>846</sup> NEYFAKH, Leon. “Jocelyn Zuckerman remembers editing DFW’s ‘Consider the Lobster’ for *Gourmet*”. 19 set. 2008. Disponível em: <http://observer.com/2008/09/jocelyn-zuckerman-remembers-editing-dfws-consider-the-lobster-for-igourmet/>. Acesso em julho/2017.

<sup>847</sup> Tradução minha. Original em inglês: “The piece she received from Mr. Wallace upon his return from Maine – a rigorous, heavy-hearted inquiry into why so many people think it’s okay to boil lobsters alive – was unlike anything *Gourmet* had ever published before. [...] it was dark and confrontational in a way that the magazine’s readers were not used to.”

<sup>848</sup> Tradução minha. Original em inglês: “I thought it was brilliant [...] But I didn’t know what Ruth was going to think. [...] When Ms. Reichl did read the piece, the verdict was that it could run provided the hostile tone of some of the passages was softened, and what looked to her like a flattering portrayal of PETA removed.” (NEYFAKH, Leon. “Jocelyn Zuckerman remembers editing DFW’s ‘Consider the Lobster’ for *Gourmet*”. 19 set. 2008. Disponível em: <http://observer.com/2008/09/jocelyn-zuckerman-remembers-editing-dfws-consider-the-lobster-for-igourmet/>. Acesso em jul. 2017.)

foi em relação aos anunciantes: “Ninguém queria colocar seu anúncio junto àquela reportagem. Decidi publicar assim mesmo, mas existe realmente uma enorme pressão para não publicarmos reportagens como essa, porque a maioria dos anunciantes vai preferir não estar na revista.”<sup>849</sup> O relato da editora-chefe expressa o peso decisivo do poder econômico no conteúdo editorial de publicações jornalísticas. Sua decisão por veicular a reportagem, ainda que isso implicasse em prejuízos financeiros, é bastante incomum. Na maioria das vezes, a dependência da publicidade não deixa aos editores alternativa a não ser vetar os assuntos “proibidos”.

Wallace é mais conhecido por sua ficção do que pela não ficção – ainda que apenas um de seus romances tenha sido, até o momento, publicado no Brasil: *Graça infinita* (2014). No prefácio de *Ficando longe do fato de já estar meio que longe de tudo* (2012), onde consta “Pense na lagosta”, o escritor gaúcho Daniel Galera faz apontamentos interessantes sobre a desenvoltura de Wallace ao desempenhar o papel de jornalista:

Muitos ensaios de Wallace são brilhantes e influentes justamente por causa dessa *persona* de escritor brincando de jornalista, a qual se revela por meio de uma grande inventividade narrativa e um assombroso poder de observação. [...]

No conjunto, sua não ficção elabora com humor, sofisticação intelectual e uma atenção descomunal ao detalhe, os mesmos temas centrais de sua ficção, entre os quais podemos citar [...] a questão do que podemos fazer para tentar fugir da prisão de nossas próprias cabeças, caso essa não seja uma batalha perdida. A julgar por boa parte do que escreveu, Wallace tinha esperança na batalha. Numa entrevista de 1993, ele afirmou: “A ficção pode oferecer uma visão de mundo tão sombria quanto desejar, mas para ser realmente muito boa, ela precisa encontrar uma maneira de, ao mesmo tempo, retratar o mundo e iluminar as possibilidades de permanecer vivo e humano dentro dele.” [...]

Sua não ficção [...] é intelectualmente estimulante e ao mesmo tempo calorosa, convidativa e com frequência hilária (GALERA, 2012).

De fato, ao destacar as qualidades do texto de Wallace, não podemos nos esquecer de que ele era, essencialmente, um escritor, que *também* atuava como jornalista. Por outro lado, tampouco devemos desconsiderar que, independentemente da autoria, trata-se de jornalismo. Wallace não fora convidado a escrever um conto ou romance sobre o festival de lagostas, mas sim a cobrir o evento, a escrever uma reportagem. Certamente, como a própria editora de *Gourmet* relatou, o texto que o escritor produziu não era exatamente o que a revista esperava ao contratá-lo para esse trabalho. Portanto, é possível dizer que Wallace ousou. E ao ousar, mostrou que era possível olhar para os fatos “dados” a partir de outros ângulos. A originalidade do autor também é apontada em um artigo acadêmico que analisou “Pense na lagosta”:

---

<sup>849</sup> SICHA, Choire. Ruth Reichl On David Foster Wallace’s “Consider the Lobster”: “He Argued Over Every Edit”. *The Awl*. 7 maio 2014. Disponível em: <https://theawl.com/ruth-reichl-on-david-foster-wallaces-consider-the-lobster-he-argued-over-every-edit-9d03f1f9aea>. Acesso em jul. 2017.

[Wallace] se detém ao detalhe, a um público específico, mas vale-se precisamente disso para revelar as contradições de nosso tempo e os dilemas morais que afligem os homens. [...] ele consegue melhor abarcar o efêmero, a busca pelo que é novo e fresco, característica da ansiedade de nosso tempo.

Contrariando a luz dos Faróis que caracterizam o FLM, o olhar de David Foster Wallace busca a sombra, reconhecendo nela a angústia das lagostas que gostam de isolamento, tal como ele próprio. [...] A luz, aos seus olhos, não é o que permite a visão, mas sim aquela que, por ser tão forte, cega a vista, impedindo a abertura dos olhos. Aos consumidores, com os olhos atentos nos objetos de desejo, o texto pede que se detenham por minutos nas sombras, onde se amontoam lagostas amarradas. Aos leitores, pede que transpassem a aparente luz e transparência que há em uma revista, que mobilizem sua sensibilidade *gourmet* para a leitura, percorrendo as sombras do texto: [...] a construção literária na descrição de algumas cenas, a possibilidade de realizar uma reflexão mais ampla sobre o mundo a partir de algo aparentemente simples, iluminado (NAGAKOME, 2013, p. 339).

Seguramente, foi sua capacidade de observar os detalhes, de olhar para as “sombras” e propor reflexões aprofundadas a partir de um evento “aparentemente simples” que conferiu ao seu texto a perenidade que é muito mais uma característica da literatura do que do jornalismo. As (poucas) reportagens que não envelhecem são precisamente aquelas que conseguem ir (muito) além dos fatos em si, como foi o caso de “Pense na Lagosta” – que segue sendo lida e admirada 17 anos depois de ter sido escrita.

Outra pesquisadora que estudou os textos de não ficção de Wallace o define como um “escritor-jornalista-antropólogo” (COELHO, 2014, p. 49), justificando que o autor empregava ferramentas dessas três áreas para documentar e refletir sobre diversos aspectos da realidade que o afligiam:

Do trabalho jornalístico-etnográfico de Wallace parece ressaltar o desejo de uma militância individual rumo a uma ética alternativa nesse mundo onde se impõem valores que não partilha. [...] Os recursos empregados e o tipo de interpretação da cultura “doméstica” convencem e deliciam os leitores preferenciais das revistas e dos livros onde os textos foram publicados, pois estabelecem um pacto fiduciário angariado não apenas pelo estilo e pela destreza na escrita, mas pelas estratégias jornalísticas e etnográficas empregadas e expostas a nu nas narrativas (COELHO, 2014, p. 50).

“Pense na lagosta” nos mostra, por um lado, que no campo jornalístico contemporâneo também circulam reportagens que partem de uma perspectiva não antropocêntrica e não especista. A “voz” dos animais pode ser levada em conta mesmo quando o tema em pauta não seja propício ou convidativo a fazê-lo. Por outro lado, o texto de Wallace evidencia que o ponto de vista dos animais somente é considerado em situações bastante excepcionais – configurando-se, como disse, como verdadeiras “exceções à regra”.

Em *Cultura e Imperialismo*, Said observa que, ao explicitar a ideologia imperialista nas obras de grandes escritores ocidentais, seu objetivo não era invalidá-las ou desvalorizá-las

enquanto literatura. Entretanto, tampouco seria honesto desconsiderar as visões de mundos que esses livros sustentavam:

Ler essas grandes obras do período imperial em retrospecto e numa heterofonia com outras histórias e tradições em contraponto, lê-las à luz da descolonização, não significa minimizar sua grande força estética nem tratá-las de modo reducionista como propaganda imperialista. Todavia, erro muito mais grave é lê-las desvinculadas de suas ligações com os fatos políticos que lhes deram espaço e forma (SAID, 2011, p. 259).

Do mesmo modo, ao revelar o especismo no jornalismo brasileiro contemporâneo, meu objetivo não foi desmerecer as práticas jornalísticas como um todo e muito menos ignorar sua importância para o viver em sociedade e para a democracia. Considero o jornalismo relevante e essencial. Reconheço que existem outros exemplos de reportagens, sobre assuntos diversos, que se mostram tão primorosas quanto a de Wallace. Mas não podemos ignorar sua contribuição contínua para a difusão e sedimentação de ideologias discriminatórias. Inspirada em Said, procurei mostrar, à luz dos estudos sobre ética e direitos animais, em *contraponto* a uma perspectiva não especista, que a voz dos animais não é considerada. E isso diz respeito ao nosso comportamento moral, ao que fazemos com as demais espécies, aos nossos modos de olhar para o “outro”, seja humano ou não humano.

Esta tese demonstrou que o jornalismo não tem acompanhado – ou ao menos não como deveria – os debates contemporâneos sobre os mecanismos de opressão que estruturam nossas sociedades. Verificou-se um *modus operandi* da mídia brasileira que não se restringe ao objeto desta pesquisa. Os estudos citados indicam que a mesma lógica se aplica a outras formas de discriminação. São muitos os indícios de que as práticas jornalísticas tendem a nos fornecer visões de mundo extremamente limitadas, condicionadas, conservadoras e atreladas às ideologias hegemônicas. Questões urgentes não são tratadas de forma holística – quase sempre se restringem à perspectiva dos poderosos.

É inegável que a subjugação dos animais teve, desde sempre, um propósito claramente egoísta<sup>850</sup> – assim como todas as demais formas de subjugação de grupos subalternos. Combater o especismo significa, em última instância, combater os alicerces que também estruturam o

---

<sup>850</sup> O historiador Keith Thomas (2010, p. 55) aponta quais eram as maiores motivações daqueles que estabeleceram diferenças “insuperáveis” entre humanos e todas as demais espécies do planeta: “Ao traçar uma sólida linha divisória entre o homem e os animais, o principal propósito dos pensadores do início do período moderno era justificar a caça, a domesticação, o hábito de comer carne, a vivissecção (que se tornara prática científica corrente, em fins do século XVII) e o extermínio sistemático de animais nocivos ou predadores. Mas essa insistência tão grande em distinguir o humano do animal também teve consequências importantes para as relações entre os homens.”

racismo, sexismo, machismo, homofobia etc. Esse enfrentamento inevitavelmente passa pelo jornalismo, uma vez que está relacionado a um dos principais norteadores da atividade: ouvir “todos os lados”, ouvir o “outro lado”. Somente uma postura ativa que realmente considere “o outro” pode garantir uma cobertura minimamente equilibrada e “objetiva”.

Em maio de 2004, um ano após publicar “Pense na lagosta” – e quatro anos antes de suicidar-se – Wallace proferiu um discurso de paraninfo<sup>851</sup> para formandos da universidade estadunidense Kenyon College. Na ocasião, o autor discorreu sobre a importância de nos despirmos de nossa “arrogância” e de nossas “certezas”, argumentando que, por mais que relutemos em admitir, nossas “verdades” são sempre frágeis:

Se vocês acham que sua liberdade irrestrita de escolha para pensar no que bem entenderem é óbvia demais para ser questionada, peço [...] que contenham somente por alguns minutos seu ceticismo em relação ao valor daquilo que é totalmente óbvio. [...] A arrogância, a certeza certa e a tacanhice representam uma prisão tão completa que o prisioneiro nem se dá conta de que está trancafiado. [...]

O verdadeiro significado do mantra “ensinar a pensar” nas ciências humanas tem a ver com isso: ser um pouco menos arrogante, ter um pouco mais de “consciência crítica” a respeito de nós mesmos e nossas certezas... pois no fim das contas uma porcentagem enorme das coisas a respeito das quais estou inclinado a automaticamente ter certeza acaba se revelando ilusória ou completamente equivocada (WALLACE, 2012, p. 264-265).

Para o escritor, somente a partir dessa “consciência crítica” é possível de fato olhar – e se importar – com o outro: “O tipo realmente importante de liberdade requer atenção, consciência, disciplina, esforço e a capacidade de se importar genuinamente com os outros” (WALLACE, 2012, p. 272). No caso de Wallace, podemos dizer que ele de fato conseguiu “se importar genuinamente” com o outro, ainda que o “outro” em questão fosse um animal – animal este com o qual não temos, culturalmente, nenhuma relação de afeto e compaixão, como é o caso de cães e gatos, por exemplo. Talvez esse seja o maior desafio do jornalismo contemporâneo: conseguir *ver* o outro, conseguir *ouvi-lo*, aprender a se colocar em seu lugar.

Em *Orientalismo*, Said sugere o que poderia ser uma saída para deixarmos de ser cúmplices dos mecanismos de dominação que estão tão entranhados na sociedade:

Talvez a tarefa mais importante de todas seja a de empreender estudos das alternativas contemporâneas ao Orientalismo, perguntar como é possível estudar outras culturas e povos a partir de uma perspectiva libertária, ou não repressiva e não manipuladora. Mas nesse caso seria necessário repensar todo o problema complexo de conhecimento e poder (SAID, 2007, p. 55).

---

<sup>851</sup> O texto – “Isto é água” – integra a coletânea *Ficando longe do fato de já estar meio que longe de tudo*.

Fazendo uma analogia com o jornalismo, podemos dizer que nossa “mais importante” tarefa talvez seja, igualmente, questionar incansavelmente os valores estabelecidos, duvidar de tudo que nos parece óbvio e que está dado. Precisamos “conter nosso ceticismo” – como disse Wallace –, nos mostrar dispostos a questionar nossas verdades, a *realmente* entender que estar em consonância com a ordem vigente e com as ideias hegemônicas não significa estar “correto”. Há tanta ideologia no ato de comer animais quanto no ato de não comê-los – para citar apenas uma das formas de exploração. A diferença é que a ideologia hegemônica, por ser tão predominante, nos é invisível – por isso pensamos ser o “normal” e procedemos como se seus valores fossem a referência a partir da qual todo o resto deve ser julgado.

Empreender tais esforços também nos possibilitará reconhecer nossas contradições. Em *Cultura e Imperialismo*, Said aponta para “a colaboração surpreendente, mesmo que muitas vezes passiva, de intelectuais artistas e jornalistas cujas posições no plano interno são progressistas e cheias de sentimentos louváveis, mas que viram o oposto quando se trata do que é feito no estrangeiro em nome deles” (SAID, 2011, p. 26). Muitos dos atores do campo jornalístico contemporâneo também se consideram bastante progressistas – e em alguns aspectos de fato o são –, mas não percebem o quão seletivos podem se revelar ao decidir, nas diversas coberturas que realizam, quais são as questões – e os “lados” – realmente importantes.

Para transformar todo esse modo de ver e reportar os acontecimentos do mundo, enfrentamos um desafio tão grande quanto o que Said coloca para o imperialismo: é preciso repensar o próprio *modus operandi* da profissão, começando por construir alternativas ao atual modelo de negócios. Quais seriam essas alternativas? Enquanto não encontramos a resposta, podemos ao menos tentar sustentar ininterruptamente nossa “consciência crítica”, desafiar continuamente o *status quo* – mesmo que isso só seja viável dentro dos limites intransponíveis que nos são impostos e que são fundantes das sociedades capitalistas. Somente com essa disposição o jornalismo poderá cumprir, efetivamente, seu papel social – poderá ser, de fato, imprescindível.



## REFERÊNCIAS

- ADAMS, Carol J. Introduction to the Illinois Edition. In: WILLIAMS, Howard. **The Ethics of Diet: a catena of authorities deprecatory of the practice of flesh-eating**. University of Illinois Press: United States of America, 2003. p. ix-xxiv.
- \_\_\_\_\_. **The Pornography of Meat**. Nova York: Continuum, 2008.
- \_\_\_\_\_. **A política sexual da carne: a relação entre o carnivorismo e a dominância masculina**. São Paulo: Alaúde editorial, 2012.
- ALARCÓN, Frank. **Análise: Transporte Marítimo de Carga Viva** (bois ‘de corte’). 17 jan. 2018. Disponível em: [http://www.direito.ufpr.br/portal/animaiscomdireitos/wp-content/uploads/2020/02/parecer\\_carga\\_viva\\_janeiro2018\\_frank\\_alarcon.pdf](http://www.direito.ufpr.br/portal/animaiscomdireitos/wp-content/uploads/2020/02/parecer_carga_viva_janeiro2018_frank_alarcon.pdf) Acesso em 14 mar. 2021.
- ALBUQUERQUE, Igor et al. **Análise das Emissões Brasileiras de Gases de Efeito Estufa e suas implicações para as metas de clima do Brasil – 1970-2019**. SEEG 8, Observatório do Clima, 2020. Disponível em: [https://seeg-br.s3.amazonaws.com/Documentos%20Analiticos/SEEG\\_8/SEEG8\\_DOC\\_ANALITICO\\_SINTESE\\_1990-2019.pdf](https://seeg-br.s3.amazonaws.com/Documentos%20Analiticos/SEEG_8/SEEG8_DOC_ANALITICO_SINTESE_1990-2019.pdf) Acesso em 25 fev. 2021.
- ALCOTT, William A. **Vegetable Diet: as sanctioned by medical men, and by experience in all ages**. Boston: Marsh, Capen & Lion, 1838. Disponível em: <https://collections.nlm.nih.gov/bookviewer?PID.nlm:nlmuid-9805086-bk#page/2/mode/2up>. Acesso em 08 de abril de 2020.
- \_\_\_\_\_. Third Session: Dr. Alcott’s Adress. **The American Vegetarian and Health Journal**. Vol. 1. nº 1. November 1850. p. 8-10. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/000503187>. Acesso em 08 de abril de 2020.
- ALEM, João Marcos. Rodeios: a fabricação de uma identidade caipiro-sertanejo-country no Brasil. In: **Dossiê Brasil Rural**. REVISTA USP, São Paulo, n.64, dezembro/fevereiro 2004-2005. p. 94-121.
- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- AN-NAWAWI, Abu Zakaria. **Os quarenta Hadith** (Ditos). Arábia Saudita: The Islamic Propagation Office in Rabwah, 2007. Disponível em: <http://www.fambras.org.br/media/560807c0b2b69.pdf> Acesso em 28 fev. 2021.
- ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARTICO, Antonia Marcia. **Ciberativismo e as estratégias comunicacionais nos movimentos abolicionistas veganos**. Dissertação (Mestrado). Universidade Paulista (UNIP), Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Midiática. São Paulo, 2015.

ATAÍDE JÚNIOR, Vicente de Paula. **ADI da Vaquejada e a EC 96/2017**. Live no Instagram. Comissão de Direitos Animais da OAB Ceará [@cddaoabceara]. 17 junho 2020. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/CBjc31fn\\_M\\_/](https://www.instagram.com/p/CBjc31fn_M_/) Acesso em 18 junho 2020.

BALDO, Maria Cristina da Silva. Prefácio à edição brasileira e introdução. In: CAVENDISH, Margaret. **O Mundo Resplandecente**. Pontes Gestal (SP): Plutão Livros, 2019.

BARBAULD, Anna Letitia. **The Mouse's Petition**. 1772. Disponível em: [en.wikisource.org/wiki/Poems\\_\(Barbauld\)/The\\_Mouse%27s\\_Petition](http://en.wikisource.org/wiki/Poems_(Barbauld)/The_Mouse%27s_Petition) Acesso em 18 set 2020.

BELLANCA, Mary Ellen. Science, Animal Sympathy, and Anna Barbauld's "The Mouse's Petition". **Eighteenth-Century Studies**. The Johns Hopkins University Press. Vol. 37, nº 1, Outono, 2003. pp. 47-67.

BENATAR, David. Our Cruel Treatment of Animals Led to the Coronavirus. **The New York Times**. Opinião. 13 abr. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/04/13/opinion/animal-cruelty-coronavirus.html> Acesso em 15 abr. 2020.

BENETTI, Marcia. Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica. **Intexto**, Porto Alegre, v. 1, n. 14, p. 1-11, jan. 2006.

BENSUSAN, Nurit Rachel. **Alice no país da pandemia**. Rio de Janeiro: n-1 edições, 18 jul. 2020. Disponível em: <https://n-1edicoes.org/121> Acesso em 24 jul. 2020.

BENTHAM, Jeremy. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

BERGER, Kevin. Será que entendemos? Trad.: Sergio Flarksman. **piauí**. Edição nº 165. Junho 2020. Pp. 60-63.

BERTASSO, Daiane; ROSA, Amanda Regina. Os sentidos sobre as mulheres no discurso da revista Claudia ao longo de uma década (2009-2019). **Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos**. vol. 23, nº 1. janeiro/abril 2021. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/20735/60748501> Acesso em 05 maio 2021.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BROOKS, Michael. For how long can we treat the suffering of animals as an inconvenient truth? **The Guardian**. 18 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2018/feb/18/how-long-treat-pain-of-animals-inconvenient-truth> Acesso em fevereiro/2018.

BROTHERTON, Martha. **Vegetable cookery**; with an introduction, recommending abstinence from animal food and intoxicating liquors. Fourth Edition. Londres (Inglaterra): Effingham Wilson, 1833. Disponível em: <https://archive.org/details/b21530877/page/n9/mode/2up>. Acesso em 18 set 2020.

BRUM, Eliane. O vírus somos nós (ou uma parte de nós). **El país**. 25 mar. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-03-25/o-virus-somos-nos-ou-uma-parte-de-nos.html> Acesso em 23 abr. 2020.

CAMINHA, Pero Vaz. **A Carta**. 1º maio 1500. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000283.pdf> Acesso em 28 abr. 2020.

CARDIM, Ricardo. Arqueologia do desastre. **Quatro Cinco Um**. Edição nº 37, set. 2020. Disponível em: <https://quatrocincoum.folha.uol.com.br/br/artigos/meio-ambiente/arqueologia-do-desastre> Acesso em 17 fev. 2021.

CAREY, James W. **Communication as culture: essays on media and society**. Boston (EUA): Unwin Hyman, 1989.

CARNEIRO, Mônica. Monografia (Graduação). **A comunicação de massa e os direitos dos animais: uma nova perspectiva de consideração moral e ambientalismo**. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, Goiânia, 2008.

CARRATO, Ângela; DINIZ, Sofia Maria Carrato; ELÍSIO, Geraldo. O crime ambiental de Mariana: omissão e conivência da mídia brasileira. **Scripta**. vol. 22, nº 45, 2018. p. 151-162. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6681205> Acesso em 05 maio 2021.

CAVENDISH, Margaret. **O Mundo Resplandecente**. Pontes Gestal (SP): Plutão Livros, 2019.

COELHO, Lilian Reichert. Sintomas do contemporâneo pela mediação do jornalismo literário: anotações sobre os textos de não-ficção de David Foster Wallace. **Terra roxa e outras terras – Revista de Estudos Literários**. Vol. 28, 2014. p. 42-52.

COETZEE, J. M. **Desonra**. Tradução: José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. **A vida dos animais**. Trad.: José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

COHEN, Nick. Surely the link between abusing animals and the world's health is now clear. **The Guardian**. Opinion. 11 abr. 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2020/apr/11/surely-the-link-between-abusing-animals-and-the-worlds-health-is-now-clear>. Acesso em 15 abr. 2020.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e verdade: para uma ética da informação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

DAL-FARRA, Rossano André. **Representações de Animal na Contemporaneidade: Uma Análise na Mídia Impressa**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2003.

DAWKINS, Marian Stamp. Why we still need to read Animal Machines. In: HARRISON, Ruth. **Animal Machines**. Wallingford (Reino Unido): J. Harrison and J. Wilson, 2013. p. 1-4.

DE CARLI et al. De mudanças e de formas. In OVÍDIO. **As metamorfoses**. Organização: Marli Furlan, Zilma Gesser Nunes. Tradução: Cláudio Aquati et al. Florianópolis: Editora da UFSC, 2017. p. 7-15.

DECARTES, René. Animals are machines. In: REGAN, Tom; SINGER, Peter. **Animal rights and human obligations**. New Jersey: Prentice Hall, 1989. p. 13-19.

DERRIDA, Jacques. **O animal que logo sou**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

DESCOLA, Philippe. **Outras naturezas, outras culturas**. Tradução: Cecília Ciscato. São Paulo: Editora 34, 2016.

DIAS, Gabriela Martins. **A representação jornalística do animal não-humano no Brasil de acordo com o Jornal Nacional**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Jornalismo: Porto Alegre, 2019.

DIAS, Paula Barata. Em defesa do vegetarianismo: o lugar de Porfírio de Tro na fundamentação ética da abstinência da carne dos animais. In: DIAS, Paula Barata; SOARES, Carmen (org.). **Contributos para a história da alimentação na Antiguidade**. Coimbra (Portugal): Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. p. 81-92. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/29986>.

EMBRAPA. **Embrapa em números**. Brasília (DF), 2019. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/10180/1600893/Embrapa+em+Números/> Acesso em 19 fev. 2021.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FELÍCIO, Pedro Eduardo. O sal da carne. **Revista ABCZ**. Associação Brasileira dos Criadores de Zebu. nº 46, set./out., 2008, p. 50. Disponível em: [https://www.fea.unicamp.br/sites/fea/files/dta/laboratorios/PPCD/artigo\\_revista\\_ABCZ\\_n46\\_de\\_Felicio.pdf](https://www.fea.unicamp.br/sites/fea/files/dta/laboratorios/PPCD/artigo_revista_ABCZ_n46_de_Felicio.pdf) Acesso em 04 abr. 2021.

FELIPE, Sônia T. Fundamentação ética dos direitos animais. O legado de Humphry Primatt. In: **Revista Brasileira de Direito Animal**. Instituto Abolicionista Animal (IAA), Salvador, v. 1, n. 1., 2006. p. 207-229.

FOER, Jonathan Safran. **Comer animais**. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

GALERA, Daniel. Prefácio: preste atenção. In: WALLACE, David Foster. **Ficando longe do fato de já estar meio que longe de tudo**. Trad.: Daniel Galera e Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 7-20.

GANDHI, Mahatma. **The moral basis of vegetarianism**. 20 de novembro de 1931. Disponível em <https://ivu.org/news/evu/other/gandhi2.html>. Acesso em maio/2018.

\_\_\_\_\_. **An autobiography: the story of my experiments with truth**. Translated from the Gujarati by Mahadev Desai. London: Jonathan Cape Paperback, 1972.

\_\_\_\_\_. **Minha missão: ética política e espiritualidade**. Rio de Janeiro: Multiletra, 1997.

GILMAN, Charlotte Perkins. **Terra de Mulheres**. Tradução: Flávia Yacubian. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

\_\_\_\_\_. **The Cattle Train**. 1911. Disponível em: <https://www.poetrynook.com/poem/cattle-train-0> Acesso em 19 set 2020.

GIORGI, Gabriel. A vida imprópria. História de matadouros. In: MACIEL, Maria Esther (org.). **Pensar/escrever o animal: ensaios de zoopoética e biopolítica**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011. p. 199-220.

GOLDIN, José Roberto. Peter Singer: filósofo e ativista. **Fronteiras do Pensamento**. 13 de setembro de 2013. Disponível em: <https://www.fronteiras.com/artigos/peter-singer-filosofo-e-ativista> Acesso em março/2020.

GOMES, Djalma Moreira. **Decisão**. Ação Civil Pública – Processo nº 500032594-20174036135. Tribunal Regional Federal da 3ª região. São Paulo, 02 fev. 2018.

GONÇALVES, Reinaldo. **Desvantagens econômicas da exportação brasileira de gado em pé**. Sociedade Mundial de Proteção Animal (World Society for the Protection of Animals – WSPA), 2009.

GOODALL, Jane. Foreword. In: Wise, Steven. **Rattling the cage: toward legal rights for animals**. Boston, Massachusetts (EUA): Da Capo Press, 2014. pp. ix-xiii.

\_\_\_\_\_. Jane Goodall: humanity is finished if it fails to adapt after Covid-19. **The Guardian**. 03 jun. 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/science/2020/jun/03/jane-goodall-humanity-is-finished-if-it-fails-to-adapt-after-covid-19>. Acesso em 03 junho 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GREIF, Sérgio. **Parecer técnico: Identificação de maus-tratos na atividade de exportação marítima de bovinos vivos**. São Paulo, 03 fev. 2018. Disponível em: <https://www.anda.jor.br/wp-content/uploads/2018/02/Parecer-Técnico-Transporte-maritimo-de-Bovinos.pdf> Acesso em 08 abr. 2021.

GROS, Frédéric. **Desobedecer**. Trad.: Célia Euvaldo. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Trad.: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens – uma breve história da humanidade**. Trad.: Janaína Marcoantonio. 46ª ed. Porto Alegre (RS): L&PM, 2019.

HOFFMAN, Rodolfo. A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil? **Segurança Alimentar e Nutricional**. v. 21 nº 1, 2014 [Publicado em 23 fev. 2015]. p. 417-421. Disponível em: [periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/1386](http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/1386) Acesso em 03 abr. 2021.

HOUGH, Lewis. Letter from Lewis S. Hough, A. M., author of the “Science of man applied to epidemics”. **The American Vegetarian and Health Journal**. Vol. 1. nº 1. November 1850. p. 2-3. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/000503187>. Acesso em 08 de abril de 2020.

INTERNATIONAL VEGETARIAN UNION. History of Russian Vegetarian Societies. Disponível em: <https://ivu.org/history2/societies/russia.html> Acesso em janeiro 2020.

ISAACSON, Walter. **Leonardo da Vinci**. Trad.: André Czarnobai. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.

JABOIS, Manuel. “Trafiquei mulheres por mais de 20 anos, comprava e vendia como se fossem gado”. **El País**. Madri, 12 nov. 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/11/internacional/1510423180\\_056582.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/11/internacional/1510423180_056582.html) Acesso em 04 set. 2020.

JÄRVENPÄÄ, Mikko. **Pandemics, Liberation, and Animal Ag: An Interview With Peter Singer**. Sentient Media. 13 maio 2020. Disponível em: <https://sentientmedia.org/pandemics-liberation-animal-ag-interview-peter-singer/> Acesso em 23 maio 2020.

JOY, Melanie. **Por que amamos cachorros, comemos porcos e vestimos vacas: uma introdução ao carnismo: um sistema de crenças que nos faz comer alguns animais e outros não**. Trad.: Mário Molina. São Paulo: Cultrix, 2014.

KAHN, Charles H. **Pitágoras e os pitagóricos: uma breve história**. Trad.: Luís Carlos Borges. São Paulo: Loyola, 2007.

KARAM, Francisco José Castilhos. **Jornalismo, Ética e Liberdade**. 4ª edição revista e atualizada. São Paulo: Summus Editorial, 2014.

KEVANY, Sophie. Exclusive: livestock ships twice as likely to be lost as cargo vessels. **The Guardian**. 28 out. 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2020/oct/28/exclusive-livestock-ships-twice-as-likely-to-be-lost-as-cargo-vessels> Acesso em 23 fev. 2021.

KINGSFORD, Anna. **The perfect way in diet: a treatise advocating a return to the natural and ancient food of our race**. Londres: Kegan Paul, Trench & Co., 1881.

\_\_\_\_\_. From addresses to vegetarians. In: KINGSFORD, Anna; MAITLAND, Edward. **Addresses and Essays on Vegetarianism**. Londres: Samuel Hopgood Hart. John M. Watkins, 1912. pp. 145-150. Disponível em: [http://www.humanitarismo.com.br/annakingsford/portugues/obras\\_de\\_anna\\_kingsford/textos/07-OAKM-P-Adresses/OAKM-P-Addr-08.htm](http://www.humanitarismo.com.br/annakingsford/portugues/obras_de_anna_kingsford/textos/07-OAKM-P-Adresses/OAKM-P-Addr-08.htm)

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

KUNDERA, Milan. **A insustentável leveza do ser**. Tradução: Teresa Bulhões Carvalho da Fonseca. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

LAGO, Claudia. Ensinamentos Antropológicos: a possibilidade de apreensão do “Outro” no Jornalismo. **Brazilian Journalism Research**. vol. 2, nº 2, 2014. p. 172-187.

LAGO, Claudia *et al.* Introdução ao dossiê temático – Jornalismo e Gênero: sim, isso é subversivo. **Brazilian Journalism Research**. ISSN1981-9854. Brasília (DF). vol. 14, nº 1, abril 2018. p. 6-11. Disponível em: [https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1117/pdf\\_1](https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1117/pdf_1) Acesso em 17 maio 2021.

LAGROU, Els. Nisun: A vingança do povo morcego e o que ele pode nos ensinar sobre o novo coronavírus. **Blog da Biblioteca Virtual do Pensamento Social**. 13 abr. 2020. Disponível em: <https://blogbvps.wordpress.com/2020/04/13/nisun-a-vinganca-do-povo-morcego-e-o-que-ele-pode-nos-ensinar-sobre-o-novo-corona-virus-por-els-lagrou/> Acesso em 19 abr. 2020.

LARANGEIRA, Álvaro Nunes. Silêncios permissivos: os cadernos especiais da Folha de S. Paulo e Jornal do Brasil no 10º ano do regime militar. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. vol. 12, nº 2. julho a dezembro de 2015. p. 216-225. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2015v12n2p216/30619> Acesso em 05 maio 2021.

LEITE, Sílvia Meirelles. Chega de mimimi e as armadilhas do jornalismo declaratório. 15 mar. 2021. **Objethos** – Observatório de Ética Jornalística. Disponível em: <https://objethos.wordpress.com/2021/03/15/chega-de-mimimi-e-as-armadilhas-do-jornalismo-declaratorio/> Acesso em 24 mar. 2021.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010.

LUCHESE, Marco. Crítica: nova edição de “Ensaios” de Michel de Montaigne. **O Globo**. 24 abr. 2017. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/critica-nova-edicao-de-ensaios-de-michel-de-montaigne-21241622>. Acesso em maio/2018.

LUDOLF, Rafael van Erven. **Exportação de gado vivo no brasil**: uma proposta para garantia da regra constitucional da proibição da crueldade contra os animais sob a ótica do direito animal. Dissertação (Mestrado Profissional). Departamento de Engenharia de Produção – Laboratório de Tecnologia, Gestão de Negócios e Meio Ambiente. Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2019.

MACFARLANE, Robert. Os subterrâneos: uma viagem fascinante ao subsolo das florestas. **piauí**. Edição nº 164. Maio 2020.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 21ª edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

MACHADO, Izamara Bastos. A saúde brasileira na *Folha de S. Paulo*: algumas considerações sobre o caderno especial “Seminários Folha Saúde”. Centro Internacional de Semiótica e Comunicação (CISECO). **III Colóquio Semiótica das Mídias**. Japaratinga (AL). 24 set. 2014. Disponível em: [http://www.ciseco.org.br/images/coloquio/csm3/CSM3\\_IzamaraBastosMachado.pdf](http://www.ciseco.org.br/images/coloquio/csm3/CSM3_IzamaraBastosMachado.pdf) Acesso em 04 maio 2021.

MACIEL, Maria Esther. Michel de Montaigne e os limites do humano. In: **Literatura e animalidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 27-35.

\_\_\_\_\_. Fronteiras do humano: Montaigne, precursor de Machado de Assis e Jacques Derrida. **E-misférica** 10.1 Bio/Zoo. Volume 10, Issue 1, Winter 2013. Disponível em: <https://hemisphericinstitute.org/pt/emisferica-101/10-1-essays/fronteiras-do-humano-montaigne-precursos-de-machado-de-assies-e-jacques-derrida.html> Acesso em 7 de abril de 2019.

MALERBI, Diva Prestes Marcondes. **Decisão**. Agravo de Instrumento nº 5001513-63.2018.4.03.0000. Tribunal Regional Federal da 3ª região. São Paulo, 04 fev. 2018.

MARSHALL, Leandro. **O jornalismo na era da publicidade**. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

MCARTHUR, Jo-Anne, MACKIEWICZ, Anna. **Lynn Simpson**: “It’s simply a cruel, shameful chapter of our country that belongs in the dark ages.” Unbound Project – Women on the frontlines of animal advocacy. 21 maio 2018. Disponível em: <https://unboundproject.org/lynn-simpson/> Acesso em 08 mar. 2021.

MCCARTHY, William. **Anna Letitia Barbauld**: voice of the Enlightenment. Baltimore (EUA): Johns Hopkins University Press, 2008.

MCCURDY, Edward. **The mind of Leonardo da Vinci**. Mineola, New York (EUA): Dover Publications, 2005.

MCKENNA, Carol. Ruth Harrison. **The Guardian**. 06 jul 2000. Disponível em: <https://www.theguardian.com/news/2000/jul/06/guardianobituaries> Acesso em 21 set 2020.

MEADOWS, Michael. **Cultural Studies and Journalism**. Media International Australia (MIA). Vol. nº 90. Issue nº 1. Fevereiro 1999. pp. 43-51.

MENEZES, Thales de. Peter Singer – uma jornada para estancar as dores do planeta. **Superinteressante**. 3 de novembro de 2019. Disponível em: <https://super.abril.com.br/cultura/peter-singer-uma-jornada-para-estancar-as-dores-do-planeta/> Acesso em março/2020.

MILHORANCE, Flávia. Viagem ao passado ‘animal’. **O Globo**. 28 mar. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/historia/viagem-ao-passado-animal-15722366> Acesso em 21 fev. 2021.

MOLINA, Frederico Rivas. Zoológico de Buenos Aires é fechado após 140 anos. **El País**. 24 jun. 2016. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/internacional/1466689780\\_228888.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/internacional/1466689780_228888.html) Acesso em 07 out. 2020.

MONTAIGNE, Michel Eyquem de. **Ensaio**. Tradução: Sérgio Millet. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

MORAES, Dênis. O monopólio da mídia na construção de consensos sociais. **Revista da EMERJ**. Rio de Janeiro, v. 18, nº 67, p. 516 - 525, jan-fev 2015. Disponível em: [https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj\\_online/edicoes/revista67/revista67\\_516.pdf](https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista67/revista67_516.pdf) Acesso em 11 maio 2021.

NAGAKOME, Patrícia Trindade. Limite, literatura, lagosta: a “crônica” de David Foster Wallace. **Revista Estação Literária**. Vol. 11, Londrina, jul. 2013. p. 326-341.

NASCIMENTO, Evando. **Notas sobre o coronavírus e a sobrevivência das espécies**. Rio de Janeiro: n-1 edições, 21 abr. 2020. Disponível em: <https://n-1edicoes.org/033> Acesso em 23 abr. 2020.

NAVARRO, Laura; ROSS, Karen; SAITTA, Eugénie. Estereótipos na prática jornalística – Introdução. **Sobre Jornalismo**. vol 8, nº 2 – 15 dez. 2019. p. 22-29 Disponível em: <http://www.surlejournalisme.kingghost.net/rev/index.php/slj/article/view/398/368> Acesso em 17 maio 2021.

NESTLE, Marion. **Uma verdade indigesta: como a indústria alimentícia manipula a ciência do que comemos**. Tradução: Heloiza Menzen. São Paulo: Elefante, 2019.

NEWKIRK, Ingrid E. **What Is Animal Liberation?** Philosopher Peter Singer’s Groundbreaking Work Turns 40. People for the Ethical Treatment of Animals (PETA), 2015. Disponível em: <https://www.peta.org/about-peta/learn-about-peta/ingrid-newkirk/animal-liberation/> Acesso em 25 maio 2020.

NEWMAYER, Stephen T. **Animals, rights and reason in Plutarch modern ethics**. New York: Routledge, 2006.

NUSSBAUM, Martha. C. **Fronteiras da justiça: deficiência, nacionalidade e pertencimento à espécie**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

OLIVEIRA, Kátia Okumura. **O discurso dos protetores dos animais e sua imagem na mídia**. 2010. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

O SIGNIFICADO dos versículos do Alcorão Sagrado. Trad.: Samir El Hayek. Disponível em: <http://www.fambras.org.br/media/56080971ec522.pdf> Acesso em 28 fev. 2021.

OVÍDIO. **As metamorfoses**. Org.: Marli Furlan, Zilma Gesser Nunes. Trad.: Claudio Aquati et al. Florianópolis: Editora da UFSC, 2017.

PAES, Renata da Cruz; SARMENTO, Priscila Sanjuan de Medeiros; PONTES, Altem Nascimento. Análise da cobertura de sites jornalísticos da América do Sul, Europa e Ásia sobre os povos indígenas atingidos pela UHE Belo Monte. **Intercom – RBCC**. v. 44, nº 1, p.103-129. São Paulo, jan./abr. 2021.

PARANHOS, Mateus. **Bem-estar animal na exportação de gado vivo** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [daniela.canicali@ufsc.br](mailto:daniela.canicali@ufsc.br) em 20 fev. 2021.

PARINI, Jay. Introdução. In: TOLSTÓI, Liev. **Os últimos dias**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011. p. 7-17.

PEREIRA, Matheus Mazzilli. **Enquadramento interpretativo, lógicas de ação e dinâmicas interativas: dilemas em interações entre o movimento dos direitos animais e a grande**

**mídia**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, 2014.

PORTMESS, Lisa; WALTERS, Kerry S. (ed.). **Ethical vegetarianism: from Pythagoras to Peter Singer**. Albany (NY): State University of New York Press, 1999.

PRINCE, David. Letter from David Prince, M. D. St. Louis, Missouri. **The American Vegetarian and Health Journal**. Vol. 1. nº 1. November 1850. p. 1-2. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/000503187>. Acesso em 08 de abril de 2020.

RABELLO, Belkiss. **As cartilhas e os livros de leitura de Lev N. Tolstói**. Orientadora Elena Vássina. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura Russa do Departamento de Letras Orientais) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

REGAN, Tom. **Empty cages: facing the challenge of animal rights**. Lanham, Maryland (EUA): Rowman & Littlefield Publishers, 2004.

\_\_\_\_\_. **Direitos dos animais**. Entrevista com Tom Regan. Instituto Humanitas Unisinos, 29 jan. 2007. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/4533-direitos-dos-animais-entrevista-com-tom-regan>. Acesso em 31 de mar. de 2020.

REGINA, Magda. **Relato de Inspeção Técnica requisitado pela Justiça Federal com vistas a oferecer subsídios para análise da Ação Civil Pública Nº 5000325- 94.2017.4.03.6135 em tramitação na 25ª Vara Cível Federal de São Paulo**. 02 fev. 2021. Disponível em: [http://www.direito.ufpr.br/portal/animaiscomdireitos/wp-content/uploads/2020/02/parecer\\_veterinario\\_justica\\_federal\\_02fev2018.pdf](http://www.direito.ufpr.br/portal/animaiscomdireitos/wp-content/uploads/2020/02/parecer_veterinario_justica_federal_02fev2018.pdf) Acesso em 14 mar. 2021.

REPÓRTER BRASIL. **Moendo gente: a situação do trabalho nos frigoríficos**. 2013. Disponível em: [https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2015/02/16.-moendo\\_gente\\_final.pdf](https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2015/02/16.-moendo_gente_final.pdf) Acesso em 24 fev. 2021.

\_\_\_\_\_. **Trabalho escravo na indústria da carne**. Jan. 2021. Disponível em: [https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Monitor-8\\_Trabalho-escravo-na-industria-da-carne.pdf](https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Monitor-8_Trabalho-escravo-na-industria-da-carne.pdf) Acesso em 24 fev. 2021.

RICARD, Mathieu. **Em defesa dos animais: direitos da vida**. Tradução: Tamara Barile. São Paulo: Palas Athena Editora, 2017.

ROHTER, Larry. Relentless Foe of the Amazon Jungle: Soybeans. **The New York Times**. 17 set. 2003. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2003/09/17/world/relentless-foe-of-the-amazon-jungle-soybeans.html> Acesso em 05 abr. 2021.

ROSS, Edward Alsworth. A supressão das notícias importantes. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa – vol. 2**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2008. p. 87-102.

RYDER, Richard. Speciesism again: the original leaflet. **Critical Society**, Issue 2, Spring 2010/2. Disponível em: <http://www.veganzetta.org/wp-content/uploads/2013/02/Speciesism-Again-the-original-leaflet-Richard-Ryder.pdf>

SALT, Henry. **Animals' rights**: considered in relation to social progress. London: George Bell & Sons, 1892.

SARMENTO, Anaíra S. Moraes. **Representações sociais dos povos chamados “ciganos” em jornais brasileiros (2008-2018)**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJor-UFSC). Florianópolis, 2021. Disponível em: <http://tede.ufsc.br/teses/PJOR0162-D.pdf> Acesso em 08 abr. 2021.

SCHOPENHAUER, Arthur. **Sobre o fundamento da moral**. Trad.: Maria Lúcia Mello Oliveira Cacciola. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SCULLY, Matthew. **Domínio**: o poder humano, o sofrimento dos animais e o apelo por misericórdia. Tradução: Catharina Epprecht. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

SEN, Amartya. A ideia de justiça. Tradução: Denise Bottmann e Ricardo Dominelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SERVA, Leão. O “jornalismo Rashomon” e o esgotamento do outro lado. *In*: BLANCO, Patrícia (org.). **Pensadores da liberdade**: liberdade e a construção da cidadania. São Paulo: Palavra Aberta, 2017. p. 96-107. Disponível em: [https://www.palavraaberta.org.br/docs/Livro\\_Pensadores\\_Volume3.pdf](https://www.palavraaberta.org.br/docs/Livro_Pensadores_Volume3.pdf) Acesso em 27 fev. 2021.

SHEVELOW, Kathryn. **For the Love of Animals: The Rise of the Animal Protection Movement**. Nova York (EUA): Henry Holt and Company, 2008.

SIBONIS, Danielle. **As representações socioculturais dos animais no jornalismo da Folha de S. Paulo**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Centro de Comunicação e Expressão (CCE). Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJor). Florianópolis (SC), 2015.

SILVA, Gislene *et al.* Análise da apuração jornalística na cobertura da posse de Jair Bolsonaro. **Revista Novos Olhares**. vol. 9, nº 2. ago-dez 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/172488> Acesso em 05 maio 2021.

SILVA, Marcelo Corrêa; BOAVENTURA, Vanda Maria; FIORAVANTI, Maria Clorinda Soares. **História do povoamento bovino no Brasil Central**. Revista UFG – Dossiê Pecuária. Ano XIII, nº 13. Dez. 2012. pp. 34-41. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/694/o/13\\_05.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/694/o/13_05.pdf) Acesso em 21 fev. 2021.

SILVA, Márcia Veiga. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Série Jornalismo a Rigor. vol. 8. Florianópolis: Insular, 2014.

SIMPSON, Lynn. **Exportação de animais vivos**: descumprimento do código sanitário para animais terrestres (OIE). Trad.: Elizabeth MacGregor. 2016. Disponível em: [http://docs.wixstatic.com/ugd/da8c09\\_9099f8f401cd49e18b4e5c8b45ff2e06.pdf](http://docs.wixstatic.com/ugd/da8c09_9099f8f401cd49e18b4e5c8b45ff2e06.pdf)

SINGER, Peter. Animal Liberation. **The New York Review of Books**. 05 abr. 1973. Disponível em: <https://www.nybooks.com/articles/1973/04/05/animal-liberation/> Acesso em 13 maio 2020.

\_\_\_\_\_. Preface. In: SALT, Henry. **Animals' rights**: considered in relation to social progress. 1980. Disponível em: <https://www.henrysalt.co.uk/life/reformer/animal-rights/> Acesso em 31 de maio de 2019.

\_\_\_\_\_. **Ethics into action**: Henry Spira and the Animal Rights Movement. Rowman & Littlefield Publishers: Lanham (Maryland, USA), 1998.

\_\_\_\_\_. **Libertação animal**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

\_\_\_\_\_. Praise for Rattling the Cage. In: **Rattling the cage**: toward legal rights for animals. Boston, Massachusetts (EUA): Da Capo Press, 2014.

SOUZA, José Cavalcante (org.). **Os Pré-Socráticos**: fragmentos, doxografia e comentários. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000.

SPENCER, Colin. **The Heretic's Feast**: a history of vegetarianism. United States of America: University Press of New England, 1995.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TISCHLER, Joyce. **The history of animal law**: part I (1974-1987). Stanford Journal of Animal Law and Policy. Volume 1, 2008. Disponível em: [http://aldf.org/downloads/Tischler\\_StanfordJournalVol1.pdf](http://aldf.org/downloads/Tischler_StanfordJournalVol1.pdf)

TOKARCZUK, Olga. Sobre os ossos dos mortos. tradução de Olga Bagińska-Shinzato. São Paulo: Todavia, 2019.

TOLSTÓI, Liev. Crítica do seu tempo. In: ZWEIG, Stefan (org.). **O pensamento vivo de Tolstói**. Trad.: Lígia Autran Rodrigues Pereira. São Paulo: Martins, 1952a. pp. 71-103.

\_\_\_\_\_. Filosofia da história. In: ZWEIG, Stefan (org.). **O pensamento vivo de Tolstói**. Trad.: Lígia Autran Rodrigues Pereira. São Paulo: Martins, 1952b. pp. 105-115.

\_\_\_\_\_. Nicolas Palkine. In: ZWEIG, Stefan (org.). **O pensamento vivo de Tolstoi**. Trad.: Lígia Autran Rodrigues Pereira. São Paulo: Martins, 1952c. pp. 183-197.

\_\_\_\_\_. **Os últimos dias**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

VOLTAIRE, François Marie Arouet. **Dicionário Filosófico**. Traduções de Marilena de Souza Chauí, Bruno da Ponte e João Lopes Alves. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Coleção Os pensadores.

WALLACE, David Foster. Pense na lagosta. *piauí*, 72<sup>a</sup> ed., set. 2012. p. 64-70.

\_\_\_\_\_. Isto é água. In: WALLACE, David Foster. **Ficando longe do fato de já estar meio que longe de tudo**. Trad.: Daniel Galera e Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 263-273.

WALLACE, Rob. **Pandemia e agronegócio**: doenças infecciosas, capitalismo e ciência. Trad.: Allan Rodrigo de Campos Silva. São Paulo: Elefante, 2020.

WATSON, Donald. **The Vegan News**: The Quarterly Magazine of the Non-dairy Vegetarians. nº 1. Leicester (England). November 24<sup>th</sup> 1944. Disponível em: [https://issuu.com/vegan\\_society/docs/the\\_vegan\\_news\\_1944](https://issuu.com/vegan_society/docs/the_vegan_news_1944) Acesso em 2 maio 2020.

\_\_\_\_\_. **The Vegan News**: The Quarterly Magazine of the Non-dairy Vegetarians. nº 2. Leicester (England). February 1945. Disponível em: [https://issuu.com/vegan\\_society/docs/the-vegan-news-no.-2-february-1945](https://issuu.com/vegan_society/docs/the-vegan-news-no.-2-february-1945) Acesso em 2 maio 2020.

\_\_\_\_\_. Out of the past: a founding father takes us on a walking down Memory Lane. In: **The Vegan**. vol. 4 nº 2. Oxford (England). Summer 1988. pp. 10-11. Disponível em: [https://issuu.com/vegan\\_society/docs/the-vegan-summer-1988](https://issuu.com/vegan_society/docs/the-vegan-summer-1988) Acesso em 2 maio 2020.

\_\_\_\_\_. **Interview with Donald Watson on Sunday 15th December 2002**. [Entrevistado por George D. Roger.] The Vegan Society, 2002. Disponível em: [https://www.vegansociety.com/sites/default/files/DW\\_Interview\\_2002\\_Unabridged\\_Transcript.pdf](https://www.vegansociety.com/sites/default/files/DW_Interview_2002_Unabridged_Transcript.pdf) Acesso em 03 maio 2020.

WELDON, Amy E. **“The common gifts of heaven”**: Animal Rights and Moral Education in Anna Letitia Barbauld’s “The Mouse’s Petition” and “The Caterpillar”. Cardiff Corvey: reading the romantic text. Issue 8, jun 2002. Disponível em: [http://sites.cardiff.ac.uk/romtextv2/files/2013/02/cc08\\_n02.pdf](http://sites.cardiff.ac.uk/romtextv2/files/2013/02/cc08_n02.pdf). Acesso em 15 set 2020.

WILKERSON, Isabel. **Casta**: as origens de nosso mal-estar. Trad.: Denise Bottmann e Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

WILLIAMS, Howard. **The Ethics of Diet**: a catena of authorities deprecatory of the practice of flesh-eating. University of Illinois Press: United States of America, 2003.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WISE, Steven M. **Drawing the line**: science and the case for animal rights. Cambridge, Massachusetts (EUA): Perseus Books, 2003.

\_\_\_\_\_. **Rattling the cage**: toward legal rights for animals. Boston, Massachusetts (EUA): Da Capo Press, 2014.

\_\_\_\_\_. Chimpanzés sequestrados. [Entrevista concedida a Robert Kaz]. **piauí**. Edição 109. Out. 2015a. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/chimpanzes-sequestrados/> Acesso em 18 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. **Chimps have feelings and thoughts. They should also have rights**. TED conference. Vídeo. Mar. 2015b. Disponível em:

[https://www.ted.com/talks/steven\\_wise\\_chimps\\_have\\_feelings\\_and\\_thoughts\\_they\\_should\\_also\\_have\\_rights](https://www.ted.com/talks/steven_wise_chimps_have_feelings_and_thoughts_they_should_also_have_rights) Acesso em 28 fev. 2018.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Tradução: Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **A Pachamama e o ser humano**. Trad.: Javier Ignacio Vernal. Florianópolis: Editora da UFSC, 2017.

ZELIZER, Barbie. Cultural Analysis and Journalism. In: ZELIZER, Barbie. **Taking journalism seriously: news and the academy**. Thousand Oaks (United States of America): Sage Publications, 2004. pp. 175-201.

### Verbetes em dicionários

PERSEGUIR. In: **Dicionário Michaelis** [on-line], 2020, Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/perseguir/>. Acesso em 15 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. In: **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa** [on-line], Lisboa: Priberam, 2008-2020, Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/perseguir>. Acesso em 15 jun. 2020.

SUPOSTO. In: **Dicio** [on-line]. 2008-2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/suposto/> Acesso em 30 maio 2020.

\_\_\_\_\_. In: **Dicionário Michaelis** [on-line], 2020. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/suposto/> Acesso em 30 maio 2020.

\_\_\_\_\_. In: **Dicionário Priberam da língua portuguesa** [on-line]. Lisboa: Priberam, 2008-2020. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/suposto>. Acesso em: 30 maio 2020.

VEGAN. In: **The Oxford English Dictionary**. Inglaterra, 1962.

VEGANISMO. In: **Dicionário Priberam da língua portuguesa** [on-line]. Lisboa: Priberam, 2008-2020. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/veganismo>. Acesso em: 02 maio 2020.

\_\_\_\_\_. In: **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa** [on-line]. Michaelis – Editora Melhoramentos, 2020. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/veganismo/>. Acesso em: 02 maio 2020.

### Sites institucionais

ANIMAL LEGAL DEFENSE FUND. [site institucional] Disponível em: <http://aldf.org/> Acesso em: 18 abr. 2020.

CENTER FOR ANIMAL STUDIES. [site institucional] Lewis & Clark Law School. Estados Unidos. Disponível em: [https://law.lclark.edu/centers/animal\\_law\\_studies/](https://law.lclark.edu/centers/animal_law_studies/). Acesso em 18 abr. 2020.

CENTRE FOR HUMAN ANIMAL STUDIES. Edge Hill University. Inglaterra. 21 nov. 2019. Disponível em: <https://www.edgehill.ac.uk/cfhas/about/>. Acesso em 18 abr. 2020.

OXFORD CENTRE FOR ANIMAL ETHICS. [site institucional] Disponível em: <https://www.oxfordanimaethics.com/home/> Acesso em 18 abr. 2020.

PARKINSON, Claire; TWINE, Richard. Centre for Human Animal Studies. Edge Hill University. **About.** Inglaterra. 21 nov. 2019. Disponível em: <https://www.edgehill.ac.uk/cfhas/about/>. Acesso em 18 abr. 2020.

## APÊNDICE A

Matérias publicadas no jornal *Folha de S. Paulo* sobre a Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos em um período de 10 anos: de 2010 a 2019.

### Quadro 1: 2010

<b>2010 (105 matérias) – [de 19 a 29 de agosto – 11 dias]</b>		
Data	Título	Repórter
18/08	Fique por dentro da 55ª Festa do Peão de Barretos (SP)	De São Paulo
18/08	Festa do Peão em Barretos (SP) terá efetivo de 1.850 pessoas na segurança	Marcelo Toledo
18/08	Veja o calendário e o preço dos ingressos da Festa do Peão de Barretos (SP)	De São Paulo
18/08	Aos 25, estádio de rodeios em Barretos (SP) está descaracterizado	Marcelo Toledo
18/08	55ª Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos (SP) espera 1 milhão de pessoas	Marcelo Toledo
18/08	“Nem pensei no dinheiro”, diz rainha do rodeio de Barretos (SP)	Marcelo Toledo
18/08	Aos sábados, Festa do Peão de Barretos (SP) terá três tipos de ingresso	Marcelo Toledo
19/08	Niemeyer diz lamentar interferência no projeto do Parque do Peão de Barretos	Marcelo Toledo
19/08	Concessionária vai monitorar via de acesso ao Parque do Peão de Barretos	Marcelo Toledo
19/08	Festa do Peão de Barretos aposta na internacionalização e nas novas tribos	Marcelo Toledo
19/08	Fundador da Festa do Peão de Barretos (SP) teme pelo fim das tradições	Marcelo Toledo
19/08	Barretos (SP) terá “show-relâmpago” em intervalo de rodeio	Marcelo Toledo
19/08	Festa do Peão de Barretos (SP) terá disputa entre Estados	Marcelo Toledo
19/08	Aos 49, bicampeão de Barretos (SP) volta a montar touro no rodeio deste ano	Marcelo Toledo
19/08	Campeão do rodeio de Barretos (SP) levará prêmio recorde US\$ 100 mil	Marcelo Toledo
19/08	Após chuva na edição anterior, festa de Barretos (SP) deve ter tempo seco neste ano	De Ribeirão Preto
19/08	Patrocinadores representam 42% da receita da festa de Barretos (SP)	Ribeirão Preto
19/08	Levantamento aponta que 13% dos turistas na festa de Barretos são da cidade de SP	Marcelo Toledo
19/08	Setor hoteleiro de Barretos (SP) já tem 95% de ocupação devido à festa	Marcelo Toledo
19/08	Prova dos 3 tambores reúne pela 1ª vez homens e mulheres em arena de Barretos (SP)	Marcelo Toledo
19/08	Mariah Carey exigiu asinhas de frango para cantar em Barretos (SP)	De São Paulo
19/08	Cantora Ana Carolina abre shows na Festa do Peão de Barretos (SP)	Marcelo Toledo
19/08	Ministério do Turismo libera R\$ 2,3 milhões para Festa do Peão de Barretos	Marcelo Toledo
20/08	Daiana Sudário assume liderança da prova dos três tambores em Barretos (SP)	Marcelo Toledo
20/08	Ex-campeão, Fabiano Vieira assume liderança no Circuito Barretos de Rodeio	Marcelo Toledo
20/08	Escola de samba é principal atração de hoje na Festa do Peão de Barretos (SP)	Marcelo Toledo

20/08	Dez comitivas irão disputar concurso Queima do Alho em Barretos (SP)	Marcelo Toledo
20/08	Premiação da Festa do Peão de Barretos (SP) chega a R\$ 383 mil	Marcelo Toledo
20/08	Empresário faz bota de R\$ 55 mil e quer mostrá-la a Mariah Carey em Barretos (SP)	Marcelo Toledo
20/08	Rodeios da festa de Barretos usarão 400 touros nas competições	Marcelo Toledo
20/08	Terra de campeões de Barretos reivindica título de “berço” do rodeio	Marcelo Toledo
21/08	Carnaval da Unidos da Tijuca surpreende e levanta o público na arena de Barretos	Marcelo Toledo
21/08	Daiane Sudário é segunda colocada na prova dos Três Tambores em Barretos	Marcelo Toledo
21/08	Peão Adriano Cordeiro assume liderança de prova em Barretos (SP)	Marcelo Toledo
21/08	VIPs vão para festa do Peão de Barretos (SP) de jato fretado	Marcelo Toledo
21/08	Cantor tenta sucesso com assovio na Festa do Peão de Barretos (SP)	Marcelo Toledo
21/08	Salto alto da cantora Mariah Carey podem atrapalhar show em Barretos (SP)	Marcelo Toledo
21/08	Prova dá prêmio de R\$ 1.500 a quem retirar bandeirinha de mastro em Barretos (SP)	Marcelo Toledo
21/08	Turistas do Rio esperam por show da Mariah Carey desde as 8h em Barretos	Marcelo Toledo
21/08	Definidas comitivas que vão para final da Queima do Alho, em Barretos (SP)	Marcelo Toledo
21/08	Repúblicas fazem festa à parte em Barretos (SP)	Marcelo Toledo
22/08	Cantora Mariah Carey faz show com público abaixo do esperado em Barretos	Marcelo Toledo
22/08	Daiane Sudário deve ganhar a prova dos Três Tambores em Barretos (SP)	Marcelo Toledo
22/08	“Pedro da Santa” carrega a imagem por rodeios do país	Marcelo Toledo
22/08	Exigências de Mariah Carey deram menos trabalho que a dos músicos A-ha	Marcelo Toledo
22/08	Peão Enéias Barbosa assume liderança do Circuito Barretos de Rodeio	Marcelo Toledo
22/08	Show de Mariah Carey reúne somente 28 mil em Barretos	Marcelo Toledo
22/08	Menos de 10% dos touros são bons para rodeio; melhores chegam a custar R\$ 90 mil	Marcelo Toledo
22/08	Touro leva a melhor sobre peão em desafio de R\$ 500 por segundo	Marcelo Toledo
22/08	Festa do Peão “minimiza” baixo público de Mariah	Marcelo Toledo
22/08	Amazona do interior de SP vence competição em Barretos	Marcelo Toledo
22/08	Provas cronometradas confirmam favoritismos no Parque do Peão de Barretos	Marcelo Toledo
22/08	Peão de Sales (SP) vence final de montaria marcada por tombos	Marcelo Toledo
23/08	Campeão do Circuito de Barretos luta contra histórico para vencer etapa internacional	Marcelo Toledo
23/08	Festa do Peão de Barretos tem disputa inédita entre Estados	Marcelo Toledo
23/08	Peões de 16 e 17 anos disputam rodeio júnior em Barretos	Marcelo Toledo
24/08	Tradição de “laçar” mulher em Barretos é coibida pela Polícia Militar	Marcelo Toledo
24/08	Shows sertanejos na Festa do Peão de Barretos (SP) tentam recuperar público	Marcelo Toledo
24/08	Touros levam “vantagem” sobre peões em rodeio de Barretos (SP)	Marcelo Toledo
24/08	Mato Grosso do Sul sai na frente na disputa entre Estados no rodeio de Barretos (SP)	Marcelo Toledo

25/08	Disputa entre Estados no Top Brasil termina hoje em Barretos (SP)	Ribeirão Preto
25/08	Peões de São Paulo assumem liderança na disputa entre Estados em Barretos	Marcelo Toledo
25/08	“Código de conduta” da PM continua no segundo fim de semana da festa de Barretos	Marcelo Toledo
25/08	Em Barretos, concurso da Queima do Alho deve ter julgamento “político”	Marcelo Toledo
25/08	Peões do “berço do rodeio” se classificam em Barretos (SP)	Marcelo Toledo
25/08	Dupla de SC faz 30 mil CDs para distribuir na Festa do Peão de Barretos (SP)	Marcelo Toledo
25/08	Baixa umidade faz Festa do Peão de Barretos (SP) emitir alerta	Marcelo Toledo
26/08	Festa de Barretos (SP) abre nesta quinta-feira o rodeio internacional	Marcelo Toledo
26/08	Time de São Paulo conquista título do torneio entre Estados em Barretos	Marcelo Toledo
26/08	Americanos, italianos e franceses competem no rodeio de Barretos (SP)	Marcelo Toledo
26/08	Índios latinos aproveitam rodeio de Barretos (SP) para vender artesanato	Marcelo Toledo
26/08	Tropeiros explicam como touros ganham nome em Barretos (SP)	Marcelo Toledo
26/08	“Pirâmide humana” ganha prêmio de R\$ 1.500 no rodeio de Barretos (SP)	Marcelo Toledo
26/08	“Estátuas vivas” invadem Festa do Peão de Barretos (SP)	Marcelo Toledo
27/08	Barretos tem segunda noite de rodeio internacional	Marcelo Toledo
27/08	Mundialito de Três Tambores começa hoje em Barretos com participação de 9 países	Marcelo Toledo
27/08	França decide disputar Mundialito de Três Tambores em Barretos (SP)	Marcelo Toledo
27/08	Peão de MS larga na frente na disputa do rodeio internacional em Barretos	Marcelo Toledo
27/08	Barretos (SP) abre hoje competições de sela americana e bareback	Marcelo Toledo
27/08	Bicampeão de montarias tem maior nota na prova e é apontado como favorito	Marcelo Toledo
27/08	Somente dois peões seguem invictos em Barretos (SP)	Marcelo Toledo
27/08	Defensor dos animais monitora rodeios em Barretos para provar maus-tratos	Marcelo Toledo
27/08	Segunda noite dedicada ao sertanejo congestionava trânsito em Barretos (SP)	Marcelo Toledo
28/08	Trânsito para chegar à festa de Barretos (SP) é mais que o dobro da média	Marcelo Toledo
28/08	Lentidão chega a 12 km e organização pede para que público não vá ao Parque do Peão	Marcelo Toledo
28/08	Organização da Festa de Barretos (SP) reduz preço do ingresso em 20% neste sábado	Marcelo Toledo
28/08	Shows de Luan Santana e Jorge e Mateus devem atrair o maior público em Barretos	Marcelo Toledo
28/08	Somente um peão permanece invicto na Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos	Marcelo Toledo
28/08	Peão consegue a maior nota na festa deste ano em Barretos	Marcelo Toledo
28/08	Argentina é líder na disputa do Mundialito de Três Tambores da festa de Barretos	Marcelo Toledo
28/08	Políticos invadem a Festa do Peão em Barretos (SP)	Marcelo Toledo
28/08	Festa do Peão de Barretos tem exposição sobre Mazaropi até domingo (28)	Marcelo Toledo
29/08	Festa de Barretos vira “fábrica de sonhos” de artistas	Marcelo Toledo

29/08	Show de Victor e Leo em Barretos (SP) custou R\$ 200 mil para os organizadores	Marcelo Toledo
29/08	Após confusão, organização da Festa de Barretos (SP) devolve dinheiro para público	Marcelo Toledo
29/08	Favorito, Enéas Barbosa é eliminado da disputa internacional em Barretos	Marcelo Toledo
29/08	Time brasileiro entra no último dia do Mundialito de Barretos na 3ª colocação	Marcelo Toledo
29/08	Peão de Mira Estrela (SP) ganha o título do rodeio júnior em Barretos (SP)	Marcelo Toledo
29/08	Campeã de team penning em Barretos (SP) está grávida de quatro meses	Marcelo Toledo
29/08	Time dos EUA ganha mundialito de Três Tambores em Barretos (SP)	Marcelo Toledo
29/08	O peão Tiago Diogo de Faria é o campeão de Barretos	Marcelo Toledo
31/08	Após tumulto, Festa do Peão pode levar multa por excesso de público	Marcelo Toledo
15/10	Festa do Peão de Barretos faz acordo com Promotoria e doa R\$ 100 mil a entidade social	Juliana Granjeira
18/10	Decisão da Justiça interdita estádio de rodeios de Barretos (SP)	Hélia Araújo
31/10	Trato de animal causa polêmica entre ONG e liga	Paranaíba

Fonte: Folha de S. Paulo.

## Quadro 2: 2011

2011 (76 matérias) – [de 18 a 28 de agosto – 11 dias]		
Data	Título	Repórter
04/02	Carla Bruni negocia show na Festa do Peão de Barretos	Ana Paula Sousa
24/05	Justiça libera entrada de água na Festa do Peão de Barretos	Não consta
25/05	Carla Bruni cancela show em Barretos por “problemas de agenda”	Não consta
17/07	A um mês de festa, Barretos institui toque de recolher	Ana Sousa
14/08	Pacote para Festa do Peão de Barretos é mais caro que viagem à Europa	Marcelo Toledo
18/08	Fique por dentro da 46ª Festa do Peão de Barretos (SP)	Não consta
18/08	Consultoria deixa arena de Barretos (SP) mais estável	Não consta
18/08	Mais 30 câmaras vão fiscalizar visitantes no rodeio de Barretos	Ana Sousa
18/08	Genética cria supertouros para rodeios	Marcelo Toledo
18/08	Touro em rodeio com lesão agora é tratado em hospital	Não consta
18/08	Festa de Barretos aposta em novas provas de rodeio	Não consta
18/08	VIPs pagam até R\$ 1.500 por balada na festa de Barretos	Elida Oliveira
18/08	Novo sertanejo domina programação na Festa do Peão de Barretos	Juliana Coissi
18/08	‘Críticas aos rodeios procedem’, diz pesquisador de animais	Marcelo Toledo
18/08	‘Choque’ em bois causa maus-tratos nos rodeios, diz ONG	Não consta
18/08	Prêmios milionários atraem peões ao rodeio de Barretos	Marcelo Toledo
18/08	Toque de recolher em Barretos só vale após Festa do Peão	Ana Sousa
18/08	Rodeio de Barretos tem disputa entre 15 Estados	Não consta

19/08	Show de Paula Fernandes bate recorde de público em Barretos	Não consta
19/08	Peão milionário larga na frente no rodeio de Barretos	Marcelo Toledo
19/08	Festa do Peão de Barretos tem 'sistema antitumulto' na entrada	Ana Sousa
19/08	Samba Unidos da Tijuca vai à arena de Barretos pela 2ª vez	Ana Sousa
20/08	Após dias secos, frente fria deve elevar umidade em Barretos	Ana Sousa
20/08	Show duplo faz Festa do Peão de Barretos prever mais público	Ana Sousa
20/08	Festa do peão em Barretos (SP) terá axé, erudito e sertanejo	Ana Sousa
20/08	Rainha da Festa do Peão de Barretos dá dicas de 'etiqueta country'	Ana Sousa
20/08	Estresse e cólicas afetam cavalos de raça em Barretos	Ana Sousa
20/08	Após dez anos sem montar, tricampeão 'desafia' cavalo Panther	Ana Sousa
20/08	Touro Caiapó quebra favoritismo de campeão de Barretos de 2010	Ana Sousa
21/08	Morto em julho, boi Famoso é homenageado em Barretos	Ana Sousa
21/08	Barretos estima aumento de 30% de público nos primeiros dias de festa	Ana Sousa
21/08	Bezerro é sacrificado após prova na arena de Barretos	Ana Sousa
21/08	Quinze comitivas participam de final da Queima do Alho em Barretos	Ana Sousa
21/08	'Woodstock caipira' leva bebida e sexo a Barretos	Toledo & Sousa
21/08	Paranaense é campeão de montarias em touros em Barretos	Ana Sousa
21/08	Entenda como é o julgamento da montaria em touros	Ana Sousa
21/08	Vencedor do Circuito Barretos de Rodeio será conhecido neste domingo	Ana Sousa
22/08	Barretos abre 2ª edição de rodeio interestadual	Não consta
22/08	Morte de bezerro na Festa de Barretos vai parar na Promotoria	G. Yamada; A. Sousa; E. Silva
22/08	Organizador vê fatalidade e nega maus-tratos	De Barretos
22/08	No 1º dia 'barretense', Festa do Peão tem ingresso a R\$ 3	Não consta
23/08	Touro pula grade e invade arquibancada em Barretos	Ana Sousa
23/08	MS larga na frente em rodeio interestadual de Barretos	Ana Sousa
23/08	Touro em Barretos rende prêmio de até R\$ 20 mil ao seu dono	Marcelo Toledo
23/08	Morte de bezerro em rodeio pode gerar ação por formação de quadrilha	Não consta
24/08	Minas assume a liderança do rodeio interestadual de Barretos	Não consta
24/08	Visitantes da Grande SP podem chegar a 15% do público de Barretos	Marcelo Toledo
24/08	Peão que matou bezerro em Barretos diz sofrer retaliação	Ana Sousa
25/08	Barretos pede ingresso antecipado contra superlotação em rodeio	Não consta
25/08	Rodeio de Barretos abre etapa internacional com peões de 6 países	Marcelo Toledo
25/08	Equipe de MT vence disputa entre Estados no rodeio de Barretos	Não consta
26/08	Festa do Peão de Barretos adota sistema 'antipenetra'	Não consta
26/08	Parque do Peão de Barretos recebe oito shows na noite de hoje	Não consta
26/08	Touros 'vencem' peões na abertura do rodeio internacional	Não consta
26/08	Temido, touro britânico perde invencibilidade em Barretos	Não consta
27/08	Ingressos para o show deste sábado em Barretos estão esgotados	Não consta

27/08	Brasileiros vencem 2ª noite do rodeio internacional em Barretos	Não consta
27/08	Quinze competidores disputam final da Queima do Alho em Barretos	Elida Oliveira
27/08	Políticos fazem ‘palanque’ na Festa do Peão em Barretos	Elida Oliveira
27/08	Palco do Pau do Fuxico em Barretos tem recorde de cantores	Não consta
27/08	Rio Preto vence concurso Queima do Alho em Barretos	Elida Oliveira
27/08	Parque do Peão registra 22 furtos de carteiras e celulares	Não consta
28/08	Touro fica com as patas paralisadas em torneio em Barretos	Ribeirão Preto
28/08	Morte de bezerro acirra ‘guerra’ de ONGs contra a Festa do Peão	Ana Sousa
28/08	Festa do peão conhece hoje os seus novos campeões	Não consta
28/08	Desafio do Bem arrecada R\$ 50 mil em apostas em Barretos	Elida Oliveira
28/08	Peão que treina em arena improvisada vence rodeio júnior	Marcelo Toledo
28/08	Presidente diz que Festa do Peão está à frente das estrangeiras	Marcelo Toledo
28/08	Peões dos EUA vencem provas na Festa do Peão de Barretos	Não consta
28/08	Peão mato-grossense vence rodeio internacional de Barretos	Marcelo Toledo
30/08	Público em Festa do Peão de Barretos chega a 980 mil em 11 dias	Não consta
30/08	Número de motoristas embriagados cresce 239% em Barretos	Ribeirão Preto
01/09	Grupo reivindica mais verba para pesquisa animal	Elida Oliveira
08/09	Câmara proíbe rodeios em Araraquara	Gabriela Yamada
18/09	Sob críticas, Dilma dá a Barretos título de capital do rodeio	Leandro Martins
11/11	Interior já proibiu rodeios em 34 cidades	Gabriela Yamada

Fonte: Folha de S. Paulo.

### Quadro 3: 2012

2012 (61 matérias) – [de 16 a 26 de agosto – 11 dias]		
Data	Título	Repórter
06/01	Após 2 anos, berço do rodeio de Barretos segue sem restauro	Elida Oliveira
10/03	Estudo aponta americanização e fim do caipira em festas de peão	Marcelo Toledo
21/03	Incêndio destrói parte de galpão no Parque do Peão em Barretos (SP)	Não consta
25/03	Berço da Festa do Peão é doado a Barretos	Não consta
14/04	Via de acesso ao Parque do Peão receberá dois equipamentos	Não consta
22/04	Festa do Peão de Barretos tenta ‘desmistificar’ críticas de maus-tratos	Marcelo Toledo
22/04	Eleição de touro ‘nº 1’ revolta ONGs de proteção animal	Marcelo Toledo e Elida Oliveira
22/05	Sertanejo universitário domina programação da Festa do Peão de Barretos	Não consta
28/06	Entidade pede fim de prova em que bezerro morreu na Festa do Peão de Barretos	João Alberto Pedrini
28/06	Presidente da festa de Barretos diz que ‘sugestão’ de extinção de prova será discutida	Não consta

01/07	Barretos terá centro de hipismo de R\$ 7,5 mi em espaço histórico	Não consta
29/07	Morte de animal foi arquivada pela Promotoria de Barretos (SP)	Não consta
29/07	Após morte de animal, rodeio veta prova de 'agarrar' bezerro	Leandro Martins
29/07	Barretos, no interior de SP, recebe Festa do Peão em agosto	Não consta
31/07	Jaguariúna (SP) também cancela prova de agarrar bezerro deste ano	Leandro Martins
07/08	Crianças montam em carneiro na Festa do Peão de Barretos	Não consta
11/08	Governador lança obra em rodovia de Barretos como 'vacina' para acidente	Não consta
12/08	Festa do Peão de Barretos (SP) busca resgatar cultura caipira	João A. Pedrini
12/08	Diretor de Rodeio defende prova polêmica	Não consta
12/08	Sertanejo universitário é destaque na Festa do Peão de Barretos	Não consta
12/08	Novo formato de rodeio opõe Estados do Brasil e do exterior em Barretos	Não consta
14/08	Após polêmica, Barretos (SP) veta prova de bulldog na 1ª semana	João A. Pedrini
15/08	ONG quer veto a supostas músicas homofóbicas em festa de Barretos (SP)	Gabriela Yamada
15/08	Rodeio de Barretos (SP) começa nesta quinta e espera 900 mil pessoas	Não consta
16/08	Alugar casa em Barretos (SP) durante a festa está mais em conta	Não consta
16/08	Festa do Peão de Barretos (SP) testa um novo formato de rodeio	Não consta
17/08	Festa do Peão de Barretos adota shows diários de música raiz	Não consta
17/08	Touros derrubam 22 peões na 1ª noite da Festa do Peão de Barretos	Não consta
18/08	'Novo Bandido' dá prêmio de R\$ 40 mil em Barretos (SP)	João A. Pedrini
18/08	Barretos (SP) tem neste sábado a final da Liga Nacional de Rodeio	Não consta
18/08	Festa do Peão de Barretos eleva em 80% fluxo de veículos em rodovia	Não consta
18/08	Festa do peão de Barretos (SP) terá 'desafio de genética' neste sábado	Não consta
18/08	Touro pisoteia peão após montaria na Festa do Peão de Barretos	Não consta
19/08	'Mata-mata' entre peões dá vaga em Las Vegas e mais R\$ 100 mil no rodeio de Barretos	João Alberto Pedrini
19/08	Provas cronometradas têm finalistas definidos na Festa do Peão de Barretos	Juliana Coissi
19/08	Pernambucano vence pela 2ª vez a final da Liga Nacional de Rodeio, em Barretos (SP)	Não consta
19/08	Competidora de Rio Preto vence prova na Festa do Peão de Barretos (SP)	Juliana Coissi
19/08	Filhos de cavalo campeão 'desfilam' na Festa do Peão de Barretos (SP)	Não consta
20/08	Só 4 de 12 peões param em touros na final de liga de rodeio em Barretos (SP)	Não consta
20/08	Campeão de Iron Cowboy de Barretos (SP) estreará nos EUA	Juliana Coissi
20/08	Cinco trios vão à final da prova de apartar bezerras em Barretos (SP)	Juliana Coissi
21/08	Festa de Barretos (SP) cancela prova de bulldog definitivamente	Não consta
21/08	Festa do Peão de Barretos (SP) faz seletiva para rodeio internacional	Não consta
21/08	Na 57ª Festa do Peão de Barretos, monte sua videoteca sertaneja	Não consta
22/08	Rainha de Barretos (SP) se preparou por cinco anos para vencer concurso	João A. Pedrini
24/08	Barretos (SP) abre a 20ª edição de seu rodeio internacional	Não consta
24/08	Festa do Peão de Barretos tem 2ª noite de rodeio internacional; Minas lidera	Não consta

24/08	Sertanejo universitário domina a programação de Barretos nesta sexta-feira	Não consta
25/08	Feito de couro de peixe, vestido de noiva na Festa de Barretos custa R\$170 mil	Rafael Conti
25/08	Não há mais ingresso para rodeios na Festa de Barretos neste sábado	João A. Pedrini
25/08	Festa de Barretos tem concurso de comida tropeira neste sábado	João A. Pedrini
26/08	Festa de Barretos vê as finais das competições em seu último dia	João A. Pedrini
26/08	Polícia rodoviária apreende 136 kg de cocaína em Barretos (SP)	João A. Pedrini
26/08	Grupo de Icém vence concurso de culinária tropeira na Festa de Barretos	João A. Pedrini
27/08	Peão de 19 anos é campeão da Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos	João A. Pedrini
27/08	Jovem viaja quase 2.000 quilômetros para tocar na Festa do Peão de Barretos	João A. Pedrini
28/08	Vencer em Barretos era ‘sonho’, afirma campeão de 19 anos	João A. Pedrini
28/08	Filho de agricultor americano, jovem de 19 anos vence rodeio de Barretos	João A. Pedrini
29/08	Festa do peão de Barretos termina com 258 ocorrências policiais	Não consta
05/09	Promotora terá de acionar a Festa de Barretos por prova de bulldog	Não consta
07/12	Projeto de Niemeyer em estádio de Barretos (SP) está descaracterizado	Marcelo Toledo

Fonte: Folha de São Paulo.

#### Quadro 4: 2013

2013 (36 matérias) – [de 15 a 25 de agosto – 11 dias]		
Data	Título	Repórter
20/05	Sertanejo domina a programação da Festa do Peão de Barretos	Ribeirão Preto
25/07	Veja pacotes para Festa do Peão de Barretos	Não consta
11/08	Para formar novo público, Festa do Peão de Barretos (SP) aposta em crianças	Marcelo Toledo e Felipe Amorim
11/08	Festa do Peão de Barretos (SP) terá ao menos 60 atrações sertanejas	Não consta
11/08	Organização do rodeio de Barretos (SP) faz acordo para evitar superlotação	Não consta
14/08	Barretos (SP) ganha mais radares a seis dias da festa de rodeio	Felipe Amorim
14/08	Festa do Peão de Barretos começa nesta quinta-feira com maratona sertaneja	Não consta
15/08	Barretos vai carimbar adulto que for beber na Festa do Peão de Boiadeiro	Venceslau B. F.
15/08	Festa do Peão de Barretos (SP) terá 300 policiais militares por noite	Não consta
16/08	Segundo dia da Festa do Peão de Barretos (SP) tem rodeio e dez shows	Não consta
17/08	Festa do Peão de Barretos (SP) terá hoje 12 horas seguidas de shows	Não consta
17/08	Pela segunda vez, Festa do Peão de Barretos veta prova polêmica em arena	Juliana Coissi
17/08	Acabam os ingressos para a arena de Barretos; há bilhete para outros palcos	Não consta
17/08	Peão de Limeira tem a maior nota em montaria em touros em Barretos	Não consta
17/08	Classificatórias de provas cronometradas conhecem campeões em Barretos	Não consta
18/08	Michel Teló fecha o primeiro final de semana da Festa do Peão de Barretos	Não consta
18/08	Paulistas lideram classificatória da Liga Nacional de Rodeio em Barretos	Felipe Amorim

18/08	Ativistas se disfarçam de caubói e procuram cenas de maus tratos a bichos em rodeios	De São Paulo
18/08	Moradores de Barretos alugam ‘mansões’ de R\$ 10 mil a turistas durante Festa do Peão	Daniela Santos
18/08	Paulistanos enfrentam 7 horas em ônibus ‘open bar’ por Festa do Peão de Barretos	Chico Felitti
18/08	Confira 16 opções para entrar no clima ‘country’ da Festa do Peão de Barretos	Chico Felitti
19/08	Peão paulista vence a Liga Nacional de Rodeio na Festa do Peão de Barretos	Felipe Amorim
19/08	Festa do Peão de Barretos aprova balada country e agora mira público evangélico	Felipe Amorim
19/08	Mochila high-tech da PM usada em onda de protestos vai para a Festa de Barretos	Felipe Amorim
21/08	Festa de Barretos abre nesta quinta-feira seu rodeio internacional	Não consta
21/08	Festa do Peão de Barretos (SP) quer expor vídeo contra ONG animal	Felipe Amorim
22/08	Tricampeão mundial de rodeio, peão quebra a perna e desfalca desafio em Barretos	Não consta
24/08	Último fim de semana da Festa do Peão de Barretos reúne 17 atrações no parque	Não consta
24/08	Eduardo Suplicy canta Bob Dylan em Barretos e é censurado pelo público	Laís Modelli e Daniela Santos
25/08	Peão de Goiás é o campeão do rodeio em touros de Barretos (SP)	Daniela Santos
25/08	Barretos (SP) conhece hoje os campeões do rodeio	Não consta
26/08	Preços são alvo de reclamação na Festa do Peão de Barretos (SP)	Daniela Santos
30/08	Barretos (SP) registra 249 furtos durante Festa do Peão de Boiadeiro	Não consta
13/10	Filme ‘reconta’ a história da Festa do Peão mais badalada do país	Izilda Reis
13/10	Clube de Barretos não reconhece Alaor Oliveira como protagonista	Não consta
13/10	Primeira locutora profissional de rodeios vai participar do filme	Não consta

Fonte: Folha de S. Paulo.

### Quadro 5: 2014

2014 (69 matérias) – [de 21 a 31 de agosto – 11 dias]		
Data	Título	Repórter
13/07	Barretos faz obras estruturais no Parque do Peão para maior conforto do público	De Ribeirão Preto
13/07	Para frear queda de público, rodeios buscam diversificar festas	Isabela Palhares
24/07	Festa do Peão de Barretos (SP) terá que pagar seguros e diária a peões	Ribeirão Preto
10/08	Veja opções de acessórios para entrar no clima da Festa do Peão de Barretos	Irene Contreiras
12/08	Lixo acumula em Barretos (SP) após suspensão de coleta	Gabriela Yamada
15/08	A três dias da Festa do Peão de Boiadeiro, Barretos ganha três radares	Isabela Palhares
15/08	Novos radares não têm elo com a Festa do Peão, diz prefeitura de Barretos	Ribeirão Preto

16/08	Festa do Peão 'suspende' obra em rodovia em Barretos (SP)	Ribeirão Preto
16/08	Confira os principais shows da Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos	Ribeirão Preto
17/08	VIPs chegam a gastar até R\$ 10 mil em festas particulares em Barretos	João A. Pedrini
17/08	Copa do Mundo atrasa ocupação de hotéis neste ano em Barretos	Ribeirão Preto
18/08	Grupo de sem-terra invade armazém do Ceagesp em Barretos (SP)	Ribeirão Preto
20/08	Rodovias terão reforço policial para a Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos	Ribeirão Preto
21/08	Folha lança página sobre a Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos	Ribeirão Preto
21/08	Palco caipira veta uso de instrumentos eletrônicos no Parque do Peão	Ribeirão Preto
21/08	Festa do Peão de Barretos começa com o desafio de manter público	João A. Pedrini
21/08	Aplicativo orienta público nos 82 alqueires do Parque do Peão de Barretos	Ribeirão Preto
21/08	Empresa faz 'caronaços' na internet para a Festa do Peão de Barretos	João A. Pedrini
21/08	Tráfego de veículos em rodovias deve dobrar por causa da Festa do Peão de Barretos	Ribeirão Preto
21/08	Barretos terá mais de 500 competidores e R\$ 704 mil em prêmios na Festa do Peão	João Alberto Pedrini
21/08	Camarote em Barretos chega a custar até R\$ 1.598, com 'direito a celebridade'	João A. Pedrini
21/08	Baixa umidade do ar deixa Barretos (SP) em alerta	João A. Pedrini
22/08	Cavaleiro que saiu do Canadá chega a Barretos após dois anos e 16 mil km	João A. Pedrini
22/08	Dez trios disputam competição de apartação de bezerros	João A. Pedrini
22/08	Peões levam 'a melhor' sobre touros no primeiro dia de montarias em Barretos	João A. Pedrini
23/08	Festa do Peão aposta em palco eclético em Barretos (SP)	João A. Pedrini
23/08	Festa do Peão de Barretos só obtém liberação dos bombeiros no 2º dia do evento	João Alberto Pedrini
23/08	Peões voltam a vencer touros no 2º dia de disputas na Festa do Peão de Barretos	João Alberto Pedrini
23/08	Instituição vai fiscalizar tratamento dado aos animais na Festa do Peão de Barretos	João Alberto Pedrini
23/08	Cristiano Araújo faz 'show privado' em camping da Festa do Peão de Barretos	João A. Pedrini
24/08	Menina de 9 anos é atração na prova dos 3 tambores na Festa do Peão de Barretos	João Alberto Pedrini
24/08	Festa do Peão de Barretos atrai peões que já ganharam até R\$10mi em prêmios	João A. Pedrini
24/08	Bota com 300 diamantes está à venda por R\$ 100 mil na Festa do Peão de Barretos	João Alberto Pedrini
24/08	Domingo Beneficente terá shows da Galinha Pintadinha e MC Gui na Festa de Barretos	João Alberto Pedrini
24/08	Vinte e quatro peões pontuam no 3º dia de rodeio da Festa do Peão de Barretos	João A. Pedrini
24/08	'Cavaleiro das Américas' é ovacionado ao chegar à Festa do Peão de Barretos	João A. Pedrini
24/08	Operação flagra 15 motoristas sob efeito de álcool em Barretos	João A. Pedrini
24/08	Barretos já tem campeões de montaria em cavalos, três tambores e team penning	João Alberto Pedrini
24/08	Peão de Floreal (SP) é o campeão da etapa brasileira da PBR, em Barretos	João A. Pedrini

25/08	Público da Festa de Barretos deve priorizar compra de ingressos pela internet	Ribeirão Preto
25/08	Primeiro sábado em Barretos tem público menor em relação a 2013	João A. Pedrini
25/08	Barretos abre final de circuito nacional de montarias em touros	Ribeirão Preto
26/08	Festa do Peão de Barretos tem competições e 4 shows nesta terça (26)	Ribeirão Preto
26/08	Campeã dos três tambores em Barretos acumula R\$ 1 milhão em prêmios	João A. Pedrini
27/08	Latino faz show nesta quarta-feira na Festa do Peão de Barretos	Ribeirão Preto
27/08	Paranaense e paulista vencem provas da Liga Nacional de Rodeio em Barretos	Ribeirão Preto
28/08	Rodeio reúne 88 competidores e R\$ 270 mil em prêmios em Barretos	Ribeirão Preto
28/08	Barretos define dez classificados para final da Liga Nacional de Rodeios	Ribeirão Preto
28/08	Touro Pesadelo volta a Barretos para desafio na arena domingo (31)	Ribeirão Preto
29/08	Promotor pede à Justiça fim de prova em que bezerro morreu em Barretos	Ribeirão Preto
29/08	Peão cai e é pisoteado por touro na Festa do Peão de Barretos	João A. Pedrini
29/08	Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos faz noite para 'a turma do chapéu'	Ribeirão Preto
30/08	Barretos monta megaoperação para Festa do Peão neste sábado (30)	João A. Pedrini
30/08	Barretos reúne neste sábado duas das principais duplas da música sertaneja	Ribeirão Preto
30/08	Queima do Alho em Barretos vira palanque de políticos	João A. Pedrini
30/08	Na Festa do Peão de Barretos, Skaf diz que é 'independente' e que PT é rival	T. Fernandes
30/08	Temer descarta mudanças em campanha após avanço de Marina	T. Fernandes
31/08	Palco sem sertanejo universitário encanta público em Barretos	João A. Pedrini
31/08	Em meio a shows, estrelas da música sertaneja vivem 'plugadas' à família	Enviado Especial
31/08	'Agressivo' é eleito o touro mais temido por competidores da Festa do Peão	João A. Pedrini
31/08	Peão de Catiguá (SP) vence rodeio em Barretos e ganha R\$ 75 mil	João A. Pedrini
31/08	Peão do MS vence campeonato da Liga Nacional de Rodeio em Barretos	João A. Pedrini
31/08	Comitiva de Icém (SP) vence concurso da Queima do Alho, em Barretos	João A. Pedrini
31/08	Fogos e finais de disputas encerram Festa do Peão de Barretos	Enviado Especial
01/09	Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos faz parceria com rodeio nos EUA	João A. Pedrini
03/09	Dobra o número de ocorrências policiais na Festa do Peão de Barretos	Ribeirão Preto
16/10	Multas durante Festa do Peão superam média em Barretos	Ribeirão Preto
01/12	Festa do Peão de Barretos negocia vinda de Garth Books para 2015	Ribeirão Preto
13/12	Cantor country Garth Brooks volta a Barretos após 17 anos	Ribeirão Preto

Fonte: Folha de S. Paulo.

## Quadro 6: 2015

2015 (17 matérias) [de 20 a 30 de agosto – 11 dias] [Especial 60 anos]		
Data	Título	Repórter
03/05	Temporada de rodeios começa com ações judiciais e morte de peão	Marcelo Toledo
09/06	Ingressos para a Festa do Peão de Barretos chegam a R\$ 900	Marcelo Toledo

07/05	Festa do Peão de Barretos quer ser a mais internacional da história	Marcelo Toledo
19/08	Festa do Peão de Barretos terá cem atrações, com foco em sertanejos	Marcelo Toledo
24/08	Dilma é hostilizada durante show da Festa do Peão de Barretos	Marcelo Toledo
24/08	Festa do Peão de Barretos completa 60 anos de olho no exterior	Marcelo Toledo
28/08	Música sertaneja na mira	Marcelo Toledo
28/08	Garth Brooks e o hospital do câncer	Marcelo Toledo
28/08	Talentos emergentes: quem são?	Não consta
28/08	Peão teen é campeão	Marcelo Toledo
28/08	De olho no mercado internacional	Marcelo Toledo
28/08	Rodeio com overdose sertaneja	Marcelo Toledo
28/08	Muito além de Garth Brooks	Não consta
28/08	Mobilização contra o uso de animais	Marcelo Toledo
29/08	Cowboys feridos em prova	De São Paulo
01/09	900 mil pessoas na arena	Marcelo Toledo
14/12	Hotel mais caro que viagem a NY	Marcelo Toledo

Fonte: Folha de S. Paulo.

### Quadro 7: 2016

2016 (8 matérias) [de 18 a 28 de agosto – 11 dias]		
Data	Título	Repórter
10/06	Alvos de processos, rodeios reduzem número de dias para driblar crises	Marcelo Toledo
14/08	Turista paga preço de viagem a NY para ver rodeio em Barretos	Marcelo Toledo
18/08	Para manter público, festa de Barretos apela para brindes e descontos	Marcelo Toledo
21/08	Prova 'exclusiva' reúne amazonas ricas em festa do peão de Barretos	Marcelo Toledo
22/08	Touros derrubam 8 de 10 finalistas na Festa do Peão de Barretos	Marcelo Toledo
26/08	ONGs interferem pouco em rodeios no exterior, diz presidente de circuito	Marcelo Toledo
30/08	Apesar de crise, público da festa de Barretos cresceu 10%, diz organização	Marcelo Toledo
23/11	Peões brasileiros acumulam títulos e prêmios milionários no exterior	Marcelo Toledo

Fonte: Folha de S. Paulo

### Quadro 8: 2017

2017 (13 matérias) [de 17 a 27 de agosto – 11 dias]		
Data	Título	Repórter
18/05	Locutor ganha fama pelo país com defesa de rodeios e desmatamento	Marcelo Toledo
11/08	Festa de Barretos busca 'padrão Fifa' em rodeios e celebra PEC da vaquejada	Marcelo Toledo
17/08	Em sua 62ª edição, Festa de Barretos aposta em 'overdose sertaneja'	Marcelo Toledo

17/08	Dez questões sobre a Festa do Peão de Barretos	Marcelo Toledo
18/08	Comitivas resistem e mantêm 'culinária dos peões' em Barretos	Marcelo Toledo
19/08	Doria usa chapéu, come refeição de peões e discursa em rodeio lotado em Barretos	Marcelo Toledo
21/08	Por amor a rodeio, médico e gestora trabalham de graça na Festa do Peão	Marcelo Toledo
22/08	Doria desiste de fazer em São Paulo festa do peão como a de Barretos	Marcelo Toledo
24/08	Fábrica de berrantes sobrevive em São Paulo apesar do 'sumiço' dos chifres	Marcelo Toledo
25/08	Touro 'Bipolar' persegue a fama de 'Bandido' e vira atração em Barretos	Marcelo Toledo
25/08	Movimentando R\$ 3 bi, rodeios geram discussão sobre tradição e maus-tratos	Marcelo Toledo
26/08	Clube fundador da festa de Barretos mantém tradição e proíbe mulheres	Marcelo Toledo
27/08	Bolsonaro visita Festa do Peão e critica Bolsa Família e legislação ambiental	Marcelo Toledo

Fonte: Folha de S. Paulo

### Quadro 9: 2018

2018 (23 matérias) [16 a 26 de agosto – 11 dias]		
Data	Título	Repórter
26/02	Shania Twain fará show na Festa do Peão de Boiadeiro em Barretos	Marcelo Toledo
21/05	Touros enfrentam chutes e som alto em rodeios pequenos de São Paulo	Marcelo Toledo
07/08	Ministério do Trabalho interdita montagem da Festa do Peão de Barretos	Renata Nogueira
12/08	Touros milionários fazem até acupuntura antes de rodeio em Barretos (SP)	Marcelo Toledo
14/08	Temido nos rodeios, touro morto aos 17 anos ganhará memorial em SP	Marcelo Toledo
15/08	Fã de rodeio 'ganha' voo para Barretos e ônibus open bar com cerveja e catuaba	Marcelo Toledo
17/08	Festa do peão faz virada sertaneja em sábado mais aguardado da década	Marcelo Toledo
17/08	Doria inicia campanha para governador de SP em Festa de Peão de Barretos	Marcelo Toledo
17/08	Shania Twain pede R\$ 4 milhões e jatinho para se apresentar em Barretos	Marcelo Toledo
18/08	Fã faz bota de R\$ 18 mil para dar de presente a Shania Twain em Barretos	Marcelo Toledo
19/08	Barretos tenta vetar sexo ao ar livre em camping onde tudo é permitido	Marcelo Toledo
19/08	Eventos paralelos 'afastam' turistas de eixo principal da Festa do Peão de Barretos	Marcelo Toledo
19/08	Shania Twain levanta o público de Barretos com seus clássicos	Marcelo Toledo
22/08	Sob pressão de protetores de animais, Barretos terá premiação milionária	Marcelo Toledo
23/08	Em busca do estrelato, artistas distribuem CDs na festa de Barretos	Marcelo Toledo
24/08	Sem mais mulheres laçadas por homens, Barretos prega veto ao assédio	Marcelo Toledo
25/08	Peão vencedor da Liga Nacional em Barretos leva R\$ 40 mil e vaga nos EUA	Marcelo Toledo
25/08	Bolsonaro desfila na arena de Barretos a cavalo, mas é impedido de falar	Marcelo Toledo
26/08	'Peço perdão se incentivei a maltratar animais', diz Asa Branca	Bruna Narcizo
26/08	Festa do Peão de Barretos congrega fusão plural de sertanejos	Marcelo Toledo

27/08	Por 0,5 ponto, peão vence rodeio internacional de Barretos e leva R\$ 250 mil	Marcelo Toledo
03/09	Por promessa, fiel leva santa a rodeios há mais de 30 anos	Marcelo Toledo
25/09	Aos 13 anos, touro mais temido das arenas inicia processo de aposentadoria	Marcelo Toledo

Fonte: Folha de S. Paulo

### Quadro 10: 2019

2019 (15 matérias) [de 15 a 25 de agosto – 11 dias]		
Data	Título	Repórter
04/04	Festa do Peão de Barretos terá mulheres como embaixadoras pela 1ª vez	Marcelo Toledo
14/08	Montaria de touro em Barretos completa 40 aos com polêmicas e prêmio de até R\$ 280 mil	Marcelo Toledo
14/08	Bolsonaro estará na abertura da festa do peão de Barretos	Marcelo Toledo
14/08	‘Se não estivesse no rodeio, o touro já teria virado bife’, diz peão mais famoso de Barretos	Marcelo Toledo
15/08	Barretos terá mais de cem shows e mulheres como embaixadoras pela 1ª vez	Marcelo Toledo
15/08	Público de touradas na Espanha cai pela metade em menos de uma década	Lucas Neves
17/08	Livre das laçadas, paquera em Barretos tem fantasia e presente	Marcelo Toledo
18/08	Bolsonaro flexibiliza lei sobre rodeios e desfila em cavalo em Barretos	Marcelo Toledo
18/08	Palco ‘raiz’ em Barretos reúne shows para fiéis da música sertaneja	Marcelo Toledo
19/08	Ex-rainha dos rodeios de Barretos faz campanha para valorizar mulheres na festa	Marcelo Toledo
23/08	Contra supertouros, peões disputam prêmio de R\$ 280 mil em Barretos	Marcelo Toledo
24/08	Em categorias de base, rodeios de Barretos buscam ampliar diversidade	Marcelo Toledo
25/08	Barretos encerra festa de 2019 com ganhos políticos para rodeios	Marcelo Toledo
26/08	Peão goiano de 20 anos leva camionete de R\$ 280 mil em Barretos	Marcelo Toledo
05/12	Dia Nacional do Rodeio, instituído por Bolsonaro, será comemorado no dia do padroeiro dos animais	Marcelo Toledo

Fonte: Folha de S. Paulo